

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

# A JUGOSLÁVIA NAS ENCRUZILHADAS DO 25 DE ABRIL

Jorge Pessoa Santos Carvalho

Tese no âmbito do doutoramento em História, História Contemporânea, orientada pelos Professores Doutores Fernando José de Almeida Catroga, Milan Ristović e Paulo Alexandre Marques Archer de Carvalho, e apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras.

Agosto de 2018



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



Nº EB40





# S U M Á R I O

<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>3</b>
<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>I – P A R T E — A JUGOSLÁVIA E SUAS RELAÇÕES COM PORTUGAL .....</b>	<b>17</b>
<b>I.1 — A Jugoslávia, a sua história e a política externa.....</b>	<b>17</b>
A História: Do Piemonte Sérvio à RSF da Jugoslávia.....	17
A política externa.....	23
<b>I.2 — As relações jugoslavo-portuguesas (1918-1974).....</b>	<b>30</b>
Entre as duas guerras mundiais.....	30
Em Fevereiro de 1941.....	33
Em Maio de 1945.....	37
Entre 1948 e 1974 .....	39
Alguns acontecimentos de 1961.....	41
A FPLN.....	42
O PCP .....	43
A ASP/PSP .....	44
Em fins dos anos sessenta .....	46
<b>II – PARTE— OS 251 DIAS DE 1974 .....</b>	<b>49</b>
<b>II.1 — O mês de Abril .....</b>	<b>50</b>
No dia 25 e seguintes .....	52
Nos últimos dias de Abril.....	53
Os primeiros contactos e algumas opiniões .....	56
<b>II.2 — Os primeiros tempos das «mudanças em Lisboa» .....</b>	<b>59</b>
Jornalista e enviado especial .....	60
As conversações .....	61
Recomendações.....	65
Contactos políticos em Londres.....	66
Uns contactos políticos em Belgrado .....	68
Outros contactos políticos em Paris .....	73
Informações, previsões e outras acções.....	75
Definição de objectivos e acções a tomar .....	79
<b>II.3 — A primeira delegação jugoslava em Portugal .....</b>	<b>79</b>
António de Spínola .....	81
Adelino Palma Carlos.....	82
António Almeida Santos .....	83
Jorge Campinos.....	85
Francisco Pereira de Moura.....	92
Octávio Pato .....	94
Mário Soares.....	97
O relatório .....	99
<b>II.4 — A Reabertura e os Primeiros Meses da Embaixada Jugoslava em Portugal.....</b>	<b>106</b>
<b>II.4-1 — A Descolonização de Junho a Outubro.....</b>	<b>108</b>

No II Governo Provisório.....	109
Em Agosto, do MNE a Paris.....	111
Conversaço com o Primeiro-Ministro .....	116
Correio em Paris para Lisboa .....	119
Em Setembro .....	122
<b>II.4-2 — As Relações Internacionais e a Política Externa .....</b>	<b>124</b>
Adiamentos na nomeação do embaixador .....	128
As conversações de Miloche Minitch-Mário Soares na ONU.....	129
<b>II.4-3 — A Situação Política e Social (Jun./Set.) .....</b>	<b>133</b>
A Situação Política e Social (Jul./Set.) .....	136
As relações com os Partidos Políticos .....	138
Os primeiros contactos de Verolhub Spasitch .....	141
Entrevistas .....	146
<b>II.5— A Descolonização: de Londres a Dar es Salam e Nova-Iorque. ....</b>	<b>151</b>
<b>II.5-1 — As negociações com o PAIGC .....</b>	<b>153</b>
As negociações em Londres .....	155
As negociações em Argel .....	159
De Conacri e de Argel.....	163
<b>II.5-2 — As negociações com a FRELIMO.....</b>	<b>169</b>
As negociações em Lusaca .....	169
Apreciações diplomáticas de Lusaca e Dar es Salam .....	172
As relações com a FRELIMO .....	176
O Acordo de Lusaca .....	180
<b>II.5-3 — A situação em Angola.....</b>	<b>183</b>
Uma reunião em Dar es Salam.....	185
De fins de Julho a inícios de Setembro (alguns factos e protagonistas) .....	187
Spínola e Mobutu em Cabo Verde .....	201
Lisboa, Dar es Salam e Lusaca .....	205
<b>II.6— Do 28 de Setembro ao Acordo de Alvor .....</b>	<b>206</b>
<b>II.6-1 — Mudanças políticas, relações partidárias e descolonização .....</b>	<b>207</b>
Uma entrevista de Melo Antunes .....	209
Reunião no PCP (9/Out.) .....	211
Conversações da delegação portuguesa com Mobutu e a FNLA .....	213
<b>II.6-2 — A visita da delegação da ASPTJ .....</b>	<b>215</b>
<b>II.6-3 — A delegação da ASPTJ em Portugal .....</b>	<b>218</b>
O programa da visita.....	219
O papel do MFA .....	220
Partido Socialista (PS) .....	222
O Partido Comunista e as relações PS-PCP .....	225
Do leque político às eleições.....	227
Os sindicatos .....	229
O programa da descolonização.....	231
Alguns temas internacionais .....	233
Conversações acerca da cooperação .....	234
As Propostas .....	236
Um mês depois .....	237
<b>II.6-4 — A visita da delegação do PCP .....</b>	<b>238</b>
<b>II.6-5 — Apresentação e discussão de documentos .....</b>	<b>243</b>
Os documentos .....	243
A discussão.....	250
Outro documento .....	252
<b>II.6-6 — Informações de outras fontes .....</b>	<b>257</b>
<b>II.6-7 — A Descolonização de Angola.....</b>	<b>262</b>
Em Outubro.....	263
Uma reviravolta .....	264

De Lusaca .....	265
De Kinchassa .....	266
Outras informações .....	267
Regresso de Argel .....	271
Em Belgrado.....	272
De Argel .....	276
Cabinda desde Kinchassa e de Bruxelas .....	277
De outras capitais .....	280
Em Dezembro: críticas, informações e conversações .....	283
<b>II.6-8 — A Descolonização em Moçambique</b> .....	<b>287</b>
Em Novembro .....	288
Samora Machel e o embaixador jugoslavo.....	289
Chissano em Dar es Salam .....	291
<b>II.6-9 — O Congresso do Partido Socialista</b> .....	<b>293</b>
O relatório de Mário Soares .....	294
Os delegados das bases .....	295
A situação política interna .....	296
A política externa.....	297
Impressões do Congresso do PS e da situação política portuguesa .....	297
Contactos com o MFA.....	299
Os preparativos da visita de Mário Soares .....	300
<b>III – P A R T E — OS 328 DIAS DE 1975 E ALGUMAS CONCLUSÕES POSTERIORES.....</b>	<b>307</b>
<b>III.1 — De Janeiro (visitas a Belgrado e Alvor) ao 11 de Março .....</b>	<b>307</b>
<b>III.1-1 — A visita de Mário Soares a Belgrado .....</b>	<b>308</b>
A visita e as conversações .....	309
Uma recepção.....	315
Uma reunião .....	317
<b>III.1-2 — A visita da delegação do MPLA .....</b>	<b>318</b>
<b>III.1-3 — A situação em Portugal .....</b>	<b>325</b>
A unicidade sindical .....	325
A chegada do embaixador Stoíakovitch .....	326
Uma delegação jugoslava no MNE e PCP .....	328
Um discurso de Costa Gomes .....	332
Um discurso de Vasco Gonçalves .....	333
Preparativos da visita da delegação do MFA à Jugoslávia.....	334
Visita a Álvaro Cunhal.....	335
Visita a Vítor Alves .....	339
A polémica PS-PCP.....	341
Programa de desenvolvimento socioeconómico de Portugal .....	342
A institucionalização do MFA .....	344
As primeiras notícias de Lisboa no dia 11 de Março .....	347
<b>III.1-4 — Informações de outras embaixadas .....</b>	<b>349</b>
De Tunes e de Argel.....	349
De Genebra e de Bruxelas .....	351
De Nova-Iorque, Washington e de Belgrado .....	353
<b>III.1-5 —Angola .....</b>	<b>358</b>
De Brazavile: opiniões dum embaixador e de Gentil Viana.....	359
De Dar es Salam: armamento, outras informações e pedidos .....	363
De Lusaca: telexes de e para Belgrado .....	365
Uma delegação jugoslava em Luanda (31Jan.-6Fev. /1975).....	366
O relatório da delegação .....	372
De Lusaca a Dar es Salam, passando por Kinchassa e Brazavile .....	382
<b>III.2 — De Março a Maio: as primeiras rupturas decisivas .....</b>	<b>394</b>

<b>III.2-1 — O 11 de Março</b> .....	<b>395</b>
O regresso da delegação do MFA .....	395
Uma primeira opinião .....	395
Uma segunda opinião .....	397
Mais outra opinião.....	399
Uma visita .....	400
Uma «longa conversaçoão».....	401
Outra visita.....	404
Tomada de posse do IV Governo Provisório.....	405
Uma primeira síntese.....	406
Um almoço em Bona.....	410
Um resumo .....	411
A «situação actual ao redor de Portugal».....	413
Reunião em Paris .....	416
Reunião em Lisboa.....	416
<b>III.2-2 — As primeiras eleições e um segundo 1.º de Maio</b> .....	<b>418</b>
As eleições de 25 de Abril .....	421
Outros comentários acerca das eleições .....	427
Em meados de Maio .....	434
A situação económica .....	436
Uma «Informação acerca da situação em Portugal» .....	438
<b>III.2-3 — A situação político-militar de Angola</b> .....	<b>441</b>
Uma entrevista de Savimbi e contactos em Dar es Salam .....	442
Proposta para um consulado em Luanda .....	444
Mais combates em Luanda .....	446
Outras informações até fins de Março .....	447
A situação político-militar angolana em Abril.....	450
A descarga de barcos jugoslavos .....	462
Uma «Informação» acerca de Angola (Fevereiro a Maio) .....	463
<b>III.3 — Do «República» ao V Governo</b> .....	<b>467</b>
<b>III.3-1 — Meses de rupturas previstas</b> .....	<b>468</b>
Na segunda metade de Maio .....	468
Uma entrevista e a visita de Melo Antunes à RFA .....	475
Uma longa conversaçoão .....	480
Três convites e uma carta .....	481
Duas outras visitas do embaixador jugoslavo.....	483
Uma eventual visita à Jugoslávia e a situação interna em Portugal .....	485
O «República» e o Partido Socialista .....	487
Reuniões com membros da delegação do MFA a Belgrado.....	489
O Chefe do Gabinete do Presidente Costa Gomes e a situação no país.....	492
Pedido de informações sobre situação política portuguesa .....	493
Posições do SFNE em relação à situação política portuguesa. ....	507
O «triumvirato», a situação em Portugal e a CSCE .....	509
Uma visita .....	511
Uma conversaçoão.....	513
«Desfecho relativo e provisório da crise aguda em Portugal» .....	515
A evolução da crise em Portugal.....	516
<b>III.3-2 — As seguintes independências e Angola</b> .....	<b>517</b>
Barcos jugoslavos em portos angolanos.....	518
Uma proposta para a exploração de minério de ferro .....	524
Acontecimentos em Angola .....	525
Uma entrevista com Melo Antunes (recém-chegado de Angola).....	526
Entrevista em Luanda (general Silva Cardoso).....	530
Outra entrevista em Luanda (Agostinho Neto).....	534
Outras entrevistas em Luanda (Johnny E. Pinnock e Savimbi) .....	538
Algumas impressões dos contactos em Angola .....	543

Lourenço Marques, uma reunião de duas delegações.....	545
De Lisboa e de Dar es Salam, os acontecimentos em Angola.....	549
Uma reunião na ASPTJ acerca da situação em Angola.....	551
De Brazavile, outro navio para Luanda.....	556
<b>III.4 — Outros dois Governos Provisórios (Agosto a Dezembro).....</b>	<b>557</b>
<b>III.4-1 — O V Governo (Agosto e Setembro).....</b>	<b>557</b>
A tomada de posse.....	557
Em meados de Agosto.....	559
Um pedido de informações do SFNE.....	561
«Avaliações da evolução actual no PC».....	562
Outra conversação.....	564
Uma conversação com o embaixador português na Jugoslávia.....	566
«Iniciativas e actividades do presidente Gomes».....	568
Uma «Informação Preliminar» do SFNE.....	569
Uma reunião de 7 partidos e organizações de esquerda.....	574
«Conversação com o general Fabião».....	575
Ainda nesse dia de Agosto.....	576
Ainda nessa última semana de Agosto.....	579
Um resumo dos acontecimentos dessa semana.....	585
A demissão de Vasco Gonçalves.....	587
Outras informações acerca da situação política portuguesa.....	589
Alguns momentos mais importantes da evolução política interna portuguesa.....	595
A situação política em Portugal.....	596
Novo momento no desenvolvimento da crise em Portugal.....	605
Novos elementos na situação portuguesa.....	606
A política externa de Portugal.....	608
Uma «Informação acerca da situação em Portugal» do SFNE.....	611
Uma breve informação da embaixada em Portugal.....	616
«Entrevista Iulius-Soares em Bona».....	617
<b>III.4-2 — O VI Governo Provisório.....</b>	<b>620</b>
O novo Governo.....	620
«Dr. A. Cunhal, sec.-geral PC, deseja visitar em breve a Jugoslávia».....	622
Algumas características da situação económica de Portugal.....	625
Conversação com o ministro dos Negócios Estrangeiros.....	627
Alguns elementos da recente evolução da situação em Portugal.....	628
Acerca das mudanças em Portugal.....	631
Novos elementos da evolução da situação portuguesa.....	633
«M. Soares, sec.-geral PS, deseja enviar delegação à Jugoslávia».....	635
«Tentativa de "putsch" em Portugal».....	636
Novamente, agravamento das relações internas em Portugal.....	637
<b>III.4-3 — Em Outubro, duas visitas oficiais e a situação político-militar.....</b>	<b>639</b>
A visita de Costa Gomes à URSS (1-4/Out.).....	639
Desordens nas Forças Armadas.....	640
As relações entre o PC e PS de Portugal.....	641
«A continuação da degradação da situação nas Forças Armadas».....	641
As medidas do Conselho da Revolução e do Governo.....	643
«Sinais duma activação algo maior de certos partidos da direita».....	645
Situação calma no país.....	646
De Washington, a situação em Portugal.....	647
Em Novembro, uma visita oficial de fins de Outubro.....	648
<b>III.5 — Duas visitas oficiais em Outubro.....</b>	<b>650</b>
<b>III.5-1 — Miloche Minitch em Lisboa.....</b>	<b>650</b>
Melo Antunes.....	651
Mário Soares.....	655
Álvaro Cunhal.....	658



Sá Carneiro .....	662
<b>III.5-2 — Visita de Costa Gomes à Jugoslávia .....</b>	<b>666</b>
«Informação acerca de Portugal e as Relações Jugoslavo-Portuguesas» .....	667
A delegação .....	675
As conversações .....	675
<b>III.6 — A Descolonização (Angola e Timor) .....</b>	<b>683</b>
<b>III.6-1 — Angola .....</b>	<b>684</b>
Da «independência» de Cabinda ao côsul português em Kinchassa .....	684
Delegação do MPLA em Belgrado (Set./75) .....	688
Conversações da delegação do MPLA com a ASPTJ .....	689
«Informação» do SFNE .....	692
De Belgrado para Lisboa .....	693
De Kinchassa e de Dar es Salam .....	694
De Kampala e de Dar es Salam .....	696
A abertura do Consulado jugoslavo em Luanda .....	699
«Angola e a Proclamação da Independência» .....	699
Uma visita a uma embaixada e outro telegrama do SFNE .....	705
<b>III.6-2 — Timor .....</b>	<b>709</b>
<b>III.7 — Em Novembro, outras independências e outro 25 .....</b>	<b>712</b>
<b>III.7-1 — Outra independência .....</b>	<b>714</b>
Os primeiros dias de Novembro em Angola .....	714
O representante do MPLA em Argel .....	717
Informações de Kinchassa, Conacri e Dar es Salam .....	718
Um dirigente do MPLA em Argel .....	720
O reconhecimento do governo do MPLA .....	722
De Argel, a situação em Angola e os Não-Alinhados .....	723
De Dar es Salam, «comentários chineses acerca de Angola» .....	724
Outras informações acerca de Angola .....	726
Um telegrama do SFNE para todas as embaixadas .....	727
A reunião da OUA em Kampala .....	732
Algumas informações sobre a situação militar .....	736
Outras informações sobre Angola de Lisboa e Brazavile .....	738
Mais informações e perguntas sobre Angola de outras embaixadas .....	740
Nas vésperas do 11 de Novembro .....	741
O 11 de Novembro angolano de Lisboa .....	742
O 11 de Novembro em Luanda .....	742
De Belgrado para Dar es Salam .....	747
De Dar es Salam para Belgrado .....	748
Informações de Adis Abeba .....	750
Informações de Lisboa .....	750
De Luanda para Belgrado .....	752
Um telegrama do SFNE .....	754
<b>III.7-2 — Outro 25 e outros dias .....</b>	<b>759</b>
Adiamento da visita de Álvaro Cunhal à Jugoslávia .....	760
«Conversação com Dr. A. Cunhal, sec.-geral PCP» .....	761
Duas reuniões na embaixada .....	763
«Novo agravamento da situação interna em Portugal» .....	766
A cooperação militar com Portugal .....	769
Possibilidade de uma mudança significativa na situação em Portugal .....	771
«Conversação com Mário Soares, sec.-geral do PSP» .....	772
«Alguns novos momentos no desenvolvimento actual em Portugal» .....	774
«Conversações de Cunhal em Budapeste» .....	775
«Decisões do CR acerca da recente crise em Portugal» .....	776
Uma circular do SFNE .....	777
O almirante Crespo e a crise em Portugal .....	779

«A continuação da degradação da situação em Portugal» .....	780
«Conversaão com Cunhal, secretário-geral do PCP» .....	782
Terça-feira, 25 de Novembro.....	785
Outros acontecimentos até ao meio-dia de 26 de Novembro .....	787
Causas e consequências da acção dos pára-quadistas .....	788
A evolução da crise em Portugal .....	791
A recepção do Dia da República .....	794
A crise em Portugal.....	795
Comentários acerca da situação política portuguesa .....	799
Outros comentários acerca da situação em Portugal.....	805
Outras informações acerca da situação política portuguesa .....	807
Reunião do embaixador jugoslavo com Melo Antunes .....	810
Reuniões com embaixadores da URSS e da Holanda .....	813
Outras visitas e conversações.....	814
Na continuação da conversaão com Aurélio Santos.....	815
Conversaão com um membro do Conselho da Revolução .....	817
Conversaão com Francisco Sá Carneiro .....	818
Outras conversaões .....	820
Algumas características e novos elementos da situação em Portugal .....	822
<b>III.7-3 — Outros meses e algumas visitas oficiais.....</b>	<b>825</b>
Jorge Campinos.....	825
Álvaro Cunhal .....	828
Vítor Alves.....	840
Melo Antunes .....	841
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>845</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>855</b>
<i>Fontes Manuscritas</i> .....	855
<i>Bibliografia</i> .....	857
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO.....</b>	<b>863</b>
<b>SIGLAS.....</b>	<b>869</b>
<b>RESUMOS .....</b>	<b>873</b>
A Jugoslávia nas encruzilhadas do 25 de Abril .....	873
Yugoslavia at the crossroads of the 25th April .....	875
Jugoslavija na raskršću 25. Aprila .....	877



## A G R A D E C I M E N T O S

Agradeço ao meu orientador, Prof. Doutor Fernando José de Almeida Catroga, o apoio às pesquisas arquivísticas no campo das relações jugoslavo-portuguesas e à apresentação dos seus resultados, assim como as críticas e sugestões no decurso da investigação, desde a discussão do seu tema a esta forma final.

Agradecimentos ao Prof. Doutor Milan Ristovitch (Universidade de Belgrado) pelas suas indicações e conselhos acerca da História da Jugoslávia, ao Doutor Paulo Alexandre Marques Archer de Carvalho (CEIS20) pela leitura e observações ao texto desta tese, mas também aos funcionários do Arquivo da Jugoslávia (Arhiv Jugoslavije) e do Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Diplomatski Arhiv Ministarstva Spoljnih Poslova) pela sua ajuda e atenção.

Um particular agradecimento ao Prof. Doutor Luís Reis Torgal pelo apoio e pelo encorajamento para retomar, após anos de adiamentos e de tentativas goradas, as pesquisas e o estudo dos fundos dos citados arquivos de Belgrado relativos às relações entre a Jugoslávia e Portugal (e os movimentos de libertação das suas colónias).

Igualmente, os meus reconhecimentos ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20 da Universidade de Coimbra por me ter aceitado entre os seus colaboradores e ao Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A) pela sua cooperação e informações. Devo ainda mencionar o apoio familiar (Ana e Sergej) pelos seus incitamentos e a revisão da tradução dos documentos citados.

Por fim, desejo testemunhar os meus agradecimentos à Fundação Calouste Gulbenkian pela bolsa de investigação que me permitiu reiniciar as pesquisas arquivísticas e o estudo das relações jugoslavo-portuguesas e à Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento que tornou possível o estudo do citado acervo arquivístico e a escrita desta tese.

Coimbra, 10 de Julho de 2018

*Jorge Pessoa Santos Carvalho*



## I N T R O D U Ç Ã O

Em 1974, no dia 25 de Abril, «golpe de Estado» em Portugal foi a notícia do dia e a situação política portuguesa passou a merecer nos meses seguintes a maior atenção dos meios da comunicação social, assim como dos organismos político-sociais e estatais jugoslavos. Uma atenção que deixou traços, no período de 1974-76, em cerca de dez mil páginas de documentos — em sérvio-croata, embora haja um pequeno número em português e outros idiomas — de um acervo arquivístico relativo a Portugal e às suas colónias, que se encontra em dois arquivos de Belgrado (Arquivo Jugoslávia e Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros). Depois, há um número importante de fotografias no Arquivo da Jugoslávia e no Museu da História da Jugoslávia. Encontra-se, ainda, em noticiários e documentários cinematográficos no arquivo da *Filmske Novosti*, mas também em programas e reportagens televisivas no Centro de Documentação da Rádio-Televisão da Sérvia. Quanto à imprensa jugoslava, as pesquisas podem ser efectuadas nas hemerotecas da Biblioteca Nacional da Sérvia e do Arquivo da Jugoslávia.

Por fim, e tendo em conta todas as fontes possíveis, procurou-se completar estas pesquisas no Arquivo Militar e no Arquivo do Ministério do Interior. Todavia, no primeiro, o nosso pedido recebeu, passados alguns meses, uma resposta a informar de que não dispunha «da solicitada documentação» acerca do «papel da Jugoslávia no processo de descolonização e ajuda aos movimentos de libertação das colónias portuguesas nos anos 1960 e 1970», mas também das relações da Jugoslávia e Portugal (pós-1974). No entanto, os documentos, encontrados noutros arquivos, confirmaram essa (previsível) importante ajuda e essas relações. A respeito do segundo arquivo, não sendo público, um tal pedido nem foi feito, embora, perante as raras referências aos serviços secretos jugoslavos no estrangeiro, é plenamente justificada qualquer suposição acerca da existência dessa documentação. Talvez, por isso, seja de esperar, em tempos próximos, o «aparecimento» destas fontes tanto pelos seus quase 50 anos de arquivamento como por não haver qualquer razão (política ou outra) que o impeça.

Igualmente, deve-se acrescentar que a bibliografia sobre as relações jugoslavo-portuguesas é quase inexistente por diversas razões, que vão desde as dramáticas consequências da desintegração da Jugoslávia na última década do século XX a uma legislação com um prazo obrigatório mínimo de 30 a 50 anos para o acesso aos acervos arquivísticos, passando por um intercâmbio cultural que só se iniciou a partir de 1974, mas que foi sempre reduzido. Do mesmo modo, pode-se dizer que a ausência de estudos acerca deste segmento da política

externa jugoslava está ligada às consequências políticas nas historiografias dos Estados, surgidos do desaparecimento deste país balcânico. Quanto à historiografia portuguesa, essa ausência pode ser explicada pelas barreiras linguísticas e pelo desconhecimento da existência desses fundos documentais nos arquivos belgradenses.

Apesar da limitação dos anos abrangidos pela exposição dos resultados desta investigação, considerou-se justificado prolongá-la com a documentação de 1976 e anos posteriores, tomando em consideração o que, então, disseram importantes protagonistas e testemunhas desse seu passado recente entre um 25 de Abril e outro 25, esse de Novembro. Além deste prolongamento, em que o futuro confirma ou desmente o passado, uma parte introdutória apresenta uma síntese da História da Jugoslávia e das ligações entre os dois países antes desse ano de 1974. Porém, tendo em conta os nossos trabalhos já publicados acerca do período de 1941 a 1974, procurou-se apresentar só os seus factos e aspectos principais, tentando completá-los com pormenores e dados que não foram neles mencionados ou só mereceram uma pequena menção nesses textos.

A respeito do texto da tese, estimou-se que seguir uma ordem cronológica na exposição seria a forma mais adequada ao tipo de documentos e aos principais assuntos (políticos na sua maioria) que predominam nos citados milhares de páginas em sérvio-croata, mas também a escolha de alguns temas — a Jugoslávia e os partidos e dirigentes políticos portugueses, a descolonização e suas relações com os movimentos independentistas — que podiam completar e permitir uma análise mais pormenorizada das fontes e a sua compreensão. É de sublinhar ainda que esta documentação — antes ausente na historiografia deste período pelas razões já apontadas — acabou por impor e justificar uma maior descrição do seu conteúdo, devido a ser este o primeiro estudo a seu respeito. Procurou-se, desta forma, atenuar as referidas lacunas (bibliográficas e outras) recorrendo, principalmente, às fontes escritas relativas aos seus numerosos acontecimentos mais importantes.

Deve-se salientar que a existência de outros fundos (desde os arquivos portugueses aos de tantos outros países) e um limite de páginas deste texto obrigaram a encontrar um objectivo principal na investigação e fazer uma opção que foi a seguinte: como os diplomatas, políticos e jornalistas jugoslavos viram, descreveram e interpretaram acontecimentos e relataram conversações com dezenas de actores desses primeiros anos da história portuguesa pós-25 de Abril, durante a qual a situação sociopolítica e o problema da descolonização ocuparam um lugar importante na política internacional. Contudo, na política externa jugoslava, esse lugar foi ocupado muito mais pela descolonização, tendo até as mudanças e as crises

políticas, em Portugal, sido sempre consideradas a partir das suas possíveis consequências nas negociações e independências das colónias africanas portuguesas. Do mesmo modo, pela posição que ocupava no Movimento dos Países Não-Alinhados e as suas relações com os movimentos de libertação, a Jugoslávia foi um dos primeiros países a ser contactado pelo I Governo Provisório, continuando esses frequentes contactos diplomáticos, durante todo o processo da Descolonização, nos seguintes governos provisórios.

Procurou-se apresentar essa visão de Portugal desses observadores jugoslavos e o que ouviram dos seus interlocutores portugueses com as cautelas metodológicas exigidas por este tipo de fontes. Em primeiro lugar, por causa de poucos entre os primeiros saberem português, pela exactidão ou omissões da descrição das suas conversações e pelos acontecimentos que não deixaram nem um único documento ou referência. Deve-se acrescentar que, além destas omissões e faltas de documentação, os comentários eram raros nesses relatos. Recorreu-se, por isso, em certos casos, às fontes e à bibliografia portuguesas.

Depois, estas cautelas justificam-se ainda mais com a diferença evidente das transcrições das gravações de reuniões — por exemplo, as discussões sobre a situação política em Portugal e Angola em reuniões de comissões estatais e partidárias jugoslavias — quando comparadas com outro tipo de documentos (telexes) sobre o mesmo assunto.

Para concluir, duas notas finais. A primeira acerca dos textos traduzidos, em que foi efectuada a transliteração de nomes e de outras palavras, sendo citados, na bibliografia e no índice onomástico, igualmente, na sua grafia em sérvio-croata. Quanto à maioria da documentação (telexes) — ademais da frase demasiado «telegráfica» a algo errado, por vezes, no próprio texto —, a sua tradução só teve de enfrentar as habituais dificuldades a si inerentes. Uma segunda nota para justificar o Resumo, em sérvio-croata, desta tese. Entre diversas razões, seguramente, os seus milhares de páginas de documentos sobre a História de Portugal merecem esta atenção.





## I-P A R T E — A JUGOSLÁVIA E SUAS RELAÇÕES COM PORTUGAL

### I.1 — *A Jugoslávia, a sua história e a política externa*

Devido ao futuro ter um longo passado e as pesquisas efectuadas nos arquivos de Belgrado acerca das relações jugoslavo-portuguesas — de 1918 a meados dos anos oitenta do século passado, conforme permite a legislação arquivística vigente — confirmam essa longa duração, procurou-se encontrar factos e datas na história jugoslava que comprovassem essa aproximação e contactos com Portugal no século XX. Porém, qualquer nota introdutória que tem de ser breve sobre este período anterior ao *25 de Abril* obriga a escolhas difíceis. Por isso, na sua exposição, tendo em conta os objectivos deste resumo, procurou-se contextualizar esses factos e datas mais por meio da história das relações exteriores jugoslavas, do mesmo modo que por uma ou outra referência a algumas das grandes questões da História deste país balcânico (e não só). Entre elas, a Questão Oriental, a balcanização, o Não-Alinhamento e outras sempre actuais como a nacional, a económica e a política.

#### **A História: Do Piemonte Sérvio à RSF da Jugoslávia**

Após as suas vitórias nas duas Guerras Balcânicas (1912-1913) e na I Guerra Mundial (1918), o Reino da Sérvia<sup>1</sup> unificou os eslavos do Sul no Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos que passou a ser designado, em 1929, por Reino da Jugoslávia. Além destes povos da parte balcânica dos desaparecidos impérios austro-húngaro e otomano, o novo país reuniu ainda, no seu território de 248 666 km<sup>2</sup>, a população do pequeno Reino do Montenegro,<sup>2</sup> os eslavos muçulmanos (da Bósnia e Hertsegovina), mas também importantes minorias nacionais — a alemã, albanesa, húngara, romena, turca e outras — que ascendiam a 17% dos seus 12 milhões de habitantes. Relativamente aos montenegrinos e macedónios, só em 1945,<sup>3</sup> a sua

---

<sup>1</sup> Nestas guerras, morreram cerca de 15 a 20% dos seus 4,5 milhões de habitantes (1914). Segundo os estudos mais recentes, na I Grande Guerra Mundial, além dos seus 750000 mortos, as reparações de guerra da Alemanha ascendiam (Conferência de Londres, 1921) a 7,6 mil milhões de marcos-ouro. No entanto, por causa das crises económicas da República de Weimar e da recusa do III Reich, a Alemanha acabou por pagar só uma pequena percentagem do total desta quantia. *Vd. Krchev Boris, «As reparações de guerra e o seu destino após a Primeira Guerra Mundial — o caso do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos», Civitas, n.º1, p.9-17, 2011 (em sérvio).*

<sup>2</sup> Principado (1852-1910) e Reino (1910-1918).

<sup>3</sup> Nesse ano, surgiu a Jugoslávia Democrática Federativa (Março) e, depois, a República Federativa Popular da Jugoslávia (Novembro) com 255 804 km<sup>2</sup> (pós-anexação da Ístria e Zadar) De 1963 a 1992, designou-se República Socialista Federativa da Jugoslávia. Após a desintegração da federação jugoslava, a República Federal da Jugoslávia, formada pelas repúblicas da Sérvia e Montenegro, desapareceu numa confederação — a Sérvia e Montenegro (2003-2006).

nacionalidade foi reconhecida<sup>4</sup> e, em 1971, aos muçulmanos.<sup>5</sup> Todavia, a confrontação búlgaro-sérvia (1913-18) — após uma aliança vitoriosa na primeira guerra balcânica contra o Império Otomano (1912) — excluiu o Reino da Bulgária dessa unificação, a primeira e a única, nos 13 séculos da história dos povos eslavos na Península Balcânica. Uma unificação de povos, mas também de grandes assimetrias económicas e de grandes diferenças sociais, culturais e religiosas num território em que, principalmente, o seu Sul sofreu, além disso, os efeitos das destruições da guerra e da ocupação.

Acrescente-se que esta parte sudeste europeia — onde, os Alpes Dináricos separam o Mar Adriático da planície da Panónia e obrigam o Danúbio (o seu grande afluente Sava tem a foz em Belgrado) a desaguar no Mar Negro — foi a passagem fácil e obrigatória pelo seu Estreito dos Dardanelos para migrações de povos e de invasões entre a Europa e a Ásia. Depois, durante séculos, ali se confrontaram pelas suas fronteiras<sup>6</sup> os dois citados impérios a quem se juntaram, nas últimas décadas do século XVIII, outras grandes potências europeias com os seus interesses político-económicos naquela que se chamou a «*Questão Oriental*» e conduziu à desagregação do Império Otomano.

Das insurreições (1804-13 e 1815-17)<sup>7</sup> à sua independência *de jure* no Congresso de Berlim (1878), a Sérvia tornou-se num *Piemonte* balcânico, mas a ideia da unificação jugoslava apresentou-se sob diversas formas como, por exemplo, numa autonomia ou numa integração dos eslavos do Sul no interior do Império dos Habsburgos sem a Sérvia, na união dos povos jugoslavos e até através de confusos programas pan-eslavistas.

<sup>4</sup> Igualmente, as repúblicas do Montenegro e da Macedónia formaram, então, a federação jugoslava com mais outras quatro repúblicas (Eslovénia, Croácia, Bósnia e Hertsegovina e Sérvia). Na Sérvia, havia duas regiões autónomas (Voivodina e Kossovo-Metóhia).

<sup>5</sup> Como não havia uma nacionalidade (*naroda*), mas várias na Bósnia e Hertsegovina — onde residiam 81,5% dos 1,9 milhões de muçulmanos jugoslavos (8,9% da população da RSFJ), ou seja, 39,5% da população dessa república (censo de 1981) —, a partir do censo de 1971, estes eslavos muçulmanos passaram a ser a sexta nacionalidade jugoslava. Quanto aos jugoslavos (um grupo nacional à parte), nesse censo de 1981, ascendiam a 5,4% da população da RSFJ (7,9% da população da citada república). Entre as minorias nacionais (*narodnosti*) — 11,3% dos 22,4 milhões de habitantes do país —, a albanesa, húngara, turca e eslovaca eram as mais importantes. Nos grupos étnicos, os rons representavam quase 1% da população jugoslava.

<sup>6</sup> Outras fronteiras foram ali antes traçadas com a divisão do Império Romano (395) e — é de salientar pelas suas consequências — com o Grande Cisma da Igreja Católica Apostólica (1054). Este cisma dividiu os eslavos do Sul entre a Igreja Católica Romana (eslovenos e croatas) e a Igreja Ortodoxa (sérvios, macedónios e montenegrinos). Na Bósnia, os bogomilos, perseguidos por estas duas igrejas até à conquista otomana na segunda metade do século XV, ter-se-ão convertido em massa, segundo alguns historiadores, ao Islão e, assim, contribuído para sua implantação entre a sua população de origem eslava.

<sup>7</sup> Este início da luta pela independência e a sua importância mereceram já, em 1829, a atenção de Leopold Ranke na sua obra «*A História da Revolução Sérvia*».

Igualmente, desenvolveu-se como uma renascença nacional na Croácia (o Ilirismo) e na Eslovénia, enquanto na Sérvia teve uma variante oriental — a unificação dos sérvios e búlgaros num Estado comum — e outra ocidental com a criação dum Estado jugoslavo sob a sua direcção que se tornou predominante, a partir de 1903, com Petar I Karadjordjevitich<sup>8</sup> e exigia a confrontação com os dois impérios.

Outra solução para a questão nacional nos Balcãs surgiu com as ideias de Svetozar Markovitch<sup>9</sup> de uma federação para a unificação dos povos balcânicos. Na sua obra «*A Sérvia no Oriente*» (1872) e em artigos publicados, defendeu que um pequeno povo, como o sérvio, não podia erguer um Estado que se pudesse defender das ameaças das grandes potências. Só o poderia conseguir através de acordos com outros povos vizinhos e, principalmente, os eslavos. Outra condição necessária para o fim dos impérios austríaco e turco e a formação de estados balcânicos independentes seria uma revolução não só contra tais impérios, mas também contra todas as forças e instituições sociais que se opusessem a tal federação balcânica. Os seus sucessores criaram o movimento socialista e, em 1903, foi fundado o Partido Social-Democrata da Sérvia.

Do mesmo modo, na sua fase inicial, o Partido Popular Radical (Programa de 1881) propôs a criação duma União Balcânica, primeiramente com a Sérvia, Bulgária e Montenegro. Após a II Guerra Mundial, os partidos comunistas jugoslavo e búlgaro retomaram a ideia de uma federação balcânica que existiu, na III Internacional, com uma função mais organizativa, através de um Secretariado Balcânico, «*para facilitar os contactos e a realização futura deste projecto*».<sup>10</sup>

Entre as variantes que surgiram antes e durante a I Guerra Mundial, venceu a variante da unificação jugoslava do governo sérvio (presidido por Nikola Pachitch<sup>11</sup>) e do Comité

<sup>8</sup> Petar I Karadjordjevitich (1844-1921) – Após o golpe de Estado e do regicídio de Alexandre Obrenovitch (Mai./1903), este neto de Karadjordje Petrovitich (o chefe da insurreição de 1804-13) reinou até 1914, quando, por doença, nomeou regente o seu filho Alexandre.

<sup>9</sup> Svetozar Markovitch (Iagodina, 1846-Trieste, 1875). Entre 1863 e 1870, estudou nas faculdades técnicas de Belgrado, Petrograd (1866-69) e Zurique.

<sup>10</sup> Petranovitch Branko, *A Federação Balcânica 1943-1948*, 206 p., Belgrado, 1991 (em sérvio-croata).

<sup>11</sup> Nikola Pachitch (1845-1926) — Estudou em Belgrado e Zurique. Pertenceu ao primeiro grupo importante de socialistas sérvios, antes de fundar o Partido Popular Radical (1881). Foi a principal figura política do grande período da História da Sérvia (1903-18), no qual, chefiou o governo durante 12 desses 15 anos decisivos. Foi o presidente do governo e ministro dos Negócios Estrangeiros durante as duas guerras balcânicas e a I Grande Guerra Mundial. Esteve ligado à todos os passos político-diplomáticos que conduziram à fundação do Estado jugoslavo. Dirigiu a delegação jugoslava na Conferência de Paz (Paris, 1919-20). De 1921 até 1926, esteve quase interruptamente à frente do governo do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos. Contudo, nesse ano, um processo por corrupção contra o seu filho provocou cisões no Partido Radical e a demissão do seu governo. Morreu meses depois, um dia após uma discussão com o rei Alexandre I sobre este processo e de lhe ter recusado a sua

Jugoslavo (formado por políticos croatas, sérvios e eslovenos do Império Austro-Húngaro). O novo Estado foi proclamado, em Belgrado (1/Dez./1918), pelo regente Alexandre Karadjordjevitch<sup>12</sup>. O desfecho da guerra e as decisões do Tratado de Versalhes (1919) confirmaram esta solução para a questão nacional dos eslavos do Sul. Aqui, deve-se mencionar o apoio da Maçonaria ao reconhecimento internacional do Estado jugoslavo.<sup>13</sup>

Esta situação política reflectia também outro problema fundamental do Estado jugoslavo após a sua unificação, em que se encontraram, pela primeira vez no seu seio, economias de povos e regiões que até então se tinham desenvolvido separadamente e em diferentes direcções. Todavia, desde logo, as suas consequências negativas foram realçadas e apresentadas soluções.<sup>14</sup>

---

nomeação para formar novo governo. Sob a sua direcção foi obtido o reconhecimento internacional e a constituição interna do novo Estado dos Eslavos do Sul. Considerou sempre, como objectivo principal, a reunião de todos os Sérvios num só Estado, aceitando a solução jugoslava como a única capaz de a tornar possível. Preferiu, também, um centralismo baseado num compromisso de unitarismo nacional ("Uma nação com três povos" — Sérvios, Croatas e Eslovenos) às propostas federalistas croatas, tendo em conta a perigosa situação internacional do novo país, rodeado de vizinhos com revisionismos agressivos em relação às suas fronteiras. Esta e outras notas biográficas procuram completar ou atenuar a sua inexistência em outros idiomas, na internet, além do sérvio-croata.

<sup>12</sup> Karadjordjevitch Aleksandar I (1888-1934) — Fez a escola primária em Genebra e o liceu em Petrograd e Belgrado. Regente (desde 1914) e, depois, Rei (desde 1921). Após a renúncia ao trono do seu irmão Djordje, tornou-se príncipe herdeiro (1909). Como militar (estudos em Belgrado e Petrograd), passou 6 anos de guerras (1912-18) nos campos de batalha. Personalidade autoritária, teve conflitos constantes com Nikola Pachitch e Svetozar Pribitchevitch, pois foi sempre contrário a fortes dirigentes e partidos políticos. Assim, tinha nesses partidos (principalmente, no Radical e Democrata) os seus homens de confiança que como ministros eram simples executantes da sua política. Nas forças armadas, contava com a organização secreta "Mão Branca", que tinha à sua frente vários generais (Petar Jivkovitch e outros). Igualmente, a sua influência na vida política apoiou-se tanto em países estrangeiros (França e Checoslováquia), como nos meios financeiros do país e estrangeiro. Esses apoios foram obtidos através suas estreitas ligações com a Maçonaria. Após o atentado na Assembleia Nacional e a morte de Stiepan Raditch, presidente do Partido Camponês Croata (Jun./1928), foi a Paris (Nov./28), onde obteve o apoio para a instauração de uma ditadura (Jan./29). Esta deveria assegurar a unidade político-nacional do país. Por ocasião da sua viagem oficial a França, em Marselha, ele e Louis Barthou foram assassinados (9/Out./34) num atentado efectuado por duas organizações separatistas ("Ustacha" croata e "VMRO" macedónica).

<sup>13</sup> Nenezitch, Zoran D., *Masoni u Jugoslaviji (1764-1980)*, 730 p., Belgrado, 1988. Esta história da Maçonaria entre os povos jugoslavos confirma, por exemplo, que os reis Pedro I e Alexandre Karadjordjevitch eram maçons, assim como quase todos os membros do Comité Jugoslavo durante a I Grande Guerra e, nos 39 governos reais (1918-41), houve 240 ministros maçons (6 presidentes de governo, 31 ministros dos Negócios Estrangeiros, 24 de Educação, 22 da Justiça, etc.). Salienta ainda o importante apoio do Grande Oriente de França à unificação jugoslava.

<sup>14</sup> Conforme salientou, em 1919, o ministro do Comércio e Indústria, Stoían Ribarats, «para que a unidade política que se conseguiu através de um custo tão elevado, seria ilusório, caso no novo Estado, uma região esteja separada de outra por barreiras de qualquer espécie, caso o comércio entre uma e outra região esteja limitado por qualquer condição ou regulamento. Estivemos separados demasiado tempo para que continuemos essa separação... De resto, as diferenças económicas criam as bases para o separatismo político, e com tais desuniões nunca mais nos sentiremos como uma nação. Caso esse todo económico se considerar e dividir em várias partes e cada parte se considerar como autónoma e guardar os seus interesses particulares, então perdeu-se toda a vantagem de uma grande região económica e, actualmente, somente as grandes regiões têm possibilida-

Porém, estas desigualdades de desenvolvimento económico das diversas partes do território jugoslavo acentuaram-se ainda mais no período entre as duas guerras mundiais. O liberalismo económico capitalista acabou por contribuir para que aquelas regiões, que já possuíam um certo grau de desenvolvimento (Croácia, a Eslovénia e a Voivodina), se desenvolvessem mais rapidamente do que as menos desenvolvidas (Bósnia e Hertsegovina, Sérvia, Montenegro e Macedónia). Por exemplo, nos anos vinte do século XX, o desenvolvimento económico da Croácia foi oito vezes superior ao verificado antes da unificação da Jugoslávia e nos bancos de Zagreb encontravam-se cerca de 80% do total do capital bancário privado jugoslavo (1928). Mesmo, uma importante intervenção económica estatal (1935-40) não conseguiu atenuar essa situação socioeconómica.

A II Guerra Mundial começou na Jugoslávia, em Abril de 1941<sup>15</sup>, e só terminou alguns dias depois da capitulação da Alemanha. Durante mais de 49 meses de guerra, as perdas humanas jugoslavas foram entre 960 000 e 1 100 000 mortos numa população de cerca de 16 milhões de habitantes (1941). Cerca de 25% dos seus edifícios e 36% da indústria foram destruídos, elevando-se o total dos danos materiais a 35,8 mil milhões de dólares (de 1938)<sup>16</sup>.

Nesses quatro anos de guerra até à vitória final, em Maio de 1945, sobre os invasores do Eixo e os seus numerosos *quislingues*, surgiu, sob a direcção do partido comunista, um exército e governo nas regiões libertadas. A capital, Belgrado, foi libertada, em Outubro de 1944, por esse exército jugoslavo e pelo Exército Vermelho. Os enormes danos materiais e perdas humanas mais a sua luta pela vitória aliada deram, no pós-guerra dos anos quarenta, à República Federativa Popular da Jugoslávia um lugar importante no contexto da política europeia e das relações internacionais. Uma posição reforçada com o conflito jugoslavo-soviético (1948-53) e uma intensa política exterior, nos anos cinquenta, com os Estados asiáticos e africanos que foi coroada pela realização, em Belgrado, da primeira conferência daquele que seria o Movimento dos Países Não-Alinhados (Set./61).

---

*des de suportar os desafios e a luta pela sobrevivência». Cf. Stankovitch Djordje, «A realidade no começo da Jugoslávia», Tokovi Istorije, 2/2011, Belgrado, 2011, p.167-186.*

<sup>15</sup> No domingo de Páscoa (6/Abr.), sem declaração de guerra, a aviação alemã bombardeou Belgrado (2 300 mortos).

<sup>16</sup> Porém, em nome dessas reparações, a Jugoslávia recebeu somente 35,7 milhões desses dólares (de 1938) ou 73,5 milhões, em 1966, quando, pelo Acordo de Londres, recebeu mais 84,7 milhões de dólares (de 1966). Assim, esse total ascendeu a 158,2 milhões de dólares (1966). Assim, como na I Guerra Mundial, mas desta vez por causa da Guerra Fria, a Alemanha acabou por pagar só uma insignificante percentagem do total dessas quantias (Pavlitsa Branko, «Acerca das reparações e das indemnizações pelos danos alemães à Jugoslávia depois da I e II guerras mundiais», Zbornik Matice Srpske, Novi Sad, 1998, p.207-218).

No pós-guerra, acrescenta-se, o PCJ foi um dos partidos comunistas europeus mais importantes, e Tito, juntamente com Dimitrov, um dos principais dirigentes comunistas após Staline. Também, Belgrado foi a cidade escolhida para a primeira sede do Cominform (Set./47). Posteriormente à ruptura de 1948-53,<sup>17</sup> a Liga dos Comunistas da Jugoslávia (designação a partir de 1952), restabeleceu as relações com o movimento comunista internacional. Apesar das crises posteriores com os partidos soviético — Hungria (1956), 1959-60 e Checoslováquia (1968-69) — e chinês — revisionismo jugoslavo (1959-61) —, essas relações mantiveram-se sem as consequências ocorridas no anterior período.

Na política interna, o período até 1980, ano da morte de Tito, foi marcado pela autogestão (a partir de 1953) e pela descentralização económica. Em meados dos anos 60, após 11 anos de desenvolvimento,<sup>18</sup> em 1965, iniciou-se uma reforma económica e terminou a ajuda económica estrangeira, iniciada em 1949, que se calcula entre 1,65 e 2,4 mil milhões de dólares,<sup>19</sup> dados por causa da estabilidade político-económica da Jugoslávia, principalmente, pelos EUA.

Seguiu-se uma crise económica e foi registado o primeiro grande aumento de preços pós-guerra. Só na segunda metade de 1965, o custo de vida aumentou em 35%. Esta situação económica provocou a emigração de 400.000 jugoslavos (RFA, França, Suécia, Suíça e Bélgica) até meados de 1968. Também, essa reforma económica provocou o fortalecimento das funções político-económicas das repúblicas em detrimento do Estado federal que conduziu à demissão de Alexandre Rankovitch (Jul./66), o vice-presidente da RFPJ, após ter sido acusado de escutas e da colocação de microfones nos aposentos de Tito.

Além dos efeitos da crise mundial (1971-73), deve-se salientar que a década de 70 começou com uma grande agitação nacionalista (Kosovo e Croácia), cujas consequências separatistas foram atenuadas (ou adiadas) pela nova constituição de 1974.<sup>20</sup> Igualmente, ape-

---

<sup>17</sup> Durante o conflito com o Cominform (1948-53), na Jugoslávia, foram presas 55 663 pessoas, das quais, 16 312 foram condenadas a penas de prisão, sendo quase a sua totalidade membros do PCJ. Nos campos de concentração na Goli Otok (Ilha Nua) e Grgur, no Adriático, entre outras cadeias, segundo dados não confirmados, «nas ilhas morreram cerca de 400 pessoas» (Petranovitch Branko e Dautovitch Sava, *O Grande Cisma – Quarenta e Oito*, Podgoritsa, 1999).

<sup>18</sup> Neste período, a taxa anual do PIB jugoslavo foi de 8% e da produção industrial de 12,4%. Também, em 1961, a percentagem da população urbana ultrapassou a rural. Mihailovitch Kosta, *A Realidade Económica da Jugoslávia*, Belgrado, 1981.

<sup>19</sup> Segundo estimativas de diversos autores citados por Kulhitch Todor, *Tito — estudo sociológico-histórico*, Zrenhanin, 2004, p.342.

<sup>20</sup> Numa discussão pública acerca das emendas constitucionais (1971), Mihailo Djuritch (1925-2011), professor da Faculdade de Direito (Universidade de Belgrado), afirmou estas (premonitórias) palavras: «Deve ficar bem claro que, actualmente, a Jugoslávia é já quase só uma noção geográfica, tendo em conta que no seu território

sar da emigração<sup>21</sup> e dos empréstimos estrangeiros,<sup>22</sup> a crise económica agravou-se com os elevados aumentos anuais do défice da balança comercial<sup>23</sup> e, durante essa década, as trocas mercantis entre as repúblicas baixou de 27,7% para 21,1%, ou seja, quase 80% da produção ficou onde foi produzido ou exportado para o estrangeiro. O transporte ferroviário, o correio, telefones e o comércio exterior repartiram-se pelas mesmas repúblicas. Quanto às assimetrias económicas, em meados dos anos 70, o nível de vida da RS Eslovénia era 7 vezes superior ao da RA de Kosovo-Metóhia.<sup>24</sup>

### A política externa

Depois de 1903, a política externa iniciada pela Sérvia caracterizou-se por ligações estreitas com as potências do *Entente*. Além da Rússia, a França ocupou uma posição importante pelos seus grandes empréstimos e investimentos, que lhe permitiu substituir a influência predominante, durante a dinastia dos Obrenovitch, do capital austríaco na economia (e política) deste país com cerca de 3 milhões de habitantes em 1910.

A I Guerra Mundial só aprofundou essas relações — os exércitos francês e sérvio lutaram juntos na frente de Salónica — e, após a Conferência de Paz de Versalhes, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos formou com a Checoslováquia e a Roménia a *Pequena Entente* (1920-21), uma aliança, apoiada pela França, que visava impedir as tentativas revisionistas da Áustria e da Hungria, assim como uma penetração alemã na Europa central e nos Balcãs. Também, esta aliança fazia parte do chamado «cordão sanitário» contra a URSS.<sup>25</sup>

---

*ou, mais precisamente, nas suas ruínas, e isto sob a máscara de um desenvolvimento conseqüente da igualdade entre os povos que nela vivem, encontram-se vários autónomos, independentes, até Estados nacionais antagónicos entre si. Isto é um facto que se deverá olhar de frente corajosamente.»* Palavras também publicadas na revista «Anais» da sua Faculdade e no jornal «Student» que, depois, foram proibidos pelo Supremo Tribunal da RS da Sérvia. Um ano depois, o seu autor foi condenado a dois anos de prisão por «*actividades hostis contra a ordem social e estatal*», «*incitamento e apoio à destruição da fraternidade e da unidade dos povos da Jugoslávia*» e «*apresentação malévola e falsa da situação sócio-política*». Posteriormente, reduzida a nove meses, esta pena foi cumprida pelo condenado numa penitenciária.

<sup>21</sup> Em fins dos anos 70, eram mais de 700 000 emigrantes. As suas remessas de divisas foram, em 1976, de 2,1 mil milhões de dólares.

<sup>22</sup> De 2,5 mil milhões de dólares (1970), duplicou, em 1975, e ultrapassou os 18 mil milhões (1980).

<sup>23</sup> Se, em 1965, a taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 85%, em 1979, desceu aos 48% (um défice de 7,2 mil milhões de dólares), próximos dos 47% do ano de 1953 (Mihailovitch K. *A Realidade Económica da Jugoslávia*, Belgrado, 1981).

<sup>24</sup> Tchalitch Mari-Janin, *A História da Jugoslávia no Século XX*, Belgrado, 2013.

<sup>25</sup> O rei Alexandre I Karadjordjevitch foi um importante apoiante dessa política. Recorde-se a sua instrução militar em Petrograd e os laços com a família imperial russa. A seu pedido, após a derrota das tropas do general Vrangel (1921), a Jugoslávia foi um dos seus refúgios, assim como de muitos outros milhares de «russos brancos». Calcula-se que o seu número atingiu, em 1921, um total de 42 000 refugiados (entre eles, 12 000 militares). No período de 1925-50, esse total diminuiu de 35 000 a cerca de 25 000 (1940) e, depois, a menos de 10 000



Nos anos trinta, em Atenas (Fev./34), com outra aliança (político-militar), o Pacto Balcânico, constituída pela Jugoslávia, Roménia, Grécia e Turquia, a diplomacia jugoslava, conduzida pelo rei Alexandre I Karadjordjevitch, procurou conter as aspirações territoriais da Bulgária e da Itália. Porém, as mudanças na política externa jugoslava e francesa — resultantes do atentado de Marselha (Out./34) e do apaziguamento britânico-francês — e a crescente importância económica alemã no comércio externo dos países balcânicos<sup>26</sup> podem explicar o fim destas alianças, cuja confirmação foi dada pela aceitação jugoslavo-romena do «*diktat*» da Conferência de Munique (Set./38) e sua adesão ao Pacto Tripartido. Acrescente-se que, na segunda metade desta década, as influências britânica e alemã passaram a ter um papel decisivo na situação política jugoslava.

Após a morte, em Marselha, de Alexandre Karadjordjevitch (e de Louis Barthou), o regente Paulo Karadjordjevitch<sup>27</sup> e os primeiros-ministros Stoiadinovitch (1935-39) e Tsvetkovitch (1939-41) iniciaram uma nova política exterior, em que as ligações com Alemanha e a Itália foram predominantes até ao golpe de Estado pró-britânico (27/Mar./41), ocorrido dois dias passados sobre a citada adesão jugoslava ao Pacto Tripartido imposta pela Alemanha.

Uma dezena de dias depois, a Jugoslávia foi invadida e ocupada pelos exércitos alemão, italiano, húngaro e búlgaro (17/Abr.). O governo e o jovem rei abandonaram o país e chegaram ao Reino Unido por via aérea e através de Lisboa<sup>28</sup>.

Neste período entre as duas guerras mundiais, as relações com os países vizinhos foram dominadas pela Itália e, a seguir anexação da Áustria (Mar./38), pela própria Alemanha. Também, a Itália invadiu e anexou a Albânia (Abr./39) e atacou a Grécia (Out./40).

---

refugiados (Iovanovitch Miroslav, *A imigração de refugiados russos no Reino dos SCE 1919-1924*, Belgrado, 1996). Quanto às relações jugoslavo-soviéticas, só foram estabelecidas, no Verão de 1940, com a abertura de representações diplomáticas, seguida de um «*Acordo de Amizade e Não-Agressão*» entre a URSS e o Reino da Jugoslávia (Abr./41).

<sup>26</sup> Nas exportações e importações jugoslavas (1936-39), a participação da Alemanha passou de 30% para mais de 50% com a anexação da Áustria e da Checoslováquia pelo III Reich.

<sup>27</sup> (1893-1976) — Foi um dos três regentes (1934-41) devido a menoridade do herdeiro do trono, Pedro II Karadjordjevitch. Primo direito do Rei Alexandre I Karadjordjevitch. Na política interna, apoiou M. Stoiadinovitch (1935-39) e contribuiu para o acordo entre o primeiro-ministro Tsvetkovitch e Matchek, dirigente do Partido Agrário Croata (1939). Estando ligado aos círculos conservadores do Reino Unido, onde viveu (estudos em Oxford), seguiu a política de apaziguamento de Chamberlain em relação à Alemanha nazista e Itália fascista. Visitou Hitler (1/3/41) e apoiou a adesão jugoslava ao Pacto Tripartido, sendo derrubado pelo golpe de Estado pró-britânico (27/3/1941). É internado pelo governo britânico, durante a guerra, no Quênia e na África do Sul. Igualmente, foi um colecionador importante de obras de arte.

<sup>28</sup> Esta passagem por Portugal foi descrita no nosso *As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974)*, p.396 (+CD), IUC, Coimbra, 2012.

Quanto a estas fronteiras, como disse um político jugoslavo, alguns anos antes, o país estava rodeado de muitas «BRIGAMA»,<sup>29</sup> sendo estas «preocupações» os 7 países seus vizinhos. Uma mais ameaçadora do que outras, mas que podiam justificar plenamente a entrada de balcanização no vocabulário político dos anos vinte do Século XX.

Contudo, apesar de a balcanização ser um perigoso «*divide et impera*» para países com a questão nacional por resolver e, mesmo, exacerbada pela duração e intensidade dos problemas económicos (das assimetrias de desenvolvimento dos seus povos e minorias nacionais a bloqueios e crises económicas) e outros (religiosos, políticos, etc.), deve-se salientar que o seu sucesso exige que os separatismos nacionalistas desse país tenham importantes apoios de países vizinhos e de grandes potências. Naturalmente, esta política não é possível só e quando existe um acordo entre essas grandes potências que a proíba num continente, por exemplo, como na Europa entre 1945 a 1989. Caso contrário, se conseguir resistir, e mesmo que tenha aliados pouco empenhados entre essas mesmas potências, pode acabar por ser atacado pela ou pelas potências suas inimigas. Igualmente, essas guerras podem ser feitas por intermédio dos países vizinhos, mas a agressão para ter êxito acaba por exigir a intervenção de quem a fomentou e apoiou. Entre os exemplos desta política, obrigatoriamente, o caso jugoslavo é muito citado por reunir as suas principais características e consequências.

Durante a II Guerra Mundial, a Jugoslávia foi o único país europeu ocupado com territórios libertados e, a partir de meados de 1943, houve uma mudança da política do Reino Unido em relação à Jugoslávia com o reconhecimento político-militar por parte do governo britânico do Exército de Libertação Popular da Jugoslávia (ELPJ),<sup>30</sup> comandado por Tito, e da supressão do apoio aos *tchétniques* de Draja Mihailovitch (ministro do exército no governo real jugoslavo até Dezembro de 1943) pelo seu colaboracionismo com os exércitos de ocupação italiano e alemão e sua participação na luta contra os *partizans* do ELPJ. Também, esse reconhecimento abrangeu a Assembleia Antifascista de Libertação Popular da Jugoslávia<sup>31</sup> e o

---

<sup>29</sup> As declinações nesta língua eslava dão esta possibilidade, sendo este um dativo ou instrumental plural do nominativo de *briga*. Possível, também, pois é anterior à anexação austríaca, em 1938, pela Alemanha (*Nemačka* em sérvio-croata). Se há algum exagero neste irónico comentário de Milan Stoíadinovitch, ele é pequeno, pois só com dois deles (a Roménia e a Grécia) tiveram relações de vizinhança mais pacíficas.

<sup>30</sup> O ELPJ tinha, em fins de 1943, cerca de 300 000 combatentes, distribuídos por grandes unidades militares e destacamentos de *partizans*, que «*mantinham uma frente por toda a Jugoslávia contra mais de 400 000 soldados ocupantes e 250 000 quislingues*» (Petranovitch Branko, *Istorije Jugoslavije 1918-1988*, vol.II, p.262).

<sup>31</sup> Após a primeira sessão da AALPJ, em Bihatch (Nov./42), a segunda sessão realizou-se em Iaítse (29/Nov./43) e nas suas decisões se fundamentou a Jugoslávia federal e socialista. Nessa data decorreu a Conferência de Teerão que reconheceu a importância militar do ELPJ para os Aliados e aprovou a concessão de apoio e ajuda militar.

seu «*governo no interior*»<sup>32</sup> que, em 1944, tinha cerca de 130 000 km<sup>2</sup> do território jugoslavo sob a sua administração.<sup>33</sup> Nesse ano, os acordos entre o CNLJ e governo real, assinados por Tito e Chubachitch em Junho e Novembro, mais as conversações de Tito com Churchill (Nápoles, em Agosto) e Staline (Moscou, em Setembro) confirmaram a continuidade do Estado jugoslavo, existente antes da guerra, e adiaram o regresso ao país do rei Pedro II até à realização de um referendo nacional para a escolha entre monarquia e república.

Acrescente-se que, durante a guerra contra os exércitos de ocupação e seus *quislignes*, foi conduzida uma revolução social. Assim, a Jugoslávia de 1941 (uma monarquia unitária e capitalista) saiu da guerra como uma república federativa e socialista. É de salientar, também, que essa revolução foi reconhecida pelos Aliados e pelo próprio governo real, o que permitiu à Jugoslávia Democrática Federativa assegurar a continuidade internacional através da formação do seu governo provisório e a admissão na ONU entre os seus membros fundadores, estando presente a sua delegação<sup>34</sup> na Conferência de S. Francisco (Abr./Jun.45)

No plano internacional, ademais da Conferência de Teerão (Nov./1943), a Jugoslávia ocupou um lugar importante, em 1945, nos debates e decisões das conferências de Ialta (4-11/Fev.) e de Potsdam (17Jul.-2Ago.). Na primeira, afora a sua política interna, foram discutidas as fronteiras italo-jugoslavas e as relações jugoslavo-búlgaras.<sup>35</sup> Na segunda, devido à questão de Trieste, e por considerar que a esfera de influências das três grandes potências na Jugoslávia não estava a ser respeitada, Churchill atacou a política interna e externa jugoslava.

Além de Trieste, havia a guerra civil na Grécia e o começo da Guerra Fria. Um ano depois, em Agosto, após mais de 170 violações do seu espaço aéreo por aviões militares estado-unidenses, um deles foi abatido pela aviação jugoslava.<sup>36</sup> Esta escalada de incidentes pro-

---

<sup>32</sup> O Comité Nacional de Libertação da Jugoslávia (CNLJ), presidido por Tito, esteve em funções até à formação (Mar./45) do governo provisório da Jugoslávia Democrática Federativa.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p.283.

<sup>34</sup> Na delegação jugoslava, chefiada por Ivan Chubachitch, encontrava-se Vladimir Dedfier que anotou, no seu diário, a viagem atribulada num C-54 de Casablanca para os Açores «*no sábado, 14 de Abril de 1945*». Após duas horas e meia de voo, esse «*avião de quatro motores*» começou a cair em voo picado de «*9000 pés até aos 1000 pés*», quando o piloto o conseguiu endireitar e aterrar, apesar de «*grande parte das asas estava rasgada, a cauda partida*». Danos e avarias que o impediram de continuar o voo. Nele, dormiram e, no dia seguinte, um domingo chuvoso, noutra avião, vindo de Casablanca, chegaram aos EUA. *Vd. Dedfier Vladimir, Depoimento acerca da Segunda Guerra Mundial*, Belgrado, 1980, p.254-256.

<sup>35</sup> <http://www.fordham.edu/halsall/mod/1945YALTA.html> (consultado em Janeiro de 2014).

<sup>36</sup> Segundo a nota de protesto jugoslavo (10/Ago./46), em três semanas, «*o território jugoslavo foi sobrevoado sem autorização por 172 aviões*». Um incidente que ocorreu só uma dezena de dias após outro avião ter sido obrigado a aterrar por caças jugoslavos.

vocou um agravamento das ligações político-económicas da Jugoslávia com os EUA e os seus aliados. Durante o ano de 1947, as 13 visitas de delegações (militares, comerciais e culturais) e os acordos jugoslavo-búlgaros mostaram que uma federação balcânica podia estar para breve. A seguir à II Guerra Mundial, durante uma dezena de anos, três das grandes potências vencedoras dominaram a política externa jugoslava. Do mesmo modo, estes anos repartiram-se por dois distintos períodos. Assim:

— Até 1948, as relações jugoslavo-soviéticas foram preponderantes, mas o conflito e a ruptura desse ano (Mar./Jun.) entre o PCJ e restantes partidos comunistas do Cominform foram seguidos por uma escalada na suspensão das ligações políticas, económicas, militares e outras com a Jugoslávia por parte da URSS e seus aliados. Ora, nada indiciava uma tão inesperada ruptura. Mesmo, os passos dados, no ano anterior, por Tito e Dimitrov com vista a uma federação balcânica (acordos de Bled e de Varna),<sup>37</sup> alguns sem consultar Staline, já antes tinham sido discutidos, em Moscovo (10-12/Fev.), e as divergências pareciam resolvidas. Após uma primeira reunião de delegações, em que essa política jugoslava e búlgara foi condenada pela delegação soviética,<sup>38</sup> seguiu-se até a assinatura de um protocolo acerca das questões de política externa.<sup>39</sup>

Então, nos meses seguintes, o governo jugoslavo procurou e encontrou, nos EUA e no Reino Unido, a salvaguarda político-militar para as ameaças externas e uma importante ajuda económica<sup>40</sup> para a reconstrução do país. Depois da morte de Staline (Mar./53), as declarações de Belgrado (Jun./55) e de Moscovo (Jun./56), assinadas por Kruchetchov e Tito, repuseram uma equidistância que iria caracterizar, apesar de crises temporárias, as ligações da Jugoslávia com estes países e seus blocos durante a Guerra Fria.

---

<sup>37</sup> Petranovitch Branko, *A Federação Balcânica 1943-1948*, 206 p., Belgrado, 1991 (em sérvio-croata).

<sup>38</sup> Nessa reunião (10/Fev.), Molotov salientou a «grave encruzilhada» surgida entre os três países e mencionou as razões para essas divergências: a assinatura do acordo jugoslavo-búlgaro de aliança política-militar (Varna, Nov./47); as declarações a jornalistas estrangeiros de Dimitrov acerca de uma futura federação de Estados socialistas da Polónia à Grécia (17/Jan./48); e a proposta de Tito a Enver Hodja do envio duma divisão do exército jugoslavo para a Albânia (19/Jan./48). Embora sem citar Ialta e Potsdam, uma semana depois das declarações de Dimitrov, Staline enviou-lhe um telegrama em que frisou que essas declarações só facilitaram a luta dos «anglo-americanos» contra «os estados democrático-populares». Nos dias seguintes, o *Pravda* publicou uma crítica a essas mesmas declarações. Selinitch Slobodan, Baiaguitch Duchan, *A Jugoslávia e o Mundo (1945-1950) Cronologia*, Belgrado, 2010.

<sup>39</sup> *Ibidem*. Segundo este protocolo de acordo mútuo (12/Fev.), a URSS e a Jugoslávia ficavam obrigados a se consultar «acerca das questões internacionais importantes que dizem respeito a ambos os países». Um documento igual foi assinado pela delegação búlgara.

<sup>40</sup> Entre 1949 e 1966, essa ajuda económica, principalmente dos EUA, ascendeu a cerca de 2,4 mil milhões de dólares. Apesar da posição britânica ter sido secundária nessa ajuda, a primeira visita oficial de Tito ao estrangeiro, após 1948, foi a Londres (16-21/Mar./53).

— Em meados de 1954, novos campos para a diplomacia jugoslava se abriram com a recepção de uma primeira carta do governo soviético propondo a normalização das relações entre os dois estados e, nos dias seguintes a essa carta, um convite de Nehru para a visita oficial de Tito à Índia. Se a abertura do processo de reconciliação com a URSS iria permitir contrabalançar a dependência com um só bloco, ao mesmo tempo, os resultados dessa visita (Dez./54-Jan./55) transformar-se-iam, nos anos seguintes, na terceira alternativa da sua política externa. Após a realização do primeiro «*encontro multilateral de estadistas não-alinhados*», na ilha de Brioni (Jul./56), de Tito, Nehru e Nasser, foi considerado um passo importante para a criação do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Nesta fase inicial do Não-Alinhamento, a política externa jugoslava dependeu das directivas de Tito e das suas visitas a 14 países asiáticos e africanos, entre 1959 e 1961, assim como a sua participação na XV Sessão da Assembleia-Geral da ONU (Set./60), onde teve conversações com Nehru, Nasser, Sukarno e Nkrumah. Uma moção conjunta, apelando a um recomeço das conversações entre os EUA e a URSS, mostrou uma unidade de posições quanto aos conflitos entre as grandes potências e surgiu então a ideia da realização de uma reunião destes e de outros dirigentes dos países africanos e asiáticos. Meses passados, no Egipto (Abr./61), Tito apresentou uma proposta para a sua convocação, cujas principais questões dos debates, os critérios de admissão e a escolha da capital jugoslava para a realização da sua primeira cimeira foram aprovados numa reunião ministerial preparatória no Cairo (Jun./61). Além dos resultados desta actividade diplomática, a Jugoslávia estabeleceu importantes trocas comerciais com alguns destes países, embora, neste período, sem nunca atingir 15% do seu comércio exterior.<sup>41</sup>

Ainda, em Setembro desse ano, a Conferência de Belgrado<sup>42</sup> reuniu 25 Estados membros, 3 países observadores e representantes de 38 movimentos de libertação, partidos e organizações progressistas de todos os continentes. Entre estes últimos, alguns dirigentes dos movimentos das colónias portuguesas (UPA, MPLA, CONCP, UDENAMO e PAIGC).<sup>43</sup> Um

---

<sup>41</sup> Conforme os dados estatísticos (1960), os restantes 60% pertenciam aos EUA, países europeus ocidentais, Canadá e Austrália e 27% à URSS, países do leste europeu e China.

<sup>42</sup> De 1 a 6 de Setembro desse ano, realizou-se a «*Conferência de Belgrado dos Chefes de Estado ou de Governo dos Países fora dos Blocos*», pois só, na terceira cimeira (Lusaca, Set./1970), surgiu a designação de países não-alinhados.

<sup>43</sup> Holden Roberto, Jonas Savimbi, Johnny Pinnock e Eduardo Webber (UPA), Mário de Andrade e Gentil Viana (MPLA), Marcelino dos Santos (CONCP), Adelino Gwambe (UDENAMO) e Amílcar Cabral (PAIGC). Ainda é de mencionar que Holden Roberto e Jonas Savimbi já tinham estado, um mês antes, em Belgrado, onde tiveram conversações com a ASPTJ e, «*a seu pedido*», foram recebidos por Tito.

deles, Amílcar Cabral, entregou o documento da Junta Central de Acção Patriótica, endereçado à Conferência, que tinha recebido de Mário Ruivo.<sup>44</sup>

Nos anos seguintes, o Movimento dos Países Não-Alinhamento tornou-se o campo principal da política exterior jugoslava, cuja direcção dependeu sempre de Tito<sup>45</sup> e que nela encontrou uma liderança a nível internacional, tendo assim encontrado a saída para o isolamento político de 1948 a 1953.

As relações com os «*dois blocos*» e suas grandes potências foram, depois de 1955, caracterizados por uma política de equidistância que, além de ter uma longa tradição na História dos Balcãs, foi aceite pelos EUA e a URSS como a solução mais adequada para a nova situação internacional com dezenas de países recém-independentes e fora das esferas de influências bem delimitadas como ocorreu, em 1945 (conferências de Ialta e Potsdam), na Europa.

Por fim, pode-se considerar que, nestas primeiras três décadas do pós-guerra, a *welt-politik* jugoslava teve dois campos principais até meados dos anos 50 (as ligações com os dois blocos), quando, surgiu um outro, o do não-alinhamento, que passou a ocupar uma posição importante entre o encontro de Brioni à Conferência de Belgrado (1956-61). Igualmente, pode-se-lhes juntar um quarto, este relativo às ligações com o movimento comunista internacional, o qual, após o citado interregno de 1948-55, voltou a integrar o partido jugoslavo.

Nas décadas de 60 e 70, apesar de algumas crises nestas relações, a sua duração nunca foi longa nem ocorreram as rupturas que marcaram o primeiro decénio da chamada Segunda Jugoslávia. Contudo, deve-se sublinhar que essas crises existiram, mas foram mais internas e podem ser designadas por as questões nacional e económica. Embora, conhecidas e discutidas,<sup>46</sup> não só ficaram por resolver, mas ainda se agravaram na década seguinte até à implosão da Jugoslávia nos anos de 1991 e 1992.

---

<sup>44</sup> O seu texto integral foi publicado, no diário *Borba* (24/Set.), com uma nota «*que só chegou após o encerramento da Conferência*» e tinha sido enviado pela «*Junta de Acção Patriótica*».

<sup>45</sup> Há uma grande unanimidade acerca das suas ideias terem sido decisivas na criação dessa política. A respeito de uma avaliação dessa direcção (1945-80), pode-se citar: «*A política externa de Tito é um exemplo raro de relativa incursão autónoma e com sucesso nas relações hierárquicas da ordem internacional e do domínio das inevitáveis sujeições periféricas dos pequenos países aos interesses das potências poderosas. O sucesso diplomático é flagrante porque a independência nas relações internacionais foi realizada com um Estado no espaço balcânico proverbialmente instável e na zona perigosa dos interesses indefinidos dos blocos. Trata-se de uma invulgar diplomacia activa e com sucesso em particulares circunstâncias históricas*». Kulhitch Todor, *Tito — estudo sociológico-histórico*, Zrenhanin, 2004, 240 p., (em sérvio).

<sup>46</sup> Os autores de «*A Agonia das Duas Jugoslávias*» (Belgrado, 1991), os historiadores Branko Petranovitch e Momtchilo Zetchevitch, citaram como exemplo dessa situação o discurso de Tito, numa reunião do CC LCJ (Mar./70), em que disse: «*Hoje, cada vez mais e mais se aspira não só à autonomia, mas como que as repúblicas quase se querem tornar sociedades independentes, separando-se politicamente da Federação. A Federação para alguns, hoje, já quase nada significa, ela se respeita cada vez menos e menos e o nome da Jugoslávia serve mais como uma palavra de ordem que, gradualmente, se apaga. [...] Agora, se alguém me perguntasse, eu teria difi-*

## I.2 — *As relações jugoslavo-portuguesas (1918-1974)*

Na I Guerra Mundial, a Sérvia e Portugal foram aliados e as suas relações diplomáticas já datavam dos anos oitenta do século XIX, embora a abertura da sua primeira representação diplomática, em Lisboa, foi só em Outubro de 1917. Porém, a chegada do diplomata, acreditado junto do governo português, só ocorreu depois de uma dezena de meses. Em breve, esta legação já do novo Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos foi encerrada (Mar./1920) por razões financeiras e as reduzidas ligações entre os dois países ficaram a cargo, até 1941, da legação em Espanha e de consules honorários portugueses.<sup>47</sup>

### **Entre as duas guerras mundiais**

Neste período entre as duas guerras mundiais, Portugal ocupou um lugar bastante secundário na política externa jugoslava. Se os contactos políticos foram reduzidos, também, as trocas comerciais atingiram raramente no mercado português (com as suas colónias de Angola e Moçambique) mais de um 0,10% do total das exportações ou importações jugoslavas. Predominou a exportação de madeiras e o cimento e a importação de cortiça e de produtos agrícolas coloniais.

Quanto a outras ligações, houve algumas a nível de organizações internacionais (Associação Maçónica Internacional<sup>48</sup> e Federação Interaliada dos Antigos Combatentes<sup>49</sup>). Houve, ainda, factos menos conhecidos, desde um caixeiro-viajante jugoslavo preso pela PVDE «*por bolchevista*», à actriz belgradense doente e sem dinheiro, passando por uma numerosa «*família cigana*» no Porto, bem assim, a chegada ao porto de Lisboa, em 1932, de dezenas de emigrantes jugoslavos, vindos do Brasil, que fugiam à crise política e económica nesse país.

---

*culdade de responder que temos uma verdadeira Federação. Isto parece-se mais a uma confederação e, em algumas questões do sistema em relação à Federação, a situação é ainda mais difícil». E, achava, que essa crise se parecia bastante «a uma luta pelo poder». Por isso, devido a um «tal comportamento dos nossos fóruns partidários temos de resolver, porque se aqui não formos capazes de pôr ordem, então não a pudemos ter nem no Estado, nem nas repúblicas, nem na Federação».*

<sup>47</sup> Pušica, Branko, «*Poslanstvo Kraljevine Jugoslavije u Portugaliji – Lisabon 1917-1920; 1941-1945, «Arhiv», Belgrado, 2013 (1-2), p.32-45 (B.Puchitsa, Legação do Reino da Jugoslávia em Portugal – Lisboa 1917-1920; 1941-1945; Oliveira, Humberto Nuno de, «Subsídio para a história das relações bilaterais entre Portugal e a Sérvia», Lusíada-História n.º7/2010, p.443-473.*

<sup>48</sup> Após a reunião, em Paris (Jul./17), das maçonarias dos países da *Entente*, as relações com o Grande Oriente Lusitano continuaram, embora a ausência da sua delegação no Congresso da AIM (Belgrado, Set./26) possa indicar que esses contactos foram raros ou deixaram poucos traços documentais.

<sup>49</sup> Uma numerosa delegação jugoslava participou no XIII Congresso Internacional da FIDAC, realizado em Portugal (Set./32). Três anos antes, uma delegação portuguesa esteve, em Belgrado, no seu anterior congresso.

Além destas raras referências documentais, poucos foram aqueles viajantes que escreveram sobre a sua estadia. Para um deles, Ivo Andrić<sup>50</sup> (diplomata e escritor), Portugal abria uma «*porta verde para uma manhã de festa*» em oposição a uma Espanha que era «*como qualquer coisa sonhada e pesada*».<sup>51</sup> Um outro, Voíslav M. Iovanovitch, também diplomata, preferiu fotografar Lisboa e a ilha da Madeira<sup>52</sup>, cujas gentes e ruas retratou em mais de 300 fotografias com legendas e comentários.

Anos depois, Velimir Bařikitch («*economista e homem de negócios*») descreveu a sua passagem por Portugal (Ago./40) a caminho de Nova-Iorque. Após uma viagem aérea de Zagreb que durou 17 horas, fazendo escala em Roma, Barcelona e Madrid, e outras duas horas e meia de controlos (aduaneiro e policial) no aeroporto, que ficava «*a 30 km da cidade*», chegou a Lisboa. Ali, escreveu: «*não se chega facilmente, mas ainda muito mais dificilmente se pode sair*». A explicação para esta situação era que «*os grandes barcos não navegavam — por causa do risco. Todo o transporte de passageiros se mantinha com barcos mais pequenos: americanos, portugueses e gregos*». Sabendo dos bilhetes esgotados — tanto nos barcos, como no hidroavião *Clipper* — para as viagens nessa e nas próximas semanas, «*tentou um truque oriental*» na agência de viagens do seu hotel e gritou que dava «*200 dólares a quem lhe conseguisse poder viajar dentro de dois dias*». Uma oferta aceite por um dos presentes que o informou, na manhã seguinte, de que podia «*viajar em segunda classe*» nesse mesmo dia.

Esta curta estadia relatou-a em dois artigos, publicados no seu semanário económico,<sup>53</sup> procurando descrever o que viu e ouviu nas ruas lisboetas, citando datas e figuras da história portuguesa e com conclusões e generalizações suficientes para manter interessados os seus leitores.

---

<sup>50</sup> Em 1928, na legação em Madrid, visitou Lisboa e Sintra que descreveu em «*Portugal, país verde*» e «*Byron em Sintra*». Cf. nosso artigo: «*Portugal em dois escritores jugoslavos*», *História*, n.º. 65, Lisboa, 1984, 54-63.

<sup>51</sup> O futuro Prémio Nobel da Literatura (1961) reconheceu, contudo, que «*este país festivo*» lhe ficou na memória não por causa de Lisboa, mas sim pelas belezas naturais de Sintra «*com o ex-palácio real e o Castelo da Penha que pela sua posição ultrapassa a beleza de tudo o que se possa imaginar e contar*», e também pelas suas queijadas que eram «*como a boa poesia: são doces, mas não enjoativas*».

<sup>52</sup> Conselheiro da legação, em Londres, viajou num paquete britânico para o Funchal, onde esteve 3 semanas (Out.-Nov./33), e algumas horas nas suas escalas em Lisboa. Cf. nosso artigo: «*Lisboa e Funchal nos 30*», *História*, Janeiro 2001, 44-47.

<sup>53</sup> «*Narodno Blagostanje*» («*O Bem-Estar Nacional*»), n.º 32, n.º 35, Belgrado, Agosto 1940. Cerca de 300 linhas de texto repartidas por 5 páginas.



No primeiro artigo («*Carta de uma Viagem*»), descreveu uma guerra distante, os seus refugiados,<sup>54</sup> o calor e a chegada a Lisboa mais as dificuldades de compreender o português<sup>55</sup> num Portugal que era «o *único Estado absolutamente neutral no Ocidente*», onde se amontou «*tudo o que pensou que deveria partir de casa*». Outras dificuldades surgiram com a partida, pois os paquetes eram pequenos e poucos para tantos passageiros, o que o obrigou «*a regatear*» a sua passagem.

No segundo («*Caleidoscópio Português*»), escreveu sobre a sua visita à exposição de «*O Mundo Português*» e o seu império colonial, mais a Inglaterra e os seus capitais.<sup>56</sup> Após considerar como «*uma história triste*» as relações luso-inglesas e as invasões francesas, referiu-se ao período «*Da República à Ditadura*» de 1910 à «*ditadura militar*» que então «*era gerida por civis*» («*o presidente do governo é financeiro por profissão*») e ao comentário de um seu companheiro da viagem de avião acerca de Portugal.<sup>57</sup> Quanto a «*Portugal na guerra actual*»<sup>58</sup> encontrava-se a caminho de ficar entre as desavindas Espanha e a Inglaterra, mas como tinham a Salazar — «*muito apreciavam as capacidades*» porque «*sabia o que fazia*» — nele confiavam. Depois, perguntando «*quem mais explorava os refugiados*» — dizia-se que ascendiam a «*um milhão*» —, descreveu a sua situação em Portugal e as dificuldades para continuarem as suas viagens «*através do Oceano*».<sup>59</sup> Nessas suas longas esperas, apesar de os

---

<sup>54</sup> O «*rio de viajantes da Europa Ocidental, Oriental e Central, que surge de numerosos afluentes, e desagua no mar, em Lisboa, pode-se chamar uma migração de povos*».

<sup>55</sup> Como sabia italiano, pensou que poderia vencer as dificuldades em espanhol e em português, mas quando conversava nessas três línguas «*não sabia o que falava, nem o que me diziam*». Depois, «*os portugueses têm então o interessante atributo de continuarem a falar convosco, embora saibam que não compreendemos nem uma palavra*».

<sup>56</sup> «*Nem economicamente, Portugal não é a metrópole das suas colónias: indigente de capitais, ele não pôde formar companhias para a exploração das colónias, pelo que deixou isso para os ingleses. De resto, as grandes empresas mesmo em Portugal são de capitais ingleses. Deste ponto de vista, Portugal é também um pouco colónia. Onde os números e a riqueza decidem, ali um pequeno e pobre Estado é impotente*».

<sup>57</sup> Numa agência de viagens, a caminho da América do Sul, disse-lhe «*como se sente feliz num país livre. Podia-se falar do que se queria, de comprar e vender o que queria e, por fim, não havia limites de divisas. Uma autêntica Suíça*». Aconselhou-o a que «*disserte — mas não acerca das questões políticas do país — pois, mais uma vez, poderia ter grandes dissabores*».

<sup>58</sup> Apesar de os portugueses passarem tempos festivos, escreveu: «*[...] estão muito preocupados, receiam pelo seu futuro. Não sabem de quem ter medo — mas só repetem como os grandes comem os pequenos. As piores perspectivas são para as colónias. Na África, estão perante enormes mudanças. Isto se pressente*».

<sup>59</sup> Entre elas, além dos barcos e dos preços das passagens — no *Quanza*, um camarote para um passageiro custava entre 9 e 11000 escudos e a viagem durava 10 a 13 dias —, havia as esperas por um lugar nos «*clippers*» (quase 11 contos por bilhete, mas só 30 horas de viagem).

preços dos «*hotéis terem ultrapassado todos os limites*», a alimentação não encareceu tanto.<sup>60</sup> Para terminar, alguns dados históricos e geográficos de Lisboa e breves notas acerca da vida quotidiana dos seus 600 000 habitantes com frequentes eléctricos, muitos cafés e cinemas com filmes que, em Belgrado, tinham visto há muito tempo. Os portugueses eram baixos, «*roliços, bastante morenos e cabelos e olhos muito negros*» e pareciam-se, segundo o autor, aos «*nossos judeus espanhóis*».<sup>61</sup> Eram «*muito sociáveis e naturalmente educados*», mas «*não pareciam enérgicos*», talvez, por causa do grande calor. Relativamente às suas críticas, as mais mordazes foram para o *Quanza*<sup>62</sup> e um «*medonho flagelo das moscas*».<sup>63</sup>

### Em Fevereiro de 1941

Além destes rastros e relatos numa escolha entre uma parca oferta que caracterizou este primeiro período das relações jugoslavo-portuguesas, em Fevereiro de 1941, outro período começou com a reabertura da legação de Lisboa que foi efectuada por Slavko Kofíitch — um diplomata da embaixada jugoslava na França de Vichy — e funcionou até ao seu encerramento exigido pelo governo português (Abr./1948). Quanto à primeira missão diplomática portuguesa, em Belgrado, a sua abertura esteve prevista, em 1947, mas foi anulada<sup>64</sup>. No entanto, como não houve um corte de relações diplomáticas, estas passaram a estar dependentes, até meados de 1974, das suas embaixadas em França.<sup>65</sup>

Durante a II Guerra Mundial, em Abril de 1941, o ataque e a ocupação do Reino da Jugoslávia pelos exércitos do Eixo (alemão, italiano, húngaro e búlgaro) transformaram esta

<sup>60</sup> Segundo ele, «*Lisboa tinha uma válvula de segurança contra o aumento dos preços dos alimentos que era uma enorme chegada de peixe — tanto que nunca se pode comer todo. Quem pode comer peixe duas vezes por dia, podia comer barato. A fruta — excelente — igualmente há em abundância*».

<sup>61</sup> Na Jugoslávia, em 1941, 82 000 dos seus habitantes pertenciam à minoria nacional judaica, dos quais, um terço era sefardita. Então, dos 12 000 que viviam em Belgrado, 80% eram sefarditas.

<sup>62</sup> Segundo este seu passageiro, empilhados ao monte, os passageiros «*quando andavam pisavam-se uns aos outros*» e a sua primeira classe tinha «*dois ou três passageiros por camarote*», dos quais, uma parte sem lavatório.

<sup>63</sup> Embora, em Lisboa, não houvesse mosquitos, acerca das moscas, um estrangeiro disse-lhe: «*estas vivem, durante o dia, nas retretes e, nas horas das refeições, vão para as salas de jantar*».

<sup>64</sup> Até 1941, as relações estiveram dependentes da legação em Bucareste e de consules honorários. Nesse ano, em Belgrado, o encarregado da Legação de Portugal entregou as suas credenciais (11/Mar.) e enviou um telegrama para Lisboa, em que se referiu ao bombardeamento alemão (6/Abr.), antes de sair da Jugoslávia.

<sup>65</sup> Sobre este período (1941-74), os nossos trabalhos: «*Alguns documentos da Legação do Reino da Jugoslávia em Portugal (1941-45) — aspectos vários da política salazarista*», Vértice, n.º 470/472, Coimbra, 1986; «*A legação jugoslava e a oposição antifascista portuguesa (1945-48)*», Vértice n.º 98, Nov.-Dez. 2000; «*Dois viagens de Álvaro Cunhal à Jugoslávia (Dez./47 e Out./64)*», Vértice n.º 128, Mai.-Jun. 2006; «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974)*, p.396 (+CD), IUC, Coimbra, 2012; «*A Conferência de Belgrado (Set./1961), a Jugoslávia e o Colonialismo Português*, Belgrado, 2014.

legaçoão numa das mais importantes para o governo real jugoslavo que, desde de Junho desse ano, estava refugiado em Londres após a sua passagem por Lisboa. Antes, em Maio, quase uma centena de jugoslavos (diplomatas, funcionários, militares, jornalistas, familiares, estudantes e criadas), que se encontravam na Itália e na Albânia, tinha chegado à estação do Rossio num comboio especial de Roma. Nessas primeiras semanas de guerra, também 150 marinheiros jugoslavos se refugiaram com os seus navios mercantes no Tejo. Estes e outras centenas de refugiados<sup>66</sup> que chegaram a Portugal até meados de 1943 — pois a partir da nova situação político-militar italiana o seu número diminuiu — partiram depois para a Grã-Bretanha e outros países nos continentes americano e africano por via marítima segura (em barcos portugueses ou de outros países não beligerantes) e regulares ligações aéreas (Reino Unido e EUA).

Entre as principais actividades desta representação diplomática, encontraram-se as consulares (vistos e viagens para cidadãos jugoslavos em Espanha, França, Itália e Suíça), as políticas (informações sobre a situação político-militar na Jugoslávia, Portugal e outros países) e de assistência (subsídios para refugiados em Portugal e envio de encomendas de alimentos e roupas para prisioneiros militares e civis jugoslavos na Alemanha). Manteve, também, o apoio e os contactos com as legações em Madrid e Berna, assim como com o consulado em Marselha.

Nessas actividades, contou com o apoio de 3 delegações: a do Ministério dos Assuntos Interiores foi substituída (Ago./43) por uma militar até Outubro de 1944; a da Cruz Vermelha teve as suas próprias instalações e funcionou sem interrupções. Durante estes anos, a legação teve 13 funcionários (diplomatas e funcionários), dos quais, dois portugueses. As delegações tiveram 8 funcionários. Quanto à duração das suas estadas, ela oscilou entre alguns meses a dois anos e meio, excepto um contínuo<sup>67</sup> que ficou em Portugal até 1948, desde a sua chegada (Mai./41) com a sua filha (11 anos).

---

<sup>66</sup> O seu total não foi encontrado devido ao desaparecimento do arquivo da Secção Internacional da PVDE — após 1986, todas as nossas tentativas para saber do seu paradeiro, então depositado «*para triagem*» no sotão do Serviço de Estrangeiros, nunca tiveram uma resposta esclarecedora — e dos livros ou registos anuais consulares dos pedidos de vistos e outros da legação junto do MNE e da citada PVDE. Todavia, pela correspondência da legação, houve outros grupos, vindos da França de Vichy (Ago./41), como um de cerca de 50 diplomatas, funcionários e familiares (Ago./41), ou outro de 14 militares fugitivos de campos de prisioneiros (Dez./43). Quanto a outros refugiados, houve dezenas de famílias e outros casos de militares fugitivos que passaram por Lisboa. Resta (por fazer) a pesquisa dos vistos (o *navy-certificate*) da embaixada britânica, sendo esta uma solução para um cálculo mais rigoroso desse número de refugiados jugoslavos.

<sup>67</sup> Foram dois dos 92 passageiros do comboio especial que partiu de Roma (4/Mai./41) e chegou 3 dias depois a Lisboa. Em Milão, num hospital, ficou moribunda a mulher de Bogolhub Tchurtchitch (contínuo no Consulado nessa cidade) e mãe da sua filha Radmila. O relato desta viagem foi descrito por outro passageiro, o grande escritor jugoslavo, Miloche Tsrnhanski, no seu *Embaixadas*, onde descreveu também os seus cem dias que passou em

Quanto à situação política e social portuguesa, a ameaça de uma possível invasão alemã<sup>68</sup> foi, até 1943, um dos assuntos que mereceu as maiores atenções na correspondência enviada para o governo jugoslavo em Londres. Então, as derrotas do Eixo (Norte de África e Stalinegrado) fizeram desaparecer essa ameaça — mesmo as bases aliadas nos Açores não a fizeram reaparecer — e diminuíram bastante as dificuldades na concessão de vistos que existiram, em 1941, em Espanha e, por vezes, em Portugal. Em meados desse ano de 1943, os telegramas da legação sobre a queda de Mussolini, «*as sangrentas desordens operárias*» e o futuro político de Salazar confirmavam até a derrota próxima da Alemanha. Segundo o seu subscritor, o encarregado de negócios jugoslavo, mesmo o «*regime de Salazar não pode, mesmo segundo a opinião dos seus amigos, sobreviver em nenhum caso ao fim da guerra*».

A partir da libertação da França e da Bélgica (Set./44), o território português deixou de ser passagem obrigatória para o Reino Unido e diminuiu a actividade das representações diplomáticas aliadas na sua capital, começando os seus diplomatas a regressar aos seus países. Segundo o legado real jugoslavo, por isso, «*para coisas puramente europeias, Portugal começa[va] a ocupar novamente o lugar que tinha antes da guerra*».

Nesses últimos 4 anos, após a capitulação ou a «*étrange défaite*» francesa, Lisboa e os seus arredores (Estoril e Sintra), mas também Ericeira e Caldas da Rainha, foram para muitas centenas de jugoslavos a *Casablanca* para destinos mais seguros. Uma passagem que durou meses para muitos por causa dos vistos e viagens ou anos para um pequeno número a quem lhe foi concedido a «*autorização de residência*» da citada Secção Internacional da PVDE. Os seus rastros documentais reduzem-se, na sua maioria, aos dados pessoais, pedidos de vistos, autorizações de residência da PVDE e telegramas ou ofícios para o MNE jugoslavo em Londres com informações acerca de cidadãos jugoslavos em Portugal e noutros países europeus e a solicitar vistos britânicos para todos aqueles a quem a viagem foi autorizada. Porém, os relatórios de alguns casos de conflitos pessoais e de corrupção, suicídios<sup>69</sup> e prisões, sem esquecer

---

Portugal (Vd. nossa tradução, notas e introdução in «*História*», n.º105, Lisboa, 1988, 4-29). «*Vou por um caminho que não se sabe o fim*», escreveu, mais tarde, acerca dessa viagem. A seguir ao seu longo exílio em Londres, em 1965, o regresso a Belgrado. Na sua bagagem, um exemplar de *Os Lusíadas* que tinha comprado «*na praça principal*» de Lisboa, onde «*estava uma feira de livros*».

<sup>68</sup> Segundo o Dr. Mário Neves — entrevista não gravada (Nov./1986) —, foi através da legação jugoslava que soube (1941 ou 42) que tinha lugar num avião no caso da invasão alemã. Conheceu bem Kořitch pois conversavam frequentemente sobre «*a Oposição a Salazar*» e foi convidado por ele a sua casa. Sabia também que a mulher dele «*não era a esposa*» e, a seguir à sua partida para Londres (Nov./42), só voltou a ter contactos mais directos com a legação após a chegada de Dragoljub Iovanovitch (Mai./45).

<sup>69</sup> Devido a ter perdido dezenas de contos no Casino do Estoril — segundo Kořitch, faltavam cerca de 70 contos «*na caixa da Legação*» —, o secretário Borko Trpkovitch «*suicidou-se, depois de ter morto antes a mulher*»

os de espionagem,<sup>70</sup> permitiram saber mais pormenores sobre muitos desses refugiados, as ligações entre si e com a sua legação, assim como com pessoas e instituições portuguesas. Quanto a outras fontes, as pesquisas de notas e textos de Tsrnhanski<sup>71</sup> e de documentos (correspondência, notas, fotografias, etc.) de quem viveu nesses anos em Portugal deram poucos resultados.

Em 1944, os acontecimentos políticos e militares jugoslavos — desde o acordo Tito-Chubatchitch (Junho) à libertação de Belgrado (20/Out.), passando pelas conversações de Tito com Churchill, em Nápoles (Agosto), e Staline, em Moscovo (Setembro) — provocaram mudanças de diplomatas pelo governo real nas suas legações, o que, na de Lisboa, diminuiu a sua actividade. Nesses últimos meses da guerra, o seu último diplomata<sup>72</sup> informou (Jan./45) de que se ouviam «*boatos de golpe de Estado da parte de alguns generais. Fala[va]-se que Salazar soube e o ministro do exército saiu de Lisboa por três dias para preparar a resistência.*» Dizia-se, acrescentou, que o «*novo governo seria formado por personalidades militares e civis e teria por programa a resolução das questões sociais e concessão de mais liberdades*». Um dos seus últimos assuntos, em Portugal, foi o incidente do reconhecimento do novo governo jugoslavo por parte do MNE português (Abr./45),<sup>73</sup> que, segundo um relatório jugoslavo, se resolveu devido à intervenção britânica que aconselhou uns a não abandonarem «*completamente*» a Península Ibérica e os outros os Balcãs.

---

(12/Ago./42). No dia seguinte, devia ter viajado para Londres, por via aérea, a pedido dos serviços secretos britânicos para interrogatórios na «*The Royal Victoria Patriotic School*».

<sup>70</sup> Entre eles, é de mencionar Duchan Popov (o «*Tricycle*», célebre espião duplo dos serviços secretos britânicos), que passou diversas vezes por Lisboa e Estoril, cujo casino gostava de frequentar. Este advogado de Belgrado (1912-81) inspirou Ian Fleming, que o conheceu bem em Lisboa e Londres, para o seu James Bond.

<sup>71</sup> No seu espólio (Biblioteca Nacional da Sérvia), há breves anotações de viagens por Portugal (Setúbal, Santarém, Coimbra e Porto) que confirmam o que escreveu, anos depois, no exílio em Londres, nas suas *Embaixadas: «Fixei-me, todavia, no Estoril (pronuncia-se Ecturil) e percorro Portugal e leio Camões, como num sonho*».

<sup>72</sup> O secretário, Vukadin Milutin, chegou a Lisboa, vindo de Londres, um mês após o suicídio dos Trpkovitch (Ago./42). Antes, tinha estado na legação em Moscovo.

<sup>73</sup> Nesses dias, nos Açores, um dos membros da delegação jugoslava (Conferência de S. Francisco), cujo avião ali aterrou, o diplomata Stanofe Simitch disse ao já citado Vladimir Dedfier: «*Antes da partida de Belgrado, Portugal cortou as relações diplomáticas connosco. E, agora, nós estamos em território português*». Vd. Dedfier, *Depoimento acerca da Segunda Guerra Mundial*, Belgrado, 1980, p.254-256. Cf. anterior nota n.º 34.

### Em Maio de 1945

Só, em Maio de 1945, com a chegada de Belgrado dos diplomatas do governo provisório da Jugoslávia Democrática Federativa,<sup>74</sup> as actividades desta missão diplomática — o seu único legado foi Dragoljub Iovanovitch (Mai./45-Abr./47) — foram retomadas e, pela primeira vez, foram estabelecidas estreitas relações com a oposição antifascista (MUNAF, MUD e PCP).

Como era a única legação de um país socialista em Portugal, esteve sempre sujeita a uma apertada vigilância da PIDE e contou, também, com a atenção vigilante de outras missões diplomáticas e de jornalistas (Reino Unido, EUA e Espanha). Quanto às relações com a oposição antifascista, começaram com as ligações com o MUNAF, que Fedor Dobrovitch estabeleceu «*um mês e meio, após a [sua] chegada a Lisboa*» (Jun./45) e que lhe deu «*a possibilidade de estabelecer contactos com o PC de Portugal*».<sup>75</sup> Apesar das cautelas recomendadas pelo seu ministério, exigindo «*o maior número de dados*» antes de um «*contacto oficial*», em Outubro desse ano, Manuel Mendes comunicou a Dobrovitch que a «*Dona Maria*» (Maria Amboim Inglês) desejava encontrar-se com Iovanovitch que, assim, «*conheceu em breve o professor Caraça*».<sup>76</sup>

Durante esse ano e até à partida de Iovanovitch (Abr./47),<sup>77</sup> esses contactos aumentaram e pela lista dos convidados para a recepção do Dia Nacional da Jugoslávia,<sup>78</sup> em 1946, a legação jugoslava conseguiu ali reunir «*cerca de uma centena dos mais conhecidos democratas portugueses, incluindo aqui a Comissão Central do MUD e representantes dos seus comi-*

<sup>74</sup> Na sua formação (Mar./45), participaram o Comité Popular de Libertação da Jugoslávia, o Governo Real e alguns representantes de outros partidos políticos. Foi presidido por Iosip Broz Tito até às eleições (Nov./45) para a Assembleia Constituinte.

<sup>75</sup> *Vd. As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974)*, p.158-160.

<sup>76</sup> O mesmo Dobrovitch acrescentou: «*a minha primeira ligação, que também partidariamente não está integrado*». Durante a primeira metade de 1946, o seu «*elemento de ligação*» com PCP (Manuel Valadares) vivia «*na legalidade, por profissão Dr. em Matemáticas, pseudónimo "Sousa"*». Devido à sua partida para Paris, recebeu outro «*elemento de ligação*». Por sua vez, Dobrovitch foi a Paris (Set./46) onde recebeu directivas acerca do assunto da «*evacuação do dirigente partidário*», apresentado pelo PCP meses antes. Após o regresso a Lisboa, teve uma reunião (30/Set.), «*num bosque nos arredores de Santarém*» com um membro do CC do PCP, provavelmente, Soeiro Pereira Gomes.

<sup>77</sup> Foi precedida pela partida de Dobrovitch (Jan./47) e não se encontrou uma explicação sobre este assunto nos poucos documentos encontrados. Quanto à inesperada saída de Iovanovitch de Portugal, não há documentos jugoslavos que a expliquem. Segundo o MNE português, a explicação estaria na sua implicação no golpe de Estado (10/Abr.), chefiado pelo general José Marques Godinho. Contudo, na documentação jugoslava, há referências suficientes acerca dessas acusações que permitem considerá-las infundadas.

<sup>78</sup> No dia 29 de Novembro desses dois anos, a recepção realizou-se no hotel Aviz (*Cf.*, «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)*», pp.137, 172 e doc.22-29 no CD).

*tés regionais.»* Entre eles, encontravam-se «os representantes mais notáveis da ciência, arte, literatura e música portuguesas».

Outras actividades mais conspirativas permitiram o envio de correspondência por mala diplomática, da imprensa e outra documentação dessas organizações para o estrangeiro, assim como a preparação da viagem, no pacote jugoslavo *Partizanka*, de Álvaro Cunhal e a sua saída clandestina (Nov./47) para a Jugoslávia.<sup>79</sup> Em Belgrado, onde permaneceu à espera do visto soviético (até meados de Jan./48), teve conversações — das quais, restam só breves referências a seu respeito — com importantes dirigentes jugoslavos (Djilas, Kardelje, Komar,<sup>80</sup> Rankovitch e Vlahovitch<sup>81</sup>), viajou pela Jugoslávia, publicou um artigo na revista do Cominform e contou com um passaporte e o apoio de diplomatas jugoslavos na sua viagem de comboio para Moscovo e no seu regresso, meses depois, para Paris.<sup>82</sup>

<sup>79</sup> *Ibidem* (vários documentos) e *cit.* Vértice, n.º 98/2000 e n.º 128/2006.

<sup>80</sup> Slavko Komar (1918-2012) — Antes da II Guerra Mundial, viveu em Zagreb, onde terminou o ensino secundário e estudou na Faculdade de Veterinária. Desde muito jovem militou no movimento juvenil e operário. Em 1937, como membro da UJCJ organizou e participou em muitas acções do PCJ na Universidade e em Zagreb, sendo a sua filiação de 1940. Após a ocupação (Abr./41) e a criação do Estado Independente da Croácia, nessa cidade, passou à clandestinidade e formou grupos armados que atacaram e efectuaram sabotagens e outras acções contra o governo ustacha, presidido por Ante Pavelitch. Depois, como dirigente juvenil — foi membro do CC UJCJ (1942-47) — esteve em muitas regiões do país a organizar o movimento de libertação popular, participando em diversas reuniões e assembleias realizadas, em território libertado, até meados de 1944. No pós-guerra, terminou a sua licenciatura e doutorou-se na Universidade de Zagreb. Exerceu diversas funções estatais (RS da Croácia e RSFJ) e partidárias (no CC da LC da Croácia e da LCJ). Foi embaixador na Índia.

<sup>81</sup> Vélheko Vlahovitch (1914-1975) — Nasceu em Kolachine (Montenegro) e fez os seus estudos liceais em Podgoritsa e Belgrado (1932). Estudou Engenharia Mecânica em Belgrado e Moscovo. Em meados dos anos trinta, foi um dos dirigentes das lutas dos estudantes da Universidade de Belgrado (1935 e 1936). Preso e expulso da Universidade, viveu em Praga vários meses. Em Janeiro de 1937, num grupo de 26 estudantes jugoslavos, chegou a Espanha para se alistar nas Brigadas Internacionais. Como disse, em Espanha, começou «a fazer os exames das grandes lições da História». Ferido gravemente em combate numa perna (Fev./37), ocupou outras funções nas Brigadas Internacionais em Albacete, Madrid e Barcelona. Em França, organizou o regresso à Jugoslávia de voluntários que combateram pela República Espanhola e, em Paris, encontrou-se pela primeira vez com Tito, tornando-se num dos seus colaboradores mais próximos. Partiu para Moscovo (Out./39) como representante do PCJ na III Internacional (Comintern). Após a invasão e ocupação da Jugoslávia (Abr./41), organizou a Rádio Jugoslávia Livre que começou a partir da URSS as suas emissões (Nov./41). Em fins de 1944, regressou à Jugoslávia e assumiu a chefia da agitação e propaganda do PCJ. Depois da Libertação, ocupou importantes cargos políticos (Assembleia Popular, Ministério dos Negócios Estrangeiros, etc.) e partidários (LCJ e ASPTJ). Publicou textos e estudos sobre a LCJ, o socialismo autogestionário jugoslavo e o marxismo-leninismo. Participou nas conversações com delegações do PCP, FPLN e dos movimentos independentistas das colónias portuguesas nos anos 60 e, possivelmente, em Dezembro de 1947, com Álvaro Cunhal. Recebia a documentação relativa à situação política em Portugal e nas suas colónias.

<sup>82</sup> Cf. «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)*», p.199-202. Décadas depois (Jan/81), segundo o embaixador jugoslavo em Portugal, Aleksandar Manetovitch, Álvaro Cunhal contou-lhe «alguns momentos dos contactos que teve com os dirigentes jugoslavos durante a sua estada» e «detalhes acerca da sua viagem ilegal de Lisboa para a Jugoslávia» e as atenções que lhe foram dadas por parte da tripulação do barco e, em seguida, na Jugoslávia. Sublinhou ainda que o PCP «foi um dos raros partidos comunistas europeus-ocidentais cuja posição se diferenciava da posição dos partidos do lager (N.doT.- Campo ou grupo em alemão, designando esta palavra o «bloco socialista» na terminologia política jugoslava) em relação do PCJ e que não se juntou à campanha do Cominform contra o PCJ e a Jugoslávia». Também, o embaixador referiu que «acerca da luta dos nossos parti-

### Entre 1948 e 1974

Se um interregno diplomático durou entre 1948 e 1974, apesar dos contactos havidos a nível de embaixadas, houve tentativas por parte da diplomacia jugoslava, a seguir à ruptura com o Cominform (1948), para reabrir a sua legação em Lisboa. Assim, após as conversações havidas, em 1951, e a resposta do MNE português,<sup>83</sup> as primeiras «conversações oficiais acerca da normalização das relações» ocorreram, em Paris (Jul./53), entre os embaixadores jugoslavo e português — Srdja Pritsa e Marcelo Matias —, mas sem resultados, segundo o primeiro, «*porque o governo português não estava disposto a isso*».<sup>84</sup>

Nos anos seguintes, este assunto continuou a ser discutido mais por iniciativa pessoal de um ou outro embaixador português, pois a resposta ministerial jugoslava a essas iniciativas passou a ser mais cautelosa e a recomendar «*que não se devia fazer qualquer sugestão*» nesses contactos diplomáticos. Porém, em 1960, numa dessas iniciativas, outra justificação surgiu para recusar «*a disposição para a normalização das relações*» sempre vigente na diplomacia jugoslava, sendo ela, as posições jugoslavas na ONU a respeito das «*províncias ultramarinas*».<sup>85</sup>

Igualmente, na década de cinquenta, além das ligações económicas terem sido reduzidas e até cessado nos seus últimos anos,<sup>86</sup> o pequeno acervo documental acerca de Portugal (e colónias) — subscrito por diplomatas, funcionários políticos, jornalistas ou outros — confirma a pouca importância que tinha na política externa jugoslava. Contudo, é de salientar as

---

*zans e dos gregos na II Guerra Mundial e a divisão das esferas de influência nos Balcãs entre a URSS e os aliados ocidentais no fim da guerra, Cunhal tentou defender a posição soviética "porque era necessário por causa da manutenção da paz, isto é, para se evitar a guerra com os aliados ocidentais"» (AJ,507, IX,109/V). Quanto ao conflito PCJ-Cominform, os artigos publicados no Avante (15/Set. e 1/Nov./48) foram da sua autoria.*

<sup>83</sup> Estas conversações entre os representantes de ambos países em Paris e Berna terminaram com a recusa portuguesa, por falta de «quadros» e de não quererem «*ter representações diplomáticas de países nos quais não podem enviar os seus representantes*». (cit., «*Relações Jugoslavo-Portuguesas...*», 2012, p.207 e doc. 96-97).

<sup>84</sup> Nesse documento (Mai./1956), uma resposta a um pedido de informação sobre as relações entre os dois países, Srdja Pritsa descreveu esses poucos contactos (1951-56) após o encerramento da legação em Portugal (1948). (ADMNE, 1956, Portugal, F-75).

<sup>85</sup> Segundo o embaixador jugoslavo no Canadá, M. Milatovitch, o embaixador português disse-lhe «*"confidencialmente" que o seu governo receava o comunismo jugoslavo e, em segundo lugar, estavam sujeitos por parte da Jugoslávia a duros ataques diários na ONU por causa das suas "províncias ultramarinas" (pensava nas colónias portuguesas de Goa e Angola)*». Igualmente, acreditava que estas informações lhe foram dadas «*por instruções de Lisboa*». (ADMNE, 1960, Portugal, F-109).

<sup>86</sup> Conforme uma posterior «*Informação sobre as relações económicas da RSFJ com Portugal*», datada de 18/Abr./1966, do Secretariado Federal do Comércio Exterior, «*no período de 1946-1959, houve trocas mercantis entre os dois países, mas em muito pequenas proporções (cerca de 80 000 dólares anuais em cada sentido). Mais tarde, também o valor deste comércio caiu, pelo que desde de 1954 até 1960 cessou qualquer troca mercantil*». (ADMNE, 1966, F-219).



«*Notas de uma visita a Portugal*»<sup>87</sup> de um jornalista jugoslavo, correspondente em Londres, e sua mulher que passaram quatro semanas (Jul./57) no Algarve (Praia da Rocha), Lisboa e visitaram ainda, sem as mencionar, «*cerca de 17 cidades (quatro ou cinco pequenas localidades só de passagem)*». Acerca da situação política, achou que a apatia era «*a melhor palavra*» para a caracterizar. Também, a descreveu através de outras informações — dados estatísticos (económicos e sociais), a política corporativa de Salazar, a «*incrível forte*» influência da Igreja Católica, a situação económica, a emigração e outros problemas socioeconómicos portugueses —, mas também pela oposição ao regime. Numa avaliação limitada «*pelas possibilidades*» que teve à disposição, considerou que «*o PC clandestino representa[va] a força política mais forte no país — além do movimento fascista oficial.*» Embora, os outros grupos tivessem uma organização mais fraca, em conjunto, todos esses «*diferentes grupos burgueses, que [iam] de uma direita moderada a socialistas do tipo trabalhista, e dos quais muitos se ligam em redor dos restos proibidos dos antigos partidos, [seria] muito possível que, se houvesse alguma mudança política, teriam mais influência do que os comunistas, caso se unissem para os confrontar*».

Quanto ao modo como os comunistas olhavam para esse futuro, «*havia muitas teorias: começando da ideia de que "a coisa se resolverá em Espanha", isto é, na expectativa de que em Espanha começará o levantamento antifascista, até outras diversas ideias ainda mais derrotistas. Tais são, por exemplo, a ideia da capitulação do regime de Salazar perante as dificuldades económicas, caso um dia se acabem as receitas vindas das colónias portuguesas (principalmente, africanas) ou na gradual extinção do regime quando desaparecer o próprio Salazar*». Salientou que essa liberalização poderia surgir com os anos, desde do exterior ou do interior, «*após a inclusão de Portugal na integrada economia e comércio europeus (o que para estes círculos é inevitável)*». Reconheceu, contudo, que acerca destas questões, qualquer conclusão pessoal, baseada só numa visita de um mês e em «*dados parciais e incertos*», deveria merecer algumas reservas.

Mais adiante, escreveu: «*dentro de alguns meses, em Portugal, deve haver eleições. Segundo o que dizem aqueles com quem conversei, as eleições provocam sempre uma certa atmosfera mais eletrizante, embora ninguém tem ilusões relativamente às possibilidades que elas possam servir para uma mudança*».

Nos finais da década dos anos 50, a situação política em Portugal e nas suas colónias começou a aparecer na correspondência das embaixadas e das organizações políticas jugosla-

---

<sup>87</sup> Vd. «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)*», p. 205-207. Este texto dactilografado (5 páginas) não tem anexos (fotografias ou outros documentos), nem os menciona.

vas. Houve, depois de uma maior recolha de informações sobre o colonialismo português, a sua discussão numa comissão, como a das relações internacionais da LCJ e da ASPTJ,<sup>88</sup> que ocupou um lugar importante na condução da política externa deste país. Todavia, saliente-se, a longa inexistência de contactos com a oposição política portuguesa<sup>89</sup> impediu efectuá-los com a facilidade e alguma frequência que já existiam, em 1960, com os movimentos angolanos (MPLA e UPA).

### **Alguns acontecimentos de 1961**

Nesse ano, alguns acontecimentos — o assalto do «Santa Maria» pelo DRIL, o início da guerra colonial em Angola,<sup>90</sup> a I CONCP em Casablanca e a anexação do Estado Português da Índia pela União Indiana — colocaram a situação política e o colonialismo português entre as principais questões internacionais tanto na ONU como, em Setembro, na Conferência de Belgrado, tornando, desde então, as relações com os movimentos independentistas das colónias portuguesas um segmento importante da política externa anticolonialista jugoslava. Entre eles, o PAIGC, MPLA e FRELIMO foram os mais apoiados até às independências dos seus países.

Ainda, nesse ano, a visita inesperada de Humberto Delgado<sup>91</sup> à capital jugoslava foi o primeiro contacto jugoslavo com um «*dirigente do antifascismo português*» após finais de 1948. Contudo, os poucos documentos relativos à sua estada (27Set./4Out.), na qualidade de convidado «*sem particular tratamento, privado*» da Liga Jugoslava da Paz, não dão muitos dados acerca desses dias. Não obstante, há o seu telegrama, enviado da primeira estação ferroviária jugoslava na fronteira com a Itália, para Belgrado a comunicar a sua chegada pelas 23 horas dessa quarta-feira, onde seria esperado «*pelo camarada Lhuba Iosifovitch da Liga da Paz*».

---

<sup>88</sup> As sessões gravadas desta Comissão e as suas transcrições (dezenas de páginas dactilografadas por reunião) — apresentação e discussão dos documentos (relatórios de visitas, congressos, estudos, etc) antes distribuídos aos membros — começaram nos fins dos anos cinquenta e tiveram, durante três décadas, diferentes periodicidades (semanais a bimensais) e presenças dos seus membros (20 a 40 por sessão) como representantes das suas repúblicas.

<sup>89</sup> As primeiras conversações foram posteriores: FPLN (Fev./62); PCP (Out./1964).

<sup>90</sup> Sobre «*a acção do "Santa Maria"*», o embaixador jugoslavo na Venezuela, que foi contactado por diversos elementos do DRIL, informou de que «*a revolta*» neste barco influenciou o «*atear da luta de Angola, particularmente, porque os revoltosos fizeram declarações que tencionavam desembarcar em Angola*». Os acontecimentos em redor do «*4 de Fevereiro*» mostraram que «*Angola saiu do quadro da questão interna de Portugal e tornou-se uma questão de carácter internacional*» (ADMNE, 1961, Portugal, F-108).

<sup>91</sup> *Ibidem*. Outros documentos (AJ, 507/IX, 10-V). Cf. «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)*», p.221, 243 e anexo 43.

A seguir a um pedido da embaixada da Índia sobre a presença na Jugoslávia do «líder da oposição portuguesa» (4/Out.), a sua partida para Marrocos por via aérea, na manhã desse dia, foi confirmada. Quanto a possíveis conversações com alguns dirigentes jugoslavos, o diplomata jugoslavo (autor da «nota» sobre este assunto) respondeu que não sabia se houve tais encontros ou conversações. No entanto, segundo um documento posterior (Jul./62), houve uma reunião, pelo menos, com Vélheko Vlahovitch.<sup>92</sup>

### A FPLN

Como dirigente da Junta Central de Acção Patriótica, Mário Ruivo esteve em Belgrado (Fev./62) para conversações com a ASPTJ e, segundo os seus anfitriões, «deixou uma impressão muito sólida e deu muitos argumentos convincentes acerca das actividades da Junta».<sup>93</sup>

Após os contactos, em 1963, com as embaixadas jugoslavas em Roma e Argel, uma delegação da FPLN (Fernando Piteira Santos e Tito Morais) visitou a Jugoslávia no ano seguinte (28Mai./5Jun.) e teve conversações com a ASPTJ.<sup>94</sup> Nesse ano de 1964, durante a sua estada de alguns meses, em Belgrado, Vítor Cunha Rego foi visitado por Hermínio Guerreiro<sup>95</sup> e ambos tiveram reuniões com Dimitrie Babitch, um funcionário desta importante organização política jugoslava, sobre a situação na FPLN antes e depois da sua III Conferência (Out./64). Houve, ainda, outras três delegações da FPLN<sup>96</sup> que estiveram na Jugoslávia: a primeira (Jan./65); uma segunda (Jun./66) por ocasião do VI Congresso da ASPTJ; e a última (Mar./69) a convite da LCJ pelo seu IX Congresso. Este período e o seguinte — caracterizado por conflitos internos com o PCP (1970) e as BR (1973) — até à sua extinção (Set./73) encontram-se documentados e permitem um acompanhamento das actividades, crises e seus contactos com as citadas organizações políticas jugoslavas.<sup>97</sup>

<sup>92</sup> Na reunião com uma delegação do PC de Espanha (30/Jun./62), Vlahovitch mencionou a sua «conversação com Delgado», após ter falado «na luta dos portugueses contra a ditadura» e da ligação da «luta dos povos espanhol e português». Uma lacónica referência sem mais pormenores (AJ, 507-IX,122 /I-45).

<sup>93</sup> *Vd. «As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)», p.246-251.* Além da situação política em Portugal e Angola, falou sobre a fundação (1960) e as actividades da Junta. Apresentou, também, um pedido de ajuda «para a instalação de uma estação de rádio» em Marrocos.

<sup>94</sup> *Ibidem*, p.265-269.

<sup>95</sup> *Ibidem*, p.269-269, 290-293.

<sup>96</sup> Os seus membros: Pedro Ramos de Almeida (em fins de Janeiro, fez parte da delegação do PCP); Fernando Piteira Santos, Manuel Alegre e Rui Cabeçadas; e Manuel Sertório.

<sup>97</sup> *Ibidem*. Há outros 20 documentos acerca da FPLN que abrangem, sobretudo, o período de 1963 a 1970.

## O PCP

Também, o PCP entregou uma carta na embaixada jugoslava em Moscovo (Dez./63), propondo o restabelecimento das relações com a LCJ,<sup>98</sup> interrompidas desde os fins de 1948. A curta visita de Álvaro Cunhal a Belgrado (Out./64)<sup>99</sup> iniciou um novo período nessas relações que mereceu uma apreciação por parte de B. Chilhégovitch<sup>100</sup>, o seu interlocutor nas conversações no CC da LCJ, segundo a qual não tinham «nenhum interesse particular no conhecimento do PC de Portugal», nem lhes interessava «como os PC de Itália e PC de França ou os PC de Áustria e Grécia, estes dois nossos países vizinhos, mas esta[vam] interessados por todos aqueles acontecimentos, particularmente, os da luta anticolonial. Aí, participa[vam] directamente na cooperação e ajuda a todos esses movimentos»<sup>101</sup> que lutavam contra o colonialismo português.

Três meses depois, estas relações foram aprofundadas numa visita de 10 dias de uma «delegação de estudo» do PCP (Francisco Miguel e Pedro Ramos de Almeida)<sup>102</sup> a várias cidades jugoslavas. Posteriormente, houve alguns contactos e correspondência através da embaixada jugoslava na URSS, embora, entre meados de 1968 e 1972, esses traços documen-

---

<sup>98</sup> *Ibidem*, p.258 e anexos 45-46.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p.271-290.

<sup>100</sup> Bochéko Chilhégovitch (1915-1990) — Combatente na II Guerra Mundial, militar, político e Herói Nacional da Jugoslávia. Durante os anos trinta, como estudante — diplomou-se numa Escola do Magistério e frequentou a Faculdade de Filosofia de Skopje — participou em lutas estudantis e, devido à greve estudantil nessa Faculdade (Set./1940), foi obrigado a regressar à sua aldeia natal perto de Bosanski Dubitsa e da montanha de Kozara, no norte da Bósnia. Membro do PCJ, foi um dos organizadores dos primeiros destacamentos de partisans e o seu primeiro comissário político. Desde o início do levantamento popular dessa região (Jul./1941) contra o exército alemão e os ustachas até finais de 1943, esteve no centro dessa luta sem tréguas. Após a capitulação da Itália (Set.43), participou na libertação da Dalmácia e nas operações finais (1944-45) nos litorais croata e esloveno, Ístria e Trieste. No pós-guerra, continuou no EPJ (director do Instituto Histórico Militar, chefe da Direcção Política e do Gabinete do marechal Tito, etc.) até 1963, quando passou à reserva com o posto de general-coronel. Como político, foi deputado da Assembleia Federal e membro do CC LCJ (1958-69) e da Presidência do CC LCJ(1969-74).

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 290. Considerando que o texto corresponde ao que foi dito em francês e sérvio-croata, esta última página das «Notas Estenográficas» desta reunião resume a posição jugoslava em relação à situação política na Europa (sem mencionar a divisão das esferas de influência acordada em Ialta) que era bem diferente daquela que Álvaro Cunhal conheceu, possivelmente, na sua anterior estada na Jugoslávia (Dez./47-Jan./48). Uma dúvida que só foi esclarecida, pelo próprio, na mencionada conversa (Jan./81) com o embaixador jugoslavo em Portugal, pois outro documento anterior não foi encontrado. Todavia, não confirmou se foi nessa primeira viagem ou depois (e quando).

<sup>102</sup> *Ibidem*, p.302-321.

tais foram reduzidos, salientando-se a saudação do PCP,<sup>103</sup> enviada ao IX Congresso da LCJ (Mar./69).

Somente, após um intervalo de 8 anos, uma delegação do PCP voltou a visitar a Jugoslávia (Ago.-Set./73), a seguir ao seu adiamento no ano anterior<sup>104</sup> para permitir — assim foi justificado junto da embaixada jugoslava por Carlos Aboim Inglês — que fosse chefiada por Álvaro Cunhal. Contudo, como ao comunicar (Jul./73) os nomes dos seus membros (Pedro Soares e João Tavares<sup>105</sup>) o seu não foi mencionado, «*um eventual encontro com o camarada Tito*» deixou de ser considerado.<sup>106</sup> Noutro documento citado sobre a estadia da delegação,<sup>107</sup> também não há qualquer referência ao seu nome. Porém, através duma fonte mais recente,<sup>108</sup> a sua presença foi confirmada.

### A ASP/PSP

As relações da ASPTJ com a ASP (PSP a partir de Abr./73) não deixaram muitos traços documentais neste período,<sup>109</sup> embora a documentação existente aponte para uma certa continuidade e a sua importância foi realçada numa nota sobre a situação política portuguesa (Abr./69).<sup>110</sup> Apesar de não se ter encontrado, por exemplo, um relatório sobre as visitas à

---

<sup>103</sup> Foi publicada no semanário *Komunist* (15/Mar.). Devido à posição jugoslava contra a «*intervenção do Pacto de Varsóvia na Checoslováquia* (Ago./68)», muitos partidos comunistas não enviaram delegações a este Congresso.

<sup>104</sup> *Ibidem*, p.357-358.

<sup>105</sup> Pseudónimo de Raimundo Narciso.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p.225.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p.225. Segundo esse telex do SFNE para a embaixada em Moscovo, durante a estadia da delegação (30/Ago.- 4/Set.), os seus dois membros foram informados «*acerca do desenvolvimento socioeconómico, sistema da autogestão, da revisão constitucional, dos preparativos para o X Congresso da LCJ, da actividade internacional da LCJ, bem como da política de não-alinhamento*» e ficou acordado que para uma ligação e contactos mais directos, incluindo o intercâmbio de publicações, fossem efectuados através dessa embaixada. Igualmente, foi referido o envio posterior de um relatório que não foi encontrado nos fundos do ADMNE, nem do AJ.

<sup>108</sup> <http://memoriasdopresente.blogspot.pt/2006/09/com-lvaro-cunhal-no-funeral-de-tito.html>, consultado em Janeiro de 2013. Neste blogue (22/Set./2006), Raimundo Narciso descreveu as duas vezes que esteve na Jugoslávia com Álvaro Cunhal. «*A primeira ainda antes de 25 de Abril de 1974, com a presença, também, na delegação do PCP, de Pedro Soares. [...] Na primeira visita, (encontrámo-nos em Belgrado. Eu ido clandestinamente de Portugal, Pedro Soares da clandestinidade na emigração, talvez de Roma e Cunhal julgo que de Paris) no decorrer do encontro com a delegação da Liga dos Comunistas da Jugoslávia, Cunhal apresentou-me como um combatente da luta armada, na clandestinidade, em Portugal. Foi uma referência à ARA e creio que a fez ali atendendo à relevância dada pela Liga ao seu passado de luta armada contra Hitler durante a II Guerra Mundial*». A segunda vez, quase 7 anos depois, no funeral de Tito (Mai./80).

<sup>109</sup> Vd. «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)*», p. 223-224.

<sup>110</sup> *Ibidem*, doc. n.º 148, p.344-345.

Jugoslávia por parte de Tito de Moraes e Mário Soares (1968 e 1969), outros documentos<sup>111</sup> confirmam esses contactos e apoios. Igualmente, o primeiro representou a ASP no IX Congresso da LCJ (Mar./69) e ambos visitaram, em Julho desse ano, a Jugoslávia, onde tiveram conversações com a mesma ASPTJ.

A seguir a esses contactos frequentes, desde meados de 1970 a 1974, eles diminuíram, segundo uma posterior explicação,<sup>112</sup> por causa de terem recusado o pedido de «*apoio para a aquisição de armas*», apresentado por Mário Soares na sua visita (Jul./69), com vista à organização de «*acções armadas no país*». Uma recusa que até poderia explicar «*porque nos anos seguintes não se chegou a encontros mútuos, excepto esporádicos contactos da nossa embaixada em Roma com Tito de Moraes*». Contudo, houve um pedido de armas apresentado (Fev./70) por Tito de Moraes na embaixada jugoslava em Roma, que o achou «*muito estranho [por] até também contrasta[r] com as suas avaliações da nova situação em P.[ortugal]*».<sup>113</sup> Porém, em Maio desse ano, devido à ausência de uma resposta, o mesmo dirigente socialista perguntou ao embaixador jugoslavo se podiam conceder-lhes «*uma ajuda monetária em vez de armas*». Não foi encontrada uma resposta para esta proposta nem qualquer outro documento relativo aos mencionados contactos posteriores.

Neste período de 1961 a 1974, além das ligações entre as citadas organizações políticas, houve outras como entre a União dos Estudantes da Jugoslávia e o SEEPE (bolsas de estudo)<sup>114</sup> que, embora todas pouco frequentes, devem ser sublinhadas pois permitiram retomar não só contactos dos anos quarenta, mas também assegurar uma maior receptividade e atenção, no pós-25 de Abril, nas relações (partidárias e estatais) entre os dois países.

---

<sup>111</sup> *Ibidem*, doc. n.º 150-152, p. 347-349. Há uma referência a Inácio Palma – cujo destino «*era ainda incerto*» (Jul./69), após a sua fuga da prisão da PIDE no Porto (8/Maio) – e a um pedido de mediação jugoslava por parte da ASP.

<sup>112</sup> Numa nota acerca dessas relações, datada de 1978, há alguns erros nos factos e datas citados (AJ, 142, A-167-Portugal). Por exemplo, a visita a Belgrado de Mário Soares «*...no Verão de 1968*», quando a sua residência fixa em S. Tomé e Príncipe durou de meados de Março a Novembro desse ano.

<sup>113</sup> (ADMNE, Portugal, F-249, 1970). Este pedido de «*armas ligeiras*» foi justificado por causa da «*situação interna muito difícil em Portugal. A liberalização aparente após as eleições engana a população que vê nas pequenas concessões do regime a possibilidade de um processo de democratização da vida política. O regime não mudou e eles consideram-no mais reaccionário e perigoso do que antes. Eles estão sob a pressão de grupos revolucionários e cada vez mais aceitam que é necessário aceitar a guerrilha. Consideram que o regime já não tem o anterior apoio da polícia e do exército que teve Salazar e que a guerrilha poderia ter sucesso. [...] Conduziriam um tipo específico de guerrilha com a tomada de pequenas cidades e a instauração de poderes*». Vd. «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)*», p. 224. Uma acção da LUAR, na Covilhã, com esses objectivos tinha falhado (Ago./68) com a prisão de Palma Inácio e dos outros 5 elementos dessa organização.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 226, 342.

### Em fins dos anos sessenta

Igualmente, em fins dos anos sessenta, acrescenta-se, houve uma mudança na política externa do governo português que se caracterizou — após a recusa das propostas jugoslavas, na década anterior, para a reabertura da sua missão diplomática em Portugal — por várias tentativas, efectuadas junto de embaixadas jugoslavas, para o restabelecimento das ligações comerciais e políticas. Assim, em Abril de 1970, «o governo de Portugal decidiu tomar a iniciativa para o "degelo" das relações com certos países socialistas (Roménia, Jugoslávia, Checoslováquia, URSS e Polónia)»<sup>115</sup> e apresentou-a, pela primeira vez, no Brasil. Outro contacto com o mesmo objectivo foi efectuado (Jan./72), no Egipto, que mereceu uma resposta que excluiu «a possibilidade de cooperação económica e outras» com Portugal devido à sua política colonialista.<sup>116</sup> Depois, numa circular posterior (Fev./72), esta decisão foi enviada para 21 embaixadas, a sua maioria em países africanos.<sup>117</sup>

Deste modo, até meados de 1974, cumprindo as resoluções da ONU (aprovadas em 1963 e 1965) e da Conferência do Cairo (1964),<sup>118</sup> o boicote das relações comerciais (culturais e outras) com Portugal por causa da sua política colonial obrigou a recusar importantes contratos por parte de empresas jugoslavas. Entre outros, como na construção civil (numa refinaria em Lisboa e na barragem de Cahora Bassa), na venda de aviões militares ou material ferroviário para Moçambique e no transporte marítimo. Esta posição e os factos da «consequente política anticolonialista» jugoslava foram realçados, na sua visita à Jugoslávia

<sup>115</sup> Este documento da embaixada jugoslava no Brasil (20/Mai./70) relata as informações dadas a um seu diplomata, Slavko Nhegomic, por um conselheiro da embaixada portuguesa sobre essa recente decisão que, em relação à Jugoslávia, considerava que o nível das relações até então (somente em acordos interbancários) não era «adequado às possibilidades e necessidades de Portugal. Querem, no início, alargar a cooperação através dos organismos económicos governamentais bem como pelas empresas» e, dependendo dessa cooperação, seguir-se-ia a abertura duma representação comercial e, depois, dum consulado. Porém, o governo português estava consciente que iria encontrar «dificuldades junto de certos países (em primeiro lugar por causa da política colonialista portuguesa), tendo antes mencionado que não excluía nem a Jugoslávia». Todavia, caso a sua proposta fosse aceite por estes países, «estaria disposto a dar também facilidades». Concluiu: «Claramente, os portugueses querem alargar as relações com alguns países soc. como também com a Jugoslávia», embora, duvidassem da possível aceitação de tal proposta. Numa nota final, acrescentou que esta orientação foi ainda confirmada pela recepção que teve, em Portugal, um jornalista jugoslavo (do diário *Delo* de Ljubljana) durante a sua viagem (Fev./70), em que «lhe foram concedidas conversações a todos os níveis e expressa a aspiração por uma melhoria das ligações com a Jugoslávia.» (ADMNE, 1970, Portugal, F-249).

<sup>116</sup> Vd. «As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)», p. 355-56.

<sup>117</sup> Citando as resoluções da AG da ONU e «tendo em conta que a relação de P.[ortugal] com as colónias não mudou, o que unicamente poderia influenciar a uma diferente direcção e nível das nossas relações e, igualmente, tendo em vista a nossa consequente política anticolonialista e o compromisso pela total independência dos povos coloniais, está fora de questão o estabelecimento de qualquer cooperação económica ou outras». (ADMNE, 1972, Portugal, F-178).

<sup>118</sup> «Informação sobre as relações económicas da RSFJ com Portugal» do SFCE (18/Abr./66). (ADMNE, F-219, 1966).

(Mar./74),<sup>119</sup> por Agostinho Neto, quando os comparou com essa mesma política de outros «países socialistas».<sup>120</sup>

---

<sup>119</sup> Vd. «As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)», p. 374-380.

<sup>120</sup> Nas conversações que teve com o vice-secretário do SFNE, referiu-se que havia «países socialistas que mantinham e desenvolviam relações económicas com Portugal. Por exemplo, a Polónia fornecia barcos a Portugal que, sem dívida, entre outras coisas, serviam igualmente para transporte de armamento e tropas para Angola. Considerou que se deveria chamar a atenção desses países para estes factos. Além da Polónia, mencionou a Checoslováquia, Roménia e URSS, como países socialistas, que mantinham relações económicas com Portugal.» (AJ, 837, KPR, I-5-b, Angola).





## II- PARTE— OS 251 DIAS DE 1974

*Em 1974, a Guerra na Guiné estava perdida, e foi o 25 de Abril que veio permitir que não tivesse sido criada na Guiné uma situação de derrota no campo militar para as forças portuguesas».*

Manuel Monge \*

Nos primeiros meses desse ano, as informações e opiniões acerca da situação político-militar em Portugal e nas suas colónias aumentaram na correspondência diplomática e das organizações políticas jugoslavas (LCJ e ASPTJ). Nessa documentação há, por exemplo, as conversações com dirigentes do PAIGC (Aristides Pereira e Vasco Cabral), Samora Machel<sup>121</sup> e Marcelino dos Santos<sup>122</sup> com o embaixador jugoslavo na Tanzânia e, em Belgrado, de Agostinho Neto<sup>123</sup> com dirigentes jugoslavos, assim como uma informação sobre a OTAN e «*a evolução em Portugal*». Além da mencionada visita da delegação do PCP<sup>124</sup> (Set./73), houve ainda contactos com o PRP-BR, após a extinção da FPLN (1973).<sup>125</sup>

De acordo com as notas dessas reuniões, o primeiro falou do MPLA (a cisão de Chipenda apoiada pela Zâmbia) e de Angola em que «*não ha[via] luta*» e sublinhou que «*a inexistência da luta armada [...] também se reflectia negativamente na luta de libertação em Moçambique e Guiné-Bissau*». O segundo viu no livro de Spínola «*o reconhecimento do general fascista de que foi um colapso a política portuguesa*» nas colónias e que não se podia «*vencer os movimentos de libertação pela força das armas*». Considerou, depois, que a crise que abalava Portugal foi «*o resultado das vitórias militares da FRELIMO, PAIGC e MPLA*», mas tal crise não apressaria a independência dos seus países, pois «*só com a intensificação da luta armada*» ela podia ser conquistada.

<sup>121</sup> Vd. «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas...*», doc.162 (Jan./74).

<sup>122</sup> *Ibidem*, doc. 164 (1/Abr.). Apesar da sua data, as conversações relatadas neste documento ocorreram, seguramente, antes dos acontecimentos de meados de Março (exoneração dos generais Costa Gomes e António Spínola e o levantamento militar das Caldas da Rainha), pois não deixariam de ser mencionadas por Marcelino dos Santos.

<sup>123</sup> *Ibidem*, doc. 163 (2/Mar.).

<sup>124</sup> Além de referências à viagem da delegação, outros documentos (programa e relatórios) não foram encontrados.

<sup>125</sup> Esteve marcada a visita de uma sua delegação a convite da ASPTJ (fins de Abr./74), que não se realizou. Vd. «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas...*», p. 223.

\* «O Teatro de Operações da Guiné», *A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, 2010, p. 176-186.

Dias antes, sem nomear Spínola, Agostinho Neto fez também uma análise da situação em Portugal, referindo-se à solução política para o problema colonial exigida «*nos círculos militares do regime*», mas não aceite por Marcelo Caetano. Embora, este procurasse ultrapassar, através duma «*maior autonomia das colónias, formando órgãos governativos locais [com o] "maior número de [...] negros"*», as reivindicações de independência. Em Angola, essa tática desmobilizou «*um certo número de pessoas*», mas Portugal enviou ainda «*delegações a certos países africanos, cujos chefes não rejeitaram essas ideias*». Esta reunião continuou com uma pormenorizada exposição acerca dos «*movimentos de libertação de Angola e do MPLA, a sua posição internacional e nas relações inter-africanas, particularmente, das relações com os países vizinhos*».

Quanto à OTAN e aos recentes acontecimentos em Portugal, o embaixador jugoslavo em Bruxelas informou (21/Mar.) de que era «*assunto de discussão em diversos órgãos do Pacto*», achando-se que «*por agora, o primeiro "round" foi ganho pelo Caetano, ou seja, a extrema-direita chefiada pelo chefe de Estado, Tomaz*». Todavia, seguir-se-ia um período de maior incerteza política, porque era provável que os partidários dos generais demitidos seriam, no exército (principalmente nas colónias), «*mais numerosos do que aqueles que se declararam publicamente até então*». Por isso, «*novas dificuldades do governo com o exército*» não eram excluídas pela OTAN, pensando-se «*que Caetano estaria disposto a certas concessões, mas que Tomaz não permitiu*», mesmo que fosse obrigado a demiti-lo. Do mesmo modo, havia alguma preocupação pelas «*possíveis consequências da repressão na posição de Portugal no Pacto*», pois alguns países como «*a Dinamarca e a Noruega criticavam duramente Lisboa*» e a Holanda «*anunciou que ia pedir uma discussão acerca da política portuguesa em África*». Uma mesma reacção se esperava do novo governo (trabalhista) do Reino Unido e, daí, receava-se que «*a situação em Portugal não fosse mais um motivo para diferenças e antagonismos, que já havia demasiados por causa das [...] divergências entre os EUA e CEE*<sup>126</sup>».

## II.1— O mês de Abril

Só, em meados de Abril, a embaixada jugoslava em Dar es Salam enviou para Belgrado outro telex,<sup>127</sup> intitulado «*Reacções à declaração de Spínola*», que reuniu opiniões de

---

<sup>126</sup> ADMNE, F-171, Diversos, 1974.

<sup>127</sup> ADMNE, F-216, Portugal, 1974.

diversos interlocutores<sup>128</sup> sobre a situação política portuguesa após a publicação do seu «*Portugal e o Futuro*»<sup>129</sup>. Há quem considerou que o autor «*expressou também, na realidade, as ideias de Caetano, porque sem o consentimento de Caetano seria impossível o livro ser publicado*». Todavia, ele seria um reflexo dos confrontos internos e das diferenças que existiam a respeito das colónias africanas e que uma maioria tinha compreendido que tal política não podia continuar sem o enfraquecimento do «*regime no país e no estrangeiro*». Igualmente, isso era uma consequência do sucesso da luta armada dos movimentos de libertação, representando a melhor prova da legitimidade e da necessidade da continuação e intensificação das acções armadas. Além disso, estas impediriam as propostas spínolistas que eram soluções neocolonialistas e não respondiam às reivindicações mínimas desses movimentos, aspirando só a prolongar «*o império colonial português em algo formalmente[...]*» diferente.

Num segundo ponto, há diversas opiniões sobre os objectivos das pressões dos EUA junto do governo português. Enquanto, uns julgavam que foi recomendado a Portugal «*formas mais elásticas*» na administração das colónias por causa do «*aumento da participação americana nos negócios e acontecimentos no Sul da África*», outros, como Marcelino dos Santos, achavam que, pelo contrário, «*aconselharam Lisboa a ser ainda mais dura*», porque receavam não estar em condições de controlar a situação «*e também por causa das suas relações com a RAS*», pois as posições de Pretória enfraqueceriam objectivamente com essa maior autonomia das colónias portuguesas. Já para Agostinho Neto, os EUA estavam, no fundo, por uma mudança de política, porque tencionavam «*preparar o terreno para a chegada do H. Roberto ao poder*».

No ponto seguinte, são citadas «*as três possibilidades de desfecho para a situação actual e no futuro*»: 1.<sup>a</sup>) caso continuasse «*a agitação interna e o estado desordenado em Portugal*», o que enfraqueceria o governo e empenharia o exército na frente interna,<sup>130</sup> a situação poderia ser aproveitada pelos colonos brancos — principalmente em Angola, talvez

---

<sup>128</sup> Entre os citados: Agostinho Neto e Marcelino dos Santos.

<sup>129</sup> Publicado, em 23 de Fevereiro desse ano, propunha a «*liberalização do regime*», o fim da guerra, a adesão à CEE e uma solução federalista para a política colonial «*teimosamente seguida pelo governo*».

<sup>130</sup> Neste documento, não há qualquer referência à tentativa do golpe militar das Caldas da Rainha (16/Mar./74). Igualmente, não foi encontrado nenhum outro documento sobre este acontecimento. Contudo, num telex da missão jugoslava na ONU (20/Mai./74), relativo a informações obtidas junto de um jornalista bem informado, pode-se ler: «*[...] 2. Quando Kissinger esteve em Dezembro de 1973 em Lisboa, teve certos contactos, o que assustou a extrema-direita que tentou nessa altura sem sucesso um golpe de Estado direitista. A acção dos EUA ramificou-se, a "pequena revolta" duma unidade militar depois da publicação do livro de Spínola, dois meses antes, representava na realidade a "prova geral" para o posterior derrubamento do governo, verificando a resistência e apoios.*» (ADMNE, F-216, Portugal, 1974).

menos em Moçambique e nunca na Guiné-Bissau — para proclamarem a independência como na Rodésia. Todavia, não tendo «*o apoio do Ocidente*», a sua sobrevivência seria de curta duração perante o reforço da luta armada dos movimentos de libertação e da desaprovação de «*quase todos os estados africanos*»; 2.<sup>a</sup>) caso, «*em Lisboa as coisas*» se clarificassem e venesse a proposta spínolista (ou caetanista), era possível a formação de governos fantoches que, mais tarde, poderiam incluir outros grupos. «*Segundo o Dr. Neto, isto é aceite condicionalmente também pelo Zaire, caso, numa fase um pouco posterior, H. Roberto tenha possibilidades de chegar ao poder*». Além disso, pensava que a Zâmbia aceitaria tal solução. Segundo a opinião de todos os interlocutores, «*os portugueses já sondaram o terreno neste sentido junto de alguns estados africanos. O conselheiro pessoal de Kaunda, Markcon, esteve em Angola e Portugal, Senghor em contactos com Lisboa*». Esta possibilidade ameaçava dividir a África e sujeitar a pressões os movimentos de libertação para aceitarem compromissos; 3.<sup>a</sup>) a «*continuação da actual situação*» seria a mais realista de esperar durante um determinado período. «*Aliás, não se deverá esperar que a relação de forças em Portugal mudará num tempo previsível, ainda menos se est[ava] à espera de que vencerá a corrente "reformista". Todos estão admirados com a forte posição dos ultras portugueses com Tomás e Nogueira à frente, que efectuarão seguramente uma forte pressão sobre Caetano. A situação no exército ainda não amadureceu para que ele efectue mudanças dramáticas, nem a sociedade portuguesa está preparada para uma mudança mais radical da situação das colónias*».

Para terminar, o diplomata jugoslavo acrescentou que houve uma unanimidade quanto às declarações de Spínola, considerando-as importantes para o reforço das posições dos movimentos de libertação, embora pudessem «*criar ilusões acerca das possibilidades da evolução da política portuguesa em África e de estimular aquelas forças nos movimentos e entre os estados africanos que estimaram que [era] necessário entrar agora em negociações com Portugal e, assim, contribuir para a desmobilização nas fileiras dos movimentos de libertação e a ruptura dos estados africanos*».

### **No dia 25 e seguintes**

Uma dezena de dias depois, as mencionadas previsões foram seguidas, por fim, por outros documentos com prognósticos, reacções e comentários acerca do imprevisto golpe de Estado, golpe militar ou, simplesmente, revolta — foram estas as designações mais usadas —, que ocorreu, em Portugal, na madrugada do dia 25 de Abril. Nos dias seguintes, as notícias de quatro agências estrangeiras com correspondentes em Lisboa e alguns minutos de imagens televisivas foram as únicas informações que apareceram nos meios da comunicação social

jugoslava. Ponderando a necessidade de outras fontes, através dos telexes de diversas embaixadas jugoslavas e de circulares, o SFNE<sup>131</sup> procurou acompanhar «a evolução da situação [...], porque as mudanças a que chegaram (embora ainda difícil de considerar a sua verdadeira essência, dimensão e duração) têm amplo significado e repercussão, tendo em conta o carácter do regime até agora, a política colonial de Portugal e o lugar e papel na aliança ocidental». Ademais dessas repercussões nas «colónias e evolução nelas, Europa, OTAN, Mediterrâneo e Espanha, [era] particularmente muito importante saber [...] a explicação e posição dos EUA» a respeito do ocorrido, por causa da sua possível actuação, importante não só para «o destino do novo regime», mas também para as relações internacionais.

Além das análises oficiais, igualmente, era recomendado recolher as opiniões das «organizações políticas mais importantes e, em particular, dos partidos socialistas, socialistas-democratas europeus ocidentais e partidos comunistas», assim como «os comentários da imprensa e círculos oficiais, incluindo os das direcções dos movimentos de libertação». Nessa última circular, enviada para as 20 missões diplomáticas jugoslavas em países africanos, foi até salientado o interesse «pela opinião sobre a possível influência (positiva e negativa) destes acontecimentos na intensificação da luta e a unidade dos movimentos de libertação».

#### **Nos últimos dias de Abril**

De 26 a 30 de Abril, entre os primeiros telexes, encontram-se os das embaixadas de Londres, Paris, Washington, Lusaca e Dar es Salam. Por exemplo, a primeira missão diplomática informou (26/Abr.) de que o «chefe para a Europa do Sul [...] no FO» estimava que, embora fosse cedo para «qualquer prognóstico mais detalhado acerca da evolução da situação em Portugal», o general Spínola era um pouco mais realista quanto ao futuro do país «do que até então primeiro-ministro Caetano». Todavia, seria irrealista «esperar mudanças radicais para "a esquerda"» e acreditava que «Spínola aspira[va] a certas reformas sociais e à concessão de alguns direitos democráticos à população portuguesa». Igualmente, salvo as «causas da revolta» (grave situação económico-social, obsoleto regime ditatorial e outras), Spínola «sentiu provavelmente a crescente insatisfação no mundo» em referência ao regime português e, sem dúvida, «teve em consideração o rumo cada vez mais forte em África para a emancipação político-económica». Por isso, achava que «um pouco mais de democracia em Portugal» seria aceite pela OTAN e poderia ter um «efeito positivo na regulação das relações da CEE-Portugal».

---

<sup>131</sup> *Ibid.* Uma primeira circular (29/Abr.) foi enviada para 18 embaixadas em países europeus, africanos e EUA. Uma outra, no dia seguinte, para 21 missões diplomáticas (países africanos e Brasil).

Segundo a informação da embaixada em França (27/Abr.), o conselheiro da embaixada da RFA na capital francesa disse que «à "Aliança Atlântica" não convinha a política colonialista de Portugal em África, porque representava um anacronismo e afastava os países africanos do Ocidente. Relativamente ao golpe em Portugal, limitou-se a que não tinha quaisquer análises ou informações oficiais. A sua maneira de ver a posição da OTAN em relação a Portugal transmitimo-la como possível indicação da reflexão sobre o golpe na OTAN».

Três dias depois, no MNE francês, estimavam «o golpe de Estado militar como um acontecimento muito importante porque assim terminou um período de 45 anos de ditadura», mas a falta de informações «dificultava uma avaliação mais precisa da evolução posterior». Contudo, pelo que foi publicado e feito nesses poucos dias, tudo indicava que «o novo poder se orientava para a instauração das liberdades individuais e a democracia» e, também muito importante, anunciou uma nova política acerca das colónias, declarando que «essa questão só podia ser resolvida por via pacífica.» Foi dito ainda que o próprio golpe de Estado foi efectuado «por razões da política exterior — fim da guerra colonial e procura de novas vias para a sua solução [...]», mas a seu respeito «os golpistas eram muito cautelosos e não iam além das declarações já dadas.» Segundo a mesma fonte francesa, isso era uma consequência de não haver um governo formado, pelo facto que «nas colónias se encontrava mais de 2/3 dos efectivos militares do exército português e 700 000 portugueses (colonos)» e sem esquecer a África do Sul e a Rodésia que podiam intervir caso actuassem precipitadamente. Do mesmo modo, foi dito que esses militares e colonos «se mantinham fiéis em relação ao novo poder». Quanto à demora na formação do governo, esta indicava que «o golpe de Estado foi organizado por um grupo com diversas opiniões políticas acerca do futuro desenvolvimento da situação no país», o qual, constituído na sua maioria por capitães e majores, convidou o general Spínola para chefiar o movimento por causa da reputação que tinha no exército e no país, sendo «difícil de dizer quanto foi a sua participação na organização do golpe».

Referindo-se aos países da OTAN, a queda da ditadura foi considerada positiva, mas havia certas reservas a respeito da evolução da situação, pois não sabiam «se o novo poder seria capaz de instaurar as liberdades democráticas e qual será, por fim, o carácter do poder, porque nada se sabe sobre os protagonistas do golpe de Estado nem a sua orientação política». Assim, os EUA tinham essas reservas, mas abstinham-se de comentários, enquanto a França acompanhava atentamente o que se passava em Portugal e estava em contacto permanente com a sua embaixada, a qual, também, não podia responder como iria evoluir a situação.

Em Washington (30/Abr.), uma análise semelhante foi dada pelo Departamento de Estado, avaliando que *«a mudança de regime convém tanto aos EUA como aos aliados da OTAN por causa das críticas devido à aliança com a ditadura»*. Igualmente, *«[...] tinha-se de chegar a mudanças, porque o regime estava completamente isolado, o país empobrecido, esgotando-se numa longa guerra sem perspectivas»*. Embora, não se soubesse ainda quais foram as forças dominantes no exército que fizeram o golpe de Estado, *«[...] mesmo assim, Spínola não era só um figurante, mas sim um homem que realmente tinha o poder.»* Além das repercussões em Espanha, *«reina[va] a preocupação»* na RAS e na Rodésia *«porque não podiam aceitar um Moçambique independente sob a direcção da FRELIMO»*, pois tal país ameaçaria a sua segurança.

Quanto às informações das embaixadas de Lusaca (26/Abr.) e de Dar es Salam (29/Abr.), ademais das reacções reservadas dos meios oficiais, elas incluíam as declarações de representantes dos movimentos de libertação africanos acerca do *«golpe de Estado em Portugal»* que *«receberam a notícia com grande satisfação»*, embora com grandes reservas e *«realçando a necessidade de vigilância e prudência»*. Assim, apesar do tom moderado da sua declaração oficial, a FRELIMO não deixou de salientar que *«a Junta só podia terminar a guerra em Moçambique com o reconhecimento da independência»* sob a sua direcção, pois qualquer outra solução se enfrentaria com uma forte resistência, enquanto o representante do MPLA na Tanzânia exprimiu as maiores dúvidas *«em relação às intenções de Spínola»*, considerando até que, a partir desse momento, *«Portugal seria um adversário mais difícil porque, sob a máscara duma aparente democracia, estará em condições: 1) de se apresentar como um regime não fascista; 2) tentar com menos dificuldade encontrar uma solução neocolonialista para as suas colónias»*. Outro perigo estaria em que *«o golpe de Estado podia acelerar uma "declaração unilateral de independência" de Moçambique»*, o que teria consequências muito negativas para a África Austral, porque os colonos brancos aliar-se-iam imediatamente com a Rodésia e a RAS. Igualmente, era uma preocupação extensiva à Tanzânia e aos movimentos independentistas das duas colónias portuguesas.

Após as reservas iniciais, três dias depois, o MNE zambiano deu a conhecer à embaixada jugoslava os seus primeiros comentários sobre a situação portuguesa, cujos *«acontecimentos não os surpreenderam, pois a evolução em Portugal apontava para essa possibilidade»*. Todavia, a situação actual era muito incerta e, por isso, se abstiveram de qualquer comentário. Uma incerteza presente *«no apoio que a junta militar encontrou no povo (as manifestações de apoio foram esporádicas e reservadas)»*, mas também na atitude dos imi-



grantes brancos em Angola e Moçambique e na reacção das potências da OTAN, em particular dos EUA. Ademais, estes factores foram tomados em consideração pela «*Junta na formulação da política e, daí, as suas primeiras declarações foram vagas e contraditórias*». Recomendava-se, portanto, que «*a África e os movimentos de libertação não se devam apressar a tomar posições*». Devido a não estarem convencidos de que «*a junta militar estivesse pronta para passos radicais a respeito das possessões coloniais na África*» — um exemplo: a sua proposta de uma federação —, era de esperar «*certas jogadas tácticas com o fim de se distanciar um pouco do anterior regime*», tentando enfraquecer a vigilância dos países africanos, semear ilusões e optimismo, e criar um espaço de manobra para incentivar diferenças e discordâncias entre os países africanos. Portanto, era difícil de esperar passos radicais em direcção da independência e da liberdade dos povos africanos. Do mesmo modo, isso não convinha nem a alguns países da OTAN e, em primeiro lugar, aos EUA por causa dos seus interesses económicos e militares.

### **Os primeiros contactos e algumas opiniões**

Entre as primeiras informações e a declaração oficial do governo jugoslavo (7/Mai.), decorreram menos de duas semanas, tendo sido a embaixada de Paris (30/Abr.) a considerar «*claramente positiva a mudança em Portugal, tendo em conta que [era] dirigida contra o regime colonial fascista*». Outra embaixada, a de Bona, relatou, três dias depois, a reunião de Mário Soares<sup>132</sup> com o embaixador em que apresentou os objectivos principais do novo regime («*liquidação do fascismo e solução do problema colonial*») e exprimiu o desejo «*de Spínola e do Partido Socialista que a Jugoslávia estabelecesse relações, quanto antes, com Portugal ou, pelo menos, contactos com a junta e o novo governo*». Disse ainda que o reconhecimento jugoslavo da Junta de Salvação Nacional «*teria uma especial importância por causa da reputação da Jugoslávia no Movimento dos Países Não-Alinhados e ajudaria a Junta a estabelecer novas relações com os países africanos*». Igualmente, convidou, em nome do PS, que uma delegação da LCJ fosse, se possível, imediatamente a Portugal para se informar da sua situação política e «*ter conversações com personalidades competentes*».

Quanto à citada declaração oficial, além da posição favorável às mudanças políticas, foi realçada a necessidade da concessão definitiva de liberdade e independência às colónias. Por esses dias de Maio, outras informações também podiam justificar essa posição. Segundo a embaixada em Conacri, o secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira, achou que foi melhor que tivesse havido uma mudança. De mais a mais, Portugal tinha sido obrigado a virar-se para

<sup>132</sup> O seu pedido para esta reunião e outras com os embaixadores soviético e estado-unidense foi apresentado pelo PSDA. Teve, também, «*uma longa conversação com Brandt*» (ADMNE, F-216, Portugal, 1974).

os problemas internos e a sua capacidade para grandes operações militares tinha diminuído. Apesar do «*movimento dos capitães*», essas mudanças eram superficiais, mas «*o indicador mais importante do verdadeiro papel e carácter do novo governo será o seu comportamento e a política sobre os problemas essenciais e, em primeiro lugar, os movimentos de libertação*». Até essa altura, acrescentou, só tinha havido declarações que não mudaram nada de importante. Como se aguardava uma reacção política dos EUA e «*não havia ainda dados suficientes para uma avaliação mais completa das mudanças*», seria necessário esperar pela evolução dos acontecimentos. Contudo, o PAIGC «*não tinha ilusões acerca das verdadeiras intenções de Spínola relativamente à Guiné-Bissau e aos movimentos de libertação*», pois como fascista «*ele continuará seguramente a sê-lo*». Mas, segundo informações recebidas de Portugal, «*Spínola não foi o promotor do golpe de Estado*», que foi organizado e executado pelo «*movimento dos capitães*», sendo só uma figura escolhida para assegurar a confiança no estrangeiro e no país.

Os principais acontecimentos e as consequências deste período foram descritos noutra documento do SFNE,<sup>133</sup> no qual, entre as suas conclusões, se reconhece que «*a evolução da situação não permitia analisar objectivamente as vastas consequências das mudanças em Portugal, em particular, por causa da incerta evolução seguinte*». Porém, considerou que «*as consequências mais importantes no plano das relações internacionais seriam, seguramente, o fim da guerra colonial e a concessão da independência às colónias*», mas também um grande apoio às lutas independentistas em África. Por causa disso, «*um regime instável [...poderia]*

---

<sup>133</sup> Uma síntese deste período encontra-se: «*Informação acerca das mudanças políticas em Portugal e dos nossos passos*» (8/Mai./74). Após as causas do «*golpe militar de 25 de Abril*» (situação político-económica, guerra nas colónias, luta da oposição antifascista e seus reflexos nas forças armadas), este texto apresenta o programa e as medidas da «*junta militar*» no plano interno e nas colónias. Considerou que não eram «*suficientemente claros o carácter e os verdadeiros objectivos do "Movimento das Forças Armadas"*» e, apesar da política colonial ter sido «*uma das causas principais das mudanças*», a Junta e Spínola não tinham uma posição clara acerca desta questão. Enumera uma dezena de «*medidas em direcção da liberalização e democratização da vida política*» (libertação dos presos políticos em Portugal e nas colónias; abolição da censura; extinção da polícia política e «*a maior parte dos seus membros foi presa*»; regresso ao país dos refugiados políticos; etc.). Descreve as reacções no estrangeiro, onde «*ainda predomina a cautela*» e uma «*contenção de comentários mais profundos quanto ao futuro*», resumindo as dos «*círculos oficiais ocidentais e da OTAN*», dos países socialistas, africanos e árabes. Menciona as decisões jugoslavas já tomadas desde os meios de comunicação social (chamada de atenção «*para a necessidade do mais amplo acompanhamento e informação objectiva*») às suas embaixadas nos países não-alinhados (um «*contacto permanente*» com movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e principais parceiros não-alinhados) e nos restantes países, principalmente, na Europa («*acompanhamento da situação em Portugal e reacções no estrangeiro*»). Por fim, além das acima citadas conclusões, recomenda: algumas medidas «*em relação ao novo regime*» (restabelecimento de relações diplomáticas; contactos da ASPTJ e da LCJ com o PS e o PCP; envio a Portugal de uma «*personalidade adequada/jornalista/ para estabelecer*» contactos com dirigentes e forças políticas; preparativos para abertura da embaixada em Lisboa). (ADMNE, F-216, Portugal, 1974).

*abrir, em Portugal, um processo de profundos abalos, confrontações e, em seguida, de intervenções do exterior»* com reflexos negativos na situação geral da Europa.

Estas dúvidas a respeito da descolonização marcaram ainda *«as primeiras reacções dos movimentos de libertação e dos países africanos»* que foram recolhidas tanto junto do MPLA, FNLA, PAIGC e FRELIMO como dos governos da Tanzânia, Zâmbia, Nigéria e outros<sup>134</sup>. Essas reacções surgiram desde o reconhecimento à independência — sendo esta uma condição para qualquer negociação — por parte duma maioria à proposta da FLNA que não o exigiu.

Contudo, achando *«a situação confusa»* em Portugal ou que *«o colonialismo estava ainda bem presente em Moçambique»*, uma outra posição mais reservada foi comunicada à LCJ pelo PCP<sup>135</sup> e ao governo jugoslavo pela FRELIMO.<sup>136</sup>

O primeiro informou de que devido a essa confusão *«seria prematuro e inconveniente»* que os países socialistas reconhecessem e estabelecessem relações diplomáticas com o novo governo português antes da sua constituição e de *«se ver a sua linha política»*, estimando também *«a opinião que o PC de Portugal daria posteriormente»*.

O segundo fez o seguinte apelo a *«todos os nossos amigos: [...] não estabeleçam relações diplomáticas, que não cooperem com o novo regime em Portugal, enquanto ele não nos reconhecer o direito à independência»*, aceitando conversações com a FRELIMO como o único representante do povo moçambicano.

---

<sup>134</sup> *«As primeiras reacções dos movimentos de libertação e dos países africanos aos acontecimentos em Portugal»*, SFNE (9/Maio). (ADMNE, F-216, Portugal, 1974).

<sup>135</sup> Esta informação (12/Maio) foi entregue, em Belgrado, pela embaixada da URSS após o pedido do PCP ao PCUS para informar os partidos comunistas dos países socialistas da sua posição. Essa posição foi reafirmada numa carta (22/Maio), assinada por Octávio Pato, onde *«se realça que a apreciação da questão do reconhecimento e estabelecimento de relações diplomáticas dos países socialistas com o novo regime, deve ter em conta a complexidade da actual situação em Portugal e sobretudo a guerra colonial que ainda continua»*. Porém, esperava-se que a *«curto prazo [deixaria de haver] quaisquer impedimentos para o estabelecimento de relações diplomáticas dos países socialistas com Portugal»*. Esta carta foi entregue na embaixada jugoslava, em Moscovo (24/Maio), por Carlos Amboim Inglês.

<sup>136</sup> Declarações de Marcelino dos Santos, em Dar-es-Salam (6/Jun.), (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974). O resultado desse apelo foi comentado, um ano depois, em Maio, por Samora Machel. Segundo ele, *«a Jugoslávia estabeleceu relações diplomáticas com Portugal precisamente por ocasião próxima das conversações da FRELIMO com Portugal sobre a independência o que fortaleceu a posição de Portugal nas conversações»*. Houve, também, uma crítica de Joaquim Chissano à data escolhida para o restabelecimento das relações diplomáticas jugoslavo-portuguesas.

## II.2— *Os primeiros tempos das «mudanças em Lisboa»*

Após o 25 de Abril, as notícias acerca de Portugal ocuparam um lugar de destaque nos meios da comunicação social jugoslava. Na imprensa, por exemplo, até finais de Maio, mais de 300 notícias e artigos foram publicados nos jornais diários de Belgrado<sup>137</sup>, ocupando muitos deles diariamente as suas primeiras páginas. Além das notícias das agências estrangeiras, os primeiros artigos de jornalistas jugoslavos foram enviados pelos correspondentes de jornais belgradenses em Paris (Deian Lukitch<sup>138</sup>) e Londres (Miroslav Radoitchitch<sup>139</sup>) que estiveram em Portugal.<sup>140</sup> Ambos chegaram ao aeroporto da Portela de Sacavém sem visto — recusado pelas embaixadas portuguesas por «falta de instruções» —, mas ali conseguiram obtê-lo sem grandes dificuldades.<sup>141</sup>

Nos meses que se seguiram, outras centenas de notícias e artigos sobre a situação política portuguesa foram publicados na imprensa jugoslava, havendo já notícias da Tanjug, após a chegada a Lisboa, em Setembro, daquele que seria depois o seu primeiro correspondente, Aleksandar Antonitch.<sup>142</sup> Quanto aos artigos de outros enviados especiais dos principais diários e semanários jugoslavos juntaram-se-lhes as reportagens e entrevistas doutros meios da comunicação social (televisão e rádio).

Entre os primeiros contactos políticos — efectuados através das embaixadas jugoslavas em diversos países europeus<sup>143</sup> —, houve conversações com dirigentes do PS (Mário Soa-

<sup>137</sup> A sua tiragem era de 830 mil exemplares diários (44% da imprensa diária jugoslava). Vd. Carvalho, Sergej P. Santos, *A imprensa belgradense acerca da Revolução Portuguesa (período de 25 de Abril a 25 de Maio de 1974)*, Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Filosofia, Belgrado, 2005 (em serviço).

<sup>138</sup> *Ibid.*, O seu primeiro artigo, entre 25 publicados, saiu (4/Mai.) no *Večernje Novosti* (Notícias da Tarde). A sua entrevista (9/Mai.) com Mário Soares foi publicada, depois, noutros jornais jugoslavos.

<sup>139</sup> *Ibid.*, Correspondente do *Politika* no Reino Unido. Escreveu 19 artigos.

<sup>140</sup> O primeiro (4-18/Mai.) e o segundo (12-21/Mai.).

<sup>141</sup> Após citar os contactos e a recusa do visto de entrada por parte do «representante da embaixada portuguesa em Paris», Deian Lukitch relatou que «quando chegou a Lisboa, o funcionário no aeroporto primeiramente ficou admirado, e depois com um sorriso bastante benévolo, perguntou-me o que seria quando me fizesse voltar no mesmo avião? – Isso será uma pergunta da vossa escolha – respondi-lhe. Mas o diálogo foi desnecessário. Recebi imediatamente o visto com demoradas boas-vindas latinas». Segundo a embaixada jugoslava (10/ Mai.), em Paris, outros 5 jornalistas continuavam à espera do visto português, apesar da intervenção do embaixador.

<sup>142</sup> (Osfiček/1927-Belgrado/1997). Durante a II Guerra Mundial, viveu em Kragujevac, onde terminou o liceu. O seu pai foi um dos seus 2 800 habitantes fusilados pelo exército alemão (Out./1941). Jornalista da Tanjug (1949-87), foi seu correspondente: em Trieste (1953); Praga (1956-58); Lisboa (Jun./1975-Set./79). Como enviado especial esteve em Espanha, Suíça, Portugal e Angola. Falava bem italiano, inglês, checo e russo e português. Estes dados biográficos foram obtidos na Tanjug (Jan./2016).

<sup>143</sup> Em Bona, Bruxelas, Helsínquia, Paris e Roma para os primeiros. Em Moscovo e Paris, para os segundos. Quanto a datas; de 3 a 14 de Maio (ADMNE, F-216, Portugal, 1974).

res e Coimbra Martins) e do PCP (Carlos Aboim Inglês e Joaquim Pires Jorge). Além da mencionada reunião, em Bona, de Mário Soares com o embaixador jugoslavo, foram relatados os seus outros contactos com Agostinho Neto (em Bruxelas), os partidos socialistas (italiano e belga) e sociais-democratas (alemão e escandinavos<sup>144</sup>), assim como as suas declarações sobre a situação política portuguesa e a descolonização. Quanto às reuniões com os outros dirigentes, as informações vão desde as actividades partidárias à formação do governo provisório, passando pelas relações com Spínola, o «*movimento dos capitães*» e «*a questão das colónias*».

Porém, algumas informações destes dirigentes exilados, que não tinham ainda estado em Portugal, foram contraditas ou não tiveram qualquer confirmação. Assim, por exemplo, se para Pires Jorge, uma «*fonte de preocupação era a Guarda Republicana (cerca de 20 000) que depois do golpe de Estado ficou "intocável" e que a Junta e Spínola desejam guardar como seu baluarte*», segundo a observação do seu interlocutor (diplomata da embaixada jugoslava em Paris), «*[...] o membro da direcção do PS Fernandes,<sup>145</sup> com quem falei um par de horas mais tarde e que chegou de Portugal no dia 11 de Maio, disse que o problema da Guarda já não se colocava, porque também nela se expandiu o movimento dos capitães*». Todavia, não fez qualquer referência a que «*a aviação e a marinha eram um forte baluarte do movimento. Na aviação, aderiram 600 oficiais ao Movimento e, na marinha, cerca de 700*».

### **Jornalista e enviado especial**

Seguiu-se a visita a Portugal de um enviado oficial, nomeado de acordo com as conclusões da «*Comissão do Conselho Executivo Federal, dos Negócios Estrangeiros e Segurança do país*», que foi Jarko Bojitch,<sup>146</sup> director de programas da Televisão Zagreb. Num docu-

---

<sup>144</sup> Na capital finlandesa, «*assistiu ao encontro de líderes dos PSD dos países escandinavos, fez declarações à imprensa e deu uma entrevista à televisão*». Referiu-se à formação do governo provisório «*dentro de duas semanas*», à realização de eleições em «*um ano*» e que «*a tarefa mais importante era acabar com a guerra nas colónias e restaurar a economia do país*». Salientou, ainda, que o seu partido não entraria num governo sem os comunistas, tendo intenções de manter essa cooperação «*tanto no âmbito do governo provisório como também depois das eleições parlamentares*». Quanto a Spínola, este «*mantinha a promessa de aceitar o direito das colónias à autodeterminação*», o que considerou ser uma «*boa base para se ir em frente, [concluindo] que o processo da descolonização seguirá rapidamente porque é uma necessidade*».

<sup>145</sup> Vasco da Gama Fernandes.

<sup>146</sup> Jarko Bojitch (1931- 2013) – Licenciado em Direito (Univerdidade de Belgrado). A sua carreira de jornalista começou, em Zagreb, no *Vjesnik u Srijedu* e o *Vjesnik*. Foi enviado especial desses dois jornais na Síria (1957) e em Bagdade (1958). Como correspondente do *Borba* (órgão da LCJ): em Moscovo (1959-63); na América Latina (México, Cuba e Rio de Janeiro) entre 1964-68; no período (1969-72), jornalista no diário *Večernje Novosti* de Belgrado. Foi nomeado, então, redactor-chefe da Rádio Zagreb e, em seguida, director de programas da TV Zagreb. De 1978-83, foi correspondente da TV Zagreb e RTJ em Madrid. Diplomata (1986-90), na embaixada

mento (13/Mai.), dizia-se: «*Perante as autoridades portuguesas, ele apresentar-se-á como jornalista, e nos contactos com os representantes do Partido Comunista e o Partido Socialista de Portugal aparecerá com um mandato da LCJ e da ASPTJ. Deverá chegar a Lisboa nos dias 13 ou 14 de Maio*». Segundo um ofício do SFNE, foi equiparado a «*ministro conselheiro de Embaixada*» e a sua missão teria uma duração de um mês. Entre as despesas, foram citadas «*várias viagens ida-volta na linha Lisboa-Paris, previstas durante a sua estada em Portugal*». Assim, os seus telexes (cifrados)<sup>147</sup> seriam enviados através da embaixada na capital francesa. Neles, relatou as conversações — sem referir datas ou idiomas — com Vítor Cunha Rego, general Spínola, Álvaro Cunhal, Carlos Machado e capitães Garcia Correia e Correia Bernardo, assim como, a tradução de excertos do «*discurso aos fiéis numa missa*» do bispo do Porto, «*as notas das impressões de Bojitch, em base das conversações em Lisboa*» e uma proposta para uma visita de «*um funcionário a Lisboa*».

### As conversações

Na sua «*longa conversação*», durante um almoço, com Cunha Rego,<sup>148</sup> soube que Spínola e Mário Soares «*consideravam urgente que a Jugoslávia [fosse] o primeiro país socialista com quem Portugal [estabelecesse] relações*» e, por isso, pediam que enviassem «*uma importante personalidade oficial, a nível de subsecretário ou embaixador, para contactos oficiais*». Antes, tinha-lhe pedido para transmitir, em Belgrado, ao SFNE que não puderam enviar ninguém para «*informar acerca dos acontecimentos*» e pediam desculpas por esse facto. «*Para vossa informação, tivemos de substituir 18 embaixadores e 16 chefes de secções. Em todos os serviços, era o caos*». Respondendo à pergunta sobre «*as reservas em redor do problema do ultramar*» e as diferenças existentes relativamente a essa questão, disse-lhe que já estava resolvida e que não se deviam preocupar com isso. «*A paz na Guiné-Bissau será estabelecida em um mês, e todo o problema estará resolvido em seis meses*».

---

jugoslava, em Roma, quando foi reformado. Falava russo, inglês, castelhano, português e italiano. Autor de «*Espanha — Diário de uma Crise*», 1981.

<sup>147</sup> Há uma dezena de telexes (ADMNE, F-216, Portugal, 1974). Como todos foram enviados em 19 e 20 de Maio, após ter estado alguns dias em Lisboa, é de supor, devido não ter sido encontrado qualquer relatório final, que a sua missão terá terminado nessa data. Também, no último telex da embaixada jugoslava de Paris para Belgrado (22/Mai.), relativo à «*conversa telefónica Rego-Bojitch*», ocorrida nesse dia, foi sugerido que devido à ausência de Mário Soares em Lisboa, «*em lugar da ida de Bojitch a Lisboa*», fosse alguém enviado a Londres para «*para entrar em contacto com Soares ou Campinos (e talvez com os guineenses)*».

<sup>148</sup> «*Novo chefe do gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros Soares. Muitos anos na emigração em São Paulo. Esteve na Jugoslávia. Por incumbência de Soares (com ele tinha reunião marcada, mas ele desmarcou-a por causa da viagem a Dacar e deu instruções a Rego. Procurou-me imediatamente no hotel*». Dois anos depois, referindo-se às suas posições anti-jugoslavas, o embaixador jugoslavo enviou a seu respeito a seguinte informação: «*aliás, fala-se que ele actua em estreita ligação com os americanos*».

Quanto a Spínola, tinha reservas, mas era optimista, e disse-lhe enigmaticamente que este «*nunca diz aquilo que faz, nem faz aquilo que diz*». Acrescentou, ainda, que Spínola desejava «*basicamente o mesmo que aquilo que Alvarado<sup>149</sup> no Peru e que Alvarado era o seu ideal*». Depois, afirmou: «*a coisa mais importante para o novo governo é sobreviver este ano "sem catástrofes"*»; «*o problema fundamental é a relação entre o trabalho e o capital no país, sendo isso da competência dos comunistas*»; a respeito da «*paz no ultramar, gostaria de deixar uma impressão de optimista*»; e «*literalmente, gostariam de estabelecer relações amanhã*», não sendo necessário nenhum visto, «*só que alguém telefone do aeroporto, etc.*».

«*Durante a posse do novo governo*»,<sup>150</sup> Bojitch encontrou-se «*por curto tempo, no Palácio de Belém*» com o general Spínola. Perguntou-lhe as diferenças entre ele e Mário Soares — que acabara de partir para Dacar — acerca de uma «*solução para o ultramar. Respondeu que não havia diferenças. Respondi-lhe que ele não mencionava a independência, e Soares sim*». Spínola retorquiu que, nesse momento, «*o que se necessitava era insistir naquilo que une e não naquilo que separa*». Devido a ideia da autodeterminação os unir, caso ela for a favor da independência, então, que assim fosse. Este documento de uma dezena de linhas termina: «*disse-lhe que no seu livro, todavia, exprimiu a firme convicção de que a autodeterminação ser[ia] a favor de Portugal. Respondeu-me que não via contradição nisso*».

Noutro telex,<sup>151</sup> há um relato da sua entrevista com Álvaro Cunhal, que lhe falou dos objectivos fundamentais do PCP,<sup>152</sup> da coligação governamental e do «*carácter provisório do governo*», vendo nele a sua missão principal na «*liquidação da estrutura fascista do Estado, democratização da vida, fim da guerra no ultramar e criação de condições para as eleições em 1975, que citou como "os objectivos fixados pelo governo"*».

Porém, salientou-lhe: «*não tinha ilusões. A liberdade ainda não foi alcançada e as forças de direita já conspiram. O poder económico dos monopólios está intacto. Procuram criar dificuldades económicas e financeiras que enfraqueçam o apoio que o povo dá ao governo*». Achava, por isso, que seria irrealista de um tal governo de coligação esperar uma

<sup>149</sup> Juan F. Velasco Alvarado (1910-1977), general, chefiou o golpe de Estado (Out./68) e exerceu a presidência do Peru durante a chamada «*Revolução da Força Armada*» (Out./1968-Ago./75).

<sup>150</sup> A única data citada. Logo, 16 de Maio de 1974 (quinta-feira).

<sup>151</sup> Não datado e sem referências à duração, idioma e local da entrevista. (ADMNE, F-216 Portugal, 1974).

<sup>152</sup> Eram quatro, sendo os três primeiros ligados ao reforço: «*nos sindicatos e no movimento democrático*», do papel do PCP; «*da unidade dos comunistas, socialistas, católicos e liberais em função da salvaguarda das vitórias obtidas*»; «*das ligações do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas*». O quarto objectivo era «*a luta contra o oportunismo da direita e da esquerda*».

*«política popular. Pedir isso significaria provocar o confronto entre partes da coligação, o que conduziria à sua desintegração. O primeiro objectivo táctico era, segundo Cunhal, de salvaguardar a unidade de todas as forças progressistas».*<sup>153</sup>

Acerca da descolonização, disse-lhe que o PCP aceitava o Programa do MFA e que a *«resolução do problema da guerra no ultramar não [era] militar, mas sim uma questão política»*. Também, era a favor *«de negociações com os movimentos de libertação»* e isso com o PAIGC, FRELIMO e MPLA. No entanto, havia na coligação governamental *«sérias e, por vezes, vivas diferenças»* em relação a esse problema. Enquanto, o PCP e o PS eram pela independência, todos os outros eram por uma federação portuguesa, mas tinham encontrado um ponto comum: *«fim da guerra e resolução política»*.

Resumiu-lhe, para terminar, as razões da participação do PCP no governo, embora estivesse *«consciente dos riscos, labilidades e dificuldades dos comunistas no governo. O PC tinha a responsabilidade do trabalho e, agora, era obrigado a pedir aos trabalhadores que não façam greves, porque essa é a posição do governo, e 50 anos a greve foi proibida por lei aos trabalhadores»*.

Se os primeiros interlocutores de Bojitch eram previsíveis, já o seguinte, Carlos Machado,<sup>154</sup> levanta mais perguntas acerca dos antecedentes que levaram a esta conversação entre ambos. Contudo, as respostas não foram encontradas.

Falando somente do que tinha ocorrido e ocorria, o jornalista português afirmou: *«[...] nos primeiros dias, após o golpe, nos meios financeiros reinou um certo alarme. Todavia, agora, estão relativamente satisfeitos, Consideram Spínola como um reformador político de grande calibre. A maioria da gente financeira mais poderosa do país concorda que as reformas são necessárias e por causa da " paz social" tem que se chegar a uma certa redistribuição do rendimento»*.

Essa paz social era a *«condição prévia para a estabilidade»*, sem a qual não poderiam alcançar os objectivos básicos: *«a modernização da estrutura industrial e financeira do país»*; *«participação adequada no Mercado Comum»*; e uma saída pelo mundo, *«particularmente, no enorme mercado africano em condições diferentes»*. Esta posição também convinha *«às companhias multinacionais e ao capital brasileiro, com os quais existiam boas relações»*.

<sup>153</sup> Pela primeira e única vez neste texto, Bojitch comentou o que anotou do seu interlocutor: *«(Observação: isto também Spínola realçou como tarefa prioritária em que repousa toda a sua estratégia)»*. Ora, como não a mencionou no telex relativo ao encontro com Spínola, coloca-se a questão de ter havido outro(s) documento(s) sobre este assunto.

<sup>154</sup> No seu telex, escreveu: *«é director do "Jornal do Comércio". O jornal é relativamente pequeno, mas influente nos meios financeiros. Está ligado à família do banqueiro Quinas»*. (ADMNE, F-216, Portugal, 1974).



Ora, para a realização desses objectivos era indispensável «*o fim da guerra no ultramar e a liquidação do isolamento internacional de Portugal*». Assim, por julgarem que o novo governo poderia cumprir essas condições, estavam prontos «*a pagar o preço na redistribuição do rendimento*».

Acrescentou ainda que «*com as suas consequências sociais, económicas e financeiras, a guerra no ultramar ameaçou totalmente todos os principais interesses do capital*». Além disso, «*fim dessa guerra, mas para que os seus interesses sejam salvaguardados num quadro diferente*».

Havia importantes personalidades financeiras no governo e nos contactos com Spínola, segundo Carlos Machado, ele tinha-lhes dito que o «*"puro e simples abandono do ultramar, simplesmente recusa[vam] por três razões: 1.) porque lesa a nossa soberania; 2.) porque não podemos abandonar todos aqueles portugueses que lá construíram o seu espaço vital, acreditando na bandeira nacional e 3.) porque não temos razões para abdicarmos em proveito do inimigo"*».

Concluindo, Bojitch anotou que eles acompanhavam a situação com atenção, «*mas não estavam em condições de se exporem muito*». Igualmente, aceitaram com satisfação a posição oficial do governo de que «*estimulará a actividade do capital nacional e estrangeiro*».

Segundo a numeração dos documentos que enviou da embaixada em Paris, os seus últimos interlocutores foram os capitães Garcia Correia e Correia Bernardo.<sup>155</sup> Depois de mencionar que tiveram um «*papel importante no golpe*», tendo até «*o primeiro participado na prisão de Caetano*»,<sup>156</sup> considerou que a conversação com eles lhe deu a conhecer «*toda uma série de detalhes característicos e, em particular, as relações MFA e Spínola*».

Falaram-lhe da formação do «*movimento dos capitães*» («*Setembro de 1973*»), por causa de uma «*série de decretos militares que limitava a progressão na carreira*», mas ainda por que sentiram que tinham «*"a obrigação perante o Povo de algo fazer, porque senão o Povo faria isso e, então, isso seria a guerra civil e haveria muito sangue"*». Bojitch anotou depois que «*o golpe estava marcado para 23 de Março*», mas que houve o caso de «*uma unidade que marchou sobre as Caldas da Rainha. Foram todos presos*». Devido terem decidido libertá-los, «*"isso foi, talvez, decisivo para o golpe do 25 de Abril. O descontentamento exis-*

<sup>155</sup> Só Bernardo no documento. Nas suas três páginas, o autor não indicou, como já foi sublinhado, qualquer data ou dado que permita uma melhor compreensão desta entrevista com estes «*membros do MFA*».

<sup>156</sup> Como, no 25 de Abril, o capitão Garcia Correia ficou, em Santarém, a comandar a EPC, coloca-se o porquê deste erro.

tia, o caos existia e, [então], chegou também a ira por causa da prisão dos nossos camaradas. Podíamos libertá-los somente caso mudássemos a situação"».

Quanto ao Programa do MFA, ele coincidia nas suas «linhas fundamentais com o programa da oposição democrática de 1945». Em seguida, apareceu o livro do general Spínola que, segundo eles, tinha um programa igual ao seu. Após a vitória, «eles sabiam como derubar o governo, mas não sabiam o que fazer a seguir, como construir algo diferente». Este apanhado de frases e dados termina com esta recomendação «acerca do ultramar: "era urgente estabelecer o diálogo com os guerrilheiros, mas apesar disso a nossa posição deveria ser salvaguardada"».

### **Recomendações**

Outros dois documentos<sup>157</sup> procuram analisar «as impressões de Bojitch, em base das conversações em Lisboa» e recomendar ao SFNE alguns passos imediatos nas relações com o novo governo português.

No primeiro, há uma recapitulação das informações com 9 pontos que caracterizariam a situação sociopolítica portuguesa. Resumindo as suas páginas, esses pontos confirmavam: 1.) o exército controlava o poder e «era o indiscutível árbitro num complicado jogo político»; 2.) o programa político do MFA era «de facto o programa de Spínola que este tacticamente executa quase brilhantemente», sendo ele e Costa Gomes, sem dúvida, «as duas personalidades mais fortes do país», enquanto o grupo de jovens oficiais que «fizeram o golpe — pouco a pouco são afastados das posições operacionais [...], e com todas as honras possíveis colocados por diversos gabinetes e conselhos»; 3.) a primeira tarefa prioritária da estratégia de Spínola era — estando de acordo com ela, mais ou menos, todas as outras forças políticas — «o fim da guerra no ultramar»; 4.) a estratégia da realização desta tarefa era, no país, «atingir a paz social, a unidade de todas as forças nesse sentido e a estabilidade», e, no mundo, «com a abertura para Leste e a nova política da "autodeterminação das colónias" quebrar o isolamento em que Portugal se encontrava há anos»; 5.) «nos círculos oficiais, o não-alinhamento como que é uma categoria desconhecida. Os generais contam, sobretudo, com as combinações dos blocos»; 6.) mudanças políticas radicais, em particular, «na liberalização da vida pública», tendo a oposição quase desaparecido e os ministérios mais sensíveis sido atribuídos à esquerda («os comunistas têm as relações trabalho-capital, os socialistas a paz no ultramar e a abertura para o mundo»); 7.) «é um facto que o capital e a igreja apoiam o regime», apesar das manobras muito presentes e as companhias estrangeiras terem aumentado «os salários

<sup>157</sup> Estes dois telexes da embaixada em Paris (20/Mai./74) foram subscritos pelo embaixador Níiaz Dizdarevitch.

*aos trabalhadores acima das suas reivindicações», encadeando uma onda de greves que «os comunistas consideraram como "destruição", [provocando-lhes, inicialmente,] dificuldades no contacto com os trabalhadores dessas companhias»; 8.) dava a impressão que «as forças de esquerda lançaram-se impreparadas em toda esta situação» e estavam numa «posição de realizarem um programa que não era o seu, mas suportavam as responsabilidades por ele, [não sabendo] nem o seu impacto final»; 9.) de acordo «com a concepção de "abertura para Leste", particularmente estão interessados no estabelecimento de relações com a Jugoslávia», querendo que fosse «"o primeiro país socialista" com quem Portugal estabelecesse relações, pediram contacto oficial».<sup>158</sup>*

No segundo documento, lê-se: *«Bojitch e eu [o embaixador Dizdarevitch<sup>159</sup>] consideramos que não devemos negligenciar o convite que, por ele, Rego nos enviou, em nome de Soares (nosso 548),<sup>160</sup> para enviar um funcionário a Lisboa por causa da concretização de futuros contactos e conversações oficiais». Entre vários argumentos a favor dessa viagem, estimava-se que «em Portugal ocorreram grandes mudanças com o derrubamento do fascismo, com a formação do governo de unidade nacional com a participação da esquerda, incluindo os comunistas, com a democratização, com a iniciativa por uma solução política da questão colonial (apesar das grandes reservas relativamente à até agora visão da junta e de Spínola), etc.». Igualmente, através desse funcionário, ter-se-ia ainda a possibilidade de uma melhor «imagem acerca de Portugal, o seu governo e o que se pode esperar num futuro próximo».*

### **Contactos políticos em Londres**

De acordo com o citado telefonema de Bojitch para Cunha Rego, um enviado do SFNE (Ivan Kořitch<sup>161</sup>) foi a Londres para transmitir a Mário Soares — onde se encontrava

<sup>158</sup> Por estas conclusões (e os factos de outros telexes) deste jornalista experiente — após uma curta passagem por Lisboa, recorde-se —, estes documentos são um bom exemplo duma visão muito frequente, nos meios de comunicação social (e até políticos) jugoslavos, acerca do Portugal pós-25 de Abril.

<sup>159</sup> Dizdarevitch, Níaz (1920-89) — Licenciatura na Faculdade de Filologia de Belgrado (Árabe, Turco e Persa) e falava inglês, francês, italiano e albanês. Na Bósnia e Hertsegovina, foi combatente (como o seu irmão Raif) e dirigente da UJCJ na Luta de Libertação Popular (1941-45). No pós-guerra, diplomata (Albânia e Turquia) e embaixador (Iraque, Argélia e França), tendo sido um dos criadores da política externa da RSFJ com os países islamistas. Deputado (Assembleia Popular da BH e Assembleia Federal) e dirigente político (membro do CC da LC da BH e da Jugoslávia).

<sup>160</sup> Referência ao telex relativo à conversação, em Lisboa, com Cunha Rego.

<sup>161</sup> Falava português – estivera três anos (1969-72) na embaixada no Brasil – e, dias depois, viajou para Lisboa como membro da primeira delegação oficial jugoslava.

por causa das «negociações com a delegação da Guiné-Bissau» — a posição do seu governo quanto à situação política portuguesa e, sobretudo, à solução da questão colonial, assim como a proposta de uma delegação oficial visitar Portugal para «consultas com os representantes do MNE e contactos com outras personalidades e estruturas». A sua primeira conversação foi com Jorge Campinos (24/Maio) que o informou da «avaliação que a direcção do PS e do MNE tinham da situação no país», mencionando, entre os seus pontos principais, os seguintes: o MFA e sua evolução<sup>162</sup>; a difícil situação económica e as primeiras reacções da direita apoiada pela «reacção internacional e o grande capital»<sup>163</sup>; a legislação do antigo regime continuava em vigor e a necessidade duma rápida aprovação de diversas leis no campo do trabalho e das relações laborais; as forças de direita, então só em parte derrotadas, e a previsão de próximas acções suas com «o apoio do imperialismo e a reacção internacional»; a descolonização era a questão principal no plano externo<sup>164</sup>; a importância do apoio da Jugoslávia.<sup>165</sup> No dia seguinte, encontrou-se com Mário Soares que lhe confirmou o que tinha ouvido de Campinos. Por fim, salientou a importância de Tito na análise das relações internacionais e

---

<sup>162</sup> Apesar de ter o poder nas suas mãos, todavia, poderia haver algumas incertezas no futuro, «tendo em conta que o MFA, que efectou todo o golpe de Estado, é formado por pessoas de diferentes orientações ideológicas e políticas. Todos, por agora, estão de acordo nas questões principais da evolução seguinte, mas o futuro próximo pode trazer grandes estratificações e divergências». Por isso, era necessário um aumento rápido da influência das forças de esquerda «no factor militar» com o fim de conseguir «as soluções mais progressistas possíveis para as questões chaves, tanto no campo das relações internas como internacionais». Assim, haveria uma maior abertura da «estrutura militar» para objectivos e acções positivas, deixando-lhe «cada vez menos espaço para alguma radicalização negativa. Neste sentido, o PS já estava a tomar medidas.»

<sup>163</sup> Sendo a situação económica «mais difícil do que na época de Caetano», as suas primeiras acções «para minar o novo regime [foram efectuadas] através do sector económico». Assim, «as companhias multinacionais dão aos trabalhadores aumentos salariais maiores do que eles pedem. O objectivo é claro: esvaziar os cofres do Estado e, então, acusar o governo e o regime pelas dificuldades criadas e o caos na economia!». Além de acções políticas, eram também «necessárias medidas reguladoras para limitar o campo de actuação do grande capital.»

<sup>164</sup> Assim, sob «a pressão das forças democráticas e a opinião pública mundial», houve nesta questão, tanto em Spínola como na Junta, uma «grande evolução positiva». Igualmente, todas as forças políticas portuguesas estavam de acordo que «a guerra não era mais o caminho para a solução da questão colonial», embora, não fosse fácil chegar a essa solução. O problema básico consistia que, por um lado, «era necessário trabalhar depressa» para não dar tempo à direita — impedindo assim a sua reorganização, acções e as ligações com «as forças exteriores da reacção» — e, por outro lado, «era preciso tempo para que se assegurasse um quadro, o mais positivo possível, para a solução». Por isso: «o PS decidiu que a questão da descolonização fosse tratada imediatamente para que as dificuldades não fossem um pretexto para adiamentos, mas ao mesmo tempo com o empenho de construir uma plataforma progressiva para a descolonização, isto é, sejam asseguradas as condições para que a independência seja assumida por aquelas forças que são reais nas colónias e não grupos fictícios, fantoches e correntes semelhantes.»

<sup>165</sup> Esse apoio que a Jugoslávia podia dar às forças progressistas portuguesas teria uma «importância incalculável neste momento delicado. Tendo em conta o seu prestígio no mundo, sobretudo, tendo em conta o lugar e o papel entre os não-alinhados, tendo em conta a coerência na política exterior (atentamente registaram todas as subscrições e votações quanto ao problema colonial em todos os fóruns mundiais desde a guerra até hoje) — a ajuda da Jugoslávia seria muito valiosa para a resolução da questão colonial.»

referiu-se também à Jugoslávia, onde estivera duas vezes,<sup>166</sup> que lhe deixara as «*melhores impressões*».

Após as instruções que recebeu de Belgrado, na noite desse dia, voltou a contactar a delegação portuguesa para transmitir a Mário Soares que o objectivo da próxima visita a Lisboa do secretário-adjunto do SFNE incluía ademais o restabelecimento das relações diplomáticas e a abertura da embaixada. Durante essa reunião, foi-lhe dito que «*as negociações com a delegação da Guiné-Bissau iam bastante mal. Não esperavam posições tão duras. Pensavam que para isso também foi empurrada pelos argelinos*», em cuja embaixada estava alojada e que a sua conduta era bastante reservada. No dia seguinte (27/Mai.), ainda tentou «*saber algo mais preciso acerca das negociações como do encontro de Soares com o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Callaghan, mas [...]*» sem sucesso.

### **Uns contactos políticos em Belgrado**

Nessa última semana de Maio (dias 27 a 30), realizou-se o X Congresso da LCJ, em Belgrado, que contou com a presença das delegações<sup>167</sup> do PCP e do PS, bem como do PAIGC e do MPLA, ao passo que a FRELIMO não respondeu ao convite.<sup>168</sup> As conversações, notícias e entrevistas mostraram bem a importância e atenção que lhes foram dadas pelos anfitriões. Igualmente, além dos seus inúmeros contactos que tiveram com outras delegações estrangeiras presentes neste Congresso, segundo os relatórios dos seus acompanhantes jugoslavos, houve encontros entre si.

Quanto às conversações por parte da LCJ com as quatro delegações,<sup>169</sup> estas foram conduzidas por Miloche Minitch (secretário federal dos Negócios Estrangeiros e membro da Presidência da LCJ). Igualmente, tiveram encontros com outros dirigentes partidários (LCJ e ASPTJ), entre eles, o presidente Iosip Broz Tito.

<sup>166</sup> Em 1968 e 1969. Vd. «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)...*», p. 224.

<sup>167</sup> Tinham como membros: Carlos Amboim Inglês (PCP); Francisco Ramos da Costa, Mário Sottomaior Cardia e José Leitão (PS); Alberto Ludi e José Condesse (MPLA); Haidar Cherif Lamine (PAIGC).

<sup>168</sup> Uma ausência justificada pelo «*trabalho excepcional devido aos acontecimentos em Portugal e ao pequeno número de quadros qualificados. Foi necessário preparar a tática para as negociações com Portugal, formular a política de Moçambique, organizar novas organizações e operações militares. Muito tempo perderam a vencer alguns países africanos que os empurravam para regateios e compromissos sem princípios com Portugal. Esta foi a única razão*». Assim, Marcelino dos Santos justificou, numa reunião na embaixada jugoslava em Dar es Salam (19/Jul./74), essa ausência da delegação no citado congresso, como os anteriores três meses em que «*a embaixada [...] não pôde entrar em contacto com a direcção da FRELIMO*» (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974). Todavia, meses depois (Nov./74), foi o próprio Samora Machel a reconhecer que essa ausência foi uma consequência das más relações existentes nesses últimos anos.

<sup>169</sup> A documentação relativa às delegações do PCP e do PS (programa e relatórios) encontra-se no AJ,507,IX,103.

Na sua conversação com Carlos Aboim Inglês (29/Mai.),<sup>170</sup> M. Minitch começou por exprimir o desejo que fosse estabelecida «*a maior amizade e cooperação possível entre os dois países e partidos*», achando depois que, devido «*às grandes e importantes mudanças*» em Portugal, era um dever o de prestar apoio ao novo governo e ao PCP. Por isso, foi aprovada a reabertura da representação diplomática em Lisboa e referiu-se ao encontro, em Londres, com Mário Soares e à próxima visita de uma delegação jugoslava a Portugal para conversações e um acordo acerca dessa nova representação. Devido às importantes mudanças e julgando que esta decisão ajudaria a sua consolidação e a descolonização, «*o governo jugoslavo teve em vista, também, o grande significado das mudanças, em Portugal, não só para a paz e a segurança na Europa, mas também no mundo*». Realçou, ainda, «*o papel e a influência decisiva do PCP no país*».

Como estas palavras eram uma resposta à carta do PCP, entregue dias antes na embaixada jugoslava em Moscovo, que Aboim Inglês voltou a citar, M. Minitch respondeu-lhe que esta decisão foi tomada «*tendo em conta a autenticidade dos interesses das forças de esquerda em Portugal e os ML [movimentos de libertação]*». Salientou, em seguida, que sabiam que no exército, a respeito da questão colonial, a situação não estava afinal consolidada, mas perante a pergunta se a ajuda mais eficaz seria através de uma presença directa ou não em Portugal, estimou-se que «*essa presença daria maiores possibilidades para uma acção num sentido positivo*». Igualmente, essa decisão foi facilitada pelo facto de que as relações diplomáticas nunca foram cortadas, logo tratava-se só de uma reabertura da representação diplomática. Tendo em conta que um regresso à anterior política colonial era impossível, a questão era somente se a evolução iria em frente sem perturbações ou encontraria obstáculos que a poderiam retardar.

Tomando a palavra, Amboim Inglês reconheceu a solidariedade que a LCJ sempre prestou ao PCP e sublinhou que queriam desenvolver as boas relações tanto entre os dois partidos como entre os povos dos dois países. Depois, disse que o Movimento das Forças Armadas era muito heterogéneo e «*a maioria dos oficiais é imatura politicamente*» o que explicava terem colocado Spínola à frente do movimento. Contudo, o MFA e Spínola eram duas coisas separadas, tendo este último o apoio das forças de direita no país e no estrangeiro, interessadas «*em conservar o império colonial português, mas sob outro manto que fosse*

---

<sup>170</sup> AJ,507,IX,3/I-28.

*menos chocante*». Acrescentou que o PCP não criticava Spínola, mas não o apoiava, nem falava acerca dele.

Quanto ao governo provisório, a sua composição era um reflexo da situação política e, apesar da tentativa de Spínola para que nele estivessem políticos do antigo regime, foi formado só com personalidades de diversas correntes políticas e um número de especialistas que não se comprometeram durante o fascismo. Embora heterogéneo, era um governo que assumia *«posições que [eram] aceitáveis para o PCP e a Esquerda»*.

A respeito da questão colonial, o *«PCP partia do princípio da independência das colónias [...e de] negociações com os legítimos representantes dos ML [...] e não com representantes de grupos fantoches»*. No caso da Guiné-Bissau, a independência na base do reconhecimento de um Estado já existente, sendo *«também esta a posição de outras forças progressistas em Portugal: liberais, parte do exército e parte dos católicos.»*

Achando que o MFA não tinha uma posição clara acerca dessa questão devido à influência de Spínola, o PCP avaliou essa influência no país e no exército, não indo para um rompimento *«porque isso poderia conduzir à restauração de um fascismo pior do que aquele nos tempos do Caetano.»*

Por essa razão, o PCP trabalhava *«activamente no reforço das suas posições, em particular, no movimento das forças armadas e, sobretudo, na questão das colónias»*. Considerava, ainda, que os países socialistas não deveriam reconhecer o regime, nem estabelecer relações diplomáticas, pois, avaliando a complexidade da situação e de um governo heterogéneo, isso seria sancionar o que fazia esse governo, aceitar Spínola e os meios que o rodeiam e as ideias pouco definidas no MFA, mas também fortaleceria a posição do actual governo e dificultaria o reforço da influência do PCP e doutras forças progressistas. Por isso, quanto a esta sua posição, *«o CC PCP enviou uma carta, em 22 de Maio do corrente ano a todos os movimentos irmãos»*.

Segundo este documento do SFNE, M. Minitch disse que, igualmente, tiveram em vista a carta do PCP, *«mas, tendo em conta todas as circunstâncias, guiaram-se pela sua avaliação própria do carácter e das possíveis consequências da mudança em Portugal e pelos passos indispensáveis que se deveriam tomar respeitando os princípios pelos quais se guiam na execução da política externa não-alinhada da Jugoslávia»*. Não foi anotada qualquer resposta ou reacção por parte de Aboim Inglês.

No mesmo dia, M. Minitch teve conversações com Francisco Ramos da Costa,<sup>171</sup> «membro da direcção do Partido Socialista de Portugal». Após saudar a sua presença no Congresso, «*que representava a continuação de contactos com as forças progressistas de Portugal*», exprimiu a satisfação pelo «*fim do regime das forças reaccionárias*». Referiu-se, depois, ao «*contacto oficial com representantes do governo português em Londres e [...] à disposição da Jugoslávia de renovar as relações suspensas com Portugal*». Estas decisões tiveram em consideração que «*o PC e o PS avaliaram bem a situação antes que aceitassem entrar no governo*», estimando, além do mais, que a sua presença em Portugal não só «*permitiria prestar às forças progressistas e democráticas portuguesas, em que tinham confiança, um apoio concreto*» como continuar as «*acções a favor dos ML aos quais sempre prestaram e presta[vam] total apoio*».

Segundo este documento do SFNE, Ramos da Costa afirmou que existiam «*certas semelhanças com o PCP na avaliação das mudanças em Portugal tanto na questão da sua importância como na apreciação dos principais portadores dos mais recentes processos*» e quanto à descolonização, embora difícil, acreditavam que «*o governo liquidará o colonialismo*». Igualmente, a solução da questão colonial foi «*uma condição para a participação dos socialistas no governo*» e, na sua resolução, contavam com «*o apoio da Jugoslávia que, pelo seu prestígio e uma política externa com princípios, se tornou um símbolo da solidariedade internacional*», mas também de «*outros países amigos*». Na avaliação das dificuldades nesse processo, dever-se-ia «*partir de certas especificidades características das colónias portuguesas*», mas era importante, todavia, que «*não havia regresso à resolução pela guerra [ e ] todas as forças no país estavam de acordo acerca disso*». Acrescentou que «*nas próprias colónias havia uma série de dificuldades*» como, em Angola, onde vários movimentos não tinham relações entre si e, por causa disso, «*sugeriram-lhes que não permitissem fracções, porque isso era contrário aos seus interesses*».

Ponderando os interesses do capital estrangeiro e as forças da reacção (EUA, OTAN, RAS e Rodésia), concluiu que era indispensável o apoio internacional às forças progressistas portuguesas. Quanto às relações da Jugoslávia com «*o novo regime eram mais do que indispensáveis, não só diplomáticas, mas também a cooperação em outros campos*». A sua importância via-se «*sobretudo na necessidade de apoio aos processos progressistas no país e, principalmente, na solução da questão colonial*».

---

<sup>171</sup> *Ibidem.*



Após as conversações com as delegações dos dois partidos portugueses, M. Minitch recebeu as delegações do MPLA e do PAIGC, às quais deu a conhecer as posições da Jugoslávia a respeito dos movimentos de libertação africanos e das recentes mudanças em Portugal. Ademais de reafirmar a continuação do apoio aos movimentos, «*principalmente de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde*», falou da nova situação política portuguesa, «*depois do derrubamento da ditadura fascista*», que embora ainda em evolução, já era claro que o fim do colonialismo estava perto. Assim sendo, julgava que existia «*uma ligação de interesses entre as forças progressistas de Portugal e os ML*», nomeando entre os primeiros, além do PC e PS, as forças progressistas católicas, liberais e outras. Quanto à situação no exército, apesar de não estar consolidada, não acreditavam que as forças que derrubaram o fascismo pudessem voltar atrás para defender o colonialismo, mas existia um certo perigo de neocolonialismo. Por isso, tentavam estabelecer contactos com o MFA através das «*excelentes ligações com o regime no Peru*», pois eles tinham «*boas ligações com os generais em Portugal*».

Salientou, em seguida, que partindo dos interesses comuns das forças progressistas portuguesas e dos movimentos de libertação, a posição jugoslava era pelo reforço da sua ajuda a esses movimentos de forma a impedir uma solução neocolonialista e de renovar as relações diplomáticas com Portugal para poder dar um maior apoio aos movimentos progressistas no país e à sua política externa no interesse dos movimentos de libertação. Mencionou, ainda, que Mário Soares lhes disse, não oficialmente, «*que era seu objectivo a independência das colónias e a regularização das relações entre Portugal e as colónias no princípio de igualdade*», contudo devido à situação portuguesa «*tinham de começar com prudência e gradualmente*».

Tendo em conta que não existiam «*sérios factores internacionais que quisessem a defesa do colonialismo*», mas sim «*fortes forças que apoiariam soluções neocolonialistas caso sentirem que tal podem realizar [e o] maior perigo estava em Angola devido à divisão dos ML*».

Nas suas respostas, Alberto Ludi e Haidar Cherif Lamine não estiveram «*contra o estabelecimento das relações diplomáticas da Jugoslávia com Portugal*» e informaram o seu interlocutor da situação político-militar nos seus países<sup>172</sup> e das conversações com o governo

---

<sup>172</sup> Segundo A. Ludi, «*o MPLA encontrava-se numa situação muito delicada: alguns países vizinhos (Zaire e Zâmbia) procuram impor-se no processo da resolução do problema colonial. A sua relação com o MPLA era bastante negativa e eles procuram eliminar o MPLA. Não lhes conviria um regime em Angola com orientação progressista*» e, então, procurava aproveitar «*o favorável clima político geral em Angola para a mobilização das massas a favor do programa do MPLA*», assim como «*o apoio das forças progressistas de Portugal, forças*

português. Quanto a estas últimas, o MPLA estimava necessário «*uma plataforma comum de todas as forças angolanas, assim como essas negociações fossem entre Angola e Portugal*», enquanto o PAIGC exigiria, nas negociações a decorrer em Londres, «*a total independência sem concessões*» e caso isso não conseguir «*continuar[ia] a luta*».

Estes temas voltaram a ser discutidos, nesse mesmo dia, na recepção dada por Tito que recebeu, separadamente, as delegações dos dois movimentos. Após ter ouvido os seus interlocutores, reafirmou o reforço do apoio jugoslavo à sua luta no plano militar e diplomático, intercedendo, neste último, junto da Zâmbia<sup>173</sup> e do Zaire. Em referência às negociações com Portugal, no caso do MPLA, avaliou que «*era importante que [...] chegassem a um acordo com a ex-metrópole*». Acrescentou, além disso, «*que era preciso considerar bem*», porque as forças progressistas portuguesas tinham muitos inimigos, pelo que era recomendável «*chegar antes a um acordo com elas*». Também, comunicou: essas forças «*pediram que um nosso homem fosse a Portugal*», o que foi aceite.

Noutras duas recepções, teve breves conversações com Carlos Amboim Inglês e Francisco Ramos da Costa.<sup>174</sup>

### **Outros contactos políticos em Paris**

Noutro encontro, em Paris (30/Mai.), numa reunião do Conselho da OCDE, um funcionário superior do SFNE encontrou-se com o ministro da Coordenação Económica, Vasco Vieira de Almeida,<sup>175</sup> que lhe falou da situação político-económica, das «*antigas colónias*» e das relações exteriores no plano político (com «*os países de Leste*») e económico (os países ocidentais e outros, com «*os países europeus-orientais*»).

Dessa breve «*conversação, após o jantar, com o café*», anotou que, segundo o seu interlocutor, o MFA era «*dirigido por jovens oficiais*», tendo Spínola sido colocado «*à frente do Estado para que fosse, como conhecida personalidade com determinada autoridade, um factor de coesão e garantia que sossegasse as pessoas de diferentes convicções*». Salientou

---

*essas que buscam a maneira de assegurar os interesses de Portugal em Angola*». Consoante H.C.Lamine, o PAIGC não toleraria nenhuma base militar «*nem em Cabo Verde (OTAN)*» e a independência foi proclamada «*em base da realidade e não da ficção*».

<sup>173</sup> O presidente zambiano, Kenneth Kaunda, esteve na Conferência de Belgrado (Set./1961), a primeira do Movimento dos Países Não-Alinhados, na qualidade de representante do seu partido ZANC (Congresso Nacional Africano Zambiano) e, onde, foi recebido como o futuro presidente do seu país, cuja independência ocorreu três anos depois. Segundo documentos jugoslavos, nunca esqueceu essa recepção e manteve sempre boas relações com Tito e a Jugoslávia.

<sup>174</sup> *AJ,507,IX,103/IV-2.*

<sup>175</sup> *Ibid.*

ainda que, no futuro, seria fundamental manter «*a unidade do exército e o povo que, espontaneamente, foi criada logo no primeiro dia*».<sup>176</sup> Todavia, a situação económica era difícil, a inflação aumentava e — apesar dos grandes sindicatos respeitarem «*os acordos de paz social, como para não se agravar a situação e dificultar o trabalho do governo*» — ocorriam greves, cujos instigadores eram, em geral, «*elementos da extrema-direita ou esquerda*», representando os primeiros um perigo, porque tinham apoios estrangeiros.

Quanto às «*antigas colónias*», havia dificuldades na descolonização que eram maiores em Moçambique do que em Angola. Não obstante a longa guerra colonial, as relações entre «*brancos e negros*» não eram «*assim tão difíceis como seriam de esperar*». Caso essa coexistência se realizasse, então podia-se manter «*as ligações indispensáveis e vantajosas*» com Portugal, o que era do interesse de todos, considerando que a língua portuguesa era um factor de coesão devido a ser «*o único meio de entendimento entre as diversas tribos negras que falavam diferentes línguas*».

Referindo-se, a seguir, a um gradual «*restabelecimento das relações diplomáticas com os países da Europa Oriental*», este seria efectuado «*sem forçar e sem reclames desnecessários, para que isso não [fosse] aproveitado contra o actual regime*», ao passo que com a China parecia ser mais difícil, porque «*os chineses [estavam] calados*» por causa dos «*líderes do PC de Portugal [...no Governo estavam] ligados à URSS*». Contudo, as relações comerciais continuavam a ser efectuadas através de Macau e o seu estatuto poder-se-ia manter por mais tempo.

Além das existentes relações económicas com os países ocidentais e outros, procurava-se também um seu rápido estabelecimento com os países europeus-orientais que, apesar da sua dimensão limitada, se mantiveram «*sob o antigo regime*». Nessa altura, uma delegação comercial encontrava-se já na Polónia e, em Setembro, outras deveriam visitar a Hungria e, possivelmente, a Jugoslávia.

Apesar do «*pouco tempo*» que durou, esta foi a primeira conversação em que as relações económicas foram discutidas entre representantes dos dois países.

---

<sup>176</sup> *Ibid.* Acrescentou ainda: «*Todos estão muito orgulhosos naquilo que foi criado, e que é — como movimento que engloba diversos estratos e diversas convicções políticas — único na história mais recente. Por isso, este movimento incomodará, como exemplo, muitos principalmente fora do país, e será preciso investir o máximo de esforços para o que foi obtido se mantenha e continue a desenvolver. Se tal se consiga, o que acreditam firmemente, isto será de indubitável importância para a situação política, principalmente na Europa Ocidental*».

### **Informações, previsões e outras acções**

As suas embaixadas, organizações políticas e os contactos em diversos países com dirigentes políticos portugueses e os movimentos independentistas das colónias, até Junho, foram as principais fontes de informações para o governo jugoslavo sobre a situação político-militar em Portugal e nas suas colónias. Porém, mesmo depois, durante os primeiros meses da embaixada em Lisboa, essas fontes continuaram a ser contactadas<sup>177</sup> com vista a uma recolha de opiniões e de factos acerca das «mudanças» pós-25Abril. Além das posições governamentais relativas a essa situação, principalmente, das grandes potências e de países europeus (membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia), africanos (vizinhos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique e a Argélia<sup>178</sup>) e americanos (Brasil e Cuba), houve muitas outras informações e algumas previsões acerca de factos e acontecimentos ocorridos nessas semanas que foram enviadas, na sua maioria, por diplomatas e jornalistas jugoslavos para Belgrado. Tendo em conta os temas predominantes nestas dezenas de documentos, foi feita uma escolha que pode caracterizar, também, as suas fontes e subscritores.

Assim, em Rabat (9/Mai.), segundo funcionários do MNE, «o governo marroquino dispunha de informações de que os EUA estiveram por trás dos círculos militares que prepararam e executaram o golpe de Estado, porque para eles Caetano com a sua política colonial representava mais um estorvo do que uma ajuda para o progresso das relações com os países

---

<sup>177</sup> Por exemplo, numa reunião acerca das «mudanças em Portugal» (4/Jul.), em Budapeste, entre um diplomata jugoslavo e um adjunto do ministro dos Negócios Estrangeiros, o primeiro anotou o seguinte: «[...]consideram que é correcto o estabelecimento de relações, embora os seus embaixadores receberam objecções, em alguns países africanos, por parte da FRELIMO [...] de que era cedo, que era preciso ainda esperar. A sua avaliação acerca da importância e da profundidade das mudanças é igual à nossa. Não esperam um regresso ao passado (isso não convinha à OTAN, nem aos EUA, porque seria comprometedor; a viragem foi efectuada com o conhecimento da OTAN e dos EUA senão não teria ido tão facilmente, mas depois, em Portugal, a evolução não foi provavelmente aquela que desejavam), não consideram possível nem uma viragem semelhante à do Chile, porque o povo conhece e odeia o fascismo. Igualmente, não haverá problemas com a extrema-esquerda, mas parece que o problema principal para as forças populares será, no futuro, Spínola. Um perigo representa cerca de 18 000 emigrantes na Espanha (isolamento, aparelho do Estado). Spínola poderia ir pela divisão das forças progressistas, sobretudo os socialistas do PCP, o qual talvez deseje isolar, como a força mais organizada, e eventualmente, se possível ilegalizá-lo. Além disso, o PCP, parece-lhes, actua prudentemente. Revela e aparecem só aqueles quadros que são indispensáveis para a vida política no país». Os problemas principais para Portugal «são a descolonização, o que esconde também grandes dificuldades como, por exemplo, o que fazer com os soldados (cerca 150 mil). Caso voltem para casa podem ser uma reserva e instrumento da direita (desemprego, etc.). Então, estão ali as dificuldades económicas, em que alguns padrões propõem eles próprios aos trabalhadores um aumento salarial acima das possibilidades e, assim, conduz a esquerda, o PCP, a estar contra o aumento, etc. Pensando na futura evolução, seria vantajoso, disse, caso essa evolução caminhasse para uma situação como a existente em França, uma esquerda forte, um forte PC (digamos, com 20-30% dos votos) em que não fosse importante que o PCP estivesse no governo ou fora dele».

<sup>178</sup> Após a sua independência (1962), apoiou movimentos de libertação africanos e, em Argel, realizou-se a IV Conferência dos Países Não-Alinhados (Set./1973). Presidiu, até 1976, o Movimento dos Países Não-Alinhados.

*africanos independentes*». Igualmente, dias depois, em Nova-Iorque, um jornalista<sup>179</sup> disse a um diplomata jugoslavo que a situação «*ia segundo "o cenário americano", ou seja, há dois anos o Pentágono fez um estudo definitivo, estimando como conclusão que Portugal não podia de modo nenhum vencer nas colónias e que a derrota era só questão de tempo*». Avaliando a importância estratégica da sua presença — devido aos Açores e Cabo Verde — na OTAN, o esforço militar «*nas anacrónicas guerras coloniais cada vez mais o isolava, sobrecarregava a política e a necessidades da OTAN, dificultava a desejável entrada no MCE*» e, por isso, os EUA decidiram estimular tais mudanças para eliminar tais problemas «*sem excessiva radicalização*».

No mesmo dia, em Havana, não havia ainda declarações oficiais, embora reinasse um grande interesse pela situação em Portugal com «*visível simpatia e positivas apreciações, mas também com uma dose de expectativas*» relativamente à política e composição do novo governo, tendo em conta a heterogeneidade da Junta e as forças que a apoiavam. Sobretudo, foi realçado que «*a questão-chave será qual atitude tomará a junta acerca das possessões coloniais*».

As notícias na imprensa eram «*bastante objectivas com uma dose de prudência quanto às opiniões e comentários*», descrevendo-se as diferenças existentes entre Spínola e a Junta, num lado, e o PS e o PCP, noutro lado, principalmente, na questão das colónias e dos movimentos de libertação. Dava-se mais divulgação «*às intervenções de Soares e Cunhal, respectivamente às posições do PSP e PCP, posições essas relativas a Portugal, do que às próprias actividades e declarações dos representantes da junta*». De modo igual, foi dada «*uma particular publicidade à declaração de Soares, na qual, ele enviou a Castro saudações especiais, exprimindo sentimentos da maior admiração pela experiência cubana na construção do socialismo*», acrescentando que esperava «*que, em breve, toda a América Latina avançasse a caminho do socialismo e da definitiva libertação do imperialismo e defendeu pelo fim imediato da guerra e o começo das negociações com os m.l. com o objectivo da concessão da total independência às colónias*».

Na capital belga (20/Mai.), segundo disse o embaixador português ao seu colega jugoslavo, «*os portugueses compreenderam que a questão fundamental era [então] as colónias e as relações com elas. Por isso, depois de prestar juramento e meia hora no ministério, Soares correu para o aeroporto e partiu para África*». No MNE, considerava-se que se iria

---

<sup>179</sup> De apelido Wiznieer, escrevia «*acerca dos acontecimentos em Portugal, baseando-se nas conversações com representantes da FRELIMO, PAIGC, contactos em Washington com a imprensa, representantes dos EUA em Nova-Iorque e ligações com a missão portuguesa*» na ONU.

encontrar uma solução para as colónias e a saída delas seria mais fácil para Portugal *«porque não sacou lucros tão elevados como os outros, pois as colónias não foram exploradas, em geral, por grandes e poderosas empresas»*. Nomeou a seguir, entre outras vantagens, o fim das guerras contra os movimentos de libertação, cujo custo ascendia a 50% do orçamento do país, e que *«os seus colonos tinham melhores relações com as populações do que noutros lugares»*. Todavia, a perda desses mercados privilegiados iria provocar grandes dificuldades, embora *«os países da CEE ofereceram tais vantagens e ajuda que podiam compensar uma parte dessa perda»*. Outra grande dificuldade era o receio do possível regresso maciço dos colonos, pois mesmo que *«muitos brancos possam chegar talvez a um entendimento com os nativos, mas isso não iria durar e terão de partir»*.

Porém, *«com o abandono das colónias não terminar[iam] os problemas desses povos»*, porque muitos esperavam *«pôr as suas mãos sobre eles»*. Assim, *«em Moçambique, os chineses procuravam assegurar a sua influência, em Angola, Mobutu deseja[va] impor o marido da sua irmã para chefe do novo regime. Os americanos tinham o seu projecto de dominação económica e política para as colónias portuguesas e as companhias multinacionais esperavam a sua ocasião»*. Referiu-se, depois, à *«concorrência dos movimentos de libertação»* e, dela, *«o dilema de Soares com quais movimentos se podia negociar meritoriamente»*.

A respeito dos partidos políticos, o comunista *«era a única força política organizada no país»* e seria preciso algum tempo até que outros se organizassem para se poder realizar eleições livres. Igualmente, *«estavam bem impressionados com a seriedade e a responsabilidade dos comunistas»* e ele pensava que *«o PC não estava sob uma grande influência de partidos estrangeiros»*.

No campo económico, salientou que devido a *«uma certa política de diversificação dos investimentos estrangeiros»* no passado, além dos EUA havia também investimentos de outros países, ocupando a Bélgica *«até há pouco tempo o segundo lugar»*, pelo que, de imediato, não havia *«a ameaça duma excessiva dominação uniteral»*.

Apesar de procurar conduzir uma política externa relativamente independente, Portugal não pensava abandonar a aliança ocidental e, pelo contrário, iniciaria *«seguramente um processo de desenvolvimento e modernização do país com vista a uma futura associação com a CEE»*. Igualmente, eram necessários amigos que pudessem ajudar a conduzir essa política independente e, nesse sentido, *«o apoio e as ligações com a Jugoslávia, os países árabes e outros países não-alinhados seriam preciosos»*. Por outros motivos, mencionou outros países

como a Espanha que *«estava numa delicada situação, mas não podia intervir»* em Portugal e acerca dos EUA *«havia indicações que eles encorajaram o golpe»*.

Para terminar esta conversação, o embaixador português disse ao seu interlocutor que, se pudesse, gostaria de contribuir, fosse no que fosse, para o estabelecimento de relações com Jugoslávia, acrescentado que, enquanto foi embaixador em Viena, através da sua mediação, *«Portugal assinou um acordo comercial com a Roménia, o único com um país socialista»* e os seus resultados foram muito vantajosos.

Em Oslo (21/Mai.), um dirigente sindical<sup>180</sup> *«ficou com a impressão»*, pelo que tinha ouvido e visto, que a possibilidade de algum próximo contra-golpe era muito pequena, embora houvesse esse perigo nas colónias *«com a ajuda externa (Rodésia, RAS e, talvez, também de alguns países ocidentais) em Moçambique e, mais ainda, em Angola»*. O golpe de Estado foi executado por um *«movimento de jovens oficiais ("movimento dos capitães") que eram, na sua grande maioria, oficiais da reserva [N.T.: milicianos] e não profissionais»*. Grande parte deles apoiava o PS, em seguida o PCP e os católicos de esquerda.

Quanto a Spínola, só foi informado *«do golpe, quando a coisa já estava quase terminada»* e aceitaram-no para neutralizar os oficiais superiores, mostrar a sua relativa moderação e acalmar os industriais. Acrescentou que *«Soares disse que Spínola seria presidente só até às eleições»*, estava sob o controlo do movimento e não representava qualquer problema. Até se adaptava ao PS, aceitou os comunistas no governo — o que Soares quis, mas não insistiu — e, por fim, referiu-se a questão colonial.

O golpe de Estado foi amplamente aceite pelo povo, o que mostraram também as manifestações de Maio e, assim, transformou-se numa revolução popular. Nesse momento, para Sandegren, o principal problema era a estabilização económica e conter a inflação galopante (15% em três meses), liquidação da corrupção institucionalizada do antigo sistema e mobilização e organização das forças progressistas para as eleições a realizar dentro de um ano.

---

<sup>180</sup> Encarregado das relações internacionais dos sindicatos noruegueses (Sandegren de apelido) tinha estado *«no encontro dos partidos sociais-democratas e sindicatos nórdicos, em Helsínquia, na delegação nórdica em Portugal [ ... ] e, por estes dias, falou acerca de Portugal com Ramos da Costa, um dos dirigentes do Partido Socialista de Portugal, que esteve em Oslo»*. Essa delegação foi recebida por Spínola e *«ficou com a impressão que ele não representa(va) as forças progressistas. Pela mentalidade, ele era neocolonialista. Abertamente, disseram-lhe que o referendo, que poderia conduzir a um qualquer sistema federalista, não era solução e, além disso, não era nem tecnicamente exequível (estado de guerra)»*. Quanto a Ramos da Costa, através dele, *«os socialistas portugueses pediram aos noruegueses que continu[asse]m a não reconhecer a Guiné-Bissau, o que estes prometeram»*. (ADMNE, F-217, Portugal, 1974).

### **Definição de objectivos e acções a tomar**

Em fins de Maio, após cinco semanas do *25 de Abril*, a situação político-militar em Portugal e nas suas colónias ocupava já um lugar cimeiro na política externa jugoslava, no qual, permaneceu até 1976. Durante estas primeiras semanas de mais um período das relações jugoslavo-portuguesas, a seguir a um interregno de 26 anos, o governo jugoslavo definiu os seus principais objectivos e deu os primeiros passos para a sua realização através de estreitos e frequentes contactos com partidos políticos portugueses (PS e PCP) e movimentos independentistas (MPLA, PAIGC e FRELIMO). Esses objectivos principais foram definidos na sua citada declaração oficial (7/Mai.), embora sem qualquer menção ao seu grau de importância. Entre esses passos, contava-se a reabertura da embaixada jugoslava em Portugal que teve lugar nos dias seguintes de Junho.

### **II.3 — A primeira delegação jugoslava em Portugal**

Alguns dias depois, em Junho, uma delegação do Secretariado Federal do Negócios Estrangeiros, chefiada por um dos seus secretários-adjuntos, chegou a Lisboa. No relatório<sup>181</sup> desta viagem, pode-se ler que «[...] *O camarada R. Dizdarevitch*<sup>182</sup> *teve conversações, logo no primeiro dia, com o Presidente da República, general A. Spínola, e o presidente do governo A. Carlos. Teve exaustivas conversações no Ministério dos Negócios Estrangeiros, [...com Jorge Campinos]. Conversou com os ministros A. Santos (ministro para a Coordenação Interterritorial), F. Moura (sem pasta — eminente economista, católico de esquerda) e representantes dos partidos que participam no Governo (PS, PCP e Partido Popular Democrático*<sup>183</sup>). *No fim da estadia, teve uma conversação com o ministro M. Soares, imediatamente após o seu regresso de Lusaca, onde teve negociações com a FRELIMO*».

Assim, houve «*conversações com todas as tendências representadas no novo regime, excepto com o Movimento das Forças Armadas (MFA), com o qual [lhes] foi dito que o encontro era irrealizável*». Igualmente, estes contactos tiveram uma grande publicidade na

<sup>181</sup> Este relatório (11/Jun.) foi escrito a partir das 8 «notas» das conversações de Raif Dizdarevitch com os 7 interlocutores citados. Segundo estes documentos, «*no primeiro dia*», no dia 4 de Junho, as conversações foram com Jorge Campinos e as seguintes um dia depois.

<sup>182</sup> Dizdarevitch, Raif (1926- ...) — Como o seu irmão Níaz, foi combatente da LLP (1943-45), trabalhou nos serviços de segurança do Estado até 1951. Diplomata nas embaixadas jugoslavas na Bulgária, URSS e Checoslováquia. Desde 1972, secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros e, no período 1975-89, ocupou importantes funções políticas na RS da Bósnia e Hertsegovina e na RSFJ — presidente da Assembleia Federal (1982-83), secretário-federal dos Negócios Estrangeiros (1984-87), membro da Presidência da RSFJ (1987-89) e seu presidente (1988-89). Igualmente, foi membro do CC da LC da BeH (1974-84) e da Jugoslávia (1984-89).

<sup>183</sup> Acerca dos contactos com o PPD não foi encontrado qualquer documento (relatório ou nota).



imprensa portuguesa e o próprio chefe da delegação jugoslava «*deu algumas entrevistas a certos jornais e rádio*».

Os citados interlocutores de Raif Dizdarevitch falaram, principalmente, da situação político-económica portuguesa e da descolonização, embora um deles, Jorge Campinos, em «*alguns encontros particulares, [...] foi mais aberto e deu avaliações e opiniões suplementares sobre muitas importantes questões*». Entre essas questões, referiu-se às negociações com o PAIGC, às relações com diversos países — desde a RAS e a Rodésia às grandes potências (URSS, China, EUA e França), à RFA, Espanha e Brasil —, aos partidos, sindicatos e ao MFA. Quanto aos outros interlocutores, diga-se também que as conversações tiveram uma duração mais reduzida<sup>184</sup> ou foram quase meramente protocolares com Spínola e Palma Carlos.<sup>185</sup>

Além disso, nas suas boas-vindas, os anfitriões exprimiram a sua satisfação por se ter chegado a essa visita, realçando a sua importância, assim como «*uma grande simpatia pela Jugoslávia e o presidente Tito*».<sup>186</sup>

Quanto a Dizdarevitch, a sua apresentação caracterizou-se por alguns temas com mais ou menos pormenores de um para outro interlocutor. Deste modo, louvou as mais recentes mudanças políticas em Portugal, transmitiu as saudações do seu governo e ministério para os seus congéneres portugueses e mencionou ainda que «*o Presidente da República, a direcção estatal e política da Jugoslávia seguiam activamente o desenvolvimento da situação em Portugal*». Além de referências às actividades da diplomacia jugoslava nesse último mês e meio, explicou os principais objectivos da visita da delegação que seriam os seguintes: uma «*ampla troca política de opiniões*»; o «*estabelecimento de contactos com representantes de diversas tendências políticas*» portuguesas; e conversações acerca das futuras relações e do restabelecimento de missões diplomáticas.<sup>187</sup> Todavia, acrescenta-se que, nessa troca de opiniões, a

---

<sup>184</sup> Embora seja mencionada essa duração só em duas conversações, não é de supor, pelos temas nelas discutidos, que tenham sido muito longas, como também não há qualquer menção ao ou aos idiomas nelas usados.

<sup>185</sup> A sua duração foi de 40 e 25 minutos, respectivamente, tendo a prevista breve recepção com Spínola durado mais tempo devido a este ter desejado precisar «*os princípios nos quais o novo regime decidiu abordar a resolução da questão colonial*».

<sup>186</sup> Segundo Palma Carlos, alguns anos antes, «*teve a oportunidade durante uma reunião internacional de juristas em Dubrovnik (na qual, participou como vice-presidente da Organização Internacional de Juristas) de encontrar pessoalmente o presidente Tito*». Este encontro foi para ele «*um acontecimento extraordinariamente belo e inesquecível*» e uma fotografia desse encontro era «*uma página de ouro no seu álbum*».

<sup>187</sup> Citou estes três objectivos na sua primeira conversação (4/Jun.), no MNE, com Jorge Campinos.

descolonização foi a questão central e, em algumas das suas conversações, quase a única como, por exemplo, com Spínola e Almeida Santos.

### **António de Spínola**

Conhecendo a sua carreira militar e as soluções para a «*questão colonial*» desde o seu «*Portugal e o Futuro*», no Palácio de Belém, Dizdarevitch começou por dizer-lhe que «*o Presidente Tito, marechal Tito, acompanhou com grande interesse a evolução mais recente de Portugal e decidiu que estabelecêssemos os contactos oficiais*». Igualmente, o informou de que, nesse dia (5/Jun.), o governo jugoslavo tinha aprovado a reabertura, em Lisboa, da sua representação diplomática a nível de embaixada, restabelecendo as relações entre os dois países suspensas desde 1948. Antes, tinha-lhe dito que, na Jugoslávia, se olhava «*com simpatia as mudanças em Portugal desde 25 de Abril desse ano*». Depois, associou essas mudanças com uma próxima «*total independência*» das antigas colónias, pois tinham entrado «*com grande confiança [...] nessas relações, confiantes que a política do novo regime — o reconhecimento da total liberdade e independência de Angola, Moçambique e República da Guiné-Bissau e a política de descolonização — ser[ia] realizada na totalidade*».

Reafirmando o apoio às «*mudanças democráticas em Portugal*» e aos «*movimentos de libertação dos povos de Angola e de Moçambique e ao Governo da República da Guiné-Bissau*», referiu-se ao contacto permanente, após 25 de Abril, com um grande número de países não-alinhados e esses movimentos e governo. Nos contactos desses últimos dias, foi-lhes pedido que comunicassem a sua posição<sup>188</sup> ao governo português.

Na sua resposta, Spínola disse-lhe que a solução para assegurar a satisfação dos interesses das populações das colónias<sup>189</sup> só podia ser obtida «*com a aplicação do princípio da autodeterminação — com todas as suas consequências, das quais uma [era] a independência*». Porém, essa autodeterminação deveria passar por diversas etapas até a um plebiscito para a independência nas colónias, chegando «*até à expressão da livre vontade da maio-*

---

<sup>188</sup> Segundo Dizdarevitch, essa posição foi a seguinte: «*Todos eles saúdam e estimam positivamente as mudanças em Portugal. Ao mesmo tempo, todos esperam como se irá desenrolar a política de descolonização. Receberam positivamente as conversações directas com a República da Guiné-Bissau e o movimento de libertação de Moçambique. As nossas decisões de restabelecermos as relações, acerca da qual os informámos, receberam-na com aprovação, convencidos que será compreendida como um apoio aos esforços de Portugal em realizar a descolonização*».

<sup>189</sup> Quanto a uma solução para Portugal, no início da reunião, já fizera uma sucinta referência acerca de «*um sistema de relações do tipo das democracias ocidentais*» que, então, era criado pelo «*Movimento das Forças Armadas que derrubou, em 25 de Abril deste ano, o antigo regime*».

ria»,<sup>190</sup> mas sem as «*indesejáveis consequências — fortes choques socioeconómicos internos nas colónias e [...] abusos de certos grupos (parec[ia] que pensava nos movimentos de libertação)*».

A insistência na sua concepção desse princípio levou Dizdarevitch a concluir que ele desejava «*guardar algumas das actuais posições de Portugal, que dificilmente se conforma[va] com a perspectiva de total liberdade e independência das colónias e que dificilmente aceita[va] os movimentos de libertação como único e decisivo factor com os quais se dever[ia] acordar a solução definitiva*».

### **Adelino Palma Carlos**

No mesmo dia 5 de Junho, a delegação jugoslava foi recebida pelo primeiro-ministro na sede do governo (Palácio de S. Bento). Nessa breve reunião, numa troca de cumprimentos também breve, o anfitrião falou da sua simpatia pela Jugoslávia e pelo Presidente Tito e Dizdarevitch transmitiu-lhe os cumprimentos do Presidente do Conselho Executivo Federal, Djemal Bfieditch.

Depois, o diplomata jugoslavo nomeou os princípios básicos que conduziram à decisão acerca do restabelecimento das relações diplomáticas, salientando a sua ligação ao «*momento de profundas mudanças positivas em Portugal e com a certeza de que a política do novo governo [era] — a política da total descolonização*».

Começando por afirmar «*que se toma[va]m medidas no sentido da descolonização*», Palma Carlos acrescentou: «*o primeiro e o objectivo mais importante do movimento do 25 de Abril é, na realidade, a resolução do problema colonial. Compreenderam que a guerra não tem saída e que é preciso ir para a solução política. Têm a intenção de aplicar o princípio da autodeterminação e isso é o princípio da ONU. Esperam que irão ter sucesso*». Havia, igualmente, uma firme decisão e todos os passos estavam dirigidos nessa direcção, pois «*muito caro lhes custou o isolamento de Portugal por causa da política colonial do anterior regime. Decidiram pôr fim a isso*».

Agradeceu, depois, as palavras do seu interlocutor e disse-lhe que condiziam com os sentimentos do povo português. Havendo, em Portugal, o desejo de ter boas relações com a Jugoslávia, achou que era necessário desenvolver «*uma estreita cooperação e "andarmos de mãos dadas"*. *Pessoalmente, empenhar-se-[ia] no sucesso dessa cooperação*».

<sup>190</sup> Referiu-se à Guiné-Bissau e Moçambique, mas foi «*característico que, nem aqui, nem durante toda a conversação, não mencionou Angola*». Contudo, já não se referiu à «*possibilidade de a maioria da população das colónias optasse por plebiscito alguma forma de federação com Portugal [como] ainda há um par de semanas*». Quanto a esta invocação do princípio da autodeterminação, prevista na Carta da ONU, no seu relatório, Dizdarevitch escreveu que Spínola «*falou como se tratasse de territórios sob tutela e não de colónias*».

Expressando a esperança que o futuro permitiria essa ampla cooperação, Dizdarevitch reafirmou acreditar «que a determinação do novo governo de resolver o problema colonial dará frutos. Assim, Portugal dará uma grande contribuição às relações na Europa e no mais amplo plano internacional».

Estas palavras mereceram de Palma Carlos o seguinte comentário: «*outrora, a civilização portuguesa reforçou-se e era influente no mundo, baseando-se na navegação. Hoje, de novo, Portugal abre a porta ao mundo, dominando um grande isolamento, ao qual foi conduzido pela política colonial do regime derrubado*».

Em seguida, Dizdarevitch mencionou «*a proveitosa conversação com o Presidente Spínola [e] agradeceu-lhe a extraordinária boa recepção que teve em Portugal*». Realçou, ainda, que a Jugoslávia tinha «*muitos contactos com os países não-alinhados e os movimentos de libertação que seguiam com interesse o desenvolvimento da situação em Portugal*». Estes julgavam, também, que a decisão jugoslava «*do restabelecimento de relações diplomática representará um apoio ao curso e política progressistas em direcção à descolonização*».

No final da recepção, Palma Carlos disse compreender a posição da Jugoslávia e considerou-a como uma grande ajuda para os seus esforços. Agradeceu e retribuiu os cumprimentos do presidente do CEF, Djemal Bfieditch, exprimindo o desejo pela prosperidade da Jugoslávia e dos povos jugoslavos. Estimou que, naquele momento, estavam criadas as condições para um amplo desenvolvimento da cooperação mútua. «*Claramente satisfeito, disse que o alegre[va] a decisão da Jugoslávia acerca do restabelecimento de relações e, juntamente, exclamou na língua sérvio-croata "Živeli!"*».<sup>191</sup>

Segundo as observações anotadas por Dizdarevitch, o primeiro-ministro português deu a impressão de que, realmente, estava satisfeito com o restabelecimento de relações diplomáticas e tinha simpatias pela Jugoslávia. Nos posteriores contactos com membros do governo, ouviu que, imediatamente após a recepção, na primeira reunião informou o governo «*acerca da conversação conosco e dos objectivos da nossa vinda. Por esta conversação, pôde-se subentender que falou sobre tudo muito positivamente*».

### **António Almeida Santos**

Igualmente, com António Almeida Santos,<sup>192</sup> «*o ministro da Coordenação Interterritorial (colónias)*», o chefe da delegação jugoslava voltou a salientar, entre as razões da visita a

<sup>191</sup> Um «*Viva! ou Felicidades!*» que se lê *jíveli*.

<sup>192</sup> Era «*por orientação política próximo do Partido Socialista*». Durante toda a reunião, realizada no seu ministério (6/Jun.), «*comportou-se de forma amigável*», dando a impressão, por vezes, «*que a sua opinião ia à frente do que falava, ou seja, que não podia dizer o que gostaria*». Nesse ministério, segundo lhes disse um dos mem-

Portugal, a descolonização e a exportar a política jugoslava «quanto à luta dos povos contra o colonialismo, pela liberdade e independência». Depois, falando do apoio à luta dos povos de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, realçou a convicção de que estavam criadas as condições para a liberdade e independência destes povos. Por isso, apoiavam «*todos os esforços do novo governo de Portugal nesse sentido*».

Embora esse governo tivesse «*grandes tarefas de responsabilidade*», Almeida Santos respondeu-lhe «*que não se podia esperar que ele possa resolver tudo*». Porém, dentro de um ano, com a promulgação duma nova Constituição seria resolvida a questão do direito à autodeterminação. Entre as opções, além da independência, haveria também outras alternativas e, mesmo «*na combinação da total independência*», desejavam guardar ao máximo as relações, mas isso dependia dos povos das colónias. Contudo, havia, nos movimentos de libertação, uma tendência de forçar exclusivamente a independência na base dos seus interesses, o que Portugal não podia aceitar, «*porque se o antigo regime infringiu os princípios da ONU, o novo governo desejava respeitá-los*». Dizdarevitch retorquiu-lhe: «*o mundo e os povos das colónias desculpariam mais facilmente a infracção como é o reconhecimento à independência do que a infracção à liberdade*». Sem comentar, Almeida Santos preferiu dizer que «*a posição deles, na fase da autodeterminação, dependerá da influência dos movimentos de libertação*».

Replicando a esta posição, o diplomata jugoslavo reafirmou que a decisão do restabelecimento das relações diplomáticas com Portugal resultou da convicção «*de que a política do novo governo era por uma total descolonização*». Tendo em conta que «*todo o mundo espera [va] ver o mais rápido possível os resultados dessa política*», sublinhou ainda a importância das conversações directas com os movimentos de libertação, porque este seria o melhor caminho para uma solução fundamentada «*no respeito da soberana igualdade, total liberdade e independência*», mas também na construção das «*bases para as futuras relações de cooperação de Portugal com todos os países*».

Retomando as palavras do seu interlocutor, Almeida Santos confirmou que desejavam relações e cooperação com todos países. Depois, acrescentou que estavam conscientes de que as relações com a Jugoslávia tinham igualmente uma particular dimensão nas relações com o «*terceiro mundo*». Realçou que todos os países da África já tinham razões para acreditar na

---

bros da direcção do Partido Socialista, ainda havia «*um grande número de gente que trabalhou para os serviços secretos do antigo regime, mas que era difícil prová-lo e difícil de afastá-los*».

orientação de Portugal para a descolonização. Todavia, existiam grandes dificuldades, pois se fossem «imediatamente para a independência de Angola e Moçambique, surgiriam grandes problemas para ambas as partes». Respeitando o princípio da necessidade da concessão da liberdade e independência, procurava-se não se apressar uma especificação da solução e, assim, evitar os possíveis perigos. Esta questão tinha «*não só aspectos ideológicos, mas práticos. Não podiam ir imediatamente para a independência, porque tinham de aplicar o princípio da autodeterminação*».

Concluindo, voltou a salientar «*o interesse das relações com a Jugoslávia, [sendo] conhecida a sua luta [...] pela independência e a prestigiosa figura do presidente Tito, desde a luta contra o fascismo até à conquista de uma posição autónoma no mundo*». Sabiam da sua «*ajuda diversificada aos movimentos de libertação. Igualmente, isto só podia ser útil para a resolução do problema colonial*».

Referiu-se, a seguir, às próximas conversações com o PAIGC (8/Jun.<sup>193</sup>), onde estaria com Mário Soares, informando Dizdarevitch de que a atmosfera era boa e as dificuldades existentes estavam «*na fixação dos pontos formais*». No entanto, quando isso fosse ultrapassado, estaria aberta «*a perspectiva para o acordo*». Nele, as futuras relações seriam fundamentadas na cooperação em todos os domínios e «*mais do que isto não podia dizer, tendo em conta o acordo entre as duas delegações de guardarem com discrição o conteúdo das conversações*». Antes, tinha dito que, após «*a implantação do regime democrático em Portugal, ninguém pod[ia] duvidar da sua orientação. "Colonialismo e democracia não vão juntos"*».

### **Jorge Campinos**

Na sua primeira reunião, no MNE (4/Jun.), os três membros da delegação jugoslava foram recebidos por Jorge Campinos, secretário de Estado, que lhes «*expressou o pesar por Soares não estar presente, apesar do acordo de ele conduzir pessoalmente as conversações, porque teve de viajar a Lusaca para as conversações com a FRELIMO*». Em seu nome, expressou o empenho de desenvolver a cooperação com a Jugoslávia e a disposição para «*uma ampla troca de opiniões*».

Depois de ter ouvido a exposição de Dizdarevitch,<sup>194</sup> sublinhou que o problema colonial foi «*uma das principais motivações das mudanças do 25 de Abril*» e que era «*a obriga-*

<sup>193</sup> Então, ainda não se sabia que o início dessas conversações seria adiado por 5 dias e do regresso de Mário Soares de Lusaca para Lisboa. Igualmente, não seriam em Londres, mas sim em Argel.

<sup>194</sup> Além dos atrás citados objectivos da visita e da saudação de Miloche Minitch, secretário federal do Negócios Estrangeiros, Dizdarevitch transmitiu, no fim da reunião, um convite para Mário Soares visitar a Jugoslávia «*com o desejo que tal visita se efectu[asse] o mais depressa possível*».

*ção principal do governo provisório*». A sua solução encontrava-se nos princípios da autodeterminação e de independência, havendo já o início das conversações com o PAIGC e a FRELIMO com vista à sua concretização.

Sem embargo, essa solução deparava-se com dificuldades, tanto no plano das relações internas como externas. Quanto à situação interna nas colónias, havia diferenças na situação da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola e no grau de influência dos seus movimentos de libertação, obrigando, por isso, as posições portuguesas a serem diferenciadas. No plano internacional, segundo Campinos, havia a pressão para que a descolonização fosse depressa e as exigências de que a independência das colónias fosse aceite sem discussão. Daí, consideravam muito importantes os contactos com a Jugoslávia por causa das suas relações com os países não-alinhados. Em seguida, acrescentou que *«o governo provisório aceitou a autodeterminação como o caminho e a forma da expressão livre da vontade dos povos nas colónias e de acordo com os princípios da Carta da ONU»*.

Compreendendo os princípios em que se fundamentavam as relações da Jugoslávia com Portugal — primeiro, a descolonização e, segundo, um regime democrático em Portugal — não via qualquer contradição na maneira de ver estas duas questões. Estimando que a *«política jugoslava nunca foi dirigida contra o povo português, mas sim contra determinado governo»*, só podiam aceitar a continuação da ajuda e do apoio jugoslavo aos movimentos de libertação e sua política. Ademais, o reforço das relações entre os dois países até ajudaria a resolução do problema colonial.

Falou, depois, acerca da autodeterminação que representava, segundo ele, *«um mecanismo que devia reflectir a verdadeira vontade dos povos das antigas colónias»* através da sua discussão com os movimentos de libertação sem a intervenção de terceiros, nem de organizações internacionais, mas igualmente da sua adaptação à concreta situação nas colónias.

Uma situação que era muito diferente de colónia para colónia como, por exemplo, na Guiné-Bissau existia um partido-movimento realmente representativo e um Estado que era reconhecido internacionalmente e membro da ONU. Portanto, ali, a autodeterminação já tinha sido efectuada, enquanto, em Angola, havia três movimentos *«numa séria crise»* e partes do seu território onde a luta armada nunca chegou.

Outro problema era o das influências externas, incluindo diversos factores de pressão em Portugal, sendo *«o milhão e duzentos mil dos seus habitantes»*, que lutaram nas colónias durante esses últimos treze anos,<sup>195</sup> um dos mais importantes. Daí, acrescentou, precisavam de

---

<sup>195</sup> Disse ainda: *«O actual regime era formado também por gente que participou nas guerras»*.

ser «cautelosos e sábios e pediam a compreensão da Jugoslávia e dos países não-alinhados», pois a consolidação do regime democrático em Portugal era de interesse mútuo.

A respeito do neocolonialismo,<sup>196</sup> Jorge Campinos respondeu a R. Dizdarevitch que esse perigo não existia em Portugal, «*pois era um pequeno país, que precisa[va] apenas de se desenvolver economicamente*», sendo esse «*um problema dos grandes*». Segundo ele, até esse «*perigo pod[ia] chegar mais de Angola para o regime democrático em Portugal, do que de Portugal para Angola (pensando, evidentemente, na possibilidade de lá se intrometerem os interesses do forte capital estrangeiro)*». Nomeando, ainda, a disposição para a assinatura de acordos (económicos e outros) com todos os futuros governos das colónias, referiu-se aos contactos com o PAIGC e às futuras relações com a Guiné-Bissau e Cabo Verde.<sup>197</sup>

Relatou as negociações com a Guiné Bissau e a sua importância, «*tendo em conta que a eventual concessão de independência à G.Bissau ser[ia] também um exemplo para as outras colónias*». Esperava que seriam dados passos decisivos na continuação dessas negociações, mas frisou como seria importante uma mudança dos países africanos «*na sua relação e comportamento, na sessão da OUA,*<sup>198</sup> *relativamente ao novo regime português*».

Acerca das «*possibilidades de influência na posição da OUA e dos países africanos*», Dizdarevitch disse-lhe que havia duas, sendo, a primeira, a de «*negociações e uma clara manifestação da disposição pela descolonização*» e, a segunda, «*directos contactos com os países africanos e árabes, particularmente, com aqueles que foram directamente atingidos pela política do antigo regime*». Igualmente, o contacto com a própria OUA poderia ser vantajoso. Após esta «*sugestão amigável, [...] falou mais longamente acerca da política de não-alinhamento, mencionando, no entanto, que Portugal tinha livre escolha na orientação internacional*» que iria eleger e que respeitavam a participação portuguesa na NATO. No fim da reunião, quanto ao convite para Mário Soares, segundo Jorge Campinos, essa visita podia ocorrer, «*possivelmente, em breve*<sup>199</sup>», pois sabia que ele mostrava «*um grande interesse pela Jugoslávia, que visitou duas vezes e da qual tinha as mais belas recordações*». Acrescentou

<sup>196</sup> Na discussão acerca do princípio da autodeterminação, Dizdarevitch tinha-lhe dito «*que a aplicação deste princípio não dev[ia] significar a aspiração de substituir o domínio colonial pelo neocolonialismo*».

<sup>197</sup> Numa observação seguinte, lê-se: «*(somente, nessa altura, foi mencionado [...] C. Verde em relação à G.-B.)*».

<sup>198</sup> Realizou-se em Mogadixo (16/Jun.) e, nesta cimeira, a Guiné-Bissau foi admitida como país membro da OUA.

<sup>199</sup> Essa visita oficial ficou acordada para fins desse mês de Junho, ou começo de Julho, mas só se efectuou em Janeiro de 1975.



que, em Maio, *«por ocasião das suas visitas pelos países europeus ocidentais, foi impossível ir à Jugoslávia, embora isso quisesse»*.

Nos dois dias seguintes, a delegação jugoslava teve *«alguns encontros particulares»*<sup>200</sup> com Jorge Campinos que, citando novamente Dizdarevitch, *«foi mais aberto e deu avaliações e opiniões suplementares a muitas importantes questões»*. Igualmente, ofereceu-lhes um almoço, em nome da direcção do Partido Socialista, em que estiveram vários dos seus membros.<sup>201</sup>

Essa abertura, avaliações e opiniões responderam, muitas vezes, a perguntas do seu interlocutor acerca da situação política portuguesa, das relações com uma dezena de países e das próximas negociações com o PAIGC e a FRELIMO. Num desses encontros, Dizdarevitch informou-o das recentes conversações jugoslavo-argelinas, em Argel, nas quais, souberam que a Argélia e os países africanos aguardavam *«com grande interesse a continuação das conversações com a delegação do governo da República da Guiné-Bissau»* e os seus resultados teriam influência na tomada de posição da OUA, em Mogadixo (16/Jun.).

Após agradecer estas informações, Jorge Campinos falou acerca das próximas negociações com o PAIGC, salientando: tinham previsto essa posição e expectativas dos países africanos sobre os seus resultados, definindo, a partir deles, a posição da OUA; o que suceder terá larga influência e importância, pois sabiam que o PAIGC defendia também, nas conversações, os interesses dos outros movimentos de libertação.

Quanto à descolonização, existia uma relação de forças que ia da posição do governo — um compromisso de todas as forças nele representadas — a uma outra, da esquerda, que era pela autodeterminação e independência das colónias. Todavia, o PS considerava necessária a sua participação no governo, até com compromissos, para apoiar as mudanças democráticas e a descolonização. Assim, lutava pelo reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, *«embora houvesse forças que, neste caso, eram pelo princípio da autodeterminação, mas não pela total independência»*.

Ao que se podia esperar das negociações, disse, confidencialmente, que se preparava uma plataforma do acordo político, não obstante existissem aspectos *«técnicos»* que exigiam uma longa solução. Esforçavam-se que *«na plataforma política se diga, numa maneira "elegante", que a Guiné-Bissau era um país independente»*. Mas, uma boa parte do exército acei-

<sup>200</sup> Na sua primeira reunião, no Palácio das Necessidades, esteve acompanhado de dois funcionários superiores do MNE. Um deles, esteve presente, na recepção da delegação pelo general Spínola como seu secretário pessoal.

<sup>201</sup> Os seus nomes não foram referidos neste ou noutros documentos relativos a essa delegação.

tava isso dificilmente. Segundo ele, o movimento militar do 25 de Abril fechou-se perante a opinião pública com a posição da autodeterminação, o que convinha àqueles que estavam contra a concessão da independência às colónias, ao passo que uma parte evoluiu e estava pronta para continuar essa evolução. Porém, assim sendo, uma tal situação representava um obstáculo.

Na pergunta de Dizdarevitch como via «*o comportamento da RAS, Rodésia e outros factores estrangeiros e se existia o perigo de ingerência*», Campinos sublinhou que a RAS e a Rodésia estavam muito interessadas nos acontecimentos de Angola e Moçambique, no entanto, acreditava que, nas actuais condições em África e no mundo, não se podia chegar até à intervenção. Existia, depois, o perigo dos colonos brancos de Moçambique e Angola tentarem uma acção do tipo da Rodésia. Por essa razão, o processo de descolonização era difícil, em particular, em Angola e Moçambique. «*Caso, imediatamente, se fosse para a concessão da independência, em Angola, chegar-se-ia a uma explosão. O regime fascista armou a minoria branca que é numerosa (500 mil<sup>202</sup> em Angola)*». Uma tal situação provocava inquietação nas forças democráticas. Desejava que «*Angola fosse independente e próspera e que escapasse ao caos e derramamento de sangue*».

Acerca das perspectivas de relações com a URSS, a China e os EUA, assim como esses países olhavam para a situação política portuguesa, Campinos começou por dizer que não compreendia o comportamento da URSS, pois «*com o antigo regime desejaram relações (tentaram três vezes estabelecê-las)*» que foram recusadas pelo regime de Caetano. Após as mudanças do 25 de Abril, comunicaram-lhes «*que queriam relações e isso imediatamente*», sem embargo não foram aceites. Por isso, pensavam que não compreenderam essas mudanças e, talvez, houvesse «*também de uma certa influência negativa de certos países africanos*». Além disso, até foram contactados, «*(durante a viagem de Soares pelos países da Europa Ocidental, quando o actual governo ainda não estava formado)*», por embaixadores soviéticos em alguns desses países por causa do estabelecimento de relações diplomáticas. No entanto, tal não sucedeu, apesar do PCP estar no governo provisório e de ser «*um dos partidos comunistas ocidentais mais próximos da URSS*». Para concluir, citou até o caso recente dum embaixador soviético que considerou «*as relações de Portugal com o Brasil*» um obstáculo para as relações entre os dois países. Uma afirmação que mereceu o seguinte comentário: para a URSS incomodava «*menos as relações do novo regime com a Espanha e RAS, do que com o Brasil*».

---

<sup>202</sup> Um número também citado noutros documentos, mas sem indicação da fonte. Segundo dados mais recentes, essa minoria teria 300 a 350 000 membros.

Por causa de Macau, a China não queria relações diplomáticas e estava contra a alteração do seu estatuto. Segundo Jorge Campinos, isso era estranho, mas compreensível, porque estavam em questão os interesses financeiros que os chineses tinham em Macau.

Nesse mês e meio, «*os EUA enviaram muitos "emissários" a Portugal*», porém não sabiam qual era a sua «*verdadeira posição relativamente ao novo regime*». Contudo, esperavam vir a sabê-la na próxima reunião da OTAN, em Otava.

Quanto às relações com a França eram «*boas em palavras, mas não na prática*», devido a insistir em impor-se «*como árbitro nas relações com os movimentos de libertação*». No fundo, estaria descontente «*com as mudanças em Portugal, entre outras coisas, por causa das reduzidas possibilidades para vender armas*». Embora, houvesse ali um forte grupo de membros da antiga polícia política, por fim, «*a polícia francesa mostrou, pela primeira vez, disposição de cooperar contra eles a favor das forças democráticas de Portugal, o que aprecia[va]m*».

Tinham boas relações com a RFA, mas acrescentou que o seu governo «*dava sempre preferência aos interesses estatais sobre os partidários*». Apesar disso, em referência ao PS, «*sublinhou que o PSD alemão os ajudou ao máximo enquanto estiveram na clandestinidade*».

Referindo-se ao Brasil, disse que estavam descontentes com o seu comportamento, porque «*para embaixador em Lisboa foi nomeado o chefe das forças fascistas, que contactava os círculos militares, evitando as forças democráticas e os regulares contactos diplomáticos*». Também, a sua proposta de uma comunidade da língua portuguesa não era mais que «*uma cobertura para os seus interesses económicos*» nas suas relações com as colónias, onde queria ter um estatuto que lhe pudesse assegurar «*um mercado favorável e outras vantagens económicas e financeiras*». Um exemplo que mencionou foi que, até então, «*Angola serviu de armazém para as mercadorias brasileiras que eram vendidas em África*».

Para terminar esta avaliação, Jorge Campinos avaliou as relações com a Espanha correctas e informou Dizdarevitch de que a pedido do governo português «*foram retirados os membros da polícia política que tinham fugido para Espanha e estavam concentrados na fronteira com Portugal, sendo expulsos alguns deles*». Em seguida, realçou as boas relações com as forças progressistas espanholas e afirmou que estimavam muito «*a posição e orientação do PC de Espanha e S. Carrillo*», achando que — segundo o seu interlocutor, via-se que conhecia a situação no PCE — «*o grupo de Lister não tinha grande influência*».

Passando à situação política interna, começou por sublinhar que «*havia muitas componentes de poder que eram difíceis de coordenar*», pois todos desejavam a paz e a descolonização, mas as diferenças eram bastante grandes a respeito dos caminhos para a sua realiza-

ção. Por causa disso, apelou para que *«essas dificuldades deviam ser compreendidas pelos amigos na África e no "terceiro mundo"»*. Considerou ainda que caso não houvesse um entendimento dos partidos progressistas chegar-se-ia a tal ponto que teria de sair ou ser afastado do governo.

Depois, explicou a composição do Movimento das Forças Armadas (MFA), descrevendo-o como um grupo heterogéneo que era *«formado por diversas correntes políticas e opções ideológicas: comunistas, socialistas, liberais»*. Ademais, não tinha *«uma linha política una, nem uma concepção elaborada»*. Além disso, era preciso ter em vista a hierarquia militar que continuava a complicar as coisas. Deste modo, a relação do MFA-general Spínola era tal que até se perguntava quem mandava, mas o general foi obrigado a consultar o MFA nos casos mais problemáticos e difíceis.

Acerca do Partido Socialista, disse que se impôs, *«pela sua actividade, princípios e elasticidade da sua acção política, [...] na vida política portuguesa, como também nas fileiras do factor militar»*. Não obstante, na Proclamação do MFA de 26 de Abril, o PS nem foi mencionado. Igualmente, *«a direcção do PS foi a primeira que chegou do exílio ao país, e Mário Soares o primeiro dos líderes que chegou a Lisboa, embora não seguro, nem sabia o que o esperava»*. Sem embargo, era um partido que tinha *«uma influência desproporcionadamente forte»* quanto ao grau da sua organização. Portanto, não tinha uma estrutura organizativa formada e esse era o trabalho que lhe faltava fazer.

Devido às principais componentes do seu programa serem *«a autogestão e activo não-alinhamento»*, tinham grandes afinidades com a Jugoslávia e daí surgiu um *«grande e sincero interesse pelas relações Portugal-Jugoslávia e para a cooperação»*.

Por isso, o Partido Socialista era necessário ao regime, pois, caso os socialistas saíssem do governo, o actual positivo processo entraria numa séria crise. *«Disso estava consciente tanto o MFA como eles no PS. Por outro lado, os socialistas colocaram, como uma das condições para a participação no governo, a descolonização. Se o regime não fosse consequente com a orientação para a resolução da questão colonial — eles sairiam do governo»*. Isso era conhecido do MFA e, também, representava *«um dos elementos mais importantes de pressão no governo quanto à questão da descolonização»*.

Em seguida, a uma pergunta de Dizdarevitch, respondeu que *«decisão da saída do anterior Presidente da República Tomás e do presidente do governo Caetano para o Brasil foi tomada, pessoalmente, pelo general Spínola ainda antes da formação do governo»*. Além disso, como os *«socialistas não foram consultados, nem sabiam dessa decisão, [iriam] colocar, energicamente, a questão da extradição desses dois titulares do anterior regime»*.

Seguiram-se outras respostas a perguntas ou referências a alguns temas da política interna que foram descritos resumidamente nesta «Nota», assinada pelo diplomata jugoslavo.

Assim, segundo Jorge Campinos, nos «*sindicatos (que eram unitários), os comunistas e socialistas tinham boas posições*» e com os comunistas tinham «*boas relações de cooperação, apesar da sua forte ligação com a URSS e o PCUS*».

A respeito das outras forças políticas no país, chamou a atenção para o Partido Popular Democrático (PPD) e o seu líder Sá Carneiro que era um político capaz. O partido era de centro-direita e nele podia-se «*encontrar facilmente — por causa do seu perfil e orientação política [...]—, desde os tradicionais políticos burgueses até aos dissidentes fascistas*». Não tendo o exército a sua organização política, era possível que o general Spínola se decidisse por esse partido, que tinha possibilidades de ganhar força e influência. Igualmente, existia «*a possibilidade de Spínola deixar, após um ano, a sua posição de PR e se juntar a este partido*».

Devido à antiga legislação que se encontrava ainda em vigor, havia sérias dificuldades para uma mudança mais rápida na administração. Porém, esperavam, em breve, a aprovação de um decreto que tinham proposto, criando, deste modo, «*um maior espaço para o afastamento dos adeptos do regime fascista*».

Graças ao MFA ter saneado «*fundamentalmente a situação nas suas fileiras*», que estimavam um passo muito importante, por isso, nesse momento «*e num futuro próximo não esperavam um contragolpe*». Entre as dificuldades mais próximas, receava «*o trabalho de sapa através do sector económico [e] por causa disso, as relações com os países socialistas seriam muito vantajosas*».

Para terminar, Dizdarevich anotou que «*saudando, no almoço que ofereceu em nome da direcção do Partido, Campinos disse: "Obrigado a vós pela ajuda que deram aos movimentos de libertação, porque a sua luta ajudou objectivamente as mudanças democráticas em Portugal"*».

### **Francisco Pereira de Moura**

Apresentando o seu interlocutor, «*ministro sem pasta no governo de Portugal*»,<sup>203</sup> como um dos economistas mais conhecidos de Portugal e membro da ala progressista católica, no relato da conversação que tiveram na «*sede do governo*» (6/Jun.), o diplomata jugoslavo resumiu, em primeiro lugar, a sua exposição acerca das mudanças em Portugal, as decisões que levaram a este primeiro contacto oficial e ao restabelecimento das relações diplomáticas

<sup>203</sup> Sem mencionar o MDP/CDE que representou no Governo Provisório.

entre os dois países. Em seguida, referiu-se ao seu interesse pela «*situação económica interna de Portugal, as relações económicas externas do país e pela questão da interdependência entre Portugal e as colónias*», mas também às perguntas que fez. Além das respostas, anotou a introdução de Pereira de Moura às questões económicas atrás citadas.

Começando por salientar as grandes dificuldades económicas que enfrentava o novo governo devido, em particular, a uma elevada taxa de inflação e de desemprego, igualmente, disse que «*nos últimos tempos, a situação era ainda mais difícil por causa da crise petrolífera*». Depois, indicou alguns dados estadísticos,<sup>204</sup> falou das suas primeiras medidas como o salário mínimo<sup>205</sup> e dos esforços para a criação de condições para o acolhimento de dezenas de milhares de trabalhadores que desejavam regressar do estrangeiro, onde se encontrava cerca de milhão e meio de portugueses.

Descreveu as grandes facilidades dadas, nos últimos anos, às companhias estrangeiras para investimentos na indústria electrónica, mecânica e química, o que criava grandes problemas, pois «*o novo governo não [lhes permitirá] que obtenham tão facilmente grandes lucros*». Não obstante, a nova Constituição que deveria «*ser aprovada dentro de um ano, determinará as direcções para o futuro desenvolvimento económico*». Considerava que esse desenvolvimento económico deveria ser realizado com princípios de orientação socialista. Por essa razão, «*as experiências da Jugoslávia eram para eles importantes e úteis*» e, tendo lido acerca do sistema e desenvolvimento económico jugoslavo, fez saber que muito lhe interessavam.

Quanto à primeira pergunta de Dizdarevitch acerca dos principais países do comércio externo português, Pereira de Moura respondeu-lhe que «*os países da CEE participavam com cerca 70% das trocas mercantis de Portugal, vindo por importância a RFA, Inglaterra e França*». A seguir às mudanças do 25 de Abril, tendo desaparecido os obstáculos políticos para a cooperação com a CEE, o objectivo era conseguir o estatuto de membro associado.

À pergunta seguinte relativa à importância dos investimentos portugueses nas colónias, começou por dizer que eram «*maiores na agricultura (café, algodão, açúcar, sisal e milho), depois no sector mineiro, exploração de petróleo, indústria têxtil e alimentar*». Conquanto, no caso de matérias-primas, a ligação de Portugal com as colónias não tinha muito um

<sup>204</sup> O PIB era de 600-700 dólares por habitante e a taxa de inflação (1973) de 16-18%. Igualmente, «*a guerra nas colónias diminuiu a força produtiva da nação (empenhamento de numerosas forças militares nas colónias, fuga da mão-de-obra para o estrangeiro, enormes despesas materiais na condução das guerras)*».

<sup>205</sup> Contudo em «*muitas empresas em determinados sectores não estavam em condições de assegurar esse salário mínimo. As grandes firmas aproveitavam isso, [que muitas delas] procuravam comprometer a política do novo regime e os bancos efectuavam restrições ao crédito*».

carácter de relação colonial, porque a maior parte dessas matérias-primas importadas *«eram pagas segundo os preços mundiais, embora a mão-de-obra fosse barata. As firmas portuguesas e estrangeiras e as companhias multinacionais recebiam a diferença»*.

Acrescentou que os mercados de Moçambique e Angola tinham grande importância para as indústrias alimentar e têxtil portuguesas, porém essa importância era cada vez menor devido ao desenvolvimento da indústria local. Mesmo a respeito da emigração, não tinha grande significado, porque essa emigração se dirigiu *«maioritariamente para o Brasil e EUA e, nos últimos anos, em direcção da Europa Ocidental»*. Todavia, concluiu: *«as colónias, os futuros estados independentes, têm importância para o investimento de capitais que nelas já está presente. Contudo, a existente ligação financeira de Portugal com as colónias não é uma ligação do povo português, mas sim das grandes companhias ligadas ao capital estrangeiro. Daí a descolonização não atingir o povo, mas o grande capital»*.

Para terminar, após frisar a importância das mudanças em Portugal e do restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países para as perspectivas de ampla cooperação no plano económico, o diplomata jugoslavo anotou que *«Moura aceitou isso com aprovação e satisfação. Também, no fim da conversação, sublinhou particularmente a sua posição favorável acerca do estabelecimento de relações, cooperação e interesse pela experiência jugoslava»*.

### **Octávio Pato**

A reunião teve lugar na sede do PCP (6/Jun.) e foi pedida pela delegação jugoslava por intermédio do MNE. Neste encontro com *«a segunda personalidade na direcção do PCP»*, além da situação política portuguesa, o outro assunto mais discutido foi a questão do restabelecimento das relações diplomáticas e do anterior pedido (adiamento da sua data e consulta prévia entre LCJ-PCP a seu respeito).

Depois de saudar o seu interlocutor, entre os objectivos da visita da delegação a Portugal, Dizdarevitch realçou a *«importância das mudanças e o [...] interesse pelo desenvolvimento da situação, em particular, relativa à resolução do problema colonial»*. Quanto ao restabelecimento das relações, a decisão foi tomada porque julgaram que existiam as necessárias condições e por acreditarem que a sua presença em Portugal seria, ademais, *«um apoio às tendências e forças progressistas [...] empenhadas no novo curso»*. Em seguida, referiu a ajuda aos movimentos de libertação e a relação com o novo regime que era baseada nos princípios fundamentais da política externa jugoslava. Assim, em todos os contactos oficiais, tinham salientado *«o apoio e ajuda à luta dos povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique*

*pela independência e a esperança de que a política do novo governo [fosse] o reconhecimento da total liberdade e independência destes países».* Como acreditavam na continuação das mudanças positivas, estas iriam permitir uma total descolonização. Igualmente, em base dos contactos efectuados, tiveram a confirmação de que a sua decisão foi correcta. Disse, em seguida, que continuariam *«naturalmente, o apoio geral aos movimentos de libertação até que não se concretiz[ass]em os objectivos da sua luta».*

Na sua resposta, Octávio Pato começou por dizer que a situação em Portugal era complexa, pois o fascismo foi derrubado, mas o regime democrático ainda não estava consolidado. Sobretudo, essa situação era complexa relativamente à questão colonial. Por essa razão, *«o PCP pediu aos países socialistas que não fossem imediatamente para o estabelecimento de relações com o novo regime, considerando isso como um meio de pressão no governo com vista a uma resolução mais rápida da questão colonial».*

Contudo, num comunicado, publicado no dia 4 de Junho, acharam que estavam criadas as condições para os países socialistas poderem estabelecer relações diplomáticas com o novo regime, embora gostariam que a Jugoslávia e a Roménia esperassem alguns dias. Respeitava as explicações dadas, *«mas "claramente não tinham a mesma opinião"».* Segundo o seu interlocutor, ele reafirmou que teria sido muito melhor que as conversações acerca do restabelecimento de relações tivessem ocorrido depois do seu comunicado<sup>206</sup>. No entanto, tudo isto *«não devia prejudicar as relações com a LCJ, que se desenvolviam muito bem já há muito tempo».* O seu representante (Carlos Amboim Inglês) já o tinha informado sobre os contactos que teve no X Congresso da LCJ.

Retomando a palavra, Dizdarevitch falou, novamente, acerca de algumas das citadas posições e confirmou que eles próprios viam que a situação era complexa. Quanto à carta do PCP, ela foi examinada seriamente e a resposta foi dada ao seu representante no X Congresso. Na decisão acerca do restabelecimento de relações, tiveram em consideração, também, que no novo governo participava o PCP, o que era caso único, nesse momento, no Ocidente. Apesar de não saberem o que de importante mudou desde a carta (22 de Maio) ao comunicado da direcção do PCP (4 de Junho), estimavam que não seria vantajoso para o PCP, caso as relações dos países socialistas com Portugal só começassem após a apresentação da sua posição nesse sentido.

Acentuou o papel do PCP nas mudanças e a sua influência nos acontecimentos actuais em Portugal, e ou boas as relações entre a LCJ e o PCP, salientando haver condições para o

---

<sup>206</sup> Dizdarevitch anotou: *«(observação: nós chegámos a Lisboa precisamente naquele dia em que o PC anunciou a posição acerca das relações dos países socialistas com Portugal)».*



seu futuro desenvolvimento. Explicou, ainda, que a decisão jugoslava foi completamente autónoma e não tinha qualquer ligação com a da Roménia. Em seguida, perguntou como avaliavam a situação interna e o que, na sua opinião, representava o Movimento das Forças Armadas (MFA).

Voltando à questão do restabelecimento das relações, Octávio Pato repetiu que, claramente, não tinham a mesma opinião. Como conheciam melhor a situação interna, acrescentou que se devia acreditar neles e que não via *«qualquer contradição entre a participação no governo e a sua posição acerca da questão do momento do estabelecimento de relações dos países socialistas com o novo regime. Pediram somente que se esperasse»*. Anotou que, segundo o seu interlocutor, *«não foi por acaso que se chegou, em 4 de Junho, à mudança da posição do PCP, porque entretanto foram sondadas as conversações com a FRELIMO, mas havia outros, segundo as suas palavras, factores mais importantes, que ele "não est[ava] autorizado a nos relatar"»*.

Sem comentar, Dizdarevitch informou o seu interlocutor dos contactos permanentes com os movimentos de libertação e de que *«eles e os nossos parceiros nos Países Não-Alinhados sabiam deste [seu] passo e aprovaram-no: vêem nele um apoio que lhes pode ser proveitoso»*. Além das diferenças nas opiniões, perguntou sobre o que seria mais vantajoso: *«exercer pressão não estabelecendo relações ou, com a presença aqui, apoiar as tendências e influências positivas»*. Considerando que, em Portugal, estavam *«presentes em maioria os representantes dos regimes reaccionários»*, afirmou que teriam relações com o novo governo, *«mas daremos também, no futuro, ajuda geral aos movimentos de libertação, e isto dissemos a todos nos contactos que tivemos aqui»*.

Começando por dizer que a sua posição era motivada pela situação interna em Portugal, Octávio Pato voltou, de novo, *«com a observação que não podia "dizer-nos tudo", ou que nós "não podemos compreender todas as coisas" e etc.»*. Disse-lhe depois: no fim de Maio, houve uma tentativa de contragolpe; expandiram-se as greves que foram fomentadas e iniciadas por forças reaccionárias com o fim de provocar o caos no país, sem embargo, o PCP conseguiu neutralizá-las; um grande número de membros da polícia política estava em Espanha e esperava o momento favorável; em Portugal, encontrava-se um grande número de agentes da CIA; o poder económico do grande capital ficou intocável. Por isso, concluiu, que era *«importante que o PC "tenha o apoio dos partidos irmãos"»*.

Segundo Dizdarevitch, o seu interlocutor assegurou o seguinte: o MFA era um movimento heterogéneo e não tinha uma política definida; nele havia forças de direita, centro e esquerda; eles faziam a diferença entre o MFA e a Junta de Salvação Nacional; as forças polí-

ticas estavam na fase de organização; a influência do PCP teve um forte aumento; todavia, os partidos ainda não foram legalizados; igualmente, a influência do Partido Socialista está a aumentar, mas o PC era a força de esquerda mais forte; existia «*um movimento unitário de esquerda – o Movimento Democrático,*<sup>207</sup> *que eles procuram mantê-lo. Nele, estão comunistas, socialistas e católicos de esquerda*»; estava, em curso, a estruturação do movimento sindical que era unitário.

No final da reunião, Dizdarevitch reafirmou a sua satisfação por se ter chegado «*a um encontro em Portugal, pois, até ao presente, os contactos entre os dois partidos realizaram-se exclusivamente no estrangeiro*».<sup>208</sup> A respeito da cooperação interpartidária, mencionou as recentes conversações, em Belgrado, com o representante do PCP no X Congresso da LCJ. Comunicou ainda que ficaria, em Lisboa, após a assinatura do acordo acerca do restabelecimento das relações diplomáticas — tornado público passados dias —, «*como encarregado de negócios, o camarada I. Koïtch e exprimiu a confiança que estes contactos continuem com ele*».

Tendo aceitado as propostas do seu interlocutor, Octávio Pato «*mostrou disposição para esses contactos*» e considerou «*que esta conversaço foi vantajosa*».

### **Mário Soares**

No dia 7 (sexta-feira), pelas 23 horas, a reunião realizou-se no MNE. Nesse dia, Mário Soares tinha regressado de Lusaca, onde conduziu as negociações com a FRELIMO. Embora, tivesse viajado para Londres<sup>209</sup> por causa das negociações com o PAIGC (8/Jun.), estas foram adiadas para 13 de Junho. Então, da capital britânica, telefonou para que fosse adiada a assinatura do acordo relativo ao restabelecimento das relações diplomáticas, porque desejava receber a delegação jugoslava e assinar com o Raif Dizdarevitch o respectivo documento.

Pedi desculpa por os receber tão tarde, mas, logo a seguir à chegada a Lisboa, tinha estado com o presidente Spínola e numa reunião do governo, acrescentando «*que o queria receber absolutamente, sem tomar em conta o cansaço depois da longa viagem e os assuntos que teve durante o dia*». Também, informou o governo acerca do acordo alcançado com a Jugoslávia e recebeu autorização para efectuar todas as necessárias formalidades nesse senti-

---

<sup>207</sup> Refere-se ao MDP/CDE.

<sup>208</sup> Como a última visita à Jugoslávia de uma delegação do PCP tinha ocorrido há meses (Set./73), talvez fosse uma referência a esses meses antes e pós-25 de Abril, mas excluindo as citadas conversações com Carlos Aboim Inglês, dias antes, no X Congresso da LCJ.

<sup>209</sup> Estas negociações acabaram por se realizar em Argel.

do, salientando que «*o restabelecimento das relações com a Jugoslávia se enquadrava nos seus esforços de abertura com os países socialistas e não-alinhados*».

Na sua resposta, o diplomata jugoslavo começou por agradecer a Mário Soares que o tivesse recebido, apesar das excepcionais grandes obrigações e o evidente cansaço. Disse-lhe que foi informado, desde a chegada a Lisboa, da sua ausência e de que compreendeu as razões e, por isso, apreciavam ainda mais a sua atenção. Notou que teve conversações muito úteis e exaustivas e que regressa à Jugoslávia com ricas impressões e bastante satisfeito com a recepção.

Sublinhou, igualmente, que a direcção político-estatal jugoslava partiu, antes da aprovação da decisão do restabelecimento das relações diplomáticas, de duas hipóteses fundamentais: primeiro, que em Portugal ocorreram mudanças excepcionalmente importantes e que as forças progressistas abriram o caminho a um processo positivo; segundo, a política do novo governo — política de liberdades e independências dos povos sob a administração colonial. Ponderaram que não podiam ficar à margem dum processo tão importante, pois sempre ajudaram as forças progressistas e os movimentos de libertação, porque isso era sua obrigação. E concluiu que «*[...] em alguns lados, considerou-se que não se devia apressar o estabelecimento de relações com o novo regime. Mas, nós consider[á]mos que em tão grandes acontecimentos não se pod[ia] entrar em tácticas*».

À senelhança do que tinha feito na sua primeira reunião com Jorge Campinos, transmitiu a Mário Soares os cumprimentos de Miloche Minitch e entregou-lhe o seu convite para visitar a Jugoslávia, reafirmando que essa visita ser-lhes-ia muito cara e desejavam que ela se realizasse quanto antes, visto que seria o início dos contactos a nível governamental. Acrescentou que, nas conversações com os representantes do MNE, já tinha falado da necessidade do estabelecimento de contactos com os países não-alinhados, particularmente, os africanos. Perguntou-lhe, em seguida, como decorreram as conversações com a FRELIMO.

Segundo anotou Dizdarevitch, Mário Soares respondeu-lhe que as conversações decorreram numa atmosfera agradável, mas que estavam no começo, dizendo-lhe que a delegação portuguesa apresentou «*um acordo separado acerca do cessar-fogo, enquanto a FRELIMO queria que isso fosse incluído no acordo global*». As negociações iam continuar em Julho, mas que começou, de facto, o processo de descolonização. Assim sendo, se conseguir um acordo com o PAIGC, este teria um grande significado.

Os processos da descolonização eram complexos e ligados a grandes dificuldades. Existiam resistências e actos de sabotagem por parte das forças de direita. Também, diversas tendências, incluindo a extrema-esquerda, exerciam pressões no governo. Por isso, o caminho

até à solução do acordo era lento e exigia grandes esforços. Daí, as reuniões do governo serem longas e cansativas. Contudo, pensava que, *«em quarenta dias, foi efectuada uma enorme transformação, [pelo que] considera[va] que o processo de descolonização e transformações internas avança[va] fortemente. Ele tornou-se irreversível»*.

À pergunta seguinte de Dizdarevitch, se o criticavam por ter abraçado o presidente da FRELIMO, Samora Machel, no fim do encontro (*«toda a imprensa publicou vistosas fotografias nas primeiras páginas»*), Mário Soares respondeu-lhe que, naturalmente, algumas tendências no governo receberam isso com relutância. No entanto, estava optimista a respeito do futuro.

Quanto a uma data para a sua visita a Belgrado, onde desejava ir o mais cedo possível (em fins de Junho ou início de Julho) e não deixou de acrescentar que *«já tinha estado, na Jugoslávia, duas vezes»*, referindo-se às suas citadas visitas de 1968 e 1969.

Em seguida, perguntou com quem continuarão os contactos no futuro, ao que Dizdarevitch o informou de que *«Ivan Kofiitch ficava em Lisboa e que ele, logo que termine as formalidades em redor do restabelecimento da missão diplomática, assumiria as funções de encarregado de negócios da nossa embaixada. Soares recebeu isso com satisfação»*.

No fim da conversação, Raif Dizdarevitch e Mário Soares assinaram os documentos acerca do restabelecimento de missões diplomáticas e foi aprovado um comunicado conjunto que só seria publicado em 11 de Junho, isto é, *«após a festa de três dias em Portugal para lhes darem a desejada publicidade»*. A seguir, o diplomata jugoslavo entregou a nota do SFNE acerca da nomeação do conselheiro Ivan Kofiitch para encarregado de negócios da embaixada, que assim entrou imediatamente em funções.

### **O relatório**

Na sua dezena páginas *«acerca da estada e conversações»*, em Lisboa, datado de 11 de Junho, resumiu outras páginas, quatro vezes mais numerosas, das 8 *«notas»* anteriores, repartindo por alguns pontos os assuntos ali tratados com conclusões, propostas e um ou outro novo pormenor. Esses documentos apresentavam as duas questões principais — a descolonização e a situação política portuguesa — que dominaram, até fins de 1975, as relações da Jugoslávia com Portugal, mostrando bem o seu grau de importância nos objectivos da política externa jugoslava.

Do mesmo modo, estes relatos das conversações — escritos a partir dos apontamentos dos dois outros membros da delegação — indiciam que conhecimento tinha a diplomacia jugoslava da situação político-militar portuguesa e de suas colónias, embora, como já foi dito,

neste tipo de documento, os seus subscritores procuravam mais descrever o que ouviram, mencionando raramente outras informações que tivessem a respeito dessas respostas. Todavia, nem sempre estas existiam como aconteceu, por exemplo, no caso do «golpe de Estado de 25 de Abril», ou foram insuficientes depois para «um melhor conhecimento da situação no interior dos movimentos [PAIGC, MPLA e FRELIMO] e suas verdadeiras intenções».

Após a apresentação dos 7 interlocutores de Dizdarevitch, o relatório começa por salientar que todos os encontros e conversações confirmaram que o interesse pelas relações com Jugoslávia era grande, devido às seguintes razões: o novo regime via nelas «a possibilidade de uma rápida afirmação internacional, a abertura em direcção dos países socialistas e dos não-alinhados, em particular, de África»; muitos viam «um apoio às mudanças internas e à política de descolonização», mas também a possibilidade de criar uma maior compreensão pela actual situação e um maior realismo quanto ao problema da descolonização; certas forças viam nessas relações «um apoio para as suas aspirações progressistas e um incitamento à sua própria afirmação».

Igualmente, o restabelecimento das relações foi bem-recebido e a maioria dos interlocutores (sem os nomear) «falou positivamente e com simpatia, em particular, acerca do Presidente Tito». Por parte da delegação, foi salientado: antes da aprovação da decisão do restabelecimento de relações, a Jugoslávia deu grande importância às mudanças em Portugal; achou que o novo regime era pela concessão da independência a Moçambique, Angola e à República da Guiné-Bissau; continuaria a ajudar os movimentos de libertação. Esta posição foi aceite, na totalidade, sendo isso importante pois «foi sublinhada por todo o lado e categoricamente, incluindo até o presidente Spínola. As únicas reservas foram feitas pelo representante do PCP, que censurou que não tivesse sido aceite o seu pedido de adiamento das relações, enquanto a direcção do PCP não se pronunciasse oficialmente acerca disso».

Num ponto seguinte, refere-se que as conversações mostraram que a descolonização era a preocupação fundamental do novo regime e de todas as suas partes constituintes. Embora, todos considerassem que o problema das colónias se devia resolver por meios políticos — do reconhecimento ao direito à autodeterminação e à independência —, havia «diferenças em redor do que se entend[ia] por todos os direitos do princípio da autodeterminação, na forma como o aplicar na prática, mas também no tempo da sua aplicação».

Existia quem recomendava «um processo mais lento, com a aspiração de Portugal conservar, através de uma autodeterminação doseada e controlada, o maior número de posições coloniais e com a intenção de não se aceitar os movimentos de libertação como os únicos representantes dos interesses dos povos das colónias». Apesar de a ideia da federação ter

sido ultrapassada, *«procuram-se outras vias para se atingir mais ou menos os mesmos objetivos».*

Outros julgavam *«o princípio da autodeterminação como um verdadeiro processo para a concretização da independência das colónias»*, mas que precisava ser conduzido gradualmente para não provocar graves desordens e conflitos nesses países, de forma a evitar rupturas no novo regime.

Quanto às forças mais progressistas, decididas a conceder uma total liberdade às colónias, tinham *«as suas possibilidades limitadas na existente relação de forças pelas resistências como também pelo facto de se ter de fazer compromissos por cada coisa».* Por isso, essas forças esforçavam-se para criar, pouco a pouco, *«uma situação que tornasse inevitável o processo da independência de todas as colónias, porque o novo regime não se podia consolidar, nem assegurar a estabilidade do curso progressista, até que não se realizar a total descolonização».* Dando um exemplo da sua importância, parafraseando Jorge Campinos (sem o nomear), até *«os socialistas chegaram [...] ao ponto de agradecer à Jugoslávia a ajuda aos movimentos de libertação, estimando isso como uma contribuição às mudanças em Portugal».*

No seu conjunto, confirmava-se a opinião da inevitabilidade da descolonização e os membros do governo e outros já falavam acerca das relações económicas e outras com os futuros governos independentes, procurando assim assegurar a cooperação num futuro próximo. *«Numa tal situação, a concepção do MFA acerca da autodeterminação tornou-se estreita e começa a incomodar até certos círculos militares que são partidários de soluções mais radicais».*

Até então, o novo regime mostrava *«um comportamento diferenciado de uma para outra colónia, o que se verificava através das conversações. Interessante que as tratavam diferentemente, embora por diferentes interesses».*

Deste modo, as negociações com a Guiné-Bissau progrediam bem e todos estimavam, mais ou menos, que não podia haver outra solução, excepto a da independência, pois que — sendo um Estado reconhecido internacionalmente e membro da ONU — a autodeterminação já estava efectuada e, na continuação dessas negociações, era só preciso regularizar a modalidade de concessão da independência. Porém, Cabo Verde não foi abrangido nas negociações, *«o que os guineenses também aceitaram, porque partem de que outra posição diferente, tendo em conta as circunstâncias (inexistência de luta de libertação nas ilhas, grande importância estratégica para o Ocidente), podia travar a resolução da questão da Guiné-Bissau».*

A questão de Moçambique era mais complexa e seria a segunda etapa da descolonização. *«Mostrou-se que consideraram o movimento de libertação mais representativo e vão*

*para negociações com eles, na ânsia de assegurar a protecção dos seus interesses e a futura presença em Moçambique para o qual se considera que será independente». Mário Soares afirmou ainda que «as negociações em Lusaca foram o começo da descolonização de Moçambique», não escondendo o perigo das ingerências externas (Rodésia e RAS), «o que novo regime procura[va] impedir, porque isso ainda mais enfraqueceria a posição de Portugal e teria repercussões negativas no plano interno».*

Outra questão (mais controversa e incerta) era a de Angola *«por causa da desunião dos movimentos de libertação, do grande número de colonos brancos e o excepcional interesse dos factores estrangeiros (africanos e outros), por causa das riquezas mineiras e importância estratégica (um interesse particular por Angola mostram os EUA, Brasil, Congo, companhias multinacionais)»*. Por causa disso, segundo os apoiantes da total descolonização, era preciso ir gradualmente, já que uma rápida concessão de independência podia conduzir a graves conflitos em Angola, mesmo até a intervenções exteriores. *«Outros, que também propugna[va]m a gradualidade, quer[ia]m assegurar os seus interesses, estando nisso directamente interessadas as companhias estrangeiras e multinacionais»*.

Estimando que a questão da descolonização era uma das questões fundamentais e cuja solução continuava por aprovar, impunha-se expor — por razões de princípios políticos, da relação com os países não-alinhados e os movimentos de libertação, e por causa da opinião pública no mundo e em Portugal —, de novo, as posições da Jugoslávia ainda mais claramente, tanto nas conversações como publicamente. *«Fizemos isso em todos os contactos, em muitas declarações e, particularmente, nas conversações oficiais com o presidente Spínola, primeiro-ministro e os representantes do MNE»*.

Num terceiro ponto, partindo do que disse Jorge Campinos e Octávio Pato, há uma síntese da situação política portuguesa com uma avaliação das suas principais forças políticas. Devido às importantes e profundas mudanças em Portugal, foi libertada uma enorme energia de um povo, que foi reprimida durante decénios. Contudo, nada de definitivo foi definido, excepto que o regresso ao anterior sistema era impossível — mesmo se chegar ao fortalecimento da orientação de direita — e que se tinha de resolver a questão colonial. A situação era tal que mantinha unida a coligação do novo regime, porque cada um dos seus membros não tinha a força suficiente para sozinho assumir o Poder. Assim, estava em curso o processo da organização das forças que conduziam as mudanças, mas também aquelas que desejavam retardar essas mudanças e salvar o passado. *«O novo regime depara[va]-se com gran-*

*des problemas: as dificuldades económicas e sociais; a anterior administração; a anterior legislação; e o isolamento de alguns movimentos no mundo deixou marcas».*

A respeito das ideias para onde e como Portugal teria de ir no futuro, decorria um processo de unificação e polarização na esquerda e fora dela, estando *«em curso a cristalização das diversas concepções e pontos de vista, desde as posições do PCP, através dos socialistas (que [eram] por uma orientação socialista e o não-alinhamento), até aos católicos de orientação progressista que considera[va]m que Portugal precisa[va] basear o seu futuro desenvolvimento em direcção de uma orientação socialista».*

A seguir, neste relatório, há uma descrição das principais forças políticas que seriam as seguintes:

O Movimento das Forças Armadas (MFA) era *«heterogéneo, não tinha uma orientação ideológica e uma política unitária, mas a sua posição era dominante no regime. Nas suas fileiras, além da influência das forças do centro e direita, existia também uma corrente muito progressista, procurando a esquerda manter a sua ligação com as massas e através disso a sua influência no MFA, o que era importante para a sua orientação»;*

A direita estava nos bastidores e, formalmente, desorganizada, embora a sua influência estivesse presente em acções no plano económico e social (incitamento às greves, obstáculos do grande capital, enfraqueciam a economia, aumento de influência, etc.). Nessa altura, *«essas pressões permaneciam num quadro limitado e as forças de esquerda conseguiam neutralizá-las, mas a situação era claramente muito complicada, porque as manivelas básicas do poder económico ainda continuavam intactas»;*

O liberal Partido Popular Democrático estava em ascensão e reunia, mais ou menos, *«a aceitável corrente burguesa»* com um largo leque de ideias políticas e opções ideológicas do centro direita — *«Tinha um forte líder (Sá Carneiro, ministro sem pasta), que tem o apoio do grande capital e, realmente, era de prever que terá cada vez mais um maior papel e, segundo as estimativas dos socialistas, existe a possibilidade de o factor militar, que não tem a sua estrutura política, se apoie neste partido»;*

O Presidente Spínola era, assim parecia, *«mais uma imagem da aspiração de salvar algo do passado e de não se permitir uma viragem muito grande à esquerda nas orientações internas e internacionais».* Ele tinha poder e influência, como desfrutava de grande popularidade. Todavia, o seu poder estava limitado, pois precisava ponderar os critérios de todas as partes da coligação, mas também as opiniões do MFA. Sentia-se *«que evoluiu nas posições em redor da descolonização, mas só tanto quanto a pressão interna e externa tornou*



*inevitável. Ele não é uma personalidade que traga mudanças. Contudo, tem de tomar em conta as realidades. Irá para a frente quanto for obrigado, mas travará as mudanças positivas quanto puder».*

A esquerda estava num processo de organização, no entanto, através da participação no governo exercia uma importante influência progressista na política interna e na resolução do problema colonial. Sentia-se que, no PCP e PS, estavam conscientes das suas responsabilidades porque *«a situação era provisória e estava numa evolução dinâmica, mas era indiscutível que o desenvolvimento actual podia ter duradouras consequências positivas (as massas politiza[va]m-se rapidamente, esta[va] em curso uma ampla organização da classe operária, a influência das forças armadas aumenta[va])».*

Igualmente, o PCP era o melhor organizado, tinha uma importante influência e desenvolvia uma grande actividade, mas era *«evidente que necessitaria de fazer esforços para se adaptar à nova situação e se libertar de algumas concepções esquemáticas que, diferentemente do período da clandestinidade, podem ser um sério obstáculo à sua política».* Sem embargo, o PS ocupava o lugar mais eminente pela sua elasticidade e progressividade. Muito importante era *«o papel de M. Soares (uma das personalidades mais populares), e também tal posição permit[ia-lhe], pelo que a influência do PS [era] grande, até muito maior do que a sua verdadeira força».* Porém, não tinham uma base organizada e só então começavam a sua formação. *«Sinceramente, têm uma relação amigável com a Jugoslávia e foram o mais longe na concepção da necessidade de relações com os não-alinhados e outros países socialistas».*

Segundo o ponto seguinte, o quarto deste relatório, a política externa portuguesa estava subordinada à resolução do problema colonial, baseando-se nas conversações, principalmente, com Jorge Campinos e Mário Soares.

Essa *«prioridade fundamental do novo regime»* estava sujeita a uma forte pressão da opinião pública mundial e a sua afirmação internacional dependia do processo de descolonização. Havia, ainda, a aspiração *«de assegurar o apoio do Ocidente na política da resolução do problema colonial, enquanto a respeito das mudanças e problemas internos de assegurar ajuda económica, principalmente, da Europa Ocidental».*

Mencionando, depois, os países já citados nas notas com os seus interlocutores, acrescentou, em alguns deles, uma ou outra nova informação. Assim:

Entre os países da Europa Ocidental, as melhores relações eram com a Inglaterra e a RFA, graças à ligação do Partido Socialista com a social-democracia ocidental e a Internacional Socialista;

As relações com a França eram visivelmente boas, embora houvesse dificuldades devido à sua tentativa de *«impor-se como intermediário nos países francófonos e na maior parte da África»*;

Quanto à Espanha, apesar das relações terem *«um carácter específico [eram] correctas»*. Não obstante, parecia que Portugal não tinha uma *«clara avaliação acerca da influência da Espanha, mas também dos EUA através dela»*;

A respeito da OTAN, o governo colocava-se, *«principalmente, as forças de esquerda nele, muito elasticamente em relação à sua filiação»*, a qual, não foi posta em questão, porque uma posição contrária poderia *«servir como pretexto para a radicalização do processo interno e ingerência de factores externos. Contudo, a actuação dos americanos, embora invisível»*, estava bem presente, fosse directamente, fosse através de outros (Brasil), tendo-se *«a impressão de que as forças progressistas não [tinham] uma clara avaliação da posição dos EUA»*;

Os países socialistas estavam ainda ausentes, apesar de *«o interesse de relações com eles fosse grande. A URSS procurava fortalecer a sua presença (foi formada uma associação de amizade que já começ[ara] com uma campanha), apoiando-se particularmente no PC»*;

Apesar do *«grande empenho no problema colonial, sentia-se o afastamento dos países não-alinhados, particularmente, os africanos»*. Havia interesse pela política do não-alinhamento *«(esta era a orientação do Partido Socialista e, até, [se depararam] com a pergunta se a Jugoslávia apoiaria o pedido de Portugal para entrar nos não-alinhados)»*. Por sua parte, foi realçada *«a necessidade de directos contactos com os países não-alinhados principalmente com os africanos, mas também com a OUA, acentuando que isso facilitaria o processo de descolonização. Tem-se a impressão que M. Soares e a sua gente no MNE tinham bom ouvido para tais factos»*.

No último ponto deste relatório, as conclusões de Dizdarevitch começam pela confirmação de *«[...]que foi correcta a decisão de se ir para contactos oficiais com o novo regime e o restabelecimento das relações diplomáticas»*. Esses contactos foram bem-recebidos por todos os interlocutores e, principalmente, *«aqueles mais progressistas viram neles um apoio e ajuda aos seus esforços»*. Assim, confirmou-se a suposição de que a presença em Portugal daria possibilidades para contactos permanentes e numerosos, através dos quais *«se pod[ia] influenciar como exercer uma certa pressão no sentido de soluções mais progressistas nas questões onde isso [era] mais necessário, em particular, quando se trata[va] da descolonização»*.

Por isso, concluiu, a reabertura da embaixada em Portugal representava um grande apoio para as forças progressistas portuguesas e os movimentos de libertação. Igualmente, seria importante o seguinte: nos seus *«primeiros contactos, reiteradamente e sem ambiguidades, oficialmente e em público, fixemos a nossa posição e realcemos que a nossa decisão se baseava na convicção de que as mudanças positivas em Portugal abriam o caminho para uma rápida concessão de total liberdade e independência às colónias, e porque acentuámos a nossa posição de apoio e ajuda diversificada à luta de libertação dos seus povos»*.

O relatório termina com algumas propostas, salientando antes que *«na nossa futura actividade, dever-se-á procurar aproveitar todas as possibilidades de cooperação e influência»*. A primeira seria *«a próxima visita do ministro M. Soares à Jugoslávia [que teria] a esse respeito uma particular importância»*. Ademais, consideravam que *«[...] seria necessário completar rapidamente a embaixada em Lisboa e nomearmos depressa o embaixador. Seria conveniente sugerir à imprensa para enviar algum jornalista que escrevesse mais analiticamente acerca da evolução em Portugal e sua política externa, pois após um grande interesse da imprensa no início, agora, em Lisboa, não há nem um único jornalista. Seria vantajoso que informássemos os movimentos de libertação e os principais parceiros entre os países não-alinhados das conversações em Lisboa e as impressões»*.

#### II.4 — A Reabertura e os Primeiros Meses da Embaixada Jugoslava em Portugal

Apesar das citadas propostas do relatório da delegação, os seus objectivos principais não foram atingidos nem *«rapidamente»* na reabertura da embaixada<sup>210</sup>, nem tão *«depressa»* na entrega das credenciais do embaixador. O primeiro só foi alcançado em meados de Setembro e o segundo, ainda mais tarde, em finais de Janeiro de 1975, com a chegada a Lisboa de Milan Stoiakovitch, nomeado meses antes. Do mesmo modo, a *«próxima visita de M. Soares»* à Jugoslávia, marcada para fins de Julho, acabou por se realizar somente nesse mês e o correspondente da Tanjug só chegou em fins de Agosto desse ano.

Dado que foi o primeiro encarregado de negócios, a missão de Ivan Koíitch esteve ligada à reabertura da embaixada em Portugal e durou uma centena de dias até à sua substituição por Verolhub Spasitch. Durante este período, foi incumbido — além de encontrar instalações apropriadas<sup>211</sup> — de estabelecer relações não só com dirigentes, instituições e partidos

<sup>210</sup> Recorde-se que, em 1948, o encerramento da missão diplomática jugoslava não foi devido a um corte de relações diplomáticas entre os dois países.

<sup>211</sup> Após a sua nomeação (11/Jun.), encontrou essas instalações (provisórias e alugadas), na Rua Duque de Palmela, 30-5.º, que foram aceites pelo SFNE durante o mês de Agosto. Ali, segundo ele, em meados de Setembro, *«por ocasião da abertura da embaixada, da sua partida e da tomada de funções de Spasitch — organizou um*

políticos portugueses, mas também com o corpo diplomático acreditado em Lisboa. Na procura dessas «*instalações provisórias*» foi apoiado, durante o mês de Julho, por Slavko Nhegomir<sup>212</sup> que esteve, como ele, na embaixada jugoslava no Brasil. Quanto aos seus telexes (cifrados) acerca desses contactos e da situação política portuguesa que foram enviados para Belgrado através da embaixada em França, o seu número foi reduzido. Outros, menos confidenciais, foram recebidos e remetidos pelo telex do seu hotel<sup>213</sup>.

Entre esses primeiros documentos<sup>214</sup>, os assuntos abrangidos vão desde a descolonização e as relações internacionais portuguesas aos processos principais da situação interna — «*portadores do Poder*», «*o trabalho dos partidos políticos*» e «*o saneamento (afastamento de quadros do antigo regime)*» —, havendo ainda referências às suas fontes e algumas propostas para o início das relações jugoslavo-portuguesas no plano político, económico e cultural. Relativamente a viagens, foi três vezes a Paris por causa do correio diplomático e esteve no norte de Portugal devido à digressão de um grupo folclórico jugoslavo.<sup>215</sup>

---

*coquetel nas novas instalações*», onde estiveram «*cerca de 100 convidados*». Entre eles, Jorge Campinos, acompanhado de uma dezena de funcionários superiores do MNE, «*cerca de 15 embaixadores, mais conselheiros da maioria das missões, representantes da imprensa, rádio e tv e algumas personalidades da vida pública*». Considerando importante que os meios da comunicação social tivessem dado «*uma ampla publicidade (a tv pediu também uma declaração especial) [...] à abertura da nossa missão*», Kofiitch terminou este telex para o SFNE, enviado da embaixada em Paris (19/Set.), por salientar que «*além disso, Spasitch conheceu uma série de personalidades importantes, o que lhe facilitará seguramente, no futuro, os contactos e trabalho*» (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

<sup>212</sup> *Vd. nota n.º115 (p.46).*

<sup>213</sup> Esteve hospedado no Tivoli-Jardim. Sendo poucos os documentos relativos à abertura da embaixada (aluguer, aquisição de mobiliário, viagens e outras despesas), é de pressupor a existência dessa documentação em outros fundos deste Arquivo.

<sup>214</sup> Enviados de Paris, em 24 de Junho, escritos em dias anteriores, sem datas, os documentos intitulam-se: «*As relações internacionais e a actividade política exterior do novo regime em Portugal*»; «*O secretário-geral do MNE e membro da direcção do PS, Campinos*»; «*Um corte transversal da situação interna portuguesa*». ADMNE, Portugal, F-217, 1974.

<sup>215</sup> Este grupo de Skopje «*participou num festival folclórico internacional na localidade de Vila Nova de Gaia, perto do Porto, no qual conquistou o primeiro lugar*». Ali, Kofiitch e Nhegomir estiveram no festival e no coquetel pela sua abertura, onde «*foram rodeados de atenções*» e, nos seus discursos, «*as entidades oficiais dirigiram-se aos representantes jugoslavos*», tendo o próprio Kofiitch discursado «*no sentido do desenvolvimento da cooperação, etc.*». Nessa digressão (21-29/Jul.), deram 7 concertos públicos e dois para a televisão, foram bem recebidos tanto pelo público como pelas personalidades oficiais locais e a sua «*actuação foi muito útil, [transformando-se] numa verdadeira acção política*». Para terminar, acrescentou: «*embora sob condições muito difíceis (longas viagens, dormindo pouco e péssima alimentação), os membros do grupo actuaram com sucesso, mostrando um elevado grau de disciplina e consciência, e com todo o seu comportamento, verdadeiramente, representaram com dignidade o país*» (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

## II.4-1 — A Descolonização de Junho a Outubro

A suspensão das negociações com o PAIGC em Argel e a Cimeira da OUA representaram, segundo Kofitch, uma viragem e um aviso para a resolução da questão colonial. Também, «no MNE (secretário de Estado, Campinos) e no corpo diplomático (embaixadores francês e belga, núncio papal) se considerava que a posição da OUA de que a questão colonial se devia resolver unicamente em pacote dificultava substancialmente a solução até naqueles casos em que se pensava que se chegaria rapidamente a resultados (Guiné-Bissau)». Nesse sentido, surgiram dúvidas acerca da «continuação das negociações com a FRELIMO (primeira metade de Julho)», ou, mesmo caso houvesse, que a algum sucesso se pudesse chegar.

O problema da descolonização definia, além disso, as posições políticas dos participantes no governo e, enquanto o Partido Socialista<sup>216</sup> declarou que abandonaria o governo caso a sua «resolução não fosse consequente», Spínola insistia «na sua concepção de manter Portugal onde se considerasse que existiam possibilidades para isso e onde os interesses fossem grandes (Angola)». Assim, os recentes nomeados governadores de Angola e de Moçambique<sup>217</sup> «apresentaram-se como titulares da continuidade — somente em condições gerais diferentes», tendo até o primeiro, no seu discurso, «apelado ao povo "para uma colaboração construtiva"». Entre os seus interlocutores (diplomatas, jornalistas e outros), havia uma forte convicção que «Spínola e a parte conservadora do regime estavam decididos a reter Angola pela forma que fosse possível». Além disso, apoiavam as divisões no movimento de libertação e potenciavam essa situação. Nesse sentido, «o acordo separado<sup>218</sup> com a UNITA (acção de Portugal) [...] podia atingir muito seriamente o processo da resolução da descolonização em Angola».

---

<sup>216</sup> A respeito da descolonização, Jorge Campinos considerava que «Spínola e a Junta Militar colocavam sérias limitações», embora o seu partido lutasse para que «perante os olhos da opinião pública internacional e, em particular, entre os parceiros nas negociações, os movimentos de libertação, não criar a impressão de que as suas intenções eram falsas». Disse ainda — após reafirmar que a participação dos socialistas no governo «dependia da concepção política para a solução da descolonização» — que era necessário tempo para uma boa solução, mas que isso era pedido pelas forças progressistas somente por causa da «obtenção da independência das colónias», enquanto as conservadoras por outros objectivos «(manter a presença de Portugal através da forma que seja possível em dado país)».

<sup>217</sup> Refere-se à tomada de posse (11/Jun.) de Silvino Silvério Marques e Soares de Melo, respectivamente.

<sup>218</sup> Assinado em 14 de Junho.

Perante estas primeiras dificuldades na resolução da questão colonial<sup>219</sup> e suas implicações políticas internas que tinham um efeito retrógrado no «*curso do processo positivo no país*» — havendo, por isso, «*avanços e recuos, passos em frente e passos para trás*» —, tinha-se a impressão que «*as forças principais do regime [...] não tinham uma ideia exacta sobre quais eram as suas prioridades e que as necessidades imediatas e correntes determinavam toda a política*».

## No II Governo Provisório

Todavia, três semanas depois (17/Jul.), seguindo as instruções recebidas de Belgrado, Kofiitich pediu uma reunião no MNE, tendo como «*tema a descolonização e um esclarecimento da mais recente posição portuguesa acerca dessa questão*». Foi recebido pelo secretário-geral, Melo Andersen, a quem apresentou a opinião e as expectativas jugoslavas e africanas<sup>220</sup> em relação «*ao processo da resolução da questão colonial e à política do governo português*».

Na sua resposta, o diplomata português referiu que acompanhavam as reacções da África, mas que seriam preciosas as avaliações jugoslavas, resultantes dos seus contactos com os países africanos, em particular, com aqueles mais directamente envolvidos na problemática da descolonização, «*tendo em conta o excepcional carácter das relações que [tinha a Jugoslávia] com os seus parceiros não-alinhados*».

Salientou, depois, que caso fosse africano, talvez, assim pensasse e tivesse essas reservas, embora a extrema complexidade do processo impunha «*ao governo uma responsabilidade histórica ("temos em vista também a má experiência belga no Congo"), pelo que não podia concordar com todas aquelas opiniões africanas que partiam de posições extremistas e, objectivamente, dificultavam a solução*».

Concordou, no entanto, que o novo regime devia continuar as negociações que «*(para a opinião pública) pararam com a suspensão em Argel e, a esse respeito, podia dar uma informação encorajadora: o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau era questão de dias. Contactos (secretos) estavam em curso, na realidade, nem nunca foram suspensos, mas foram continuados, após Argel, sem espectáculos públicos, porque ambas as partes estimaram que esta era o melhor caminho para chegar aos resultados*». Desse modo,

<sup>219</sup> Referiu: a «*recente suspensão com o PAIGC em Argel*» (15/Jun.) foi uma «*reprovação no exame mais fácil*»; e algum «*reajustamento interno dos factores principais do regime*» (não mencionou qual e quando ocorreu).

<sup>220</sup> Segundo este telex, enviado de Paris (19/Jul.), estas informações foram baseadas numa cópia dum telex da embaixada de Dar es Salam que, possivelmente, tinha recebido na sua anterior viagem à capital francesa (24/Jun.). ADMNE, Portugal, F-217, 1974.

ser-lhe-ia reconhecida «a total independência, sem condições, partindo do facto da já proclamada a independência da República da Guiné-Bissau», ficando a questão de Cabo Verde para ser resolvida pela «Guiné-Bissau como Estado independente e soberano». Igualmente, ali, o problema da «reintegração dos soldados negros (20 000)» já não tinha o aspecto com que antes era apresentado, porque «de facto a paz tinha começado — os soldados de ambas as partes confraternizavam, não queriam lutar e matar». Portanto, esse problema estava praticamente resolvido e acrescentou: «a resolução da independência só formalizará uma situação muito positiva no terreno».<sup>221</sup>

Outras consequências esperadas no processo da descolonização, caso houvesse resultados visíveis, seriam no plano externo o desenvolvimento das relações com os países da região afro-asiática e, caso contrário, Melo Andersen via «um grave perigo de isolamento do novo regime, no Outono, na Assembleia-Geral da ONU». Por isso, esperava que o ocorrido na Guiné-Bissau ia agir positivamente e que podia ser um precedente para Moçambique e Angola. Além disso, sabendo já a composição do novo governo, pois tinha regressado justamente da Presidência da República, disse ainda: «com o novo governo o processo da descolonização irá a passos mais rápidos e simples. ("Isto é, provavelmente, o mais seguro que, até agora, vimos como orientação do governo no plano externo")».

O que tinha sabido foi confirmado pelo próprio secretário de Estado do MNE, Jorge Campinos — recebeu imediatamente Kofítch após a sua reunião com Andersen — que lhe disse: «podia comunicar a Belgrado que tudo tinha acabado, [acrescentando] que o presidente Spínola pensou longamente acerca da maneira de salvar a face; [igualmente,] chegou à ideia de activar o antigo "Congresso dos Povos",<sup>222</sup> um grupo fantoche que ele criou enquanto foi governador-geral da Guiné-Bissau, através do qual, logo, seria feito o trabalho da concessão da independência».

Ademais, esta informação foi-lhe confirmada pelo embaixador canadiano,<sup>223</sup> mas nenhum dos seus interlocutores «sabia da ideia da ida de Spínola até à Guiné-Bissau».<sup>224</sup>

<sup>221</sup> Num resumo deste telex, esta informação foi enviada pelo SFNE (23/Jul.) para as 15 embaixadas jugoslavas nos países africanos subsaarianos.

<sup>222</sup> Refere-se aos «Congressos do Povo da Guiné» que, segundo a estratégia de Spínola, tentavam implantar a participação do povo guineense na administração da colónia. Esses Congressos tinham uma fase regional (nos concelhos) e uma fase cimeira (em Bissau).

<sup>223</sup> Sem qualquer outra referência (data ou documento) na sua correspondência enviada para o SFNE.

<sup>224</sup> A proposta desta viagem foi apresentada (9/Jul.) ao PAIGC através da embaixada argelina, em Conacri — segundo o seu encarregado de negócios, «os contactos portugueses-guineenses (Bissau) continuavam através de Dacar e da Argélia (embaixada em Londres)» —, e por intermédio de Senghor que tinha recebido uma carta de

Para concluir, Kofitch salientou que «os portugueses desejavam um degelo do processo da descolonização» e atenuar, pelo menos, as pressões que suportavam do estrangeiro, sobretudo de África. Daí, igualmente, o seu «interesse pela nossa posição em África, pelos nossos contactos com os países africanos e movimentos de libertação, e pelas análises a que chegamos». Se estas palavras do secretário-geral, Melo Andersen, soavam já a uma mensagem e a um encorajamento, não obstante, Campinos foi mesmo mais longe: «expressou a esperança na possibilidade da troca de opiniões durante os preparativos da Assembleia-Geral da ONU, pelo que, claramente, partiu da importância das nossas posições no seio dos Não-Alinhados. Mas, realçou ainda que também fariam tudo para permitir e facilitar o apoio que lhes for dado pelos amigos».

### **Em Agosto, do MNE a Paris**

Duas semanas depois (2/Ago.), outro telex confirmou que o novo governo português continuava a caminhar decididamente para a resolução da questão colonial, referindo que, em pouco mais de uma semana desde a sua nomeação, aprovou «toda uma série de medidas concretas que fizeram avançar, por fim, o problema da descolonização [como] a questão central da vida política interna e da actividade internacional do país».<sup>225</sup> Exemplificando, mencionou: «um decreto-lei<sup>226</sup> que completou e reformulou o Programa do MFA na parte que fala acerca da descolonização, no sentido de precisar o direito dos povos coloniais à autodeterminação que conduz à independência». Igualmente, com o discurso de Spínola, «que já se tornou histórico», o governo português tinha optado, por fim, reconhecer o direito à independência à Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. Esta foi a primeira vez, segundo Kofitch, que «esse direito foi reconhecido oficial e publicamente, [pois, até então,] acerca da independência falou-se somente implicativamente e como uma eventual consequência de formas de interpretação do princípio de autodeterminação». Por causa disso, a importância desse dis-

---

Spínola, entregue ao embaixador senegalês em Paris, pedindo-lhe que intercedesse junto da direcção do PAIGC «para não criarem dificuldades durante a sua estada», prevista para a semana seguinte, e, assim, poder «assegurar-se no lugar próprio que todas as camadas [eram] pela independência». Depois, «as negociações continuariam e Portugal reconheceria a independência da G.-B.». Porém, Aristides Pereira reagiu imediatamente, enviando telegramas a Boumediene e Senghor, nos quais, se dizia que «essa visita de Spínola [...] teria como consequência o reinício automático das hostilidades» (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

<sup>225</sup> *Ibid.*

<sup>226</sup> Datado erradamente (24/Jul.), pois a sua publicação ocorreu só «três dias depois», a data do citado «discurso do presidente Spínola». No dia citado, foi publicado sim o regime transitório de Governo para os Estados de Angola e de Moçambique, e tomou posse o novo presidente da Junta Governativa de Angola, Rosa Coutinho.



curso e dele, acrescentou, «*na realidade, começou basicamente o processo da descolonização*».

Quanto ao governo, até antes de Spínola, já tinha tomado as seguintes medidas concretas com vista à descolonização: as destituições dos governadores-gerais de Angola e de Moçambique («*nomeados apenas há um mês*»); e a constituição de juntas militares nessas colónias. Sabia-se que esses governadores eram por uma continuidade, «*naturalmente, em condições um pouco diferentes*», pois a sua nomeação ocorreu nos tempos em que «*a parte conservadora do regime (Spínola e parte da Junta de Salvação Nacional) estava decidida a manter Moçambique e, em particular, Angola*». Daí, a formação de juntas militares com instruções para serem os executores da descolonização nos lugares próprios.

Outra mudança foi a aceitação da cooperação com o Comité dos 24 da ONU por parte do governo português que, antes, recusou firmemente — «*(uma informação de fontes no MNE)*» —, representando esta posição, de resto, «*um sinal da impreparação e das manobras de Spínola na resolução da questão colonial*». Também, outros factos confirmavam a nova orientação política governamental como «*a diminuição efectiva das forças armadas no país — desde 1 de Agosto, passagem à reserva parte do quadro de oficiais (todos aqueles a quem devido à guerra nas colónias o serviço tinha sido prolongado)*». Relativamente aos partidos e movimentos políticos, a sua grande maioria deu com declarações especiais um apoio sem reservas ao governo, tendo os partidos da coligação (PCP, PS e PPD) organizado um comício maciço, no qual «*participaram cerca de 200 000 pessoas e discursaram os seus líderes*».<sup>227</sup> Manifestações de apoio foram organizadas em frente da sede do governo e da presidência da República.<sup>228</sup> Porém, segundo Kofitch, «*as correntes de esquerda, dando apoio à nova política, avisavam que, na prática da solução da descolonização, não se devia perder de vista que o grande capital não desistiu da imposição da solução neocolonialista, seguindo-se até uma certa internacionalização do processo*».

Assim, a independência da Guiné-Bissau seria proclamada, nos dias mais próximos, de acordo com certas informações (director do jornal «*República*» e embaixador inglês), sendo aproveitado para isso a visita de Waldheim, nesse dia (2/Ago.), a Lisboa. Depois, Portugal conduziria, na Assembleia-Geral da ONU, a acção para a entrada da Guiné-Bissau.

Em relação à Angola e Moçambique, «*trabalhava-se no ajustamento de datas para as negociações (J.Campinos, secretário de Estado no MNE)*», estando iminente o cessar-fogo

<sup>227</sup> Refere-se ao comício, em Lisboa, no Estádio 1.º de Maio (25/Jul.).

<sup>228</sup> Referência às manifestações do dia 29 Julho.

em Moçambique,<sup>229</sup> que era um passo indispensável para o começo das negociações. Todavia, tinham dificuldades, sobretudo em Angola, devido à quantidade de factores que era necessário discutir e, acerca dos resultados da cimeira de Bukavu,<sup>230</sup> não tinham, até esse momento, uma posição definitiva quanto às suas decisões.

Para concluir este telex, segundo as suas informações (Campinos, embaixador inglês e da imprensa), Kofiitch sublinhou que a reviravolta na descolonização ocorreu a seguir à exigência expressa do MFA. Sabendo que existia uma forte resistência à resolução da questão colonial, por isso, «*entrou no governo e [se fez representar] em tão grande número*». Citou, a seguir, um recente telegrama de Bissau, em que o comando militar transmitiu a Spínola que, no «*caso do governo não querer*», ia proclamar a independência da Guiné-Bissau e retirar as forças armadas para o país, «*o que assustou os conservadores, sobretudo pelo [mau] precedente para Angola e Moçambique*». Estimava-se que tal telegrama fez «*parte integrante da acção sincronizada a partir do país*». Assim sendo, era evidente que esta nova orientação representava «*uma viragem histórica que realizou o novo regime*», a qual terá — ademais de uma melhoria da posição internacional e do fim definitivo do seu isolamento — um forte efeito positivo na democratização da política interna e da vida económica de Portugal. Pensava que, «*além duma série de factores, igualmente o facto [da aproximação] da Assembleia-Geral da ONU apressou a solução*».

Apesar do que tinha ocorrido em relação à descolonização e da visita do secretário-geral da ONU, inesperadamente, dias depois (9/Ago.), numa conversa telefónica de Lisboa com o SFNE, Kofiitch informou de que a questão das colónias portuguesas se voltou a agravar e «*as negociações com os representantes da Guiné-Bissau, Moçambique e Angola entraram numa fase muito difícil (sobretudo [...] com a Guiné-Bissau)*», estimando-se que essa «*evolução da situação se [podia] reflectir não só no processo de descolonização, mas também na situação interna portuguesa*». Sem se referir às causas desse agravamento,<sup>231</sup> comunicou ain-

<sup>229</sup> Notícia do dia 27 (sábado), tendo entrado em vigor dois dias depois.

<sup>230</sup> Realizou-se nesta cidade zairese (27-28/Jul.) e contou com a presença dos presidentes do Congo, Tanzânia, Zâmbia e Zaire e representantes do dividido MPLA (Agostinho Neto, Chipenda e Gentil Viana) e da FNLA. Segundo uma longa conversação entre Agostinho Neto e diplomatas jugoslavos, em Dar es Salam, dias após Bukavu (3/Ago.), «*esta reunião [...] não conduziu a qualquer resultado positivo quanto à unificação dos movimentos angolanos [...como] não foi assinado nenhum documento "conjunto", embora a imprensa publicou isso. Todos aceitaram que, em breve, se realize o Congresso do MPLA e assim se resolva a questão das relações internas e, na prática, se decida por fim a posição do Dr. Neto*» (ADMNE, Angola, F-225, 1974).

<sup>231</sup> No dia 7, em Luanda, houve «*incidentes violentos*» (16 mortos e 60 feridos) e as notícias de Angola ocuparam, nesses dias, as atenções dos meios da comunicação social portuguesa. Nesta «*Nota da conversa telefónica com o encarregado de negócios da RSFJ em Lisboa [...]*» do SFNE, menciona-se outro telefonema (7/Ago.). ADMNE, Portugal, F-217, 1974.

da que a resposta de Mário Soares à proposta (jugoslava) de se encontrar com M. Minitch, na próxima sessão da AG da ONU — como disse-lhe o chefe do seu Gabinete, Cunha Rego — só a podia obter após o seu regresso de Argel (11/Ago.), «*onde estava em negociações com representantes do PAIGC*».<sup>232</sup>

Nesse mesmo dia (9/Ago.), a seguir ao seu telefonema,<sup>233</sup> no Palácio das Necessidades, foi recebido pelo secretário-geral, Melo Andersen, a quem transmitiu «*as opiniões do governo jugoslavo sobre a questão colonial nas condições [então] presentes*» e apresentou-lhe um pedido para ser recebido pelo primeiro-ministro, o que foi entregue «*imediatamente, através do protocolo do MNE, [...] para que o coronel Gonçalves o recebesse*», o que ocorreu poucos dias depois.

Não obstante a decisão de levarem a descolonização até ao fim, o diplomata português sublinhou que «*não era suficiente só declarações (pensava na declaração presidencial de 27 de Julho), ou comunicados (das conversações com Waldheim)*». Desejavam sim que «*o reconhecimento da independência fosse acompanhado da transferência de poderes*», mas como as dificuldades eram muitas «*o mais fácil teria sido uma solução egoísta: declaração acerca da descolonização-reconhecimento da independência-retirada. Mas, isso [era] impossível*». Por isso, a seguir a essa transferência, a presença portuguesa seria necessária, tendo em vista «*o apoio ao desenvolvimento dos novos estados, em particular, no sector da administração pública, saúde e outros*», ficando também sujeitos a encargos financeiros. Acrescentou: «*a delegação do PAIGC já pediu que não retiremos alguns serviços. Aceitámos, porque isso faz parte das nossas obrigações*».

Após esta referência ao PAIGC, a única que fez, Melo Andersen informou o seu interlocutor em relação à situação em Moçambique e Angola. Enquanto, a primeira «*se mostrava relativamente complexa, mas não irresolúvel*», na segunda havia «*sérias dificuldades*».

---

<sup>232</sup> Embora a citada viagem a Argel não foi noticiada, todavia, Kofitch pôde ter lido, no *Diário de Lisboa* (8/Ago.), uma notícia intitulada «*Almeida Santos e Mário Soares tratam (em Paris?) da descolonização*», em cujas primeiras linhas se informava: «*Rodeada de grande sigilo, a viagem-surpresa de Mário Soares e de Almeida Santos que ontem à noite deixaram a Portela com destino desconhecido, deixa supor que os dois ministros terão, por estes dias, contactos decisivos para a concretização de algumas medidas relativas à descolonização. [...] O "terminus" da viagem permanece desconhecido, sabendo-se, no entanto que os dois ministros e o membro do Conselho de Estado que os acompanha, o major Manuel Monge, desceram em Paris*».

<sup>233</sup> Apesar de não haver qualquer indicação acerca da data da reunião com Cunha Rego, é de pressupor que Melo Andersen recebeu Kofitch após o citado telefonema, pois nele não houve uma única referência a respeito da longa conversação entre ambos nesse dia. Porém, também aqui, não houve qualquer menção à viagem de Mário Soares nem a nenhuma fase difícil nas negociações com o PAIGC, não obstante este telex (cifrado) ser posterior (19/Ago.) por ter sido enviado através da embaixada em Paris (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

Assim, tinham «*contactos constantes com a direcção da FRELIMO*» e iam continuar as negociações iniciadas, no começo de Junho, em Lusaca. Em seguida, segundo as notas abreviadas de Kofiitch, disse o seguinte: «*A ideia era: governo com participação da FRELIMO; a nossa orientação está na FRELIMO; igualmente, o comunicado das conversações com Waldheim menciona somente a FRELIMO, de todas as correntes que lá actuam. Desejamos facilitar à FRELIMO a actividade política no povo; a guerra em Moç.[ambique] praticamente acabou; a FRELIMO efectua comícios — incluindo em Lourenço Marques*».

Em Angola, «*as forças da extrema-direita (brancos)*» agravaram as relações de diferentes maneiras e, «*em Luanda, o sangue também foi derramado*».<sup>234</sup> Tudo isso muito dificultava a situação e todos «*os esforços eram dirigidos para impedir que se repetisse o panorama do Congo dos tempos da sua descolonização*». Embora, os movimentos de libertação tivessem «*grandes problemas tanto nas relações entre si bem como no seio de cada um deles*», os quais até impediam o começo dos «*primeiros contactos que poderiam conduzir a uma sólida solução*», a decisão pelas conversações e a descolonização de Angola não era nada inferior àquela que havia em relação à Guiné-Bissau ou Moçambique.

Salientou, a seguir, que davam «*uma grande atenção à necessidade de salvaguardar a integridade dos futuros estados, [sendo] isso importante, sobretudo, no caso de Moçambique, mas igualmente no de Angola (Cabinda)*». Acrescentou que se devia impedir a fragmentação, pois «*a RAS desde sempre desejou apoderar-se de qualquer maneira de Lourenço Marques*», ao passo que a Rodésia gostaria de assegurar uma saída para o mar (Beira) e o Malávi tinha pretensões à parte norte moçambicano. Por causa disso, também queriam apresentar-se publicamente com o princípio da preservação da integridade territorial dos Estados, ou seja, das suas actuais fronteiras (comunicado das conversações com Waldheim). «*Isso era importante para a paz [e] Waldheim ficou muito satisfeito*». Prometeu, ainda, o apoio da ONU e acordaram, em princípio, o envio *in loco* de uma sua comissão.

No fim, Melo Andersen acentuou que «*eles não desejavam assegurar uma presença neocolonialista, sob qualquer forma que fosse, em África, [pois eram] fracos para isso e estavam cada vez mais virados para os seus problemas internos*». Depois, pediu paciência para esses esforços sinceros pela descolonização, em particular, quando se tratava do ritmo da sua solução. Segundo Kofiitch, ele realçou até mais abertamente do que o primeiro-ministro o facto de que, em Portugal, «*nem todos são pela declaração do presidente da República, nem*

---

<sup>234</sup> Vd. nota de rodapé n.º 231.

*pela descolonização*». Essas forças existiam no seio do próprio regime e faziam esforços para impedir o processo de descolonização e criavam possibilidades para a ingerência do factor estrangeiro e de outros elementos que possibilitariam a penetração do neocolonialismo. Sem embargo, não deixava de ser certo que, em Portugal, as forças progressistas ultrapassavam em muito todas as outras e desejavam realmente a descolonização. Além disso, «*o mais importante era quem isso queria, ou seja, o exército, o MFA*».

Assim, concluiu: «*o apelo do secretário-geral à paciência foi certamente feito em função dos nossos contactos com os movimentos de libertação e os países não-alinhados e pensando na AG da ONU, onde prevêem uma confrontação com os países africanos, asiáticos e o mundo não-alinhado, os quais estão insatisfeitos com razão com os adiamentos no processo da descolonização*». Mencionou, para terminar, que o seu interlocutor «*era muito cooperante e sempre disposto para uma troca de opiniões*».

### **Conversação com o Primeiro-Ministro**

Cinco dias após o seu pedido, «*na quarta-feira, 14 de Agosto*», foi recebido por Vasco Gonçalves a quem expôs «*as linhas fundamentais da visão do governo jugoslavo em relação ao processo de descolonização e exprimiu a sua simpatia pela decisão*» portuguesa de apressar a resolução da questão colonial (declaração de Spínola de 27 de Julho e o comunicado das conversações com Waldheim).<sup>235</sup> Sublinhou que, nessa altura, seriam necessários passos decisivos e eficazes por parte do governo português para que, na prática, se realizassem as suas declarações dos últimos tempos, «*em que o factor tempo era de grande importância [devido à próxima] AG da ONU*». Referiu que nos «*contactos com os movimentos de libertação viam que a sua expectativa era muito precisa: total independência*». Em seguida, acrescentou que a política do novo governo português provocou um aumento da confiança visto que o novo regime abordou sinceramente a descolonização. «*Apoiamos aqui e apoiamos tal política do governo português e a confiança na sinceridade dessa orientação era um dos elementos dos nossos preparativos para a AG da ONU*», contando essa linha, ademais, com o apoio dos meios da comunicação social jugoslavos.

Na sua resposta, o primeiro-ministro português começou por afirmar que o esforço pela descolonização era realmente sincero e embora o processo tivesse os seus ziguezagues, todavia, não eram resultado de reservas pela parte portuguesa, mas sim pela própria descolonização que era «*um problema extremamente complexo, que exigia paciência [...] e necessi-*

---

<sup>235</sup> Porém, sem qualquer menção ao pedido do reconhecimento da República da Guiné-Bissau entregue por Portugal no Conselho de Segurança da ONU (12/Ago.) e outras notícias publicadas na imprensa portuguesa nos dois dias seguintes.

*tava de uma atenção abrangente». Igualmente, o objectivo de «não passar através de fases indesejáveis ("por experiência, sabemos que, no passado, a descolonização soube, em alguns casos, tomar formas sangrentas")» obrigava a ter em conta que as condições, em que essa descolonização se efectuava, eram «objectivamente difíceis, em particular em Angola e, de algum modo, também em Moçambique». Portanto, no primeiro caso: «relativo grande número de população europeia a quem já no começo da solução é necessário assegurar condições para uma vida normal e trabalho; grande riqueza, envolvimento de capitais estrangeiros e, nessa base, possibilidade da internacionalização do problema; interesses muito claros dos vizinhos pela futura solução, sobretudo o Zaire, e os efeitos do factor externo através dos vizinhos; a ambiguidade dos parceiros por parte dos movimentos de libertação ("não sabemos com quem nos sentar à mesa das negociações"); etc.». Quanto a Moçambique, ainda que as dificuldades fossem semelhantes, apesar de não serem tão pronunciadas e certamente mais fácil de resolver, acrescentou: «aqui, devemos ter uma atenção especial para que a solução se reflecta nas futuras relações com os vizinhos, em particular, com a RAS», mas também devia-se criar condições para uma máxima segurança nas fronteiras do futuro Moçambique.*

Citando, em seguida, a Guiné-Bissau, informou de que «seria muito mais simples: até à solução definitiva restam, na realidade, algumas formalidades». Sendo esta a única menção que Kořitch anotou do que lhe disse o seu interlocutor acerca dum assunto tão importante e noticiado, não se encontrou na documentação (relativa a esses dias ou posteriores) uma explicação para este facto.<sup>236</sup>

Depois, Vasco Gonçalves terá voltado a falar de Moçambique e referiu-se aos contactos em curso com os representantes da FRELIMO que «nós consideramos como a força principal em redor da qual se deverá desenrolar todo o processo de transferência de poderes. [...] Mas, quero sublinhar que a direcção da FRELIMO não mostra sempre suficiente sentido de cooperação — ora, a solução é só possível com esse espírito». E continuou que não se devia jogar no «"tudo ou nada" e de aparecer com reivindicações e programas maximalistas. Isso não era bom nem para eles, nem para nós» e não o era para o próprio processo, porque tal situação era aproveitada pela «reacção, tanto pela externa (acções através da RAS, Rodésia, Malávi, recrutamento de mercenários e outras pressões) como interna ("nem todos eram [ali] por um tal processo de descolonização")». Disse ainda: «daquela maneira não podiam conseguir uma solução rápida e sólida» e que a FRELIMO deveria mostrar «um maior sentido

---

<sup>236</sup> Recorde-se ainda que este texto só foi enviado cinco dias depois através do telex da embaixada jugoslava em Paris.

*de cooperação*». Mencionou a sua recente operação contra uma unidade militar portuguesa<sup>237</sup> mais «*algumas declarações*» de Samora Machel que, além de inesperadas, impediam as tentativas em curso.

Invocando os contactos da Jugoslávia com os movimentos de libertação, pediu para que fosse transmitido o que dissera à direcção da FRELIMO, pois estava seguro que isso seria útil. Segundo Koíitch, limitou-se a dizer-lhe que iria comunicar a Belgrado, «*não querendo criar a impressão de qualquer disposição de transmitir [...] as suas críticas*».

No final da reunião, dado que o diplomata jugoslavo fez a sua exposição «*com a ajuda de notas*», Vasco Gonçalves pediu-lhas «*porque queria dá-las a conhecer ao PR [Presidente da República]*». Nesse mesmo dia, entregou-lhas «*após as ter dactilografado*».

Avaliou, logo a seguir, que esta conversação foi vantajosa, pois tendo em conta a posição jugoslava junto dos movimentos de libertação e os países africanos e não-alinhados, «*era indispensável transmitir, naquele momento, aos portugueses a nossa opinião acerca da questão da descolonização*». Acrescentou que o passo foi dado na direcção certa porque «*o coronel Gonçalves estava à frente da corrente que procurava uma resolução rápida da questão colonial*», tendo sido ele que, no processo da resolução da crise governamental, em meados de Junho, «*colocou como condição para um empenhamento mais forte do MFA o cumprimento do seu Programa nas duas questões fundamentais: descolonização e democratização da vida interna*».

Contudo, não deixou de salientar que, não obstante a complexidade do problema, «*mesmo esta parte tão progressista do regime*» estava afectada por algumas opiniões que, quando se tratava de soluções práticas, «*não podia satisfazer as necessidades dos movimentos de libertação: em Moçambique, o reconhecimento da FRELIMO como factor fundamental, mas não exclusivo na resolução da descolonização; uma "espera" que, em Angola, os movimentos "cheguem a acordo" para que se saiba com quem negociar; acentuada "atenção" pelos vizinhos de Moçambique ("tendo em vista que com a RAS temos boas relações"), etc.*».

Para terminar e «*apesar de tudo, achava que o governo português iria actuar cada vez mais depressa e que evoluirá na direcção das reivindicações dos movimentos, caso nele, por um lado, aumente a pressão da comunidade internacional (pelo que a AG da ONU jogará seguramente um papel capital) e, por outro lado, caso se deparar com quedas no processo da descolonização que atinjam muito duramente os esforços pela democratização da vida interna e representem um elemento de medição de forças no país*».

---

<sup>237</sup> O aprisionamento da guarnição do aquartelamento de Omar, situado junto à fronteira com a Tanzânia, ocorreu no dia 1 de Agosto.

Além destes dois documentos e de outros que enviou para Belgrado — nesta e na sua anterior estadia em Paris<sup>238</sup> desde a sua chegada a Lisboa — mereceram a aprovação do SFNE, mas também provocou um pedido de uma «*análise completa sobre esta problemática*» da descolonização. Pedido esse a que respondeu (21/Ago.) que lhe era impossível fazer tal análise, «*agora onde estamos, [porque] a evolução desta questão era muito rápida, eram necessários novos contactos e conversações com vista à obtenção de informações acerca das posições e resultados mais recentes*»<sup>239</sup> de Portugal. No caso de não poder ser adiada, propôs que fosse feita «*em base do material enviado*»<sup>240</sup> nesses dias (19 e 20/Ago.) com outros dados anteriores.

A respeito da plataforma de Portugal para a AG da ONU, pensava que, em todo o caso, «*era impossível então dar outros elementos mais seguros*» porque nem o próprio MNE ainda nada tinha feito de definitivo, porque faltavam também uma série de acções e passos decisivos no plano da descolonização, «*o que bloqueava obrigatoriamente a elaboração de uma posição*» por parte da diplomacia portuguesa. Acrescentou: «*restava, portanto, que esta questão fosse seguida de perto [e] informaria acerca de tudo, logo que chegasse*» a Lisboa. Todavia, no SFNE, segundo Kofitch, «*também deveriam ter em vista algumas dificuldades objectivas*» que o acompanhavam e citou a sua «*actual posição*,<sup>241</sup> *os assuntos que nessas condições devia tratar, etc.*». Ora, tudo isso «*impedia substancialmente as [suas] possibilidades*».

### **Correio em Paris para Lisboa**

Entre os telexes do SFNE, enviados para Kofitch, um deles<sup>242</sup> era um relato das «*informações (dépeches) mais interessantes acerca da situação dos movimentos de libertação*

<sup>238</sup> Pela data deste e de outros telexes, esteve nos dias 19 a 22 de Agosto na capital francesa. A sua segunda estadia tinha ocorrido um mês antes.

<sup>239</sup> ADMNE, Portugal, F-217, 1974.

<sup>240</sup> Referência aos telexes relativos às suas conversações com Melo Andersen e Vasco Gonçalves.

<sup>241</sup> Sem especificar, essa situação e assuntos estavam ligados, possivelmente, aos atrasos e adiamentos por parte do SFNE em relação a si próprio (salários, subsídios, etc.), às instalações para a embaixada (arrendamento, etc.) e à chegada de outros funcionários.

<sup>242</sup> Datado de 15 de Agosto, informou-o ainda do envio por correio diplomático de cópias dos citados documentos, embora sem os especificar. Todavia, pode-se pressupor que essas cópias eram de telexes das embaixadas em Lusaca, Dar es Salam e Brazaville, cujos originais se encontram no ADMNE (Angola e Moçambique, F-225, 1974).



*de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, das negociações de Portugal com estes movimentos [...] e as suas reacções a seu respeito». Quanto aos «momentos mais importantes» para sua informação, estes eram vários e repartiam-se por duas partes distintas.*

Numa primeira parte, a situação nos movimentos de libertação de Moçambique e, em particular, da Guiné-Bissau, era descrita como bastante mais favorável do que em Angola. *«Evidentemente que a crise e a situação muito difícil no movimento de libertação de Angola eram consequências da desunião e, sobretudo, pela cisão cada vez mais profunda e a criação de fracções no interior da direcção do MPLA, das influências e ingerências de certos factores externos e etc.»*. Daí, o enfraquecimento, nos últimos tempos, da luta armada e das dificuldades para reforçar as suas posições nas negociações com Portugal.

Após o insucesso dos esforços para a superação das diferenças e o antagonismo entre os dois principais movimentos de libertação de Angola (MPLA e a FNLA) *«apesar de muitas tentativas e esforços, em primeiro lugar, dos países africanos vizinhos (Tanzânia,<sup>243</sup> Zâmbia, Zaire e RP do Congo), do Comité de Libertação da OUA e da recente cimeira da OUA em Mogadixo. A causa da sua cisão deve-se procurar na sua falta de unidade ideológico-política e a rivalidade pessoal das direcções na luta pelo prestígio e poder»*.

No caso do MPLA, havia ainda *«o tribalismo [que representava] a essência da cisão nos centros directivos dos dois grupos dissidentes (Chipenda, membro muito influente da tribo mais numerosa e o Dr. Pinto<sup>244</sup> de Andrade, líder da fracção do MPLA em Brazaville e outros)»*.

Acerca dos mencionados *«quatro dos países vizinhos»* de Angola, estes *«faziam esforços cada vez maiores para impor o seu patronato»* sobre o MPLA e a FNLA (a UNITA<sup>245</sup> não foi citada), ou seja, para criarem *«um determinado controlo sobre a futura evolução da situação»* angolana e cada um deles já tinha a sua fracção nesses movimentos de libertação. Igualmente, já existiam *«maiores ou menores reservas destes países em relação a Neto, como também [se esforçavam] para o eliminar da direcção da direcção do MPLA, o que se manifestou e atingiu o máximo nas pressões sobre ele, particularmente, no recente encontro em Bukavu e nos preparativos do Congresso do MPLA que começou, em 12 de Agosto, em Lusaca»*. Acrescentando que, em Bukavu, *«de facto, Neto retirou a sua demissão, o que*

<sup>243</sup> Uma «vizinhança» que, talvez, não era geográfica, mas política para o diplomata jugoslavo.

<sup>244</sup> Aqui como «Pinot». Um erro que se repetiu em muitos outros documentos.

<sup>245</sup> O apoio zambiano à UNITA (e à fracção de Chipenda no MPLA) já fora referido, em 1973, na documentação diplomática jugoslava. A respeito do seu reconhecimento como movimento de libertação pela OUA, este foi-lhe concedido só dias antes da Cimeira do Alvor.

*aponta para a sua hesitação inicial e, depois, [seguiu-se] a decisão de ir ao congresso e ali, aproveitando a sua posição actual, conseguir o lugar mais importante na direcção do MPLA». Dado que se aguardava o desfecho do Congresso, previa-se para «no caso de não obter nem um compromisso satisfatório, apresentar a demissão e continuar a actividade numa nova organização no território de Angola».*

Realçando as ligações estreitas (ajuda material e apoio político) com o movimento e ele pessoalmente no MPLA, o SFNE informou Kofítch de que *«Neto nos afirmou que os portugueses (Soares) têm a maior confiança nele e consideram-no como o parceiro mais favorável nas futuras negociações. Existem indícios que, em breve, após o congresso do MPLA, poder-se-ia chegar a um encontro entre Neto e Soares».*

Outro facto a assinalar, em seguida a Bukavu, foi que se chegou *«a uma aproximação do Zaire e Brazavile»*,<sup>246</sup> apontando para isso também *«a sua posição comum relativamente ao MPLA (que foi divergente até então) de especial importância porque é conhecido que ambos países têm pretensões a Cabinda (rica em petróleo)».*

Numa segunda parte, recomenda-se: *«nas tuas conversações com os portugueses, era necessário dar-lhes a conhecer que, para os seus interesses, igualmente seria melhor que entrassem quanto antes em negociações com os movimentos de libertação interessados (seguramente, é melhor ter negociações directas do que através de intermediários)»; «salienta-lhes a grande expectativa dos países africanos e outros se o governo português for para uma rápida realização das promessas dadas no plano da descolonização»,* mas tinham em vista *«as reservas que, sobretudo, os países africanos exprimiram na última Cimeira da OUA, pelo que os seguintes passos positivos do governo português podiam contribuir, além disso, para melhorar as suas posições junto desses países».*

Como recomendação final, caso, durante essas conversações, *«se falasse acerca do papel dos quatro países africanos vizinhos, devia-se ter em conta, além disso, que por nada se crie a impressão entre os portugueses que nós criticamos o comportamento desses países»* em relação ao MPLA.

No citado correio diplomático que foi entregue, em Paris (19/Ago.), a Kofítch encontrava-se, possivelmente, entre as cópias dos documentos nomeados no anterior telex, uma informação da embaixada em Lusaca (8/Ago.) acerca de uma reunião de Agostinho Neto com

---

<sup>246</sup> Segundo as informações das embaixadas jugoslavas nos quatro países (Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia) — organizadores da Cimeira, em Brazavile (3/Set.) —, foi uma curta *«aproximação»* que durou durante o mês de Agosto.

o embaixador jugoslavo Vukolitch e Dimitríe Babitch<sup>247</sup> da Comissão Internacional da ASPTJ.

Segundo o presidente do MPLA, três dias antes, tinha-se encontrado «*com Melo Antunes, vice-presidente do governo português e um dos membros do grupo de capitães, que chegou incógnito a Dar es Salam por causa das conversações acerca da independência de Angola*». Disse-lhe que «*o governo de Gonçalves est[ava] pronto a dar imediatamente a independência à Angola e sobre isso a negociar com MPLA*», deixando a impressão de que «*as negociações continuarão com ele (Dr. Neto) e mesmo no caso do grupo de Neto se separar do actual MPLA. Concordaram em se reunir de novo, após o congresso do MPLA, em algures na Europa*».

Por isso, recomendava-se que «*seria bastante vantajoso que os nossos em Lisboa conversem com o anfitrião sobre a sua maneira de ver o problema de Angola e se informem acerca das suas posições em relação ao MPLA, Dr. Neto e a eventuais negociações*». Para terminar, uma advertência: «*Não se deverá mencionar, seja por que motivo for, o que sabemos do encontro de Neto e Antunes, porque o Dr. Neto sublinhou que a informação só a nós a deu e pediu um estrito sigilo*».

### **Em Setembro**

Dias antes do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau (10 Set.), a RTP apresentou a Koíitch o pedido<sup>248</sup> para uma declaração do Presidente Tito acerca deste «*passo importante do novo regime português*» que, iria ter — segundo a justificação apresentada pelo SFNE junto da Presidência da República — «*grande publicidade na opinião pública portuguesa*». Além da sua importância política, essa declaração seria a primeira na televisão portuguesa e «*ao mesmo tempo, era uma oportunidade [...] de agir em direcção da urgente e total descolonização tanto de Moçambique como de Angola*».

Noutro telex que enviou para Belgrado,<sup>249</sup> referiu que a declaração de Tito foi transmitida durante o telejornal, «*logo a seguir à apresentação da cerimónia, num lugar destacado, à*

<sup>247</sup> Encontrava-se, em Lusaca, como convidado do Congresso do MPLA.

<sup>248</sup> Este pedido foi apresentado a outros oito chefes de Estado, tendo a RTP solicitado que essa declaração tivesse «*um a dois minutos*» e fosse filmada pela televisão jugoslava (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

<sup>249</sup> Enviado do seu hotel e recebido no SFNE na noite desse dia 10.

*parte das respostas de alguns outros estadistas porque com ela saiu um comentário muito sério e rico*»<sup>250</sup> de sua autoria e do redactor-chefe com a duração total de seis minutos.

Dias depois (14/Set.), foi recebido por Vasco Gonçalves que, após o ter felicitado pela promoção a general e mencionado a anterior conversação entre eles, em Agosto, salientou «*os mais recentes esforços do governo português orientados para a descolonização*», a recente declaração de Tito (acima citada) e saudou «*o Acordo de Lusaca*»<sup>251</sup> como um importante elemento positivo na resolução da questão colonial». Expressou, em seguida, a convicção de que a questão de Angola seria tratada com o mesmo espírito, concluindo que esse «*desenvolvimento positivo [abriu] perspectivas para uma frutuosa cooperação em diversos sectores das relações entre os nossos dois países*».

Afirmando que o governo e o MFA estavam decididos «*não só à definitiva solução da questão colonial, mas também à aceleração deste processo*», Vasco Gonçalves acrescentou que estavam «*conscientes do grande peso que tinham sobre as costas*» e da sua importância na «*questão da democratização da vida interna [e nas] relações externas*». Assim sendo, era muito útil que estivessem «*a par das atitudes e da visão acerca da descolonização e, isso por parte de países como a Jugoslávia, tendo em conta a [sua] posição entre os não-alinhados e na comunidade internacional em geral*». Segundo Koíitch, ele achou ainda conseqüente a posição da Jugoslávia a respeito da «*[...] questão da descolonização. (Sobre o conteúdo da nossa conversação de 14 de Agosto informou o presid. Spínola.) Daí, a declaração do presid. Tito foi para eles um critério e apoio especiais*».

Quanto à Angola, era um caso muito complexo e, estando o MPLA dividido, era necessário ver qual seria a sua próxima evolução. Só então, disse: «*decidiremos acerca de medidas concretas. Estejam seguros que a solução em Angola não será adiada. A nossa intenção de resolvermos o problema de Angola é sincera*». Um comentário: «*Foi característico que G.[onçalves] não referiu, falando de Angola, a FNLA nem a UNITA*».

Por fim, concordou que «*o reforço das relações e da cooperação de Portugal com o estrangeiro*» dependia da solução da questão colonial.

---

<sup>250</sup> Nele, a declaração foi colocada «*num amplo contexto: a luta dos Não-Alinhados pela descolonização (documentos das cimeiras, actividades na ONU e outros — tudo sumariamente); depois num restrito: importância da luta da Jugoslávia pela libertação da escravidão colonial, relações com os movimentos de libertação e, então, o papel do presidente da República em tudo isso, a sua visão de estadista acerca das relações internacionais, etc.*». Concluindo, referiu ainda que «*durante todo o tempo foram projectadas fotografias*» de Tito e acrescentou que pensava «*que a tudo foi dado um nível adequado, que a diligência resultou totalmente e que a declaração foi recebida com compreensão e aprovação*».

<sup>251</sup> Este acordo com a FRELIMO (7/Set.) estipulou: um cessar-fogo; a formação de um governo provisório; a data da independência (25/Jun./75).

Esta reunião, possivelmente breve pelo seu texto e os assuntos discutidos, mereceu do diplomata jugoslavo as seguintes conclusões: *«tem-se a impressão que o MFA necessita de pressões externas – construtivas, amigas e equilibradas, que não sejam um fim por si próprias, mas que cheguem com compreensão pelas suas dificuldades que são, na realidade, dificuldades das relações das forças progressistas com a parte conservadora do regime. Por isso, ao MFA podem servir eficazmente, entre os restantes argumentos, na realização das proposições do programa do 25 de Abril».*

Numa referência final, relatou que a notícia desta recepção foi muito divulgada, assim como alguns jornais publicaram um amplo comentário sobre as relações jugoslavo-portuguesas. Outras conclusões: *«G.[onçalves] foi bastante directo e cordial. Penso que o passo dado teve um sucesso absoluto».*<sup>252</sup>

Nesse mesmo sábado (14/Set.), na Ilha do Sal, em Cabo Verde, Spínola encontrou-se com Mobutu,<sup>253</sup> mas não houve nenhuma menção ou comentário a seu respeito por parte de Kofiitch no seu telex, enviado só dias depois (19/Set.) de Paris para Belgrado, acerca desta conversação com Vasco Gonçalves. Ao saber desse encontro nesse ou nos dias seguintes por meio dos órgãos da Comunicação Social, pode-se perguntar qual foi a razão para o não mencionar. Também, essa pergunta podia ter sido feita pelo próprio Kofiitch quanto ao que lhe disse o seu interlocutor acerca de Angola e da descolonização, pois caso essa razão não fosse o desconhecimento desse encontro, nada justificava que não lhe tivesse sido referido. Porém, se assim fosse, o diplomata jugoslavo até podia concluir que o presidente da República não informava o primeiro-ministro dos seus encontros internacionais.

#### **II.4-2 — As Relações Internacionais e a Política Externa**

Desde o início, ao salientar que *«o novo regime respeitava as obrigações de Portugal nas organizações internacionais [...] que do antigo assumiu»*, os seus representantes oficiais procuravam desta forma tranquilizar os círculos estado-unidenses e da OTAN. Como exemplos, Kofiitch citou: o discurso de Mário Soares em Otava (18/Jun.), *«expressão de fidelidade à OTAN para não se chocar Washington, nem afastar a Europa Ocidental que deu apoio às mudanças»*; a posição dos comunistas no governo também ia nesse sentido — *« ( Cunhal:*

---

<sup>252</sup> ADMNE, Portugal, F-217, 1974.

<sup>253</sup> Segundo um documento da embaixada jugoslava em Conacri, *«eles elaboraram supostamente um plano de divisão das esferas de interesse e posições em Angola, Moçambique e a desorganização dos movimentos de libertação e a criação de novas estruturas políticas em Angola»* como também desorganizar *«a direcção do PAIGC e da Guiné-Bissau e, nela, se coloque um grupo fantoche.»* *Vd. cap. II.5-3*

*neste momento não pensamos colocar a questão da saída da OTAN) » e, em relação à «presença americana na base das Lajes nos Açores», esta deveria ser resolvida «no contexto mais alargado da resolução do problema da segurança europeia e da paz mundial».*

A respeito da Europa, após mencionar os importantes esforços para reforçar as relações com todos os seus países por parte do governo português,<sup>254</sup> a apresentação dos seus principais aspectos e objectivos políticos foram repartidos pelo diplomata jugoslavo por três grupos de países: os «*da Europa Ocidental*»; os «*socialistas da Europa Oriental*»; e a Jugoslávia.

Os primeiros aceitaram as mudanças em Portugal, estimando que se tinham criado condições para a sua ampla integração «*na família dos países europeus — sem os complexos que [resultavam] do regime fascista*». Nesse sentido, havia «*uma certa corrida dos representantes dos países europeus ocidentais e de diversas instituições integradoras ou estruturas políticas (a social-democracia da Grã-Bretanha, RFA e da Itália, a CEE, OCDE e outras)*», tendo em vista, sobretudo, «*obter um seguro conhecimento do verdadeiro estado das coisas*».

Assim, num mês, diversas delegações visitaram Portugal e tiveram amplos contactos e conversações.<sup>255</sup> Uma situação que permitiu «*a Portugal tirar uns certos benefícios*» e fortalecer as suas relações com a CEE não só com o fim de obter certas vantagens políticas — muito úteis no caso de alguma radicalização direitista ou pressões de factores externos — bem como pelos efeitos económicos (obtenção de apoios financeiros).<sup>256</sup>

Outra informação dizia que «*para os portugueses, era desconhecida a avaliação americana [acerca] do seu mais recente desenvolvimento*» e como tinham interesse em que os EUA aceitassem as mudanças, este «*foi o motivo principal para o encontro Spínola-Nixon que chegou pela insistência da parte portuguesa*». Todavia, ainda informou de que sobre esse encontro (18/Jun.), segundo Jorge Campinos, «*não se sabia nada*», tendo sido pensado e rea-

---

<sup>254</sup> Nesses primeiros meses pós-25Abril, o termo «*novo regime*» é muito mais usado na correspondência diplomática jugoslava.

<sup>255</sup> Entre elas, citou as seguintes: «*CEE; Conselho da Europa; OCDE; um grupo de representantes dos partidos democráticos italianos; ministro holandês dos N. Estrangeiros (à frente dos "nove")*; dois deputados do parlamento de Bona (CDU/CSU); o secretário de Estado do MNE da RFA, Visenjevski; e as próximas visitas de Mitterrand, Moro e Callaghan».

<sup>256</sup> Por exemplo, facilitar uma mudança nas relações com o MCE, referindo que, então, o acordo comercial em vigor tinha aumentado as exportações portuguesas para os seus países membros (28% em 1972 para 34% em 1973). Tendo em conta que, «*no total das exportações portuguesas, 67% iam para a Europa Ocidental, dos quais 55% para o MCE, a manutenção deste nível de exportações representava um importante interesse tanto económico como político do novo regime*». Por isso, procurava «*aproveitar esse apoio que a Europa Ocidental dava às mudanças em Portugal*».

lizado pelo próprio Spínola, «*sem ninguém do MNE*<sup>257</sup>», só para servir a sua concepção de algumas questões das relações externas. Além disso, «*deu a Nixon a sua interpretação dos passados acontecimentos e as futuras direcções da actividade do novo regime*».

Igualmente, os países socialistas da Europa Oriental «*abriram o "dossiê Portugal"*» e, nas relações diplomáticas com a URSS, Roménia e RDA, foram salientados, sobretudo, os contactos no plano económico.<sup>258</sup> Outra referência: «*o PCP forçava a presença soviética*» e num comunicado, publicado após o estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a URSS, não foram citadas as mesmas relações «*com a Jugoslávia e a Roménia, [cujos] passos já estavam formalizados*».<sup>259</sup> Avaliando a sua evidente importância para a diplomacia portuguesa, concluiu que, no entanto, «*a questão estava quanto seria vantajosa a agressividade com que a URSS começou, sobretudo, para a posição do PCP*».

Além das possibilidades da Jugoslávia «*para uma presença com sucesso em Portugal serem objectivamente grandes [porque era] um elo muito útil com o mundo não-alinhado, com a África — muito importante para a solução da descolonização*», foi também aceite, segundo Koíitch, como um parceiro económico, cultural e noutros campos de cooperação.

Por isso, pensava que não se devia trabalhar precipitadamente e recomendou «*um programa de actividades [...] que deveria ser elaborado em colaboração com as instituições responsáveis no país*», devendo reflectir as possibilidades e as necessidades de ambos os países. Mais cauteloso foi com «*os contactos com as estruturas políticas*» portuguesas, aconselhando até que «*sob a forma de visitas de delegações nossas ou semelhantes, não se deveria forçar nas actuais condições relativamente fluidas*».<sup>260</sup>

Quanto às relações com os países socialistas europeus, houve outras informações posteriores, em Agosto e Setembro, que completaram a situação atrás descrita. Entre elas, encontram-se as notas de Koíitch acerca da «*conversação com o embaixador soviético, Kalinhi-*

---

<sup>257</sup> Informou-o ainda que «*o ministro Soares estava em Otava, mas seria uma grande pergunta se viajaria até aos Açores mesmo que estivesse em Lisboa*». Depois, disse a Koíitch que «*numa parte das conversações, esteve presente o adjunto do presidente do Governo [N.doT.: ministro adjunto do Primeiro-Ministro], Sá Carneiro (sec.-geral do PPD, personalidade de confiança de Spínola), embora as conversações principais decorreram a sós*». ADMNE, Portugal, F-217, 1974.

<sup>258</sup> Citou a visita de delegações da URSS, Polónia, RDA e Hungria.

<sup>259</sup> *Ibid.* Mencionou, depois, que na iniciativa do PCP foi formada uma «*liga para a cooperação com os países socialistas, contudo virada em primeiro lugar para a URSS, o que se sublinha formalmente no documento da liga*», estando já acordada «*a digressão do Coro do Exército Vermelho e do Ballet do Teatro Bolchoi*».

<sup>260</sup> *Ibid.*

ne»,<sup>261</sup> na qual, o seu interlocutor se referiu a uma «*série de visitas a personalidades oficiais — presidente do governo, ministros e outros*» que salientaram a importância das relações com a URSS, sobretudo «*a organização dum larga cooperação económica entre os dois países*». Portanto, já estavam previstas negociações para a assinatura dum acordo económico e queriam investir «*em sectores em que ainda não se chegou à fusão com o grande capital estrangeiro*» e onde as companhias multinacionais não predominavam. Tinham, também, um programa de actividades culturais, informativas e outras (o representante da TASS e o correspondente do «*Novosti*» já tinham a sua sede em Lisboa).

Porém, Kalinhine mencionou que apesar de «*não desejarem nenhuma "exportação da ideologia comunista"*», sentiu que, em alguns dos seus interlocutores, existia uma dose de receio pela sua presença. «*O presidente do Governo disse-lhe, na parte da conversação sobre da necessidade do desenvolvimento da cooperação económica, que para eles as relações económicas com a URSS eram importantes*» porque queriam conseguir maior diversificação e uma reestruturação mais radical da economia, mas essa «*em bases capitalistas*».

Numa breve exposição acerca das forças de esquerda portuguesas, achou «*que trabalhavam bem tacticamente: no plano interno, actuavam pacientemente e não antagonizavam demasiado; no externo, não davam pretextos para uma ofensiva do imperialismo e a reacção ("é bom que se utilize a experiência chilena")*». Pensava, também, que a posição «*em relação da OTAN e outras "obrigações ocidentais" era boa e sábia*», estimando que, nos tempos próximos, «*as forças progressistas podiam conseguir, em Portugal, através dum táctica adequada, uma posição mais segura, o que era importante para as eleições*».

Para Kofitch, a impressão dos primeiros passos da missão soviética e, em particular, «*os planos de actividades para um futuro próximo eram caracterizados por uma certa vontade de avanços e determinação para não se dizer agressividade na acção*», tendo em vista o de compensar, de alguma maneira, o perdido e obter, o mais depressa possível, uma forte posição nessa parte da Europa. Igualmente, partindo dum «*avaliação da importância de Portugal para o acompanhamento dos amplos e muito interessantes movimentos na Península Ibérica e das possibilidades para uma influência mais activa nesses movimentos*». Contudo, não deixou de sublinhar que tudo isso «*numa base do respeito de todos aqueles postulados nos quais repousa Portugal como Estado e parte do mundo ocidental — sobretudo, respeito pelas obri-*

<sup>261</sup> Acrescentou: «*visitou-me por cortesia, em 14 de Agosto (entregou credenciais em 9)*». Informou, ainda, que Kalinhine tinha um «*comportamento muito aberto e informal. Parecia que, com ele, era possível uma vasta troca de opiniões. Economista. Idade 45 anos. Na diplomacia, desde 1969. Antes de Lisboa, foi conselheiro em Havana*». Todavia, não fez qualquer referência ao facto de que ambos estavam hospedados no mesmo hotel (Tivoli), assim como o embaixador da RDA. Este documento foi enviado (21/Ago.) pela embaixada jugoslava em Paris (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).



*gações perante a comunidade atlântica e a OTAN, ou seja, de facto, no contexto do respeito dos amplos interesses americanos e na linha da "détente"».*

### **Adiamentos na nomeação do embaixador**

Se a visita de Mário Soares a Belgrado deixou de ter uma data próxima para a sua realização, no MNE, as dificuldades na nomeação do embaixador português na Jugoslávia foram confirmadas e explicadas a Koíitch.<sup>262</sup> As causas estavam na demissão de um certo número de embaixadores e o preenchimento desses lugares era então urgente. Embora houvesse alguns entraves para a sua nomeação, *«isso era só devido a novas e semelhantes dificuldades»*. Não obstante, foi-lhe dito que *«"politicamente, Belgrado tinha prioridade absoluta, [...] que era importante, sobretudo por causa da posição não-alinhada da Jugoslávia e das [suas] relações com África e os países não-alinhados em geral"»*.

Relatou, ainda, que pelos seus contactos com Raul Rego,<sup>263</sup> soube que *«a questão do embaixador em Belgrado foi discutida no partido. Pediram-lhe que aceitasse, mas não pôde aceitar»*. Por isso, pela oferta efectuada, *«o MNE e o PS procediam com grande responsabilidade a escolha da personalidade para Belgrado»*.

Nas semanas seguintes, a situação não se alterou e havendo, durante a AG da ONU, um encontro entre Miloche Minitch e Mário Soares, foi enviado um *«Aditamento ao memorando sobre Portugal»* para a Missão da RSFJ (25/Set.), em Nova-Iorque, para conhecimento do secretário federal dos Negócios Estrangeiros.

A seguir a uma referência acerca das relações de Portugal com *«os países europeus orientais»*, uma informação relativa à nomeação do embaixador para Belgrado: *«segundo se diz foi designado, mas não foi nomeado oficialmente. Não são claras as razões essenciais para tal, pode-se dizer, posição discriminatória quanto à Jugoslávia, tendo em conta a relação total do nosso país perante as mudanças em Portugal e o novo regime, e antes de tudo pelo facto de que fomos os primeiros a entrar em relações e a abrir a missão. Há sinais que foram uma concessão de Soares aos comunistas (quer dizer soviéticos)»*.<sup>264</sup>

<sup>262</sup> A sua informação acerca desta reunião (2/Ago.) foi enviada, nessa sexta-feira, para o SFNE por via telegráfica, tendo sido recebida só dois dias depois (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

<sup>263</sup> Que era *«director do jornal "República", [ e ] ministro do anterior governo e membro da direcção do PS»*.

<sup>264</sup> Essas outras relações *«toma[va]m formas cada vez mais concretas. Foram nomeados embaixadores em Moscovo, Berlim, Praga, Budapeste, Sofia e o encarregado de negócios em Bucareste, o que foi também anunciado. Dos PS [países socialistas], embaixadores acreditados: URSS e RDA, encarregado de negócios da Bulgária (de meados de Agosto), e a Checoslováquia e Roménia enviaram funcionários do MNE por causa da abertura das missões»* (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

Contudo, no mesmo dia do encontro Minitich-Soares (27/Set.), em Lisboa, foi entregue o pedido do «*agrément*» para o «*primeiro embaixador português na RSFJ, [...] Dr. Francisco Ramos da Costa*».

### **As conversações de Miloche Minitich-Mário Soares na ONU**

Este primeiro encontro dos ministros dos Negócios Estrangeiros jugoslavo e português começou, após uma frase protocolar de que «*ambas as partes expressaram satisfação com a reunião e as possibilidades para uma troca exaustiva de pontos de vista*», com o secretário federal jugoslavo a dizer que «*acompanhavam a grande actividade político-diplomática de Soares e consideravam que o novo governo democrático português elevou muito, em pouco tempo, o prestígio de Portugal perante os olhos de grande parte da opinião pública mundial*».

Também, expressou que «*se alegravam porque o governo de Portugal tinha encontrado o caminho para um acordo rápido e eficaz com os representantes dos movimentos de libertação da Guiné-Bissau e Moçambique*». Todavia, preocupavam-se com a situação em Angola e, acrescentou, «*que esperavam que já tivesse recebido as informações acerca dos nossos contactos com os representantes dos movimentos de libertação de Angola*» que tinham sido entregues por Koïtich, «*o nosso encarregado de negócios em Lisboa*», e estavam prontos a continuar em contacto e a ajudar quanto pudessem.

Como «*estavam muito interessados*», Minitich perguntou ao seu interlocutor pela próxima abertura da embaixada portuguesa em Belgrado e quando podiam esperar a sua visita à Jugoslávia. A estas perguntas, Soares respondeu que a embaixada estaria para breve e já tinham escolhido o embaixador, pois devido a quererem que fosse «*uma figura política e não um diplomata de carreira, o processo demorou um pouco mais porque a sua nomeação esteve sujeita a uma anterior aprovação do Conselho de Ministros*». Relativamente à sua visita à Jugoslávia, estava muito interessado e esperava em breve ter a possibilidade de a efectuar. Sem embargo, «*ainda não podia precisar uma data certa, mas pensava que poderia ser durante o mês de Novembro*», pois, em Outubro, já tinha «*inúmeros compromissos (visitas marcadas à Tunísia, Marrocos e Líbia, visita de Brandt a Lisboa, nova viagem a Nova-Iorque acompanhando Spínola que tencionava discursar na AG)*». Além disso, tinha «*uma série de compromissos partidários que, nos últimos meses, tinha descurado quase completamente*», pelo que os informaria por via diplomática.

Segundo esta nota,<sup>265</sup> subscrita por dois membros da delegação jugoslava, continuou por assegurar «*que dava uma grande importância à visita à Jugoslávia como também ao desenvolvimento mais multifacetado possível das relações com nosso país e isso por várias razões*». Entre elas, mencionou uma relativa à diplomacia jugoslava<sup>266</sup> e outra por motivos mais pessoais.<sup>267</sup>

A respeito da descolonização, «*compartilhava a preocupação do camarada Minitch por causa da situação em Angola. Estavam satisfeitos pelos acordos conseguidos com a Guiné-Bissau e Moçambique e, também, gostariam de seguir pelo mesmo caminho em Angola*». Isso quanto antes para que a oposição à descolonização não se torne ainda mais forte e, assim, não permitindo a consolidação dessas forças. No entanto, «*o problema era que, em Angola, não tinham interlocutor, pois não podiam ter conversações com um só movimento, nem tinham possibilidades de falar com todos juntos*». Mobutu tinha dito a Soares que precisava de dialogar com a FNLA, porém tal movimento não era nem suficientemente representativo, nem organizado. Sob este ponto de vista, o MPLA seria o interlocutor, contudo o movimento estava dividido. Igualmente, Neto perdeu grande parte dos apoios e punha-se a questão, tendo em conta a complexidade da situação, qual seria o desenvolvimento das relações de força no MPLA.

A terceira organização, a UNITA, «*tinha um carácter duvidoso, era conhecido que nos tempos da ditadura de Caetano teve contactos e conversações com o governo português. Todavia, tem os seus adeptos, principalmente nas tribos do leste de Angola. Portanto, a situação era complicada e não havia possibilidades da sua próxima resolução*». Para terminar, Soares assegurou que os manteria a par da situação e que ficariam gratos pelas informações que tivessem por meio dos contactos com os movimentos em Angola e amigos em África.

---

<sup>265</sup> Neste documento de uma centena e meia de linhas de texto, enviado via telex para o SFNE, não há qualquer alusão a uma semana de grande agitação política provocada pela marcação da manifestação de apoio ao general Spínola para o dia 28, nem ao seu encontro na ilha do Sal (14/Set.) com Mobutu (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

<sup>266</sup> Disse: «*Sobretudo, porque a Jugoslávia tinha ligações de amizade desenvolvidas com uma série de países do chamado terceiro mundo com os quais Portugal deseja estabelecer relações há anos perturbadas ou inexistentes. Espera que nisso a Jugoslávia os pode ajudar*.

<sup>267</sup> Afirmou: «*Além disso, há muitos anos que tinha com a Jugoslávia uma ligação muito pessoal. A Jugoslávia foi o único país socialista que manteve, alguns anos depois da guerra, a embaixada em Lisboa. Era a única embaixada que recebia membros dos partidos oposicionistas e, a qual, ele também visitou como jovem estudante progressista. Igualmente, encontrou-se frequentemente com jugoslavos nos últimos anos em Paris. Duas vezes esteve na Jugoslávia a convite da ASPTJ. Trouxe as melhores impressões do país e de sua gente pelo que se alegra sinceramente pela próxima visita tanto por razões políticas como por razões pessoais e sentimentais. Bem entendido que será igualmente uma oportunidade para um exaustivo e útil intercâmbio de ideias*».

Agradecendo as informações que coincidiam com as suas, Minitch reafirmou a disposição de ajudar no que possam e, em seguida, perguntou ao seu interlocutor como avaliava a situação nas forças armadas portuguesas.

Na sua resposta, Soares fez um amplo relato dos acontecimentos, em Portugal, a seguir ao 25 de Abril, começando por dizer que *«a revolução foi feita pelas forças armadas, ou seja, pelo chamado movimento dos jovens capitães»*. Para esses jovens oficiais tinha-se tornado claro que a política do regime de Caetano e, em particular, a guerra colonial, não conduzia a parte nenhuma. *«A revolução foi feita muito habilmente, num só dia, sem derramamento de sangue. Tudo foi planeado num estreito círculo muito fechado, de tal forma que nem os serviços de informação, nem a polícia portuguesa, que se considerava muito organizada, nada souberam antes. Os capitães não contactaram muito...nem os partidos oposicionistas, embora ele (Soares) e um pequeno número de camaradas do PS e do PC estivessem ao corrente»*.

A única força organizada que se opôs aos capitães foi a polícia secreta, no entanto esta rendeu-se quando *«os capitães enviaram tropas sobre o seu quartel-general. Quando se soube que o quartel-general da odiada polícia secreta se tinha rendido, surgiu um indescritível entusiasmo entre o povo que, em todas as partes de Portugal, começou a sair para as ruas»*.<sup>268</sup> Assim, os capitães conquistaram o poder, *«mas se encontraram perante o dilema "depois, o quê?", e cederam o poder a um pequeno grupo influente de cinco generais e dois almirantes com Spínola à frente. Entretanto, de Paris, ao país regressaram Soares (dois dias após a revolução) e o secretário-geral do PCP Cunhal (alguns dias mais tarde)»*.

Aproveitando o entusiasmo do povo pela queda da ditadura, organizaram manifestações maciças pelo Primeiro de Maio que mostraram a sua força e influência, obrigando Spínola, que pelas suas convicções era um conservador, a chamá-los para o governo. No primeiro programa do novo governo foi anunciada a seguinte orientação: democratização no plano interno; liberalização na política colonial (autodeterminação); adesão à aliança ocidental e às existentes obrigações internacionais no plano internacional. Nomeado ministro do Negócios Estrangeiros, Mário Soares começou imediatamente a acção para a resolução da questão colonial. Nos primeiros contactos, verificou-se que a autodeterminação era inaceitável para os movimentos de libertação, perante o que já tinham decidido com a sua luta armada.

Quando as forças progressistas no governo português colocaram a questão da independência das colónias começou o conflito que levou à queda do primeiro governo e a formação de um novo com Gonçalves à frente. *«Nos primeiros momentos, Spínola esteve com os*

---

<sup>268</sup> Sendo um relato que não corresponde ao ocorrido nesses dias, coloca-se a questão do seu autor.

*conservadores, mas mais tarde apercebeu-se que as forças progressistas predominavam e deu-lhes apoio e, agora, não há problemas especiais. É clara a orientação pela descolonização e a democratização, embora é preciso esperar que esses processos decorram gradualmente, por etapas».*

A respeito das Forças Armadas, nelas havia «*várias correntes, da direita até à esquerda. Eram bastante acentuadas as tendências por um regime do tipo nasserista ou peruano, onde o exército mantivesse o poder, assumindo para si a realização das reformas necessárias. O PSP como também outras forças progressistas (PCP, liberais e também parte dos círculos militares) opõem-se a tal desenvolvimento, apoiando a necessidade da democratização interna numa base do sistema multipartidário de tipo parlamentar ocidental, que sairia de eleições livres previstas para Março de 1975*». Conquanto, as posições das forças progressistas fossem boas, era preciso mantê-las, porque a oposição não era pequena. Por isso, no período seguinte, dedicar-se-ia mais ao trabalho partidário que tinha descuidado bastante devido às suas actividades no plano da política externa. Estimou, ainda, que a democratização de Portugal era de grande importância para outros países e «*que não deixou de ter influência nas recentes mudanças na Grécia e, inevitavelmente, actuará por contágio na vizinha Espanha, onde, caso não ocorresse, em breve, a morte de Franco, podia seguir-se algo semelhante ao que aconteceu na Etiópia*».<sup>269</sup>

Agradecendo as amplas informações e explicações, Minitch sublinhou a enorme importância internacional da revolução portuguesa, confirmou a disposição da Jugoslávia de ajudar caso puder e disse que o estabelecimento de relações diplomáticas com o novo governo português procurou mostrar «*aos países africanos e movimentos de libertação que era preciso terem confiança nas novas forças democráticas portuguesas. Isso não foi fácil, porque existia desconfiança em relação a Spínola. O ponto da viragem surgiu com a formação do governo de Gonçalves e, depois, a questão de confiança não voltou a pôr-se*». Esperavam, igualmente, que isso iria facilitar a solução em Angola. Contudo, a dificuldade estava em que havia também ingerências em Angola dos países africanos vizinhos devido a interesses próprios. Acharam que «*o Dr. Neto, apesar de uma certa perda de influência, continuava a ser a personalidade com mais autoridade e experiência em Angola*».

Na objecção de Soares de que Neto perdeu o apoio da URSS, mas que ele (Soares) não sabia porquê, Minitch respondeu-lhe que estavam em contacto com Neto, que era um homem

---

<sup>269</sup> Após uma rebelião militar (12/Jan./74) contra o imperador Háile Selássie (1892-1975), um grupo de cerca de 120 comandantes militares, formalmente fiéis ao imperador, formou o Comité de Coordenação das Forças Armadas para exercer o governo. Meses depois (Set./74), Selássie foi deposto e preso. Fez visitas de Estado a Portugal (1957) e ao Brasil (1960).

com posições de princípio e que não acreditavam que perdeu o apoio da URSS por sua culpa. De resto, a perda do apoio, talvez, não seja definitiva e, de qualquer maneira, o importante é encontrar uma solução para Angola, porque há forças que estão interessadas a que isso não se chegue.

No fim, Soares informou de que o PS iria realizar o seu Congresso de 13 a 15 de Dezembro, tendo já convidado a LCJ e esperavam o envio de uma forte delegação. Estavam interessados no desenvolvimento não só das relações interestatais, assim como das interpartidárias. Do mesmo modo, mais uma vez, foi realçado o mútuo desejo pela maior brevidade na realização da viagem do ministro português à Jugoslávia, tendo Minitch salientado que esta será mais uma manifestação dum forte apoio ao novo regime português.

### II.4-3 — A Situação Política e Social (Jun./Set.)

A situação interna portuguesa, caracterizada «*por movimentos e processos que cada vez mais assumiam aspectos de incerteza, provisoriedade e instabilidade*», justificava algumas cautelas políticas e, segundo Koíitch, estava condicionada, sobretudo, «*por sérias dificuldades no plano económico*<sup>270</sup> e *perspectivas pouco claras na resolução do problema colonial*»,<sup>271</sup> revelando-se nessas questões «*a polarização das forças e tendências políticas mais importantes do país*».

Além disso, os «*portadores do Poder*» (o MFA e a JSN) mais os executantes do Programa do MFA (presidente da República e o governo provisório) «*encontravam-se, simultaneamente, perante algumas tarefas muito importantes, as quais tinham uma tal ligação que a resolução de uma dessas tarefas condicionava a solução de outra e vice-versa*». Tratava-se, antes de tudo, da «*institucionalização do processo democrático no país, um processo em que as suas partes principais passa[va]m através de condições muito irregulares na economia e nas mais amplas relações sociais*».<sup>272</sup>

<sup>270</sup> Vd. pág.93. Referiu, depois, que se previa, em 1974, uma taxa de inflação de cerca de 30%. Igualmente, registava-se uma «*queda brusca de certas fontes de fluxo de divisas: turismo (em 1973 — 7 mil milhões de escudos, calculando-se uma diminuição de cerca de 1/3) e das remessas dos emigrantes (1973 — 25 mil milhões de escudos)*. As grandes firmas mundiais e europeias evitavam investimentos em Portugal, concessão de créditos, etc.». Embora, não tenha citado a sua fonte para esses dados estatísticos, eles estão próximos dos cerca de 7,9 e dos 25,6 mil milhões citados por estudos posteriores relativos a este período da economia portuguesa.

<sup>271</sup> Confirmadas pela «*recente suspensão das negociações com o PAIGC em Argel*», ocorrida dias antes (15/Jun.).

<sup>272</sup> Depois, nessa encruzilhada, havia «*a solução dos problemas económicos com todos os seus aspectos económicos e sociais (salários, investimentos, ruína das pequenas empresas e os trabalhadores sem trabalho, etc.)*, que se apresentava bastante complexa nas condições da actual (herdada) organização tanto da sociedade como

Esta situação era aproveitada pelas «forças extremistas tanto da direita como da direita — extrema-direita, anarquistas e tendências ultra-esquerdistas (maoista) —», as quais, segundo Kofítch, apesar de partirem de diferentes posições, «encontravam-se objectivamente no mesmo trabalho», dificultando a consolidação do processo democrático. Além disso, semeando as dúvidas e a agitação no povo, canalizando algumas reivindicações fundadas contra a ordem e instigando as greves<sup>273</sup> e inoportunos aumentos salariais em tempos difíceis que se destacavam pela sua forma indisciplinada. Julgando, ainda, que «os trabalhadores despoliticizados durante decénios não estavam em condições de ver imediatamente o que era significativo, ou seja, os efeitos directos que ameaçavam o desenvolvimento positivo, ou as dificuldades transitórias com o objectivo da estabilidade do processo político em curso».

Por isso, as greves e as reivindicações empurravam para a desorganização da produção, provocavam um clima de insegurança, enfraqueciam uma economia já tão fraca e contribuíam para a criação de pânico — vanguarda do caos que era necessário também à reacção. Porém, a tempo, «as forças democráticas» viram e avaliaram essas acções da direita e doutras tendências extremistas como meios da contra-revolução. Daí, dado que as greves não serviam os trabalhadores, mas sim outros interesses, as exigências das forças progressistas, apresentadas no governo, «para a regulamentação urgente dos assuntos no campo do trabalho, com o fim de proteger de modo justo os interesses da classe operária».

Quanto aos partidos políticos, o diplomata jugoslavo referiu-se às duas principais tarefas do seu trabalho (organização e acções nas bases) e mencionou, entre esses partidos, na esquerda — o PCP,<sup>274</sup> PSP<sup>275</sup> e o PPD<sup>276</sup> —, na direita<sup>277</sup> — o Movimento Federalista Portu-

---

da economia». Mais: «o saneamento (transferência de quadros do antigo regime) nas condições duma vida política ainda desorganizada e sem a existência de estruturas políticas organizadas na sociedade, etc.». ADMNE, Portugal, F-217, 1974.

<sup>273</sup> Uma referência à «greve que tinha terminado do pessoal dos CTT, na qual participaram cerca de 40 000 trabalhadores e funcionários». Porém, outras informações sobre os numerosos conflitos laborais que ocorreram durante a sua estada de uma centena de dias em Portugal são raras e o mesmo se verifica a respeito dos sindicatos e à Intersindical.

<sup>274</sup> Era o único partido que «tinha uma sólida estrutura organizativa», que lhe permitiu «lançar-se com todas as forças no reforço do trabalho de massas». Realizava «diariamente sessões e assembleias, sobretudo, nos meios operários». Em muitas delas, «Cunhal esteve presente e discursou sempre». Estas actividades têm-se mostrado «uma forma de penetração e politização de massas muito vantajosa». Também, o PCP «ganhava terreno com as posições realistas na política interna», obtendo «grande apoio pela sua acção decidida para impedir as forças reaccionárias de minarem, por meio de as greves selvagens, o novo regime». ADMNE, Portugal, F-217, 1974.

<sup>275</sup> Tinha perante si «a grande tarefa da organização do partido. Assim como o factor tempo era decisivo: [então], estava a decorrer a nomeação dos presidentes das câmaras municipais (os anteriores foram demitidos), o que era um importante trabalho político porque [...] das posições obtidas durante essas nomeações dependeria bastante o sucesso nas eleições para a Assembleia Constituinte, em Março de 1975. Por isso, o PS apressava-se na elaboração dos documentos programáticos e da colocação das estruturas organizativas do partido».

guês, Partido da Democracia Cristã e o Partido Liberal — e, na extrema-esquerda, «*alguns agrupamentos maoistas*». <sup>278</sup> Nesta apreciação sucinta, fez, ainda, alguns comentários pessoais que permitem avaliar e supor a sua recolha de informações durante essas três semanas em Portugal. <sup>279</sup>

Igualmente, o processo «*do assim chamado saneamento (depuração de elementos ilegíveis) abrangeu [...] a administração pública, justiça, meios da comunicação social, saúde, cultura, instrução e até o desporto*», que estimou como um passo indispensável e lógico para se conseguir «*o restabelecimento da vida pública no país*». Porém, era inconsequente esse processo, muitas vezes, «*porque a sociedade não estava preparada para, num tão curto prazo, efectuar uma tal grande reconversão*», embora não fosse contestado que «*o aparelho policial do antigo regime foi efectivamente liquidado*». Exemplificando, citou os preparativos para «*o julgamento dum primeiro grupo de 1040 membros da polícia (PIDE/DGS)*».

Para concluir, apesar das circunstâncias que caracterizavam então a situação política mais a confusão e uma série de dúvidas relativamente à sua evolução futura, «*a confiança do povo no novo regime era indivisível*». No entanto, acrescentou que «*eram possíveis crises e reviravoltas, as quais poderiam até isolar uma parte das forças progressistas (sobretudo os comunistas), mas o curso para a democratização da vida interna e a solução da questão colonial por meios políticos continua como a opção definitiva do regime e sua sincera orien-*

---

<sup>276</sup> Segundo Kořitč, «*na esquerda, [havia] ainda o Partido Popular Democrático (centro-esquerda). Igualmente, este partido esta[va] em formação. Com o programa que, recentemente saiu, pod[ia] reunir um vasto leque de afinidades ideológicas e políticas*». Porém, só duas semanas depois, noutra sua informação, Sá Carneiro foi considerado um dos chefes da «*parte conservadora do novo regime*».

<sup>277</sup> Sem unidade e líderes importantes, «*não estava presente no governo, nem participava, em público, na vida política. Mas, disp[unha] de determinadas potencialidades para a sua acção (no campo económico e o possível apoio de factores externos), embora não se [viam] possibilidades de sucesso num futuro próximo*». Em relação aos três partidos citados, o primeiro era «*vivamente contra a descolonização*», o segundo falava dum «*Portugal "plurinacional", mas contra a independência das colónias*» e o último, apesar da designação, «*não se diferenciava substancialmente dos dois primeiros partidos*».

<sup>278</sup> Apesar de não terem «*uma importância especial, quando se fala[va] duma real influência sociopolítica, [todavia] prestavam maus serviços às verdadeiras forças democráticas, portadoras do processo positivo no país, criando pretextos oportunos para a acção da reacção e, inutilmente, perturbando a situação sociopolítica e económica interna*».

<sup>279</sup> Sendo reduzida a documentação destas primeiras semanas da sua estada em Lisboa — poucos telexes e nenhum relatório —, coloca-se a pergunta a respeito deste facto, atendendo às suas sucintas referências nesses documentos a inúmeros contactos. Igualmente, como falava português, é de supor que houvesse outras fontes de informação que deviam ter sido mencionadas por este diplomata.



tação». Não obstante, dúvidas havia sobre a questão do ritmo e da modalidade dessa solução, movendo-se em seu redor da sua «*estratificação de base e polarização*».

#### **A Situação Política e Social (Jul./Set.)**

Essa crise chegou após duas semanas (9/Jul.) e foi «*a primeira grave crise do governo — mais exactamente crise do regime —*», tendo sido provocada pela direita, na verdade, «*pela parte conservadora do novo regime chefiada pelo general Spínola e o ministro sem pasta Sá Carneiro*».<sup>280</sup> Achando que a coligação tinha entrado numa fase perigosa de conflitos — surgidos da situação política que ela própria tinha fomentado —, tentou expulsar do governo «*as forças políticas de orientação de esquerda, sobretudo o PC e PS*».

Contudo, segundo Kofiitch, havia um motivo mais profundo para «*esta tentativa de golpe de Estado [que era] o reforço constante da influência do PC e do PS nas massas e o trabalho muito desenvolvido, principalmente do PC, na preparação para as eleições (em Março 1975)*». Eleições essas que, na manobra do primeiro-ministro Palma Carlos, deviam ser adiadas para a Primavera de 1976, porque não tendo ainda a direita uma organização forte, esta receou não conseguir consolidar as suas fileiras e ter, em 1975, maus resultados eleitorais. «*Daí, ter-se apressado a provocar confusão para reforçar as posições que, devido à necessidade de compromissos no regime, mantinha no primeiro governo*».

A acção foi sincronizada por meio do primeiro-ministro para ganhar importância e assegurar o seu sucesso e também «*Palma Carlos serviu — com conhecimento de causa, seguramente, mas não por iniciativa própria — como factor de ajuda que Spínola com Carneiro e parte da Junta tentaram abater a esquerda, romper a coligação e criar as condições [para uma alteração] das tendências básicas da vida política do país*», pondo em questão alguns objectivos essenciais do golpe de Estado do 25 de Abril. Portanto, «*a direita sobrevalorizou as suas forças e o MFA, que derrubou o fascismo, reagiu rápido e inflexivelmente*» e, assim, foi impedida «*a desorganização do poder, o isolamento da esquerda e a criação de espaço favorável para a penetração das forças direitistas no regime*». Quanto a Spínola, retirou-se depressa, «*"absolutamente a tempo"*» para Jorge Campinos, ficando Palma Carlos só e sacrificado, o que permitiu essa retirada ao primeiro e mostrou que o MFA lhe continuava leal. Para o diplomata jugoslavo, o que parecia contraditório era, por fim, «*o resultado de uma relação específica e a expressão duma necessidade lógica: um sem o outro, nessas condições, simplesmente, não podiam a não ser que provo[cassem] abalos ainda mais profundos nas bases do próprio regime*». Apesar disso, os chefes do MFA compreenderam que uma demar-

<sup>280</sup> Após a sua anterior viagem a Paris (24/Jun.), só voltou à capital francesa, em 19 de Julho, data deste documento cifrado enviado para Belgrado (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

cação da direita se podia efectuar através da execução do seu programa e as acções nesse sentido, «(que foram aceites por todas as forças progressistas da sociedade)», receberam um forte apoio de toda a esquerda.

Depois, exigiram posições-chave no governo e obtiveram as seguintes: «o presidente do governo, Gonçalves, conselheiro e líder ideológico, autor do Programa; dois ministros sem pasta, o ministro do Trabalho e noutros lugares importantes — todos militares». Assim, a sua influência na vida política do país, o MFA alargou-a ao nível do próprio governo, o que era um importante factor para a evolução progressista em curso (em particular, no governo).

Outro facto foi que a esquerda (PC, PS e católicos de esquerda) tiveram uma posição muito construtiva na crise, mostrando um sentido de cooperação com o MFA que muito facilitou a sua acção, pois a cobertura política desse apoio impediu as maquinações da direita de que o país resvalasse para uma ditadura militar. Igualmente, «as chefias do PC e PS tiveram consultas constantes, o que como experiência foi muito útil».

O MFA reforçou muito a sua posição no regime e na sociedade. Saiu dos quartéis e assumiu a responsabilidade pela evolução seguinte. «Considerava-se (Campinos, Andersen) que o curso do novo governo será, antes de mais, a descolonização, regularização da vida económica do país e a depuração das estruturas da sociedade dos membros do antigo regime».

Na sua conclusão final, que escreveu uma dezena de dias após a demissão de Palma Carlos, Kofitch salientou que o resultado da crise mostrou as capacidades e a força do MFA para impedir o avanço da direita, confirmando que a esquerda tinha uma forte influência nas suas fileiras, «o que era um importante factor para futuro desenvolvimento positivo da sociedade portuguesa». Além disso, a crise serviu de teste para avaliar as posições e a conduta das principais forças políticas do regime. Apesar «de ser exacto, que com oito militares no governo se chegou à "militarização" da vida política, também, era exacto que tal grau de "militarização", em dadas condições, representava um elemento positivo e uma garantia contra as tentativas reaccionárias e a radicalização direitista no país».

Igualmente, segundo outras informações, estas da embaixada jugoslava em Paris,<sup>281</sup> numa conversação com um dos seus diplomatas, António Coimbra Martins — «membro da comissão política do PS de Portugal [...] que vivia em Paris e recentemente esteve em Portugal com F. Mitterrand (regressou no dia 10 de Julho de Lisboa)» — estimou a demissão de

<sup>281</sup> Telex (16/Jul.), (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

Palma Carlos como uma tentativa para reforçar as posições dos círculos direitistas do exército, embora não estivesse seguro de que isso «*se passou de acordo com Spínola e para seu interesse, ou sem conhecimento de Spínola*».<sup>282</sup>

Acerca da nomeação de Vasco Gonçalves para novo primeiro-ministro, considerou que fortaleceu «*a orientação progressista do novo regime. Antes de tudo, aumentaram as possibilidades para o fim da guerra colonial, porque isso foi o primeiro objectivo do Movimento dos Capitães que, agora, reforçou as posições e mostrou força. A atitude em relação às colónias será o primeiro teste para o novo governo*».

Referiu-se, ainda, ao movimento grevista e às posições dos partidos comunista e socialista a seu respeito.<sup>283</sup> No fim da reunião, à semelhança do que ocorreu noutra anterior,<sup>284</sup> «*interessou-se novamente pelas possibilidades de cooperação comercial com a Jugoslávia*».

### **As relações com os Partidos Políticos**

Após as conversações havidas, em Belgrado, com as delegações dos partidos comunista e socialista durante o X Congresso da LCJ, em fins de Maio, as relações com o PCP continuaram dominadas pelo desacordo surgido pela citada recusa jugoslava do seu pedido de adiamento do restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países,<sup>285</sup> enquanto com o PS foram marcadas pela proposta da ASPTJ para a visita de uma delegação a Portugal.<sup>286</sup>

---

<sup>282</sup> *Ibid.* Igualmente, acrescentou e realçou: «*a personalidade de Spínola é muito evolutiva (conhece-o desde os tempos do cumprimento do serviço militar). Até à partida para Angola, Spínola progrediu muito lentamente e não era um «menino-bonito» do regime. Depois de Angola, quando foi para a Guiné-Bissau, compreendeu o absurdo da guerra colonial. Então começou os contactos com a esquerda. Através de um intermediário foi combinado um encontro com representantes do PS («em terreno neutral, com garantia do respectivo chefe de Estado»). Um par de dias antes do encontro, Cabral foi morto e o PS desistiu de qualquer contacto que fosse. Segundo informações posteriores, estão inclinados para a hipótese de que o assassinato de Cabral foi organizado sem o conhecimento de Spínola, talvez até com o objectivo do seu descrédito. Disse que não tem nenhuma informação acerca do conteúdo do encontro Nixon-Spínola. Tem a impressão que as conversações foram incómodas para ambos.*»

<sup>283</sup> *Ibid.*: «*No país ampliou-se (mas não se generalizou) o movimento grevista, no qual, estão presentes reivindicações para melhoria das condições materiais que são justas, mas neste momento dificilmente poder-se-á ir ao seu encontro. Sobretudo, o PC actua contra as greves. Também, o PS considera as greves inoportunas, mas nele a disciplina é mais fraca e existem diversas correntes. Uma ala está também contra a aliança com o PC. O PC está, sobretudo, sob os ataques da extrema-esquerda (que não ataca o PS), mas esta não tem grande influência e aceitação nas massas.*»

<sup>284</sup> O diplomata jugoslavo referiu-se à reunião que tiveram em meados de Maio desse ano (AJ,507,IX/I-66).

<sup>285</sup> Embora não se tenha encontrado uma referência directa, pode-se pressupor que a entrega da carta desse pedido, endereçada à LCJ, através da embaixada soviética em Belgrado não foi muito bem aceite. A julgar pelas diferenças e antagonismos nas relações jugoslavo-soviéticas, onde o distanciamento diplomático era regra, essa reacção era bem possível.

<sup>286</sup> Aprovada, em 10 de Julho, pela ASPTJ.

Recorde-se ainda a avaliação das conversações, nos primeiros dias de Junho, em Lisboa, por parte da delegação do SFNE, em que os interlocutores socialistas foram os mais elogiados.<sup>287</sup>

Segundo Kofíitch, essa proposta que apresentou, em Julho, «a direcção do PS aceitou Setembro como a data para a visita da delegação» e, no seu telegrama para o SFNE (2/Ago.), apresentou a sua opinião acerca da sua composição, achando que «*deveria ser mista — ASPTJ e LCJ*», pois pensava que não seria recomendável «*criar desequilíbrios na cooperação*», porque na prática os partidos vão juntos e «*seria contraproducente não visitar também o PC [...] numa base de igualdade de direitos*». Por isso, tinha estado, nesse dia, na Comissão Internacional do CC do PCP, onde «*viu que existia disposição para contacto, [e] naturalmente devido vossa aprovação nada precisei*». Por causa de ter, dentro de dias, uma reunião marcada «*com um membro do CC*», pediu que lhe comunicassem se concordavam,<sup>288</sup> mas não foi encontrada qualquer resposta ou menção a essa reunião.

Sobre as relações entre estes dois partidos políticos e a situação político-económica portuguesa, em Bona (8/Ago.), um outro diplomata jugoslavo falou com Bruno Friedrich, deputado federal e membro da presidência do PSDA, que dias antes tinha regressado de Portugal, onde conduziu, em nome da chefia do seu partido, as conversações com o PS.

Segundo esse dirigente social-democrata, «*durante diversos encontros com Soares, foi-lhe confirmado que o Partido Socialista tenciona[va] fazer a campanha para as eleições, que est[avam] previstas para Março de 1975, autonomamente e não no quadro de uma frente popular ao lado dos comunistas. A decisão final sobre isto ser[ia] dada, em Setembro, pelo congresso do partido*<sup>289</sup>». Igualmente, acrescentou: «*os socialistas portugueses espera[va]m a ajuda dos partidos sociais-democratas para a construção dos partidos democráticos, mas não de maneira a que fique a impressão que estes [eram] financiados do estrangeiro*», assim como salientaram «*a necessidade de ajudas económicas e financeiras por parte da Europa, que espera[va]m em primeiro lugar dos países onde estão no poder os sociais-democratas e, antes que tudo, da RFA. "O Portugal democrático decidiu-se pela Europa e espera a ajuda*

---

<sup>287</sup> Vd. cap. II.6-3.

<sup>288</sup> Indicou o número do telex do seu hotel e acrescentou que «*acerca dos pormenores informaria a meados do mês de Paris*». Segundo este documento, só foi recebido, em Belgrado, dois dias depois. Todavia, não foi encontrada uma explicação ou pergunta sobre este assunto (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

<sup>289</sup> Possivelmente, uma informação errada, pois, essa data nunca foi referida em qualquer outro documento (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

da Europa"». Essas ajudas foram justificadas porque «o país aproxima[va]-se de uma catástrofica situação económica que será ainda agravada pela corrente de retornados das possessões ultramarinas e o licenciamento de 150 mil soldados que se deverão integrar no processo laboral».

Tendo em conta esse pedido de ajudas, o diplomata jugoslavo acrescentou que «Friedrich propôs no seu relatório uma ajuda do PSDA dirigida para o Partido Socialista de Portugal», mas também a chefia do seu partido já tinha decidido que incitaria a economia da RFA a investir em Portugal, onde havia uma «legislação muito favorável para os investimentos estrangeiros».<sup>290</sup> Existia, ainda, a possibilidade de ajuda no campo da educação e da justiça.

Igualmente, Soares confirmou a Friedrich que o seu país não tencionava, de modo nenhum, «permitir que a base americana nos Açores se transforme num problema nas relações com os EUA».

Em Paris (19/Ago.),<sup>291</sup> voltando a Kofiitch, este tinha, no correio enviado pelo SFNE, um resumo do telex da embaixada jugoslava, em Moscovo,<sup>292</sup> acerca da conversação de um seu diplomata com Carlos Aboim Inglês, «membro do CC do PC português, que fez uma observação em relação ao "timing" do reconhecimento do governo português por parte da Jugoslávia».

Segundo esse telex «para Kofiitch – nossos de Moscovo» de Belgrado (15/Ago.), «Inglez, membro CC PC de Portugal (depois do regresso do nosso Congresso evitou contactos com nossos em Moscovo), após ter regressado recentemente de Lisboa, ele próprio propôs a conversação», na qual repetiu a insatisfação pelo «nosso "timing" do reconhecimento do governo provisório», embora sem qualquer intenção de polemizar porque estavam interessados na cooperação dos dois partidos e «isso foi somente um esclarecimento da sua posição».

---

<sup>290</sup> Então, a RFA encontrava-se «já à frente de todos os investimentos estrangeiros com 29,9 por cento. Em 1973, as firmas alemãs investiram no país 81,5 milhões de DM».

<sup>291</sup> Esta data corresponde ao envio do seu correio para Belgrado.

<sup>292</sup> Esse resumo — cerca de metade do texto (umas 70 linhas) do citado telex (8/Ago.) — não menciona ou há só breves referências à sua estadia em Belgrado, como representante do PCP no X Congresso da LCJ, a sua apreciação do congresso, a carta do PCP para os PC dos países socialistas acerca do adiamento do reconhecimento do governo português, a crítica à posição jugoslava, a resposta do diplomata jugoslavo e algumas linhas sobre situação política portuguesa. Quanto aos argumentos dos interlocutores acerca da citada carta, eles não são muito diferentes aos já ouvidos nas referidas conversações anteriores em Belgrado e Lisboa (ADMNE, Portugal, F-224, 1974).

Sem embargo, «disse de passagem que nós, com o reconhecimento, aceitámos precisamente a argumentação dos socialistas»,<sup>293</sup> o subscritor desta informação acrescentou que essa afirmação «podia ser indicadora que parecia já haver algumas diferenças nas relações entre o PCP e o PS». Além disso, tendo em vista as informações de Bona (já enviadas para Lisboa), parecia que os socialistas não queriam entrar numa coligação com o PCP nas próximas eleições, mas que lhes conviria: «um adiamento das eleições de um ano ou ano e meio (o que defende também a direita)»; o alargamento das competências do presidente da República e do primeiro-ministro «para melhor se organizar, fortalecer e obter um maior número de votos e reduzir a importância do possível sucesso dos comunistas nas eleições e, consequentemente, a sua influência».

Por causa disso, «junto com a avaliação e a investigação de tais possibilidades ou dos elementos já existentes nesse sentido», dever-se-ia ter em conta que «a social-democracia ocidental e todo o Ocidente não lhes conviriam uma evolução», na qual, o PCP ganhasse uma importante supremacia nas eleições, «pois provocaria certas reacções e obstáculos (EUA, OTAN e Ocidente), que poderiam se reflectir desfavoravelmente no futuro desenvolvimento geral do país».

Para concluir, segue-se uma recomendação para Kofiitch que diz: «pensamos que a investigação neste sentido teria interesse, em particular, em relação à tática do PS quanto à futura cooperação com o PCP».

### **Os primeiros contactos de Verolhub Spasitch**

Só passado um mês, Verolhub Spasitch, o recém-nomeado encarregado de negócios, «seguindo instruções», visitou o PCP (21/Set.) para «os informar da chegada da delegação

---

<sup>293</sup> Segundo o telex da embaixada em Moscovo, Aboim Inglês disse que, após terem enviado a carta para os partidos comunistas dos países socialistas acerca do adiamento do reconhecimento, «nós, ao reconhecer o governo português, "desvalorizaram" a posição do PCP, "o que não beneficiou o partido". Existiam diferenças nas posições do partido socialista e o PCP e nós [...] apoiámos, na verdade, as posições dos socialistas. (Nós replicámos que na tomada de decisões fomos guiados pelas nossas próprias considerações e análises)». Depois, repetiu «as impressões favoráveis da sua estadia na Jugoslávia, etc.». Antes, referindo-se à sua estadia em Belgrado (fins de Maio) e à questão do adiamento do reconhecimento jugoslavo do governo português, afirmou que «não estava mandatado nem queria abrir nenhuma "questão"» e como o assunto estava encerrado, «queria, porque eram por relações sinceras e francas entre os dois partidos, somente "esclarecer" a sua posição». Depois, acrescentou: «não queria esconder a sua tristeza devido a não termos tido "em conta a sua carta", na qual nos pediram para esperar mais algum tempo o reconhecimento do governo português. Eles compreendem que os partidos e estados não estão obrigados a assumir posições idênticas em cada questão concreta, compreendem também que nós podemos ter interesses diferentes aos seus, mas aqui tratava-se somente de uma questão tática: o adiamento do reconhecimento por um par de semanas do governo era uma alavanca para o reforço da influência do PCP no país e no interesse da classe operária de Portugal. Consideram que isso era, em primeiro lugar, um seu problema e, igualmente, por isso, se dirigiram por carta aos partidos irmãos. O reconhecimento do governo pela nossa parte (e pelos romenos) "provocou danos ao PCP"» (ADMNE, Portugal, F-224, 1974).

da ASPTJ a convite do Partido Socialista» e apresentar a intenção da LCJ de «aproveitar também essa visita para conversações com eles», incluindo na delegação um funcionário do CC e membro da Presidência, a qual, «*tinha um mandato do nosso CC*» para essas conversações. Ali, foi recebido por Aurélio Santos, membro do CC e dirigente da Secção Internacional, que se mostrou surpreendido, «*sublinhando que a chegada da delegação em visita aos socialistas "souberam pelos jornais"*», mas nada comentou e foi muito reservado e deixou que ele «*dissesse tudo o que tinha para dizer, não mostrando interesse em continuar a conversação*».

Segundo este seu «*Conversações no CC PCP*»,<sup>294</sup> como foi a primeira vez que ali entrou e já tinha dito que era o encarregado de negócios, referiu-se «*às reuniões que teve no nosso CC e que os camaradas lhe tinham delegado poderes para poder manter contactos com eles*». Pediu que isso fosse transmitido e «*expressou o desejo de conhecer o camarada Octávio Pato, membro do CC,*» que Koíitch lhe tinha indicado. Devido a saber que, no dia anterior, Álvaro Cunhal tinha dado uma entrevista a Djuka Iulius,<sup>295</sup> enviado especial do *Politika*, diário de Belgrado, «*a quem disse "que muitos já o tinham visitado, mas que da parte dos camaradas jugoslavos não tinha havido tais iniciativas"*», ele disse ainda que «*teria todo o prazer de se encontrar com o camarada Cunhal numa ocasião favorável e, naturalmente, que era consciente da sua falta de tempo, etc.*»

O seu interlocutor «*ouviu tudo, não comentou e disse que transmitiria a conversação aos camaradas responsáveis e informá-lo-ia dos resultados*». Dado que nada mais disse, Spasitch não insistiu «*porque não mostrou interesse de perguntar fosse o que fosse*».

Dias depois (25/Set.), foi recebido por Aurélio Santos e Octávio Pato que voltaram a mostrar surpresa pela visita da delegação da ASPTJ que souberam pela imprensa, dizendo que a situação em relação à delegação «*que chega a convite do PSP era embaraçadora para eles, porque até então ainda não tinham recebido nem uma delegação dos partidos irmãos, que a situação era muito complexa e desfavorável para um tal contacto, que só agora começaram a surgir condições [para esses convites e que desejavam que ] a visita da delegação da LCJ fosse a convite do seu partido e não de outro qualquer*».

---

<sup>294</sup> Este documento só foi enviado depois (6/Out.), ainda através da embaixada de Paris. Não menciona a duração nem o idioma utilizado nas conversações. Por outros documentos, há referências a que Spasitch falava bem o francês, mas os seus conhecimentos de português não lhe permitiam a leitura da imprensa. Igualmente, devido a uma avaria da máquina da cifra (11/Out.), logo após a sua chegada, continuou sem poder enviar documentos confidenciais até Novembro.

<sup>295</sup> (1925-91). Combatente do Exército Popular Jugoslavo (1941-45). Jornalista e correspondente do «*Politika*» em vários países da América Latina (no México, onde residiu os últimos anos de vida) e na Europa (encontrava-se na RFA, quando esteve em Portugal).

na pergunta se a delegação era da LCJ ou da ASPTJ, apesar de Spasitch lhes ter dado «*uma clara explicação de que se tratava de uma delegação da ASPTJ*» e, na qual, precisamente por causa das conversações com o PCP passou a integrar um funcionário superior da LCJ mandado pelo seu CC. Porém, «*não comentaram, em nenhuma ocasião, o [seu] esclarecimento*».

Outra questão referida por Aurélio Santos foi a situação das relações com o PS que, no fundo, tinha uma posição claramente anticomunista e que «*isso os importunava tanto em acções no terreno como em todo o resto*». Por causa disso, «*não queriam que a visita da delegação [...], anunciada pelo Partido Socialista, fosse associada com eles*». Salientou que, em tais condições, «*o encontro das duas delegações (com a delegação que vem a convite do PSP) reflectir-se-ia negativamente tanto entre os membros como nas bases, entre as massas*». Acrescentou que já tinham «*um programa de convites para os partidos irmãos e, naturalmente, previram o convite para a LCJ*».

Voltando às relações com o PS, mencionou que havia muitos desacordos e deu alguns exemplos, começando pela posição dos socialistas relativamente à lei eleitoral, segundo a qual, «*nas eleições, podiam participar também todos os portugueses que se encontram fora do país*» e sendo esses alguns milhões, «*consideravam que "tais eleitores" podiam ameaçar as conquistas das mudanças democráticas*», porque eram pessoas que não sabiam tudo o que sucedeu no país na sua ausência. «*Discretamente, deram a saber que não tinham influência suficiente nessa parte das massas*». Depois, o PS recusava «*o direito do MDP a participar nas eleições como organização, embora este tivesse suportado grande parte da luta antifascista*», acrescentando que «*os socialistas ainda não afirmaram isso publicamente, mas que, no fundo, tinham essa posição*».<sup>296</sup> Outra discórdia surgiu acerca da grande manifestação de Solidariedade com o Chile, em que participaram diversas forças democráticas, quando «*o PSP se retirou porque nessa acção tomou parte o citado MDP*». Em seguida, Spasitch anotou: «*realçou que no próprio PS há muitos membros que são contra a direcção do seu partido*».

Na segunda parte da conversação, Octávio Pato repetiu-lhe que a visita da delegação condizia mal com o desejo de terem «*conversações com eles*». Era evidente que o PS queria só aproveitar essa visita para os seus estreitos objectivos, o que já sucedera no caso do MNE, onde os socialistas usurparam posições e colocaram só a sua gente, aproveitando bastante «*esse ministério para o seu próprio prestígio (pensava certamente na abertura para o mundo exterior e a descolonização, o que na luta eleitoral tencionam atribuir a si próprios)*».

<sup>296</sup> Como, num comunicado (29/Ago.), o PS já tinha retirado o seu apoio ao MDP/CDE devido ao seu interesse em participar nas eleições para a Assembleia Constituinte, esta afirmação não podia ser desconhecida dos interlocutores de Spasitch.



Continuou que a ASPTJ, devido a reunir grandes massas e organizações na Jugoslávia, o seu «"homólogo"» era o MDP e que uma tal visita podia ser tomada em consideração.

Voltando à situação no PS, julgou-a muito fluída, mesmo na própria direcção e que aproveita sempre para os enganar e não respeita os acordos. Por exemplo, «*no Governo, os seus ministros concorda[va]m com determinadas decisões, porém mais tarde nas suas acções entre a massas esta[vam] em desacordo com as promessas*», o que sucedeu com o direito à greve. Não lhes dão apoio nem em outras situações, mesmo quando se trata de impedir tentativas da direita, os socialistas calam-se e não se manifestam, sendo evidente que querem isolar o PCP. Por isso tudo, a chegada da «*delegação a convite do PSP cria-lhes dificuldades e poderia reflectir-se na posição do PCP entre amplas massas*».

Segundo este relato do diplomata jugoslavo, «*em duas ocasiões, sugeriam sem grandes rodeios o cancelamento da visita*». Por fim, acentuaram «*que, caso, a delegação chegar", que podíamos contactá-los e que, então, eles voltariam a examinar e decidir sobre isso*».

Na sua resposta, segundo Spasitch, disse-lhes: que «*a LCJ tinha o princípio de manter contactos e de cooperar com todos partidos e movimentos*»; queria «*renovar e reforçar o contacto*» entre os dois partidos e essa «*foi a razão do pedido para conversações com eles*»; também, ficaram muito satisfeitos porque tiveram o seu delegado no Congresso da LCJ. Nessa altura, interromperam-no e disseram-lhe que «*lhes era conhecido o trabalho do nosso congresso*». No fim, «*porque a reunião foi muito difícil*», principalmente, quando falaram de que a ASPTJ podia ter como interlocutor o MDP, não insistiu mais e só disse que «*iria transmitir a sua resposta ao nosso CC*». Igualmente, acrescentou que, em nenhum momento, aceitou discutir o adiamento da visita da delegação a Portugal.

Referindo-se, de novo, à conversação, relatou: disseram-lhe que o que tinha dito no primeiro dia tinham transmitido à direcção (sem comentários) e acerca do pedido para se encontrar com Álvaro Cunhal, dar-lhe-iam «*o número do telefone do seu "gabinete" (pensando no ministerial) para que pudesse lá contactá-lo*». No entanto, no fim da reunião, não lhes deram o número e ele não o pediu.<sup>297</sup>

Depois, na manhã do dia 27 de Setembro, recebeu uma carta do CC PCP para o CC da LCJ e impossibilitado de enviar o seu texto (cifrado) por telex, telefonou para Belgrado. Segundo a nota acerca da conversa telefónica enviada, nessa sexta-feira, pelo SFNE para as citadas LCJ e ASPTJ, foi reproduzido um resumo do seu texto traduzido e lido por Spasitch.

<sup>297</sup> O relato da sua reunião de 25 de Setembro termina aqui no seu telex, enviado de Paris (6/Out.), para o SFNE.

Nessa nota, o seu subscritor<sup>298</sup> estimou ser fundamental, na carta do PCP, o seguinte: «*chegou-se até ao acordo da visita da delegação da ASPTJ junto do PS sem consulta com o PCP. Souberam da visita, segundo dizem, pela imprensa (o que surpreende, tendo em conta que Spasitch numa conversação explicou<sup>299</sup> o carácter e o objectivo da visita da ASPTJ); a direcção do PC considera que a visita trará prejuízos ao Partido Comunista e suas bases, tendo em conta que o PS se comporta incorrectamente em relação ao PCP; consideram que a visita deve ser anulada e, posteriormente, acordar os contactos com o PC para data mais oportuna*».

Citou, a seguir, a anterior conversação (25/Set.) de Spasitch com «*os representantes do PCP (Santos, membro do Secretariado e um membro do CC)*» que lhe expuseram a sua discordância quanto à visita da delegação e falaram criticamente acerca do PS, cuja direcção não respeitava o acordo de cooperação,<sup>300</sup> actuava contra os interesses do PCP e tinha «*usurpado a competência dos Negócios Estrangeiros que det[inha] M.Souares*».

Disse, por último, que «*foram enviadas instruções*», em base da conversação com a LCJ, para que Spasitch contactasse novamente a direcção do PCP e os informasse de que achavam desejável, «*tendo em conta todas as circunstâncias e partindo de uma posição de princípios relativamente a todos os partidos e movimentos progressistas, as conversações paralelas com ambos os partidos (PS e PC)*». Após uma referência ao que isso representaria para «*a continuidade da troca de opiniões*», que teria uma «*adequada publicidade às conversações*» devido a importância dada à cooperação com ambos os partidos, foi pedido, igualmente, que Spasitch renovasse «*a disposição e o desejo da delegação de ter conversações com o PCP e de pedir imediatamente resposta por causa da coordenação do programa, com a observação que não deseja[va]mos entrar com o nosso comportamento nas relações entre o PCP e o PSP, que [era] exclusivo assunto dos dois partidos, o que [era] também a nossa posição de princípios*».

Retomando o citado telex, enviado de Paris (6/Out), Spasitch mencionou que «*após ter recebido as instruções para transmitir a nossa resposta à sua carta, houve o conhecido acontecimento, quando foi difícil conseguir qualquer contacto que fosse*». Por isso, devido ao

---

<sup>298</sup> O conselheiro D. Vutchitchévitch foi um dos membros da delegação do SFNE que esteve em Lisboa (Jun./74). ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

<sup>299</sup> Como o telex de Spasitch é posterior ao telefonema, Vutchitchévitch não sabia do que foi dito, na primeira reunião (21/Set.), por Aurélio Santos acerca da visita da delegação jugoslava na imprensa. Sobre essa informação errada, não foi encontrada, na documentação consultada, uma explicação ou emenda a seu respeito.

<sup>300</sup> Além de ser a primeira referência a tal acordo, não se encontrou, nem depois, qualquer informação acerca da sua existência e de que cooperação se tratava.

28 de Setembro e aos preparativos para o próximo Congresso do PCP, não pediu esse encontro para transmitir a *«nossa posição acerca da cooperação com todos, não entrando nas relações de uns partidos com outros»*, porque não quis ser confrontado com a situação de ser recusado, só iria pedi-lo durante essa semana.

### **Entrevistas**

Poucos dias antes,<sup>301</sup> falou também com o referido jornalista Djuka Iulius acerca de outras suas entrevistas (Jorge Campinos, Sottomaior Cardia, Raul Rego e Manuel Serra), cujas notas e informações enviou, através do telex da embaixada em Paris, para Belgrado.

Num primeiro documento,<sup>302</sup> a escolha de Spasitch quanto ao texto acerca do primeiro entrevistado, Jorge Campinos, reduziu-se a três pontos entre outros, que foram os seguintes: 1.º) a seguir às conversações Kissinger-Soares (23/Set.) dificilmente se podia *«diferenciar o comportamento dos EUA em relação às mudanças em Portugal e evolução futura»*; 2.º) o Governo provisório estava decidido *«a começar, o mais depressa e sem adiamentos, as negociações com os movimentos de libertação acerca da independência de Angola»*; 3.º) pessoalmente, acreditava que a solução política em Portugal era *«possível somente aquela que correspond[esse] às condições no país e na Europa Ocidental»*.

A respeito do primeiro ponto, havia duas linhas políticas, uma do Departamento de Estado e outra do Pentágono, caracterizando-se a última por *«extremamente reservada e alarmada com a participação do PC no governo»*, julgando as figuras principais do MFA como marxistas e *«até mesmo militantes do PC»* e, por isso, disposta *«a apoiar as forças mais conservadoras no exército e fora dele»*. Já a primeira era mais flexível e disposta a *«apoiar um cenário político mais moderado, sob a condição deste garantir os interesses americanos mais importantes, sobretudo a filiação de Portugal na OTAN e ao Ocidente»*.

Como Mário Soares tranquilizou Kissinger, segundo Spasitch, este teria salientado que a questão de Portugal na OTAN não se punha, que a democratização e a descolonização fortaleciam o país e que este *«no futuro queria duradouras relações estreitas com os EUA»*. Pediu empréstimos *«sob a forma de maiores compensações pela base nos Açores e para a revitalização e o desenvolvimento da economia portuguesa»*. Igualmente, o secretário de Estado

---

<sup>301</sup> Seguramente, entre 24 e 26 de Setembro, no caso da entrevista com Jorge Campinos, caso a citada reunião Soares-Kissinger foi a desse mês, enquanto as outras podiam ser anteriores, sabendo-se a data da entrevista com Álvaro Cunhal (20/Set.), cujo (possível) telex não foi encontrado. Estes dois telexes foram enviados, no dia 27, de Paris para o SFNE.

<sup>302</sup> ADMNE, Portugal, F-216, 1974.

estado-unidense esteve reservado e nada recusou, ficando por um isso ia ser estudado. A impressão que deixou a Soares foi que os EUA eram *«pelo apoio categórico a uma solução que excluísse o PC do governo, ou seja, uma solução política de centro-esquerda»* e, assim sendo, esperavam e exigiam que os socialistas se demarcassem do PCP, abrindo quanto antes uma real possibilidade para uma coligação com os democratas populares (PPD). Esta solução seria aceitável para *«os EUA e a CEE, garantiria as reformas com estabilidade, excluindo uma viragem à esquerda. Unicamente neste caso, os EUA apoiariam Portugal e, ao mesmo tempo, era evidente que conta[va]m com Spínola como o factor para uma solução duradoura. No MNE, era claro que nesse jogo as cartas esta[va]m repartidas»*.

No segundo ponto, Jorge Campinos referiu a ordem do Governo Provisório para *«o chefe da Junta,<sup>303</sup> em Luanda, almirante Rosa Coutinho»* iniciar imediatamente as negociações com os movimentos de libertação para a independência de Angola, esperando *«grandes dificuldades internas e externas (descolonização de Angola), mas era-lhes claro que qualquer hesitação poderia ameaçar a evolução democrática em Portugal»*.

Sendo as suas ideias acerca da descolonização incompatíveis com as do Governo, Spínola tentava influenciar directamente as negociações em Angola e, por isso, disse que assumia o aspecto internacional da solução nas suas mãos numa tentativa de *«enfraquecer a posição do Governo, Soares e o MFA»*. Porém, *«isso não "preocupa[va]" o Governo porque, também antes, Spínola fez declarações semelhantes, mas no fim teve de aceitar a realidade que era contrária às suas ideias»*. Em relação às suas intenções, procurava *«assegurar uma democracia do tipo ocidental (em que os interesses neocolonialistas se defendem mais facilmente) e reforçar, quanto possa, as posições da FNLA de Holden nas negociações»*. Acrescentou, entre outras, ainda: que *«Holden era um homem dos EUA daí o encontro de Spínola com Mobutu»*; ingerências no MPLA, *«aproveitando a sua desunião e fraqueza militar»*; abrandar o ritmo da descolonização, a fim dos partidos políticos dos colonos e companhias estrangeiras se organizem e assegurem os seus interesses. Por fim, para que os EUA pudessem garantir, *«cujo interesse pela África Austral não era somente constante, mas também aumentava, [...] as posições que lhes permitem os "governos amigáveis"»*.

Não obstante, o MFA e o Governo decidiram criar, independentemente de Spínola, rapidamente as condições para uma rápida solução em Angola, conscientes dos riscos de atrasos ou adiamentos. O maior problema era a desunião e as lutas mútuas dos movimentos de libertação. Assim, a UNITA que *«colaborou com os colonialistas, [então], actuava como*

---

<sup>303</sup> Em vez de *«presidente da Junta Governativa»*. Foram frequentes os erros na tradução em sérvio-croata de cargos e instituições assim como na transliteração de antropónimos e topónimos portugueses.

*partido político e assegurou o apoio dos colonos e companhias estrangeiras». O parceiro mais progressista e o mais aceitável para as negociações, mas dividido e fraco no plano militar (só um pouco forte no leste de Angola), o MPLA fazia «esforços para se organizar militarmente, mobiliza[va] as massas e fortalec[ia] a sua posição de liderança política entre a população autóctone». A FNLA era o movimento com melhor organização militar, «mas fraco politicamente, mesmo até na zona que controla (fronteira com o Zaire). Por isso, sabotava as negociações». Contudo, todos os três movimentos estavam contra a independência de Cabinda.*

Apesar das grandes dificuldades, caso houvesse hesitações elas seriam ainda maiores. Em Angola, apesar de tudo, as forças armadas estavam sob a forte influência do MFA, estão a favor da descolonização e Rosa Coutinho era fiel às ideias do movimento.

Outro assunto que Jorge Campinos nomeou e que *«não podiam compreender era a posição dos países africanos e as suas reservas quanto a Portugal e a sua política: não estabeleceram relações diplomáticas (excepto o Senegal) e ainda não autoriza[va]m o voo de aviões portugueses (com grandes custos) como se nada tivesse mudado». Logo, os governos africanos não compreendiam que o novo governo português era seu aliado, dando «argumentos com essa posição rígida à direita portuguesa que afirma[va] nada — apesar da política de concessões de Soares em África — tinha mudado significativamente e que Portugal continua[va] tanto ignorado como isolado». Por causa disso, «ser-lhes-ia uma grande ajuda» se esses países mudassem de atitude e que «fosse, o mais rápido possível, de uma forma palpável»*

No terceiro ponto deste documento, sem comentários, o entrevistado concluiu: *«pessoalmente, acredito que a solução política possível, em Portugal, será só aquela que corresponda às condições no país e na Europa Ocidental. Uma aliança do centro e a esquerda sem influência significativa dos comunistas».*

No seu segundo telex,<sup>304</sup> Spasitch reuniu as três entrevistas com *«os dirigentes socialistas Sottomaior Cardia (esteve no Congresso da LCJ), Raul Rego (director da "República") e Manuel Serra (líder da ala esquerda, o Movimento Popular Socialista no quadro do PS) em conversações separadas com Iulius»*, mas sem indicar datas, nem os nomes ou outras indicações que possam identificar os entrevistados no texto.

---

<sup>304</sup> ADMNE, Portugal, F-1/216, 1974.

Todavia, pela frase seguinte — *«dão uma grande importância às relações com a LCJ e a Jugoslávia, alegram-se com a chegada da delegação<sup>305</sup> com a qual querem ter uma vasta troca de opiniões acerca de todas as questões das relações e movimentos no mundo. Informá-la-á completamente e em pormenor da evolução em Portugal»* —, o entrevistado devia ser Sottomaior Cardia que, em fins de Maio, esteve no Congresso da LCJ. Antes, tinha dito que o PS estava *«em pleno crescimento porque as suas ideias e a política têm grande eco e apoio. Os sucessos de Soares na política de descolonização e a revalorização internacional de Portugal muito os ajudam»*, mas também, a sua luta contra o fascismo. Então, no processo da organização do partido, a influência do PS, sobretudo nas cidades, era superior à sua força numérica. Acreditavam que, *«talvez, os partidos com maiores possibilidades de crescimento [eram] os partidos socialistas de inspiração marxista, o que faz[ia] uma grande diferença quanto aos partidos sociais-democratas dos países europeus, mas apoia[va]m-se na Internacional Socialista»*.

Segue-se uma crítica ao *«PC como uma força dogmática, que procurava sufocar os socialistas porque neles via uma autêntica alternativa de esquerda»*. Um exemplo característico foi a apropriação da *«frente democrática<sup>306</sup> do tempo do fascismo e as suas organizações»* e controlava o movimento sindical, onde procurava impedir o fortalecimento dos socialistas. Não obstante, o PS continuaria *«no futuro a colaborar com o PC na defesa das conquistas de Abril e na luta por uma profunda democratização no país, sobretudo pelas reformas sociais»*. Igualmente, o PC estava *«ainda muito ligado à URSS e seus interesses»*. No governo, Cunhal era *«o ministro que menos se opunha aos oficiais, aceita[va] qualquer das suas propostas sem tentar influenciar para fossem ainda mais progressistas. Contudo, pensava que, pessoalmente, Cunhal era uma "cabeça bastante independente", que o PC teve de elaborar sózinho a sua linha política e que nem esses elementos devem ser subestimados»*.

Outro aspecto da situação política era que a democratização ia mais lentamente do que deveria ser e o saneamento dos restos do fascismo foi demasiado pouco. A antiga infra-estrutura do fascismo, a política e especialmente a económica ainda existia e servia de base para a direita actuar contra *«a Revolução de Abril (antifascista, anticolonialista e democrática)»*. Daí, possivelmente, para este segundo entrevistado era necessário que o saneamento se

---

<sup>305</sup> Referia-se à delegação da ASPTJ, cuja chegada foi adiada devido ao 28 de Setembro.

<sup>306</sup> Deveria ter anotado: MDP-CDE.

efectuasse mais energicamente, que fosse destruída a antiga infra-estrutura e com reformas sociais o apoio da ala do capitalismo português que esteve ligado ao fascismo, precisamente só pode subsistir sob a sua protecção (o fascismo com a repressão permitiu que os salários dos trabalhadores fossem baixos, o que deu ao capital grandes possibilidades de lucro). Também aqui, o PS agiria firmemente pela democratização no sentido de profundas reformas sociais que, ademais, predizia o MFA.

Preocupava-os a evolução nas forças armadas, onde decorriam esforços dos conservadores, sobretudo de Spínola, para suprimir o MFA e os oficiais revolucionários. Por enquanto, as forças eram aproximadamente iguais, a iniciativa spinolista de dissolver a Comissão Coordenadora do MFA foi rejeitada, mas ele tentará novamente conseguiu-lo na primeira oportunidade. Até esse momento, *«Costa Gomes comportou-se bem, mais próximo do MFA do que de Spínola, mas, no fundo, ele tinha, todavia, ideias conservadoras, pelo que a aliança com Spínola nunca deverá ser excluída»*.

Devido a dependerem muito da evolução das Forças Armadas, faziam tudo para apoiar o MFA *«porque isso dá a melhor garantia para um desfecho político e democrático, para a execução integral da descolonização e a realização de eleições. A direita e os americanos estão por trás das manobras spinolistas que, na verdade, aspiram a uma solução autoritário-degaulista com apoio no centro-direita»*.

Somente o Congresso (12-15/Dez.) decidiria qual seria a linha em relação às eleições. Provavelmente, apresentar-se-ão como força autónoma baseada nos seus próprios objectivos programáticos. Outras afirmações deste último parágrafo: *«o PS nunca romperá a cooperação com o PC nas massas e na luta pelos interesses dos trabalhadores e do povo, nem cairá no anticomunismo; sem a participação do PC, a democratização em Portugal não era possível, ou seja, o isolamento do PC só favorece a direita; ao mesmo tempo, o PS terá de examinar "onde estão os limites das possibilidades para a execução de uma verdadeira política socialista nas condições actuais em Portugal"»*. Do mesmo modo, *«não excluíam, sob determinadas condições, sobretudo na realização de reformas, a coligação com os democratas populares, portanto com o centro, depois das eleições, caso os resultados apontarem para uma tal combinação como base para a estabilização da democracia»*. No entanto, havia o receio de que os democratas populares, que se proclamavam pela social-democracia, tendessem para uma aliança mais à direita e fizessem um acordo com Spínola.

Nessa sua segunda semana em Portugal, apesar dos acontecimentos nela ocorridos,<sup>307</sup> Spasitch não se lhes referiu na documentação enviada, no dia 6 de Outubro, de Paris para Belgrado. Por não ter sido encontrada uma explicação para essa falta de informações, podem-se pressupor algumas, mas que não respondem cabalmente às interrogações devido à ausência de respostas convincentes.<sup>308</sup> Não obstante, a situação que ele próprio descreveu num seu telex de Lisboa (não cifrado) para o SFNE (3/Nov.) podia ser uma das respostas. Nele, informou de que estava «*praticamente, havia mais de duas semanas, sem contactos*» com Belgrado e que «*a única acção importante*» que tinha recebido datava de 11 de Outubro, quando recebeu a máquina de cifra de Paris, mas esta avariada. Desde essa altura, não recebeu nem uma informação acerca do seu concerto. Além disso, «*tinha outras dificuldades que já tinha comunicado, porque era também funcionário consular, economista, secretária e agente imobiliário*».

Por isso, não enviava muitas das informações que recebia por falta de tempo para confirmar a sua veracidade. Na chancelaria, apareciam muitas pessoas que não podiam deixar de receber. Sucedia que pessoas que eram membros do PCP e que queriam ajudá-los sinceramente (na administração), naturalmente, apesar desses contactos e ofertas «*não tinha possibilidades de dar-lhes uma resposta satisfatória*».

## II.5— *A Descolonização: de Londres a Dar es Salam e Nova-Iorque.*

Em meados de Abril, a Jugoslávia mantinha relações com três movimentos de libertação das colónias portuguesas (PAIGC, MPLA e FRELIMO), sendo o movimento angolano o mais apoiado e o único que teve a sua representação em Belgrado a partir de 1970.<sup>309</sup> Quanto

---

<sup>307</sup> Desde o anúncio da data da manifestação em apoio do Presidente da República (25/Set.) e, nos dias seguintes, a tourada no Campo Pequeno, a reunião do Conselho de Ministros, a recepção de Spínola de uma delegação das «*forças vivas de Angola*» até às barragens populares nos acessos a Lisboa e a proibição da manifestação pela CC do MFA e a JSN no dia 28, seguindo-se a renúncia de Spínola e a nomeação de Costa Gomes para novo Presidente da República, confirmando Vasco Gonçalves como Primeiro-Ministro (30/Set.).

<sup>308</sup> Porém, num telex posterior, relata a sua presença em Lisboa (7/Out.) numa recepção da embaixada da RDA que, segundo a imprensa diária, se realizou pelo «*fim de tarde, nos salões do Hotel Ritz*» e uma conversa com Aurélio Santos, mas não fez referência a Octávio Pato nem a Carlos Amboim Inglês também ali presentes e que conhecia. O primeiro, recentemente, e o segundo, de Belgrado, em fins de Maio desse ano.

<sup>309</sup> Além do seu «*Centro Informativo*», é de salientar que, nesses anos antes da independência, esse constante apoio político e militar se reforçou com as visitas de Agostinho Neto à Jugoslávia (Fev./73 e Mar./74). *Vd. nosso «As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-1974)», p.227-241.*



ao PAIGC,<sup>310</sup> os apoios político-militares foram inferiores, mas houve a ajuda importante na construção e manutenção do hospital em Boké (Guiné-Conacri) e os frequentes contactos com os seus dirigentes através da sua embaixada em Conacri confirmam a importância dessas relações. No caso da FRELIMO,<sup>311</sup> a situação era já bastante diferente e foi o próprio Samora Machel que estimou que «*no período de 1971-74, a ajuda militar da Jugoslávia [...] foi só simbólica*» e embora estivesse «*cheia de bonitas palavras e declarações, [a Jugoslávia] muito pouco disso fazia ou então aquilo que faz[ia], acaba[va] com grande atraso*».

Graças às suas embaixadas<sup>312</sup> em países vizinhos às citadas colónias portuguesas, a sua situação político-militar era bem conhecida em Belgrado e os seus três movimentos eram considerados como os mais combativos e bem organizados em África. Igualmente, as instituições estatais<sup>313</sup> e partidárias<sup>314</sup> jugoslavas mantiveram contactos mais directos não só por meio da recepção de delegações convidadas — em que, nesse período, predominaram as do MPLA —, mas ainda pelas conversações, em diversos países, dos seus enviados especiais ou delegações com dirigentes desses movimentos. Todavia, foram também anos, em que as ajudas prometidas tiveram atrasos de muitos meses apesar dos pedidos urgentes ou mesmo não foram nem cumpridas. Uma situação que foi explicada pelas dificuldades económicas do país, mas cujas soluções não foram encontradas a não ser em adiamentos ou silêncios pouco diplomáticos como ocorreram nas ajudas prometidas a estes movimentos, os quais, no caso da FRELIMO, tiveram consequências demasiado negativas nas posteriores relações políticas e económicas jugoslavo-moçambicanas.<sup>315</sup>

<sup>310</sup> *Ibid.* Igualmente, pode-se ainda realçar o início dessas relações com a presença de Amílcar Cabral na Conferência de Belgrado (Set./61) e de ter recebido, em 1965, o primeiro armamento dado pela Jugoslávia a um movimento de libertação das colónias portuguesas.

<sup>311</sup> *Ibid.* O documento com este desabafo de Samora Machel, numa conversa com Dragutin Popovitch (jornalista e «*seu velho amigo pessoal*»), foi enviado pelo SFNE para a Presidência da República (25/Mai./75) e encontra-se, actualmente, no Arquivo da Jugoslávia (AJ, 837, I-5-c, *Moçambique*).

<sup>312</sup> Principalmente, as embaixadas em Conacri, Kinchassa, Brazavile, Lusaca e Dar es Salam, enquanto a de Dacar teve um papel mais secundário devido às restritas relações entre o Senegal e o PAIGC.

<sup>313</sup> Além dos secretariados federais dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, as instituições ligadas à educação (bolsas de estudo) e saúde (tratamento de feridos). Quanto à presidência da República, as conversações Tito-Agostinho Neto confirmaram um apoio ao MPLA que, como opção da política externa jugoslava, nunca faltou nesses anos setenta antes e depois da independência angolana.

<sup>314</sup> Mais a ASPTJ do que a LCJ, embora esta última teve, nos anos antes de 1974, conversações com delegações do MPLA.

<sup>315</sup> Após a independência, em 1976, Moçambique não tinha (e continuou a não ter) embaixada em Belgrado, enquanto a Jugoslávia abriu a sua em Maputo. Nesse ano, numa visita a Belgrado, Sérgio Vieira, então chefe do Gabinete do presidente Samora Machel, respondeu o seguinte a uma pergunta de um secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros acerca da possível abertura da missão diplomática na capital jugoslava: «*Quando*

Nesses primeiros meses pós-25 de Abril, a guerra continuou nas três colónias, tendo a sua intensidade só diminuído numa delas.<sup>316</sup> Relativamente às negociações, desde as primeiras, em Londres (25-30/Mai.), o PAIGC conseguiu o reconhecimento português (10/Set.) da independência da Guiné-Bissau e sua admissão, uma semana depois, na ONU. Após, as negociações em Lusaca (4/Jun.), ali, três meses passados (7/Set.), a FRELIMO obteve a constituição de um Governo Provisório com a sua participação maioritária e a data da independência (25/Jun./75). Quanto à Angola, um MPLA dividido em três fracções e rodeado de poucos aliados, a assinatura do Acordo de Cessar-Fogo<sup>317</sup> com o governo português, em território angolano (22/Out.), confirmou a mudança favorável, iniciada em Setembro, e ajudou-o a sair da difícil situação político-militar em que se encontrava já antes do 25 de Abril devido às ingerências do Zaire, Zâmbia e seus respectivos presidentes (Mobutu e Kaunda).<sup>318</sup>

### II.5-1 — As negociações com o PAIGC

Antes do começo das negociações em Londres, de Conacri, o embaixador Stanitch informou o SFNE acerca da entrega (10/Mai.) das suas cartas credenciais e de outros quatro embaixadores, «*no território livre da Frente Sul, no interior profundo da Guiné-Bissau (a 85 km da fronteira da Guiné), [...] a Luís Cabral, Presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau*». <sup>319</sup> Em três documentos, descreveu a sua viagem e dos embaixadores da Guiné, Argélia, URSS e da Roménia no território da Guiné-Bissau<sup>320</sup> até ao local da cerimónia

---

*tiverem os quadros necessários começarão a abrir missões segundo uma prioridade já fixada. Em primeiro lugar, a Tanzânia e os países vizinhos. Em segundo, a ONU, Moscovo e Pequim. No terceiro, os países socialistas que os ajudaram durante a luta de libertação. E, no quarto, todos os restantes países. A Jugoslávia não mencionou. Mas, pela sua exposição, resulta que nos colocou na 3.ª, ou talvez na 4.ª categoria». Segundo o seu interlocutor, ainda acrescentou: «falando sobre a importância da experiência ideológica dos outros, [Vieira] salientou que Moçambique é um país não-alinhado e independente e, ao mesmo tempo, realçou que para a sua independência, por vezes, foi mais fácil lutar com adversários do que com os aliados», (AJ, 837, I-5-c, Moçambique).*

<sup>316</sup> Total de baixas, em 1974 (antes e pós-25 Abril), do exército português: Guiné (99 e 66 mortos); Angola (82 – 235) e Moçambique (117 – 203).

<sup>317</sup> Contudo, desde fins de Julho, os confrontos militares já tinham cessado. Em Moçambique, o cessar-fogo foi também estabelecido por essa data, embora oficialmente o acordo só foi assinado em Lusaca (7/Set.).

<sup>318</sup> Cf. doc.163 de «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)*», sendo este um dos documentos entre dezenas de outros (telexes, relatórios, etc.) sobre esta situação que se encontram nos citados arquivos de Belgrado.

<sup>319</sup> (ADMNE, Guiné-Bissau, F-224, 1974). Estes documentos foram enviados nos dias seguintes.

<sup>320</sup> Uma descrição que começa no território da Guiné-Bissau com «*a guarda de honra de um destacamento bem armado e disciplinado de soldados do [seu] exército*» à sua espera, a viagem «*até ao local [não mencionado por Stanitch] da entrega das credenciais uma visível atmosfera de alegria e de festa. O povo, o exército, a juventude e os dirigentes exprimiram em toda a parte a amizade e a consideração pelos primeiros embaixadores de países*

nia num «"palácio" do tipo tropical africano sob o céu livre<sup>321</sup> da república G.-B.» com as personalidades civis e militares, os seus discursos e dos embaixadores num comício, um almoço, a festa popular e a conversação com Luís Cabral<sup>322</sup> antes do regresso, nesse mesmo dia, à Guiné-Conacri. Dessa e de outras conversações «com o ministro N.E. Maria [Vitor Saúde Maria] e outros funcionários fic[ou]-se com a impressão de que a direcção e o povo aguarda[va]m de forma relativamente tranquila o fim dos acontecimentos em Lisboa, pelo que esta[vam] cautelosos e atentos, não querendo se precipitar. A situação em Portugal considera[va]m, em geral, positiva, mas ainda pouco clara».

Depois, voltou a informar Belgrado (21/Maio) a respeito «das conversações com os guineenses (Bissau)», achando que, «apesar da cautela de um certo número de dirigentes e funcionários do PAIGC, predominava algum entusiasmo inicial»<sup>323</sup> que só então começou a ter uma dimensão e expressão mais realista.

Havia, ainda, a questão se seria possível coordenar as negociações com Portugal no quadro da CONCP ou seria melhor que cada país as efectuasse separadamente, o que provocava algum receio quanto à solução a tomar por causa dos imprevistos problemas e das novas dificuldades. Igualmente, «o factor externo (Guiné, Senegal, EUA, França e outros) actua[va] e cria[va] uma atmosfera de insegurança e de preocupações». Por causa disso,

---

*amigos». No caminho passaram por «dois aquartelamentos que os colonialistas portugueses ainda no ano passado tiveram de abandonar antes do ataque dos combatentes do exército da Guiné-Bissau. Os restos dum avião abatido, equipamento, ruínas de alguns edifícios militares não eram só uma visível prova que ali foram travados ferozes combates, mas também de forma convincente e simbólica como que, inexoravelmente, querem mostrar que eram os últimos dias dos conquistadores portugueses».*

<sup>321</sup> Porém, segundo o embaixador soviético, «às 11 horas, no céu apareceram dois aviões militares portugueses e [...] fomos obrigados a escondermo-nos. Felizmente, os aviões, depois de darem várias voltas por cima da selva, afastaram-se». (<http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2009/09/guine-6374-p5010-efemerides-21-boe24.html>), consultado em 5/Fev./2015.

<sup>322</sup> Nela, entre «algumas questões concretas», o embaixador referiu ter informado o seu interlocutor da declaração do governo jugoslavo acerca dos acontecimentos em Portugal, que este recebeu com satisfação, dizendo que «era necessário [então] actuar firmemente em direcção do apoio às forças antifascistas e anticolonialistas em Lisboa». Depois, Luís Cabral falou-lhe da delegação do PAIGC no próximo Congresso da LCJ e «que esperavam, em Belgrado, ter possibilidades de se encontrarem com numerosos países e de discutirem connosco uma série de questões de cooperação bilateral e de actividades internacionais». Igualmente, «em relação à entrega do material militar e da reconstrução do hospital [em Boké]», disse que estava informado acerca da situação e «pediu que se encontrem maneiras para apressar a sua realização». Citou a cooperação com a Jugoslávia e suas perspectivas futuras e, embora as riquezas naturais da Guiné não estivessem estudadas, «já se sabia que tinha bauxite, petróleo, madeiras, pesca e condições muito favoráveis para o desenvolvimento da agricultura», assim como tencionavam desenvolver o turismo. Por isso, achavam que se deveria planear nessas direcções a seguinte cooperação. Além disso, concluiu o embaixador jugoslavo, «salientou, em particular, a necessidade de equipas médicas e de quadros».

<sup>323</sup> ADMNE, Guiné-Bissau, F-224, 1974.

faziam todos os esforços no Senegal para que não surgisse algum «*outro grupo da anterior suplantada FLING (que teve o apoio do Senegal e indirectamente da França e da China) ou de outros elementos*». O mesmo não só podia tentar «*os neocolonialistas portugueses, franceses e americanos*», mas também tinham informações de que, em certos países (Senegal, França e Portugal), «*procuravam aliciar principalmente estudantes da GB, Angola e Moçambique, introduzindo [...] desconfiança na direcção do PAIGC, MPLA e FRELIMO*». Por isso, tinham sempre, em Dakar, um dirigente importante para impedir, entre outras tarefas, qualquer «*eventual tentativa de criação dum grupo fantoche*», assim como enviaram «*gente de confiança [...] a centros europeus onde ha[via] emigração e estudantes e tenta[va]m assegurar o apoio ao governo do PAIGC*».

Sem embargo, prevendo «*uma possível criação de grupos oposicionistas em Bissau ou no Senegal*», a posição a tomar perante tal eventual tentativa já fora explicada pelo PAIGC numa sua anterior declaração (5/Maio).<sup>324</sup> Daí, qualquer tentativa semelhante de integrar uma qualquer «*terceira força*» nas negociações em Londres representaria a sua interrupção e a continuação da guerra. «*Isto Pereira explicou a Soares, m.n.e. de Portugal, no encontro em Dakar*».<sup>325</sup>

### **As negociações em Londres**

Nos dias seguintes, antes e depois das negociações em Londres (25-30/ Maio), os telexes da embaixada jugoslava relataram a apresentação e os objectivos da delegação guineense, assim como os seus resultados através das informações obtidas por meio das conversações com dirigentes do PAIGC.

Após Aristides Pereira, foi mencionado outro chefe da delegação que seria «*muito provavelmente [...] o presidente do Governo*», Luís Cabral. Nesses dias, além das reuniões do PAIGC, chegaram a Conacri «*os emissários das ilhas de Cabo Verde e esperavam-se também de Moçambique e Angola. Por meio da embaixada zairense [...] a FNLA tentava contactar o PAIGC*». Segundo esta mesma fonte, um diplomata cubano,<sup>326</sup> a posição da Guiné «*causava*

<sup>324</sup> *Ibidem*. Segundo um seu telex (16/Maio), essa declaração rejeitava «*antecipadamente qualquer acto cujo fim [fosse] de credenciar os chamados grupos nacionalistas criados no último momento, ou mantidos no estrangeiro e cujo reconhecimento por parte do governo português conduziria a uma única e inevitável consequência, a continuação da luta armada pela libertação nacional*».

<sup>325</sup> *Ibidem*. Este encontro realizou-se em 16 e 17 de Maio.

<sup>326</sup> Um diplomata que «*era conhecedor da situação porque mant[inha] contactos directos diários tanto com o PAIGC como com os guineenses devido ao papel que os cubanos t[inham] na Guiné e no PAIGC. Os seus instrutores e especialistas encontra[va]m-se nas milícias e polícia da República da Guiné bem como em lugares muito importantes na G.-B. Isto, também, repara[ra]m durante a recente visita à G.-B., onde encontrámos numerosos quadros cubanos. Por isso, aqui, a posição dos cubanos era privilegiada. Eles podiam deslocar-se*

*preocupações, apesar das garantias de que se tratava dum desacordo tático que não conduzir[ia] a uma ruptura, a direcção do PAIGC estava atenta».*

A delegação — afinal, chefiada pelo «*comissário-adjunto da Defesa*», Pedro Pires — deveria efectuar os primeiros contactos para sondar a disposição de Portugal e, caso se confirmasse a sua sinceridade, seria reforçada tendo em conta quem chefiaria a delegação portuguesa. Estavam «*desagradavelmente surpreendidos com a mudança de atitude de Soares que depois da conversação com Pereira, em Dacar, declarou, em Lisboa, que a G.-B. era um pequeno país e que para seu bem deveria continuar ligada a Portugal*».<sup>327</sup> Por causa de isso ser «*totalmente contrário*» ao que tinha dito, desconfiavam que posteriormente foram feitas pressões sobre ele. Sendo tal concepção inaceitável para a Guiné-Bissau, «*todas as unidades militares do PAIGC foram colocadas em estado de alerta para continuarem a guerra de libertação*». Embora, entre «*as forças organizadas em Portugal somente, até então, os comunistas estavam pela concessão imediata e sem reservas da independência às colónias*», porém, tinham esperanças na evolução de Portugal e no apoio da opinião pública mundial.

Em relação a estas negociações, corriam boatos que foram uma concessão de Sékou Touré por causa das divergências surgidas na direcção do PAIGC a respeito do momento pouco oportuno para a sua realização e que, por isso, Aristides Pereira ter-se-ia encontrado, em 24 de Maio, com o presidente guineense. Acrescente-se que, segundo o embaixador jugoslavo, «*tinham informações de que, pouco tempo antes, a Guiné teria proposto ao PAIGC uma acção conjunta contra Portugal*». Também, nesses dias, houve um súbito encerramento do porto de Conacri, onde atracaram «*dois grandes cargueiros, provavelmente soviéticos*», assim como aterraram diversos aviões de carga. Deles, foi descarregado «*uma grande quantidade de armamento pesado, incluindo carros blindados, tanques, canhões, bazucas, mísseis antiaéreos, "katchuchas", etc.*» e, embora, não soubessem «*se isto tinha alguma ligação com a situação nesta região e acerca do PAIGC e Portugal*», as surpresas eram possíveis.

Contudo, houve quem afirmasse que esse «*desembarque "discreto" de armamento representou uma manobra da G.-B. e dos seus aliados nas negociações porque os mesmos barcos foram avistados perto do porto já havia uma quinzena de dias, [...] esperando-se o momento para que o desembarque tivesse um efeito mais forte*».

---

*livremente por todo o país*». O embaixador jugoslavo referia-se, possivelmente, à citada sua entrega de credenciais no território da Guiné-Bissau (10/Maio).

<sup>327</sup> *Ibidem*. Telex n.º 362 de 25/Mai./74.

No entanto, «*numerosos sinais apontavam que os dirigentes do PAIGC esperavam o melhor*» e que das negociações com Portugal resultaria, em breve, a sua retirada da Guiné-Bissau.

Só dias depois,<sup>328</sup> o SFNE recebeu de Conacri a informação de que, em Londres, a «*situação era ainda incerta*» e as conversações tinham sido interrompidas para ambas as partes puderem consultar os seus governos. O PAIGC esperava que na sua continuação haveria mais transparência e as conversações aproximar-se-iam de um final bem-sucedido, tendo em conta uma mensagem bastante otimista enviada pelo próprio Pedro Pires.

Outras informações diziam respeito à situação militar na Guiné-Bissau, à composição da delegação e aos encontros de Aristides Pereira com Sekou Touré. Na primeira, realçava-se uma «*nova reviravolta [pois] os portugueses, refugiados em sítios fortificados, na sua maioria, não aceita[va]m combater e manda[va]m mensagens que não queriam a continuação da guerra e espera[vam] somente ordens para a retirada*». Em relação aos membros da delegação, «*com Pires estava ainda Araújo, comissário de Estado e um dos mais importantes dirigentes civis do PAIGC*», acompanhados por três importantes comandantes militares e alguns outros dirigentes civis. Quanto à situação, na Guiné, estava melhor porque «*em vários encontros, Pereira e Sékou Touré aproximaram os seus pontos de vista*».

Outros dias passaram e, após a sua conversação com Aristides Pereira, o embaixador jugoslavo comunicou a Belgrado (5/Jun.) que, em Londres, embora as negociações se encontrarem perante as primeiras dificuldades, não tinham perdido as esperanças de um sucesso próximo.

A principal dificuldade foi a questão de Cabo Verde, tendo «*os representantes do governo português salientado diversas vezes*» que era diferente da Guiné-Bissau por causa de certas diferenças históricas e sociais, mas ainda porque ali não tinha havido luta armada. Por tudo isso, «*era muito complicado de se decidir por uma simples integração dessas ilhas no novo Estado, porque isso podia provocar indesejáveis repercussões internas e criar importantes dificuldades ao novo governo português*».

Do mesmo modo, a delegação portuguesa manifestou que «*antes do reconhecimento definitivo do novo Estado seria desejável anunciar eleições, isto é, referendo, aludindo também a concessão de possibilidades a outras camadas de população e categorias políticas de se exprimirem e não somente ao PAIGC*». Esta proposta seria, mais ou menos, «*uma coisa*

---

<sup>328</sup> ADMNE, Guiné-Bissau, F-224, 1974. Este telex (30/Mai.) «*das conversações com dirigentes do PAIGC*» foi o primeiro acerca das negociações em Londres.

*formal para deixar uma impressão favorável na opinião pública tanto na G.-B. como em Portugal, [justificando-a] pelas necessidades políticas internas do novo governo português, para salvar a face perante a opinião pública portuguesa e outras».*

Não obstante tivessem a promessa de Mário Soares que se empenharia por uma solução justa, a questão estava até que ponto ele conseguiria ter sucesso nas consultas com o governo, em particular, com Spínola, tendo em conta que havia membros do governo que não estavam dispostos a seguir a sua opinião. Todavia, segundo Aristides Pereira, ele *«tinha sido até então o mais inclinado para o reconhecimento definitivo do novo Estado, apesar do próprio Soares mencione que as dificuldades não eram poucas»*. Em seguida, referiu que, fora os portugueses, tinham dificuldades no plano externo — pensando evidentemente nos EUA, comentou o subscritor deste documento —, mas, apesar do que se dizia, estes estavam igualmente um pouco mais flexíveis.

Avaliando a situação como incerta, contudo *«não havia lugar para pessimismos, pelo contrário, as negociações representam para eles um certo sucesso, principalmente em relação às possibilidades de conhecer de perto as verdadeiras intenções do governo português, o que naquele momento também tinha importância»*. Além disso, a sua posição determinada era de não aceitar nenhum referendo ou eleições, sobretudo com a presença de tropas portuguesas que, sem falta, se deviam retirar.

Mais delicada era a questão de Cabo Verde por causa da grande incerteza que a rodeava. Depois, ninguém estava seguro se o governo português não pensava seriamente resolvê-la separadamente, ou seja, de reconhecer antecipadamente a Guiné-Bissau, deixando-a para negociações posteriores. Isto teria e *«para eles podia ter inconvenientes e consequências políticas, pois já só a divisão, mesmo apesar de provisória, podia influenciar uma reacção indesejável da opinião pública e dos quadros da G.-B. e, em particular, dos militantes cabo-verdianos»*. Acerca disso, *«já especula[va]m os seus adversários, isto é, acerca de uma certa discórdia entre a população negra e a das ilhas»*.

Por outro lado, *«o reconhecimento definitivo do novo Estado por parte de Portugal seria um grande sucesso, mesmo sem o arquipélago de Cabo Verde»* e — segundo estas notas do embaixador jugoslavo — iam discutir com a delegação em pormenor esta situação, preparando-se as posições a tomar e a actuação na continuação das negociações. O seu objectivo principal seria *«procurar conseguir o máximo, isto é, incluindo Cabo Verde e a solução da questão na totalidade»*.

Não obstante ter havido «*críticas à decisão de irem para negociações com Portugal, mesmo até da parte de alguns amigos (claramente, aludindo-se à Guiné), provou-se que eles tinham de ir para isso para aproveitar tudo o que se podia e, igualmente, por causa dos seus quadros e povo*». Em seguida, Aristides Pereira reafirmou que «*caso não se chegue a acordo, eles estavam decididos e preparados para continuar a luta*». Acrescentou ainda que «*as direcções dos outros movimentos de libertação apoiaram esta acção de negociações como também os guineenses condescenderam após conversações adicionais e, no fundo, aceitaram as negociações*», mas sem qualquer desvio à posição de princípios, o que foi sempre, por fim, a sua intenção desde o início.

Para concluir, salientou: o PAIGC tinha «*algumas vantagens — exército, dois terços de território libertado, reconhecimento de grande número de países, etc. — que dão esperanças de sucesso, o que não puderam contestar nem os representantes do governo português nas negociações*»; por parte da delegação portuguesa, notou-se uma certa disposição para ultrapassar as dificuldades, «*mas quando se passa[va] à resolução das coisas, então, [tudo] parecia diferente e, por isso, espera[va]m que a continuação das negociações mostr[asse] qual era a verdadeira disposição do governo português e se, apesar de tudo, as esperanças deles num resultado favorável eram justificadas*»; Aristides Pereira falou muito acerca das dificuldades, «*mas ao mesmo tempo realçou que havia possibilidades de sucesso, apesar das negociações talvez dura[sse]m mais do que se pensou, porque parece que todos estavam no início mais entusiasmados do que deveriam estar*», dizendo ainda que «*tudo isto nos dizia em confiança, que as informações eram incompletas e que nas seguintes consultas com a delegação algumas posições ficarão mais claras*».

### **As negociações em Argel**

Apesar destas informações não terem chegado ao conhecimento da delegação jugoslava em Portugal,<sup>329</sup> outras chegaram ao SFNE, dias depois, relativas à continuação das negociações em Argel que foram precedidas de um comunicado do PAIGC sobre a situação na Guiné-Bissau.

Segundo esse comunicado (8/Jun.), «*dois barcos estrangeiros desembarcaram mercenários, naturais da G.-B. e de outros países africanos, com a intenção de assumir o contro-*

---

<sup>329</sup> Toda a correspondência (cifrada) foi enviada através da embaixada em Paris até à abertura das instalações — e do funcionamento da máquina de cifra — da embaixada em Lisboa.



lo em Bissau ou provocarem confusão apresentando-se com uma "terceira força"». <sup>330</sup> Achan-do que se tratava de uma manobra para impedir ou dificultar as próximas negociações na capi-tal argelina, o PAIGC «preveniui logo para isso o governo português, apresentou o problema perante a ONU e exigiu um apoio enérgico dos países africanos», colocando ainda as suas unidades militares de prevenção.

Nesse documento, <sup>331</sup> publicado na manhã desse dia, exprimiu também «a revolta por-que esses mercenários foram reunidos e organizados num país africano». Daí, os seus diri-gentes, «bastante preocupados, considera[ra]m que os neocolonialistas com a criação de problemas quer[ia]m ganhar tempo para que uma "terceira força"» se pudesse consolidar, organizar e tentar tomar a iniciativa.

Em Dacar, esta «notícia de dois barcos de mercenários do Senegal enviados para a Guiné-Bissau» foi logo desmentida à embaixada jugoslava por um dirigente da UPS como «a maior mentira que se podia imaginar». <sup>332</sup> Porém, só uns dias depois (16/Jun.), em Mogadixo, na Cimeira da OUA, o presidente senegalês, Léopold Senghor, «disse que eles existiram realmente e que os mercenários desembarcaram em Bissau, mas que não tinha qualquer fun-damento a notícia que eles partiram do porto de Dacar». Segundo esta embaixada, foi uma declaração que «deu um novo aspecto ao problema, [transferindo a responsabilidade] para a Frente de Luta pela Independência da Guiné –FLING». <sup>333</sup>

<sup>330</sup> (ADMNE, Guiné-Bissau, F-224, 1974). Este comunicado foi citado num telex da embaixada jugoslava em Conacri com a mesma data.

<sup>331</sup> Contudo, uma dezena de dias após esse comunicado que «conduziu ao agravamento das relações entre o Senegal e a Guiné-Bissau», a mesma informação foi também considerada, noutro relatório, como um reflexo da confrontação das posições da Guiné (pela luta armada) e do Senegal (pelas negociações) para a obtenção da independência da Guiné-Bissau. Quanto à veracidade da notícia, nesses dias, não houve a sua confirmação e tal desembarque nem foi mencionado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros congolês a M. Komatina, secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros, por ocasião da sua visita a Brazavile. Porém, referiu-se a Sékou Touré que, além de avaliações erradas, «provocava conflitos entre o PAIGC e o Senegal», até informou o gover-no congolês de que «Senghor impedia a luta do PAIGC, que "jogava o jogo português"». Ora, através de diri-gentes do PAIGC, tinham uma outra informação sobre «"o comportamento mais do que correcto de Senghor" (as armas chegavam sem obstáculos a Dacar, fronteiras abertas, deslocavam-se livremente, utilizavam o territó-rio senegalês com base de operações, etc.». Vd. «A Reacção de alguns Países e Movimentos de Libertação aos Acontecimentos em Portugal e as Negociações entre Portugal e os ML» de 18/Jun./74 (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

<sup>332</sup> Segundo este dirigente importante — era o secretário político — da União Progressista Senegalesa, «esse comunicado [...] foi uma manobra de Sékou Touré [...] para comprometer o prestígio do Senegal e de Senghor na resolução da questão colonial». Vd. «Restabelecimento das Relações Jugoslávia-Portugal» (ADMNE, Por-tugal, F-217, 1974). Este boletim duma trintena de páginas (9/Jul.) reúne cerca de 50 notícias e comentários relativos, na sua grande maioria, às negociações (Mai./Jun.) do governo português com os movimentos indepen-dentistas.

<sup>333</sup> *Ibidem*. Neste «Comentário da nossa Embaixada em Dacar acerca das relações PAIGC-Senegal», há ainda outras informações sobre Senghor: referência ao «relatório dos seus contactos com Spínola e Soares» na Cimei-ra da OUA; a sua entrevista ao «vespertino de Lisboa "A Capital"», [onde] declarou que os dirigentes da FLING

À chegada a Argel (12/Jun.), a delegação do PAIGC — cuja composição era igual à que esteve em Londres —, através de Pedro Pires, fez uma breve declaração à imprensa em que se disse: a essa segunda fase das negociações não se devia dar uma importância especial; era normal que, após Londres, as conversações continuassem em solo africano; e que, para eles, autodeterminação significava independência.

No dia seguinte, antes da chegada da delegação portuguesa, o diário *El Moudjahid* publicou uma «*declaração especial*» de Mário Soares, em que o mais importante para a embaixada jugoslava foi o seguinte: «*que ele era contra "as terceiras forças" que sempre aparecem quando se quer fugir ou adiar a solução de qualquer problema e [devia-se ter conversações] somente com os movimentos da resistência que se afirmaram no terreno*»; compreendia «*a resistência dos europeus em Angola e Moçambique porque estavam ligados aos interesses e privilégios, mas era importante que as forças democráticas de Portugal [conduzissem com determinação] até ao fim a descolonização*», pois tinham forças para impor a continuação desse processo; acerca das «*relações com a RAS e Rodésia, disse que se baseavam no princípio de não-ingêrência [...] e não permitirão ingerências nos assuntos internos de Portugal com nem de Moçambique e de Angola*», acrescentando que conduziam o processo de descolonização «*até aos últimos limites e nunca permitirão à RAS que se ocupe de problemas que não lhe dizem respeito*»; quanto às perspectivas nas negociações com o PAIGC, disse que «*desejavam conseguir a paz e que se efect[u]asse a descolonização respeitando o princípio da autodeterminação e independência, e o princípio da igualdade e amizade com os povos africanos*». <sup>334</sup>

Uma dezena de dias após a suspensão das negociações (27/Jun.), Aristides Pereira falou «*amplamente e abertamente*» com o embaixador jugoslavo, em Conacri, acerca das mudanças em Portugal e as negociações em Londres e Argel. Segundo ele, o PAIGC estimava que essas mudanças eram o começo da sua democratização, uma etapa da luta das forças progressistas portuguesas e talvez até o início da sua transformação numa activa revolução, ou seja, numa luta por mudanças estruturais. Assim sendo, foi justificado «*o optimismo do*

---

*seriam expulsos do Senegal*»; na UPS, afirmou «*que o Senegal ajudará sem reservas os autênticos ML*», referindo-se às relações com PAIGC; numa reunião ministerial dos países islâmicos (Kuala Lumpur), foi aprovada a proposta do governo senegalês duma ajuda à Guiné-Bissau no valor de 5 milhões de dólares. Concluindo, estes «*citados factos mostra[va]m que Senghor deseja[va] mostrar perante a opinião pública africana que continuará a ajudar os ML, especialmente o PAIGC, ou seja, a Guiné-Bissau com quem tem fronteiras*», anulando, assim, as críticas de Sekou Touré à sua política externa e procurando, igualmente, «*ultrapassar os mal-entendidos provocados pela declaração do secretário-geral do PAIGC e a resposta do governo senegalês acerca dos barcos com mercenários*». Por seu lado, «*devido à situação específica (geográfica, étnica, estratégica e refugiados) a G.-B. estava interessada em ter boas relações tanto com a Guiné como com o Senegal*».

<sup>334</sup> ADMNE, Guiné-Bissau, F-224, 1974.

*PAIGC, movimentos de libertação africanos e amigos no mundo a seu respeito*», mas parecia que foi um absurdo esperar que a unidade das forças antifascistas se pudesse efectuar «*com o fascista Spínola à sua frente e na base com as estruturas fascistas ainda intactas*». Igualmente, «*o entusiasmo inicial e a esperança que a guerra iria terminar depressa fizeram negligenciar um pouco o factor da constelação internacional, embora sempre o tivessem em conta*».

Sem embargo, o encontro de Nixon e Spínola nos Açores (18/Jun.) «*e a assinatura de um acordo acerca de bases militares em Cabo Verde (embora, [tenha dito que não tinham] quaisquer outras informações) foi um directo golpe no PAIGC e na sua luta pela unidade nacional da G.-B. e Cabo Verde*». Confirmou-se, assim, como exacta a hipótese que não conduziam negociações somente com Portugal, mas também, indirectamente, com os EUA. As conversações nos Açores foram dirigidas contra o processo de democratização, em particular, na descolonização, o seu aspecto mais importante, retardando-a para se atingir certos objectivos ligados aos interesses dos EUA e outros países da OTAN.

Estas avaliações, realçou Aristides Pereira, não foram feitas sob a influência de quem quer que fosse, mas sim com a análise da situação em Portugal, no mundo e nas recentes negociações em Londres e Argel. Deste modo, puderam verificar em alguns países ocidentais, que apoiaram o PAIGC, começaram a mostrar reservas (Holanda, países escandinavos e alguns latino-americanos) devido, seguramente, a pressões efectuadas, entretanto, sobre eles.

A iniciativa da suspensão das negociações foi da delegação do PAIGC porque viu o absurdo de continuar as conversações sob as condições que lhe foram propostas. Logo após a delegação ter comunicado que não havia progressos em relação a Londres, até pelo contrário as posições da delegação portuguesa tornaram-se mais rígidas e inaceitáveis, deram instruções para a delegação suspender com o aviso de que, caso num certo prazo não houvesse uma mudança das posições portuguesas, a guerra iria continuar.

Quanto ao que ocorreu, Aristides Pereira deu mais pormenores, os quais, segundo o seu interlocutor, teriam sido os seguintes: enquanto, em Londres, as conversações foram preliminares e, timidamente, com a menção da independência mais uma ostensiva insistência em diversas etapas, decididamente, com condições inaceitáveis para o PAIGC — por exemplo, «*de referendos, a representatividade, uma certa ligação a Portugal, etc.*» —, em Argel, a delegação portuguesa colocou «*energicamente*» as anteriores condições de cessar-fogo e da assinatura de armistício; durante as conversações — oficiais, semi-oficiais e de bastidores — «*os portugueses simplesmente repetiram sem fim*» as explicações dos seus problemas e dificuldades; «*a palavra independência, na qual o PAIGC insistiu, "nem uma vez saiu da boca do representante português", mas, pelo contrário, voltavam sempre às duas condições*

(*cessar-fogo e armistício, e acordo acerca da autodeterminação*)», procurando com a primeira conseguir o desarmamento do PAIGC e, através da segunda, a aceitação da realização do referendo.

Ainda, acrescentou que, enquanto em Londres, *«tomavam o pulso ao PAIGC e sondavam o terreno, em Argel, como que, entretanto, algo acontecera, começando o processo português a voltar para trás»*. Para espanto da delegação do PAIGC, *«foi utilizada a linguagem do Spínola, dos fascistas portugueses dos tempos do colonialismo»* e, assim, começaram a tratar mal a própria delegação.

Por isso tudo, *«o optimismo transformou-se em indignação»*. A tentativa de Mário Soares de convencer, directamente ou através dos argelinos, que era preciso ter paciência não puderam aceitar, embora acreditassem *«na sinceridade e sensibilidade subjectiva de Soares»*, o que também lhe disseram. Todavia, foi evidente que os seus poderes eram limitados e, não obstante, *«as suas convicções revolucionárias»*, ele foi, em Argel, objectivamente, uma arma nas mãos de Spínola. Por consequência, concluiu Aristides Pereira, *«não foi possível chegar a sérias conversações acerca da assinatura do acordo sobre a independência e formas de cooperação com Portugal»*.

### **De Conacri e de Argel**

Um mês após a suspensão das negociações na capital argelina e dos acontecimentos ocorridos dias antes em Lisboa e Luanda,<sup>335</sup> a pedido do embaixador jugoslavo foi recebido (15/Jul.),<sup>336</sup> em Conacri, por Victor Saúde Maria, comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros, pois Aristides Pereira encontrava-se na Guiné-Bissau numa *«conferência com os comandantes militares e secretários do partido relacionada com a [...] situação e a mobilização para a eventual continuação da luta, que teria provavelmente o carácter de um amplo levantamento nacional»*.<sup>337</sup>

Embora nas relações com Portugal não houvesse *«novos momentos, [nem] o governo de Spínola tivesse feito propostas mais sérias»*, segundo este dirigente do PAIGC, a Guiné-Bissau não recusou discutir, em Argel, nenhuma questão litigiosa e expôs as suas posições, deixando sempre a possibilidade de negociação. Por isso, nem uma só questão foi motivo para

<sup>335</sup> A demissão de Adelino Palma Carlos (9/Jul.), a escolha de Vasco Gonçalves para Primeiro-Ministro (13/Jul.), a tomada de posse de Otelo Saraiva de Carvalho do cargo de comandante-adjunto do COPCON (13/Jul.) e os tumultos sangrentos em Luanda (11 e 13/Jul.).

<sup>336</sup> Embora seja a data do telex enviado, nessa segunda-feira, para Belgrado, é provável que fosse também a desta reunião.

<sup>337</sup> ADMNE, Guiné-Bissau, F-224, 1974.

a suspensão, mas sim a posição de Portugal e a limitação de poderes e de actuação da delegação portuguesa.

Avaliou que a situação era mais desfavorável do que foi, *«porque de fontes seguras portuguesas sabiam que Portugal foi pressionado»* para que através de manobras táticas conseguisse condições negociais mais favoráveis e assegurar os interesses ocidentais e da OTAN. Esse acordo fora alcançado *«por ocasião do encontro Nixon-Spínola [em 18/Jun.] e na reunião de ministros de Negócios Estrangeiros da OTAN em Otava [21/Jun.]»*, onde foi realçada a *«importância do arquipélago de Cabo Verde para a política da OTAN em relação à África e América Latina, ou seja, para o controlo do Atlântico»*.

Depois, pronunciou-se acerca das *«posições da Guiné-Bissau nos três problemas mais importantes: 1.) reconhecimento da independência do território da Guiné-Bissau e atribuição da supremacia em todo o território ao governo da Guiné-Bissau; concessão do direito à autodeterminação às ilhas de Cabo Verde e organização do referendo sob a direcção do PAIGC; quando fosse reconhecida e pelo referendo confirmada a [sua] independência e atribuição ao Estado da Guiné-Bissau, então poder-se-ia negociar também os interesses de Portugal e do Pacto da OTAN nas ilhas, respectivamente.»*; citou, em seguida, o exemplo das conversações dos argelinos acerca das bases com a França, salientando que são realistas (o PAIGC), conscientes das suas possibilidades e que não desejam *«"derrubar muros à cabeçada"»*; 2.) reconhecer claramente que será concedida uma amnistia *«a todos os africanos, membros do exército de ocupação português, excepto alguns oficiais superiores»*, sendo todos integrados, sem discriminação, na vida nacional, política e económica; já, em Argel, *«os portugueses [...] não colocaram a questão da sua integração no exército do PAIGC, porque era claro que isso era impossível, absurdo»*; 3.) conscientes das suas possibilidades e as relações na região, não exigiam uma retirada radical, como foi a dos franceses da Guiné, estando interessados que *«os portugueses, especialistas, fiquem e que a entrega de poderes seja gradual, sem dramas e numa atmosfera amigável»*, tendo em conta que tinham uma longa história comum e, por isso, a cooperação com eles seria a mais natural; a respeito da cooperação técnica, podiam *«já dizer que considera[va]m que teriam a maior vantagem com os portugueses (e não com os brasileiros), principalmente, se pudessem contratar elementos progressistas: comunistas, socialistas e outros»*; concluiu, afirmando que estavam *«prontos para dialogar acerca dos interesses económicos portugueses»* e não havia nenhum problema que não se pudesse chegar a um acordo.

Devido à situação incerta em Portugal, *«caso os socialistas e os comunistas entr[ar]em novamente no governo não deveriam ser passivos, [mas sim] criarem uma atmos-*

*fera revolucionária, obrigando assim Spínola e os generais a concessões*». Também, segundo este dirigente do PAIGC, «*nem os comunistas, nem os socialistas aproveitaram a sorte dada*», perdendo até esse momento a oportunidade de terem criado uma frente unida com os jovens oficiais, cujo programa é progressista, que pudesse mobilizar «*os estudantes, operários, etc., porque esses oficiais não eram velhos generais e coronéis fascistas, [mas sim, acabaram de] mal sair das escolas*». Além disso, grande parte deles tinha ideias progressistas anti-fascistas, pelo que «*a sua actividade podia travar Spínola e os generais*».

Porém, procurando ser realista na avaliação da situação portuguesa, o PAIGC não podia deixar de mencionar o oportunismo que afectava os socialistas portugueses sob a influência da social-democracia europeia, em geral, fiel ao Pacto da OTAN (alemães, ingleses, belgas e, em parte, escandinavos). Igualmente, «*por um conjunto de circunstâncias, as forças progressistas — comunistas e socialistas — poderiam chegar a uma situação de se encontrarem do mesmo lado dos generais, fascistas e da direita contra os oficiais progressistas, as massas populares e os movimentos de libertação ou serem ultrapassados*». Nessa altura, segundo Victor Saúde Maria, já com «*o apoio das potências imperialistas*», eles tinham por objectivo enganar as forças progressivas — sobretudo os comunistas e todos aqueles que eram pela descolonização —, existindo, provavelmente, todo um plano para isso.

Acerca das relações dos países socialistas com o Portugal, achou que era compreensível a sua solidariedade quanto aos comunistas e outras forças progressistas portuguesas, mas se essas forças em África, cuja expressão mais concreta devia ser a descolonização, não estavam de acordo com a tática da luta dos comunistas e socialistas (por ocasião das decisões da OUA), sobretudo pelos socialistas, então podia-se perguntar se a posição dos países socialistas foi correcta. Contudo, o PAIGC não desaprovava — nem julgava que tinha direito a isso — que a Jugoslávia tivesse estabelecido relações diplomáticas com Portugal, estimando positivo tudo o que pudesse contribuir para a descolonização e ajudasse a luta da África pela emancipação. Por causa disso, «*a Jugoslávia e os países socialistas deveriam aproveitar a sua presença em Lisboa para pressionar Portugal e os seus aliados da OTAN, e fazer tudo [...para] ajudar a luta dos povos africanos*». Em caso contrário, Spínola e as forças de direita, fascistas e outras, iriam valorizar para si o estabelecimento das relações diplomáticas com os países socialistas. Ainda mais, esta «*sua "abertura" perante o mundo*» iria fortalecer as suas posições e permitir ditar «*as condições e formas da descolonização da África e a democratização de Portugal*».

Ante estas possíveis consequências negativas, as forças progressistas africanas, incluindo o PAIGC, não poderiam aprovar uma tal política dos países socialistas. Para concluir,

assegurou que *«estava convencido que a Jugoslávia [tinha] em vista tudo isto e não se inclinaria diante de tal eventual evolução»*, tendo a prova disso no interesse do governo jugoslavo pelo desenvolvimento da situação e no desejo de ajudar por meio da sua presença em Lisboa.

Se as mudanças políticas portuguesas, ocorridas nesses dias de Julho, foram comentadas pelo chefe da diplomacia da Guiné-Bissau, já por parte do secretário-geral do MNE argelino na sua conversação, no dia 16, com o embaixador jugoslavo mereceram só um breve comentário.<sup>338</sup> Preferiu referir-se às conversações de meados de Junho, em Argel, entre Portugal e o PAIGC, salientando que elas mostraram *«a ambiguidade do ex-governo português»*, pois era claro desde do começo, segundo ele, *«que Soares estava numa situação difícil, contraído entre a opinião pessoal de se chegar a qualquer resultado com vista à autodeterminação e a disposição no próprio governo no qual havia uma forte corrente que desejava encontrar maneira de manter as colónias africanas através de referendos, federação, etc.»*.

Em seguida, mencionou: a posição inequívoca da delegação do PAIGC em relação à independência; as tentativas de Portugal para encontrar em Cabo Verde e nas outras colónias africanas uma terceira força, isto é, refugiados diversos com quem — estivessem eles tanto em Portugal, como no Senegal ou noutra sítio — pudessem *«"resolver" a questão da forma através da qual conservariam a sua influência»*.

Quanto à posição do seu país durante as conversações, o diplomata argelino frisou que *«só ofereceu a sua hospitalidade»*, continuando a seguir também as decisões da OUA, aprovadas em Mogadixo, relativas a Portugal e, por isso, não tinham considerado a questão do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

Após o seu regresso a Conacri, Aristides Pereira recebeu (25/Jul.) o embaixador jugoslavo<sup>339</sup> e falaram acerca da situação política e militar da Guiné-Bissau, do apoio diplomático da Jugoslávia e de assuntos pendentes.

A respeito do primeiro ponto, a situação era a seguinte: as tréguas pouco seguras provocaram agitação nos portugueses porque queriam um rápido regresso a casa; recusavam combater e já tinham abandonado 12 campos fortificados, retirando-se cada vez mais em direcção de Bissau; envio constante de emissários ao PAIGC *«para que, gradualmente, se possam retirar em paz»*; assim sendo, decidiram ficar *«nas suas posições, isto é, não entrar*

---

<sup>338</sup> *«Com interesse seguem os acontecimentos em Portugal. Trata-se, claramente, de lutas entre as forças progressistas e reaccionárias. Por tudo, parece que, nas últimas mudanças, passaram a um primeiro plano aquelas forças que realmente efectuaram a mudança em Portugal»* (ADMNE, Portugal, F-217,1974).

<sup>339</sup> (ADMNE, Guiné-Bissau, F-224,1974). Este seu telex foi também enviado, nesse dia, para o SFNE.

*nas fortificações e regiões abandonadas, a fim de não se chegar a incidentes e não dificultar eventuais negociações para as quais ainda não exist[ia]m todas as condições necessárias».*

Desenvolviam o trabalho político nas cidades e nas partes libertadas do território, tendo conseguido importantes resultados mesmo em Bissau, onde a juventude e os trabalhadores reúnem-se-lhes maciçamente, mas actuavam só politicamente *«para não darem motivos para que os portugueses entrem em acção»*. Igualmente, começaram uma reorganização do exército, preparando-se para eventuais operações ofensivas militares. Ao mesmo tempo, trabalhava-se na organização da economia e da administração a fim de as tréguas não trazerem *«anarquia ou actividades de elementos inimigos, que tentaram infiltrar e recrutar gente do Spínola, infelizmente, com a ajuda de certos governos africanos»*.

Nesses dias, segundo este relato do embaixador jugoslavo, *«foram reconhecidos pelo Brasil e na mensagem do MNE exprimiram a disposição de ajudarem a entrada da Guiné-Bissau na ONU»*. Além do Brasil, na América Latina já tinham sido reconhecidos por Cuba, Panamá, Peru e Argentina, embora ficaram admirados, após os contactos e as promessas que tiveram, com as hesitações do México, Venezuela, Colômbia e Costa Rica. Quanto à África, estavam muito bem, apesar de alguns países terem procurado convencê-los a compromissos prejudiciais, e até, na OUA, outros tentaram impor-lhes que era *«preciso reconhecer o regime português»*.

Também, com os portugueses não cortaram totalmente os contactos e examinavam as possibilidades da continuação das negociações, acrescentando que *«quando elas começarem, dependia agora do novo governo português»*.

A respeito do segundo ponto — a presença jugoslava em Portugal e o seu lugar na política mundial —, Aristides Pereira referiu-se à ajuda que a Jugoslávia lhes podia dar nas acções diplomáticas<sup>340</sup> que, a seguir, pretendiam efectuar. A julgar por essas acções que eram,

---

<sup>340</sup> Como por exemplo:- «a) Influenciar o governo e as forças políticas portuguesas a aceitar as condições da Guiné-Bissau, a reconhecer o governo do PAIGC e aderir à descolonização, cedendo o poder ao [mesmo governo e convencer] o novo governo português que esta é única saída para Portugal»; a situação nas colónias portuguesas e no mundo era tal que qualquer que fosse o governo, que pretendesse ser democrático, deveria *«adaptar-se e integrar-se no processo revolucionário da descolonização, [pois, caso contrário,] tal governo não poderá subsistir, mesmo que seja socialista ou comunista»*; - «b) Influenciar, segundo as possibilidades e grau de relações, naqueles governos que ainda não reconheceram a Guiné- Bissau», dando importância aos citados e outros países latino-americanos como europeus, tendo em conta a próxima Assembleia-Geral da ONU; - «c) Ajuda em relação à sua entrada na ONU, [sendo de] grande importância convencer os membros permanentes do Conselho de Segurança, isto é, os EUA, França e Grã-Bretanha a não usar o veto»; - «d) Exercer pressão [...] sobre Portugal em todos os níveis, conferências e organizações internacionais, como também nos encontros bilaterais com outros países, naturalmente, sobretudo com aqueles que ainda não reconheceram a Guiné-Bissau».



nesse momento, as mais vantajosas no plano político e diplomático, não deixou de citar «*a rica experiência e o forte peso*» da Jugoslávia na política internacional e agradecer os apoios até então e, em particular, no futuro.

No final da reunião, o secretário-geral do PAIGC recordou que «*todas as [suas] delegações, tanto ele como os seus mais próximos colaboradores, por diversas vezes,*» apresentaram, nas embaixadas jugoslavas, alguns problemas para os quais lhes foi prometido uma rápida solução, mas que não foi cumprida. Mencionou os seguintes: a questão de armamento e equipamento militar; as obras no hospital «*Solidarité*»;<sup>341</sup> e o monumento a Amílcar Cabral.<sup>342</sup>

Para terminar, agradeceu o interesse pelo estado das relações com Portugal e as possibilidades de ajuda devido à presença jugoslava em Lisboa e acrescentou «*"mas também pela reputação e a influência da Jugoslávia no mundo"*».

Dias depois (12/Ago.), numa reunião, em Argel, estas informações e previsões acerca da situação político-militar foram confirmadas. Após as seguintes negociações (26/Ago.) entre as delegações portuguesa e guineense — chefiadas, mais uma vez, por Mário Soares e Pedro Pires —, seguiu-se o reconhecimento *de jure* da República da Guiné-Bissau.<sup>343</sup> De modo igual, em Lisboa, Kofiitch soube o que não lhe foi dito no MNE, onde tinha estado somente três dias antes.<sup>344</sup> No mês seguinte, a proclamação da primeira independência na descolonização portuguesa (10/Set.) e a solução encontrada, em Lusaca (7/Set.), para Moçambique<sup>345</sup> colocaram ainda mais Angola no centro das atenções da política externa jugoslava, cuja importância aumentou, na semana seguinte, com o encontro Spínola-Mobutu na ilha do Sal.

---

<sup>341</sup> Ou *Solidariedade* em Boké. Conforme já foi referido, este hospital foi construído e equipado (Dez./65) pela União dos Sindicatos da Jugoslávia, tendo, igualmente, pessoal médico jugoslavo.

<sup>342</sup> Além da sua «*enorme importância moral e política*» para o PAIGC, o projecto «*podia ser feito por uma arquitecta jugoslava [...] que consideraram muito bom*». Casada com um guineense, também arquitecto pela Universidade de Belgrado, trabalhou depois, na Guiné-Bissau, após a independência.

<sup>343</sup> Segundo a nota oficiosa do MNE, o Governo português «*formulou já, junto dos países aliados e amigos, pedido no sentido de procederem ao reconhecimento imediato da República da Guiné-Bissau e de facilitarem a admissão deste terceiro país de língua portuguesa nas Nações Unidas*».

<sup>344</sup> Vd. declarações de Aristides Pereira (pp. 161-163).

<sup>345</sup> O acordo de Lusaca provocou «*incidentes em Lourenço Marques*», que causaram, segundo os dados oficiais, «*100 mortos e 250 feridos*».

## II.5-2 — As negociações com a FRELIMO

A ausência da delegação da FRELIMO no X Congresso da LCJ foi o culminar até que ponto tinham chegado as suas relações com a Jugoslávia, as quais, mereceram, um mês depois, por parte da ASPTJ, a aprovação duma proposta urgente acerca da «*questão do estabelecimento de um clima de confiança e contactos regulares [com este movimento de libertação] que, por motivo de diversas circunstâncias, passa[va]m por uma certa estagnação*». Além disso, salientou-se ainda «*que já há muito tempo não tinham uma visão dos acontecimentos internos em Moçambique e no próprio movimento*».<sup>346</sup>

Também, no início desse mês (3/Jun.), a embaixada embaixada na Tanzânia comunicou ao SFNE a chegada a Dar es Salam da «*Comissão da Assembleia-Geral da ONU para a investigação dos massacres em Moçambique*» e que, nesse dia, tinha começado o seu trabalho. A comissão<sup>347</sup> já tinha estado em Londres, Madrid e Roma, partindo a seguir para Lusaca. Tinha como «*missão: investigar os crimes cometidos em Moçambique por parte dos coloniais portugueses; de reunir as informações necessárias com a ajuda e a cooperação da FRELIMO e, por fim, comunicar quanto antes os seus resultados à Assembleia-Geral*».

### As negociações em Lusaca

A recepção calorosa que Mário Soares teve à chegada à capital zambiana (5/Jun.), segundo a embaixada jugoslava, foi marcada pelo seu longo abraço com Samora Machel, uma manifestação no aeroporto, o apelo de Kenneth Kaunda a todas as igrejas da Zâmbia para que

<sup>346</sup> AJ-142, F-167. Este relatório (05-340/74) da Comissão da Cooperação e Relações Internacionais da CF ASPTJ, intitulado «*Perspectivas da Descolonização e a Posição dos Movimentos de Libertação depois do Golpe de Estado em Portugal*», embora sem data, menciona acontecimentos até finais de Junho desse ano.

<sup>347</sup> Foi formada pela AG da ONU, Resolução n.º 3114 (12/Dez./73), tendo como presidente da comissão o representante do Nepal e os restantes membros da RDA, Honduras, Madagáscar e Noruega (*ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974*). Os resultados das suas investigações foram apresentados, em Lisboa (12-18/Jun./75), na 1000.ª Reunião da Comissão de Descolonização das Nações Unidas, também conhecida por Comité dos 24, presidida por Salim Ahmed Salim (antigo primeiro-ministro da Tanzânia) e com a participação de dirigentes e representantes de diversas organizações das Nações Unidas (PNUD, OMS, OAA e outras), a Comissão debateu a situação nas colónias portuguesas e na Namíbia e Rodésia do Sul. Quando, à chegada a Lisboa, Salim A. Salim comunicou a Costa Gomes o propósito de revelar o relatório, em que os relatos das atrocidades preenchiam as suas 40 páginas, o Presidente da República convenceu-o a não efectuar a leitura do relatório, invocando que o documento estava fora do modo consensual conforme decorria a reunião e as suas possíveis consequências políticas para o processo da descolonização portuguesa em curso. Igualmente, além do choque a nível internacional e de Portugal, podia-se imaginar o impacto que teria em Moçambique a poucos dias da independência (25/Jun.) a revelação dos massacres que, segundo a Comissão de Inquérito, revelavam uma prática política «*muito perto*» da definição oficial de genocídio e do emprego de armas químicas e bacteriológicas pelo exército português sobre as povoações de Wiriamu, Chawola, Juwau, Inhaminga, Vila João Perry, com uma última acção em Março de 1974. Todavia, este relatório acabou por ser publicado como anexo de «*Costa Gomes — Sobre Portugal (Diálogos com Alexandre Manuel)*», Lisboa, 1979, pág. 125-162.

se efectuassem ofícios religiosos pelo sucesso das negociações até a um telegrama da UNITA, (exprimindo a sua disposição para negociar em qualquer data e lugar) e outros.<sup>348</sup>

Na abertura solene da primeira reunião entre as duas delegações, o presidente zambiano «*exprimiu admiração pela boa vontade mostrada pelo governo português e, em particular, pela rapidez com que acedeu a solução do problema colonial ("decisão epocal")*» e falou acerca da luta de libertação na África Austral, na necessidade de boa vizinhança entre os seus países e da solução dos conflitos, dizendo, por fim, «*que Spínola seria bem-vindo, em qualquer altura, à Zâmbia*».

A respeito de Samora Machel, reafirmou que a FRELIMO «*não lutava contra o povo português, mas sim contra o colonialismo português e o fascismo, que no Moçambique libertado não haver[ia] divisões e diferenças raciais, etc.*».

Depois, o presidente Kaunda retirou-se com os membros da direcção do seu partido e do governo, tendo «*as negociações entre as duas delegações decorrido num "segredo rigoroso" sem a presença de nenhum funcionário zambiano*». No final da primeira sessão, Mário Soares declarou que as conversações decorreram «*numa atmosfera muito amistosa, que não o surpreenderam em nada as reivindicações da FRELIMO, que os problemas eram complexos e que não se tratava somente do cessar-fogo, mas de uma série de questões importantes de princípios*». Igualmente, à partida de Lusaca, em declarações à imprensa, disse que Portugal iria colaborar com a ONU e respeitar as suas decisões como empenhar-se-ia no estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países africanos. Prestou, ainda, reconhecimento «*à perseverança de Kaunda e seus bons ofícios, como também à mediação de dois anos para conduzir os movimentos de libertação à mesa de negociações com Portugal*».

Em seguida, exprimiu a confiança de que as conversações preliminares, em Lusaca, iriam abrir o caminho para a independência de Moçambique, realçando a decisão do novo regime de acabar com a dominação colonial e intensificar o diálogo com os países africanos na base da coexistência pacífica. Em relação ao COREMO, sublinhou que a FRELIMO era o único movimento que lutava e, daí, ter sido decidido que as negociações se efectuassem só com esse movimento.

Sobre a situação em Portugal, o Partido Socialista continuava uma luta sem tréguas contra os fascistas portugueses e mencionou que no novo governo português existiam diversas opiniões e, nas colónias, pontos de vista divergentes e desacordos. Por causa disso, era necessário efectuar «*uma vasta educação política de massas, tanto em Portugal, como nos territó-*

---

<sup>348</sup> ADMNE, Portugal, F-216,1974.

*rios africanos para que fosse compreendida a situação recém-criada e ver a profundidade das mudanças, etc.».*

Para terminar esta informação para Belgrado, a embaixada jugoslava fez menção aos editoriais de dois diários de Lusaca. Assim, o «*Times of Zambia*» exprimiu o receio que as negociações não se prolongassem e insistiu numa rápida decisão, avisando que podia surgir, de qualquer entrave, a ameaça de ingerências das grandes potências (em particular da OTAN) com imprevisíveis complicações caso sejam a pretexto da «*defesa dos seus sújos interesses num assunto puramente africano*». Por seu lado, o «*Daily Mail*» recomendou à FRELIMO que não cedesse, porque não tinha nada a perder, e criticou «*a posição inalterada até então de Lisboa em relação a Pretória, exigindo que Portugal corta[sse] imediatamente todas as ligações e anula[sse] o vigente acordo de defesa com a RAS, como também [...] as relações diplomáticas com a Rodésia*».

Noutro telex, enviado pela embaixada de Dar es Salam para o SFNE (6/Jun.), Marcelino dos Santos referiu-se, igualmente, às conversações na capital zambiana, afirmando que «*a delegação da FRELIMO não foi a Lusaca para negociações com o governo português, mas sim para um exame preliminar, no qual, deseja[va] expor as suas condições prévias para o fim do colonialismo português em Moçambique*», sendo essas condições as seguintes: «*reconhecimento do direito à total independência de Moçambique; reconhecimento da FRELIMO como o representante único e plenipotenciário do povo moçambicano; e reconhecimento da independência da Guiné (B)*».

A respeito das relações diplomáticas e da cooperação com Portugal, disse que, na recente reunião do Comité de Libertação da OUA, «*foi dado o total apoio aos movimentos de libertação de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau e aceites as posições que assumiram perante o colonialismo português*». Acrescentou: «*que os nossos amigos de todo o mundo e, em particular, na África tomem em conta aquilo que é o seu dever político no plano da solidariedade internacional. É verdade que não há mais fascismo em Portugal, mas o colonialismo está ainda bem presente em Moçambique e por causa disso, apelamos para todos os nossos amigos que não estabeleçam relações diplomáticas, que não cooperem com o novo regime em Portugal, enquanto ele não nos reconhecer o direito à independência, até que não aceite que unicamente a FRELIMO representa o nosso povo e o nosso país e enquanto não entrar em conversações connosco*».<sup>349</sup>

<sup>349</sup> Igualmente, disse que, na próxima Cimeira da OUA, em Mogadixo, esperava-se que toda a África ia aceitar e apoiar «*as posições tomadas na reunião da CL OUA, em Iaundé, no mês passado*».

Quanto à cooperação com a Jugoslávia, declarou que era seu dever dizer que, «*durante todos estes anos, a nossa luta teve sempre o apoio e a ajuda por parte do povo e governo jugoslavos. A vitória que obtivemos em Moçambique e que, igualmente, através da sua luta de libertação, a FRELIMO ajudou o povo português a derrubar o fascismo, representam sucessos comuns, aos quais, também a Jugoslávia deu o seu contributo*»

### **Apreciações diplomáticas de Lusaca e Dar es Salam**

Estas e outras apreciações e críticas foram confirmadas, dias mais tarde (11/Jun.), nas reuniões do ministro dos Assuntos Internos e o subsecretário do MNE zambianos com um diplomata jugoslavo, tendo o primeiro comentado que ficaram satisfeitos «*com a troca de ideias, [pois] foi criada uma atmosfera de confiança mútua e estabelecidos sólidos alicerces para as futuras negociações*<sup>350</sup>», ao passo que o segundo exprimiu uma «*"certa desilusão" porque nas primeiras conversações com Soares não foi alcançado algo mais*», salientando que, talvez por ele ser socialista, era «*inclinado a olhar as coisas de um "ângulo optimista"*», embora, no entanto, não se podia perder de vista a heterogeneidade da composição do governo provisório português nesse desfecho.<sup>351</sup>

Igualmente, em Dar es Salam (29/Jun.), John Malecela,<sup>352</sup> o ministro tanzaniano dos Negócios Estrangeiros, falou com o embaixador jugoslavo<sup>353</sup> acerca das negociações, em Lusaca, bem como com o PAIGC, comentando ainda a recente Cimeira da OUA, em Mogadixo, a entrada na ONU da Guiné-Bissau na próxima Assembleia-Geral e a situação no MPLA.

<sup>350</sup> ADMNE, Portugal, F-217, 1974. Salientou ainda que «*Soares mostrou a máxima compreensão e a disposição para que os problemas da descolonização se resolvam no prazo mais curto possível*», mas também verificou que Samora Machel era «*um estadista decidido, preciso e capaz, que mostrou claramente ao ministro português que a transferência de poderes só podia ser efectuada unicamente com a FRELIMO e isso sem adiamentos*».

<sup>351</sup> Informou, depois, o seu interlocutor jugoslavo de que «*em qualquer caso, a Zâmbia tentava tudo, por seu lado, para assegurar, num futuro próximo, nas suas fronteiras orientais e ocidentais, regimes estáveis em Angola e Moçambique*». Referiu-se a que o seu país com o Zaire, Congo e Tanzânia procuravam «*assegurar a unidade dos movimentos de libertação como a condição prévia mais adequada para a libertação das colónias portuguesas*» e que, nesse sentido, em Brazavile (8-9/Jun.), Kaunda conferenciou com Henri Lopes, primeiro-ministro congolês, acerca das relações entre os dois países e foi discutida muito detalhadamente a situação em Angola, tendo o último considerado que havia possibilidades de alcançar a unidade do povo angolano para se conseguir uma melhor posição nas negociações com Portugal. Igualmente, acrescentou que os citados quatro países iam continuar a trabalhar na Cimeira da OUA, em Mogadixo (16/Jun.), para encontrarem «*os caminhos da reconciliação entre o MPLA, UNITA e FNLA*». Contudo, segundo o subsecretário do MNE zambiano, «*o MPLA, tendo em conta a discórdia interna (Neto-Chipenda), torna a situação muito complicada ("o Dr. Neto passeia-se constantemente pelo mundo em lugar de ir para Angola e trabalhar um pouco pela reconciliação")*».

<sup>352</sup> (1934- ...). Representante permanente na ONU (1964-68). Ministro dos Negócios Estrangeiros (1972-74).

<sup>353</sup> ADMNE, Portugal, F-217, 1974.

Quando esperavam que «*o novo regime*» iria reconhecer rapidamente a situação existente na Guiné-Bissau e assinar o acordo de independência com o PAIGC,<sup>354</sup> a delegação portuguesa hesitou na formulação do comunicado, já depois de o acordo ter sido parafraseado. Na realidade, foi só um pretexto para retirar Cabo Verde das negociações, exigindo um referendo antes da sua independência, obrigando ademais o PAIGC a incorporar «*nas suas fileiras 20 000 soldados negros que Portugal*» tinha na Guiné-Bissau. Naturalmente, não foram aceites e, acrescentou, que as negociações não podiam continuar até que Portugal não renunciasse a essas três exigências.

Algo semelhante ocorreu, em Lusaca, quando «*o Dr. Soares declarou que tinha somente o mandato de negociar acerca do cessar-fogo*». Apesar desta posição sem uma referência «*às intenções e à disposição de Portugal com vista ao futuro de Moçambique e a independência*», a FRELIMO não recusou as conversações em relação ao cessar-fogo, mas exigiu que antes «*fosse explicada claramente quem provocou a guerra e a posição de Portugal quanto à independência*». Também aqui, «*Soares foi vago e sem poderes, falou sobre o referendo, no qual o povo se deveria pronunciar acerca do estatuto do futuro Moçambique*», havendo outras forças, além da FRELIMO, que precisam dizer também a sua palavra a respeito do seu país. Assim, cerca de 15 de Julho, haveria outra reunião, mas ali a FRELIMO não discutiria nada que não fosse o como e quando Moçambique seria independente.

Segundo o mesmo ministro tanzaniano, todavia, não havia razões para dramatizar e até «*convenceram os movimentos de libertação a irem para negociações com Portugal, a diminuírem as operações de combate e darem fôlego ao novo regime*». Porém, caso este não mostrasse disposição para reconhecer a independência, acrescentou: «*então continuaremos com as operações militares e as pressões internacionais [e porque] lutaram 10 anos, lutaremos ainda outro tanto se for necessário, mas seguramente não será preciso tanto*».

Retomando as grandes mudanças<sup>355</sup> que ocorreram «*depois do golpe de Estado, tanto em Portugal como nas colónias e no mundo*», fez algumas conclusões que foram da «*perspec-*

<sup>354</sup> *Ibidem*. «*Foi a pedra-de-toque das suas boas intenções, [pois] não lhe custaria nada, porque na Guiné-Bissau não tinha praticamente algo que pudesse perder*» devido a ser um «*país pobre, sem matérias-primas que, estrategicamente, também pouco significa*».

<sup>355</sup> Essas mudanças e os primeiros contactos com Portugal foram igualmente mencionados nas suas conversações com M. Komatina, secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros, em meados desse mês. Então, afirmou: «*Com as mudanças em Portugal, foi criada uma nova situação que permitia "através de meios políticos atingir os objectivos da independência e da democracia"*. Uma situação que, «*logo após o golpe de Estado*», segundo o ministro tanzaniano, receberam através da sua embaixada nos EUA «*uma mensagem de Soares e, em seguida, enviaram um emissário a Londres para estabelecer contactos directos*». Vd. «*A Reacção de alguns Países e Movimentos de Libertação aos Acontecimentos em Portugal e as Negociações entre Portugal e os ML*», (ADMNE, Portugal, F-217, 1974).

*tiva da independência ser então de longe mais próxima e real», até um Portugal «farto de guerra» e que, pelas suas informações eram as seguintes: os jovens oficiais desejavam acabar com a guerra mesmo que o seu custo fosse a retirada e a independência das colónias; essa independência era travada «por Spínola, Gomes e os generais que eram reaccionários, estavam ligados com a direita e gostariam de manter o império»; concordou, anotou o seu interlocutor jugoslavo, «com a nossa avaliação que, de maneira nenhuma, Spínola seja um detentor de reformas, mas sim que as impede».*

Na Cimeira da OUA, em Mogadixo (16/Jun.), *«foram afastadas todas as ilusões [quanto] ao novo regime»* e a maioria estimou que a independência das colónias portuguesas *«será precedida de uma longa luta política, diplomática e, possivelmente, até armada»*. Também, foi grande a convicção que Portugal não estava ainda disposto a reconhecer essa independência e que, sobretudo, *«com tácticas tentava atenuar luta armada, dividir os movimentos de libertação, diminuir a sua popularidade entre a população e nas colónias, quebrar a frente unida dos países africanos e abrandar a pressão da opinião pública. Nem mesmo, após tudo isto, a própria esquerda portuguesa não tinha posições claras como resolver o problema da independência»*. Por isso, para parar tais tentativas e assegurar a continuação da luta das colónias portuguesas, foi decidido:

*«1.) que nenhum país africano estabelecesse relações com Portugal, enquanto não reconhecesse claramente a independência total das colónias»,* tendo havido países (Senegal e Marrocos) que propuseram o estabelecimento de relações, mas, a seguir concordaram que isso enfranqueceria a frente unida da África, ao passo que os movimentos de libertação apelaram *«para que os países não africanos, em particular, os socialistas não se apressassem no estabelecimento de relações com Portugal porque isso significaria um reforço internacional»* das suas posições;

*«2.) que se continuasse a aceitar as iniciativas portuguesas de negociações com os movimentos de libertação, países africanos e OUA acerca da independência das colónias»,* mas caso se verificasse que essas negociações eram só uma manobra para a opinião pública nacional e internacional, estas deviam ser interrompidas; igualmente, *«a questão da independência não podia ser assunto de negociação, [pois] só se podia negociar os métodos, os prazos para a obtenção da independência e as garantias para a população branca e seu estatuto»*; quanto ao referendo, este era excluído como uma manobra porque *«caso quiserem dar a independência que então a dêem»*; contudo, dever-se-ia procurar que a população branca

---

ficasse nas colónias, *«pelo menos, nos primeiros tempos, porque os movimentos de libertação não tinham quadros suficientes para que possam gerir sozinhos os novos Estados»*, embora sem qualquer autonomia ou estatuto privilegiado;

*«3.) os movimentos de libertação e a África deveriam estar preparados para uma longa luta pela independência e a continuação da luta armada»* e, por isso, foram aceites as decisões para um aumento da ajuda material, política e militar para esses movimentos por parte dos países africanos, mas também para *«apelar junto dos países amigos um reforço dessas mesmas ajudas»*.

Achando, a seguir, que a África estava bastante unida e tinha uma política bem elaborada em relação a Portugal, o ministro tanzaniano dos Negócios Estrangeiros afirmou que não seria recomendável *«qualquer acção que pudesse dificultar uma solução positiva europeia [...] "porque nós continuamos muito interessados por a solução política"»*. Esperava-se, igualmente, o que se iria passar nos meses de Verão com as conversações com a FRELIMO, em Lusaca, e uma possível continuação das negociações com o PAIGC.

Sem embargo, caso até à Assembleia-Geral da ONU, não houvesse mudanças positivas por parte de Portugal, os países não-alinhados deveriam empreender uma grande acção pela entrada da Guiné-Bissau para seu membro. Para assegurar essa entrada, no Conselho de Segurança, havia ainda a dúvida acerca do voto dos EUA, mas quase  $\frac{2}{3}$  da maioria já estava assegurada. Pediu ao seu interlocutor o apoio jugoslavo para *«se popularizar ao máximo o relatório da ONU que analisou os massacres, em Moçambique, e que foi bastante desfavorável»* para Portugal.

Outro pedido feito à Jugoslávia foi para um aumento da ajuda material aos movimentos de libertação, sobretudo para a FRELIMO e o PAIGC. O primeiro necessitaria de algum armamento mais moderno (antiaéreo e de mísseis), pois clássico tinha suficiente, e de ajuda financeira por causa das regiões libertadas (organização a vida económica, alimentação, saúde e instrução). Algo semelhante se passaria *«na Guiné-Bissau, onde faltava somente a ajuda financeira»*.

À pergunta do embaixador jugoslavo sobre a situação no MPLA, John Malecela respondeu-lhe que *«o Dr. Neto errou por não ter estado em Mogadixo e muitos criticaram-no porque teve tempo para se passear pela Europa, onde fez diversas declarações contra países africanos e não considerou necessário estar presente na Cimeira. Até o seu encontro com Soares foi compreendido por alguns como uma tentativa de destruição do movimento de libertação, em Angola, e do MPLA»*. Por fim, acrescentou, talvez até tivesse sido positiva a sua ausência, porque permitiu que, após dois anos, as fracções do MPLA aparecessem juntas



num movimento unido, impedindo que a FNLA de Holden Roberto se apresentasse como o único movimento em Angola. Achou, ainda, que foi mau que na Cimeira não tivesse sido possível conseguir a unidade entre os três movimentos angolanos com vista a uma delegação comum nas negociações com Portugal, *«mas, depois do Congresso do MPLA, isso provavelmente poderá ser conseguido»*.

Em relação a uma solução para a situação no MPLA, estava mais optimista por causa da unidade alcançada, em Mogadixo, pelas fracções. Acreditava que, *«após o congresso, a situação será resolvida com ou sem Neto e que, em Angola, o MPLA será novamente o movimento mais forte e mais progressista»*.

### **As relações com a FRELIMO**

Em Dar es Salam, a seguir a vários pedidos, durante três meses, para uma reunião, o embaixador jugoslavo, Marko Kochin, recebeu a visita (19/Jul.) de Marcelino dos Santos, a quem perguntou abertamente se lhes tinham feito algo censurável pois, nesses meses, a embaixada não tinha conseguido contactar a direcção da FRELIMO. Pela resposta do seu interlocutor, a *«única razão»* por não ter havido contactos, *«não terem enviado uma delegação ao X Congresso da LCJ<sup>356</sup> e [...] não tivessem podido se encontrar com o camarada Kurtovitch»* foi atribuída, como já se mencionou, *«aos acontecimentos em Portugal e ao pequeno número de quadros qualificados»*, mas antes com as desculpas por terem dado a impressão que tinham mudado de atitude a respeito da Jugoslávia, porque *«eles sempre estimaram muito e [continuavam a estimar] a ajuda e o apoio da Jugoslávia Socialista»*. Sem comentar o que ouviu, informou-o acerca do restabelecimento das relações com Portugal, *«dando-lhe a conhecer as avaliações e opiniões»* jugoslavas que aceitou sem comentários ou perguntas.

Começando a falar amplamente sobre a nova situação política portuguesa,<sup>357</sup> o dirigente moçambicano estimou que o golpe militar teve uma importância epocal para a sociedade portuguesa, mas também para os territórios coloniais. *«Os jovens oficiais que o fizeram eram progressistas e todos eles eram filhos das camadas mais baixas»* porque os filhos das famílias ricas não queriam morrer e não ingressavam na carreira militar. Assim, foram eles que *«lutaram nas colónias e sentiram nas suas próprias costas a absurdidade da guerra colonial, [enquanto] os outros eram a podridão do fascismo»*. Acrescentou que sob um ponto

---

<sup>356</sup> Vd. pág.68, nota n.º168.

<sup>357</sup> Não havendo nas quatro páginas deste telex qualquer referência à duração, ao idioma em que decorreu esta conversação ou a quem anotou o que disseram os interlocutores, pois nunca foram mencionadas quaisquer gravações, pode-se supor a presença doutro diplomata jugoslavo para esse efeito como, por vezes, referido noutros documentos com longas afirmações e pormenores com este.

de vista ideológico, não eram um grupo homogéneo, mas o seu movimento era objectivamente revolucionário porque tinha por objectivo, além do derrubamento do fascismo, profundas reformas socioeconómicas, a democratização e a modernização da sociedade portuguesa, mas ainda a solução da questão colonial. Entre esses oficiais havia muitos esquerdistas, ligados ao PCP, aos socialistas e dispostos a colaborar com as forças da esquerda.

Quanto a Spínola, ele era, no fundo, *«só um companheiro de viagem do MFA e, subjectivamente, tinha as mesmas posições que teve Caetano»*. Apercebeu-se que, no interesse da *«salvaguarda do poder da grande burguesia e dos latifundiários como das colónias»*, era preciso romper com *«o odioso fascismo e dar a Portugal uma cobertura democrática»*. Caetano não tinha conseguido porque estava demasiado comprometido. Nesse momento, Spínola tentava isso, mas não está disposto a qualquer reforma do sistema socioeconómico que pudesse enfraquecer a posição do grande capital, ou a renunciar às colónias. Por causa disso, *«dificultava as reformas, era conivente com a grande burguesia e quis aprovar uma constituição provisória, decretar eleições para presidente da República e dar ao governo maiores poderes»*, tudo para enfraquecer as posições do MFA e da esquerda. Somente, desistiu disso, após a enérgica intervenção do MFA e a demissão do governo de Palma Carlos foi também uma manobra da grande burguesia em sintonia com Spínola.

Em relação ao comportamento de Cunhal e Soares, Marcelino dos Santos qualificou-o *«sem princípios e achava que estavam obcecados com o receio que algum procedimento deles não pudesse ser utilizado abusivamente pela direita e, assim, contribuir para a restauração do fascismo»*. Ora, isso era um perigo irreal e semelhante ao que pregam aqueles que dizem que a independência de Moçambique conduziria a conflitos tribais. Em vez de uma ligação forte com as forças de esquerda no MFA e formarem uma frente de esquerda para efectuarem as reformas socio-económicas essenciais, sem as quais não haveria progresso e democracia em Portugal, *«tanto os comunistas como os socialistas [...] jogavam na carta da autoridade de Spínola»*. Soares teve conversações com *«todos os governos europeus-ocidentais, em particular os socialistas»*, para que apoiassem Spínola. Igualmente, a respeito da independência das colónias não eram consequentes, pois *«declara[va]m-se pela independência e, ao mesmo tempo, reclama[va]m compreensão aos movimentos de libertação para as dificuldades do governo»*, enganando, ainda, a opinião pública mundial acerca das negociações com esses movimentos. Concluiu: *«essa política de compromissos com a burguesia não levará os socialistas e os comunistas a parte nenhuma»*.

A questão fundamental mais actual, em Portugal, era *«o sistema socio-económico e, sem reformas radicais que impeçam o poder do grande e pequeno capital, e a introdução de*

*um controlo social ou estatal na economia, serão impossíveis reformas sociais e políticas».* Segundo Marcelino dos Santos, os jovens oficiais eram por reformas decisivas, exigindo que na indústria pesada, no grande comércio e nos bancos a participação estatal fosse de 51%, ao passo que Spínola e parte do exército aceitavam que fosse no máximo 25%. Nessa ocasião, terá afirmado, *«as lanças partiam-se em redor disso»*.<sup>358</sup>

Porém, esperava-se muito do novo governo militar tanto na política interna como a respeito das às colónias, sendo *«o coronel Gonçalves um comprovado esquerdista»* — e também alguns ministros (oficiais) —, um dos membros da Junta e da Comissão de Coordenação. Por isso. *«A FRELIMO mantinha com eles contactos permanentes e teve as melhores impressões. Acreditava que, com o novo governo, as perspectivas para uma solução pacífica e rápida da questão da independência eram de longe mais favoráveis»*, tinham suficiente confiança nele, o que nunca se poderia dizer do anterior.

Demais, a posição da FRELIMO, em Moçambique, *«era bastante boa e muito se restabeleceu depois do golpe de Estado de 25 de Abril»*. Politicamente, era mais forte e, em muitas regiões, o único partido. Militarmente, dominava uma boa parte do território. Conseguiu ganhar, ainda, a confiança da maioria dos brancos em Moçambique e suas organizações. Na realidade, contra a FRELIMO actuavam *«algumas organizações de brancos, que representa[va]m uma minoria da população branca e pequeno número de organizações da população negra que era parte do "establishment" colonial»*. Segundo parecia, a RAS e a Rodésia conformaram-se com a situação e com o facto de que Moçambique tornar-se-à, em breve, independente. A FRELIMO continuaria com as negociações acerca da independência com o governo português e, ao mesmo tempo, iria reforçar o trabalho político em Moçambique e as acções militares caso se verificasse que Portugal não estivesse disposto a reconhecer a independência. De facto, *«conta[va]m que a independência teria lugar, provavelmente, dentro de um a dois anos»*.

Para terminar, o embaixador jugoslavo juntou, em anexo, uma lista *«com a ajuda militar e material que a FRELIMO espera[va] da RSFJ»*,<sup>359</sup> que recebeu, possivelmente, do seu interlocutor.

---

<sup>358</sup> Pela frase tão pessoal e as percentagens nunca citadas noutros documentos, pode-se confirmar o *«falar amplamente»* de Marcelino dos Santos, segundo a apreciação do embaixador M. Kochin, mas também coloca perguntas e cautelas (metodológicas) acerca destes relatos em que o subscritor deste documento (ou de outros) afirma — baseando-se em notas (as estenográficas só foram designadas em alguns casos), pois as gravações destas conversações nunca foram referidas — que o seu interlocutor disse o que ele anotou.

<sup>359</sup> Segundo a proposta da ASPTJ (30/Dez./74) para aprovação, esta lista pedia *«armamento para o equipamento completo de uma unidade de infantaria de três mil soldados»*, sendo esse equipamento determinado por especialistas militares jugoslavos que o avaliaram em 200 milhões de dinares (cerca 11,8 milhões de dólares). Dentro

Duas semanas passadas (3/Ago.), Marcelino dos Santos e Joaquim Chissano<sup>360</sup> receberam a visita de dois diplomatas jugoslavos que lhes entregaram um convite para Samora Machel visitar a Jugoslávia e os informaram da ajuda prevista para esse ano.<sup>361</sup>

Depois, os dois dirigentes da FRELIMO fizeram um relato sobre a situação política e militar que melhorava constantemente a seu favor, mencionando que «*após a tomada da cidade Murumbula, ontem (2 de Agosto) rendeu-se também a fortificação portuguesa "National", na província de Cabo Delgado.*<sup>362</sup> *Aprisionaram 130 soldados com armamento e meios de transporte, praticamente, sem disparar um único tiro*». Segundo este telex da embaixada de Dar es Salam, acrescentaram ainda que no exército português, «*a desmoralização, a recusa de obediência e a tomada de consciência de que a FRELIMO assumia o poder [traduzia-se num] desejo cada vez mais expressivo, até nos oficiais superiores, na cooperação com a FRELIMO e na recusa de combater*».

Igualmente, «*exprimiram muito sinceramente, abertamente e duramente o seu descontentamento por a Jugoslávia e outros países socialistas terem estabelecido relações diplomáticas com Portugal*» e que, mesmo antes, ninguém, incluindo a Jugoslávia, contactou nem um dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Do mesmo modo, ficaram admirados com os países africanos, consultados pela Jugoslávia, que segundo se dizia aprovaram tal atitude e, nas conversações com os representantes dos movimentos de libertação, a criticaram. Afirmaram, além disso, que «*tinham a impressão que para os países socialistas era mais importante apoiar o PC de Portugal e Cunhal e não eles — os movimentos— que também foram factores de todas as mudanças em Portugal*». Esse reconhecimento prematuro dificultou as suas negociações com o governo português, pois nas primeiras negociações, em

---

das possibilidades financeiras existentes, a proposta final foi de 25 milhões (1,47 milhões) mais «*uma ajuda humanitária de alimentos*» no valor de 2 milhões de dinares (cerca 118 mil dólares). AJ, 837, I-5-b, Angola.

<sup>360</sup> ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974. Devido à ausência de Samora Machel que «*tinha ido de urgência para o Sul da Tanzânia (o que nos foi confirmado por várias fontes)*», a recepção do enviado da ASPTJ (Dimitríe Babitch, membro da sua Comissão Internacional) e do conselheiro da embaixada (Vemitch) esteve a seu cargo, mostrando assim a importância dada a esta visita. Apesar dessa urgente viagem coincidir com a rendição da guarnição da citada fortificação, não foi encontrada nenhuma referência, na documentação consultada, à sua presença nessa operação militar na fronteira tanzaniana-moçambicana. Somente, uma «*recente operação contra uma unidade militar*» foi mencionada (14/Ago.) por Vasco Gonçalves na conversação com Ivan Koíitch (Vd. pág.123).

<sup>361</sup> Após terem agradecido o convite e a ajuda, informaram os seus interlocutores jugoslavos da data possível para essa visita (Outubro ou Novembro) e, quanto à ajuda militar, ela seria «*bem-vinda, mas pediram se [fosse possível] que lhes aumentassem também a [ajuda] financeira por causa da compra de meios de transporte para utilização no território sob controlo dos portugueses*».

<sup>362</sup> Referiram-se à vila de Morrumbala e a designação do aquartelamento, em Omar, podia ser a da povoação Namatil. Quanto à data, o dia foi o primeiro de Agosto.

Lusaca, as suas posições eram tão fortes que, se não tivesse havido esse reconhecimento, teria sido muito mais fácil conseguir a independência. Assim, o caminho para a independência seria mais longo e difícil. Salientaram, em seguida, que até o reconhecimento jugoslavo era utilizado pela social-democracia na Europa para atacar a própria Jugoslávia. Continuavam, apesar de tudo, a acreditar nos princípios da posição jugoslava e no desejo sincero de ajudar os movimentos de libertação.

Nas suas conclusões, os subscritores (Babitch e Kochin) estimaram que este era um dos motivos das suas reservas a respeito da Jugoslávia, mas que desde então tinham sido criadas as condições para desenvolver as relações com a FRELIMO que dependeriam *«das nossas actividades, prontidão na entrega da ajuda que, nesse momento, realmente necessitavam»*. Desse modo, seria preciso *«examinar as possibilidades de um posterior aumento da ajuda militar e financeira [como era] indispensável efectuar frequentes consultas no plano político e informá-los acerca da evolução em Portugal e das nossas acções ali quanto à problemática colonial»*.

### **O Acordo de Lusaca**

Através de Agostinho Neto<sup>363</sup> que o visitou nesse dia (29/Ago.), o embaixador M. Kochin soube que, em 5 de Setembro, na capital zambiana, seria assinado *«o protocolo entre a FRELIMO e o Governo português acerca da formação de um governo de transição comum na proporção de um para três a favor da FRELIMO»*. O protocolo já fora aprovado na generalidade nas conversações militares secretas entre Portugal e a FRELIMO, o que foi *«um passo importante para a total independência de Moçambique»*.

Confirmando essa informação, comunicou a Belgrado (6/Set.) que, a seguir ao acordo entre os especialistas militares, tinha começado, no dia anterior, a segunda volta das conversações entre as duas delegações, sendo chefiadas, respectivamente, por Samora Machel e Mário Soares. À chegada, foram esperados pelo *«presidente Kaunda e um grande número de funcionários do governo»*, tendo sido o primeiro já recebido *«como o primeiro presidente do futuro Moçambique independente»*. As declarações de ambas as partes, incluindo também a de Kaunda, foram muito optimistas. Julgava-se que a reunião desse dia *«dever[ia] conduzir somente até ao ajuste da parte formal do acordo fundamental, cujas posições básicas estavam já acordadas (finalização de pormenores acerca do Governo Provisório de Moçambique, o qual, começar[ia] a actuar, o mais tardar até 25 de Setembro, e de formas de trans-*

---

<sup>363</sup> Uma visita logo após o Congresso do MPLA e antes da sua partida para a cimeira em Brazavile (ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974).

*missão de poderes*)». Salientou-se a FRELIMO «*como a única força, em que será transferido o poder em Moçambique*».

Pela sua parte, Mário Soares sublinhou que «*Portugal garantir[ia] a integridade territorial de Moçambique no período da transição de poderes, enquanto que depois da concessão final da independência isso ser[ia] assunto da FRELIMO*». Acentou, ainda, que durante a estadia em Lusaca não teria qualquer contacto com representantes do MPLA.

Através de outras fontes,<sup>364</sup> representantes da FRELIMO avaliaram o «*acordo conseguido como um compromisso realista*» e que na situação existente não se podia conseguir mais. Igualmente, foi preciso ter em conta que o novo regime português pudesse guardar a sua face, sem capitulação e, ao mesmo tempo, era necessário para a própria FRELIMO um certo período transitório para poder assumir a administração do país e preparar as reformas e as medidas para a tomada completa do poder. Além disso, consideravam que o «*governo português era sincero acerca do reconhecimento e que iria aplicar o acordo conseguido*». Sobre tudo, foi importante que «*Portugal assumiu a responsabilidade de defender e salvaguardar a integridade territorial de Moçambique porque a FRELIMO sózinha não estava em condições para o fazer*». Previa-se até a possibilidade de que, «*após a total independência, ficasse um contingente militar português para assegurar a protecção de fronteiras*». Sem embargo, receavam que «*pudesse haver algum contra-golpe em Portugal que conduzisse ao poder as forças reaccionárias*», embora nem isso atrasaria muito o processo da independência, caso as posições da FRELIMO estivessem consolidadas no Governo Provisório.

A respeito da revolta dos colonos em Lourenço Marques e Beira, apesar de não esperarem que o processo corresse sem incidentes, foi importante que eles «*não tivessem podido impedir a assinatura do acordo nem influenciar o governo português para atrasar a concessão da independência*». Acreditavam que o exército português interviria contra os insurrectos e restabeleceria a ordem, apesar do cepticismo de alguns dos interlocutores quanto «*à disposição dos soldados portugueses para entrarem em qualquer escaramuça que fosse porque estavam fartos de guerra*».

Todavia, para um funcionário superior do MNE tanzaniano, os problemas que esperavam o Governo de Transição eram numerosos e «*talvez mais difíceis do que foi a condução da guerra de libertação*». Além da situação económica muito difícil em Moçambique e da economia portuguesa que estagnava desde o golpe de Estado, havia o problema dos colonos brancos extremistas. Achou que «*a sua revolta em Lourenço Marques e Beira foi uma coisa*

---

<sup>364</sup> Estas informações de representantes da FRELIMO e de diplomatas africanos foram enviadas, em 10 de Setembro, para o SFNE pela embaixada em Dar es Salam (ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974).

*séria porque tinha informações de que gozam do apoio não só moral mas também material e militar da parte da RAS e Rodésia». Embora, tal fosse de esperar, acrescentou que «o problema estava [em que] no Sul de Moçambique não havia unidades militares da FRELIMO» e, provavelmente, uma parte desses colonos brancos seguindo o exemplo da OAS tentarão fazer tudo para impedir a aplicação do acordo. Por fim, haveria, em breve, o problema da segurança e da integridade territorial, sendo de esperar que a RAS e a Rodésia, em colaboração com os extremistas brancos, tentariam ameaçar a integridade territorial de Moçambique com infiltrações de mercenários, incidentes nas fronteiras e até, talvez, tentar a secessão de certas partes do país. Não obstante fossem só suposições, pois informações seguras não tinha, foi premonitório e concluiu: «mas a RAS tentará, seguramente, algo para compensar o desaparecimento do cordão sanitário que para ela representaram as colónias portuguesas. À FRELIMO não lhe resta[va] outra coisa do que no período de transição tentar organizar a melhor defesa possível da parte sul de Moçambique.»*

Relativamente ao presidente do Governo de Transição, Joaquim Chissano, os seus «dados biográficos essenciais»<sup>365</sup> só foram enviados depois (24/Set.) pela embaixada de Dar es Salam para Belgrado. Além da sua naturalidade, habilitações e funções na FRELIMO,<sup>366</sup> há algumas informações e considerações acerca da sua formação política e cultural como da relação com a Jugoslávia.

Assim, era considerado «o principal estratega da FRELIMO e foi a mão direita de Samora Machel» desde que este último se tornou seu presidente. «Contudo, Chissano era mais apreciado e conhecido pelas suas capacidades diplomáticas». Pela sua orientação ideológica, tinha uma posição de centro e, dizia-se, que «ideologicamente não estava ligado à URSS ou à China e que foi o maior defensor das negociações com Portugal após o golpe de Estado de Abril, em Lisboa». Falava correntemente português, francês, inglês e suaíli e era «o mais forte, intelectualmente, na direcção da FRELIMO».

A respeito dos jugoslavos — segundo o embaixador Kochin, subscritor deste documento — «foi sempre correcto e amigável, mas não particularmente inclinado, [como] censurou-nos pela branda relação com os estudantes moçambicanos em Belgrado que não eram apoiantes da FRELIMO». Igualmente, não procurou compreender o estabelecimento das rela-

<sup>365</sup> ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974.

<sup>366</sup> Natural de Chibuto (Província de Gaza) onde nasceu (1939). Ensino primário e secundário em Lourenço Marques e universitário em Lisboa e Paris. Militante da FRELIMO desde 1962, foi, até então, formalmente seu representante oficial na Tanzânia e na África Oriente, enquanto, na realidade, foi secretário executivo e ministro da Defesa como dirigiu o serviço de informações. Controlou, ainda, a distribuição das ajudas estrangeiras. Era o terceiro dirigente, após Samora Machel e Marcelino dos Santos, na direcção da FRELIMO.

ções diplomáticas com Portugal e, sobretudo, porque esse procedimento não foi precedido de consultas com os movimentos de libertação. Estimou que *«fizemos isso só por causa de Cunhal e dos comunistas portugueses — o que fala só por si. Do mesmo modo, não estava satisfeito com a nossa ineficácia na doação e entrega das ajudas prometidas»*.

### II.5-3 — A situação em Angola

Na dezena de páginas da «*Informação*»<sup>367</sup> para a reunião do «*Colégio do Secretário Federal*»<sup>368</sup> (28/Jun.), a situação angolana e «*em redor dela à luz das mudanças em Portugal*», assim como as condições para a obtenção da independência foram consideradas «*cada vez mais complicadas e delicadas*». Nesta síntese, em que a escolha dos factos procurou apresentar esses dois meses da «*nova fase na luta pela descolonização das colónias portuguesas em África*», Angola ocupava um lugar importante que, por fim, traduzia «*as relações muito estreitas*» com o MPLA por parte do governo jugoslavo.

Após uma referência aos três movimentos angolanos<sup>369</sup> (MPLA, FNLA e UNITA), ao acordo de Kinchassa (Dez./72),<sup>370</sup> às divisões no MPLA e aos seus dois grupos dissidentes,<sup>371</sup> seguem-se as críticas a Agostinho Neto e à orientação política do MPLA por parte de países africanos<sup>372</sup> que, apesar das diferenças e motivos, tinham um interesse comum.<sup>373</sup> Igualmente,

<sup>367</sup> «*Acerca dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas em África, das negociações entre o novo governo português e os ML e as nossas ligações com esses ML*» (27/Jun.). ADMNE, Portugal, F-217, 1974.

<sup>368</sup> Embora as reuniões deste «*Colégio*» tivessem actas, não foi encontrado qualquer outro documento a seu respeito além da referida «*informação*».

<sup>369</sup> Enquanto, «*somente os dois primeiros [eram] reconhecidos por parte da OUA*», a UNITA «*(acerca da qual, de resto, muito pouco sabemos) [era] muito criticada por colaboracionismo, que assinou um acordo unilateral de cessar-fogo com os portugueses, etc.*». Quanto à FNLA, até às conversações de M. Komatina-Holden Roberto (em Kinchassa, nesse mês de Junho), «*os contactos com eles eram esporádicos (por consideração pelo MPLA e Neto)*».

<sup>370</sup> Considerando que este acordo abriu «*a possibilidade para a superação das diferenças e obstáculos entre os dois principais movimentos de libertação (FNLA-MPLA) e para o reforço da luta armada em Angola*», mas que até então não tinha sido possível realizar, apesar «*das muitas tentativas e esforços, em primeiro lugar, dos países vizinhos africanos (Tanzânia, Zâmbia, Zaire e RP Congo), Comité de Libertação da OUA e da recente XI Cimeira da OUA*», devido à sua «*desunião político-ideológica e às rivalidades pessoais dos dirigentes na luta pelo poder e prestígio*». Como, mesmo após esse acordo, o reforço dessa luta armada (em combatentes, armas e abastecimentos) continuou interdito ao MPLA pelo Zaire e tal situação era bem conhecida pelo governo jugoslavo, a sua menção entre as causas citadas justificava-se pela importância que teve e tinha nessas relações.

<sup>371</sup> Chefiados por «*[...] (Chipenda, comandante das forças armadas do MPLA e membro muito influente da etnia mais numerosa; Dr. Pinto de Andrade, líder da fracção do MPLA em Brazavile e outros)*».

<sup>372</sup> Além dos «*esforços cada vez maiores do Zaire para assegurar uma posição, a mais favorável possível, para a FNLA*» com o objectivo de «*eliminar Neto*», ao mesmo tempo, havia «*certas reservas da Zâmbia e Tanzânia em relação ao MPLA e a Neto pessoalmente, o que contribuiu para o enfraquecimento da sua anterior influên-*



além dos apoios à FNLA (China,<sup>374</sup> EUA e Roménia), há ainda breves notas sobre uma recente marcada reunião, em Kinchassa,<sup>375</sup> e os preparativos para realização do I Congresso do MPLA.<sup>376</sup>

No fim de Junho, numa encruzilhada, após dois meses de descolonização, a diplomacia jugoslava avaliou que «era notório que no reconhecimento do novo regime e o estabelecimento de relações diplomáticas com ele por parte da Jugoslávia há uma certa divergência com as recomendações da OUA, que foram enviadas para os países amigos». Além disso, o que tinha ocorrido, «nos últimos tempos, aponta[va] cada vez mais para a necessidade de prudência por causa da incerteza da evolução futura em Portugal e do evidente adiamento do governo português para se pronunciar mais precisamente acerca da sua política de descolonização».

Deve-se acrescentar que este relato e suas conclusões tomaram em conta o texto de Milhan Komatina acerca da situação político-militar nas três colónias portuguesas que se fundamentou nas suas conversações nesses países, embora numa versão resumida,<sup>377</sup> em que alguns assuntos, mencionados noutro documento, nem foram referidos.<sup>378</sup>

---

*cia dominante». Reservas, mas igualmente críticas a Agostinho Neto pelo seu «dogmatismo e a privatização da direcção do movimento, por dar prioridade às questões ideológicas do movimento, como ainda por causa da sua orientação para uma ligação com a URSS e outras».*

<sup>373</sup> Para os citados três países, segundo esta «informação», não lhes convinha a orientação política do MPLA, «porque implicava um maior empenhamento do Ocidente não só para impossibilitar o desenvolvimento político interno progressista de Angola, mas também impedir pressões do Ocidente sobre eles próprios». Nesse sentido, antes da referida Cimeira da OUA, foram feitas «tentativas por Mobutu, Kaunda e Nyerere para conseguir, com a eleição de uma nova direcção no Congresso do MPLA, a cooperação e uma organização comum da FNLA, UNITA e MPLA, mas sem Neto».

<sup>374</sup> Uma menção especial à «grande ajuda dos chineses (colocaram à disposição [...] 112 instrutores militares para acelerar a formação das forças armadas da FNLA) [...]».

<sup>375</sup> Essa «recente reunião marcada» entre os representantes dos três movimentos acabou por não se realizar, pois só contou com a presença de Chipenda.

<sup>376</sup> Como «Neto pressentiu as manobras acerca dos preparativos e da [sua] realização», não aceitou a data (21/Jun.), nem Lusaca para a realização do Congresso, propondo que se efectuasse em território angolano. Devido à recusa dos «restantes grupos do MPLA, [...] foi adiado por tempo indeterminado», acabando por só ter lugar quase dois meses depois na capital zambiana.

<sup>377</sup> Apesar de não ter sido encontrado o relatório dessas conversações, é de supor que este texto e suas «observações» foram deles transcritos. Por sua vez, esta versão da «Informação» (27/Jun.) resume essa (possível) transcrição que se encontra nas páginas do citado «A Reacção de alguns Países...» (18/Jun.).

<sup>378</sup> Por exemplo, esta previsão do ministro dos Negócios Estrangeiros congolês: «Cabinda tornar-se-á um problema nas relações entre o Congo, Angola e Zaire. Este enclave que — "nem etnicamente, nem historicamente, nunca pertenceu à Angola"— faz parte do Congo. Até agora, eles não o colocaram, mas "o povo de Cabinda

Assim, a orientação da Tanzânia era por uma forte pressão nos movimentos de libertação no sentido de negociações com o governo português que, segundo eles, se tinha decidido definitivamente pela descolonização e, por isso, era *«indispensável que os movimentos de libertação tomassem as decisões adequadas»*. No entanto, receavam a indecisão de ambas as partes, o que poderia conduzir não só a novas operações militares, mas até a uma intervenção da RAS. Uma ameaça que levou Malecela a se interrogar *«quem, por exemplo, poderia impedir amanhã a RAS de intervir em Moçambique»*. Concluindo, o diplomata jugoslavo achou que as operações militares nas colónias portuguesas eram então desnecessárias, sendo preciso criar uma *«atmosfera para a solução da questão colonial através das etapas indispensáveis»*.

Segundo o que ouviu dos *«colaboradores do ministro dos NE do Zaire»*, estes estavam preocupados principalmente com os problemas de Angola como país vizinho, pela situação no MPLA e a presença de interesses estrangeiros. Era visível que procuravam realizar *«a unificação dos movimentos de libertação angolanos em redor da FNLA e através da eliminação de Neto»*.

Anotou da sua reunião, em Brazavile, com o chefe da diplomacia do Congo, que apesar de exagerarem a influência das forças de esquerda em Portugal e no Congo, era evidente que compreenderam o processo e estavam presentes no apoio aos contactos em curso. O ministro salientou as forças da esquerda portuguesa, mas aceitava que nelas havia diversas tendências, presentes no governo, às quais era preciso apoiar por causa da estabilização do novo curso. Também, era de realçar que *«insistiu fortemente nas consequências nocivas do conflito sino-soviético e criticou asperamente as acções desses países»*,<sup>379</sup> o que poderia apontar também para um maior apoio nas forças progressistas em África e nos países não-alinhados.

### **Uma reunião em Dar es Salam**

Num almoço com Todo Kurtovitch<sup>380</sup> e o embaixador jugoslavo,<sup>381</sup> Agostinho Neto falou *«acerca de Portugal e da situação em Angola»*, considerando que as mudanças que

---

*colocá-lo-á após a libertação". Internacionalmente, um problema que será agravado pela implantação de companhias americanas e outras transnacionais por causa da exploração do petróleo e outras riquezas mineiras.*

<sup>379</sup> Essas consequências foram consideradas, no citado relatório, incalculáveis para os movimentos de libertação e a luta anticolonialista. Um conflito que *«paralisou os movimentos de libertação e exacerbava os conflitos mútuos. A presença chinesa num movimento provocava automaticamente a ligação soviética com um outro, o que por si só conduzia a confrontações. A actual ajuda militar chinesa ao Holden é absurda (equipamento de uma divisão) porque é claro que tal divisão servirá "exclusivamente para luta pelo poder" e com isso se prepara a guerra civil em Angola»*.

<sup>380</sup> Membro da Presidência da LCJ, numa visita oficial à Tanzânia.

pareciam tão positivas no início, nesses dias não davam muitas esperanças a respeito de uma rápida descolonização. Por causa disso, o MPLA era bastante céptico quanto «à *benevolência da Junta de Spínola e à sua disposição de dar a independência às colónias*», pois todos os seus actos mostraram que tentavam encontrar uma solução neocolonialista para proteger «*tanto os interesses de Portugal como também do Ocidente*». Não obstante o «*Dr. Neto conhecer pessoalmente Soares (juntos estudaram e estiveram presos)*», ele pensava que as suas possibilidades em encontrar soluções justas eram muito limitadas, sendo até «*de esperar que Soares, apesar da sua orientação progressista, não desejará descurar os vastos interesses de Portugal*».

Daí, para o MPLA, a única resposta só podia ser «*a intensificação da luta armada e uma oposição sem compromissos às soluções neocolonialistas e às ingerências estrangeiras*». Depois, em Portugal, a situação «*era bastante instável e a chave da solução estava nas mãos dos americanos e dos seus interesses económicos e estratégicos*». Prevendo uma longa luta pela independência, referiu-se, ainda, aos países africanos que exerciam pressões sobre os movimentos de libertação para chegarem a um compromisso com Portugal e com quem desejavam estabelecer relações.

Além da crise existente no MPLA, havia «*também a desunião entre os movimentos*» que, sendo processos difíceis, não se podiam resolver devido às ingerências externas «*(Zâmbia, Zaire e, nos últimos tempos, do Congo) e às posições pouco críticas de diversos países africanos*». Igualmente, era inadmissível que os problemas de Angola fossem resolvidos por parte destes países «*sem o conhecimento e a participação do MPLA (as recentes conversações nesse sentido entre o Congo-Brazavile e o Zaire, intervenções de Kaunda, pressões do CL da OUA na unificação do movimento e as constantes tentativas de divisão do movimento)*».

Mencionou, em seguida, o papel negativo do Zaire — «*defesa dos interesses imperialistas e ligações com os americanos*» — e, em particular, o da Zâmbia e «*as hesitações de Kaunda entre os interesses próprios, as pressões de Mobutu e o desejo de encontrar uma solução com Portugal*». A respeito da Tanzânia, estimava que o MPLA tinha o apoio de Nyerere, mas não de outros dirigentes (primeiro-ministro R. Kawawa e do ministro J. Malecela), nem de H.Mbita, secretário executivo do CL da OUA.

---

<sup>381</sup> Apesar da data do seu telex (13/Jul.), a ausência de qualquer referência aos acontecimentos, ocorridos entre 9 e 13 desse mês, em Lisboa e Luanda, é de pressupor que este almoço os antecedeu.

Entretanto, em Lusaca, decorria uma reunião da comissão organizadora do Congresso do MPLA que, provavelmente, se realizaria no fim do mês. Negociavam com os países vizinhos o local para a sua realização, porque *«Neto não deseja(va) que o Congresso se realizasse em Lusaca, mas em qualquer outro país»*.

### **De fins de Julho a inícios de Setembro (alguns factos e protagonistas)**

De Bukavu a Brazavile, passando por Lusaca e, por fim, ao entrar em Angola, Agostinho Neto rompeu o cerco do Zaire e da Zâmbia e anulou as vantagens alcançadas no plano político pelas outras fracções do MPLA, chefiadas por Daniel Chipenda e Joaquim Pinto de Andrade. Porém, só alguns dias após a cimeira em Bukavu (3/Ago.), numa longa conversação com três diplomatas jugoslavos<sup>382</sup> — perante a situação em que se encontrava e prevendo o que poderia acontecer no próximo Congresso<sup>383</sup> — ainda pensava demitir-se<sup>384</sup> e *«com a direcção e activistas a deslocarem-se para Angola e, no território libertado [como] nas regiões e cidades sob controlo dos portugueses»*, começarem a desenvolver a actividade política, pois ali tinham todas as condições, *«porque, sobretudo, as cidades do norte e leste do país como todas as unidades militares estavam ao seu lado»*.

<sup>382</sup> Em Dar es Salam, o embaixador e dois outros diplomatas, um deles, convidado do Congresso, Dimitríe Babitch, então funcionário da ASPTJ. Neste relato duma dezena de páginas acerca do que passou durante e após a Cimeira de Bukavu (27-28/Jul.), há uma introdução (participantes, assuntos discutidos e propostas aprovadas) que a resumiu: *«toda a reunião desenrolou-se sob o signo da crítica e pressões ao Dr. Neto e à direcção em redor dele. Nisso, sobretudo, excederam-se Mobutu, Kaunda e os representantes das fracções do MPLA. Nyerere e Nguabi calaram-se e não o censuraram. Todavia, não se opondo a Kaunda e Mobutu, na realidade, eles colocaram-se entre os seus adversários»*. Depois, os dois assuntos discutidos (unificação do MPLA e unidade na acção entre o MPLA e a FNLA) e a *«nossa opinião»* dos dois subscritores (Babitch e Kochin). ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974.

<sup>383</sup> O Congresso do MPLA, em Lusaca, começou no dia 12 de Agosto.

<sup>384</sup> No entanto, nos dias seguintes (9/Ago.), a embaixada jugoslava de Kinchassa informou: num *«coquetel, o adido comercial da RDA, [falando-se de Bukavu e do Congresso do MPLA] informou de que ontem receberam um telegrama de Berlim, no qual os informava brevemente: "a anunciada demissão de Neto, em Bukavu, na imprensa zairense representa um jogo sujo e mentiras, que é tudo histórias do Zaire. Isto, supostamente, são desmentidos de Neto publicados na imprensa tanzaniana. Os diplomatas europeus orientais, excepto os romenos, comentam de forma semelhante a demissão de Neto, isto é, obtida com as pressões dos quatro, onde, sobretudo, um papel negativo se atribui a Mobutu por causa das ligações pessoais com Holden»*. Porém, no dia anterior (8/Ago.), em Lusaca, duma conversação com *«Iko Carreira e Paulo Jorge, membros da direcção do MPLA e apoiantes do Dr. Neto»*, Vukolitch e Babitch anotaram sobre essa demissão o seguinte: *«[...] foram críticos quanto à declaração de Neto que deu, sob condições, em Bukavu sem consultar a restante direcção, que daria a demissão. Depois da reunião com a direcção, que estava firmemente contra a demissão, Neto saiu com a declaração de que não fez tal declaração como foi interpretada e que continuava presidente do MPLA. Nas vésperas do congresso, Neto fará ainda uma declaração de que continua presidente do movimento e como tal participará no congresso. O próprio Neto nos comunicou que dará tal declaração e que, além da distribuição das agências mundiais, será também publicada em Luanda. No próprio congresso, Neto insistirá em falar como presidente do MPLA e não como chefe duma fracção.»* (ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974).

Acrescentou, em seguida, que o MPLA já actuava legalmente em Angola<sup>385</sup> e que foi restabelecido o trabalho das organizações de base e criadas as ligações entre si. Esta era a sua orientação e no caso de não se conseguir um compromisso aceitável no Congresso do MPLA, «*a mudança para o país [iria] impossibilitar a constante ingerência dos países vizinhos, reforçar a autonomia do movimento e levar a termo a mobilização política das massas para a independência*».

Embora «*a liberdade da sua acção dependesse, até certo ponto, igualmente das posições do governo português*», ele sabia que «*era a personalidade mais aceitável para o governo português. Acreditava que Gonçalves não negociar[ia] com nenhum outro líder angolano como nem com Holden. Tinha contactos com o governo de Gonçalves e, em breve, espera[va] novamente o seu emissário*».<sup>386</sup> Todavia, existia o perigo da «*"congolização" de Angola por parte do Zaire e dos EUA, e também da Zâmbia, com a utilização do Holden, mas ainda de outros*». Assim, em Luanda, já fora descarregado «*armamento americano que foi enviado para os bairros africanos da cidade*» e, segundo estas notas dos seus interlocutores, Agostinho Neto afirmou que um «*eventual acordo entre ele e Lisboa deveria incluir uma tal transmissão de poderes que garantisse a paz e a segurança no país com a ajuda das tropas portuguesas, enquanto as forças do MPLA não estivessem em condições de controlar a situação com sucesso*».

Na opinião dos subscritores deste documento, a julgar pela «*conversação com o Dr. Neto e outros interlocutores*»,<sup>387</sup> ficava-se com a impressão de que a crise, em Angola e no MPLA, tinha entrado numa fase decisiva e os resultados dessa reunião em Bukavu bem o mostraram. Igualmente, «*apesar de todos os esforços e pressões por parte dos quatro países, não se conseguiu resolver nenhum problema*». O único meio resultado positivo foi conseguir a realização do Congresso do MPLA em Lusaca, mas com a previsão de um final demasiado incerto para as partes interessadas, tendo em conta as posições e os objectivos de um claro «*patronato e tutela dos países vizinhos sobre os ML [movimentos de libertação] de Angola, o*

---

<sup>385</sup> *Ibid.*, Agostinho Neto acrescentou: «*sob a designação de Comité de Acção Política de Angola (CAPA) que dirige um dos dirigentes do MPLA e seu colaborador Aristides Van-Dúnem*».

<sup>386</sup> Melo Antunes foi esse emissário e o mencionado encontro ocorreu na capital tanzaniana (5/Ago.).

<sup>387</sup> Uma dezena de nomes de diplomatas (CL OUA e MNE) e de representantes de movimentos de libertação em Dar es Salam, embora, entre os quais, não se encontrava nenhum da FRELIMO.

que da Tanzânia e Zâmbia também estava presente quanto à FRELIMO, embora de forma mais encoberta e menos expressa devido à unidade do movimento».<sup>388</sup>

Como última previsão, «no caso de Neto sai[sse] do MPLA», os citados diplomatas jugoslavos estimaram que «a representatividade das personalidades que ficavam (Chipenda e Pinto de Andrade) não garantiam a eficiência das negociações com Portugal. Chipenda era um protagonista dos interesses zambianos e o grupo de mestiços de Brazavile uma combinação congoleza».<sup>389</sup> *O Zaire empurrava o Holden*».

Numa conclusão final, sublinharam que as pressões e o comportamento dos quatro países em Bukavu foram condenados, em Dar es Salam, pela maioria dos movimentos de libertação. «Mesmo, muitos que antes criticavam Neto por causa da sua severidade e um diminuto tacticismo quanto aos países vizinhos, [então] simpatiza[va]m com ele e apoia[va]m-no». De tudo isso, muitos chegaram à conclusão «acerca do perigo que os ameaça[va] e, para eles, o que talvez melhor explicou [o ocorrido] foi a declaração do representante da FRELIMO, Chissano: "Estamos rodeados de amigos, os quais, na verdade, não o são"».

II) Só dois dias após a conversação, em Dar es Salam, com Agostinho Neto, em Lusaca (5/Ago.), por sua iniciativa,<sup>390</sup> o embaixador jugoslavo Vukolitch, acompanhado do conselheiro da embaixada, teve uma reunião com Daniel Chipenda e V. Kambuta, «também ex-colaborador de Neto, que esteve várias vezes na Jugoslávia».<sup>391</sup> Numa breve exposição, salientou «a longa cooperação com o MPLA» e, no «contexto da actual situação devido às mudanças em Portugal, [referiu a] difícil situação em Angola, partindo daquilo que é conhecido e publicado na imprensa, em particular, depois do recente encontro em Bukavu». Pediu, ainda, as suas avaliações e perspectivas acerca da evolução dessa situação, as quais, foram

<sup>388</sup> *Ibid.* Em resumo: «ditando condições e "soluções", as posições comuns dos quatro países em relação à Angola provêm, sobretudo, dos seus receios de que os acontecimentos nesse país possam tomar um caminho que seja um obstáculo para os seus interesses e ambições estatais».

<sup>389</sup> *Ibid.* Considerando que os dois também não seriam capazes de assegurar a unidade do MPLA, mencionaram: «os seus interlocutores duvidavam das capacidades de liderança de Chipenda, tratando-o com um político regional que, além disso, tinha uma fraca saúde [dois ou três anos antes, devido à diabetes tinha estado em tratamento na Jugoslávia]. Não contam nem com o representante do grupo de Braza por causa da sua difícil posição social em Angola (inaceitável para africanos como para brancos). Em Angola, as posições de Holden são confusas. Devido à orientação racista, dificilmente aceitável para Portugal».

<sup>390</sup> Uma iniciativa justificada «porque quisemos antes de o congresso ouvir a sua avaliação acerca da situação e de estabelecermos um contacto não oficial a fim de pudermos acompanhar o mais abrangente e eficaz possível o trabalho do Congresso do MPLA». (ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974).

<sup>391</sup> Todavia, não fez qualquer referência à estadia, em Belgrado, de Chipenda por motivos políticos ou de saúde.

dadas por Chipenda que, durante duas horas, as apresentou e explicou aos seus interlocutores. Segundo o que foi anotado pelos diplomatas jugoslavos, os seus «*momentos mais importantes foram os seguintes*»:

1.º) No início, «*desculpou-se e exprimiu o seu pesar por ter interrompido o contacto com os países amigos como a Jugoslávia e porque não nos informou sobre a situação em Angola*». Disse que quando foi suspenso da direcção do MPLA continuou a sua «*actividade em Angola e, acerca de outros países, não quis criar a impressão que parecia como uma fracção no MPLA*». Falou longamente acerca do «*conflito com Neto e de todos os detalhes que se seguiram ao conflito e sua suspensão da direcção*»;

2.º) Pela situação criada «*culpa[va] Neto que o imputou a uma conspiração contra ele com mais quatro combatentes do MPLA, os quais, mais tarde, liquidou, pelo que chegou a um sério conflito com Kaunda*» como provocou a revolta na região leste que recusou visitar e até de falar, em Lusaca, com os seus representantes. Devido à insistência de Kaunda, Neto aceitou conversar com Chipenda, mas repetiu as acusações, sem provas, a respeito da sua conspiração e luta fraccionista, para terminar com a entrega da decisão da suspensão da direcção. Desde essa altura, a situação foi caracterizada por essa «*insistência de Kaunda na reconciliação, mas quando foi evidente que era impossível consegui-la*», ele pediu, apoiado por Nyerere e Mobutu, «*a convocação do congresso [para] esclarecer todas as questões do MPLA*». No entanto, apesar de ter aceitado a sua realização, Neto procurou adiá-la através de algumas condições como convocar primeiro uma conferência nacional de quadros do MPLA que Chipenda recusou. Posteriormente, na comissão preparatória do congresso, não foi possível superar as diferenças nas negociações. «*Quando foi claro que Neto retardava os preparativos e a realização do Congresso (viagens ao estrangeiro), Kaunda e Nyerere propuseram a Chipenda, em Dar es Salam, que começasse sózinho*» esses preparativos, o que ele aceitou e deu um novo impulso aos trabalhos da citada comissão;

3.º) Quanto à Cimeira de Bukavu, além de breves referências à questão do presidente do MPLA e às propostas dos quatro chefes de Estado, Chipenda opôs-se à participação da UNITA nas negociações com Portugal, com «*a argumentação de que Savimbi da UNITA não era politicamente e moralmente qualificado para participar na formação da frente unida dos movimentos de libertação de Angola, com que Kaunda concordou imediatamente e os outros não se opuseram*». Referiu-se, ainda, ao insucesso das mencionadas propostas, apesar de uma longa discussão, e que, na seguinte sessão, foi convidado também Holden Roberto, tendo Mobutu afirmado que «*os chefes de Estado querem fazer, caso fosse aceitável para os representantes dos movimentos de libertação, determinadas sugestões em relação à formação da*

*frente comum do MPLA-FNLA para poderem começar as negociações com Portugal*». Segundo as notas do embaixador jugoslavo, «*nesse momento, supostamente, Neto saiu com uma declaração em que dizia, tendo em conta a situação surgida, ele, em base da decisão da direcção do MPLA, queria comunicar que ele e toda a direcção se demitiam e que não seria candidato no próximo congresso*».<sup>392</sup> Depois disso, Chipenda aceitou a proposta dos chefes de Estado para conduzir, a seguir ao Congresso do MPLA, as conversações acerca da criação da frente comum dos dois movimentos angolanos, acrescentando que «*nesse sentido não foi assinado nenhum documento em Bukavu*»;

4.º) Em Angola, «*na realidade, não havia luta armada, surgindo aqui e acolá acções esporádicas — no Norte (forças de Neto) e na frente de Chipenda. Holden Roberto mantia num campo 14 000 combatentes sem acções (Chipenda esteve em tais campos), que não estão preparados para lutar*». A UNITA foi assimilada, excepto pequenas forças, por unidades portuguesas e condenou severamente o seu chefe Savimbi. Classificou o grupo de Andrade de oportunista (porque era apoiado pelo Congo) e disse que Holden Roberto era apoiado sem compromissos por Mobutu como por outros chefes de Estado e que isso era uma realidade que não se podia ignorar.

5.º) Após o regresso de Bukavu, segundo Chipenda, teve com Neto uma conversação de duas horas, na qual, lhe disse que a sua demissão foi dada em base de não ter mais o apoio dos chefes de Estado, presentes em Bukavu, e que sem esse apoio externo não podia continuar a luta e as negociações com Portugal. Mais uma vez, o embaixador Vukolitch escreveu que «*supostamente, confessou a Chipenda o erro de não ter escutado suficientemente as opiniões dos colaboradores no MPLA. Pela primeira vez, supostamente, reconheceu que não tinha provas da conspiração de Chipenda contra ele*». Depois, aconselhou-o a ser cauteloso quanto ao Zaire e ao Holden Roberto, «*porque através deles os americanos procuram assegurar a influência em Angola*». A respeito do grupo de intelectuais de Andrade, considerou-o perigoso para o movimento.

6.º) Relativamente à situação antes do Congresso, os chefes dos quatro Estados concordaram que começaria no dia 8 de Agosto, em Lusaca, com a participação de 400 delegados das três fracções, repartidos por duas fracções (Direcção e Revolta do Leste) com 165 delegados cada uma e os restantes 70 pela Revolta Activa. Além de outros pormenores relativos ao seu regulamento (apresentação de relatórios, votação e aprovação das decisões, etc), referiu-se

---

<sup>392</sup> Sobre esta demissão há algumas versões, mas não houve nenhum documento da Cimeira de Bukavu sobre esta demissão.



aos discursos de abertura e de saudações ao Congresso, salientando que *«Neto e toda a direcção no início [...] apresentarão a demissão, pelo que ele não estará presente na função de presidente do MPLA, mas sim como dirigente de uma fracção»*.

Nas suas observações finais, o embaixador Vukolitch achou que Chipenda, *«apesar de ter um perfil intelectual e político bastante mais fraco do que Neto, deixa a impressão de um homem seguro de si que seguramente conta com a vitória no congresso. Durante todo o tempo da conversação, deu a saber claramente que, por trás de si, firmemente se encontrava a Zâmbia que, possivelmente, necessitava de um político com tal perfil, porque através dele poderá assegurar facilmente uma maior influência e os seus interesses»*. Partindo da suposição, provavelmente, que seria eleito presidente do movimento, sublinhou que a nova direcção trabalharia colectivamente e, assim, *«os erros que Neto cometeu com os seus subjectivismos e arbitrariedades não se podiam repetir»*. Disse ainda que a nova direcção do MPLA asseguraria rapidamente a sua influência em todo o movimento, *«porque era cada vez mais visível que os militantes não identificavam o MPLA com Neto»*, o qual tinha cada vez mais críticas das suas próprias fileiras.

**III)** Porém, enquanto decorria o Congresso (17/Ago.), Agostinho Neto encontrou-se com o embaixador Vukolitch e Babitch (Comissão Internacional da ASPTJ) e, *«em secreto, como "entre amigos com quem se pode dizer tudo"»*,<sup>393</sup> disse-lhes que, três dias antes, de Angola, tinha chegado *«um grupo de seus apoiantes que pediu à direcção e a ele próprio que regre[ssa]ssem urgentemente ao país e conduz[isse]m as negociações acerca da tomada de poderes»*. Na realidade, eles traziam *«uma mensagem do governo português e insistiram até que se suspendesse o Congresso»*, o que ele recusou.

Nesse mesmo dia, também de Angola, *«chegaram representantes do governo português com uma proposta para que regressasse ao país para começar as negociações sobre a tomada de poderes. Disseram-lhe que só desejavam ter negociações com ele e tentaram convencê-lo que enviasse a Lisboa os seus representantes, os quais, começariam as conversações preliminares e os preparativos para as negociações oficiais, colocando à sua disposição um avião especial»*. Igualmente, teve de recusar esse pedido por causa do Congresso, mas imediatamente após o seu encerramento iria responder positivamente a essa proposta. *«A mensagem foi transmitida em nome de Mário Soares e representava a posição do governo português. Estes representantes disseram-lhe que na acção para a convocação do Congresso do*

---

<sup>393</sup> ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974.

*MPLA esteve implicada a CIA com o fim de retardar o desfecho final no MPLA de forma a poder criar pontos de apoio e impor a sua gente».*

IV) Todavia, Babitch já tinha enviado um telex, dois dias antes (15/Ago), para Belgrado acerca do que lhe disse *«Teixeira da Silva, membro da direcção do MPLA no país, [que era] um dos intelectuais mais proeminentes de Angola, mulato, por convicção socialista de esquerda e advogado. Foi um daqueles que o governo de Palma Carlos ofereceu o cargo de governador-geral de Angola, o que ele recusou».* Depois, tinham-lhe proposto que fosse o presidente do Governo Provisório angolano, onde estariam representantes de todos os grupos políticos. *«Respondeu aos portugueses que precisava de consultar a direcção do MPLA antes de dizer seja o que fosse. Espera que se encontre com Neto. (De resto, os irmãos Matos dizem que o MPLA recusa aceitar um tal governo)».*

Quanto à situação em Angola, esta agravava-se e extremistas de direita das fileiras dos colonos brancos e partidários de Holden provocavam desordens e cometiam assassinatos. Nisso, tinham *«o apoio dos círculos que exprimiam os interesses do grande capital de Portugal, estrangeiro e dos ex-agentes da polícia secreta PIDE. Sentia-se, igualmente, a actividade da CIA como também da polícia francesa que introduz[ia], através do Gabão e da Costa do Marfim, armas em Angola e arma[va] as forças de direita».* O exército português não conseguia impedir esses incidentes, que eram cada vez mais numerosos, provocando a saída maciça de africanos das cidades para as aldeias. Ademais, *«era cada vez mais pronunciado o engajamento do Zaire, que queria criar uma atmosfera de insegurança e medo, [existindo] o perigo da "congolização" da situação em Angola».* Por isso, *«o governador-geral<sup>394</sup> de Angola que, segundo Silva, era comunista, o almirante Rosa pediu-lhe que, de acordo com Neto, tentassem encontrar alguma solução».*

De mais a mais, confirmou que a manifestação em Luanda,<sup>395</sup> ocorrida uma semana antes, foi de *«apoio absoluto à direcção do MPLA e a Neto [e que] a evolução dos acontecimentos»* desses dias era uma tentativa para neutralizar a autoridade do MPLA e de Neto. Referiu-se, ainda, à actuação de Jonas Savimbi *«como um perigo particular»* que tentava com diversas forças dentro da população branca e oficiais direitistas *«impor alguma solução contrária aos verdadeiros interesses de Angola».* Acerca disso, tinha falado com Savimbi que não tinha desistido dessa actividade, *«justificando-se com o desejo de contribuir para "a cria-*

<sup>394</sup> Um erro de Babitch pois, após a destituição do general Silvino Silvério Marques, esse cargo passou a ser designado por presidente da Junta Governativa como o Rosa era também Coutinho. No entanto, neste texto, a menção ou transliteração de nomes ou lugares para o sérvio-croata não impediu a sua identificação.

<sup>395</sup> Nesse dia 7 de Agosto, segundo a imprensa portuguesa, houve 16 mortos e 60 feridos nessa manifestação.

ção de uma Angola multirracal e democrática ”». Acrescentando que não havia problemas para que um jugoslavo, como jornalista ou com qualquer outro atributo, pudesse vir à Angola,<sup>396</sup> ofereceu-se para apoiá-lo e relacioná-lo com os círculos influentes do país.

Para terminar, Babitch mencionou mais estes seguintes dados do seu interlocutor: «*de resto, [Teixeira] da Silva é parente dos irmãos Matos e o seu irmão, que tem o nome de partisan Gika (Ivekoviitch <sup>397</sup> conhece-o), é um dos mais eminentes chefes militares do MPLA e apoiante de Neto*»

V) Nesse Agosto de 1974, o Congresso do MPLA ocupou as atenções da embaixada jugoslava em Lusaca que, em dezenas de páginas de telexes enviados para o SFNE, relatou com bastantes dados e pormenores os seus trabalhos de 12 a 21 desse mês, quando foram interrompidos. Segundo as suas fontes, além de D. Babitch (convidado), iam desde o próprio Agostinho Neto a membros importantes membros do MPLA (Iko Carreira, Paulo Jorge, irmãos Matos e outros), mas também mais alguns participantes e observadores.<sup>398</sup> Nesses dez dias, não houve resultados a assinalar, pois ainda não se tinha começado a debater as questões centrais e continuava-se só a discutir as processuais que eram, tendo em conta a situação, questões políticas muito importantes. Depois, era «*fundamental para o MPLA (Neto) insistir que os grupos de Chipenda e Andrade reconhece[ssem] a actual direcção [...] como legítima*», ao passo que esses dois grupos achavam que ela se tinha dissolvido com o começo do congresso. Entretanto, «*nos bastidores, ocorria uma vasta acção de influências, persuasão e tudo, até tentativas de suborno*»<sup>399</sup> no seio dos seus 400 delegados.<sup>400</sup>

<sup>396</sup> Contudo, um telex da embaixada jugoslava na Suécia informou o SFNE de que, em 19 de Julho, «*o representante oficial do MPLA para a Escandinávia, Saily Mingas, [visitou-nos] porque assim foi-lhe recomendado pelo nosso representante em África, com quem Saily teve contactos enquanto esteve em Angola*».

<sup>397</sup> Desde Rabat (Set./61), onde esteve, como representante da UEJ, no I Congresso UGEAN, Ivan Ivekoviitch tornou-se, depois na ASPTJ e no SFNE, num dos diplomatas jugoslavos mais ligados à questão das colónias portuguesas. Igualmente, uma reportagem que fez sobre os guerrilheiros do MPLA, em Cabinda, para um diário de Belgrado (1966), pode confirmar esta informação. Cf.: «*As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)*»; «*A Conferência de Belgrado (Set./1961), a Jugoslávia e o Colonialismo Português*».

<sup>398</sup> Por exemplo, de «*Marcelino dos Santos, vice-presidente da FRELIMO, e [Elisée] Turpin, membro da direcção do PAIGC (ambos no Congresso como observadores)*» a diplomatas zambianos e estrangeiros. Outros como o ministro zambiano, Harry Mwaanga, receberam o embaixador Vukolitch para apresentar «*alguns factos com o evidente objectivo de mostrar que o culpado pela situação actual era, em grande parte, o Dr. Neto*»

<sup>399</sup> Este telex (22/Ago.) relata «*a conversação do embaixador Vukolitch com Matos, comandante da Frente Sul do MPLA*» (ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974).

<sup>400</sup> Repartidos pelas três delegações, tendo duas delas (Direcção e Revolta do Leste) os citados 165 delegados cada uma e os restantes 70 eram da Revolta Activa. Entre os delegados da Direcção encontravam-se fardados

Perante uma situação que se agravava e sem resultados, «no MPLA (Neto), pensavam abandonar o Congresso caso as obstruções aos trabalhos continuassem, mas as pressões eram grandes (de Angola chega[va]m mensagens, abaixo-assinados para não se reconhecer o congresso, reclama[va]-se que o MPLA (Neto) deixasse o congresso, etc.)». Pensavam retirar-se para Angola e, ali, realizar o seu congresso e eleger uma direcção com Neto à sua frente. Compreendiam a gravidade deste passo, apercebiam-se de todas as dificuldades, «mas a pressão era grande por parte dos combatentes que participam no Congresso e daqueles na frente». Além disso, era difícil ali continuar naquelas condições em que as provocações do grupo do Chipenda, sobretudo daqueles que tinham vindo do Zaire, se repetiam durante as suas sessões, enquanto, «na frente, os seus comandantes estabeleceram contactos com os comandantes portugueses, sobretudo em Cabinda, onde as suas unidades podiam-se movimentar livremente e passar a fronteira com o Congo».

VI) Nesses dias (19/Ago.), a recolha de informações e de opiniões continuou e, desta vez, esteve a cargo da embaixada de Kinchassa, contando com a ajuda de Dimitríe Babitch na conversação com Johnny Eduardo Pinnock,<sup>401</sup> «responsável pelas relações exteriores da FNLA [que] apresentou praticamente toda a [sua] posição acerca do processo de descolonização, a opinião acerca da unificação com o MPLA, do capital estrangeiro e das possíveis relações políticas na Angola independente, mas também da cooperação bilateral».

Além de «visíveis grandes reservas» quanto ao governo, presidido por Vasco Gonçalves, criticou o seu comportamento com a FNLA que não considerava como «um dos parceiros das negociações». Para os diplomatas jugoslavos, era claro que «tinha informações de que Soares contactava o MPLA e via nele o principal interlocutor». Para ele, isso estava errado porque «"não toma[va] em conta as realidades e a relação de forças em Angola"», dando a conhecer que, «caso o governo de Lisboa chegasse a um acordo com o MPLA acerca da entrega de poderes, a FNLA opor-se-à com armas a tal solução». Salientou, ainda, que «um acordo desses conduziria inevitavelmente à guerra civil», acrescentando que tinham 17000 combatentes bem armados e treinados, dos quais, 7000 já estavam em Angola. Neste contexto, «acusou muito claramente os socialistas e comunistas portugueses como protagonistas de tal orientação» do governo português. Todavia, absteve-se de negar a posição e força do MPLA e realçou a inevitabilidade e necessidade de uma actuação unitária dos dois movimen-

---

muitos dos 83 comandantes, subscritores da «Proclamação» das (recém-criadas) FAPLA, cuja constituição (1/Ago.) foi um apoio decisivo tanto no Congresso como nos meses seguintes até à Independência.

<sup>401</sup> Devido a ter estado duas vezes na Jugoslávia (1961 e 1963), era conhecido — podendo ser até pessoalmente — de Babitch. Vd. «A Conferência de Belgrado (Set./61), a Jugoslávia e o Colonialismo Português».

tos. Apesar de evitar comentar a situação no MPLA, deu a impressão que dispunha de informações do Congresso do MPLA que não iam na direcção que esperavam, ou seja, que ele saiu do quadro acordado em Bukavu. Embora, a sua exposição sobre este tema foi breve, exprimiu a esperança de que após o Congresso continuariam as conversações acerca da unificação dos dois movimentos.

Falou, em seguida, da *«riqueza económica angolana, da presença do capital estrangeiro, em particular, das companhias multinacionais como a importância estratégica do país»* que estimou ser a hipoteca mais pesada para o governo português e os movimentos de libertação. A sua posição era tolerar por um determinado tempo a actual situação, tentando encontrar *«uma linguagem comum com as companhias, ou seja, países-accionistas»*. Sublinhou a necessidade de, nessa primeira fase, Portugal representar o papel de intermediário, tendo em conta a sua posição e dependência dessas companhias. Quanto às *«reivindicações no sentido de eventuais nacionalizações ou mudanças do estatuto das companhias através duma diferente divisão da participação de Angola nas acções»*, só deveria ser considerada depois de concretizada a indispensável estabilidade política e económica do país.

Não recusando a proposta de um governo provisório em Angola, que achava aceitável e realista, a FNLA rejeitava *«o prazo do seu funcionamento de 2-3 anos como também a presença nele de personalidades comprometidas (mencionou Savimbi) e representantes brancos com o estatuto de mandatários da população portuguesa»*.

Segundo estas notas dos seus interlocutores jugoslavos, tratou essa população *«como minoria nacional com posição privilegiada e claramente implicitou as dificuldades da sua integração nas novas estruturas e a inevitabilidade da saída do país após a independência»*. Rejeitou, ainda, *«a tese de uma Angola multiracial e elaborou bastante vagamente o conceito de Estado multinacional, onde a população branca seria tratada exclusivamente como minoria nacional. Nesse contexto, somente se referiu criticamente ao MPLA, censurando-o porque também tinha brancos nas suas fileiras»*.

Outro tema citado foi o das relações internacionais da FNLA que considerou serem pouco desenvolvidas,<sup>402</sup> procurando culpar o Zaire por essa situação. Uma dependência da sua

---

<sup>402</sup> Não fez, porém, qualquer menção às recentes visitas de Holden Roberto à Arábia Saudita e à Líbia. Segundo a embaixada jugoslava de Trípoli (10/Ago.), foi recebido pelo primeiro-ministro Abdel Jallud que lhe prometeu a continuação da ajuda financeira e militar. *«À diferença da Arábia Saudita que prometeu ajuda financeira a Holden sob a condição de lutar contra a influência comunista em Angola, nos círculos líbios comentava-se que o primeiro-ministro Jallud tinha aconselhado [...] a necessidade da cooperação na luta de todas as correntes do*

política externa por ser este o país onde tinham refúgio. Dando um exemplo, falou das suas relações com a China que só foram possíveis a seguir a uma maior abertura nas relações entre os dois países. De maneira semelhante caracterizou as relações com a Roménia e a Jugoslávia, estimando como boas e amigáveis e acentuando que o seu desenvolvimento insuficiente nos últimos anos, no caso da Jugoslávia, a responsabilidade foi sobretudo da FNLA. Também, aqui, voltou a referir que a razão principal era a especificidade das suas relações com o Zaire. Sublinhou, em seguida, os princípios da política jugoslava e a importância do seu apoio aos movimentos de libertação. Neste contexto, citou a posição quanto ao restabelecimento das relações diplomáticas jugoslavo-portuguesas que *«Holden apresentou na conversação com o camarada Komatina.<sup>403</sup> Disse que, agora, lhes eram muito mais claras as razões que tiveram quando foram para o restabelecimento das relações e que sobre isso Holden falou com a direcção do movimento. Compreendem que o objectivo foi o apoio às forças progressistas e democráticas em Portugal e, de certa maneira, aos movimentos de libertação. Por iniciativa própria, levantou a questão da visita de uma sua delegação à Jugoslávia que seria chefiada pelo Holden ou ele próprio»*.

Nas suas *«observações»*, os dois diplomatas jugoslavos destacaram e analisaram algumas posições e objectivos de Pinnock, sendo estas as seguintes: a sua posição desfavorável a respeito do governo português devido à FNLA continuar a não ser aceite como um dos participantes nas negociações, ao passo que o MPLA era preferido porque podia garantir as posições da população branca; por isso, tendo em conta as suas forças armadas e do apoio do Zaire, abertamente, deu a conhecer que, caso não se chegar a uma *«frente comum»* entre os dois movimentos, então, haveria possibilidades de guerra civil; contudo, *«pareceu consciente que a sua posição como movimento enfranqueceram com a evolução dos acontecimentos no Congresso do MPLA, tanto mais, pelo que parece, o mesmo ocorreu com as posições de Chipenda»*; característico que evitou mencionar os resultados da Cimeira de Bukavu como decisivos e para eles muito favoráveis, procurando adaptar-se a um possível nova relação de forças no MPLA.

Antes disso, *«salientou o carácter progressista da FNLA como um movimento de orientação socialista, o que não realçavam por razões tácticas, mas só, supostamente, o diziam aos seus amigos»*. Isto era, *«sem dúvida, endereçado ao governo português e outros parceiros*

---

*movimento angolano pela independência, porque, caso contrário, o imperialismo tinha possibilidades de se manter em Angola», (ADMNE, Angola e Moçambique, F-225, 1974).*

<sup>403</sup> *Vd. nota n.º 369. Refere-se ao encontro, em meados de Junho, com Milhan Komatina, secretário-adjunto federal do SFNE.*

*com vista à obtenção de apoios». Segundo parecia, «fora de África, a sua penetração internacional parou na obtenção de apoios da China e Roménia».*

*Apesar de mais flexível e com menos animosidade, «formulou uma posição em relação da população branca e, a partir de algumas observações, parecia que permanecem essencialmente as posições racistas». Enquanto foi visível «a prudência a respeito do capital estrangeiro, quanto à posição económica dos portugueses foi muito mais radical e a sua eliminação baseava-se na expropriação económica (nacionalização ou espoliação de bens de pequenos proprietários, pequeno comércio, artesanato e etc.)»*

*Nas conclusões finais, avaliaram que «a FNLA podia ser uma verdadeira força no desfecho dos acontecimentos em Angola, tendo em conta a influência e a sua dependência muito marcada do Zaire como também por causa da importância de alguns factores internacionais em que se apoia[va] (Ocidente e China)». Isso era especialmente preocupante numa situação de crise, num complicado processo de descolonização e num período de entrega de poderes. Igualmente, nesse contexto fundamentava-se a avaliação de Pinnock que, duma ou doutra forma, a FNLA teria de aparecer como uma força que seria difícil contornar, estando, todavia, «consciente que não podiam avançar sózinhos e autoritariamente, e ir para negociações separadas com Portugal». Por causa disso, convinha-lhes «a "frente comum" com o MPLA, a qual, ambas as partes estavam condenadas a aceitar».*

**VII)** Voltando a Lusaca, depois da suspensão dos seus trabalhos, durante uma semana *«os zambianos não deixaram sair ninguém do campo, onde se realizou o Congresso, nem ter ligações com o exterior».* Segundo o embaixador jugoslavo, nesse dia (29/Ago.), teve a visita de Agostinho Neto que lhe relatou o que se passou nesses dias até que foram *«"libertados" e os representantes do MPLA,<sup>404</sup> a quem confiscaram as armas, partiam para Angola»* no dia seguinte e, na só fronteira, ser-lhes-ia entregue o seu armamento.

Como Kaunda<sup>405</sup> *«convidou Neto para viajar com eles no avião para Brazavile (no mesmo avião, viajava Chipenda, enquanto Gentil Viana<sup>406</sup> já tinha partido)»*, ele aceitou o convite porque não queria quebrar as ligações com a Zâmbia e a Tânzania. Entre diversos motivos, por causa do equipamento e do armamento que se encontravam nesses países. Espe-

---

<sup>404</sup> Não se referia aos representantes das duas outras fracções (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).

<sup>405</sup> O fracasso do Congresso levou-o a convidar os líderes das chamadas *«três tendências»* para Brazavile, onde ia decorrer a acima citada Conferência, e procurou conseguir com Ngouabi, Nyerere e Mobutu a reunificação do MPLA.

<sup>406</sup> Foi um dos delegados da Revolta Activa como Joaquim Pinto de Andrade que tinha saído, após o 25 de Abril, de Portugal, depois de 14 anos de prisões e residências fixas.

rava grandes pressões dos países mandatários da OUA,<sup>407</sup> tendo em consideração a Cimeira dos Chefes de Estados da África Central e Oriental<sup>408</sup> na capital congoleza (28/Ago.-2/Set.), para que se encontrasse algum compromisso.

Quanto à sua posição, era a seguinte: existia só um MPLA e uma direcção com Neto à sua frente; o resto eram fracções, as quais, se quiserem podiam-se integrar no MPLA. Iam a um congresso e apelava a todas as forças que se unissem sob a condição de reconhecerem a direcção em funções. Não recusava negociações sobre uma frente comum com a FNLA, mas só a seguir a esse congresso do MPLA. Ao mesmo tempo, «*com os preparativos e a realização do congresso, deu a directiva às suas unidades de partirem para o interior de Angola, de estabelecerem contactos com os comandantes das unidades portuguesas, de criarem organizações e desenvolverem actividade política*».

Desta forma, acreditavam com estas actividades obrigariam os países mandatários a aceitar a realidade quanto à posição do MPLA. Para eles, era muito importante que fosse impedida a penetração militar e a actividade de Holden Roberto. Nisso, «*tinham objectivamente o apoio e unidades portuguesas que impediam a sua actividade no interior do país*».<sup>409</sup>

Para terminar este seu telex, referiu que Agostinho Neto lhe disse o seguinte: «*pedia que a amiga Jugoslávia continue a ajuda ao MPLA. Acredita que, depois de Brazavile, voltará a Lusaca. Então, a situação será ainda mais clara e que nos manterá ao corrente. Caso*

<sup>407</sup> Refere-se à também chamada «*Comissão presidencial*» ou dos «*países vizinhos*», sendo estes os já citados Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia.

<sup>408</sup> ADMNE, F-191, Diversos, 1974. «*Os problemas das colónias portuguesas e a libertação do Sul da África*» foram o segundo ponto da sua ordem de trabalhos. Segundo este relatório da embaixada em Dar es Salam (10/Set./74), «*devido à actualidade dos acontecimentos ligados à obtenção da independência das colónias portuguesas*», a Cimeira dedicou grande atenção a esse problema e «*às medidas para a liquidação do colonialismo e regimes racistas e minoritários na África Austral. Predominou a opinião de que, em Portugal venceu a corrente que quer o reconhecimento da independência dos territórios portugueses em África e que Moçambique e Angola estão no melhor caminho para conquistar a independência*». Por isso, «*os países africanos deveriam dar apoio político a essa orientação do governo de Gonçalves*», mas tendo cuidado que alguma sua acção não enfraquecesse a posição negocial dos movimentos de libertação. Daí, considerar-se «*prematturos quaisquer que fossem os contactos directos com o governo português e, sobretudo, estava fora de questão o estabelecimento de relações diplomáticas*». Ademais, «*nenhum país africano tinha direito a negociar com Portugal em nome dos movimentos de libertação*», podendo e devendo só exercer pressão sobre Portugal para negociar com os movimentos e apressar o processo da obtenção da independência. Igualmente, «*houve bastante discussão acerca do problema de Angola, da necessidade da unidade no MPLA*» e na acção dos movimentos de libertação nas negociações com Portugal, cuja divisão aproveita para atrasar o começo dessas negociações.

<sup>409</sup> Todavia, não se referiu à «*batalha de contenção*», na zona do rio Loge, de uma tentativa recente de infiltração de dois a três mil guerrilheiros da FNLA por parte do exército português. Essas infiltrações no Norte de Angola eram feitas, por vezes, «*com alguma convivência de oficiais portugueses, cujo objectivo era marginalizar o MPLA à custa da promoção da FNLA e UNITA. [...] "Porém, nem todos os comandos portugueses se mostram passivos. Numa das mais importantes batalhas de contenção dessas infiltrações da FNLA, em meados de Julho, tropas pára-quedistas helitransportadas capturam ou mataram dezenas de rebeldes na zona do rio M'Bridge"*». A citação é do *Le Figaro* (20/Ago./74). Vd. «*Diário de uma Revolução*», Lisboa, 1978, p.262.



*houvesse a impossibilidade de voltar a Lusaca, esforçar-se-ia para nos manter informados acerca de tudo através de Brazavile».*

Acrescentou, como observações, uma apreciação a respeito do seu interlocutor, da situação em Angola, do governo português, mas também acerca das fracções e das relações do MPLA com os países mandatários.<sup>410</sup> Numa segunda observação, a informação de Agostinho Neto relativa à próxima assinatura, em Lusaca, do protocolo entre a FRELIMO e o governo português.<sup>411</sup>

**VIII)** Em relação à reunião em Brazavile, foi conseguido um acordo de compromisso (3/Set.) — devido, sobretudo, à insistência de Nyerere e de Ngouabi —, do qual resultou a formação de uma direcção provisória do MPLA,<sup>412</sup> continuando Agostinho Neto a ser o seu presidente. Sem embargo, esse acordo não foi fácil e só surgiu quando parecia que se iria repetir o que acontecera, dias antes, no Congresso. Porém, Kaunda regressou a Lusaca,<sup>413</sup> recusando levar Agostinho Neto no seu avião, acabando este por ir com Nyerere para Dar es Salam.

Dali, o embaixador M. Kochin informou o SFNE (5/Set.) da «*visita do presidente do MPLA, Dr. Neto, que [no dia seguinte] se transferia para Angola, onde já se encontrava a maioria dos seus quadros*». Daí, como necessitavam urgentemente de recursos financeiros, deram-lhe os 2 000 dólares por conta da ajuda prometida. Depois, Agostinho Neto pediu que se lhes pagasse «*o valor total dessa ajuda e, caso fo[sse] possível, quanto antes*». Perante este pedido, no mesmo telex, o diplomata jugoslavo perguntou se lhe davam autorização para pedir emprestado «*essa quantia a alguma nossa empresa aqui e dar-lhes todos os 10 000 dólares*», solicitando, ainda, que a resposta lhes fosse dada nesse próprio dia.<sup>414</sup>

---

<sup>410</sup> «*O plano de Neto para acções futuras é mais explícito do que antes. Mostrou maior optimismo e autoconfiança (embora situação muito complicada) como resultado da atitude decidida da direcção, o apoio e a posição dos activistas e situação conveniente em Angola. Também, encorajado pela atitude do governo português (de Soares, em particular). Agora, é seguro que manterá uma posição firme e inflexível quanto às fracções, mas, ao mesmo tempo, evitará cortar as pontes das relações com a Zâmbia, Tanzânia e Congo — menos preocupado com o comportamento do Zaire*».

<sup>411</sup> Vd.p.187.

<sup>412</sup> Esse «*Comité Directivo Provisório*», além de Agostinho Neto (presidente), tinha dois vice-presidentes (Daniel Chipenda e Joaquim Pinto de Andrade). Depois, seria formado: um «*Comité Central*» (39 membros); «*Bureau Político*» (9 membros).

<sup>413</sup> As conversações que ali decorriam entre as delegações da FRELIMO e do Governo português justificaram essa partida do presidente zambiano.

<sup>414</sup> Devido a um pedido semelhante ter sido feito, em meados de Outubro, por Agostinho Neto, é de supor que essa autorização não foi recebida ou dada.

Em seguida, partiu para Angola, onde estava tudo preparado para a realização do adiado congresso, mas tendo em conta o acordo na capital congoleza e a ausência dos representantes das duas outras fracções, realizou-se uma «*Conferência Inter-Regional de Militantes do MPLA*» (12-20/Set.) no Moxico,<sup>415</sup> nas margens do rio Lundoje. Logo, uma partida que coincidiu com o Acordo de Lusaca e os «*incidentes violentos*» em Moçambique, mas também com a independência da Guiné-Bissau. Ali, soube do imprevisto encontro presidencial, na Ilha do Sal, em que Angola foi o seu tema principal.

### **Spínola e Mobutu em Cabo Verde**

Nem Koítch de partida, nem Spasitch de chegada a Portugal com a recepção pela reabertura da embaixada e os percalços da cifra puderam enviar uma informação sobre este encontro (14/Set.) para Belgrado. No entanto, de Lusaca, nos dias seguintes (20/Set.), o SFNE recebeu do embaixador Vukolitch, um longo telex<sup>416</sup> acerca da «*notícia das recentes conversações entre Spínola e Mobutu (também esteve presente o vice-presidente [Almeida] Santos) na ilha do Sal*» que significou, segundo ele, um novo momento na evolução da situação em redor de Angola (na imprensa zambiana, foi notícia de primeira página). Acrescentou que esse encontro representava uma jogada bem calculada no momento quando a questão da descolonização de Angola — apesar de todas as contradições que lhe estavam ligadas e sendo resultado, sobretudo, do efeito de factores externos — se tornava actual, depois dos passos já dados para a descolonização da Guiné-Bissau e Moçambique. Este passo significou uma «*directa ingerência de Spínola nas relações complexas e conflituosas em Angola e na sua vizinhança imediata*», mas também reforçou a posição de Mobutu e, através dela, um certo apoio a Holden Roberto. Igualmente, representava «*um evidente sinal de diferenciação no governo português em relação ao processo da descolonização angolana que, seguramente, decorrerá conjuntamente com um expressivo entrelaçado de interesses e influências externas, em particular, do Ocidente*», ao qual, claramente, convinham as posições em que Spínola se empenhava.

Tudo isto se encobria com a palavra de ordem da promessa da unidade dos movimentos angolanos com a táctica da imposição de negociações com os três movimentos (FNLA, MPLA e UNITA), assim como essa mesma unidade no MPLA. Nessas combinações, «*a mira continuava apontada contra Agostinho Neto*» apesar do acordo, na capital congoleza (2/Set.),

---

<sup>415</sup> Reviu e ratificou (o Programa, os Estatutos e a Proclamação das FAPLA) e aprovou uma nova Direcção (Comité Central, Bureau Político) com 33 membros.

<sup>416</sup> ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974.

acerca da direcção provisória do MPLA com ele à sua frente. Após as tentativas na Cimeira de Bukavu,<sup>417</sup> no Congresso de Lusaca e na recente conferência, em Brazavile, de enfraquecer ou terminar com a sua presidência, impondo Daniel Chipenda que, ao apoio de Kaunda, tinha juntado o de Mobutu. Então, preparava com Holden Roberto, segundo as informações deste embaixador jugoslavo, uma plataforma para colocaram Neto perante o facto consumado, numa próxima reunião do CC do MPLA,<sup>418</sup> em Lusaca, de aceitar o acordo ou a sua recusa seria usada para acusá-lo de que continuava a romper a unidade. Soube mesmo, por meio dum «*ex-comandante da frente sudeste do MPLA*», que seria difícil haver qualquer acordo, nessa reunião, mas era muito possível uma nova ruptura entre as fracções. «*O grupo de Neto tentará utilizar a tática do adiamento de qualquer decisão que fosse (Pinto de Andrade e Chipenda tinham a maioria nos órgãos da direcção) para ganharem tempo que estava a seu favor em Angola, onde desenvolvem uma forte acção militar e política*». Além disso, «*os titulares do golpe militar em Portugal encorajavam, cada vez mais, as acções do MPLA, em Angola (facilitavam-lhes a deslocação de unidades, entregavam quartéis, permitiam-lhes enviar os seus instrutores para unidades de africanos, etc.)*». Frisando que a questão de Angola deveria ser resolvida em Angola e não no estrangeiro, deram a saber que os interlocutores, com quem «*Portugal negociará, surgirão dentro do país com o MPLA à frente e, nesse sentido, as forças militares portuguesas ag[ia]m na prática*».

Igualmente, para a mesma fonte, «*a diversão dos colonos brancos em Moçambique,*<sup>419</sup> *com o apoio da reacção portuguesa, segundo informações de círculos militares de Portugal, deveria conduzir a nova crise no governo português e à cisão no exército, o que também Spínola desejava*». Embora, esta acção não tenha vencido, ele sobreviveu a mais uma crise, mas com posições cada vez mais limitadas, enquanto as das forças militares e dos «*titulares do golpe de Estado*» fortaleceram-se mais e tinham um total controlo das Forças Armadas e da situação política.

---

<sup>417</sup> Conforme foi mencionado, em 28 de Julho, em Bukavu, no Zaire, o MPLA e a FNLA (sem a UNITA) «*concordaram em estabelecer uma frente comum para negociar com Portugal a independência de Angola*». O acordo foi assinado depois de dois dias de conversações e entraria em vigor logo a seguir ao congresso do MPLA.

<sup>418</sup> Deveria realizar-se no dia 20 de Setembro, mas nem os seus membros da Revolta do Leste compareceram como a situação no MPLA tinha mudado com a Conferência Inter-Regional de Militantes. Também, Chipenda (tinha viajado, após Brazavile, com Mobutu) já estava mais próximo da FNLA e de Holden Roberto.

<sup>419</sup> Refere-se aos violentos incidentes em Lourenço Marques (assalto do Rádio Clube de Moçambique e a libertação dos agentes da DGS da cadeia de Machava) que causaram, segundo números oficiais, 100 mortos e 250 feridos.

Para concluir a sua avaliação deste imprevisto encontro Spínola-Mobutu, o diplomata jugoslavo mencionou algumas possíveis implicações: a) «*que podia aprofundar as suspeitas entre os países vizinhos de Angola, que se empenharam em redor da descolonização*», tendo em vista os seus interesses nacionais e influência em Angola»; b) que provocaria uma maior diferenciação «*no governo português o que pode ter, dependendo da preponderância das forças nesse governo, reflexos na dinâmica e no conteúdo das negociações acerca da independência de Angola*»; c) de intensificarmos «*a luta fraccionária dentro do MPLA, de agravar as relações MPLA-FNLA e potenciar a tomada de partido dos países africanos quanto a esses movimentos*», o que iria empurrar objectivamente Angola para uma situação à beira da guerra civil.

Sublinhando para terminar que ser-lhes-ia muito úteis, em Lusaca, as informações de Lisboa que pudessem esclarecer a evolução e as tendências no «*regime português*», bem como acerca do governo português perante a situação angolana e a sua posição quanto às fracções citadas e aos países vizinhos de Angola.

Porém, dias depois (23/Set.), o embaixador Vukolitch recebeu a visita de Agostinho Neto que lhe falou — além da situação no MPLA após Brazavile até à reunião do seu CC, marcada para o dia 20 desse mês, em Lusaca, à qual, Chipenda não compareceu por estar doente<sup>420</sup> — do encontro de Spínola com Mobutu, que indiciou que ele assumiria sozinho as negociações em redor de Angola, ao seu convite para negociações em Lisboa.<sup>421</sup> Para ele, era mais uma acção de Spínola e não do governo português. Considerou que «*em redor da dinâmica e forma de descolonização se efectua a diferenciação no governo português. Spínola, encorajado pelo Ocidente e as forças reaccionárias do país e de Angola, procura[va] criar um espaço para a formação de uma tão ampla coaligação política na qual haveria lugar para a entrada de todas as partes, sobretudo do Ocidente o que, objectivamente, significaria a criação de uma espécie de neocolonialismo em Angola*». Neto acrescentou que «*as forças militares do golpe de Estado não apoia[va]m tal curso, deixando, por agora, Spínola que mostre a sua verdadeira face e se comprometa nessa actividade que não tem possibilidades de sucesso*».

<sup>420</sup> ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974. Segundo este telex (26/Set.): «*Chipenda que desde da reunião de Brazavile se encontra em Kinchassa ainda não apareceu em Lusaca. (Mobutu informou de que está doente). Neto acredita que se trata de um acordo entre Holden Roberto e Chipenda e que isto seria uma tentativa de colocar Neto, em relação ao Acordo [de Brazavile], perante factos consumados, e assim, caso o recusar, de acusá-lo novamente pela ruptura da frente unida e da criação de condições para as negociações com Portugal*».

<sup>421</sup> Como não foram encontradas outras referências acerca deste convite, não foi possível confirmar se essas «*negociações em Lisboa*» seriam as da recepção (27/Set.) da delegação de «*forças vivas de Angola*» por parte de Spínola.

Como iria enviar uma delegação para as conversações em Portugal, pois «*não queria, apesar no objectivo e carácter dessas conversações, que elas decorressem sem os seus representantes*». Não queria ir sozinho a Lisboa, «*embora Soares o tivesse convidado, durante a sua estadia em Lusaca, em nome de Spínola. (razão: segurança e também intenção de mostrar que o MPLA não aceitava todas as condições). Caso Spínola quisesse conversações, existia sempre a possibilidade de as efectuar num terceiro país*». A respeito das relações, em Angola, «*com as forças militares do golpe de Estado, Neto estimou-as muito favoráveis*». Tomavam posse de aquartelamentos do exército português sem dificuldades e iria propor na reunião do CC, em Lusaca, caso se realize, o cessar-fogo com os portugueses. Se Chipenda e Pinto de Andrade recusassem, ele propô-lo-ia sozinho.

Não obstante a ausência dessas informações pedidas (na documentação consultada), uma quinzena de dias depois (2/Out.), o SFNE recebeu da embaixada na Guiné uma informação baseada numa «*carta anónima de um progressista português*», divulgada pela Rádio Conacri, na qual se afirmava que, «*por iniciativa de Spínola, nas ilhas de Cabo Verde, em meados de Setembro, encontraram-se secretamente Spínola e Mobutu e, por essa ocasião, chegaram a um acordo acerca da actuação e políticas conjuntas nos territórios sob a administração portuguesa*».

Era suposto que tinham elaborado «*um plano de divisão das esferas de interesse e posições em Angola, Moçambique, a desorganização dos movimentos de libertação e a criação de novas estruturas políticas em Angola, que seria constituída por três partes particulares, das quais, Cabinda ficaria sob o controlo e influência directos do Zaire*». Igualmente, era possível que tivessem chegado «*a um acordo acerca da composição do futuro governo federal, no qual, entraria Holden e os seus correligionários*».

Por seu lado, Mobutu ajudaria «*a manutenção das posições dos interesses de Portugal e dos seus aliados em Angola, Moçambique e, em troca, Spínola daria a Mobutu adequadas posições económicas nesses territórios, a par de uma estreita cooperação e coordenação em todos domínios de actividade*», ficando acordado que, com uma intervenção militar coordenada no plano interno e externo, se desorganizasse a direcção do PAIGC e da Guiné-Bissau e, nela, se colocasse um grupo fantoche.

Esta notícia surpreendeu o corpo diplomático, acreditado junto da Guiné, e, até essa altura, não havia uma confirmação segura da veracidade das informações da carta. Ao passo que para alguns diplomatas «*africanos ocidentais (além do Zaire, da Tanzânia e depois dos*

indianos) consideravam que isto era pura invenção, [...] os argelinos e alguns representantes dos países socialistas não excluíam a existência de acções reaccionárias coordenadas contra os movimentos de libertação». De mais a mais, «porque também coincidiu, de certo modo, com os acontecimentos em Portugal, onde a direita tentou um golpe de Estado e que, aqui, alguns estima[va]m parte integrante de um plano estratégico geral de Spínola e de outros contra as forças progressistas e o curso democrático do governo português e de outros».

Igualmente, os representantes da Guiné-Bissau, incluindo o seu embaixador em Conacri, estavam convencidos que se preparava «uma conspiração de grandes dimensões, porque antes da tentativa do golpe por parte da direita nas ilhas de Cabo Verde houve grandes rusgas e prisões de membros do PAIGC».

Quanto à posição do governo guineense, «e o chefe da direcção política no MNE da Guiné, Dabo, e outros afirma[va]m que a informação da carta anónima [era] exacta e que Mobutu com Spínola organizaram realmente a conspiração». Contudo, era seguro que o embaixador do Zaire falou com o primeiro-ministro da Guiné, Lansana Béavogui, «chegando-se durante essa ocasião a uma colérica polémica. O zairense desmentiu duramente tais notícias e classificou-as como inventadas e, imediatamente após esta reunião, o embaixador zairense abandonou Conacri e partiu para Kinchassa». Para mais, a embaixada zairense distribuiu um comunicado em que contestou todas as citadas informações da carta anónima, mas este acontecimento complicou, sem dúvida, segundo o embaixador jugoslavo, «as relações já assim frias entre a Guiné e o Zaire e introduziu nelas grandes elementos de agravamento».<sup>422</sup>

### **Lisboa, Dar es Salam e Lusaca**

Nesses últimos dias (28 e 29) de Setembro, em Dar es Salam, as notícias de Portugal provocaram algumas mudanças na discussão e nas decisões da reunião tripartida dos chefes de Estado (Nyerere, Kaunda e Mobutu), que foi como uma continuação e concretização da recente conferência, em Brazavile, dos países da África Central e Oriental. Nela, participaram também Samora Machel e Agostinho Neto, embora o último somente na parte relativa à Angola que se encontrava no primeiro tema principal<sup>423</sup> da reunião.

<sup>422</sup> ADMNE, F-217, Portugal, 1974.

<sup>423</sup> Intitulado «Libertação e Unidade da África (situação em Angola e Moçambique, Rodésia e RAS)». Um segundo tema foi acerca de «o reforço das relações económicas e outras entre os quatro países». A ausência do Congo não foi citada nem explicada, havendo somente um breve relato «das relações bilaterais entre a Tanzânia, Zâmbia e Zaire e das possibilidades de expansão da cooperação em todos níveis».

Segundo um diplomata tanzaniano,<sup>424</sup> um novo esforço «*em direcção da unificação do MPLA e da FNLA e na diminuição das diferenças mútuas*» foi discutido pelos três presidentes e Samora Machel. Um deles, «*o presidente Mobutu, que teve recentemente um encontro com Spínola sobre as negociações para a concessão da independência de Angola, chegou à reunião com algumas novas proposições*», mas a demissão de Spínola «*diminuiu a importância da sua acção separada*». Quanto a Agostinho Neto, foi-lhe dado um grande apoio e mostrado muitos sinais de atenção, como a estratégia a respeito de Portugal na questão da independência de Angola foi analisada a partir da experiência do governo provisório em Moçambique. Também, foi decidido que «*Samora Machel fosse com o Dr. Neto à reunião do CC MPLA (29 membros de todos os grupos – Neto, Chipenda e Andrade) e, pessoalmente, expor a sua experiência e opinião*». Ainda foi analisada a questão das relações com a RAS e a Rodésia, havendo a certeza que um Moçambique independente iria enfraquecer a posição da Rodésia e da Botswana. Igualmente, o Malávi teria a possibilidade de assumir uma posição mais militante perante a RAS.

Esta reunião foi importante porque se realizou pela primeira vez após a formação do governo provisório de Moçambique, considerando já a sua situação económica, as necessidades da FRELIMO no período da tomada de poderes e diversas formas de ajuda.

## **II.6— Do 28 de Setembro ao Acordo de Alvor**

Nesta centena de dias, a embaixada jugoslava continuou a ser chefiada pelo conselheiro Verolhub Spasitch até à chegada, após alguns adiamentos, do embaixador Milan Stoiakovitch, que só ocorreu em fins de Janeiro. Um período em que, além da situação política em Portugal e da descolonização, as relações com o PCP e o PS passaram a ocupar as atenções dos diplomatas e políticos jugoslavos. Igualmente, a visita da delegação da ASPTJ a convite do PS, adiada para fins de Outubro devido ao 28 de Setembro, marcou essas relações entre o PCP-LCJ. Outra delegação jugoslava (ASPTJ e LCJ) esteve presente, em Dezembro, no Congresso do PS e, nesse mês, decorreram os preparativos para a visita à Jugoslávia de Mário Soares que foi a primeira de um ministro português dos Negócios Estrangeiros.

Depois da independência da Guiné-Bissau e do acordo de Lusaca com a FRELIMO, a situação política e militar em Angola manteve o acompanhamento atento por parte da diplomacia jugoslava e, no qual, a embaixada em Lisboa ocupou um lugar importante neste perío-

---

<sup>424</sup> Estas informações foram dadas a um diplomata da embaixada jugoslava e enviadas para Belgrado (7/Out.). ADMNE, F-190, Portugal, 1974.

do até ao Acordo do Alvor. Em centenas de páginas de documentos, estes factos ficaram descritos e confirmam pela sua forma pormenorizada a importância que assumiram na política externa da Jugoslávia.

### II.6-1 — Mudanças políticas, relações partidárias e descolonização

Segundo Spasitch,<sup>425</sup> a tentativa da direita, em fins de Setembro, que tinha o objectivo de *«liquidar o processo de democratização e parar a descolonização, foi impedida com a acção eficaz e conjunta do governo, do Movimento das Forças Armadas e o enorme apoio das forças progressistas, mais a participação organizada e maciça de membros do PC e do Partido So-cialista»*. No entanto, apesar de terem pedido esse apoio, a evolução da situação mostrou a extraordinária força da esquerda e a sua organização (em particular dos comunistas), *«no âmbito do governo e do movimento dos oficiais surgiu o receio de sobre a pressão dos acontecimentos e o insucesso de organizar o golpe de Estado da direita (enfraquecida) não se chegasse a uma viragem mais radical à esquerda»*.

Tendo em conta o que poderia conduzir a um grande aumento da influência das forças de esquerda e dos comunistas no poder, mencionou as suas possíveis indesejáveis consequências como pressões ou intervenções de fora e acrescentou que *«provavelmente, nesse momento, chegou também a notícia dos movimentos da esquadra americana no Mediterrâneo em direcção às águas territoriais portuguesas»*. Assim, para impedir tal viragem, *«o governo e o movimento das FA, ainda durante a noite, tomaram a decisão do exército começasse imediatamente a assumir o controlo nas barricadas (o que foi efectuado), para que o movimento ficasse em condições de no terreno controlar e canalizar o desenvolvimento dos acontecimentos»*.

Também, *«provavelmente, a declaração bastante dramática de Soares inspirou-se em razões iguais, ao reunir, "ainda durante a tarde, a noite ou pela manhã", os chefes das missões diplomáticas»*, quando declarou que *«o governo e o MFA controlavam na totalidade a situação no país, e que não havia lugar para quaisquer receios de mudança da orientação e da política declarada do governo provisório, que o governo continuava fiel à aliança ocidental e a todas as obrigações que disso resultavam»*.

Nesta informação, Spasitch referiu depois que, *«realçando o empenhamento do governo de paralelamente reforçar igualmente as relações com os países socialistas, Soares exprimiu o desejo só pelo desenvolvimento das relações económicas, culturais e outras,*

<sup>425</sup> Devido a uma avaria na máquina da cifra, este telex só foi enviado para Belgrado, em 6 de Outubro, através da embaixada em Paris (ADMNE, F-217, Portugal, 1974).



*"esquecendo-se" de também mencionar as políticas (comigo, no MNE, o sec.-geral Andresen e o chefe da direcção política Magalhães Cruz falaram somente de relações económicas e culturais, naturalmente, sublinhando o seu interesse pela nossa posição não-alinhada)».*

Além destas posições, citou a imediata proclamação da decisão *«que nomeou Gomes para a chefia do país, salientando as suas relações próximas e a colaboração com Spínola, e acentuando o facto de outrora ter estado destacado na OTAN»* assim como teve o objectivo de salientar o facto de que *«juntamente com as mudanças surgidas no governo, foi assegurada uma tal "continuidade" que garante a ausência de qualquer viragem fundamental que pudesse provocar suspeitas no Ocidente».*

Devido às reacções do governo e do MFA terem sido dirigidas *«precisamente para manter o controlo sobre a acção da esquerda e impedir um tal desenvolvimento que pudesse conduzir a pressões externas, porque nesse caso, segundo todas as probabilidades, ficariam ameaçadas a maior parte das conquistas do 25 de Abril».* A seguir, frisou que o governo estava *«completamente consciente de que ao país era indispensável a democratização e o saneamento económico, e que uma violenta demora desse processo poderia conduzir a convulsões sociais ainda mais dramáticas».*

Num segundo ponto, o diplomata jugoslavo apresentou *«algumas primeiras conclusões preliminares»* acerca dos acontecimentos de fins desse Setembro, em que procurou resumir: as *«causas da tentativa do golpe de Estado da direita»* (a rápida descolonização, Spínola e Angola)<sup>426</sup>; *«a força da esquerda junto à excepcional organização dos comunistas»* e considerações de alguns embaixadores;<sup>427</sup> a demissão de Spínola, a embaixada dos EUA<sup>428</sup> e uma informação do enviado especial da Tanjug em Portugal.

---

<sup>426</sup> Considerou-se o texto integral dessas *«conclusões preliminares»* como um (bom) exemplo do que sabia este diplomata jugoslavo acerca da situação política portuguesa. Assim: *«A tentativa do golpe de Estado da direita foi provocada, provavelmente, pelo rápido desenvolvimento no plano da descolonização e da decisão declarada do governo e do Movimento das FA de efectuar a consequentemente. Numa certa "precipitação" na escolha do momento (o assalto da direita foi claramente mal-organizado e subestimada a força da esquerda) houve, sem dúvida, a influência do processo da consolidação do regime, o apoio cada vez maior das massas ao seu programa, bem como a afirmação cada vez mais forte do regime no plano internacional. Além disso, a extrema-direita contou também com Spínola e sua influência entre os oficiais, prevendo a possibilidade de provocar através dele a cisão nas forças armadas que são o apoio principal do novo regime. Aliás, por tudo isto, nos bastidores estava Angola no contexto do programa da descolonização, tendo em conta que a obstrução legalista de Spínola (enquanto esteve à frente do país) não conseguiu opor-se à acção do governo nesse plano. Aqui, muitos dizem que o problema de Angola, apesar da evolução esteja por si própria atrasada devido à discórdia entre os três principais movimentos, ainda não mostrou toda a sua complexidade».*

<sup>427</sup> *«Por outro lado, os acontecimentos mostraram a força da esquerda junto à excepcional organização dos comunistas. Muitos, como também no CD (embaixadores francês, canadiano e suíço), estão inclinados a considerar que a esquerda obteve uma importante vitória, talvez até definitiva em relação à reacção nacional. Os comunistas e os socialistas proclamam isso publicamente. Estes factos aumentaram ainda mais as atenções pelo assunto, porque os comunistas procuram valorizar isso, não tomando talvez muito em conta a susceptibilidade*

No seguinte ponto deste telex, Spasitch comunicou que a situação era mais calma e não havia tensão política. «*Tanto a imprensa, como a rádio contribu[iram] para o regresso a uma atmosfera normal*». Os discursos (por ocasião do dia da Proclamação da República) — proferidos por Costa Gomes, em Lisboa, e Vasco Gonçalves, no Porto — foram dedicados novamente «*à reafirmação do programa do governo provisório, incluindo a democratização e a descolonização*», acentuando a vitória obtida sobre a reacção, que era fundamental que a democracia se consolidasse e fossem feitos esforços particulares no plano do desenvolvimento económico do país.

Transmitiu ainda ao SFNE que, durante essa semana, deveria ter contactos com os socialistas e a imprensa, enviando depois uma informação a seu respeito.<sup>429</sup>

### **Uma entrevista de Melo Antunes**

No dia 8 de Outubro, o citado jornalista Djuka Iulius<sup>430</sup> entrevistou, em Lisboa, este «*ministro sem pasta do governo português e um dos membros-chave do MFA*» que, numa longa conversação, falou sobre a recente crise, de Spínola e da direita, do MFA e do seu Programa, passando pelas eleições (Mar./75) e acabando na descolonização (Angola) e na Jugoslávia.

Após essa crise «*que, na realidade, foi uma tentativa de Spínola de tomar o poder*», as posições do MFA consolidaram-se e, segundo ele, chegou-se a uma «*homogeneidade no cume do Estado e do exército*», criando até condições favoráveis para não só consolidar o poder do MFA, como centro das forças armadas, mas também «*sem demasiadas demoras avançar cautelosamente para a concretização dos objectivos essenciais do MFA (ou, pelo menos, da sua parte mais consciente)*». Por isso, estavam decididos a tomar rapidamente medidas com vista ao fortalecimento da organização do MFA e, em todos os lugares, em todas as unidades, reforçando a sua influência e assegurando os seus objectivos. Antes, tinha mencionado a ajuda da publicação do seu boletim, «*cujo segundo número tinha saído então, porque a ignorância e a falta de informação só favoreceu Spínola e a direita*».

---

*do momento (o papel que tiveram no empenhamento das massas, os comunistas querem-no valorizar nas próximas eleições)*».

<sup>428</sup> «*No momento da apresentação da demissão de Spínola, os americanos mostraram aqui sinais de preocupação, enquanto agora (o correspondente lisboeta da UPI ao Antonitch da Tanjug) na embaixada americana consideram que não há mais motivos para preocupação e que Gonçalves, ou seja, a direcção do movimento controla totalmente a esquerda e os comunistas*».

<sup>429</sup> Que não foi encontrada na documentação consultada.

<sup>430</sup> Como correspondente do diário belgradense «*Politika*», em Bona, este telex foi enviado para o SFNE (10/Out.) pelo embaixador jugoslavo na RFA (ADMNE, F-217, Portugal, 1974).

Além disso, depois das eleições, em Março do ano seguinte, *«quando o MFA se retirar da cena, [esta organização] permitir-se-á a vigiar as conquistas e impedir à reacção de voltar por qualquer meio ao poder»*. Igualmente, acreditavam na *«democracia pluripartidária, pelo menos a grande maioria dos oficiais»*, incluindo Costa Gomes e *«em grande medida»* a Comissão Coordenadora do MFA. Todavia, isso tinha os seus limites racionais e acrescentou: *«— a saber, o MFA não permitirá que a extrema-direita agarre novamente o poder, porque "seguramente não arriscaram a cabeça para isso, não organizaram e conduziram a revolução para que, agora, tudo volte outra vez ao mesmo"»*.

Sem embargo, salientou que a direita não se podia subestimar nem um instante, pois era forte e disposta a tudo porque *«tinha e terá apoios externos, sobretudo de uma parte dos americanos»*. Referindo-se à última conversação apaziguadora do embaixador dos EUA com o primeiro-ministro Gonçalves, pensava que, igualmente, ali houve muita táctica e um apaziguamento propositado. *«Na realidade, parece que os americanos ainda não decidiram o que fazer»*, se bem que no Pentágono houvesse menos dúvidas. Daí, as histórias de que, não teria havido *«uma conspiração da direita, mas que isso foi inventado pela esquerda no MFA e pelos comunistas para terem um pretexto para eliminar Spínola, embora os americanos soubessem exactamente que, com a sua autorização implícita, foram introduzidas armas em Portugal»*. Segundo o jornalista jugoslavo, em seguida, Melo Antunes afirmou: *«para o governo era muito importante sublinhar a democratização e a democracia pluripartidária como também a fidelidade ao Pacto Atlântico para tanto quanto neutralizar os medos e ameaças americanas. Na verdade, a longo prazo, a política fora dos blocos interessa aos dirigentes do MFA, quando para isso chegue o momento e a possibilidade»*.

Relativamente à data das eleições legislativas, disse que, além de Março do ano próximo, poderia haver algum adiamento até Maio para a sua realização. *«Queriam obrigar a direita moderada a renunciar definitivamente o "golpismo" e aceitar a luta política e os seus desfechos. Naturalmente, a direita tinha bastante dinheiro e, talvez, em Spínola um bom candidato»*. Nesse caso, não seria fácil vencê-lo, apesar de ter perdido, nesses dias, muito do seu anterior prestígio. *«Contudo, isso era questões para amanhã e depois de amanhã, não para hoje»*.

Era importante, pelo contrário, dar um novo impulso à execução do Programa do MFA e realizar aquelas suas promessas que falavam sobre as profundas reformas económicas e sociais de carácter antimonopolista e a favor de amplas camadas populares desfavorecidas. Aliás, *«não era exacto que isso não era autorizado pelo programa, que deviam esperar as eleições e a Assembleia Constituinte. Pelo contrário, caso se quisesse impedir o regresso da*

*direita, as reformas deviam começar nesse momento, nas próximas semanas, antes das eleições.*<sup>431</sup> *Seguramente, isso ia trazer novos conflitos com as forças conservadoras como também entre os oficiais e novas pressões do exterior. Mas, tem de ser feito, caso se queira ir em frente».*

Quanto à Angola, o caso era complicado, mas a descolonização tinha que ir, igualmente, em frente. Ainda disse que *«existia, pela primeira vez, unidade no governo acerca dos caminhos a seguir. Costa Gomes era pela independência de Angola, mas que isso fosse realmente independência e não neocolonialismo. Iam para rápidas conversações com os três movimentos de libertação e com a minoria branca, tendo em vista a aprovação duma plataforma para a independência».* Concluindo, acrescentou que esse objectivo *«não ia ser fácil por causa da presença de grandes interesses económicos e estratégicos, principalmente americanos, em Angola»*, mas a Comissão de Descolonização, chefiada por Costa Gomes, concordava com esse objectivo.

Devido a ter mostrado bastante interesse pela experiência interna e externa da Jugoslávia, o jornalista jugoslavo ficou com a impressão de que Melo Antunes gostaria de ser convidado para visitar a Jugoslávia<sup>432</sup> e que *«seguramente, era uma pessoa com ideais socialistas, sente-se próximo de nós».* A respeito do encontro de Costa Gomes com Spínola, disse-lhe que *«não devia ser avaliado além dos limites da amizade pessoal e do apaziguamento dos espíritos».*

### **Reunião no PCP (9/Out.)**

Seguindo as instruções, recebidas de Belgrado, dois dias depois da breve conversação na recepção da embaixada da RDA,<sup>433</sup> Spasitch voltou a encontrar-se com Aurélio Santos, precisando o que lhe tinha dito, nessa altura, acerca da carta enviada para a LCJ e da sua resposta sobre a *«posição de princípios quanto à cooperação com os partidos e movimentos*

---

<sup>431</sup> A elaboração desse plano económico, sob a sua direcção, decorreu nesse mês, mas só foi apresentado, na primeira reunião da Assembleia dos 200 (6/Dez.), como o Plano Económico de Transição. Na reunião no Instituto de Sociologia Militar (28/Dez.), foi então designado por Plano Económico de Emergência e, dias depois, voltou a ser discutido na Assembleia do MFA (4/Jan./75).

<sup>432</sup> Essa visita (particular) só viria a ocorrer em Setembro de 1978, quando foi convidado a participar num seminário internacional perto de Dubrovnik, repousou uma dezena de dias na serra de Tara, na Sérvia, e visitou Belgrado, onde foi recebido por dirigentes políticos jugoslavos. Porém, como ministro dos Negócios Estrangeiros, esteve na comitiva do presidente da República, general Costa Gomes, por ocasião da visita presidencial à Jugoslávia (Out./75).

<sup>433</sup> *Vd. nota n.º 308 (p. 160).*

*progressistas*» que, pela qual, não se podiam intrometer nas relações entre os dois partidos portugueses.

Após tê-lo escutado com atenção — segundo o diplomata jugoslavo «*a atmosfera dessa vez foi um pouco melhor*» —, disse-lhe que a posição do PCP relativamente «*à cooperação com outros partidos irmãos*» era diferente e que eles consultavam sempre os partidos com quem queriam contactar e isso antes de tomar qualquer iniciativa. «*Ora, a nossa iniciativa foi empreendida sem os consultar*» e mencionou, como exemplo, que eles assumiram, nos tempos de Marcelo Caetano, a posição de que «*saudavam a chegada de qualquer embaixador dos países socialistas, porque isso significava uma brecha*», mas com a objecção que essa opinião era só do PCP e que podia não ser a mesma de outras forças progressistas. Voltando à chegada da delegação da ASPTJ, julgou-a prejudicial para o PCP. Devido à situação continuar a ser complexa, tinham muitos problemas e, só depois, começariam a convidar outros partidos e, entre eles, «*naturalmente, a LCJ*». Concluiu que às perguntas da carta recebida já tinham respondido na anterior carta (26/Set.) e, desde essa data, nada tinha mudado na sua posição.

Começando por dizer que não podiam adiar a chegada da delegação, que esta foi adiada somente por causa da crise da semana passada, Spasitch acrescentou que lhes exigiam, em relação aos outros partidos, que fossem como o PCP. Na sua resposta, Aurélio Santos referiu-se «*à difícil situação em que os colocaram porque a incompatibilidade com o PS era grande*» e que qualquer ligação do PCP com a delegação da ASPTJ, além da inoportunidade da visita, podia-lhes causar danos. Querendo explicar o que afirmou, deu o exemplo de que «*os socialistas recusaram participar nas manifestações que eles, comunistas, organizaram após a tentativa fracassada da direita de provocar um golpe de Estado e que "se juntaram no último momento (quando as massas se puseram em marcha)" com bandeiras e certo número de pessoas*». Igualmente, viram que seria pior, caso não o fizessem, porque, por fim, tratava-se de defender as conquistas democráticas do 25 de Abril.

Disse ainda, consoante este telex,<sup>434</sup> que não queriam convencer seja quem fosse, não tinham nada contra conversações com delegações jugoslavas (que já tinham planeadas), porém não naquelas condições. Por exemplo, «*sucedida que alguns dos camaradas dos países socialistas que vêm a Portugal por assuntos de Estado também tinham conversações [com o PCP] e que eles não têm nada contra*».

---

<sup>434</sup> O terceiro da embaixada em Lisboa enviado directamente (14/Out.) para o SFNE (ADMNE, F-217, Portugal, 1974).

Devido a terem esgotado esse tema, o diplomata jugoslavo disse ao seu interlocutor *«que lhes seriam muito úteis, caso quisesse resumir os acontecimentos passados porque as suas avaliações seriam bem-vindas, que as transmitiria a Belgrado. Aceitou sem hesitações».*

Assim, começou por dizer que *«a tentativa fascista do golpe teve muitas implicações, desde a marcha sobre Lisboa, criação de tensões e duma situação para decretar o estado de sítio até à tomada do poder por Spínola e todo o resto que já era conhecido».* Não podendo permitir isso, nessa noite, informaram o governo e deram-lhe todas as informações que possuíam. Fizeram-no porque a situação impunha que se actuasse firme e rapidamente. Nesta altura, apelaram aos militantes e à população para defenderem as conquistas democráticas, tendo sido impedido o pior.

Quanto ao resultado final de tudo, podia-se concluir que a direita sofreu uma grande derrota e que as forças de esquerda saíram do confronto reforçadas e mais homogêneas do que nunca. Igualmente, após tal vitória, o PCP continuava *«a apoiar a tese da necessidade que a coligação continuasse não mudando a posição acerca da democracia "pluralista"».* Consideravam importante que se continuasse *«a limpeza no aparelho de Estado para se impedir à direita qualquer apoio que até recentemente ali encontrava».* Todavia, tudo isto não significava que a direita tivesse sido totalmente derrotada e que não haveria novas tentativas pela sua parte. *«Por tudo isso, queriam reforçar as fileiras das forças progressistas e de esquerda, tendo decidido "esquecer" todas as desavenças que tiveram com certos partidos. Contudo, parece que isso os socialistas não queriam aceitar».*

No plano estatal, o seu programa continuava a ser claro — resolução dos problemas económicos, descolonização e eleições livres. No entanto, continuavam *«a ser contra o alargamento da coligação governamental»*, porque este (quando já se recusava a participação do MDP/CDE que reforçaria bastante o governo devido à sua força mobilizadora) significaria, na situação existente, a inclusão da reacção no governo. Em redor da ideia do alargamento da coligação estava a direita (liberais, PSD e outros).

### **Conversações da delegação portuguesa com Mobutu e a FNLA**

Segundo a embaixada jugoslava no Zaire, em Kinchassa, esteve uma delegação militar portuguesa (10-12/Out.), chefiada pelo general Fontes Pereira de Melo, chefe-adjunto do Estado-Maior,<sup>435</sup> cuja chegada, embora para o *«público»* tivesse sido uma surpresa, na imprensa foi anunciada como a continuação das conversações de Mobutu-Spínola na ilha do Sal (14/Set.). Nesse mesmo dia, *«Melo teve conversações com Mobutu durante cinco horas*

<sup>435</sup> ADMNE, F-217, Portugal, 1974.

*[...que] apesar de difíceis por que o tema básico foi a descolonização de Angola, terminaram com sucesso». No dia seguinte, no iate presidencial, «realizaram-se reuniões separadas com o presidente da FNLA, R. Holden, e o vice-presidente do MPLA, Chipenda. Houve comentários (sobretudo no corpo diplomático) de que os contactos com Chipenda defin[iram] a sua acção pessoal e que se continua[va] a contar com o isolamento de Neto».*

Porém, houve outras opiniões, uma delas do embaixador da Líbia que, num jantar na embaixada jugoslava nesses dias, «apresentou a tese que esta acção foi coordenada pelas direcções de ambos movimentos e que, brevemente, se espera a chegada de Neto a Kinchassa por causa da formação da "frente comum" da FNLA-MPLA, para as próximas negociações com Portugal».

Não obstante, afirmava-se: «estes contactos dos representantes da junta militar de Portugal e dos movimentos de libertação de Angola abriram o diálogo em redor da descolonização de Angola. Do mesmo modo, isto confirma o facto que Holden anunciou, numa nota radiotelevisiva de 14 deste mês, o cessar das actividades e acções militares da FNLA em todo o território de Angola – com validade a partir da meia-noite de 15 deste mês». Em declarações à imprensa, realçou ainda que isso só foi possível «"graças à ajuda, clarividência e ao papel importante do Zaire no processo da descolonização de Angola, onde um lugar à parte pertence a Mobutu"». Igualmente, nessas conversações ficou acordado que, em breve, a FNLA poderia abrir missões oficiais em Luanda e em todo o território de Angola.

Para concluir este telex para o SFNE, o seu subscritor informou: «para os observadores daqui, fica aberta e inexplicável a questão — será que isto é a continuação da conversação em redor da libertação de Angola, que começaram Mobutu-Spínola. Em redor desta questão há muita especulação, porque os meios de informação zairenses assim também a divulgam. Todavia, melhores conhecedores deste problema, afirmam que esta nova acção de Portugal apareceu como consequência das mudanças em Portugal após o insucesso do golpe de Estado direitista de Spínola». Acrescentou que, além disso, se comentava que «o novo presidente de Portugal, general Gomes impediu, juntamente com Gonçalves e a nova direcção da junta militar, a acção a solo de Spínola nas negociações em redor de Angola».

Sem embargo, acabou por ficar «velado o acordo secreto Mobutu-Spínola, com o qual principalmente se especulava», andando essas especulações em redor de quem, entre os movimentos de libertação angolanos, participaria como parceiro nas negociações com Spínola. «As "más-línguas" diz[ia]m que, segundo Mobutu, seria a FNLA e, no mesmo âmbito, se fala[va] também acerca do problema de Cabinda, conjecturando-se sobretudo em redor do seu futuro destino». Por isso, devido a todos esses elementos, recomendava-se a continuação

de «*investigações e intensivo acompanhamento da actividade de todos os factores interessados pelo destino de Angola*».

## II.6-2 — A visita da delegação da ASPTJ

Numa «*Informação*»<sup>436</sup> para os membros do Comité Executivo da Presidência do CC LCJ, a sua Secção das Relações Internacionais resumiu e comentou a situação em que se encontravam as relações com o PCP devido à mencionada visita.<sup>437</sup> Devido às suas consequências que se juntaram às do desacordo havido, em Maio e Junho, em redor do restabelecimento das relações diplomáticas, essa situação não era melhor e acabou por marcar as futuras relações entre os dois partidos. Cita-se ainda que a delegação da LCJ que foi à Reunião Consultiva dos PC da Europa, em Varsóvia (17/Out.), tinha previsto «*conversar sobre isto com os representantes do CC PC de Portugal*».

Conforme a posterior «*Nota acerca da conversação*» de Aleksandar Grlitchkov<sup>438</sup> com Carlos Aboim Inglês e Aurélio Monteiro dos Santos,<sup>439</sup> estes últimos exprimiram o seu «*descontentamento porque os informaram acerca da delegação da ASPTJ por assim dizer nas vésperas da própria visita*». Avaliavam a política do PS «*como fraccionária quanto aos esforços que se faziam pela unidade de todas as forças progressistas na linha da consolidação e do futuro reforço do processo de democratização*». Igualmente, além de provocar «*dificuldades no governo e procurar isolar os comunistas*», o mesmo partido com as suas «*imponderadas acções políticas externas causa[va] danos ao PC e a todas as restantes for-*

<sup>436</sup> Este documento (18/Out.) tinha, como anexo, a citada carta de protesto do PCP (26/Set.) por causa da visita, em fins de Outubro, da delegação da ASPTJ ao Partido Socialista de Portugal (AJ, 507, 103).

<sup>437</sup> Nessa carta entregue «*ao nosso encarregado de negócios, na qual se diz: a) até ao acordo da visita da delegação da ASPTJ ao PS chegou-se sem consulta com o PC de Portugal. Souberam da visita, supostamente, pela imprensa; b) a direcção do PC considera que esta visita provocará danos ao PC e suas bases tendo em conta que o PS se comporta incorrectamente quanto ao PC de Portugal; c) consideram que a visita devia ser anulada, e os contactos com o PC acordá-los posteriormente para tempos mais apropriados. Nas conversações, sublinharam que a LCJ não aceitou a sua proposta de, neste período, não se estabelecer relações diplomáticas com Portugal. // É evidente que o CC PC de Portugal tenta impor-nos a sua posição, segundo, a qual, eles têm o monopólio das relações e da cooperação da LCJ e outras organizações sociopolíticas com as correspondentes organizações em Portugal. A sua posição é semelhante à posição do CC PC de França*».

<sup>438</sup> Grlitchkov, Aleksandar (1923-89) – Combatente da Guerra de Libertação Nacional (1941-45) e membro do PCJ (desde 1943). Doutor em Ciências Políticas e professor universitário (Skopje e Belgrado). Após diversas funções políticas na RP da Macedónia, foi: membro e vice-presidente do Conselho Executivo Federal; membro da Presidência do CC da LCJ (1974-82), onde foi secretário do Comité Executivo do CC da LCJ e presidente da Comissão de Cooperação Internacional da LCJ; membro da Presidência e presidente da Comissão Federal da ASPTJ (1985-86). No país e estrangeiro, publicou diversos trabalhos sobre Economia, Relações Internacionais e Socialismo.



ças progressistas». Daí, em tais condições, «a visita da delegação da ASPTJ poderia ter também uma certa influência na política nacional».

Acrescentaram que o PS tinha enviado até «convites para visitas às correspondentes organizações políticas dos países socialistas, incluindo a URSS. Após as consultas com o PCP, que estimou as visitas inoportunas, todos estes países desistiram do envio de delegações. Neste contexto, explicaram que para eles era inaceitável que delegações dos países socialistas fizessem visitas, em primeiro lugar, ao PS e só depois disso ao PC». Adiante, segundo este dirigente jugoslavo, voltaram a nomear as suas relações internacionais, mencionando as dificuldades e as soluções.<sup>440</sup>

Na resposta aos seus interlocutores, Grlichkov começou por perguntar se achavam ultrapassado «o problema do estabelecimento de relações diplomáticas RSFJ-Portugal, a que responderam que colocaram reparos, a seu tempo, a nós e à Roménia por causa de os não termos consultado». Na sua insistência para precisarem melhor, «recusaram a resposta directa, acrescentando que tal questão entre nós "como camaradas" não representava problema, mas realçaram ao mesmo tempo que era necessário a concertação».

Depois, explicou que a LCJ tinha, «diferentemente dos restantes partidos no poder, muitos amplos contactos e cooperação com numerosos partidos socialistas e progressistas». Sublinhando que a ASPTJ já mantinha ligações com o PS «antes do golpe em Portugal», logo, ser-lhe-ia «muito difícil explicar uma eventual recusa do convite para a visita». Disse-lhes, ainda, que iam analisar mais uma vez os argumentos do PCP e que consideravam até que os contactos da ASPTJ com o PS poderiam influenciar eventualmente a «resolução dos problemas existentes, antes de tudo, através das [suas] perguntas acerca das relações do PSP com o PC de Portugal».

Além disso, não deixou de chamar a atenção para «a necessidade de ter-se em conta que a LCJ, ASPTJ e a Jugoslávia [conduziam] uma política de cooperação muito activa no

---

<sup>439</sup> Segundo esta «nota» (21/Out.), «na conversação participou também o camarada Dobrivoie Viditch», tendo sido a reunião da sua iniciativa «com o objectivo de esclarecer o mal-entendido em relação à ida da delegação da ASPTJ a Portugal a convite do PSP» (AJ, 507, 103).

<sup>440</sup> «[...] o PCP está empenhado completamente na linha do principal organizador da união de esforços pela consolidação do processo seguinte da democratização da sociedade, pelo que, apesar da vontade, não podem empenhar-se amplamente no plano internacional. // Na próxima semana, o PCP realizará o seu congresso extraordinário e acerca das decisões informará todos os partidos irmãos. // Igualmente, acrescentaram que já têm um plano de convites e o envio de delegações a certos PC dos países socialistas, mas só se pode chegar à sua realização dentro de alguns meses. Todavia, em breve, terão a visita de uma delegação do PC de França e, depois, do PC de Itália».

*plano internacional*», acentuando que a Jugoslávia não pertencia ao Pacto de Varsóvia, logo não a deviam igualar a outros países, «*pois tinha um campo de manobras muito mais amplo*».

Para terminar, Grlitchkov referiu-se: à necessidade de uma melhor informação mútua, mas salientou que existia «*igualmente, neste quadro, o direito de cada partido a decidir acerca dos seus procedimentos*»; e a uma oferta para a visita de uma delegação do PCP à Jugoslávia ou o envio de uma delegação da LCJ a Portugal.

Numa sua «*observação*» final, escreveu: «*Considero que continuam com a linha dura da nossa "obrigação" de pedirmos o seu consentimento para todos os passos que assumirmos no futuro em relação a Portugal, por isso, devíamos seguir também na nossa clara indicação da independência da RSFJ e LCJ em todas as acções que efectuarmos*».

Poucos dias após a reunião em Varsóvia, outras informações sobre o PS foram enviadas para o SFNE (24/Out.) por Spasitch acerca da visita a Lisboa de Willy Brandt (19-21/Out.).<sup>441</sup> Na conversação que teve com Rodolfo Crespo, dirigente socialista, foi-lhe dito que, fora o apoio político ao PS, «*o PSD, como o partido mais rico no Ocidente, prometeu-lhes também ajuda financeira, o que lhes seria bem-vinda para as eleições*». Porém, no interior do país, tiveram problemas com a visita de Brandt porque «*as bases estavam cada vez menos inclinadas para a social-democracia (representante da classe média, esta importante no Ocidente desenvolvido, o que não era num Portugal subdesenvolvido) e que se colocava cada vez mais a exigência de um PS "mais radical"*».

Numa situação, que se revolucionou depois do 28 de Setembro, era difícil explicar-lhes, na opinião deste dirigente socialista, que estavam obrigados a apoiarem-se nos países europeus sociais-democratas de forma a manter um certo equilíbrio quanto às diferentes e seguintes direcções da política externa: «*relações com os países socialistas, países africanos, Terceiro Mundo, tradicionais aliados ocidentais e EUA. Em recentes conversações com chilenos, estes disseram-lhes que foi um erro ter descuidado as ligações com os países europeus, o que lhes impossibilitou de resistir à pressão dos americanos*». Por causa disso, o governo decidiu que «*para ajudas se dirigir não só aos EUA, mas igualmente aos países europeus e aos Nove. Igualmente, Cunhal, antes da partida para Moscovo, recebeu a missão de conseguir créditos e ajuda da URSS. Prometeu que "não voltar[ia] com as mãos vazias", pois isso "animar[ia]" também os americanos*».

---

<sup>441</sup> ADMNE, F-217, Portugal, 1974.

Voltando à visita de Brandt, Spasitch soube, através do enviado especial da Tanjug<sup>442</sup>, que o seu «*principal objectivo foi de conduzir os socialistas daqui a uma cooperação e aliança eleitoral com o Partido Popular Democrático (PPD) que se candidatou a membro da Internacional Socialista. A direcção do PSP indecisa ainda não abandonou a ideia da aliança com os comunistas*», mas, segundo essa informação, o então «*actual ponto de vista dos socialistas estava sujeito a alterações. Além disso, Brandt prometeu que aconselhar[ia] o Ocidente a "jogar na carta dos socialistas"*». No fim, o seu interlocutor disse-lhe que «*o PPD tinha recursos muito importantes*».

### II.6-3 — A delegação da ASPTJ em Portugal

Durante uma semana (30/Out.-5/Nov.), nesta que «*foi a primeira visita de uma delegação política jugoslava a Portugal*», os seus cinco membros<sup>443</sup> tiveram conversações com os seus anfitriões do PS e foram recebidos, «*em visitas separadas, pelo Presidente da República Costa Gomes e o primeiro-ministro Gonçalves*». Após Lisboa,<sup>444</sup> a delegação visitou o Porto, Viana do Castelo e Espinho.

Num longo relatório,<sup>445</sup> depois de uma introdução e o programa da visita (factos, informações e conclusões), a delegação apresentou as suas «*propostas para a promoção da cooperação com Portugal*».

Começando pelo que tinha sucedido «*até à visita da delegação*»<sup>446</sup> e os seus objectivos principais,<sup>447</sup> mencionaram o convite do PS e que todos os contactos foram organizados

<sup>442</sup> Uma informação que foi dada a Aleksandar Antonitch pelo correspondente do «*La Vanguardia*» de Barcelona, que tinha «*boas ligações aqui com os socialistas*».

<sup>443</sup> «*Marin Tsetinitch, vice-presidente do CF ASPTJ; Moma Markovitch, membro do CC LCJ; Milan Raiatchitch, membro da Presidência da CF ASPTJ e presidente do CC ASPT de Belgrado; Ivan Ivekovitch, secretário da Comissão da Cooperação e Relações Internacionais do CF ASPTJ; Iurai Ivchévitch, conselheiro no SFNE*».

<sup>444</sup> Nas conversações nela realizadas, também esteve presente Verolhub Spasitch.

<sup>445</sup> Este documento (15/Nov.) de trinta páginas (AJ, 142, F-167) foi apresentado, dias depois (20/Nov.), pelo próprio M. Tsetinitch e discutido na reunião conjunta da Comissão de Relações Internacionais do CC LCJ e da Comissão de Cooperação e Ligações Internacionais da CF ASPTJ. Segundo uma dezena de páginas da transcrição da gravação da sua intervenção, comentou alguns pontos e respondeu a perguntas sobre este relatório (AJ, 507, IX, s/a-268). Igualmente, durante a estadia da delegação em Portugal, Tsetinitch e Spasitch enviaram telexes para o SNFE que foram reproduzidos nesse relatório com algumas alterações (ADMNE, F-217, Portugal, 1974).

<sup>446</sup> «*[...] 1) Um mês após a demissão do general Spínola que para as forças democráticas de Portugal representou uma importante vitória; 2) no momento quando começaram a manifestar-se as diferenças entre os partidos da coligação, em particular a confrontação e a rivalidade na relação socialistas-comunistas; 3) quando Portugal está sujeito a pressões na cena internacional pelas forças reaccionárias.*»

pelos anfitriões. Isso condicionou, em certa medida, *«a imagem incompleta que tiveram acerca da complexa situação política do país»*, pois, como era conhecido, *«o Partido Comunista opôs-se à realização desta visita e recusou encontrar-se com a delegação»*. Outro exemplo de partidos não contactados foi o do *«Partido Popular Democrático (PPD – social-democrata) que se encontra[va] na ala direita da coligação governamental»*. Além do encontro com Vasco Gonçalves, que os *«recebeu na qualidade de presidente do governo e o encontro com o ministro do Trabalho,<sup>448</sup> igualmente, não tiveram a possibilidade de contactar directamente com representantes do Movimento das Forças Armadas (MFA)»*.

Não obstante *«um intenso programa de cinco dias»*, em que completaram os seus anteriores conhecimentos, *«muitas questões por causa dos antes citados factores ficaram superfluamente esclarecidos»*.

### **O programa da visita**

Da política interna ao contacto com as bases do PS, os anfitriões procuraram *«dar à delegação um elevado tratamento e cunho interestatal»* e conseguiram um amplo acompanhamento da sua visita por parte dos meios informativos. Assim:

No primeiro dia (31/Out.), a delegação foi recebida e teve uma curta conversação com Costa Gomes que *«se limitou ao problema da descolonização, mantendo-se particularmente nas dificuldades com que se depara[va]m em Angola»*, enquanto com Vasco Gonçalves se falou *«mais pormenorizadamente das relações interestatais, em particular das económicas, e do papel do MFA na vida política do país»*;

No dia seguinte, tiveram conversações, durante 8 horas, com uma delegação do PS<sup>449</sup> que os informou *«acerca das suas opiniões sobre a situação interna em Portugal e falou-se também da cooperação bilateral»*;

No terceiro e quarto dia (sábado e domingo), visitaram organizações partidárias nas três citadas cidades e falaram, em alguns encontros, *«com mais de centenas de activistas do PS»*;

---

<sup>447</sup> *« [...] 1) igualmente, desta maneira afirmarmos o nosso apoio ao processo de democratização e descolonização que foi iniciado com o golpe de Estado do 25 de Abril e de neste contexto confirmarmos o desejo por uma mais ampla cooperação possível entre os dois países em todos os campos; 2) para conhecermos o melhor possível a situação interna do país, distribuição e relações de forças na sua cena política; 3) para promover as relações com o PS com quem tivemos contactos também no período anterior.»*

<sup>448</sup> Neste relatório, esta é a única referência a este encontro.

<sup>449</sup> Nela, estiveram: *«secretário político, Tito de Moraes; membros da Comissão Política (CC), Salgado Zenha (ministro da Justiça); Marcelo Curto; Rodolfo Crespo (secretário da organização); João Guterres (secretário dos quadros); Sottomaior Cardia (director do jornal partidário) Francisco Ramos da Costa (embaixador em Belgrado) e outros»*.

No quinto dia, encontraram-se com o secretário-geral Mário Soares e, nessa ocasião, foram debatidas questões da cooperação bilateral PS-ASPTJ. No mesmo dia, os anfitriões organizaram uma conferência de imprensa. No fim da estadia, foi assinado um comunicado conjunto.

### **O papel do MFA**

Estimava-se que, sem dúvida, o MFA dominava «*a cena política portuguesa ou, como se exprimiu o ministro Zenha, "o único senhor do presente e futuro de Portugal, enquanto o PS e PC têm um papel secundário"*».

Uma afirmação seguida por várias páginas sobre as forças armadas portuguesas, antes<sup>450</sup> e depois do 25 de Abril, procurando não só descrever esse citado domínio político, nesses últimos 6 meses, mas apresentar ainda a sua organização, dirigentes principais<sup>451</sup> e os objectivos principais do seu Programa.<sup>452</sup> Além desses objectivos, algumas previsões e con-

---

<sup>450</sup> «*A entrada do exército na cena política não é um facto novo em Portugal e como exemplo da sua activa ingerência mencionam-se: numerosos «putsches» no século XIX, derrubamento da monarquia e instauração da república, queda da república liberal e instauração de um Estado fascista-conservador e, por fim, o derrubamento do regime fascista. // A partir de 1961, as guerras coloniais condicionaram a mudança do perfil de classe dos quadros de comando do exército português: em lugar dos filhos da grande burguesia, na oficialidade entrou gente de origem da média e pequena burguesia. No contacto com a realidade cruel da guerra, com os povos dos territórios africanos e os movimentos de libertação — começou no terreno a politização dos oficiais. Cada vez mais, eles estavam em discordância com a hierarquia do exército e as autoridades estatais em Lisboa, e eram acusados pelo insucesso da "pacificação". A concessão dos privilégios dos quadros profissionais aos quadros de reserva (até ao posto de capitão), provocou a formação entre os oficiais profissionais do chamado Movimento dos Capitães (hoje MFA), que de um grupo pela defesa de interesses corporativos, pouco a pouco, se transformou num movimento de oposição ao regime. No momento do «putsch», o Movimento contava com 150 oficiais reunidos na Comissão Coordenadora Política (hoje conta com cerca de 400 oficiais)*».

<sup>451</sup> «*Com o derrubamento do regime fascista, o MFA constituiu-se como a ala esquerda no seio do exército que fez uma aliança com os partidos de esquerda que estão integrados no governo provisório: PS, PC e PPD. Num ponto de vista de classe, o MFA exprime a tendência da pequena burguesia radicalizada que aspira a soluções «socializantes». A Comissão Coordenadora Política é um corpo colegial e dos seus membros que, mais se expuseram até agora perante o público, estão o primeiro-ministro Gonçalves, o comandante do COPCON, general Carvalho, os ministros de Estado, tenentes-coronéis Antunes e Alves, o membro da Junta de Salvação Nacional e o governador de Angola, almirante Rosa de Coutinho, o chefe do Estado-Maior, general Carlos Fabião. // A sua dominação no interior do exército e na vida política do país, o MFA baseia-se no COPCON (centro coordenador) que conta com várias unidades fiéis com grande mobilidade (comandos e unidades blindadas), na chamada 5.ª Divisão [N.T.: «V Exército» no original] (serviço de informações militares e civis, também com unidades próprias) e na rede dos seus enviados em todas as unidades regulares do exército (uma espécie de delegados do MFA). Igualmente, o MFA dispõe duma rede autónoma interna de comunicações*».

<sup>452</sup> «*O Programa do MFA, que foi escrito antes do 25 de Abril e tomado pelo governo de coligação, é bastante vago e resume-se a duas teses insuficientemente definidas: democratização e descolonização. Isto permite diversas interpretações, como foi o caso do conflito com Spínola e como é o caso das interpretações que lhe dão os diversos partidos. Como expoente da corrente reaccionária, Spínola não concordava com o processo da descolonização e empenhou-se para um exército «apolítico», o que conduziu igualmente à crise do 28 de Setembro. // Além de gerais formulações acerca de «orientações antimonopolistas», ao programa do MFA falta-lhe uma dimensão económica. Por exemplo, nada se diz acerca da política agrária, embora a questão dos agricultores (por um lado os latifúndios, por outro a fragmentada pequena propriedade) seja um dos piores problemas do país. Os nossos interlocutores do PS consideram, todavia, que a partida do Spínola criou condições para a evolução do MFA para um programa «socializante», o que nos confirmou também o próprio Gonçalves. Depois*

clusões completam estas páginas, sendo precedidas por referências a diversas acções<sup>453</sup> do MFA que poderiam assegurar a sua realização.

Partindo das recentes declarações de Vasco Gonçalves<sup>454</sup> e de Carlos Fabião,<sup>455</sup> estimaram ainda que não puderam «*considerar quais são todas as tendências políticas presentes no MFA (e foi-[lhes] dito que "os socialistas pensam que Gonçalves é comunista, e os comunistas acreditam que é socialista*»), mas era claro que, no MFA, dominavam as tendências de esquerda, próximas do PS e do PCP. Daí, esta e outras conclusões possíveis<sup>456</sup> permitiam pensar, segundo os subscritores deste relatório, o seguinte: «*que os acontecimentos em Portugal não pod[iam] voltar ao estado anterior. Portanto, a direita no interior do exército est[ava] decapitada e desorganizada; aqueles que, como Spínola, se podiam colocar à sua frente, foram afastados; o MFA [era], apesar de representar uma minoria no exército, bem organizada, domina[ava] todas as suas estruturas e não se retirar[ia] sem luta. Por fim, o MFA pod[ia] contar com o forte apoio dos partidos de esquerda*».

Além destas conclusões, reconheceram que não tinham conseguido obter «*uma ideia clara acerca do papel do presidente da República, general Costa Gomes*»,<sup>457</sup> salientando que

---

*do 28 de Setembro, o governo de coligação aceitou o programa económico mínimo que lhe foi proposto pelo PS». Igualmente, mais adiante, afirma-se: «naquele momento crítico (está confirmado que Gonçalves e Carvalho estiveram algumas horas prisioneiros de Spínola no palácio presidencial)».*

<sup>453</sup> Alguns exemplos: «*uma radical depuração nas fileiras dos oficiais afastando ou reformando um grande número deles como de pouca confiança e comprometidos (afirmam uns 700)*»; «*plano da instrução política da população, especialmente no campo*»; «*depois do 28 de Setembro, foi proibido o trabalho de três partidos que foram acusados por participação na conspiração de direita*».

<sup>454</sup> Na citada recepção da delegação da ASPTJ, «*falou com enérgicas palavras acerca do exército como "guarda da democracia" e sublinhou que esse papel será seguido e depois das eleições para a Assembleia Constituinte*». Igualmente, deu a prever «*que se pensava na possível institucionalização da coligação do MFA e os partidos de esquerda através da eventual formação de uma organização política comum (união, aliança)*».

<sup>455</sup> Dias antes, entrevistado pelo diário «*República*», realçou que «*ao exército pertencerá no futuro importantes tarefas no plano social, económico e cultural*».

<sup>456</sup> Por exemplo: «*Com o derrubamento do regime fascista, o MFA empenhou-se à esquerda e aqui não há regresso ao passado*»; Estava «*decidido a realizar o programa de democratização e descolonização*»; «*Não se trata[va] só da orientação política do grupo dominante [...], mas também do destino comum dos oficiais que primeiramente, no 25 de Abril, e depois, no 28 de Setembro, arriscaram a vida. Cada regresso ao passado ameaçaria, não só as suas posições na vida política, mas também as carreiras e, talvez, igualmente a vida*»; «*Como o demonstrou no 28 de Setembro, em Portugal, ou durante a conspiração ultra, em Moçambique, o MFA está pronto para defender com todos os meios as posições ganhas e a sua orientação*».

<sup>457</sup> «*Os nossos interlocutores do PS sublinharam, em público e em privado, o seu positivo papel na crise de Setembro, quando a sua posição ao lado do MFA, contra Spínola, perturbou o equilíbrio existente a favor das forças democráticas. Igualmente, eles sublinham que, uns bons dez anos antes de Spínola, Costa Gomes apresentou a tese que as guerras coloniais não se podem ganhar por via militar e, por isso, uns tempos caiu na desgraça durante o regime fascista. À diferença de Spínola, que era conservador e clerical, Costa Gomes é considerado liberal que olha com simpatia a nova evolução de Portugal. No público, é bastante popular porque deixa uma impressão de modéstia e calor humano. Não é membro do MFA, mas foi conduzido, bem como Spínola, ao*

— *«apesar das alusões pouco claras»* de Vasco Gonçalves a uma eventual institucionalização da aliança MFA-partidos de esquerda — os seus interlocutores insistiram na afirmação que *«"o MFA [era] dirigido pela lógica interna dos soldados [e que] deseja[va] guardar a sua integridade e independência quanto aos partidos da coligação"»*. Assim sendo, não estavam interessados na participação nas próximas eleições para a Assembleia Constituinte, embora Salgado Zenha tenha-lhes confirmado que existia, entre os partidos da coligação e o MFA, um *«"acordo tácito" para que ao MFA, depois dessas eleições, se assegure um «lugar adequado» no quadro da futura constituição»*. Igualmente, definiu a política que, nesse momento, conduzia o MFA e o governo provisório como um *«"reformismo revolucionário", [acrescentando] mais uma constatação: o novo regime democrático derrubou só o topo das superestruturas estatais fascistas, enquanto o seu aparelho administrativo e policial ficou praticamente intacto»*.

### **Partido Socialista (PS)**

Era um partido em formação que, segundo este relatório, até então, não tinha encontrado *«o seu definitivo perfil ideológico-político e organizativo»* e cuja direcção, a nível nacional e local, era de *«carácter provisório — parcialmente eleita nas condições da ilegalidade, e parcialmente formada por pessoas eminentes (a Comissão Política a nível nacional foi nomeada praticamente por M. Soares)»*. No PS estavam presentes e legalizadas diversas tendências — Movimento Socialista Popular (MSP) ou o Grupo Autónomo (GAP) — como orientações — marxistas, humanistas e sociais-democratas. Tal situação iria até ao primeiro congresso do PS, marcado para meados de Dezembro, *«quando seriam confirmados ou aprovados os novos programas, estatutos e direcção»*.

Quanto aos documentos básicos do PS, estes eram os seguintes: *«1) Declaração de Princípios<sup>458</sup> e o Programa do PS<sup>459</sup> ("em cujo texto antes do 25 Abril trabalharam algumas*

---

*cargo por parte dos anónimos capitães com uma personalidade amplamente conhecida do público nacional e estrangeiro. Quanto é o seu verdadeiro poder, e quanto depende da boa vontade do MFA, é difícil determinar. Todavia, é seguro, que como personalidade não se lhe pode atribuir tendências pró-comunistas, executa um papel útil no limar as arestas das críticas que chegam do Ocidente e que se transformaram numa verdadeira campanha antiportuguesa após o 28 de Setembro. Sob esta luz, provavelmente, deve-se olhar a sua visita aos EUA»*.

<sup>458</sup> Nessa Declaração, estavam definidos os seguintes objectivos: *«1) edificação de uma sociedade sem classes em que os trabalhadores seriam "produtores associados" e da qual seriam excluídos "o trabalho assalariado e o lucro"; 2) a luta de classe dos trabalhadores pelo socialismo democrático e contra a opressão capitalista no quadro "do pluralismo político e ideológico"; 3) o PS apoia-se no marxismo como "direcção para a acção e não como dogma"; 4) Reclamando-se das experiências soviética, chinesa, jugoslava, cubana e vietnamita, o PS empenha-se pelo direito dos povos seguirem "diferentes caminhos no socialismo que dependem primeiramente das suas estruturas socioeconómicas e políticas»; 5) O PS luta contra "o sistema capitalista e a dominação burguesa", como também contra o caminho neocapitalista; declara-se contra a sociedade de consumo e rejeita aqueles conceitos sociais-democratas que aspiram à conservação das estruturas capitalistas e que servem os*

dezenas de camaradas"); 2) Documento do Conselho Directivo do PS<sup>460</sup> de 12-13/X/1974 que tem o título "Por um caminho democrático original para o socialismo"».

Este último documento incluía o «Programa Económico do PS» que lhes foi explicado por António Guterres, membro da Comissão Política, dando-lhes, ao mesmo tempo, «alguns elementos fundamentais da situação económica do país». <sup>461</sup> Uma explicação que procurou apresentar «as prioridades pelas quais o PS lutava»<sup>462</sup> e os objectivos das suas «medidas iniciais». <sup>463</sup>

Como, do anterior regime, Portugal herdou relações desiguais com o Mercado Comum Europeu (MCE) devido a acordos discriminatórios, segundo Guterres, não existiam condições para a integração de Portugal no MCE, em que dominavam «as companhias multinacionais que transformariam o não-desenvolvido Portugal numa neocolónia europeia». Por isso, via «o futuro económico do país num "cada vez maior apoio no Terceiro Mundo"», dependente

---

*interesses do imperialismo; 6) o PS "acompanha atentamente a experiência" dos partidos comunistas que "respeitam os valores do socialismo democrático", bem como "as contribuições ao socialismo" por parte dos sectores criadores da Nova Esquerda; 7) O PS intercede pelo direito dos povos colonizados à autodeterminação e à independência; 8) o PS considera que é pré-condição para o derrubamento da sociedade capitalista a luta consequente contra o fascismo e o colonialismo».*

<sup>459</sup> No «Programa», havia a seguinte apresentação dos objectivos do PS mais pormenorizada: «1) no campo da economia; 2) no plano social; 3) no campo da política interna (liberdades públicas, liberdade de associação, pluralismo, tribunais, papel das forças armadas e outros); 4) no plano internacional. Neste último, menciona-se que o PS "rejeita a política atlântica até ao presente do governo fascista" e que "condena a política da OTAN", que colaborou com o governo fascista e apoiava a sua política colonial».

<sup>460</sup> Foi aprovado «imediatamente após a demissão de Spínola, quando foi estimado que o governo provisório podia fazer um novo passo à esquerda (o PC realizava, ao mesmo tempo, o congresso extraordinário)», na realidade, define o programa mínimo em relação ao MFA, aos partidos de esquerda e propõe uma «decisiva intervenção do Estado» nos assuntos económicos do país.

<sup>461</sup> «Com um PNB de 1000 dólares per capita, Portugal é um dos países mais pobres da Europa. Nos últimos 10 anos, 45% foi gasto na condução das guerras coloniais e provocou a emigração económica de 2 milhões de trabalhadores (em 8,5 milhões de habitantes). Até há alguns anos, a economia capitalista era dominada pelos latifundiários, banqueiros e comerciantes (os pilares fundamentais do regime fascista), enquanto o desenvolvimento industrial (burguesia liberal) foi de curta duração e encontra-se no quadro de sectores tradicionais de baixa produtividade e fraco poder concorrencial (por exemplo, o têxtil): 20% no sector primário, 44% nas actividades transformadoras e o restante nas actividades de serviços. Uns 70% das trocas comerciais exteriores foram efectuados com os países do MCE [N.doT.: Mercado Comum Europeu]. A inflação é de 30%».

<sup>462</sup> «1) a reforma agrária que numa primeira fase prevê a expropriação das grandes companhias com capitais anónimos nos latifúndios e aqueles que estão improdutivos ou situados em regiões onde é necessário executar trabalhos públicos; 2) o estabelecimento do controlo estatal sobre as transacções financeiras começou com a nacionalização de 4 bancos; 3) o estabelecimento do controlo estatal sobre a indústria pesada — numa primeira fase o Estado ficará com acções em algumas indústrias pesadas; 4) canalização de toda a cooperação com o capital estrangeiro através do Estado».

<sup>463</sup> «1) romper as ligações que existem entre o capital industrial e financeiro e, a par disso, o Estado deverá jogar um papel principal com a sua actuação diferenciada; 2) continuar a isolar a burguesia latifundiária que já está sozinha; 3) com o favorecimento do pequeno e médio proprietário reforçar a aliança da média e pequena burguesia que com a classe operária são de orientação antimonopolista».



do processo de descolonização em curso, mas também estavam muito interessados no desenvolvimento das relações económicas com os países socialistas, considerando que, num e noutro, a Jugoslávia os podia ajudar.

Embora fossem estes os documentos programáticos da actual direcção do PS, «segundo uma avaliação geral, todavia, a base do partido era muito mais radical e impaciente».<sup>464</sup> Disso, os subscritores deste relatório puderam-se «assegurar por ocasião das conversas que tiveram no terreno». Iguamente, de acordo com essas fontes, «a corrente marxista era dominante no interior do partido, mas não estava adequadamente representada na actual direcção».<sup>465</sup>

Noutras conversações não oficiais, membros do PS afirmaram que, «na cena política de Portugal, o PS se encontra[va] mais à esquerda do que o PC». Alguns deles, muitos quadros do PS passaram pelo PC, disseram-lhes até que «seriam membros do PC de Portugal, quando tal PC fosse semelhante ao PC de Itália ou da Espanha». Daí, as linhas de separação entre «as bases do PS e os grupos da extrema-esquerda [eram] muito mais fluidas do que entre o PC e esses grupos (o conflito do PC com a extrema-esquerda [era] mais agudo), e que as relações do PS com os partidos da direita (PPD e CDS) muito mais agravadas do que as do PC com os mesmos partidos».<sup>466</sup>

Partindo destas informações e devido a este «"esquerdizar" e pela definição que da[va] a si próprio, o PS esta[va] bastante afastado do modelo social-democrata da Europa Ocidental». Por fim, nos seus documentos oficiais, não só o PS se demarcava da social-democracia, mas também criticando o PPD — este declarava ser um partido social-democrata —, estimava que «o reformismo social-democrata e a via do neocapitalismo de alguns desses partidos eram inaplicáveis no atrasado Portugal». Porém, caso fosse preciso procurar um

<sup>464</sup> Este e seguintes sublinhados estão no texto original.

<sup>465</sup> «Um exemplo concreto: um dia antes da nossa chegada ao Porto, que tem uma das organizações mais importantes do PS no país, foi resolvida a crise da direcção local de tal maneira que aos actuais membros da Comissão Política (nomeados) foram agregados os delegados eleitos de todas as secções e eles são, todos sem excepção, representantes da corrente marxista. Como os representantes mais eminentes dessa corrente de esquerda no interior do partido consideram-se entre outros — os membros da Comissão Política, Marcelo Curto (encarregado do trabalho dos sindicatos), [Lopes] Cardoso (especialista para a agricultura), Manuel Serra (líder do MSP), João Guterres (secretário dos quadros), [José Luís] Nunes (dirigente do Porto) e outros».

<sup>466</sup> Também, em conversas oficiais, ouviram outros «exemplos da cooperação directa do PS com a extrema-esquerda em algumas greves às quais se opôs o PC. Durante o tempo da nossa estada em Lisboa, as actividades de certos grupos esquerdistas e do PS tentaram neutralizar um comício do CDS, ao qual o PC tinha enviado um telegrama de saudações, e demoliram a sede deste partido (houve 40 feridos e três mortos entre os manifestantes e polícia)».

paralelo europeu, «então os mais próximos do PS seriam o francês PSU ou o anterior italiano PSIUP, com a diferença que o PS disp[unha] de uma base muito mais maciça».

Naquele momento, o PS já fora «*apanhado pela febre pré-eleitoral*» e alguns factores condicionavam «*o seu crescimento como um partido eleitoralista que se apoiava em bases insuficientemente definidas*». Entre esses factores — «*uma coexistência de diferentes orientações, a luta pelos eleitores, o conceito vago acerca do próprio partido, falta de quadros e a situação portuguesa bastante dinâmica e complexa*» —, reconheciam que estavam «*muito mais atrasados na organização do que o PC: em todo o aparelho partidário no país, disp[unham] um total de 40 profissionais de todos os perfis, enquanto o PC disp[unha] de 3.000*». Sem embargo, no norte do país, onde viviam «*perto de 5 milhões de habitantes, no Porto, [tinham] somente um profissional de perfil político*».<sup>467</sup>

Acerca desta situação, foi-lhes dito pelos seus anfitriões que na corrida contra o tempo, não tinham «*nem tempo, nem forças para alcançar uma formação sistemática dos seus próprios quadros*».

### **O Partido Comunista e as relações PS-PCP**

Começando por dizer que «*as relações PS-PC representa[va]m uma das questões-chave do Portugal contemporâneo*», embora as ideias a que chegaram fossem unilaterais, porque não tiveram oportunidades de entrar em contacto com os representantes do PCP, os subscritores deste relatório sublinharam ainda que, «*segundo apreciação geral, o PC [era], junto ao exército e a igreja católica, a força mais organizada na vida política do país*». Aliás, pelo menos visto de fora, era «*ideologicamente muito homogéneo e tinha um claro conceito daquilo a que aspirava*», tendo a sua táctica sido elaborada no recente congresso extraordinário (20/Out.).

Além das posições, actividades e organização do PCP<sup>468</sup>, cujas fontes são do PS, há uma referência às possíveis correntes existentes na sua direcção.<sup>469</sup>

<sup>467</sup> Neste relatório, a menção destes e de outros dados foram aceites sem qualquer dúvida ou confirmação por parte dos seus subscritores.

<sup>468</sup> «*Coloca-se elasticamente em relação ao MFA e a par disso, como dizem os socialistas, conta com "relações privilegiadas com o MFA". Igualmente, com uma série de declarações e procedimentos procura adaptar-se às realidades portuguesas e actual momento político. Por exemplo, apoiou a lei acerca das greves, a qual os socialistas dizem que é a mais reaccionária na Europa. Demarcam-se duramente da extrema-esquerda. Segundo a avaliação dos socialistas, esforça-se a animar o grande capital e os partidos da direita. Aceitou na prática a continuidade da política atlântica de Portugal e suprimiu o conceito da ditadura do proletariado do seu Programa. // Dispõe de uma forte estrutura de organizações partidárias e com quadros optimamente formados que endureceram nas condições da luta clandestina contra o fascismo (tem 3.000 profissionais). Foi um viveiro de quadros para todos os restantes partidos de esquerda e, principalmente, para o PS. Os seus pontos de apoio*

Quanto às relações entre os dois partidos, como afirmaram os seus interlocutores socialistas, «*o PS está interessado sinceramente na cooperação com o PC: " fomos aliados na luta contra o fascismo e hoje somos aliados na construção do Portugal democrático"*». Propuseram até ao PC que «*nas eleições saíssem com uma plataforma comum, mas não receberam resposta, nem acredita[va]m que a [viesses] a receber.*<sup>470</sup> *Considera[va]m que isto é assim porque o PC conta com a relação privilegiada com MFA*». Por seu lado, os subscritores deste relatório acrescentariam que, «*talvez, a principal razão disto [fosse] que o PC se sent[ia] muito forte*».

Para a direcção do PS, as diferenças fundamentais que os separavam dos comunistas eram as seguintes: «*1) "o PC deseja[va] a unidade por cima, e o PS esta[va] de acordo com a unidade através das bases, sem tomar em conta a afiliação partidária"; 2) os dois partidos [eram] rivais na corrida eleitoral e conta[va]m com a mesma categoria de eleitores; 3) O PC [era] um partido monolítico, enquanto no PS esta[vam] presentes diferentes correntes; 4) os pontos de vista do PS e do PC são muito diferentes acerca da situação internacional e as alianças internacionais (aqui pensa-se, em primeiro lugar, nas relações privilegiadas PC-URSS)*».

Noutro documento, intitulado «*O que é o Partido Socialista*», mencionam-se diversas «*críticas ao modelo estalinista de Estado*»,<sup>471</sup> mas também uma posição firme contra o anti-comunismo que «*"sempre foi uma arma nas mãos das forças reaccionárias" [ou] "cada via*

---

*são: a classe operária de Lisboa e Porto (domina os sindicatos), os trabalhadores agrícolas dos latifúndios no Sul do país e nos círculos intelectuais (meios universitários, profissões liberais). Igualmente, dispõe de uma plêiade de conhecidas personalidades cujo renome obtiveram, não só através da luta antifascista, mas também no plano profissional (mais que no PS). Domina nos centros da informação pública — na TV, rádio e nos chamados diários independentes. Claramente, na propaganda mural, ultrapassa todos os restantes partidos.»*

<sup>469</sup> «*[...]segundo uma informação, dentro do PC existe, todavia, duas correntes: 1) uma, que domina no CC agrupa-se em redor dos membros do secretariado Octávio Pato e Joaquim Gomes, e 2) outra, que por causa da sua autoridade pode contar no apoio do aparelho partidário, reúne-se em redor do secretário-geral Cunhal. Supostamente, a primeira tendência aspira à emancipação da "tutoria de Moscovo" e empenha-se por um comunismo "mais puro", enquanto a segunda é "estalinista e oportunista". Contudo, nem uma, nem a outra quer a cisão. Cunhal impôs-se no partido com a sua enorme autoridade e ele determina por agora a sua orientação política. No último congresso, supostamente, houve o perigo de Cunhal ficar em minoria num secretariado de 5 membros e por isso impediu a eleição do quinto membro, de forma a manter uma relação empatada de 2:2.*»

<sup>470</sup> Embora, através de outras informações, soubessem que essa coligação ou plataforma não seria muito provável, raramente, o relato destas conversações foram comentados ou confrontados com outras informações. Cf. informação da embaixada jugoslava na RFA (p. 139).

<sup>471</sup> Diz-se: «*nos países comunistas, e a União Soviética é o modelo mais importante, o Estado foi monopolizado por parte do Partido Comunista, «foi criada uma nova classe dominante que se impõe e reprime os direitos da organização operária»; «pode existir um verdadeiro socialismo só quando os trabalhadores participam nele livremente, etc.».*

*que efectua alguma reforma, quando luta contra os privilégios, as forças da direita, os ricos e os privilegiados acenam com o perigo comunista».*

Nessas diferenças entre os dois partidos, devia-se «*dizer que ao contrário do socialismo administrativo, o modelo jugoslavo do socialismo autogestionário [era] bastante próximo de muitos membros do PS*», o que lhes foi dito por vários membros da direcção mais estrita do PS. Igualmente, essa seria «*uma das razões das divergências entre as linhas do PS-PC*».

Referindo, depois, que «*um dos primeiros conflitos públicos entre as linhas do PS-PC aconteceu, já há um par de meses, quando o PS se retirou do Movimento Democrático*»,<sup>472</sup> isso teria ocorrido, segundo a avaliação do PS, porque «*os comunistas transformaram o Movimento Democrático, graças aos seus quadros, numa sua filial e pretenderam continuar através dele a dirigir todas as forças de esquerda no país*». Também, após a saída do PS do MDP/CDE, «*o PC atacou-o por "quebrar a unidade das forças democráticas"*».

Como «*conclusão desta parte*», os subscritores deste relatório avaliaram que «*apesar de todas as divergências e conflitos entre o PS e PC, ambos os partidos, por força das circunstâncias, est[ariam] condenados a relações entre si*». Acreditavam que um e o outro estavam conscientes disso e nem a corrida eleitoral, nem o desfecho das eleições podiam «*conduzir até à ruptura, porque isso ameaçaria o desenvolvimento de Portugal*».

### **Do leque político às eleições**

No sistema «*de pluralismo político e ideológico*», existente em Portugal, era permitido «*a actividade de todos os partidos que não invo[cassem] a continuidade com o regime fascista e que não ofend[essem] directamente o MFA*». A coligação governamental era formada por três partidos (PS, PCP e PPD), mas «*o MFA associou ainda, no trabalho de certos órgãos estatais, representantes do Movimento Democrático (filial do PC) e da Liga da Acção Revolucionária (LUAR) — grupos*<sup>473</sup> *que não jogavam, todavia, um papel independente*».

Depois numa descrição sucinta de uma dezena de outros partidos políticos, dois deles mereceram uma maior atenção, encontrando-se um deles «*na ala direita da coligação gover-*

---

<sup>472</sup> Este seria «*uma espécie de frente antifascista que existiu antes do 25 de Abril e que através da chamada Comissão Eleitoral teve possibilidades, em determinados períodos, por ocasião das eleições presidenciais, para actividades moderadas*». Se o erro das eleições pode denotar algum desconhecimento da recente história política portuguesa, já a ausência de contactos, nesses meses, da ASPTJ com o MDP/CDE pode significar algo mais, embora não tenha sido encontrada qualquer explicação, na documentação consultada, para essa decisão após a citada conversação da delegação do SFNE com Francisco Pereira de Moura (6/Jun.).

<sup>473</sup> Em fins de Agosto, em comunicado, o PS já tinha retirado o seu apoio ao MDP/CDE, devido ao seu interesse em participar nas eleições para a Assembleia Constituinte, que, depois (3/Nov.), se transformou em partido político. Quanto à LUAR, a sua designação era Liga de Unidade e Acção Revolucionária, não sendo estes erros tão raros noutras transcrições seguintes.

*namental*», o Partido Popular Democrático (PPD),<sup>474</sup> chefiado por Sá Carneiro e que tinha um ministro, ao passo que o partido mais importante da direita seria o Centro Democrático Social (CDS),<sup>475</sup> cujo líder era Freitas do Amaral.

Quanto aos restantes partidos de direita, «*com influência e actividades muito menores, mencionaram o Partido Cristão Social-Democrata (PCSD), Partido Social-Democrata Independente (PSDI) e Partido Popular Monárquico (PPM) e outros*», assim como os três partidos proibidos (o Liberal, Partido do Progresso e o Partido Nacionalista) por causa da sua participação «*na conspiração de direita de 28 de Setembro*».

Seguindo esta enumeração, «*à esquerda da coligação governamental, mas próximos do PS, esta[vam] o Movimento da Esquerda Socialista (MES) que se podia identificar com o francês PSU. Aqui, também, se encontra[vam] algures alguns elementos da Liga da Acção Revolucionária (LUAR)*».

Na extrema-esquerda, foram citados: «*1) Brigadas Revolucionárias\_Populares (BRP)<sup>476</sup> – pregavam a luta armada pelo socialismo, empenham-se por um "puro" comunismo e editam o jornal "Revolução"; 2) Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) que agrupava os maoístas, dispunha de importantes recursos financeiros e editava dois jornais "A Luta Popular" e "O Grito do Povo"; 3) Liga Comunista Internacionalista (LCI) agrupava os trotsquistas; 4) Movimento Libertário Português agrupava os anarquistas. Estes grupos que enchiam as paredes de Lisboa com os seus cartazes tinham uma certa influência na universidade e no interior de certos sindicatos. Estes grupos não tencionavam participar nas eleições, mas no PS acreditavam que, individualmente, alguns deles votariam pelos candidatos do PS*».

<sup>474</sup> «*Constituiu-se após o 25 de Abril e declarou-se como partido social-democrata. Os seus esforços de encontrar apoios na Europa Ocidental provocaram hesitação, num momento, nos partidos sociais-democratas que não puderam escolher entre o PS e PPD (prevaleceu, contudo, o PS que tinha sido anfitrião de Brandt, Mitterrand e Palme). Segundo a afirmação de um interlocutor do PS, o PPD "recomenda a via neocapitalista e não saí do quadro do tradicional liberalismo". No PS consideram que, no fundo, o PPD não concorda com o curso de esquerda do MFA, mas que após a saída de Palma Carlos (o primeiro presidente do governo provisório que foi obrigado a demitir-se), ocultou-o como para assegurar as suas posições até às eleições. Supostamente, o PPD dispõe de importantes recursos financeiros que recebe do grande capital. Está muito presente na propaganda mural. // Nas eleições lutar, juntamente com o CDS, pelos votos da direita*».

<sup>475</sup> «*Encheram Portugal com os seus cartazes e, seguramente, dispõem de fortes apoios financeiros. Os socialistas afirmam que o CDS agrupa os fascistas ilustrados. Lendo alguns dos seus textos, onde se fala acerca do personalismo, até se critica a sociedade capitalista, dir-se-ia que no CDS estão presentes algumas tendências políticas cristãs*».

<sup>476</sup> Referência ao Partido Revolucionário do Proletariado-Brigadas Revolucionárias (PRP-BR) que teve alguns contactos, antes do 25 de Abril, com a ASPTJ.

Apesar dos prognósticos para as próximas eleições serem demasiado diferentes, tiveram conhecimento de um inquérito, através dos seus interlocutores do PS, em que *«os votos seriam distribuídos da seguinte maneira: 29% para o PS; 16 para o PC; 13% para o PPD e 42% incertos»*. No entanto, foram avisados que tais percentagens podiam modificar-se bastante até às eleições.

Nesses votos *«incertos»* contavam, principalmente, os partidos de direita, mas *«a maior incógnita dessas eleições estava na opção do campesinato do Norte do país, onde dominava a pequena propriedade e onde uma concepção conservadora-clerical era muito forte»*. Igualmente, não se sabia qual seria a opção da massa de trabalhadores no estrangeiro que estavam sujeitos *«a uma sistemática e crescente pressão de propaganda inimiga e um pouco atemorizados pelo destino das suas poupanças e investimentos»*. Por fim, nesses dias, *«o general Spínola viajou para a Suíça e declarou que se ia candidatar, caso algum partido o propuser»*.

Reconhecendo que a respeito deste tema, ninguém lhes soube explicar exactamente quais as possibilidades das forças de direita nas próximas eleições, parecia que *«as eleições podiam, todavia, não trazer directas alterações à situação política do país e isto, não obstante, os seus resultados»*. Assim, então já se sabia que a aprovação da nova constituição seria a única tarefa da Assembleia Constituinte e, até que não fosse aprovada, continuariam em funções todas as mesmas instituições provisórias (presidente da República, governo provisório de coligação, Conselho de Estado, etc.). Desta forma, o MFA e os partidos de esquerda manteriam as possibilidades de influência, não só na política corrente do país, mas também nas futuras soluções constitucionais. Contudo, as eleições iam permitir avaliar *«mais claramente as reais relações entre a direita e a esquerda, como também a extensão da influência de determinados partidos»*.

### **Os sindicatos**

A situação no movimento sindical de Portugal foi apresentada por Marcelo Curto, membro da Comissão Política e considerado *«um dos principais marxistas dentro do PS»*. A seguir a uma breve introdução acerca da organização sindical do proletariado em Portugal, iniciada nos primeiros anos do século XX, até *«à instauração do Estado fascista-corporativo de 1933»* e sob o regime fascista<sup>477</sup> com uma menção ao período pós-fundação da Intersindi-

---

<sup>477</sup> *«[...]os trabalhadores continuaram a sua luta em condições clandestinas e aqui era dominante a influência do PC. A luta pelos direitos dos trabalhadores e melhores condições de trabalho e vida da classe operária fez parte integrante da luta de todas forças democráticas»*.

cal,<sup>478</sup> a sua exposição centrou-se nas actividades e posições dessa central sindical nesses meses após o 25 de Abril.

Nesse momento, a Intersindical tinha 68 sindicatos profissionais (e não os 220 que afirmava o PC) e, para o PS, *«a direcção, que não saiu da escolha dos trabalhadores, não representava de forma adequada as correntes da base. O operariado era muito mais radical, segundo Curto, do que a direcção da Intersindical, porque, seguindo as instruções do PC, entrou em táticas e compromissos de classe»*. Confirmando essas suas teses, explicou que a luta dos trabalhadores pelos seus direitos era conduzida muitas vezes contra a vontade da Intersindical como ocorreu nas greves dos empregados dos Correios e dos trabalhadores nos transportes públicos e aéreos. Essas greves até foram atacadas por serem *«"aventureiras"»* pela própria Intersindical e a direcção do PC. Porém, *«ao mesmo tempo, chamou a atenção para a direcção de certos sindicatos profissionais, onde dominava o PC, que era muito representativa e, como exemplo, mencionou a do sindicato dos metalúrgicos»*.

Outro dos pontos de fricção entre o PS e a Intersindical era *«o das comissões de trabalhadores que foram criadas espontaneamente em algumas fábricas e que esta[vam] próximas do conceito da autogestão. A Intersindical queria pô-las sob o seu controlo de forma que elas perdessem qualquer autonomia»*.

Pelo seu lado, o PS podia contar *«com o apoio de 14 sindicatos que esta[vam] representados na Intersindical: trabalhadores têxteis, construção, marítimos, estivadores, da hotelaria e empregados bancários e outros»*. Por isso, dedicava *«uma atenção especial aos sindicatos: na direcção existia uma comissão para as relações laborais e foi formado um centro de estudos que edita[va] publicações sobre a autogestão e organiza[va] seminários para os funcionários sindicais. Os sindicatos estar[iam] directamente representados no próximo congresso do PS»*.

Igualmente, para Marcelo Curto, *«o PS permanecia ligado ao tema da unidade do movimento sindical, mas nos conceitos de tal unidade diferia do PC: "o PC deseja a unidade por cima e a par disso utiliza a existente direcção da Intersindical que está sob a sua influência, enquanto o PS se empenha pela unidade das bases dos trabalhadores, na qual se edificariam as estruturas unitárias do movimento sindical"»*.

---

<sup>478</sup> *«Depois da liberalização das leis acerca da organização sindical que efectuou o regime de Caetano, em 1970, foi fundado um corpo de coordenação sindical sob a denominação de Intersindical. Até ao 25 de Abril, a Intersindical foi dirigida conjuntamente por comunistas, socialistas e católicos, mas após o golpe de Estado o controlo sobre esta central foi tomado pelo PC.»*

### **O programa da descolonização**

Acerca deste problema, falou-se por ocasião da recepção da delegação pelo presidente da República, no seu encontro com Vasco Gonçalves, nas reuniões oficiais com a delegação do PS e na conversação com Soares.

Tendo em conta que todos confirmaram *«a determinação, com acentos diversos, do actual regime português de continuar, não obstante as inúmeras dificuldades internas e externas, a luta pelo desprendimento da hipoteca do passado colonial»*, os subscritores deste relatório ficaram com a convicção de que *«tal preocupação era sincera, e que os estadistas portugueses estavam conscientes que não podiam resolver os numerosos problemas económicos e sociais do país enquanto não forem consequentes no processo de descolonização»*. Confirmando essa sua convicção, acrescentaram *«uma observação externa: Lisboa est[ava] cheia de cartazes do MPLA (com a fotografia do Dr. Neto), PAIGC e, um pouco menos, da FRELIMO. Os meios da comunicação social dedica[va]m toda a atenção aos acontecimentos nas colónias que [eram] comunicados em pormenor e, poder-se-ia dizer, muito objectivamente»*.

Salientando que o presidente da República, Costa Gomes ao colocar o problema da descolonização em Angola no centro da sua exposição, ele deu *«a impressão que queria justificar o atraso com que se abordava a descolonização deste país»*. Falou pormenorizadamente das divergências dos movimentos de libertação de Angola, o que dificultava o processo de concertação com eles. O problema estava, disse, *«"como os reunir numa mesa comum"»*.

Além disso, o MPLA que *«tinha o auditório mais amplo em Angola»*, todavia, estava dividido em três fracções (Neto, Chipenda e Andrade). Considerava que o Dr. Neto tinha boas ligações internacionais, mas também com Portugal, embora, depois da crise interna do MPLA, o seu prestígio caiu em Angola. Na observação dos seus interlocutores jugoslavos de que essa crise foi provocada, em primeiro lugar, pelas ingerências estrangeiras, respondeu que lhe eram conhecidas as pressões estrangeiras exercidas sobre o MPLA, dizendo ainda que *«o grupo do Chipenda foi apoiado, até recentemente, pela Zâmbia, mas que, agora, este se virou para o Zaire e que com isso reforçou bastante a posição da FNLA de Roberto Holden»*.

Segundo Mário Soares, após o cessar-fogo,<sup>479</sup> trabalhava-se na formação de um governo provisório para Angola, no qual, entrariam *«representantes dos três movimentos e da minoria branca, que conduziria Angola para a independência»*. Como Costa Gomes, também ele confirmou que Portugal negociava e contava com todos os três movimentos.

---

<sup>479</sup> Referia-se, talvez, ao acordo que tinha sido assinado, uma semana antes (21/Out.), em Lunhameje, no Leste de Angola, com o MPLA.



Por seu lado, Salgado Zenha afirmou que, sem dúvida, o MPLA tinha a influência mais ampla em Angola, a orientação mais progressista e dispunha de numerosos quadros. A actuação e o papel da FNLA e UNITA estavam condicionados por factores étnicos: a FNLA apoiava-se na tribo Bakongo que vivia em ambos os lados da fronteira angolana-zairense, ao passo que a UNITA tinha uma certa influência no Sul de Angola. Falou, particularmente, acerca do problema de Cabinda, onde por causa da riqueza em petróleo e da actuação de certos grupos apoiados pelo estrangeiro (pensando na FLEC) podia-se chegar a complicações internacionais.

Durante esses dias, em Cabinda, segundo *«informou a imprensa lisboeta, ocorreu uma revolta de direita na qual estava metido o governador local português e o movimento separatista inspirado pelo Zaire»*. Contudo, a conspiração foi dominada pela intervenção enérgica de unidades fiéis ao MFA (*«sob o comando do chefe da aviação portuguesa em Angola»*) e do MPLA que marcharam conjuntamente para *«Belize, capital de Cabinda»*, e prenderam o governador com todo o seu estado-maior. *«Imediatamente, foram transportados por avião para a cadeia de Luanda, e o governador-geral de Angola, Rosa Coutinho, nomeou provisoriamente uma nova direcção militar e civil para o distrito de Cabinda. Ao mesmo tempo, os soldados do MPLA "foram solicitados a retirar-se de Belize"»*.

Além deste relatório jornalístico e das ideias que tinham antes — assim reconheceram os próprios subscritores — as conversações que tiveram lhes fez pensar que existiam *«duas políticas portuguesas quanto à Angola: uma, oficial e moderada; outra, mesmo mais radical, que não era pública, mas que era conduzida pelo MFA nos contactos directos com os movimentos de libertação»*.

Quando se falou de Moçambique, os dirigentes do PS relataram aos seus interlocutores da ASPTJ as dificuldades com as quais se defrontava o Governo Provisório, formado por *«uma coligação MFA-FRELIMO-democratas brancos»*, porque era impossível controlar um país, *«dez vezes maior que Portugal, com um exército que tinha somente 7 000 soldados (estes eram os efectivos com que, supostamente, a FRELIMO podia contar)»*. Por isso, pensavam que seria indispensável que o exército português ficasse em Moçambique depois da independência. Até à independência, tinham de ajudar a FRELIMO a estabelecer o seu poder efectivo sobre o país. *«Neste contexto, Zenha mencionou a "latente tensão" que existia na relação africanos-brancos e as "perigosas fronteiras" com a República da África do Sul e a Rodésia»*.

A questão da Guiné-Bissau estimava-se já resolvida e acerca dela não houve muitas palavras. «*Somente, Soares mencionou que, nas ilhas de Cabo Verde, Portugal [se esforçava] por organizar uma consulta nacional, que ser[ia] sob o patrocínio da ONU e que se poder[ia] realizar brevemente*».

Quanto a São Tomé e Príncipe, «*(ilhas no Atlântico), também segundo Soares, entraram em contacto com o ML (CLISTP<sup>480</sup>) e tencionavam formar um governo provisório*».

Relativamente à ilha de Timor, «*o governo português empenhava-se, de acordo com a população local e com os governos da Indonésia e Austrália, em "encontrar a solução mais favorável"*».

A respeito de Macau, «*Soares disse que eles não o considera[va]m como uma colónia, mas um porto e um ponto na RP da China. Acerca do futuro de Macau, resolver-se-[ia] em directo acordo com a RP da China que] "infelizmente e até agora não mostrou demasiado interesse pelo novo processo em Portugal". Todavia, disse que as últimas notícias fala[va]m que se podia chegar a rápidos contactos com a RP da China e, nesse caso, "não se falar[ia] exclusivamente acerca de Macau, mas também do estabelecimento de relações interestatais entre os dois países". Acrescentou que as boas relações Portugal-RP da China considera[va]-as "essenciais"*».

### **Alguns temas internacionais**

Apesar desses temas não estivessem no centro das conversações, falaram acerca deles «*com Soares e foram tocados quando se tratou das relações económicas internacionais de Portugal*» e acharam ser estas as suas considerações mais interessantes:

— «*Por herança histórica, composição sociológica da população e posição geopolítica, como também a tradição de cooperação com o Ocidente, Portugal "não podia tornar-se num país de democracia popular*» porque isso só aumentaria as pressões internacionais sobre Portugal. «*Transmitiram isto aos "camaradas do PC", advertindo-os que tal orientação considera[va]m-na aventureira e perigosa*»;

— Sobre a «*política não-alinhada, tanto no MFA como em certos partidos políticos, em particular no PS, exist[ia] uma corrente que se orienta[va] para a política de não-alinhamento*». Sem embargo, o programa do MFA, «*documento de compromisso básico*

---

<sup>480</sup> MLSTP, Movimento, não Comité, de Libertação, sem as Ilhas, de São Tomé e Príncipe.

*nas relações dentro da coligação governamental», era claro acerca do respeito das existentes obrigações internacionais de Portugal, ou seja, «uma política de continuidade em relação à OTAN, mas depois das eleições talvez não se devia excluir um desenvolvimento diferente».*

Também, Mário Soares insistiu, em particular, «no desejo do governo de coligação ter as melhores relações com todos», sendo, uma das suas preocupações fundamentais, «o estabelecimento da cooperação com o "terceiro mundo"». Nesse sentido, o Presidente da República enviou uma mensagem à Cimeira da Liga Árabe, realizada dias antes em Rabat. Igualmente, esperavam que, na próxima Cimeira da OUA (Fev./75), seria anulado «o embargo sobre as relações diplomáticas dos países africanos com Portugal. Paralelamente, procurava-se normalizar, quanto antes, a posição de Portugal na ONU e suas agências».

### **Conversações acerca da cooperação**

No plano interestatal, por ocasião das três recepções da delegação da ASPTJ, chefiada por Marin Tsetinitch, além da troca de saudações protocolares, os principais assuntos tratados com os seus anfitriões (Costa Gomes,<sup>481</sup> Vasco Gonçalves<sup>482</sup> e Mário Soares<sup>483</sup>), segundo o

---

<sup>481</sup> «Tsetinitch transmitiu as saudações verbais do presidente Tito e sublinhou o interesse do nosso Presidente pelo movimento democrático em Portugal bem como pelo processo da democratização em África. Escolhendo as palavras, Gomes agradeceu e disse que pessoalmente já há 36 anos que acompanha o percurso do marechal Tito e que eles "oficiais de carreira" admiravam a sua obra e luta desde os tempos da Segunda Guerra Mundial. Pediu para transmitirmos ao Presidente Tito os seus sinceros cumprimentos. Gomes falou também acerca do desejo do novo regime português por um desenvolvimento o mais eficaz possível da cooperação com a Jugoslávia em todos os campos. Em particular sublinhou que lhe é conhecido o interesse do nosso país pelos esforços feitos por Portugal no plano da descolonização».

<sup>482</sup> «Ao primeiro-ministro Gonçalves transmitimos as saudações do presidente do CEF, Djemal Búieditch, como também o desejo do governo jugoslavo para promover as relações políticas, económicas e culturais com a Portugal democrático. O acento colocou-se no nosso apoio às mudanças democráticas que começaram com o 25 de Abril e na realização do processo da total descolonização dos territórios africanos. Retribuindo as saudações e respondendo no mesmo tom, Gonçalves sublinhou que a cooperação será facilitada com a partida do embaixador português para Belgrado. Durante a longa conversação, falou-se acerca da chegada de uma delegação económica jugoslava a Portugal, da necessidade de melhor conhecimento mútuo e da troca de experiência em todos os campos. Gonçalves falou em particular da Jugoslávia independente e não-alinhada, com o seu grande prestígio no mundo, pode contribuir bastante para a consolidação da posição internacional de Portugal».

<sup>483</sup> «[...] que nos recebeu na dupla qualidade de secretário-geral do PS e de ministro dos Negócios Estrangeiros, realçou que o seu interesse pela Jugoslávia é grande, não só por causa do prestígio que ela goza, mas também por causa da sua independente política exterior. Falando dos problemas e tarefas com que se deparam nas vésperas das eleições e dos preparativos para o congresso, disse que são estas as razões que o obrigam a permanecer no país e, por isso, o mais seguramente não poderá ir a Belgrado. Retribuindo as saudações do nosso secretário federal dos Negócios Estrangeiros, pediu para transmitirmos as suas saudações ao camarada Minitch com quem se encontrou em Nova-Iorque e disse que está seguro, mas talvez possa chegar em Janeiro e caso não possa — então depois das eleições. Ao mesmo tempo, colocou a possibilidade que tal viagem a faça o secretário de Estado, Campinos, e mencionou de passagem que, talvez, o camarada Minitch pudesse visitar Portugal».

relato sucinto do seu relatório, estiveram ligados às relações políticas e económicas mútuas, em que a descolonização continuou a ocupar um lugar importante.

Relativamente às ligações bilaterais com o PS, «*um grande interesse pelo estabelecimento de amplas e estreitas relações de cooperação*» com a ASPTJ, não só por parte da direcção, mas também pelos seus membros, justificou uma proposta da delegação com as áreas em que as experiências jugoslavas podiam ser interessantes para o PS.<sup>484</sup> Depois, uma menção ao pedido de ajuda financeira e a resposta dada,<sup>485</sup> assim como ao «*convite verbal*» para a ASPTJ e LCJ que aceitaram para o próximo congresso do PS, em meados de Dezembro.

A respeito do «*contacto que não se realizou com o PC*», comunicaram só à direcção do PS que estavam interessados «*no desenvolvimento de boas relações com o PC*» e as outras referências sobre este assunto diziam respeito somente à tentativa efectuada para a realização desse contacto<sup>486</sup> e uma informação relativa à posição do PCP acerca das delegações de outros partidos comunistas.<sup>487</sup>

---

<sup>484</sup> «*a) reforma agrária e política socialista no campo; b) nacionalizações na indústria; c) autogestão operária; d) relações com as igrejas; e) sistema de saúde e segurança social; f) sistema escolar; g) sistema da administração local; h) papel dos sindicatos; i) relações entre o exército e o povo; j) concepção da defesa popular geral. Estes são ao mesmo tempo e temas que se encontram na ordem do dia do Portugal contemporâneo e que preocupam a direcção e os activistas do PS*».

<sup>485</sup> «*Colocaram a questão da nossa ajuda financeira ao PS, realçando que neste aspecto se encontram numa situação muito mais desfavorável do que o PC, PPD e outros partidos. Nisto, em particular, insistiu Soares sublinhando as necessidades da sua propaganda nas vésperas das eleições, os problemas técnicos com que se deparam e a falta de quadros. Abertamente, dissemos-lhe que tais formas de ajudas não praticam, porque tais intervenções nas coisas internas dos outros países criam muitas vezes problemas políticos. // Contudo, acentuámos a disposição de considerar a possibilidade de ajudas indirectas, principalmente através da apresentação das nossas experiências, recepção dos seus quadros e grupos de estudo, eventualmente, através da impressão de certos materiais no nosso país. Aceitando esta nossa argumentação, Soares propôs que o secretário político do PS, Tito de Moraes, visite nos tempos mais próximos à Jugoslávia e que, nessa ocasião, fale acerca das possibilidades concretas e defina um programa de cooperação*».

<sup>486</sup> «*Antes da nossa partida para Lisboa, ficou combinado que durante a nossa estadia, através do nosso encarregado de negócios, comunicaríamos mais uma vez ao CC do PC a disposição para conversações. Isto também foi feito, todavia, não houve mudança da posição do PC que nos era conhecida pela carta do CC do PC à Presidência da LCJ e as conversações de Grlichkov em Varsóvia*».

<sup>487</sup> «*Que não se trata só de uma posição do PC em relação à Jugoslávia, fala igualmente a informação de que Cunhal recusou o encontro com o secretário-geral do PC de Espanha, Carillo, quando este visitou não oficialmente Portugal para contactar com a emigração política espanhola (segundo a afirmação do representante do Partido Socialista Operário de Espanha). Igualmente, o PC recebeu muito mal os enviados do PC Itália que, depois do contacto sem êxito com o PCP, se lamentaram ao Partido Socialista que lhes organizou o resto da estada (segundo a afirmação do secretário da organização do PS, Crespo)*».

### As Propostas

Para terminar o seu relatório, a delegação apresentou «*algumas propostas, ideias e sugestões*», repartidas por meia-dúzia de temas com as seguintes designações: «1.) *Em relação ao público português*»; «2.) *O trabalho da nossa embaixada*»; «3.) *Contactos com o MFA*»; «4.) *Cooperação económica*»; «5.) *Delegação da TANJUG*»; «6.) *Cooperação com o PS*».

Tendo em conta que era necessário oferecer «*uma autêntica imagem do [seu] país e suas aspirações a um amplo público português*» para que não fossem vistos «*através de interpretações alheias*», propuseram a abertura, em Lisboa, de um centro informativo capaz «*de apresentar ao público português o [seu] país através da literatura, exposições, conferências, projecções e visitas*». Também, preparar: «*uma semana do filme jugoslavo em Lisboa e Porto*»; e uma «*exposição fotográfica acerca da Jugoslávia com acento especial na autogestão operária*». Organizar: «*a digressão de grupos culturais e artísticos*»; «*uma exposição da pintura contemporânea*» jugoslava; convidar o «*maior número de jornalistas portugueses para visitar*» a Jugoslávia.

Porém, para a realização dessas iniciativas devia-se habilitar, quanto antes, a embaixada para um normal funcionamento e trabalho com a chegada do embaixador e dum conselheiro para os assuntos económicos. Pensavam que «*seria útil, pelo menos provisoriamente, cobrir a área da imprensa, cooperação com os partidos políticos e sindicatos como também a dimensão portuguesa da política africana*». Além disso, a embaixada deveria empenhar-se nos contactos com os representantes oficiais e não oficiais dos movimentos de libertação de África que se encontravam em Lisboa, mas ainda com os representantes da emigração política espanhola. Não obstante haver ali «*trabalho para muita gente*» e as verbas orçamentais serem reduzidas, essa questão talvez pudesse ser resolvida com «*um acordo entre o SFNE, as organizações sociopolíticas e a TANJUG*», embora nessas iniciativas, na fase inicial, «*não era de esperar qualquer reciprocidade e o mais provavelmente que sozinhos deveriam efectuar todas as tarefas organizativas e de as financiar*».

A respeito dos «*contactos directos com o MFA*», que dominava a cena política portuguesa, estes «*seriam muito vantajosos e até indispensáveis para uma completa análise da situação portuguesa e o futuro da cooperação entre os nossos países*». Todavia, havendo entre eles, «*reflexões acerca das ligações do exército e o povo, do papel do exército na construção do país e etc.*», pensavam que a experiência jugoslava lhes seria interessante.

Em relação à cooperação económica, uma das questões prioritárias deveria ser a visita dum delegação económica a Portugal. Era essencial que, o mais depressa possível, se estu-

dasse as possibilidades de cooperação no plano económico. Partindo dessa necessidade, «talvez, fosse de convidar algum ministro dos sectores económicos no governo provisório a visitar a Jugoslávia».

Além dos «acontecimentos em Portugal serem bastante interessantes para justificar a nomeação de um correspondente permanente em Lisboa», a Tanjug podia chegar dali até numerosas informações originais e importantes sobre «as actividades dos movimentos de libertação que, aliás, recebiam com grande atraso e indirectamente por meio das suas representações em África».

No campo da cooperação com o PS, a possibilidade dos seus activistas conhecerem as experiências jugoslavas, em particular, a do sistema da autogestão laboral, representaria, de acordo a este relatório, «a maior ajuda que lhes podemos prestar. Aliás, o PS debatia-se com a falta de quadros e está sobrecarregado com a organização nas vésperas das eleições. A chegada de quadros médios à Jugoslávia, onde se relacionariam com algumas das nossas experiências, representaria o nosso contributo para a educação política dessa gente». Por isso, propunham um programa de cooperação até Março de 1975, que incluísse a vinda de alguns grupos de estudo<sup>488</sup> à Jugoslávia.

A respeito do congresso do PS (13-15/Dez.), este documento recomendou a presença de representantes da ASPTJ e LCJ como «uma oportunidade para numerosos contactos com activistas do PS [e para conhecer melhor as suas] correntes da base».

### Um mês depois

Uma semana antes do Congresso do PS, Spasitch enviou um telex (4/Dez.) para o SFNE, começando por um «gostaria de chamar a atenção para o seguinte: durante a recepção da delegação [da ASPTJ, em Novembro,] por Soares (pressuponha que a nota acerca dessa conversação foi distribuída) chegou-se a uma desagradável conversação em relação à

---

<sup>488</sup> «Poderíamos propor que o nosso país visitasse: a) delegação oficial do PS ao nível da Comissão Política, que em princípio foi aceite; b) que a Comissão de Relações Laborais e o Centro de Estudos do PS enviem um grupo que estudaria o sistema da gestão operária — um convite que podia ser enviado pelo Conselho da USJ (NT: União dos Sindicatos da Jugoslávia); c) grupo de estudo que se ocupasse do estudo da política socialista relativa ao campo e problemas dos agricultores; d) uma delegação de jornalistas socialistas — convite que podia ser enviado pelo Secretariado Federal de Informação ou o "Borba" (N.doT. «A Luta», o jornal da ASPTJ); e) delegações separadas das organizações do PS de Lisboa e Zagreb — os convites podiam ser enviados pelos CC da ASPTJ de Belgrado e Zagreb em conjunto com as conferências das repúblicas da Sérvia e Croácia. Estas iniciativas deveriam ser realizadas, o mais tardar, até o início de Março e deveríamos financiá-las. Embora se trate de importantes recursos, pensamos que, politicamente, esta acção se pagaria a longo termo».

*ajuda material que nos pediram. Dificilmente, podíamos satisfazê-los com as respostas e o carácter da proposta que foi feita nesse sentido».*<sup>489</sup>

Em seguida, apresentou e justificou a sua opinião acerca do citado pedido, declarando que *«todavia, desde então, segundo todas as estimativas a que chegou, as perspectivas do PS crescem e deve-se esperar, embora seja talvez cedo para tal afirmação, que nas eleições vão ter um número significativo de votos e assegurar uma grande influência na futura política do governo»*. Além disso, tudo indicava que a orientação política da maioria dos membros do MFA era, apesar de algumas dúvidas, mais próxima do PS. Concluiu que tudo *«fala[va] a favor de que se devia aproveitar a oportunidade e prestar ao PS uma importante ajuda financeira de forma a garantir uma posição ainda mais forte no PS, tanto mais que a questão de recursos para eles era realmente, n[esse] momento, talvez a mais importante»*. Referiu, a seguir, que *«o PC, PPD, CDS e MDP dispunham de recursos quase ilimitados, de modo que, no plano da propaganda, o PS quase não se via»*.

Igualmente, tinha a impressão que devido, no passado, lhe terem recusado tais pedidos,<sup>490</sup> *«Soares tinha até certas reservas em relação a nós»*. Por essa razão e com a autorização de Tsetinitch, imediatamente após a conversação com Soares, transmitiu a Jorge Campinos e a Tito de Moraes para que, na sua próxima visita a Belgrado, este último apresentasse de novo esse pedido porque existia a possibilidade que fosse aprovado. Julgou ainda que a melhor ocasião para a entrega dessa ajuda seria *«no seu congresso por alguém das nossas delegações»*.

Para terminar esta recomendação, recordou *«que, durante a estadia da delegação, tinha ouvido do camarada Tsetinitch ou Markovitch, que a ASPTJ deu, em vésperas de eleições em vizinhos do Sul,<sup>491</sup> somas importantes. Penso que, aqui, se deveria dar mais caso para isso existam quaisquer possibilidades»*.

#### **II.6-4 — A visita da delegação do PCP**

Na mesma semana do regresso da delegação da ASPTJ a Belgrado, ali chegou (8/Nov.) a esperada delegação do PCP, constituída por Jaime Serra e Carlos Aboim Inglês,

<sup>489</sup> ADMNE, F-217, Portugal, 1974. *Vd.* nota n.º 485.

<sup>490</sup> Uma possível referência ao pedido de armas (Fev./70) que, após ter sido recusado pela ASPTJ, foi substituído por uma ajuda financeira também recusada.

<sup>491</sup> Referia-se à Grécia.

que foi recebida, no CC da LCJ, por Dobrivoíe Viditch.<sup>492</sup> Segundo a sua «Nota»,<sup>493</sup> no começo das conversações, «em nome da CE da Presidência do CC LCJ, saudou os convidados, exprimiu a satisfação pela participação da sua delegação no X Congresso da LCJ<sup>494</sup> e a continuação dos contactos estabelecidos entre a LCJ e o PC de Portugal, como também o desejo que tal cooperação se desenvolva».

Em seguida, referiu-se a Jaime Serra, que lhe disse que visitavam «os PC dos países socialistas para os informar dos trabalhos e decisões do recente efectuado Congresso Extraordinário do PC de Portugal». Anotou as informações,<sup>495</sup> decisões<sup>496</sup> e alguns comentários do seu interlocutor acerca de um congresso que se realizou (20/Out.) na «atmosfera específica que se seguiu imediatamente depois ao insucesso da contra-revolução» de 28 de Setembro desse ano, cujo objectivo foi de «destruir os resultados da viragem do 25 de Abril de 1974».

---

<sup>492</sup> Viditch Dobrivoíe (1918-1992) — Estudante (Escola do Magistério de Čačak/Tchatchak e Faculdade de Filosofia de Skopje). Membro do PCJ (1939) e combatente da II Guerra Mundial (1941-45). No pós-guerra, como diplomata, foi embaixador na Birmânia (1952-53), URSS (1953-58 e 1965-69), Reino Unido (1970-73) e representante permanente na ONU (1958-60). Igualmente, ocupou importantes cargos políticos— deputado da Assembleia da RS da Sérvia e da Assembleia Federal da RSFJ, membro da Presidência da RSFJ e presidente da RS da Sérvia (1978-82) — e partidários — presidente da Comissão de Relações Internacionais da ASPTJ (1961-65) e membro do CC da LCJ e da CE da Presidência do CC da LCJ (1982-86). Enquanto dirigente da ASPTJ e da LCJ, conheceu e teve conversações com membros da oposição antifascista portuguesa e dos movimentos de libertação das colónias portuguesas.

<sup>493</sup> AJ, 507, 103.

<sup>494</sup> Além de ter estado, em finais de Maio, nas reuniões com Aboim Inglês por ocasião do citado Congresso da LCJ, Viditch recebeu delegações e acompanhou a situação política portuguesa (como dirigente da ASPTJ e da LCJ) ao longo de alguns anos antes do 25 de Abril.

<sup>495</sup> «O Sétimo Congresso (extraordinário) foi realizado por causa da situação que surgiu após o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e teve só um ponto na ordem dos trabalhos: «Aprovação do Programa e Estatutos do Partido». Realizou-se num dia e não foram convidados representantes de outros partidos. // O Congresso ordinário do PC de Portugal realizar-se-á no começo do próximo ano e, nele, gostariam de ver também representantes da LCJ. [...] // Os preparativos para o Congresso foram grandes e nele participaram 1000 delegados que foram eleitos pelas organizações regionais do partido. No Congresso, esteve presente um grande número de convidados de outros partidos, representantes da coligação, exército, etc. Como convidados do Congresso estiverem representantes dos movimentos de libertação. // O Congresso foi seguido pela imprensa nacional e estrangeira (cerca de 60 jornalistas estrangeiros representando 50 jornais). // No Congresso, falaram 58 delegados». Igualmente, referiu que tinham sido enviadas para o Congresso «mensagens de saudação de outros partidos do estrangeiro, que foram lidas». Devido à LCJ não o ter feito, Spasitch chamou a atenção do SFNE para esse facto, o qual, não mereceu, no entanto, qualquer comentário de Viditch quando o ouviu do seu interlocutor.

<sup>496</sup> «Os documentos mais importantes que o Congresso aprovou foram o Programa e Estatutos, depois o discurso do chefe do Partido, Cunhal, e a Plataforma. // A Plataforma determinou as três direcções básicas da acção política do PC de Portugal: formação das relações democráticas no país; contributo de novas medidas económicas no sentido da resolução dos problemas económicos do país; a recondução seguinte do processo de descolonização. // Pela primeira vez, foi anunciado publicamente a parte do Comité Central que saiu da clandestinidade. Todavia, a composição completa do CC não foi anunciada por cautela. O Comité Central do PC de Portugal é constituído: 53% de trabalhadores industriais e agrícolas; 12% intelectuais; 6,3% estudantes; 2,5% camponeses. A percentagem de camponeses não exprime a verdadeira influência do Partido entre a população rural. A estrutura por idades do CC é a seguinte: 42,2% até 30 anos; 32% entre os 50 e 60 anos».



Nessa altura, *«a maior conquista que o povo conseguiu [...] foi o ajuste de contas com as forças mais reaccionárias de Portugal e a destituição dos generais reaccionários da "junta de salvação", e a própria saída do presidente Spínola»*. Igualmente, nessa ocasião, o povo confirmou *«as conquistas positivas do golpe de Estado<sup>497</sup> de 25 de Abril e foi a força principal nestes acontecimentos, enquanto o exército teve o papel de acompanhante, diferente da situação do 25 de Abril, quando o exército teve o papel principal»*.

Depois dessa data, *«segundo os representantes do PCP»*, apesar da complexidade da questão do estatuto das colónias portuguesas, *«Portugal seguiu por um caminho original na busca da solução para o problema da descolonização»* e o seu governo de coligação procurou interlocutores, *«entre os representantes mais progressistas dos movimentos de libertação, com o objectivo de uma resolução o mais rápida possível desta questão»*.

Em relação a Angola, que era *«a maior colónia e a mais rica»*, falou da desunião na direcção do MPLA e como se chegou até à sua divisão, entre outras coisas, *«também por influência do estrangeiro, ou seja, por intrigas e a actuação de serviços de informações estrangeiros»*. No entanto, o PCP era da opinião que essa situação seria superada e, nessa altura, a situação já era um pouco mais favorável *«devido às conversações entre o governo português e a direcção do MPLA, quando foi alcançado o acordo acerca do cessar-fogo que, aliás, de facto já existia»*. Assim, nas maiores cidades de Angola, o MPLA abriu as suas representações.

O problema de Cabinda era bastante grave, porque os EUA *«apoiavam um grupo que deseja a sua separação por causa das grandes riquezas, principalmente, em petróleo»*. As opiniões eram que, não obstante, a separação era irrealista, tanto por causa das forças do MPLA naquela parte do país, mas ainda porque a OUA aprovou uma resolução que se exprimiu categoricamente contra a modificação das fronteiras. Várias vezes, *«chegou-se até a combates entre, de um lado o MPLA e soldados portugueses e, do outro lado, membros desses diversos grupos»*.

A Guiné-Bissau obteve a independência, mas as ilhas de Cabo Verde representavam um sério problema porque *«os americanos vigia[va]m-nas atentamente por causa da sua posição estratégica muito importante e, nesse contexto, seria difícil encontrar uma solução»*. O PCP falou com os representantes do PAIGC e propôs como a melhor solução a autodeterminação dessas ilhas, com o que concordaram.

---

<sup>497</sup> Esta designação, anotada por Viditch, deve ser sua e não de Jaime Serra, atendendo a que na documentação jugoslava consultada, relativa a estes meses, o 25 de Abril nunca foi precedido de revolução ou de outro vocábulo.

O problema de bases estrangeiras em Portugal era bastante actual e o PCP era contra a sua existência. Sem embargo, tendo em vista *«a actual situação internacional, não colocava essa questão para evitar um agravamento desnecessário»*, porque estavam, nesse momento, concentrados na estabilização e na seguinte transformação democrática da sociedade em Portugal.

A questão estratégica mais importante no Programa do Partido era, nesse momento, a consolidação das relações democráticas no próprio Portugal. *«A resolução dos problemas existentes no país dependia da eficaz consolidação das forças progressivas»*. A evolução da situação desses últimos meses mostrou que as forças militares deviam também, no futuro, participar activamente em todas as acções que empreendiam as forças progressistas democráticas a fim de impedir as tentativas da reacção de interromper o processo progressista dos acontecimentos. Seria errado que o exército se retirasse da activa cena política. *«A sua aliança com o povo e a sua actuação conjunta, segundo a avaliação de Serra, era a maior garantia para salvaguardar a futura democratização da sociedade»*.

O *«trabalho sistemático de longa duração»* do PCP, nas forças armadas e entre os seus oficiais, influenciou a formação da consciência progressista e na tomada de consciência acerca da necessidade do seu empenhamento directo, o que também conduziu até aos acontecimentos do 25 de Abril desse ano. *«O movimento das forças armadas não era um partido político e a sua composição [era] muito heterogénea»*. Mas, o seu programa era idêntico, no fundo, ao programa do PCP quanto às medidas mais urgentes que se deviam tomar. *«O que será no futuro — ver-se-à. Contudo, salientou Serra, o original é que um exército que entrou numa guerra colonial, neste momento, tornou-se num importante factor na descolonização da África»*.

A seguir a uma breve menção ao movimento sindical, *«unitário e com cerca de um milhão de membros»*, e ao juvenil, *«também bastante forte»*,<sup>498</sup> concluiu a sua exposição apresentando a opinião do PCP acerca do *«processo de democratização»*<sup>499</sup> e da *«socialização da economia»*<sup>500</sup> com uma curta menção à Espanha.<sup>501</sup>

---

<sup>498</sup> Acrescentando que *«as organizações sindicais e juvenis estão firmemente nas posições da continuação da democratização da sociedade e o PCP com eles tem muito boas relações»*.

<sup>499</sup> Essa opinião era: *«[...] que o processo de democratização em Portugal e a formação de uma sociedade democrática não se desenvolverá segundo o modelo de alguma forma de democracia europeia-ocidental, mas manterá os seus originais enquadramentos e movimento»*.

<sup>500</sup> Neste assunto: *«[...] ainda não foram desenhadas medidas concretas, mas o PC é da opinião que se devia começar pelos ramos da indústria pesada e dos grandes monopólios. Em alguns casos já se chegou até à nacio-*

Retomando a palavra, Viditch falou sobre as questões da cooperação entre a LCJ e o PCP como apresentou concretas propostas para um programa de cooperação relativo ao próximo ano.<sup>502</sup> Ao explicar essas propostas, mencionou ainda «*o sistema geral de defesa popular, autogestão, educação marxista e trabalho ideológico como possíveis temas para delegações de estudo*». Acerca destas questões, Jaime Serra afirmou que informaria o CC PCP, «*exprimindo a convicção que estas propostas serão aceites com satisfação por parte da sua direcção*».

Em seguida, Viditch referiu-se mais extensamente «*acerca das razões e princípios da vasta cooperação da LCJ com os partidos comunistas, operários, socialistas, social-democratas, como também os partidos e movimentos dos países não-alinhados*». Sublinhou, além disso, a activa cooperação com os movimentos de libertação e a ajuda política e moral que era dada a esses movimentos, em particular, aos movimentos de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e outros. Neste contexto, explicou, em particular, as relações da LCJ e ASPTJ com o Partido Socialista de Portugal.<sup>503</sup>

Respondendo ao seu interlocutor, Serra disse-lhe que lhes eram totalmente claros os princípios com os quais a LCJ cooperava, mais a amplitude e o significado positivo dessa cooperação, «*mas pediu, contudo, à LCJ, como "partido irmão" que, no futuro, nesses casos encontr[asse] maneira de se consultar com eles*».

Para terminar, Viditch comunicou aos dois dirigentes do PCP que a LCJ enviaria com satisfação uma delegação ao congresso ordinário do PCP. Informou, ainda, de que «*uma dele-*

---

*nalização e foram criadas empresas estatais. Igualmente, foram introduzidas medidas de controlo estatal no campo do comércio exterior. Embora, o PCP tenha escrito no seu Programa que o socialismo é o seu objectivo final, neste momento, insistir nisso não seria oportuno, por causa de que isso podia ter influência na unidade das forças democráticas em Portugal, que estão orientadas na estabilização do regime e sua futura transformação social*».

<sup>501</sup> «*A consolidação no próprio Portugal é a melhor ajuda para o processo social progressista em Espanha. Tem-se cautela para não fazer o que seja que possa servir de pretexto para algumas acções provocadoras contra Portugal por parte do regime espanhol*».

<sup>502</sup> Mencionou: «*Troca de delegações de estudo e conferencistas; intercâmbio de jornais, revistas e outras publicações; trocas periódicas de ideias entre os funcionários dirigentes dos dois partidos sobre as questões políticas e coisas de interesse comum. Apareceu a possibilidade de publicação de artigos dos seus autores no nosso jornal "Komunist" e etc.*».

<sup>503</sup> Viditch voltou a falar destes temas na reunião conjunta (20/Nov./74) da Comissão de Relações Internacionais do CC LCJ e da Comissão de Cooperação e Ligações Internacionais da CF ASPTJ. Nas cinco páginas da transcrição da sua intervenção, há um relato mais pormenorizado (e crítico) das posições do PCP quanto a estas relações e comentários a outras questões da situação política em Portugal.

*gação da ASPTJ participará no próximo congresso do Partido Socialista de Portugal. Serra disse, igualmente, que o PCP participará no congresso do PS».*

### **II.6-5 — Apresentação e discussão de documentos**

Uma dezena de dias depois (20/Nov.), na sessão conjunta da Comissão de Relações Internacionais do CC LCJ e da Comissão de Cooperação e Ligações Internacionais da CF ASPTJ,<sup>504</sup> os citados Marin Tsetinitch e Dobrivoíe Viditch apresentaram os seus relatórios e responderam a diversas perguntas acerca da viagem da delegação da ASPTJ a Portugal e da conversação com a delegação do PCP em Belgrado. Outrossim, na discussão do documento relativo à da visita de outra delegação jugoslava à Zâmbia,<sup>505</sup> um dos seus membros referiu-se às conversações que tiveram com Samora Machel e Agostinho Neto.

#### **Os documentos**

Começando por apresentar o relatório, distribuído pelos presentes, Tsetinitch falou dos seus pontos principais (o papel do MFA, problemas do PS e sua orientação, relações PS-PCP e algumas outras notas acerca de determinadas propostas), mas também do facto de não terem contactado com outras organizações políticas, entre elas, o PCP porque *«eles consideraram que, quando somos convidados do Partido Socialista, [então] eles não fariam conosco»*. Todavia, apesar de tudo isso, tiveram *«muitas conversações substanciais, um grande número de contactos com as pessoas mais responsáveis, em particular, na direcção do PS [...] e, por essa razão estima[va]m que, contudo, puderam conseguir uma imagem abrangente»*, embora, dissesse novamente que ela não foi total. Após o 28 de Setembro, *«as forças democráticas tinham melhores condições para trabalhar e se afirmar através do próprio processo da saída de Spínola e de todas aquelas coisas que se desenrolavam»* naquele momento, especialmente, com as forças democráticas de esquerda que tomaram a iniciativa e foram o factor decisivo quando a reacção, através de Spínola, tentou voltar, nos acontecimentos de Setembro, ao poder. Igualmente, nessa coligação, o papel dominante pertencia ao MFA que descreveu como *«tinha uma rede de comissários pelas companhias, batalhões, etc. e uma unidade especial que estava treinada, equipada com material, com todos os centros de infor-*

<sup>504</sup> AJ, 507, IX,s/a-268. Nestas sessões participavam representantes da LCJ e da ASPTJ das repúblicas e regiões autónomas da federação jugoslava, assim como convidados de outras organizações e instituições. Porém, sem nunca mencionar a presença de representantes dos serviços secretos (militar ou civil) ou autoria de qualquer documento apresentado nestas reuniões. Durante os anos setenta, houve, em média, 4 a 6 sessões anuais com a presença de 30 a 50 membros e convidados.

<sup>505</sup> Esta delegação esteve, em Lusaca, nas comemorações do décimo aniversário da independência deste país (24/Out.), sendo chefiada por Stane Dolants, então secretário da Comité Executivo da Presidência da LCJ (1970-79). Nessa década e seguinte, este foi um dos políticos jugoslavos mais influentes.

*mações, meios de informação, etc. e preparada para intervenção rápida caso se e onde surgir a necessidade para tal intervenção. Ali, esta[va] o comandante de Portugal, encontra[va]-se à sua frente e ele [era] membro do MFA».*

Segundo as suas impressões, *«o regime e a coligação assim formados, não diria na totalidade estáveis, mas, todavia, muito fortes, a direita bastante decapitada e que, no campo político, não havia o perigo de que a direita estivesse em condições de se reafirmar e de derubar um tal regime».* Caso continuassem firmes, pensavam que naquele momento eram um factor importante para a garantia do desenvolvimento, democratização e descolonização que eles proclamavam. *«Com isto não significa que não há resistência e pensamos que as principais reformas lá ainda não começaram, a burguesia está politicamente, por assim dizer, subalternizada, isto é, expropriada politicamente, mas economicamente ainda tem todo o poder nas mãos»*, o que, nesse momento, provocava dificuldades porque detinha os investimentos, tratando-se de uma verdadeira obstrução nesse campo. Por outro lado, *«todo o aparelho logo que foi preso pela polícia militar, isto é, o da polícia política, todo o aparelho ficou ainda a ser o antigo. Tanto nos centros como na província, até então não fizeram quaisquer reformas importantes».*

A seguir a uma breve menção à grande importância do clero católico em Portugal e ao campesinato que estava sob a sua influência, *«quanto nos é conhecido, o campo [tinha] cerca de 30% analfabetos, etc.»*, nomeou os programas que tinham o PS, o PCP e outras forças da esquerda. Na sua opinião, *«na execução das reformas eram bastante realistas e prudentes, contudo, por agora todos se abstêm devido a que se preparam para as eleições que têm em Março»*, havendo todas as probabilidades que assim fosse *«caso não ocorressem acontecimentos excepcionais».*

No PS, havia dúvidas acerca dos possíveis resultados dessas eleições e estimavam que iriam depender *«das massas rurais e daqueles eleitores que até então não foram nem politizados, que estavam sob a influência dos proprietários feudais das terras e do clero principalmente no campo e nas cidades diversas influências desde o PC, PS até aqueles que se dizem da extrema-esquerda, maoistas, etc., etc.».*

Depois, acrescentou: *«gostaria de dizer que nos avisaram de que há muitas pressões de fora, temos também alguns dados que foi difícil de confirmar de que há um bom grupo, para não dizer um exército de agentes da CIA que por lá se passeiam por Portugal, eles, com esta actual equipa dirigente, não tentam provocar seja quem for com algo que poderia provocar o Pacto Atlântico, que publicamente se declaram por agora pelo Pacto Atlântico, também eles falaram que até às eleições não mudarão nada, que através das eleições irão formar uma*

*assembleia que, antes de tudo, irá dar uma constituição e, somente, após isso, poderiam decidir-se finalmente em relação tanto ao não-alinhamento como ao Pacto Atlântico, etc.».*

Além de mencionar a grande simpatia que sentiram pela Jugoslávia, em Portugal, e de sublinhar o que se deveria fazer, referiu-se às propostas já efectuadas no seu relatório. Em seguida, Tsetinitch insistiu que seria preciso actuar mais rapidamente e para isso era necessário completar, quanto antes, o quadro de pessoal da embaixada, pois receava que, caso não reagissem depressa em algumas coisas, *«aquela confiança que tinham, em particular, os socialistas [...] na Jugoslávia»* podia perder-se porque, nesse processo de relacionamento, não mereceu um grande interesse. Para terminar, apelou para que esse assunto fosse discutido e resolvido *«porque, por fim, isso não era uma obrigação da Aliança Socialista, mas de todos os factores no país, desde o Conselho Executivo Federal até ao Comité Central e outros factores na Federação».*

Seguiu-se a exposição de Vlada Obradovitch,<sup>506</sup> membro da citada delegação, chefiada por Stane Dolants, que tinha estado na Zâmbia, em que há referências a *«breves conversações, sem grandes análises e elaborações»* porque nessas comemorações foi *«difícil organizar conversações mais profundas e estudiosas»* com outras delegações.

A primeira reunião foi com Samora Machel, cujo relato foi precedido por uma *«constatação que era importante»* relativa à ausência da FRELIMO no X Congresso da LCJ<sup>507</sup> e suas causas,<sup>508</sup> que foi seguida pela sua avaliação desta conversação, segundo a qual, *«abriu um pouco mais as portas aos representantes da nossa embaixada na Tanzânia para contactos e conversações com Machel que foram, no passado período, como sabemos e quanto vimos bastante raros, irregulares e desiguais. Para não dizer que, em certos períodos, por assim dizer, nem os houve».*

Nessa conversação com Dolants, Samora Machel começou com uma descrição da situação interna de Moçambique, não comentando a situação política, concentrou-se principalmente na económica que classificou como *«catastrófica e constatou que o governo provisório se encontrava perante grandes dificuldades, acrescentando que tais dificuldades serão*

---

<sup>506</sup> Ocupava, então, as funções de chefe da Secção das Relações e Ligações Internacionais da Presidência do CC LCJ.

<sup>507</sup> *«[...]um dos movimentos de libertação mais importantes [ausente] apesar do convite ter-lhe sido entregue oportunamente e terem sido criadas todas as possibilidades para a sua chegada».*

<sup>508</sup> *«Possivelmente, deverá procurar-se as causas de tal atitude da FRELIMO naquela situação descrita, nos últimos dias, pelo nosso embaixador no seu relatório da Tanzânia».*

*ainda maiores»* quando o governo tiver todo o poder nas mãos no próximo ano, em 25 de Junho. Para Obradovitch, esta sua avaliação confirmava o relatório da embaixada em Dar es Salam<sup>509</sup> que não comentou porque era do conhecimento dos presentes.

Salientou, a seguir, que a FRELIMO e o governo provisório se confrontavam com uma forte oposição de diferentes adversários que tentava de diversas maneiras impedir a normalização da vida e do desenvolvimento de Moçambique. Do mesmo modo, quanto à sua primeira constatação, *«foi muito decidido no pedido de que todos os países socialistas tinham e deviam ajudar Moçambique com a observação de que isso não era somente um assunto de Moçambique, que isso não era só do interesse de Moçambique, mas sim do interesse de todo o movimento progressista mundial, sobretudo dos países socialistas»*. Embora não tivesse especificado qual era o seu pedido de ajuda ao governo jugoslavo e à LCJ, eles esperavam essa ajuda no plano económico, financeiro e, segundo Obradovitch, Samora Machel *«acentuou, em particular, a ajuda que poderíamos dar no plano militar»*.

Na sua resposta, Stane Dolants prometeu que a LCJ e a Jugoslávia como país fariam *«tudo para dar, dentro dos limites das suas possibilidades»*, essa ajuda, enquanto, Samora Machel prometeu enviar uma delegação à Jugoslávia para examinar a possibilidade de futura cooperação entre os dois países e, em particular, *«para tomar conhecimento dos progressos na produção de armas e equipamento militar»*. A seguir, falou também acerca de algumas orientações da política exterior do futuro Moçambique independente, tendo sido *«categórico em que os princípios do não-alinhamento eram os princípios do novo Moçambique»*, considerando que *«não havia outra alternativa à política de não-alinhamento»*.

Continuando o seu relato, acrescentou que *«gostaria de dizer, segundo a minha opinião, uma interessante avaliação que Machel fez nesta conversação acerca da situação em Portugal. Ele pensa que as forças democráticas ali, pensava em Portugal, até então, não conseguiram obter a vitória final e que não se sabe, de facto, quem lá continua ainda a ter o poder»*. A respeito dessa sua pergunta, *«ele juntou a evolução em Portugal e em Moçambique numa relação mútua e apontou para a necessidade da cooperação entre o governo português e FRELIMO»*, porque pensava que só assim se podia *«assegurar e chegar à vitória final, ou seja, à vitória final das forças democráticas em Portugal e as forças progressistas da FRELIMO em Moçambique»*.

Acerca da conversação seguinte com Agostinho Neto, que foi também breve, começou por ele falar *«da reunião, em 21 de Outubro,<sup>510</sup> que o MPLA teve com representantes do*

<sup>509</sup> Vd. pág.307, conversação de Samora Machel com Kochin (9/Nov.).

<sup>510</sup> Referência à assinatura do acordo de cessar-fogo em Lunhameje.

*governo português, na qual, foram oficializadas as tréguas de Julho*». Com este facto, «o doutor Neto elaborou a tese de que o MPLA era o único movimento de libertação angolano que era aceite pelo governo português como parceiro para negociações», mas não escondeu o seu receio e reservas por causa dos acontecimentos do 28 de Setembro. Todavia, invocando alguns jornais e a imprensa mundial, avaliou-os «como uma grande manobra de Spínola que tinha o objectivo de eliminar o MPLA das conversações acerca da descolonização nas negociações com o governo português e afirmou, muito directamente, que já estavam preparadas conversações com [...] e depois com Chipenda e Andrade». Porém, a situação posterior criou uma maior segurança no MPLA em relação às medidas seguintes no plano da descolonização e da independência de Angola.

Descreveu um pouco a situação em Angola, começando por dizer que o MPLA abriu «representações em todas as capitais das províncias» e, mostrando até que ponto essa situação era de certa maneira normal, disse que ele «anda[va] sem problemas por todas as regiões de Angola». Igualmente, referiu alguns aspectos da situação militar e a intervenção do «exército do MPLA que teve um papel importante» contra algumas acções, em Cabinda, do Zaire e do Congo. Relativamente a uma análise da situação interna do MPLA, não a fez, embora indirectamente mencionou que, em Angola, este movimento teve uma forte oposição, sem citar nomes, mas, pela entoação dada por ele, poder-se-ia concluir que, nesse momento, já era, na realidade, em Angola, uma das principais forças políticas. Segundo Obradovitch, este facto foi-lhe confirmado pelo próprio A.Grey Zulu, Secretário-Geral do UNIP,<sup>512</sup> quando disse que o MPLA se consolidava e que a sua força de influência era bastante maior do que fora antes.

Não obstante, mostrou bastantes reservas quanto à futura evolução de Portugal, embora sem fundamentar essa sua opinião, e confirmou que as relações do MPLA com a Tanzânia e a Zâmbia tinham melhorado um pouco, apesar de que havia uma certa incompreensão por parte dos zambianos. A este respeito, «pediu ao camarada Dolants que falasse com o Dr. Kaunda e que lhe tentasse explicar qual era a posição e a condição do MPLA»,<sup>513</sup> sublinhando uma coisa, em particular, «pediu que chamasse a atenção para que o único perigo não estava somente na União Sul-Africana e Rodésia, mas que existiam também outros, pensando seguramente, em primeiro lugar, em Mobutu», o qual, apesar de o não ter nomeado imediatamente, o faria depois. Do mesmo modo, «ele tentou dizer que aqui havia ainda o perigo de

<sup>511</sup> Possivelmente, com a FNLA e a UNITA, porque há somente uns pontos no texto dactilografado.

<sup>512</sup> O «United National Independence Party» do presidente zambiano, K. Kaunda.

<sup>513</sup> Segundo este documento, uma explicação que não foi feita nesse encontro.



*Holden que tinha uma grande ligação com Mobutu» e, de acordo a todas as opiniões que se puderam ouvir, na verdade, eles «representavam uma corrente americana, ou seja, um ponto que deverá assegurar os futuros interesses americanos em Angola».*

À pergunta acerca *«quais eram as ligações que tinham com o PC de Portugal»,* respondeu que *«tinham ligações com representantes do PCP, mas acrescentou que não tinham ligações suficientes com os seus dirigentes. De resto, o PCP qualificou-o como um partido importante, comentou muito favoravelmente a sua tática e política, disse que eles trabalhavam bem, que não se apressavam, que são prudentes e que queriam resolver calmamente e duma forma democrática os problemas portugueses».*

Para terminar, Agostinho Neto pediu a continuação da ajuda jugoslava ao MPLA e que *«tal ajuda devia abranger todos os seus aspectos, mas não entrou na especificação dessas suas necessidades».*

Depois desse relato, Obradovitch disse que Dolants *«conversou um pouco acerca dos movimentos de libertação com Zulu»,* tendo-se este último referido, principalmente, à FRELIMO e ao MPLA. Se, para o primeiro, *«em Moçambique, a situação política era mais favorável do que foi antes»,* em Angola, o segundo *«consolidou-se bastante e com o Doutor Neto, [...] era agora mais cooperante e disposto à cooperação»,* acrescentando que, antes, este recusou as conversações e os conselhos que lhe chegaram da parte zambiana. Ademais, *«não deixou de dizer que caso Neto se tivesse comportado doutra maneira, ou seja, como o fez em anteriores ocasiões»,* as complicações que houve não teriam ocorrido.

A seguir a *«esta sua breve exposição»,* terminou apresentando *«somente alguns pontos essenciais que foram mencionados nas conversações»* que estimou serem possíveis propostas e *«uma possibilidade para reflexão»,* tendo citado até outros aspectos dessa ajuda.<sup>514</sup>

---

<sup>514</sup> Pensava que era necessário nessa reunião, ou noutra com uma composição mais ampla, analisar esta problemática, pois *«estes dois movimentos de libertação eram somente um dos aspectos do problema e que aqui havia toda uma série de outros assuntos que merecem a nossa análise e atenção».* // Segundo, *«dever-se-ia ver o que nós como Estado, como país podemos fazer neste momento para ajudar estes movimentos de libertação, penso na FRELIMO e no MPLA porque as suas necessidades nesta ajuda são as maiores e penso caso, agora, nos lançarmos precisamente nessa ajuda, tal ajuda precisamente conduzirá e criará o maior capital da Jugoslávia no futuro desenvolvimento destes dois países».* // Como terceiro, *«propunha e punha à discussão para vermos o que, eventualmente, seria possível fazer num amplo plano internacional. Sobretudo, aqui, penso o que podiam fazer os países não-alinhados e colocaria até aqui, se esta questão não seria um tema que deveria e teria de se ocupar a Jugoslávia e os países não-alinhados».*

Uma ajuda que continuou a ser discutida, nessa sessão conjunta da LCJ-ASPTJ, por outros participantes.<sup>515</sup>

A estes dois relatórios seguiram-se «*algumas explicações complementares*» de Ivan Ivekovitch, um dos membros da delegação da ASPTJ, «*acerca de como tal aspecto da descolonização se comporta a partir da perspectiva de Lisboa*». Não havia dúvidas que «*a descolonização continuava a ser o problema n.º 1 deste regime em Portugal*». Além disso, todos os seus interlocutores «*desde o presidente da República até aqueles activistas de base confirmaram que compreendem que não há democratização em Portugal, que não há estabilização do novo regime, sem o fim dessa hipoteca do passado colonial. Tivemos a impressão que os representantes oficiais do novo regime esforçam-se muito honestamente e conseqüentemente para realizar até ao fim esse processo de descolonização dos territórios africanos*».

Quanto o problema colonial estava presente na política interna portuguesa, deu como exemplo «*a crise de Setembro que conduziu à demissão de Spínola*» e que significou doravante uma «*nova etapa no florescimento e clarificação de algumas posições no interior das forças democráticas*». Referiu-se, de novo, a Costa Gomes que «*colocou no centro da sua exposição o problema da descolonização em África, declarando que lhe era conhecido o interesse da Jugoslávia pelo processo de descolonização*». Falou das dificuldades em que se encontrava Portugal em Angola, afirmando «*que lhe era conhecido que efectuaram e efectuam pressões sobre o MPLA e, apesar de muito cauteloso, todavia, falou suficientemente claro acerca do papel da Zâmbia e do Zaire em relação ao MPLA e ao grupo do Chipenda. Reconheceu com alguma reserva que o MPLA tinha a maior reputação no país assim como o doutor Neto*».

Depois, acrescentou «*uma impressão exterior da nossa estadia em Lisboa e em Portugal. A temática dos movimentos de libertação esta[va] bastante presente em todos os órgãos da comunicação social desde a televisão à imprensa*»,<sup>516</sup> mas também nas paredes e certas casas lisboetas.<sup>517</sup>

---

<sup>515</sup> Acerca da ajuda aos movimentos de libertação por parte da União dos Sindicatos da Jugoslávia, um dos seus dirigentes referiu que tinham sido doados (1971-74) cerca de dez milhões de dinares (625 000 dólares) e tinham, então, outros 6 milhões dinares (375 000 dólares) no seu Fundo Internacional de Solidariedade.

<sup>516</sup> «*Transmitem-se todas as notícias com todos os possíveis pormenores acerca dos movimentos de libertação, publicam-se todos os documentos dos movimentos de libertação e não só os recentes, mas também os antigos, digamos, em episódios se publicam as obras, textos de Cabral e, precisamente, no jornal do Partido Socialista. Cada declaração, em Lusaca ou Dar es Salam, do doutor Neto é lá imediatamente transmitida*».

<sup>517</sup> «*As paredes de Lisboa estão cheias de cartazes dos movimentos de libertação e ali predominam os cartazes do MPLA com fotografias do doutor Neto, do PAIGC e da FRELIMO que, por razões desconhecidas, menos presentes nessas paredes*». Depois, referiu-se «*às Casas de certos territórios ultramarinos*» (de «*Angola,*

Para terminar, concluiu que parecia que alguns dilemas que lhes surgiam eram resultado de informações recebidas «*frequentemente com atraso e por meio de intermediários*», mas alguns deles provinham da «*interpretação dada, pelos nossos amigos dos países africanos independentes, a determinados acontecimentos nas colónias portuguesas e acerca dos movimentos de libertação, [quando] tais dilemas não exist[ia]m no público português*».

### A discussão

Na discussão do relatório da delegação da ASPTJ, Dimtche Belovski<sup>518</sup> fez uma primeira pergunta relativa aos contactos com o MFA<sup>519</sup> e outra acerca dos adiamentos da visita à Jugoslávia de Mário Soares,<sup>520</sup> tendo-lhe Tsetinitch respondido que «*o porquê de não ter havido [...] contactos*» antes da visita da delegação, nada podia dizer, mas pensava que não os houve. Sendo assim, durante a sua estadia, como o programa foi proposto pelo PS, não insistiram nesses contactos oficiais com representantes do MFA. Contudo, tiveram conversações com «*Gonçalves, presidente do Governo, membro da [sua] direcção*» e, também, «*tiveram contacto com o ministro do Trabalho que era membro do MFA e um dos dirigentes*» que, como tal foi proposto para o Governo. Julgando esses contactos necessários, acrescentou «*que isso, parece-nos, no relatório, realçaram fortemente que seria bom que tais contactos fossem estabelecidos*», até porque, nas conversações com dirigentes do PS, foi mostrado o interesse pela «*concepção de defesa popular*» jugoslava e a necessidade desses contactos com as forças armadas serem efectuados. Para concluir, disse que «*acerca disso, informámos os camaradas do Secretariado [Federal] da Defesa Popular*» e, por isso, foi uma das propostas do relatório.

---

Guiné-Bissau, Macau, etc.») que, em Lisboa, existiam «*do anterior período*» e tinham algum papel cultural, «*agora, foram tomadas completamente pelos representantes dos movimentos de libertação que as transformaram em seus estados-maiores que actuam muito eficazmente e cooperam bem com as forças de esquerda e progressistas na cena política portuguesa*».

<sup>518</sup> (Chetip, 1923-Skopje, 2010). Combatente do Exército de Libertação Popular da Jugoslávia e participante da primeira reunião do Conselho Antifascista de Libertação do Povo da Macedónia. Director do jornal *Nova Macedónia* (1944). Embaixador jugoslavo no Canadá (1961-65) e nos EUA (1975-79). Foi membro do governo da RS da Macedónia e ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros da Jugoslávia (1965-69). Ocupou as funções políticas de membro do CC (1974-78) e da Presidência (1982-1986) da LCJ.

<sup>519</sup> «*Não nos é conhecido se tivemos qualquer contacto com o MFA antes desta viagem que, pelo relatório, [...] sabe-se que não houve, mas devo dizer que não está suficientemente explicado o porquê de não ter havido o contacto com o MFA*».

<sup>520</sup> «*Se os camaradas da delegação conseguiram obter qualquer explicação porquê o chefe do PS e ministro dos Negócios Estrangeiros... que, tem uma actividade tão dinâmica pelo mundo desde o Bangladeche até ao outro lado do mundo, não conseguiu até agora encontrar a possibilidade de efectuar a visita à Jugoslávia?*».

Quanto à segunda pergunta, Tsetinitch sublinhou, primeiramente, «*que seria vantajoso encontrar alguma iniciativa conveniente para que se chegasse a tais contactos*», dizendo a seguir que «*quanto a respeito da Aliança [Socialista], pensava que seria suficiente para o camarada Dimtche aquilo que escrevemos na página 25. Citámos exactamente a sua declaração porque, até agora, ele não pôde vir à Jugoslávia. Para além disso, não pudemos ir*».

Perante esta resposta, Belovski respondeu-lhe: «*gostaria de explicar porque coloquei a pergunta acerca de Soares, vi exactamente o que diz a página 25. Diz: falando acerca dos problemas e tarefas com que se deparam pouco antes das eleições e os preparativos do Congresso, afirmou que o que se passa obriga-o a ficar no país, que por causa disso provavelmente não poderá vir a Belgrado. Isto para o futuro, eu falo de outra coisa, compreenda-se, não faço qualquer objecção à delegação, longe disso, eu disse que se, por acaso, nas conversações puderam conseguir uma explicação por que até hoje não se realizou a visita de Soares à Jugoslávia*».<sup>521</sup> Depois, continuou: ele já era «*um parceiro nosso antes das mudanças em Portugal, demos-lhe um apoio e ajuda ilimitado e desinteressado, até agora houve vários convites e não é pessoa que não viaje e esteja ocupado permanentemente em casa. Porque, todas as semanas, está em Londres, para não falar do Bengadeche e todos outros diferentes meridianos*». Para terminar, como «*queria precisar que somente tinha perguntado se eventualmente os camaradas da delegação tiveram alguma explicação deles durante as conversações*», concluiu dizendo que não se tinha pronunciado se, acerca disso, tinham feito ou não perguntas.

A seguir a estas perguntas e respostas acerca da adiada visita de Mário Soares, Lazar Moizov pediu a palavra e esclareceu os adiamentos da visita de Mário Soares à Jugoslávia. Segundo a sua opinião e do SFNE, onde era secretário-adjunto, a razão seria que ele e o PS não se queriam «*expor como um grande amigo da Jugoslávia*», mas ainda que o governo português tinha «*em conta como dev[ia] desenvolver as suas relações com a Jugoslávia para evitar certas críticas [...], caso se abrir demasiado em direcção do não-alinhamento*» e que uma visita a Belgrado só «*poderia reforçar tais críticas*».<sup>522</sup>

<sup>521</sup> Embora a transcrição deste diálogo possa permitir pressupor alguma irritação num dos interlocutores, todavia, não foi possível obter qualquer outra informação sobre esta reunião.

<sup>522</sup> «[...] porque Soares não visita a Jugoslávia, gostaria de dar acerca disso uma clara e precisa resposta. Seguramente que as razões que foram ditas à nossa delegação não são aceitáveis, Soares tem um convite que está aberto, ele é sempre bem-vindo, o que lhe foi várias vezes repetido. Portanto, foi-lhe deixado que escolha o momento quando precisa de efectuar a visita à Jugoslávia. Ele visitou vários países, à Jugoslávia não veio. Por

### Outro documento

Tomando a seguir a palavra, Dobrivoie Viditch começou por referir que, pouco tempo após a delegação da ASPTJ ter estado em Lisboa, dois membros do CC do PCP estiveram em Belgrado e devido a todos terem conhecimento dessa estadia através da sua «*nota*», para não repetir o que fora dito, «*somente quer[ia] dizer duas ou três impressões dessa conversação para reforçar o que foi escrito no texto*».

Assim, «*claramente, eles procuraram convencer-nos de que o PCP representa[va] a principal força política de Portugal e o seu futuro. Em segundo lugar, realçaram que o MFA [tinha] e continuará a ter ambições políticas na vida do país, que também eleições e etc., tudo o que seguirá no futuro desenvolvimento da vida política de Portugal não conduzirá à abolição da organização do MFA de formação política*».

Perante o aparecimento desta questão e de que modo ficariam as relações políticas em Portugal, «*caso os soldados tenham também as suas autónomas ambições políticas*», os seus interlocutores responderam-lhe que o MFA estava «*sob uma grande influência do PCP e que toda a história da luta do PCP contra a ditadura fascista era ao mesmo tempo, de certa maneira, também a história da formação deste MFA*» devido à sua penetração nesse movimento que «*desempenhou um papel tão importante no derrubamento do fascismo em Portugal*». Por isso, ficou com a impressão que eles, os comunistas de Portugal, calculavam que numa aliança com o MFA — aliança essa não imposta e deixando aberta a questão até quando o MFA deveria jogar um papel político na vida política — poderiam conjuntamente, numa perspectiva de alguns anos, ultrapassar «*todas as incertezas deste período de passagem do fascismo para uma nova constelação política, uma constelação política estável em Portugal*».

De mais a mais, deixaram-lhe a impressão de «*que independentemente de qualquer cooperação que houver com o PS, eles v[íam] no PS um grande obstáculo para o trabalho político e a luta do PCP pelas massas no próprio Portugal*», o que o levou a concluir que nisso estavam «*tão obcecados com o tema, que, como sabemos, eles criticaram a ASPTJ e a LCJ porque foi a Portugal uma delegação da AS, cujo relatório agora vemos*».-

---

*isso, existe alguma determinada razão, sendo essa razão, segundo o SFNE, que ele não quer, nem ele pessoalmente, nem o seu partido, se expor como um grande amigo da Jugoslávia que se consulta connosco e assim por diante. Isto é por causa de certas conveniências internas que existem e, provavelmente, num futuro próximo, enquanto tal posição existir, ele não efectuará a sua visita a Belgrado. Penso que disso não se deve criar um problema, pois, por fim, é ele que deve e o seu governo que decidirão como e quando devem visitar a Jugoslávia. Seguramente, que também o próprio governo português tem em conta como deve desenvolver essas suas relações com a Jugoslávia para evitar certas críticas sob as quais se encontrará caso se abrir demasiado em direcção do não-alinhamento, e uma visita rápida ou eficaz e com muito sucesso a Belgrado poderia reforçar tais críticas. Estas são, na realidade, as verdadeiras razões porque Soares ainda não chegou a Belgrado*».

No encontro de Varsóvia dos partidos comunistas, continuou Viditch, «*vimo-nos com este Inglês que com o Serra esteve em Belgrado e tentámos explicar-lhes que aqui tudo era normal e etc., para não roubar o vosso tempo, sabem quase tudo o que pudemos dizer, contudo, isso não ajudou muito e, quando chegaram aqui a Belgrado, Serra e Inglês, aproveitei esta oportunidade para, numa maneira bastante detalhada, devo reconhecer, explicar-lhes como, em geral, a LCJ e a ASPTJ cooperam, em princípio, não só com o PSP, mas também com todos os partidos socialistas, movimentos de libertação e, como na nossa prática, durante 30 anos, por assim dizer, essa nossa cooperação junto muitos outros parceiros nunca provocou quaisquer problemas*». Deu-lhes ainda diversos exemplos<sup>523</sup> e procurou assim influenciá-los, segundo disse, que, pelo menos, reconsiderassem tudo isto quando voltassem a Portugal da Jugoslávia.

Para concluir o relato desta conversação, que já lhe tinha merecido, na sua recente «*nota*», uma apreciação negativa, embora sem pormenorizar factos ou razões mais pessoais, Viditch descreveu assim<sup>524</sup> para os presentes a parte final da discussão com o seu interlocutor acerca das relações com o PCP. Eis as suas palavras: «*Porém, quando terminei, considerando que tinha feito tudo bem, ele disse-me, esse Serra, que, como os de Lika, durante a guerra, se um comissário discursava uma ou duas horas acerca da situação política, depois quando chegava a vez das perguntas, um dos de Lika levantava-se e dizia, muito bem, assim mesmo, mas vamos, por favor, mais uma vez.*<sup>525</sup> Assim, também para este, mais ou menos, tudo estava bem, mas todavia consultem-nos quando forem a Portugal. Evidentemente, pensam que continua a ser necessário ter a sua luz verde para os nossos contactos políticos em Portugal.

*Não sei se, após esta conversação, por fim, algo mudará nos comunistas, mas é evidente que nós, após as conversações [com os representantes do PCP no X Congresso da LCJ, em Varsóvia e Belgrado], realmente, não devemos continuar preocupados desta maneira por aquilo que eles pensam. Acerca de tais ligações, porque realmente disparámos todos os argumentos normais e razoáveis, que numa conversação política de pessoas razoáveis se devem dizer. De resto, que agora os ensine a experiência, podemos ser a este respeito muito cautelosos e polidos, etc., não devemos ser rudes, isso não proponho, mas também não é preciso nem nos preocupar com tal problema do que eles irão pensar caso vamos para contactos*

<sup>523</sup> Mencionou o caso do PC de Itália com quem «*nunca houve desacordos por causa de termos com o PSI... esta ou outra relação*».

<sup>524</sup> Como não foi confirmado pela audição da sua gravação, este documento obriga a algumas cautelas porque tem demasiados erros que permitem pressupor que não foi relido nem pelos presentes nessa reunião.

<sup>525</sup> Há outra interpretação deste pedido, segundo a qual, os *partisans* dessa região, no então Estado Independente da Croácia (1941-45), reagiam assim a quem falava demasiado para o pouco que dizia.

*com os socialistas. Provou-se, por exemplo, quando disse, bem como, vamos agora resolver juntos como não vamos ao congresso do PSP quando a nossa delegação, em Lisboa, foi convidada, estiveram no nosso X Congresso. Então, este Serra disse... e também nós iremos a esse congresso, e a nós colocam, assim provocam uma discussão desnecessária».*

Depois, referindo-se à política do PCP, salientou que, nas conversações, se viu, além do «*objectivo de nos informar acerca do seu congresso extraordinário*», que quiseram falar do que pensavam sobre o futuro de Portugal e da aprovação duma linha de grande prudência com «*o menos possível de reivindicações radicais na política interna como internacional de Portugal*».

Igualmente, pelas informações complementares disponíveis, mostravam que, em todas relações com os EUA, URSS e a luta pela "détente", seguiam um rumo «*que nós apoiamos ou não apoiamos totalmente*». Mostravam, continuou Viditch, «*que eles tinham em conta muitas coisas e, em particular, acerca da própria situação interna que não esta[va] assim tanto, por assim dizer, estabilizada a favor das forças democráticas para que lhes [pudesse permitir] colocar mais decididamente, por exemplo, a questão da saída de Portugal da OTAN ou uma declaração mais determinada quanto a Portugal ao encontro do não-alinhamento*».

Neste ponto, estava de acordo com Belovski, a respeito do adiamento da visita de Mário Soares, e as explicações de Lazar Moïsov acerca da questão da posição do PS em relação ao não-alinhamento. Acrescentou, depois, que na intensa e longa luta por um novo Portugal, fora as «*forças autóctones*», estava presente a Internacional Socialista pelo que havia a necessidade de conseguirem ter contactos com o MFA.<sup>526</sup> Quanto às propostas da delegação e de Tsetinitch, estimou que eram «*todas boas*», tendo a sua sido entregue, «*na conversação com Serra e Inglêss*», com vista a um «*plano de actividades com o PCP para 1975*».

Em seguida, apoiou as propostas de V. Obradovitch, salientando que seria compreensível pensar na organização, «*devido à situação no Sul da África, duma reunião de partidos políticos e movimentos de libertação dos países não-alinhados*», e referiu-se a uma pergunta de um dos presentes acerca da diferença nos contactos da embaixada no Zaire com o MPLA e

---

<sup>526</sup> «*Evidentemente que também o PS tem em conta a situação actual, mas é necessário, penso que também nós temos em conta acerca disso que, em Portugal, a luta por um novo Portugal decorre intensamente e prolongar-se-á por um largo período de tempo e que, a este respeito, todas as forças que se encontram nesta luta, não penso só nas forças autóctones em Portugal que têm os seus programas e ambições políticas, mas igualmente na Internacional Socialista que se introduziu de uma forma muito discreta, mas muito determinada a caminho de ajudar uma variante socialista-conservadora em Portugal com o objectivo deste não saltar do, por assim dizer, do grupo das democracias europeias-ocidentais do modo que tal expressão utilizamos normalmente, dando ainda dinheiro e não somente as manifestações políticas que acompanharão, e isso só nos obriga a uma actividade em todas as direcções e, por isso, apoio e há a necessidade de também se encontrar a maneira de termos com este MFA um certo número de contactos de influência e cooperação*».

a FNLA, o que teve por consequência uma falta de informações relativamente à citada FNLA. Achando que, na história da libertação dos países africanos, nesses 15 ou 20 últimos anos, tiveram conversações com muitas das correntes de direita e conservadoras nos movimentos de libertação que, mais tarde, ao tomarem o poder se tornaram governos de países não-alinhados — como um dos «*exemplos drásticos*», indicou o caso dos Camarões —, concluiu: «*pelo que não era mau, com todo apoio que damos a este doutor Neto e sua organização, de termos algum contacto com a FNLA*». <sup>527</sup>

Numa intervenção seguinte, a questão do MPLA e da FNLA foi retomada por um dos presentes, Veselin Knejevitch, um diplomata bom conhecedor da situação em Angola. Sem nomear directamente o que ouvira pouco antes, começou por afirmar que «*partindo dessa informação [acerca] do Sul da África e, em particular, da sua parte relativa ao que fazer a seguir quanto aos movimentos de libertação*», a visita da delegação à Zâmbia e os contactos efectuados iriam permitir continuar «*uma acção que significará tudo aquilo que fizemos até agora, tantos anos ajudámos, sobretudo ajudámos os movimentos de libertação, que próximos do fim, como dizer, daqueles seus esforços e lutas que, contudo asseguremos a nossa necessária, por assim dizer, posição junto daqueles movimentos e futuros países independentes*».

Em seguida a esta introdução, em que concordou também com todas as propostas apresentadas, disse: «*penso que um pouco por causa duma série de incapacidades e impossibilidades nossas de ajudarmos mais fortemente e eficazmente, nós perdemos muito do que tínhamos nos movimentos de libertação*». Por causa disso, o caso da FRELIMO ia ter consequências e, a respeito do MPLA — conforme, no ano passado, já tinha dito no SFNE —, receava que podiam fazer algo que, mais tarde, iria ter más consequências. Tratava-se daqueles dilemas que, já antes, Ivekovich tinha sublinhado em relação ao MPLA, esse dilema existia entre eles e acrescentou como exemplo o que ouvira em algumas opiniões sobre qual seria o verdadeiro estado em Angola.

No entanto, sobre os contactos com a FNLA, embora aceitasse a proposta que «*era necessário manter alguns contactos com a FNLA*», não via «*realmente razões para se ter qualquer dilema quanto em se ir até ao fim com o MPLA que considerava não só um autêntico movimento, mas até a força mais poderosa em Angola*». Daí, não era por acaso que, em Portugal, essas manifestações ocorriam assim e publicamente. Apesar de ser realmente uma

---

<sup>527</sup> Nesta intervenção, denota-se uma argumentação que não era frequente nos documentos relativos às relações com a FNLA.



força política e militar, devia-se salientar, ao mesmo tempo, que ali existia um jogo não só de africanos relativamente ao MPLA, pois sendo «*um autêntico movimento autenticamente independente, [...] incomodava também, infelizmente, países africanos independentes e, em particular, as grandes potências*».

Nessa sua autenticidade, acrescentou, «*talvez houvesse pouca elasticidade no comportamento do MPLA, podiam discutir bastante acerca disso, mas isso não era importante. Importante é que eles tinham uma clara orientação não-alinhada para uma Angola progressista. Para não dizer mais, porque sabemos que na direcção do MPLA predominam realmente forças com ideias socialistas e progressistas*».

Por isso, «*conhecendo Neto há muito, contacta[ram], durante quatro anos, muito frequentemente, compreendia totalmente aquela sua frase e a acentuação de que o MPLA era a única força perante a delegação*», em Lusaca. Igualmente, esta era a sua impressão: «*ele quis mostrar-nos que não era desejável [...], quis dizer-nos que eram injustificados entre nós certos dilemas. Penso que eles estão conscientes que também entre nós existem dilemas*».

Em seguida, tomando em consideração a posição geopolítica do MPLA, disse que Mobutu e o Zaire estavam bastante interessados em terem determinadas e fortes posições em Angola. Tudo isso por causa dum porto, o do Lobito, porque o cobre zairense não tinha outra saída. Havia, além disso, os grandes interesses dos EUA pelo petróleo no norte angolano, pelo que insistia e se deviam aproveitar as posições e o prestígio alcançados nesses países (Tanzânia, Zâmbia e Zaire) pela Jugoslávia para, realmente, se fazer algo para conseguir a coesão quando se tratava desse problema do MPLA.

Uma análise que abrangeu ainda «*o comportamento da China*» com as suas ajudas à FNLA<sup>528</sup> e ao MPLA como «*os grandes esforços, no ano passado, [da URSS] ajudaram bastante o MPLA*» e, possivelmente, da Roménia, «*em particular, este ano*», acabando por se referir ao muito que «*nós ali fizemos, aos esforços investidos durante anos e, realmente, deveríamos fazer tudo, por fim, para manter e alargar essas posições porque isso [era] no interesse desses países*».

---

<sup>528</sup> Com um comentário: «*[...] em que medida esses 10 000 homens, que Mobutu prepara, agora, com a ajuda de instrutores da China, vão poder amanhã, em Angola, representar um sério perigo como um derramamento de sangue, mas também as complicações que podem aparecer depois nessa parte da África*». Ou 15 000, segundo outros documentos.

Um objectivo para o qual se deveria *«imediatamente ver e preparar para não se improvisar amanhã como iremos actuar no plano económico nesses territórios»*, mencionou Moçambique e a sua próxima independência, mas também os erros, em alguns países africanos (na Tanzânia, por exemplo), de empresas jugoslavas e suas consequências. Noutra proposta, fez considerações acerca da ajuda militar necessária para o equipamento e a formação dum exército regular.

## II.6-6 — Informações de outras fontes

Nesta centena de dias entre o 28 de Setembro e o Acordo de Alvor, as informações das mais diversas fontes sobre a situação político-económica portuguesa e a descolonização, sobretudo a de Angola, enviadas para Belgrado, procuraram além do relato dos acontecimentos, prever, por vezes, as suas possíveis consequências mais próximas. Havia, ainda, um acompanhamento das visitas ao estrangeiro de governantes ou políticos portugueses.<sup>529</sup> Entre os seus subscritores, predominavam os diplomatas, jornalistas e políticos (funcionários ou dirigentes), sendo os primeiros os mais numerosos por razões já citadas — dezenas de embaixadas em países que seguiam e noutros que até intervinham nessa situação e descolonização, mais a importância da política externa para a Jugoslávia não-alinhada em que o apoio aos movimentos de libertação ocupava um lugar relevante.

Assim, alguns telexes da embaixada em Djakarta relataram a situação no *«Timor português»*,<sup>530</sup> desde a formação (Mai./74) e as posições dos seus três partidos (UDP, Fretelin e Apodeti), a marcação do referendo da autodeterminação (31/Mar./75), aos apoios da RP da China e da Austrália à Fretelin e da Indonésia à Apodeti e os seus planos de anexação. Igualmente, em Pequim, a embaixada jugoslava transmitiu, várias vezes, ao MNE chinês a posição do governo português a respeito de Macau e ao estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.<sup>531</sup>

Noutras ocasiões, diplomatas de diversos países falaram sobre essa situação política e a descolonização como ocorreu com um membro da delegação portuguesa, na XXIX Sessão

<sup>529</sup> Por exemplo, neste período, as viagens de Mário Soares (Tunis e Tripoli) e Vítor Alves (Bruxelas).

<sup>530</sup> *«[...] numa superfície de cerca de 15 000 Km<sup>2</sup> com cerca de 600 000 habitantes, dos quais, os indígenas são a maioria. Há mais de 6 mil chineses. A população vive da agricultura e pecuária e é muito atrasada. Os chineses têm um papel predominante no comércio. A parte ocidental da ilha faz parte da Indonésia»*. Estes documentos encontram-se no ADMNE (F-217, Portugal, 1974).

<sup>531</sup> Um exemplo: a citada declaração de Mário Soares sobre as relações luso-chinesas na sua reunião com a delegação da ASPTJ.

da Assembleia-Geral da ONU, que disse ao seu interlocutor jugoslavo que *«desde o primeiro dia da mudança, os EUA começaram com pressões e avisos explícitos de que "não podiam tornar-se vermelhos"»*. Depois, com a evolução das *«coisas nas colónias e os socialistas e comunistas a ocuparem posições-chave no país, as pressões tornaram-se cada vez maiores e mais evidentes»*. A respeito da OTAN, Portugal continuava a ser seu membro, mas seria dito claramente aos EUA que não será autorizada a abertura de bases ou a presença de tropas no seu território. Quanto ao futuro estatuto na OTAN, iam insistir que fosse semelhante ao que tinha a França.

Do mesmo modo, nesses meados de Outubro, em Estocolmo, um diplomata sueco estimava que, pelas informações ao dispor do seu MNE, *«a situação em Portugal era ainda pouco clara e segura»*. Como, do *«longo período fascista»*, a falta de qualquer vida política deixou profundas marcas, *«as massas sempre seguiram líderes e personalidades e, por isso, de um dia para outro, podia-se chegar a diversas mudanças e combinações»*. Precisamente, nestes factos, se encontravam os perigos para Portugal ter o destino de um Chile. Além disso, nos últimos meses, tinha efectuado mudanças importantes e radicais, principalmente, no plano da política externa (libertação da colónias) o que conduziu ao rompimento com a direita, chefiada por Spínola. Colocava-se uma questão séria acerca do que se seguia: *«conseguiria o actual governo criar um programa aceitável para todos, ou sob a pressão da direita ir longe demais para a esquerda. Então, seguramente, podia-se esperar a implementação da doutrina de Ford, por outras palavras, criar-se-iam todas as condições para a CIA americana avançasse de novo»*.

Assim sendo, para este funcionário superior do MNE sueco,<sup>532</sup> *«um Portugal moderno e radical só pod[ia] "sobreviver" sob a condição de ficar dentro da OTAN e do mundo ocidental, caso contrário, inevitavelmente, a intervenção ameaçar-lo-á»*. Nesse sentido, achavam que era *«uma verdadeira tragédia para Portugal que os comunistas [fossem] a única força organizada e todos os restantes fracos e insignificantes, [...] e poderia ser um motivo para uma acção americana»*. Embora, até essa altura, *«os comunistas tivessem-se comportado muito razoavelmente e com bastante tacto, mas o que será se decidirem ir, sob a pressão dos acontecimentos, mais longe...»*.

De acordo com estas avaliações, a única saída para Portugal estava no reforço das restantes forças democráticas para que pudessem *«neutralizar as reivindicações extremistas da*

---

<sup>532</sup> Tanto esta conversação com *«o chefe da Secção da Europa Ocidental, Thyberg»* como a anterior com *«J. Ascensão»* encontram-se no ADMNE (F-217, Portugal, 1974).

*direita e da esquerda*». Perante esta situação e «*o pedido de Soares, o PSD e os sindicatos suecos iam enviar para Portugal uma maciça ajuda técnica e gente que ajuda[ria] o partido socialista e os sindicatos a se reorganizar e pôr-se de pé*», encontrando-se, no entanto, esta proposta ainda para aprovação por parte do executivo do PSD sueco.<sup>533</sup>

Entre as embaixadas jugoslavas mais atentas à situação política portuguesa encontrava-se a de Washington que acompanhava as reacções, na sua maioria, do governo e da imprensa estado-unidenses às «*mudanças do regime em Portugal, o efeito da participação dos comunistas no governo, a evidente difícil situação político-financeira em determinados países da CE [devido] à crise energética que abalaram seriamente a sua estabilidade interior*».<sup>534</sup> Havia, além disso, os problemas criados pela intervenção militar turca em Chipre (Jul./74), mais a importância da «*utilização da base americana no seu território que jogou um papel único*» na guerra de Outubro, em 1973, no Próximo-Oriente. Apesar de, após «*a mudança de regime*», a decisão do governo português foi de continuar na OTAN, «*nos círculos americanos notavam-se receios que certos interesses dos EUA pudessem ser atingidos*». Iguamente, considerava-se que o exemplo português da participação dos comunistas no poder podia ser um «*"perigoso" precedente*» e o aparecimento, na vida social e política, do PCP como o partido mais organizado surpreendeu a muitos nos EUA.

Todavia, não eram somente os aspectos militares e a segurança dos planos secretos da OTAN que preocupavam o governo estado-unidense, mas que, em Portugal, «*o sucesso dos comunistas pudesse ter grandes repercussões nos países europeus. Segundo certas fontes, Kissinger pensava que não passaria muito tempo até a entrada dos comunistas no governo italiano e a seguir no francês. Isto teria de ter reflexos também nas mudanças no poder em Espanha. De acordo com avaliações semelhantes, a Grécia e a Turquia já estavam confrontadas com um incerto futuro político*», embora o desfecho das eleições gregas parecesse um pouco animador e em relação «*à Jugoslávia pós-Tito continuava "sob um ponto de interrogação"*». Por outras palavras, «*as mudanças em Portugal poderiam ter também efeitos nas margens do Mediterrâneo*».

Quanto às previsões acerca da situação política portuguesa, haveria duas ou três possíveis formas para manter Portugal no campo ocidental, sendo, a primeira, a ajuda económica e financeira, uma segunda, «*as medidas de "destabilização"*» como no Chile e, por fim, caso

<sup>533</sup> Essa aprovação ou outra referência a esta proposta não foram encontradas na documentação consultada.

<sup>534</sup> Este documento (19/Nov.) encontra-se no ADMNE (F-217, Portugal, 1974).

os interesses dos EUA e da OTAN estivessem ameaçados, a intervenção «*com os comprovados métodos contra "o perigo comunista"*». Porém, as duas primeiras seriam pouco prováveis, uma, porque o Congresso não aprovaria provavelmente essa ajuda devido à situação económica dos EUA e, a outra, por essas medidas «*seriam muito impopulares não só no mundo como nos EUA*».

Igualmente, a situação económica portuguesa complicava-se «*por causa da elevada taxa de inflação e de desemprego*». Além disso, a existência de um grande número de partidos, cuja força não era suficientemente conhecida, colocava «*os EUA perante o dilema de favorecer qual deles e qual personalidade no governo*», assim como era-lhes desconhecido «*o número de oficiais que apoiaram o movimento e até quanto o PC se infiltrou no exército e no derrubamento da ditadura. Por isso, os funcionários americanos dizem que "não encontraram ainda o cavalo certo" em que apostariam*», enquanto, na imprensa, se salientava que «*o PCP era a organização política mais organizada, que conseguiu tomar, em seis meses, muitas câmaras municipais*».

Tendo em conta a importância dada à situação política em Espanha, após 1945, pelo governo jugoslavo,<sup>535</sup> o subscritor deste documento comunicou ao SFNE o seguinte: «*no Departamento de Estado dizia-se que as mudanças em Portugal não iam ter, alegadamente, grande efeito em Espanha, nem isso pode servir de modelo devido às diferentes estruturas socioeconómicas desses países e seus níveis de desenvolvimento económico. Ao contrário de Portugal, em Espanha, foi criada uma significativa camada da classe média, graças ao progresso industrial e económico nos últimos 10 a 15 anos.*<sup>536</sup> *Caso se chegue a uma mudança*

---

<sup>535</sup> Segundo o «*Spisak Španskih Boraca (Registo dos Combatentes Espanhóis)*» da sua Associação (Belgrado, 2011), «*nas Brigadas Internacionais e outras unidades do exército republicano combateram 1775 voluntários da Jugoslávia [dos quais] 595 combatentes morreram em Espanha e 116 na Guerra de Libertação Popular*» na Jugoslávia (1941-45). Após a dissolução das Brigadas Internacionais (1938), «*cerca de 520 jugoslavos foram internados em campos de prisioneiros no Sul de França*». Antes e depois da ocupação alemã, um grande número deles conseguiu fugir desses campos e regressar à Jugoslávia ou de se juntar à resistência antifascista em França e noutros países europeus. Cerca de 250 desses «*combatentes espanhóis*» lutaram e comandaram as forças do Exército de Libertação Jugoslavo. Entre os seus 30 generais, encontravam-se os comandantes dos quatro corpos desse exército com 800 000 soldados (Maio/1945). No pós-guerra, muitos desses «*Espanhóis*» ocuparam importantes lugares na política jugoslava.

<sup>536</sup> Esta importância da classe média já tinha sido mencionada, numa conversação (Fev./71), por Franco ao responder a uma pergunta de Vernon Walters, como enviado de Nixon, acerca do futuro da Espanha que só foi tornada pública pelo próprio Walters numa entrevista ao diário ABC (15/Ago./2000). Um futuro assegurado «*porque yo voy a dejar algo que no encontré al asumir el gobierno de este país hace cuarenta años*". *Yo pensé que iba a decir las Fuerzas Armadas pero él digo: "La clase media española. Diga a su presidente que confie en el buen sentido del pueblo español, no habrá otra guerra civil". Se levantó, me dio la mano y ya había terminado la entrevista*». Todavia, segundo uma obra recente (Manuel F.-Monzón e Santiago Mata, *El Sueño de la Transición*, Madrid, 2014), Walters acrescentou ainda, o que não foi publicado no citado ABC, que se lhe permitia continuar essa entrevista porque «*a nosotros nos interesa mucho la estabilidad de España y Portugal, de la Península Ibérica*» e que, então, Franco o mandou falar com Carrero Blanco.

*depois de Franco, prevê-se que será diferente daquela em Portugal. Sobretudo, consideram que, em Espanha, governarão "civis", nem esperam tais mudanças radicais devido a que acreditam que o operário e a camada média, ao contrário do povo português, "sentiram a melhoria das condições de vida no país" em relação às que havia uns 20 ou mais anos antes*». Acrescentou que o funcionário, encarregado para os assuntos espanhóis no Departamento de Estado, lhes disse que certos países europeus não estavam até preparados para reconhecer as mudanças ocorridas em Espanha e aceitar tal realidade.

Comentando o que ouviu, o diplomata jugoslavo concluiu que, a seguir à mudança de regime em Portugal, *«o interesse americano pelo desenvolvimento das relações com Espanha aumentou consideravelmente»*, tanto pela necessidade da manutenção de bases militares no território espanhol, mas também pelas negociações em curso de novos acordos bilaterais. Ademais, os EUA apoiavam a adesão da Espanha à OTAN, mas para isso não conseguiam convencer alguns países da CEE que continuavam a opor-se à sua entrada. Sem embargo, procurava *«por todos os meios continuar a impedir uma eventual entrada de representantes de partidos comunistas nos governos dos países ocidentais, a fim de salvaguardar a coesão da OTAN»*.

Alguns destes temas (Kissinger, o PCP e previsões acerca da situação política portuguesa) voltaram a ser discutidos numa conversa com um jornalista do *Newsweek* que começou por dizer, segundo o diplomata jugoslavo seu interlocutor, que o secretário de Estado estadunidense estava *«muito preocupado pela situação em Portugal, em particular, devido às possibilidades dos comunistas tomarem o poder como por causa das possíveis repercussões em outros países europeus ocidentais, especialmente, em Espanha, depois, em Itália, Grécia e França»*. Igualmente, em Nova-Deli, declarou, após ter aceitado o não-alinhamento da Índia, que os EUA não podiam tolerar uma tal posição por parte de um país da OTAN.

Essas preocupações levaram à *«destituição do embaixador americano, em Lisboa, S. Scott, devido aos seus relatórios e avaliações da situação, tanto antes do golpe de Estado (tinha fracos contactos) como depois»*. Aliás, julgou moderado o novo regime, *«minimizou o significado da participação dos comunistas no governo e foi incapaz de avaliar a situação no MFA e identificar os seus principais líderes e suas opiniões políticas»*, mas ainda as suas apreciações divergiram bastante a respeito das existentes no Departamento de Estado acerca da estratégia do PCP e sua influência nos partidos comunistas de Espanha, Itália e França. Por

---

isso, Kissinger enviou, em Agosto, «o general V. Walters, director-adjunto da CIA, que, além de outros contactos, teve conversações com Spínola e o general Gomes (em seguida foi a Espanha, onde contactou, entre muitas coisas, com membros do ex-regime português) e, depois, foi também a Portugal uma equipa do Departamento de Estado, porque não ficaram satisfeitos nem com as informações que receberam de Gomes durante a sua visita a Washington», embora fosse considerado moderado, não estavam seguros da sua orientação política.

Apesar de se estimar que não existia um perigo imediato da tomada do poder por parte do PCP, contudo, tal não se excluía porque o PCP era a força mais organizada e devido à sua possível grande infiltração no exército e no MFA. Previa-se que, nas eleições de Março, podia ter 20 a 25% de votos e acreditava-se até que poderia distribuir os seus membros por outros partidos que apareceriam nas eleições e que, na realidade, seriam um disfarce para o PCP. Outras previsões, acerca das consequências de uma vitória do PCP, iam da sua possível influência «em Espanha (o [então] regime poderia ser substituído por uma "ditadura de esquerda", caso os EUA intervissem antes da "próxima transferência de poder")» até a uma «destabilização» através da CIA, mas parecia que não havia possibilidades para tal solução, pois «após a divulgação da acção americana no Chile dificilmente se iria por algo semelhante em Portugal».

Para concluir, o diplomata jugoslavo fez a seguinte «observação: pode-se pressupor que estas avaliações se lançam e dramatizam, intencionalmente, na imprensa com vista à criação duma psicose em Portugal e a um incitamento à organização e actividade das forças de direita».

## II.6-7 — A Descolonização de Angola

No último trimestre de 1974, Angola continuou a ser o centro das atenções da diplomacia jugoslava quanto à descolonização portuguesa, ao passo que Moçambique ocupou uma posição mais secundária, embora o impasse existente nas relações com a FRELIMO se tenha atenuado. Todavia, mesmo na embaixada de Dar es Salam, pela sua correspondência trocada com Belgrado, os contactos com o MPLA foram mais frequentes para não mencionar, nas embaixadas de Lusaca, Kinchassa e Brazavile, em que essa relação foi muito maior. Igualmente, as visitas, em menos de mês e meio, de duas delegações do MPLA à Jugoslávia confirmaram ainda mais essa sua importância.

### Em Outubro

Em meados de Outubro, numa conversação com um diplomata da embaixada jugoslava em Dar es Salam, Agostinho Neto voltou a comentar a situação em que se encontrava o MPLA e pediu, segundo o seu interlocutor, para transmitir «*os seus agradecimentos ao camarada Minitch por ter autorizado a utilização técnica dos nossos meios de comunicação com Portugal desde Dar. Pediu, também, que lhe fosse autorizado o mesmo a partir de Lusaca*».<sup>537</sup>

Começando por referir que «*não conseguiu realizar, em Lusaca, a reunião do CC do MPLA porque Chipenda não quis estar presente (a sua fracção e a de Mário de Andrade tinham no CC, respectivamente, 13 e 10 membros)*», acrescentou que, para ele, Chipenda tinha passado definitivamente para o lado de Mobutu e Holden Roberto, e queria impor-se como o único representante do MPLA. Esta nova tentativa para conseguir o seu isolamento, tornou-se mais evidente «*após as conversações separadas de Mobutu com Spínola, dos contactos do enviado especial de Costa Gomes com Mobutu, FNLA e Chipenda, da recusa das fracções de Chipenda e M. de Andrade de participarem na reunião do CC MPLA e das hesitações de Mário Soares de entrar em conversações directas com o Dr. Neto*». Além disso, o MPLA começava a perder posições, em Angola, porque as pressões de Mobutu, Holden e Chipenda eram muito fortes com o apoio dos EUA. Ao mesmo tempo, tardava o apoio ao MPLA por parte dos países socialistas, quando lhe era mais necessário um maior apoio político, financeiro e militar.

Devido a essa situação, Neto veio a Dar es Salam com o objectivo de consolidar a posição do MPLA. Segundo este telex: «*Ontem [15/Out.], falou com Samora Machel que lhes dá, de resto, um franco e enorme apoio moral. Hoje, encontra-se com Nyerere. Dos países africanos, a Tanzânia presta-lhes o maior apoio, enquanto na Zâmbia goza de uma maior benevolência do que antes. Quer uma ajuda mais activa dos países africanos pelo que conta também com o apoio da Jugoslávia. Ontem, teve uma reunião com os representantes dos paí-*

---

<sup>537</sup> ADMNE (F-225, Angola e Moçambique, 1974). Sendo esta a primeira referência encontrada a respeito desta autorização e à utilização desses meios de comunicação entre as duas embaixadas, pode-se perguntar porque foi tão pouco citada nos telexes (cifrados) do SFNE e das citadas embaixadas. Por exemplo, uma dessas perguntas podia ser a seguinte: durante o congresso do PS (Dez./74), a delegação ali presente do MPLA não teria utilizado essa ligação segura com Dar es Salam para informar Agostinho Neto das suas conversações, em Lisboa, com o MNE e outros interlocutores? Porém, um telex (o n.º11) da embaixada de Lisboa para o SFNE (21/Out.) confirmou essa utilização: «*telegrama de Neto hoje, imediatamente após recepção, entregue no CC – endereçado // para Cunhal. // Advertimos apesar classificado de confidencial, // recebemos telex aberto como telex normal, através do hotel. Seria embaraçador// caso no CC saibam que chegou aberto. Spasitch*», (ADMNE, F-217, Portugal, 1974).



*ses socialistas em Dar (URSS e do bloco), excepto a Roménia e a China. Não nos convidou porque considera que tanto a nós como ao MPLA convém mais a posição independente jugoslava. Nos romenos não tem muita confiança e a China ajuda somente a FNLA. Na reunião, colocou directamente a pergunta do apoio ao MPLA. Todavia, a resposta foi bastante evasiva e reservada. Causa-lhe espanto a atitude da URSS que presta implicitamente apoio ao Chipenda e assim ao Mobutu e à FNLA (indirectamente também aos americanos)».*

Entre outras questões que apresentou ao seu interlocutor, Agostinho Neto mostrou interesse em saber a opinião jugoslava acerca da atitude da URSS e apreciaria o seu papel de intermediário na explicação do significado e da autenticidade do MPLA, mas igualmente na apreciação do jogo duplo de Chipenda. *«Não lhe era claro se a atitude soviética tinha alguma ligação com a política de «détente» com os EUA, ou talvez considerassem Chipenda como um verdadeiro representante dos interesses do povo angolano. Porém, o MPLA não podia aceitar soluções para Angola em bases tribais e raciais».*

Precisava do apoio dos países socialistas, principalmente militar, porque com ele melhorava a sua posição em relação às duas restantes fracções, Zaire, Portugal e alguns países africanos. Ademais, o MPLA contava com um total apoio dos países escandinavos. Neto concluiu que, desta vez, *«o apoio dos países africanos ao MPLA era mais forte do que o dos países socialistas, o que era bom e mau».*

Numa observação final, o subscritor deste documento comunicou ao SFNE que esta *«conversação teve lugar em casa do Dr. Neto»* e que ele foi informado, em traços largos, dos contactos da Jugoslávia com Portugal. No dia seguinte, partia para Lusaca, mas que tentaria informá-lo, nessa noite, *«acerca das conversações com a FRELIMO e Nyerere como estava interessado em saber a opinião do ministro tanzaniano, John Malecela, acerca de Angola, caso a tenha exprimido na sua visita a Belgrado. Demais, bastante deprimido pela falta de apoio da URSS, acerca do que, também, iria falar com Nyerere».*

### **Uma reviravolta**

Como tinha prometido, antes da sua partida para Lusaca, Agostinho Neto informou-o — além da chegada *«a Luanda dos representantes da FNLA (H.Holden) e de Mobutu para negociações acerca da concessão da independência à Angola»*, e do convite que tinha recebido do *«principal representante da Junta portuguesa em Angola»*<sup>538</sup> para ali chegar urgentemente — acerca da reunião (16/Out.) que ele e Samora Machel tiveram com Nyerere. Assim, após terem avaliado a situação em Angola e a actividade separada de Mobutu, Nyerere, bas-

<sup>538</sup> ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974.

tante desapontado com essa actividade, «*sentiu-se enganado porque se mostrou que os seus esforços e de Kaunda para unirem os movimentos de libertação angolanos, na verdade, acabaram por servir somente os interesses de Mobutu*». Depois, contactou com Agostinho Neto e Samora Machel que, com Kaunda, tomariam rapidamente medidas para resolver a situação e apoiar o MPLA.<sup>539</sup>

Mostrou satisfação pela reviravolta mais recente da situação e por os presidentes da Tanzânia e da Zâmbia terem compreendido, finalmente, a justeza da avaliação do MPLA quanto à questão do Zaire e dos interesses das grandes potências. Estimou que, apesar de tudo, foi decisivo o apoio de Samora Machel e da FRELIMO, o que era compreensivo porque uma solução neocolonialista em Angola poderia ser um pretexto para outra semelhante em Moçambique. Achou mesmo que a reunião do CC do MPLA, que não se pôde realizar em Lusaca, deixou de ter a sua anterior importância decisiva.

Para terminar, o diplomata transmitiu ao SFNE que, nesse dia, «*Neto viajava para Lusaca, devendo regressar a Dar es Salam no dia 27 ou 28 de Outubro. Novamente, agradece a ajuda da Jugoslávia. Interessou-se em saber quando chegará a ajuda financeira que, então, urgentemente precisa[va]m. Essa ajuda tinha sido anunciada no início do ano e foi-lhe comunicada que a sua entrega fora aprovada em Julho. Propusemos até um certo aumento tendo em conta as urgentes necessidades do MPLA*».<sup>540</sup>

### **De Lusaca**

No dia seguinte (18/Out.), após uma reunião com «*os membros da direcção do MPLA, Koti e Carreira*», o embaixador jugoslavo transmitiu para Belgrado que «*aos portugueses (organizadores do movimento militar) surpreendeu a manobra de Mobutu com Holden e Chipenda*», mas informaram imediatamente de que queriam conversações com o MPLA (Neto), tendo sido marcadas para 21 de Outubro no território libertado de Angola em posse do MPLA. Mencionou ainda nomes de membros da delegação portuguesa e algumas das suas propostas.

---

<sup>539</sup> As medidas eram, segundo este telex (17/Out.), as seguintes: «*1.) fornecer ao MPLA (Dr. Neto) toda a necessária ajuda material e militar, e principalmente os meios para o seu transporte para Angola; 2.) pedir a Portugal (Gomes, Gonçalves e Soares) que envie uma delegação a Dar es Salam para consultação acerca da independência de Angola e conversações com o Dr. Neto; 3.) irá falar com o embaixador chinês em Dar es Salam sobre os danos do apoio chinês só à FNLA porque isso, por fim, só era vantajoso para Mobutu e os interesses dos EUA, e pedirá que a China abrande essa ajuda; 4.) falará com o embaixador soviético e intervirá para a continuação da ajuda dos países socialistas ao MPLA; 5.) Nyerere convocou uma reunião, ontem à noite, do Dr. Neto com o primeiro-ministro Kawawa e o ministro da Defesa para a concretização da ajuda ao MPLA*», (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).

<sup>540</sup> Referia-se, possivelmente, ao pedido de autorização (Set./74) do embaixador Kochin para entregar 7000 dólares da ajuda financeira.

Referiu, depois, que Chipenda tinha enviado, no dia anterior, «*um delegado de Kinchassa para informar a reunião do CC que ele e o seu grupo se retiravam do CC [MPLA]*», ao passo que Pinto de Andrade chegou à reunião e com surpresa recebeu essa notícia. Quanto ao seu futuro comportamento, nada estava claro, mas «*o MPLA tentará neutralizá-lo, caso não o consiga ganhar para o seu lado*». Por seu lado, Neto ia continuar «*a invocar as conclusões do Acordo de Brazavile, porque lhe davam um correspondente espaço de manobras*». Igualmente, «*os zambianos disseram a Neto que esque[cesse] o Chipenda e que continu[asse] com a sua acção. Esta era também a posição da Tanzânia e da FRELIMO*».

### **De Kinchassa**

Por seu lado, nesse mesmo dia (18/Out.), a embaixada jugoslava voltou a confirmar tudo o que lhe era conhecido — e já enviado, dias antes, para Belgrado — acerca da abertura da representação de Chipenda na capital zairese, acrescentando que «*nenhum de nós esteve presente nesse acto, isso foram especulações da imprensa. Sabemos que esteve o encarregado de negócios da Zâmbia*».

Num segundo ponto, relatou que a seguir à recente estadia, em Kinchassa, da delegação militar portuguesa «*e dos seus contactos com Holden e Chipenda (em separado), como também do acordo conseguido com a FNLA, tinham cessado os ataques e as acusações contra o Dr. Neto*». Esta súbita viragem, quanto às anteriores calúnias, foi, seguramente, «*uma consequência da evolução mais recente dos acontecimentos, ligada à melhoria da posição do MPLA, respectivamente de Neto em Angola, como também à relação de Nyerere e do governo português a seu respeito*».

Outra consequência das conversações dos representantes militares de Portugal com Mobutu e Holden foi a partida (16/Out.) para Luanda, no mesmo avião, de uma delegação da FNLA e outra do governo zairese, indicando os nomes dos seus seis membros.

No ponto seguinte, citando as informações, recebidas do SFNE, relativas à melhoria, em geral, da posição do MPLA e, em particular, na Zâmbia, comunicou a sua confirmação através das conversações com os encarregados de negócios zambiano e grego na capital zairese. Depois de meses de comentários pouco favoráveis desses dois diplomatas acerca do presente e futuro do MPLA e de Agostinho Neto, de repente, nesses dias, ocorreu uma mudança nessas previsões, passando os derrotados a possíveis vencedores.<sup>541</sup>

<sup>541</sup> Assim, o primeiro que antes era céptico e grande pessimista quanto à situação do MPLA, que considerava Neto perdido para o movimento e aceitava totalmente as teses zairenses acerca do MPLA e de Neto, então, «*referia-se e "afirmava" satisfação por se ter sido encontrada, por fim, a solução para a cooperação das fracções no MPLA*». E acreditava que, em breve, se chegaria a «*contactos entre representantes da FNLA e do MPLA, em Kinchassa, para a criação duma "frente comum" para as negociações com Portugal. [Igualmente], o*

### Outras informações

Após a assinatura do acordo de cessar-fogo, em Lunhameje, Agostinho Neto regressou a Dar es Salam e informou (30/Out.) o embaixador jugoslavo de que na próxima abertura oficial, em Luanda (8/Nov.), da representação do MPLA, «cerca de 30 dos seus quadros [iriam] actuar e manter contactos regulares com o representante da junta portuguesa durante as negociações com Portugal e no período da tomada do poder». Solicitou, igualmente, que, nessa cerimónia, estivesse um jornalista jugoslavo, cuja presença foi considerada importante pelo seu interlocutor com uma proposta para que fosse um enviado especial de um dos principais jornais jugoslavos, viajando via Lisboa ou Lusaca, donde «no avião especial do Dr. Neto viajaria para Luanda».<sup>542</sup> Todavia, caso essa solução fosse cara, propunham que «a Tanjug enviase o seu correspondente de Nairóbi para Lusaca, que o Dr. Neto o levaria no avião especial para Luanda e voltaria para Lusaca. Neto pede que lhe comuniquemos o nome do jornalista».<sup>543</sup>

Nesse mesmo dia, fez outro pedido, esse relativo à concessão de «uma bolsa de estudo na Academia Militar (infantaria) para um dos comandantes do MPLA, Filipe [Spartacus] Monimambo»,<sup>544</sup> que justificou por este ser «o chefe de uma das mais pequenas fracções do MPLA, que esteve ligado ao Chipenda, mas que, [então], se desiluiu dele». Estimou, ainda, que ele seria útil para o MPLA «no período após a independência e que, pessoalmente, aceitou ir para estudos militares num dos países amigos».

---

*diplomata grego (tinha excelentes ligações com americanos, espanhóis e outros) teve teses semelhantes». Nessa altura, segundo ele, no fundo, «a crise do MPLA foi superada e tinham seguras informações de que, em Angola, o MPLA era muito mais apoiado e afirmado do que os restantes movimentos, sobretudo, nas cidades. Esta realidade predominava e obrigava a uma relação mais táctica quanto a Neto por parte de todos os seus inimigos», em que, Mobutu e Holden continuavam a ser os principais. «A posição americana não podia defini-la mais precisamente, dizia que eram muito reservados e cautelosos, o que explicava como consequência dos seus grandes interesses em Cabinda. Contudo, era característico a sua opinião e avaliação da conduta da RP China e, no mesmo contexto, também da Roménia, a qual, sabia que apoiava então a FNLA, mas mantinha, ao mesmo tempo, uma ligação cada vez mais intensa com o MPLA. Dizia-se até que a Roménia enviava, no mesmo barco, a ajuda para um e outro movimento. Acreditava que, no fim, prevaleceria o movimento que tiver a maior influência em Angola» (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).*

<sup>542</sup> *Ibid.* Porém, Agostinho Neto não se encontrava entre os passageiros desse avião, tendo essa viagem para Luanda sido efectuada somente em Fevereiro próximo.

<sup>543</sup> *Ibid.* Esse correspondente da Tanjug chegou a Lusaca, mas devido a não ter o visto português, achou que seria perigoso viajar para Luanda. Apesar das explicações do embaixador acerca desse e doutros pormenores dessa viagem, um dia antes da partida, deixou um recado na embaixada e regressou, autorizado pelo seu director, a Nairóbi. Depois, os protestos do embaixador e do SFNE, a reacção do MPLA e os vistos concedidos, sem quaisquer dificuldades, a outros jornalistas que viajaram nesse avião fizeram deste caso um mau exemplo do funcionamento destas instituições jugoslavias.

<sup>544</sup> Tinha estado na Jugoslávia (Fev./73) como membro da delegação MPLA, chefiada por Agostinho Neto. Devido a vários adiamentos só, em 1976, começou os seus estudos, em Belgrado, na Academia Militar.

No dia seguinte, na mesma embaixada, «*Neto teve uma longa conversaço com Kochin e Vemitch*» em que comentou a melhoria da situação no MPLA, o descrédito de Chipenda<sup>545</sup> e o apoio cada vez maior da Tanzânia e da Zâmbia como esperava também uma evolução positiva em muitos outros países africanos. Uma evolução semelhante parecia-lhe existir nas relações com a URSS<sup>546</sup> e a China,<sup>547</sup> enquanto «*com Portugal tinham regulares contactos oficiais e secretos e tiveram a garantia que a junta portuguesa considerava o MPLA o principal interlocutor nas negociações acerca da independência*», apesar dessas negociações decorrerem ao mesmo tempo com a UNITA e a FNLA.

Quanto à participação, nas negociações e no futuro governo de coligação em Angola, de representantes da minoria branca, «*o Dr. Neto não tinha uma posição definitiva porque isso mostraria o desenvolvimento dos acontecimentos. De qualquer maneira, considerava que essa minoria não podia ter um estatuto igual ao dos movimentos de libertação, mas devia-se respeitar, seguramente, os seus interesses e abrir essa perspectiva*». Aceitava ser a solução mais realista um governo provisório de coligação e estava consciente da necessidade de cooperação com a FNLA e a UNITA.

Em fins de Outubro, as informações<sup>548</sup> acerca de Angola, enviadas para Belgrado, permitiam ao governo jugoslavo ter um bom conhecimento da situação político-militar angolana em que o MPLA, o movimento de libertação africano que mais apoiava, começava não só a sair da «*crise fraccionista*», mas até a retomar e reforçar as suas posições anteriores no plano interno e externo.

Porém, quanto mais se aproximava «*o tempo das negociações definitivas acerca do destino de Angola (até então tinham sido parciais e preliminares), maior era, pelo menos aparentemente, a confusão das relações e opiniões como igualmente era mais visível o nervosismo dos principais actores*». Além disso, para este diplomata jugoslavo em Kinchassa, era uma luta por posições políticas e pelo poder, sendo esta «*a principal preocupação dos movi-*

<sup>545</sup> Segundo este telex do embaixador jugoslavo, Agostinho Neto considerava que «*Chipenda já estava politicamente liquidado [...]: Isso foi confirmado expressivamente pela forte condenação, na Tanzânia, de Chipenda como também algumas das suas acções arbitrárias (abertura da representação do MPLA em Kinchassa, viagem à Suécia, etc.)*, (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).

<sup>546</sup> *Ibid.* Apesar de algumas dúvidas, «*parecia-lhe que, talvez, igualmente a URSS estivesse mais inclinada para o MPLA, apesar que nessa direcção ainda não havia suficientes indícios*».

<sup>547</sup> *Ibid.* Assim, «*os chineses já aceitaram dar-lhes instrutores militares para campos de instrução na Zâmbia*».

<sup>548</sup> Entre centenas de páginas de documentos (telexes, relatórios, etc.), procurou-se encontrar a descrição e uma avaliação dos principais acontecimentos, ocorridos nessa centena de dias, através de diversas fontes. Todavia, mencionou-se ainda alguns outros menos relevantes que podem contribuir para a compreensão deste período da descolonização portuguesa, em que Angola ocupou um lugar importante na política externa jugoslava.

*mentos de libertação e suas fracções como também de todos os outros numerosos factores neste jogo, realmente amplo e complexo, em redor da independência de Angola (desde os países vizinhos e grandes potências — sobretudo, aquelas mais interessadas economicamente — até aos colonos extremistas)».*<sup>549</sup>

Devido a que, «*em águas turvas todos pescavam*», acrescentou que, em base de muitas fontes, as forças reaccionárias neocolonialistas tinham tentado uma revolta armada, mas que tinha falhado. Citando o almirante Rosa Coutinho que, numa entrevista publicada dois dias antes, a ligou com o «*"movimento insurreccional do 28 de Setembro, em Portugal" [...] que tinha como objectivo de impor nessa colónia uma "independência do género da Rodésia"*».<sup>550</sup>

Referindo-se, depois, ao conflito das fracções no MPLA que «*continuava entre Chipenda e Neto e se agravava*», noutras duas dezenas de linhas, descreveu a conferência de imprensa de Chipenda (29/Out.), traduzindo as suas acusações contra Agostinho Neto «*por causa do acordo que assinou com os portugueses acerca do cessar-fogo no Leste de Angola*», salientando que esse acordo foi «*uma miserável demonstração de certos círculos portugueses que quer[iam] criar em Angola um clima político de confusão e uma nova maquinação do almirante Rosa Coutinho*» com vista a perpetuar a colonização no território angolano e a dividir o nacionalismo angolano. Por isso, para este diplomata jugoslavo, «*Chipenda pressupunha e sabia, sem qualquer dúvida, que os portugueses favorizavam Neto como representante do MPLA nas futuras negociações*» e, por essa razão, procurava afirmar-se — com frequentes ataques contra Neto, mais a cooperação da FNLA e o apoio do Zaire — como o único e legal representante do MPLA.

Nessa mesma linha de raciocínio, também, a FNLA publicou um comunicado (27/Out.) em que avisava «*a junta militar portuguesa por incumprimento do acordo de Kinchassa*», assinado com o governo português (11/Out.), por não reconhecer «*à junta de Luanda, poder político para discutir acerca do futuro de Angola com os movimentos de libertação*», devendo as negociações acerca da independência serem conduzidas a nível de Lisboa. Do mesmo modo, «*[...]repudiava energicamente certas manobras de influentes membros do*

---

<sup>549</sup> Este telex foi enviado (31/Out.) para o SFNE, (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).

<sup>550</sup> Seguindo-se uma dezena de linhas de texto acerca do Partido Cristão-Democrata que com «*(um grande apoio financeiro) tinha elaborado um plano de recrutamento de soldados-comandos e antigos elementos da policia política (PIDE-DGS), previsto desembarques de armas na ilha de Luanda, etc.*», assim como dos seus dirigentes presos (António Navarro) e que, «*entre os que podiam ter fugido para a RAS, se encontrava o Dr.Ferronha [...]que foi um dos representantes dos movimentos políticos convidados a Lisboa pelo gen. Spínola (em Setembro) para as conversações do processo de descolonização de Angola*», (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).

*governo da junta de Luanda que persistem em encorajar, através da rádio e da imprensa, uma campanha política de calúnias e desconsideração de um determinado movimento contra outro, e de oficialmente impedir qualquer órgão da imprensa que estiver disposto a publicar informações acerca da FNLA"».*

Justificando a sua longa citação das declarações de Chipenda e do comunicado da FNLA, o subscritor deste telex acrescentou: *«para que se pudesse ver deste ângulo os acontecimentos em Angola e, sobretudo, quanto Chipenda e Holden receiam o reforço das posições de Neto. Era evidente que, também, os portugueses (e não só aqueles mais progressistas) forçavam, por conhecidas razões, Neto como representante do MPLA, ou seja, querem criar condições, nas quais, teriam como principais negociadores Holden, Neto (e não representantes de todas as fracções), Savimbi e, eventualmente, Falcão».*<sup>551</sup>

Por fim, concluiu que a posição da FNLA, olhando em geral, era mais forte, mas não se podia dizer que a posição do MPLA fosse, na mesma medida, mais fraca. Igualmente, segundo a opinião dos representantes de todos os países europeus orientais e uma boa parte dos ocidentais, *«a FLNA não ganha[va] muito no plano político (embora a situação favore[cesse] este movimento), especialmente porque Holden não tinha as qualidades pessoais de político e estadista necessárias para chefe dum movimento de tal formato».* Além disso, os seus conceitos políticos, sobretudo a sua carga racista, restringiam as suas possibilidades e acções.

Parecia que Chipenda tinha até menos qualidades para ser um estadista sério, embora fosse difícil de avaliar *«o que significava, numa real relação de forças, ele pertencer à maior tribo»*<sup>552</sup> *angolana, numa aliança com Savimbi».* Daí, Agostinho Neto, *«apesar de determinadas franquezas conhecidas,*<sup>553</sup> *representava até [então] a maior figura de estadista e político em Angola e isso, não só por causa da orientação progressista, mas também pelas qualidades pessoais e capacidades, as quais o distinguem fortemente dos restantes líderes angolanos».*

---

<sup>551</sup> Referia-se a Fernando Falcão, um dos fundadores, em 1961, da FUA (Frente de Unidade Angolana).

<sup>552</sup> Como, em sérvio-croata, *«pleme»* significa tribo, já era bastante discutível considerar, em 1974, que, na África subsaariana, os povos (*«narod»*) ainda não existiam, tendo em conta a bibliografia existente e a importância da questão nacional na política jugoslava. Cf. *Politička Enciklopedija*, Belgrado, 1975.

<sup>553</sup> Embora as não tenha citado, referiu: *«todavia, errou muito porque subestimou o interesse objectivo do Zaire por Angola e sua real força e influência nesta região. Nesta linha, expôs-se demasiado a opor-se ao Zaire e a Mobutu, o que, agora, lhe limita o espaço de manobra e as possibilidades de aproveitar mais as suas vantagens políticas e qualidades e capacidades pessoais».*

### Regresso de Argel

Após o seu regresso a Lusaca, vindo da Argélia, Agostinho Neto visitou a embaixada jugoslava (14/Nov.) e — sem mencionar o seu próximo encontro, em Argel, com Melo Antunes, marcado para dias depois — citou a recente abertura da representação do MPLA, em Luanda, cujos membros foram recebidos por cerca de 100 000 pessoas e às manifestações em outras cidades de Angola. «*Uma chegada sem grandes provocações, mas viu-se que a reacção, com o apoio dos colonos brancos*», preparava alguma acção e, no dia seguinte, foi anunciada a chegada de uma delegação da UNITA, embora já tivesse aberto antes a sua representação. Desde o aeroporto à cidade, ocorreram «*incidentes que se propagaram por toda a Luanda, com graves perdas em ambas as partes (cerca de 50 mortos e mais de 100 feridos)*». Segundo ele, as forças militares portuguesas foram ineficazes e, apesar do recolher obrigatório e do reforço do controlo, era de esperar mais provocações, atrás das quais se encontravam não só as forças reaccionárias, mas ainda a FNLA e a UNITA. Igualmente, deparavam-se com o problema do armamento que atrasava o seu avanço em direcção a Luanda, embora os portugueses estivessem dispostos a aceitar ali a chegada de forças do MPLA. Quanto ao interior angolano, a situação era favorável, sendo o Lobito<sup>554</sup> um exemplo, onde a sua influência era muito forte e confirmada por uma greve dos trabalhadores portuários que decorria sob o controlo do MPLA.

A evolução da situação política encaminhava-se para um governo de coligação transitório. Enquanto, os portugueses queriam que fosse formado por representantes do MPLA, FNLA, UNITA e dos colonos brancos, Neto deu a saber que aceitava esse governo, mas que insistia: a maioria no governo tivesse o MPLA; o exército fosse unificado, caso se quisesse evitar confrontos; era inaceitável, sob quaisquer condições que fossem, que os colonos brancos aparecessem no governo com representantes no governo, pois como parceiros no governo transitório podiam estar representantes de Portugal e não de colonos brancos, considerados angolanos brancos por Neto e que podiam, se o quisessem, integrar um dos movimentos e ser assim representados no governo. A respeito da UNITA, não tinham tomado uma posição definitiva, porque era para eles uma questão delicada, tendo em conta que já publicaram provas da

---

<sup>554</sup> Segundo um anterior telex desta embaixada (1/Nov.), «*o nosso especialista para transportes (ONU), ao serviço do governo zambiano, foi ao Lobito para examinar o atraso dos transportes no porto. Esteve também no Luso. Suas impressões: no Luso, a cidade cheia de palavras de ordem — 85 por cento a favor do MPLA, o resto para a UNITA. No Lobito, a situação era ainda mais favorável para o MPLA. O porto, por agora, num estado anárquico. Os portugueses interessam-se cada vez menos pelos problemas e sua resolução, e as outras forças ainda actuam menos. Todos esperam a mudança e cada vez mais se sente uma certa anarquia. Em ambas as cidades, os portugueses não escondem que as posições do MPLA são as mais fortes*», (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).



colaboração de Savimbi com o regime fascista português. Contudo, isso não condicionaria a formação do governo de coligação, caso aceitassem outras condições. Também, não tinham uma plataforma para apresentar publicamente e esperavam o regresso de Luanda dos membros do Comité Central para saberem que conversações tiveram com os governantes portugueses, apesar das posições de Lisboa fossem bastante claras para eles. Depois, Agostinho Neto afirmou que o MPLA tinha o apoio e a compreensão de Portugal.

Neste seu relato, o diplomata jugoslavo anotou que, na conversação com Lopo de Nascimento, lhe disse que *«seria bom para o MPLA que declarasse, quanto antes, a sua posição relativamente à independência de Angola, o não-alinhamento com blocos e uma ampla plataforma de cooperação com todos»*. E continuou: *«propus-lhe que Neto pensasse em dar uma entrevista nesse sentido para a nossa imprensa. Lopo disse que isso seria vantajoso, mas quando me encontrei com Neto, ele não a mencionou. Tenho a impressão que a URSS ainda pressiona Neto e que ele está cauteloso para não derrubar, declarando posições não-alinhadas, as suas ligações com eles»*.

### **Em Belgrado**

A visita de Pedro Castro Van-Dunem<sup>555</sup> à Jugoslávia ocorreu *«a pedido do CC do MPLA com o objectivo de explicar a actual situação em Angola e iniciar algumas questões da futura cooperação [...] no plano político e militar»*.<sup>556</sup> Numa *«longa conversação»* (25/Nov.), na ASPTJ, com Aleksandar Bakotchévitch, um dos seus dirigentes, começou por relatar a *«situação em Angola»*, referiu-se a seguir à *«posição de Portugal»*, ao *«papel do Zaire»*, às *«relações do MPLA com a Zâmbia, Tanzânia e Congo»* e terminou com as *«relações com a Jugoslávia e pedidos de ajuda»*.<sup>557</sup>

<sup>555</sup> Segundo outro documento (em francês) — carta do MPLA, endereçada à ASPTJ (28/Nov.), com anexo relativo ao pedido de ajuda militar apresentada, no dia anterior, no SFDP — este *«membro da direcção do MPLA»* que era também *«membre de "O Estado Maior Geral" de Forces Armees Populaires de Liberation de l'Angola (Logistique et Transports)»*. Apesar da investigação no Arquivo Militar não nos ter sido autorizada, as cinco páginas deste documento permitem confirmar a importância dessa ajuda militar através da enumeração do seu tipo e volume: treino e equipamento de 2 batalhões de artilharia motorizada (artilharia ligeira, pesada, antiaérea e mísseis); montagem de uma escola, em Angola, para formação de 500 oficiais e soldados; possibilidades de pôr à disposição do MPLA (pilotos, técnicos para manutenção de aviões e das pistas de aeroportos) para os voos dos seus aviões, sobretudo, em Angola; possibilidades de transporte aéreo de equipamento militar da Tanzânia para Angola; conselheiros militares jugoslavos para os órgãos de comando das FAPLA; admissão de quadros da FAPLA nas instituições militares jugoslavias para a formação de instrutores militares e políticos.

<sup>556</sup> AJ, 507, IX, 3/I.

<sup>557</sup> Nesta *«Informação»*, o primeiro e o último tema preenchem quatro das suas seis páginas e, além de confirmarem as informações enviadas pelas citadas embaixadas jugoslavias, acrescentam outras acerca da situação em Angola.

Em Angola, após o acordo de cessar-fogo, segundo o seu relato, o MPLA abriu as suas representações em Luanda e nas maiores cidades do país, tendo as manifestações na capital (8/Nov.) «confirmado o enorme prestígio e influência que o movimento [tinha] entre as massas angolanas», assim como «a participação de cerca de 400 000 pessoas foi confirmada também pelas agências noticiosas estrangeiras». <sup>558</sup> No entanto, «a reacção e os colonos associados com partidários da FNLA e UNITA» tentaram com desordens diminuir o efeito de popularidade do MPLA e aterrorizar a população, provocando «50 mortos e 100 feridos, entre eles, um membro do CC do MPLA». De resto, em Luanda, estava instalado um centro da CIA que dirigia essas acções e cooperava com «os colonos brancos e apoiantes da FNLA e da UNITA que, aliás, como já se sabia e antes, estavam ligados aos estratos mais ricos da população branca». Através desse centro e de outros canais «distribuíam armas aos adversários do MPLA e, de facto, preparavam-se para a guerra civil». Holden Roberto dizia abertamente que estava «em condições de deslocar 10 000 homens armados para Luanda (evidentemente, com a ajuda do Zaire) a fim de ajustar contas com os adversários».

Perante a situação no enclave de Cabinda, <sup>559</sup> na província da Lunda <sup>560</sup> e na fronteira com a Namíbia, <sup>561</sup> em que as tentativas secessionistas apoiadas pelo Zaire e a RAS aumentavam, a acção do MPLA tinha dois objectivos: um, «a formação de organizações de base no terreno e abertura de representações em todas as maiores povoações com o fim de abranger politicamente todo o território»; outro, aproveitando o sucesso nesse trabalho político, «tentar construir também uma estrutura militar em todo o território nacional» de forma a se poder opor aos seus adversários e impossibilitar as suas tentativas de provocar uma guerra civil. Por isso, segundo Pedro Van-Dunem, «tinham chegado à conclusão que somente bem armados podiam conseguir esses objectivos» e, para exemplificar, mencionou ainda a vitória, em cooperação com o exército português, contra «a tentativa da FLEC e prenderam o governador desse enclave e os seus apoiantes, e impediram os distúrbios em Vila Salazar (que ocuparam

<sup>558</sup> Apesar do número de participantes na manifestação, em Luanda (8/Nov.), seja só «cerca de 100 000» noutro documento citado, todavia, como os outros dados (os mortos e feridos) são idênticos, esta diferença pode ser um simples erro. Ademais, na imprensa portuguesa, esse número foi ainda menor, «cerca de 50 000».

<sup>559</sup> As acções secessionistas tinham «a aprovação de certos círculos políticos e militares portugueses e a participação activa do presidente Mobutu do Zaire».

<sup>560</sup> Onde se encontravam «as grandes e ricas minas de diamantes da companhia "Diamang", que tinha uma grande autonomia e as suas próprias forças armadas («estatuto de Estado dentro do Estado) e fazia preparativos para, caso fossem ameaçados os seus interesses, proclamar a soberania da província e separar-se de Angola».

<sup>561</sup> No sul do país, «através dos chefes da tribo Ovambo, que vive na Namíbia e em Angola, a RAS tentava colocar a questão da revisão da fronteira entre os dois países no rio Cunene», passando esse rio a pertencer à Namíbia, ou seja à RAS, pertencendo-lhe assim o sistema hidroeléctrico que ali se construía.

*e mantiveram 3 dias nas suas mãos)». Assim, verificaram que eram fortes militarmente e com estas acções, suficientemente armados, podiam manter sob controlo a situação. Para isso se realizar totalmente, era necessário terem «o armamento que não possuía como aquele que, praticamente, nos últimos dois anos, não tiveram possibilidades de o transportar para Angola por causa da atitude hostil da Zâmbia. Caso conseguissem chegar até às armas que se encontravam na Tanzânia e com a ajuda dos países amigos, seguramente, seriam o principal movimento armado no país». Acerca dessas armas na Tanzânia, diria até que davam para «armar um par de brigadas de gente e, ao introduzi-las nas cidades, reforçar assim muito significativamente as suas posições».*

Referindo-se, depois, à posição de Portugal, estavam conscientes que, a respeito da descolonização, o seu governo defrontava-se com grandes problemas. Sem embargo, em Portugal e nos seus meios governamentais existiam fortes forças que eram contra o MPLA. Apesar das «relações satisfatórias com os poderes militares portugueses em Angola, em particular, com o governador Coutinho», todavia, notavam que, nos últimos tempos, «o governo português contactava mais vezes os outros dois movimentos [...] e isso preocupava-os». Sobretudo, era-lhes pouco clara «a atitude do ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares, que evitava falar, persistentemente, com o MPLA». Quanto às conversações, em Argel, entre Agostinho Neto e Melo Antunes ainda não conhecia os seus resultados. Não obstante, achava que se notava uma tendência para excluir o MPLA das conversações sobre a descolonização, «colocando-o em posições marginais para o impossibilitar de influenciar na evolução dos acontecimentos no país».

Uma ameaça importante representava o Zaire pelo seu grande apoio à FNLA e os contactos que tinha com diversos grupos e personalidades em Portugal e Angola com o fim de impossibilitar o MPLA. Além de terem dados de que «a revolta em Cabinda foi organizada pelo Zaire com o apoio de alguns elementos do exército e da administração portuguesa», sabiam que aviões zairenses transportaram apoiantes de Holden e armas de Kinchassa para Luanda. O próprio Mobutu exprimiu o desejo de visitar em breve Angola, procurando assim exercer uma certa pressão na evolução da situação. Ademais, possuíam informações seguras de que ele ambicionava formar uma federação com Cabinda e Angola, em que seria o presidente e Holden Roberto o vice-presidente. Acerca disso, «Mobutu falou e chegou a um acordo de princípio com Spínola por ocasião do seu encontro em Cabo Verde. A queda deste último impediu por algum tempo essa acção, mas Mobutu não desistiu dela e pensava que era possível a sua realização, caso conduzir Holden ao poder». Segundo a opinião de Van-

Dunem, anotou o seu interlocutor jugoslavo, caso *«essa ideia se realizasse, realmente, Mobutu tornar-se-ia no primeiro homem da África»*.

Estavam convictos de que o Zaire com a FNLA se preparava para intervir militarmente em Angola, decorrendo, nessa altura, a formação acelerada de unidades de choque conjuntas com a construção de uma série de aeroportos ao longo da fronteira com Angola.

Apesar das relações com o Congo, Zâmbia e Tanzânia tivessem melhorado muito, Van-Dunem estimou que as suas actividades, durante a crise do MPLA, provocaram enormes danos ao seu movimento. Nessa altura, esses países ajustaram-se, consciente ou inconscientemente, ao esquema imperialista que tinha como objectivo a sua liquidação. A seguir ao que se passou (a ligação de Chipenda com o Zaire, os planos do grupo do Pinto de Andrade e o acordo Spínola e Mobutu), eles viram, uns mais, outros menos, os seus erros. A esse respeito, *«quem foi mais longe entre os três presidentes, foi Nyerere o único capaz e preparado para examinar as coisas e fazer uma profunda análise da situação, não podendo desculpar-se a si próprio pela ingenuidade que mostrou»*. Tinham com ele uma excelente cooperação e gozavam de uma total ajuda e apoio. Além disso, *«Ngouabi mudou a sua posição e convidou Neto a visitá-lo»*, sendo de esperar que iria empenhar-se mais no apoio ao MPLA. Também, *«havia positivas mudanças na conduta de Kaunda, mas sem resultados práticos»*. Apesar das promessas dadas que iria autorizar o transporte de armamento da Tanzânia para Angola, ainda nada disso tinha ocorrido e esse era o seu maior problema. Ademais, *«entre os dirigentes zambianos e mesmo em redor de Kaunda havia quem continuava a ajudar o Chipenda, o que representava um problema suplementar»*.

Após ter agradecido a ajuda concedida pela Jugoslávia ao MPLA, Pedro Van-Dunem apresentou um pedido de ajuda política e militar. Assim, no plano político, solicitou o empenho jugoslavo no círculo dos países não-alinhados para que esses apoiassem o seu movimento, aproveitando assim as suas boas relações com a Zâmbia, Tanzânia e Congo para que esses países lhes dessem um maior apoio. Voltou a salientar, em particular, *«que a Zâmbia permitisse o transporte de armamento da Tanzânia para Angola e fosse mais activa no apoio ao MPLA nas negociações com Portugal»*. Considerou que, para isso, seria de aproveitar a visita de Kaunda à Jugoslávia.<sup>562</sup> Citou até os possíveis contactos com alguns países africanos (Uganda, Somália e, talvez, Nigéria) que *«eram neutrais ou tinham compreensão pelo MPLA»*, com vista à obtenção do seu apoio. Talvez, até *«a Jugoslávia pudesse também influenciar o Zaire a mudar a sua posição e a não intervir nos assuntos internos de Angola»*.

---

<sup>562</sup> Efectuou-se dias depois (27-28/Nov.).

Solicitou, em seguida, esse mesmo apoio, «*através da via diplomática ou no quadro das ligações das organizações sociopolíticas, para influenciar a mudança da posição do governo português e, especialmente, os partidos socialista e comunista de Portugal a darem apoio e a contribuírem para o reforço do MPLA*». Igualmente, uma acção semelhante «*podia ser empreendida junto dos estados socialistas que se mantinham surpreendentemente neutrais*». Pediu, ainda, que «*a ASPTJ e a LCJ se empenha[ssem] junto de alguns partidos sociais-democratas europeus*<sup>563</sup> no sentido de que esses partidos [ influenciassem ] o PS de Portugal».

No plano militar, apresentou um pedido urgente de armamento e de meios de transporte que, numa carta posterior, descreveu em pormenor.

Na sua resposta, A.Bakotchévitch salientou que a ASPTJ tinha procurado, até então, nos seus contactos com os parceiros estrangeiros ajudar o MPLA e, nesse sentido, na passada visita da sua delegação a Portugal a convite do Partido Socialista, em fins de Outubro, a situação em Angola foi discutida nas conversações com os seus dirigentes. Acrescentou que, no Congresso do PS, dentro dias, «*voltariam novamente a colocar essa questão e a trocar ideias com representantes de outros partidos ali presentes*». Quanto à ASPTJ, reafirmou que «*continuariam a ter a mesma posição de princípios em relação à ajuda e apoio ao MPLA*». A respeito da ajuda militar, ficou acordado que fosse discutida por Van-Dunem no SFDP.

### **De Argel**

Dias depois (28/Nov.), «*segundo interlocutores nos círculos económicos argelinos*», a embaixada jugoslava informou o SFNE de que «*Bumediene tinha recebido em audiências separadas as duas delegações*,<sup>564</sup> *ou seja, Neto que estava acompanhado por Carreira e Antunes, acompanhado pelo major Pezarat, adjunto do representante da junta militar em Angola. Deram-lhe a conhecer, nas conversações, tanto os resultados como também as avaliações da situação na África Austral*». <sup>565</sup> Depois, tendo concordado com a avaliação de que a evolução dos acontecimentos naquela parte do mundo entrava numa fase crítica, não excluiu a possibilidade da ingerência do Zaire, atrás do qual se encontrava os EUA e que tudo rodava à volta do petróleo e das matérias-primas. Por fim, «*o objectivo não era somente Angola, porque caso, ali, se instaurar um regime que vá ao encontro dos imperialistas, isso provocaria*

<sup>563</sup> Segundo Van-Dunem, poderiam ser até vantajosas as conversações com o ministro sueco dos Negócios Estrangeiros, Andersen, na medida em que a Suécia apoiava o MPLA.

<sup>564</sup> Sem mencionar a data (20/Nov.).

<sup>565</sup> ADMNE, F-2, Argélia, 1974.

*uma reacção em cadeia e a queda obrigatória de Kaunda e Nyerere, pelo que os EUA criariam uma alternativa em África para o regime da República da África do Sul».*

De acordo com estas informações, em breve, deveriam começar as conversações argelino-portuguesas, estando «os portugueses interessados, sobretudo devido às dificuldades económicas, na abertura ao mundo árabe onde conta[vam] com ajuda financeira» e acreditavam que os argelinos os podiam ajudar. Outro objectivo da «*junta militar [era] uma cautelosa aproximação dos países não-alinhados e, para eles, como perspectiva a ideia do não-alinhamento, mas, no momento, deviam ter em conta as realidades e manter o status quo*». Sob este aspecto, julgavam «*a Argélia como um parceiro interessante porque poderia facilitar a posição de Portugal entre os países não-alinhados*».<sup>566</sup>

Além do forte apoio a Neto e à política do MPLA, Boumediene estava «*disposto ir mais longe nesse apoio não só no plano diplomático, mas também no aumento da ajuda logística e militar*».

### **Cabinda desde Kinchassa e de Bruxelas**

As embaixadas no Zaire e na Bélgica comunicaram ao SFNE,<sup>567</sup> em meados de Novembro, que a situação em Cabinda se tornava numa questão cada vez mais importante para os vizinhos (Zaire e Congo), mas também para a descolonização de Angola e a estabilidade política nessa região.

Assim, para o embaixador jugoslavo em Kinchassa, o enclave angolano era, naquele momento (14/Nov.), assunto de numerosos e diversos conflitos e mal-entendidos: entre o Congo e Zaire que pretendiam Cabinda como parte do seu próprio território; entre estes países e os movimentos de libertação, o actual governo português e outras forças que concordavam com a sua unificação a Angola; entre todas «*as citadas e as forças reaccionárias, a OTAN e os EUA*» procuravam reforçar as suas posições (económicas e políticas) em Angola com vários meios até mesmo através da separação de Cabinda de Angola.

Nesses dias, a FLEC tinha sido expulsa de Cabinda pelo MPLA que, «*com o apoio e a atitude favorável dos portugueses, tinha fechado a sua representação e expulsado a direcção da FLEC*», levando a cabo outras medidas que lhe impediam uma maior actividade a favor de uma Cabinda independente, em última análise, a favor do Zaire. Segundo as mais recentes

<sup>566</sup> Aqui, deve-se acrescentar que a IV Cimeira de Chefes de Estado ou Governo dos Países Não-Alinhados se realizou em Argel (Set./73) e Houari Boumediene foi secretário-geral do Movimento dos Não-Alinhados (1973-76).

<sup>567</sup> ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974.

informações (embaixador belga), a FLEC, na verdade, a FNLA passou ao contra-ataque, pelo que, pelo menos por algum tempo, foi quebrada a sua unidade (ala zaireense e congoleza).

Todavia, uma Cabinda como Estado era somente uma forma para se ocultar as pretensões territoriais, isto é, uma fase transitória para depois «*o povo se declarar pela unificação com um dos vizinhos*». Para esta opinião existiam numerosos indícios e provas. Assim, consoante o que sabiam, declarou: «*pelo que lhes tinha dito o embaixador romeno, o chefe da delegação zaireense nas comemorações do 30.º Aniversário da Roménia [...] declarou aos romenos que o Zaire, 6 meses antes, esteve preparado para ocupar Cabinda a pedido dos cabindenses. Igualmente, os representantes dos países orientais europeus dizem que existe um plano acerca da conquista de Cabinda por parte do Zaire. O embaixador polaco afirma, em base de "fontes seguras", que existia um "acordo secreto" entre Mobutu e Holden, pelo qual, aquele quando chegar ao poder em Angola asseguraria a anexação de Cabinda pelo Zaire*».

Apesar de ser difícil confirmar quanto tudo isso era exacto, mas era seguro que, acrescentou o diplomata jugoslavo, «*Holden nunca comentou publicamente nada acerca de Cabinda, embora estivesse obrigado a fazê-lo pela própria situação e a clara posição do MPLA. Igualmente, era exacto que diversas vezes evitou responder a perguntas directas sobre este tema. Evidentemente, Holden tinha em conta que Mobutu poderia desistir, devido à relação de forças e ao interesse por Angola, também da pretensão quanto a Cabinda, pelo menos por determinado tempo*». Disse até que a aspiração do Congo de anexar toda ou parte de Cabinda não era menor do que a do Zaire, mas, outra coisa, eram as suas reais possibilidades. Porém, esta aspiração, duas semanas depois, nas conversações Ngouabi-Neto, foi substituída pelo «*apoio incondicional ao MPLA*» e a expulsão da FLEC do Congo.<sup>568</sup>

As razões para tal posição do Zaire e do Congo eram claras, pois, em 1973, ali foram produzidas 10 milhões de toneladas de petróleo numa superfície menor a 10 000 km<sup>2</sup> com uma população inferior a 100 000 habitantes.<sup>569</sup>

Entre algumas observações finais, salientou: «*Mobutu estava consciente de tudo e, por isso, ainda não disse uma palavra, publicamente, a favor da independência de Cabinda, não*

---

<sup>568</sup> Segundo um telex desta mesma embaixada (29/Nov.), tendo esta informação acerca da mudança da política congoleza sido dada por «*José Eduardo dos Santos, representante do MPLA (adjunto de Lara)*», em Brazavile.

<sup>569</sup> Acrescentado que havia ainda cerca de 200 000 cabindenses noutros países (Zaire, Congo, Gabão e Império Centro-Africano). De acordo com muitas fontes e os dados do embaixador da RDA, Cabinda deveria, em 1980, produzir 100 milhões de toneladas de petróleo. Mas, além duma grande riqueza (petróleo, madeiras), Cabinda para o Zaire (em parte, também para o Congo) tinha uma importância particular, pois com a sua anexação asseguraria uma ampla saída para o Oceano Atlântico e outras facilidades.

*obstante, na prática, fazia diversos esforços para assegurar o seu estatuto de autonomia, ou seja, mais tarde, a sua anexação total ou parcial pelo Zaire. Provavelmente, deste modo, conta também com a posição favorável dos EUA em relação à autonomia de Cabinda. Muitos pensam que forçou as conversações com Spínola, principalmente, porque este estava disposto a apoiar a independência de Cabinda».*

Outra informação dizia respeito aos «americanos no Zaire que evitavam discutir, nos últimos tempos, acerca de Angola e Cabinda», dando somente opiniões gerais que nada diziam, assim como a Mobutu que, a par de atitudes cautelosas, tinha «o apoio de alguns dos seus "ilustres amigos" para a afirmação das suas posições». Acrescentando que, segundo o embaixador da Bélgica, «Leburton,<sup>570</sup> regressando "de passagem" por Luanda informou, em pormenor, o general Rosa<sup>571</sup> acerca das posições e propostas de Mobutu». Igualmente, em Tunis, que tinha boas relações com Kinchassa, «Soares teve, não por acaso, longas conversações com o representante da FNLA, Eduardo P.<sup>572</sup> (responsável pelas relações internacionais) e isso no MNE tunisino». Portanto, através desta actividade, Mobutu apercebia-se «do verdadeiro estado das coisas e da relação de forças», o que levou este diplomata jugoslavo a concluir: «parecia realmente que se torna ainda mais flexível e cooperativo na busca da solução mais apropriada».

Em Bruxelas (18/Nov.), um membro da direcção do PSB, Pierre Falise informou o embaixador jugoslavo «acerca da recente estadia em Kinchassa e Luanda e das conversações que ele e Leburton tiveram com Mobutu, Neto e o almirante Rosa Coutinho, chefe da junta militar».<sup>573</sup> A sua impressão geral destes encontros foi bastante pessimista porque os dois movimentos (MPLA e FNLA) eram muito exclusivistas e não havia probabilidades de acordo. Assim:

Holden disse-lhes que «as suas tropas, cerca de 12 000 combatentes, treinados por instrutores chineses, encontravam-se em grande parte do país e nas proximidades de Luanda, que podia tomar a qualquer momento». Devido a essa forte posição, não permitiria uma solução que não lhe conviesse, sobretudo, um acordo Portugal-MPLA.

---

<sup>570</sup> Edmond Leburton (1915-97), político belga, presidente do PSB (1971-73) e primeiro-ministro (Jan./73-25/Abr./74).

<sup>571</sup> Do general em vez de almirante ou outro posto, mais a falta ou transcrição errada de nomes, estes erros não foram assim tão raros neste tipo de documento.

<sup>572</sup> Pinnock, Jonhy Eduardo.

<sup>573</sup> ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974.



Quanto a Neto, comunicou-lhes que *«os seus cerca de 8000 combatentes, treinados por instrutores soviéticos, se encontram em Luanda e nos centros mais importantes do país, e goza do apoio português e opinião pública progressista internacional»*. Daí, esperava que, por fim, a solução corresponderá aos seus interesses.

Já Mobutu referiu-se aos *«seus 2400 km de fronteiras com Angola e que, por isso, não podia permitir que ali se instalasse o caos»*. Pretendia que se conseguisse um acordo entre os movimentos de libertação, mas, em qualquer solução encontrada, Holden teria de ser aceite. *«Fazia pressão sobre Lisboa para que ele fosse aceite como principal parceiro»*.

Segundo Rosa Coutinho, *«Neto era o mais conveniente para o novo regime português, porque ele era o mais progressista, que o continuariam a favorecer, mas que o Zaire, EUA e a China lançaram o Holden e estavam em condições de provocar o caos em Angola. Além disso, Mobutu e os EUA lançaram a ideia da independência de Cabinda, desejando apropriar-se das suas riquezas (petróleo)»*. Devido a tudo isto, *«o almirante concluiu que Lisboa podia ser obrigada a afastar-se da primeira concepção de entregar o poder a Neto»*, procurando conseguir um compromisso entre o MPLA e a FNLA, embora com poucas probabilidades. A respeito da UNITA, *«um movimento político-militar distinto [...que, até então,] consoante a avaliação do almirante, foi fraco, mas podia reforçar-se com a ajuda do EUA e outros»*, os quais, procuravam, através da criação de dificuldades nas colónias, exercer pressões sobre Portugal com o objectivo de assegurar ali os interesses dos EUA e da OTAN.

Após este relatório de Pierre Falise, a direcção do PSB analisou a situação em Angola e *«concluiu que se devia tentar conseguir um acordo entre todos os movimentos de libertação. Apesar de, internamente, considerarem negativo o papel de Mobutu, foi aceite que ele era um factor que, sem a sua concordância, nenhuma solução era possível. Daí, atribuírem uma grande importância à possível influência dos países não-alinhados sobre o Zaire, tendo em consideração que, nas conversações com Falise e Leburton, Mobutu exprimiu, várias vezes, admiração e respeito pelo presidente Tito, realçando o seu grande interesse pela Jugoslávia e a sua política»*.

Para terminar este telex sobre *«a situação em Angola»*, o embaixador transmitiu ao SFNE que, na semana seguinte, Falise deveria viajar novamente *«até Kinchassa e Luanda com o objectivo de exercer influência em todos os factores, em particular, em Mobutu»*.

### **De outras capitais**

Este *«problema de Cabinda»* continuou, nesse mês de Novembro, a merecer as atenções das citadas embaixadas na sua correspondência com o SFNE. Por exemplo, de Dar es

Salam, o embaixador Kochin enviou uma «*curta recapitulação*» do ocorrido nessa região que apontava «*para o perigo de [...] se tornar o Katanga angolano*», mencionando uma dezena de informações relativas<sup>574</sup> à sua história mais recente com uma menção inicial às suas fronteiras actuais aprovadas no Congresso de Berlim (1885) e reconhecidas pela ONU e a OUA. Em particular, esta última organização «*não aceitava a secessão cabindense devido a que seria aberto um precedente para a revisão das fronteiras estatais da maioria dos países africanos, o que seria catastrófico para a África*».

Quanto ao interesse existente por Cabinda e à tentativa para que se separe de Angola, estes eram consequências sobretudo das suas enormes reservas recém-descobertas de petróleo. «*Após o 25 de Abril, apareceram dois movimentos secessionistas (FLEC e UDPC) que, ainda estava Spínola no poder, [...] tiveram um forte apoio das principais figuras das finanças de Angola porque a "autonomia" de Cabinda se ajustava à ideia de Spínola acerca do "estrito respeito da autodeterminação da população local"*», permitindo assim à oligarquia portuguesa assegurar os seus interesses em Cabinda.

A seguir à reviravolta, em Outubro, de Nyerere, foi a vez de «*Nguabi de dizer a Neto que o Congo não dava mais apoio à FLEC*», caso o MPLA respeitasse a particularidade de Cabinda. Igualmente, «*o Congo presta[ria] novamente o seu apoio incondicional ao MPLA e o grupo da Revolta Activa, liderado por Pinto de Andrade, dever-se-ia integrar no MPLA, com a condição de que isso fosse regularizado pelo MPLA como uma sua questão interna, enquanto a Chipenda considera[va]m-no reaccionário*». Esta mudança na política congoleza foi comunicada por José Eduardo dos Santos<sup>575</sup> a um diplomata jugoslavo da embaixada em Kichassa que o contactou por causa da estadia (23-27/Nov.), em Brazaville, de Agostinho Neto.

<sup>574</sup> Esta «*recapitulação*» deste telex (26/Nov.) vai desde das suas fronteiras como «*parte integrante de Angola*» ao petróleo — a «*americana Gulf Oil Company que tem o direito exclusivo de exploração do petróleo nessa região*» com uma produção anual de «*12 milhões de toneladas e, em breve, de 15 milhões*», pagando a Portugal, em base dessa produção, «*400 milhões de dólares anuais*» —, passando pelo aparecimento (FLEC e UDPC), os apoios aos movimentos secessionistas (Zaire e Congo), as posições do MPLA («*Neto é firmemente contra quaisquer que sejam as combinações com Cabinda fora de Angola*»), da FLNA («*parecia que aceitaria a secessão de Cabinda. Isso confirma a declaração da FNLA ao Frankfurter Allgemeine Zeitung, de 16 Setembro, que "não se oporá à independência de Cabinda caso o povo de Cabinda quiser"*») e de Chipenda («*em Setembro, em conversações com a FLEC, declarou que Cabinda tinha direito à autodeterminação*»). Igualmente, fez referência à Tanzânia e à OUA que consideravam «*Cabinda parte integrante de Angola e a FLEC como uma organização pró-ocidental pouco numerosa, com relativa pequena influência e que existia somente graças ao apoio estrangeiro*», (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).

<sup>575</sup> Como adjunto de Lúcio Lara (então, em Luanda), na representação do MPLA, deve ter sido contactado, em Brazaville (28/Nov.), atendendo à proximidade das duas capitais (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).

Além disso, informou-o de que «os portugueses mantinham contactos com o MPLA, FNLA e UNITA acerca da questão de Angola e da formação do governo de transição, [tendo, por isso,] Neto contactado o representante português, durante as conversações, em Argel, em torno da independência de São Tomé e Príncipe». No regresso dessa viagem, a sua passagem pela capital congoleza ocorreu «para conversar com Nguabi, sobretudo, acerca da questão de Cabinda e da cooperação mútua, abrangendo também a cooperação a nível africano». Relatou, em seguida, a presença de «Savimbi na festa do Dia Nacional, em Kinchassa, onde se encontrou com Soares» e com Holden chegou a um acordo de cooperação política e militar. Em relação do MPLA, estava pronto para a formação do governo de transição com representantes dos três movimentos e Portugal, «mas (como confidencial, acrescentou) não enquanto MPLA não reforçasse as suas forças militares para equilibrar e serem iguais às da UNITA e FNLA».

Descreveu, em seguida, às posições do Zaire e do Congo em relação a Cabinda, onde se encontravam somente algumas unidades do MPLA que lutavam e tinham várias zonas libertadas. Quanto à FLEC, falou do conflito entre os seus dois grupos, estando um «sob a influência do Zaire e da Gulf Oil Cia. americana» e a outra pelo «Congo e a ELF francesa», mas ainda do recente ataque de membros deste último grupo, chefiado por «mercenários franceses, e da tomada da povoação fronteiriça de Massabi,<sup>576</sup> entre o Congo e Cabinda. Nessa ocasião, foram mortos dois e aprisionados vários portugueses. Nas negociações, os portugueses recusaram a exigência deste grupo de que se reconhecesse a Cabinda o direito à independência em separado, não reconhecendo a FLEC como movimento de libertação e considerando Cabinda parte integrante do território de Angola. Ao ultimato português para abandonar Massabi, a FLEC ofereceu resistência, após a qual seguiu-se a ordem das forças portuguesas de entrarem em acção para a sua aniquilação. As forças da FLEC retiraram-se para Pointe Noire», tendo o seu comandante sido preso e encontrava-se numa prisão congoleza e, possivelmente, seria julgado por crime contra a África.

Outras informações, anotadas pelo diplomata jugoslavo, diziam respeito à Revolta Activa<sup>577</sup> e seus dirigentes (Gentil Viana,<sup>578</sup> Mário Pinto de Andrade<sup>579</sup>), assim como à posi-

<sup>576</sup> De acordo com outra fonte, a da unidade do exército português que participou nessa operação, esta descrição do primeiro ataque da FLEC (9/Nov.) não é desmentida, embora os citados factos ocorridos no Congo não foi possível a sua confirmação. Consultado (10/Fev./2016): (<http://www.batalhao4913.com/historia/historial.html>).

<sup>577</sup> Segundo o seu interlocutor, José Eduardo dos Santos, «antes, no grupo de Andrade havia perto de 60 personalidades, mas [então] tinha cerca de 30. A maioria deles, estudantes em diversos países europeus, pediu a Neto para se integrar no MPLA, o que lhes foi possibilitado, pelo que alguns já regressaram a Luanda».

ção do governo congolês<sup>580</sup> acerca desta fracção do MPLA. Referiu, por fim, que o seu interlocutor deixou-lhe «*a impressão de ser um amigo muito próximo, que esteve na Jugoslávia, pronto para contactos e cooperação*».

### **Em Dezembro: críticas, informações e conversações**

Tendo em conta que o rápido processo da descolonização na África Austral exigia uma reacção atempada e adequado apoio político, diplomático e material, naquele momento, para os movimentos de libertação e as forças progressistas em África, era de especial importância que recebessem a tempo a ajuda material e militar mais necessária. Esta era a opinião do embaixador Kochin que estimava, todavia, que «*nós nos comportamos de modo bastante despreocupado como nos anos anteriores quando as perspectivas de independência de Moçambique, Angola, Rodésia e outros países estavam ainda longe*».<sup>581</sup> Receava, daí, que a continuação dessa «*reacção demasiado lenta a certos pedidos dos movimentos de libertação e a insuficiente compreensão pelas suas prementes necessidades do momento podiam causar pesados danos políticos à posição da Jugoslávia não só nos países recém-libertados, mas também em toda a África*». Então, por causa desses erros no passado, de certa maneira, já se sentia algum isolamento político, ou seja, «*os movimentos de libertação deixaram de contar connosco como um parceiro sério nos momentos decisivos (excepto o MPLA), o que todos procuravam utilizar contra nós para diminuir ainda mais o prestígio que temos como país socialista não-alinhado*».

Perante esta situação, pediu ao SFNE a sua intervenção, em particular, para os seguintes assuntos pendentes:

1.) uma resposta para o Comité de Libertação da OUA acerca do valor e do tipo da contribuição jugoslava para os movimentos de libertação, a qual seria distribuída directamente por esse Comité, cuja delegação tinha estado, em Setembro passado, na Jugoslávia. Nessa ocasião, foi-lhes dito que o seu pedido seria resolvido positivamente, mas até hoje não tive-

---

<sup>578</sup> «[...] , que formou, de facto, em Brazavile, o grupo de resistência (dos irmãos Andrade) não estava à sua frente, mas na sombra, era uma das personalidades mais importantes».

<sup>579</sup> «[...] , que agora estava em Paris, era da opinião de que no movimento angolano todos deviam trabalhar, mas não mostrava interesse de estar na direcção do MPLA, embora fosse pela cooperação com o MPLA. Neto disse a Pinto de Andrade que chegou [ali] porque era tempo de falarem acerca da integração do [seu] grupo, mas este ainda nada respondeu». Então, Neto aguardava a sua reacção, tendo em conta o que ouvira de Ngouabi.

<sup>580</sup> «os congolenses (Nguabi) são da opinião que deviam se integrar e irem para Angola, compreendendo que eles sozinhos, como um grupo de intelectuais, não tinham significado político e não gozavam do apoio do povo angolano». Igualmente, a delegação congoleza que presenciou, em Luanda, a cerimónia da abertura da representação do MPLA (9/Nov.), confirmou também que Neto tinha um grande apoio à frente do MPLA.

<sup>581</sup> Telex (10/Dez.) da embaixada na Tanzânia (ADMNE, F-119, Diversos, 1974).

ram qualquer resposta e, em Janeiro, «*tinham no plano de efectuar a distribuição da ajuda internacional pelos movimentos*»;

2.) nesses dias, em Belgrado, segundo as informações que tinha, encontrava-se uma «*alta delegação do MPLA, chefiada por Carreira, para um acordo acerca da ajuda militar e, em geral, da cooperação no plano militar*». Dever-se-ia ir ao seu encontro, tendo em vista que Angola ia ter, provavelmente, um dos regimes mais progressistas em África e que «*o MPLA insistirá decididamente na política do não-alinhamento*». Sobretudo, «*era necessário acautelar que o acordo fosse realizado rapidamente de forma a não provocar também uma certa decepção no MPLA*» e, assim, repetir uma situação semelhante à ocorrida com a FRELIMO, acrescentando que a embaixada propôs que fosse examinada «*a possibilidade dum aumento especial da ajuda financeira ao MPLA para esse ano porque esta forma de ajuda era-lhes, nesse momento, absolutamente indispensável. O Dr. Neto conta[va] pessoalmente com a nossa compreensão*»;

3.) devido a que «*não tinham qualquer resposta e instruções sobre o que fazer com a FRELIMO*» e já tinha passado um mês desde a sua reunião com Samora Machel, ou seja, «*mês e meio das conversações do camarada Dolants com eles e não sabiam quais eram as nossas reacções*», fez algumas perguntas: «*se considera[va]mos as críticas de Machel justificadas; se esta[va]mos prontos para enviar uma delegação política e económica a Moçambique; se iremos ao seu encontro, pelo menos parcialmente, saber [algo] a respeito do armamento, equipamentos e etc.*». Assim sendo, concluiu que «*sem a resposta para estas perguntas não podemos contactar a FRELIMO*».

Numa «*informação acerca das conversações preliminares acerca de Angola*»<sup>582</sup> (16/Dez.), tendo em conta a próxima chegada a Belgrado dessa citada delegação do MPLA,<sup>583</sup> o SFNE fez um resumo das conversações com Portugal, em Kinchassa e Argel, com as suas conclusões mais importantes a que juntaram umas «*conclusões internas particulares*» e uma nota sobre «*MPLA e a ajuda da Jugoslávia*».

Através dessas conclusões internas, algumas lacunas na documentação estudada foram completadas com factos e decisões de outros documentos que, por razões arquivísticas ou outras,<sup>584</sup> não puderam ser consultados. Assim, afirma-se:

<sup>582</sup> Devido a este documento de três páginas ter sido distribuído, «*no e fora do SFNE*», a sua lista indica, além dos seus gabinetes e direcções, uma dezena de presidências de órgãos estatais e organizações político-sociais.

<sup>583</sup> Adiada a sua chegada, esta só ocorreu em 9 de Janeiro.

<sup>584</sup> Por vezes, esses documentos, no ADMNE, são citados como retirados ou que faltam.

— «O MFA considera que o MPLA deverá ter uma influência dominante no governo de transição porque estão conscientes que, por trás da FNLA, se encontram interesses estrangeiros que, através dela, querem assegurar as suas posições e influência em Angola». Igualmente, o acordo acerca do governo de transição e da independência devia ser realizado «antes das eleições de Março, em Portugal, para que as forças progressistas pudessem ir com o argumento de que a descolonização era uma coisa acabada»;

— Era um problema sério que, no período de tomada de poderes, houvesse qualquer possibilidade de que o poder caísse em mãos inimigas. «Foi acordado que os portugueses apoiarão o MPLA durante a retirada das suas forças, cujas posições devem tomadas pelas unidades militares do MPLA». Nesse sentido, «Antunes ofereceu a sua ajuda, incluindo também a possibilidade do MPLA utilizar os aeródromos, portos e bases militares portuguesas em Angola». Nessa ocasião, foi comprovado que o MPLA era o movimento mais forte politicamente, mas que militarmente não estava tão preparado como a FNLA;

— «Os portugueses pediram a cooperação do MPLA no plano internacional», insistindo para que influenciassem a Argélia e, através dela, «os restantes países árabes para mostrarem mais compreensão por Portugal e a sua política».

A respeito da ajuda ao MPLA, a Belgrado devia chegar de Moscovo a delegação do MPLA, chefiada por Iko Carreira, que já tinha estado em Argel. Além de plenos poderes para conduzir «as conversações ao mais alto nível acerca das questões de natureza militar e política», sublinhando que o Dr. Neto deu a Carreira estritas instruções para essas conversações e que, no plano militar, iria pedir o seguinte: «ajuda na formação de unidades blindadas; instrução de pilotos e mecânicos para as forças aéreas de Angola; mísseis terra-ar; armamento convencional para infantaria».<sup>585</sup> Do mesmo modo, foi realçado que um igual tipo de ajuda seria pedido à URSS e a Argélia. Para terminar, uma «observação» que, segundo certas informações, em Dar es Salam, Neto se encontrou com Savimbi e ambos esperavam a chegada de R.Holden, podendo-se supor que estas eram «conversações preliminares antes a reuni-

---

<sup>585</sup> Perante este e tantos outros documentos que confirmam o importante apoio militar dado pela Jugoslávia ao MPLA, só resta esperar que expire o prazo de 50 anos, ou haja alguma exceção por parte do Arquivo Militar para o acesso a este importante acervo arquivístico. Por exemplo, segundo um documento do SFDP (Out./77), esse apoio ascendeu até à independência angolana, em «ajudas gratuitas», a um total de 12,9 milhões de dólares. Esta «Informação acerca das Relações Militares e Económico-Militares da RSFJ-RP Angola», classificada de «Segredo Militar Confidencial», foi enviada para a ASPTJ por ocasião de uma visita de Iko Carreira, ministro da Defesa, à Jugoslávia. Este documento estimou esta quantia como o valor total da ajuda militar ao MPLA, mas sem referir se incluiu ou não as ajudas por parte de organizações como, por exemplo, a ASPTJ, União dos Sindicatos Jugoslavos e outras. *Vd. «As Relações Jugoslavo-Portuguesas (1941-74)»*, p.229.

ão da Comissão Arbitral da OUA para Angola», constituída pelos presidentes Ngouabi, Mobutu, Nyerere e Kaunda.

Uma semana depois (23/Dez.), em Lusaca, um diplomata jugoslavo falou com Iko Carreira acerca da situação em Angola, que lhe confirmou a orientação tomada nas acções para a formação do governo de transição, achando que este seria afectado pelas diferenças existentes e paralisado no seu trabalho. As acções principais ocorreriam fora do governo até à independência e às eleições. Todos tentavam reforçar a influência política e o poder político. Então, as posições eram as seguintes: o MPLA tinha vantagens políticas em Angola, a FNLA tinha, graças aos apoios e ajudas do Zaire e EUA, certas vantagens militares, enquanto a UNITA com influência limitada, mas era um factor significativo no balanço entre os dois principais movimentos.

A par da seguinte actividade política, o MPLA dava uma atenção especial ao reforço do poder militar (queixavam-se na lentidão dos países amigos na entrega da ajuda militar<sup>586</sup>) como compreendia «a necessidade de uma ampla acção no país e no estrangeiro (contactos com as companhias que estão em Angola, com governos, cujos interesses fossem importantes, etc)». <sup>587</sup> Referiu-se, ainda, à forte influência que tinham entre a juventude, estudantes e sindicatos e à inadequada propaganda nas condições que existiam, apesar de terem começado a editar, em Luanda, um jornal com uma tiragem de 80 000 exemplares e ali terem «posições bastante favoráveis na utilização da rádio». Em seguida, pediu para que, na Jugoslávia, fosse avaliada a forma mais eficaz para transmitir textos e artigos que publicavam, propondo o seu envio através do telex de uma grande empresa de construção jugoslava em Lusaca e a distribuição das notícias pela Tanjug.

---

<sup>586</sup> Esta ajuda militar (e não só) já tinha sido mencionada num anterior telex da embaixada de Dar es Salam (12/Nov.) acerca da conversação com um diplomata da embaixada soviética que, segundo as notas do seu interlocutor jugoslavo, lhe disse o seguinte: «Angola. Ajudam mais intensamente Dr. Neto. Não estiveram seguros na sua posição que foi abalada com novas fracções. Criticam Neto porque [era] autocrata e porque pessoalmente retinha todo o poder nas mãos ao contrário da FRELIMO em que, ao lado de Machel, intervêm activamente o vice-presidente, o CC e o comité directivo. Neto perdeu o apoio da Tanzânia e Zâmbia que fizeram pressão sobre a URSS para o não ajudar militarmente. Neste sentido, os dois países atrasaram a descarga e o transporte para Angola do armamento soviético. Agora, a situação era inversa. Neto estava mais forte, o apoio da África mais forte, enquanto ele para Portugal era o parceiro mais real. Em relação a Neto, Chipenda e Holden não têm qualidades de estadista nem o apoio da minoria branca em Angola. Todavia, inevitavelmente e era assunto terminado que entre o MPLA e a FNLA têm de chegar a acordo acerca da participação no governo. O governo de coligação era a solução mais realista para Angola, com participação da UNITA e talvez também a minoria branca. Os interesses dos EUA, em Angola e Cabinda, significativos e de influência decisiva no desenvolvimento da situação. Os americanos serão bastante duros quanto à questão de qualquer independência para Angola. Deve-se esperar dificuldades quanto a Cabinda, cuja solução não quis comentar». ADMNE, F-191, Diversos, 1974.

<sup>587</sup> ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974.

Comentando, a seguir a cooperação com a UNITA, em base das conversações mais recentes, afirmou que existiam condições para o seu alargamento<sup>588</sup> e que, nesse dia, «foi publicada a notícia de que o Dr. Neto e Savimbi assinaram um acordo de cooperação [e que] ambos chegariam a Lusaca com o objectivo de sondar conversações com Holden Roberto». Esperava-se, ainda, «em 28 desse mês, um encontro dos três movimentos com os portugueses com o objectivo da formação de um governo comum de transição», mas não mencionou o local da sua realização.

Igualmente, o MPLA dava «grande atenção às próximas eleições em Portugal, recebendo diversas possíveis coligações entre os partidos em Portugal. Tinham informações de que Soares examina[va] diversas combinações, incluindo a aliança com Spínola, o que seria uma combinação muito perigosa. Sob a influência de certos partidos sociais-democratas europeus, Soares [estava] disposto a procurar coligação com o objectivo de se libertar das relações até agora com o PC. Eles procura[va]m influenciar Soares como também outros sociais-democratas». Concluindo, o diplomata jugoslavo acrescentou que «pediam também a nossa ajuda nesse sentido, especialmente, junto de Brandt».

## II.6-8 — A Descolonização em Moçambique

As perguntas dirigidas ao SFNE, em Dezembro, acerca da ajuda para a FRELIMO pelo embaixador Kochin foram devidas, em parte, ao que tinha ficado acordado numa anterior reunião (3/Out.), em Dar es Salam, entre Marcelino dos Santos e o conselheiro da embaixada jugoslava. Nessa reunião, depois de se desculpar por não ter podido contactá-lo antes, o vice-presidente da FRELIMO disse ao seu interlocutor que lhe entregaria, dentro de dias, uma lista com as necessidades militares<sup>589</sup> e outras da FRELIMO como «esperavam a ajuda financeira que lhes prometeram por ocasião da estadia, em Dar, de Babitch».<sup>590</sup>

<sup>588</sup> Como «chamou a atenção» o diplomata jugoslavo, «( [...] o MPLA publicou, há alguns meses, num boletim um documento acerca da colaboracionismo de Savimbi com o governo fascista português)».

<sup>589</sup> Segundo o diplomata jugoslavo, apresentou ainda diversas soluções alternativas como as seguintes: «davam somente a lista ou que nós chamemos a Belgrado o seu especialista militar que no local escolheria aquilo que necessitam. Também, era possível que pedissem que a ajuda lhes fosse enviada por avião. Igualmente, examinarão a questão da nossa ajuda futura (em todos aspectos) no período até à independência em 25 Junho 1975».

<sup>590</sup> A resposta que teve foi a promessa «que ela deverá chegar provavelmente até ao regresso de Kochin a Dar».



Agradecendo as mensagens do presidente do CEF, da ASPTJ e da SUBNOR,<sup>591</sup> não quis comentar a visita da delegação da ASPTJ a Portugal.<sup>592</sup> Contudo, em relação à visita de um dos seus membros, «Ivekovich, a Lourenço Marques, declarou que, segundo a sua opinião, ela não era necessária — "[porque ali] só conversaria e nada mais».<sup>593</sup> A este respeito, a observação final do diplomata jugoslavo foi de que «dos Santos foi muito gentil e atencioso. Agradeceu o nosso apoio e disposição de continuarmos a oferecê-lo. Quanto à visita de Ivekovich, porém, recebeu-a friamente, com falta de compreensão. Pensamos que a visita a L. Marques deverá ser anulada porque não teria a aprovação da FRELIMO».

### **Em Novembro**

Um mês depois (2/Nov.), a mesma embaixada entregou «a Jorge Rebelo, membro do CC e secretário da Informação da FRELIMO [...] a ajuda financeira para 1974» que agradeceu o apoio constante da Jugoslávia e salientou que essa «ajuda continuava a ser indispensável nos momentos críticos até à obtenção da independência».

Em seguida, disse-lhes que «o primeiro-ministro do governo provisório, Chissano, esteve em Dar e informou a direcção do movimento acerca da situação em Moçambique. A esse respeito, o mais importante foi: o processo de consolidação do país decorria com grandes dificuldades porque a direita não queria conformar-se com a perda de posições, [o que] foi confirmado pelas recentes desordens sangrentas em Lourenço Marques; em Moçambique, a economia num caos e as dívidas externas ascend[iam], naquele momento, a 850 milhões de dólares. Os fornecedores estrangeiros condicionavam os seguintes fornecimentos com o pagamento das dívidas; era possível esperar também a falta de alimentos».<sup>594</sup>

Após ter salientado, mais uma vez, que «a ajuda financeira, económica e militar dos países amigos nesse período era de importância fundamental e que as necessidades da FRELIMO e de Moçambique eram enormes», segundo o diplomata jugoslavo, Jorge Rebelo propôs para a semana seguinte uma reunião de trabalho com Samora Machel para procurar-se

<sup>591</sup> A Liga das Associações de Combatentes da Guerra Popular de Libertação, fundada em 1947, reuniu todos os combatentes antifascistas da II Guerra Mundial na Jugoslávia (1941-45).

<sup>592</sup> Referia-se à visita que ocorreu somente no fim de Outubro.

<sup>593</sup> E explicou que «"o serviço com o estrangeiro da FRELIMO e os contactos com os países e parceiros amigos estão em Dar. Quem quer falar com o governo provisório, quer dizer com a FRELIMO, logicamente, então, deve ir a Dar, onde também se conduz a política da FRELIMO"».

<sup>594</sup> Esta parte deste telex da embaixada de Dar es Salam foi reenviada (5/Nov.) pelo SFNE para as outras 14 embaixadas na África subsariana, tendo sido estes reenvios frequentes quanto a este tipo de informações, (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).

resolver «*todas as questões de interesse comum (intercâmbio de delegações políticas, económicas e militares, eventual nossa visita a Moçambique, as suas necessidades militares e outras e eventual visita Samora Machel à Jugoslávia)*». Numa observação final, mencionou que «*Rebelo apresentou-se bastante autorizador e provavelmente veio por ordem de S. Machel. Agradeceu as anteriores mensagens e felicitações. Referiu o breve encontro*<sup>595</sup> *de S. Machel com o camarada Dolants. Sublinhou que lhes era necessário o apoio da Jugoslávia como país não-alinhado*».

### **Samora Machel e o embaixador jugoslavo**

Na outra semana, até ao sábado seguinte (9/Nov.), essa reunião de trabalho teve lugar e Samora Machel referiu-se, segundo o seu interlocutor Kochin, «*à troca de opiniões*», em Lusaca, com Stane Dolants «*acerca das futuras relações entre a Jugoslávia e Moçambique e que, de novo, confirmou a nossa disposição e desejo de continuar a dar apoio à FRELIMO*». <sup>596</sup> Na sua resposta, o embaixador jugoslavo apresentou algumas propostas para uma melhoria das relações jugoslavo-moçambicanas <sup>597</sup> que mereceram a aprovação de Machel e o comentário seguinte: «*não havia qualquer dilema a respeito das suas orientações acerca da cooperação com a Jugoslávia, que reconheceu a FRELIMO quando os países capitalistas não queriam nem ouvir dela, e também nem alguns socialistas, já existiam boas relações políticas entre a FRELIMO e a Jugoslávia*».

A seguir, julgou muito útil que as duas previstas delegações jugoslavas visitassem Moçambique devido não só pelo seu apoio público ao governo provisório da FRELIMO, mas porque podiam contribuir para a futura cooperação entre os dois países e partidos como para a participação da Jugoslávia na reconstrução de Moçambique. Igualmente, no caso de haver já diplomatas nomeados para a embaixada jugoslava, recomendou que alguns deles visitassem, em breve, Moçambique para conhecer a situação e efectuar os preparativos para a abertura da missão diplomática.

Após elogiar e agradecer a ajuda material, financeira e humanitária que a Jugoslávia concedeu à FRELIMO, Samora Machel disse ao embaixador jugoslavo, conforme as suas notas, que «*todavia, era um facto que faltou a nossa ajuda militar no momento em que era*

---

<sup>595</sup> Em Lusaca, duas semanas antes.

<sup>596</sup> ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974.

<sup>597</sup> Expressiu «*a vontade de enviar um representante diplomático junto do governo provisório em Lourenço Marques e, imediatamente à independência de Moçambique, estabelecer relações diplomáticas*», assim como a realização de visitas de delegações, uma económica e outra da LCJ-ASPTJ. Depois, convidou uma delegação da FRELIMO a visitar a Jugoslávia e recordou «*o anterior convite entregue ao próprio Samora Machel que, então, aceitou em princípio*».

*mais necessária à FRELIMO e quando tinham uma grande confiança na nossa compreensão e promessas, o que foi para eles um duro golpe. A nossa indisponibilidade para lhes dar o armamento necessário e, em geral, a falta de clareza da nossa atitude em relação ao fornecimento de armas modernas obrigaram-no a assumir uma posição reservada quanto à Jugoslávia e a ter dela uma maior dependência».*

Sem embargo, dado que estimava a Jugoslávia e o presidente Tito, nunca autorizou que algo que fosse dessas críticas tivesse sido comunicado às bases, «*"mas em mim e na direcção mais restrita ficou um sentimento amargo, pelo que não estava disposto a voltar novamente à Jugoslávia"*». Por isso, a FRELIMO não achou vantajoso enviar à Jugoslávia delegações partidárias, militares ou outras, ignorando até as suas iniciativas para alargar a cooperação.

Concluindo, o embaixador Kochin transmitiu ao SFNE que Samora Machel lhe disse: «*se quisermos ajudá-los no período até à obtenção da independência, então queria que lhes equipemos e armemos uma unidade de infantaria de 3 000 soldados*».<sup>598</sup> Propôs que a visita da delegação da FRELIMO à Jugoslávia se realizasse a seguir à visita da delegação estatal-partidária jugoslava como «*colocou as nossas relações com a FRELIMO e Moçambique num*

---

<sup>598</sup> Dias depois (12/Nov.), através da já citada conversação com um diplomata da embaixada soviética, Kochin soube da reunião que eles tiveram com Samora Machel e que estavam cientes das críticas da FRELIMO a respeito da sua eficácia na entrega de armamento durante a luta de libertação. «*Fizeram tudo o que puderam — deram armas caras. No mais recente pedido urgente da FRELIMO, por avião transportaram uniformes, alimentos e mais outras coisas. São-lhes conhecidos os pedidos da FRELIMO à China e aos países ocidentais. No seu novo pedido, não foi especificado a quantidade e o tipo de equipamento e armamento. Não estavam satisfeitos com o tratamento que a FRELIMO dá às ajudas e apoios dos países socialistas. Quando se tratava da ajuda ocidental há sempre publicidade, enquanto acerca dos esforços e sacrifícios dos países socialistas se calavam. Todavia, a URSS não se quer impor. É pena, somente, porque as pessoas comuns e os combatentes não sabem muito acerca da ajuda dos países socialistas. A URSS observa a ajuda ocidental a Moçambique em função da protecção dos interesses económicos já existentes e aquilo que a Suécia e alguns outros países dão à FRELIMO não era nada em comparação com os seus investimentos em Moçambique. Por exemplo, a Suécia encontra-se entre os primeiros 10 países pelo volume de investimentos em Moçambique. Economicamente, nem podem nem querem competir, em Moçambique, com os países ocidentais, porque esses lutavam pela defesa de interesses económicos e para assegurar matérias-primas. A URSS em relação a Moçambique e outros países do Sul da África tem somente objectivos políticos e não económicos*». Quanto a essa ajuda da Suécia, dias antes (1/Nov.), em Belgrado, tinha estado, no SFNE, o encarregado de negócios sueco que «*queria ouvir as intenções [jugoslavas] a respeito das futuras ajudas aos movimentos de libertação na África Austral, em primeiro lugar à FRELIMO-Moçambique, tendo em conta a situação recém-surgida*», assim como para dizer que a Suécia tinha até então ajudado os movimentos de libertação e que «*queria continuar a prestar essa ajuda até que os países africanos sob administração colonial ou aqueles sob regimes racistas não conquistassem a total independência*». Em seguida, salientou que, em Angola, «*ajudavam o MPLA do Dr. Neto e quanto à FRELIMO iam continuar com a ajuda no período de transição*». Por isso, queriam enviar uma missão económica a Lourenço Marques «*para conversações com o governo provisório de Moçambique acerca de formas de cooperação e ajuda*» (ADMNE, F-191, Diversos, 1974). Igualmente, depois (9/Dez.), a ajuda aos movimentos de libertação e a descolonização de Angola foram o tema da conversação, em Kinchassa, entre o encarregado de negócios da embaixada sueca e um diplomata jugoslavo, em que foi reafirmado que «*a maior parte da ajuda davam ao MPLA (Dr. Neto), enquanto a ajuda à FNLA e UNITA era, em geral, simbólica e de carácter humanitário*», (ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974).

*quadro bastante claro. Enquanto, por um lado, foi bastante crítico quanto à nossa ineficácia, ao mesmo tempo, ele criou possibilidades para uma plena cooperação a todos os níveis. Da sua exposição, sem dúvida, provém que a posição reservada da FRELIMO em relação a nós resulta do próprio Machel e não é consequência de quaisquer diferenças ideológicas».*

### **Chissano em Dar es Salam**

Poucos dias depois (11/Nov.), baseando-se em informações de diversos membros do governo tanzaniano, o embaixador Kochin informou mais pormenorizadamente o SFNE acerca da recente visita de Joaquim Chissano e suas conversações com os dirigentes tanzanianos e da FRELIMO.

Confirmando que *«a situação em Moçambique era muito difícil e preocupante»*, disse ainda que o governo provisório encontrava-se *«numa situação extremamente delicada porque não esta[va] em condições de controlar o país, pouco podia fazer para resolver os problemas mais prementes (falta de alimentos, desemprego, caos económico, falta de moeda e escassez de divisas)»*, estando assim sujeito *«a constantes pressões dos extremistas brancos que não se conforma[va]m com o destino, já se armavam, formavam grupos armados de comandos e sabotadores, criando uma atmosfera tensa de insegurança»*.<sup>599</sup>

Todavia, o governo cooperava com *«a junta militar e, em geral, com o exército português e o governador»*. Porém, muito mais fraca era *«a cooperação com a administração civil, que na maioria era racista ou, pelo menos, antifrelimista, onde, após o 25 de Abril, praticamente, não houve nenhuma mudança»*. Além de estar desinteressada para qualquer trabalho que fosse, sabotava as acções para consolidar a situação do país. Depois, o governo provisório apenas, *«com o total apoio do exército português, dominava de alguma forma a situação»*, mas só na medida em que não tentava a solução dos problemas, *«porque não tinha praticamente nem instituições, caso se exclua as unidades militares e as organizações políticas da FRELIMO que eram pouco numerosas e que, contudo, não estavam em condições de compensar a falta do aparelho de Estado»*. Do mesmo modo, continuava-se a não conseguir estabelecer um diálogo construtivo com as estruturas económicas do país que eram, na maior parte, portuguesas. Havia, portanto, *«poucas possibilidades de se conseguir manter o capital português que fugia, cada vez mais, de Moçambique e paralisava a vida económica. De igual modo, a partida da população branca era maciça»*.

Não obstante, pelo menos oficialmente, a República da África do Sul *«continha-se de apoiar abertamente os colonos brancos»*, o que complicaria ainda mais a situação, embora

---

<sup>599</sup> ADMNE, F-225, Angola e Moçambique, 1974.

essa minoria tivesse «*um amplo apoio da Rodésia e determinados círculos "privados" sul-africanos*».

Segundo o embaixador Kochin, os grupos de problemas que mais pressionavam o governo provisório eram três e, para os quais, Chissano pediu a ajuda mais urgente possível por parte da Tânzania e outros países africanos, sendo estes os seguintes: «*o perigo de fome e ajuda urgente em alimentos; o problema da segurança interna e a necessidade duma organização eficiente do exército e dos órgãos de segurança; o problema de quadros, sobretudo, para o funcionamento da administração civil*». Afirmando que não sabia qual desses «*três problemas era o mais premente, difícil e prioritário para resolver*», acabou por colocar, em primeiro lugar, a organização das forças de segurança (exército e polícia) para que, após a independência, Moçambique pudesse opor-se eficazmente às conspirações dos colonos extremistas, da direita negra e às pressões externas. Citou, também, a formação de quadros para da administração civil porque, a seguir ao 25 de Junho, iam partir todos os funcionários civis portugueses, desde o governador aos empregados da limpeza. Não havendo, na administração civil, quadros locais (nem brancos, nem negros), esta estava em perigo de deixar de existir, pelo que era preciso formá-los até à data da independência.

Referindo-se, em seguida, à ajuda da Tanzânia, Kochin mencionou que esta abrangia o equipamento e a formação de 3000 soldados e de 2000 restantes quadros (funcionários públicos, polícias e outros). Por causa disso, muitas escolas e instituições especializadas deixaram de trabalhar para tanzanianos (por exemplo, uma escola para oficiais da polícia), passando a formar exclusivamente quadros da FRELIMO, acrescentando que «*tudo isto [custaria...] cerca de 3 milhões de dólares*» e que seria para este país pobre «*uma tremenda despesa e peso*».<sup>600</sup>

Igualmente, os seus interlocutores tanzanianos consideravam que, naquele momento, a Moçambique (e à FRELIMO) era preciso uma grande ajuda «*porque estava menos capacitado para a independência do que foi o caso do Congo*». Se não se conseguisse «*garantir o mínimo de forças militares e órgãos de segurança para assegurar o mais indispensável no funcionamento do aparelho do Estado*», existia o perigo real que se chegasse «*a um caos nunca visto em Moçambique que poderia ameaçar tanto a independência desse país como abrir o caminho para intervenções estrangeiras e uma situação instável nessa parte da África*».

---

<sup>600</sup> Disse, ainda, que «*cerca de meio milhão de dólares foram recolhidos através de doações voluntárias da população, milhão e meio asseguraram para esse fim no orçamento e um milhão de dólares esperavam receber dos países escandinavos*».

## II.6-9 — O Congresso do Partido Socialista

Neste Congresso que se realizou, em Lisboa, nos dias 13 a 15 de Dezembro de 1974, esteve uma delegação jugoslava formada por representantes da ASPTJ e da LCJ,<sup>601</sup> cujos relatórios<sup>602</sup> abrangeram os trabalhos do Congresso e as conversações com dirigentes socialistas e representantes de algumas das 37 delegações estrangeiras convidadas.<sup>603</sup>

Seguindo a ordem de trabalhos, um dos relatórios da delegação descreveu a apresentação do relatório do Secretário-Geral, o debate e votação desse relatório com «*a discussão e votação das alterações ao Programa e Estatutos, e eleição da nova direcção do partido*». Ademais, referiu-se aos 850 delegados eleitos que participaram nesses trabalhos do Congresso<sup>604</sup> antes de sublinhar os pontos principais que foram os seguintes: o relatório de Mário Soares; os delegados das bases; a análise da situação política interna; a política externa; algumas impressões acerca do Congresso e da situação política portuguesa. Quanto à eleição da nova direcção, ausente neste documento, foi descrita num telex da embaixada (16/Dez.), em que, além das duas listas e dos resultados da votação,<sup>605</sup> foram comentadas «*as diferentes correntes e opiniões opostas*» existentes no PS e as suas relações com o MFA e o PCP que foram retomadas, em parte, por este relatório da delegação.

---

<sup>601</sup> A LCJ foi representada por Ioje Smole, membro da Presidência do CC LCJ, e na delegação da ASPTJ estiveram Ichetvan Raitchan, membro do Secretariado da Presidência da CF ASPTJ, Sónha Dimovitch, membro do Secretariado da Presidência da União da Juventude Socialista da Jugoslávia e Neboícha Vukovitch, conselheiro na CF ASPTJ. O primeiro já tinha estado, em Portugal, com a delegação da ASPTJ em Novembro desse ano.

<sup>602</sup> AJ,142, F-167.

<sup>603</sup> Entre as citadas delegações, além da delegação jugoslava, 4 eram de movimentos de libertação (PAIGC, MPLA, FRELIMO e SWAPO), 3 partidos comunistas (italiano, espanhol e romeno), 23 de partidos socialistas e sociais-democratas, sendo 5 doutros partidos ou organizações. Contudo, segundo este relatório «*Soares saudou o representante da FRELIMO-Moçambique, mas não estava na lista e pensamos que não esteve presente*».

<sup>604</sup> Cada um dos delegados «*representava a sua secção local (isto significa que os membros do Partido Socialista através de Portugal estão organizados em 850 secções)*. A maioria dos delegados que participaram nas discussões, realçaram que não falavam em seu nome, mas sim em nome da secção que os tinha delegado, o que falavam ali já nos preparativos para o Congresso as organizações de base tinham definido e assumido as posições acerca das questões mais importantes. // No Congresso estava também representada, através dos seus delegados, a numerosa emigração económica, em particular a do Canadá e Brasil e os seus delegados participaram activamente nas discussões do Congresso». No entanto, pelos votantes dos três actos eleitorais, esses delegados seriam só cerca de 750.

<sup>605</sup> Durante o Congresso, «*além da lista "oficial" de candidatos apresentada pela direcção provisória, apresentou-se também a lista-B da corrente radical que se afirmava por uma "consequente linha revolucionária do PS"*. Perante uma tal situação, «*a lista-A foi defendida por Soares sob a formulação que representa[va] o conceito duma "consequente linha marxista"*», obtendo 63% dos votos, enquanto a lista B teve os restantes 37%. Todavia, sem referir que esta votação foi para a eleição da Comissão Nacional, nem que houve duas outras: para Secretário-Geral (Mário Soares como único candidato); e a CN de Conflitos, em que a lista-B obteve cerca de 44% dos votos. ADMNE (F-217, Portugal,1974).

### O relatório de Mário Soares

Nele, o secretário-geral do PS falou *«longamente sobre a história e o estado actual do partido, depois sobre as condições internas e internacionais em que se desenrola o processo de democratização em Portugal»*. Acerca do estado do partido, frisou: *«que as secções partidárias exist[ia]m em todos os distritos e concelhos, e que o partido [contava] com 40 mil membros»*; *«a base partidária era independente nas iniciativas»* e que tinha mostrado até então uma grande actividade; que o PS deveria *«tornar-se um verdadeiro partido popular»*; quanto aos *«grupos autónomos no partido, insistiu na necessidade do reforço da unidade interna partidária»*.

Entre as tarefas pré-eleitorais em curso, afirmou que o Partido Socialista se empenhava nas seguintes: *«apoio (e com responsabilidade) ao MFA, como garantia do desenvolvimento democrático em Portugal»*; solidariedade com os partidos da coligação (PCP e PPD, que com o PS participam no Governo Provisório), a par do respeito das diferenças ideológicas; *«a luta pela liberdade do indivíduo (o que, como ele disse, no Ocidente não significa nada em geral)»*; uma *«posição crítica construtiva, embora o partido participe no governo»*.

Do mesmo modo, neste relatório, foi sublinhado especialmente *«o apoio do PS ao MFA, que recebeu o apoio unânime de todos delegados e foi acompanhado de estrondosos aplausos e vivas ao MFA e Socialismo»*, tendo-se repetido várias vezes durante o Congresso, cada vez que se falou do papel do MFA. Mário Soares afirmou ainda que *«a aliança do PS com o MFA, cujo programa o PS assinou, foi historicamente necessário»*, empenhando-se o seu partido *«para que a actual coligação permaneça no poder»*.

Relativamente à descolonização, *«falou sobre os resultados que já foram conseguidos (Guiné-Bissau e Moçambique) e acerca dos esforços para a resolução do problema de Angola»*. Referiu: o estabelecimento de relações diplomáticas de Portugal com o Senegal, Marrocos e Tunísia; a presença de representantes da Líbia e Argélia no seu congresso; e as conversações que decorriam com outros países africanos e a Organização da Unidade Africana.

No plano da política externa, *«acentuou a posição específica de Portugal e o esforço de estabelecer relações com todos os países, [mas] não mencionou de todo o não-alinhamento e o papel dos países não-alinhados nos actuais movimentos no mundo. Utilizou somente o termo de "terceiro mundo". De todo, no Congresso só foi dito de passagem a palavra não-alinhamento»*.

Explicando as opções político-económicas do PS, *«Soares realçou que socialismo significa[va] derrubamento do capitalismo, e não [era] somente a reparação do mau no sistema, mas sim a sua alteração e a abolição da exploração do homem pelo homem. Os socia-*

*listas portuguesas não copiar[iam] outros, mas sim procurar[iam] a sua via portuguesa para o socialismo. Segundo ele, a social-democracia não [era] aplicável em Portugal, em relação a isto citou que o Partido Comunista [era] forte e que grande parte da classe operária lhe estava ligada e que, em Portugal, como também em Espanha, ha[via] uma forte influência do específico movimento sindical».*

### **Os delegados das bases**

Segundo os subscritores deste relatório, «o tom fundamental do Congresso foi dado pelos delegados de base, que exigiram da direcção do partido uma orientação de esquerda mais decidida e um programa socialista mais claro. Isto foi evidente, nas discussões, tanto acerca do relatório de M. Soares, como também acerca das alterações ao Programa e Estatutos».<sup>606</sup>

Houve, além disso, «uma tumultuosa reacção dos delegados» provocada pela análise (no relatório) de Mário Soares acerca dos militantes do PS. Na sua opinião, nele havia «socialistas tradicionais, humanistas cristãos e marxistas não dogmáticos. A par disso, disse que ele pertenc[ia] aos marxistas que aplica[va]m criativamente o marxismo. Frisou que o partido devia ter em conta todos estes elementos na sua política».<sup>607</sup>

Igualmente, «uma opção categórica do partido pelo marxismo» foi apresentada num documento especial por 150 delegados, exigindo ao Congresso que optasse claramente pelo marxismo, porque só ele garantia os interesses da classe operária. Por isso, insistiam que o novo programa do PS devia basear-se no marxismo e, nesse Congresso, o partido devia definir-se como marxista. «Esta reivindicação foi aceite unanimemente com aplausos e gritos: "Queremos socialismo!". A reivindicação foi aprovada por aclamação sem votação individual. Tudo isto fala acerca de qual era a disposição nas bases do partido, principalmente entre os trabalhadores, enquanto por outro lado devemos dizer contudo que ficou a impressão de que o Partido Socialista é, principalmente a direcção, bastante heterogéneo politicamente».

---

<sup>606</sup> Após «as explicações das opções partidárias de Soares, os delegados fizeram-lhes reparos que não eram precisas nem concretas. Exigiram muito mais, insistindo que o velho programa do PS está ultrapassado, e que para eles era necessário um programa para hoje e amanhã. Insistiram em que o sistema capitalista não se pode reparar, mas sim é preciso destruí-lo. A política contra os monopólios deve transformar-se numa luta contra o capitalismo. Não basta somente uma visão do socialismo, são necessárias medidas que assegurem o desenvolvimento em direcção da sociedade socialista em Portugal».

<sup>607</sup> Opinião que foi entendida pelos novos delegados «como uma autorização para a existência de fracções no partido. Em relação a isto, muitos delegados provaram muito impetuosamente que as bases estavam unidas, devendo-se acabar sim com as fracções e a politiquice na direcção do Partido Socialista. Por isso, numa posterior intervenção, Soares considerou necessário explicar como aqueles delegados o tinham compreendido erradamente e quando terminou com afirmação que se assume pela unidade do partido foi saudado com aplausos e exclamações: "Queremos unidade!"».



Durante a discussão dos Estatutos, outra referência à oposição dos delegados das bases às posições e propostas acerca de alguns direitos para os órgãos directivos do partido, aos quais *«os delegados se opuseram, indicando que teriam consequências prejudiciais na vida do partido e sua actividade. Por fim, a este respeito foi conseguida uma solução de compromisso»*.

### **A situação política interna**

Por ocasião da análise da situação política interna portuguesa, foi destacado que, apesar do *«derrubamento da ditadura fascista, ainda não tinha sido obtida a vitória definitiva sobre a extrema-direita»* e, por causa disso, insistiu-se *«na unidade das forças democráticas na luta contra a reacção que ameaçava a jovem democracia. Embora tenha havido críticas, não totalmente abertas, ao PC de Portugal, muitos delegados salientaram o perigo do aumento das fricções entre os partidos socialistas e comunista»*. Ponderando que seria um grande dano, caso os partidos democráticos subordinassem, na luta eleitoral, *«os interesses gerais das forças progressistas de Portugal aos seus estreitos interesses partidários»*, o mais importante era fortalecer, naquele momento, *«a democracia e preparar as condições básicas para uma gradual transformação de Portugal. Esta posição foi fortemente apoiada pelos delegados»*.

A propósito dos preparativos pré-eleitorais, foi recomendado que era necessário que todos os partidos de esquerda e todas as forças democráticas deveriam participar na luta contra a direita que, oito meses após o derrubamento da ditadura fascista, novamente levantava a cabeça. *«Foi dito que nada se mudou nas relações económicas, e que objectivamente o poder da direita nascia das relações económicas, que tenta[va] sabotar de qualquer maneira as medidas do governo»*. As sabotagens económicas aumentavam, tendo havido casos recentes em alguns bancos e grandes empresas, mas também as chamadas companhias multinacionais estavam muito presentes em toda a economia portuguesa. *«A este respeito, várias vezes foi realçado, no Congresso, que as forças progressistas portuguesas deviam ter em vista a experiência do Chile, isto sobretudo porque o aparelho estatal ainda é o antigo, e que uma certa limpeza aos elementos fascistas mais conhecidos foi feita somente na polícia e no exército»*.

Daí, segundo este relatório, *«os delegados exigiram energicamente uma limpeza mais decidida do aparelho estatal e medidas urgentes no plano económico. Contudo, a direcção do partido sublinhou a necessidade de medidas cautelosas e graduais, pois reivindicações demasiado radicais seriam, nas actuais condições, prejudiciais e perigosas para a democracia portuguesa»*. Para esta advertência, a direcção deu como exemplo o aparecimento do extre-

mismo esquerdista por algumas faculdades da Universidade de Lisboa, sendo financiados alguns desses grupos ultra-esquerdistas pela direita, pelo que, naquele momento, «*as maquinações da direita "sob a forma da extrema-esquerda"*» representavam o maior perigo. «*Concordando com a advertência, os delegados das bases exprimiram porém a opinião que tal advertência não devia de servir de pretexto para demoras com as medidas que são imperiosamente necessárias na sociedade portuguesa, como é a limpeza do aparelho estatal, limitação da actuação dos monopólios, controlo sobre os bancos, preparação do desenvolvimento económico, etc.*»

### **A política externa**

No plano da política externa, houve «*um elevado grau de unidade*» entre os delegados, sobretudo quanto à política de descolonização, exprimindo «*o seu reconhecimento a Soares que, como ministro dos Negócios Estrangeiros, trabalha[va] directamente em terminar a descolonização e no desenvolvimento de novas relações com os Estados e povos contra os quais a ditadura fascista conduziu 13 anos de guerras coloniais*». Também, além do grande apoio ao estabelecimento de relações diplomáticas com os países socialistas e não-alinhados, o Congresso declarou-se por uma independente política externa portuguesa. Nos seus objectivos programáticos, o PS declarou-se «*pela dissolução dos blocos político-militares, embora quando da deliberação acerca da filiação actual de Portugal no Pacto Atlântico foi aceite o argumento do realismo, particularmente acerca da posição geopolítica de Portugal*».

### **Impressões do Congresso do PS e da situação política portuguesa**

«*Ficou-se com a impressão que no Congresso do PS de Portugal foi conseguido, sem dúvida, um elevado grau de unidade a respeito das linhas gerais*», mas apesar da sua importância, não obstante, «*muitas perguntas, principalmente quanto a medidas concretas, ficaram em aberto*».

No entanto, quanto ao MFA, «*os participantes do Congresso foram totalmente unânimes na constatação que [foi a sua intervenção] com a eliminação do general Spínola, que permitiu uma viragem à esquerda*», sendo esta «*a principal garantia do desenvolvimento democrático de Portugal*». Igualmente, a presença de «*numerosos representantes do MFA (cerca de 60 — à civil) [...] foi saudada calorosamente*» e, nas conversas com os delegados, podia-se ouvir «*a opinião que os oficiais progressistas controla[va]m completamente a situação em todos os ramos das forças armadas portuguesas. Alguns diziam que a maioria dos oficiais do MFA simpatiza[va] com o PS, e muitos com o PC. Os restantes deseja[va]m, contudo, que ficasse um movimento independente, porque dessa maneira era mais útil à demo-*

*cracia portuguesa e às coisas progressistas». Sobre a possibilidade ou não do MFA aparecer «nas eleições como uma força política própria», falou-se bastante no Congresso, mas «predominou a opinião de Soares que isso não seria bom, porque conduziria à secessão do movimento e à democracia portuguesa era necessário principalmente a unidade do MFA. Como garantia fundamental da democracia, o seu papel seria assegurado, no sistema parlamentar, com a directa participação no Conselho de Estado».*

Por fim, neste relatório, as *«impressões acerca da actual situação em Portugal»* juntaram-se a algumas interrogações e ambas foram as seguintes: 1.) *«Após a eliminação de Spínola, o MFA assegurou fortemente o processo democrático e a orientação à esquerda, [...], e foi muito realista e tático nos procedimentos concretos»;* 2.) *«O aparelho estatal ficou quase inalterável e a limpeza dos elementos fascistas foi efectuada só na polícia e, em parte, no exército, colocando-se a questão como, a par da existência do antigo aparelho, se podem efectuar mudanças radicais»;* 3.) *«Nas relações económicas nada mudou, a força económica da direita ficou intacta. Na economia portuguesa, as companhias multinacionais jogam um grande papel; 4.) «Um grande problema representará os portugueses que regressam ao país, vindos das antigas colónias»; 5.) «A orientação geral pela descolonização é clara, embora ainda haja bastante incerteza, principalmente, em relação à Angola»; 6.) «Os operários e, em geral, as massas trabalhadoras esperam muito do futuro desenvolvimento democrático de Portugal, mas coloca-se claramente a questão se as forças progressistas e democráticas continuarão a luta comum contra a direita e a reacção»; 7.) «Na luta pré-eleitoral, pode chegar-se a uma séria separação das forças de esquerda, em que também contribui bastante o sectarismo muito expressivo da direcção do PC de Portugal. A tendência da direcção do PC para a subordinação do PS e outras forças de esquerda e democráticas pode ser muito perigosa. Além disso, coloca-se a questão quanto a direcção do Partido Socialista será conseqüente na execução das reivindicações ao Congresso pela orientação marxista do partido e pela cooperação com o PC e as outras forças políticas de esquerda».*

Numa nota final, foi mencionada a saudação de Mário Soares, durante a apresentação do seu relatório ao Congresso, ao representante da LCJ e a delegação da ASPTJ. Igualmente, *«embora estivessem preparadas mensagens — tanto da LCJ, como da ASPTJ — para o Congresso do PS de Portugal»*, só foi entregue a mensagem da ASPTJ. Segundo os subscritores deste relatório, *«seria suficiente a entrega de uma só mensagem da Jugoslávia e esta da ASPTJ, na qual está integrado também a LCJ. A par disso, partimos igualmente da convicção de que a participação destacada da LCJ não seria vantajosa nem sob o ponto de vista das relações com o PC de Portugal».*

Em conversações particulares com J.Smole e I. Raitchan, Mário Soares agradeceu a participação dos representantes jugoslavos no Congresso e «*sublinhou que dava uma grande importância à sua próxima viagem à Jugoslávia e pediu-lhes que transmitissem saudações calorosas ao Presidente Tito*».

### **Contactos com o MFA**

Apesar do Congresso do PS e os preparativos da visita de Mário Soares à Jugoslávia terem ocupado um lugar importante na documentação relativa ao último mês de 1974, não foi encontrada qualquer menção a contactos oficiais anteriores com membros ou dirigentes do MFA antes do encontro acordado, no Congresso do PS, com a delegação da ASPTJ. Nele, um dos seus membros, N.Vukovitch, acompanhado de V. Spasitch, reuniram-se (16/Dez.) com seis representantes do MFA, oficiais do «*serviço de segurança, chefiados por um major*».<sup>608</sup> Nessa noite, o jantar oferecido por Mário Soares às delegações estrangeiras impediu que Ichetvan Raitchan estivesse também presente.

Disseram, segundo Spasitch, que tinham autorização para esse encontro e estavam interessados na experiência jugoslava «*da defesa popular geral e na ligação exército-povo, como numa eventual ajuda que lhes [pudessem] prestar nesse sentido (seminários, cursos, etc.)*». Porém, não tendo recebido as intruções solicitadas, dias antes, ao SFNE, disse-lhes que o melhor era que, no regresso, Vukovitch transmitisse os seus pedidos e sugeriu que alguns deles fossem à Jugoslávia expor precisamente esse interesse e estabelecer os primeiros contactos.

No final da conversação, um dos tenentes disse-lhes que «*alguns países já lhes tinham oferecido ajuda nesse sentido, todavia, não aceitaram porque estavam interessados na nossa experiência como país independente e não-alinhado, que lhes era mais próximo*».

Esta foi a primeira vez que, conforme salientou, se dirigiram directamente, a seguir a várias discretas insinuações. Do mesmo modo, esteve previsto um encontro da delegação com os seus superiores que não se realizou devido à sua partida, nesse dia, para Belgrado. Para terminar, Spasitch pediu para informarem o SFDP «*e outros que fossem necessários*», sublinhando que «*pediram discipulação, viajariam como turistas, logo em seguida à confirmação de serem recebidos. Nenhum deles mencionou o seu encontro, na recepção,*<sup>609</sup> *com o general Fabião*».

<sup>608</sup> Embora os seus nomes não sejam mencionados, é de pressupor que fosse um dos majores, José Alberto Reynolds Mendes ou António Lencastre Bernardo, que fizeram parte da delegação do MFA que, depois, esteve em Belgrado (Mar./1975).

<sup>609</sup> Durante o Congresso do PS. Este documento e seguintes encontram-se no ADMNE (F-217, Portugal,1974).

### Os preparativos da visita de Mário Soares

Ao ter recebido a confirmação do SFNE (13/Dez.) da marcação da data da visita de Mário Soares, nessa mesma sexta-feira, Spasitch pediu para ser recebido «*pelo chefe da Direcção Política do MNE, Magalhães Cruz*», mas recebeu a resposta que só seria recebido uma semana depois. Por isso, «*na segunda-feira, pediu um encontro com o seu adjunto (novo), Sacadura Cabral*» que o recebeu no dia seguinte (17/Dez.).

Numa descrição cheia de pormenores que começou com o diplomata português «*após as primeiras palavras, [a perguntar-lhe] "se a embaixada já preencheu o seu quadro técnico"*» e acabou com a resposta, quando lhe disse «*o motivo da sua vinda*», que sabia da visita, mas que não estava a par dos preparativos que, nessa fase, certamente estavam «*a nível de Soares e só mais tarde "como de costume"*», a sua execução ser-lhes-ia entregue pelo seu chefe de gabinete, Sá Machado. Telefonou-lhe, mas este não lhe disse nada de novo, excepto que, «*em Belgrado, eles preparavam uma conversação semelhante com o MNE*» e perguntou a Spasitch se tinha recebido algo mais preciso de Belgrado.

No fim da reunião, o seu interlocutor comunicou-lhe que, no fim dessa semana, Mário Soares partiria «*para uma visita de dez dias à Índia e alguns outros países*» e, perante estas respostas, acrescentou: «*não insisti*».

Num segundo ponto deste telex, começou por dizer que tinha «*a impressão, há bastante tempo, dum possível desagrado quanto a nós*» e que se encontrou com Soares, uma semana antes, num jantar em casa do embaixador francês, mas que este «*não mostrou interesse nem para uma conversação de cortesia*», mas não se intrometeu. Unicamente, «*nesse jantar, à mesa, disse ao francês que só vieram, dos países socialistas, ao Congresso os romenos e jugoslavos, "o que foi muito indicativo"*. No segundo dia do Congresso, continuou, «*encontrei-o no hotel, onde estava a nossa delegação, apresentei-lhe Smole, mas, após algumas palavras, despediu-se (todavia, para ser mais exacto, nesse momento no átrio estavam muitos outros delegados)*».

Entre outras razões para esse desagrado, acrescentou: «*além de certas reservas que Soares possa ter em relação a nós (também, até recentemente, o seu chefe de gabinete, que, há alguns anos, residiu algum tempo na RSFJ, era-nos adverso),<sup>610</sup> talvez, se deva ter em vista [...] que enviámos, primeiramente, um encarregado de negócios e, depois, outro. Salvo, caso esteja mal informado, não enviámos felicitações ao novo Presidente da República por ocasião da sua nomeação. Entrámos quase no sétimo mês de relações e, só agora, decidimos*

<sup>610</sup> Referia-se a Vítor Cunha Rego. *Vd.* nota n.º148.

*pedir a acreditação e eles, embora numa situação muito mais difícil, fizeram-no antes de nós».*

Não obstante, pudesse parecer contraditório tudo o que disse, tendo em conta a decisão da visita, para Spasitch podia existir razões para isso. Assim, segundo ele, queriam que, a um certo nível, as relações fossem correctas, ou com a visita sugeriam motivos políticos. Para mais, *«a saber, a África continuava ainda indecisa se mantinha a posição de estabelecer relações somente após a completa descolonização, ou aceitava uma visão mais flexível como ocorreu na OUA. O marroquino [referia-se ao embaixador] disse-me que Soares foi recebido, durante a recente visita à Líbia, muito friamente».*

Além disso, achava que não fosse de excluir a possibilidade de que, talvez, a visita, naquele momento, lhe conviesse também por causa da sua própria posição no PS, devido ter havido, no Congresso, muitas críticas a seu respeito, que já se esperavam. *«Em particular, diziam respeito à sua excessiva valorização da posição internacional de Portugal, o que contrastava com as reivindicações bastante radicais de um bom número de delegados».*

Nesses dias seguintes ao Congresso, antes e depois da confirmação da visita oficial de Mário Soares à Jugoslávia (6-8/Jan.), Spasitch enviou para o SNFE *«algumas sugestões<sup>611</sup> para que, caso [fossem] aceites, [houvesse] tempo para os indispensáveis preparativos»*, assim como dezena e meia de propostas com vista ao desenvolvimento das relações políticas, económicas e outras entre os dois países,<sup>612</sup> que completou com outras tantas informações acerca da situação interna portuguesa,<sup>613</sup> embora, sem qualquer menção à descolonização,

---

<sup>611</sup> Além de uma *«grande publicidade no país»* com entrevistas na televisão e imprensa, propôs: *«a recepção de Soares pelo Presidente da República»* — justificando-a com a anterior recepção da delegação da ASPTJ, *«embora não se tratasse de uma visita de Estado, [pelo] PR Gomes»* — e, caso não fosse possível, *«dever-se-ia assegurar a sua recepção pelo Presidente do CEF, camarada Bñeditch»*; devido haver importantes perspectivas para a cooperação económica, *«talvez, fosse de considerar a possibilidade do seu encontro com o secretário federal do Comércio Exterior, camarada Ludviger, ou que [este] fosse convidado para o jantar oficial»*. Entre outros convidados, segundo Spasitch, deveria estar ainda um dos chefes militares mais importantes, *«o que não passará despercebido, tendo em vista o papel e a importância do MFA»* como um professor universitário.

<sup>612</sup> No plano político: cooperação e consultas diplomáticas e das delegações respectivas na ONU e noutras organizações internacionais; possível nomeação dum adido militar devido à importância cada vez maior do MFA e sua influência assegurada depois das eleições. No plano económico: visita *«nossa (ou sua) delegação económica e financeira [...] (a nossa, anunciada desde a delegação da ASPTJ, desde então não demos dela qualquer sinal que fosse)»*; assinatura dum acordo interestatal acerca das relações económicas; abertura de uma representação comercial em Lisboa; outros contactos e cooperação (turismo e transportes aéreos). Outros: assinaturas de acordos (cultural e de abolição de vistos) como intercâmbio de jornalistas e especialistas de diversas actividades.

<sup>613</sup> Após algumas notas iniciais sobre as eleições (Mar./75) e os partidos políticos, as restantes informações repartem-se pelo MFA, a situação socioeconómica, as relações político-económicas exteriores, os emigrantes e a Igreja Católica.

quando, Angola voltava a ocupar todas as atenções.<sup>614</sup> Estas informações foram acompanhadas de algumas previsões relativas aos meses até às eleições de Março e suas possíveis consequências.

Assim, aos partidos da coligação,<sup>615</sup> juntavam outros (MDP-CDE, CDS e MRPP), sabendo todos eles que essas eleições para a Assembleia Constituinte iriam *«predispor o seguinte carácter e orientação do poder como, nessa situação, seriam só possíveis pequenos desvios e eventuais concessões, aqui e ali, que não interferissem na essência»* do Programa. Após *«a saída de Spínola, o MFA reforçou-se e controlava a situação, efectuando esforços significativos para "orientar" os eleitores na direcção desejada [e a sua acção] ("a dinamização" — conferências, comícios, esclarecimentos dos resultados do 25 de Abril em todos os níveis — nas escolas, entre operários e camponeses) era muito forte no país»*, Por isso, quaisquer que fossem os resultados eleitorais, continuavam a reafirmar que *«não se afast[ri]am do seu Programa, nem a permitir que a direita assum[isse] o poder. Aqui, estavam decididos: eleições democráticas, mas um governo que só podia continuar na direcção iniciada»*.

Após salientar o facto de *«que, em todo o país, novamente, era reclamado [esse] programa com o qual entraram no 25 de Abril»*, Spasitch mencionou que *«também, no penúltimo número do seu Boletim, as duas páginas centrais foram consagradas à "experiência peruana"»* e, sem comentar, fez alusão à recente *«demissão do ministro da Educação e Cultura e [que] o seu lugar foi ocupado por um militar»*, havendo, no governo, um total de sete. Sem embargo, *«muitos considerarem isto uma entrada na "fase peruana" e uma nova etapa da luta pelo poder»*, a sua avaliação preliminar era que se tratava, isso sim, de deixar bem claro que o MFA não se ia desviar do seu programa.

Relativamente à campanha eleitoral que azedou as relações interpartidárias com incidentes esporádicos e pequenos, achou que *«a desunião da esquerda e as relações bastante tensas entre o PC-PS dificultavam a indispensável actuação conjunta da esquerda»*, mas era importante que, até às eleições não se separasse complementamente, porque poderia ter *«um desfavorável efeito psicológico»*.

Quanto a outros perigos, realçou a difícil situação económica, citando os investimentos bloqueados, a reacção das companhias multinacionais e as sabotagens económicas. Não

<sup>614</sup> É de pressupor que a delegação do MPLA (nela encontrava-se Fernando Costa Andrade, Vd. nota n.º1242) teve contactos com a da ASPTJ. Apesar de ter sido citado um relatório acerca das conversações com as delegações estrangeiras, não foi possível encontrá-lo.

<sup>615</sup> Segundo previsões eleitorais, só os socialistas *«contavam até um milhão (alguns mais optimistas, entre eles também Soares, até 1,5 milhões) de votos»*.

obstante, nessa altura, neste campo, «a direita ainda não tinha lançado um ataque frontal, receando uma forte reacção do governo e do MFA porque já tinha ocorrido a prisão de alguns influentes empresários e banqueiros». Igualmente, essa direita, apesar de forte, «sem ajuda de fora era incapaz de provocar uma viragem radical, capaz de ameaçar o regime». Porém, faltando três meses para as eleições, concluiu que «não se devia excluir novas tentativas nesse sentido».

No plano das relações internacionais, apesar da questão económica poder tornar-se decisiva «até então era incerto como, por fim, ir[iam] actuar os EUA e parte do Ocidente». Mesmo assim, segundo Spasitch, havia sinais que apontavam, no entanto, para que os EUA iam dar ajuda, pelo menos, a nível governamental, o que não excluía a actuação contrária de outros meios como, por exemplo, nos artigos do *Washington Post* ou *New-York Times*, em que «a conduta passiva dos EUA em relação a Portugal favorecia o avanço da esquerda e a expansão da influência da URSS». A seguir, referiu «os extraordinários esforços para receber ajudas do exterior, em particular do Ocidente (CEE, RFA, etc.). Do Leste, chegavam ajudas. Com a URSS foi assinado e negociavam importantes acordos (compraram importantes excedentes de vinho e outros)», acrescentando que, ali, estavam «os romenos com o mesmo objectivo, a RDA também (em visita ao PC)».

Concluindo, sublinhou «a determinação do governo e do MFA em sanar ao máximo a situação existente no plano interno», o que dependia das capacidades das forças democráticas e progressistas e do governo.

Acerca da posição geoestratégica bastante presente em todos os níveis — «no governo, no PC (um Congresso pacífico), PS (igualmente, teve lugar no seu Congresso, em documentos "moderados", a reivindicação mais radical das bases). Naturalmente, a direita apoiava isso. Objectivamente, isso reduzia a amplitude e a consequente formulação tanto nos programas partidários como do Governo, o que as massas não podiam compreender muitas vezes e a extrema-esquerda atacava com oportunismo». Do mesmo modo, a argumentação geoestratégica aparecia, cada vez mais, nos meios informativos. Por exemplo, Brandt que dizia que «os EUA não interviriam, excepto em circunstâncias particularmente dramáticas», no entanto, citou a publicidade dada a uma possível intervenção militar em relação dos produtores de petróleo no Próximo-Oriente em caso de novo embargo.

Para terminar, acrescentou que «em público, a Igreja mantinha-se correctamente. Pouco sei como se comporta no terreno».

Além dos preparativos da visita de Mário Soares, Spasitch comunicou ao SFNE (22/Dez.) que havia «quase uma semana que se ouvia a notícia acerca da possível demissão



do presidente do governo Gonçalves», desmentida publicamente, dias antes, pelo próprio que a explicou «*como uma manobra da direita*». Igualmente, consoante o que lhe disse o director da Informação do MNE, sabia-se que «*a notícia era sem fundamento, que se tratava de pressões e tentativas para provocar intrigas, e que "a coisa passará" dentro uma ou duas semanas como acontecia habitualmente*».<sup>616</sup>

Todavia, no dia seguinte, segundo informações de círculos do PS, «*as medidas pouco eficazes e insatisfatórias do regime para a melhoria da situação económica, a falta de passos radicais que poderiam animar camadas mais amplas, em particular no campo (a reforma agrária — no interior, insuficientemente ou quase nada se sentia que algo que fosse tivesse mudado depois do 25 de Abril), as faltas da administração, as divisões da esquerda, a actividade do clero no interior ("que deus proteja Portugal dos comunistas e dos socialistas"), o receio em relação à fronteira com a Espanha mal vigiada (ainda continuavam os guardas fiscais a ser a principal força de segurança — havia passagens totalmente desprotegidas o que permitia o transporte de armas) provocavam o temor por uma nova tentativa de golpe de Estado da direita*». Além do mais, nos últimos dias, havia pequenos sinais de agitação e, aqui e acolá, rumores que a direita activou as suas fileiras. Estimava-se que a ameaça de perigo vinha da Espanha. Uma acção por mar estava excluída, porque isso significava uma intervenção aberta (exército estrangeiro e navios).

Nesse contexto, Spasitch acrescentou que «*talvez, estava também a notícia acerca da demissão de Gonçalves, sendo indicativo o artigo do "New-York Times", de alguns dias atrás, sobre a situação instável em Portugal*», mais as periódicas notícias acerca de discórdias no MFA.

Por causa disso, as forças do COPCON e MFA tinham tomado medidas para assegurar a fronteira com a Espanha, estando preparadas para uma eventual tentativa da direita. A maioria do PS tinha a opinião que no caso de tal desfecho, «*o MFA actuaria radicalmente, deixando de ter em conta os métodos democráticos que teve até então*».

Uma outra opinião tinha, nesses dias natalícios, o embaixador romeno que estimava que, devido à intervenção do exército e ao seu controlo da situação, tinham cessado «*os ataques e litígios entre o PCP-PSP como também os ataques dos socialistas ao MDP. Isto, em grande medida, [iria contribuir] para a melhoria do ambiente geral na esquerda*».

---

<sup>616</sup> ADMNE (F-217, Portugal, 1974).

Disse ainda ao seu interlocutor jugoslavo<sup>617</sup> que «a situação económica no país não era assim tão crítica como costumava ser apresentada», tendo em consideração o seguinte: «as remessas de divisas dos trabalhadores [emigrantes] aumentavam; tanto o curso do escudo como do dólar diminuía; o Estado assumiu o controlo sobre a maioria dos bancos, como tem a maioria das coisas nas suas mãos». Somente, «os investimentos continuavam congelados, o que era certamente desfavorável» como o era na balança de pagamentos, mas isso era característico em toda a Europa, excepto na RFA.

---

<sup>617</sup> Spasitch mantinha, regularmente, estas conversações sobre a situação portuguesa com diplomatas de diversos países. Neste caso, também se pode mencionar que ele esteve, durante dois anos, na embaixada jugoslava, em Bucareste (1964-66).



### III- P A R T E — OS 328 DIAS DE 1975 E ALGUMAS CONCLUSÕES POSTERIORES

«A marcha dura dum processo político difere substancialmente do deslizar dos sonhos».  
Vasco Gonçalves\*

#### III.1— De Janeiro (visitas a Belgrado e Alvor) ao 11 de Março

Na primeira segunda-feira desse ano (6/Jan.), iniciou-se a visita oficial de Mário Soares à Jugoslávia — a primeira de um ministro dos Negócios Estrangeiros português — e, dias depois, chegou uma delegação do MPLA, chefiada por Iko Carreira. Por assim dizer, nessa semana, a situação política em Portugal e, principalmente, em Angola, ocuparam as atenções dos meios políticos e da Comunicação Social jugoslavos.

Quanto ao embaixador Milan Stoiakovitch,<sup>618</sup> participou nas conversações com o ministro português antes de partir para Lisboa, onde chegou só em finais de Janeiro, após a sua partida para Portugal ter sido adiada, em meados de Dezembro, devido à proximidade dessa visita. Depois, acompanhou o agravamento das relações entre o PS e o PCP, que se seguiu à sua confrontação em redor da unicidade sindical, e a «intensificação da campanha eleitoral», em meados de Fevereiro, com «o discurso do Presidente Gomes à Nação» e o anúncio da data de 12 de Abril para as eleições da Assembleia Constituinte. Igualmente, teve conversações com diversos representantes dos partidos da coligação e do MFA como, por exemplo, com Álvaro Cunhal e Vítor Alves. Relatou ainda a «institucionalização do MFA»,

---

<sup>618</sup> Embaixador em Portugal (Jan./1975-Set./78). Dados biográficos (ficha do SFNE): natural de Sisak, Croácia (n.1925-?); nacionalidade, sérvio; habilitações académicas, liceu (Zagreb); combatente do Exército de Libertação (1942-45); jornalista (Zagreb, 1945-49); director do Departamento da Informação do governo da República Popular da Croácia (1949-51); funcionário na Comissão de Relações Internacionais (CRI) da LCJ e da ASPJT (1951-59); conselheiro na embaixada no Reino Unido (1959-62); secretário da CRI da ASPJT (1962-64); embaixador no Quênia (1964-68); conselheiro «para certos assuntos» no SFNE (1969-75); membro da LCJ desde 1943; falava «bem» inglês; casado e dois filhos. Igualmente, Antun Duhatchek mencionou-o no seu livro — *Ascensão e Queda do Serviço de Informações Jugoslavo, Confissão dum Espião* (Antun Duhacek, *Uspon i pad jugoslovenske obaveštajne službe, ispovest obaveštajca*), Srboštampa, Beograd, 1992. Assim: «Na Grã-Bretanha, trabalhávamos sobretudo com os trabalhistas. Tínhamos contactos com toda a direcção desse partido. Conseguimos o maior sucesso no período quando Gaitskell foi chefe do partido. Então, tivemos colaboradores no Parlamento e na imprensa trabalhista. Sucessos que conseguimos graças a que tivemos um excepcional conselheiro político que contactava frequentemente com os trabalhistas e tornou-se também um bom amigo da família de Gaitskell. Esse foi o Micho [NdT: Mišo, diminutivo de Milan] Stoiakovitch. Tinha o dom de criar contactos e de os levar até ao nível da amizade». Alguns excertos deste livro em: (<https://www.mail-archive.com/sim@antic.org/msg29959.html>), consultado em 10/Nov./2015.

\* Discurso na sessão comemorativa da derrota do nazismo, Lisboa, 8/Maio/1975.

apresentou o Programa de Política Económica e Social e informou, em 11 de Março, sobre o que ocorreu durante «*as acções armadas em Lisboa*».

Contrastando com o relato deste período em Portugal numa documentação que procurou ser equidistante e neutral, e foi completada por informações de outras embaixadas jugoslavas, já Angola ocupou um lugar importante na correspondência entre as missões diplomáticas no Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia com o SFNE, da mesma forma que foi visitada por uma delegação jugoslava, convidada pelo MPLA, para presenciar, em Luanda, a tomada de posse do Governo de Transição de Angola (31/Jan.), a celebração do 4 de Fevereiro e a chegada de Agostinho Neto. Por fim, estes dois relatos com suficientes factos e comentários permitem confirmar duas actuações bem distintas na condução da política externa jugoslava relativa a este caso de um país europeu e suas colónias africanas.

Todavia, a respeito de Portugal, é de mencionar que a seguir às visitas a Lisboa do enviado especial da Tanjug, Aleksandar Antonitch, um maior número de notícias acerca de acontecimentos políticos ou outros passou a ser enviado para Belgrado.<sup>619</sup> Porém, foram citados, raramente, na correspondência (consultada) entre a embaixada e o SFNE.

### III.1-1— A visita de Mário Soares a Belgrado

Uma dezena de dias antes da «*próxima visita do ministro português dos Negócios Estrangeiros, M. Soares (6-8 Janeiro 1975)*», foram enviados a vários dirigentes políticos (Tito, Minitich, Dolants e outros) «*os materiais que o SFNE preparou para esse fim*»<sup>620</sup> acerca das relações bilaterais com Portugal e um programa de cooperação mútua.

Nesta documentação, as «*informações*» vão desde a geografia e história à situação interna e política externa portuguesas, sendo completadas com uma «*plataforma*» de propostas para as conversações e as biografias dos visitantes. Nessas páginas, há um resumo das relações estatais jugoslavo-portuguesas que afirma que «*foram mínimas*», no período pós-guerra, a seguir ao encerramento da legação em Lisboa (Abr./48), mas sem um formal corte de relações, pois acordou-se «*que os contactos se efectuassem através das missões diplomáti-*

<sup>619</sup> Nesta agência noticiosa, fomos informados (Jan./2016) de que os telexes recebidos dos correspondentes não eram arquivados, havendo, por isso, somente os que foram publicados na imprensa ou pela própria Tanjug, distribuído por instituições e serviços estatais como no seu chamado «*boletim vermelho*».

<sup>620</sup> Estes documentos foram intitulados: «*Informações (plataforma); Informação geral sobre Portugal; Informação acerca das relações bilaterais com Portugal e programa da futura cooperação; Informação sobre a conclusão da descolonização e a política externa de Portugal; Informação sobre a situação interna de Portugal; Biografias do ministro dos Negócios Estrangeiros M. Soares e esposa.*» Entre estes 6 documentos «*estritamente confidenciais*», o primeiro foi aprovado pelo Conselho Executivo Federal.

*cas dos dois países em Paris, [mas] de facto, não houve quaisquer relações».* Após «*os acontecimentos de Abril (25 de Abril de 1974) em Portugal*», além do imediato apoio dado ao novo regime, salienta-se o empenho por parte da Jugoslávia em «*contribuir para a consolidação do curso progressista e do processo da descolonização*», referindo-se a visita a Portugal da delegação do SFNE (Jun./74), logo seguida da reabertura da embaixada jugoslava. Entre os posteriores contactos interestatais, o mais importante foi entre M. Minitch-M. Soares (Set./74), em Nova-Iorque, durante a sessão da Assembleia-Geral da ONU.

A nível das organizações sociopolíticas, julgou importantes os contactos com as delegações dos partidos socialistas e comunistas no X Congresso da LCJ (Mai./74), assim como a visita de representantes do PCP a Belgrado (Nov./74). Em Portugal, as recentes visitas da delegação da ASPTJ, convidada do Partido Socialista, e da delegação conjunta do ASPTJ e LCJ no Congresso do PS.

Quanto às propostas para as negociações, foram tomadas em consideração algumas das enviadas por Spasitch e outras surgidas em conversações mais recentes, em Dezembro,<sup>621</sup> sobre as reduzidas relações económicas existentes.<sup>622</sup>

#### **A visita e as conversações**

Nesta visita oficial, Mário Soares teve «*amplas conversações*» com M. Minitch e foi recebido pelos presidentes da República (Iosip Broz Tito) e do CEF (Djermal Búieditch), mas também pelos dirigentes da LCJ (Stane Dolants) e da ASPTJ (Marian Tsetinitch). Além de Belgrado, visitou Zagreb, onde teve um encontro com representantes dos trabalhadores duma

---

<sup>621</sup> Devido aos preparativos e ao programa da visita de Mário Soares, o embaixador Francisco Ramos da Costa esteve no SFNE (25/Dez.), onde foi recebido por Lazar Moísov, secretário-adjunto federal, e a quem disse: «*com a Jugoslávia, queremos uma cooperação muito ampla e aberta. Queremos o máximo empenho no desenvolvimento das relações económicas. Existem grandes possibilidades e elas devem ser aproveitadas. Dever-se-ia, antes, investigar e estabelecer onde somos complementares e onde não. Principalmente, o interesse pode ser no campo das trocas mercantis e da cooperação industrial, agrícola e tecnocientífica. Igualmente, grandes possibilidades surgem também no domínio do turismo como no transporte marítimo. O Ministério das Finanças de Portugal aboliu, recentemente, as taxas adicionais ("flag diferencial tax") no transporte de cargas nos barcos jugoslavos (salientou que isso foi feito devido à sua intervenção). Como um campo particularmente interessante na cooperação económica com terceiros países, sublinhou que pensa nas ex-colónias em África. Considera que a reputação da Jugoslávia é muito favorável para um tal desempenho*», (ADMNE, F-217, Portugal, 1974).

<sup>622</sup> Na segunda semana de Dezembro, um director de uma empresa de comércio externo jugoslava — interessada na exportação de produtos industriais e agrícolas (carne), equipamentos, negócios de cooperação e na possibilidade de importação de produtos portugueses — esteve em Portugal e «*visitou cerca duma vintena de grandes empresas [...] e bancos, tendo encontrado, em toda a parte, um interesse muito grande para fazer negócios conosco*». Segundo Spasitch, «*juntamente às importantes possibilidades para as nossas exportações como tenho sido testemunha nos últimos três meses, através de Portugal abre-se-nos ainda o seu mercado africano (Guiné-Bissau, Moçambique e Angola) com o qual as suas ligações são bastante desenvolvidas e que só podem se reforçar após o fim do processo da descolonização*». Igualmente, neste seu telex para o SFNE, sublinhou que a abertura, em Lisboa, de uma representação dessa empresa «*reforçaria a nossa presença aqui, porque na embaixada só trabalhará uma pessoa no sector económico*», (ADMNE, F-217, Portugal, 1974).

grande empresa da indústria electrotécnica e um jantar oficial oferecido pelo presidente do CER,<sup>623</sup> I. Sirotkovitch.

Nas conversações entre Minitch e Soares, «*em que participaram os seus colaboradores*», foi dada uma atenção especial às relações entre os dois países, «*depois das mudanças em Portugal*», e tendo em vista «*o desenvolvimento da cooperação política e o já alcançado elevado grau de compreensão e confiança mútua, foram criadas condições favoráveis para futuros contactos a nível do governo e de todas estruturas políticas, bem como para um inadiável progresso da cooperação em todos os domínios*».

Segundo o SFNE,<sup>624</sup> após agradecer o apoio às mudanças em Portugal e a contribuição da Jugoslávia para «*uma melhor compreensão e a afirmação da política do novo regime no plano internacional, em particular, entre os países não-alinhados*», Mário Soares salientou as importâncias que davam à cooperação com a Jugoslávia.

Entre acordos, contactos e convites, os mais importantes foram, consoante os comentários mencionados, os seguintes:

— Intercâmbio de visitas de membros do governo em campos de interesse mútuo, tendo «*os portugueses mostrado interesse por uma eventual visita à Jugoslávia do seu secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo como também do ministro do Trabalho*»;

— Continuar a promover a cooperação entre organizações sociopolíticas e sindicatos («*Soares realçou particularmente o interesse do PSP pela continuação da cooperação com a LCJ e a ASPTJ e para conhecer as experiências jugoslavas, principalmente, [as ligadas] à construção do socialismo sem modelos estrangeiros e com muita ênfase da independência nacional*»);

— Estabelecimento da cooperação económica e tomada urgente dos passos necessários nesse sentido («*ficou acordado que uma delegação [jugoslava] visitaria em breve Portugal e examine concretas possibilidades e modalidades de cooperação económica entre os dois países*», prevendo-se, nessa ocasião, a assinatura de um acordo económico entre os dois países e a formação de uma comissão a nível governamental);

— Assinatura duma convenção cultural e acordos de cooperação técnico-científico e de abolição de vistos, (tendo os portugueses pedido que «*estes acordos fossem assinados quanto antes*»).

---

<sup>623</sup> O Conselho Executivo Republicano era a designação do governo da República Socialista da Croácia, uma das 6 repúblicas da RSFJ.

<sup>624</sup> Esta «*Informação*» refere somente as conversações ali realizadas (ADMNE, F-217, Portugal, 1974).

— Contactos entre funcionários diplomáticos, caso fossem necessários, e a cooperação das missões dos dois países nas organizações internacionais e na CSCE;

— Em princípio, foi expressa a disposição para um desenvolvimento da cooperação militar, (mas só «*para avaliar posteriormente, no quadro do desenvolvimento das relações, as suas possibilidades concretas*»);

— Além do convite para M.Mínitch visitar Portugal, «*o ministro Soares convidou, em nome do presidente da República de Portugal C.Gomes, o presidente da República J.B.Tito a visitar Portugal. Ambos os convites foram aceites. Tudo indica que a visita de Soares, pelos seus resultados e significado, abriu uma nova etapa no desenvolvimento das relações entre a Jugoslávia e Portugal*».

Na segunda parte deste documento, analisando a evolução interna portuguesa, «*M. Soares mostrou que esta[vam] conscientes da complexidade da situação e dos reais problemas no plano político, económico e social*». Estimou que existiam boas possibilidades para que o processo democrático se consolidasse, mas com perigos próximos, sobretudo por causa da tendência para uma radicalização «*o que poderia provocar, nas condições dos graves problemas socioeconómicos, acções das forças reaccionárias e direitistas como também da ingerência directa de factores externos*». Apesar de estarem perante a necessidade de superar quanto antes o longo atraso e as consequências do regime fascista, ao mesmo tempo, precisavam de ter em conta a existente relação de forças e a posição de Portugal.

A seguir, apresentou e comentou diversos aspectos da situação interna e externa portuguesa. Começando pelo Programa do MFA, cuja validade ia até às eleições parlamentares estava, em grande medida, ultrapassado, tanto a respeito da solução do problema colonial (insistência na autodeterminação) como à direcção do desenvolvimento interno. Estava em curso a elaboração de um programa económico<sup>625</sup> que previa a nacionalização de alguns ramos capitais da economia (por exemplo, a siderurgia) e deveria assegurar as reformas necessárias no plano económico e social. Procurava-se que, «*nas reformas, não se [fosse] demasiado longe, tanto para não provocar descontentamento nas camadas médias e nos trabalhadores no estrangeiro*», pois as remessas de divisas destes últimos «*tinham uma grande importância para economia portuguesa (o seu total anual estava à altura do orçamento de Estado)*».

Depois, «*Soares falou criticamente acerca da conduta e da política do PCP. Aproveitando a posição e a influência que tinha no governo do MFA e nos meios de informação, pro-*

<sup>625</sup> Referia-se ao Plano Económico de Emergência discutido na Assembleia dos 200 (28/Dez.), mas apresentado no Conselho de Ministros duas semanas antes. Voltou a ser discutido na Assembleia do MFA (5/Jan./75).



*cura[va] impor-se como principal factor no poder, não respeitando as regras do jogo democrático». Estimou que a sua política era «aventureira e ia ao encontro dos adversários do novo regime». Ainda, a nível interno, davam grande importância às próximas eleições e empenhavam-se para que se realizassem na data marcada, ou seja, em Março. Embora a situação fosse incerta, acreditavam que as forças democráticas venceriam, esperando um resultado favorável para o PS porque, segundo as estimativas mais recentes, aumentava sua influência. Todavia, continuavam a considerar o MFA como um factor fundamental do poder político. A seu respeito, «Soares salientou que o movimento era heterogéneo e, nele, existiam diferentes opiniões sobre o futuro de Portugal». Procuravam assegurar a preponderância das forças progressistas no MFA porque delas dependiam muito a consolidação duradoura do desenvolvimento democrático.*

Relativamente à política externa portuguesa, «Soares expôs de forma bastante realista e flexível as [suas] direcções», partindo da inevitabilidade de que Portugal, a julgar pela relação interna de forças e a posição geoestratégica, pertencia à aliança ocidental e continuava fiel às obrigações daí resultantes, incluindo também as obrigações relativas à OTAN. Baseando, nesses fundamentos, a orientação e actividade da sua política exterior, não colocavam em questão nem a base militar dos EUA nos Açores. Antes, «Soares tinha posto reservas a certas correntes que, em Portugal, aspiravam a uma orientação não-alinhada, sublinhando que tais reivindicações eram irrealistas e inaceitáveis». Assim, tinham em conta a salvaguarda da confiança dos parceiros ocidentais, porque estavam conscientes que os EUA não aceitariam, nem autorizariam «a radicalização da política exterior portuguesa e, seguramente como no Chile, interviriam caso a política do actual regime passasse determinados limites» e pusesse em questão os seus interesses estratégicos na Europa.

Procurando reforçar a sua posição internacional, Portugal estava interessado no sucesso da CSCE e defendia que a sua terceira sessão se realizasse quanto antes.<sup>626</sup> Depois, «Soares realçou que os blocos eram uma realidade e que não se podia esperar que eles desaparecessem em breve. Consideravam que era preciso desenvolver a mais ampla cooperação entre os pequenos e médios países da Europa, de um e de outro bloco», vendo nesta uma via para a superação da divisão por blocos e a instauração de um sistema de segurança e cooperação colectivas. Igualmente, esperavam com o sucesso da CSCE que «a posição de Portugal seria mais fácil e, assim, o perigo de pressões externas e possíveis intervenções mais reduzido».

---

<sup>626</sup> Essa sessão da Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa realizou-se, meses depois, em Helsínquia (30/Jul.-1/Ago.).

As conversações mostaram que *«Soares dava uma grande importância ao lugar e o papel dos países não-alinhados, estando interessados na mais ampla cooperação com esses países, em particular, os africanos»*. Segundo este documento, via-se que os incomodava as reservas de certos desses países e a manutenção da proibição da OUA acerca do estabelecimento de relações com Portugal. Por isso, aguardavam com interesse a sua próxima reunião, em Fevereiro, pois pediram que, nessa altura, fosse alterada a posição da OUA e permitido o estabelecimento da cooperação dos países africanos com Portugal. *«A este respeito, Soares dirigiu-se a nós [ao SFNE] para o apoio e ajuda da Jugoslávia junto dos países africanos. Pediu, igualmente, a nossa ajuda e apoio aos seus esforços para normalizar as relações com a China e a Albânia. Pela nossa parte, foi mostrada compreensão pelos pedidos de Soares. Foi salientado que a Jugoslávia dará apoio, no futuro como até agora, com a aprovação de Portugal, à sua política junto dos países, onde isso for possível e na medida em que as nossas possibilidades o permitam»*.

A respeito do problema das colónias, *«Soares frisou que o governo português mantém-se consequente na política de descolonização e considerou que tal processo estava, praticamente, perto do fim»*. Esperavam um final bem-sucedido das conversações sobre a independência de Angola, mas havia dificuldades e uma incerta evolução da situação que era explosiva. Existia a possibilidade da eclosão da guerra civil, tendo em conta que, em Angola, havia forças armadas prontas para lutarem entre si. Saudavam o acordo dos movimentos de libertação, mas estimavam que era incerto se eles conseguiriam manter a unidade criada.<sup>627</sup> Para mais, em Angola entrecruzavam-se muitos interesses contraditórios de factores externos (desde as grandes potências aos países vizinhos) que, em determinado momento, podiam provocar dificuldades. Para terminar a sua exposição, *«Soares salientou que estimavam o papel do MPLA e reconheciam A. Neto como o líder mais sério. Contudo, indicou que a FNLA era mais forte militarmente e que dispunha igualmente dum exército regular que foi treinado pelos chineses e que estava estacionado na fronteira com o Zaire, preparado para intervir a qualquer momento»*.

Por sua parte, Minitich disse-lhe que compreendiam a complexidade e o peso da situação em Portugal, mas acreditavam que as dificuldades seriam vencidas e o processo de democratização realizado com êxito. Acentuando *«a ligação destes dois processos e a identidade de interesses da luta de libertação dos povos colonizados e as forças democráticas e progres-*

---

<sup>627</sup> Em nenhum documento relativo a esta visita, é de sublinhar, se encontrou uma única referência à Cimeira do Alvor que começaria dentro de dias nem, depois, qualquer explicação para o facto de não ter sido mencionada quando se falou tanto de Angola e da descolonização.

*sistas portuguesas», acrescentou que tinham «uma total compreensão pela sua política externa como também pleno respeito pelas suas posições internacionais».*

Nas conversações, foi confirmada a concordância de opiniões acerca da necessidade de proteger o desenvolvimento democrático em Portugal e, pela parte jugoslava, *«foi sublinhado que as mudanças tiveram uma importância histórica porque permitiram, além do derubamento do fascismo, um processo radical de descolonização».* Depois, foi referido *«o perigo das acções das forças direitistas e dos círculos imperialistas do exterior caso considerarem os seus interesses ameaçados, pelo que foi aconselhado moderação, realismo e progressão nas medidas no plano interno e na orientação política exterior».* A seguir, achou que *«tinham em vista, naturalmente, que a revolução<sup>628</sup> em Portugal não podia ficar somente pela descolonização e liberdades formais e que estavam iminentes profundas reformas em todos domínios».*

Mencionando que foram apoiados os esforços do governo português pela descolonização de Angola e estimado que o acordo dos movimentos de libertação de Angola, em Mombaça,<sup>629</sup> teve uma grande importância nesse sentido, não deixaram de apontar as dificuldades, em Angola, as quais podem atrasar o processo da descolonização.

Durante as conversações, no SFNE, falou-se, em particular, da política externa jugoslava e da política do não-alinhamento, tendo sido explicadas as suas posições e opiniões sobre alguns principais temas internacionais que foram os seguintes: evolução da situação mundial; a «*détente*»; a CSCE; Próximo Oriente. Enquanto, na Presidência do CC da LCJ, só houve referências à sua actividade internacional.

Concluindo, segundo este documento, *«Soares mostrou um grande interesse pelas nossas avaliações e posições, sublinhando o significado e o papel da Jugoslávia no plano internacional, sobretudo, entre os países não-alinhados. Ambas as partes concordaram que há uma acentuada proximidade de posições acerca de todas origens dos problemas internacionais».* Quanto à sua visita, foi considerada como *«uma perspectiva para uma variada cooperação bilateral»* em que foram alcançados *«acordos concretos em todos os aspectos das relações entre os dois países».* Nessa ocasião, foi manifestado *«um apoio à política do novo regime português, especialmente, no plano da descolonização e criado espaço para uma nosa futura actividade nessa direcção».*

---

<sup>628</sup> Uma das primeiras vezes em que apareceu num texto, pois antes a palavra mais usada foi mudanças.

<sup>629</sup> Em Mombaça, foi elaborada (3-5/Jan./75) pelos três movimentos angolanos uma declaração de princípios que tinha em vista uma frente comum para a Cimeira de Alvor que se realizaria nos dias seguintes (10-15/Jan.).

Do mesmo modo, além de um conhecimento mais próximo da política portuguesa no plano interno e internacional, essa visita confirmou que o governo português tratava «*a Jugoslávia como um importante parceiro por causa de necessidades internas e externas, mas também existia um acentuado interesse por uma cooperação em todos os campos*». Por fim, as conclusões desta «*informação*» do SFNE reafirmam «*a ordem de prioridades da diplomacia jugoslava em relação à descolonização e às mudanças ou revolução em Portugal e seu novo regime*».

### **Uma recepção**

No dia seguinte (7/Jan.), na recepção<sup>630</sup> de Tito a Mário Soares, este último «*transmitiu as saudações do Presidente de Portugal, Costa Gomes, com o convite para o presidente Tito visitar Portugal*», acrescentando que esperava que o secretário federal, Miloche Minitch, pudesse visitar, em breve, Portugal.

Após agradecer e, em princípio, aceitar o convite, Tito disse ao seu convidado que acompanhavam «*com atenção a situação em Portugal e em seu redor, e que receia[va]m um pouco, tendo em conta a ampla constelação mundial. Deseja[va] ouvir algo sobre a actual evolução e, particularmente, a apreciação do ministro acerca dos apoios externos*».

Segundo estas «*notas*»,<sup>631</sup> Mário Soares respondeu-lhe o seguinte: «*igualmente, eles receiam pelo seu futuro. A revolução portuguesa encontrou-se com diversos acolhimentos. Os EUA têm reservas embora não sejam totalmente contra a revolução. Eles estavam ligados ao fascismo e o golpe surpreendeu-os, não esperavam que, em Portugal, algo semelhante pudesse acontecer. Todavia, começaram-se a adaptar à nova situação. Soares já teve quatro contactos com Kissinger e Costa Gomes encontrou-se com Ford. Os EUA deram-lhes a conhecer claramente que permitirão a emancipação de Portugal somente até determinados limites. Os países ocidentais europeus estão um pouco preocupados pelos seus interesses económicos em Portugal*».

Do mesmo modo, estavam particularmente interessados em saber a posição soviética, mas «*por ocasião da sua recente visita a Moscovo, Podgorni não o recebeu. Não teve a possibilidade de compreender como os soviéticos olha[va]m para o agravamento das relações*

<sup>630</sup> Nela, «*estiveram presentes o vice-presidente do CEF e secretário federal dos Negócios Estrangeiros, Miloche Minitch, o embaixador da RSFJ em Portugal, M. Stoïakovitch, e o conselheiro do Presidente da República para as questões de política externa, Andjelko Blajevitch*», enquanto Mário Soares estava acompanhado pelo embaixador na RSFJ, Francisco Ramos da Costa (AJ, 837, I-3a Portugal).

<sup>631</sup> Redigidas pelo citado «*conselheiro do Presidente da República para as questões de política externa, Andjelko Blajevitch*». Não referiu a duração nem o idioma utilizado na recepção, embora se possa pressupor que foi o francês.

*dos comunistas e socialistas» portugueses. Referiu, ainda, que «avisou para os perigos de um movimento demasiado rápido em Portugal e na probabilidade da intervenção americana». Por isso, pediram que «no comunicado entrasse a posição acerca da "détente" e das relações com os EUA».*

Na observação de Tito que havia diferenças na maneira de ver a «détente» na União Soviética, «Soares disse que ele também sentiu isso. Por isso, chamou a atenção de Gromiko para a exageração do PCP nas reivindicações que poderia prejudicar a posição dos PC em Espanha e restantes países ocidentais europeus».

Na sua resposta, o presidente jugoslavo expôs «a sua opinião de que era então primário que se assegurasse uma progressão da marcha progressista em Portugal, ao que o ministro Soares respondeu que o PCP conduzia uma política aventureira», sendo necessária a consolidação do processo democrático, e cada erro podia ameaçá-lo, provocando dificuldades a todos os partidos de esquerda. «Em geral, os EUA não esta[vam] preocupados por causa da política do PC, porque considera[va]m que ela poderia permitir uma intervenção e a adesão de toda a classe média em Portugal que [era então] ainda neutral. Por isso, estima[va] a situação muito difícil».

Depois, o presidente jugoslavo «expressou dúvidas acerca da duração do acordo dos três movimentos em Angola. Soares acrescentou que aqui esta[vam] implicados muitos interesses. Os movimentos eram muito heterogéneos. A UNITA foi organizada pelo antigo regime. Neto era puro e o movimento MPLA importante, mas dividido. Os russos abandonaram-no».

Aceitando a avaliação de Tito de que a revolução em Portugal foi, no entanto, uma base para a continuação do reforço dos movimentos de libertação, Mário Soares achou que «aqui, antes que tudo, se precisa[va] conduzir até ao fim a revolução e desenvolver, ao mesmo tempo, os movimentos de libertação. Esta[vam] decididos irem para a frente, todavia, existia o perigo de que, em Angola, se chegasse a uma guerra civil».

A seguir, na sua resposta, Tito comentou «os contactos de Kaunda com Vorster e Smith como um sinal de que Vorster compreendeu que a sua política não se podia manter» e, desse modo, desejava prevenir-se através dos contactos com os movimentos de libertação. A este comentário, o seu interlocutor acrescentou que, em Portugal, «no começo, receberam a intervenção da África do Sul e, por isso, em todas as acções e medidas foram muito cautelosos para que a descolonização dos seus territórios não fosse apresentada como a organização de uma frente contra a África do Sul. Isso foi aceite positivamente pela África do Sul e contribuiu para a evolução dos próprios pontos de vista».

Para terminar, segundo estas notas, «o presidente falou sobre a posição internacional da Jugoslávia, as relações com outros países e a construção do socialismo no país».

### Uma reunião

Nesse mesmo dia (7/Jan.), na Presidência do CC LCJ, o seu secretário do Comité Executivo, Stane Dolants, recebeu «o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares», a quem exprimiu, no início dessa conversação, «a satisfação pela existência de boas relações entre a LCJ e o PS de Portugal em que a LCJ se empenhará para que, no futuro, a colaboração entre os dois partidos ainda mais se desenvolva».<sup>632</sup> Depois, de acordo com esta breve «nota», acrescentou: «falando amplamente acerca das razões e princípios da larga cooperação da Jugoslávia e a LCJ com todos os países e partidos que queiram uma cooperação igual em direitos, o camarada Dolants informou M. Soares sobre o estado das relações com o PC de Portugal e declarou que a LCJ não permitia a ninguém a imposição de condições na manutenção das relações internacionais».

Tomando a palavra, Mário Soares agradeceu as informações que ouviu do seu interlocutor, «dizendo que lhes eram bem conhecidas as posições da Jugoslávia e da LCJ no plano internacional. Igualmente, considerou muito interessantes as nossas experiências no plano interno e estavam interessados em conhecê-las o melhor possível».

Quanto à situação em Portugal, julgou-a muito complexa e sublinhou: «o papel do PC de Portugal para o qual disse que era incompreensível como também que o PC não respeitava os elementos básicos das regras do jogo democrático. O PC quer iludir o acordo com o PS e conseguir para si um papel hegemónico nas forças da esquerda. Todavia, o PS é mais forte do que o PC no plano eleitoral e a última sondagem efectuada pelo Movimento das Forças Armadas mostrou que o PC tinha 7%, a Esquerda Unida (na qual tanto o PS como o PC têm influência) 4% e o Movimento das Forças Democráticas<sup>633</sup> 10%. Para o PS, realçou que tem um total de possibilidades eleitorais igual aos restantes partidos em conjunto, ou seja, cerca de 20%». Por isso, o PCP estava preocupado e procurava conseguir o adiamento das eleições, marcadas para Março desse ano. Disse, em seguida, que era um partido muito organizado, tinha uma forte influência nos sindicatos, nos meios da Comunicação Social e queria influenciar as decisões do governo e do MFA, assim como a formação da opinião pública. Do mesmo modo, a sua influência sentia-se na universidade, onde o PCP era, para a extrema-esquerda, um defensor da ordem.

<sup>632</sup> AJ, 507, IX, 103.

<sup>633</sup> Possivelmente, referiam-se ao MDP-CDE. Já a identificação da citada Esquerda Unida, entre os partidos existentes, é mais incerta.

Uma tal política, avaliou-a «*como aventureira e achava que podia conduzir o país a uma difícil situação. Uma tal situação — provocada igualmente, entre outras coisas, pela política incompreensível do PC — convinha aos americanos e nela viam uma oportunidade para mobilizar em determinado momento, em Portugal, os seus aliados*».

Por fim, referiu-se elogiosamente a Santiago Carrillo e sublinhou que, na sua opinião, «*a política do PCP era o resultado das posições inflexíveis do PCUS que se reflectia também na política do PC de França, como em alguns outros PC da Europa Ocidental*». Se, entretanto, não se chegasse a um agravamento da situação internacional, que poderia influenciar negativamente na situação em Portugal, «*Soares acreditava que as eleições se iam realizar a tempo (mês de Março) e estimava que nelas as forças democráticas terão uma superioridade que assegurará futuras vitórias democráticas em Portugal*».

A respeito da proposta de Dolants que se efectuasse, em breve, uma troca de delegações entre os dois partidos, «*Soares aceitou-a prontamente e acrescentou que através do seu representante informará regularmente sobre o curso dos acontecimentos em Portugal*».

### III.1-2— A visita da delegação do MPLA

No «*Lembrete*» para a visita (6/Jan.) desta delegação, formada por Iko Carreira, Luís Neto e Pedro Castro Van-Dúnem, que ia chegar da URSS, «*onde esteve após anterior acordo entre o MPLA e o governo soviético*»,<sup>634</sup> foram mencionados os possíveis «*objectivos da visita à Jugoslávia*», tendo em anexo um resumo da «*actual situação em Angola*», do «*acordo secreto MPLA e Portugal*» e das «*relações com a Jugoslávia*».

Assim, entre os objectivos que seriam provavelmente apresentados «*nas conversações com os nossos dirigentes políticos e militares*», só um estaria ligado à informação acerca da «*situação política no país e [das] relações entre os três movimentos com vista à formação do governo provisório de transição*», enquanto os restantes seis seriam relativos à ajuda militar (armamento e equipamento de unidades de infantaria e blindadas, formação de quadros militares e formação da Força Aérea).

Quanto à situação política, após a «*tentativa falhada do exterior [para destituir] a direcção e afastar o Dr. Neto que culminou no Congresso do MPLA, em Agosto de 1974, na Zâmbia*», em que intervieram alguns países africanos — em particular, o Zaire (apoiando a

<sup>634</sup> Após esta visita, foram superadas as reservas da URSS quanto ao MPLA que existiram «*durante a crise no movimento*». Igualmente, quanto ao seu principal objectivo que era receber ajuda militar, «*segundo as informações, que Carreira nos deu à sua chegada, foi conseguido um acordo acerca da concessão urgente de ajuda militar e, num futuro próximo, será assinado, na Tanzânia, esse acordo de cooperação militar entre Angola e a URSS*», (AJ, 142, F-011).

FNLA, «*movimento de orientação pró-ocidental*»), a Zâmbia (favorecendo «*a fracção de Chipenda e através dele procurou conseguir o seu controlo sobre o MPLA*») e, em parte, o Congo («*devido à aspiração pelo enclave de Cabinda, rico em petróleo*») —, houve o reforço político-militar do MPLA, em Angola, resultante do amplo apoio popular (era forte em quase todas as maiores cidades angolanas), «*da larga popularidade do Dr. Neto e pela grande simpatia que gozava entre as forças progressistas de Portugal, em particular, no MFA*». A seguir à derrota das fracções, chefiadas por Chipenda e Mário de Andrade, quase todos os seus quadros se encontravam no país e foi efectuada a reorganização do exército que contava cerca de 8 000<sup>635</sup> homens também já em Angola.

Embora, politicamente, controlasse em grande medida a situação, naquele momento, «*o MPLA era mais fraco militarmente do que a FNLA que com a ajuda do Zaire e da RP da China conseguiu armar cerca de 15 000 homens*». Como a sua maioria era formada por «*refugiados angolanos no Zaire e mobilizados forçadamente*», eles representavam um real perigo por poderem provocar a guerra civil, caso para isso conseguirem «*utilizar também soldados zairenses da tribo fronteiriça Bakongo*» que constituía a base principal da FNLA.

Por estas razões, pode-se ler ainda neste documento de meia dúzia de páginas, que «*de acordo com os portugueses por ocasião das conversações do Dr. Neto com o vice-presidente do governo e membro do MFA, major Melo Antunes, o MPLA orientou-se*», após Argel (20/Nov.), para o seguinte:

1.) fazer esforços para que possa quanto antes armar e aumentar as unidades militares. Dependendo da rapidez e do sucesso destas acções, ir-se-ia para a formação do governo provisório com os restantes dois movimentos, que deveria estar constituído o mais tardar em Janeiro de 1975. Numa primeira fase (Dez./74), o número de combatentes deveria aumentar para 10 000 e, numa segunda fase para 20 000 homens. «*Em base do acordo com Antunes, para este fim ao MPLA seriam colocados a sua disposição os aerodrómos, portos e bases militares portuguesas em Angola*». Igualmente, segundo a citada informação de Iko Carreira, um avião zambiano já tinha transportado armamento da Tanzânia para Angola e, assim, apoiar-se-ia ainda mais a forte e irrefutável posição política do MPLA;

2.) no país, o MPLA continuará com a acção política. Gradualmente, de acordo com os portugueses, assumiam o poder, de facto, nas povoações. As instalações militares que abandonem as tropas portuguesas seriam entregues às forças do MPLA. Criavam-se cooperativas para a produção e abastecimento de alimentos para a população, preparavam-se quadros

<sup>635</sup> No texto dactilografado, os citados 10 000 foram emendados com um 8 manuscrito a vermelho sobre o 10.



para assumir a administração nas áreas da educação, propaganda, segurança e outras. *«Isto esta[va]-lhes facilitado porque era o único dos três movimentos que dispunham de tais quadros. Quanto ao enclave de Cabinda, mantinham o controlo e não tinham especiais dificuldades. Abriam escolas e efectuavam acções de formação política. Os portugueses colocaram-lhes à disposição os quartéis e as instalações militares em Cabinda»;*

3.) o MPLA aceitou a insistência de Portugal em se formar um governo transitório de coligação e que, depois, se estabelecesse um prazo de 6 meses de duração das suas funções até à obtenção da total independência. *«Indo ao encontro do novo governo de Portugal, o MPLA aceitou a opinião de Lisboa de que para as forças progressistas portuguesas era muito importante que pudessem utilizar, nos seus programas políticos, antes das eleições de Março, o argumento de que a descolonização de Angola estava efectuada».* Por outro lado, a formação dum governo de coligação era para o MPLA a única possibilidade naquele momento, porque, caso contrário, haveria *«o perigo da guerra civil, assim como dum confronto aberto com o Zaire, os colonos brancos e os interesses do capital estrangeiro».* A respeito dos seus lugares nesse governo, a proposta do MPLA apresentava quatro ministérios e previa que o presidente fosse português;

4.) o MPLA *«evitará e não fará nada que possa irritar os EUA e as forças imperialistas. Deram a conhecer que estavam interessados em que as companhias estrangeiras continuassem também o seu trabalho na futura Angola independente».* Eventuais revisões de acordos seriam graduais e grandes mudanças só seriam possíveis, unicamente, caso tiverem fortes posições no país.

Referindo-se ao *«acordo secreto»* de Argel, assinado, em Novembro, por Agostinho Neto e Melo Antunes, este *«lembrete»* mencionou como seus pontos básicos os seguintes: o MPLA aceitava participar no governo provisório de transição com a FNLA e a UNITA; em Dezembro, dever-se-ia *«organizar uma mesa redonda»* para se discutir acerca da formação do citado governo; após a sua formação, num prazo de seis meses, seria proclamada a independência de Angola; no período de transição, Portugal nomearia o alto-comissário e representaria Angola no plano internacional; cita, com mais pormenores, que o MPLA, a seguir à sua candidatura a presidente do governo e prevendo que seria recusada pelos outros dois movimentos, *«os portugueses propoiam como solução de compromisso»* que assumiriam esse cargo; na citada mesa redonda, o MPLA pediria quatro ministérios (Interior, Informação, Educação e Saúde); no *«acordo secreto concluído com Antunes, Portugal apoiar[ia] o MPLA*

para conseguir uma influência dominante no governo de transição»;<sup>636</sup> entre o MFA e o MPLA existia «a total concordância e acordo para a cooperação em redor da realização destas cláusulas», desejando ambos que o poder não chegasse «às mãos de forças políticas adversárias».<sup>637</sup>

Quanto «as relações com a Jugoslávia», o MPLA e o seu presidente, em particular, «estima[va]m altamente a ajuda e o apoio que [tiveram] nos momentos mais difíceis, principalmente durante a última crise, por parte da Jugoslávia». Do mesmo modo, na sua última conferência de quadros (Set./74), a Jugoslávia foi considerada como «"o amigo mais fiel e consequente que sempre ajudou quando, para o MPLA, foi mais necessário"». Também, ali, numa lista dos países que ajudavam o movimento, sob o aspecto material, a Jugoslávia ocupou o segundo lugar (a seguir à URSS) e, politicamente, foi o amigo mais seguro.

Para concluir, segundo este documento, o MPLA esperava a continuação desse apoio e ajuda às suas acções em curso para reforçar ainda mais as suas posições em Angola. Além da «ajuda urgente em armas neste período, a delegação estava mandatada para apresentar a questão da futura cooperação duradoura no plano militar», mas era de esperar que fosse apresentada a questão da cooperação política entre os dois países e do apoio e acções da Jugoslávia nessa fase.

No SFNE (10/Jan./75), a delegação do MPLA, chefiada por Henrique Carreira,<sup>638</sup> foi recebida por Milhan Komatina<sup>639</sup> que lhes disse, após exprimir as protocolares boas-vindas e a satisfação pela visita da delegação, que conheciam as posições do MPLA e dos outros movimentos angolanos e se preparavam para a futura cooperação com a Angola independente. Acrescentando que, «naturalmente, primeiro, durante o período transitório e com o governo de transição, consoante o acordo com Portugal». Depois, no plano diplomático, «quando

---

<sup>636</sup> Acrescentando, «porque se espera que todas as fracções da vida política de Angola procurarão aproveitar o período de transição para o reforço. O MPLA e o MFA estão conscientes de que por trás da FNLA se encontram interesses estrangeiros que através dela procuram assegurar o seu lugar e influência em Angola».

<sup>637</sup> Por isso, «ficou acordado que os portugueses manterão também ao corrente o MPLA acerca da retirada das suas forças para que, onde as forças portuguesas se retirem, possam imediatamente avançar as forças do MPLA. Em princípio, acordaram manter um contacto permanente, cooperar estreitamente, mas sob o total segredo. Os portugueses estão conscientes que o insucesso em Angola significaria o insucesso do movimento militar em Portugal e que a questão da descolonização e do futuro desenvolvimento democrático português estão estreitamente ligados e um condiciona o outro».

<sup>638</sup> Nesta «Nota», foi o único membro da delegação mencionado e como «membro do CC MPLA e do Conselho Supremo da Defesa», (ADMNE, F-217, Portugal, 1974).

<sup>639</sup> Este «secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros» estava acompanhado de «Dimitríe Babitch da ASPTJ e D. Rakotchévitch, conselheiro na Direcção da África a Sul do Sáara», que redigiu esta «nota».

*Angola estiv[esse] preparada para isso, [pôr-se-iam] de acordo acerca dos contactos a nível internacional».*

Na sua resposta, Carreira salientou a cooperação que sempre tiveram com os representantes das embaixadas jugoslavas, em particular, na Tanzânia, Zâmbia e Argélia e que lhes foram sempre proveitosas as conversações acerca da situação internacional e, especialmente, em África. Estimavam «a Jugoslávia, como país não-alinhado, que ocupava um importante lugar no mundo e, por isso, a sua opinião era-lhes preciosa». Tendo em consideração que se encontravam no período pré-independência, prestavam uma grande atenção ao comportamento dos EUA naquela parte do continente africano.

Tinha esperança que, «no acordo com Portugal <sup>640</sup> sobre o governo no período de transição, fosse prevista como acerca de S. Tomé a independência económica de Angola (que não foi o caso com Moçambique)», o que significaria que esse governo poderia, «sem o intermédio de Portugal, estabelecer relações económicas com terceiros países». Caso tal fosse aprovado, imediatamente após o acordo, poderiam começar com a cooperação económica. Por circunstâncias favoráveis, «o director do Banco Nacional, António Almeida, que era membro do MPLA, e sua equipa [iriam] continuar, sem dúvida, a dirigir a economia de Angola». Acrescentou que seriam informados por ele, desde de Lisboa,<sup>641</sup> sobre o que se poderia fazer «com vista ao desenvolvimento das relações com a Jugoslávia e outros países não-alinhados».

O pedido do seu interlocutor, Komatina fez uma «apreciação da actual da situação internacional (a "détente" entre as grandes potências, situação no Próximo Oriente, em África, a descolonização, a África Austral, a América Latina, a evolução na Europa Ocidental e outras)» e referiu-se, brevemente, à recente visita de Kaunda a Belgrado e às suas considerações acerca a evolução na África Austral. Reteve-se, em particular, nas actividades presentes e seguintes dos países não-alinhados, dos países em desenvolvimento e nas relações económicas internacionais. Recomendou, em seguida, que seria vantajoso para a sua afirmação internacional, que o MPLA acompanhasse essas actividades dos não-alinhados (reuniões em Havana, Lima e outras),<sup>642</sup> acrescentando que, nos constantes contactos da Jugoslávia com os

<sup>640</sup> As negociações, iniciadas nesse dia, em Alvor, não foram mencionadas por nenhum dos interlocutores.

<sup>641</sup> Na documentação consultada, não há referências a tais contactos. Também, o «Capítulo VIII — Natureza Económica e Financeira» (art.º 49-54) do Acordo do Alvor não permite confirmar essa possibilidade de relações económicas.

<sup>642</sup> Realçou ainda a importância da presença do MPLA, pelo menos, em Lima, na Assembleia de Ministros dos Negócios Estrangeiros (fins de Agosto), porque ali seriam discutidos os problemas da realização das decisões da Cimeira dos Não-Alinhados, em Argel, entre as quais, as da descolonização na África Austral.

países não-alinhados e socialistas, falavam sempre de Angola como um factor importante no processo da descolonização. Igualmente, gostaria de saber «*qual era a posição actual da RP da China quanto ao MPLA*» e a sua opinião acerca da situação na Rodésia e Namíbia.

A respeito da primeira pergunta, Iko Carreira respondeu que «*tinham relações com a RP da China, mas que não os trata[vam] da mesma maneira como a FNLA, apesar das declarações de que da[vam] ajuda a todos movimentos de libertação*». A respeito da Rodésia e Namíbia, com a obtenção da independência de Angola, a situação iria mudar, mas com a SWAPO não tinham boas relações, embora tentassem ajudá-los, porque era necessário evitar a divisão da Namíbia, ao passo que a questão da Rodésia era mais complexa e os movimentos (ZANU e ZAPU) deveriam unir-se.

Logo a seguir, o diplomata jugoslavo esclareceu as opiniões jugoslavas acerca da política zairense relativa à questão colonial e aos movimentos de libertação angolanos, achando que deviam «*intensificar as relações com o Zaire, porque este país [iria jogar] um importante papel em África*», ao que Carreira respondeu que «*não tinham relações com o Zaire, que estavam conscientes do perigo de Mobutu e que o mesmo também lhes disseram e sugeriram os portugueses, os quais, [eram] para eles correctos*». Quanto à RAS, previu «*que não intervirá, [embora] antes tivessem enviado armas aos colonos*». Todavia, nessa altura, «*não ajuda[va]m os colonos, mas sim a UNITA. Espera[va]m o que se iria passar, pois o objectivo deles era de salvaguardar os enormes interesses económicos que tinham em Angola*». Ademais, em Angola, existia «*uma classe média autóctone que era formada por funcionários, comerciantes, fazendeiros e outros, cujo papel e comportamento era muito importante. Acreditava que esta classe estava ligada ao MPLA*». Mencionou, além disso, que a «*FNLA não era popular e que era tratada como um invento do Zaire, mas também as suas acções como intervenções do Zaire e não de um movimento de libertação*».

Para terminar esta conversação,<sup>643</sup> M. Komatina afirmou que «*numa situação muito complexa era indispensável uma constante actividade política para se escapar das armadilhas que o imperialismo colocava sem interrupção*», enquanto H. Carreira lhe disse que os manteria informados das negociações com Portugal e tentariam que um representante do

---

<sup>643</sup> Apesar de não haver qualquer referência à duração, nem ao idioma desta reunião, é de supor que não tenha sido longa (entre 40 a 60 minutos) e que o francês foi a língua utilizada pelos interlocutores, tendo em conta que era falada tanto por M. Komatina (estudou Direito, em França, entre 1945-48) como por H. Carreira. Um pormenor: da dezena de cópias deste documento só uma foi enviada para a ASPTJ, tendo as restantes sido distribuídas por dirigentes e serviços do SFNE. Todavia, no caso de documentação semelhante, outras cópias foram sempre enviadas para a Presidência da República e o SFDP.

MPLA assistisse às reuniões dos países não-alinhados. Advertiu que, talvez, pudesse haver dificuldades formais no previsto acordo, em particular, *«porque se esperava que, no governo de transição, os ministros dos assuntos internos e externos seriam portugueses»*.

Ficou acordado, no fim da reunião, que continuariam a manter o contacto. No entanto, não foi feita qualquer menção ao SFDP, onde eram discutidos em pormenor os assuntos militares.

Nesse mesmo dia, a delegação foi recebida por Stane Dolants a quem H. Carreira *«expôs resumidamente a situação em Angola, após o recente acordo alcançado entre os três movimentos no Quênia»* que achou um sucesso, apesar das concessões do MPLA. Todavia, em relação à formação do exército por parte dos três movimentos angolanos, não era bem claro como a UNITA iria dar dez mil combatentes,<sup>644</sup> tendo em vista a sua *«influência extremamente limitada e reduzidas forças armadas»*. Pressupunha-se *«que tal contingente seria completado, na realidade, por membros do MPLA»*.

Expressando surpresa por se ter aceitado um representante da FNLA à frente do Ministério do Interior, H. Carreira disse ainda que tal escolha foi diferente do que tinha ficado acordado no MPLA, isto é, que *«no período de transição não só esse ministério como o da Defesa ficaria a cargo dos portugueses»*. Isso seria assim muito *«mais fácil para o MPLA equipar as suas unidades militares sem o controlo dos outros dois movimentos»*. Depois, citou *«o acordo secreto do MPLA com o vice-presidente do governo português [Melo] Antunes, em Argel, pelo qual, as autoridades militares portuguesas colocariam os seus portos e aeroportos à disposição do MPLA para a entrega de material militar às suas unidades»*. Igualmente, salientou que esta parte do acordo se desenrolava favoravelmente e que *«um avião de transporte zambiano<sup>645</sup> já descarregou uma certa quantidade de armamento num aeródromo em Angola»*.

Considerando que o perigo principal para eles era o Zaire, H. Carreira não deixou de dizer que, em África, *«preponderava a opinião que Mobutu não ousaria uma intervenção aberta em Angola»*, porque teria uma forte oposição de outros países (Zâmbia, Tanzânia, Congo, Nigéria e outros). Além disso, os países africanos estavam *«conscientes do perigo que representava a política do Zaire»*, havendo, por isso, *«consultas regulares entre Nyerere,*

<sup>644</sup> Segundo o Acordo do Alvor, esse contingente foi de 8 000 combatentes por cada movimento e 24 000 do exército português.

<sup>645</sup> O citado *«lembrete»* refere ainda que esse avião voou *«desde a Tanzânia»* para Angola.

*Kaunda, Machel e o Dr. Neto com o objectivo de uma "nova estratégia", ou seja, a formulação de novas relações na África Austral». Assegurou que a posição da Tanzânia e da Zâmbia quanto ao Zaire mudou muito e que, nesse momento, quanto ao MPLA, apesar de uma certa hesitação, a Zâmbia os apoiava e ajudava.*

Após uma breve referência ao presidente da Uganda, Idi Amin,<sup>646</sup> H. Carreira expressou a sua satisfação pela sua estadia e recepção que tiveram na Jugoslávia, assim como se interessou em saber a opinião do seu interlocutor acerca da atitude dos EUA, em particular, à luz da crise energética, a respeito de Angola e duma eventual intervenção de Mobutu.

Na sua resposta, S. Dolants apresentou uma avaliação da situação em África e, resumidamente, informou-o sobre o seu recente encontro com Mário Soares. Relativamente a *«ajudas concretas, o MPLA podia contar seguramente com toda a nossa ajuda,<sup>647</sup> consoante as possibilidades»*. Convidou, para concluir, *«o Dr. Neto e outros dirigentes do MPLA a vir ao nosso país quando acharem oportuno, ou para repousar»*.<sup>648</sup>

### III.1-3— A situação em Portugal

#### A unicidade sindical

Na documentação relativa ao mês de Janeiro, que é reduzida,<sup>649</sup> o primeiro acontecimento relatado foi a *«grande manifestação da Intersindical, apoiada pelo PC, MDP, juventudes comunista e de trabalhadores, e de organizações de mulheres»*,<sup>650</sup> realizada no dia 14, em Lisboa, mas sem a participação dos *«socialistas e do PPD»*. Igualmente, esteve presente *«o ministro do Trabalho, major Costa Martins, [tendo sido salientado no comício] o apoio à tese*

<sup>646</sup> Como *«uma personalidade fluida [e que] não sabiam qual era a sua exacta posição na própria Uganda, mas que, também, lhes dava apoio nos últimos tempos»*. Além de presidente do seu país (1971-79), Idi Amin (1924-2003) presidiu a OUA (1975-76).

<sup>647</sup> Todavia, sem qualquer referência à ajuda militar e ao SFDP.

<sup>648</sup> Ao contrário da *«nota»* do SFNE, as cópias deste documento foram enviadas para a Presidência da República e o SFDP.

<sup>649</sup> Entre os poucos telexes encontrados dos 26 enviados pela embaixada para Belgrado até 3 de Fevereiro, sendo esta a data do primeiro assinado por Stořakovitch, não se encontrou um único documento acerca do Acordo do Alvor. Ademais de não haver um registo da correspondência na documentação consultada, não foi encontrada uma explicação para este desaparecimento, embora, seja frequente, nesses casos, aparecer uma indicação dos *«documentos retirados»*, (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>650</sup> Sem referir a participação do MES e da FSP. Este último partido tinha sido fundado dias antes (9/Jan.) e era dirigido por Manuel Serra que Spasitch conhecia, pelo menos, desde do recente Congresso do PS.

(também, apoiada oficialmente pelo MFA) da necessidade da aprovação de sindicatos unitários». <sup>651</sup>

Quanto aos socialistas, estavam descontentes com a atitude do governo e do MFA porque continuavam a julgar que se tratavam de «"sindicatos estatais" (como no tempo do fascismo)» e que, desta maneira, no movimento sindical, «seria assegurada a influência predominante do PC». Por isso, segundo o diplomata jugoslavo, o PS convocou um comício (16/Jan.), onde se esperava «a presença de cerca de 60 000 pessoas», <sup>652</sup> propondo sindicatos pluralistas para se evitar uma «"base ideológica unitarista do futuro movimento sindical"». Porém, receavam que a direita participasse no seu comício, pois estava contra os sindicatos unitários («por razões próprias — a fim de poder assegurar neles a sua influência) e apoiantes do PPD. Assim, os socialistas ficariam, formalmente, nas mesmas posições da direita e temiam as suas possíveis provocações. Por outro lado, isto aumentaria ainda mais o fosso com o PC, podendo ser «mais um passo para a divisão da esquerda em vésperas das eleições».

Num segundo ponto, Spasitch acrescentou que, na manifestação da Intersindical, estiveram, de acordo com «uma estimativa unânime da imprensa, mais de 250 mil pessoas (a maior depois do 1.º de Maio de 1974), tanto dos organizadores como daqueles que a apoiaram, sob a influência directa do PC», podendo ter sido até mais uma posição conquistada pelos comunistas.

Não obstante as divisões nas discussões internas, o MFA pronunciou-se pelos sindicatos unitários, «parece sob a influência dos oficiais comunistas, que apresentaram a tese de que, após algumas desavenças dentro do movimento (que apareceram em público), uma posição sem consenso em relação a esta questão poderia ser entendida, no estrangeiro e no país, como desunião o que prejudicaria a reputação e o poder do MFA».

Outra informação, sem comentários, dizia respeito ao controlo, desde do dia anterior, por parte do exército dos pontos vitais da cidade (rádio, televisão, etc.).

### **A chegada do embaixador Stoíakovitch**

Intitulando um dos seus primeiros telexes para o SFNE (3/Fev.) de «o agravamento das relações internas em Portugal», o embaixador Milan Stoíakovitch comunicou que, «nos últimos tempos», se tinha acentuado não só entre os partidos da coligação governamental, bem

<sup>651</sup> Este telex (15/Jan.) foi subscrito por Spasitch, (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>652</sup> Apesar de não ter sido encontrado outra referência ou documento acerca deste comício — segundo a imprensa, estiveram cerca de dez mil pessoas no Pavilhão dos Desportos —, é de prever que Spasitch o tenha mencionado na sua correspondência com o SFNE (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

como, em geral, na cena política interna. Contudo, esta evolução era de esperar, tendo em conta que *«nos dois anteriores objectivos, em que existia a concordância de todas as forças que participaram e apoiaram as mudanças do 25 de Abril — derrubamento do fascismo e descolonização —, já tinham sido, mais ou menos, atingidos»*.<sup>653</sup> Sendo assim, devido principalmente às próximas eleições, a atenção de todas as forças políticas estava fixada na situação interna (democratização e desenvolvimento económico). Além disso, graças às diferenças ideológicas (que continuariam a estar muito presentes na cena política), chegou-se à discórdia e divergências. Igualmente, tudo isto a par da actividade dos factores externos.

Numa situação destas, as forças internas de direita activavam-se cada vez mais, *«o que se manifestou através da rápida formação de novos partidos de orientação de direita»*.<sup>654</sup> Além desses factos, há uma menção a uma maior actividade dos citados factores externos, que actuavam também através das equivalentes estruturas locais: *«a social-democracia ocidental por meio dos socialistas (PS) e o Partido Popular Democrático (PPD) e outros de direita. O Leste através do PC e daqueles que estavam sob a influência dos comunistas. Por causa da recente evolução interna, na qual os comunistas tiveram um papel saliente, o Ocidente procurava assumir a iniciativa»*. Aqui, o embaixador jugoslavo deu alguns exemplos dessa ingenuidade,<sup>655</sup> acrescentando que, *«evidentemente, foram as razões internas que influenciaram os comunistas, mantendo o ritmo da sua presença na cena interna, todavia, até um certo grau, talvez pudessem evitar acções que lhes poderiam causar, no momento actual, danos (o anulado encontro das representações de futebol da URSS-Portugal e a visita da cosmonauta Terechekova)»*.

Para concluir uma das suas primeiras avaliações da situação política portuguesa, Stoíakovitch referiu-se ao MFA — após sublinhar *«a presença do Ocidente e do Leste nas duas principais estruturas políticas existentes (PC e PS)»* — como sendo *«a única força claramente autónoma [...] que mostrava cada vez mais abertamente uma orientação para a sua própria constituição num certo tipo de movimento político»*. Sendo, objectivamente, a única força decisiva no país que, nessa situação, procurava *«acalmar e controlar a situação (conversa-*

---

<sup>653</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>654</sup> Mencionou os seguintes: *«Partido Social-Democrata (PSD); partido do Centro Democrático-Social (CDS); partido cristão (PDC)»*.

<sup>655</sup> Além da citada ampla activação das forças de direita, *«neste sentido dever-se-á considerar também a decisão do Conselho da Europa de enviar observadores a Portugal, depois a anunciada chegada de Callaghan, etc. Embora as manobras da OTAN estivessem planeadas antes, seguramente não era sem significado que nesta situação muitos milhares de membros das forças da OTAN estivessem em ou em redor de Portugal»*.



*ções em duas ocasiões com os líderes das coligações, proibição da manifestação de 31 de Janeiro, de campanhas políticas pré-eleitorais e reclames políticos pagos através dos meios da comunicação social pública, etc.)».*

### **Uma delegação jugoslava no MNE e PCP**

De passagem por Lisboa, vindos de Luanda, onde presenciaram as cerimónias da entrada em funções do Governo de Transição de Angola (31/Jan.) e a celebração do 4 de Fevereiro, os membros da delegação jugoslava<sup>656</sup> tiveram conversações com o MNE, MFA e o PCP.<sup>657</sup>

No Palácio das Necessidades (7/Fev.), M. Komatina foi recebido por Jorge Campinos a quem agradeceu a recepção da delegação e a hospitalidade do alto-comissário de Portugal em Angola, assim como explicou ao seu interlocutor os motivos da presença da Jugoslávia com uma delegação ao mais alto nível.<sup>658</sup>

Depois, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros falou sobre a situação política em Angola e outros assuntos relacionados com a descolonização que, segundo Komatina, foram os seguintes:

1) A situação era muito complexa *«por causa [da] existência de três movimentos [e] da influência externa das diferenças tribais»*. As possibilidades duma evolução normal, sem guerra civil, aumentavam, o que contribui também para a afirmação internacional do governo de transição. No caso de haver conflitos internos, *«estes deviam ser resolvidos no contexto africano, sob a mediação da OUA, antes de tudo pelos vizinhos países africanos»* que, até

<sup>656</sup> Esta delegação partidário-estatal era constituída por Ivan Kukotch, general e membro do Comité Executivo da PCC LCJ, Milhan Komatina, secretário-adjunto do SFNE e Dimitríe Babitch, conselheiro na CF ASPTJ (AJ, 142, A-011, Angola). Porém, o primeiro não foi citado na reunião no MNE.

<sup>657</sup> Segundo Stoiakovitch, Ivan Kukotch teve ainda conversações com o PCP e o MFA, mas só foi encontrado o seu relatório a respeito das primeiras, sendo de supor que esse segundo documento se encontre no Arquivo Militar. Todavia, uma breve circular do SFNE (11/Fev.), enviada para 15 embaixadas em países africanos, relatou o seu encontro com Sérgio Vilarigues, membro do CC do PCP, que lhe disse: *«a situação em Angola agora estava melhor para o MPLA do que antes foi caso, mas era necessário que MPLA se reforce politicamente, organizacionalmente e militarmente para que possa eficazmente revalorizar a sua influência no país. Perigo especial via nas actividades do Zaire através do qual actua os EUA e o grande capital internacional. O PC ajuda o MPLA e isso fará no futuro, tiveram reservas críticas ao seu comportamento após o 25 Abril. Enquanto as tropas portuguesas estiverem em Angola, a situação estará sob controlo, mas é necessário que o MPLA aproveite o período até à proclamação da independência para seu total reforço de forma a impedir uma evolução desfavorável. Vilarigues saudou e sublinhou que era muito importante que se estabeleça, quanto antes, relações políticas entre a RSFJ e o novo governo de Angola»*. (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>658</sup> Citou os seguintes: *«relações estreitas com os movimentos de libertação; apoio à luta de libertação; a importância que atribuímos ao processo da descolonização, no qual, Portugal joga um papel muito importante com a sua contribuição construtiva; o desejo de iniciarmos relações com o novo governo de transição em Angola, o que não só significa um contributo para a sua afirmação internacional, mas também interna; etc. Informei-o resumidamente das conversações que tivemos em Angola e das nossas conclusões»*.

essa altura, tiveram um papel importante. Por seu lado, a contribuição de Portugal continuaria, mas as suas possibilidades seriam cada vez mais limitadas. Realçou, por fim, *«a possibilidade de se desenvolver, em Angola, um certo sistema pluripartidário com a transformação dos actuais movimentos em partidos políticos»*;

2) Savimbi, o líder da UNITA, afirmou-se *«como um político muito hábil e inteligente»*, sendo a sua influência predominante na maior parte de Angola do Sul e Central. Além disso, *«a UNITA representava "o fiel da balança" e caso se associar com um ou outro movimento (MPLA ou FNLA)»*, poderia governar Angola. Nem as forças militares da UNITA são para subestimar, porque se apoiavam nas estruturas locais. *«Savimbi conhecia muito bem a situação angolana, porque esteve muito tempo em Angola durante a guerra»*. Quanto ao MPLA, *«era o movimento mais progressista, a influência de Neto no povo era indubitavelmente grande, os quadros eram capazes, mas militarmente era ainda fraco e instável»*. A FLNA era *«o mais forte militarmente, graças aos apoios do Zaire e China, mas mal implantada no povo»*, de tal modo que até não era considerada um movimento angolano. A força básica da FNLA *«estava entre os Bakongos, que viviam no Zaire»*. Relativamente às ambições de Mobutu de ter influência na evolução angolana, esta era um facto real e um factor que estava sempre presente. Todavia, *«os portugueses não acreditavam que existisse o perigo da intervenção militar, tendo em vista as dificuldades internas zairenses, que Mobutu não resolveu (separatismo catangês, etc.)»*;

3) O problema de Cabinda existia, porém *«não tinha condições para a secessão ou independência. A OUA e os três movimentos exprimiram-se pela integridade territorial de Angola»*. O Congo continuava a manipular com a independência, mas não era uma alternativa séria. Por seu lado, Mobutu não podia atrever-se a intervir militarmente, pelo menos por agora, porque o exército português opor-se-ia. Não acreditava que tal o faça, nem depois da independência, porque entraria em conflito com toda a África;

4) Portugal queria que os colonos ficassem em Angola e pensava que para isso seriam criadas as condições políticas. Segundo Campinos, *«Neto compreendeu isso e est[ava] pronto para criar uma tal atmosfera. Os colonos queriam lá ficar, porque eles [eram], no fundo, estrangeiros em Portugal»*. Naquele momento, abandonavam Angola, sobretudo, as mulheres e crianças com medo das desordens, *«porém as pessoas ficavam. Os colonos serão indispensáveis também na Angola independente e pod[ia]m contribuir para a sua prosperidade e desenvolvimento»*;

5) As conversações com o diplomata chinês da ONU relacionaram-se com a reunião do Comité dos 24<sup>659</sup> em Lisboa. «*As conversações acerca do estabelecimento de relações diplomáticas com a China vão lentamente por causa, sobretudo, da influência do PC de Portugal no governo pelo qual os chineses estão duvidosos*»;

6) As relações diplomáticas com os países africanos estabeleciam-se gradualmente, aguardando-se para breve a abolição do embargo da OUA. Tinham intensos contactos com a Argélia — acrescentou que aceitaram, a seu tempo, a aspiração argelina de negociar com a Guiné-Bissau e de manter contactos com o MPLA, o que contribuiu para a afirmação argelina em África e no mundo —, faltando somente o estabelecimento formal de relações que se efectuaria em breve;

7.) Agradeceu a presença jugoslava na cerimónia da tomada de posse do Governo Provisório, reforçando assim a sua afirmação internacional e nacional. Em particular, «*estavam satisfeitos pelo papel da Jugoslávia, cuja influência era grande e que actuava sempre num sentido construtivo*».

Na citada reunião no PCP, nesse mesmo dia (7/Fev.), Ivan Kukotch conversou com Sérgio Vilarigues, a quem falou acerca da estadia e das conversações em Luanda como de algumas impressões acerca da situação política angolana, enquanto o seu anfitrião informou-o «*em pormenor sobre a situação actual em Portugal e as actividades do Partido Comunista*». <sup>660</sup>

A situação no país era complicada e, segundo o dirigente comunista português, embora a crise entre os socialistas e comunistas a respeito da formação de sindicatos unitários estivesse, formalmente, encerrada, as relações entre os dois partidos continuavam seriamente perturbadas. <sup>661</sup> Assim, previa que eram possíveis novas crises, nos próximos meses, quanto a

<sup>659</sup> A sua realização só ocorreu em meados de Junho.

<sup>660</sup> Este telex do embaixador Stofakovitch, enviado para o SFNE (8/Fev.), termina com a seguinte nota: «*informação mais ampla acerca das conversações com Vilarigues será dada pelo camarada Kukotch após chegada a Belgrado*». Todavia, este documento não foi encontrado. (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>661</sup> Nesta crise, o PC assumiu a posição, apoiada também pelo MFA, de que era «*indispensável uma só central sindical unitária, porque, caso contrário, ficaria aberto um largo espaço para a actuação da reacção, que conduziria ao enfraquecimento da posição das forças progressistas e até ameaçaria as conquistas da Revolução de Abril*». Enquanto, o PS «*aproveitou isso como um pretexto para atacar o PC e iniciar uma campanha anticomunista. Começando a chantagear com ameaças de que isso significaria o fim das relações de Portugal com os países da Europa ocidental e o caos económico no país, tendo em conta de que 80% do seu comércio se efectuava com esses países, previram até a possibilidade da guerra civil*». Quanto à crise foi superada, efectuando-se um «*certo compromisso com a formação de uma comissão sindical unitária em lugar duma central de sindicatos unitários*».

«*uma possível nacionalização de alguns sectores económicos*». Sublinhou, ainda, que «*na causa da crise e na posição dos socialistas estava presente a social-democracia europeia, em particular, os trabalhistas da Grã-Bretanha*». Igualmente, sentia-se a actividade de Spínola que actuava de forma encoberta.

Num segundo ponto, referiu-se a outras pressões sobre o PCP que eram lançadas através de notícias acerca de como certos partidos comunistas europeus não aprovavam as suas acções em Portugal e que estas os prejudicavam nos seus próprios países. Disse, em seguida, que se tratava dos partidos comunistas de Itália, Roménia, Espanha e da LCJ.

Afirmando que o PCP procuraria continuar a desenvolver a cooperação com o PS e outras forças progressistas e democráticas, Vilarigues acrescentou que estavam «*contra o imobilismo, mas também não eram por acções precipitadas, mas sim por um desenvolvimento "passo a passo"*». Opunham-se ao conceito de democracia do tipo europeu ocidental e estavam empenhados por um desenvolvimento democrático original de Portugal que estivesse «*no espírito das mudanças surgidas depois do 25 de Abril*». Nos últimos tempos, continuou, verificava-se que a reacção começou com métodos mais subtis a pressionar e desunir as forças progressistas. Mencionou, como exemplo, «*a actividade do PPD que se apresenta demagogicamente e até "advogava a criação duma sociedade sem classes" caso nela, também, estivessem presentes representantes do grande capital*».

Depois, falou, em particular, sobre «*as actividades do PCP entre os agricultores, trabalhadores agrícolas, pequenos comerciantes e a classe média, [procurando] ajudá-los na sua auto-organização de forma a fazer frente às acções de sabotagem económica*». Deu exemplos onde «*os trabalhadores organizaram sozinhos a produção após os patrões (proprietários nacionais na agricultura e empresas estrangeiras na indústria) terem interrompido a produção*».

A respeito da situação, em Angola, achou-a melhor para o MPLA do que a anterior, mas acentuou a necessidade do MPLA fortalecer-se no plano político, organizativo e militar de forma a revalorizar eficazmente «*a sua influência no país e impedir as forças reaccionárias e imperialistas de impor uma solução neocolonialista*». Em particular, via um perigo nas actividades do Zaire, através das quais actuavam os EUA e o grande capital internacional.

A respeito da ajuda do PCP ao MPLA, esta existia e ia continuar, «*embora tiveram objecções críticas ao seu comportamento a seguir ao 25 de Abril (entrada inoportuna no país, insistência na luta armada e etc.)*». Avaliou que enquanto «*as tropas portuguesas estiverem, em Angola, a situação estaria sob controlo, mas era necessário que o MPLA aproveitasse o período até à independência para o seu total reforço, tendo em vista a impedir uma*

*evolução desfavorável da situação*». Em seguida, saudou a presença da delegação jugoslava em Angola e frisou que era importante que, quanto antes, fossem estabelecidas relações políticas entre a Jugoslávia e o novo governo em Angola.

Para terminar, exprimiu «*a disposição para o desenvolvimento das relações entre a LCJ e o PCP*», estando prontos para receber representantes da LCJ e irem também à Jugoslávia sempre quando para isso houvesse possibilidades.

### **Um discurso de Costa Gomes**

Noutro telex, aceitando o discurso de Costa Gomes (10/Fev.) como uma certa forma de compromisso da plataforma eleitoral do MFA e o início da campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte,<sup>662</sup> Stoiakovitch realçou os seus dois apelos: um primeiro, «*aos partidos políticos "autênticos", cujo papel (educativo) dever[ia] representar um factor importante na politização das massas e na democratização da sociedade*»; e, outro, «*ao eleitorado que se dever[ia] decidir com ponderação e conscientemente*». Depois, referiu que «*Gomes acentuou a orientação para uma "democracia pluralista" e, ao mesmo tempo, rejeitando qualquer aventureirismo que fosse, a decisão pela oposição a quaisquer forças que pudessem impedir a via revolucionária de Portugal*».

Estimou, no entanto, que todo esse discurso procurou canalizar «*a actividade pré-eleitoral e advertir os partidos políticos contra as reivindicações inadequadas nos seus programas e durante a campanha*». Contudo, não deixou de confirmar de que nem no MFA existia unidade, seguindo este «*uma "via média" de forma, por um lado, para afastar os perigos das pressões e as intervenções exteriores e, por outro lado, impossibilitar tudo o que pudesse provocar maiores afrontamentos sociais e conduzir a uma crise interna mais difícil*». Resumindo os resultados alcançados pelo novo regime, «*Gomes ligou-os ao MFA e às forças que lhe deram apoio*». Assim, no plano interno, tinha começado «*o processo de democratização e foi aprovado um plano económico (anunciando a intervenção estatal nas empresas privadas e o impedimento dos interesses exclusivos do capital, reforma agrária, etc.)*». Além disso, graças a uma nova política externa (descolonização), houve «*uma larga integração do país na comunidade internacional pelo que mudou a sua imagem no mundo*».

Outra questão ligada a este discurso, segundo o embaixador jugoslavo, foi a discussão no seio do MFA acerca da sua institucionalização, dando a conhecer claramente que continuará decidido a não ceder as eleições e o destino do país somente aos partidos políticos. Dando um exemplo desse objectivo, mencionou a recente legislação aprovada, pela qual, permitiria

<sup>662</sup> A data deste telex é de 17 de Fevereiro (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

«à Junta de Salvação Nacional o saneamento, na administração e vida pública, de elementos fascistas», dando mais um passo para se assegurar «o total controlo sobre os processos existentes e marcar claramente a presença do MFA». Aqui, excepto o PCP, também o PS aceitou mais formalmente do que realmente a institucionalização, mas duvidou da legalidade da decisão acerca dos poderes especiais concedidos à Junta, ao passo que todos os restantes partidos discordaram de ambas medidas do MFA.

Em seguida, informou de que Mário Soares exprimiu, na sua conferência de imprensa (11/Fev.), «bastantes tons dissonantes em relação a certas posições no discurso de Costa Gomes (no país imperava uma certa insegurança como resultado do agravamento da situação política e económica, "que o país não sabe para onde caminha e com quem pode contar no futuro")». Igualmente, declarou que, apesar de o PS ter apoiado sempre a necessidade da unidade da esquerda, numa situação destas concorreria sozinho, o que traduziu bem, na opinião de Stoiakovitch, a divisão das forças da esquerda e abriu a possibilidade do fortalecimento da direita. Nessa situação, a garantia para um desenvolvimento positivo continuava a ser as forças progressistas do MFA.

#### **Um discurso de Vasco Gonçalves**

Porém, só dez dias depois, o discurso de Vasco Gonçalves (20/Fev.) caracterizou ainda mais essa continuação duma «certa polarização das forças e da clarificação das relações». Apareceram notícias de que Mário Soares se demitiu, desmentidas pelo MNE e governo, mas, todavia, este acabou por desistir da viagem a Berlim (reunião da Internacional Socialista), onde deveria falar acerca da situação em Portugal. No entanto, dever-se-ia ter em conta que ele «*tinha deixado praticamente o MNE, entregando todos os assuntos ao secretário de Estado, Campinos, [...para] supostamente, se "dedicar ao trabalho no partido"*». Após a sua declaração dada, numa conferência de imprensa, alguns dias antes, de que «*o perigo duma guerra civil ameaçava Portugal, sofreu ataques indirectos de círculos do MFA*». <sup>663</sup> Sem embargo e apesar dessas «*críticas "indirectas"*», Soares escreveu, ontem, no jornal "República" um artigo em que repetiu a sua avaliação acerca da situação no país».

Citando, mais em pormenor, o «*discurso de duas horas de Gonçalves na televisão e rádio*», <sup>664</sup> o embaixador jugoslavo salientou a sua «*dureza quanto a todos aqueles que faziam*

<sup>663</sup> Neste telex (21/Fev.), Stoiakovitch citou os seguintes: «*no discurso do PR Gomes e, em particular, da direcção do MFA, capitão Pinto Soares (numa declaração a um jornal) como também no discurso, de ontem à noite, do P[residente] G[overno] Gonçalves*», (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>664</sup> Mas sem mencionar onde (Sabugo) e o porquê (uma sessão de dinamização cultural do MFA).

*intrigas e a acentuação de que a futura Constituição só podia ser compatível com o espírito do Programa do MFA e não podia ameaçar as conquistas do povo português, do MFA e das forças progressistas». Citou a seguir uma das suas frases finais — «"nós não vamos perder pela via eleitoral aquilo que tanto tem custado ao povo português"»<sup>665</sup> —, que podia significar «um ajuste de contas do MFA com a concepção de democracia parlamentar burguesa», que, entre outros, também os socialistas defendiam. Do mesmo modo, o MFA estimava que a futura democracia em Portugal deveria «actuar eficazmente para poder resolver os seus numerosos problemas e que a melhor via não seria a clássica democracia burguesa ocidental».*

Igualmente, por outro lado, «os círculos ocidentais (OTAN) e, em particular, dos EUA mostravam muito activamente o seu interesse pela situação em Portugal». Assim, dias antes, o «Herald Tribune» atacou a política portuguesa e, após «a imprevista visita do comandante das forças da OTAN, almirante Haig,<sup>666</sup> com a anterior tentativa e as acções para a criação dum movimento separatista nos Açores e na Madeira» indicavam que estas forças se opunham «aos acentos socializantes» cada vez mais visíveis na evolução interna de Portugal.

Para concluir, parecia seguro, segundo Stoiakovitch, que «as forças progressistas do MFA estavam decididas a ajustar contas, antes das eleições, com todos aqueles que não se ajustavam à sua visão de desenvolvimento de Portugal, até mesmo pelo preço de uma eventual saída (destituição) de Soares do governo que pudesse provocar insatisfação e duras reacções do Ocidente», mas todavia ocorria o mesmo com as forças reaccionárias, insatisfeitas com o rumo político tomado pelo governo, que procuravam provocar a crise (apoiada, seguramente, «por todos os partidos à direita do PS») e impedir as tendências que pudessem surgir dos conceitos do MFA.

### **Preparativos da visita da delegação do MFA à Jugoslávia**

Ao receber um pedido de informação por parte do SFDP<sup>667</sup>, a embaixada jugoslava, em Lisboa, comunicou ao SFNE (22/Fev.) que um «grupo de 5 oficiais [chegaria] através

<sup>665</sup> Traduzido em servo-croata: «*não permitiremos que, através de eleições, perderemos algo que custou tanto a todos os portugueses*». Possivelmente, uma das primeiras traduções de Iuraj Ivitchévitch, que chegou a Lisboa, nesse mês de Fevereiro, como segundo secretário da embaixada. Igualmente, antes tinha sido um dos tradutores na visita de Mário Soares, em Janeiro, à Jugoslávia e um dos membros da delegação da ASPTJ que visitou Portugal (Out./74) a convite do PS.

<sup>666</sup> Haig (Alexander) era general. Ocupou essas funções de 1974 a 1979.

<sup>667</sup> Apesar da resposta negativa já citada do Arquivo Militar, houve esta referência a este documento (e outros) do Secretariado Federal da Defesa Popular acerca desta visita. Por exemplo este «*telegrama foi distribuído 26/2/1975: gab. gen. Lhubitchitch*», ou seja, o gabinete do secretário federal.

Zurique a Belgrado 03 de Março às 17,40, voo lz-122»<sup>668</sup> e seria constituído pelos seguintes membros: «major de infantaria José Alberto Reynolds Mendes (chefe do grupo, durante negociação visita foi com ele que houve mais contactos); major de artilharia António Lencastre Bernardo; major fuzileiro<sup>669</sup> Manuel Marques Pinto; capitão fuzileiro Armando Delagio Queiroz e Luís<sup>670</sup>; e Duarte Nuno de Ataíde Saraiva Marques,<sup>671</sup> capitão de engenharia».

Do mesmo modo, acerca da vinda deste grupo já tinham falado «mais pormenorizadamente com o camarada general Kukotch, membro do CE da Presidência do CC LCJ, durante a sua recente passagem por Lisboa»,<sup>672</sup> assim como na opinião de Stoíakovitch que subscreveu este documento, esta «sua vinda e estada pela nossa parte não seria preciso informar a sua embaixada em Belgrado. Quando eles cheg[assem] a Belgrado deixar que eles o façam, caso isso acharem oportuno».

Acrescentou esta «observação: ontem, durante a minha conversação com Vítor Alves, membro da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas (órgão principal do MFA), disse-nos por iniciativa própria, no contexto da expressão do interesse deles pela nossa experiência em diversos campos, que a decisão do envio deste grupo de oficiais à Jugoslávia foi aprovada na reunião da direcção do MFA, pelo que dão a esta visita um certo peso e importância políticos».

### Visita a Álvaro Cunhal

Nas suas visitas aos ministros sem pasta, «aliás, importantes representantes dos partidos da coligação e do MFA», Stoíakovitch pediu também para «ser recebido pelo Dr. Cunhal». Nas primeiras linhas de um longo telex para o SFNE,<sup>673</sup> mencionou que a recepção foi assegurada imediatamente e que «o recebeu muito atenciosamente». Depois, aludiu a que, apesar de lhe terem comunicado a presença dum tradutor, no entanto, quando se encontrou com Álvaro Cunhal, este dispensou «a presença de quem fosse» porque podiam entender-se

<sup>668</sup> Igualmente, «compraram "pacote" bilhetes de avião e alojamento hoteleiro assegurado pela companhia. Reservaram lugares para regresso 09 Março através de Roma, voo yu-406, com partida de Belgrado às 09,30», (ADMNE, F-114, Portugal, 1975). Todavia, essa data foi depois alterada.

<sup>669</sup> Capitão-tenente na hierarquia da Marinha.

<sup>670</sup> Primeiro-tenente Armando Pelágio Queiroz e Lima (e não Luís).

<sup>671</sup> O seu apelido Pinto Soares apareceu só nos telexes seguintes.

<sup>672</sup> No fundo da LCJ (Arquivo da Jugoslávia), não foi encontrado o (possível) relatório destas suas conversações.

<sup>673</sup> Datado de 23 de Fevereiro, mas sem qualquer referência à data dessa visita (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).



sozinhos conforme acabou por ocorrer.<sup>674</sup> Após uma breve introdução acerca do que ambos disseram acerca das relações entre os dois países<sup>675</sup> e do seu desenvolvimento, descreveu mais pormenorizadamente o que ouviu do seu interlocutor a respeito da situação interna portuguesa.

Num primeiro ponto, segundo a análise do PCP «*o que aconteceu e acontecia em Portugal, basicamente, era uma revolução democrática e não socialista*», sendo as forças que tiveram um papel activo no derrubamento do fascismo e que continuavam activas, sob um ponto de vista de classe, heterogéneas. Talvez, mais tarde, pudessem ser criadas condições para a sua transformação numa revolução socialista.

Assim, «*tanto Pato (com quem tinha falado, no CC PCP, dois dias antes<sup>676</sup>) como Cunhal dizem que as forças reaccionárias internas aliadas com as externas faziam tudo para perturbar mais o desenvolvimento positivo*», não houvesse, seguramente, um regresso à situação anterior, a evolução interna iria ser incerta. Por isso, era importante assegurar aquilo que foi realizado. Do mesmo modo, «*era evidente que a via do clássico sistema parlamentarista para Portugal*» não seria a melhor, pelo que o PC aspirava conseguir, não uma espécie de frente popular, mas sim uma aliança de todas as forças democráticas em que um lugar muito importante pertenceria ao MFA. Este seria uma garantia armada tanto para que «*não houvesse regresso ao passado [como] para um desenvolvimento positivo no futuro*».

Num segundo ponto, lê-se que «*numa tal situação, o PS cada vez mais se transformava num factor destrutivo*», factor através do qual actuavam as forças reaccionárias e servia de intermediário à social-democracia europeia. O PS tornava-se, cada vez mais, num «*portador da campanha anticomunista*».

Em seguida, informou de que, além de Octávio Pato, também Álvaro Cunhal lhe dissera que eram por melhores relações com a LCJ, por uma cooperação diversificada, mas como

---

<sup>674</sup> Apesar de não ter especificado o idioma em que decorreu a conversação, este só podia ter sido o inglês, o único que Stoiakovitch falava.

<sup>675</sup> Igualmente, disse ao seu interlocutor: que o visitava «*como ministro, membro do governo, mas, que naturalmente, era consciente também das suas funções ainda mais importantes, de que ele era o secretário-geral do PC*»; que, na Jugoslávia, «*estimavam e respeitavam o papel e os inegáveis méritos do PC em tudo o que se passou nos últimos meses em Portugal [...], acompanhavam com simpatia esse desenvolvimento com sinceros votos de futuros sucessos de todas as forças progressistas portuguesas*; que o público jugoslavo «*teve ainda a oportunidade de o ouvir pessoalmente (entrevista na TV Zagreb) acerca desse desenvolvimento*». Acrescentou que «*Cunhal deu-nos as boas-vindas e, [comentando as informações de que ouvira acerca das relações portuguesas-jugoslavas], disse que era para eles muito importante a abertura de Portugal quanto a todos os países socialistas, multiplicando todos os tipos de visitas — desde estatais a desportivas e folclóricas, que isso reforçava as suas posições*».

<sup>676</sup> Este (possível) documento acerca desse encontro com Octávio Pato não foi encontrado.

«queria ser muito sincero e franco», referiu que «alguns dos nossos procedimentos os prejudicavam objectivamente, ou seja, as nossas ligações e a cooperação com o PS de Soares (em primeiro lugar, as visitas das nossas delegações, a presença no congresso e, agora, de novo, a vinda duma delegação juvenil)»<sup>677</sup>. Falou-lhe ainda da «declaração de Soares numa sessão de dirigentes»<sup>678</sup> acerca de alguns partidos comunistas (LCJ, PC da Roménia, Itália e Espanha) que não aprovavam a política do PCP, acrescentando que, igualmente, tiveram com «os camaradas do PC francês um sério desacordo em redor da sua cooperação com Mitterrand e que se provou que tinham razão». Por causa disso, a direcção do PCP enviou «uma carta aos partidos comunistas irmãos sobre a sua relação com o PS e, nessa carta, foi relatado textualmente o que Soares disse do que os camaradas romenos lhe disseram acerca do PCP».

Após pedir compreensão pela sua posição, Cunhal disse-lhe que, «apesar de tudo, eles conheciam "cada metro quadrado de Portugal", respectivamente "o que é, é, quem é quem e qual papel tem em Portugal"». A seguir que «estavam dispostos a informar[-los] sobre tudo», terminando com as seguintes palavras: "Aqui, os camaradas soviéticos consultam-nos sempre antes acerca de tudo"».<sup>679</sup>

Nos seus dois últimos pontos, Stoíakovitch descreveu, num, a sua resposta<sup>680</sup> e, noutro, analisou o que lhe foi dito pelo seu interlocutor, partindo dos factos mencionados para chegar a algumas conclusões que podem não só indicar aspectos das relações entre os dois partidos comunistas (LCJ-PCP), mas também opiniões que nelas iriam persistir.

<sup>677</sup> Referia-se à presença da delegação da Juventude Socialista da Jugoslávia no I Congresso da Juventude Socialista (15-16/Fev.).

<sup>678</sup> Mais adiante, segundo Stoíakovitch, Cunhal disse-lhe que, nessa sessão, «Soares citou o que os camaradas romenos lhe disseram de negativo acerca da política do PCP». Igualmente, referiu que Octávio Pato lhe falou dessa «declaração».

<sup>679</sup> Três frases separadas por pontos finais e sem qualquer contextualização.

<sup>680</sup> Começando por dizer: «que apesar do objectivo primário da minha visita era uma conversação acerca das relações interestatais, compreende-se, com atenção ouvi o que me foi dito e agradecia as informações. Disse-lhe que acerca delas, já as tinha ouvido do camarada Pato com a excepção do envio de cartas que transmitirei à direcção do meu Partido. E como me disse que é conhecedor das minhas conversações com o camarada Pato, não via necessidade de lhe ocupar o tempo e de repetir o que lhe disse acerca das conversações com Soares na Jugoslávia». Acrescentou depois que «acerca das nossas posições que lhes eram já conhecidas porque os representantes da LCJ (camaradas Grlichkov e Viditich) [já as tinham apresentado] claramente e francamente e que elas representavam os princípios fundamentais da política da LCJ e assim como da nossa política exterior em geral». Conforme verificou que, em redor destas questões, tinham opiniões diferentes, invocou o que Cunhal já tinha dito sobre a aspiração duma «cooperação de todas as forças democráticas e que isso era precisamente o objectivo da nossa larga plataforma, que não podia negar o facto de que, também, no PS havia forças progressistas, provavelmente, havia aqueles que não o eram». Quanto ao exemplo francês, «igualmente, podiam-no tomar como argumento que confirmava a nossa análise de que as forças reaccionárias iam para a destruição da aliança das forças democráticas e progressistas, [sendo] isso, precisamente, um dos objectivos da sua actual ofensiva».

Partindo de que Cunhal tinha defendido, novamente, duma «*maneira muito clara e franca que aceitemos o seu monopólio nas nossas relações com as forças progressistas de Portugal*», considerou interessante que citaram na carta o que disseram os romenos a Soares sobre o PCP. Pensava, ainda, que isso servia «*mais para desacreditar a direcção romena do que por necessidade do PC português*». Além disso, era indicativo «*que em redor da atitude "negativa" a respeito do PCP, apareciam, constantemente, os PC de Espanha, Itália, Roménia e a LCJ*». Logo, precisamente, os partidos cujo papel era «*muito importante no movimento comunista internacional e, [então,] em particular, na preparação da próxima Conferência dos Partidos Comunistas Europeus*».<sup>681</sup>

Quanto «*ao comportamento connosco*», segundo o embaixador jugoslavo, «*todavia, era interessante que, ao contrário da anterior prática de relações frias quase repulsivas quanto às propostas para um encontro aqui em Lisboa (p.ex. Tsetinitch<sup>682</sup> e outros), nos tempos mais recentes muito prontamente aceita[va]m os contactos (recepção do camarada Kukotch,<sup>683</sup> rapidez na resposta para a minha visita)*».

Esta análise das relações partidárias, nesses últimos meses, foi concluída com uma explicação para essas mudanças de comportamento<sup>684</sup> por parte do PCP. Igualmente, é de citar a resposta, nos dias seguintes, do SFNE em que as informações acerca da «*declaração de Soares*» e das relações dos dois partidos políticos portugueses foram comentadas com instruções para Stoiakovitch.<sup>685</sup>

---

<sup>681</sup> Após alguns adiamentos, realizou-se, em Berlim (Jun./76).

<sup>682</sup> Referência à visita da delegação da ASPJT (Out./74).

<sup>683</sup> Esta delegação jugoslava tinha estado, em Luanda, nos dias anteriores.

<sup>684</sup> «*Talvez, contudo, chegaram à conclusão que era mais vantajoso haver diálogo do que hostilidade e, possivelmente, também o facto de que entre as forças no MFA havia interesse pela nossa experiência, igualmente, era um factor relevante para tal comportamento. A este respeito, será de certa forma indicativo se vão enviar um representante à "mesa redonda". Caso não o enviarem, isso compreender-se-á, ocorrerá sob o pretexto da coincidência de datas com as eleições aqui*».

<sup>685</sup> Uma dezena de dias depois (5/Mar.), o SFNE enviou um telex da LCJ para a embaixada em Lisboa, comunicando ao embaixador que tinha procedido «*correctamente na conversação com Cunhal*» e que «*quando o encontrar podia ainda dizer-lhe [que comprovou] que ao Soares, na Jugoslávia, nada de semelhante foi dito*». Para os dois subscritores deste documento — Obradovitch (chefe da Secção das Relações Internacionais da LCJ) e Mak-sitch (secretário-adjunto do SFNE) —, «*era possível que as suas eventuais interpretações, Soares baseou-as nas diferenças que existiram entre nós e o PCP em redor do estabelecimento das relações diplomáticas, o que lhe podia ser conhecido como ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal*». Acrescentaram, igualmente, que desse a conhecer a Cunhal «*que não desejavam ser envolvidos nas suas relações interpartidárias porque isso era contrário aos nossos princípios*», mas também para dizer-lhe que achavam este assunto encerrado e exprimir-lhe «*a vontade e a disposição para mais desenvolvimento das relações e cooperação entre a LCJ e o PCP*».

### Visita a Vítor Alves

Noutra visita,<sup>686</sup> o embaixador jugoslavo teve «*uma longa conversação com o major Victor Alves*»<sup>687</sup> que o recebeu «*logo no dia seguinte após ter pedido a audiência*». Na longa exposição, apresentou-lhe a sua opinião quanto à evolução em Portugal e as relações com a Jugoslávia. Num primeiro ponto, referiu-se às três direcções fundamentais de acção do MFA que eram as seguintes: descolonização; democratização; e desenvolvimento socioeconómico do país.

Apesar do processo de descolonização para o MFA não estivesse terminado, em quase todas as antigas colónias estavam confirmadas as datas da proclamação das suas independências. Porém, estavam conscientes das suas responsabilidades e das dificuldades que podiam surgir (sobretudo em Angola). «*Também, depois, gostariam de ajudar porque isso seria de interesse mútuo, mas as possibilidades portuguesas eram muito limitadas*».

A respeito da democratização e do desenvolvimento social e económico do país, estes eram um pouco mais difíceis e delicados do que o processo de descolonização. «*Quase meio século do regime fascista deixou marcas no espírito e comportamento do povo*», cujas consequências eram muitas e as possíveis soluções poucas numa situação político-económica adversa.<sup>688</sup> Sem embargo, mesmo apesar dos factores externos e do agravamento da situação económica,<sup>689</sup> essas soluções políticas surgiam e iam a caminho de um desenvolvimento socialista, enquanto, «*falando de socialismo, isso era para eles uma orientação aproximada que*

---

<sup>686</sup> Documento datado de 23 de Fevereiro sem qualquer referência à data, duração ou idioma desta conversação (ADMNE, F-113, Portugal, 1975). Todavia, no documento anterior, mencionou que esta visita ocorreu dois dias antes.

<sup>687</sup> «*Ministro sem pasta, de resto membro do Comité Coordenador e do Comité dos Vinte — órgão directivo do MFA. Enquanto não foram nomeados os actuais ministros (até dois dias antes), foi responsável pelos ministérios da Defesa e da Informação*».

<sup>688</sup> Acrescentou: «*massas apolíticas, realmente amedrontadas. Necessidade imperiosa de intensa politização das massas, mas não na forma como as coisas começaram a desenvolver-se — através do aparecimento maciço de partidos e grupos políticos que licitando diversos modelos ideológicos e estrangeiros introduzem no povo, entre os trabalhadores, em lugar da cooperação e a construção do país, confusão, ódios e conflitos. A revolução, conseguimos conduzi-la até agora sem sangue, o que é por agora uma certa nossa originalidade. De qualquer maneira, se for possível, procuraremos continuar assim, mas isto não significa indecisão na defesa do progresso caso for ameaçado*». Por isso, «*entrámos em conversações com os maiores e reconhecidos partidos políticos para elaborar e aprovar uma plataforma, na qual, todas as forças progressistas reunir-se-iam. Não permitiremos que a Assembleia Constituinte aprove uma Constituição que esteja em oposição, ou seja, uma ameaça para as conquistas passadas ou progressistas futuras do desenvolvimento socialista*».

<sup>689</sup> «*A situação económica do país era muito difícil e constantemente se agravava. O turismo diminuía, o desemprego crescia, das colónias regressavam os soldados e os retornados, e por causa da recessão internacional regressavam os trabalhadores emigrados. O programa económico [referia-se ao Programa de Política Económica e Social] que justamente tinham aprovado, na realidade, era mais uma orientação, cuja realização dependia de muitos factores, em particular, dos internacionais*».

*ainda não tinham definido*». Por esse motivo, precisavam de procurar uma solução própria para as suas condições e não qualquer cópia. Segundo Stoíakovitch, depois, o seu interlocutor acrescentou que, no desenvolvimento interno, em particular, na situação existente, deviam ter sempre em conta «*o contexto das relações internacionais e a posição internacional de Portugal*».

Quanto às relações internacionais, «*o curso era para uma verdadeira independência, mas, porém, dever-se-ia avançar moderadamente, degrau a degrau, sem acções precipitadas, nem contrárias à situação real dos factos e relações*». Uma moderação justificada porque «*Portugal esta[va] na OTAN, os americanos [tinham] uma base nos Açores, economicamente eram muito dependentes da CEE*», podendo, como disse Vítor Alves, «*as acções precipitadas nos matar*». Para isso, «*as forças reaccionárias nacionais e estrangeiras sabiam muito bem que eram vulneráveis, particularmente, em duas questões*», sendo, a primeira, o comércio externo e, a segunda, os trabalhadores emigrados.<sup>690</sup>

Igualmente, isso obrigava que deviam construir gradualmente a sua posição independente, reforçando as relações «*na Europa com os países pequenos de ambos blocos (Roménia, Polónia, Dinamarca, Noruega, etc.), com os não-alinhados e neutrais (Jugoslávia, Finlândia, Suécia, etc.), com países árabes e africanos, com países latino-americanos e não-alinhados em geral e, dessa maneira, contribuir para o abrandamento das divisões de blocos e, assim, ao mesmo tempo, alargar o espaço da [sua] política independente*».

Num segundo ponto, Stoíakovitch informou de que, nas relações com a Jugoslávia, «*estavam muito interessados pela nossa experiência, sobretudo, em dois campos principais: a luta para a realização e a conservação das posições independentes e não-alinhadas [...e] o nosso desenvolvimento socialista interno*». No primeiro, tinham acompanhado essa luta e «*estavam seguros que podiam aprender muito com as nossas experiências*», ao passo que, no segundo, sabiam que «*sempre procuramos e encontramos a solução própria*». À sua observação de que a Jugoslávia era uma «*comunidade multinacional, com diferentes passados históricos, etc.*», Vítor Alves respondeu-lhe que «*"não para vos copiar, mas sim para que a vossa experiência nos estimule e enriqueça na procura da solução para as nossas condições"*». Por isso, estavam interessados em visitas mútuas mais frequentes, em particular, que a sua gente fosse à Jugoslávia.

---

<sup>690</sup> «*Primeiro, 80% do comércio está dependente de alguns grandes países ocidentais (a interrupção ou maiores perturbações teriam pesadas consequências) e, segundo, temos mais de um milhão de emigrantes em dois ou três países ocidentais. O seu regresso maciço seria um caos para nós. Não os podemos acolher, nem criar tão rapidamente postos de trabalho para eles*».

No terceiro e último ponto, o embaixador jugoslavo realçou que a exposição do seu interlocutor foi *«uma análise realista da situação portuguesa, tendo em conta a sua posição internacional e as contradições internas»*. Apesar de se saber que, nem no MFA existia uma unidade de opinião, no entanto, parecia que havia muitos entre eles que não estavam afectados por *«esquemas ideológicos e que o desenvolvimento futuro não o viam sob o modelo nem da clássica democracia parlamentar, nem da democracia popular do bloco socialista»*.

Ainda que não tivesse sido possível verificar com segurança *«quanto eram fortes essas tendências "autóctones", parecia que era cada vez mais visível a sua influência»*. Contudo, seria prematura qualquer avaliação acerca das possibilidades dessas tendências independentes, devido ao reagrupamento interno de forças cada vez mais intenso (e sob o efeito dos factores externos).

### **A polémica PS-PCP**

Intitulando assim o seu telex (27/Fev.) para o SFNE por causa de um longo artigo de Salgado Zenha, *«ministro da Justiça e o segundo homem no Partido Socialista de Soares»*,<sup>691</sup> em que polemizou com o PCP acerca das orientações fundamentais do futuro desenvolvimento de Portugal, Stoíakovitch salientou que o autor afirmava que na URSS — cujo conceito de socialismo, segundo ele, era aceite pelo PCP — não existiam as liberdades elementares.

Mencionou, depois, alguns dos seus argumentos (discurso de Kruchetchov no XX Congresso, as obras de Soljenhitsin, campos de concentração, sistema de partido único, etc.), mas também que Zenha realçou a contestação do PC de Itália pela ocupação da Checoslováquia *«no contexto da defesa do direito à singularidade na construção do socialismo»*. Apon- tou para o facto das relações frias entre os PCP-PCE, o que não era o caso nas relações do PSP-PCE e que *«o Partido Socialista mantinha relações próximas com partidos comunistas como eram o jugoslavo, romeno, italiano e espanhol, "que, numa ou noutra maneira cami- nhavam para um socialismo diferente em que a liberdade não poderá ser aprisionada nem a paz internacional alcançada com a colonização política dos pequenos países".»*

Num comentário final, estimou que, *«claramente, o artigo foi escrito em função da campanha pré-eleitoral e representava mais um passo em frente para ruptura entre o PS e o PCP»*. Do mesmo modo, era evidente que, no seu conflito com o PC, *«os socialistas daqui*

---

<sup>691</sup> Datado de 28 de Fevereiro, este documento é, pela sua numeração (n.º 73), um indicador da actividade diplomática, em dois meses, desta embaixada, mas também uma confirmação da falta de dezenas de documentos (ADMNE, F-113, Portugal, 1975). Porém, não foi possível confirmar se esta numeração abrangia toda a correspondência desta embaixada para o SFNE ou só os telexes, embora a ausência de documentos dactilografados, enviados por mala diplomática, indicia que só abrangia os telexes.

*aspiravam a demonstrar que nós estamos mais próximos do seu conceito ideológico e político de desenvolvimento socialista».*

### **Programa de desenvolvimento socioeconómico de Portugal**

Começando por dizer que o programa socioeconómico trienal aprovado e publicado representou a realização dos princípios definidos no Programa do MFA, cuja publicação foi imediata ao 25 de Abril, mas que surgiu só então devido aos seus conhecidos dilemas e divergências (28 de Setembro e outros), Stoíakovitch comunicou ao SFNE que esse recente programa<sup>692</sup> partiu das premissas de que eram indispensáveis mudanças radicais na vida social e económica do país para se conseguir a democratização em todos os níveis da sociedade portuguesa e cumprir os objectivos da revolução do 25 de Abril. Todavia, tendo em consideração a escolha de *«uma via pacífica para as mudanças revolucionárias»*, deveriam ter em atenção a posição geoestratégica, as tradições históricas e culturais, assim como a posição internacional do país. Igualmente, *«a nova política não representava uma transformação violenta e rude da sociedade com radicais mudanças jurídicas da propriedade»*, querendo-se dar com este programa também *«uma clara orientação acerca da posição da propriedade privada e em relação aos princípios do funcionamento da economia de mercado»*.

Ao mesmo tempo, não obstante, o programa falava claramente sobre as transformações revolucionárias na sociedade que deveriam orientar o país *«em direcção do desenvolvimento dum a justa e socializante sociedade específica para Portugal, sem copiar modelos estrangeiros»*.

Enumerou, em seguida, os princípios definidos, dos quais, partiam o programa: *«controlo do poder político sobre o económico; a riqueza nacional deveria estar ao serviço da melhoria das condições de vida do povo, em primeiro lugar daqueles dos estratos menos favorecidos e da classe operária em geral; condução dum a política de independência nacional (tendo em vista as circunstâncias condicionantes da dimensão do país e da dependência da cooperação económica internacional)»*.

---

<sup>692</sup> A divulgação na imprensa do Programa de Política Económica e Social ocorreu em 21 de Fevereiro, tendo sido aprovado em Conselho de Ministros duas semanas antes. Este longo documento tinha 7 capítulos [Introdução; Condicionantes da Política Económica e Social; Natureza e Objectivos do Plano Económico de Transição; Políticas Globais (8); Políticas Sectoriais (14); Administração Pública; Medidas a Curto Prazo (70)], tendo a sua leitura, possivelmente, sido efectuada pelo secretário, Iurai Ivchévitch, diplomata que tinha estado 8 anos no Brasil (embaixada no Rio de Janeiro e Consulado em S. Paulo) e era licenciado em Economia (Comércio Exterior).

Tendo em acção a tarefa de eliminar, num prazo o mais curto possível, «*os problemas que tocavam mais a economia nacional, os objectivos concretos*» repartiam-se por 4 grupos<sup>693</sup> e, partindo da estratégia antimonopolista do Programa previa-se o controlo do Estado (de diversas intervenções até à nacionalização e posse por parte do Estado pelo menos de 51% das acções) em determinados sectores (minas, metalurgia, exploração e refinação de petróleo e gás, petroquímica, produção de armas, electricidade e transportes), bem como a orientação de actividades do sector privado e a protecção e ajuda aos pequenos produtores.

Na agricultura, previam-se reformas que deveriam contribuir para o aumento da produção agrícola. Seriam expropriadas as terras dos latifundiários e fixada a área máxima de propriedades rurais em 50 ha, mas seria expropriada ainda qualquer superfície agrícola, cujo proprietário não cultivasse ou utilizasse insuficientemente.

O Programa dava uma orientação de desenvolvimento para outros sectores económicos: indústria, minas, electricidade, comércio interno e externo, turismo, construção civil, transportes e comunicações, etc. Do mesmo modo, iniciava reformas nos sistemas escolar, social e de saúde como na administração pública. Por fim, previa a criação de correspondentes empresas, serviços e instituições para a execução e acompanhamento do plano de objectivos traçados como da adaptação dos regulamentos legais.

O ministro sem pasta, major Melo Antunes, que dirigiu o grupo que elaborou este programa, precisou que «*a transformação da sociedade portuguesa partia do sistema existente, isto é, do sistema capitalista para um outro sistema social, onde deverá predominar o modelo socialista, em que contará com o apoio de largos estratos da sociedade, incluindo a classe média que terá de jogar um papel importante na transformação da sociedade portuguesa*». A respeito da orientação com o estrangeiro, sublinhou que era necessário criar um novo tipo de relações, de maneira que, sem um afastamento da Europa, Portugal estabelecesse relações estreitas com os novos países africanos de língua portuguesa e dos países do chamado Terceiro Mundo.

Quanto ao conteúdo do Programa, segundo Stoíakovitch, este permitia «*perceber mais claramente os princípios e objectivos do MFA, ou seja, do governo no campo da política socioeconómica*». Apesar de ser este um resultado de compromissos — tanto dentro do MFA

---

<sup>693</sup> «1) garantia de um nível elevado e estável de emprego, com aumento do nível de investimentos (públicos e privados), de forma a dinamizar a actividade económica e assegurar as condições indispensáveis para um rápido crescimento económico; 2) estabilização do processo inflacionista e progressiva diminuição da taxa de inflação; 3) melhoria da repartição do rendimento, aumentando o consumo colectivo e garantindo adequadas condições de vida àqueles que se encontram nos escalões mais baixos de rendimentos; 4) harmonização de défice comercial e a balança de pagamentos do país»



ou entre os parceiros da coligação governamental —, ele representou uma plataforma que determinou as orientações principais do desenvolvimento do país para os tempos próximos. Além disso, a sua publicação, em vésperas das eleições para a Assembleia Constituinte, mostrou que as forças progressistas do MFA queriam previamente assegurar e obrigar a que a essência e os princípios fundamentais deste programa deveriam ser seguidos e, na Constituição, respeitados.

Num comentário final, julgou que este era, na sua totalidade, um documento bastante equilibrado, não muito radical, embora tivesse também *«importantes medidas radicais (reforma agrária, grau muito elevado de intervenção estatal e outras)»*. Contudo, restava a questão da realização do próprio Programa, pois o período de três anos parecia demasiado curto para estas tão importantes mudanças e resultados e porque feriria profundamente os interesses do capital nacional e estrangeiro. Logo, muito seguramente, a sua realização iria deparar-se com numerosas e diversas resistências o que, de certa forma, já foi evidente durante a sua elaboração e aprovação pelo governo (através de alterações e reservas).

#### **A institucionalização do MFA**

No mesmo dia (28/Fev.) do documento anterior, Stoíakovitch relatou para o SFNE que *«a proliferação de partidos políticos — nessa altura, 14 já tinham assegurado a sua participação nas eleições — e a variedade de programas e de soluções que "ofereciam" trazia o perigo da evolução para uma clássica democracia parlamentar burguesa»*.<sup>694</sup> No seu conjunto, uma tal evolução começava a representar uma ameaça para a realização do Programa do MFA no campo da democratização e da execução das reformas económicas e sociais a que se obrigou.

Assim, as forças progressistas (então predominantes) do MFA, conscientes que ao país eram necessárias reformas eficazes e profundas para o fazer sair do atraso e da dependência, decidiram opor-se a tal evolução e aparecer perante os partidos políticos com um programa que estipulou os seus papéis e assegurou a sua total aplicação. Ao mesmo tempo, este passo representou *«uma acção contra a "destabilização" da sociedade [resultante da] maciça proliferação de partidos, ideologias e, igualmente, as influências e ingerências estrangeiras»*.

Apesar de haver opiniões no MFA para se impor, através dum *diktat*, as condições exigidas e continuar a assegurar o seu papel decisivo no país, prevaleceu *«a decisão de propor aos partidos um "pacto de progresso" e fazer uma concessão democrática por meio do diálogo»*. Nesse sentido, o MFA aceitou efectuar consultas não só com os partidos legaliza-

<sup>694</sup> Telex n.º 74 desse ano, (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

dos, mas também com os restantes grupos políticos. Até a estas opções, chegou-se sob a pressão dentro das suas próprias fileiras (o MFA não era totalmente homogéneo) e do perigo de confrontações abertas dentro no movimento acerca desta questão. Ademais, esta maneira teve em vista *«a necessidade de refutar os ataques de que Portugal caminhava para uma ditadura militar»*.

Perante o facto de que todo o MFA continuava decidido a assegurar o cumprimento do seu programa, os partidos políticos como não se podiam opor abertamente, devido a esta ser uma condição para a sua existência, não puderam recusar o diálogo. Além disso, segundo o embaixador jugoslavo, a aceitação deste diálogo com o MFA ocorreu porque os partidos políticos não quiseram que nada ameaçasse eventualmente a realização das eleições.

Depois, referiu-se aos 7 pontos da sua institucionalização que o MFA colocou perante os partidos políticos<sup>695</sup> e, porque as negociações ainda decorriam, o início da campanha eleitoral foi adiado de 3 para 20 de Março e, desta maneira, a campanha bastante encurtada. *«Este seria certamente um factor positivo porque diminuía substancialmente o prazo de tempo em que se podia chegar a eventuais agravamentos ou a inflamar amplamente os desacordos interpartidários»*. Contudo, havia mais meios que permitiam ao MFA, mesmo nessa situação, impor-se e ser um factor decisivo pelas suas actividades e estruturas organizativas,<sup>696</sup> que já o transformou *«numa espécie de movimento político autónomo»*. Depois, além de ter a maioria nos órgãos do governo e no Conselho de Estado, eram *«cada vez mais estreitas as ligações com largas camadas da população (maciças acções político-culturais organizadas) que davam ao MFA um importante apoio nas massas, com que os partidos políticos tinham de ter em conta»*.

Quanto a uma *«avaliação da ideologia "dominante"»* no MFA, até esse momento, indubitavelmente, predominaram *«as forças de orientação progressista, não afectadas por esquemas rígidos»*. Por enquanto, os fundamentos práticos e unificadores estavam no seu

<sup>695</sup> Assim: 1.) *«que dava a aprovação definitiva na candidatura da personalidade para Presidente da República (esta exigência lê-se como uma medida para se impedir eventual candidatura de Spínola e semelhantes); 2.) «que o MFA fica na cena política como garantia para a realização do seu Programa»; 3.) «que o programa socioeconómico, que já foi apresentado, não podia sofrer posteriores emendas constitucionais ou outras, ou seja, que fosse atenuado»; 4.) «que o MFA recebia dois ministérios no futuro governo (Defesa Nacional e Economia como terá direito a examinar e a veto na nomeação de ministros)»; 5.) «que, no Conselho de Estado (onde o MFA tem a maioria), que pela Constituição deverá ser uma espécie de "Câmara Alta" e a última instância na aprovação das essenciais decisões legislativas»; 6.) «que a futura Constituição deverá estar no estrito quadro do Programa do MFA»; 7.) «que a campanha eleitoral não pode começar até que os partidos políticos não chegarem a um acordo com o MFA acerca destes pontos».*

<sup>696</sup> Mencionou as seguintes: *«a Junta de Salvação Nacional; a Comissão Coordenadora; a Assembleia dos 200; o Comité do 20; Conselhos das Armas do exército, conselhos nas unidades e, recentemente, no exército, foram criadas "secções para educação política e acções de propaganda"; o movimento tinha o seu jornal»*.

próprio programa com o qual tinham entrado no 25 de Abril, «*mas que constantemente elaboravam e completavam (p. ex., o programa socioeconómico)*». <sup>697</sup> Nesse sentido, era preciso compreender, acrescentou Stoíakovitch, «*que, até ao presente, os resultados (descolonização, elaboração do programa socioeconómico e eleições) que permitiram a formação de partidos políticos como parte do programa de democratização do país, na realidade, foram uma realização do programa do MFA*».

A respeito da análise do PCP de que o MFA seria «*(devido à composição social e a indiscutível orientação progressista) o aliado ("compagnons de route") mais seguro nos esforços para as mudanças indispensáveis e a democratização da sociedade — o que explicava provavelmente o apoio constante e quase sem reservas que dava ao MFA —, mostraram-se justificados*». Todavia, isso não significava que o PCP era a força mais influente no MFA, ou que para tal situação existiam garantias mais seguras.

Para terminar esta «*informação*», o embaixador jugoslavo salientou que no MFA tinham bem presente a posição geopolítica do país e da filiação na OTAN, mas também que Portugal fazia parte dum mundo, onde se travava uma constante luta pela influência das grandes potências. Isto era, seguramente, «*um factor limitador para, eventualmente, forças mais radicais no movimento que desejassem "passos mais rápidos" e, talvez, intervenções mais radicais*». Igualmente, havia um grande grau de dependência (económica) do Ocidente e, nos últimos tempos, constantemente, eles e Portugal eram objecto de observação e de avaliações por parte da OTAN e dos EUA. Por outro lado, para o MFA podia ter influência — visto que todos eram conscientes, dentro e fora do país, da sua indiscutível importância e influência — nas suas futuras opções. Por isso, acrescentou que, «*segundo a nossa avaliação, como também para escapar a acusações de copiar ou aceitar ideologias de outros, o movimento procurava uma "solução portuguesa" com constantes esforços para limitar ou diminuir a exclusiva dependência do Ocidente*». Nesse sentido, dever-se-ia explicar a abertura de Portugal em relação ao resto do mundo (países socialistas, África) e, de vez em quando, discretamente, uma dose de interesse pelo Terceiro Mundo e pelas experiências de alguns países (Jugoslávia, Roménia, etc.).

---

<sup>697</sup> Neste documento, referiu-se assim ao Programa de Política Económica e Social.

### As primeiras notícias de Lisboa no dia 11 de Março

Apesar de não ter sido encontrado nenhum dos 23 documentos enviados, na primeira dezena de dias de Março, para o SFNE,<sup>698</sup> é de supor que as ameaças de golpe de Estado e a agitação política desses dias<sup>699</sup> foram neles relatados. Uma suposição possível, caso se tiver em atenção que, nos seus telexes de 11 de Março, Stoíakovitch não deixou de referir «*que era de esperar uma tal acção, tendo em vista a multiplicação de outras nos últimos tempos (desordens em redor de confrontos políticos, declarações alarmantes acerca da possibilidade de "guerra civil no país", etc.*».<sup>700</sup>

No seu primeiro telex, relatou que nesse dia «*cerca do meio-dia, ocorreram os primeiros confrontos armados entre as forças aéreas de Portugal e forças terrestres. Os combates decorrem em redor do aeródromo e da residência do presidente do governo*», acrescentando que era conhecido que as primeiras «*não davam grande apoio ao MFA e que estavam mais sob a influência do general Spínola*». De acordo com as primeiras informações, «*os combates travavam-se entre as forças do Copcon, comandadas pelo general Carvalho, proeminente membro progressista do MFA, e as forças aéreas*», enquanto os aviões sobrevoavam a cidade e a tensão aumentava cada vez mais entre a população, terminando que comunicaria quando reunisse um pouco mais de informações.

Nesse telex seguinte sobre «*as acções armadas em Portugal*», relatou que a rádio do MFA dava informações sobre os confrontos em Lisboa, salientando que «*as forças reaccionárias atacaram forças de artilharia no aeródromo e tentaram com essa acção ameaçar a revolução iniciada em 25 de Abril no ano passado*». Apelava ao povo à calma e moderação, e que a situação estava sob controlo das Forças Armadas. Anunciavam uma «*declaração do presidente do governo que dará uma explicação acerca dos acontecimentos em curso*».

Estas informações e outras enviadas, nas horas seguintes, para o SFNE, foram reenviadas para Varsóvia, onde se encontravam, em visita oficial,<sup>701</sup> o presidente Tito, acompanha-

<sup>698</sup> Após o último telex citado (n.º 74), o seguinte que foi encontrado tem o n.º 97 (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>699</sup> Como, por exemplo, as seguintes notícias e acontecimentos: «*A CIA planeia golpe em Portugal antes do fim de Março*» (*A Capital*, 3/Mar.); que Spínola preparava um golpe de Estado, tendo luz verde da embaixada dos EUA (*Témoignage Chrétien*, 6/Mar.); ou os boatos acerca duma «*matança da Páscoa*», organizada pelo PCP, com uma lista de 500 nomes de civis e militares (9/Mar.); o boicote do comício do PDC, em Lisboa, em que foi necessária a intervenção militar para evitar confrontos (6/Mar.); os graves incidentes num comício do PPD, em Setúbal (8/Mar.), com confrontos com a PSP (um morto, militante da UDP, e vários feridos).

<sup>700</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>701</sup> Antes de partir para esta visita oficial à Polónia (10-13/Mar.), Tito recebeu o capitão Pinto Soares que chefiava a delegação do MFA que visitou então a Jugoslávia. Todavia, não podemos consultar a documentação relativa

do do secretário federal dos Negócios Estrangeiros, Miloche Minitch. Igualmente, nesse dia, a seguir à derrota da *«tentativa mais forte da reacção, depois do 28 de Setembro»*, foi-lhes enviado um comentário final, intitulado *«De Lisboa informam»*, acerca da *«acção das forças reaccionárias<sup>702</sup> [...] de não só instaurar a desordem e provocar a destabilização do regime, mas ainda uma clara tentativa do seu derrubamento»*.<sup>703</sup>

Após esta introdução, estimou que citada acção procurou agravar *«a situação até tal ponto que obrigasse a uma intervenção radical, porque tanto as forças reaccionárias internas como externas não se conformavam com as mudanças de carácter progressista a que se chegou, sobretudo, nos últimos tempos (aprovação do programa social e político, a decisão das forças progressistas no MFA de manter a sua presença e influência na vida política do país, etc.)»*. Além disso, sem qualquer dúvida, essa acção não ocorreu sem uma actuação sincronizada dessas forças e *«para o envolvimento de forças estrangeiras — e sua origem —, algo indicativo foi o facto que, há quatro dias, aqui, foi dito aos correspondentes americanos da sua embaixada que, nesse dia, não abandonassem o seu escritório na expectativa de importantes acontecimentos. Não obstante, nesse dia, em Lisboa, não houve qualquer acontecimento "sensacional", mas sim, na cidade de Setúbal, uma provocação dum acção num comício pela qual as forças do MFA tiveram de intervir»*.

A respeito das suas consequências negativas na vida económica do país, além da instabilidade e desordens diminuir o fluxo turístico, as remessas de divisas dos emigrantes e a participação do capital estrangeiro (investimentos, créditos), segundo esta previsão, iria desmotivar esse capital que, *«como já informámos, já [tivesse] "congelado" a sua actividade, não só na expectativa de um desfecho mais seguro, mas também como factor de pressão»*.

Pelo resultado, nesse dia, *«das acções das forças reaccionárias, seguramente, era de contar que as forças progressistas (MFA, PC e outras), depois dos acontecimentos de Julho e Setembro do ano passado, ganharam uma importante experiência na liquidação destas tentativas o que dava uma certa garantia de que [iriam] preservar as posições conquistadas»*.

Num comentário final, realçou-se que *«caso as forças progressistas acabem positivamente esta situação, o que parece querem»*, isso influenciaria sem dúvida que, após o ocorrido, se orientariam *«mais firmemente para um ajuste de contas com as forças reaccionárias»*.

---

a esta visita no citado Arquivo Militar, nem encontrar qualquer documento a seu respeito no Arquivo da Jugoslávia. Quanto ao próprio Pinto Soares, este só confirmou essa recepção no seu *«Abril, Caderno de Memórias»*, Lisboa, 2017.

<sup>702</sup> Uma acção que *«sem qualquer dúvida foi desencadeada e chefiada por oficiais de direita da Força Aérea e de apoiantes do general Spínola»*.

<sup>703</sup> Este comentário (11/Mar.) é do *«Gabinete do Secretário Federal»* (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

Apesar de, em anteriores «*acções de "depuração" na vida pública e política foram afastados um pouco mais de 12 mil pessoas*», dever-se-ia esperar que iriam continuar e aumentar, em grande medida, «*nas fileiras do exército, guarda nacional e polícia*».

### III.1-4— Informações de outras embaixadas

Nos primeiros dois meses de 1975, as informações de algumas embaixadas jugoslavas sobre Portugal, enviadas para o SFNE, vão da situação política e económica à descolonização, abrangendo a confrontação dos partidos comunista e socialista por causa da questão da unicidade sindical ou às relações destes partidos com o MFA, assim como a posição de governos e partidos desses países acerca da política interna e externa do governo português. Relativamente, às previsões, as eleitorais foram as mais numerosas.

#### De Tunes e de Argel

Para a diplomacia tunisina, os acontecimentos ocorridos, nas primeiras semanas de Janeiro, foram observados sobretudo a partir da sua relação com as acções viradas em direcção à descolonização. Uma posição que a Tunísia «*já tinha desde a reunião ministerial da OUA (Mai./74), quando defendeu uma atitude flexível quanto ao novo regime português*».<sup>704</sup> propondo que cada Estado membro definisse livremente, no prazo que lhe conviesse, a sua política a respeito de Portugal. Devido à posição pouco clara e incerta quanto à descolonização até à destituição de Spínola, doseou o seu apoio. Desde então, começaram a estar cada vez mais seguros de que o governo português assumiu firmemente o rumo para a total descolonização. Por isso, decidiram-se pelo apoio e incentivo a esse rumo, tendo sido a Tunísia o primeiro país árabe a estabelecer as relações diplomáticas e, por seu lado, Portugal já tinha nomeado o seu embaixador. Achavam que «*a posição dos outros países árabes e africanos evoluiu muito num sentido positivo, esperando, assim, que numa próxima reunião da OUA seriam definitivamente anuladas as acções formais quanto à política portuguesa*».

No MNE tunisino, olhavam também com «*certa reserva para o processo de polarização interna (em particular entre comunistas e socialistas)*» porque receavam as repercussões que podiam ter na orientação da política externa portuguesa.

Igualmente, em Argel, sem mencionar as suas fontes ou interlocutores, o embaixador jugoslavo estimava que, em Portugal, a situação e as relações entre diversos partidos e correntes políticas era cada vez mais complexa. Deixando à parte «*a luta com as forças do regime*

<sup>704</sup> Telex (23/Jan.) da embaixada jugoslava nesse país (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

*fascista e as forças de direita com Spínola à sua frente, entre os grupos no poder havia uma luta em que era muito incerto*<sup>705</sup>» qual seria a força vencedora, sendo a manifestação mais visível dessa luta o conflito em redor da organização dos sindicatos em que os principais antagonistas eram o PC e PS.<sup>706</sup>

Através de diversas formações políticas, Portugal era, nessa altura, «*um campo de batalha entre o Leste e o Ocidente. O PS e Soares estavam sob a total influência do PSD alemão e Schmidt, enquanto o PC com a URSS sem condições — chamavam-lhes albaneses russos*». Iguamente, apesar deste último partido fosse contra as eleições, «*porque estavam conscientes que não podiam contar com mais do que 15% dos votos e com uma tal percentagem não se manteriam no poder*», o PS queria eleições porque tinha «*mais peso na vida interna e para se opor aos comunistas voltou-se para os americanos e o Spínola*».

De acordo com outras informações, o PCP tinha boas posições nas Forças Armadas<sup>707</sup> pelo que queria a institucionalização do MFA para que, a seguir às eleições, através dele possa manter uma certa influência.

Porém, além dessa confrontação entre os partidos comunista e socialista, «*nas Forças Armadas, a grande batalha desenrolava-se entre as forças de esquerda e as da extrema-esquerda e como vencedores acabarão por sair, muito provavelmente, os oficiais de orientação direita que, [nessa altura], estavam de fora*». Referindo-se, em seguida, ao Conselho dos Vinte, que dirigia o MFA, o diplomata jugoslavo comunicou que «*a maioria (cerca de 60%) [estava com] Antunes que quer[ia] orientar Portugal na direcção do não-alinhamento. Nestes como em todo o MFA faltava uma plataforma política mais elaborada*». Quanto a Melo Antunes, acrescentou que era «*marxista e de longe o mais influente entre os oficiais. Uma vez, propuseram-lhe o cargo de presidente do governo, mas ele recusou — o que, nesse momento lamentava. A descolonização foi, especialmente, do seu mérito*».

Para concluir, «*a Jugoslávia poderia jogar um importante papel ajudando os oficiais progressistas na elaboração da sua plataforma nos princípios do não-alinhamento, [mas] sem antagonizar Soares, a Jugoslávia deveria estabelecer contactos também com o MFA*». No entanto, sendo o embaixador português, em Belgrado, «*membro da direcção do PS e não*

<sup>705</sup> Telex (24/Jan.). ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>706</sup> Acrescentou depois, sem indicar fontes ou outros pormenores, que, «*todavia, paralelamente e menos visível, havia a luta entre o PC e o MFA*».

<sup>707</sup> Por exemplo, «*o presidente do Governo estava sob a influência do PC*».

*direita de Soares*», dever-se-ia ter isso em conta no desenvolvimento da política a respeito de Portugal.

### **De Genebra e de Bruxelas**

Numa conversação, em Genebra, «o embaixador Pereira, representante permanente de Portugal»<sup>708</sup> disse a um diplomata jugoslavo que «o governo, em Lisboa, se encontrava em sérias dificuldades em redor da lei dos sindicatos», mas que, pessoalmente, não acreditava que os socialistas saíssem do governo. Esperava que «Soares (para quem disse que era um "public relations man") ficaria no seu actual cargo, apesar de se ouvir cada vez mais críticas a seu respeito, porque como ministro quase nunca estava no ministério».<sup>709</sup>

Já para o embaixador jugoslavo, em Bruxelas, os últimos acontecimentos em Portugal tinham ocupado as atenções dos círculos políticos belgas devido ao facto de que, no Congresso do CDS (22/Jan.), estiveram os líderes do partido católico, W. Martens e C.-F. Nothomb, que fizeram duras críticas em relação a uma «situação cheia de perigos em transformar o país numa "ditadura esquerdista". Estimaram que o Congresso foi impedido porque o exército não quis assegurar propositadamente a sua realização», mas também desmentiram as notícias de que se tratava «dum partido de direita, que o programa do CDS inspirou-se no programa do PSC (partido católico valão) e que foi pedida a admissão na Federação Católica Europeia».

Ao contrário dos católicos, o PS belga foi mais prudente e, até então, evitaram críticas ao MFA e PCP. A maioria considerava que, em Portugal, não estavam obrigados «a copiar tudo do sistema ocidental da democracia burguesa e que era importante assegurar um desenvolvimento independente do país». Porém, «as críticas ao PSP eram muito presentes, desaprova[va]-se a posição contra os sindicatos unificados, a qual, na opinião de alguns dos líderes do PSB, tinha a sua base histórica e o PSP deveria lutar, no seu interior, pela conquista duma maior influência em lugar de exigir o pluralismo sindical».<sup>710</sup> Acrescentou ainda que, entre os socialistas belgas, embora «a simpatia e a confiança por Soares [continuassem] indivisas, uma parte importante da direcção nota[va], sobretudo após o afastamento de [Manuel]

<sup>708</sup> Telex (25/Jan.). Apesar de não citar a organização internacional, é de supor que fosse da ONU, (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>709</sup> O diplomata português também «se lamentou por causa da fraca ligação com o governo, mas afirmou caso chegasse ao cargo de ministro, eventualmente, algum dos oficiais, então as ligações seriam ainda mais lentas e irregulares».

<sup>710</sup> Telex (29/Jan.). ADMNE, F-113, Portugal, 1975.



*Serra, que uma série de líderes do PSP se aburguesou e, de facto, estavam mais próximos dum centro burguês do que da esquerda».*

Por todas estas razões, os socialistas belgas eram também «cautelosos na avaliação das Forças Armadas e não excluía[m] que, estas apoiadas pelo PC, assumissem o poder e adiassem as eleições», o que, de acordo com a opinião de alguns líderes do PSB, não representaria uma evolução negativa. Porém, ao contrário de tais avaliações, uma parte dos velhos e uma boa parte dos ultrapassados quadros directivos do PSB eram muito mais reservados, realçando «o perigo da chegada dos comunistas ao governo e da instauração, alegadamente, doutra ditadura em Portugal». Contudo, essas opiniões foram minoritárias e, publicamente, pouco ouvidas.

Passadas duas semanas (17/Fev.), voltou a informar o SFNE de que, «de um diplomata americano souberam<sup>711</sup>»: achavam que a situação em Portugal continuava incerta e «que em eventuais eleições parlamentares o PCP poderia obter somente 10% dos votos, o Partido Socialista a maioria e o partidos do centro um número significativo de votos dos eleitores». Nessa altura, era desconhecida «a posição e a disposição do MFA de entregar, efectivamente, o poder aos civis no caso da formação dum novo governo». Havia sinais de que «o comité militar e o PCP podiam, no caso de agravamento da situação interna, assumir todo o poder em suas mãos. Para tal alternativa não viam uma longa perspectiva porque uma ditadura seria substituída por outra o que era inaceitável». Disse ainda que a base nos Açores funcionava normalmente e que não havia indícios de mudança da posição portuguesa. Todavia, «o actual governo português não autorizaria a utilização da base para acções no Próximo-Oriente em caso de eventuais confrontações».

Dias depois (20/Fev.), num jantar, o embaixador jugoslavo ouviu do seu convidado, W. Martens,<sup>712</sup> «que tinha estado recentemente em Portugal», impressões e conclusões dessa sua viagem, ou que «o principal perigo para o novo regime, o qual a Bélgica apoiava totalmente, era a possível intervenção militar americana que podia destruir, dum dia para outro, tudo aquilo que [fora] alcançado até [então]». Além disso, «excepto os pequenos países como [eram] a Bélgica e a Jugoslávia, que condenariam isso duramente, a maioria dos países conformar-se-ia com isso e a URSS não faria nada que pudesse contrariar os EUA». Daí, concluiu Martens, os dirigentes portugueses deveriam estar conscientes disso e serem cauteloso-

---

<sup>711</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>712</sup> Wilfried Martens (1936-2013), presidente do Partido Democrata-Cristão (1972-79) e primeiro-ministro da Bélgica (1979-92), excepto durante alguns meses em 1981.

sos, evitando provocações desnecessárias aos EUA. Até esse momento, parecia que disso só estava consciente o PCP (tático e moderado), ao passo que o MFA e o PS subestimavam tal perigo. Reparou que «*os americanos estavam muito activos*» e que procuravam dividir o mais possível os oficiais, «*provocando uma luta de fracções no MFA*». Nisso, «*objectivamente, os ajudavam diversos grupos trotskistas ou pró-chineses, que impediram o congresso do partido cristão*<sup>713</sup> e que dispunham de recursos financeiros muito significativos e que ninguém sabia explicar quais foram as suas fontes».

A seguir, disse que, após as eleições, o MFA continuaria a dizer a última palavra na vida política portuguesa. Isso seria «*vantajoso porque, durante um par de anos, o país não poderia assegurar a estabilidade política somente através da democracia parlamentar*». Por isso, «*seria necessário um árbitro que pudesse resolver os confrontos partidários*». Quanto ao seu partido, este continuaria e no futuro, no interior do governo, a procurar que a Bélgica e da CEE continuassem o apoio ao novo regime.

#### **De Nova-Iorque, Washington e de Belgrado**

Na ONU, numa conversação com um diplomata jugoslavo, «*o conselheiro da missão portuguesa, P. Lobo*» estimou a situação interna em Portugal, sobretudo a económica, bastante séria. Entre uma das principais causas desse agravamento e da situação tão má, destacou o corte da ajuda económica dos EUA e da CEE. Isto era explicado por esses países «*devido à "situação de incerteza" antes das eleições como também pela falta de suficientes garantias por parte de Portugal que não "irá para o comunismo", o que era a sua principal preocupação desde as mudanças de Abril até então*».<sup>714</sup>

Não obstante, a conclusão de que o PCP iria conquistar o poder era irrealista, porque, mesmo nas condições mais favoráveis, os comunistas não podiam obter mais de 20% dos votos e, numa previsão mais realista, uns 15%. As possibilidades dos socialistas continuavam a ser as melhores pelo que na repartição de forças no governo não haveria uma mudança muito significativa. Assim, em relação à repartição ministerial existente, onde o PCP tinha somente um ministro sem pasta, esperava-se que, após as eleições, receberia o Ministério do Trabalho por causa, sobretudo, das boas ligações com os sindicatos, sendo provável que pudesse receber mais um lugar no governo, no entanto, por confirmar porque as negociações ainda decorriam.

<sup>713</sup> Referia-se ao citado Congresso do CDS no Porto.

<sup>714</sup> Telex (5/Fev.). ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

A situação complicou-se bastante, no período pré-eleitoral, com a grande pressão e a ingerência nos assuntos internos que se manifestaram através das ajudas financeiras ilegais do exterior aos partidos que participavam na campanha eleitoral (a legislação em vigor proibia aos partidos que estivessem na campanha eleitoral a recepção de quaisquer ajudas financeiras do estrangeiro). Segundo informações de que dispunham, «*os países orientais europeus ajudavam o PCP, os EUA o CDS (que não estava no governo) e, recentemente, o PS holandês ofereceu 500 mil dólares ao PS, o qual, supostamente, recusou*».

Achavam as manobras da OTAN nas proximidades de Portugal mais uma numa série de pressões e ameaças, embora nelas participassem algumas unidades navais portuguesas. Apesar de Portugal continuar a ser membro da OTAN, contudo, a disposição nos altos comandos das Forças Armadas era para que algo mudasse no sentido de uma maior autonomia na aprovação de determinadas decisões, o que fazia pensar que se tentava assegurar um estatuto semelhante ao que tinha a França.

A respeito das notícias acerca da URSS, segundo o diplomata português, não houve «*qualquer seu pedido para facilidades nas costas portuguesas para a sua frota pesqueira e a campanha nesse sentido, na imprensa ocidental, consideravam-na como mais uma das formas de pressão e ingerência*».

Da embaixada jugoslava, em Washington, foi enviado um telex para o SFNE (4/Fev.), intitulado «*de um interlocutor do Departamento de Estado, soubemos*<sup>715</sup>», com informações acerca de acontecimentos em Portugal e das reacções do governo e imprensa estado-unidenses.

Afirmou, em primeiro lugar, que não eram exactas as notícias de que a embaixada dos EUA, em Lisboa, tivesse enviado um telegrama em que «*"o PCP preparava um golpe de Estado"*», [mostrando] «*"grande preocupação", porque sob as pressões "dos pró-moscovitas PCP e oficiais no MFA [...]"*», as previstas eleições poderiam ser adiadas ou postas em questão, o que aumentaria a tensão em Portugal.

Referindo-se às conversações do ministro das Pescas português com funcionários soviéticos, onde foi mencionada «*a questão da ancoragem duma frota pesqueira nos portos portugueses*», quando a notícia foi tornada pública, o governo desmentiu-a. «*Por si sós, os barcos soviéticos não eram problema*», pois alguns até entram em portos dos EUA, mas sim porque nessa frota havia «*um certo número de "barcos espias" disfarçados. Quanto às mano-*

---

<sup>715</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

bras da OTAN, foram "previstas antes e não se podiam adiar", apesar da "coincidência infeliz"».

Igualmente, os EUA davam «*uma ajuda restrita ao governo português para assegurar a sua presença e não se chegar até maiores perturbações nas relações*». Um hipotético golpe do PCP e dos oficiais em que tem influência, provavelmente, conduziria «*à intervenção da Espanha e, assim, talvez à guerra civil nos dois Estados*». Por isso, concluiu, «*não era do interesse de ninguém*».

Informou, aliás, de que o seu Departamento de Estado pediu uma análise urgente da situação em Portugal das suas embaixadas em Paris, Madrid, Roma e outras, sendo importante, sobretudo, qual era a opinião da França, porque a sua evolução tinha a maior importância para este país.

Numa observação final, o subscritor deste documento, o embaixador jugoslavo Toma Granfil, salientou: «*aqui, nos últimos dias, a imprensa dramatizou a situação em relação a Portugal com "o perigo de golpe de Estado por parte do PCP" e, em particular, com pedido soviético "para ancoragem de barcos pesqueiros" e a realização das manobras da OTAN*».

Dias depois, noutro documento acerca de «*algumas avaliações e comentários do Departamento de Estado sobre a situação em Portugal*»,<sup>716</sup> uma previsão para as eleições de Abril deu ao PCP «*no máximo 8 a 12% dos votos, aos socialistas mais de 50%*». Sem embargo, no início, «*a posição do PCP, enquanto os outros partidos ainda não se tinham organizado, foi forte porque era o único partido muito solidamente organizado e muito disciplinado*». Porém, nesse momento, por um lado, devido «*ao reforço dos outros partidos, por outro, porque se considerava o PCP como um partido absolutamente pró-soviético que apoiou a invasão da Checoslováquia e que a sociedade se inclinava mais para o centro*» influenciaram esse seu enfraquecimento nos últimos meses.

Os soviéticos concediam meios financeiros, em grande medida, ilegalmente, ao PCP. Acreditava-se que, após as eleições parlamentares, o PCP iria sair do governo e manter os seus representantes no parlamento. Quanto à URSS jogava, em Portugal, «*um "jogo frio", procurando não complicar a posição das forças "de esquerda" com algum dos seus procedimentos e não apoiando passos mais radicais*». Até , «*os representantes soviéticos foram muito "moderados" no contacto com os militares de orientação "de esquerda" e observavam as coisas a longo prazo*». Uma tal atitude da URSS era entendida como que tinha em conta que

---

<sup>716</sup> Este telex (13/Fev.) refere-se a uma conversa entre «*W. Kelly, relator para Portugal no Departamento de Estado*» e um diplomata da embaixada jugoslava, (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

se tratava dum país da OTAN e, caso o seu comportamento fosse contrário a isso, poderia provocar uma reacção dos EUA e doutros países da aliança, ou seja, teria de pensar o que seria quando os EUA intervissem abusivamente nalgum país do Pacto de Varsóvia.

De acordo com o diplomata estado-unidense, não eram exactas as notícias de que a URSS pediu um porto a Portugal e maiores privilégios para os seus barcos dos que gozam outros países nos portos portugueses. Disse ainda que a China se mostrava quase desinteressada por Portugal.

Os EUA davam grande importância a Portugal *«não só pela sua posição geoestratégica, mas também pela razão de ser membro da aliança e das consequências que a sua evolução interna [poderia] ter para a OTAN»*. Igualmente, olhavam positivamente para as próximas eleições, no entanto, perguntavam-se, até que medida, os círculos militares próximos do PCP iriam tolerar uma evolução que fosse contrária aos seus interesses. Por causa disso, pensavam acerca *«das eventualidades que, numa tal situação, as forças de "esquerda" nas Forças Armadas tomassem o poder, que era possível»*, e assim seriam criados enormes problemas para a OTAN. *«Directamente, os EUA e a OTAN não interviriam militarmente, mas qualquer ajuda seria suspensa»*. Além disso, não excluía que *«a Espanha poderia intervir. Os EUA não poderiam ir, disse Kelly, para uma intervenção por causa da opinião pública no país, bem como pelas reacções em outros países da OTAN, porque muitos meios políticos dos países europeus opor-se-iam a isso»*.

Do mesmo modo, o Departamento de Estado achava que *«o agravamento da situação económica, em Portugal, poderia influenciar um reforço das forças direitistas nas Forças Armadas que tentariam a tomada do poder»*. Logo a seguir, sem esclarecer tal mudança, o diplomata jugoslavo anotou que o seu interlocutor acrescentou: *«os EUA estão preparados para ajudar economicamente Portugal e, até Junho deste ano, darão cerca 26 milhões de dólares, sobretudo, para a construção de casas e doutros edifícios»*. Acrescentou que *«no seguinte ano fiscal, o governo pedirá ao Congresso uma maior ajuda»*, mas também incentivaría a Grã-Bretanha e certos países da CEE (RFA, países escandinavos) a que, por seu lado, ajudassem economicamente Portugal.

Em Belgrado, no SFNE (27/Fev.), *«chegou a seu pedido»* o primeiro secretário da Embaixada da URSS, A. Nikiforov, para uma troca de informações acerca a situação em Portugal. Segundo o subscritor da *«Nota»*, M. Popovats, foi um pedido que justificou porque *«supostamente "não tinham" suficientes informações da sua Embaixada em Lisboa (pequena*

*Embaixada, não ousaram abrir uma representação maior para que isso não fosse interpretado erradamente)».*<sup>717</sup>

Estimavam, anotou o diplomata jugoslavo, que «*a situação em Portugal era muito complicada e não queriam "meter-se" nas coisas internas*», porém pensavam que a continuidade progressista era possível unicamente caso se mantivesse a unidade geral. Isso foi salientado, como acrescentou, pelos líderes do PCP, sendo importante, nesse momento, sobretudo a unidade dos socialistas e comunistas. «*O comportamento de Soares nem sempre lhes era suficientemente claro. Com certeza, fatigado. Receavam a sua falta de controlo e seus procedimentos que poderiam ser fatais para o actual Portugal. A direita estava muito atenta e presente em todo o lado, sendo necessário ter em consideração tudo isso*».

Seguiram-se alguns comentários acerca das próximas eleições portuguesas e das ajudas soviéticas,<sup>718</sup> acrescentando que à URSS preocupava, em particular, as manobras militares da OTAN nas proximidades de Portugal. Receavam que não se repetisse o Chile. Incomodava-lhes algumas interpretações falsas sobre as chamadas aspirações soviéticas por uma maior presença naquela parte da Europa. Tratava-se de «*comentários tendenciosos que se ligaram com o suposto pedido da URSS de manter uma "frota pesqueira" em águas territoriais portuguesas. Acerca disso, muito se falou nos últimos tempos, podendo tudo isso somente irritar os EUA, o que não estava no interesse da URSS, nem de Portugal, concluiu Nikiforov*».

Para terminar esta sua «*Nota*», o diplomata jugoslavo referiu que informou o seu interlocutor das «*nossas conhecidas posições e apoios que prestávamos às forças democráticas em Portugal e ao processo da descolonização*», realçando o interesse pelo «*desenvolvimento da cooperação mais ampla em todos os domínios*» e a esse respeito mencionou «*a importância da visita de M. Soares à Jugoslávia*», em Janeiro.

---

<sup>717</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>718</sup> Assim: «*as eleições iriam efectuar-se como estavam previstas*»; só então seguir-se-iam «*novas dificuldades porque o estado da economia era difícil e muito preocupante*»; pediram «*directamente ajuda da URSS e, recentemente, foi assinado um acordo comercial*»; igualmente, que «*quantidades significativas de petróleo, a preços muito favoráveis, serão cedidas a Portugal. Durante as negociações comerciais foram avaliadas também as possibilidades de concessão de créditos, mas não havia ainda acordos concretos*».

### III.1-5—Angola

Após ter assistido, em Brazavile, à abertura do Congresso do PCT, onde teve conversações com Ngouabi,<sup>719</sup> Agostinho Neto regressou «imediatamente a Lusaca ( 27/Dez.), supostamente devido a negociações com os portugueses».<sup>720</sup>

Depois, em Dar es Salam (7/Jan.), convidou «os representantes diplomáticos dos países socialistas amigos (países do Pacto de Varsóvia, China, Vietname do Norte e do Sul, Coreia, Camboja, Cuba e Jugoslávia)» para lhes apresentar um breve relato com pormenores do encontro dos movimentos angolanos em Mombaça (3-5/Jan.), mas sem se referir a Alvor. Porquanto, antes desta reunião, Agostinho Neto já tivesse informado a embaixada jugoslava acerca do acordo dos três movimentos quanto às questões ali discutidas (a repartição das pastas ministeriais, refugiados do Catanga e Zâmbia em Angola, retirada das tropas portuguesas,<sup>721</sup> o estatuto de Chipenda e seus partidários, a futura orientação política angolana não foi definida em Mombaça e que esperavam o estabelecimento de relações diplomáticas por parte dos países socialistas),<sup>722</sup> o embaixador Kochin não deixou de realçar que estimava «isso como um gesto de grande atenção pela Jugoslávia e a importância que ele nos da[va] como muito próximos parceiros políticos e amigos».

---

<sup>719</sup> O presidente congolês «apoiou as negociações acerca da apresentação conjunta dos três movimentos de libertação angolanos e confirmou a sua anterior posição [...] que não apoiará a FLEC», assim como nem Kaunda e Nyerere os apoiavam mais. Igualmente, segundo este telex da embaixada jugoslava (1/Jan./75), em Kinchassa, nas vésperas deste congresso, o presidente do Gabão, Omar Bongo, convidou Neto e enviou-lhe um avião para viajar até Librevile. Ali, comunicou-lhe a disposição do seu país de, no futuro, ajudar o MPLA e não a FLEC. Na opinião da delegação do MPLA no Congresso do PCT, esta mudança repentina de Bongo estava ligada «aos interesses da França que, na questão de influência e interesses em Cabinda, se diferenciavam aos dos americanos». Essas diferenças e o ataque da FLEC a Massabi (Vd. p.282) teriam levado «os franceses a pressionar Bongo [para] através dele assegurar a sua influência em Cabinda. Foi sintomático [que], na conversação com Neto, Bongo exprimiu descontentamento em relação a Mobutu [porque] através dele os EUA procuravam assegurar os seus interesses em Cabinda e, que essa actuação nesse sentido, segundo a opinião de Bongo, dever-se-ia limitar». Disseram ainda que «o MPLA nunca, até então, tinha sido convidado a recepções do embaixador francês, em Brazavile, enquanto, durante o Congresso do PCT, isso foi feito pelos franceses».

<sup>720</sup> ADMNE, F-226, Angola, 1975.

<sup>721</sup> Acerca dessa retirada «no período após a independência, não foi tomada uma posição definitiva. De qualquer maneira, os 30 000 soldados portugueses (a maioria, angolanos) que entram sob o comando conjunto no anterior período serão integrados, sobretudo, nas fileiras das futuras forças armadas de Angola. Todavia, o MPLA não excluía a necessidade de um certo contingente do exército português continuasse em Angola». *Ibid.*

<sup>722</sup> Acrescentando «a nível de embaixadores com a Angola independente em sinal de apoio ao sistema. Contudo, em Angola já actuavam as representações consulares dos países da OTAN, Japão, Suécia e RAS que, seguramente, ficarão no período pós-independência».

No dia seguinte (8/Jan.), uma circular do SFNE com um resumo destas informações foi enviada para 16 representações diplomáticas jugoslavas<sup>723</sup> (14 em países da África subsaariana, Nova-Iorque e Lisboa) com um último ponto relativo às «*negociações com Portugal acerca da formação do governo provisório de Angola começam 10 Janeiro 1975 na localidade [Alvor,] Algarve-Portugal. A delegação do MPLA chefiada por Dr. Neto, [que] estava satisfeito, em princípio, com as conversações em Mombaça e acha[va] os documentos aprovados a expressão das relações existentes*», pedindo, no fim, para acompanhar, em Lisboa, a reacção às negociações. Apesar dos documentos acerca desse acompanhamento das negociações em Alvor não terem sido encontrados, Agostinho Neto afirmou, em Lusaca (31/Jan.), segundo o embaixador jugoslavo, «*que a sua estadia em Portugal foi muito útil. Tinha o total apoio das forças progressistas (forças de esquerda) e teve conversações até com certas forças de direita que foram úteis. Na luta interna que se segue, conta[va] com o apoio e a compreensão das forças militares portuguesas em Angola*». <sup>724</sup> Também, dias antes (23/Jan.), em Brazavile, num comunicado da FLEC salientava-se «*que os movimentos nacionalistas de Angola e as tropas portuguesas em Cabinda, após a assinatura dos acordos em Mombaça e Alvor, instauraram o terror e as represálias*», <sup>725</sup> tendo um grupo de cabindas que tentou juntar-se à FLEC sido liquidado pelas tropas da FNLA, estacionadas em Kinkuzu, no Zaire.

Até meados de Janeiro, as atenções dos diplomatas jugoslavos nos três países vizinhos de Angola abrangeram, principalmente, além do acordo dos movimentos angolanos em Mombaça, a situação em Cabinda (a FLEC e a posição do governo congolês), as acções e a integração de parte das forças de Chipenda na FNLA, mas também as relações de Mobutu e Kaunda com esses movimentos.

### **De Brazavile: opiniões dum embaixador e de Gentil Viana**

Após uma conversação com o embaixador soviético, a embaixada jugoslava, em Brazavile, enviou para o SFNE (14/Jan.) um resumo das suas opiniões acerca de diversos assuntos, mencionando, em primeiro lugar, a situação em Cabinda e a posição do Congo, depois, uma menção a Agostinho Neto e, por fim, ao Acordo de Mombaça.

---

<sup>723</sup> Este telex representa um bom exemplo da recolha e tratamento da informação e da sua distribuição por este secretariado federal, atendendo a que era o centro principal da política externa jugoslava e dele depender todas as relações internacionais do Estado jugoslavo e do seu presidente Tito que, em 1975, fez 2 visitas (Polónia e Finlândia) e recebeu 18 estadistas estrangeiros, entre eles, Costa Gomes (23-25/Out.).

<sup>724</sup> ADMNE, F-226, Angola, 1975.

<sup>725</sup> *Ibid.*



Referindo-se ao «*grande interesse do Congo pelo estatuto independente de Cabinda*», ou que essa posição era natural sob o ponto de vista congolês, porque, «*como pequeno país tinha de ter em conta o destino de Cabinda por duas razões: em que mãos [se iriam encontrar] a exploração de cerca de mais de 14 milhões de toneladas de petróleo<sup>726</sup> e outras riquezas*»; e a permanente preocupação dum seu vizinho «*não se tornar numa base americana, base do imperialismo, o que representaria um perigo constante para a sua segurança e um desenvolvimento socialista sem obstáculos*». Além disso, o Congo tinha ainda de ter em conta os vizinhos Zaire e Gabão. Por isso, na FLEC, embora o movimento não tivesse alguma importância política de maior em Cabinda, olhava com uma certa reserva o seu apoio.

Segundo as suas palavras, «*Neto "usurpou" através de meios não democráticos o cargo de presidente do MPLA*», afastando da direcção aqueles que não aprovavam «*a sua posição monopolizadora (por exemplo, o caso de Chipenda e outros)*», o que contribuiu para o seu próprio isolamento e a desunião com as restantes forças progressistas de Angola, enquanto através de grupos reaccionários (FNLA) e pelo Zaire ou Cabinda (Gulf Oil) se influenciava a evolução da situação já bastante complexa. Igualmente, acrescentou que, quando teve oportunidade de falar com Neto, algumas destas opiniões foram-lhe ditas pessoalmente.

Afirmou, por fim, que «*o Acordo de Mombaça acerca da unidade dos movimentos de libertação de Angola, tendo em consideração as suas diferenças conhecidas, não pod[ia] ter uma longa duração*».

Dois dias depois, o mesmo diplomata teve uma longa conversa<sup>727</sup> com «*Gentil Viana, membro da direcção do "Movimento da Revolta Activa" (irmãos Mário e [Joaquim] Pinto Andrade)*». <sup>728</sup> Começando por dizer que, antes, «*se afastou de Neto somente por desacordos na prática, e não pela ideologia, devido aos seus meios não democráticos*». Daí, recedendo perder o lugar de presidente, não realizou o Congresso do MPLA e, em vez, de fortalecer a direcção do MPLA, Neto preferiu orientar-se sobretudo para a unidade com a FNLA e a UNITA que, sob a influência de círculos reaccionários, não eram progressistas. Porém, «*descurou essa unidade com organizações progressistas que se criaram em Angola após a mudança do regime fascista em Portugal*». Por exemplo, não deu apoio à greve de trabalhadores que então decorria em Angola, o que «*só foi dado por activistas do "Movimento da Revolta Activa" no terreno*».

<sup>726</sup> Segundo uma previsão para 1973, a produção de Cabinda seria de 7 milhões de toneladas (*Revista de Angola*, n.º 283, Março, 1973).

<sup>727</sup> Datado de 16 de Janeiro, este telex cifrado tem 5 páginas.

<sup>728</sup> ADMNE, F-226, Angola, 1975.

Era indiscutível que Agostinho Neto e o MPLA tinham, nessa altura, a maior influência política entre o povo angolano, no entanto, existia um grande perigo de que as posições do MPLA pudessem enfraquecer. A seguir a diversas conversações com Neto, ele «*não aceitou a integração do seu movimento (o grupo dos Andrades) com o MPLA*» para que, na opinião do diplomata jugoslavo, com «*a actividade conjunta, apesar da orientação progressista do MPLA, continuar a reforçar-se e a reunir a necessária confiança do povo*».

Quanto ao Acordo de Mombaça, estimou-o «*indispensável para uma actuação conjunta nas negociações com Portugal, embora houvesse diferenças consideráveis entre os três movimentos que continua[va]m a persistir*». A tática da FNLA e UNITA teve mais sucesso, ao passo que as posições de Neto saíram enfraquecidas, tanto de Mombaça como do Algarve (Portugal) em virtude dos seus erros táticos.

Para Gentil Viana, esses erros teriam sido cometidos por «*não ter consultado o povo angolano nem ter dito claramente com quais propostas e objectivos ia para essas citadas reuniões e o que delas esperava*». Em vez disso, Neto foi aquele que mais fez contactos e procurou acordos com a UNITA e a FNLA. Todavia, aceitaram esse acordo com o MPLA porque acharam que, naquele momento, como não tinham tanta influência a nível interno, por esse meio podiam abrir uma porta para uma maior actividade política e o reforço da sua influência. Essas concessões continuaram na formação do Governo de Transição (repartição das pastas ministeriais e outras<sup>729</sup>) e das Forças Armadas, quando, por causa dos compromissos, não foram mais enérgicos para neles «*reflectir a verdadeira disposição da maioria do povo angolano a favor do MPLA*».

Do mesmo modo, «*depois das mudanças em Portugal, desde do 25 de Abril, Neto não compreendeu a política dúbia do regime português (progressista e neocolonialista)*». Além disso, os pedidos dos imigrantes portugueses, que exprimirem o desejo de ficar em Angola e de receber a nacionalidade angolana, representariam um dos grandes problemas. Era conhecido que, em relação a esta questão, os três movimentos nunca tiveram uma posição única.

Referindo-se a Cabinda, disse que a Revolta Activa não tinha uma posição oposta à do MPLA. Contudo, «*Neto [deveria ter aproveitado] a tempo a ajuda da OUA para através desta organização assegurar o apoio do maior número de países africanos*». Assim, deixou passar a possibilidade de conseguir, pelo menos, um acordo de princípios com o Congo para que esta questão não fosse discutida, enquanto Angola não fosse independente, porque, «*nesses*

<sup>729</sup> Outro erro foi, ao aceitar «*o sistema parlamentar, Neto não exigiu, nas negociações, que a eleição do Presidente da República (chefe de Estado) se efectuasse por via de votação directa, em vez da Assembleia Nacional*», não se apercebendo das suas possíveis consequências negativas.

*momentos decisivos, o mais importante era assegurar a sua integridade territorial». Após a independência, só então, as aspirações do povo de Angola e de Cabinda deveriam ser discutidas.*

Igualmente, informou o seu interlocutor jugoslavo acerca de alguns assuntos, começando por lhe dizer que *«já na cimeira de Bukavu (em que Viana participou), o Zaire aceitou a possibilidade de Cabinda ser parte integrante de Angola»*. Por isso, a declaração dos três movimentos angolanos, em Mombaça, a esse respeito não significou uma mudança repentina nem a posição de Holden. Porém, a seguir ao acordo ali assinado, *«o Zaire contava ganhar, através da FNLA, com o tempo, posições e influência mais favoráveis em Angola»*.

Quanto *«ao papel dos chineses, com o treino do exército da FNLA, a contraditória política chinesa da luta contra o imperialismo também, no caso de Angola, ajuda[va] precisamente os círculos reaccionários»*. Nisso, a China encontrava o seu interesse e não os surpreendia, havendo *«uma série de exemplos de que desenvolviam a cooperação económica e outras (frequentemente na base de ajudas) tanto com o Zaire, bem como com alguns regimes africanos e até com aqueles que não eram progressistas»*.

A seguir, achou que o Congo não apoiava totalmente o MPLA, precisamente, por causa da questão de Cabinda. Doutra maneira, não se poderia compreender a recente declaração da FLEC que, no Congo, recebeu apoio oficial e foi ali largamente publicada. Acrescentou que o movimento Revolta Activa já não gozava mais da hospitalidade congolêsa de outrora.

Ademais, informou que *«Neto enviou, há algum tempo, um emissário a Paris para falar com Mário de Andrade com a sugestão de ser-lhe atribuído o cargo de presidente quando Angola fosse independente»*. No entanto, ainda não lhe respondeu positivamente e, na Revolta Activa, pensavam acerca da sua aceitação, caso essa proposta de Neto não tiver quaisquer condições, tanto mais porque, excepto em casos individuais, Neto não aceitou actividades conjuntas no interesse do desenvolvimento progressista de Angola.

Além disso, disse que, dentro de dias, ele e outros membros da direcção do seu movimento partiam para Luanda. Dentro de algum tempo, igualmente Pinto de Andrade regressaria a Angola. A sua actividade desenvolver-se-ia no campo do MPLA, porque o seu lugar é no MPLA apesar da diferença de opiniões e da oposição de Neto. Nisso via o futuro de Angola, caso contrário Angola seria deixada para outros.

Para terminar, Gentil Viana mencionou a importância do apoio jugoslavo ao MPLA e a Agostinho Neto, e que *«esteve como conselheiro jurídico do MPLA com Neto na Jugoslá-*

via». <sup>730</sup> Estimou muito positiva a relação do seu movimento com todos movimentos e forças progressistas e socialistas.

Por sua vez, numa «*observação*» final, o seu interlocutor jugoslavo comunicou que «*Monimambo que, brevemente, deverá chegar ao nosso país para estudos, também foi um dos membros mais importantes da direcção do "movimento Revolta Activa" e subscritor da Declaração de Brazavile acerca da separação de Neto*». <sup>731</sup>

Porém, após uma dezena de dias (25/Jan.), o mesmo diplomata comunicou ao SFNE que Monimambo e outros foram informados de que «*Neto mudou de atitude a seu respeito, convidando-os para conversações em Luanda e trabalho conjunto*», <sup>732</sup> acrescentando, igualmente, que tinha falado com o próprio Monimambo acerca da sua viagem para Belgrado. <sup>733</sup>

### **De Dar es Salam: armamento, outras informações e pedidos**

Acerca da ajuda militar da URSS ao MPLA, segundo o embaixador Kochin (24/Jan.), durante a recente estadia, em Moscovo, da sua delegação, chefiada por Iko Carreira, foi-lhe prometido equipamento e armamento <sup>734</sup> para uma unidade de 2000 combatentes. O seu interlocutor, o representante do MPLA em Dar es Salam, estimou essa ajuda importante naquele momento em que, a seguir às negociações com Portugal, o problema principal do seu movimento era de equipar e armar, quanto mais depressa e melhor, as suas unidades militares com 8 000 combatentes de efectivos. Em Luanda, por exemplo, Holden Roberto já tinha sete mil zairenses como seus combatentes ou futuros — que não sabiam nem uma das línguas angolanas ou português — que só falavam francês. Naquele momento, o objectivo de todos os três movimentos era realmente de receber, o mais rapidamente possível, as ajudas militares em Angola.

<sup>730</sup> Sem indicar a data dessa visita, nem referiu à sua presença com Mário de Andrade na Conferência de Belgrado (Set./61).

<sup>731</sup> Uma informação de quem parece desconhecer que Spartacus Monimambo era bem conhecido no SFNE. Pelo menos, por ter sido um dos membros da delegação do MPLA, chefiada por Agostinho Neto, que visitou a Jugoslávia e teve conversações com Tito (Fev./73).

<sup>732</sup> Por isso, «*Mário Andrade e Viana com mais alguns activistas partiram para Angola, onde antes já se encontravam cerca de 200 membros que residiram em Brazavile*», onde ficaram «*ainda 36 e estes regressarão, em breve, a Angola*», (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>733</sup> Igualmente, nesse dia, o próprio Monimambo informou-o de que «*o Dr. Neto lhe disse que com o camarada Dolants acordaram que também viajaria a sua esposa com ele para a Jugoslávia*», a qual, tinha terminado uma «*escola média de medicina e desejava uma bolsa de estudo para especializar-se em obstetrícia*», (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>734</sup> Numa lista anexa, cita-se: 8 carros militares, 45 canhões de diversos tipos, «*1820 de espingardas automáticas e semi-automáticas, 7000 equipamentos militares (uniformes, botas, etc.) e 13 camiões civis*», (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

Dias depois (28/Jan.), transmitiu o pedido «*very urgent*» para o SFNE «*do Dr. Neto para que a RSFJ [enviasse] uma delegação oficial a Luanda para assistir à cerimónia de posse do governo provisório de Angola, 31 de Janeiro*», dando um significado particular à presença da Jugoslávia. Caso, devido ao pouco tempo não fosse possível, «*Neto pediu para que, então, a delegação partidário-estatal chegasse no dia 4 de Fevereiro, na celebração do dia do MPLA*».

Acrescentando que a embaixada propunha que fosse satisfeito este pedido,<sup>735</sup> sobretudo porque outros países socialistas e africanos iam enviar os seus representantes a Luanda, informou ainda de que «*as melhores ligações aéreas eram através de Lisboa*» e recomendou que, «*dessa vez, o representante da Tanjug também fosse a Luanda*».

Nesses dias, outros pedidos foram apresentados como por exemplo: num, «*o Dr. Neto pediu se seria possível que um dos barcos jugoslavos, no seu regresso do Extremo Oriente, pudesse carregar em Dar equipamento militar do MPLA [cerca de 500 toneladas] e transportá-lo para Luanda*»; noutro, no seguimento das suas negociações, em Belgrado, Iko Carreira solicitou «*o envio dos bilhetes de avião para 20 cadetes do MPLA para o curso de pilotos*<sup>736</sup>»; igualmente, na embaixada de Lusaca (29/Jan.), ambos pediram: «*1.) que o SFDP lhes assegurasse, se possível, quanto antes, 80 bazucas com três granadas por cada. Isto pagaria. Estas não foram mencionadas na lista apresentada [em Belgrado] por Carreira; 2.) que fosse examinada a possibilidade do envio de instrutores que organizassem as suas forças*

---

<sup>735</sup> Outra opinião tinha, em Lusaca, o embaixador Vukolitch que — após ter informado o SFNE (31/Jan.) de que «*o Dr. Neto não partiu para Angola [...] por razões de segurança*» — não estava seguro de que seria o mais oportuno enviar «*uma delegação de alto nível à tomada de posse do Governo de Transição, tendo em vista toda a complexidade da situação interna que não mudou substancialmente com o facto de que foi alcançado um acordo acerca da formação dum governo provisório*». Justificando a sua proposta, acrescentou que «*o facto novo foi que a luta pelo poder se transferia para o espaço angolano*», que o Governo de Transição ia ficar na sombra dessa luta e o factor externo empenhar-se-ia ainda mais e tentará complicar a situação. Por isso, a presença duma delegação jugoslava, sendo de um país não-alinhado, obrigava a apoiar o curso da unidade e dum governo unificado, ou seja, «*em relação a todos os três movimentos*». Logo, seria uma situação complicada para essa delegação, «*porque seria inoportuno, sob qualquer aspecto que fosse (recepção, alojamento, conversações), manifestar o nosso claro apoio ao MPLA*». Além disso, como estariam, em Luanda, só um pequeno número de delegações estrangeiras, «*uma delegação de tal alto nível estaria no centro das atenções*», a sua proposta foi que «*a presença de representantes da Jugoslávia dum nível mais baixo seria, certamente, mais vantajosa*», (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>736</sup> Todavia, em Luanda, durante a estadia da delegação jugoslava, segundo a resposta do SNFE (14/Fev.) para a embaixada em Dar es Salam, «*falou-se também acerca dos pilotos*», mas o MPLA não tinha preparado a documentação dos candidatos indispensável para a organização do curso de instrução. «*Prometeram o seu envio urgente, o mais provável, através da nossa embaixada em Lisboa. Depois disso, chamaremos os candidatos*», (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

de segurança militares e civis. O Dr. Neto disse que esta questão já foi antes apresentada, mas que [então] se considerava muito actual».

### De Lusaca: telexes de e para Belgrado

Além deste pedido, na sua conversação com o embaixador Vukolitch, os dirigentes do MPLA afirmaram que «os acordos, em Mombaça e Portugal, foram o máximo possível que se pôde atingir», tendo sido o objectivo dos presentes o de nenhum deles quer assumir a responsabilidade pelo insucesso da descolonização de Angola. Após a formação do Governo de Transição, a luta política passaria a desenrolar-se em território angolano, ficando inalteráveis, todavia, as diferenças e a disposição das forças.<sup>737</sup>

A seguir à descrição dessas quatro forças, numa «*nossa observação*», o embaixador jugoslavo referiu-se à tentativa, alguns dias antes, de Chipenda «*com unidades militares de entrar no Luso, Angola — encontrou-se com uma forte condenação da Tanzânia e Zâmbia*».<sup>738</sup> Além de ter sido acusado de fazer o papel de Tchombe no Congo, «*a sua acção foi interpretada e condenada como parte integrante das actividades do Zaire*» na imprensa tanzaniana e zambiana.<sup>739</sup> Citando os seus interlocutores, «*Neto disse que o Zaire, através do Roberto e do Chipenda efectua[va] uma gradual ocupação militar de Angola*», o que designou por métodos hitlerianos, enquanto «*Carreira acrescentou que se assim continua[va], dificilmente se pod[er]ia evitar a guerra civil — "o que não queremos, mas se nos for imposta não te[re]mos outra alternativa"*».

O embaixador Vukolitch recebeu do SFNE (30/Jan.) um telex sobre a decisão do Conselho Executivo Federal de conceder uma ajuda ao MPLA no valor de cerca de 1,5

<sup>737</sup> Assim, «*Roberto (com o apoio de Mobutu e dos EUA) representa[va] a principal força reaccionária. Savimbi, da UNITA, embora [procurasse novas] tácticas por causa dos factores externos, politicamente e ideologicamente representava um aliado de Roberto. Neto acentuou, mais agora do que dantes, o carácter de classe da luta que se aproxima. Disse que a linha política e ideológica foi traçada — de um lado, estão o MPLA e o povo, e, noutro, Roberto, Savimbi e outras forças reaccionárias*». O primeiro contava com a força militar (equipada com modernas armas estado-unidenses e chinesas), o MPLA com a influência política e a táctica de Savimbi era de partir da pressuposição de que poderia vir a ser «*uma personalidade do compromisso, tendo em conta as diferenças entre Roberto e o Dr. Neto*». Quanto a Chipenda, «*Neto não lhe dava importância — ele estava morto politicamente e ninguém conta seriamente com ele nas actuais combinações*», sendo utilizado por Mobutu e Holden Roberto para provocações, manter a agitação e tentar enfraquecer, aqui e ali, a posição política do MPLA.

<sup>738</sup> Porém, para os citados dirigentes do MPLA, «*a posição da Zâmbia não lhes era clara. Era evidente que não querem dar apoio ao MPLA. Uma grande quantidade de armamento encontra[va]-se ainda em Dar es Salam e na Beira*». Além de não mostrarem intenções para que essas armas pudessem chegar a Angola, «*os zambianos davam armas à UNITA*», parecendo que, nessa altura, nas suas combinações contavam mais com Savimbi, cujas forças militares e de Chipenda movimentavam-se livremente na zona fronteiriça da Zâmbia, onde tinham as suas bases.

<sup>739</sup> Segundo o embaixador jugoslavo, esta foi a primeira vez que «*o Times of Zambia criticou o Zaire no contexto da actual política e evolução da situação em Angola*».

milhões de dólares para aquisição de equipamento militar. Esta informação seria dada depois a Agostinho Neto pela delegação que chegou, nesse dia, a Luanda. Outra ajuda com o mesmo valor e fins foi comunicada a Samora Machel por Kochin.<sup>740</sup> No dia seguinte, falou com Agostinho Neto que «*não partiu para Luanda devido à decisão do CC*», mas, estando ali no dia 4 de Fevereiro, pediu para que «*a nossa delegação ou algum dos seus membros ficasse e assistisse às comemorações do MPLA*». Igualmente, comunicou-lhe a ajuda concedida pelo governo jugoslavo que «*agradeceu muito, salientando que o MPLA a devolverá de forma digna*».

### **Uma delegação jugoslava em Luanda (31Jan.-6Fev. /1975)**

Tendo sido convidada pelo MPLA, esta delegação — formada por Ivan Kukotch<sup>741</sup>, membro da Presidência do CC LCJ, Milhan Komatina, secretário-adjunto do SFNE e Dimitríe Babitch, conselheiro da CF ASPTJ — esteve em Angola (31Jan.-6Fev./1975) para assistir às «*cerimónias da tomada de posse do Governo de Transição de Angola (31 de Janeiro) e da celebração do 4 de Fevereiro, dia do levantamento do povo angolano*».<sup>742</sup> Durante a sua estadia, tiveram uma dezena de conversações, tendo sido uma das primeiras (1/Fev.) com o alto-comissário de Portugal em Angola, general Silva Cardoso.

Na «*nota*» acerca desta conversação a que se chegou «*na iniciativa da delegação que exprimiu o desejo de se informar acerca da actual situação de Angola*» e foi aceite muito prontamente, no seu começo, relata-se que, junto às saudações protocolares, «*Cardoso apresentou brevemente como, após as mudanças em Portugal, se chegou até às negociações das forças de libertação angolanas e Portugal, e à decisão da formação do governo provisório*».

Depois, realçou particularmente que a UNITA representava um mediador entre o MPLA e FNLA, estando «*em situação de ter um papel construtivo na resolução dos problemas do país e nos trabalhos do governo provisório, [reprovando] a intenção de apresentar a UNITA como uma criação colonialista e que colaborou com o exército colonial português*».<sup>743</sup>

---

<sup>740</sup> ADMNE, F-226, Angola, 1975.

<sup>741</sup> (Split, 1918-2005), general-coronel, membro do PCJ (1935), operário mecânico, combatente e comissário político do Exército Popular Jugoslavo (1941-45), chefe da Direcção da Indústria Militar (1949), secretário-adjunto do SFDP e dirigente da LCJ.

<sup>742</sup> AJ, 142, Angola, A-011.

<sup>743</sup> Apesar dos seus três interlocutores conhecerem bem a história dos três movimentos angolanos e um deles, Dimitríe Babitch, ter acompanhado como funcionário da ASPTJ, já desde dos anos sessenta, as relações com os movimentos de libertação das colónias portuguesas, não houve qualquer comentário a tal afirmação do seu anfitrião nesta «*nota*», nem noutra documento posterior.

Falou, em seguida, da contribuição da Jugoslávia na luta dos movimentos de libertação e, de acordo com esta «nota», da «ajuda que prestou aos movimentos angolanos», sublinhando que, na situação existente em Angola, o apoio jugoslavo podia ter importância também para a superação das dificuldades e afirmação do novo governo. Propôs que a delegação se encontrasse com o colégio presidencial do Governo Provisório, empenhando-se para que esse encontro se realizasse e pensava que não haveria dificuldades por parte do colégio.

Para terminar, disse aos seus interlocutores, que «era preciso ajudar Portugal para que o processo de descolonização em Angola se efectuasse na melhor maneira possível», agradecendo a ajuda dada, até essa data, pela Jugoslávia «a Portugal nos seus esforços de efectuar com sucesso o processo de descolonização dos seus territórios». Igualmente, iria informar o seu governo acerca desse encontro e da estadia da delegação jugoslava em Angola.

Em resposta, à semelhança de Silva Cardoso, Kukotich foi muito protocolar e exprimiu «a satisfação que uma delegação jugoslava [tivesse] presenciado o acontecimento histórico da formação do primeiro governo angolano, salientando que a Jugoslávia contribuiu com o seu apoio à luta dos movimentos de libertação para o processo de descolonização, que uma tal atitude quanto à luta de libertação de outros povos resultou do facto de que ela própria nasceu na luta pela independência».

Mencionou, além disso, a existência de boas relações com o governo português, mas ainda que a descolonização fazia parte do processo da democratização de Portugal. Por isso, «a Jugoslávia estabeleceu imediatamente relações com o novo governo de Portugal», porque estimaram que esta seria «a melhor contribuição para o processo de descolonização em Portugal e nas suas colónias».

Por fim, disse que a Jugoslávia enviou a sua delegação a Angola com o objectivo de manifestar o seu apoio a um e outro processo, mostrando o seu interesse por um ritmo mais rápido da descolonização e uma passagem a caminho da total independência de Angola, mas igualmente de estabelecer relações com o novo governo.

No final da recepção, «Cardoso sublinhou que Portugal saudava o desejo da Jugoslávia de contribuir para o processo de descolonização e estabelecer relações com o novo governo de Angola, o que eles só podiam apoiar». Em particular, agradeceu «o papel e os esforços que o Presidente Tito fez no apoio ao novo poder em Portugal e sua afirmação internacional».

Nos dias seguintes, os três membros da delegação jugoslava foram recebidos, segundo a sua «Nota», por Agostinho Neto, em 4 de Fevereiro, pela noite, para «os conhecer e agradecer pelo envio duma delegação ao mais alto nível» e, no dia seguinte, para conversações.



Imediatamente, no começo, o presidente do MPLA agradeceu «*as saudações do camarada Presidente e de S. Dolants, salientando que o camarada Tito sempre deu apoio ao MPLA, o que foi para eles de enorme importância política*».

Por sua vez, Kukotch felicitou-o pelo sucesso da luta pela libertação e transmitiu-lhe as saudações de Tito e de Dolants e os seus votos pessoais de novos êxitos. Expressou o «*desejo de escutarmos a sua avaliação acerca da situação em Angola, tomando em acção as relações internas bem como o seu contexto africano e internacional. Em particular, era de interesse a sua opinião — avaliação da evolução no período de transição do trabalho do governo, possibilidades de uma evolução normal até à independência, assim como para trocarmos ideias acerca da forma e conteúdo das relações da Jugoslávia com o Governo de Transição*». Nesse contexto, Kukotch informou-o das conversações com o alto-comissário e membros do Governo recém-nomeado. Nessas e em anteriores conversações com a delegação do MPLA foi realçado o desejo da Jugoslávia abrir um consulado e a representação comercial — que representaria o embrião das relações diplomáticas —, começando assim a cooperação económica, científico-técnica e outras. Isto contribuiria para «*a afirmação do governo como sujeito internacional, o que significaria também a sua afirmação no plano interno*». Depois, comunicaram a Agostinho Neto as suas «*avaliações do momento actual das relações internacionais e sugeriram que Angola se integrasse da forma mais adequada nessas actividades como país*».

Em resposta, o presidente do MPLA sublinhou que ainda não tinha uma visão total da situação, porque «*não teve tempo nem para conversar com o Bureau Político do MPLA. Tinham o apoio popular, o entusiasmo estava presente, mas a primeira tarefa era de trabalhar na organização*».

Na posterior conversação — troca de opiniões que foi acompanhada por perguntas de Kukotch —, insistindo que se tratava somente de primeiras avaliações, porque os pormenores eram desconhecidos, e algumas questões não foram esclarecidas nem no próprio movimento, Agostinho Neto referiu os seguintes elementos importantes:

1.) Em Angola, chegou-se a uma evolução positiva. A formação do governo significou que o povo — sob a direcção do MPLA— pôde impor uma solução urgente a Portugal e aos outros movimentos (FNLA e UNITA), o que mereceu a observação de que «*Neto diferenciou-se das avaliações que tivemos da delegação do MPLA, segundo a qual o acordo com Portugal e os outros dois movimentos foram compromissos aos quais o MPLA foi obrigado pelas momentâneas fraquezas militares*».

Quanto a Mobutu, este procurou encontrar com Spínola uma fórmula neocolonialista, tendo o Zaire tentado adiar «*com a ajuda do Chipenda as conversações com Portugal sob a desculpa das divisões no interior do MPLA*». Isto foi, na verdade, uma tentativa de encontrar uma solução sem o MPLA, mas este «*esteve em condições de impedi-lo e impor a actual fórmula do governo de transição, pela qual, teve o apoio popular*»;

2.) O Governo de Transição funcionaria, apesar de ter algumas dificuldades, no entanto, elas seriam ultrapassadas em algumas semanas. Nesse sentido, actuavam diversos factores: «*a vontade do povo; a posição das forças progressistas em Portugal (MFA e outras forças), que deram um grande contributo ao processo de descolonização*». A este respeito, indicou «*a coincidência da crise interna em Portugal com a formação do governo em Angola, o que mostra[va] que as forças reaccionárias esta[vam] interessadas em impedir o processo de descolonização*». O seguinte factor era «*o apoio das forças progressistas, que com a sua presença nas comemorações do Dia do Levantamento (Dia do MPLA) do 4 de Fevereiro, mostraram continuidade no apoio*». Além da Jugoslávia, nas comemorações participaram Cuba, URSS, Roménia, Governo Provisório do Vietname do Sul, Polónia, Argélia e China, através de um diplomata da sua embaixada na Tanzânia.

Na sua opinião, seria necessário um outro acordo entre os movimentos, cuja plataforma — o MPLA iria propor em breve — seria demasiado flexível para ser aceite pelos restantes movimentos. Ao salientar que «*tentarão até à independência criar a maior coesão possível entre os movimentos*», todavia, Agostinho Neto acrescentou que «*não se pod[ia] falar de uma frente comum, porque as diferenças ideológicas [eram] grandes*», mas empenhar-se-iam em conseguir um compromisso para facilitar o trabalho do governo e acelerar o processo da descolonização;

3.) Ponderando que os perigos para a Angola eram muito numerosos, Neto colocou, em primeiro lugar, o Zaire que, com a política de Mobutu, já ia pela via da invasão. Soube que o presidente zairense «*empreendeu algumas importantes medidas no sentido da nacionalização de companhias americanas e outras estrangeiras, mas perguntava-se se aqui não se tratava de alguma diversão, porque os americanos não reagiram desfavoravelmente*». Afirmou, contudo, que «*o MPLA empenhar-se-á em colaborar também com o Zaire, mas não sabe até que medida isso é possível*». O segundo perigo estava «*na FNLA e, depois, citou Chipenda, a FLEC (organização separatista de Cabinda) e outros*».

Os colonos e o grande capital constituíam o terceiro perigo, porque eram fortes economicamente e representavam uma forte oposição. Além disso, «*eles receavam um regime que estivesse sob a influência do MPLA*». Nas comemorações do Dia do Levantamento (4 de

Fevereiro), foram neutralizados e isso foi um bom sinal. Os colonos ajudavam todas as restantes forças — UNITA, FNLA, Chipenda e outros. Os movimentos deviam compreender o jogo e unir-se em redor de um programa mínimo. Tal programa não significava que eles apoiavam a UNITA, *«que tinha um programa e, no fundo, era uma organização colaboracionista»*. De resto, o acordo com essa organização foi assinado para facilitar as conversações com Portugal e para poderem actuar entre os apoiantes da UNITA. O acordo com a FNLA não significava *«quase nada e não acredita[va] que haja possibilidade de colaboração»*. No plano interno, radicalizar-se-á a luta pela total independência e contra as soluções neocolonialistas. Nessa altura, *«os portugueses abandona[va]m Angola por medo, mas calcula[va] que voltarão para proteger os seus bens e quando se convencerem que não lhes ameaça qualquer perigo físico»*;

4.) No plano internacional, esforçar-se-iam para alargar as relações com o mundo exterior a nível governamental. Ao mesmo tempo, *«sublinhou muito fortemente que o estabelecimento de relações com o Governo de Transição não significava estabelecimento de relações com a FNLA e UNITA. Eles recomendam que os seus amigos não repitam o erro que cometeram a China e a Roménia que "correram" a estabelecer relações com a FNLA com a desculpa de que o MPLA assinou um acordo (1970) com a FNLA»*. A respeito do acordo que o MPLA assinou — referindo-se ao do Alvor, sem o nomear, este tinha *«um carácter táctico e não significa[va] luz verde para o estabelecimento de relações políticas. A par disso, segundo a sua opinião, o estabelecimento de relações a nível do governo pressupunha que as relações políticas a nível partidário continuassem exclusivamente com o MPLA»*. No plano externo, seguir-se-ia a política do não-alinhamento, fortalecimento do *«terceiro mundo»* e essa posição seria defendida no governo. Pensava que não haverá dificuldades com os representantes dos outros dois movimentos, apesar de não esperarem que eles iriam defender sinceramente uma tal política;

5.) Tendo em conta que *«o Ocidente estava presente em Luanda com consulados e relações económicas»*, Agostinho Neto recomendou que os países socialistas deviam abrir urgentemente os seus consulados, pois facilitariam os contactos e ajudar-lhes-ia a definir as principais linhas da sua actuação, como também instituir contactos políticos, económicos e militares bilaterais. Conforme Kukotch, *«Neto pediu para abrirmos o consulado quanto antes»* e estimou que *«procedemos correctamente quando tivemos o encontro com o governo»*. Esperavam dificuldades económicas devido às sabotagens, mas porque Angola era um país rico, para eles o estabelecimento de relações económicas teria grande importância, porque, nesse plano, se devia olhar a longo termo. Do mesmo modo, era preciso *«examinar a possibilidade de estabelecer linhas aéreas e marítimas com Luanda (caso isso não possa um*

*país socialista devia-se ver a possibilidade de associação). O porto de Luanda era utilizado especialmente pelos países ocidentais — Angola oferecia possibilidades de cooperação no campo da indústria, construção civil, construção de vias ferroviárias e estradas». Do mesmo modo, ser-lhes-ia necessária e urgente a ajuda de quadros. Estava de acordo com a necessidade de uma delegação económica visitar Angola e, no fim, realçou a necessidade de um correspondente da Tanjug em Luanda.*

Todos os problemas que foram discutidos em Belgrado, por ocasião da visita da delegação político-militar,<sup>744</sup> continuavam actuais. *«Antes ou depois, terá de se chegar à confrontação, em qualquer caso, [era] preciso ser forte para desencorajar a agressão. Recebeu a informação do valor da nossa ajuda<sup>745</sup> e sublinhou a necessidade da urgente realização da ajuda»;*

6.) Após declarar que era optimista, embora o caminho estivesse cheio de dificuldades, Agostinho Neto disse que se ia empenhar em fazer um périplo por Angola e criar novas, ou seja, consolidar as organizações existentes. O entusiasmo popular existia, a orientação ideológica também, porém sem uma boa organização, isso por si não era decisivo. *«O MPLA esforçar-se-ia por habilitar o governo a funcionar normalmente e concorda[va] que a sua afirmação como sujeito internacional e contribuirá para o seu fortalecimento no plano interno. Acerca de muitas questões importantes apenas agora começaram as discussões no MPLA, especialmente acerca das relações com o capital estrangeiro, o qual, seja português ou internacional, exig[ia] garantias seguras».* Esperavam uma actuação diferenciada da Europa e dos EUA, no entanto, nesse momento, não podiam dizer muito sobre isso. Na Europa e Portugal, *«o MPLA [era] aceite como uma força da estabilidade e do anti-racismo, mas [era] inseguro como o capital europeu se comportará na prática».* Igualmente, Neto concordava com a necessidade do governo se empenhar nas actividades dos países não-alinhados, o que reforçaria bastante a sua posição e resistência perante as pressões estrangeiras;

7.) Em relação às posições de diversos países, Neto efectuou as seguintes observações: *«não via mudanças muito importantes no comportamento da RP da China, a qual, ainda apoia a FNLA. A razão mais provável para um tal comportamento chinês encontra-se no facto da URSS apoiar o MPLA. Com os romenos, há muito que não tem um diálogo muito sério. Conversará com a delegação que presencia as cerimónias (o representante é o candidato a membro do BP, Piltinet). Os romenos entregaram, recentemente, ao Holden 17 toneladas de*

<sup>744</sup> Esta delegação, chefiada por Iko Carreira, teve conversações, entre outros dirigentes políticos jugoslavos, com Stane Dolants (10/Jan./75).

<sup>745</sup> Referiu-se à recente aprovação da ajuda de 1,5 milhões de dólares por parte do governo jugoslavo.

armamento, o que por si não é muito. Nos últimos tempos, mostraram interesse por contactos com o MPLA (Nota: o filho mais velho de Neto estuda[va] na Roménia)». Acrescentou que, na Zâmbia, reforçava-se a tendência de apoio ao MPLA juntamente com as dificuldades nas relações com o Zaire, que mostrava cada vez mais claras ambições hegemónicas. Contudo, «a Zâmbia esta[va] inclinada para compromissos e aceitaria também o Zaire, caso o Mobutu se corrigisse. Os zambianos esta[vam] entusiasmados com a UNITA, que considera[va]m uma força moderada e que podia manter o equilíbrio com o Zaire». A respeito do MPLA, achavam que era «demasiado à esquerda», mas colaboravam com ele, porque era um movimento forte. No fundo, para a Zâmbia, a UNITA era-lhe mais próxima, porque, na verdade, no seu programa político as linhas de actuação tinham muito do «estilo do Kaunda que esta[va] "constantemente a convencer alguém". Disso resultava também o seu diálogo com Vorster e Smith, o que já se deparou com reacções desfavoráveis tanto em África, como na própria Zâmbia»;

8.) A seguir, Kukotch informou-o da decisão da ajuda suplementar que Neto agradeceu e disse-lhe que «isso era importante». Comunicaria, depois, qual seria a forma para essa ajuda<sup>746</sup> ser enviada e sublinhou a necessidade da sua urgência.

Igualmente, quanto às futuras relações entre o MPLA e a LCJ ou ASPTJ, Kukotch afirmou: «Não temos intenções de entrar em relações políticas com a FNLA ou UNITA fora deste quadro, que sejam indispensáveis para a manutenção das relações com o governo. Caso eles mostrem vontade para conversações, nós as aceitaremos com o objectivo de informação. Caso o futuro mostre possibilidades e oportunidades de contactos políticos, nós aceitá-los-emos, mas sobre isso consultaremos o MPLA».

### **O relatório da delegação**

Mencionando, no seu início, os nomes e funções dos seus três membros,<sup>747</sup> o relatório, datado de 19 de Fevereiro, desta delegação que esteve em Angola (31Jan.-6Fev./1975), convidada pelo MPLA, apresenta uma descrição das «cerimónias da tomada de posse do Governo de Transição de Angola (31 de Janeiro)<sup>748</sup> e da celebração do 4 de Fevereiro,<sup>749</sup> dia do

<sup>746</sup> Apesar de não se indicar, neste documento, a que ajuda se referia, esta «no valor de cerca de 1,5 milhões de dólares para aquisição de equipamento militar» jugoslavo foi comunicada, em Lusaca, ao próprio Agostinho Neto.

<sup>747</sup> Ivan Kukotch, membro da Presidência do CC LCJ, Milhan Komatina, secretário-adjunto do SFNE e Dimitríe Babitch, conselheiro da CF ASPTJ.

<sup>748</sup> «Além da nossa, as cerimónias da formação do Governo de Transição, presenciaram também as delegações da Tanzânia, Zâmbia, Congo, Zaire, Argélia, Somália, Guiné-Bissau, Gabão, Tunísia, São Tomé e Príncipe e de Portugal, na qual se encontravam representantes do governo e dos partidos comunista e socialista», tendo o

*levantamento do povo angolano*», assim como uma síntese da situação político-militar angolana pós-Alvor.

Durante a sua estada, a delegação teve uma dezena de conversações<sup>750</sup> e a sua presença na tomada de posse do Governo de Transição, em que foi a única dum «*Estado europeu (juntamente com Portugal) num círculo de um número muito limitado de países convidados, reflectiu juntamente ao elevado grau de cooperação com o MPLA a reputação e prestígio da Jugoslávia em geral, particularmente, o seu papel entre os países não-alinhados e a contribuição que ela deu ao processo de descolonização*».

Do mesmo modo, foi salientado que o interesse dos restantes dois movimentos (FNLA e UNITA) pelo estabelecimento de relações mais próximas com a Jugoslávia, «*a prontidão do governo português em aceitar a proposta do MPLA para convidar o nosso país como também o tratamento da delegação em Luanda por parte do alto-comissário português mostraram a importância que todos [...] deram à nossa presença*». Depois, terminando esta introdução, essa presença em ambas comemorações foi considerada «*uma importante contribuição para o reforço das posições e desenvolvimento das relações com Angola e o resto da África. Particularmente, [...] representou uma contribuição para a afirmação internacional do Governo de Transição*».

Quanto à tomada de posse do Governo de Transição, esta efectuou-se com uma «*presença relativamente pequena do povo, o que se podia explicar, além das fortes medidas de segurança, igualmente pela profunda divisão entre os movimentos. Os manifestantes estavam*

---

convite das delegações estrangeiras sido feito pelos três movimentos ao governo português. «*A proposta da participação da delegação jugoslava foi apresentada pelo MPLA, enquanto a FNLA convidou a Tunísia e a UNITA o Gabão. Supostamente, o MPLA propôs também a URSS, mas a delegação soviética só esteve presente nas cerimónias do 4 de Fevereiro. Os vizinhos de Angola foram convidados conjuntamente pelo governo português e os três movimentos*». (AJ, 142, Angola, A-011).

<sup>749</sup> «*[...] esteve presente um número pouco numeroso de delegações: URSS; Vietname do Sul; Roménia; Cuba; Argélia; República Democrática da Alemanha; Tanzânia; Zâmbia; Congo; Gabão; RP da China (funcionário da embaixada na Tanzânia); FRELIMO de Moçambique; ANC da África do Sul; ANC da Rodésia (movimento unificado) e Polónia (foi publicado nos jornais, mas não conseguimos confirmar)*». *Ibid.* A presença desta última delegação foi confirmada depois pelo embaixador polaco no Zaire, em fins desse mês, num encontro, em Kinchassa, com o embaixador jugoslavo.

<sup>750</sup> «*[...] à parte com o presidente do MPLA Dr. Agostinho Neto (em duas ocasiões), os membros BP do CC MPLA, Luís de[Lúcio] Lara e Lopes de Nascimento, o alto-comissário de Angola, general Silva Cardoso, o colégio presidencial do Governo Provisório de Angola, o membro do CI do CC do Partido Socialista de Portugal, Tito de Morais, e com o chefe da delegação da Argélia, o membro do Conselho Revolucionário, Ahmed Ben Jahia. A delegação teve conversações secundárias com a delegação da Tanzânia, o chefe da delegação do Congo, Charles Ganao, e o representante da FNLA no Colégio Presidencial do Governo de Transição de Angola, Johny Eduardo Pinnock*». *Ibid.*

*agrupados, segundo a filiação partidária». Foi notório a quase ausência de palavras de ordem que «exigissem a unidade do povo e dos movimentos, que exprimissem o apoio à independência e saudassem o governo como expressão do presente do país», o que foi, além das diferenças existentes, um sinal de duras lutas pelo poder.*

A respeito da chegada de Agostinho Neto, *«uma enorme massa de povo e activistas de Luanda e do interior esperou o Dr. Neto»* no aeroporto, estimando-se que ali estiveram mais de 400 000 pessoas e toda *«a manifestação foi muito bem organizada e os seus participantes muito activos na expressão da adesão ao Dr. Neto e MPLA»*. Houve a impressão que o MPLA gozava de *«uma grande autoridade entre as massas»*. Esta recepção mostrou *«a reputação do Dr. Neto, cujo regresso representou um grande estímulo político para o fortalecimento do MPLA»*.

Acerca do antagonismo dos três movimentos e das suas diferenças a respeito do futuro desenvolvimento sociopolítico e económico de Angola que caracterizavam a situação interna, de acordo com este relatório, *«essas diferenças eram especialmente evidentes entre o MPLA e a FNLA, sendo também presente um forte antagonismo entre os três chefes dos movimentos. Diferentes e variados interesses e influências externas aprofunda[va]m estas diferenças»*. Assim:

A FNLA era sobretudo um movimento de carácter regional-tribal (região norte do Bacongo), sem programa formulado. Criado principalmente na parte fronteiriça do Zaire, de quem goza de total apoio, teve uma participação muito limitada na luta armada.

Tinha *«unidades militares relativamente numerosas (cerca de 15 000 homens), treinadas e armadas pelo Zaire e a RP da China, [dispondo] de grandes recursos financeiros e materiais»*. Actuando agressivamente, procurava aproveitar a actual ajuda no plano militar para abater o MPLA, impedir a evolução normal da descolonização e impor-se como força dirigente em Angola. Conforme as estimativas do MPLA, a FNLA procurava provocar desordens para se defrontar militarmente com o MPLA, efectuando uma espécie de golpe de Estado. *«Uma tal actuação estava de acordo com o facto que, a longo prazo, devido aos fracos e limitados pontos de apoio entre o povo, não tinha grandes perspectivas políticas»*. A respeito da FNLA, esta apoiava-se sobretudo nas forças reaccionárias em Portugal e no apoio do Zaire, tendo este ambições hegemónicas nesta parte de África e noutras do continente. Com uma eventual chegada da FNLA ao poder em Angola, igualmente o Zaire realizaria facilmente as suas pretensões ao enclave de Cabinda, rico em petróleo.

Igualmente, conforme análises gerais, a FNLA desfrutava do apoio das companhias multinacionais, particularmente dos EUA, que através dela deseja assegurar a sua presença na economia angolana.

Apesar do relativo moderno armamento e segurança material, a fraqueza das unidades militares da FNLA encontrava-se no facto de que, na sua maioria, foram recrutadas entre os refugiados angolanos no Zaire, e não tinham experiência de combate e politicamente eram pouco motivadas, sendo, por isso, mais fracas do que as unidades do MPLA

De acordo com todas as análises, *«a UNITA foi uma criação dos portugueses que assim se esforçavam em reforçar a "terceira força" em Angola. Depois do cessar-fogo, rapidamente reforçou as suas posições e expandiu a sua influência»*. Surgida da *«maior tribo de Angola, os ovimbundos, donde provinha a maioria dos seus quadros»*, utilizava habilmente o profundo antagonismo entre o MPLA e a FNLA e orientava-se para a oferta da *«solução média»*. A par disso, tinha o objectivo de o povo considerá-la uma garantia para um desenvolvimento pacífico. Apoiava-se *«no pequeno intermediário branco e no camponês angolano, jogava na tradicional oposição Norte-Sul e, nesse sentido, estava na realidade contra a FNLA — representante da tribo Bakongo que, na história angolana, apareceu como conquistadora e hegemónica»*. Servia-se da *«demagogia progressista»* e utilizava o facto de que o seu chefe, Jonas Savimbi, passou quase todo o tempo da guerra no país. Além disso, a UNITA devia, em grande parte, *«a sua ascensão aos apoios de certas estruturas políticas em Portugal, entre as quais, partes do Partido Socialista e certos círculos do MFA»*. Segundo estes, era através duma UNITA forte, que se podia assegurar as posições portuguesas, em particular, a posição da população branca. Do mesmo modo, poderia representar um bom contrapoder em relação ao MPLA, mas também impedir a FNLA que, para Portugal, era a solução menos aceitável. Em base das conversações com os portugueses, pôde-se concluir que para o actual governo português a melhor solução seria caso se chegasse a uma certa aliança política entre o MPLA e a UNITA, porque neutralizaria os possíveis extremismos (UNITA à direita, MPLA à esquerda) e criaria reais possibilidades para a neutralização da FNLA. *«A principal fraqueza da UNITA, além da militar, estava na passividade das suas bases e o número limitado de quadros capazes e politicamente relevantes e activos. Todavia, representava uma real força em Angola com a qual se devia contar seriamente na contagem da relação de forças. Este movimento era aceitável como uma força moderada que oferecia a chamada solução média»*.



O MPLA era «o movimento mais progressista, com uma plataforma programática mais elaborada e com uma orientação socialista. Apesar dos problemas com os quais se deparou nos últimos tempos (lutas fraccionistas no interior do movimento, pressões externas, aumento da influência da UNITA), o MPLA desfruta[va], segundo todas as análises, dum amplo apoio no povo». Os seus principais pontos de apoio encontram-se nas grandes cidades e maiores localidades, entre o campesinato, principalmente nas regiões onde conduziu a luta armada, e no extremo sul do país. Era «particularmente forte entre as camadas activas da população (intelectualidade, administração). Tinha os quadros mais numerosos e politicamente mais relevantes, e o seu exército possuía a maior experiência de combate». Não conseguiu obter fortes pontos de apoio nos sindicatos que eram insuficientemente organizados e inactivos.

O MPLA avaliava a sua posição difícil devido a que, no norte, estava ameaçado militarmente pela FNLA e, no sul, o fortalecimento da UNITA ameaçava as suas posições políticas. Além disso: a FNLA empenhava-se em desmoralizar a população que fosse favorável ao MPLA e desmobilizava os seus apoiantes; enquanto, a UNITA aproveitava, por outro lado, «o conflito do MPLA com a FNLA e actua[va] contra o MPLA, acusando-o como um movimento pró-comunista e pró-mulato». O movimento debatia-se com grandes dificuldades financeiras e materiais que, juntamente a grande falta de equipamento militar, armamento e meios de transporte, lhe dificultava uma oposição mais eficaz contra a FNLA e a condução de uma actividade política mais ampla e intensa. «Uma tal situação condicionou a perda de certas posições do MPLA, até em regiões onde teve uma influência predominante. Neste aspecto, em particular, preocupava-os a situação na região da linha ferroviária de Benguela, uma região economicamente forte e densamente povoada, onde nos últimos tempos, se reforçou a influência da UNITA».

Uma dificuldade adicional para o MPLA representava também «a actividade dos apoiantes da fracção do Chipenda que actua[va]m com o estímulo e a ajuda do Zaire». Igualmente, existia ainda um outro problema com uma segunda fracção, «o chamado grupo da Resistência [Revolta] Activa dos irmãos Andrade, embora, nos últimos tempos, [se tivesse] chegado a uma aproximação entre a direcção do MPLA e esse grupo». Para mais, parecia que a direcção do MPLA subestimou tanto a amplitude e a força da sua influência como a influência e força da UNITA.

No movimento havia «tendências radicais o que, sobretudo, se reflectiam negativamente na relação com a minoria branca, com a burguesia nacional portuguesa e as camadas médias em Angola, e provocavam desconfiança, além do Zaire, em alguns dos outros países

*vizinhos*». Nalgumas acções, por exemplo, na formação de «*órgãos locais do novo poder*» nos subúrbios africanos, a direcção não aprovava, mas não os pôde nem condenar publicamente com receio de ser «*atacado pela esquerda*».

Na análise do acordo com Portugal<sup>751</sup> acerca da formação do Governo de Transição existiam diversas opiniões na direcção do MPLA «*Segundo a avaliação do membro do Bureau Político, Lara, o acordo com Portugal e os outros dois movimentos foram compromissos, aos quais o MPLA foi obrigado por causa das momentâneas lutas fraccionárias internas e fraqueza militar*», ao passo para Agostinho Neto, essa formação do governo representava um sucesso, «*porque o MPLA impôs uma solução urgente tanto a Portugal como aos movimentos FNLA e UNITA e isto, numa situação, quando Spínola, Mobutu e outros procuravam excluir o MPLA e impor uma fórmula neocolonialista em Angola*».

Isto mostrava que perante a direcção do movimento se encontrava a necessidade de novas avaliações da situação no país e fora dele. Pelas conversações com Agostinho Neto e outros dirigentes soube-se que o MPLA iria actuar, no seguinte período, em seis direcções, sendo estas as seguintes:

1.<sup>a</sup>) «*Criação de possibilidades para o funcionamento normal do Governo de Transição [...]*<sup>752</sup>»;

2.<sup>a</sup>) «*Iniciativa para conclusão de um novo acordo com os outros dois movimentos que seria suficientemente flexível para ser aceite [...]*<sup>753</sup>»;

3.<sup>a</sup>) «*Insistência em se aproximar da população branca e dos representantes do capital nacional português, e parte do capital internacional, oferecendo determinadas garantias [...]*<sup>754</sup>»;

---

<sup>751</sup> Além desta referência ao Acordo do Alvor, neste relatório, não foi mais mencionado.

<sup>752</sup> «*[...] como factor de poder, legalidade e segurança de condições estáveis para a realização de eleições. Procurar-se-á fortalecer também a autoridade do governo no plano internacional;*

<sup>753</sup> «*[...]. Dá impressão com isto que o MPLA deseja evitar a confrontação armada e assumir a iniciativa política no plano da resolução dos problemas com os quais Angola se depara, especialmente, no plano económico e social;*

<sup>754</sup> «*[...], desviando-os da orientação ao mais alto nível que se apoia na FNLA e UNITA. Neste sentido, Neto já afirmou que "nacionalização por nacionalização não é o objectivo do movimento". Paralelamente, com isto, deve-se esperar que a direcção investirá esforços em conseguir uma maior coesão do movimento nesta orientação progressista;*

4.<sup>a</sup>) Devia-se ir ou não «para a criação de uma aliança tática com a UNITA com o objectivo de se isolar a FNLA e, ao mesmo tempo, neutralizar-se a vantagem conseguida pela UNITA [...]»<sup>755</sup>;

5.<sup>a</sup>) «Paralelamente a este fortalecimento, um esforço para que o MPLA se reforce ainda mais no plano organizativo e político», dando «prioridade ao urgente fortalecimento militar [...]»<sup>756</sup>;

6.<sup>a</sup>) A respeito da «intensificação das relações internacionais (num plano governamental e partidário). Deseja-se que o Governo de Transição se afirme o mais possível no plano internacional», mas «as ligações interpartidárias devam continuar somente com o MPLA», opondo-se «ao estabelecimento de ligações políticas a nível partidário com a UNITA e FNLA[...]».<sup>757</sup>

Através da realização destas acções concebidas no plano político-militar, o MPLA esperava poder «rapidamente reforçar as suas posições entre as massas, contando na capacidade dos quadros, porque era o movimento mais bem estruturado a nível organizativo e político», e que desfrutava de apoios bastante importantes nas forças progressistas de Portugal e no MFA.

Na evolução da situação angolana, os factores externos iriam ter também um papel muito importante, os quais já estavam presentes no jogo político em Angola. Segundo este relatório, era «um dos países potencialmente mais ricos de África, no qual, sobretudo no último decénio, penetrou fortemente o capital estrangeiro, investindo na exploração da sua grande e variada riqueza mineral e produtos agrícolas (petróleo, ferro, diamantes, manganésio, café, frutas tropicais, etc.)». Depois, as reservas petrolíferas no enclave de Cabinda eram

---

<sup>755</sup> «[...] Tal aliança seria também bem-recebida pelos portugueses. A par disso, o MPLA não tem em vista a criação de alianças políticas duradouras, tendo em conta as profundas diferenças entre os movimentos. Dá impressão que uma tal abordagem é a expressão da concepção de que o movimento, num futuro próximo, poderá fortalecer-se tanto que assumirá sozinho o poder, notando-se assim que ainda não se toma bastante em atenção o contexto internacional e interafricano»;

<sup>756</sup> «[...] pelo que intensifica as acções para receber a indispensável ajuda militar dos países amigos, particularmente, dos socialistas. Como realista, aguardam que essa ajuda lhe será dada pela Jugoslávia, Argélia, Cuba e URSS, que já prometeu ajuda também em veículos blindados. Justificadamente, o MPLA considerava o reforço militar a tarefa mais urgente porque calcula que, antes ou depois, seguir-se-á a confrontação com a FNLA, seja porque tal confrontação ser-lhe-á imposta, seja porque a ela se chegará por causa da evolução da situação, ou seja, o MPLA tem de ir para esse ajuste de contas»;

<sup>757</sup> «[...] através do estabelecimento de ligações com o maior número possível de países. Sublinha-se, todavia, que as ligações interpartidárias devam continuar somente com o MPLA e opor-se-ão ao estabelecimento de ligações políticas a nível partidário com a UNITA e FNLA».

tanto que já era apelidado de «o Kuwait africano». Assim, graças à forte presença de investimentos estrangeiros, nos últimos anos, Angola «teve um grande crescimento económico, a uma taxa anual de 17%».

Apesar da falta de dados precisos, calculava-se «que o capital estrangeiro controlava, directamente ou associado com o português, mais de 50% da economia angolana», mencionando-se ainda os principais investidores (países, companhias e bancos<sup>758</sup>) e o empenho do Ocidente «em manter as suas posições na exploração das enormes riquezas económicas do país e assegurar o controlo sobre uma posição geoestratégica muito importante na região». Todos os factores procuravam assegurar a maior influência possível no espaço de manobras para cada desfecho possível da situação em Angola, aspirando a utilizar a divisão dos movimentos para a obtenção de concessões os mais favoráveis possíveis.

Quanto ao capital português, procurava não vir a ser um instrumento em Angola, nem do capital estrangeiro e de companhias multinacionais, nem dum novo regime angolano que o pudesse impedir. Empenhava-se, por isso, em apoiar-se «naquelas forças que [lhe poderiam] garantir o melhor possível os seus interesses». A respeito das companhias multinacionais, estas apoiavam principalmente a FNLA e, por sua vez, as de Portugal e dos países do Mercado Comum Europeu se orientavam gradualmente para a UNITA. Todavia, era «cada vez mais presente uma diferenciação na actuação destes factores. A Itália, a França (através do Gabão) e outros países europeus começavam a se aproximar gradualmente do MPLA» Nesses últimos tempos, os EUA procuraram dialogar com o MPLA, tendo até esses contactos sido efectuados pelo «adjunto de Kissinger para África e dois senadores americanos, aliás negros americanos. Ao mesmo tempo, procuravam infiltrar-se também na UNITA através da organização "Panteras Negras"».

Numa referência aos países africanos, «o Zaire era o factor político externo mais evidente, que com a sua vizinhança, apoio militar à FNLA, pretensões a Cabinda e ambições hegemónicas procurava influenciar o mais possível na evolução em Angola». A Zâmbia hesitava e se melhorava as relações com o MPLA, na verdade, era por uma coligação MPLA-

---

<sup>758</sup> «Os principais investidores são os EUA, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, França, Japão, República da África do Sul, Itália e Benelux. Na exploração petrolífera participam as firmas americanas Gulf Oil e Texaco, as francesas Total e Elf, os interesses portugueses, belgas e britânicos são representados pela companhia Petrangol, enquanto na Angol se encontra capital português e francês. // A Alemanha Ocidental (Krupp e os bancos Deutsche Union Bank e Hamburgische Bank), juntamente com a companhia portuguesa CIA MINEIRA do Lobito exploram minério de ferro. Além destas, também estão presentes outras firmas americanas, dinamarquesas, suíças, britânicas e italianas».

UNITA. O Congo procurava incitar o movimento separatista em Cabinda, apesar de apoiar politicamente o MPLA, enquanto a Tanzânia apoiava o MPLA.

Estimando que o conflito URSS-RP da China se reflectia negativamente na evolução da situação angolana, este relatório informou ainda que a URSS apoiava o MPLA e, nos últimos tempos, prometeu-lhe uma maior ajuda militar. A RP da China continuava a apoiar a FNLA, mas começou a aproximar-se do MPLA, ao qual, ofereceu instrutores militares. Não recusando, a resposta do MPLA foi que, antes, se devia ir para uma explicação política das posições da RP China.

O Governo de Transição era *«o portador do poder político e a sua eficácia depender[ia] do grau de cooperação dos três movimentos. O sistema colonial desintegra[va]-se, a economia do país estava em grandes dificuldades. Os trabalhadores pediam aumentos salariais, a produtividade e a disciplina laboral caíam. Todos os três movimentos estavam de acordo que era preciso reanimar a actividade económica»*. Neste sentido, era muito importante para o governo o seu reconhecimento internacional e o estabelecimento de diversificadas relações económicas com outros países.

Salientando que a participação da delegação jugoslava na cerimónia do Governo de Transição foi muito bem-recebida e saudada pelos representantes dos três movimentos e do governo português, este relatório ou alguns outros aspectos das conversações relativas às futuras relações da Angola com a Jugoslávia, mas também com os países não-alinhados.<sup>759</sup>

Do mesmo modo, em conversações separadas, *«o Dr. Neto e outros dirigentes do MPLA [julgaram] muito positivas as conversações com o colégio presidencial e sublinharam a necessidade da abertura o mais urgente possível do consulado, da representação da Tanjug, desenvolvimento das relações económicas e estabelecimento de ligações aéreas»*. Outra recomendação foi para que os países socialistas e não-alinhados abrissem as suas representações, porque os países ocidentais já o tinham feito. Nas conversações, *«Neto abriu amplas e diversificadas possibilidades ao empenhamento da Jugoslávia no desenvolvimento de Angola, [realçando ainda] que o MPLA propugnará por uma política de não-alinhamento no Governo Provisório»*.

<sup>759</sup> *«[...] foi realçado o desejo que, o mais rapidamente possível, se estabelecessem relações a nível de governo e que se abrisse, em Luanda, o consulado da Jugoslávia, como também uma representação comercial e se estabeleça uma cooperação económica, científico-técnica e outras. Todos os três membros do colégio presidencial consideraram muito positiva a política de princípios da Jugoslávia nas relações internacionais e o apoio à luta dos movimentos de libertação pelo que esta presença da delegação é um sinal da continuidade de tal política. Os membros do colégio sublinharam particularmente que esperam o apoio futuro da Jugoslávia à Angola e à sua participação nas actividades dos países não-alinhados, cuja política querem seguir. Realçaram que estavam prontos a assumir a participação nas actividades desse ano dos Não-Alinhados»*.

Nos seus sete pontos finais, antes da apresentação de uma proposta de medidas urgentes, este relatório mencionou: a importância não só da evolução da situação de Angola, mas igualmente do MPLA na sua «*marcha sociopolítica em Angola e no resto da África*»; a opção do Governo de Transição; uma urgente ajuda material e militar; a existência do perigo de guerra civil; «*a evolução em Portugal e sua influência constante no desfecho em Angola*»; a ajuda da Jugoslávia e seu papel importante nas relações bilaterais, bem como na «*actuação no quadro dos países não-alinhados e socialistas*».<sup>760</sup>

Para terminar o seu relatório, a delegação recomendou «*que se deveria, quanto mais urgente possível, empreender as seguintes medidas*»:

1. Rapidamente, envio da «*prevista e acordada ajuda militar para o MPLA, que precisará dela num prazo de 1 a 2 meses o mais tardar*», juntamente com «*os recursos financeiros em divisas que a ASPTJ previu para a ajuda ao MPLA, em 1975, [...] na sua totalidade para o movimento*»;

2. Num prazo muito curto, abertura dum consulado em Luanda<sup>761</sup> para permitir o estabelecimento de ligações económicas com Angola, assegurar a presença política em Angola e facilitar a manutenção das ligações com o MPLA e o Governo de Transição. «*O consulado seria o embrião da representação diplomática que deveria abrir imediatamente a obtenção da independência*»;

3. No plano internacional, em particular, nos contactos estatais e interpartidários entre os países não-alinhados, africanos e socialistas, era «*indispensável conduzir consultas com*

<sup>760</sup> «1.) A evolução da situação de Angola tem uma grande importância para a relação de forças e marcha dos acontecimentos em África e no mundo; 2.) A evolução negativa de Angola desordenaria a relação de forças nesta parte do continente, retardaria igualmente o processo de eliminação dos regimes racistas e enfraqueceria as posições das forças progressistas em África e ameaçaria os regimes progressistas no Congo, Moçambique e outros; 3.) Era de importância decisiva que o MPLA se torne na força política determinante, caso não e dominante. Numa tal situação, o MPLA exerceria com o seu programa progressista de desenvolvimento interno e uma política independente no plano internacional uma importante influência na marcha sociopolítica em Angola e no resto da África, contribuiria para apressar a solução do problema do Sul da África e o fortalecimento da política do não-alinhamento; 4.) Assim como não pensamos que, nas condições políticas e relações de forças (internacionais e internas) criadas até agora, o MPLA possa sozinho assumir o poder, a delegação estima que, na actual situação, o caminho mais realista é a consolidação do Governo de Transição, e tal política programática permitiria a criação de um programa político que isolaria as forças mais reacionárias e impediria a ingerência de factores externos; 5.) Numa tal situação é necessário prestar uma urgente ajuda material e militar. Isto quanto antes porque não se deve excluir a confrontação armada com a FNLA; 6.) Igualmente, não se deve excluir o perigo da guerra civil, nem a eventualidade da tentativa de golpe, apontado contra o MPLA, em primeiro lugar. Também, estão presentes as intenções de diminuir a integridade territorial do país com a separação de Cabinda. A evolução em Portugal exercerá uma influência constante no desfecho em Angola, dependentemente de quais as forças predominarão na cena política portuguesa. Assim como se deve ter em vista o número de naturais portugueses e a sua força económica, o que representam um factor importante no futuro desenvolvimento de Angola; 7.) Na ajuda, a Jugoslávia pode jogar um papel importante, tanto no desenvolvimento das relações bilaterais, como na ampla actuação no quadro dos países não-alinhados e socialistas».

<sup>761</sup> O que não aconteceu, tendo essa abertura ocorrido só após a independência, mas a nível de embaixada.

*o objectivo do reforço da solidariedade com Angola e [...] do apoio ao Governo de Transição». Nesse sentido, era necessário «também a actividade nas reuniões dos Países Não-Alinhados que se realizavam nesse ano»;*

4. Reforço das «*relações políticas e da cooperação interpartidária com o MPLA e procurar fortalecer a sua posição internacional*»;

5. Os contactos com «*a FNLA e UNITA efectua-los no quadro das relações com o Governo de Transição*». Esses contactos realizar-se-iam melhor através do citado consulado em Luanda;

6. Da forma mais adequada, «*acelerar o estabelecimento das relações económicas e comerciais, e as ajudas científico-tecnológicas*», assim como o envio de delegações das câmaras económicas;

7. Tomar em acção «*a totalidade das relações e da cooperação com Angola*»<sup>762</sup> por parte da Presidência da RSFJ, da LCJ e da ASPTJ.

#### **De Lusaca a Dar es Salam, passando por Kinchassa e Brazavile**

Devido ao pedido do representante da UNITA, F. Fernandes, secretário da Informação, para ser recebido pelo embaixador Vukolitch, apresentado «*logo após a formação do Governo Provisório em Angola*», este pediu instruções ao SFNE (4/Fev.), mencionando que até então tinham evitado contactos, excepto num caso quando foi recebido com grande reserva pelo conselheiro da embaixada.

Em seguida à recepção da resposta de Belgrado, três dias depois, com a aprovação do pedido e recomendações,<sup>763</sup> a conversação teve lugar (11/Fev.) e, tendo dito «*imediatamente que vinha por instruções do Dr. Savimbi, presidente da UNITA*», Fernandes transmitiu o agradecimento pela «*ajuda do governo jugoslavo ao povo angolano — acrescent[ando que] "não era importante qual foi o movimento que recebeu essa ajuda — [porque tudo contribuiu] para o reforço da luta pela libertação do país"*». A seguir, disse que «*a UNITA não teve, ao contrário dos outros dois movimentos contactos externos, [limitando-se] à luta no país sem possibilidades para maior comunicação com o mundo exterior*». Por isso, não tinham ambições de poder, sendo-lhes fundamental «*só a libertação e a unidade do povo*».

<sup>762</sup> AJ, 142, Angola, A-011.

<sup>763</sup> Concordando com a recepção, recomendavam que ela decorresse, «*entre outras coisas, num quadro geral, exprimindo as nossas posições acerca da descolonização e saudar a evolução no sentido da realização da independência de Angola*», juntamente com o envio da «*delegação para presenciar as comemorações em Luanda*». Igualmente, «*seria importante para nós que examine a sua opinião quanto à seguinte evolução de Angola e a concretização dos acordos alcançados com os restantes movimentos de libertação*». Por fim, «*caso apresentar algumas iniciativas, deixe espaço para consulta*».

Guiados por esse objectivo, foram o iniciador da superação das diferenças entre os movimentos.

Com o MPLA tiveram conversações em Dar es Salam, Lusaca e em Angola (Luso). Pensava que *«tinham esclarecido todas "ambiguidades" que os separavam»*. Segundo o embaixador jugoslavo, afirmou ainda que *«Neto disse, no fim dessas conversações, que ficou admirado com o pouco que sabia acerca da luta da UNITA»*. Quanto às relações com a FNLA foram mais fáceis, tendo-lhes dito o próprio Holden Roberto que *«não tinham nada que discutir e que estava disposto a assinar imediatamente um acordo de cooperação, o que Savimbi não aceitou»*, insistindo que antes fossem examinadas as diferenças.

Estimando positivo o que foi alcançado em Mombaça e Portugal, declarou que, nessa altura, *«a UNITA colocava em primeiro plano a conservação da unidade do país»*, pois estavam conscientes das tentativas das *«forças externas para manter, em Angola, a tensão e a desunião racial e política»*. Referiu-se, várias vezes, aos apetites do Zaire em relação a Angola, assim como esperavam que *«as duas grandes potências iriam reforçar a sua presença e actuação em Angola»*, acrescentando que *«os americanos já estavam muito empenhados e, nos últimos tempos, cada vez mais se viam os navios "rivais" soviéticos nas águas angolanas»*.

Para concluir, o embaixador Vukolitch comentou que *«toda a [sua] exposição acerca das perspectivas foi positiva (evidentemente, a exposição foi preparada de acordo com o interlocutor)»*.

Um segundo ponto deste documento cita a proposta, apresentada nessa mesma reunião por F. Fernandes, para que uma delegação da UNITA visitasse a Jugoslávia, em qualquer data desse ano de 1975, *«com o objectivo de dar a conhecer à Jugoslávia a luta da UNITA e de corrigir acusações injustas que ainda continuavam presentes em alguns países»*. Além disso, *«Savimbi ficaria encantado de efectuar pessoalmente essa visita porque tinha muita consideração pela Jugoslávia e a sua contribuição pela luta de libertação»*. Acerca desta proposta, o embaixador jugoslavo disse-lhe, sem comentários, que esse pedido iria transmitir ao seu governo. Para o SFNE, acrescentou: *«penso que a decisão deveria ser dada de acordo com a futura situação em Angola. Em todo o caso, com a decisão não era preciso ter pressa»*.

Só uma semana depois (18/Fev.), o embaixador Kochin informou de que *«o MNE tanzaniano<sup>764</sup> estava bastante preocupado com a evolução dos acontecimentos em Angola»*,

<sup>764</sup> Citou, em anexo, os nomes e funções dos seus dois interlocutores (*«embaixador [Paul M.] Rupia e Dr. Lugo, director do MNE»*). (ADMNE, F-226, Angola, 1975).



devido ao acordo dos três movimentos ser «*um compromisso pouco seguro e que podia explodir, caso não antes, então durante a campanha eleitoral*»,<sup>765</sup> mas igualmente nenhum movimento confiava nos outros e, no período de transição, cada um só procurava conseguir as melhores posições possíveis e enganar os outros.

Na posição mais desfavorável estava o MPLA, «*apesar de ser politicamente bastante forte e presente, militarmente não representava muito, [porque foi enfraquecido] pela traição do Chipenda e tinha contra si o acordo tácito FNLA-UNITA-Zaire e, provavelmente, também os EUA*». A respeito da incursão das forças de Chipenda, sem mencionar a cidade do Luso, conforme essas informações, foi uma evidente provocação do Zaire para desacreditar e enfraquecer o MPLA.

Numa referência seguinte às «*estranhas personalidades*» que havia na «*cena angolana*», Holden Roberto já era «*bastante conhecido como uma personalidade corrupta e subornado*». Do mesmo modo, era muito provável que «*Savimbi est[ivesse] ligado aos EUA, porque os americanos bastante trabalhavam na popularização da UNITA e prestavam-lhe ajuda material e militar*».

Quanto à China, mostraram-se falsas as notícias que circulavam, anos antes, «*acerca do seu apoio à UNITA, pois isso fazia os americanos*». A seguir ao acordo, em Kinchassa, entre o MPLA-FNLA «*deu sim determinado ajuda à FNLA, acreditando que isso ajudaria a união dos dois movimentos angolanos. Assim, pelo menos, foi a explicação que deu na Tanzânia*».

Em redor do Chipenda, tanto a UNITA e a FNLA conduziam «*um jogo perigoso*» que tacticamente levava à revisão do acordo de Mombaça e a introduzir «*mais um parceiro no MPLA e na coligação anti-netista*». Perante esta situação, a diplomacia tanzaniana estimava, conforme o embaixador Kochin, «*o MPLA como o movimento mais progressista e com mais maturidade que, seguramente, na fase [...] presente, necessitava e merecia o mais amplo apoio político, moral e material*». Contudo, para os países africanos, as coisas complicaram-se por causa do Zaire, pois forçar esse apoio seria um desafio para Mobutu e poderia ter «*como consequência uma reacção violenta do Zaire, talvez, mesmo até a sua aberta intervenção em Angola*».

Nesta situação e com estas ameaças, muito dependia da forma com que o MPLA aproveitaria o período de transição para conseguir afirmar-se politicamente no terreno, mobi-

---

<sup>765</sup> Segundo o Acordo do Alvor, o seu art. 40 estipulava: «*O Governo de Transição organizará eleições gerais para uma Assembleia Constituinte no prazo de nove meses a partir de trinta e um de Janeiro de 1975, data da sua instalação*».

lizar as massas e criar as suas forças armadas. Tinha-se a impressão que não trabalhava o suficiente, embora estivesse consciente dessa falta. Havia ainda «*a questão se teria tempo para a formação de fortes forças armadas até à independência*». Outro objectivo importante seria que o MPLA conseguisse ganhar simpatizantes, nas bases da UNITA e da FNLA, para a plataforma da luta pela independência e não ingerência em Angola.

Todavia, o maior perigo representava as próximas eleições que eram «*uma verdadeira desgraça porque [realizar-se-iam] antes da independência*». Nessa altura, começaria uma «*aberta corrida política pelos votos e influência*», podendo-se chegar facilmente «*até confrontos físicos e à rejeição do acordo de Mombaça*». Caso surgir algum caos em Angola, Mobutu aproveitaria seguramente essa situação para a ocupação de Cabinda, o que provocaria «*grandes complicações não só em Angola, mas também e em outros países africanos*». Significaria, além disso, o começo da fragmentação violenta da África o que daria às grandes potências neocolonialistas amplas possibilidades de ingerência. A preocupação da Tanzânia foi bem expressa pelo seu ministro da Defesa «*ao aconselhar o representante do MPLA, Petroff, a não deslocar todo o armamento e equipamento militar de Dar es Salam para Luanda " porque não se sab[ia] se ser[ia] novamente necessário ao MPLA"*».

Na segunda metade de Fevereiro (18/Fev.), os diplomatas jugoslavos, em Kinchassa, informaram o SFNE acerca da «*crise da "ala" do Chipenda no MPLA*»<sup>766</sup> que se aprofundava — segundo muitas fontes no Zaire e, parecia, em Angola — e «*já tinha três fracções formadas*». Assim: um importante grupo desejava a junção com Neto; outro tencionava incorporar-se na FNLA; enquanto, um terceiro procurava formar um movimento à parte. De acordo com «*o encarregado de negócios romeno que "tinha informações", durante o seu cruzeiro de cinco dias pelo rio Zaire, na semana passada, Mobutu teve uma conversa séria com Chipenda, procurando convencê-lo a incorporar-se na FNLA*».

Considerando que duas conclusões eram indiscutíveis, sendo a primeira que, após os acordos de Mombaça e do Alvor mais a formação do Governo de Transição com representantes dos três movimentos sem Chipenda, o seu grupo debatia-se numa profunda crise e que só podia continuar a agravar-se. A segunda estava nos grandes esforços de Mobutu e Holden Roberto para incorporá-lo na FNLA e, desta forma, «*assegurar o apoio das forças que lhe restavam no centro e no leste do país, ou seja, entre a grande tribo ovimbundo a que pertencia o próprio Chipenda*».

---

<sup>766</sup> ADMNE, F-226, Angola, 1975.

Perante esta situação, Chipenda não tinha grandes possibilidades de escolha. Embora, não soubessem algo mais concreto acerca das recentes conversações, em Brazavile, de Mobutu com Ngouabi nem, em Kinchassa, com Kaunda, era muito possível que tivesse discutido essa questão com eles.

Três dias depois, um diplomata zambiano confirmou-lhes que o tema principal do encontro de Kaunda e Mobutu foi dedicado aos movimentos de libertação de Angola. Desse «"tête-à-tête", em que esteve somente o tradutor pessoal do presidente zambiano e durou cinco horas»,<sup>767</sup> soube-se que a pedido de Mobutu, Kaunda recebeu, em visita separada, a Chipenda que lhe expôs «a sua opinião sobre a situação em Angola e suas relações com Neto». Procurando atenuar o desacordo existente entre ambos, salientou que «os litígios pessoais, naquele momento decisivo para Angola, dev[er]iam-se superar e que ele estava pronto para tal conversação com Neto». Pediu, ainda, a Kaunda que interviesse junto de Neto nesse sentido, pois ele continuava a ter «"as posições básicas do seu movimento, ou seja, o MPLA"». Supostamente, este contacto imposto a Kaunda, que não o podia evitar, apesar de «querer manter a posição de princípios de não ingerência nas relações dos movimentos de libertação angolanos». Escutou atentamente Chipenda e prometeu-lhe que faria os esforços necessários para se chegar a esse contacto entre ele e Neto.

De acordo com uma análise zambiana, a situação em Angola era só aparentemente calma. Apesar de, até esse momento, todos os subscritores do Acordo do Alvor tivessem respeitado as suas decisões, sem embargo, os três movimentos procuravam reforçar as suas posições e influência no interior de Angola. Realizavam-se os preparativos para a campanha eleitoral, em que, segundo o diplomata zambiano, o MPLA se sobressaiu, porque tinha a maior influência e representava, no verdadeiro sentido, um movimento popular, o que não era o caso com a FNLA e a UNITA. Por isso, estes dois movimentos iriam procurar uma solução na união, dirigindo-se, objectiva e politicamente, para isso. Contudo, a FNLA representava a força militar mais forte,<sup>768</sup> sendo a UNITA a mais fraca militarmente, dispoendo somente de 2500 combatentes, porém com influência algo mais forte nas províncias do sudeste angolano. Quanto ao MPLA, supostamente com as forças do Chipenda dispunha de 17 000 combaten-

---

<sup>767</sup> *Ibidem.*

<sup>768</sup> « [...], supostamente, dispunha de 23 000 soldados bem treinados e equipados, gozando um apoio sem reservas do Zaire e da China, e também de outros».

tes,<sup>769</sup> mas muito mais fracos em equipamento e armamento. No entanto, a sua principal força estava na influência e no apoio do povo.

Igualmente, para esse conselheiro da embaixada da Zâmbia, a luta pela influência política dos movimentos angolanos tinha começado praticamente, sendo confirmada por Neto e Savimbi com a sua presença física em Angola, ao passo que *«Holden decidiu ficar, em Kinchassa, até às eleições, quando esperava uma entrada "triumfal" em Luanda. A razão para isso estava, supostamente, no respeito do acordo com Portugal, porque, em Luanda, existiam tais forças que estariam preparadas para a sua "liquidação"»*. Havia outras razões para uma tal atitude de como *«poder atacar mais eficazmente a Neto por um activismo político exagerado em Angola»*, ou seja, desrespeito pelos acordos, o que já tinha aparecido na imprensa zairense. Depois, *«recebeu muito mal a recepção de Neto, em Luanda, quando saíram à rua 400 000 cidadãos que, na melhor maneira possível, manifestaram o apoio ao seu líder»*.

Apesar de estimar que a FNLA era o movimento que gozava do maior apoio, porém, *«para todos os observadores objectivos, o MPLA e Neto, caso não houvesse ingerências externas, ganhariam as eleições»*. Todavia, receavam o pior através de uma intervenção e ingerência do Zaire que poderia provocar a guerra civil, não excluindo a possibilidade de existir, conforme se dizia, um acordo entre Holden e Mobutu, no qual, foi prometido o enclave de Cabinda pelo que foi e seria feito para a FNLA. A situação era aliás mais complicada, tendo em conta a presença e o interesse do capital estrangeiro em Angola e em Cabinda. Daí, perante *«esta grande prova, era indispensável que a África, a sua OUA como e outras forças progressistas do mundo, sobretudo nos países não-alinhados, se empenhassem ao máximo para se evitar o mais trágico»*.

A respeito de Cabinda, a Zâmbia continuava a não ter uma posição oficial, embora fosse do conhecimento na embaixada zambiana de que a decisão já foi tomada, ou seja, que estimavam Cabinda parte integrante de Angola. Além disso, não tinham quaisquer relações com a FLEC, nem a reconheciam por ser *«uma sucursal de forças reaccionárias e de estranhas aspirações e interesses dos países vizinhos (Zaire e Congo)»*.

Outros três dias passaram (24/Fev.) e a embaixada jugoslava no Zaire informou Belgrado de que, *«em 21 de Fevereiro, pelo meio-dia, Chipenda declarou que coloca[va] as suas tropas "sob o alto-comando do Estado-Maior da FNLA", [continuando] os seus comandantes*

---

<sup>769</sup> Segundo a nota final do diplomata jugoslavo, subscritor deste telex, *«alguns dados do conselheiro zambiano fossem duvidosos (efectivos militares do MPLA), a informação era muito interessante»*.

*a chefiar as suas unidades»*, tendo a imprensa zairense ido mais longe e já escrevia *«acerca da "integração" da forças armadas do MPLA (Chipenda) nas forças do FNLA»*.

Apesar da alteração, com a anexação dessas unidades de Chipenda, pelo menos provisoriamente, da relação de forças entre os três movimentos angolanos a favor da FNLA, contudo, a longo prazo, era possível olhar, *«sob determinadas circunstâncias, que a FNLA continu[asse] a perder politicamente no interior de Angola, tanto por causa da natureza do papel sujo de Chipenda como também pelas claras maquinações e combinações da FNLA e do Zaire»*. Naturalmente, a FNLA faria tudo para aproveitar a adesão de Chipenda, *«sobretudo, no plano político, ou seja, para se instalar na tribo e na zona das suas unidades em Angola»*.

Nesse mesmo dia,<sup>770</sup> na capital zairense, o embaixador da Polónia visitou o seu colega jugoslavo para dar-lhe *«a conhecer as suas impressões de Angola, onde esteve por ocasião da formação do Governo de Transição»*. Realçou-lhe, sobretudo, o reforço da posição de Neto — *«em 4 de Fevereiro, em Luanda, uma massa inumerável de cidadãos esperou-o entusiasmada no aeroporto»* — e o pedido que lhe fez para transmitir aos embaixadores *«"de todos os países socialistas excepto a China e Roménia"»* um pedido de ajuda urgente do MPLA.<sup>771</sup> Um pedido que justificou com a falta de equipamentos, apesar de representarem *«uma enorme força política e social»*, e da FNLA receber ajuda financeira dos países ocidentais e armamento e equipamentos da China e Roménia.

Numa observação final, o diplomata jugoslavo julgou *«esta informação interessante porque mostrava os verdadeiros problemas do MPLA»*, assim como provava que *«a URSS e todos os países socialistas do Pacto de Varsóvia, excepto a Roménia, mudavam de atitude relativamente ao MPLA»*, ou seja, decidiram dar-lhe, parecia, definitivamente, um forte apoio e ajuda material. Referiu, a seguir, que *«o polaco nos transmitiu a citada mensagem de Neto, apesar " de saber que a delegação da Jugoslávia esteve em Angola" e teve, seguramente conversações com Neto»*. Acrescentou que o seu interlocutor lhe disse: *«Neto sublinhou que*

<sup>770</sup> Telex enviado para o SFNE só dias depois (1/Mar.), mas com referência à data desta visita. (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>771</sup> Com os seguintes pontos: 1.) ajuda material (automóveis, camiões, tendas, cozinhas de campanha e rádios), *«sem armas»*; 2.) *«que todos os países socialistas abrissem, em Luanda, missões económico-sociais (que podiam regularizar através do Governo de Transição), ou consulados (que iam através do governo em Lisboa)»*; 3.) *«que para dirigentes das missões ou consulados escolham personalidades que fossem ao mesmo tempo especialistas em determinadas disciplinas para eles importantes (finanças, planeamento, abastecimento e outras)»*; 4.) *«pediu embarcações ligeiras (de reconhecimento ou semelhantes, mas não compreendeu bem)»*.

*somente Cuba e Argélia dos países socialistas entregavam rapidamente a ajuda ao MPLA, o que, de certa maneira, era indicativo».*

Dias antes (19/Fev.), em Brazavile, vindo de Luanda, para conversações com dirigentes congolezes,<sup>772</sup> Agostinho Neto recebeu um dos diplomatas (Gavrilovitch) da embaixada jugoslava e, na sua análise da situação em Angola, fez também uma referência a Chipenda, com quem não pensava encontrar-se ou falar, e à sua *«utilização do nome do MPLA [para] provocar a confusão [entre] o povo»*. Uma situação *«com dificuldades, cheia de confusões e incertezas»* que foram provocadas pelo reforço das actividades das forças reaccionárias, sobretudo *«por parte dos colonos portugueses (cuja burguesia, além das existentes dificuldades económicas, cria dificuldades suplementares com a falta de produtos no mercado e etc.)»*. Por sua vez, a UNITA e a FNLA, que estavam ligadas entre si, *«aterrorizavam e amedrontavam a população, especialmente simpatizantes do MPLA e até exercendo pressões em certos membros do Governo de Transição, servindo-se igualmente de diversos meios propagandístico-informativos»*. No entanto, achou que tal situação, em grande medida, era resultante da inexistência dum ordenamento constitucional e da necessária legislação.

A respeito dos *«recentes incidentes,<sup>773</sup> o povo, até os empregados nas instituições, sob a influência do MPLA, reagiram com a formação de "comités de defesa" para enfrentar as acções das forças reaccionárias»*. As forças armadas da FNLA (nelas, encontravam-se soldados zairenses, que se reconheciam *«porque, nos contactos com o povo, não sabiam a língua»*), bem equipados com armas chinesas, faziam tudo para dispersar esses comités.

Afirmando, em seguida, que o MPLA, apesar de ter *«a maior influência política e a simpatia do povo, era o mais fraco sob o aspecto militar»*, Agostinho Neto sublinhou que tinham uma urgente tarefa por resolver no reforço militar, sobretudo no armamento, para conseguirem um rápido equilíbrio de forças com os outros movimentos. Acrescentou o apoio do Zaire (Mobutu) à FNLA e à fracção da FLEC em Kinchassa (semelhante ao apoio congolês à outra fracção da FLEC), bem como ajudava outras forças reaccionárias, entre as quais as do Chipenda. Relativamente ao *«movimento da "Revolta Activa" dos Andrades (que, em Angola, tinha ligações com a intelectualidade) não tinha qualquer cooperação»*.

---

<sup>772</sup> Tinha chegado no dia anterior e teve conversações com dirigentes do PCT (Lopes e Nzeom) e o presidente Ngouabi acerca da *«posição do Congo em relação a Angola e Cabinda»*, (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>773</sup> Referiu-se aos *«incidentes armados»* da madrugada do dia 14, em Luanda, *«entre elementos do MPLA e da facção dissidente Chipenda»* em que, segundo a imprensa portuguesa, *«teriam morrido 20 pessoas e muitas mais ficaram feridas»*.

Aguardavam a ajuda em armamento da ASPTJ, que ficou acordada nas conversações, em Belgrado, com a sua delegação no mês anterior. Porém, a maior dificuldade estaria no transporte por via aérea que seria o mais eficaz, porque, «*nesse momento, não sabia qual seria a atitude de Nguabi em relação a sua passagem pelo território congolês (porto)*». Não obstante, a posição do Congo relativa ao MPLA tivesse melhorado, existia nela «*uma contradição devido ao interesse manifestado (no II Congresso do PCT) pela separação de Cabinda de Angola*».

Numa nota final, o diplomata jugoslavo transmitiu ao SFNE que «*Neto pediu [para que fosse enviado], quanto antes, a Luanda um especialista em Direito Constitucional para os ajudar na elaboração dos regulamentos constitucionais, sem os quais a lei eleitoral não podia ser aprovada e que até às suas eleições restava pouco tempo*». Devido a estas e outras questões, comunicaria através dessa «*embaixada, ou seja, da representação do MPLA em Brazavile que será chefiada por José Eduardo [dos Santos]*».

Outro pedido foi enviado pela representação do MPLA, em Dar es Salam (28/Fev.), através da embaixada jugoslava, para a ASPTJ, solicitando o pagamento de «*dois bilhetes de avião de Dar-Lourenço Marques-Luanda [ para] duas filhas (14 e 11 anos) do Dr. Neto*».<sup>774</sup> Neste seu telex para o SFNE, o embaixador Kochin acrescentou: «*como se sabe a família do Dr. Neto já se encontra em Angola excepto estas duas filhas que ele não pôde levar consigo, por causa da situação arriscada em redor da sua segurança pessoal, quando partiu para Angola*». Igualmente, justificou este pedido, propondo que fossem concedidos «*seguramente [esses] meios, porque Neto, quando se trata[va] dos seus problemas pessoais, só podia realmente recorrer a nós*», mencionando, com um «*pedimos uma resposta urgente*», que os bilhetes podiam ser enviados para a embaixada através das companhias aéreas ou autorizá-la a comprá-los directamente.<sup>775</sup>

Num seguinte telex (3/Mar.), intitulado «*Algumas informações acerca de Angola*», o embaixador jugoslavo relatou alguns encontros que tivera recentemente, sem citar datas, sendo o primeiro «*com a esposa do Dr. Neto que, nesses dias, tinha regressado de Angola*». Disse-lhe que a situação ali «*era bastante inquietante, que o MPLA estava numa situação difícil e*

<sup>774</sup> Este pedido tem ainda os seus nomes («*Irene [...] e Leda de Silva Neto*»), data da partida («*meados de Março*») e custo total («*cerca de 600 dólares*»). (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>775</sup> A resposta do SNFE (5/Mar.) informou de que a aquisição dos «*dois bilhetes para os filhos do Dr. Neto*» já tinha sido efectuada e solicitou a confirmação de que «*tudo estava certo*».

*confirmava-se a grande popularidade do MPLA entre as massas». Tinha todos contra si, desde «os colonos, UNITA, FNLA, Chipenda, Zaire, [aos] EUA com o apoio discreto da China e um estranho comportamento da URSS».*

A UNITA e a FNLA sabotavam abertamente a actuação construtiva do Governo de Transição e dispunham de grande quantidade de dinheiro e de unidades militares bem armadas e treinadas. Com o terror tentavam criar *«um estado de medo e amedrontar as massas para que nas eleições vot[ass]em por eles, assim como efectuavam uma ampla campanha contra o MPLA e Neto, que era comunista e pago pelos russos, que queria instaurar o comunismo e proibir a liberdade religiosa. Efectuavam massacres e crimes e tentavam [apresentá-los] como actos do MPLA».*

Em resumo: procuravam instaurar uma psicose de medo; desacreditar o MPLA e impossibilitar as eleições livres. Já várias vezes, Neto teve conflitos abertos com eles por causa da questão dos comités populares — órgãos do Poder Popular que brotaram espontaneamente — que a UNITA e FNLA queriam à força dispersar porque tinham medo deles e pela questão da posição relativa aos grevistas, que a FNLA tentou dispersá-los com tropas.

Depois, segundo estas notas de Kochin, a sua interlocutora disse-lhe que *«o MPLA tinha grandes dificuldades porque não tinha forças armadas»* e a essa pressão e terror só podia opor-se através de acções políticas. Não obstante, desenvolveu uma vasta actividade política *«e caso houver eleições livres contava com uma segura e convincente maioria».* Voltando ao perigo que representava as forças armadas da FNLA, UNITA e de Chipenda, afirmou que, nessa altura, o MPLA não lhes podia fazer frente.<sup>776</sup> Aliás, havia poucas possibilidades que, no curto espaço de tempo até às eleições — possivelmente, já em Setembro ou Outubro—, pudessem aumentar muito mais os seus efectivos militares. Caso tivesse armas, podia reparti-las pelo povo, sobretudo pelos comités populares, mas armas não tinham. Enquanto, *«a FNLA e UNITA as recebiam da China, Zaire e América, contudo, a URSS comporta[va]-se estranhamente e ainda não enviou as armas prometidas».*

Igualmente, nem tinham recursos monetários, assim como a ajuda de todos os seus amigos se atrasava. *«Somente, eram algo ajudados pelos portugueses do MFA. [Quanto à] força do MPLA estava no povo e num grande número de activistas devotados».* Por isso, necessitavam duma pronta ajuda (política, monetária e militar) dos países amigos para poderem lutar *«contra as forças reaccionárias e utilizar o enorme capital político que têm no*

<sup>776</sup> Porém, não mencionou os primeiros combates, em Luanda, entre as forças do MPLA e de Chipenda que ocorreram em 14 de Fevereiro.



povo». Caso essa ajuda não chegasse em um ou dois meses, então não lhes seria mais necessária, porque o tempo era curto e, após as eleições, nada mais se poderia corrigir.

Nos meses próximos, esforçar-se-iam por ganhar para as suas fileiras parte dos quadros da FNLA, do Chipenda e da UNITA. Caso, nas eleições em Portugal, «*vencerem as forças de esquerda e se reforçar o MFA, talvez, o MPLA recebesse directamente a sua ajuda. Todavia, contavam também com a possibilidade que percam e ganhem as forças conservadoras e imperialistas*». Nesse caso, o MPLA iria para «*a clandestinidade e continuaria a luta armada, até mesmo ao custo duma guerra civil*».

Realçou, no fim da conversação, que foi bom que Neto tivesse regressado definitivamente a Angola, porque «*isso possibilitou-lhe conhecer melhor a situação no país, de dirigir directamente o MPLA [...] e de se ligar mais com o povo*». Apesar dos perigos para a sua segurança pessoal, já tinha começado «*uma campanha política através do país*».

Outro interlocutor seu, regressado recentemente de Angola, foi o embaixador cubano que lhe confirmou os factos atrás citados e lhe disse que «*o MPLA e Neto eram muito populares, mas militarmente fracos e sujeitos a um forte contra-ataque das forças reaccionárias*». Além disso, o Zaire e a FNLA jogavam com o regresso dos refugiados, querendo «*fazer entrar em Angola cerca de um milhão e meio desses chamados refugiados, residentes no Zaire, que votariam na FNLA*». De acordo com as estimativas da ONU, porém, esses refugiados podiam ascender ao máximo a meio milhão. «*Também, o cubano estimou que seja qual for a ajuda, só poderá ser útil para o MPLA caso fosse dada imediatamente, [pois,] após Maio, seria tarde*».

A respeito dos tanzanianos, não havia novos comentários acerca de Angola e do MPLA. Do mesmo modo, Nyerere e alguns funcionários do MNE eram favoráveis ao MPLA e a Neto, possibilitando-lhes que, em Dar es Salam, imprimissem documentos e propaganda, tivessem uma emissão na Rádio Tanzânia para Angola e deram-lhes uma certa ajuda monetária. Porém, o ministro dos Negócios Estrangeiros, John Malecela, «*continuava a pensar que Neto foi intransigente, que sobretudo foi sua culpa a de não se reconciliar com Chipenda e [a sua] adesão à FNLA<sup>777</sup> foi uma consequência da atitude inflexível do Dr. Neto*». Igualmente, o secretário executivo do Comité de Libertação da OUA, o tanzaniano Mbita, era abertamente contra o MPLA. Contudo, a Tanzânia era, nessa altura, quase o único país africano que politicamente apoiava sem reservas o MPLA e concedia uma determinada ajuda material. No

---

<sup>777</sup> No documento encontra-se, por erro, «à UNITA».

entanto, era «*uma grande questão se estaria disposta por causa do MPLA e Angola a ter um conflito com o Zaire ou mesmo a condenar publicamente qualquer conspiração contra o MPLA, ou seja, o desenvolvimento independente de Angola*». Na imprensa, nos últimos tempos, foram publicadas declarações e condenações do MPLA, mas sem comentários. «*Condenaram firmemente Chipenda como um traidor tipo Tchombe*».

Em relação ao comportamento da Zâmbia, continuava a ser incerto, porque o seu governo não era muito favorável a Neto, estando interessado, isso sim, que chegasse a paz quanto antes a Angola, que se tornasse independente e deixasse de ser um problema. Interessava-se ainda menos por saber quais seriam as forças que chegariam ao poder. Sobretudo, acrescentou Kochin, «*não queria quaisquer novas complicações em Angola. Provavelmente, porque não estava disposto a nenhum apoio de princípios ao MPLA e aceitaria a exclusão do MPLA do governo independente, tanto mais que os dirigentes zambianos não simpatizam com o Dr. Neto desde da sua intervenção*», meses antes, para a unificação do MPLA. Em meados de Março, previa-se um encontro de Mobutu, Nyerere e Kaunda no Zaire. Apesar de não haver qualquer ordem do dia, seguramente, Angola seria uma das questões principais.

No CL da OUA, confirmavam-se as informações sobre o estado crítico em Angola e o antagonismo cada vez mais visível entre o MPLA e a FNLA. «*Consideravam o comportamento dos países africanos como extremamente inconstante, pelo que não se podia acreditar na sinceridade de qualquer país que fosse*». Unicamente, Mobutu apoiava e forçava a FNLA. Todos os outros tinham táticas e manobravam, e até, ultimamente, «*também os representantes do Congo Brazavile começaram a apoiar a tese da secessão de Cabinda*».

Referindo-se ao seu encontro com o embaixador da URSS, Kochin informou o SFNE de que este «*pouco lhe disse acerca de quando e qual ajuda soviética será enviada para o MPLA*». Repetiu que o estimavam por ser o movimento mais progressista de Angola e tinha sido tomada a decisão de continuar o apoio e ajuda. A respeito da atitude da URSS, o embaixador jugoslavo recordou anteriores informações de que «*os americanos tencionavam colocar a questão de Angola na ordem do dia nas conversações entre Brejnhev e Ford em Vladivostok*»,<sup>778</sup> mas que, depois disso, desistiram porque acharam que «*a URSS mostrava pouco interesse por Angola e que, provavelmente, a considerava como zona de interesse primário do Ocidente*».

---

<sup>778</sup> Esta Cimeira realizou-se em 23 e 24 de Novembro desse ano.

Numa nota final, acrescentou: «*propomos que a nossa ajuda ao MPLA se realize o mais rapidamente possível*». <sup>779</sup>

### III.2— *De Março a Maio: as primeiras rupturas decisivas*

Nessa primeira dezena de dias de Março, as notícias publicadas na imprensa — prevendo um golpe de Estado à agitação política e social <sup>780</sup> — indicaram que mais uma ruptura, dessa vez militar, iria ocorrer. A julgar pelas informações desses dias, que foram enviadas para Belgrado, mas que não foram encontradas na documentação consultada, essa falta foi atenuada pela presença de notícias acerca de Portugal e suas colónias (Angola, principalmente) nos meios de Comunicação Social jugoslava.

Quanto à tentativa do golpe militar, chefiado por Spínola, na documentação do SFNE, fora o seu relato pelos interlocutores do embaixador Stořakovitch, foi ainda tema de comentários e previsões deste secretariado federal, tendo merecido uma atenção especial do presidente Tito durante a sua visita oficial à Polónia (11-13/Mar.). <sup>781</sup>

De mais a mais, a campanha e os resultados das eleições, um ano após o 25 de Abril, mostraram melhor a uma diplomacia como a jugoslava — boa conhecedora do acordado, em Ialta e Potsdam, pela experiência adquirida no primeiro decénio do pós-guerra e pelo vigente na Europa de então — a justeza da sua posição a respeito dos limites das possíveis mudanças políticas em Portugal e às possibilidades dos seus interesses político-económicos nesse país.

No Primeiro de Maio, houve mais uma confirmação da confrontação aberta e crescente entre o PS e o PCP que, em seguida, o caso do jornal *República* aprofundou não só essa divisão partidária, mas também a existente no seio do MFA.

Nesse trimestre de 1975, Angola mereceu outras atenções (políticas e militares) por parte do governo jugoslavo devido à guerra civil ter ali começado e os seus carregamentos de armamento terem aumentado para o MPLA.

<sup>779</sup> Porém, essa ajuda continuava a não ser assim tão rápida. Num telex cifrado do SFNE (5/Mar.), a União dos Sindicatos da Jugoslávia pediu uma informação acerca de um «*tractor destinado à UNTA [União Nacional dos Trabalhadores Angolanos], enviado pelo barco "Piero Foskari", 16/11/1974, de Trieste para Dar. Pedimos que informem acerca chegada*».

<sup>780</sup> Vd. nota n.º 699 (p. 347).

<sup>781</sup> Alguns telexes da embaixada de Lisboa foram reenviados pelo SFNE para a embaixada de Varsóvia, seguindo as instruções de Miloche Minitch que acompanhava Tito nessa visita. No seu telex (11/Mar.), disse: «*comunique urgentemente todas informações de que tenham acerca acontecimentos em Portugal. O embaixador Stořakovitch já deu notícias? O que informa Dizdarevitch de Paris? O que recebem da Zâmbia, Tanzânia, Zaire, Congo e Argélia?*». ADMNE, F-113, Portugal (1975).

### III.2-1— O 11 de Março

Além dos citados telexes enviados,<sup>782</sup> nesse dia, para o SFNE, a embaixada jugoslava recolheu, durante esse mês, informações de diversas fontes sobre essa tentativa de golpe de Estado, bem como procurou possíveis explicações para esse primeiro enfrentamento armado entre militares do MFA. Outro acontecimento político que mereceu a sua atenção foi, duas semanas depois, a formação e posse do IV Governo Provisório, presidido por Vasco Gonçalves e constituído por membros do MFA, do PS, PPD, PCP, MDP, ex-MES e independentes.

#### O regresso da delegação do MFA

Uma dessas notícias foi «*o regresso da Jugoslávia do grupo de oficiais do MFA, chefiados por Pinto Soares, que foi retido em Madrid, pois não lhes foi permitida a aterragem em Lisboa*». Sendo esta a primeira notícia acerca da sua estadia, a imprensa matutina lisboeta publicou, no dia seguinte, a sua curta declaração aos jornais espanhóis, em que afirmou: «*o MFA, governo e o povo português ainda mais uma vez se opuseram energicamente a uma nova tentativa contra o movimento do 25 de Abril, e que, caso neste acontecimento esteja envolvido também algum partido político, este deve ser excluído da cena política*».<sup>783</sup>

#### Uma primeira opinião

Uma opinião mais pormenorizada sobre os acontecimentos ocorridos nesses dias foi dada (14/Mar.) ao embaixador Stoíakovitch por Jorge Campinos<sup>784</sup> que lhe relatou, «*para nossa informação, que a tentativa de golpe de Estado talvez tenha sido forçada artificialmente. Embora não abertamente, mas na exposição posterior foi visível que suspeitavam (ou [então] lança[va]m essa tese) que as forças radicais no PC e no MFA encenaram intencionalmente uma tentativa de golpe de Estado de forma a criar uma situação para medidas radicais*».

Achando a situação bastante tensa, efectuavam-se, por isso, «*intensas conversações nos círculos militares sobre a necessidade de moderação*» e assegurou-lhe que «*os EUA não [iam] "engolir" a continuação da radicalização da evolução interna, o que significa[va] igualmente que as relações internacionais se pod[ia]m complicar em redor de Portugal. Disse-me que já alguns países ocidentais fizeram saber claramente à URSS de que igualmente a*

<sup>782</sup> Vd. p. 368.

<sup>783</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975).

<sup>784</sup> Nessa altura, «*secretário de Estado no MNE (que de facto dirige o MNE, porque o ministro Soares está empenhado completamente no partido. Aliás, Campinos é membro da direcção do PS)*». ADMNE, F-113, Portugal (1975).

*evolução da CSCE depend[ia] do seguinte desenvolvimento em Portugal. Ontem, ele próprio (na qualidade de representante do PS) conversou por telefone com Brandt para que se empenh[asse] e influenci[asse] ao máximo a direcção mundial e esta na direcção do PCP para se abster de futuros aventureirismos». Acrescentou que nem eles no PS estavam dispostos a «transformar Portugal num peão do jogo das duas grandes potências, mas caso o PCP continuar a radicalização que, inevitavelmente, [se chegaria] até sérias consequências internas e com importantes repercussões internacionais, tanto na Europa, como fora dela».*

Entre essas consequências, consoante Stořakovitch, Jorge Campinos referiu que «necessariamente, isso repercutir-se-[ia] negativamente também na situação em Moçambique e Angola», salientando ainda, várias vezes, «a necessidade da direcção da URSS, ou seja, o PCUS de influenciar o PCP a abster-se de acções radicais. (Embora isso não pediu, mas por causa da constante repetição, como que queria se dirigir igualmente a nós para que isto fosse dado a conhecer à direcção do PCUS».

Disse, em seguida, que teve lugar, na noite anterior, «uma primeira reunião entre as direcções do PCP e do PS para tentarem encontrar uma plataforma comum, [em que] ele não participou, mas Soares participou. Depois das primeiras conversações, não est[avam] optimistas, ou seja, muito animados».

Agradecendo as informações, o embaixador jugoslavo comentou-as resumidamente, realçando o seu «interesse primário pelas possíveis consequências internacionais e pessoalmente exprimi[u] a esperança que eles (PS) e PCP investir[iam] a máxima paciência e esforços para encontrarem uma plataforma comum de forma a evitar-se o agravamento da situação interna e assim também as negativas consequências internacionais».

No fim da reunião, Campinos assegurou que «os representantes do PS não far[iam] parte do governo, caso nele não ficarem alguns oficiais (não os nomeou, mas claramente se referia aqueles que considera[va]m moderados) e caso não receb[esse]m fortes garantias de que o PCP demonstrar[ia] compreensão e um curso mais moderado e realista». Tinham esperança no papel do presidente da República, Costa Gomes, que, nessa altura, «investia esforços em influenciar à contenção da radicalização da evolução interna».

Numa observação final, Stořakovitch mencionou que o seu interlocutor «falou mais como representante do PS», exprimindo, abertamente, «inquietação por causa da radicalização atrás da qual, segundo ele, se encontra[va] o PCP. Explicitamente, apostrofou várias vezes a responsabilidade e a necessidade da direcção da URSS influenciar o comportamento do PCP, porque caso o actual curso continuar as complicações internas ser[iam] inevitáveis.

*Igualmente, da sua exposição ficou claro que o PS procura[va] empenhar o Ocidente a que, através da URSS, [fizesse] pressão no comportamento do PCP».*<sup>785</sup>

### **Uma segunda opinião**

Noutro telex da embaixada em Lisboa, recebido no SFNE no dia seguinte (15/Mar.), Aurélio Santos (membro do CC PCP e chefe da sua Secção Internacional) informou e analisou os principais acontecimentos e consequências do golpe militar. Afirmou que o MFA e as forças de esquerda alcançaram até então a sua maior vitória e deram um grande golpe às forças de direita, que foram confirmados *«somente algumas horas após a tentativa do golpe, quando amplas massas juntamente com as forças progressistas organizadas, ergueram-se em defesa das conquistas do desenvolvimento democrático»*. Assim, já pelo meio-dia de 11 de Março, o PCP mobilizou os seus membros e conduziu uma rápida acção política no interior do país para impedir o golpe da direita, tendo sido preparados grupos armados e barricadas para caso o golpe assumisse grandes dimensões. Além disso, destas medidas, tomadas em todo o país, surgiram mecanismos defensivos que ainda não tinham sido removidos. O apoio da população ajudou-os também a reforçar a sua convicção até que ponto o povo português estava consciente do que recebeu com o 25 de Abril e que, obrigatoriamente, deveria guardar. De acordo com este documento do SFNE, intitulado *«Acontecimentos em Portugal»*,<sup>786</sup> isso foi para eles *«um claro indicador para a futura acção política, ou seja, que se abriu também o caminho para acções maiores e decisivas»*.

Outro elemento positivo foi que, das fileiras das Forças Armadas, foram afastados os principais chefes da tentativa do golpe e muitos outros membros de orientação direita, que (pelo menos um certo número) gozava de prestígio e tinha influência. Concluindo, estimou que isso *«foi possível porque no exército havia uma consciência política muito forte»*, enquanto aos organizadores do golpe militar *«foi muito difícil encontrarem gente pronta para lutar com armas e matar. Até aqueles que se lhes juntaram, na verdade, foram enganados»*.

A seguir à tentativa falhada, foi criada *«uma atmosfera favorável para caminhar em frente muito mais depressa: aprovação de medidas mais enérgicas»* já efectuada e outras muito em breve. Do mesmo modo, por seu lado, o PCP exigia *«tais medidas e um severo ajuste de contas com todas as forças contra-revolucionárias e direitaistas»*.

<sup>785</sup> Devido às suas informações acerca da situação política portuguesa, este documento foi distribuído por 17 altas personalidades estatais e partidárias (Tito, Búieditch, Minitch, general Lhubitchitch, Dolants, Viditch, Grlitchkov e outros) e 6 direcções-gerais do SFNE.

<sup>786</sup> Estando baseado nas informações recebidas da embaixada de Lisboa, este texto (5 páginas) foi lido e rubricado, sem comentários, pelo presidente Tito poucos dias depois (18/Mar.). (AJ, 837, I-3-a Portugal).

A evolução da situação político-militar, após a derrota dessa tentativa, permitia executar essas medidas em relação «*a grupos e partidos de direita, assim como a pequenos grupos [...] que sob a bandeira progressista eram, na realidade, profundamente contra-revolucionários*». Não se excluía até a possibilidade de alguns partidos (CDS e PDC) fossem proibidos e que, possivelmente, sob estas medidas encontrar-se-ia ainda o maoista MRPP e, talvez, outros mais.

Alguns outros partidos deveriam, «*depois de muito "zigzaguar" e esquivar a decidirem-se esclarecer claramente as opiniões totalmente e, na prática, actuarem de acordo com as suas tomadas de posição públicas*» (alusão ao PPD que estava na coligação e, em parte, ao PS de Soares — «*provou-se quanto era perigosa a política do PS que ia, de facto, para a divisão das forças democráticas*». Eles procurariam, por seu lado, encontrar com o PS (proposta de Cunhal<sup>787</sup>) um programa comum de acção. Todavia, para o diplomata jugoslavo, «*deixou a impressão de que disso não esperavam muito, tanto mais que igualmente o PS se encontrava entre aqueles que se deveriam definir mais claramente*».

Ao afirmar que «*ainda não eliminaram a possibilidade da direita continuar a tentar impedir o desenvolvimento democrático do país*», mencionou, entre os seus possíveis iniciadores, os grupos pseudo-revolucionários,<sup>788</sup> e referiu-se às intervenções externas.<sup>789</sup>

Aprovavam e julgavam necessárias medidas urgentes (ao lado daquelas já tomadas) para que, além dos militares, também das fileiras dos "civis" fossem afastados e castigados todos aqueles que participaram ou apoiaram a tentativa do golpe (citou a «*prisão de alguns dos membros mais eminentes da burguesia financeira*»).

Acharam que a série de acções no país, que precederam a tentativa falhada do golpe (criação da impressão de insegurança, caos, guerra civil, ditadura militar, etc.), «*tiveram como objectivo o de criar uma adequada "moldura" política para a execução e aceitação do golpe. Isto, entre o resto, entendia-se como parte da estratégia geral direitista para impedir as eleições. A direita estimava que as forças progressistas se reforçaram e que, nas eleições, podiam ser derrotadas através da via democrática*».

<sup>787</sup> Possivelmente, referia-se ao convite público que dirigiu (10/Mar.) ao PS para um encontro a alto nível e à reunião (13/Mar.), mencionada por Jorge Campinos.

<sup>788</sup> «*[...] que com as suas acções podiam contribuir para a criação de situações desfavoráveis, aos quais se juntariam algumas outras forças*».

<sup>789</sup> «*Nessa altura, excluía qualquer tentativa directa de intervenções externas, embora lhes fosse claro que, no Ocidente, haveria ataques e esforços (na imprensa) de apresentar a evolução em Portugal como perigosa. Era um facto que os EUA, RFA e Espanha já se dissociaram de qualquer ingerência nos acontecimentos, talvez, um sinal que a nova situação foi aceite*».

Num oitavo e último ponto deste seu telex, o diplomata jugoslavo anotou que Aurélio Santos lhe disse: *«esperavam (e pediam) que se efectuassem outras prisões e se condenassem todos aqueles que desobedeceram à democracia. Após o 28 de Setembro, foram demasiado humanos, demasiado clementes. Naquele momento, estava criada uma atmosfera para ajustarem contas de forma decisiva e radical com todos os sabotadores da revolução em Portugal — fosse no campo político, económico ou em outras esferas da vida. Contudo, insistiram que, em tudo, se salvaguarde a democraticidade e a legalidade democrática — mesmo que, todos aqueles que se encontrem, sob o golpe das represálias, sejam da direita ou da esquerda»*.

### **Mais outra opinião**

Outra opinião acerca do 11 de Março, enviada quatro dias depois para Belgrado, foi a do *«ministro da Informação, Correia, representante do MFA no Governo (coronel) »*.<sup>790</sup> Assim, *«o golpe foi preparado tanto no exército como também "no terreno"»*, devendo ocorrer com a acção simultânea e sincronizada da revolta de determinadas unidades. Ao mesmo tempo, uma greve geral deveria paralisar completamente o país e, especialmente, as comunicações e, dessa maneira ou directamente, derrubar o regime ou dar um pretexto para uma intervenção externa. Pressentindo que algo se preparava e quando encontraram o rasto dos golpistas nas forças armadas, os organizadores do golpe de Estado apressaram a acção, *«"mas para nossa felicidade, os soldados e sargentos não obedeceram às ordens dos chefes do golpe"»*.<sup>791</sup>

As consequências foram uma orientação de medidas mais radicais contra as forças conservadoras. Assim, além da prisão dos oficiais envolvidos no golpe, foram presos membros de algumas das famílias mais ricas.<sup>792</sup> Houve, igualmente, uma decisão importante: a formação do Conselho da Revolução.

Não obstante, estivessem convencidos que nesta tentativa participaram serviços secretos estrangeiros, porém, por falta de dados concretos tiveram de conter-se em denunciar essas

---

<sup>790</sup> Tratava-se do comandante Correia Jesuíno, portanto oficial da marinha, sendo este tipo de erro devido a uma falta de revisão dos textos e, seguramente, ao desconhecimento do português por parte dos seus subscritores (Stoíakovitch ou Spasitch) que os impedia de ler um jornal em português como foi até reconhecido por um deles (AJ, 837, I-3-a, Portugal).

<sup>791</sup> Acrescentou ainda que *«"não quiseram disparar sobre irmãos de armas, porque se tivesse começado o tiroteio em todas as unidades, que os golpistas tencionavam utilizar, teria sido de longe mais difícil apaziguar as coisas e retomar o controlo sobre a situação. Todavia, também estavam preparados para distribuir armas pelo povo, mas felizmente isso não foi necessário"»*.

<sup>792</sup> Segundo Correia Jesuíno, *«"porque tiveram provas que repartiram milhões de escudos para o financiamento de actividades provocatórias de certos grupos e partidos políticos. Além doutras medidas, proibirão a actividade de certos grupos e partidos, tanto da extrema-esquerda bem como da extrema-direita"»*.



ingerências. Contudo, acrescentou: «*mesmo que também dispuséssemos de alguns dados, conter-nos-íamos para evitar futuras complicações à posição internacional do país*". Por isso, não esperavam consequências mais graves no plano internacional, excepto publicidade negativa, embora procurassem influenciar nesse aspecto».

O ministro Correia Jesuíno disse, por fim, que seria bom que tivessem «*o apoio dos países não-alinhados no sentido de se pronunciarem contra a ingerência estrangeira*».

### **Uma visita**

Uma semana após o seu regresso de Belgrado (18/Mar.), «*visitou a embaixada o major Mendes,<sup>793</sup> membro do grupo do MFA, que como convidado do EPJ [Exército Popular da Jugoslávia] esteve na Jugoslávia*». Recebido por Stoíakovitch a quem «*expressiu agradecimento e satisfação pela recepção e as importantes conversações que tiveram em Belgrado. Desculpou-se por não terem aparecido antes, mas no regresso encontraram uma situação excepcional no país (estiveram algumas horas bloqueados no aeroporto de Madrid, onde se encontravam no momento da tentativa do golpe de Estado, chegaram a Lisboa nessa noite de 11 de Março)*».

Em seguida, referiu-se ao relatório da visita à Jugoslávia e que «*nele, entre outras coisas, apresentaram propostas para futura cooperação e contactos com o EPJ e o SFAI (Secretariado Federal dos Assuntos Internos)*». Apesar de pertencer ao serviço militar, «*ele próprio foi enviado para o serviço de segurança que depende do poder civil – MAI (Ministério dos Administração Interna)*», pelo que iria propor igualmente o estabelecimento de contactos entre o seu MAI e o SFAI.

Acrescentou, além disso, que sentiam «*a falta de coordenação nos serviços empenhados no plano da segurança. Por isso, já procederam e proced[ia]m a importantes passos para tomar entre as suas mãos o total controlo sobre todos estes serviços. Espera[va]m conseguir isso num prazo muito curto*». Quanto puderam notar, segundo este telex do embaixador jugoslavo, «*o nosso sistema de organização pod[ia]-lhes servir como estímulo para a busca das suas próprias soluções. Mendes disse também que est[avam] interessados pela nossa experiência da autogestão*».

Quanto aos acontecimentos de 11 de Março, pessoalmente, considerava que depois do ocorrido, «*em grande medida, a situação "reclarificou-se", e que [então] as condições eram muito mais favoráveis para um seguinte desenvolvimento progressista, o que, igualmente, na*

---

<sup>793</sup> Refere-se ao citado major de infantaria, José Alberto Reynolds Mendes (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

*totalidade permitirá um volume e um grau de ligações com o Terceiro Mundo, pelo que a Jugoslávia é importante para eles».*

No fim desta visita, o major José Mendes aceitou «*com satisfação o convite para todo o grupo que esteve em Belgrado, possivelmente já essa semana*»<sup>794</sup> fosse convidado do embaixador para um jantar.

### **Uma «longa conversação»**

Nesse mesmo dia (18/Mar.), tendo como interlocutor, «*o Dr. Cunhal, secretário-geral do PCP e ministro sem pasta no governo*», o embaixador Stoíakovitch enviou para o SFNE as suas respostas às perguntas que lhe fez sobre a situação política após o 11 de Março.

Comentando os acontecimentos da tentativa de golpe de Estado, a sua primeira resposta foi «*hoje, somos mais fortes do que em 10 de Março*», mas não deixou de acrescentar que «*na preparação do golpe estiveram empenhadas muitas forças*» e, apesar de a tentativa ter falhado, as forças que o prepararam não foram liquidadas. Embora, nesse momento, fossem mais fortes, o perigo continuava a existir. «*Abertamente, revelou que na preparação do golpe estiveram igualmente os dois partidos da coligação (PS e PPD). Ilustrando a acusação da participação do PS, textualmente, disse que "no Congresso do PS, em Dezembro, no qual, esteve presente também uma vossa delegação, foram convidados bastantes oficiais, mas muitos deles, hoje, ou estavam em fuga ou na cadeia"*». Apesar disso, acrescentou, «*o PC queria manter o PS no Governo*», mas, este colocava diversas condições, exigindo, por exemplo, «*que no governo não entrasse o MDP,<sup>795</sup> [...], como também que o PPD deveria ficar no governo*». Segundo o embaixador jugoslavo, a seguir «*Cunhal disse-lhe que o MDP tinha que entrar no Governo e era contra a permanência do PDD. Caso o PS continuasse a insistir, o Governo poderia ser formado só por oficiais*», mas consciente de tal evolução, seguramente, o PS não permitiria esse isolamento.

Quanto às conversações PCP-PS pouco progrediam, havendo a desconfiança e diferenças profundas nas suas concepções.

Falando sobre as implicações do 11 de Março na política externa, Álvaro Cunhal voltou a dizer que «*o golpe de Estado foi preparado com a colaboração de círculos nacionais e estrangeiros (americanos)*». Porém, sem reservas, afirmou: «*"nós (PC) fizemos um documento que foi publicado acerca da posição inalterável da política externa de Portugal depois do*

<sup>794</sup> Sendo possível esse jantar nessa semana, pois esta visita ocorreu numa terça-feira, todavia, a sua confirmação (e um seu possível relato) não foi encontrado no ADMNE.

<sup>795</sup> Seguido do comentário de Stoíakovitch de que era «*de facto uma filial do PC*».

*11 de Março — respeito pelos acordos e obrigações internacionais". Por enquanto, não considerava que se mudava a posição internacional de Portugal. "Nós não queremos avançar com a questão da nossa filiação na OTAN, nem das bases americanas nos Açores. Por agora, os EUA não têm pretexto para o desembarque dos seus marinheiros<sup>796</sup> em Portugal"».*

Em relação à imprensa ocidental e às suas desordens e agitações em Portugal, o que não correspondia à realidade, disse «*que o objectivo deles era de criar um pretexto para uma eventual intervenção. "Faremos o máximo esforço para que não tenham tal pretexto". Nós como comunistas asseguramos aos capitalistas ocidentais que venham e invistam, desde de que, talvez, tenham um pouco menos de lucro do que antes. Pressionamos o nosso MNE e o ministro pessoalmente para que, ainda mais, se empenhem para conseguir, entre os países ocidentais, ajuda e cooperação económica com Portugal. Conscientes da posição geoestratégica, pensamos que conduzimos uma política suficientemente flexível que permite que, sem dar pretextos para intervenções externas, o progresso avance. Repetiu aquilo que antes disse de que se tratava de uma revolução democrática, mas, nesse momento, com uma clara tendência para se transformar em socialista, sobretudo agora, após o 11 de Março*».

Avaliavam, continuou Cunhal, que a evolução da situação iria «*aos ziguezagues, um pouco em frente, outro para trás, depois um impasse e, novamente, um passo em frente*». Salientou que «*não eram irrealistas na orientação das acções, que não eram aventureiros, mas sim que, igualmente, tinham em conta e mostravam a necessária medida de flexibilidade*».

Em seguida, disse que o PCP procurava estabelecer boas relações com o MES e a FSP, «*que antes surgiram da separação do PS soarista*», em particular, com o MES «*porque "tinha bastantes oficiais que simpatizavam com a orientação de esquerda deste partido"*».

Tendo ouvido de Stoíakovitch a mais recente proposta da LCJ acerca das relações com o PCP, «*Cunhal exprimiu a sua satisfação porque mais uma vez nós explicitávamos as nossas relações, ou seja, quanto às declarações dadas por Soares na reunião do Governo. Todavia, os representantes do PS continuavam a afirmar, publicamente, como existia proximidade ou semelhança das suas posições com as da LCJ, assim como também de alguns outros partidos comunistas (de Itália, Espanha e Roménia)*».

Conforme este relato do embaixador jugoslavo, disse-lhe ainda que «*não tinham nada contra os contactos dos partidos irmãos com o PS, mas considerariam normal que fossem informados dessas relações*». Repetiu o seu desejo por «*uma cooperação diversificada com a*

---

<sup>796</sup> Possivelmente, terá dito «*marines*». Neste documento, não mencionou o idioma utilizado nessa conversação como tinha feito no relato da sua primeira visita a Álvaro Cunhal.

*LCJ, [concordando] connosco de que não podíamos impedir os representantes de diferentes partidos de se expressarem positivamente, nas suas declarações ou artigos, acerca deste ou daquele aspecto da nossa política».*

Na sua resposta, Stoíakovitch referiu que acerca da cooperação com a LCJ tinha sido informado de que *«o PCP não poderia corresponder ao convite do CC LCJ para mandar um seu representante à "Mesa Redonda", o que seria igualmente uma ocasião para contactos directos»*.<sup>797</sup> Ao que Cunhal lhe respondeu *«que não estava "informado" acerca da resposta negativa e escreveu a data da sua realização e que ia ver, acrescentando que concordava absolutamente que seria uma ocasião para contactos directos»*. A seguir estimou que eram *«de resto bastante inactivos no plano internacional»* e que até tiveram dificuldades para participar nos congressos dos partidos comunistas húngaro e italiano. Acrescentando ao seu desejo por um aumento da cooperação com a LCJ, disse-lhe que, logo após as eleições, *«uma delegação visitaria a LCJ e, igualmente, receberia, de bom grado, uma delegação da LCJ em Portugal»*.

De modo igual, segundo Cunhal, as relações estatais com a Jugoslávia eram muito importantes para o PCP e, tendo em conta o aumento das dificuldades económicas e do défice da balança de pagamentos, era necessário o alargamento das relações económicas com o maior número de países. Neste contexto, o seu interlocutor informou-o *«como se chegou ao adiamento da chegada de uma delegação económica que estava prestes a chegar, mas que à última hora, o MNE lhes comunicou essa mudança»*. Respondeu-lhe que, *«por ocasião da reconstrução governamental, o sector económico sofreu grandes mudanças e, talvez, fosse melhor que essa chegada ficasse para depois dessas mudanças»*. Contudo, disse-lhe que *«o MNE (que estava sob a influência do PS) colocava toda uma série de dificuldades à volta do desenvolvimento da cooperação com os países socialistas»*. Citou diversos exemplos como o MNE sabotava *«essas relações, tentando impedir os contactos dos embaixadores dos países socialistas com ministros sem uma sua prévia informação, apesar de que essa proposta de Soares não passou no Governo, o MNE enviou uma circular para as embaixadas, mas só dos países socialistas»*. Numa *«observação»*, Stoíakovitch confirmou: *«também, foi-nos enviada, mas, quando perguntámos no MNE, disseram-nos que isso não nos se aplicava»*.

---

<sup>797</sup> Neste seu relato, Stoíakovitch descreveu com mais pormenores este diálogo, mencionando o que disse e ouviu do seu interlocutor. Por exemplo, acrescentou: *«porém, tinham compreensão por estarem muito ocupados e que, naturalmente, não fariam disso qualquer questão, porque compreendiam a posição do PCP»*; *«disse-lhe que acredito que a direcção da LCJ saudará esta sua ideia acerca dum próximo intercâmbio de delegações»*.

Em seguida, tendo julgado oportuno, informou Álvaro Cunhal «*acerca do grupo de oficiais do MFA ao nosso país (foram a seu pedido para conhecimento das experiências do trabalho e organização do nosso exército)*».

Num «*comentário*»<sup>798</sup> final, o embaixador jugoslavo relatou as impressões com que ficou a respeito do seu interlocutor, do PCP e da «*abertura e da duração da conversação*».

### **Outra visita**

Ainda, nessa semana (22/Mar.), Stoíakovitch visitou a sede da Frente Popular Socialista (FSP) e teve «*uma conversação com o dirigente desse Partido, Manuel Serra (até recentemente eminente líder do Partido Socialista de Soares)*».<sup>799</sup>

Referindo-se à razão fundamental para o abandono do PS, mencionou que «*ele e os seus correligionários considera[va]m que Portugal devia procurar a sua própria solução de desenvolvimento socialista. O caminho desse desenvolvimento devia ser português (nem social-democratismo, nem o modelo dos países europeus orientais)*».

Contudo, reconhecia ao PCP «*a organização e o indubitável mérito pelo movimento progressista em Portugal, mas a par disso que orientado unilateralmente (partidos europeus orientais), erradamente considera[va] que tinha o monopólio do progresso, que era a única força decisiva e que sozinho podia tomar o leme do país nas suas mãos*». Por isso, achava que «*o próximo desenvolvimento progressista só seria possível através da cooperação de todos os partidos de esquerda responsáveis e da ala progressista do MFA*».

---

<sup>798</sup> «a) Cunhal deixou a impressão de uma maior segurança e de muito satisfeito com o desfecho e a evolução após o 11 de Março, e pela sua exposição foi visível que nestes acontecimentos o factor PC foi bastante decisivo e influenciou no curso dos acontecimentos (preparam um comunicado de política externa, na reconstrução governamental não aceitarão as condições do PS, no Governo entrarão representantes do MDP, etc.); b) não obstante a sua ocupação, foi um facto que me recebeu imediatamente quando pedi a audiência, a abertura e a duração da conversação, e as ideias acerca do intercâmbio de delegações falam a favor de que dão importância à cooperação connosco, mas, ao mesmo tempo, também continua presente a posição de que se lhes reconheça a primazia nas relações com os restantes partidos (não têm nada contra as relações, mas que, pelo menos, sejam mantidos ao corrente)».

<sup>799</sup> Este era o mais recente partido de orientação de esquerda que «*surgiu no início de Janeiro com a saída de um grupo bastante forte de socialistas de orientação de esquerda do Partido Socialista. Como o Movimento de Socialistas de Esquerda (MES), também a FSP se encontra entre o PC e o PS e ambas estas organizações registam um suave aumento da sua popularidade e influência. O marxismo é a sua base ideológica, mas não o entendem dogmaticamente como o PCP. O presidente do governo Gonçalves consultou ambos estes partidos sobre a reconstrução do governo e chamou-os a nele participarem. // M. Serra confirmou-me que participarão no governo, mas a nível de secretários de Estado. Assim, darão um determinado número de quadros para a administração dos bancos nacionalizados. Isto mencionou e como confirmação de que no MFA têm oficiais que repartem as opiniões da FSP*», (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

Estimava, ademais, que «o exército em Portugal terá ainda durante bastante tempo um papel decisivo». Sem comentar, citou que o seu interlocutor «afirmou que o Partido Socialista foi cúmplice na preparação e organização do falhado golpe de Estado de 11 Março».

Numa apreciação final, Manuel Serra deixou-lhe «a impressão de um intelectual progressista sério que, parec[ia], reuniu à sua volta, em geral, gente jovem». Depois, Stofákovitch anotou que lhe disse: «que aumentava o número das suas organizações através do país»; «que ficou muito contente por ter visitado a sede do seu partido»; e que «falou acerca do seu interesse pela nossa experiência de desenvolvimento interno e das nossas posições internacionais».

### **Tomada de posse do IV Governo Provisório**

Em seguida a um inesperado período de duas semanas (26/Mar.), devido sobretudo «à oposição e condições do PS e PPD em redor do alargamento [governamental] com o (pró-comunista) MDP»,<sup>800</sup> segundo o embaixador Stofákovitch, por fim, «como uma das consequências do falhado golpe de Estado, foi formado o novo (quarto) Governo após o 25 de Abril». No total dos seus 21 membros, oito deles eram militares do MFA e os restantes eram civis.

Igualmente, o alargamento da coligação governamental com o MDP reforçou o bloco progressista que apoiava o MFA «(ao contrário dos socialistas soaristas e dos democratas populares que, em conjunto e com o indubitável apoio do Ocidente, assumiram uma posição reservada quanto às mudanças rápidas e substanciais nas estruturas socioeconómicas)».

Outra razão para essa longa consultação encontrava-se nos esforços da direcção do MFA para formar «um governo mais representativo politicamente, mais competente profissionalmente, mas também orientado mais à esquerda do que até então». Tendo em conta as novas personalidades, acrescentou que «por fim, tudo foi conseguido». Assim, numa coligação de quatro partidos, cada um deles recebeu um ministério<sup>801</sup> e todos os seus líderes tinham um idêntico estatuto (ministros sem pasta). Além do presidente do Governo, «o MFA tinha sete ministérios<sup>802</sup> importantes pelo que assegurou total poder e domínio (esses ministérios

<sup>800</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>801</sup> O PCP (Transportes), PS (Justiça), PPD (Assuntos Sociais) e MDP (Finanças), referindo ainda que «à frente do novo ministério da Indústria, o ministro que é próximo (pertenceu anteriormente) ao MES que também apoia o MFA».

<sup>802</sup> Uma primeira referência a 6 ministérios, começando pelo do «Trabalho (o contacto mais directo com sindicatos e a classe operária como o apoio principal para a execução das medidas seguintes na esfera das mudanças socio-económicas); Defesa Nacional (manutenção do indispensável equilíbrio Forças Armadas-MFA); Assuntos Internos (papel no saneamento seguinte das estruturas sociais e estatais); Informação (orientação dos meios de

*com aqueles que receberam outros civis de esquerda representavam, no fundo, posições-chaves para a execução do Programa do MFA)».*

Numa referência mais alargada, o embaixador jugoslavo achou que, igualmente, os Negócios Estrangeiros foram confiados a um representante do MFA, major Melo Antunes, e *«como, antes, esteve ligado às questões económicas, foi um sinal de que na política exterior igualmente [seria atribuída] um maior papel económico»*. Do mesmo modo, era um facto que, *«embora progressista, mas não radical, Antunes precisava de sossegar, seguramente, o Ocidente, o qual, rejeitava totalmente a evolução a seguir ao 11 de Março, porque depois de Soares, Antunes era para eles, possivelmente, o mais aceitável à frente desse ministério»*. Devido a uma *«inclinação própria [...] pelo "Terceiro Mundo", ao contrário da orientação de Soares predominantemente pelo Ocidente»*, foi mais um sinal de que a política externa seria, além do constante factor ocidental, amplamente orientada em direcção do terceiro mundo e dos países socialistas.

Após salientar a importância dos quatro novos ministérios *«para o Plano e Coordenação Económica, Comércio Externo, Indústria e, por fim, da Agricultura»*<sup>803</sup> e tendo em vista as dificuldades económicas em que se encontrava Portugal, mais a necessidade de se assegurar a realização do programa socioeconómico e a finalização das mudanças estruturais, *«todos estes ministérios foram confiados a especialistas entre os mais conhecidos e competentes (de orientação de esquerda)»*.

Num comentário final, Stoíakovitch avaliou que *«apesar do novo governo ser mais à esquerda do que o anterior»*, contudo, com a permanência do PS e do PPD, mas também da participação de um certo número de especialistas civis, *«politicamente, ficou bastante equilibrado e, profissionalmente, mais competente do que o anterior, o que, tudo junto, deveria assegurar a sua ampla aceitação e uma maior eficiência [...] na realização da orientação de esquerda do programa do MFA»*.

### **Uma primeira síntese**

Partindo das informações recebidas, o Serviço de Questões Políticas Externas do SFNE elaborou um documento (27/Mar.), intitulado *«Consequências do Golpe Falhado de 11*

---

*informação na direcção desejada); Obras Públicas e Municipais (cuidar das camadas da população mais ameaçadas)»*. Todavia, sem mencionar os nomes dos seus ministros.

<sup>803</sup> A formação do *«ministério da Indústria indicava seguintes medidas de nacionalizações, enquanto o da Agricultura abria mais directamente a perspectiva da reforma agrária e a importância que terá, no futuro, essa área. Igualmente, o comércio externo recebeu a função de importante alavanca na política económica do país»*.

de Março no futuro desenvolvimento de Portugal»,<sup>804</sup> em que procuraram esclarecer essas informações com comentários e conclusões. Porém, sem qualquer menção à tomada de posse, ocorrida no dia anterior, do IV Governo Provisório.

Num primeiro ponto, intitulado «*Repercussões Internas*», repartido por uma dezena de consequências, após uma menção «*ao grande apoio ao MFA e à evolução progressista de todas as camadas da população*» nos acontecimentos ocorridos, esse apoio foi considerado um «*importante factor para futuras acções e o comportamento do MFA e das forças de esquerda organizadas em direcção a posteriores reformas radicais*».

Através de todo o período pós-25 de Abril, como o MFA se politizou e, provavelmente, continuaria esse processo, iria «*diminuir a actual influência de certos partidos e grupos seus aliados*». Era significativo que se alargava, fora das estreitas estruturas partidárias, a sua autonomia cada vez mais, o que igualmente explicava «*o aumento constante do seu prestígio no país*». Assim, as tendências radicais do MFA aproveitaram o golpe e, já nesta fase, efectuavam a centralização do Poder com a formação do Conselho da Revolução, porque a sua anterior dispersão (Junta, Comissão Coordenadora, Conselho do Estado, etc.) mostrou-se um «*obstáculo para a realização eficaz do Programa do MFA e sua posterior elaboração*».

O desfecho ocorrido, incluindo a saída de Spínola e outros líderes da direita, criou uma situação favorável para paralisar e limitar as influências das forças da direita e da extrema-esquerda. Todavia, a recente orientação e as acções do MFA (nacionalização de bancos, companhias de seguros e medidas semelhantes que, parecia, se iriam seguir) provocaram um «*cerrar de fileiras da reacção que se sentiu, com razão, ameaçada*».

Dentro do MFA, os recentes acontecimentos reforçaram «*a influência da ala mais radical e enfraqueceram significativamente a posição dos "spínolistas" e, em certa medida, também a dos chamados moderados*». Contudo, apesar destas forças no MFA tivessem perdido a supremacia, elas não foram definitivamente vencidas e destruídas. «*Objectivamente, as forças de esquerda mais radicais do MFA não puderam afastar todos os moderados*», tanto mais, porque, por exemplo, o presidente Costa Gomes estava ligado, em grande medida, a toda a evolução progressista após o 28 de Setembro, «*assim como ao facto de que, depois do afastamento de Spínola, ele foi aceite pelo Ocidente como a "segunda melhor solução". Por isso, não se deveria afastar a possibilidade de que o Ocidente procurará, nele e através dele,*

---

<sup>804</sup> AJ, 837, I-3-a (Portugal).



*apoio e ajuda, caso não seja por outro motivo, pelo menos, para a "diluição" da política de medidas radicais».*<sup>805</sup>

Devido a estas razões e pela «*necessidade de salvaguardar a organização e o acordo nas opções fundamentais, as forças progressistas no MFA não estiveram em posição de irem para uma "confrontação final" dentro das suas próprias fileiras*».

Até essa altura, o MFA esteve, igualmente, ao lado dos partidos progressistas, porque eram-lhe necessários como forças organizadas para a realização do seu próprio Programa e a luta contra as forças conservadoras. Não obstante, «*o MFA era reservado, no fundo, em relação a todos os partidos políticos, incluindo o PCP, consciente que por trás de cada partido se encontravam determinados estreitos interesses que ainda não eram, pelo menos na sua maior parte, autóctones portugueses*».

Foi bastante indicativo que a suspensão da actividade de certos partidos políticos não encontrou «*a aprovação de nenhum partido no país (nem o PC se exprimiu acerca disso), enquanto Soares declarou publicamente que tal medida do MFA ameaçava a liberdade de todos os partidos, incluindo aqueles que não estavam ameaçados por ela directamente. No Ocidente, teve uma condenação unânime (igualmente, o PC Espanhol-Carillo dissociou-se desta medida, garantindo até que em condições semelhantes não tomaria tal posição)*».

No parágrafo seguinte, este documento referiu que «*era um facto que as posições do PCP reflectiam quadros e linhas dos países europeus orientais, ao passo que o MFA desejava dar ao país soluções autóctones e autênticas, o que apontava para a possibilidade de uma separação numa fase posterior*».

Numa nona e última repercussão, estima-se que «*as medidas radicais do MFA, isto é, do Conselho da Revolução, a par do apoio do PC e associadas estruturas de esquerda, provocam já uma atitude de oposição dos partidos socialistas e popular-democrata (ambos na coligação)*». Para mais, estes partidos não aprovavam «*a dinâmica e a extensão das medidas radicais (naturalmente, a par de outras de direita), evidentemente encorajados também pelo Ocidente, já nesse momento, tentavam bloquear a aprovação de posteriores medidas do programa do Conselho da Revolução, incluindo dificuldades à formação do novo governo*».

Num segundo ponto, denominado «*Reacções Exteriores*», tendo em vista que, até esse momento, «*não se previa uma aberta intervenção militar*», o objectivo era, assim parecia, «*a área da economia nacional*». Um exemplo: com a dramatização, no Ocidente, dos

---

<sup>805</sup> Mais adiante, segundo este documento, «*o afastamento dos generais da direcção do MFA*» a par da representação já predominante de oficiais com patentes inferiores no Conselho da Revolução poderia também criar um fosso no MFA e até nas fileiras das Forças Armadas.

passados e presentes acontecimentos, mais «*as declarações de certos líderes locais acerca da instabilidade do país*», o turismo iria ter, nesse ano, grandes perdas. Ao mesmo tempo, os efeitos dessa propaganda far-se-iam sentir nas remessas de divisas dos emigrantes que, com o turismo, representavam uma importante receita no orçamento português. Havia, demais, «*uma acção em redor do comprometimento da qualidade do vinho português, o artigo de exportação mais importante, [que assumia] dimensões muito sérias*». Quanto ao capital estrangeiro manteve-se até então reservado, no entanto, «*depois das nacionalizações efectuadas e do aumento dos sentimentos anti-ocidentais no país, não se dever[ia] esperar a sua entrada, mas sim o contrário*».

A respeito dos países europeus orientais, a sua ajuda económica a Portugal não lhe permitia superar as dificuldades económicas que esperavam e que iriam agravar mais os problemas sociais (inflação, desemprego, etc.).

Além do campo económico, «os *EUA e a OTAN não paravam com os passos que efectuavam no país*». Elucidados com a experiência de terem olhado «*demasiado optimisticamente*» para a futura evolução portuguesa, procurariam ir até ao bloqueio dessa evolução. A seguir à «*[...]tese americana na OTAN de que a orientação do MFA ameaçava até a presença de Portugal na aliança atlântica, o que não foi aceite pelos restantes aliados*», nesse momento, seguramente, iria conseguir a aprovação para uma tomada de medidas de pressão mais graves.

Por outro lado, «*apesar da influência indubitável da URSS no comportamento do PCP, era difícil pressupor que, após a intervenção e os avisos, a URSS arriscaria ameaçar, por causa de Portugal, as suas relações globais com os EUA e a própria "détente"*». Nesse sentido, podia ser característica a declaração de Cunhal de que o PC (e no governo) procurava refutar qualquer pretexto que pudesse provocar a intervenção militar, o que podia significar igualmente o agravamento das relações URSS-EUA.

Nessa altura, o próprio MFA e o Conselho da Revolução tornar-se-iam ainda mais um objecto de pressões e influências. Isto, em particular, «*desde que era já claro para todos que o MFA era o único poder no país e que somente "quebrando-o", segundo o Ocidente, se podia conseguir a evolução recomendada*».

Portanto, em Portugal, a seguinte evolução progressista estaria sujeita a numerosas dificuldades provocadas e aumentadas, bem como aos factores externos. Por agora, era positivo que as forças progressistas do MFA estavam conscientes das suas dificuldades que os esperavam.

### Um almoço em Bona

No fim de Março (31/Mar.), o embaixador jugoslavo na RFA, Budimir Lontchar, relatou para o SFNE a sua conversação com «*Vichenevski, membro da presidência do PSD alemão e ministro de Estado*», num almoço em sua casa em que «*a maior parte das palavras foi dedicada à última evolução em Portugal*».<sup>806</sup>

Conforme esse relato, o seu anfitrião disse-lhe que «*há oito dias, subitamente, chegaram dois representantes do Partido Socialista Português com uma mensagem urgente de M. Soares. Na mensagem, a situação em Portugal considerava-se como crítica, com perigos, especialmente sob influências do estrangeiro, que pode chegar até conflitos armados internos. Soares pediu ao PSD para intentar, através dos nove [referência aos países-membros da CEE ], uma acção que teria como objectivo: conter a ingerência externa, por um lado, e influenciar a Junta*<sup>807</sup> *a uma maior moderação, por outro lado. Ao mesmo tempo, apelou para a necessidade da prestação de ajuda económica*».

Também, na noite desse dia (23/Mar.), «*Schmidt conversou por telefone com Ford e Giscard d'Estaing e chamou para conversações ao embaixador soviético em Bona. A tese inicial de Schmidt foi, em todas as conversações, que as complicações em Portugal, sobretudo com a ingerência de fora, poderiam reflectir-se na situação na Europa e de se ameaçar directamente a realização da terceira fase da CSCE*<sup>808</sup> *a mais alto nível no Verão deste ano. Ford salientou, especificamente, que a pressão podia somente empurrar as coisas para mais à esquerda. Para Giscard, havia a necessidade da comunidade se empenhar na linha da recomendação de Soares. Realçou ao embaixador soviético o interesse comum de se impedir a ingerência de fora, e aludiu à necessidade de influenciar o comportamento de Cunhal*».

Do mesmo modo, foi consultado W. Brandt, nessa altura, numa visita oficial ao México e EUA,<sup>809</sup> que concordou «*com as conversações de Schmidt, mas avisou que não se deve-*

<sup>806</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>807</sup> Uma imprecisão do embaixador porque a referida Junta (de Salvação Nacional) tinha sido extinta, em 14 desse mês, pela Lei n.º 5/75.

<sup>808</sup> A Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa realizou-se em Helsínquia (31Jul.-1Ago./75).

<sup>809</sup> *Vd. Cerqueira, Armando, Revolução e Contra-Revolução em Portugal (1974-1975)*, Lisboa, 2015. Na sua reunião com G. Ford e H. Kissinger (27/Mar.), entregou-lhes uma carta de M. Soares, em que, segundo W. Brandt, dizia: «*A situação em Portugal é séria e a democracia está em risco; os socialistas portugueses estão a chegar a um ponto de desespero e contam com a assistência dos Estados Unidos; o golpe de 11 de Março foi encenado para servir os interesses dos comunistas; o MFA está sob a influência dos comunistas; as eleições de 25 de Abril vão ser para intimidar as forças políticas moderadas*» («*Memorandum from Henry A Kissinger for the President*», Março 27, 1975, GFL, PCF, caixa 10, citado em Sá, Tiago Moreira de, *Os Estados Unidos da América e a democracia portuguesa (1974-1975)*, MNE, Coleção Biblioteca Diplomática, Lisboa, 2009, pp. 307-308)

ria fazer nenhuma declaração pública da CEE, porque poderia tomar o aspecto de ingerência e pressão. Igualmente, mencionou que o empenho da Comunidade não pode tomar a forma de "démarche" em nenhum dos casos».

Para terminar este relato, o embaixador jugoslavo referiu que «Vichenevski sublinhou várias vezes que é sobretudo perigosa a actividade da esquerda extremista, fora do PCPortugal e que ela podia provocar a acção da direita. Na minha pergunta sobre qual influência est[avam] essas forças e donde os grandes recursos materiais acerca dos quais ele falou, Vichenevski excluiu primeiramente que isso faça a RP da China e depois disse que não excluía que parte do dinheiro e da iniciativa podiam chegar de serviços estrangeiros, aludindo à CIA».

### **Um resumo**

Para a embaixada em Lisboa, o SFNE enviou (3/Abr.) um «Resumo das reacções no mundo aos acontecimentos em Portugal»,<sup>810</sup> em que reuniu informações de outras sete missões diplomáticas na Europa e EUA acerca da situação política portuguesa, sendo as primeiras «Dos nossos de Washington: A evolução da situação em P. preocupa[va] os EUA, em particular a possível infiltração soviética. No caso da URSS p[udesse] utilizar contratos civis, na Madeira, para a vigilância electrónico-militar da OTAN. Os EUA muito interessados na "détente" e nas relações com a URSS, porque isso historicamente era inevitável não obstante quem estive[sse] à frente dos EUA». As restantes informações foram as seguintes:

«2. Dos nossos de Roma (conversações no MNE):

*Preocupação presente nas avaliações internas por causa dos acontecimentos em Portugal, porque as suas análises eram muito críticas quanto a algumas acções do governo em Lisboa. Consideram que a jovem democracia portuguesa se pode continuar a desenvolver, caso seja-lhe permitido o desenvolvimento nas condições do sistema pluralista. A proibição do partido democrata-cristão e da extrema-esquerda representa uma violação dos direitos democráticos. Isto pode prejudicar os esforços do actual governo no desenvolvimento futuro das instituições e liberdades democráticas e representam dificuldades adicionais no plano interno e internacional.*

*No fundo, a situação não se modificou com a formação do novo governo, apontam que o novo ministro dos Negócios Estrangeiros é um homem do «terceiro mundo» e muito próximo de Bumediene e das suas concepções de política não-alinhada.*

---

<sup>810</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

*Realça-se a importante presença e influência da URSS (a embaixada da URSS é a mais numerosa em Lisboa). Sublinha-se que Portugal mantém ligações duplas com a URSS (através do PC e a nível do governo).*

*Acentuam que é seguro a realização das eleições em 25 de Abril. Todavia, delas não se deve esperar muito. Não se chegará a mudanças mais fundamentais na futura orientação. O MFA já institucionalizado e não deseja abandonar as posições conquistadas na condução do país.*

*A consciência política das massas (grande analfabetismo) poderia trazer surpresas às eleições. O papel da Igreja limitado (soluções de compromisso com o governo, neste momento isso corresponde melhor aos seus interesses)».*

As duas fontes seguintes foram a missão jugoslava na ONU, em Nova-Iorque (conversações com a missão dos EUA) e da embaixada em Paris:

— *«A situação em Portugal é muito difícil para eles, porque P. é membro da OTAN. A base militar nos Açores é muito importante. Até agora, o governo militar "conduziu um jogo cauteloso", mas em caso de guerra "poderia ser obrigado" a recusar a base militar aos EUA. Isto é muito importante para as relações bilaterais EUA-URSS (respeito dos interesses dos blocos). A URSS utiliza Portugal mais como um dos pontos fracos dos EUA em todas as relações mútuas, do que ali efectuar abertamente uma incursão. Os EUA não tencionam fazer nada quanto a Portugal "por agora". Contudo, o perigo do seu próprio exército ameaça o regime militar, que não se pode transformar, da noite para o dia, de colonialista em socialista».*

— *«Durante a visita de Chirac a Moscovo, um dos membros da delegação da URSS disse, numa conversa não oficial, ao interlocutor que achava bem que o PSP e Soares tivessem sofrido um insucesso e que isso foi um golpe para todos os sociais-democratas ocidentais».*

Num «5. Dos nossos de Bona:», o texto do citado telex (31/Mar.) foi reproduzido quase integralmente nesse documento,<sup>811</sup> estando a sua justificação na importância internacional

---

<sup>811</sup> *«Há oito dias, subitamente, chegaram dois representantes do Partido Socialista Português com uma mensagem urgente de M. Soares. Na mensagem, a situação em P. Considerava-se muito crítica, com perigos de se chegar até a conflitos armados internos (sob influências do estrangeiro). Soares pediu ao PSD para intentar, através dos nove uma acção que teria como objectivo: conter a ingerência externa, por um lado, e influenciar a Junta a uma maior moderação, por outro lado. Ao mesmo tempo, apelou para a necessidade da prestação de ajuda económica. Nessa noite, Schmidt conversou por telefone com Ford e Giscard d'Estaing e chamou para conversações ao embaixador soviético em Bona. A tese inicial de Schmidt foi, em todas as conversações, que as complicações em Portugal, sobretudo com ingerência de fora, poderiam reflectir-se na situação na Europa e de se ameaçar directamente a realização da terceira fase da CSCE a mais alto nível no Verão deste ano. Ford salientou, especificamente, que a pressão pode somente empurrar as coisas para mais à esquerda. Para Gis-*

da situação política portuguesa e, naturalmente, para conhecimento da embaixada em Lisboa. Este resumo termina com informações de outras duas embaixadas (Viena e Copenhaga):

— *«Na qualidade de chefe do PS, Kreisky enviou um apelo "a todas as forças políticas competentes" em Portugal para criarem condições para a construção da democracia e a realização de eleições livres. O abandono dos princípios democráticos conduziria ao reforço das forças reaccionárias na Europa, o que teria incalculáveis consequências para a política de "détente" no continente. Numa conversa com os nossos, o conselheiro soviético realçou que, em Portugal, os comunistas deveriam diminuir o tempo das suas actividades. A precipitação só pode agravar as coisas. Os comunistas não consideram suficientemente importante o facto da necessidade da "détente" entre a URSS-EUA, que deverá ter primazia na actual situação mundial. Os americanos renunciaram ao Vietname e Camboja, mas em Portugal e na Europa, isso não será o caso. Por isso, hoje, o mais importante é não contrariar a "détente", mas pelo contrário contribuir positivamente para o seu desenvolvimento»;*

— *«A situação bastante preocupante. "Psicose anarquista". Ninguém pode prever o curso e as voltas da agitação. O comportamento do PCP e URSS bastante irreflexivo. As suas acções contribuem para o agravamento e provocam enormes prejuízos aos esforços pela resolução democrática do problema.<sup>812</sup> A imprensa da extrema-direita dinamarquesa ataca abertamente a URSS e o seu papel nos acontecimentos em Portugal».*

#### **A «situação actual ao redor de Portugal»**

Este documento, assim intitulado, do citado Serviço de Questões Políticas Externas do SFNE (7/Abr.) procurou resumir *«a evolução mais recente da evolução em Portugal, mas também os novos momentos do comportamento dos factores estrangeiros quanto a este país»<sup>813</sup>* que mostravam que a posição internacional e o desenvolvimento interno portugueses entraram *«numa fase muito complexa e bastante delicada»*. Assim, essa situação recém-surgida era caracterizada por *«uma rápida e forte polarização de forças»* na esquerda, em

---

*card, há necessidade da Comunidade se empenhar na linha da recomendação de Soares. Realçou ao embaixador soviético o interesse comum de se impedir a ingerência de fora, e aludiu à necessidade de influenciar o comportamento de Cunhal. // Igualmente, Brandt foi consultado no México. Concordou com as conversações de Schmidt, mas avisou que não se deveria fazer nenhuma declaração pública da CEE, porque isso daria aspecto de ingerência e pressão. Ao mesmo tempo, mencionou que o empenho da Comunidade não pode tomar a forma de "démarche" em nenhum dos casos. // Vichenevski (membro da presidência do PSD) salientou na conversação com Lontchar que é sobretudo perigosa a actividade da esquerda extremista, fora do PC Portugal, e que ela pode provocar a acção da direita».*

<sup>812</sup> Resposta do embaixador português, António Vaz Pereira, a perguntas de um diplomata jugoslavo *«acerca dos acontecimentos mais recentes em Portugal»*, no seu telex (27/Mar.) para o SFNE. ADMNE, F-113, Portugal (1975).

<sup>813</sup> AJ, 837, I-3-a, Portugal, 1975.

que faltou a esperada plataforma e a unidade de acção de todos os factores progressistas. Nesses factores, a situação era a seguinte:

— Esgotando-se numa confrontação com o PC, «a direcção do Partido Socialista (Soares) reduziu a amplitude da sua actuação e, em grande medida, colocou-se ao serviço dos interesses unilaterais da social-democracia ocidental (Portugal como parte integrante do sistema ocidental e da OTAN)»;

— No PCP, «havia a aspiração de suprimir a influência do PS e a de conseguir a maior influência possível entre os círculos directivos do MFA». Todavia, havia igualmente sinais de que o próprio PC atravessava «um processo de diferenciação e que, entre as suas fileiras, se formava gradualmente uma corrente mais flexível, a qual, ao contrário dos quadros dogmáticos da URSS, se inspirava na amplitude das concepções e estratégia do PC de Espanha».

— Dos recentes acontecimentos, «o MFA saiu bastante reforçado, com uma função e fisionomia progressistas mais acentuadas, tornando-se, sem dúvida, o factor dominante no país (criação do Conselho da Revolução como único centro)». Contudo, ao mesmo tempo, «parte dos membros do MFA tornou-se mais sujeita a uma maior influência do PC, o que fomentou a radicalização das suas ideias e medidas políticas concretas (rápida nacionalização de bancos, declarações dos seus membros a favor do socialismo, não-alinhamento, procedimentos sectários a respeito de outros movimentos, etc.)». Além disso, continuava aberta a questão do grau de acordo entre o MFA e o exército regular como força organizada no país.

Outro aspecto da situação económica, cada vez mais difícil (saída de capitais, diminuição do fluxo de divisas do turismo e dos emigrantes, inflação, ausência dos lucros coloniais, etc.), era a possibilidade de manipulação, numa vida política instável no país, de largas camadas da população.

Ao mesmo tempo, Portugal já se tinha tornado «não só objecto de fortes tentativas de influência externa, mas também da rivalidade dos blocos». Esta circunstância acelerou o processo de polarização dentro das forças políticas portuguesas.

Quanto aos «diversos interesses do Ocidente», tinha-se efectuado uma convergência importante de interesses entre os EUA<sup>814</sup> e a maioria dos países europeus ocidentais,<sup>815</sup> pelo

---

<sup>814</sup> *Ibid.*, para os «americanos, que fosse impedido o avanço simbólico da presença soviética numa região sensível e importante estrategicamente do sistema da OTAN e parar o enfraquecimento da sua influência em alguns países da sua chamada ala sul»;

<sup>815</sup> *Ibid.*, para os «ocidentais, que não fosse permitido a afirmação e a actuação com sucesso da esquerda, o que poderia agir favoravelmente na atitude e influência das forças nos países ocidentais e, ao mesmo tempo, influenciar uma evolução indesejável dos acontecimentos, em Espanha, depois de Franco».

que se deveria contar até — no caso de pressões económicas, políticas, militares, psicológicas e outras — com *«intervenções direitas, as quais, provavelmente, esses países europeus não aceitariam facilmente»*.

A respeito da URSS, submetendo o seu comportamento ao interesse primário de não impedir as relações com os EUA, sem embargo, aproveitava, ao mesmo tempo, *«a oportunidade para manifestar publicamente a sua presença num país do sistema OTAN»*. Essa demonstração (na propaganda, através do tratamento dado às delegações portuguesas) não deveria exprimir, possivelmente, tendo em vista alguns casos anteriores, a verdadeira essência e alcance da presença soviética, embora, apesar de tudo, tornava-se um elemento das relações soviético-americanas.

Por fim, referindo-se aos países não-alinhados, sobretudo, de África, estes estavam interessados, principalmente, na política de descolonização portuguesa e mostravam um interesse menor pelos recentes acontecimentos ao redor de Portugal. Um maior empenho destes países poder-se-ia esperar, *«talvez, unicamente numa eventual situação mais difícil, que obrigasse Portugal a pedir a protecção da ONU e fosse motivo para um certo empenho, nesse âmbito, de um maior número de não-alinhados»*.

Ponderando o exposto, para concluir, parecia, que se deveria contar com três possibilidades na seguinte evolução relativa a Portugal: 1.<sup>a</sup>) uma tentativa para provocar *«um certo tipo de guerra civil através da conhecida táctica da "destabilização do regime" e de fomentar fortes confrontações no país, pelo que a direcção das actividades do Ocidente era dirigida para a divisão do MFA e o isolamento das forças de esquerda»*; 2.<sup>a</sup>) uma determinada *«acção protectora" da OTAN (isto é, intervenção) que, em princípio, toleraria, à semelhança dos EUA e dos países da OTAN toleraram a intervenção da URSS e dos países do bloco, em 1968, na Checoslováquia»*. Esta intervenção seria tomada em conta como *«medida extrema, no caso de eventuais complicações de guerra no Médio Oriente (importância dos Açores), e com o objectivo do restabelecimento do equilíbrio dos blocos e interrupção do processo da perda de influência dos EUA em certos países da OTAN»*; 3.<sup>a</sup>) tolerância de uma *«relativa autonomia na evolução e comportamento de Portugal, mas no quadro da OTAN e nas condições de estrito controlo de cada tentativa de penetração da influência soviética neste país»*.<sup>816</sup>

---

<sup>816</sup> Como este documento foi enviado para o «Gabinete do Presidente da República», pela sua rubrica e data, o presidente Tito leu-o, em 10 de Abril, mas não fez nenhum sublinhado ou anotação nas suas 5 páginas dactilografadas só com letras maiúsculas para facilitar a sua leitura.



### Reunião em Paris

Numa reunião no MNE francês (8/Abr.), segundo o embaixador jugoslavo Dizdarevitch, «*Labouley (chefe Direcção Política) confirmou-nos que alguns países da Comunidade Europeia intervieram em Moscovo por causa do PC de Portugal, ligando a realização da CSCE com a actuação da URSS no PCP no sentido do respeito pelo "status quo". Mencionou que intervieram a RFA, Grã-Bretanha, Holanda, Dinamarca e Bélgica. A França não participou e considerou tal passo nocivo e negativo*».<sup>817</sup>

Do mesmo modo, a opinião francesa era de que, em vez de tais passos, «*a Europa Ocidental deveria ajudar o governo português na resolução dos grandes problemas económicos, de proclamar, por exemplo, uma moratória das dívidas, de ajudar a resolução do desemprego e etc.*». Assim, por esta via obter-se-ia «*uma maior receptividade de Portugal pelas posições dos países da CEE acerca da democracia política (pluralismo), naturalmente, tendo em vista que nela há lugar para o PCP*». Porém, para o diplomata francês, a intervenção desses países continha «*uma grande e perigosa contradição: exigia o respeito pelo "status quo" na Europa e, ao mesmo tempo, reconhecia à URSS o direito de ingerência nos assuntos de Portugal que estava na esfera ocidental*».

### Reunião em Lisboa

Uma conversação com o embaixador dos EUA, Frank Carlucci, foi relatada (11/Abr.) por Stoíakovitch para o SFNE. Nela, teriam sido discutidos cinco assuntos e cuja descrição foi a seguinte:

— A propósito da declaração de Vasco Gonçalves de que Portugal não permitiria a utilização da base militar nos Açores, no caso de conflito no Médio Oriente, «*o americano disse-nos que, embora os jornalistas lhe perguntaram para comentar, evitou polemizar com o primeiro-ministro Gonçalves*».<sup>818</sup> No entanto, explicando que «*as coisas estavam assim*», declarou: «*a base est[ava] no quadro do sistema da OTAN e, como em todos os outros casos de bases dos pactos militares, igualmente, neste existia um acordo bilateral entre os EUA e Portugal. Apesar de o acordo ter expirado, mas conforme as suas cláusulas enquanto duram as negociações acerca da renovação do acordo ou uma das partes não rescindir unilateralmente o acordo neste período transitório, as suas cláusulas permanecem em vigor*». As conversações conduziam-se lentamente em Washington e, pelo que parecia, não terminariam assim tão depressa. «*Em qualquer dos casos, não antes das eleições em Portugal, o que signi-*

<sup>817</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975).

<sup>818</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975).

*fica[va] praticamente (segundo ele, também legalmente), os EUA podiam utilizar a base nos mesmos objectivos como nos tempos da guerra de Outubro de 1973 no Médio Oriente». Deixou a impressão que prolongavam as conversações, esperando «pelo fim próximo dos acontecimentos em Portugal, ou que os próprios portugueses dessem um passo mais radical o que lhes facilitaria mobilizar mais fortemente os seus aliados europeus da OTAN em relação a Portugal (" porque a base não era só um assunto dos EUA, mas sim de todo o sistema da OTAN")».*

— Disse-lhe que, «*aqui, o seu colega soviético lhe assegura[va] insistentemente que a URSS não tinha intenção de "conquistar Portugal e integrá-lo no bloco socialista", mas a actividade e esforços da "enorme missão soviética e dos outros países do Pacto de Varsóvia da[vam] motivos para duvidar dessa afirmação"*». Afirmou que, em Portugal, «*algumas centenas só de representantes soviéticos tinham uma presença permanente por diversas razões (alguns continuamente, outros "rodando-se") (nosso comentário, o que não estava longe da verdade)*».

— Realçou que o PCP se comportava «*"responsavelmente" e não os preocupa[va] tanto quanto os preocupa[va] a actuação dos numerosos e diversos partidos e grupos da extrema-esquerda (nosso comentário – embora para muitos desses grupos, falava-se que a CIA os financiava, porque a sua actividade editorial-propagandística superava enormemente até a maior das suas reais possibilidades)*».

— A respeito das eleições para a Assembleia Constituinte, «*sob o ponto de vista da elaboração da Constituição, totalmente sem significado "porque a Constituição já está escrita" com vista a uma plataforma, na qual, o MFA foi imposto aos partidos*». As eleições seriam só importantes, caso os resultados dessem «*maior peso às posições dos partidos que receb[esse]m maior número de votos (nosso comentário – eles espera[va]m que o PS de Soares e os partidos direitistas obtenham incomparavelmente o maior número de votos "caso as eleições decorram em ordem")*».

— «*O americano considerou que o maior perigo que ameaçava o país era a crise económica. A insegurança e a incerteza que reinavam no país influenciavam negativamente qualquer que fosse o empenho dos círculos financeiros estrangeiros*». Acrescentou, por fim, que «*a tomada violenta da administração por parte dos trabalhadores em numerosas empresas mostra[va] que no país não reina[va] a ordem e a lei, como também a orientação do governo para as nacionalizações – tudo isso, mais o regresso dos soldados e retornados das colónias, aumentará o exército de desempregados, o que não abria muitas perspectivas cor-de-rosa para a economia deste país. (observação: será por causa de receios verdadeiros ou*

*como uma forma de demonstrar a insegurança no país, mas um grupo de oito guarda-costas pessoais (e americanos) acompanhava e guardava o embaixador, o que não era o caso do embaixador da URSS)».*

### III.2-2— As primeiras eleições e um segundo 1.º de Maio

Uns dias antes das eleições (20/Abr.), *«apesar das recentes medidas radicais (já efectuadas e as anunciadas medidas de nacionalização), [...] a campanha eleitoral decorria relativamente calma e sem grandes excessos e incidentes»*,<sup>819</sup> conforme o pedido do MFA. Somente, uma *«frente eleitoral da extrema-esquerda comunista (FEC/ml) infringiu a lei eleitoral»* e, por isso, a comissão eleitoral condenou-a a uma proibição, durante cinco dias, da sua propaganda na televisão e rádio.

No quadro das *«suas acções da chamada Dinamização (política e cultural), o MFA deu a possibilidade aos eleitores indecisos partidariamente de votarem com votos em branco»*, o que foi olhado, entre os partidos de direita, como *«uma forma do MFA inserir-se na corrida eleitoral, que a votação com votos em branco representaria votos pelo MFA, etc.»*. Todavia, o ministro da Informação desmentiu tal intenção, *«mas a possibilidade do voto em branco não foi refutada»*.

Além destes primeiros pontos de uma das suas primeiras informações sobre as eleições para a Assembleia Constituinte, o embaixador Stořakovitch referiu que *«após um longo silêncio a Igreja entrou na campanha eleitoral. Num comunicado do Conselho dos Bispos»*<sup>820</sup> *que foi publicado há dias, paralelamente com o pedido dos fieis saírem para votar e salientando a sua importância»*, foi pedido que não votassem em branco porque os votos não se deveriam oferecer a partidos que propagandeavam *«a violência ou doutrinas que eram "incompatíveis com o cristianismo"»*.

Igualmente, no país, os meios informativos da direita transmitiam notícias acerca de próximos golpes de Estado, o que já tinham sido anunciados para os dias 13 e 19 desse mês. Nessa altura, tinham lançado boatos que esse golpe seria pouco antes ou depois das eleições. Por seu lado, em Portugal, *«os países ocidentais (em particular os da OTAN) operavam com "informações" de que, em vésperas, das eleições haveria um golpe de Estado da esquerda para derrogar as eleições»* com o objectivo de radicalizar o processo revolucionário. Dos mesmos meios, havia ainda *«"o anúncio"»* de um golpe da direita logo depois das eleições

<sup>819</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>820</sup> Referia-se à Conferência Episcopal.

para parar esse processo. Isso era, seguramente, *«parte da pressão psicológica sobre o MFA e uma tentativa para criar uma atmosfera de insegurança, introdução de instabilidade no país, etc.»*.

Para terminar, comunicou que, na campanha eleitoral, entre *«os partidos mais activos (PCP, PS, PPD, CDS e MDP) que, muito provavelmente, teriam o maior número de votos»*, esperava-se que os mais votados iriam ser *«o PPD, CDS e PS, ou seja, dois partidos do centro-direita e o PS, mas não se excluía nem a possibilidade do PCP e seu próximo MDP também surpreenderem com o número de votos obtidos»*.

No dia anterior (19/Abr.), o embaixador jugoslavo visitou Mário Soares que *«apesar de ocupado na campanha eleitoral e sessões do Governo»* o recebeu, no dia seguinte, ao seu pedido de audiência.<sup>821</sup> Seguindo as instruções recebidas do SFNE, informou-o do estado das relações bilaterais e disse-lhe que esse tinha sido também *«o assunto principal das suas conversações com o presidente Gomes e primeiro-ministro Gonçalves»*. Além disso, deu-lhe a conhecer as actividades jugoslavas a respeito de Portugal.

Respondendo a uma pergunta acerca da sua análise da situação interna, Soares estimou, em base da sua evolução *«por agora, relativamente favorável, mas ia-se ao encontro de dificuldades económicas, etc., que já lhes eram conhecidas»* e sobre a campanha eleitoral estava satisfeito com os resultados. Embora, a plataforma das relações MFA-Partidos Políticos prejudicou muitas coisas, as eleições teriam *«um significado importante para o seguinte processo de democratização "caso o PC não piore a situação com as suas acções"»*. Contou que o PC efectuava uma intensa penetração na imprensa, sindicatos, etc. com o objectivo de deter a influência e destruir o próprio PS. *«Caso os comunistas continuassem assim e nisso tiverem sucesso, isso teria pesadas consequências não só para Portugal, mas também mais além»*, acrescentando que *«isso dificultaria a posição dos partidos comunistas de Espanha e Itália»*, o que eles até afirmavam em público, enquanto *«o PC de França que, apesar de não o dizer publicamente, internamente assim o avaliavam. Por causa disso, alguns entre eles ainda reagiram devido à proibição, em Portugal, do Partido Democrata Cristão»*.

Segundo Stoíakovitch, aproveitando o que ouvira e *«"como de propósito", mencion[ou] que, a LCJ tinha sido interpelada nesse contexto, ou seja, que à LCJ foi atribuída uma posição contrária ao nosso princípio de não ingerência em questões internas e, por isso, tivemos de precisar publicamente a nossa posição»*. Seguiu-se a resposta de Mário Soares que

---

<sup>821</sup> Neste documento, não há qualquer referência ao idioma dos participantes e à duração desta reunião, o que ocorreu na quase totalidade dos documentos assinados por este embaixador (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

não convenceu o seu interlocutor e, perante o que este lhe disse,<sup>822</sup> *«estremeceu visivelmente e começou a explicar que a imprensa, provavelmente, interpretou erradamente as suas declarações»*. A essa explicação, o embaixador jugoslavo disse-lhe: *«que nós nem reparámos nisso na imprensa enquanto não recebemos a primeira "carta" e que o mencionei como exemplo porque alguns procuram aproveitar cada oportunidade para nos meterem nas suas controvérsias internas»* e, assim, concluiu este tema. Acrescentou que tinha ficado com a impressão que esta *«"observação a propósito" atingiu aquilo que queríamos (que não nos meta e interprete erradamente)»*.

Continuando a referir-se a assuntos bilaterais, Stořakovitch agradeceu ao PS a presença, na Jugoslávia, dos seus representantes numa *«"mesa redonda"»*,<sup>823</sup> *apesar do empenhamento na campanha eleitoral»* e, respondendo a uma pergunta de Mário Soares, disse-lhe que *«o PC se tinha desculpado por causa da impossibilidade do envio de representante»*, mas que mandou um telegrama desejando o seu sucesso.

A conversação regressou depois *«à temática portuguesa»* e a uma pergunta do seu interlocutor acerca das repercussões internacionais da evolução portuguesa mais recente, Soares respondeu-lhe que, então, *«a situação não o preocupava muito e o mais importante era que não havia o perigo de graves intervenções, que haveria dificuldades económicas»*, mas voltou, de novo, a que *«tudo dependia muito do comportamento do PCP»*, embora, a esse respeito, *«talvez, as coisas pudessem desenvolver-se mais favoravelmente porque tinha a impressão de que, em Moscovo»*, predominava a linha da *détente* de Brejnev. Igualmente, informou-o de que *«o PS tinha muita confiança no novo ministro dos [Negócios] Estrangeiros, major Antunes (o seu sucessor), e que sabia que [ele] desejava também relações estreitas com a Jugoslávia»*.

Por fim, após uma referência à despedida,<sup>824</sup> o embaixador jugoslavo comentou ainda que, *«como o "aviso" se ajustou bastante bem à conversação, pensava que atingiram o objec-*

---

<sup>822</sup> Disse-lhe *«que reparou no nosso desmentido no jornal "O Seculo", ao que respondi que até agora, todavia, "recebemos cartas", nas quais, os nossos leitores perguntam quando desmentiremos, no espírito do tal nosso princípio de não-ingerência, as declarações do líder do PS, o senhor Soares, de que a LCJ apoiava o programa do PS»*.

<sup>823</sup> O convite dos organizadores (LCJ e ASPTJ) para este evento político internacional tinha sido entregue meses antes.

<sup>824</sup> Além de se encontrar à sua disposição para qualquer conversação que necessitasse, Mário Soares acrescentou que *«gostaria, após as eleições, ter uma longa conversação acerca de diversos temas»* e retribuiu *«os cumprimentos pessoais do camarada Minitch e doutros dirigentes jugoslavos»* que conheceu, em Belgrado, durante a

tivo, sem nenhuma irritação ou provocar qualquer dúvida acerca da mudança da nossa posição quanto a si e ao PS». Além disso, até foi visível que o seu interlocutor estimava muito por se encontrar «no curso das relações e actividades» jugoslavas.

### **As eleições de 25 de Abril**

Numa «avaliação preliminar das passadas eleições para a Assembleia Constituinte»<sup>825</sup> (27/Abr.), os seus primeiros três pontos são uma introdução à enumeração dos resultados destas eleições, a diversos comentários e algumas suas consequências possíveis nos restantes sete pontos deste documento.

Assim, «apesar dos boatos acerca de golpes de Estado e desordens, as eleições decorreram numa atmosfera bastante tranquila». Aguardando essas desordens, seguramente, podia-se explicar «o grande número de jornalistas ocidentais que acompanharam as eleições (de longe, eram os mais numerosos num total de 975)», o que se inseria bem na descrição, efectuada até esse momento na imprensa ocidental, acerca da situação política em Portugal. Todavia, «forças armadas do MFA estiveram em estado de alerta como garantia da ordem e preparadas para qualquer eventualidade».

Ponderando que «apesar da importância das eleições ter sido prejudicada pela plataforma, assinada pelos partidos políticos e o MFA, a resposta dos eleitores foi grande e acima das expectativas (num total ultrapassou a cifra dos 90% e, em algumas regiões, atingiu a percentagem próxima de 95%)». Este indicador mostrou ainda que «o corpo eleitoral não era indiferente nem apolítico, pois se o fosse não se teria decidido por mudanças progressistas». Esta grande participação eleitoral, segundo Stoíakovitch, foi resultado não só da campanha eleitoral dos partidos políticos, mas também pelo empenhamento do MFA (acções de dinamização) e do governo, que «apelaram para uma resposta maciça e deram a possibilidade aos indecisos e neutros de poderem votar com votos em branco».

Igualmente, «a coincidência da decisão acerca da data para as eleições, [...] no primeiro aniversário da revolução, não foi por acaso, tanto mais que, conforme a lei eleitoral, a campanha dos partidos políticos terminou um dia antes da votação» (os meios da Comunicação Social não os podiam nomear), o que foi aproveitado pelo MFA para empenhar todos os

---

sua visita. Agradeceu, ainda, «o anterior apoio jugoslavo junto dos membros da OUA, assim como a relação a respeito de Portugal junto de outros países».

<sup>825</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975). Pela sua numeração (n.º 184/75), este documento da correspondência desta embaixada com o SFNE foi o sétimo numa semana.

meios de informação na promoção da importância do 25 de Abril e os seus resultados nesse primeiro ano através de declarações e entrevistas (Costa Gomes, Vasco Gonçalves e outros dirigentes do MFA) e, colocando em primeiro plano, a ligação do MFA-Povo.<sup>826</sup>

Após estas notas introdutórias, o embaixador jugoslavo anexou os resultados eleitorais quase completos (faltavam verificar cerca de 300 000 votos), em que, «*os socialistas de Soares obtiveram mais votos, cerca de 38% (um pouco mais de dois milhões), o PPD que se apresenta também como social-democrata, cerca de 24% (1,4 milhões de votos). Caso a estes se juntarem os votos do PCP (12,54%) e doutros partidos de esquerda (MDP, FSP e MES), esta votação foi, sem dúvida, a prova que o eleitorado se pronunciou pelo desenvolvimento socialista, contra o fascismo e o sistema capitalista*». Os partidos da coligação tiveram, no total, cerca de 81% dos votos, o que representava um forte apoio à continuação da execução do Programa do MFA, o principal garante do seguinte desenvolvimento.

Comentou, a seguir, os resultados do PCP (12,54%) e o seu próximo MDP com 4,12% dos votos, que se explicavam, entre outras coisas, pelas «*reservas dos eleitores ainda por esclarecer em relação ao comunismo como um espantalho*».

Quanto «*aos socialistas de Soares e nele próprio*» havia uma dose de triunfo reservado pelo sucesso, mas igualmente pelos resultados insuficientes que obtiveram os comunistas e o MDP. Numa declaração a um jornal lisboeta, «*Soares sublinhou que, além de não afastar a possibilidade de que as eleições podiam e deviam influenciar na futura composição do governo (o mesmo também declarou o líder dos democratas populares), se mostraram justificadas as reservas do seu partido a respeito da inclusão do MDP na coligação (tiveram somente 4,12% dos votos)*».

Nos primeiros comentários ocidentais, estava presente «*uma satisfação pela vitória dos socialistas soaristas e o sucesso do PPD, o que se podia interpretar como a "adaptação" da tática do Ocidente, a qual, após ter apontado, antes das eleições, para o perigo das mudanças radicais em Portugal, nesse momento, reforçando-se a posição de Soares, quer, no fundo, travar o desenvolvimento e as mudanças ditadas pelo MFA com a apoio do PC e outros partido de esquerda*».

Depois, em relação à leitura dos resultados eleitorais, efectuada pelo MFA, Stoïakovich resumiu-a «*no sublinhar da resposta maciça dos eleitores e as amplas opções em direc-*

---

<sup>826</sup> Mencionou a grande manifestação, em Lisboa, na noite desse dia, «*de apoio ao MFA e ao aniversário do derrubamento do fascismo [...]. A "coincidência" das eleições e do aniversário determinou inúmeras felicitações de estadistas e políticos estrangeiros (as felicitações do nosso presidente e dos camaradas Búieditch e Minitch chegaram entre as primeiras e, por isso, receberam uma destacada publicidade)*» e contribuiu para salientar ainda mais o papel do MFA na véspera da votação.

ção ao desenvolvimento socialista, o número mínimo de votos que conseguiu reunir a direita e etc.», mostrando ainda que essas eleições e seus resultados foram «*sinais de apoio ao MFA e seu programa, que o povo optou por reformas indispensáveis e que isso era a confirmação do curso para o qual se decidiu o MFA e as forças progressistas*». Outro aspecto que salientou foi que «*o MFA minimizou directamente o sucesso de certos partidos nas eleições, apontando que os partidos obtiveram votos somente em base das promessas dadas aos eleitores*», devendo justificar essa confiança, a partir de então, na prática.

Partindo dos resultados das eleições como um claro apoio à plataforma MFA-Partidos Políticos, destacou a sua confirmação pelo facto de que os partidos da coligação tiveram 81% dos votos, aos quais, se deviam juntar os votos dos partidos fora da coligação, mas subscritores da mesma plataforma. Sem embargo, não deixou de mencionar que «*a par do sucesso indiscutível que estas eleições significaram para o MFA*», não se deveria excluir «*a possibilidade dos socialistas e democratas populares tentarem "valorizar" os resultados eleitorais (64% no total) e de agravar, com o apoio do Ocidente, as discussões e as divergências em redor da participação no poder e acerca dos seguintes caminhos e ritmos das mudanças*».

Para concluir esta sua dezena de notas sobre as primeiras eleições pós-25 de Abril, o embaixador jugoslavo juntou a seguinte «*observação*»: num debate televisivo relativo aos resultados das eleições com «*os quatro líderes dos partidos da coligação (Soares-PS, Cunhal-PC, M. Mota-PPD e P.Moura-MDP)*, a uma crítica provocante de Cunhal de que o PS estava ligado com as tendências sociais-democratas, pró-capitalistas e pró-americanas, na réplica, Soares realçou que o PS não só gozava do apoio e tinha boas relações com sociais-democratas (e pessoalmente com Brandt, Palme e Wilson), mas também com os partidos comunistas de Espanha, Itália e da Grécia (do interior) e depois com a FNL da Argélia e os movimentos da Zâmbia e Tanzânia (desta vez não se lembrou da LCJ)».

Após uma semana (2/Mai.), num seguinte «*comentário aos resultados eleitorais*», Stoiaikovitch completou a sua anterior «*avaliação preliminar*» das eleições com novos dados, explicações para as votações obtidas pelos partidos e a conclusão de que, salvo os seus «*resultados (a opção de mais de 80% do corpo eleitoral por uma orientação progressista)*, foram igualmente um importante indicador para a avaliação do MFA da situação no país». <sup>827</sup>

Partindo de que era preciso ter em consideração as condições em que estas eleições se realizaram, nomeou «*alguns momentos significativos*» e, entre uma dezena desses momentos,

---

<sup>827</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).



referiu algumas consequências do regime fascista e dificuldades ou resultados do pós-25 de Abril.<sup>828</sup> Do mesmo modo, sem esquecer, uma *«forte actividade de factores externos: ocidentais, com a propagação do medo do comunismo; e orientais, com uma propaganda inicial bastante rude»*.

Quanto aos partidos políticos, começou por comentar *«os elevados resultados que obteve o Partido Socialista de Soares (2 145 000 votos, 37,87% e 116 deputados), em certa medida, acima das expectativas»*, os quais, se podiam explicar pela sua *«estreita ligação e o apoio da social-democracia europeia ocidental e do Ocidente em geral»*. Do mesmo modo, a actuação do PS baseou-se na *«"democracia pluralista", "socialismo em liberdade" e etc., distanciando-se claramente, em cada oportunidade, do modelo europeu oriental de socialismo, mas acentuando as inúmeras ligações com certos partidos comunistas»*. Dispunha, para mais, de meios financeiros quase ilimitados que recebeu do Ocidente e, em primeiro lugar, do PSD da RFA. Além disso, ao longo de Portugal, havia *«alguns milhares de homens de negócios»<sup>829</sup> dos países ocidentais e esse "exército de agitadores" contribuiu bastante na orientação de voto dos eleitores para o PPD ou o PS de Soares»*.

Não obstante, segundo Stořakovitch, *«para os resultados vantajosos dos socialistas também contribuiu o PC porque, constantemente, os acusou de anticomunismo e anti-sovietismo»*, o que teve um efeito contrário, pois a uma parte do eleitorado confirmou que, votando no PS, afastariam o risco de mudanças radicais, as quais estavam ligadas às posições políticas do PC e de outros partidos de esquerda (MDP-CDE, FSP, MES, etc.).

Durante e antes da campanha eleitoral, o PS teve em conta que, devido *«ao prestígio e confiança conquistados pelo MFA, de não se expor como seu oponente»*. Em geral, apoiava as posições do MFA e concordava com as suas medidas. Porém, ao mesmo tempo, deixava entender que, em determinado momento, podia discordar delas e mostrar as suas verdadeiras opiniões (mais abertamente, por exemplo na questão dos sindicatos unitários). Do mesmo

---

<sup>828</sup> Esses momentos eram os seguintes: *«as eleições efectuaram-se após um período de 50 anos dum regime fascista; despolitização das massas; forte influência do clero; influência muito desenvolvida da pequena burguesia e uma classe média bastante forte; ausência do país de um milhão e meio de trabalhadores (a trabalhar no estrangeiro); tendência para o agravamento da situação económica e aumento do desemprego no país; em princípio, a descolonização efectuada; as incertezas em relação às repercussões internacionais das mudanças internas; enorme proliferação de diversos partidos e grupos políticos; e a insuficiente, mas contudo a bastante presente afirmação da plataforma das forças progressistas do MFA e a sua via portuguesa para o socialismo e a independência nacional»*.

<sup>829</sup> Embora fosse a primeira (e a única) vez que os mencionou, não foi encontrada qualquer outra informação a seu respeito.

modo, o PS atribuiu «*quase exclusivamente a si próprio o sucesso no campo da descolonização e o quadro e a dinâmica da abertura em relação ao resto do mundo (Soares esteve à frente do MNE)*».

Juntamente com «*um indiscutível grande número de votos de eleitores que optaram sinceramente pelo socialismo, os socialistas obtiveram uma boa parte dos seus votos entre a pequena burguesia e a classe média*», ou seja, entre aqueles que, na política do PS, viram a «*garantia que não seria ameaçado o direito à propriedade, à iniciativa privada e outros*». Nesse sentido, foi indicativo a composição social dos deputados eleitos na lista do PS: mais de 30 advogados, um mesmo número de intelectuais (professores universitários) e outros (jornalistas, médicos, etc.), mas somente uma dezena de operários e agricultores.

Quanto ao PPD, este partido que obteve também bons resultados eleitorais,<sup>830</sup> declarava-se pelo socialismo, intitulava-se social-democrata, embora, na verdade, tivesse marcada-mente uma orientação de direita burguesa-liberal. Os seus eleitores não eram nem pelo regresso ao fascismo, nem por uma orientação para o socialismo. Seguramente, recebeu votos de partes da reacção que se encontravam agrupados no CDS, que «*tinha menos possibilidades de lutar por um ritmo mais lento de mudanças, devido a poderem-se opor a um desenvolvimento socialista com mais sucesso através dum PPD "mais aceitável"*». Ao mesmo tempo, era um indicador de que, no futuro, o PPD poderia vir a ser uma base da obstrução organizada ao seguinte desenvolvimento progressista. A composição social do grupo dos seus deputados confirmou tal análise — «*somente alguns funcionários, os restantes, advogados, comerciantes e semelhantes*».

Apesar do relativo modesto resultado do PCP, devido às condições de que saiu para eleições realmente livres (propaganda anticomunista durante 50 anos, o espantinho do comunismo, fortes e numerosos adversários — Igreja, direita, extrema-esquerda, socialistas e, depois, as próprias fraquezas, etc.), o facto que reuniu mais de 700 000 votos (12,53% e 30 deputados) foi, contudo, um sucesso que não se deveria subestimar.

Para este desfecho, contribuiu também a posição do PC de apoio sem reservas ao MFA. Além disso, teve à sua disposição, parece, meios materiais ilimitados, o que ajudou a estar entre os primeiros na campanha eleitoral (em quantidade e qualidade o seu material de propaganda não ficou atrás de nenhum outro partido).

A razão pela qual o seu sucesso não foi mais significativo encontrava-se, juntamente às condições citadas, igualmente «*numa opinião bastante difundida acerca da enorme ligação*

---

<sup>830</sup> « (1 495 000 votos, 26,38% e 80 deputados) ».

*com interesses do bloco socialista, que propunha um modelo de socialismo de "democracia popular", o que era inaceitável e discordante com a tese do MFA de se caminhar para a construção de uma própria e adequada forma de sociedade socialista».*

Ademais, uma certa aversão dos eleitores a respeito do PCP surgiu até pelo receio de possíveis complicações internacionais, numa situação tão complexa como a de Portugal, caso nessas eleições os comunistas tivessem um predomínio, tendo em consideração o que dizia constantemente *«a forte propaganda do Ocidente»*. Outro erro teria sido alguns dos seus métodos na luta por uma influência preponderante nos meios de Comunicação Social que lhe trouxeram alguns danos. Ao ter, *«realmente, uma forte posição nos meios de informação, [neles] assegurou até uma presença sobredimensionada da URSS, o que assustou seguramente até parte dos progressistas [que não estavam] prontos para se confrontarem com o Ocidente»*. Por outro lado, um certo papel negativo jogou inclusive o facto de que alguns partidos da extrema-esquerda se chamarem comunistas e, mais ainda, pelo seu comportamento ligado ao uso da força, de ataques físicos, o que influenciou uma parte do eleitores inexperientes e incapazes de os diferenciar das suas actividades. Outra possível explicação para os citados *«modestos resultados»* eleitorais do PCP estaria, segundo o embaixador jugoslavo, *«sem qualquer dúvida, na ausência do país de mais de um milhão de trabalhadores emigrantes que reduziu a base eleitoral do PC»*.

Até certo ponto, surpreendeu a votação do CDS (433 000 votos, 7,65% e 16 deputados) porque este partido contava com os votos do proibido PDC, com o qual deveria concorrer numa lista conjunta. O seu fraco sucesso, *«tendo em vista que ao seu redor se reuniu a direita, representantes do capital financeiro e da grande burguesia, deveria ser explicada também pelo facto de que a sua nítida orientação direita, em certa medida, já irresponsável e talvez anacrónica para o curso progressista amplamente aceite no país»*. Nesse sentido, foi indicativo que *«alguns dos seus membros recusaram aceitar a candidatura, considerando que a sua aceitação os comprometeria pessoalmente»*. Além disso, Stoíakovitch estimou que *«não se devia excluir que uma parte dos seus votos foi para o PPD, o que mostrou uma tentativa de adaptação da direita à situação»*, a qual, avaliou que evoluiu irreversivelmente para a esquerda. Como exemplo do seu *«possível futuro comportamento político, foi característico que na sua lista foi eleito o general Galvão de Melo que, depois do 11 de Março, foi preso por estar directamente implicado na tentativa do golpe de Estado»*.

Quanto aos resultados do *«(progressista) Movimento Democrático Português-MDP (233 000 votos, 4,12% e 5 deputados), igualmente estiveram abaixo das expectativas»*.

No entanto, *«este resultado foi compreensível caso se tiver em vista que, durante o tempo do fascismo, este movimento reuniu todos os antifascistas — comunistas, socialistas, intelectuais e católicos progressistas —, constituindo-se como partido bastante tarde»*, quando o corpo eleitoral já tinha optado por outros partidos, pelo que o MDP ficou praticamente sem base eleitoral. Por outro lado, *«esteve sujeito a fortes ataques da direita e dos socialistas, que era um "apêndice" do PC (o que, na realidade, era exacto)»*.

Para completar este seu comentário, fora os cinco partidos referidos, o embaixador jugoslavo mencionou os outros *«sete, que participaram nessas eleições, de uma vintena no total, quantos havia nesse momento registados oficialmente no país»*. Exceptuando dois deles, todos os outros pertenciam à esquerda ou à extrema-esquerda (trotskistas, maoistas, anarquistas e etc.). Desses 7 partidos, só um pertencia à direita e todos eles não obtiveram nem um deputado,<sup>831</sup> acrescentando que, nas eleições, não quiseram participar dois partidos (PRP-BR e LUAR) e o governo suspendeu a actividade de outros dois (AOC e MRPP).

No seu conjunto, *«os resultados das eleições (a decisão de mais de 80% do eleitorado para uma orientação progressista) foram um importante indicador tanto para a avaliação do MFA da situação no país, porque foi igualmente um apoio directo às forças progressistas no MFA para continuarem o curso iniciado, com uma eventual situação um tanto mais fácil em relação aos EUA e Ocidente»*. Assim, pelo menos, formalmente, estes *«não pod[ia]m deixar de ter em conta uma decisão do eleitorado como esta, mas, ao mesmo tempo, foi uma espécie de aviso ao bloco oriental»*.

### **Outros comentários acerca das eleições**

Em Paris (28/Abr.), numa entrevista para a televisão jugoslava, *«o secretário-geral do PCE, Santiago Carrillo, fez alguns comentários que não eram para divulgação e, a seu pedido, nem foram filmados»*. Acerca da situação em Portugal, disse que *«os comunistas italianos tinham razão, efectivamente, em algumas das suas críticas ao PCP»*. Para ele, os comunistas portugueses jogavam um *«"jogo perigoso, formando uma coligação quase exclusivamente com a junta militar"»*. Essa junta era, naquela altura, progressista, mas ela podia vir a ser somente no início. Tarde ou cedo, caso se estabilizar no poder, a junta tornar-se-á perigosa. Então, o papel do PCP será, apreciavelmente, diminuído. A respeito do futuro, talvez, esse compromisso com a junta militar progressista, poderia ter graves consequências para o prestígio de um partido comunista, porque poder-se-ia acusá-lo de que *«"quis, a qualquer preço, o poder mesmo que fosse numa aliança com uma junta militar"»*.

<sup>831</sup> Mencionou seis deles — PPM, FES, MES, FEC-ML, PUP e LCI — com as suas votações e percentagens.

Igualmente, segundo este documento<sup>832</sup> para o SFNE, Carrillo pensava que seria *«muito mais razoável que os comunistas portugueses consolidassem o seu programa político com os socialistas de Soares e, dessa maneira, deixassem uma porta aberta para uma eventual desilusão desagradável com a junta militar»*. Disse ainda que, *«de certo modo, "certas" jogadas do PCP também lhes causaram danos»*, em Espanha, mas *«consolava-se com que, na futura evolução, no seu país, não seria idêntica à portuguesa, "porque, entre nós, em Espanha, os soldados não pod[ia]m jogar um tal papel como em Portugal"»*.

Na continuação da conversação que, parcialmente não foi filmada, o dirigente comunista confirmou que o PCE não queria nenhum programa comum e obrigatório que limitasse a liberdade de acção dos comunistas espanhóis. Salientou que achava que a acção coordenada dos PC da Europa não deveria ser conduzida completamente fora e além dos restantes partidos e forças progressistas na Europa e, em geral, no mundo. Uma tal separação de actividades poderia provocar grande dano aos partidos comunistas europeus ocidentais porque eles tinham de formar, na luta pela vitória e tomada de poder, frentes unitárias com todas as forças de esquerda e progressistas nos seus países. Referiu-se, depois, à situação em Espanha, à Conferência dos Partidos Comunistas da Europa e à Jugoslávia.<sup>833</sup>

Comentando as eleições portuguesas, em Washington (30/Abr.), J. Kell, encarregado da política portuguesa no Departamento de Estado, disse ao embaixador jugoslavo, Toma Granfil, que *«tinham decorrido "correctamente", sem grandes incidentes. Porém, não esperavam que o Partido Socialista alcançasse tais resultados»*.<sup>834</sup>

Todavia, esses resultados eleitorais *«não diminuíram "a inquietação" do governo americano, em particular Kissinger, por causa das repercussões nocivas que a evolução interna, em Portugal, pode[ria] ter para as relações no quadro da OTAN e para a segurança da Aliança Atlântica»*.<sup>835</sup> O MFA e o governo continuavam a realizar um programa declarado

---

<sup>832</sup> Este telex foi enviado pelo Centro Informativo da RSFJ, em Paris, e subscrito pelo seu director e o embaixador jugoslavo N. Dizdarevitch.

<sup>833</sup> Assim, em Espanha, segundo Carrillo, *«uma parte da direita tradicional era, então, progressista e que o PCE cooperar[ia] com eles no derrubamento de Franco»*. Referiu-se, ainda, à reunião preparatória para a Conferência dos Partidos Comunistas Europeus e qual seria a posição do PCE nessa Conferência *«caso se realizar»*. Mencionou, também, o movimento e a política de não-alinhamento e, quanto à autogestão, que o PCE, quando escolhesse *«a sua via para o socialismo, examinaria e pensaria seriamente acerca das experiências da autogestão jugoslava»*.

<sup>834</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>835</sup> Além desta afirmação do diplomata estado-unidense, Granfil já tinha ouvido do embaixador português *«que Kissinger estava muito "pessimista" na avaliação e insatisfeito com a evolução em Portugal»*.

como socialista, enquanto o ministro dos Negócios Estrangeiros anunciou que Portugal examinaria mais tarde a sua filiação na OTAN. Kelly estava *«inquieto pelo facto de que, no governo português, participavam comunistas, o que podia ser um exemplo e encorajamento para os partidos comunistas italiano e francês fazerem o mesmo»*. Isso colocaria a questão da *«eficiência do sistema de defesa da OTAN e a possibilidade da "parte oriental" chegar até "dados muito confidenciais da Defesa"»*.

Afirmando que *«a situação seria "algo diferente" quando os países europeus orientais permitissem a participação no governo de representantes "sociais-democratas"»*,<sup>836</sup> o diplomata estado-unidense informou ainda que *«Kissinger dizia que observava a situação em Portugal num amplo contexto de relações, começando na viragem mais recente na Indochina,<sup>837</sup> depois, pelo estado no Mediterrâneo (relações greco-turcas, Chipre e Próximo-Oriente) e, daí, o aumento da susceptibilidade quanto à situação portuguesa»*.

A respeito da situação económica portuguesa, esta era avaliada como muito difícil devido à *«política "errada" do governo, à diminuição do turismo e ao aumento da taxa do desemprego»*, ao passo que *«as precipitadas nacionalizações»* só iriam contribuir para o seu agravamento. Além disso, o governo não fazia novos investimentos nem encorajava o investimento para aumentar o emprego e a produção. Até esse momento, segundo Kelly, somente os EUA prestavam *«uma certa ajuda económica (cerca de 25 milhões de dólares), enquanto os restantes países da CEE continuavam "em negociações" com o governo português»*. Igualmente, para o seguinte ano fiscal (a começar em Julho desse ano), o governo estado-unidense ia pedir uma ajuda maior para Portugal.

Para concluir, o embaixador jugoslavo mencionou os comentários, publicados na imprensa, que eram um pouco mais calmos do que na campanha que, já há alguns meses, se fazia em redor do *«perigo comunista e das implicações negativas que um Portugal esquerdista provocaria nas estruturas da OTAN e na Europa»*. Nesses últimos dias, salientava-se *«a importância da vitória das forças moderadas sobre o PCP, dando a esta vitória o significado dum factor fundamental, ou seja, um indicador para a futura evolução política»*. Ao mesmo tempo, surgiu a confiança de que *«os factores políticos no país saberão compreender a mensagem do povo que "se decidiu pela liberdade"»*. Não obstante esses resultados eleitorais, na imprensa, continuava *«aberta a questão das relações do regime militar dominante com os*

---

<sup>836</sup> Uma informação confusa para quem como Kelly que conhecia a situação política portuguesa e a posição dos citados países europeus quanto à composição partidária do governo.

<sup>837</sup> Como nesse dia 30 (quarta-feira), no Vietname, a guerra terminou, em Saigão, com a derrota dos EUA e dos seus aliados locais, esta conversação deve ter ocorrido uns dias antes.

*partidos moderados fortalecidos após as eleições». Por causa disso, insistia-se na «legitimidade obtida pelas "forças moderadas" para a futura participação activa na vida política» e, apesar do insucesso dos comunistas ser explicado «pela fraca popularidade entre as massas», contudo, continuava-se «a sublinhar o papel importante que o PC tinha, em particular, nas forças armadas».*

Nesse mesmo dia (30/Abr.), da embaixada jugoslava, em Londres, o SFNE recebeu um relato da conversação com S. Russell, redactor-chefe do *Morning Star*, acerca da sua estadia em Portugal, onde tinha estado mais de uma semana «antes e durante as eleições».<sup>838</sup> Ali, encontrou-se com diversos dirigentes e jornalistas do PCP e, igualmente, entrevistou Álvaro Cunhal.<sup>839</sup> Para a maioria dos seus interlocutores, apesar dos relativos bons resultados alcançados, a situação do seu partido era bastante difícil.

Acerca dessa situação, no seu esclarecimento, Cunhal «salientou, em primeiro lugar, que os partidos comunistas europeus ocidentais mostraram muito pouca compreensão pelos acontecimentos em Portugal e, em particular, pela posição em que se encontra[va] o PCP». Imediatamente, afirmou que tanto «a teoria do "compromisso histórico" como "o sistema da autogestão" eram inaceitáveis para o PCP», acrescentando que esperavam «"solidariedade proletária e não críticas e conselhos" como aqueles que houve de vários lados». Disse, a seguir, que somente a posição do PC francês foi construtiva e bem-intencionada.

Depois, de acordo com a sua conversação com Russell, o diplomata jugoslavo anotou ainda mais uma dezena de afirmações<sup>840</sup> de Cunhal acerca da situação política portuguesa e a sua explicação para esses acontecimentos, em que «acentuou o longo isolamento de Portugal da vida política da Europa e que, por isso, em certa medida, até podia ser compreensível».

<sup>838</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>839</sup> Porém, sem qualquer referência ao idioma e à duração desta conversação.

<sup>840</sup> «Tinha a impressão que a afirmação reaccionária de que o PCP era um partido pró-soviético, igualmente era aceite por alguns PC europeus; sublinhou que os PS da Europa Ocidental eram de longe mais solidários com os seus aliados em Portugal; realçou, em particular, que os PS dos países escandinavos, o Partido Trabalhista da Grã-Bretanha e o PSD da Alemanha Ocidental prestavam uma ajuda bastante importante ao PS português em todos os aspectos e até, também, uma considerável ajuda material; quanto à afirmação da imprensa ocidental de que a URSS financiava o PCP não houve, podia-se dizer, qualquer reacção e, igualmente, passou sob silêncio a ingerência aberta de Palme nos assuntos internos portugueses; disse que Palme afirmou que era preciso ajudar os socialistas em Portugal com todos os meios e impedir que os comunistas cheguem a reforçar as suas posições; Cunhal disse que, até nos países socialistas, não houve qualquer reacção a tais excessos de líderes de diversos partidos socialistas europeus; ele disse que estes partidos ajudaram ainda outras forças, até mesmo marcadamente reaccionárias, em Portugal, para diminuir a influência das forças progressistas, em particular, o PCP; o PS como outros partidos e, particularmente, a Igreja Católica lutaram quase exclusivamente contra o PCP durante a campanha eleitoral».

Todavia, acrescentou, não esperava que, também, *«entre os PC da Europa houvesse uma tal incompreensão a respeito de Portugal»*.

As suas maiores críticas foram dirigidas às posições do PC italiano — em particular, Berlinguer e que, nessa ocasião, referindo-se às situações em que se encontravam alguns partidos (consoante Russell, Cunhal pensava no PC grego), as quais, não permitiam demasiados conselhos, *«"mas sim era preciso prestar toda espécie de apoio possível"»*. Aqui, voltou a dizer que *«o "compromisso histórico" não podia ajudar ninguém e muito menos o PCP, [enquanto] o "sistema da autogestão" era inaceitável para a situação em que se encontrava Portugal»*.

Falou, a seguir, da forte influência que o PCP tinha *«nos sindicatos e que conseguiu criar, quase em todo o território, [...] as suas organizações, mas havia partes do país, onde a reacção não permitia a formação de organizações partidárias»*. Ali, essas acções eram conduzidas *«pela Igreja, mas havia ainda uma forte ingerência do estrangeiro, o que se "sentia bastante no terreno"»*. Embora, Cunhal não tivesse falado abertamente de que estrangeiro se tratava, no entanto, *«outros interlocutores do PCP, em particular gente da imprensa, afirmaram que a CIA era muito activa e que, antes das eleições, deu um grande apoio às palavras de ordem da Igreja que utilizou, em toda a parte, contra os comunistas»*.

Entre outros assuntos a que, em seguida, se referiu, segundo o jornalista do órgão do PC britânico, o dirigente comunista português citou os seguintes: *«o Partido estava numa posição bastante difícil a respeito de quadros necessários para a situação e esse período de desenvolvimento do país»*; além disso, o PCP *«era fraco sob o ponto de vista material»*; tinha *«só um semanário e [teria] ainda de se esperar muito para [poder reforçar] os seus meios de informação»*; ele esperava que *«a reacção ia continuar a intervir na vida interna de Portugal e as forças reaccionárias [tentarão ligá-lo], ainda mais, à comunidade ocidental»*; *«ali, nos últimos tempos, o Ocidente era muito activo, oferecia grandes empréstimos, especialmente, a RFA e os países escandinavos»*.

Contudo, Cunhal estava *«igualmente optimista em algumas coisas»*: salientou *«a influência do Partido nos sindicatos, entre a população urbana, entre a juventude como também, em certas partes do país, nas aldeias»*. Porém, era *«céptico em relação a uma rápida formação dos quadros necessários»*.

Quanto a Russell, este disse ainda ao seu interlocutor jugoslavo que *«nas fileiras do exército havia comunistas, que a vida política estava bastante desenvolvida, mas que não se permitia a criação de organizações partidárias»*. Cunhal não quis entrar *«em explicações em redor da posição dos membros do PCP nas forças armadas»*, mas disse-lhe que as relações



eram boas. Do mesmo modo, não desejou *«falar acerca do seu cargo no governo»*, embora tivesse realçado *«que se mostrou como muito vantajoso, o facto de o PCP ter aceite imediatamente»* esse convite.

No final desta reunião, Cunhal perguntou-lhe qual era a posição do PC britânico sobre a evolução política em Portugal. Russell respondeu-lhe que *«o seu partido através da sua imprensa deu o seu apoio, mas não queriam dar conselhos, porque era pouco numeroso e, no seu país, tinha pouca influência. Cunhal concordou com essa posição»*.

Dias depois (6/Mai.), a embaixada em Bona enviou para o SFNE uma breve informação acerca de uma reunião de um seu diplomata com o *«Dr. Strenziok, chefe-adjunto do Departamento para o Mediterrâneo no MNE da RFA»*.<sup>841</sup> Para este último, mesmo *«após as eleições, a situação em Portugal não tinha possibilidade para a estabilização, continu[aria] a ficar a incerteza e a insegurança»*.

A evolução seguinte era difícil de prever porque a chefia militar, apesar das capacidades mostradas de que tinha as coisas nas suas mãos, na realidade, estava dividida, o que com o tempo se manifestaria cada vez mais. Nesse momento, *«a tendência era que essa chefia expulsava, mais e mais, os partidos e os seus dirigentes das decisões. No MNE, estimavam que o destino e a evolução de Portugal podiam-se desenrolar em duas direcções: um primeiro modelo de evolução como na Argélia;»*<sup>842</sup> *um segundo, a possibilidade de um golpe de Estado, semelhante ao do Chile»*. A primeira variante, baseada num curso independente e apoiada nos Não-Alinhados e no Terceiro Mundo, seria a mais realista e seria aceite pelos países ocidentais. Isto poderia fazer sair o país do beco sem saída. Todavia, no momento que passava, não havia muitas bases para esta variante.

Para a OTAN, *«Portugal era o problema principal, mas não se via a possibilidade de que algo se podia fazer. Na conferência, em fins de Maio, ia estar o Soares que tinha cada vez menos influência e importância»*.

À semelhança da maioria dos países ocidentais, *«a RFA não tinha uma posição elaborada, nem clara nem aproximada, em relação a Portugal»*. Para o MNE, valia *«a posição de expectativa e, realmente, funcionava-se de forma descontrolada, através de linhas partidárias, onde a do PSD era a mais activa»*.

---

<sup>841</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>842</sup> Como este diplomata, Gert Strenziok, foi embaixador na Argélia (1965-72), esta «variante» podia estar ligada mais a esse período da sua carreira do que à posição da RFA em relação à situação política portuguesa.

Por esses dias, em Lisboa (5/Mai.),<sup>843</sup> num almoço, em casa do embaixador Stoíakovitch, esteve «o embaixador Dr. Ramos da Costa [que] no contexto das conversações acerca das diversas medidas para a promoção da cooperação bilateral, afirmou que "durante o ano, deveria realizar-se alguma visita importante", acrescentando que foi recebido pelo presidente Gomes (publicado na imprensa) e que o presidente está muito interessado em visitar a Jugoslávia».<sup>844</sup> No entanto, ele disse-lhe que quanto lhe era conhecido o presidente Tito estava completamente ocupado até Novembro com visitas já confirmadas.

Segundo esta informação de Stoíakovitch para o SFNE, embora não tivesse comentado a afirmação do seu convidado, respondeu-lhe «somente que acreditava que seguramente o nosso presidente [tinha] um programa de visitas até ao fim do ano», acrescentando que, não obstante, confiava que, durante esse ano, se realizaria «a visita do camarada Minitch, ao que o embaixador respondeu que ele tomava essa visita como algo que já estava definitivamente confirmado («o convite foi entregue e aceite»). Ainda mais, tencionava propor ao camarada Minitch que a visita se realize, eventualmente, no regresso de Nova-Iorque da Assembleia da ONU (fins de Setembro ou Outubro). Falou que, por essa ocasião, poderia ser ainda assinado o Acordo de Cooperação Cultural».

Depois, Ramos da Costa comunicou-lhe que «conversou ainda com o ministro do Trabalho, major Martins, e com ele falou sobre a sua visita à Jugoslávia. Supostamente, acordaram que o embaixador prop[usesse], em Belgrado, a visita para a primeira metade de Julho».<sup>845</sup> Do mesmo modo, «teve conversações com personalidades muito importantes do MFA, acrescentando que as relações entre as direcções do PS e do MFA não eram as melhores (falou também com o membro do CR, capitão Pinto Soares, que no mês de Março esteve na Jugoslávia)».

No final deste seu breve relato, referiu que o embaixador português lhe disse o seguinte: «"corriam rumores" que vão ocorrer certas mudanças na direcção do PCP. Supostamente, Cunhal será presidente do Partido, assumindo as funções de secretário-geral Carlos [Aboim] Inglês, "um pouco mais novo, mas igualmente um homem pró-moscovita"».

<sup>843</sup> Sendo esta a data do telex, possivelmente, o citado almoço teria ocorrido nos dias anteriores mais próximos.

<sup>844</sup> (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

<sup>845</sup> Que acabou por não se realizar.

### Em meados de Maio

Nos dois últimos dias, antes da sua partida para Belgrado (15/Mai.),<sup>846</sup> Stoíakovitch visitou e teve «*conversações com o almirante Rosa Coutinho, membro do Conselho da Revolução do MFA, o Dr. A. Cunhal, secretário-geral do PCP, Dr. Mário Soares, secretário-geral do PS e Campinos, secretário de Estado do MNE (o ministro Antunes ausente em Angola)*».

Quanto à situação económica de Portugal, todos os seus interlocutores julgaram-na «*má e que se tornava ainda pior*». O desemprego aumentava rapidamente e, para isso, «*contribuía ainda mais o súbito regresso de colonos e soldados das colónias e, principalmente, de Angola*». Este regresso maciço, segundo Cunhal, «*entre outras coisas, reforçava ainda as forças reaccionárias no país*». Por seu lado, Soares estimava que «*a solução não se podia esperar do bloco socialista (a URSS não queria mais uma Cuba) ou do "terceiro mundo", mas sim através da cooperação com os países ocidentais e do reforço da estabilidade e da disciplina*».

A respeito do papel do Estado, Cunhal era por uma sua maior intervenção, ao passo que Coutinho apoiava «*uma combinação de intervenção estatal, estimulação da produção e uma actividade internacional multilateral (intensa diversificação das relações económicas com o máximo empenho em se manter as relações com os actuais parceiros)*». Igualmente, achava que «*o maior perigo para a revolução em Portugal representava, além da situação económica interna, uma eventual guerra no Próximo Oriente*». Esta era encarada como um perigo bastante real e, naturalmente, não só para Portugal, mas para muitos outros países. Por seu lado, Soares «*via esse perigo na radicalização em curso, estimulada pelo PC, a qual podia ameaçar não só a evolução em Portugal, mas também a segurança europeia*».

Outro assunto discutido foi o das diferenças existentes no MFA. Se, por um lado, Coutinho e Cunhal pensavam que, nesse momento, «*o grau de unidade era incomparavelmente maior do que antes do 11 de Março ou do 28 de Setembro (após o ajuste de contas com os spinolistas)*», já Mário Soares achava que as diferenças aumentavam como um reflexo dos resultados eleitorais.

Todos estavam de acordo que uma eventual demissão de Costa Gomes teria más consequências. Se, por um lado, Álvaro Cunhal não excluía essa possibilidade, já Rosa Coutinho reconhecia que «*era preciso mantê-lo, a todo o custo, pelo menos, ainda mais três ou quatro anos*». Para Soares, isso podia-se esperar, caso se continuar com a radicalização. Por sua vez,

---

<sup>846</sup> Foi chamado ao SFNE para consultas sobre a situação política portuguesa.

Cunhal criticava Costa Gomes por ter ajudado «o PS com seu último discurso na véspera das eleições, quando apelou aos eleitores para votarem em partidos que fossem pelo pluralismo, assim como, devido à sua intervenção, no relatório acerca da tentativa do golpe de Estado do 11 de Março, [foi referido] que Soares esteve para ser liquidado pelos contra-revolucionários, "apesar de ambos estarem próximos dos golpistas"». Consoante Rosa Coutinho, as forças reaccionárias tentavam, com todas as forças, quebrar a unidade da direcção do MFA.

A respeito das más relações entre comunistas e socialistas (acusações mútuas), Stóia-kovitch informou de que continuavam as conversações, tendo Soares colocado três condições: eleições nos sindicatos; eleições para os órgãos do Poder Local; e reequilíbrio da influência na imprensa (porque em todos os órgãos, a influência do PCP era predominante). Teve promessas para as primeiras duas condições. Quanto a Cunhal, dizia que «Soares não respeitava os acordos, pois nas reuniões aceitava uma coisa e já, no dia seguinte, numa conferência de imprensa anulava tudo» (o mesmo se passou com um pedido do Conselho da Revolução, quando os quatro líderes dos partidos da coligação estiveram na televisão com um seu representante, «mas Soares e o líder do PPD não respeitaram o acordo acerca da discussão, mas sim aproveitaram a oportunidade para polemizar»). Outro exemplo, para Cunhal «"o incidente do Primeiro de Maio" (quando na tribuna, supostamente, não deixaram entrar os líderes do PS) foi encenado pelo PS», enquanto para Coutinho «tratou-se de rivalidades interpartidárias que iam até à trivialidade».

Continuando a citar as suas notas relativas à reunião com Mário Soares, este disse-lhe ainda que «"não podia permitir que o país fosse dirigido por um partido que teve somente 12% dos votos", mas que, todavia, trabalhará na cooperação com o PC e não abandonaria o governo ou pediria o reequilíbrio no actual governo como consequências dos resultados eleitorais».

Relativamente à evolução da situação em Angola, todos manifestaram uma grande preocupação. Assim, se Álvaro Cunhal até a colocou em segundo lugar na lista dos perigos para o desenvolvimento em Portugal, já o almirante Rosa Coutinho estimava que esse desenvolvimento iria de crise para crise. Embora se fizesse tudo, a solução do problema superava as forças e possibilidades do próprio Portugal. Igualmente, «ninguém fez questão acerca da entrega do armamento jugoslavo ao MPLA e, ademais, Rosa Coutinho disse até que a maioria das armas foi de facto desembarcada<sup>847</sup> e "bem-vinda"». O embaixador jugoslavo comu-

---

<sup>847</sup> Vd.p. 518.

nicou ainda ao SFNE que, «*enquanto esperou uma dezena de minutos para a conversação com ele, terminava uma reunião com um grupo de oficiais a quem dava instruções na véspera da sua urgente partida para Angola com o ministro dos Estrangeiros Antunes para tentarem organizar um encontro tripartido e assinarem um novo acordo*».

No último ponto destas notas, Stoíakovitch referiu que para a intensificação das relações com a Jugoslávia, nomeadamente, Rosa Coutinho «*manifestou interesse que fosse em todos campos, em particular, acerca de diversas soluções sistémicas internas*», entrando, até ao pormenor, por exemplo, como resolviam «*a questão da não-discriminação na remuneração dos trabalhadores que trabalhavam no mesmo ramo, mas em empresas com tecnologia moderna ou mais antiga, etc.*», confirmando a existência de um grande interesse, mas também de oposição a que se utilizasse «*a nossa experiência (as forças burocrático-estalinistas, incluindo aqui, igualmente, essas forças que, no PCP, conduzem uma campanha contra as nossas experiências)*»<sup>848</sup>.

Retomando o tema das relações com o PCP e PS, informou que Álvaro Cunhal lhe disse que no CC examinavam a questão das relações com a LCJ (necessidade do seu reforço e próxima proposta para o intercâmbio de delegações partidárias), ao passo que, por seu lado, Mário Soares pediu-lhe que transmitisse à direcção da mesma LCJ para «*que, directa ou indirectamente, influenciasse o PCP a ter relações mais flexíveis e cooperantes, porque a radicalização conduzia a enormes perigos*». No fim, pediu uma resposta da LCJ e da ASPTJ a um convite enviado para participarem num simpósio que o PS organizava.

### **A situação económica**

Num breve telex (14/Mai.), intitulado «*Novas medidas económicas do governo português*»,<sup>849</sup> a embaixada em Lisboa comunicou ao SFNE que, no dia anterior, como já antes tinha sido anunciado, «*o governo nacionalizou todas as empresas da indústria tabaqueira, cimentos e celulose (excepto aquelas cuja propriedade é de capital estrangeiro)*».

---

<sup>848</sup> «Assim, o jornal da Intersindical publicou um grande artigo, intitulado "A autogestão não é socialismo", mas sem nos nomear directamente. Cunhal disse que o PS falava do significado e da importância das nossas experiências "embora eles — caso estivessem no poder, seguramente, não as aplicaríamos. Entre vós, por exemplo, todos os meios de produção e o comércio estão socializados e isso não está de acordo com a filosofia do PS que é por uma economia mista"».

<sup>849</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

Outra medida foi o congelamento «até 12 de Dezembro, [...] de todos os salários superiores a 480 dólares e prescrito o salário máximo de 1400 dólares. O salário mínimo foi aumentado de 138 para 160 dólares».<sup>850</sup>

Igualmente, o governo anunciou que daria, com o objectivo da estabilização da produção de leite e produtos lácteos, «80 por cento de subvenção para a aquisição de equipamento (instalações frigoríficas e outras) e aumentará os preços de compra aos pequenos e médios produtores destes produtos».

Porém, devido ao agravamento da situação económica do país «(diminuição da actividade económica, aumento do desemprego que ainda mais se agrava com o brusco e grande afluxo de retornados das colónias, tanto colonos como soldados, diminuição da actividade turística e etc.)», no início de Junho, introduziam-se «medidas restritivas de importação, racionamento dos combustíveis energéticos, têxteis e outros (por agora, o racionamento não abrangeria os artigos alimentares)».

Noutra informação acerca de «Portugal e a ajuda ocidental», esta do consulado jugoslavo em Nova-Iorque (15/Mai.), «a consequência imediata da vitória das forças moderadas nas eleições em Portugal foi essa ajuda económica das potências ocidentais». Essa avaliação (dos meios bancários) não mudou «com as declarações do primeiro-ministro Gonçalves e dos membros do governante MFA de que a vitória dos socialistas e dos moderados democratas populares, e a derrota dos comunistas não influencia[ria] a política de esquerda, incluindo as nacionalizações».

Do mesmo modo, na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE, em Bruxelas, na semana anterior, foi aprovada «a ordem do dia provisória para a próxima reunião regular da Cimeira dos Nove (16-17/Jul.), a qual incluiu um acordo acerca das medidas para o reforço das ligações e ajuda às forças políticas moderadas portuguesas», prevendo-se que, durante as próximas semanas, decorreriam inúmeras missões bilaterais económicas e financeiras dos países da CEE em Portugal.

Estimava-se que, «apesar das declarações de Gonçalves e dos oficiais de esquerda, Portugal precisava de ajuda económica e que as ofertas de ajuda dos governos da CEE diminuam o prestígio do grupo de esquerda do MFA e do PCP, os quais já estavam numa defensiva psicológica». Ademais, a partir duma convicção bastante generalizada no seio do MFA e da oposição, calculava-se que Portugal não se podia apoiar na ajuda da URSS, tanto por

---

<sup>850</sup> O prazo era até 31 de Dezembro e os salários correspondiam aos 4 000, 12 000 e 40 000 escudos que tinham sido aprovados.

razões ideológicas como pela sua impossibilidade de satisfazer as necessidades de Portugal. Assim, «*em tais condições, apesar das declarações públicas, a direcção actual seria obrigada a aceitar a ajuda proposta pela CEE, a qual retardar[ia] o desvio à esquerda da política portuguesa*».

### **Uma «Informação acerca da situação em Portugal»**

Após uma centena de dias em Portugal, o embaixador Stoíakovitch foi chamado a Belgrado, sendo este documento relativo à sua intervenção numa reunião (18/Mai.) do Departamento de Relações e Ligações Internacionais da Presidência do CC da LCJ,<sup>851</sup> em que «*falou sobre a actual situação em Portugal e as relações bilaterais e, particularmente, da cooperação partidária*». Três dias depois, no SFNE, voltou a falar sobre o mesmo tema, referindo-se também aos mesmos pontos principais, mas dando uma maior atenção às relações diplomáticas.<sup>852</sup>

Ponderando «*a situação presente de Portugal, apesar da continuação da sua consolidação interna, [apesar de] carregada de sérias dificuldades*», contudo, o MFA tinha «*a situação nas suas mãos, mas vários factores importantes influencia[va]m negativamente nos esforços para uma estabilização política e económica da sociedade*».

Um desses factores estava «*nas tentativas dos círculos reaccionários do Ocidente de impedirem — em conjunto com as forças políticas de direita no país, incluindo igualmente algumas correntes do Partido Socialista e algumas personalidades do país — o desenvolvimento progressista de Portugal*». Outro factor era «*o bloco oriental [que se empenhava] directamente — em especial através do PC de Portugal que tinha grande influência nos sindicatos, meios de informação, administração local e algumas partes do MFA — em concretizar os seus estreitos interesses*». Segundo esta sua análise, o MFA, «*saneado de forças reaccionárias, tornou-se numa forte força política e progressista e com sucesso se op[unha] a todas as tentativas da direita*». Do mesmo modo, «*a intenção das recentes eleições como as disputas entre comunistas e socialistas serem aproveitadas para uma diferenciação no MFA*», apesar das diferenças já existentes no seu seio, «*não conduziram a maiores consequências negativas*». Disse ainda que, «*recusando uma cor partidária unilateral, uma ten-*

<sup>851</sup> Datado de 6 de Junho, uma cópia deste documento foi também enviada para o SFNE. Todavia, não foi encontrada qualquer referência a outros possíveis documentos (acta, gravação sonora ou outros) nos fundos deste Arquivo, nem do Arquivo Jugoslávia (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>852</sup> Relatou e comentou uma possível sondagem do MNE português para uma próxima visita de Costa Gomes à Jugoslávia, assim como «*a possibilidade de proporem, muito em breve, um encontro particular*» de Miloche Minitch com Melo Antunes devido à situação em Angola (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

*dência autónoma e independente»* no MFA se afirmava cada vez mais e esforçava-se para assegurar as bases para o desenvolvimento progressista de Portugal.

Quanto à situação económica, além de muito difícil, era fonte de sérios perigos para o seguinte desenvolvimento. Assim: *«o desemprego esta[va] a aumentar, acrescentado também pelo grande número de retornados de África e Europa; elevada taxa de inflação; actividade turística em sensível queda; os créditos do estrangeiro esta[vam] bloqueados e as transferências dos trabalhadores no estrangeiro diminuíram substancialmente»*.<sup>853</sup> Nesta situação difícil, foram tomadas *«uma série de medidas económicas, efectuando algumas medidas de nacionalização (bancos e etc.)»*, seguidas de intensivas conversações com a CEE e os EUA, mas tudo isso se mostrou insuficiente para atenuar essa situação.

A situação em Angola tinha um grande reflexo na evolução da situação política de Portugal, porque estava consciente de que, no caso do agravamento da situação angolana, sozinho não a poderia resolver e, por isso, *«o MFA considerava indispensável que os países africanos se empenh[ass]em mais e procura[va] também a ajuda da Jugoslávia»*.

Uma eventual guerra no Próximo Oriente *«podia ser um dos factores importantes na destabilização em Portugal, em primeiro lugar, por causa das bases militares nas ilhas dos Açores que os EUA utilizariam seguramente nessa guerra»*.

Numa situação político-económica como essa, realizaram-se eleições para a Assembleia Constituinte e *«os socialistas de M. Soares alcançaram uma expressiva vitória (37%). Esta vitória explicava-se, em primeiro lugar, pelo facto de que uma grande parte das massas eleitoras em Portugal estava ainda cheia de preconceitos em relação ao "papão do comunismo"»* e, por outro lado, receando ser impossível retardar o *«subsequente curso progressista dos acontecimentos no país com a votação nos candidatos da direita, pareceu-lhes, numa tal situação, a votação no Partido Socialista a mais aceitável»*.

Quanto aos resultados da votação no PCP (12%), podiam-se julgar *«como bons e a sua influência no país era consideravelmente maior do que mostrava a percentagem obtida nas eleições»*. Na sua direcção, *«embora as forças nacionais e independentes fossem fortes, a influência das tendências pró-moscovitas era muito visível»*. Segundo Stoíakovitch, *«Cunhal pertencia ao primeiro grupo, embora se esforçasse em ligar as duas correntes»*.

---

<sup>853</sup> Apesar da ausência de dados estatísticos neste e noutros documentos anteriores relativos à situação económica portuguesa, esta falta já não se justificava devido à citada chegada (Fev./75) de Iurái Ivchévitch (licenciado em Economia e que falava português). Como não tivemos acesso a qualquer registo da correspondência desta embaixada com o SFNE, não foi possível confirmar um (previsível) envio desta documentação (por mala diplomática) para Belgrado.



Nesse momento, estimava-se que «os partidos políticos não esta[vam] em condições de ser os principais portadores da responsabilidade, pelo que a evolução em Portugal ir[ia] na direcção da subsequente afirmação do MFA como movimento político». Daí, a continuação do «desenvolvimento progressista português depender[ia] em grande medida da salvaguarda da unidade do MFA».

Em Portugal, a Jugoslávia era «conhecida e os seus sucessos no plano interno e internacionais [eram] muito reconhecidos». Todavia, quando se falava da Jugoslávia, «alguns pensamentos, dilemas e questões, principalmente acerca de certos aspectos da sua vida económica interna, [surgiam porque estavam] bastante presentes na vida política de Portugal». Assim, por exemplo, frequentemente, faziam perguntas a respeito do « [...] grande número de nossos trabalhadores no estrangeiro, o problema das grandes taxas de inflação, da suposta "inexistência" do plano do mercado, etc.».

A respeito da futura cooperação com Portugal, de acordo com as suas propostas apresentadas nessa reunião, dever-se-ia continuar «com a concessão de apoios no plano interno e internacional bem como com o desenvolvimento da cooperação em todos campos na medida do real e possível». Ponderando que «as possibilidades de cooperação económica eram relativamente pequenas», acrescentou: «nesse sentido, era necessário, entre todo o resto, apoiar a vinda de grupos de estudo portugueses à Jugoslávia. Por esses dias, no nosso país, estará um grupo de três especialistas de agricultura e, em seguida, seguir-se-ia a partida para Portugal de especialistas jugoslavos neste campo».

Igualmente, foi salientada a delicada situação da Jugoslávia em Portugal, tendo sido aprovado pelos presentes o seguinte: «por causa de nos meterem em convulsões e disputas interpartidárias, exige[-se] uma nossa actuação atenta e muito cautelosa na cooperação tanto no plano estatal, como no interpartidário. Por isso, concluiu-se que na cooperação partidária se deveria procurar que viessem mais delegações de Portugal ao nosso país e que nós enviássemos as menos possíveis a Portugal».

Nas suas conclusões finais, esta «Informação» mencionou ainda algumas recomendações e propostas quanto às relações com o PCP,<sup>854</sup> o MFA<sup>855</sup> e o MNE (devido à situação em Angola),<sup>856</sup> mas também algumas críticas à actuação de jornalistas jugoslavos em Portugal.<sup>857</sup>

---

<sup>854</sup> «Após o regresso a Portugal, o nosso embaixador visitará Cunhal e recordar-lhe-á a nossa proposta de cooperação partidária. Por exemplo, durante a estada em Belgrado dos membros da Comissão Política do PC de Portugal, J. Serra e C. Inglês (Novembro 1974), propusemos algumas formas de cooperação, como: intercâmbio de delegações de estudo e conferencistas; trocas de ideias entre funcionários dirigentes dos dois partidos acerca de questões políticas e assuntos de interesse comum; possibilidade de publicação de artigos de seus autores no

### III.2-3— A situação político-militar de Angola

Na segunda metade de Março, através da embaixada jugoslava, em Brazavile, os representantes do MPLA informaram o SFNE acerca da agência marítima e sua morada, em Luanda, para o envio dos documentos relativos à carga do barco «*Postojna*». Igualmente, «*o membro do Estado-Maior, Loy,*<sup>858</sup> *confirmou que não haveria quaisquer problemas ou dificuldades com a ancoragem e descarga do barco, em Luanda, [porque] os trabalhadores portuários assegurarão a descarga e recepção por parte do MPLA.*<sup>859</sup>

Como, durante a sua visita a Belgrado, foi discutida «*a possibilidade de ser-lhes colocado à disposição um barco, em Março ou Abril, para o transporte de equipamento de Dar es Salam directamente para Luanda*», perguntou ainda, em relação ao citado cargueiro jugoslavo, se seria ele a fazer esse transporte por causa dos preparativos para o carregamento.

Dias depois (24/Mar.), a mesma embaixada comunicou que «*a ajuda de armamento para o MPLA, [...] foi descarregada, no mesmo dia da chegada do nosso avião, na base aérea militar perto do aeroporto civil de Brazavile*» e que tudo tinha corrido na melhor ordem

---

*nosso jornal «Komunist» e etc. Até hoje, da parte do PC de Portugal não chegou nenhuma resposta a estas nossas propostas».*

<sup>855</sup> «*Tendo em conta que o MFA se afirma cada vez mais também como movimento político, seria bom sondar a possibilidade que o membro do Conselho da Revolução, almirante [Rosa] Coutinho, visitasse o nosso país como convidado da LCJ. Várias vezes, publicamente, ele exprimiu o desejo de visitar o nosso país, Argélia e Cuba. Propomos que a Presidência da RSFJ envie formalmente um convite a Coutinho para visitar a Jugoslávia e, assim, estivesse no nosso país como convidado da LCJ.*»

<sup>856</sup> «*Quanto à grave situação de Angola, os portugueses têm a intenção de propor um encontro especial do secretário federal dos Negócios Estrangeiros, M. Minitch, com o ministro português dos Negócios Estrangeiros. Tendo em conta que um encontro especial exclusivamente relacionado com Angola não nos convém e, no caso dos portugueses proponham este encontro, deveria propor-se que o problema de Angola se discuta por ocasião da retribuição da visita de M. Minitch a Portugal, quando se falasse acerca de Angola no contexto das amplas questões das relações e actividades dos dois países.*»

<sup>857</sup> «*A situação em Portugal e a sua dinâmica e interessante evolução são assunto de grande atenção para a imprensa, rádio e televisão jugoslavas. Regularmente, um muito grande número de nossos jornalistas chega a Portugal para do próprio local relatar os acontecimentos correntes. A sua numerosa presença se sente particularmente por ocasião de diversas importantes manifestações, como foram as recentes eleições parlamentares em Portugal. A nossa embaixada em Lisboa considerou que, em tais situações, se chega a um trabalho desorganizado e a um comportamento extremamente irresponsável dos nossos jornalistas que, na execução do seu trabalho, evitam qualquer coordenação que seja das suas actividades com a nossa embaixada em Portugal. Em particular, Stofakovitch realçou a relação incorrecta do enviado do «Politika», Djuka Iulius, com a Embaixada. Por isso, seria necessário chamar a atenção dos directores e redactores-chefes da imprensa, como também fazer um acordo de princípios em relação à chegada e estadias dos nossos jornalistas no estrangeiro, insistindo na sua obrigatória coordenação de trabalho com a nossa embaixada no país no qual se encontrem.*»

<sup>858</sup> Pedro Castro Van-Dúnem, ou comandante Loy, fez parte da delegação do MPLA que esteve em Belgrado (6/Jan.). Vd. p. 318.

<sup>859</sup> ADMNE, F-226, Angola, 1975.

e «os órgãos congolezes (CC PTC e Estado-Maior) foram atenciosos em tudo».<sup>860</sup> Referiu, também, que nesse avião viajou, para Belgrado, «Gonçalves Domingos para um estágio de instrução com artilharia antiaérea e canhões sem recuo», acrescentando que se deveria dar uma atenção especial ao seu treino, onde poderia ficar cerca de um mês.

Até essa data, através de um avião angolano, só tinha sido transportado para a capital angolana cerca de três toneladas do material descarregado, mas os representantes do MPLA esperavam, «nesse dia ou seguinte, um ou dois aviões de Luanda para o transporte daqui do restante material».

Outra informação, enviada para o SFNE, foi-lhes dada pelo encarregado de negócios soviético que, em confiança, lhes disse: «era-lhe conhecido a entrega da nossa ajuda ao MPLA por via dos nossos aviões e que, igualmente, a URSS enviou recentemente armas e munições, as quais, foram transportadas até Brazavile por três aviões soviéticos e um mesmo número de barcos». Segundo o diplomata jugoslavo, «Loy confirmou-nos que esses aviões tinham ali estado duas semanas antes e que o russo poderia ter sabido da nossa ajuda pelos congolezes».<sup>861</sup>

### **Uma entrevista de Savimbi e contactos em Dar es Salam**

Quanto à UNITA, a embaixada de Lusaca relatou e comentou a entrevista de Savimbi na televisão zambiana (24/Mar.), cujo objectivo principal foi de que, «em Angola, não se pod[ia] falar dum sistema de partido único. Seja qual fosse que ganhasse a maioria nas eleições dever[ia] ter também em conta os restantes dois movimentos e o seu contributo para a luta de libertação, dando-lhes lugar no governo para participarem na construção».

Isto tinha sido o conteúdo principal de alguns dos seus últimos discursos, em que procurou se afirmar «como o campeão da unidade nas condições dum sistema pluripartidário que advoga para Angola», não estando a UNITA com ou contra seja quem fosse, pois ela conduzia a sua actividade, respeitando a contribuição do MPLA e da FNLA. «Em relação ao Dr. Neto, elogiou a personalidade que deu tão importante contributo para a luta de libertação de Angola e que gozava de uma grande reputação em Angola».

---

<sup>860</sup> *Ibid.*

<sup>861</sup> Porém, outros assuntos mais pessoais apareciam também nesta correspondência como um pedido urgente de Dar es Salam (25/Mar.), em que, mais uma vez, o embaixador Kochin perguntava «quando e a quem enviaram os bilhetes de avião para a família de Neto que precisava de viajar no fim do mês». Três dias depois, o SFNE confirmou-lhe que o pagamento desses dois bilhetes já tinha sido efectuado, duas semanas antes, à companhia aérea.

Depois desmentiu «*as histórias" como ele disse, acerca das suas ligações acordadas com a FNLA e a ajuda que, supostamente, esta prestava à UNITA*». Evitou, ainda, de se pronunciar sobre quem poderia ganhar nas eleições, dizendo: «*deixemos que isso se veja em Novembro* ". De modo igual, apesar das perguntas, foi bastante cauteloso na qualificação das influências externas em Angola e nas perguntas relativas à FNLA e suas forças militares que eram as melhor treinadas e tinham o armamento mais moderno.

Na sua apreciação desta entrevista, o embaixador Vukolitch estimou que «*Savimbi foi bastante flexível e construtivo*», procurando, claramente, reforçar a sua posição nos países vizinhos de Angola por meio de posições aceitáveis para eles (uma intervenção semelhante já tinha efectuado, publicada na imprensa zambiana, no Botsuana). Assim, «*a entrevista na televisão e os anteriores artigos no "Daily Mail" exprimiam bem que ele tinha entrado nas sérias combinações da Zâmbia em Angola*».

Depois da reunião na embaixada na Zâmbia, em meados de Fevereiro, com um representante da UNITA, em Dar es Salam (3/Abr.), outro seu representante informou o embaixador Kochin de que desejava contactá-lo por ocasião da estada de Savimbi, na capital tanzaniana, e da partida duma delegação deste movimento para a Roménia e China.

Ao comunicar ao SFNE que aceitou a proposta para essa reunião se realizar «*durante a estadia da sua delegação, em Dar, para assistir às sessões da OUA*»<sup>862</sup>(7/Abr.), porque considerava justificadas «*as conversações informais com a UNITA, tendo em conta a [sua transformação] numa força que tinha grandes possibilidades de obter, nas eleições em Angola, a maioria*». Acrescentou que este movimento já se apresentava «*como um mediador fundamental nas relações e conflitos entre o MPLA e a FNLA*». Informou, para concluir, de que «*os tanzanianos tenta[va]m uma aproximação com Savimbi*», tendo este já pedido «*a abertura de uma representação, em Dar, que, em princípio, foi aceite*».

Na sua resposta, cinco dias passados, o SFNE referiu, inicialmente, os pontos principais<sup>863</sup> da citada conversação de Fevereiro entre Vukolitch e Fernandes, e recomendou que, no caso de ser contactado por representantes da UNITA, «*também deveria tratá-los como os outros contactos políticos, realçando as nossas posições acerca da descolonização e o desejo que Angola, através das suas próprias forças, siga um desenvolvimento progressivo, sem*

---

<sup>862</sup> ADMNE, F-226, Angola, 1975.

<sup>863</sup> Ao mencionar a proposta para a visita duma delegação da UNITA a Belgrado, Kochin foi informado de que «*nós ainda não respondemos*»

*ingerências de qualquer parte que fosse». Todavia, para «uma eventual proposta da sua parte seria necessário acordo».*

Quanto ao empenho da UNITA para abrir a sua representação, julgaram-no *«como um desejo de afirmação no estrangeiro, na mesma linha da sua ligação com a Zâmbia, viagem à Roménia e China, e a proposta da visita à Jugoslávia»*. Por fim, um pedido para *«acompanhar esta iniciativa e procurar saber o conteúdo das conversações com os tanzanianos e sua visão da situação em Angola»*.

### **Proposta para um consulado em Luanda**

A situação em Angola, após a visita da delegação jugoslava, em Fevereiro, colocou ao SFNE a questão da abertura dum consulado em Luanda. Na sua proposta, enviada para aprovação pelo Conselho Executivo Federal (26/Mar.), citou no início o Acordo de Alvor (*«[em que foram] criadas as condições para o estabelecimento de relações directas entre Angola e outros países a nível de governos[...]*»)<sup>864</sup> e as negociações da citada delegação, chefiada por Ivan Kukotch, com os representantes dos três movimentos angolanos e do governo português, em que este assunto mereceu o seu imediato apoio, acrescentando a sua importância que foi realçada, igualmente, nas conversações com Agostinho Neto.

Além do relatório da delegação, essa abertura urgente do consulado (para ser depois embaixada, logo a seguir à independência) foi justificada pelo *«apoio moral, político e material prestado pela RSFJ, através do CEF e da ASPTJ, ao MPLA»* desde *«o começo da luta do povo da Angola»*, mas também pelas *«relações muito estreitas e amigas com o MPLA, cujos dirigentes, inclusive o presidente Dr. Neto, estiveram de visita diversas vezes ao nosso país»*.

O mesmo já não se passou com a FNLA, pois tiveram *«somente esporádicos contactos, sobretudo através dos nossos representantes diplomático-consulares no estrangeiro»*, embora sem a prestação do citado *«apoio moral, político e material»*. Relativamente à UNITA, não houve *«qualquer contacto até 31 de Janeiro des[se] ano»*, quando a delegação jugoslava conversou, em Luanda, com o seu representante no Governo de Transição.

Esta posição quanto a estes dois últimos movimentos era resultante, por um lado, *«devido ao nosso compromisso em relação ao MPLA»*, que estimavam como um *«movimento progressista e o único que se empenhou na luta armada pela libertação»* e, por outro lado, *«por causa da orientação política da FNLA (ligações com o Ocidente e EUA através do Zaire e Mobutu) e da UNITA (organizada de acordo com as autoridades coloniais portuguesas e*

---

<sup>864</sup> *Ibid.*

*ajudada pelo Ocidente*)». No entanto, perante o facto de que os três movimentos estavam no Governo de Transição, chegou-se a esses contactos e, nesse âmbito, deveriam colaborar com eles, embora que, «*a pedido do MPLA ficou decidido que com os mencionados dois movimentos*» não seriam estabelecidos contactos políticos fora do Governo, nem lhes seria dada qualquer ajuda material.

No ponto seguinte desta proposta do SFNE, lê-se que «*tendo em vista a riqueza económica de Angola, a sua excepcional importância estratégica, as potenciais possibilidades de desenvolvimento progressivo e devido a influência do MPLA no povo, as forças neocolonialistas, as quais, actuavam sobretudo através das companhias multinacionais, os EUA, RAS e alguns dos países vizinhos, principalmente pelo Zaire, procuravam pela força impedir esse desenvolvimento de Angola e sua participação activa na política de não-alinhamento*». Iguamente, dessa maneira, atrasando por mais tempo o processo de descolonização da África Austral. Por esse objectivo, estas forças esforçavam-se para vencer ou destruir o MPLA «*através da ajuda à UNITA, do reforço militar da FLNA, da criação dum estado de insegurança mas ainda por outras formas de pressão, incluindo a secessão na integridade territorial de Angola (Cabinda)*». Assim, conforme esta proposta, essa situação exigia um apoio mais activo dos países não-alinhados às forças progressistas angolanas, no qual, «*a presença da RSFJ em Angola era indispensável não só como um [desses apoios] aos movimentos progressistas e ao reforço da política de não-alinhamento em África, mas também para a realização de cooperação com este país*».

Noutra justificação mais económica, afirma-se que «*as diversas potencialidades económicas de Angola dão condições para um rápido e diversificado desenvolvimento económico*», sendo conhecida a sua «*grande riqueza em petróleo, ferro, ouro, diamantes e foram descobertos jazigos de cobre e outros metais*». Dando um exemplo, salientava-se que «*a produção de petróleo, no ano de 1974, em Cabinda, ultrapassou os 10 milhões de toneladas*», prevendo-se, até ao fim do decénio, 60 milhões de toneladas. Por isso, tudo isso impunha, atempadamente, «*uma presença com o objectivo do desenvolvimento da cooperação económica com Angola*». A respeito das relações políticas com o MPLA e das possibilidades de desenvolvê-las com os representantes da FNLA e UNITA no quadro do Governo de Transição, estas iriam permitir criar formas duradouras de relações económicas.

Concluindo que «*o adiamento dum presença activa poderia pôr em dúvida tudo o que foi alcançado pelo apoio político, material e militar de longos anos às forças de liberta-*

ção de Angola», e a julgar pelo exposto, esta proposta do SFNE termina com a formalização do pedido ao CEF<sup>865</sup> e um parágrafo final a solicitar uma solução urgente para este assunto.<sup>866</sup>

### Mais combates em Luanda

Após os combates (13/Fev.), entre o MPLA e facção de Chipenda, em Luanda, outros ocorreram a partir de meados de Março, desta vez, entre forças da FNLA e do MPLA. Segundo a embaixada jugoslava em Brazavile (26/Mar.), foram informados pelo comandante Loy de que «no domingo,<sup>867</sup> cerca das 16 horas, as forças armadas da FNLA atacaram um quartel do MPLA, em Luanda, onde se encontrava Lopo do Nascimento, membro do BP do MPLA e presidente<sup>868</sup> do Governo de Transição», que saiu ileso, mas houve mortos (civis e militares) em ambas as partes. Depois, houve um comunicado dos respectivos comandantes, cujo texto foi anteriormente discutido no Conselho de Defesa Nacional, apelando à paz e ao regresso aos quartéis. «*Todavia, até ontem, a situação em Luanda não estava calma, ocorreu mais um confronto e os conflitos alargaram-se também a outros distritos*».

Nesse momento, havia igualmente uma escalada da «*actividade provocatória*» da FLEC no Congo (em Pointe Noire e na fronteira com Cabinda) contra o MPLA, «*enquanto as autoridades congolosas tinham atitudes que não eram favoráveis ao MPLA*». Daí, «*caso estas coisas continuassem, [seriam] obrigados a efectuar acções militares contra a FLEC*», acrescentando que, «*no dia seguinte, tinha uma reunião com o primeiro-ministro Lopes acerca deste problema*» e prometeu uma informação a esse respeito ao seu interlocutor jugoslavo.<sup>869</sup>

<sup>865</sup> Esta proposta — «*abertura do Consulado-Geral da RSFJ em Angola com sede em Luanda com a seguinte composição: cônsul-geral, vice-cônsul e funcionário administrativo*» — foi subscrita por Lazar Moïsov, secretário-adjunto federal dos Negócios Estrangeiros.

<sup>866</sup> Apesar do seu «*considerando a urgência da solução deste assunto, pedimos que a decisão seja dada pelo procedimento mais curto possível*», a abertura da primeira missão diplomática jugoslava, em Angola, só se efectuou, em Novembro, e foi da embaixada. Igualmente, não foi encontrada uma explicação para esse atraso.

<sup>867</sup> Três dias antes (23/Mar.). ADMNE, F-226, Angola, 1975.

<sup>868</sup> Não era presidente, mas sim membro do Colégio Presidencial.

<sup>869</sup> No dia seguinte, após a sua reunião com Lopes, Loy informou o diplomata jugoslavo de que lhe foi prometido que alguns membros do CC do PTC, «*que já se encontravam em Pointe Noire*», iam examinar a situação com os representantes do MPLA. Igualmente, informou-o da intervenção do primeiro-ministro congolês, em Pequim (uma dezena de dias antes), nas conversações com Chu En-Lai, em que salientou «*a posição independente e o progressismo do MPLA (e que os chineses se interessaram, em primeiro lugar, pelas relações do MPLA com a URSS) com a opinião de que era preciso prestar ajuda ao MPLA*». Apesar de não ter recebido uma resposta, «*Lopes ficou com a impressão de que os chineses receberiam a delegação do MPLA, a qual, segundo a sua opinião, deveria ser enviada o mais rápido possível*». Nesse dia (27/Mar.), o próprio Loy ia contactar a embaixada chinesa. «*No caso de resposta positiva chinesa, pensava que, provavelmente, Lara, em lugar de Neto, já no início de Abril, iria a Pequim*». ADMNE, F-226, Angola, 1975.

Neste telex para o SFNE lê-se ainda que *«depois disso, Loy partia para Luanda para conhecer a situação e examinar as possibilidades de transporte da nossa ajuda, pois até esse momento nenhum dos aviões esperados não chegou de Luanda, certamente por causa da situação surgida. Considera[va] que para o desembarque do material do nosso barco, em Luanda, não haver[ia] dificuldades porque os confrontos [eram] no interior da cidade».*

### **Outras informações até fins de Março**

Nesse mesmo dia (26/Mar.), houve outro telex, este da embaixada em Kinchassa, acerca duma reunião com José Eduardo dos Santos, *«membro do CC do MPLA»*.<sup>870</sup> Os seus quatro pontos foram os seguintes:

1.º) Apesar da integração das forças militares de Chipenda na FNLA, até essa data, não havia um *«acordo acerca da integração política e as negociações continua[va]m como tinham anunciado numa recente conferência de imprensa»;*

2.º) *«Nas vésperas do falhado golpe de Estado em Portugal»,* a FNLA e a UNITA desenvolveram uma actividade conjunta no quadro do Governo de Transição contra o MPLA e a sua linha de luta política. Os portugueses (o alto-comissário) assumiram uma atitude neutra tanto em relação à FNLA e UNITA como ao MPLA, pelo que, na realidade, favoreceram os primeiros dois movimentos que insistiram na aprovação da extinção dos *«"comités populares de defesa"»*. Referiu-se ainda à posição do governo contra as emissões de rádio que *«relataram ao povo os procedimentos antidemocráticos do governo e das forças reaccionárias e popularizavam as opiniões progressistas do MPLA»* e da prisão de alguns jornalistas e locutores dessas emissões pelos órgãos do Ministério do Interior (ministro da FNLA).<sup>871</sup> Outro caso mais recente, foi a manifestação *«há alguns dias, em frente do palácio em Luanda, [com] cerca de 15 mil pessoas, exigindo a libertação dos presos, liberdade de expressão, imprensa e associação».*

Perante esta situação, ao MPLA não lhe restava mais do que continuar a explicar ao povo o que se passava no governo e a atitude do alto-comissário que não estavam conforme o Acordo do Alvor. Declarou-se pelos *«comités populares»* e suas assembleias democráticas, achando que era preciso *«mobilizar as massas para a luta, [porque] a FNLA localizava as suas forças armadas nos pontos mais importantes, sobretudo no Sul, com o objectivo da ocu-*

---

<sup>870</sup> ADMNE, F-226, Angola, 1975.

<sup>871</sup> Estes acontecimentos ocorreram em 25 de Janeiro, data que não foi mencionada neste relato.



*pação militar do país*».<sup>872</sup> Ademais, o comportamento da FNLA nas aldeias<sup>873</sup> obrigava-os a pedir armas aos países amigos, esperando ainda que «*outros países socialistas lhes prestassem ajuda*»;

3.º) Outra informação era de que «*após o falhado golpe de Estado spinolista, a situação em Angola mudava*», havia uma posição mais clara do alto-comissário (presidente do Conselho Nacional de Defesa) como a disposição desse Conselho de defender a integridade territorial de Angola mesmo pelo uso da força militar. Além disso, no seu comunicado, publicado alguns dias antes, as autoridades portuguesas em Angola «*assumiram todas as responsabilidades, no plano político, económico e militar, com o objectivo de respeitar o Acordo do Alvor, porque dispunham de informações de que alguns países vizinhos preparavam forças armadas para provocar a secessão de Cabinda e outros países africanos tencionavam apresentar o problema de Cabinda na Cimeira da OUA*»;

4.º) Concluindo, o dirigente angolano afirmou que «*em Portugal e Angola decorre um processo paralelo que se reflectia igualmente na situação angolana*». A seguir ao 11 de Março, as forças reaccionárias em Angola perderam o apoio político e material de Portugal, mas ligaram-se com a sua reacção. «*A saber, também após o derrubamento do regime caetanista, em Angola, as forças reaccionárias no exército português conservaram as suas posições e o aparato policial da PIDE inalterado*». Por isso, nesse momento, «*podiam trabalhar ilegalmente e ajudar as forças reaccionárias angolanas (FNLA e UNITA)*».

Do mesmo modo, «*o MPLA tinha em conta o acordo secreto Spínola-Mobutu acerca da entrega do poder, em Angola, à FNLA*». Contudo, com a nova situação política portuguesa, o MPLA podia «*mais livremente e com posições reforçadas lutar contra a reacção porque havia, em Portugal, uma posição mais clara e uma relação mais favorável entre as forças progressistas e reaccionárias*».

Até ao fim de Março, outros telexes da embaixada na capital zairese informaram o SFNE de que «*a situação, em Angola, se tornava, parecia, cada vez mais difícil*». Apesar do cessar-fogo assinado, ainda ocorriam confrontos menores entre a FNLA e o MPLA. Devido a essa situação, chegaram a Luanda o novo ministro dos Negócios Estrangeiros (Melo Antunes)

---

<sup>872</sup> Um exemplo, mas sem data ou local: «*[...] de emboscada, cerca de 60 soldados da FNLA abriram fogo contra membros do MPLA (houve tanto mortos como feridos)*».

<sup>873</sup> O diplomata jugoslavo anotou ainda pelo «*(terror contra as populações e os simpatizantes do MPLA) com o fim de impedir a actividade do MPLA*».

e da Coordenação Interterritorial (Almeida Santos), tendo este último ido a Kinchassa (28/Mar.), onde foi recebido com Holden Roberto por Mobutu. Declarou à imprensa que essa *«reunião só esteve relacionada com Angola e que o governo português só desejava "estabelecer o diálogo entre os três movimentos para a solução final do problema angolano"»*.

A esta curta informação obtida no MNE zaireense, o embaixador jugoslavo juntou o que lhe disse o adjunto de Chipenda, sobre *«a situação "muito difícil" em Angola, que o conflito se alargava, que chegou também à cidade de Nova Lisboa etc.»*, acrescentando que as suas unidades foram atacadas por parte da UNITA nas proximidades de Luso, assim como *«"o resto dos 6 000 soldados da FNLA" que estavam no campo de Kikunzi foram enviados para Angola [... e] as baixas do MPLA elevavam-se a cerca de 200 mortos, enquanto a FNLA perdeu 55 homens»*.

Num seu telex seguinte (31/Mar.), um comentário mais longo sobre a FNLA e o futuro da facção de Chipenda começa por dizer que *«para Holden, o número de homens armados não era um problema»*, porque esses tinha ele mais do que *«todos os restantes movimentos juntos»*. O problema estava *«na sua qualidade, consistência ideológico-política e de certa maneira até na formação militar»*. Outro problema humano, *«talvez o calcanhar de Aquiles da FNLA estava no facto de que era, pelos membros e influência política, um movimento de libertação puramente regional com pretensões nacionais»*, mas que, até então, se apoiava *«exclusivamente no povo bakongo e outras tribos ao longo da fronteira angolana-zaireense»*, sendo quase cem por cento deles refugiados no Zaire. Por causa disso, nessa altura, *«precisava de gente de outras regiões de Angola para se tornar um movimento nacional»* e, aqui estava uma das principais razões da anexação das forças militares de Chipenda e dos esforços de Holden para efectuar a integração política dos seus membros na FNLA.

Quanto a Chipenda, segundo o embaixador jugoslavo, a sua doença<sup>874</sup> *«não se tinha agravado ou pelo menos o embaixador de Cuba isso não notava (morava perto [dele])»*, a que acrescentou que já *«a doença política [era], certamente, grave»*. Aludindo a uma sua anterior informação acerca *«das três tendências e a crise nesse "movimento"»*, a qual, dava alguns sinais que se tinha estabilizado um pouco. Porém, pelas poucas informações (dos embaixadores de Cuba, Checoslováquia e outros) que tinha, *«três comandantes de batalhão das unidades do Chipenda juntaram-se ao Neto»*. Estes pertenciam à tendência mais forte

---

<sup>874</sup> A diabetes. Vd. p.189.

que, no início, era por um movimento autónomo que, com o tempo, cedeu cada vez mais o seu lugar à tendência pela integração na FNLA.

Referindo-se, de novo, ao adjunto de Chipenda (Luís Azevedo),<sup>875</sup> «*que lhe disse abertamente que eles não tinham outra alternativa*», pois não foram reconhecidos pelos acordos de Mombaça e do Alvor, e «*"Neto recusava a cooperação" não restava senão a integração na FNLA*». Ou, pelo menos, esta era «*a opinião de Azevedo — afastou-se de Neto, há já alguns anos, de quem foi o secretário para os Negócios Estrangeiros e, em 1966, chefiou a delegação do MPLA na Conferência Tricontinental em Havana*»,<sup>876</sup> sendo, nessa altura, o homem mais capaz no movimento de Chipenda. No entanto, achava que isso foi «*"somente uma decisão de princípio, porque não havia outra alternativa"*». Esta posição da integração política foi aprovada, «*parece, apesar da forte oposição*» num anterior encontro de dirigentes com Chipenda, em Kisenge (16 a 18/Mar.), perto da fronteira zairense-angolana.

#### **A situação político-militar angolana em Abril**

Na correspondência entre o SFNE e as embaixadas mais ligadas à situação em Angola (Brazavile, Kinchassa, Lusaca e Dar es Salam),<sup>877</sup> a questão militar ocupou uma atenção especial (confrontos armados, carregamentos de armamento para o MPLA, etc.), ao passo que a política abrangeu, além dos contactos com os três movimentos angolanos (principalmente, o MPLA), as posições e acções dos governos dos citados países africanos a respeito desses movimentos. Quanto à embaixada em Lisboa, o seu papel foi mais secundário, mas acompanhou e procurou informações acerca da descolonização de Angola que, nesses últimos meses, mereceu as suas maiores atenções. Também, é de mencionar alguma correspondência do Centro Informativo do MPLA, em Belgrado, cuja recepção e expedição foi efectuada através do SFNE.

A seguir aos primeiros confrontos, em Luanda, entre forças do MPLA e da facção de Chipenda (13/Fev.) até à «*assinatura do acordo de cooperação militar e política, ou seja, a inclusão definitiva do grupo de Chipenda na FNLA [17/Abr.]*», as negociações duraram mais de dois meses e tiveram, neste período, um lugar importante nessa correspondência ou foi mesmo o seu assunto principal.

<sup>875</sup> Acrescentou, aqui, o seu nome e com «*quem me encontrei por acaso, na sexta-feira*» (28/Mar.) e o número desse anterior telex para o SFNE.

<sup>876</sup> Porém, não referiu as suas visitas à Jugoslávia (1962 e 1965) como convidado da ASPJT.

<sup>877</sup> Os documentos citados e outros encontram-se no ADMNE, F-226, Angola, 1975.

Depois de, em Kinchassa, este «*acto solene*» ter sido transmitido pela televisão, segundo o comentário do diplomata jugoslavo, «*com o qual terminou e acabou com a mascarada da traição de Chipenda*», não despertou um grande interesse entre os representantes do corpo diplomático, porque esperavam um tal desfecho com a sua presença na capital zairese. «*Todavia, empenharam-se na investigação de saber quais foram as forças do grupo da "Revolta do Leste" que ficaram fiéis a Chipenda*».

Igualmente, em Brazavile, já antes (1/Abr.), outro diplomata tinha sabido, por representantes do MPLA, informações mais pormenorizadas acerca dos citados confrontos de Fevereiro que faziam prever essa integração política à militar que já existia. Assim, «*após o enérgico ataque do MPLA contra as posições das forças de Chipenda sediadas, em cinco quartéis, em Luanda, 13 de Fevereiro, uns poucos comandantes militares foram aprisionados, enquanto alguns fugiram para a parte oriental do país*». Como verificou que «*não podia ir mais só, escolheu a FNLA*». Seguiu-se a sua conhecida entrevista, em Kinchassa, em que afirmou que o seu movimento não era mais um movimento autónomo na Frente Leste, mas que se tinha unido à FNLA. Contudo, teve por consequência a integração de sete dos seus comandantes no MPLA, porque «*consideravam-se progressistas e antes tinham lutado sob a sua bandeira, e perceberam que não podiam mais seguir com Chipenda por causa da sua união com a reaccionária FNLA (que estava sob a influência imperialista)*». Além disso, foram seguidos pela maioria dos seus soldados e continuaram no leste do país, mas sob a direcção do MPLA.

Nesse mesmo dia (1/Abr.), através do representante do MPLA, obtiveram mais informações de Luanda acerca dos ataques da FNLA (23/Mar.), em que «*foram mortos 150 dos seus soldados e a maior parte pela população indignada e por simpatizantes do MPLA como reacção ao terror da FNLA. O MPLA teve 3 mortos e alguns soldados feridos*». Em represália, «*os soldados da FNLA mataram cerca de 1000 civis,<sup>878</sup> até crianças*», entrando nas casas e revistando os transeuntes. Mataram não só «*cada pessoa que nela encontraram documentação ou fosse simpatizante do MPLA, [mas também] a 60 km a norte de Luanda, [...] aprisionaram e depois mataram 60 recrutas do MPLA, que sem armas estavam em exercícios*».

---

<sup>878</sup> Uma informação corrigida, uma semana depois, pelo comandante Loy, porque «*o número de civis mortos (cerca de 1000) era irrealista*».

Durante estes acontecimentos, *«foi notada a cooperação da FNLA com a polícia portuguesa (PIDE)»*. Igualmente, a FNLA atacou algumas unidades da UNITA que não quiseram colaborar nesses seus ataques contra o MPLA.

Porém, na semana seguinte (9/Abr.), o comandante Loy, que tinha regressado a Brazavile de Luanda, num curto encontro com um diplomata jugoslavo, disse-lhe que *«a situação [em Angola] era um pouco mais calma, mas havia muitos problemas para resolver»*, entregando-lhe um pedido para o SFNE com vista a que fosse aprovada com urgência o começo da *«formação do grupo de 24 aviadores, porque a situação em Angola isso exigia»*.

Cumprindo o prometido, voltou à embaixada jugoslava (14/Abr.) para uma conversa mais longa e voltou a dizer que a situação era calma, embora tivesse havido *«um pequeno confronto com a FNLA, na semana passada<sup>879</sup> no Norte de Angola»*. Acrescentou que, sem embargo, entre a FNLA e o MPLA continuava uma atmosfera de desconfiança mútua e tensão que tornava *«constantemente a situação incerta, pelo que, no MPLA, aumentava a convicção que a confrontação armada com a FNLA seria, tarde ou cedo, inevitável»*.

Perante a necessidade da manutenção de comunicações com o mundo exterior para um abastecimento desimpedido de armas e equipamentos, no caso da mencionada confrontação, o MPLA procurava manter boas relações com o Congo que lhe permitia utilizar o seu porto de Pointe Noire, mas, em Angola, já tinha começado *«a construção de pequenas pistas de aviação e portos para a ancoragem de barcos mais pequenos»*. Igualmente, perguntou, *«"somente para [sua] opinião pessoal"»* como encarregado da logística do MPLA, se haveria possibilidades, nessa situação, da Jugoslávia ajudá-los com um pequeno barco e um avião e suas tripulações para o transporte de equipamento, mas devido a ser uma questão delicada, tal pedido só seria feito, caso a direcção do MPLA o julgar oportuno.

Comunicou, depois, ao seu interlocutor jugoslavo de que, embora a campanha eleitoral não tivesse começado, a FNLA tinha, praticamente, todos os meios de informação públicos em Luanda, apesar de o ministro ser do MPLA. Restava-lhes *«continuar a usufruir da benevolência dos portugueses para as suas eventuais emissões na rádio estatal»*. Esperavam receber a pedida autorização do Congo para emissões através da rádio de Brazavile e assim contrabalançar as emissões da FNLA na rádio de Kinchassa.

Também, tinha sido informado de que, em Kinchassa, uma semana antes, se realizou uma reunião em que estiveram presentes as duas facções da FLEC, uma apoiada pelo Zaire e a outra pelo Congo, onde recebiam instrução militar. Daí, não ficariam surpreendidos com

---

<sup>879</sup> O dia 14 foi uma segunda-feira.

uma possível integração da FLEC na FNLA. Apesar das diferenças entre o MPLA e o Congo acerca de Cabinda, Loy não queria apresentar esta questão sensível aos congolese.

As conversações com o governo congolês, em Pointe Noire, acerca das provocações da FLEC foram correctas, mas o MPLA aguardava as suas medidas práticas para as impedir no futuro. Do mesmo modo, «*o primeiro-ministro Lopes espera[va] a aprovação do MPLA para oficialmente transmitir aos chineses o [seu pedido] para enviar uma delegação a Pequim*». Esse pedido não tinha sido efectuado por causa de «*Neto se encontrar em Luanda e de ter que participar na aprovação duma decisão tão importante*». O objectivo era, «*pelo menos, atenuar um pouco se não e neutralizar o apoio chinês à FNLA*». Segundo o diplomata jugoslavo, apesar do «*MPLA ainda não ter dado a conhecer à URSS [esse passo], provavelmente, os russos ir[iam] informar Neto, caso fosse dada a decisão definitiva, de que através do Congo continuasse a procurar os contactos directos com a China*».

Por sua vez, Loy comunicou-lhe que, afinal, «*por razões objectivas*»<sup>880</sup> os congolese não lhes puderam pôr à disposição o avião prometido para o transporte do restante material jugoslavo para Luanda. Por isso, nesses dias, «*teriam de assegurar o transporte ferroviário até ao porto [de Pointe Noire] e daí através dum barco angolano*», sendo necessário, pelo menos, uma semana para a sua realização. Igualmente, disse-lhe que «*as armas [jugoslavas] que já foram transferidas para Angola mostraram-se bastante eficazes nos recentes combates com a FNLA*».

Este longo telex da embaixada em Brazavile para o SFNE termina com duas outras informações: uma, o comandante «*Monimambo desistiu definitivamente da viagem para a nossa academia militar*.<sup>881</sup> *Podem anular o bilhete de avião pago*»; outra, «*prepararem-se para a descarga do barco "Postojna", cuja chegada a Luanda se espera nestes dias*».

A situação em Angola continuou a ocupar as atenções dos presidentes Nyerere, Mobutu e Kaunda,<sup>882</sup> que se reuniram para a discutir, em Kananga, em meados desse mês de Abril,

---

<sup>880</sup> Essas razões seriam para Loy as seguintes: «*no avião para Luanda viajou uma equipa desportiva e cultural congolese*»; «*não se tratava de nenhuma desavença dos congolese com o MPLA que querem ajudar, mas sim da lentidão congolese, de estarem ocupados pelos seus problemas, o comportamento burocrático de alguns, etc.*».

<sup>881</sup> Porém, esta desistência foi depois desmentida (24/Abr.). Conforme já antes foi referido, só estaria, em 1977, em Belgrado, na Academia Militar.

<sup>882</sup> Ainda, em Abril, voltou a falar de Angola, em Washington, com o presidente Ford e Kissinger. Desta vez, para elogiar Jonas Savimbi — um «*homem humilde*», de «*boas qualidades*», «*sincero*» e com «*honestidade de propósitos*» — que tinha impressionado dirigentes como Nyerere, Mobutu e Samora Machel, estando até Melo Antunes disposto a apoiá-lo contra Neto, mas igualmente para chamar a atenção para o conflito angolano que «*já*

mas sem quaisquer resultados. Além desta apreciação, a embaixada jugoslava, em Dar es Salam (16/Abr.), estimou que o presidente tanzaniano estava «visivelmente preocupado com a possibilidade da intervenção e futura penetração do Zaire em Angola». Até mesmo, tanto Kaunda e Nyerere como Mobutu foram inflexíveis na avaliação da situação em Angola e do apoio aos movimentos de libertação, quando afirmaram que «*não exist[ia]m possibilidades de reconciliação entre os três movimentos angolanos a nível do empenhamento dos três presidentes*».

Este encontro nesta cidade zaireense foi mencionado, no dia seguinte, em Kinchassa, na visita de três dirigentes do MPLA<sup>883</sup> à embaixada jugoslava, mas nada sabiam, embora tivessem dito que «*a seu respeito, por esses dias, Neto falaria com Nyerere*», recomendando que seria «*mais fácil saber através dos nossos em Dar e Lusaca*».

Quanto à situação em Angola, disseram «*o mesmo que o próprio Loy tinha informado um par de dias antes*». Porém, referiram-se aos consulados, em Luanda, de países africanos (Zaire, Congo e Gabão) e europeus (Suécia, RFA e outros), enquanto «*os russos prometeram-lhes que dentro de um mês [iriam] enviar o seu cônsul*». Por isso, devido a terem falado sobre este assunto «*com a nossa delegação, em Luanda, gostariam de saber a nossa opinião*». Perguntaram, ainda, ao seu interlocutor se a Jugoslávia fabricava «*pequenos aviões para o transporte de materiais e pessoas, principalmente, do porto congolês-Cabinda-Angola*», bem como pela resposta em relação à formação do grupo de pilotos que tinham apresentado nas conversações, em Belgrado, no passado mês de Janeiro.

Mencionaram, depois, que «*algo trabalha[va]m na elaboração do anteprojecto da Constituição e isso, principalmente, com a ajuda de Lisboa*». Todavia, tinham «*dificuldades na cooperação dos representantes dos três movimentos e por causa da falta de especialistas para esta matéria*», o que levou o diplomata jugoslavo a concluir que «*embora não tivessem citado a [sua] conversação com Neto*», pensava que quiseram, dessa maneira, lembrar esse seu pedido de apoio de um jurista constitucionalista.<sup>884</sup>

---

não era simplesmente local» em que «*o MPLA e o seu líder Neto seguiam a linha de Moscovo*», sendo também «*financiado por Moscovo*». Vd. «*Memorandum of Conversation, April 19, 1975*», ([www.fordlibrarymuseum.gov](http://www.fordlibrarymuseum.gov)), consultado em Maio 2015. Cf. Tiago Moreira de Sá, *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*, Lisboa, 2011, p.20.

<sup>883</sup> Segundo o diplomata jugoslavo, «*visitaram-me Iko [Carreira], membro do BP e do Conselho Supremo de Defesa [N.T. e não do "Conselho do Comando Supremo"]*, José Eduardo [dos Santos], membro do CC e Loy, membro do Estado-Maior do MPLA».

<sup>884</sup> Vd.p. 389. Esse pedido para um constitucionalista jugoslavo ir a Luanda tinha sido feito em meados de Fevereiro.

De facto, nesse dia (18/Abr.), o embaixador Vukolitch transmitiu ao SFNE de que «*o Dr. Neto se encontra[va] em Lusaca e pediu para me visitar*». Na noite anterior, tinha-o convidado para jantar com a sua delegação, mas sem nomear quem eram os seus membros. Nessa longa conversação, começou por dizer que estava ali para «*dar a conhecer a Kaunda, antes da sua viagem aos EUA, a situação em Angola*». Este recebeu-o, mas que nada apareceu na imprensa. Disse-lhe que «*Mobutu declarou, no encontro tripartido [em Kananga], que continuaria a ajudar Holden Roberto, mas somente na luta contra Portugal*». A seguir, Kaunda ouviu Neto, «*mas nada disse de importante na sua resposta*».

Sobre a situação em Angola, após dias agitados, era relativamente calma, apesar da FNLA (com o Chipenda) quer manter a situação tensa. Militarmente, sentiam-se mais fortes, contavam com a força e não se devia excluir que a iam utilizar no caminho para chegarem ao poder. Onde estavam presentes aterrorizavam a população, em particular, os simpatizantes e membros do MPLA. Enfureciam-se, principalmente, contra os comités populares que o MPLA criava como um embrião do poder. Quanto ao Chipenda era activo «*nas provocações em redor da localidade do Luso, mas também em Luanda*». Contudo, todas essas suas acções eram consideradas da responsabilidade da FNLA, ignorando desta maneira Chipenda, porque realmente Holden Roberto encontrava-se por trás de todas essas acções.

De acordo com estas notas do embaixador jugoslavo, Agostinho Neto achava que, «*em toda a Angola, a posição política do MPLA era forte [e disso] estavam conscientes tanto a FNLA como a UNITA*». Por causa disso, tentavam «*impor o regionalismo e tribalismo na actividade política*». Receava unicamente que Mobutu e Holden Roberto pudessem usar a força para impedir as eleições e tomar o poder. No entanto, da exposição de Neto depreendia-se, implicitamente, que não se podiam subestimar nem as posições das outras forças, reconhecendo que a UNITA actuava e tinha influência no Sul de Angola, Chipenda em redor do Luso e Holden no Norte. Disse, ainda, que «*a UNITA tinha a influência mais forte entre os trabalhadores portuários no Lobito (o maior porto). (Pareceu-nos pelo exposto, que "a forte posição política" era exagerada)*».

Igualmente, o problema de Cabinda continuava aberto. Tinham «*certas dificuldades com o Congo porque no seu território se encontravam as forças secessionistas e, no Norte, onde, [...] o governo central não tinha, realmente, controlo*». Porém, prometeu que a esse respeito algo iria fazer. Do ponto de vista militar, ali, o MPLA tinha uma boa posição. «*Nesses dias, Mobutu enviou tanques para a fronteira com Cabinda e Neto disse que estavam prontos e decididos a se opor militarmente, caso tentem entrar em Cabinda*».



Tinham dificuldades com novo alto-comissário português em Angola. Tratava-se «*de uma personalidade reaccionária e bastante parcial em relação à FNLA e a UNITA. Do mesmo modo, o MFA*<sup>885</sup> *mostrava certas reservas quanto ao MPLA, o que se passava também com o governo*». Isto é, tornaram claro que não podiam apoiar o radicalismo do MPLA, pedindo um curso mais moderado se Neto desejava contar com o seu apoio. Por isso, ele dava «*uma grande importância às próximas eleições em Portugal, pois se vence[ss]em as forças de esquerda, com que conta[va] claramente, as suas posições melhorar[iam] muito*».

O trabalho do Governo de Transição estava completamente paralisado devido à obstrução que o impedia de aprovar qualquer decisão. Citou algumas razões: os ministros raramente estavam em Luanda; a FNLA e a UNITA actuavam conjuntamente no governo; até essa data, não tinha começado a discussão sobre a nova Constituição. Tratava-se de «*uma obstrução consciente e de sabotagem na indústria e agricultura. Toda a situação estava sob o signo da expectativa*».

Referiu, depois, que «*a propaganda do MPLA era mais fraca do que a dos outros dois movimentos. Eles editavam jornais diários, o MPLA semanais. Eles tinham estações de rádio privadas, enquanto o MPLA só utilizava a estatal, que era censurada muito rigorosamente e sob a influência do alto-comissário de Angola, que efectuava a filtragem das notícias de acordo com os seus critérios*». Para mais, era preciso acrescentar que Mobutu abriu um consulado em Angola, que era «*uma espécie de centro de instruções para a FNLA*». Tendo em vista uma tal situação, Neto estava «*muito interessado em receber quanto antes a nossa estação de rádio. Zangou-se bastante com os colaboradores porque não mandaram os dados pedidos e disse que o fariam imediatamente*».

Para concluir, o diplomata jugoslavo comentou que «*tudo o que disse acerca da Zâmbia mostra[va] que a situação nas relações não mudou. Com mais confiança falou acerca da Tanzânia*», acrescentando que, nesse dia,<sup>886</sup> Agostinho Neto partiu para Dar es Salam para fazer a mudança da família para Luanda. Também, pensava «*enviar, em fins de Abril, alguém à Jugoslávia para nos informar sobre a situação*» como estava «*satisfeito da realização do acordo durante a visita de Carreira e do Chefe do Estado-Maior, Neto*».<sup>887</sup> Numa «*nossa observação*» acrescentou: «*na conversação, Neto pareceu cansado e confuso. Além da autoconfiança na sua forte posição política, tudo o resto apresentou de forma bastante negra*».

<sup>885</sup> No documento, está escrito erradamente «*as forças armadas da resistência*».

<sup>886</sup> Porém, essa partida foi só no dia seguinte (19/Abr.).

<sup>887</sup> Referia-se a José Luís Neto "Xietu".

Após a sua chegada à capital tanzaniana, «*no sábado pela noite*» (19/Abr.), Agostinho Neto contactou a embaixada jugoslava nos dois dias seguintes, tendo entregado, no segundo encontro, um «*novo pedido de ajuda financeira e militar à Jugoslávia*» devido a que «*todos os três movimentos angolanos trabalha[va]m apressadamente na formação de novas unidades e de quadros*». Pediu ainda que o embaixador Kochin, então em Belgrado, «*apoiasse o MPLA e, eventualmente, falasse com o camarada Dolants*». <sup>888</sup>

Interessados na recente reunião, em Kananga, esta voltou a ser o tema principal duma conversação, em Lusaca, entre o coronel jugoslavo Michitski<sup>889</sup> e Alexander G. Zulu, o secretário-geral do UNIP. Consoante o político zambiano, «*Nyerere apresentou um relatório acerca de Moçambique, Kaunda acerca do Zimbabué e Mobutu acerca de Angola*», tendo os dois primeiros efectuado antes uma reunião, onde acordaram que tentariam harmonizar posições com Mobutu a respeito da futura evolução da situação em Angola. Procurando impedir uma intervenção do exterior e a guerra civil, era preciso assegurar que Mobutu não apoiaria Holden Roberto se esse fosse o seu objectivo. «*O que foi surpresa*», acrescentou, foi que «*o próprio Mobutu apresentou, e os outros presidentes aceitaram, que se [tivesse] em vista Savimbi (UNITA) para presidente, enquanto o MPLA e FNLA ocupariam o lugar de primeiro-ministro e presidente da Assembleia*». <sup>890</sup>

Depois, Zulu disse que «*Neto estava comprometido por ser um homem russo e com isso não podia ter êxito nessa situação, que era teimoso e intransigente, que pregava o socialismo científico, pelo que provocava uma reacção aberta contra si, não aceitava receber armas dos países africanos, só tinha armas russas e dos zambianos pedia somente material sanitário*»<sup>891</sup>. Retomando as acusações de Zulu, anotadas pelo coronel Michitski, Agostinho Neto «*irritava Mobutu com o seu comportamento a tal ponto que este nem o queria ver*», dizendo ainda que «*os comités populares eram um disparate e [...] a causa das tensões internas*».

---

<sup>888</sup> Por este documento de uma dezena de linhas, sabe-se ainda que «*porque a conversação com Neto é só pela noite, e não teremos ligações rádio na terça e quarta-feira, a informação enviaremos na quinta pela manhã*».

<sup>889</sup> Acerca dessa reunião, ocorrida um ou dois dias antes da data do documento (21/Abr.), não houve possibilidades (arquivísticas) de saber quais as funções do citado oficial.

<sup>890</sup> O subscritor deste documento, o embaixador Vukolitch, comentou: «*(isto, possivelmente, era uma combinação para no caso de, através da via constitucional e eleitoral, não fosse encontrada uma solução [...])*», então, os três países imporiam essa solução.

<sup>891</sup> Noutro comentário, Vukolitch informou: «*(o chefe do serviço de informações da Zâmbia disse a Michitski que têm informações seguras de que o MPLA trabalha para a URSS e que lhe fornece informações acerca da Zâmbia e Tanzânia)*».

Igualmente, através do MPLA, «os russos queriam penetrar nessa região, o que complicava a situação». Depois, nessa altura, ligavam-se ao Idi Amin e, por tudo isso, «Neto era um caso perdido, não representava qualquer força».

Quanto ao Holden Roberto, o dirigente político zambiano afirmou «já se comportava, no Zaire, como presidente, ao que chamaram a atenção de Mobutu», tendo dito até a este último «que, por trás dele, estavam os EUA, embora ele representasse uma personalidade duvidosa para eles (isso, recentemente, disse-lhes também o rei belga)». Porém, a FNLA era a força militar mais forte em Angola, embora «Mobutu prometeu que impediria a FNLA de desencadear ali a guerra civil», ao que Zulu acrescentou: «seria bom que tal fizesse, mas não acredita[va]. Em Angola, a situação era muito incerta e chega[va]m dias difíceis para eles. Ali, só se pode[ria] chegar a uma guerra civil. Quer[ia]m que os americanos não entr[ass]em directamente nesse conflito interno e, sobre isso, Kaunda ia falar com Ford».<sup>892</sup>

Retomando o relato do coronel Michitski,<sup>893</sup> o embaixador Vukolitch referiu-se brevemente ao que ouviu (ou leu) acerca do que Zulu dissera a respeito do Zimbabué e de Moçambique<sup>894</sup> — cujos relatórios foram apresentados na citada reunião em Kananga —, assim como sobre «a *détente* com a RAS».

Relativamente à viagem de Kaunda aos EUA, «o seu objectivo era de dar a conhecer aos EUA a situação no Sul da África e de se impedir a ingerência americana nos assuntos internos dos países africanos independentes». Do mesmo modo, ia pedir uma nova relação dos EUA com a África, mas ainda «objectar seriamente a Ford a nomeação de Davis para

---

<sup>892</sup> Num «nosso comentário» intercalar, o embaixador jugoslavo informou o SFNE de que, nesse dia, o «Daily Mail» de Lusaca publicou uma declaração de Neto para a imprensa em que disse: «Angola estava exposta a uma invasão pacífica de soldados do Zaire, que a agitação política em Angola se prepara fora, porque esses países tentavam impor [ali] o seu sistema político». Acrescentou que sabiam que havia certos países africanos que «trabalhavam contra eles e que esses países eram apoiados pelas potências imperialistas, EUA e África do Sul». Recusando a afirmação de que o MPLA fosse pró-russo ou uma organização comunista, ele declarou: «"eu quero deixar claro que nos estimamos e reconhecemos a ajuda que recebemos de todos os nossos amigos incluindo também a URSS, mas não aceitamos seja qual for a forma de orientação política externa"». Acusou que a imprensa zambiana se juntou à campanha contra o MPLA, publicando artigos em que se o acusava de ser uma organização comunista, sendo o objectivo de tal escrita a destruição do MPLA. Neto disse, depois, que o MPLA era pela cooperação dos três movimentos e que eles se deviam reunir em redor da mesa de conferências para resolverem as diferenças mútuas. Igualmente, era de salientar, que nesse dia, «o Dr. J. Savimbi (UNITA) chamou a Luanda os líderes dos três movimentos a se reunirem imediatamente e, isso ao mais alto nível, para se evitar um próximo derramamento de sangue».

<sup>893</sup> Conforme já foi referido, a impossibilidade de consultar os fundos do Arquivo Militar de Belgrado não permitiu a pesquisa em relação a um (previsível) seu relatório acerca desta reunião, mas igualmente de outras reuniões e informações.

<sup>894</sup> «Estimou a situação como a melhor e apesar de todas as dificuldades com que se deparava a FRELIMO. Gostariam que pudessem criar uma situação semelhante em Angola e na Rodésia».

*adjunto de Kissinger para África (conforme a imprensa zambiana desse dia, Kaunda fê-lo também publicamente na conferência de imprensa)».*

Outro assunto mencionado foi o das relações bilaterais jugoslavo-zambianas, em que Zulu sublinhou que a Zâmbia muito devia à Jugoslávia, em particular, pela ajuda em campos específicos de cooperação (serviços secretos e exército), nomeando depois os limites dessa cooperação a nível económico, mas dizendo que precisavam da Jugoslávia não-alinhada e socialista como era.<sup>895</sup>

Esta posição anti-MPLA, que predominava em Lusaca, era ainda mais acentuada em Kinchassa conforme mostravam as informações da embaixada jugoslava enviadas (23/Abr.) para o SFNE. Assim, «*após os confrontos de Março e de 6 de Abril entre as forças da FNLA e do MPLA, em Luanda, de novo como era habitual, [na capital zairense], através dos meios públicos de informação, efectuava-se uma campanha organizada contra o MPLA*». Além disso, nesses dias (23/Abr.), no banco dos réus estava «*o Dr. Neto que, segundo a imprensa, era o culpado de todas as desordens e o MPLA como o fautor dos recentes confrontos e derramamentos de sangue*».

Quanto à actividade política do MPLA, ou seja, «*Neto e os seus últimos contactos na Holanda, Bélgica e Portugal foram classificados como uma traição aos acordos*» alcançados entre os três movimentos angolanos, considerando tudo isso «*uma conspiração com os inimigos duma Angola livre e acusando-o de trair os interesses nacionais*».

Para a maioria dos observadores, «*a atmosfera das relações destes dois movimentos tornava-se cada vez mais insuportável*» e, se assim continuasse, conduziria seguramente a uma confrontação directa que poderia — na situação interna angolana e, em particular, devido à ingerência dos factores externos — provocar a guerra civil. Quanto a um exemplo desse contínuo agravamento foi salientado a declaração de Holden Roberto (20/Abr.), numa conferência de imprensa, durante a sua visita à Tunísia. Comentando as declarações de Neto, em Lusaca, «*onde se acusou o Zaire de ingerência e infiltração de forças militares em Angola* », Holden imputou a Neto uma conspiração com os imperialistas portugueses», classificando-as de traição nacional e do medo de Neto perante o aumento da força e da influência política da FNLA.<sup>896</sup>

---

<sup>895</sup> Disse, ainda, que Kaunda aconselhou Nyerere a visitar a Jugoslávia, mas «*também a pedir sua ajuda para a organização dos serviços de segurança*».

<sup>896</sup> Ao que o diplomata jugoslavo acrescentou: «*(ilustrando que a posição de Neto em Angola — cada vez se parecia mais à fábula de Fontaine da cigarra)*».

Esta situação foi também confirmada pelo encarregado de negócios sueco que, tendo estado dias antes em Luanda, estimou que «*os confrontos armados comprovaram a superioridade militar da FNLA, enquanto as forças do MPLA eram pouco numerosas e mal equipadas*». Apesar da influência política deste último movimento ser ainda a mais forte, sobretudo nas cidades, onde os intelectuais e os trabalhadores apoiavam o seu programa, consoante este diplomata, o desfecho final da luta política tornava-se cada vez mais incerta e iria depender muito da posição da UNITA.<sup>897</sup>

Uma opinião semelhante tinha o novo conselheiro da embaixada da RFA no Zaire, que «*confirmou as informações recebidas do sueco*» e disse ao diplomata jugoslavo que a situação era bastante má e imprevisível porque, além da confrontação dos movimentos angolanos, estava afectada pelas influências e intervenções exteriores, em particular, do Zaire. Igualmente, «*Cabinda era uma grande hipoteca e um factor extremamente agravante que podia conduzir também a um fim mais trágico*». De acordo com essas informações, ainda não confirmadas, «*havia intenções do MPLA e dos portugueses para o adiamento da independência, em Novembro, ou seja, a prolongação do período transitório de poder, em Angola, até Maio de 1976*».

Embora a situação em Angola continuasse tensa e crítica, pelo que souberam de Agostinho Neto nesses dias (24/Abr.), a embaixada em Dar es Salam pôde enviar para o SFNE alguns novos factos e pormenores que podiam completar a informação recebida de outras fontes. Assim, mostrando-se optimista devido ao amplo apoio popular que tinha o MPLA no país, todavia, o seu presidente confirmou-lhes que as diferenças com os outros dois movimentos continuavam profundas e quase insuperáveis. A FNLA era abertamente um expoente do Zaire e dos EUA, ao passo que a UNITA jogava com as diferenças entre o MPLA e a FNLA, prometendo a todos a resolução, numa Angola independente, de tudo o que pudesse surgir.

O objectivo imediato dos três movimentos eram os preparativos para as eleições e a continuação do seu armamento. Na questão eleitoral, o MPLA insistia numa prévia aprovação de leis constitucionais que mostrassem claramente os fundamentos políticos e jurídicos da Angola independente. Por seu lado, a FNLA e UNITA exigiam, primeiro, eleições para um sistema parlamentar pluripartidário, em que dois partidos com a maioria de votos e o apoio do exército consolidassem o sistema capitalista e anulassem todas as forças progressistas.

---

<sup>897</sup> Também, para o diplomata sueco, «*por enquanto, Savimbi manobrava e aproveitava a intolerância MPLA-FNLA para a sua afirmação pessoal e do seu movimento*». Atribuindo-se-lhe sabedoria e tática, todavia, havia indícios que mostravam que a UNITA se aproximava cada vez mais da FNLA. «*Os ataques do representante da UNITA, em França, e as acusações de que o MPLA foi o culpado dos confrontos em Luanda, também isso confirmavam*».

Assim sendo, o MPLA deparava-se com dois perigos principais: 1.) «*O reforço do armamento da FNLA com a ajuda do Zaire, EUA e China (com a Roménia), a infiltração de algumas centenas de milhares dos chamados refugiados angolanos do Zaire, que não eram de origem angolana, e uma possível intervenção zairense que Neto não excluía*<sup>898</sup>»; 2.) nas relações com o MFA, «*Neto notava um certo afastamento do MPLA o que explicava pelas pressões dos EUA sobre Costa Gomes, Gonçalves e determinadas forças no MFA*». Era conhecido que, até agora, o MPLA teve «*o maior apoio, precisamente, do MFA e que no apoio dos restantes partidos em Portugal nem contou, nem podia contar*». No quadro de tal posição do MFA, era «*indicativo o comportamento extremamente hostil relativo ao MPLA do alto-comissário português, o almirante*<sup>899</sup> *Cardoso. Com posições extremamente reaccionárias e extremistas, ele próprio contribuía para criar o caos, a instabilidade económica e conflitos entre os movimentos. Permitia a propaganda reaccionária nos meios de informação que passavam cada vez para as mãos do Holden e seus apoiantes*».

Outro problema que continuava presente era o das relações com os países socialistas que continuavam cheios de reservas e indisponibilidades para se decidirem a ajudar o MPLA. «*O mais estranho [era] o comportamento da Roménia que apoia[va] abertamente a China em relação à Angola*». Contudo, Neto recebeu recentemente um convite para visitar a Roménia — o que podia ser uma consequência de pressões sobre Ceauşescu ou talvez por os romenos terem compreendido que com a ajuda da FNLA ajudavam a reacção internacional. Neto ainda não tinha decidido como proceder acerca dos romenos e se responderia positivamente ao convite.<sup>900</sup>

A respeito da ajuda jugoslava, afirmou «*que não era preciso repetir quanto o MPLA estava agradecido pela ajuda com princípios da Jugoslávia e a sua constância. Não obstante ter anunciado que desta vez iria fazer um novo pedido de ajuda, Neto desistiu disso*» porque desejava, antes, consultar o Bureau Político. Em Maio, enviaria um dos seus membros à Jugoslávia, pois a situação actual não lhe permitia tal viagem. Depois, Neto perguntou «*se*

<sup>898</sup> O diplomata jugoslavo, interlocutor de Neto, comentou: «*isto tudo significava conflitos armados que Neto não queria caracterizar como guerra civil, mas sim de intervenção armada estrangeira (do Zaire e EUA)*».

<sup>899</sup> Um erro que se repetiu a respeito do general Silva Cardoso.

<sup>900</sup> Uma semana antes (16/Abr.), o SFNE tinha enviado para Dar es Salam estas informações (em português) do representante do MPLA em Belgrado: «*informar Kilamba que nossos estudantes Roménia reunidos semana passada propõem comité central seu regresso em protesto política romena ajuda forças reaccionárias angolanas. Está-se fazendo últimos preparativos pilotos aparelho, Kabul. Confirmar quando posso chegar. Viajo sem família*». *Condessa – ASPTJ 89*». Além dos três dirigentes mencionados, o número pode indicar os telexes enviados, nesse ano, por essa organização política jugoslava para o MPLA. Quanto à sua família, referia-se à mulher e filha, mas também à sua próxima viagem para Dar es Salam.

*também poderia contactar connosco a partir de Brazavile porque lá tinham frequentes contactos com o presidente Nguabi».*<sup>901</sup>

Num «comentário» final, o diplomata jugoslavo considerou que o seu interlocutor apresentou bastante optimisticamente a situação em Angola, realçando «*várias vezes a necessidade do reforço militar das unidades do MPLA [como o faziam] os outros dois movimentos e daí a expectativa na futura ajuda jugoslava*». Igualmente, na Tanzânia, teve diversos encontros com altos funcionários e recebeu deles um total apoio, estimando que os tanzanianos estavam cada vez mais desconfiados quanto a Savimbi que, nos últimos tempos, advogava uma solução capitalista para Angola. «*Consegui deslocar a maior parte do armamento e equipamento militar da Tanzânia para Luanda*». Do mesmo modo, transferiu a família para Luanda o que podia ser um sinal de que, pessoalmente, se sentia seguro em Angola.

### **A descarga de barcos jugoslavos**

No entanto, segundo a ASPTJ, num telex enviado pelo SFNE para a embaixada em Brazavile (30/Abr.), «*o barco "Postojna" (que transportou armas para o MPLA em Luanda) descarregou a carga*», mas não permitiam a sua partida, nem «*se sabia quem confiscou o barco*». Pediam uma intervenção urgente, junto do representante do MPLA, para que a questão se resolvesse e deixassem o barco partir. Parecia que «*a carga não chegou às mãos do MPLA, mas sim que foi descarregada do barco e ninguém a recebeu*».

Pediram, ademais, «*com a maior urgência informações detalhadas acerca de todo o caso e do que foi efectuado por parte do MPLA para resolver esta questão*», mencionando que «*a nós, o MPLA garantiu, através de vós, várias vezes, que estava tudo resolvido em relação à recepção do barco*».

Nesse mesmo dia, a citada embaixada respondeu que, dias antes (26/Abr.), tinham transmitido a José Eduardo dos Santos os dois anteriores telexes do SFNE sobre esse assunto «*com a reserva e o pressuposto de que, provavelmente, a chegada do "Postojna" ao Lobito ou a Luanda*». Nesse dia, tinham recebido a sua resposta, por ordem dos responsáveis do MPLA em Luanda, em que comunicou: «*a situação em Angola não permitia uma descarga rápida do material. Por isso, pedem que os barcos "Postojna" e "Jadro" continuem a viagem para o porto congolês de Pointe Noire, onde desembarcariam a carga. José já contactou responsáveis no Estado-Maior congolês, onde foi informado que aqui não haveria dificuldades em redor da descarga do material*».

---

<sup>901</sup> Segundo este documento, no fim desta conversaçã, Neto «*pediu, novamente, para enviarmos a Angola um nosso jornalista "porque isso, até agora, todos o fizeram excepto a Jugoslávia", [considerando ainda] que a imprensa jugoslava era importante para a divulgação da verdade acerca de Angola.*»

Igualmente, o SFNE<sup>902</sup> respondeu a uma pergunta da sua embaixada em Lisboa sobre esta questão, informando de que se tratava de «*um barco com armamento que, em seu tempo, o MPLA pediu e tinha chegado a altura para a sua entrega*». Segundo os representantes do MPLA, «*o desembarque podia ser efectuado num porto angolano, todavia, surgiram problemas a respeito dos quais espera[va]m informações mais precisas do próprio local*». Porém, o importante era que se tratava «*de uma anterior encomenda e da sua entrega de rotina fora do contexto dos mais recentes acontecimentos em Angola*».

Terminando com um «*segue informação mais completa*», em que esta foi a primeira a ser enviada para o esclarecimento do embaixador Stoíakovitch «*no caso de os portugueses colocarem a questão. Por agora, não era preciso dar explicações por vossa iniciativa, enquanto não tivermos uma visão mais completa do acontecimento*».

#### **Uma «Informação» acerca de Angola (Fevereiro a Maio)**

Neste documento «*acerca dos mais recentes acontecimentos em Angola e proposta para nossas acções*»,<sup>903</sup> a sua introdução refere-se aos «*conflitos armados de Março, Abril e início de Maio*» que confirmaram os perigos da situação política interna angolana a menos de sete meses da data da independência conforme o Acordo do Alvor, assim como a uma anterior informação (31/Jan.)<sup>904</sup> acerca das posições político-militares dos três movimentos até a formação do Governo de Transição. Salienta-se, ainda, os «*seus interesses particulares e suas calculações de curta e longa duração*» após o Acordo de Mombaça, em que cada um deles contou ter determinadas vantagens que, em seguida, seriam valorizadas. Assim:

— O MPLA contou com «*a sua organização política mais forte, amplo prestígio entre o povo e quadros militares e políticos capazes*»;

— A FNLA apoiou-se «*na sua superioridade militar, depois na ajuda zairense (americana) e chinesa e no favorecimento de certos países ocidentais*»;

— A UNITA contou com «*o reconhecimento da OUA (antes não era reconhecida), depois no favorecimento de determinados círculos portugueses e de alguns países africanos, e sobretudo num inevitável conflito entre a FNLA e o MPLA*».

<sup>902</sup> Esta breve resposta foi subscrita por um dos secretários-adjuntos federais, Milivoie Maksitch.

<sup>903</sup> Esta «*Informação*» foi aprovada numa reunião (6/Mai.) do Colégio dos secretários-adjuntos federais do SFNE.

<sup>904</sup> Nesse documento foi dado uma «*avaliação da situação em Angola no dia da formação do governo provisório*».



Quanto ao período do «*governo provisório*», menciona-se o «*exército conjunto formado por 24 000 soldados portugueses e 6 000 de cada movimento de libertação [e] a repartição de ministérios que também foi efectuada à custa do MPLA que, entre outras coisas, recebeu ministérios menos importantes [do que] os outros dois movimentos*». Após outra referência ao Acordo do Alvor — unicamente, os três movimentos, subscritores do Acordo, podiam ter participação directa nas eleições constituintes, previstas para antes da obtenção da independência —, numa outra menção relativa às conversações, em Luanda, entre a delegação jugoslava e representantes do MPLA, em que estes últimos definiram os imediatos objectivos e tática do MPLA dentro do seguinte quadro:

— Criação de possibilidades «*para o funcionamento normal do Governo de Transição como factor de legalidade e segurança de condições estáveis para a realização de eleições*»;

— Iniciativa para «*um novo acordo com os outros dois movimentos, que seria bastante mais flexível*» para ser aceite mais facilmente;

— Ir para «*uma aliança táctica com a UNITA com o fim de isolar a FNLA e, ao mesmo tempo, para se neutralizar a vantagem*» obtida pela UNITA;

— Aumento dos esforços para que o MPLA seja mais organizado, reforçando-se no plano militar e político.

Citando a opinião da mesma delegação jugoslava, o MPLA quis, desta maneira, «*evitar a confrontação militar e de assumir a iniciativa política*», acreditando que, num futuro próximo, o movimento poderia fortalecer-se bastante e, assim, assumir sozinho o poder. Além disso, ficaram com «*a impressão que o MPLA ainda não tomava muito em consideração nem a situação interna objectiva, nem o contexto internacional e interafricano de Angola, devido à sua importância política, estratégica e económica*».

O primeiro pretexto para o agravamento da situação política foi a declaração de Agostinho Neto de que o MPLA tencionava propor à FNLA e UNITA uma lista única para se apresentarem nas eleições constituintes. Uma proposta que provocou «*uma violenta reacção de Holden Roberto*» que o acusou de procurar com a ajuda da administração militar portuguesa instaurar, em Angola, o «*"poder popular"*». Ao mesmo tempo, Jonas Savimbi acusou-o de que «*a "criação dum partido único" representa[va] uma "ameaça para a democracia" em Angola*».

Apesar de ser considerado a causa principal desse agravamento das relações entre os três movimentos que conduziu, em primeiro lugar entre o MPLA e a FNLA, a fortes confrontos armados, na segunda metade de Março e início de Abril, «*as verdadeiras razões para os confrontos armados, os quais, não liquidaram o acordo conseguido, em Luanda, em fins de*

*Março, com a participação dos ministros portugueses Melo Antunes e Almeida Santos, certamente, [foram] muito mais profundas, sobretudo pelo seu conhecido carácter interno e externo».*

Segundo esta análise da diplomacia jugoslava, era um facto que, na situação surgida em Angola, em que todos os três movimentos receberam um tratamento igual, *«este convinha muito mais à FNLA e UNITA, e mesmo aos parceiros externos que estavam por trás deles, do que ao MPLA».* Consoante as indicações disponíveis, *«estes dois movimentos, com plataformas próximas em relação ao desenvolvimento interno angolano, coordena[va]m estreitamente a sua actividade e procura[va]m conjuntamente comprometer o mais possível, no interior e no exterior, o MPLA, atribuindo-lhe uma orientação "comunista e pró-soviética"».*

A seguir, numa menção mais extensa à UNITA, foi feito um resumo das suas acções a nível internacional (visitas de Savimbi ou de delegações da UNITA à Tanzânia, Roménia, RP da China, etc.), salientando-se ainda que, *«dos últimos confrontos entre o MPLA e FNLA, tinha tirado significativos benefícios políticos porque, cada vez mais, se imp[unha] como "um amplo movimento nacional moderado" e "a garantia da paz e unidade de Angola"».* Tendo isso sido aceite *«pela Zâmbia, parec[ia] também pela Tanzânia e até pelo Zaire»*, pois que estes três países conscientes do facto de que *«o predomínio absoluto, fosse do MPLA ou da FNLA, conduziria forçosamente à guerra civil, orientavam-se, cada vez mais, para a UNITA como uma solução de compromisso».*

Nesta situação, caso se juntar o apoio à UNITA *«pela maioria da população portuguesa em Angola»* e tal facto não podia esquecer nem o governo português — *«(o que, de resto, mostrou igualmente a sua atitude depois dos confrontos armados entre a FNLA e o MPLA)»* —, então, tornava-se mais claro que *«o MPLA se encontrava numa posição ainda pior e delicada».*

Perante esse possível predomínio das forças da UNITA e da FNLA, igualmente o problema de Cabinda colocar-se-ia de forma totalmente diferente, pois, *«no caso da vitória desses dois movimentos, seria mais fácil assegurar, tanto os interesses das companhias ocidentais (americanas), que ali exploravam o petróleo, mas mesmo do próprio Zaire».* Provavelmente, chegar-se-ia a *«um compromisso com o movimento de libertação de Cabinda (FLEC) que, até essa altura, só [tinha tido] confrontos com o MPLA e unidades portuguesas após a mudança em Portugal».* Sem embargo, segundo essa previsão do SFNE, *«devido à conhecida posição da OUA, não se deveria esperar de que, nas condições [existentes] se poderia chegar até à secessão de Cabinda».*

Do acima citado, os subscritores desta «*Informação*» esperavam que, em Angola, a evolução dos acontecimentos se poderia desenrolar nas duas seguintes direcções principais: «1.) empenhamento do MPLA em reforçar a sua enfraquecida posição militar e assim chegar a uma maior concordância com o amplo prestígio político que goza[va] no país; 2.) confrontação com a FNLA, incluindo também pela força das armas, e contra a UNITA, de preferência, por meios políticos para se alterar o status quo entre os movimentos, ou seja, o empenho de ambos os movimentos para continuar a enfraquecer, se possível, o MPLA».

Porém, na situação existente, a sua conclusão foi de que «*não seria realista esperar que o MPLA pudesse alterar significativamente a relação de forças a seu favor*», tendo em conta o poderio militar da FNLA (reforçado pelas forças «*da fracção de D. Chipenda, que não eram para subestimar*», e do exército zaireense).

Por isso, estava sempre presente «*o perigo de novos confrontos armados e ainda duma guerra civil de grandes dimensões com consequências muito pesadas*». Daí, em África haver um grande receio por uma tal evolução política em Angola, não somente até à independência, mas ainda mais no período posterior. Apesar de não ter sido examinado, neste documento, o contexto internacional em que se desenrolavam os acontecimentos em Angola, em que estes iriam ter, por exemplo, um importante reflexo na África Austral. Igualmente, «*o desenvolvimento seguinte da situação em Portugal, dependente da sua direcção e carácter, teria uma influência significativa e na evolução em Angola*».

À luz do exposto, os subscritores colocavam a questão das seguintes acções jugoslavas quanto à situação em Angola, «*tendo a direcção e os sectores [do SFNE] a opinião de que essas acções deveriam ser paralelamente multilaterais e bilaterais*». Assim, entre as primeiras, partia-se de três posições (identificação de problemas e dos perigos, e da ajuda dos países não-alinhados)<sup>905</sup> para diversas acções (consultas com membros da OUA, do Movimento dos Não-Alinhados e outros países como Portugal).<sup>906</sup> Quanto às acções bilaterais, partindo de

<sup>905</sup> «1.) Angola tornava-se num problema de África e dos países não-alinhados; 2.) por isso, era preciso tomar acções urgentes em direcção de assegurar a unidade dos movimentos na coligação, eliminação dos confrontos armados mútuos e assim impedir a guerra civil e as intervenções estrangeiras com enormes consequências como, também, na direcção da preservação da integridade territorial de Angola, incluindo Cabinda; 3.) ajuda dos países não-alinhados nas actividades do paralisado Governo de Transição e busca de possibilidades de cooperação entre os três movimentos».

<sup>906</sup> «1.) consultas dos embaixadores jugoslavos com os países mandatários da OUA para Angola: Zaire, Tanzânia, Zâmbia e Congo como outros com o objectivo de influenciar na solução positiva do problema. Em cooperação com a OUA examinar possibilidades de acções dos países não-alinhados com o objectivo de prestar, nesse momento, imediata ajuda política, económica e outras a Angola; 2.) Consultas com os membros do CS dos Não-Alinhados, em primeiro lugar com a Argélia (que é o mais próximo do MPLA, embora contactar também os restantes dois movimentos), acerca da situação em Angola como objectivo de examinar as possibilidades de ajuda conjunta para uma superação dos problemas; 3.) Consultas com Portugal; 4.) Consultas com a URSS

outras três posições — o MPLA (factor principal), as relações com o Governo de Transição e a FNLA com a UNITA<sup>907</sup> — para se chegar a outras tantas acções (ao encontro do MPLA,<sup>908</sup> do Governo de Transição<sup>909</sup> e da FNLA e UNITA<sup>910</sup>).

Apesar deste tipo de documento — síntese da documentação relativa a um período longo, neste caso, ao primeiro trimestre pós-Alvor — seja pouco numeroso entre a documentação consultada neste Arquivo, é de salientar, além da escolha dos factos e sua explicação, a apresentação de uma proposta de actividades diplomáticas que permite confirmar as principais orientações jugoslavas em relação à situação política e militar angolana. Igualmente, tendo em conta onde e por quem foi discutida e aprovada, esta «*informação*» apresentava, nesses primeiros dias de Maio, o que se sabia e queria no SFNE a respeito de Angola que era e seria, nesse ano e seguintes, um dos principais países na política externa da Jugoslávia.

### III.3— Do «República» ao V Governo

Após as eleições de 25 de Abril e os incidentes no 1.º de Maio, onde a confrontação PS- -PCP voltou a ser confirmada, seguiu-se a crise do jornal «*República*» que, desde de 19

---

(porque ajudamos conjuntamente o MPLA), com a RP da China (por causa da sua ajuda à FNLA), bem como com a RP da Roménia, que mantém contactos com os três movimentos (recentemente, J. Savimbi esteve na Roménia, onde teve conversações com N. Tchauchescu).

<sup>907</sup> «1.) o factor principal das nossas ajudas continua a ser o MPLA; o Governo de Transição é a instituição representativa do novo Estado; estabelecimento de ligações também com as outras partes da coligação angolana (FNLA e UNITA). [...] Impõe-se a necessidade de contactos com a FNLA e a UNITA como partes constituintes da coligação política angolana com o fim da aceitação da realidade política, possibilidades duma visão global das suas intenções e da nossa influência nas actividades do Governo de Transição e na superação do actual estado de crise em Angola».

<sup>908</sup> «1.) continuar a prestação da ajuda militar segundo os pedidos do MPLA e as nossas possibilidades (foi concedida pelo CEF a anterior ajuda aprovada de cerca de 1,7 milhões de dólares); examinar a possibilidade do envio de especialistas de Direito Constitucional que pediu o MPLA para a redacção da Constituição de Angola; efectuar uma consulta urgente com o Dr. Neto com o objectivo de conhecer-se a situação e discutir-se os problemas com os quais se deparou o MPLA».

<sup>909</sup> «2.) abertura o mais depressa possível do Consulado-Geral, em Luanda, a nível de um experiente representante diplomático, que pudesse efectuar consultas com o Governo de Transição; efectuar a escolha da personalidade, tendo em conta que, após a obtenção da independência, o Consulado-Geral passará a embaixada; envio de jornalistas que, além das suas funções profissionais, mantivessem contactos com os movimentos e restantes factores, que estivessem fora das possibilidades do consulado».

<sup>910</sup> «3.) no Zaire, o nosso embaixador com Holden (FNLA) (antes, este contacto já existiu esporadicamente); em Lusaca, o nosso embaixador com o representante da UNITA. (o representante da UNITA, em Lusaca, depois em Dar es Salam expressou interesse para contactos e a visita duma sua delegação à RSFJ). Estes contactos e a nossa influência nestes dois movimentos só podiam ser vantajosos para o MPLA, embora este pediu à nossa delegação [em Luanda] que esses contactos se efectuassem somente através do Governo de Transição e não directamente com a FNLA e a UNITA».

de Maio a 10 de Julho, aprofundou ainda mais essa confrontação com um primeiro abandono do IV Governo dos ministros socialistas (até 30/Maio) seguido de outro (10/Jul.), provocando a formação do V Governo Provisório, cuja posse (8/Ago.) coincidiu com a publicação do chamado «*Documento dos Nove*».

Igualmente, a agitação provocada pelos conflitos na Rádio Renascença (Jun./Jul.) entre os seus trabalhadores e a Igreja Católica sua proprietária, o comício do PS na Fonte Luminosa (19/Jul.) e as divisões irreversíveis no próprio MFA mereceram as maiores atenções da diplomacia jugoslava através das suas embaixadas em Portugal e nos países mais interessados pela situação política portuguesa. Atenções que abrangeram, além disso, as independências de Moçambique (25/Jun.), menos as de Cabo Verde (5/Jul) e de S.Tomé e Príncipe (12/Jul.), assim como a guerra civil cada vez mais presente em Angola. Porém, já o interesse pela descolonização de Timor e Macau foi muito menor.

Todavia, ao passo que, nas primeiras, a política recomendada e seguida pelo governo jugoslavo foi sempre de contenção e equidistância quanto aos confrontos interpartidários e no seio do MFA, já, nessas últimas atenções, todos os recomendados apoios político-militares e outros só foram dados a certos movimentos (MPLA e FRELIMO), excluindo outros (FNLA e UNITA). Aqui, por razões político-económicas bem definidas, houve opções estratégicas diferentes.

No plano da política externa, as relações de Portugal com os EUA e os países europeus ocidentais dominaram este período em que se realizaram a Cimeira da OTAN (Bruxelas, 30/Mai.) e a CSCE (Helsínquia, 1/Ago.). Um período que abarcou ainda algumas das principais rupturas políticas internas desses meses do «*Verão quente*» de 1975.

### **III.3-1 — Meses de rupturas previstas**

#### **Na segunda metade de Maio**

Durante esse mês, estando o embaixador Stoíakovich em Belgrado, o relato para o SFNE de alguns acontecimentos, ocorridos «*desde o começo do passado fim-de-semana*», foi feito por Spasitch (20/Mai.). Segundo ele, estes apontavam para «*um processo de polarização e duma clarificação mais decisiva das posições e opiniões que continuava no interior das forças políticas e também no interior do MFA*».<sup>911</sup>

---

<sup>911</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

Começou por referir que «em vésperas da Assembleia do MFA (realizada ontem), no quadro duma vasta campanha do governo pelo aumento da produção, o primeiro-ministro Gonçalves discursou, no sábado, perante cerca de 2 000 trabalhadores numa fábrica», em que sublinhou explicitamente que «para os portugueses existiam só dois caminhos — estar com a revolução ou com a reacção, que não havia terceiras vias ou neutrais e passivos».<sup>912</sup> Igualmente, mencionou que o orador «acusou as forças que iam pela divisão da classe operária, que exageravam nos confrontos e ajustes de contas interpartidários, etc.», apelando depois à unidade, aos sacrifícios e ao deixar de lado os estreitos interesses partidários. O diplomata jugoslavo acentuou que ao discurso foi dado uma grande publicidade na imprensa e que, no mesmo comício, discursaram «dois ministros civis (Cravinho da Indústria e Murteira da Coordenação Económica<sup>913</sup>), o que confirmou a linha da actuação unida do governo».

Quanto à Assembleia do MFA (19/Mai.), «a segunda desde o 11 de Março e a primeira com a participação dos membros, eleitos após [essa data, teve] uma ordem de trabalhos extremamente importante» porque abrangeu todos os aspectos da situação política e económica<sup>914</sup> e foi colocada perante a sua nova composição rejuvenescida.

No comunicado dessa manhã (20/Mai.), em particular, foi realçado que, nos trabalhos da Assembleia, foi aceite a conclusão da «necessidade do reforço das ligações do MFA com todas as estruturas políticas de massas com o objectivo da superação da confrontação partidária (o que era a tese que recentemente salientou o almirante Coutinho, ou seja, a formação de forças políticas em que o MFA se pudesse apoiar)».

Como um texto anexo ao comunicado foi publicado o relatório da Comissão Política do CR (apresentado na Assembleia) sobre os incidentes do 1.º Maio. Nele, sem qualquer dúvida, «a responsabilidade dos acontecimentos caiu sobre o PS soarista, [sendo] este documento, só por si, um claro ataque ao PS». Do mesmo modo, no comunicado foi dado um lugar importante ao processo da Descolonização de Angola e às «tentativas da reacção e dos

<sup>912</sup> A frase deste discurso, publicada na imprensa, foi a seguinte: «ou se está com a Revolução ou se está com a reacção. Não há terceiras vias, nem há neutros aqui».

<sup>913</sup> O ministro Mário Murteira não esteve nesse comício na Amadora (Sorefame), segundo a imprensa diária, mas sim noutra, numa fábrica, em Mem-Martins.

<sup>914</sup> Mencionou: «relatório acerca da política internacional (presidente da República Gomes); situação socioeconómica (Gonçalves e ainda alguns ministros); análise do processo da descolonização em Angola (comissão coordenadora do MFA em Angola); análise da situação política pós-11 de Março, eleições, acontecimentos do 1 Maio, período pós-eleitoral, perspectivas da evolução política (comissão política do Conselho da Revolução); consolidação do processo político (comissão política do Conselho da Revolução) formação do Tribunal Revolucionário (almirante Coutinho); funções das Forças Armadas e questões internas do MFA (comissão militar do CR)».

*extremistas esquerdistas» de, através incidentes e a criação de tensões, chamarem «a atenção do público para os acontecimentos em Angola (durante o fim de semana, o pró-chinês MRPP e outros grupos da extrema-esquerda — UDP e LUAR — provocaram incidentes e organizaram manifestações antiamericanas, em Lisboa, e em frente da embaixada dos EUA. Paralelamente, acusando o COPCON e o MFA)».*

Num terceiro ponto, Spasitch informou de que, enquanto decorria a Assembleia do MFA, *«os tipógrafos do «República» (quer dizer o jornal do Partido Socialista), entre os quais predominava a influência dos comunistas, recusaram imprimir-lo por ser um "jornal nitidamente partidário" e exigiram a demissão do director, do redactor-chefe e ainda de alguns outros redactores».* Através da rádio, foi lido *«um comunicado da Comissão dos Trabalhadores em que, além da acusação ao carácter e à orientação do "República", foi atacada a autogestão ("não precisamos de autogestão")».* Depois, os jornalistas barricaram-se no edifício da redacção e o PS publicou uma proclamação com a sua *«conhecida tese [...] acerca do predomínio da minoria, a ameaça do direito à liberdade de pensamento, etc.».*

Após referir que *«Soares e Zenha distribuíram pessoalmente na cidade a proclamação em que lançava um apelo ao apoio do "República" e a "libertação" da redacção»*, relatou as concentrações de manifestantes em frente da sede do PS e do jornal, durante a tarde e a noite, em que participaram ainda grupos da extrema-esquerda, assim como pequenas desordens, mas as forças militares ali presentes não intervieram. *«Pelo fim da tarde, Soares e Zenha foram até à Assembleia do MFA para pedir protecção e acusando o PC pelo incidente».*

Concluindo, o diplomata jugoslavo estimou que *«tudo isso conduziu a uma certa tensão [...] e, de novo, agravou as relações PS e PC»*, sendo um facto que este incidente obrigou os socialistas *«a procurar protecção e a invocar os resultados nas eleições»*, ao passo que a continuação desse antagonismo nas relações do PS com o MFA ia a favor dos comunistas.

Quanto à decisão governamental de encerrar o *«República»*, nesse dia, por *«motivos de perigo para a ordem pública»*, havendo sinais de que o jornal não sairia durante algum tempo, tudo isso seria aproveitado, seguramente, pelos socialistas, o que juntamente com a repercussão no Ocidente, *«podia ter reflexos negativos na opinião pública progressista, tanto mais que o director do jornal (R. Rego)<sup>915</sup> era um dos antifascistas mais destacados».*

---

<sup>915</sup> Este foi o único nome citado entre um número (que não foi especificado) de jornalistas e tipógrafos desse jornal, apesar de ter sido noticiado, na imprensa habitualmente citada por esta embaixada, que 97 trabalhadores desse jornal tinham assinado o comunicado acerca dos acontecimentos, da suspensão da sua direcção e da eleição de um director-interino.

Entre outras conclusões finais, Spasitch acrescentou que certamente seria desfavorável que tal agravamento chegasse *«no momento quando o governo fazia esforços no plano diplomático para acalmar os aliados ocidentais em relação ao futuro desenvolvimento do país e pouco antes da reunião do Conselho da OTAN, na qual, seria discutida também a situação em Portugal»*.

A actuação de Vasco Gonçalves com as outras medidas radicais precedentes (nacionalizações, mudanças no Conselho da Revolução após o 11 de Março e outras) levavam a concluir, segundo o diplomata jugoslavo, que a orientação radical do MFA tornava-se cada vez mais dominante. Do mesmo modo, podia ser um indicador o facto de que *«a Assembleia do MFA realizou-se com a ausência de alguns membros conhecidos do CR bem como que todos os ausentes, por fim, pertenciam à chamada ala moderada do MFA (Antunes, ministro dos NE, em Bona, Victor Alves em Timor, major Costa Martins,<sup>916</sup> ministro do Trabalho, nos EUA e o vice-almirante Azevedo em Bruxelas)»*.

Poucos dias depois (24/Mai.), Spasitch informou o SFNE da *«dimensão de que ao caso do encerramento do jornal "República" deu o PS e a sua reacção intransigente<sup>917</sup> ao introduzir elementos de crise, os quais, numa forma ainda mais rude, abriram a questão da continuação do funcionamento equilibrado do governo de coligação com a actual composição»*.

A seguir a estes acontecimentos, o Conselho da Revolução reuniu duas vezes e, no seu posterior comunicado, dirigiu um apelo ao povo, aos partidos e estruturas políticas pela unidade que era indispensável para uma realização bem-sucedida das tarefas no processo revolucionário. Condenando *«os estreitos interesses partidários, condenou igualmente o comportamento dos socialistas (na reunião do CR houve claros pedidos para se proibir o PS)»*. Posteriormente a esse comunicado, *«Soares e Zenha, ministro da Justiça, pediram uma audiência ao presidente da República Gomes»*, que se realizou, seguindo-se uma reunião com a Comissão Política do CR, presidida também por Costa Gomes. Imediatamente depois, o CR teve um encontro com a direcção do PS, mas, nem a seguir a essa conversação, os socialistas não

---

<sup>916</sup> Após tantos meses em Portugal, tendo acompanhado tão de perto, por exemplo, a questão da unicidade sindical, esta informação até desmentia outras já enviadas acerca deste ministro para o SFNE.

<sup>917</sup> Dois dias antes, o PS tinha organizado *«uma grande manifestação política»* e, nesse dia, numa conferência de imprensa, Mário Soares e a direcção socialista comunicaram *«a decisão de que os seus membros no Governo boicotariam as sessões até à "mudança da posição do CR" e um final positivo do caso»*, embora repetindo a ameaça da sua saída do Governo (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).



desistiram da decisão de boicotar as sessões do Governo, seguindo-se uma convocação para a direcção do PCP.

Porém, segundo o diplomata jugoslavo, devido «*a todos esses esforços não terem resolvido a situação e, dificilmente, o governo de coligação poderia funcionar sem a presença e a participação dos socialistas*», foi marcada uma sessão extraordinária (26/Mai.) da Assembleia do MFA. Conforme a sua ordem do dia, além da análise dos recentes acontecimentos, o que era importante para Spasitch, procurava-se a superação do estado provocado pelos atritos interpartidários, prevendo-se «*a apreciação da ligação directa do MFA com todas as organizações de massas e estruturas políticas do país, fora do estreito quadro partidário (a nível dos municípios, fábricas, empresas e sindicatos através de acções de dinamização do MFA num contacto directo com as massas populares, etc.)*».

Igualmente, «*o expressivo comportamento oposicionista*» do PS, afora os problemas no Governo, tinha tornado premente uma reestruturação das forças políticas. Por isso, a ideia do MFA acerca da criação de novas estruturas políticas, «*com a participação de todas as forças progressistas, era cada vez mais presente e impunha-se como a possível solução nas condições existentes*». Assim, podia-se esperar que decisões mais específicas seriam aprovadas, dentro de dias, nessa sessão da Assembleia do MFA, «*até mesmo se os socialistas como em situações anteriores quando se tornavam mais graves, por fim, reconsiderarem*».

Quanto à posição do PCP, Spasitch relatou o seu encontro com Aurélio Santos<sup>918</sup> que lhe confirmou a seu apoio à criação desses «*núcleos políticos para a cooperação com o MFA*» a nível local e de lugares de trabalho sem uma «*obrigatória mediação das estruturas directivas*» dos partidos políticos, acrescentando «*(“nesse sentido, já existiam inúmeros exemplos, sendo assim também a nossa revolução uma experiência original”)*».

A julgar pelo apoio sem reservas dado ao MFA pelo PCP e MDP, mais a possibilidade de, através dessa maneira, isolar completamente a direcção e a política do PS, esse apoio podia ser dado ainda por alguns outros partidos mais pequenos de esquerda (MES e FSP). Contudo, havendo «*uma discordância substancial desses partidos em relação à política do PS, podia-se esperar com segurança o seu apoio ao MFA a tal projecto*». Por outro lado, «*isso permitiria ao MFA, sem exercer represálias contra o PS, excluí-lo do jogo, contribuindo para a seu comprometimento e levá-lo a uma clara oposição (nas condições existentes, a*

---

<sup>918</sup> Precisando que esse encontro, na manhã do dia anterior, com o «*chefe da Secção Internacional do CC do PC [teve lugar] antes da reunião do PC com o CR*».

*confrontação com o MFA não podia ser uma plataforma política de forças não reaccionárias)».*

Após estas conclusões, Spasitch mencionou o facto de que, na televisão, duas noites antes, Álvaro Cunhal colocou a possibilidade do Governo (uma vez que, através do boicote dos socialistas, foi posto em questão a existência da coligação), além de membros do MFA, ser formado por personalidades políticas que nele não entrariam na qualidade de representantes de determinados partidos políticos, o que podia ser também uma indicação de que o MFA pensava seriamente na possibilidade do Governo ser formado em tais bases.

Retomando o seu citado encontro com Aurélio Santos, passados dois dias (25/Mai.), Spasitch comunicou ao SFNE que, para o seu interlocutor, *«sob o pretexto do encerramento do jornal "República", a direcção do PS criou, novamente, uma situação de crise, a qual, dessa vez, chama a atenção para os problemas fundamentais do processo revolucionário»*.<sup>919</sup> A decisão dos socialistas de não participar nos trabalhos do Governo enquanto o CR não mudasse a sua posição e, ao mesmo tempo, anunciando a possibilidade de abandonar a coligação, punha até em questão o seu funcionamento futuro. *«Tudo isso era já o resultado de uma tentativa contínua do PS para impor e ditar as orientações da política e acções seguintes»*. As suas ideias eram conhecidas e *«sempre foram contra medidas essenciais para um posterior processo revolucionário»*. Assim sendo, caso não reconsiderarem, não era de excluir a possibilidade da formação de um governo com representantes do MFA e políticos civis que, no Governo, não entrariam como representantes de partidos.

Num segundo ponto, na opinião do dirigente do PCP, *«o PS empenhava-se, antes e depois do Primeiro de Maio, numa orientação perigosa — então, já atacava abertamente o MFA e os seus representantes mais importantes»*. Ademais, o seu comportamento e suas acções travavam, objectivamente, o processo revolucionário e, no centro dos acontecimentos, impunha problemas marginais. Porém, isso não podia durar infinitamente, nem *«os socialistas podiam continuar a explorar e exagerar os perigos externos tanto políticos como económicos da dependência do Ocidente»*. Para mais, era perigoso para o processo revolucionário que *«a evolução no país se ligasse constantemente com a situação externa e as relações das grandes potências, agindo com a ameaça das intervenções»*. Achou que tal política se devia desmistificar, pois *«até no caso de se chegar a pressões (Santos afastava a possibilidade de ingerên-*

---

<sup>919</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

*cias violentas ou militares), eles tinham condições para desenvolver no povo a consciência necessária para resistir a tudo isso».*

Num ponto seguinte, Spasitch referiu a apreciação do seu interlocutor de que, em seguida ao caso do «*República*», o PS tinha perdido influência e prestígio. Era evidente que estava satisfeito com tal conduta dos socialistas e, em duas ocasiões, falou acerca da avaliação negativa feita pelo MFA a respeito do PS. Contudo, «*o PCP emitiu uma directiva para os membros não entrarem em polémicas com as bases socialistas, pelo contrário, que procurem manter relações de cooperação, participação comum em determinadas acções, etc.*».

Numa referência final, citou alguns assuntos relacionados com as relações interpartidárias<sup>920</sup> que continuavam a ser poucas.

Após uma semana (2/Jun.), comunicou ao SFNE que a seguir «*a uma nova reunião do CR (31/Mai.)*<sup>921</sup> *com a direcção do PS, os socialistas aceitaram continuar com a participação normal nos trabalhos do Governo. Depois do encontro, realçaram a colaboração e a lealdade quanto ao MFA*».

Além de ter sido afastada a causa directa da crise, na última sessão da Assembleia do MFA, com vista à superação da prática existente de um diálogo exclusivo com os partidos políticos e à negação da tese de que eles fossem os únicos mediadores entre o MFA e as massas populares, foi formada uma comissão para a elaboração dum projecto com o objectivo dessa ligação não necessitar dessa mediação. Salientou-se, ainda, que essa plataforma da futura cooperação deveria ser baseada na unidade, não excluindo os partidos políticos como interlocutores.

Esse objectivo já tinha aparecido, segundo Spasitch, «*em algumas declarações de membros do CR (general Carvalho e do porta-voz capitão Lourenço) que realçaram a necessidade da participação activa e directa da classe operária e de todas as camadas da população no processo revolucionário através dum diálogo mais directo com o MFA, da superação*

---

<sup>920</sup> Aurélio Santos interessou-se, primeiramente, pelas relações interestatais e, a seguir, perguntou «*se dois dos seus camaradas (que, no gabinete do Governo de Cunhal, eram responsáveis pelos problemas económicos) podiam periodicamente contactar a embaixada*». Spasitch respondeu-lhe afirmativamente e recebeu os seus nomes. Depois, mencionou-lhe que, «*desde uma anterior conversação, esperavam a sugestão [do PCP] para o envio de convites a eminentes antifascistas para um simpósio organizado pela Academia de Ciências de Zagreb*». Respondendo a esse pedido, o seu interlocutor disse-lhe que, «*em breve, seriam informados*» e agradeceu esses convites.

<sup>921</sup> Esta reunião realizou-se, segundo a imprensa desse dia, no dia anterior, sexta-feira, pela tarde (30/Mai.). Tanto mais que, nesse sábado, além da notícia acerca da Cimeira da OTAN, foi ainda anunciado o regresso da delegação, chefiada por Vasco Gonçalves, para domingo, que foi relatado neste documento (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

*do estreito quadro de interesses partidários, apelando ao abandono de manifestações unitaristas (partidárias), etc.».*

Igualmente, o PCP e outros seus partidos progressistas próximos já tinham inaugurado essa prática nas manifestações de apoio ao MFA (não se lhes juntaram o PS, PPD, MES e extrema-esquerda), sem palavras de ordem nem bandeiras partidárias. Em frente do Palácio Presidencial (decorria, naquele momento, a reunião do CR), houve *«um forte apoio às decisões do MFA acerca do contacto directo com as massas, tendo o PR Gomes se dirigido aos manifestantes»*.

Quanto ao regresso da Cimeira da OTAN, no dia anterior, de Vasco Gonçalves, este documento relata que foi esperado por Costa Gomes e por membros do CR e do Governo, tendo um *«"grupo de democratas sem filiação partidária"»* dirigido, através da imprensa, um apelo à população para estar na recepção e prestar apoio ao MFA. Além disso, o apelo dizia *«para se ter só a bandeira nacional, não se exclamar palavras de ordem partidárias e para se exprimir o apoio às decisões do MFA sobre o estabelecimento do diálogo directo com as massas populares»*.

#### **Uma entrevista e a visita de Melo Antunes à RFA**

Antes da sua visita (19-21/Mai.), em Lisboa, Melo Antunes deu uma entrevista a Djuka Iulius, o correspondente do diário belgradense *«Politika»* em Bona.<sup>922</sup> Começando por avaliar que *«a política externa portuguesa se encontrava numa fase de definição a longo prazo, a partir da situação criada pela revolução e a descolonização»*, acrescentou que precisavam de ter em conta *«o grau de consciência política no MFA, a situação internacional, assim como as necessidades económicas do país»*.

Sendo Portugal um *«país europeu ocidental, não só geograficamente, mas também pelas tradições culturais e as ligações económicas»*, deviam respeitar esses factos, sem esquecer *«as ligações e interesses que tinham no actual Terceiro Mundo»*. Essa aproximação ao *«Terceiro Mundo e aos Não-Alinhados com um forte suporte na Comunidade Europeia»* eram os passos mais lógicos para *«o reforço da sua posição internacional e de acordo com a dinâmica da passagem ao socialismo, mas com a permanência no quadro da aliança ocidental»*. Logo, qualquer outra política seria errada, porque *«a adesão cega à estreita política de fidelidade atlântica não corresponderia mais ao grau do desenvolvimento socialista interno,*

<sup>922</sup> O seu texto foi enviado (20/Mai.) por Spasitch para o SFNE (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

[do mesmo modo que] o *abandono do Pacto Atlântico e o derrubamento do equilíbrio europeu seriam, nesse momento, simplesmente um suicídio*».

A respeito do Não-Alinhamento, enquanto expressão de uma política de independência e de paz, era «*a mais próxima do espírito e aspirações do MFA, mas Portugal só por etapas o poderia alcançar*». Porém, queria contribuir para «*a superação da divisão de blocos na Europa e, no futuro, com uma conduta activa na CSCE (onde, assumirá posições semelhantes às da Jugoslávia)*». Somente, a superação dos blocos podia criar a possibilidade de Portugal tornar-se não-alinhado. Disse ainda que pensavam enviar observadores à Conferência dos Não-Alinhados, em Colombo (Ago./76), embora primeiro esperavam pela próxima Cimeira da OTAN, em Bruxelas (30/Mai.), para depois se consultarem com a Jugoslávia e outros países não-alinhados acerca da oportunidade dessa acção.<sup>923</sup>

Após esta introdução, Melo Antunes referiu-se às relações com os EUA e outros países da OTAN, à sua visita à RFA, e a alguns aspectos das «*relações e cooperação com a URSS e países europeus orientais*», a China e a América Latina. Nestes cinco pontos desta entrevista, os dois primeiros ocupam a maior parte deste seu texto.

Assim, essa acção diplomática no Ocidente procurava tranquilizar, através de uma forte ligação com os países europeus, as relações com os EUA. Tiveram os primeiros sucessos, apesar de não os sobrestimarem, pois haveria pressões e ingerências também no futuro. Quanto à «*atitude americana, não lhes era completamente clara, mas havia uma certa adaptação (maior tolerância em relação à evolução portuguesa)*». Contudo, durante a visita dos ministros Costa Martins e Correia Jesuíno aos EUA, «*os americanos escutaram com atenção os seus argumentos e procuraram tranquilizá-los acerca da sua ingerência*». Todavia, advertiram constantemente para a actividade do PCP e da URSS em Portugal, embora, ao mesmo tempo, deram a saber «*que a União Soviética respeitava as regras do jogo na Europa e, por isso, Portugal não arriscava uma confrontação com os EUA*». Do mesmo modo, o discurso de Kissinger pareceu-lhes um passo em frente na atitude americana relativa a Portugal. O

---

<sup>923</sup> Segundo a embaixada jugoslava, em Paris (30/Jul.), «*o embaixador português disse-lhes que [tinha de contactar] o embaixador argelino devido a um pedido de Portugal à Argélia, como coordenador dos Não-Alinhados, para ser país convidado*» na Conferência de Colombo. Confirmou que já apresentaram esse pedido através do Peru e pediu uma «*posição benevolente da Jugoslávia*», justificando que, para a política interna e externa portuguesa, isso poderia ter grande significado, em particular, «*para repelir a tentativa de tornar Portugal numa carta no jogo das grandes potências*». Igualmente, foi-lhes dito que «*essa iniciativa partiu do ministro Melo Antunes*». Quanto à entrega do pedido, «*ainda não tinha conseguido*» efectua-la devido à ausência do embaixador argelino, do qual, se queixou pela sua «*lentidão na resposta às suas iniciativas para o desenvolvimento das relações bilaterais e que não sabia a que devia atribuir*» tal atitude (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

objectivo deles era de reforçar as posições junto daquelas forças e correntes nos EUA, em especial no Departamento de Estado, que tinham uma posição mais razoável a seu respeito.

Davam ainda uma grande importância à próxima Cimeira da OTAN, porque era uma oportunidade para ali ordenarem as suas relações e estatuto. Além disso, continuavam a não ter intenções nem razões para sair e, pelo contrário, desejavam ficar e cumprirem as suas obrigações. *«Naturalmente, Gonçalves salientará claramente que isso não podia ser uma hipoteca política, ou seja, a filiação na OTAN não lhes podia atar as mãos na sua política externa autónoma, sobretudo, na aproximação com o Terceiro Mundo».*

Em base de uma série de informações e contactos pessoais, tinham a impressão que a sua posição seria aceite e que isso poderia ser o início da atenuação das pressões externas. Claramente, a atitude europeia ocidental rompeu-se (a actuação da RFA foi a mais activa nesse objectivo), havendo *«uma maior compreensão por Portugal como o único caminho eficaz para influenciar no sentido do socialismo democrático e da democracia pluralista».*

Segundo Melo Antunes, estimava-se que *«a normalização das relações com a OTAN, precisamente com os EUA, nesta fase, seria uma das condições mais importantes para a consolidação interna, a política externa autónoma, a conclusão da descolonização e a superação das dificuldades económicas».*

Outro aspecto muito significativo foi que *«uma série de políticos importantes já tinham proposto encontros directos, em Bruxelas, com Gonçalves».* Havia encontros já marcados com Schmidt, Wilson, Trudeau e decorriam outros contactos. *«Não se excluía conversações entre Gonçalves-Ford ou Kissinger-Melo Antunes, mas não havia ainda, nesse sentido, passos concretos».* Procurava-se explicar a sua evolução e posição, actuando de forma tranquilizadora e pedindo compreensão e ajuda económica.

Considerando que a sua visita a Bona ultrapassava o carácter bilateral, o entrevistado afirmou que, *«nos últimos meses, na RFA — e, especialmente, o PSD — começaram a olhar Portugal com maior compreensão e disposição para uma cooperação com direitos iguais».* Disse, depois, que *«não tinha ilusões e compreendia os motivos alemães ocidentais, em particular, à luz das relações próximas do PSD-PS soarista, mas um facto positivo, entre todos os países da OTAN e da CEE, foi, sem dúvida, a RFA que mostrou a maior compreensão e boa vontade».* Pensava até que isso exprimia os seus interesses a longo prazo não só em relação à *«détente»*, mas também ao futuro desenvolvimento da CEE. Do mesmo modo, o governo de Schmidt e o partido de Brandt procuravam que *«não houvesse pressões sobre Portugal, mas que, no mundo e na aliança ocidentais, se abrisse um espaço para o desenvolvimento socialista português no quadro da democracia pluralista».* Achava que a RFA era, na OTAN e

CEE, «a principal força que lutava por uma abordagem mais realista e tolerante do que exigia os EUA», procurando que não fossem exercidas pressões e que as iniciativas relativas a Portugal fossem cedidas à CEE.

Esperando, por fim, que as conversações em Bona confirmariam essa actuação da RFA na OTAN e CEE, Melo Antunes fez um resumo dos acordos e das possíveis ajudas.<sup>924</sup> A seguir, salientou que «foram superadas certas resistências e reservas no CR e MFA quanto à utilidade da aproximação à CEE», concluindo que estimava que para «o reforço da independência portuguesa e a garantia das condições para o desenvolvimento socialista português era muito importante apaziguar as relações com a OTAN e os EUA, assegurar a cooperação e apoio da CEE, mas isso de nenhuma maneira deveria ser uma substituição para a aproximação a longo prazo com o Terceiro Mundo, em particular, no Mediterrâneo, ou seja, por um movimento em direcção do Não-Alinhamento como objectivo final».

O texto dos restantes pontos da entrevista<sup>925</sup> começa com as relações e a cooperação com a URSS e os países europeus orientais que continuavam a ser um elemento da política externa portuguesa, mas que devia ter um peso realista. Tinha a impressão que, nesse contexto, tinha descurado as relações com a RP da China que, em breve, queria corrigir. Pensava que tinha condições e necessidade de «jogar, mais do que até então, igualmente na carta chinesa», mas enquanto factor para um novo equilíbrio na política externa portuguesa «e não como uma tentativa de irritar a União Soviética».

Em conjunto, continuar-se-ia com o desenvolvimento das relações com a URSS e os países do Pacto de Varsóvia, os quais eram importantes parceiros para Portugal. Estimavam «o apoio e a solidariedade desses países, mas eram realistas na estimativa das suas possibilidades e disponibilidades».

Reconheceu que descuraram as relações com a América Latina e que isso foi um erro. O Brasil mantinha-se reservado e, ali, «não podiam esperar apoio, tanto mais que colaborava estreitamente com os EUA e tinha, em Angola e Moçambique, os seus objectivos e ambições "mini-imperialistas"». Pensava que, nessa altura, era mais importante uma ligação mais próxima com o México e a Venezuela e, nesse sentido, seriam efectuadas algumas iniciativas. Previa, igualmente, uma viagem a esses dois países.

<sup>924</sup> Quanto aos acordos discutidos, aguardava-se um certo aumento da ajuda alemã-ocidental (propuseram 70 milhões de marcos, mas desejavam duplicar essa soma). Além disso, «a RFA estava pronta para apoiar na CEE todo um pacote de concessões e ajudas a Portugal — liberalização das exportações portuguesas para a CEE (em especial de vinho), créditos e ajuda para determinados planos de desenvolvimento e superação das graves dificuldades económicas».

<sup>925</sup> Possivelmente, este texto (de vinte e poucas linhas) é um resumo do original, efectuado por Spasitch.

Com efeito, «*a América Latina — sobretudo, numa fase da normalização das relações EUA-Cuba — não podia ser um importante ponto de apoio para Portugal como parte do Terceiro Mundo e país latino próximo*». Estava satisfeito com o desenvolvimento das relações com Cuba que os apoiava e mostrava «*interesse pelo seu processo revolucionário, embora claramente [tivessem] diferentes opiniões (sentiam entre os cubanos uma certa reserva a respeito da via portuguesa para o socialismo)*».

Para a embaixada jugoslava na RFA (22/Mai.), a visita de Melo Antunes a Bona foi, segundo o MNE alemão-ocidental, «*bem-sucedida e de particular significado para as futuras relações entre os dois países*»,<sup>926</sup> tendo tido o ministro português conversações com Genscher, Schmidt, Baron e Brandt. Igualmente, teve um breve encontro com Kissinger<sup>927</sup> que, nessa altura, tinha chegado em visita oficial à RFA.

Após um recente debate parlamentar acerca da Aliança Atlântica, em que foi bem definida a posição da RFA relativa à ajuda e à intensificação da cooperação com Portugal, «*para o governo alemão foi importante poderar-se mais pormenorizadamente sobre a situação e os objectivos políticos do governo português*».

Relativamente a Melo Antunes, este «*repetiu e salientou, em particular, as posições fundamentais da política externa do seu país: apoio à política de desanuviamento; permanência na OTAN; maior apoio económico e político na Europa Ocidental e cooperação com os restantes países*». A respeito da situação interna, especialmente a económica, «*falou abertamente, apontando as dificuldades e os problemas do momento actual e os perigos para o futuro. Para a solução dos problemas económicos, antes de tudo, estavam em condições de os ajudar a RFA e os restantes países da CEE*».

Pela parte portuguesa, apresentaram propostas concretas nesse sentido, pedindo à RFA a concessão, o mais breve possível, de ajuda e a formação de uma comissão mista que considerasse todas as questões das relações bilaterais. «*Quanto à CEE, Portugal não aspirava a ser Estado-membro, mas a regularizar por um acordo que lhe fosse assegurado a cooperação, sem obstáculos, com os Nove*». Ademais, propuseram que a CEE organizasse, quanto antes, uma conferência dos seus membros consagrada a Portugal.

---

<sup>926</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>927</sup> Nos dias seguintes, em Ancara, numa sessão da CENTO, referindo-se à situação política portuguesa, disse: «*aos seus interlocutores britânicos que [...] "o perigo não reside tanto numa tomada do poder pelos comunistas, mas num governo de tipo jugoslavo que escolhia ficar na NATO, em larga medida para se proteger dos Estados Unidos, que encarava como um inimigo. Um tal desenvolvimento encerrava perigos para a Itália, Grécia e Espanha"*». Oliveira, Pedro Aires, «*O Flanco Sul sob tensão: a NATO e revolução portuguesa, 1974-1975*». *Relações Internacionais*, 2009, n.º 21, pp.61-78.



Por sua parte, «o governo da RFA apoiou as posições e aspirações de Portugal, realçando o seu interesse em continuar o diálogo e a conceder ajuda diversa a Portugal». A ajuda prometida no montante de 70 milhões de marcos (do fundo de ajuda aos países em desenvolvimento, estava ligada a determinados projectos) deveria rapidamente ser efectuada.<sup>928</sup>

Para terminar estas breves informações, o diplomata jugoslavo que as subscreveu acrescentou algumas «observações». Assim, nas suas conversações «com outros nossos parceiros e no corpo diplomático, claramente ressaltou também o facto de que os representantes oficiais da RFA mostraram aos convidados — além da citada benevolência — um claro aviso, a cada momento e inequivocamente, de que o caminho para a Europa, ou seja, para a CEE e as suas ajudas, seria fácil para um "Portugal democrático, consciente das suas obrigações na Aliança [OTAN]", e difícil ou interdito para um Portugal do "neutralismo de esquerda"».

### **Uma longa conversação**

A seguir ao seu regresso de Belgrado, Stoíakovitch visitou «Cunhal e numa longa conversação,<sup>929</sup> primeiramente, de acordo com o combinado no CC LCJ<sup>930</sup>, fal[aram] acerca das relações LCJ-PCP», em que foi referido o programa acordado, em Novembro, «em Belgrado, entre os membros do CC PCP, Serra e Inglês, e o camarada Viditch».<sup>931</sup> Após ter anotado «todos os pontos do previsto programa de cooperação», Cunhal reconheceu que, na verdade, nada do programa tinha sido realizado e disse-lhe «que ir[ia] colocar essa questão no CC».

Como na imprensa portuguesa apareceram artigos sobre um seminário, organizado pela «Associação dos Economistas de Portugal<sup>932</sup> acerca da experiência jugoslava, Cunhal

<sup>928</sup> Todavia, essa ajuda só seria entregue, em Outubro, ao VI Governo Provisório.

<sup>929</sup> Este telex n.º 238/75 (17/Jun.) indica pela sua numeração, nesse primeiro semestre desse ano, o total da correspondência (não incluía o correio por mala diplomática) enviada para o SFNE (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

<sup>930</sup> Referia-se às instruções recebidas na sua recente viagem a Belgrado.

<sup>931</sup> *Vd. p. 238.*

<sup>932</sup> Tratava-se da SEDES que organizou «com a ajuda da embaixada, e no quadro da comemoração do 25.º Aniversários da Autogestão na Jugoslávia, em Lisboa (11,12 e 13 de Junho), um seminário acerca das experiências da construção socialista». Ali, foram apresentados filmes jugoslavos (autogestão, resultados da economia jugoslava e turismo) e participaram os membros da delegação económica que vieram a Portugal por causa da Feira Internacional de Lisboa e de contactos com empresas portuguesas. Neste telex desse mesmo dia (17/Jun.), Stoíakovitch informou o SFNE de que «os membros desta associação eram na sua maioria do PS e depois do PPD (que se declarava como um partido social-democrata)» e de um seu «grupo de estudos que visitaria, em

*constatou, em primeiro lugar, que nessa associação não ha[via] membros do PCP, mas do PS, em geral, ou dos sociais-democratas e, em seguida, falou da actual fase da revolução portuguesa, na qual caracterizou duas importantes tendências: a revolucionária (PCP, sectores do MFA) e «eleitoralista» (PS e partidos burgueses)». Eles podiam e deviam utilizar essa experiência, mas a do começo da construção socialista (intervenção estatal, centralização) e não da actual fase desenvolvida (autogestão). Em particular, salientou «a importância das nossas experiências no campo da formação das forças armadas (desenvolvimento do EPJ em estreita ligação com o povo, o actual sistema de defesa popular geral), porque, além disso, existia também interesse nas fileiras do MFA».*

Falando da actual situação política portuguesa, o dirigente comunista «mostrou no fundo uma grande dose de pessimismo. O PCP est[ava] por ulteriores acções radicais, porque as forças da direita, nas quais incluiu ainda o PS de Soares, ameaça[va]m a revolução». Segundo o embaixador jugoslavo, «não excluiu a possibilidade de um sério agravamento e, característico que nos disse abertamente, "mas com desfecho incerto"».

A seguir, Stoíakovitch informou de que o seu interlocutor «falou bastante pormenorizadamente<sup>933</sup> (e com elementos de sentimentalidade) sobre a sua viagem clandestina de 1947 para a Jugoslávia (organizada pelos nossos camaradas que então ainda trabalhavam na nossa embaixada em Lisboa)». Viajou de barco até Split, depois para Zagreb e Belgrado. Daí foi-lhe conseguida uma viagem para Moscovo com passaporte jugoslavo (que utilizou durante muito tempo). «Por iniciativa própria, prometeu que para a história das relações dos nossos dois partidos descreverá pessoalmente essa viagem,<sup>934</sup> ajuda que nesse tempo foi prestada a ele e ao PCP por parte do PCJ».

### **Três convites e uma carta**

No mês de Junho, após os primeiros contactos do PS com embaixada jugoslava, em Lisboa, acerca do colóquio internacional «*Problemas da Construção do Socialismo*» (18-20/Jul.), organizado pela Associação António Sérgio, e a sua intenção de convidar Eduard

---

*Setembro, a Jugoslávia», concluindo que «seguramente, um dos motivos dos organizadores deste ciclo de seminários [acerca doutras experiências como da Argélia, Suécia e Cuba] foi de afirmar também outras opções para o desenvolvimento de Portugal na actual luta de diversas tendências para o seguinte desenvolvimento socioeconómico de Portugal» (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).*

<sup>933</sup> Porém, esses pormenores não foram citados neste documento, nem mais tarde como se confirmaria, em meses seguintes, nos preparativos da visita de Álvaro Cunhal à Jugoslávia.

<sup>934</sup> Descreveu-a no conto «*O Porão*» (Manuel Tiago, *Fronteiras*, Lisboa, 1998).

Kradelhe<sup>935</sup> e três ex-professores da Faculdade de Filosofia da Universidade de Belgrado,<sup>936</sup> houve uma tentativa da entrega desses convites, em Belgrado, através do embaixador Ramos da Costa. Tal não aconteceu devido a um aviso da LCJ<sup>937</sup> ao PS, transmitido pelo próprio embaixador Stoíakovitch a Tito de Moraes (19/Jun.), que referiu as suas consequências negativas para as relações interpartidárias, o que provocou a anulação dessa entrega.

Poucos dias depois, Rui Mateus<sup>938</sup> entregou na embaixada jugoslava uma carta de Mário Soares para o Presidente Tito e deu uma explicação para «*esse acto, na verdade, não intencional*». Desculpando-se «*várias vezes*» acerca desta «*coisa desagradável*», confirmou que, em Belgrado, os convites não tinham sido entregues e que «*o nome dos professores, supostamente, foi-lhes sugerido por Pedro de Amorim que, durante algum tempo, trabalhou no aparelho de propaganda do PS, de resto, antes como emigrante português, estudou em Belgrado (casado com a nossa actriz Duchitsa Jegarats)*».<sup>939</sup>

Além do pedido dos endereços dos três professores apresentado por Tito Moraes a Spasitch e doutros telexes sobre este assunto, houve o envio (1/Jul.), por parte do Gabinete do Presidente da República para a Presidência da LCJ, do «*original da carta do secretário-geral*

<sup>935</sup> (Lhublhana, 1910-1979). Membro da Presidência do CC da LCJ e da Presidência da RSF da Jugoslávia. Nesses anos, era um dos dirigentes políticos mais próximos de Tito. Escreveu um grande número de obras e artigos acerca da construção da sociedade socialista, da democracia socialista e sobre a teoria e a prática da autogestão socialista.

<sup>936</sup> Sobre este assunto, há uma dezena de páginas de telexes no ADMNE. Estes convidados pertenciam a um grupo de oito professores e assistentes que, em Janeiro desse ano, tinham sido «*suspensos por prazo indeterminado*» das suas funções docentes na Universidade de Belgrado.

<sup>937</sup> Neste telex do SFNE para a embaixada em Lisboa (12/Jun.), as instruções da Presidência do CC da LCJ foram as seguintes: «*pedir uma visita urgente a Tito de Moraes [...]; exprimir a nossa surpresa e apresentar protesto pela presença na lista oficial de três professores belgradenses, sendo conhecido o seu conflito com a política e posições da LCJ; reclamar que sejam retirados da lista e não recebam convites, ou seja, caso já foram enviados que, urgentemente, sejam anulados; salientar que a não-aceitação das nossas razões conduziria a imprevisíveis consequências negativas nas nossas relações, o que nós e, esperamos, nem eles não desejariam; tentar saber quem lhes sugeriu a colocação na lista dos convidados desses três professores belgradenses; logo que recebamos a resposta, analisaremos, eventualmente, a nossa participação no Simpósio*» (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

<sup>938</sup> Matias no documento.

<sup>939</sup> Na sua resposta (25/Jun.), o SFNE considerou que este telex de Stoíakovitch «*deixou a possibilidade de dúvidas quanto à reacção da Embaixada*» a respeito deste assunto e, apesar da sua correcta actuação, todavia, «*Soares procurou na carta, de forma pouco correcta, responsabilizar o conselheiro da Embaixada*». Essas dúvidas surgiram devido à citada «*carta de Soares*» não ter sido acompanhada dum «*comentário adequado a essa incorrecção portuguesa*». Tendo em conta que esse telex tinha sido distribuído pelos mais altos dirigentes jugoslavos, «*seria conveniente que [...] enviasse uma breve explicação para que pudessem concluir facilmente qual foi o problema*». Igualmente, o SFNE pressupunha ainda «*que os portugueses se decidiram pelos professores no quadro de consultas com outros partidos socialistas que mantinham ligações com os mencionados professores*», concluindo depois com um «*de resto, existia a opinião de que tais cartas não deviam incomodar o camarada Presidente*».

do Partido Socialista de Portugal, M. Soares,<sup>940</sup> dirigida ao camarada Presidente em relação ao caso do envio de convites para alguns professores do grupo da Faculdade de Filosofia de Belgrado, por causa da participação num Simpósio que organiza o PS de Portugal em Lisboa».<sup>941</sup>

Acrescentando que este «caso e seu conteúdo tiveram conhecimento» só recentemente,<sup>942</sup> este documento termina com a seguinte decisão: «Tendo em conta o carácter da carta, a ela não se responderá e o seu teor não demos a conhecer ao camarada Presidente, somente a vós a remetemos por causa da eventual utilização no acompanhamento das relações entre a LCJ e o Partido Socialista de Portugal».

### Duas outras visitas do embaixador jugoslavo

Acerca da sua «visita de cortesia ao ministro da Defesa Nacional, capitão Silvano Ribeiro»,<sup>943</sup> em 4 de Julho, o embaixador jugoslavo comunicou ao SFNE que falaram sobre «as competências do seu ministério que eram, em geral, administrativas ou como disse: "de natureza humanitária"». Igualmente, não tinha «quaisquer competências em relação às Forças Armadas (nem até a respeito do orçamento, nem dos abastecimentos)» que pertenciam aos chefes dos Estados-Maiores (Exército, Marinha e Aviação), os quais tinham, de resto, o cargo de ministros (embora não fossem membros do governo), sendo o presidente da República o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Sem embargo, «a verdadeira

<sup>940</sup> Esta carta do PS (20/Jun./1975), dactilografada, endereçada a «Son Excellence le //Président de la République// Socialiste de la Yougoslavie // Maréchal Josip Bros Tito // Belgrade» tem o seguinte texto: «Cher Camarade Président, // Nous avons reçu hier votre Ambassadeur à Lisbonne qui // nous a fait part de votre désaccord en ce qui concerne // l'invitation que nous avons envoyé a quelques professeurs // universitaires yougoslaves pour participer au // colloque sur les problèmes du socialisme que nous organisons // à Lisbonne le mois prochain. // Je tiens tout d'abord à vous réaffirmer que notre parti // considere que nos rapports d'amitié et de solidarité // avec la Ligue Communiste et l'Aliance Socialiste ne // peuvent pas être à merci d'un malentendu quelconque. // En ce qui nous concerne nous nous efforcerons toujours // de rendre encore plus fermes les rapports entre nos deux // partis. // Les invitations ont été faites a titre individuel mais, // nous avons pris la précaution de consulter les partis // amis, des pays respectifs, avant de faire suivre certaines // invitations. // Ainsi nous avons demande l'avis de votre Ambassade et// en l'absence de votre Ambassadeur, le camarade Spasic// Conseiller à l'Ambassade nous affirmé qu'il n'y avait //aucun inconvénient d'envoyer les invitations concernées. // Nous lui avons demande les addresses respectives mais // ne les ayant pas reçues entretemps, nous les avons fait //suivre, ces invitations, par notre Ambassade à Belgrade. // La faute de ce qui s'est passe ne nous revient donc pas.//Tout de suite après la visite de votre Ambassadeur nous // avons essayé de toucher notre Ambassade a Belgrade, qui // n'est évidemment pas encore au courant de ce désagréable // malentendu, afin de faire annuler les invitations, ce qui sera fait. // Je regrette vivement ce qui, malgré nous, vient d'arriver//et vous prie de croire à l'expression de mes sentiments // les meilleurs. Et à l'expression de ma // admiration personnelle // Mário Soares (três linhas manuscritas) // Mário Soares // Secrétaire Cénéral du Parti//Socialiste // TM/mc // c.c.:Ambassadeur de la // Yougoslavie au PORTUGAL (AJ, 507, IX, 103/I).

<sup>941</sup> *Ibid.*

<sup>942</sup> Através «do telegrama cifrado n.º 250 da nossa Embaixada em Lisboa de 23 de Junho deste ano».

<sup>943</sup> Era oficial da Armada (capitão de mar e guerra). ADMNE, F-114, Portugal, 1975.

*instância superior [era] o Conselho da Revolução do MFA (no quadro do qual se trata[va] directamente das questões das Forças Armadas)», acrescentando «que não estava informado, em absoluto, acerca do convite a uma delegação do EPJ para visitar as Forças Armadas de Portugal».*<sup>944</sup>

Após nomear as diversas competências do seu ministério,<sup>945</sup> referiu que, na reorganização da Defesa Civil do Território, tinham interesse pela experiência do sistema e da organização da Defesa Popular jugoslava e pediu, além de documentação, que um dos membros da delegação do EPJ possa falar com o pessoal que no ministério trabalhavam nestas questões.

Por sua própria iniciativa, segundo Stoíakovitch, começou a falar sobre a situação interna em Portugal. Numa situação fluida, *«as principais dificuldades eram criadas aparentemente pelos grupos da extrema-esquerda (maoistas, trotskistas, anarquistas e outros) que, infelizmente, mereciam a simpatia de alguns membros das forças armadas (MFA), o que complicava ainda mais a situação»*. Na realidade, salientou, *«através desses grupos actua[va]m forças (reaccionárias) nacionais e estrangeiras»*. Aguardavam-se mudanças como resultado da próxima Assembleia do MFA e nem se excluía essas mudanças na composição do governo e do Conselho da Revolução.

Numa *«observação»* final, lê-se até que *«numa conversaçoão muito directa, disse abertamente que também não estava seguro se ficaria no Governo»*.

Quanto à sua visita, três dias depois (7/Jul.), ao general Carlos Fabião, *«membro do CR e comandante (chefe do Estado-Maior) do Exército»*, o seu objectivo foi de conhecer mais de perto a organização das forças armadas e, em particular, por causa do convite da delegação do Exército Popular Jugoslavo. Porém, segundo Stoíakovitch, ambos ficaram admirados porque ele não ter sido informado, em absoluto, acerca desse convite. Comentando que *«isso ilustrava o estado actual das coisas nesse país — ausência de toda a coordenação, desorganização»*, acrescentou que lhe disse que *«o convite tinha sido entregue no MNE em nome do "Conselho da Revolução e das Forças Armadas de Portugal". Ele anotou e disse que ia ver e, a seguir, entraria em contacto novamente com ele»*.<sup>946</sup>

<sup>944</sup> Referia-se ao convite, efectuado ao Exército Popular Jugoslavo, em Belgrado, pela delegação do MFA (Mar./75).

<sup>945</sup> Desde *«a Defesa Civil do Território (então em reorganização), mas com menos carácter militar e mais para casos de desastres naturais, [embora tencionavam organizá-la em princípios semi-militares] e, depois, a assistência aos desmobilizados, inválidos e o controlo do serviço militar obrigatório»*. Também, sob a competência deste ministério encontravam-se os serviços de emergência e da Cruz Vermelha.

<sup>946</sup> ADMNE, F-114, Portugal, 1975.

Num comentário seguinte, referiu que o seu interlocutor *«tinha chefiado a delegação do Exército à Roménia e foi o anfitrião por ocasião da recente visita da delegação do exército romeno»*. Além disso, disse-lhe que foi informado da visita do general Pinto Soares à Jugoslávia, em Março, e que, provavelmente, foi ele *«que tratou desse convite "mas que, contudo, ele deveria ter sido informado" (naturalmente, o que teria sido perfeitamente natural)»*.

Durante a conversação, o general Carlos Fabião confirmou-lhe o que lhe tinha dito o ministro da Defesa, dias antes, acerca do seu ministério e da autonomia dos comandos dos três ramos das Forças Armadas, estando *«as unidades do chamado COPCON [...] sob um comando independente (general Carvalho) e todos em conjunto sob o comando do presidente da República»* que era, ao mesmo tempo, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Iguamente, consoante este documento, ele mostrou ainda *«um grande grau de conhecimentos acerca do desenvolvimento jugoslavo e interesse pela cooperação dos dois exércitos e, especialmente, por causa de algumas soluções originais e da experiência sobre as quais lhe falou o general Soares»*.

Na continuação da conversação, a maior parte do tempo dedicou-o a *«expressir a sua preocupação por causa da evolução do país. Indirectamente, confirmou a existência da desunião não só nas fileiras das forças armadas, mas também no MFA e no CR»*.

Achou que as forças reaccionárias (externas e internas) concentraram *«o peso das suas actividades na "destabilização económica" do país e no agravamento das diferenças e divisões nas forças militares e, em especial, no MFA "e, em tudo isso, infelizmente, por enquanto, tinham sido bem-sucedidos"»*. Aguardava com incerteza *«o fim da sessão da Assembleia do MFA que começava no dia seguinte, em Lisboa, e "quem sabe quanto demorará e como terminará"»*.

### **Uma eventual visita à Jugoslávia e a situação interna em Portugal**

Após ter apresentado a Stořakovitch um pedido para uma curta visita não-oficial à Jugoslávia (5/Jul.) para conversações com Miloche Minitich acerca da *«situação em Angola à luz da evolução mais recente dos acontecimentos naquele país e de outras questões»*, Melo Antunes disse-lhe, falando abertamente sobre a situação interna, que esta *«era muito perigosa ("dangerous") e que "nas semanas seguintes ou dias deveriam ser tomadas decisões muito importantes, porque o país, a revolução e o desenvolvimento socialista encontravam-se numa fase crítica"»*. Para ele, tinha-se chegado a isso devido a duas razões:

— A primeira foi «*a actuação irresponsável ou intencional dos grupos de extrema-esquerda, cuja actividade, infelizmente, tinha igualmente alguma simpatia entre membros ingénuos e desinformados nas forças armadas*»;

— Na seguinte, os partidos políticos mais responsáveis estavam «*preocupados principalmente com os seus esquemas politico-ideológicos e a luta para empunhar esses esquemas no país*».

Para ele, a única força independente e realmente nacional no Portugal era o MFA, a única que podia dar uma plataforma portuguesa para um desenvolvimento socialista independente, «*porque todos os partidos eram expositores ou estavam infectados de modelos e esquemas "para não dizermos também de influências"*». Por isso, era necessário salvaguardar a unidade do MFA e o seu órgão directivo, o Conselho da Revolução. Nessa fase, «*ele precisava de actuar mais eficazmente e firmemente para impedir o pior*», o que conduzia precisamente o «*estado existente de anarquia, desemprego e indisciplina social e devido ao qual o MFA começou a perder prestígio entre o povo e no estrangeiro*».

Embora não tivessem sido formuladas abertamente, «*as medidas que se podiam esperar deveriam conduzir a uma atitude mais activa do MFA, ao reforço da autoridade do governo, ao distanciamento do MFA dos partidos e alguns ser[iam] proibidos (extrema-esquerda)*». Em seguida, acrescentou que «*o início destas actividades já tinha sido revelado, na noite anterior, pelo presidente Gomes no seu apelo à Nação e às Forças Armadas acerca da necessidade de unidade, trabalho, disciplina e vigilância em relação à actuação das forças reaccionárias e anti-socialistas*».<sup>947</sup>

Igualmente, neste seu telex, o embaixador jugoslavo mencionou que «*a mesma inquietação e avaliação [lhe tinham exprimido] o ministro da Defesa Nacional, capitão Silvano Ribeiro e o ministro do Interior, major Metelo, (ambos membros do MFA)*» quando os visitou nesses dias.

Dias depois, em Belgrado, essa visita foi aprovada no SFNE (8/Jul.), ficando marcada para se realizar entre 22 e 26 de Julho. Os assuntos principais das conversações seriam os seguintes: «*apoio à consolidação da evolução democrática e progressista em Portugal e reforço da sua posição no plano internacional*»; informação acerca da «*evolução portuguesa e seus reflexos nas relações com o estrangeiro*» (EUA, países ocidentais e países

<sup>947</sup> Nessa sexta-feira (4/Jul.), devido a uma onda de boatos sobre uma nova tentativa dum «*11 de Março*», Costa Gomes, ladeado por Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho, num discurso transmitido pela rádio e televisão, desmentiu qualquer cisão no MFA e Conselho da Revolução, apelando também ao trabalho, unidade e à vigilância. Igualmente, na noite desse dia, partiu para Cabo Verde a delegação, chefiada por Vasco Gonçalves, que esteve nas cerimónias da sua Independência.

não-alinhados); a questão da descolonização (Angola) e «*possibilidades da Jugoslávia no apoio e ajuda ao processo da independência de Angola*»; reafirmação das posições jugoslavas quanto a Portugal «*(respeito pela independência, oposição a pressões e ingerências externas, agir com realismo no plano interno e nas relações com o Ocidente, e estimulação da cooperação internacional)*».

### **O «República» e o Partido Socialista**

Numa «*conversação na sede do PS de Soares após a [sua] saída do Governo*» (11/Jul.), entre Tito Morais e o embaixador jugoslavo, o dirigente socialista referiu-se à «*decisão do CR de nomear um militar para director do seu jornal "República"*», a qual, praticamente, significou «*a espoliação do jornal das mãos do PS. "Isso, de maneira nenhuma, não pod[ia]m aceitar, porque não [eram] nenhum pequeno partido com quem se pod[ia] brincar. A nossa paciência esgotou-se"*».<sup>948</sup>

Depois, disse-lhe que o CR e no Governo, a política e as decisões eram ditados pelos representantes de partidos pequenos e insignificantes, entre os quais, nomeou também o PCP, ao passo que as opiniões dos partidos mais votados nas eleições eram absolutamente rejeitadas. Ademais, no país, imperava a anarquia e a desordem e era preciso acabar com essa situação. Por causa disso, a seguir a «*uma análise fundamentada da situação, decidiram-se por esta acção drástica*». Aguardando «*a reacção do presidente da República e do CR*», tinham «*as suas forças em estado de alerta e estavam prontos para paralisar a vida do país inteiro*».

Porém, segundo Stoíakovitch, mais adiante na conversação, verificou-se que, afinal, «*a verdadeira razão, ou seja, o principal pretexto para este acto foi a aprovação do novo documento na Assembleia do MFA*» acerca da orientação na construção dum novo sistema constitucional apartidário. «*"Não podemos aceitar soviets", assim qualificou a essência da orientação contida neste documento*».

Em relação à reacção dos outros partidos da coligação, Tito Morais respondeu-lhe que «*o PPD (pretensos sociais-democratas) ainda hesitava em ficar no Governo*», havendo, quanto sabia, quem era pela saída imediata e outros que propunham um adiamento dessa decisão. Igualmente, estava convencido que o passo dado iria provocar uma forte reacção no estrangeiro e que não faltariam apoios ao PS «*"na nossa luta de princípios pela defesa do direitos e das instituições democráticas"*».

Acrescentou, a seguir, que os «*"moderados"*» no CR como eram «*o presidente Gomes ou o ministro dos Estrangeiros, Melo Antunes, não tiveram uma oposição enérgica durante a*

<sup>948</sup> Esta reunião tinha sido marcada, no dia anterior, a pedido de Tito Morais «*antes do comunicado público da saída do PS do Governo*», (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).



*aprovação desse documento» e que, mais ou menos, se comportaram oportunisticamente «"por causa da paz, da manutenção da chamada unidade no MFA", o que, contudo, beneficiava os elementos radicais, os quais, para ele, estavam "em minoria tanto no CR como no MFA"».*

Estavam conscientes da grande responsabilidade que assumiram, mas já era tempo de tomar medidas firmes *«"porque esta situação, de qualquer maneira, não conduzia a parte nenhuma"».*

Além deste primeiro assunto, o dirigente socialista falou-lhe da viagem, a convite da ASPTJ, de um grupo de estudos *«(6 membros), durante 7-10 dias para conhecimento da experiência jugoslava em diversos campos<sup>949</sup>»,* mas também perguntou pelos *«participantes jugoslavos no seu colóquio»,* organizado pela citada Associação António Sérgio, ao que Stoïakovitch respondeu que *«ainda não tinha notícias de Belgrado».*

Num *«comentário e opinião preliminares»,* o embaixador jugoslavo concluiu o seguinte:

a) *«a decisão de Soares acerca da saída do Governo era uma enorme viragem qualitativa com possíveis consequências pesadas e complicadas».* A ameaça do PS paralisar a vida do país iria provocar inevitáveis complicações internas e confrontações, obrigando *«a direcção do MFA a aceitar a exigência do PS da restituição do jornal República»,* ou que, como esperava, caso o PPD saísse do governo, o MFA ficava *«no governo somente com o PCP e o pró-comunista MDP e assim confirmava a tese do PS de que o CR e o MFA eram instrumentos nas mãos do PCP».* No caso de o MFA formar um governo só militar, estas *«duas últimas alternativas (especialmente a segunda) bloqueavam a cooperação com os países ocidentais cuja ajuda económica era extremamente necessária»;*

b) O PS achou *«necessário nos informar acerca das razões da sua decisão (abstendo-se de comentários, excepto de que se tratava de um grande passo, quase de importância decisiva)»;*

c) numa tal situação, foi indicativo que, nessa altura, quisessem *«enviar, de repente, um grupo de estudo à Jugoslávia, o que deveria ter, naturalmente, na opinião pública, um certo efeito (a seu favor)»;*

d) novamente, *«o interesse manifestado pela nossa participação no simpósio deverá servir também para o anterior objectivo»;*

---

<sup>949</sup> Pedindo que *«se possível, o grupo fosse recebido já em fins de Julho ou na primeira semana de Agosto. [...] Eles pagariam as viagens e esperavam ser convidados da ASPTJ, que lhes organizaria um adequado programa da estadia segundo os precisos campos de interesse»,* cujos detalhes seriam enviados depois.

e) tendo em vista o atrás citado (desde a saída do governo à participação no simpósio), mas «*como se tratava de um partido, cujo potencial, contudo, não se devia subestimar*», Stoíakovitch propôs que se analisasse a posição e não se assumisse uma relação totalmente negativa e contrária às propostas do PS. Deste modo, considerava que, relativamente ao simpósio, se podia enviar um observador e, quanto «*ao grupo de estudo, caso se estimar que não seria oportuno a data que pedem, então aceitar eventualmente Setembro*». Todavia, não era de excluir «*nem a primeira semana de Agosto, porque até lá as coisas ser[íam] mais claras e a sua visita chamaria menos a atenção, ou os próprios acontecimentos impediriam a visita*». Dessa maneira, segundo Stoíakovitch, «*não nos comportaríamos de forma totalmente repulsiva*».

### **Reuniões com membros da delegação do MFA a Belgrado**

Esta reunião foi precedida pela visita (9/Jul.) do major Bernardo Lencastre «*com instruções do general [Pinto] Soares para organizar um encontro*»<sup>950</sup> com o embaixador jugoslavo, a quem igualmente informou do contacto deste com o general Carlos Fabião<sup>951</sup> acerca da visita da delegação do Exército Popular Jugoslavo e do convite efectuado pelo EMGFA (cujo chefe era o presidente da República). Do mesmo modo, consoante Stoíakovitch, «*na continuação da conversação, falou-nos acerca da nova organização do seu serviço de informações militares (no qual, também, ele estava nessa altura) e, brevemente, sobre a situação no Conselho da Revolução (num despacho à parte)*».<sup>952</sup>

Referindo-se, dias depois, à «*longa conversação na embaixada com o general Pinto Soares, membro do Conselho da Revolução (nomeado novo comandante da Academia Militar) e o major Bernardo Lencastre*»,<sup>953</sup> o embaixador Stoíakovitch mencionou que «*ambos estiveram, em Março, na Jugoslávia com o grupo de oficiais do MFA (nota: durante a minha recente conversação com A. Cunhal, sec.-geral PCP, ele considerou que o gen. S.[oares] "embora não seja membro do PC, mas é muito progressista")*».

<sup>950</sup> Havendo a possibilidade que esse encontro fosse «*amanhã ou um dia depois*», ao que Stoíakovitch respondeu que estava à sua «*disposição a qualquer hora*», que tinha «*toda a compreensão*» e que, dependendo de quando ele estivesse livre, «*seria suficiente que nos comunicassem meia hora antes da reunião*» (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

<sup>951</sup> O que ocorreu após a sua já citada anterior reunião com Stoíakovitch (7/Jul.).

<sup>952</sup> Documento que não foi encontrado.

<sup>953</sup> Este documento n.º13 (18/Jul.) para a Direcção de Actividades Internacionais (DAI) do SFNE confirma a existência de documentação com numeração diferente à dos telexes já enviados (cerca de 285), nesses meses de 1975, para Belgrado (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

De acordo com as instruções do SFDP, foram-lhes comunicadas as informações acerca da *«aceitação do convite e uma data aproximada para a chegada da delegação do EPJ. Pela sua reacção foi visível que esperavam antes a chegada da delegação»*. Acordou-se, igualmente, *«a forma do seguinte procedimento em redor da realização da visita e programa»*.<sup>954</sup>

Relativamente às relações no Conselho da Revolução, o embaixador jugoslavo comunicou que, *«tendo em conta os rumores sobre a existência de várias correntes no CR»*<sup>955</sup> o seu interlocutor salientou: *«esses "rumores" fundamenta[va]m-se nos factos de que a orientação de certos partidos políticos se reflectia em determinado número de membros do CR. Isso torna[va]-se evidente nos debates em redor da busca de soluções para determinadas questões. Supostamente, contudo, a unidade do CR ainda não foi até agora posta em dúvida»*.

Deste modo, alguns dos seus membros — por exemplo, Melo Antunes — partiam de que não se deviam *«agravar as relações com os partidos políticos e que se devia tomar em consideração a opinião das bases, bem como conduzir o curso dos seguintes movimentos em direcção de uma democracia pluralista (basicamente do tipo social-democrata ocidental)»*. Porém, quando se lhe perguntava *«pela solução de concretos problemas que espera[va]m meses, não tinha uma posição clara nem alternativa»*.

Por outro lado, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves representava *«a linha da própria via portuguesa para o socialismo (tendo em conta o passado histórico e cultural, tradições, etc.) e exigia algo mais radical, realçando que não era assim tão importante deter-se nas dificuldades e problemas que eram inevitáveis num processo revolucionário (em particular, naqueles que são impostos de fora), tendo em consideração que não ha[via] vias revolucionárias que não pass[ass]em através de determinadas dificuldades»*.

De acordo com essas informações, o presidente Costa Gomes estava, *«no fundo, na linha do curso das mudanças revolucionárias e pela continuação da colaboração com Vasco Gonçalves»*. A respeito do *«general Saraiva de Carvalho, personalidade talvez aparentemente por acções mais radicais, porque muitas vezes se empenha[va] energicamente na resolução de certas questões, o que deixa[va] a impressão de representar posições de extrema-*

---

<sup>954</sup> A seguir iriam notificar *«oficialmente o MNE sobre a aceitação do convite que o transmitirá ao Estado-Maior das Forças Armadas e ao CR — ou seja ao presidente da República. O general S.[oaes] informará pessoalmente e imediatamente o presidente Gomes de que encarregará a personalidade adequada para a coordenação e concertação connosco. O gen. S. disse que irá sugerir ao PR que seja o major Bernardo a personalidade para as ligações connosco»*.

<sup>955</sup> Referência a um anterior documento da citada DAI (n.º12) que não foi encontrado. Esta troca de correspondência entre os citados secretariados federais pressupõe a existência de documentação acerca deste e de outros contactos, devendo encontrar-se no Arquivo Militar em Belgrado.

*esquerda. Todavia, pessoalmente convencido que as posições de Carvalho eram idênticas às da linha de Gonçalves».*

Quanto ao PS, Mário Soares e a sua saída do governo, Álvaro Cunhal<sup>956</sup> estimava que, nessa altura, *«M. Soares era a personalidade atrás da qual se reunia também a reacção».* Pensava pessoalmente nisso e, a julgar pelos seus procedimentos, era este o seu objectivo, ou seja, que o seu partido reunisse todos aqueles que se opunham ao MFA. Logo, acrescentou: *«o caso do jornal «Republica» foi só uma das acções nessa tal linha. Em relação a esse caso, o CR foi ao encontro de quase todos os desejos do PS. Contudo, o PS colocou-se de tal maneira, que quando se resolvia uma reivindicação, colocavam novas condições e assim adiam e empolavam os problemas. Da mesma maneira, dentro desta linha, M. Soares influenciava no governo, no fundo, o adiamento de certas soluções urgentes. Empenhava-se, por exemplo, que o CR consultasse particularmente o PS na busca de soluções para os problemas económicos. Igualmente, quando isso foi-lhe concedido (embora ele próprio como ministro sem pasta era membro da comissão coordenadora no governo e participava na apreciação das medidas da política económica), os representantes do PS tinham a mesma linha de adiamento propositado de determinadas e semelhantes soluções».* Este seu comportamento levou a maioria dos membros do Conselho da Revolução a concluir que ele se afastava *«com a sua orientação política não só das linhas políticas e do programa do MFA, mas ainda em certas questões da linha do PPD (liberais burgueses)».*

A respeito da formação do novo governo, Pinto Soares informou Stoíakovitch de que esse governo, sendo mandatário, *«o mais provavelmente, o até há pouco primeiro-ministro Gonçalves, ser[ia] constituído por figuras e especialistas militares e civis. Ser[iam] convidados todos os anteriores ministros a manterem as suas pastas, juntamente a alguma eventual alteração na estrutura. Gonçalves colocar[ia], aceitando o mandato, seguramente certas condições ao presidente da República e ao CR, e disso depender[ia] a decisão final acerca de eventual procura de alguma nova personalidade para primeiro-ministro».* Fazendo uma observação pessoal, mencionou não acreditar que *«os outros candidatos [pudessem] ser Almeida Santos, o almirante Crespo ou Melo Antunes — personalidades que [eram] citadas como alternativas a Gonçalves».*

Por terminar, salientou a importância da visita oficial do presidente Costa Gomes à Jugoslávia porque, *«para eles no MFA, esta visita [tinha] uma particular importância».* Seria o terceiro país que visitava, após as mudanças políticas em Portugal, tendo sido a visita à

---

<sup>956</sup> Embora, não o identifique, referia-se ao general Pinto Soares.

França a primeira, devido mais a um «*carácter "sentimental" por causa da abertura de um diálogo com os trabalhadores portugueses que, em grande número, ali trabalhavam*».

Referindo-se à visita à Roménia como «*a um país que apenas procurava uma via autónoma de desenvolvimento, ao passo que a visita à Jugoslávia era, porém, a primeira visita a um país livre, independente e socialista com uma própria via de desenvolvimento socialista para cuja orientação, na realidade, se declararam o maior número de forças do MFA*». No longo processo de luta por tal posição assumida, a Jugoslávia tinha «*valiosas experiências políticas e económicas tanto no campo da política interna como externa e isso era de grande importância tanto para o MFA como, ao todo, também pessoalmente para o general Gomes, com vista a isso sentirem e conhecerem*».

### **O Chefe do Gabinete do Presidente Costa Gomes e a situação no país**

Intitulando assim este telex de meados de Julho para Belgrado, Stoíakovitch resumiu a situação política, apresentada pelo seu interlocutor, citando o seguinte: o CR estava em reunião permanente após a saída dos socialistas do Governo; a posição e as condições do PPD; o fim do governo de coligação, porque um tal governo, somente com o PCP e o pró-comunista MDP, «*não seria aceite nem pelo país, nem pela Europa Ocidental*».<sup>957</sup>

Depois, o tenente-coronel Ferreira da Cunha disse-lhe que, numa tal situação, «*o presidente Gomes pensava a seguinte concepção: reforçar ainda mais o papel do CR e o seu alargamento com personalidades civis, na realidade, com representantes dos partidos políticos mais importantes e reconstruir um governo*», o qual, constituído somente por funcionários e especialistas, executaria directamente as decisões do CR. Desta forma, seria assegurado o apoio popular ao CR, ou seja, ao MFA, o que estava ameaçado e ter-se-ia uma administração mais eficaz. Deste modo, tentar-se-ia, ao mesmo tempo, «*superar o estado existente com a Assembleia do MFA, enquanto o órgão mais importante, mas sob a influência predominante de grupos da extrema-esquerda e do PCP*» que tomavam decisões que o país não podia acompanhar, segundo ele, devido a um «*subdesenvolvimento político do povo*», ou seja, das quais resultava uma «*insuficiente autoridade do CR e, como consequência disso, a paralisia do trabalho do governo*».

Ao nomear as possíveis personalidades, exprimiu a opinião de que, conforme o conceito atrás exposto, Vasco Gonçalves não continuaria primeiro-ministro (demasiado próximo das posições do PCP e dos grupos de esquerda), mas sim, entravam em consideração três

---

<sup>957</sup> (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

soluções, ou seja, personalidades: para um governo de gestão, Almeida Santos, «*ministro para a descolonização, de resto, conhecida personalidade apartidária e profissional*»; ou o almirante Vítor Crespo, que tinha regressado recentemente das funções de alto-comissário de Moçambique e, «*caso não resultar a combinação com Crespo (porque, embora da Marinha, onde o PCP tinha mais influência, ele era próximo das forças moderadas, ou seja, do PS de Soares)*», então, restava uma terceira variante que seria a do presidente Costa Gomes enquanto «*responsável também pelo poder executivo (presidente do governo) com a aprovação do cargo de vice-presidente do governo (um ou mais)*». Pensava que esta terceira variante fosse, talvez, a única possibilidade que poderia assegurar a unidade porque ele gozava «*do apoio (e da popularidade) no Exército e da maioria dos partidos políticos mais fortes (incluindo o PCP)*».

Numa «*impressão*» final, Stoíakovitch salientou que, nesses dias, tanto a conversação com este interlocutor como com outras personalidades reflectiram «*a preocupação e a incerteza a respeito da seguinte evolução portuguesa*».

### **Pedido de informações sobre situação política portuguesa**

Através duma circular, enviada para seis embaixadas (16/Jul.),<sup>958</sup> o SFNE pediu que fosse informado «*das análises daí acerca dos acontecimentos em Portugal e das actividades relativas a estes*». Estas e outras embaixadas jugoslavas iriam mandar, nas semanas seguintes, inúmeras informações acerca da situação política portuguesa e das posições de governos ou partidos desses países a seu respeito.<sup>959</sup>

Sem embargo, dias antes (9/Jul.), a embaixada de Londres já tinha enviado algumas dessas análises e actividades que tinham sido um dos temas de uma conversação<sup>960</sup> entre um

<sup>958</sup> Estas embaixadas (Paris, Roma, Londres, Bona, Washington e Estocolmo) foram diversas vezes solicitadas para este tipo de informações, faltando, todavia, neste pedido, a embaixada de Bruxelas para as reacções da OTAN acerca da situação política portuguesa (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>959</sup> Numa dúzia de telexes, as conversações com diplomatas e dirigentes de partidos políticos desses países abrangem diversas avaliações da situação político-económica relativas a esse período, assim como impressões de viagens a Portugal de alguns deles.

<sup>960</sup> O outro tema foi a Espanha, que para Goodison continuava «*a não haver indicações sérias acerca das perspectivas da destituição de Franco num futuro próximo. Cada vez mais estavam convencidos que ninguém tinha força de o "afastar" e que se deverá esperar pela sua morte, ou o momento quando resolver ele próprio a renunciar*». Por isso, consideravam que «*quanto mais essa situação durasse, mais seria difícil e complexo o período da liberalização e democratização após Franco*». Contudo, numa situação semelhante a essa, «*a tensão aumentava constantemente entre diversos grupos, o que podia ter consequências de grande alcance na situação interna, não excluindo que fosse ignorado o caminho da legitimidade e fosse rejeitada violentamente a ideia de monarquia como futuro sistema de governo*». A respeito «*das conversações hispano-americanas acerca do futuro estatuto das bases americanas em Espanha*», no Foreign Office, estavam convencidos que terminariam bem «*porque isso era do interesse tanto da Espanha como dos EUA*», (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

dos seus diplomatas e Alan C. Goodison, chefe do Departamento da Europa do Sul no *Foreign Office*. Segundo este último, além de uma «*apreciação extremamente negativa da evolução da situação interna em Portugal*», a sua crítica principal era que as declarações dos líderes responsáveis portugueses e as conclusões do Conselho da Revolução (salvaguarda do pluralismo político, respeito pelas suas assumidas obrigações internacionais etc.) «*não foram acompanhadas de actos. Com atenção acompanhavam a sessão da Assembleia do MFA que começava nessa altura*». Acrescentou, a seguir, que «*o ministro dos Negócios Estrangeiros português deixou em Callaghan uma boa impressão, mas depois não viu que ele ou outro que fosse em Portugal estivesse em condições de executar na prática aquilo que dizia, o que valia também para Antunes*».

Referiu-se, em seguida, ao Conselho de Ministros da CEE que, na sua reunião nesse mês de Julho, iria tratar igualmente da ajuda económica a Portugal que poderia vir a ser tomada em conta. Contudo, «*considerações políticas fala[va]m contra isso, porque ninguém quer[ia] ajudar a construção dum sistema "soviético" em Portugal*», acrescentando que se acusava «*o Ocidente, incluindo a Grã-Bretanha, de bloqueio e sabotagem económicas, o que não tinha fundamento, nomeadamente quando os dirigentes portugueses não fizeram nada que desse garantias ao Ocidente quanto ao destino dos seus capitais em Portugal, nem quanto a eventuais futuros investimentos*». Para mais, a indústria tinha deixado praticamente de trabalhar «*porque os operários somente faziam reuniões e manifestações*». Assim, consoante o diplomata britânico, «*numa tal situação, era lógico que o capital fugisse do país e que as agências de turismo britânicas não incitassem na sua propaganda os seus turistas a ir a Portugal*».

Para concluir, «*Goodison assegurou que não se trata[va] de uma política deliberada deles ou dos restantes países ocidentais, mas sim da conduta clássica do capital quando se sente ameaçado*». Afirmou, no final, que «*o governo britânico estava decidido a continuar com os contactos pessoais a alto nível*», mencionando como exemplo uma «*próxima visita à Grã-Bretanha do chefe do Estado-Maior português*».

Em relação às análises e actividades solicitadas, esta mesma embaixada enviou um longo telex para Belgrado (25/Jul.), realçando no seu começo que «*após a saída dos socialistas do governo português, todos os meios de informação da Grã-Bretanha dedicaram uma excepcional grande atenção aos acontecimentos em Portugal*».<sup>961</sup> Além dos numerosos correspondentes da rádio, televisão e imprensa que ali se encontravam, viajaram para Lisboa

---

<sup>961</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

outros eminentes publicistas, políticos e membros do Parlamento que, em diversas ocasiões, publicaram os seus artigos e entrevistas sobre a situação política portuguesa. Entre eles, esteve Winston S. Churchill (membro do Parlamento e do Partido Conservador) que publicou um longo texto sobre esse tema e «*Ron Hayward, secretário-geral do Partido Trabalhista, que a seguir ao seu regresso declarou que a situação em Portugal era "bastante perigosa e explosiva", deu um apoio sem reservas aos socialistas e acusou os comunistas, salientando que eles não estavam preparados para aceitar uma verdadeira democracia*».

Ademais, nos noticiários da rádio e da televisão, «*a maior atenção foi dada às acções contra os comunistas: manifestações, destruição e incêndios de sedes das organizações do PC; o papel da Igreja nas acções contra os comunistas (padres à frente de manifestações). Em inúmeras notícias e comentários, todos os meios de informação acusavam "a junta militar", sublinhando-se que ela estava dividida, que não estava em condições de apresentar qualquer decisão política que fosse e de precisar a sua política*». Sobretudo, todos afirmavam que «*o MFA era totalmente incapaz de conduzir o país para a democracia, ao Conselho da Revolução chamavam "clique militar" e acusavam-no de que levava o país para um "caos económico"*».<sup>962</sup>

Além da anterior análise e de todas as suas críticas, havia ainda uma outra, em que se acusava o PCP de: «*"apoiar cegamente a URSS"*»; ter «*ligações com uma ala da corrente radical militar*»; ter «*usurpado os meios de informação*»; ser «*ortodoxo e de ter provocado contra si acções de todas as forças democráticas e progressistas*».<sup>963</sup>

Por fim, esses meios informativos apoiaram «*a decisão do PS e de outros partidos e pessoas que abandonaram o governo e que recusaram a cooperação com o regime militar*». Iguamente, esta decisão iria mobilizar todos os adversários do regime militar e os anticomunistas, mas até uma boa parte daqueles que se encontravam nas forças armadas. Devido a essa situação, «*o Ocidente deveria procurar uma maneira eficaz de influenciar nos acontecimentos em Portugal e de o guardar como um membro útil da OTAN*», realçando-se que os países

---

<sup>962</sup> Porém, acrescentando que uma análise do estado existente nas fileiras das Forças Armadas podia-se concluir «*que a corrente moderada tinha possibilidades de se tornar a força decisiva, caso fosse apoiada firmemente por parte dos aliados ocidentais*». Em relação à corrente radical, esta estava dividida entre «*os ortodoxos pró-soviéticos, dirigidos pelo general Gonçalves e outros, e aqueles que apoiavam confusas ideias da extrema-esquerda neo-marxista*». Contudo, segundo a conclusão desses meios de informação, «*o povo já não estava com forças armadas*».

<sup>963</sup> Embora, fosse considerado por muitos como «*as mãos de Moscovo em Lisboa*» [e que] a União Soviética procurava transformar Portugal num satélite», haveria uma outra opinião em que a mesma «*União Soviética não estava satisfeita com a política do PCP, que já não era tão generosa na ajuda com dinheiro e que até estava descontente com algumas medidas das forças radicais nas formas armadas*».



ocidentais, em particular aqueles com importantes partidos socialistas, tinham muito mais possibilidades de influência e ajudas legítimas.<sup>964</sup>

Quanto à cooperação entre os partidos socialistas e comunistas na Europa, «*após a experiência em Portugal, já não poderia ser atractiva, porque os comunistas afastavam, com diversas manobras e acções inteligentemente pensadas, partidos que venceram nas eleições*». Consoante estas análises, «*o problema português começava a tornar-se a questão central e crítica nas relações entre os partidos comunistas e as correntes de esquerda nos partidos da Europa*», atingindo, principalmente, os PC de Itália, França e Espanha. Do mesmo modo, esses meios informativos insistiam em que «*os partidos socialistas dissessem ainda mais claramente que a situação em Portugal influenciava negativamente no desanuviamento na Europa*» e criticavam os países da CEE por «*a decisão da ajuda a Portugal, na última conferência em Bruxelas, ter chegado tão tarde*».

Esta informação da embaixada jugoslava referiu também, sem indicar as fontes da notícia, que haveria «*forças fora de Portugal (cerca de 1000 soldados armados em Espanha)*» e aqueles que ali os apoiavam. Pedia-se que isso se tivesse em conta e que essas forças deviam ser ajudadas.

Acerca da citada viagem de Ron Hayward, cinco dias depois do seu regresso de Portugal, o embaixador jugoslavo no Reino Unido enviou para o SFNE (30/Jul.) um relato da conversa entre ambos sobre a sua visita a Lisboa, «*onde assistiu ao grande comício do PS e teve vários encontros com Soares e seus mais próximos colaboradores (ex-ministros no Governo)*».<sup>965</sup>

Começando por dizer que a sua visita nem foi acordada com o governo britânico, porque tinha surgido da impossibilidade de Soares poder aceitar o convite do Partido Trabalhista para visitar urgentemente Londres, declarou o seguinte: «*a situação era muito séria e que o seu partido receava que, em Portugal, se poderia chegar até à guerra civil. A culpa principal dessa situação atribuiu a Cunhal, ou seja, ao PCP que se apresentavam com posições extremamente dogmáticas e pró-estalinistas juntamente com as correntes radicais do MFA*». O Partido Trabalhista (PT) e os restantes partidos socialistas europeus não queriam, em caso nenhum, que Portugal tivesse «*uma ditadura estalinista*».

---

<sup>964</sup> Recomendando, por isso, «*antes que Portugal se tornasse num modelo militar-comunista*», os socialistas ocidentais não podiam perder tempo e deviam apoiar os seus «*amigos portugueses e de, claramente, dar-lhes a conhecer as possibilidades de diversas formas de ajudas e associação com o Ocidente, a fim de se salvarem dum governo que seria controlado pelos comunistas*».

<sup>965</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

Posteriormente às *«mudanças de Abril de 1974, o PT esperava que, em Portugal, se chegaria a uma união de todas as forças progressistas e até uma plataforma comum»*, deixando os partidos de lado as suas diferenças ideológicas no interesse da construção gradual dum sistema democrático que melhor correspondesse aos interesses do país e do povo português. Por isso, ficaram *«muito contentes quando, numa primeira fase, o PS e o PCP actuavam conjuntamente»*.

Das conversações que teve com os líderes do PS (conhecia pessoalmente Soares há vários anos e considerava-o como um socialista de esquerda), *«teve a impressão que as coisas começaram a ir mal após as eleições para a Assembleia Constituinte»*. Parece que o PCP, insatisfeito com os resultados eleitorais e vendo que o PS tinha vencido com 38%, *«a saída viu-a na ligação com a ala radical do MFA. Desse modo, começou a opor-se ao PS e restantes forças moderadas, a seguir ao que se seguiu tudo aquilo que já se sabia»*.

Igualmente, o secretário-geral do PT informou o seu interlocutor de que *«não tinham informações de que o PCP actuava segundo as instruções de Moscovo»*, pensando até que *«os russos não quer[ia]m arriscar a "détente" e os seus amplos interesses em relação aos EUA e o mundo pelo preço de mudanças das relações de força no terreno de Portugal»*.

Além disso, nas conversações em Lisboa, certificou-se de que *«o PCP estava cheio de dinheiro, o que significava que alguém o financiava ricamente, ao contrário do PS que tinha dificuldades de fazer face às despesas e que recebia, então, ajuda financeira dos partidos irmãos»*. Recomendavam *«moderação a Soares e aos seus colaboradores, esperando que ainda não era demasiado tarde para se chegar a um compromisso entre todas as forças progressistas»*. Nesse sentido, dias antes, *«Soares propôs uma coligação de unidade e moderação nacional»* dessas forças pelo que *«ficou com a impressão de que os socialistas muito a contragosto e depois de bastante hesitação abandonaram o governo»*.

Verificava-se que *«as forças reaccionárias aproveitavam a situação [...] para reanimar as suas actividades»*, tendo Hayward mostrado ao diplomata jugoslavo material de propaganda que trouxe de Lisboa, em que o PS era qualificado de ser um partido reaccionário e fascista. Disse-lhe, em seguida, que *«tentou estabelecer contacto com alguns líderes do PCP, mas não conseguiu. No PT, sabiam que no PCP havia também camaradas que não pensa[va]m como Cunhal, mas ele não conseguiu chegar até eles»*.

A uma pergunta se a decisão do governo britânico acerca da ajuda económica a Portugal era semelhante à do governo da RFA, publicada na imprensa britânica, ou a algum outro governo (Noruega), o dirigente trabalhista invocou a decisão da CEE de não prestar ajuda até um futuro próximo, acrescentando que *«Callaghan declarou, após a sessão do Conselho da*

*CEE, que Portugal não receberia ajuda da Grã-Bretanha, apesar dos problemas financeiros, até provar que assegurará a democracia pluralista». Salientou, além disso, que se o estado actual continuasse, em Outubro, haveria uma catástrofe económica, porque toda a economia era um caos e as receitas do turismo, podia-se dizer, já não havia muitas.*

Por fim, disse que tinha ficado com *«a impressão que a popularidade do MFA entre o povo estava um pouco em declínio, mas que a esse respeito ainda não havia indicações sérias».*

Em resposta, o embaixador deu a conhecer a Hayward as linhas fundamentais das posições jugoslavas *«(não ingerência, incondicionalidade na ajuda económica, apoio à consolidação do processo democrático com o objectivo da construção dum sistema que pudesse corresponder aos interesses do povo português etc.)».*

Numa nota anexa, fez mais uma referência à sua citada declaração para a televisão e imprensa a seguir ao regresso de Lisboa (25/Jul.), em que o dirigente trabalhista avaliou *«a situação em Portugal como muito perigosa e explosiva que se agravava rapidamente (prevista uma bancarrota dentro de três meses), em que "a democracia estava na corda bamba"».* Achava que o país seria confrontado, não obstante o desfecho, com uma massa de problemas económicos (regresso de um quarto de milhão de portugueses das colónias, o desemprego ascendia a 15%). O MFA estava dividido, mas continuava a ter um bom controlo da situação. A acusação de alguns líderes militares de que *«os socialistas eram conspiradores contra-revolucionários era absurda, enquanto, na realidade, o regime era ameaçado sobretudo por grupos fascistas em Espanha e na América Latina».* O PCP foi criticado directamente, somente em relação ao comício do PS *«quando os comunistas impediram os seus apoiantes do interior de chegar a Lisboa».* Apoiou o apelo do PS para *«um governo de coligação e a conservação duma sociedade democrática pluralista».*

Ao mesmo tempo, segundo o embaixador jugoslavo, era evidente *«a actividade da Internacional Socialista que exprimia uma total solidariedade com o PSP e, nesse sentido, desenvolvia uma viva actividade política».*

Uma semana depois do pedido do SFNE (23/Jul.), Toma Granfil, o embaixador jugoslavo nos EUA, relatou o que lhe disse *«Kelly, chefe da secção de Portugal no Departamento de Estado»* acerca da situação interna de Portugal. Para ele, esta tinha-se agravado bastante *«nas passadas duas semanas sob o efeito de vários factores: antes de mais, um "amplo" descontentamento pela política do governo português, respectivamente do movimento militar, porque não "cumpriu a promessa que deu no início"; por causa "da orientação radical-marxista", que provoca numa parte da sociedade um certo medo; agravamento da situação*

*económica; desrespeito pelos resultados das eleições e em conformidade a estes uma participação "proporcional" dos partidos políticos no poder».*<sup>966</sup> Igualmente, o Partido Socialista tinha passado a *«uma aberta ofensiva nos últimos dias»* e devia-se esperar que ela continuasse até que não fossem satisfeitas as suas reivindicações, concluindo que *«ao todo, situação instável e com desfecho incerto»*.

Quanto à popularidade do PCP estava em queda, calculando-se que *«só cerca de 6 por cento»* do eleitorado o apoiava. Estimava-se que cometeu uma série de erros, pois se *«por um lado teve sucesso na criação de boas relações com o movimento militar,*<sup>967</sup> *mas por outro lado a sua influência caiu na criação de apoios nas massas portuguesas»*.

Relativamente ao *«movimento militar não est[ava] unido e nele exist[ia]m várias fracções»*, conquanto isso fosse desmentido e se procurasse *«manter a "solidariedade militar", mas [era] só questão de tempo quando isso iria surgir publicamente. A disciplina no exército caiu ainda mais»*. Além disso, o MFA deparava-se, nessa altura, com três importantes problemas: *«a política de descolonização em relação à qual exist[ia]m divisões no movimento militar; o problema de Angola e os conflitos nela; existência de diferentes abordagens se e quantas tropas enviar para Angola, depois de cada vez menos disposição entre os soldados para lá partirem»*.

Porém, havia outros problemas, sendo estes os seguintes: *«as ilhas dos Açores»*<sup>968</sup> *e a questão da lealdade relativa ao movimento militar; resolução de problemas económicos muito difíceis no interior do país (desemprego, rápida diminuição das reservas financeiras, etc.); a situação política, isto é, quanto às relações com os partidos socialistas e democratas, e a rejeição do sistema pluripartidário»*. A tudo isto, devia-se juntar a recusa da CEE para dar empréstimos a Portugal, o que, o próprio Kelly reconheceu, representava *«uma pressão sobre o movimento militar português com o fim da instauração do sistema democrático como existia na CEE»*.

Para mais, *«a posição de Gonçalves [era] incerta»* embora o MFA lhe desse apoio, *«mas pergunta[va]-se até quando»*. Propunham que *«o lugar de vice-presidente [fosse] ocupado por uma figura civil»*, mas consoante o diplomata estado-unidense, isso não satisfaria

---

<sup>966</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>967</sup> Em vez de MFA.

<sup>968</sup> Uma manifestação, em Ponta Delgada, exigindo o afastamento do governador civil Borges Coutinho (MDP-CDE), tinha ocorrido no dia 6 desse mês. Uma semana depois, em Rio Maior, foram assaltados os centros do PCP e FSP, dando início a uma série de acções violentas semelhantes. Nesse mesmo dia (13/Jul.), uma anunciada manifestação, em Aveiro, de apoio ao Episcopado por causa da Rádio Renascença, não se realizou devido à notícia da possível demissão de Vasco Gonçalves.

«os socialistas e para a regularização da situação seria necessário que o MFA fiz[esse] muito maiores concessões». Seguramente, contavam «com a força militar nos seus cálculos, do que também os socialistas esta[vam] conscientes, contudo, o MFA já declarou que não utilizar[ia] as armas contra o seu povo». Todavia, o embaixador jugoslavo anotou que «não obstante, "não excluía" a possibilidade de confrontos entre os socialistas e adversários em lugares públicos».

No entanto, outra «"preocupação"» reinava no governo dos EUA «por causa do repetido apoio público da URSS» ao MFA, bem expresso nos artigos do «*Izvestija*» que julgavam ser «a expressão das posições oficiais e que foi "dada a decisão" sobre isso ao mais alto nível». Esperavam até, acrescentou Granfil, que ela se iria reflectir na prática. Sublinhavam que «os soviéticos já presta[va]m uma "valiosa" ajuda financeira ao PCP, mas considera[va]m que era inexacta a quantia de 10 milhões de dólares que apresentou o senador Benson. Igualmente, até então, as delegações de Portugal foram recebidas, em Moscovo, ao mais alto nível (Kossiguine teve conversações de cerca de três horas com o ministro do Trabalho)».

A respeito da posição dos EUA quanto à actual situação, o seu interlocutor disse-lhe que era «claro que eles preferiam a existência de um sistema democrático e pluripartidário, e que Portugal continua[sse] membro da OTAN. Por seu lado, não faziam nada em particular, não recusam os créditos dados e [...] Kissinger foi mais reservado em relação a Portugal do que em anteriores discursos». Para concluir, o embaixador jugoslavo acrescentou que os EUA seguiam «muito activamente a situação. Particularmente, cépticos quanto ao estado no campo da economia».

De Paris, através a sua embaixada, o SFNE recebeu mais uma informação (25/Jul.) sobre a situação política portuguesa. Segundo um alto funcionário do Quai d'Orsay, no governo francês havia duas correntes: uma, a linha dura, partia duma análise em que o predomínio dos comunistas impunha uma posição reservada tanto política como económica; outra estimava que, na verdade, «Portugal ia para o socialismo, mas específico e liberal com um determinado papel de todos os partidos, incluindo o PS e o PPD com a possibilidade de influência dos países ocidentais», caso estes ajudassem na solução dos problemas económicos portugueses e assim na estabilização política.

Esta segunda corrente era «igualmente apoiada pelo MNE francês, tendo ganhado mais força com a declaração do presidente Gomes acerca do futuro governo com a participação de todas as tendências políticas como também pelas medidas que, pela primeira vez, foram impostas ao PCP» (menção às manifestações socialistas contra as quais «o PC quis

*impedir a entrada de manifestantes nas cidades com barragens como na manifestação do Spínola, o que o poder militar proibiu»). Nisso, o MNE francês viu um primeiro indício de que a evolução do MFA movia-se a favor dos elementos moderados. Neles, além de Costa Gomes enumerou ainda Melo Antunes. Acharam que «ele com a sua não comparência em Bruxelas e o adiamento das negociações com a CEE procedeu bem porque deixou claro que esperava uma tal evolução em Portugal que ir[ia] criar um clima mais favorável na CEE».*

A nível governamental, «a evolução política portuguesa era medida principalmente em base da posição do PS». Do mesmo modo, para o condicionamento da ajuda financeira da CEE, na reunião do seu Conselho de Ministros, «foi decisivo a saída do PS do governo. O curso moderado do presidente Gomes podia mudar essa situação na CEE, caso vencer».

Como «a recente estadia secreta, em Paris, de Spínola e os seus contactos», não foram citados pelo diplomata francês, o embaixador jugoslavo, subscritor deste telex, informou de que «após investigação, à parte, enviariam relatório». Numa «observação» final, salientou que a linha dura no governo francês dominou até essa altura. Sem embargo, não era totalmente claro se existia «alguma ligação entre tal posição francesa e a recente visita de Gomes e suas conversações com Giscard (a saber, ouvimos também a especulação de que, nas conversações aqui, Gomes mencionou algumas preocupações acerca da situação interna em Portugal)». Até esse momento, era claro que a França participava «nas pressões sobre Portugal tanto por causa dos seus interesses (económicos) bem como por razões internas, ou seja, na tentativa de aproveitar a situação portuguesa para quebrar a aliança das forças de esquerda e enfraquecer a oposição».

Dias depois (30/Jul.), igualmente na capital francesa, após uma conversação com o embaixador português, o embaixador Dizdarevitch comunicou ao SFNE que, conforme o seu interlocutor, «a seguinte evolução interna era difícil de prever» mas, baseando-se no que soube em Lisboa, apesar de tudo, notava-se «um esforço do MFA de assegurar a sua unidade através do compromisso das diversas tendências que nele existem».<sup>969</sup> Melo Antunes representava uma dessas tendências (não estava só) e, por isso, não excluía a possibilidade de ficar no governo e na direcção do MFA, apesar de juntamente com os seus correligionários ter boicotado a última sessão do MFA. Embora, desmentisse que Antunes pertencesse ao PS, o embaixador português confirmou que ele era próximo de algumas ideias do PS (mas crítico em relação a outras). Achava que se devia resolver — ficando-se (pelo menos num futuro próximo) na OTAN — os problemas (sobretudo os económicos) com a CEE, porque Portugal

<sup>969</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975. Uma conversação anterior à demissão, no dia anterior, de Melo Antunes.

herdou uma situação de dependência dessa região. Com o tempo, criar gradualmente um novo equilíbrio na posição de Portugal no Mundo através de relações normais com os países orientais europeus e, em particular, do desenvolvimento das relações com «*o terceiro mundo*». De mais a mais, segundo o seu interlocutor jugoslavo, «*até pensava que qualquer outro, que substituísse Antunes como ministro dos Estrangeiros, estaria obrigado a ter uma tal orientação*».

A pressão que exercia os EUA, favorecendo o separatismo dos Açores, em Lisboa, era considerada bastante séria, porque «*no caso da separação dos Açores, o governo português seria acusado de sacrificar também o território nacional após o "sacrifício" das colónias, o que daria forças às forças reaccionárias no interior de Portugal*».

Estas mesmas ideias guiavam as acções dos EUA e das companhias multinacionais em Angola, podendo ser o seu resultado somente um maior fluxo de portugueses dessa colónia, o que reforçaria a direita. A respeito da linha dura do governo francês, nos últimos tempos (no Conselho da CEE), o diplomata português pensava que, em parte, ela resultou da «*decepção de Giscard d'Estaing (que era presunçoso) com a recente visita de Costa Gomes, que lhe afirmou, cara a cara, que Portugal continuaria no campo do Ocidente e que a evolução interna seria favorável à moderação e ao liberalismo*». Contudo, como isso não se realizou, o presidente francês achou que tinha sido enganado.

Confirmou a Dizdarevitch que Spínola tinha estado, em França, recentemente, mas que não teve contactos oficiais com franceses, nem com representantes de qualquer partido político português que fosse. «*Falou, sobretudo, com oficiais fugitivos que se encontravam, em Espanha, acerca da preparação dum golpe de Estado em Portugal*». Porém, para o embaixador português, Spínola não se encontrava em posição de o efectuar, porque não tinha apoios nem em França, nem de uma força política importante. O mais verosímil era que um tal golpe fosse feito por aqueles que se encontram no próprio país (excluídos do exército, mas activos). Não obstante, não afastava a possibilidade de Spínola continuar a procurar obter apoio em França, mas não acreditava, todavia, que lhe dariam facilmente. Mesmo no caso de tal acontecer, na sua política relativa a Portugal, o governo francês não escolheria Spínola para ser a sua alternativa.

Duas semanas a seguir ao citado pedido do SFNE (1/Ago.), noutra telex para Belgrado acerca de «*uma conversa com o funcionário que acompanha[va] a situação em Portugal*», no Departamento de Estado, em Washington, outro diplomata jugoslavo anotou que, segundo

o seu interlocutor, essa situação «*agravava-se rapidamente*».<sup>970</sup> Dando exemplos, mencionou que «*amplas massas exprimiam directamente a insatisfação (manifestações, ataques aos centros comunistas) em relação à política do MFA, em particular, desde quando o triunvirato assumiu o poder e o CR tornou-se num corpo consultivo*». Posteriormente, os eleitores portugueses sentiam-se enganados porque, ao votarem, acreditaram que o seu voto, pelo menos, seria respeitado. Porém, depararam-se com «*uma nova rigorosa ditadura militar*» e até «*os sindicatos operários começaram a boicotar as reuniões que organizavam os comunistas*». A situação política era tensa e o seu «*desfecho não se podia ainda saber*».

Depois, disse que «*existia rivalidade, no próprio triunvirato, entre Gonçalves e Carvalho*», reunindo este último «*os trotskistas e maoistas (embora eles não estivessem juntos) e considerava que o terrorismo radical podia apoderar-se das massas*». Quanto a «*Gonçalves era amigo próximo de Cunhal e esse facto minava a sua posição em amplas camadas sociais, enquanto Gomes era mais moderado, mas não era completamente claro*».

Relativamente à situação económica, esta «*era caótica e as massas reagiam com violência*», porquanto a ajuda da RFA de 30 milhões de dólares era simbólica e o seu objectivo tinha um significado mais político do que económico. Não obstante, «*o regime português podia cobrir as dificuldades económicas com as grandes reservas de ouro (cerca de 4 mil milhões de dólares a preço do mercado)*» e, disso, o triunvirato estava consciente, mas «*as reservas de ouro não podiam resolver a crise política*».

Outro assunto a que se referiu o diplomata estado-unidense foi a reivindicação de secessão dos Açores, a qual, estimou como «*a expressão da discordância com o actual regime em Portugal*». Tinha havido duas manifestações em frente do Departamento de Estado (de açorianos que viviam nos EUA) com petições de secessão, mas «*"não os recebemos e entregaram a petição aos polícias nas portas de entrada"*». Evitaram, assim, qualquer passo que poderia ser usado «*pelo governo português para acusar os EUA e comprometer igualmente o Par.Soc.Dem.*»,<sup>971</sup> colocando-o numa situação difícil. Por isso, distanciaram-se. «*"Esperavam que no encontro dos líderes soc.dem., em Estocolmo"*»<sup>972</sup> haveria recomendações concretas acerca do que se deveria fazer para se manter a influência dos sociais-democratas em Portugal.

---

<sup>970</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>971</sup> Por erro de um ou dos dois diplomatas, o Partido Socialista foi designado por Partido Social-Democrata.

<sup>972</sup> Nesta Conferência de Estocolmo (2/Ago.) foi criado um Comité de Amizade e Solidariedade para com a Democracia e o Socialismo em Portugal, embora a sua constituição só teve lugar (5/Set.) em Londres.



Salientou, para concluir, que «os Açores tinham direito, como todas as outras ex-colónias portuguesas, a separar-se e que, sob um ponto de vista legítimo, Portugal não tinha nada a dizer».

Estimando que os refugiados portugueses de Angola, que «"voltavam maciçamente"», seriam cerca de 250 000 até ao fim do ano e iriam criar «grandes dificuldades ao governo para resolver o seu alojamento, alimentação, etc.», sendo «na sua maior parte conservadores». Esperavam, disse, que «haveria, em Outubro, manifestações na Universidade». Na habitual «observação» final deste tipo de documento, o diplomata jugoslavo afirmou: «era visível que os EUA estavam cautelosos a respeito de uma ingerência directa, porque receavam que isso agravasse a posição de Soares». Parecia que contavam com «conflitos no seio da direcção do MFA e no aparecimento de novas dificuldades, as quais, deverão conduzir, segundo as suas análises, ao agravamento da crise».

Uma análise diferente acerca da «situação em Portugal» foi enviada (24/Jul.) pela embaixada em Berlim (RDA). Num jantar na residência, consoante o embaixador jugoslavo, o seu convidado, Werner Lamberz,<sup>973</sup> membro do CC do PSU, considerou essa «situação muito grave», apesar de os comunistas e o MFA actuarem muito prudentemente. Quanto à direcção socialista com Mário Soares à frente empunhavam a bandeira da reacção e «por trás das suas acções reuniam-se todas as forças direitistas e reaccionárias (em grande medida, também os apoiantes do ex-regime fascista)».<sup>974</sup>

Além destas apreciações, referiu que Portugal, embora fosse um pequeno país e sem grande importância estratégica para a OTAN, para a expansão do socialismo fora do Leste, principalmente na Europa não desenvolvida, «as transformações que ocorriam nesse país tinham um enorme significado porque representavam uma penetração do socialismo no interior do Ocidente». Não obstante, Portugal não tivesse talvez o peso da França ou Itália, «o sucesso da revolução e orientação para o socialismo nesse país podia ter vastas consequências para a futura evolução do Ocidente».

Na sua análise do movimento revolucionário em Portugal, este só podia «sofrer reveses e uma eventual derrota por causa das dificuldades económicas» com as quais se confrontava e como consequências podiam ter mais agitações no país, divisões nos órgãos directivos

<sup>973</sup> (1929-1978). Político e dirigente do Partido Socialista Unificado da RDA.

<sup>974</sup> Além disso, acrescentou que como «o PS só se tinha formado recentemente e dependia totalmente da ajuda material do Ocidente, em particular da RFA (do PSD), não se podia apresentar como uma autêntica força política do país». Depois, outras duas breves notas: «as suas ligações com as massas eram recentes e muito escasas»; «Soares e muitos da direcção do PS eram renegados do PCP e, nisso, entre o resto, residiam as causas do seu declarado anticomunismo». (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

e tudo isso encorajaria ainda mais as pressões e ingerências do exterior. Apesar de «*os países socialistas não poderem empenhar-se abertamente na defesa da revolução portuguesa, porque isso podia ter consequências negativas no existente curso do desanuviamento*», ele pensava que, no entanto, eles se deviam empenhar mais no plano económico<sup>975</sup> — na ajuda e cooperação económica com Portugal — e, assim, através dessa via, prestar um apoio às forças progressistas muito maior do que o Ocidente e, até mesmo, estipular abertamente concessões políticas na cooperação com Portugal.

Embora, nessa altura, a maioria do Conselho da Revolução apoiasse o curso existente, «*não se deviam subestimar as forças que actuavam, dentro desse órgão, no sentido contrário e poderiam conduzir a diversas reviravoltas*».

Outra análise foi enviada pelo embaixador jugoslavo, em Roma, para o SFNE após uma conversa com Giancarlo Pajetta acerca da sua recente viagem a Portugal.<sup>976</sup> De acordo com esse breve documento, o dirigente comunista italiano disse-lhe que, «*ao todo, a impressão foi muito negativa*». Quanto a Álvaro Cunhal, «*não só não conhecia a realidade, mas também a ignora[va] conscientemente*». Depois, «*porque [era] fraco nas bases, o PC apoia[va]-se cegamente no MFA, no qual via a principal alavanca do poder da Revolução*».

Em relação a Mário Soares, este «*considerava que a URSS podia, caso quisesse, influenciar e impedir [essa] evolução em Portugal. Todavia, [...] não excluía a existência de um acordo tácito URSS-EUA, ou seja, era sua convicção que a actual política aventureira conduziria o regime até à [sua] queda e, dessa maneira, evitar[iam] as repercussões negativas para a "détante" e o "status quo" na Europa*».

---

<sup>975</sup> Outra opinião tinham três jornalistas soviéticos (um do *Pravda* e os outros da *TASS*) que, em meados de Junho, em Moscovo, numa conversa acerca de Portugal, disseram a um diplomata jugoslavo o seguinte: «*Nesse momento era difícil dizer pouco mais de que a situação era complexa. // Era imprevisível como vai evoluir, em qual direcção irá se dirigir essa evolução interna. Para a URSS era uma questão difícil se deve prestar ajuda a Portugal, qual e quanto, e a quem ajudar. Grandes recursos foram dados aos árabes e, podia-se perguntar, o que foi que receberam disso. Isso não se deveria repetir. Igualmente, o Chile mostrou que os EUA podem efectuar mudanças de regime, embora o processo de desanuviamento revela-se útil também no caso de Portugal porque os EUA têm as mãos presas para abertas pressões. // A forma como as mudanças de desenrolavam, nessa altura, em Portugal, mostrava que a direcção da evolução para o socialismo não estava assegurada. Nas condições portuguesas como noutras em geral, a consolidação dos regimes progressistas era possível quase exclusivamente através de uma ditadura. As formas democráticas foram sempre utilizadas por parte da contra-revolução. Parece que, em Portugal, não existem tais forças que fossem capazes de instaurar e manter uma tal ditadura revolucionária*». (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>976</sup> Uma cópia resumo foi enviada (6/Ago.) para a embaixada em Lisboa. (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

Igualmente, a direcção do PCI estava muito preocupada com «*a situação portuguesa, não só pelas consequências negativas na situação em Itália e nas posições do PC,*<sup>977</sup> *mas, sobretudo, pelo receio de que tudo ir[ia] acabar mal em Portugal*». Achava que, em Portugal, «*reinava tal confusão e desordem que o próprio regime criava as condições para a sua liquidação*».

Por causa das mencionadas razões, «*o PCI propôs que uma delegação, com Pajetta, visitasse o PCUS e falasse acerca de Portugal. Ainda não receberam resposta de Moscovo*».<sup>978</sup>

Em Julho, outro dirigente comunista que esteve em Portugal foi Urban Karlsson, responsável das relações internacionais do Partido de Esquerda Comunista sueco. Numa conversaçã, em Estocolmo, com o embaixador jugoslavo falou «*da situação política portuguesa que considerou grave, encontrou-se com o seu colega do PCP e efectuou mais outros contactos*».

Conquanto fosse exacto que as massas populares fossem revolucionárias, mas nem ele próprio conseguiu obter «*uma clara imagem até que ponto essas massas seguiriam o PCP*», pelo que existia o perigo real da sobrevalorização dessa sua influência, apesar da sua boa e forte organização. Na sua luta contra «*os grupos extremistas maoistas e os socialistas soaristas*» — estes últimos que eram, cada vez mais nas palavras, pela democracia e, na verdade, pouco contribuíam para solucionar os problemas reais de Portugal —, o PCP insistia que era difícil aceitar os argumentos dos socialistas de que as massas estavam a favor do seu conceito de desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Enquanto o seu partido apoiava o PCP, «*as declarações de Carrillo e dos dirigentes italianos saltavam-lhes aos olhos a diferença entre a linha que eles representavam e a posição de Cunhal*». Quanto ao MFA, era «*a verdadeira força em Portugal, mas também ele estava dividido, o que tornava a situação ainda mais complicada*». Do mesmo modo, segundo Karlsson, a situação portuguesa era diferente da espanhola e da italiana, porque estes dois

---

<sup>977</sup> *Vd. Marco Gomes, Para onde vai Portugal? /Dove vai il Portogallo?/ A Revolução de Abril na Imprensa Italiana (1974-76), (<http://biblioteca.posgraduacaoredentor.com.br/link/?id=2294903>), consultado em 10/Out./2017. Uma posição semelhante teve outro dirigente comunista (A. De Coninck, secretário do CC do PC da Bélgica) que, numa conversaçã com um diplomata jugoslavo, em Bruxelas (4/Jun.), criticou o PCP «*porque não tomava em conta as consequências negativas da sua política para as posições daqueles PC dos países europeus que procura[va]m fazer uma aliança com os socialistas e outras forças progressistas*». Segundo o mesmo diplomata, esta «*exposição [...] exprimia a insatisfação de um número de quadros directivos do PCB por causa da actual política do PCP (influenciada também por Carrillo que, recentemente, esteve aqui), enquanto uma outra parte, por agora, não se declarava, salientado que os PC "não se devem criticar" entre si*», (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).*

<sup>978</sup> Todavia, essas conversações tiveram ali lugar nos dias 7 e 8 de Agosto.

últimos países eram mais desenvolvidos, ao passo que Portugal tinha uma sociedade tipicamente não desenvolvida com inúmeros problemas.

### **Posições do SFNE em relação à situação política portuguesa.**

Informando a embaixada em Lisboa (23/Jul.) das recentes decisões tomadas acerca da situação política em Portugal, examinada «a partir dos seus relatórios (que foram considerados como realistas) e de outras informações», o SFNE tinha concluído que as rápidas mudanças dessa situação, «com difícil previsão da evolução dos acontecimentos, exig[ia]m uma clara e duradoura orientação e critérios, de forma a não estarmos — na política concreta — sob a influência dos acontecimentos e das mudanças diárias».

Tendo em conta que isso subentendia princípios e abordagens que já aplicavam, salientaram seis deles que iam dos apoios à «conclusão da descolonização» e «a todas as forças e políticas que [eram] a plataforma da democratização de Portugal»<sup>979</sup> a uma «promoção multifacetada da cooperação bilateral», empenhando-se «contra qualquer ingerência estrangeira [...] nos assuntos portugueses» e incitando a «ajuda económica (principalmente da CEE) a Portugal».<sup>980</sup> Por fim, algumas considerações sobre «a posição internacional e a política de Portugal».<sup>981</sup>

Igualmente, numa próxima «curta circular sobre a actual situação em Portugal», iam utilizar principalmente as análises e informações desta embaixada e acharam positivo que, também, fosse «sugerido aos nossos jornalistas em Portugal que, apresentando realmente a situação das coisas e o comportamento dos partidos e estruturas, evit[asse]m formulações

---

<sup>979</sup> «1.) Apoio total à conclusão da descolonização; 2.) Apoio a todas as forças e políticas que são a plataforma da democratização de Portugal, incluindo a continuidade numa activa comunicação com todas as estruturas. O comportamento de algumas das suas reivindicações exige prudência nos passos concretos, de maneira — apesar da nossa vontade — a não serem usadas abusivamente nas confrontações interpartidárias (nesta linha está o adiamento da visita do EPJ e dos socialistas portugueses no Outono). A esse respeito, parece conveniente que num curto espaço de tempo se chegue a encontros com as principais figuras das principais estruturas e partidos e, sobre isso, a TANJUG dar 2 ou 3 notícias, mostrando assim esta ampla orientação perante a opinião pública;». (ADMNE, F-114, Portugal, 1975)

<sup>980</sup> «3.) Promoção multifacetada da cooperação bilateral. Acreditamos que brevemente será possível assinar um acordo cultural em Lisboa. Seguem-se as visitas de M. Minitch e [Costa] Gomes; 4.) Empenhar-nos-emos junto a vários países contra qualquer ingerência estrangeira que for nos assuntos portugueses; 5.) Procuraremos incitar a prestação de ajuda económica (principalmente da CEE) a Portugal sem condições prévias, porque precisamente a contribuição de melhores condições económicas em Portugal reduz a possibilidade de soluções extremas que todos querem evitar;».

<sup>981</sup> «6.) Somente os portugueses devem determinar a posição e a política internacional de Portugal. Consideramos que, agora, seria irrealista e perigoso romper com a OTAN, enquanto o país esteja sobrecarregado de numerosas debilidades. A via mais realista é ficar nas alianças ocidentais, juntamente a uma cooperação multifacetada com os países não-alinhados e outros países. Todavia, esta nossa reflexão não deverá estar em contradição com a posição que é assunto exclusivamente da sua opção».

que pudessem ser entendidas por outros como nossas opções relativamente a determinadas personalidades. O nosso interesse encontra-se em termos correctas relações com todos».

Estas recomendações voltaram a ser citadas, no dia seguinte, noutro documento, intitulado «A Crise em Portugal (breve relato dos aspectos mais importantes)»,<sup>982</sup> em que foram precedidas de um resumo da «actual fase da crise que resultou directamente da decisão (proposta) da Assembleia do MFA de se substituir o conceito da chamada "democracia pluralista" por certa forma de "democracia directa"». Esta medida deveria diminuir «a influência dos partidos políticos e tornar o MFA a força política dominante, que se apoiaria directamente em "órgãos extra partidários" do poder e da vida política». Nessa altura, o PS saiu do governo e, mobilizando a opinião pública, começou uma pressão directa sobre o MFA.<sup>983</sup>

Após uma referência às «três principais forças políticas organizadas», menciona-se a actuação dos factores externos, em que parecia, naquele momento, que essa crise convinha «aos EUA e às forças conservadoras no Ocidente» porque conduzia «ao enfraquecimento, à desintegração e ao comprometimento do novo regime português». Além disso, «a difícil situação económica, a pressão que chegava dos Açores e a situação em Angola só por si bloqueavam a possibilidade de acções mais amplas às forças democráticas em Portugal». De tal maneira, que «nem havia necessidade de uma intervenção directa». Igualmente, em grande parte, «a atitude negativa da CEE em relação a Portugal (suspensão da ajuda económica enquanto não se assegurar a "democracia pluralista") satisfazia também as necessidades dos EUA quanto à pressão sobre Portugal».

<sup>982</sup> Este documento dactilografado do SFNE (24/Jul.), tipo circular, não indica a quem foi enviado. (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>983</sup> Refere depois «as três principais forças políticas organizadas (MFA, PS e PCP)», em que: // — o MFA era «heterogéneo pela sua composição e convicções, mas bastante unitário na aspiração de jogar um papel autónomo, sendo nesta fase indiscutivelmente a força dominante, embora sem uma concepção clara e consequente»; // — o PS «e, em particular, o seu cume (Soares) estavam obcecados pela ambição de conquistar a posição de primeiro partido, exercendo uma forte pressão com a demonstração dum amplo apoio de massas e invocando os seus resultados eleitorais. [...] Sendo a sua actuação,] em grande parte em função dos interesses, doutrina e também das acções políticas de uma parte dos países europeus ocidentais que, deste modo, queriam limitar substancialmente a influência do MFA e, sobretudo, do PCP, assegurando o espaço para o PS ser o garante da ligação de Portugal (na política interna e externa) com o grupo de países europeus ocidentais (e o Ocidente, em geral), nos quais, os partidos sociais-democratas jog[va]m um grande papel»; // — o PCP, «encorajado com a sua influência numa parte do MFA, segura[va]-se firmemente a esta ligação e nela construiu a sua força». Acrescentando, mais adiante, que este último partido «cada vez mais se orienta[va] para alianças com diversas correntes e grupos que até há pouco atacava, preparando-se assim para uma longa confrontação como PS e restantes forças. Fica[va]-se com a impressão que o comportamento do PC — inspirado pelo dogmatismo — supera[va] as necessidades tácticas soviéticas, porque t[inha] uma série de atitudes provocatórias em relação aos EUA. E[ra] sintomático que as notícias da TASS acerca dos acontecimentos em Portugal evita[va]m formulações que indi[cassem] directamente [...] simpatia e apoio ao PCP».

Perante esta imediata perspectiva de evolução, «*não se abria a possibilidade para a superação dos conflitos entre as forças progressistas nem para a criação de bases reais para a sua unidade*». Por outro lado, a presença e influência estrangeiras eram cada vez mais significativas «*no comportamento de certos partidos e correntes, que procura[va]m obstinadamente apoios e aliados, pelo que — com uma situação económica catastrófica — se deve[ria] esperar o prolongamento da crise com novos confrontos*».

Retomando os seis princípios da «*informação*», enviada no dia anterior para a embaixada em Lisboa — resumidos em cinco recomendações, precedidas por uma introdução semelhante<sup>984</sup> —, neste documento lê-se, na sua última recomendação, após «*a permissão aos portugueses de determinarem eles próprios a sua posição e a política internacional*», uma menção intercalada «*(ao contrário dos comentários mordazes de que os incitamos a tomar posições não-alinhadas)*»<sup>985</sup> num texto em que se estima igualmente que, nessa fase, «*sobretudo, quando o país está desunido e em dificuldades, era irreal e inoportuno a saída da OTAN e das alianças ocidentais*».

### **O «triumvirato», a situação em Portugal e a CSCE**

Referindo-se à sessão da Assembleia do MFA,<sup>986</sup> realizada na noite anterior, o telex n.º 310/75 (26/Jul.) da embaixada de Lisboa para o SFNE achou como importantes as duas decisões ali aprovadas. Assim, numa primeira, «*por causa da segurança da revolução" todo o poder político-militar no país foi confiado a três membros do CR: presidente da República,*

<sup>984</sup> «*A rápida e a difícil previsível evolução dos acontecimentos, a oscilação no comportamento das personalidades políticas portuguesas e outras circunstâncias falam, por seu lado, a favor de uma clara e duradoura concepção da nossa política quanto a Portugal*».

<sup>985</sup> Esta alusão à notícia, publicada na imprensa portuguesa (17/Jul.), cuja tradução foi enviada, nesse mesmo dia, com comentários do embaixador Stofákovitch para o SFNE. O seu telex, «*Informação tendenciosa da AFP na imprensa portuguesa acerca da visita de Antunes à Jugoslávia*», começa por referir a notícia da AFP de Belgrado «*de que o ministro dos Estrangeiros, major Melo Antunes, caso a situação em Portugal e Angola o permitir, em 22 de Julho, visitará a Jugoslávia, onde terá conversações com o seu colega Miloche Minitch, que, como se admite, venha, em Outubro, a Lisboa*». Acrescentou que a notícia foi acompanhada de um breve comentário, salientando que esta visita «*parecia coincidir com uma viragem na orientação do nosso país — que até agora apoiou Mário Soares. Parece, sublinha igualmente que se aproxima mais do MFA e até do próprio PCP, apesar de que antes não simpatizávamos muito com Álvaro Cunhal*». Depois, que a direcção política jugoslava «*continua a acompanhar com grande reserva a evolução da situação política em Portugal e considera-se que a visita de M. Antunes a Belgrado deverá contribuir para a definição da nossa posição*». Numa «*Observação*» final, Stofákovitch comentou que esta notícia tendenciosa surgiu, «*talvez, da fonte que deu a informação (não se devia excluir que foi dada pelo embaixador português, em Belgrado, que de resto era um homem de Soares)*». Para terminar, achou que, talvez, fosse indicado, «*na imprensa jugoslava, replicar de uma maneira indirecta a esta insinuação, colocando a visita de Antunes também no contexto das relações com o MFA*», mencionando a visita da delegação do MFA, em Março, à Jugoslávia.

<sup>986</sup> Era «*formalmente, o órgão máximo do MFA — no qual, a maioria era formada por soldados, sargentos e oficiais subalternos e, através deles, o PCP e outros partidos de esquerda tinham uma forte influência neste órgão*», (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

*general Gomes; primeiro-ministro, general Gonçalves e general Carvalho, comandante das forças de segurança», ao passo que, na segunda, a partir dessa data, «o plenário do CR (um total de 28 membros — repartidos por várias comissões) seriam somente um órgão consultivo dessa tríade».*

Do mesmo modo, essas decisões eram, sem dúvida, uma nova viragem no desenvolvimento da crise em Portugal e, de certa forma, representavam «*um silencioso "mini-golpe de Estado" de esquerda porque todo o poder efectivo se concentrava nas mãos dessas três personalidades*», o que, praticamente, significava um «*governo de um autónomo "triumvirato" nacional e de esquerda, enquanto o CR foi degradado da sua posição de órgão executivo superior do MFA para um papel consultivo*».

Salienta-se, depois, que era previsível devido «*à presença significativa de forças "moderadas" no CR (com algumas opiniões próximas do PS soarista) seria necessário fazer algo*» para degradar as suas funções e diminuir a sua influência, quase liquidá-las. A este respeito, «*foi indicativo o facto que, nessa sessão da Assembleia, não participaram alguns membros "moderados" do CR como o ministro dos Estrangeiros, major Antunes, almirante Crespo, major Alves e mais outros que, nessa altura, alegadamente, estavam numa reunião com Antunes no MNE*».

Apesar do motivo dessas decisões, «*segundo a opinião de oficiais bem-intencionados*», e aspirando-se a terminar com a paralisia do poder no país, tornando-o mais eficiente, «*estas decisões significavam ainda um discreto ajuste de contas não só no próprio MFA, mas também contra o PS soarista e as forças direitistas*».

Noutra conclusão deste documento, embora sem qualquer outra informação, a «*presença do presidente Gomes no "triumvirato" mostrava que ele continuava a tentar acalmar as tensões e a salvaguardar a unidade*».

Contudo, não era seguro que «*essas decisões fossem a solução mais adequada para a citada paralisia do poder*», porque era mais possível a continuação do seu agravamento. Aliás, esta solução não só conduzia ao aprofundamento das diferenças no MFA, mas reduzia ainda mais a base política do MFA. Seguramente, isso era «*mais próximo da linha "revolucionária" do PCP do que a "eleitoralista" do PS soarista e dos partidos burgueses à sua direita, pelo que era possível esperar novos confrontos do PS e as forças da direita com as forças esquerdistas-radicais no MFA, PCP e outros partidos de esquerda*». Igualmente, sem nomear «*as repercussões internacionais (negativas) sobretudo na Europa Ocidental e nos EUA*».

Dias depois (30/Jul.), perante «a situação em Portugal e a fase final da CSCE»,<sup>987</sup> no seu telex n.º316 desse ano, para o embaixador jugoslavo podia ser um sinal de que o agravamento cada vez mais crítico da situação em Portugal ia coincidir com a realização da fase final da CSCE. A acção dos socialistas e outras forças pró-ocidentais contava, claramente, «com um "bloqueamento" mais determinado da actuação do PCP durante a cimeira da CSCE devido à sua dependência em relação à URSS, ou seja, o seu interesse de que nesse momento a CSCE termine positivamente». Todavia, tendo em conta o «recente aviso público dos EUA à URSS quanto ao seu grau do empenhamento e ingerência em Portugal», talvez, se pudesse concluir que os socialistas e as forças da direita «podiam tentar, nessa situação, executar uma mudança a favor duma concepção pró-ocidental de desenvolvimento».

### Uma visita

Numa visita (28/Jul.) ao almirante Rosa Coutinho, «membro destacado do Conselho da Revolução»,<sup>988</sup> o embaixador Stoiaikovitch fez-lhe diversas perguntas acerca das últimas medidas da Assembleia do MFA, da formação do novo governo, do «triumvirato» e do apoio do «Terceiro Mundo», anotando as suas respostas que foram as seguintes:

A medida aprovada na AMFA (delegação das responsabilidades pela segurança político-militar do país a três personalidades — «presidente Gomes, primeiro-ministro Gonçalves e general Carvalho) foi uma medida extraordinária numa situação extraordinária», ditada pelo grau da crise em que se encontrava «o país por causa do efeito de factores internos e externos (crítica situação económica do país, Angola e Açores)».

Confirmou a existência de dificuldades em redor da formação (reconstrução) do governo. Além dos «representantes dos partidos que o abandonaram, alguns outros hesitavam também acerca da sua permanência no governo (entre eles, o major Antunes<sup>989</sup>, ministro dos Estrangeiros)».

Quanto à «acção de Soares (saída do governo e confrontação com o MFA)», estimou-a muito negativa e «"quisesse ou não quisesse, mas ele tornou-se o instrumento dos americanos na sua acção contra o desenvolvimento progressivo em Portugal"». Acrescentou que não eram «nem pelo pluralismo partidário (a Itália era um exemplo negativo para todos aqueles que o advogavam), nem pelo sistema centralista burocrático soviético». Procuravam

<sup>987</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>988</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>989</sup> A sua demissão foi confirmada no dia seguinte.



a sua solução e, recentemente, saiu um documento em que conceberam o futuro desenvolvimento dum sistema de «"directa democracia", segundo afirmou, "inspirado igualmente nas vossas experiências"».

Conscientes que, «talvez, a posição internacional piorou com a introdução (apesar de provisoriamente) do "triumvirato"», mas esperavam que, não obstante, iria encontrar apoio e compreensão até entre alguns países da OTAN «(da qual, não tencionavam sair, pois "isso seria igual ao suicídio da Revolução")».

Esperavam, em particular, o apoio do «"Terceiro Mundo", ou seja, dos Não-Alinhados» e, a esse respeito, informou o seu interlocutor de que ele tinha sido designado para ir a Lima, «à Conferência Ministerial dos Países Não-Alinhados ("fosse na qualidade de observador, convidado ou em qualquer outra forma aceitável para todos os participantes da Conferência")». Atendendo ao conhecido papel preponderante da Jugoslávia entre os Não-Alinhados, pediu-lhe apoio e informação. Após ter ouvido algumas informações sobre a Conferência por parte de Stoíakovitch, Rosa Coutinho pediu-lhe para se encontrarem de novo para uma conversa mais longa «sobre este tema porque gostaria de estar bem informado e preparado para a viagem». Disse-lhe, ainda, que três dias antes do começo da Conferência viajaria para Cuba e que deviam «"virar mais a [sua] actividade internacional para a América Latina"».

Na «observação» final deste documento, salienta-se que se tornava «bastante evidente a intensificação dos contactos com Cuba. Além deste anúncio da partida de Coutinho, ali se encontra[va], nesse momento, o general Carvalho,<sup>990</sup> comandante das forças de segurança e, aqui, esta[va] uma delegação militar bastante forte de Cuba».<sup>991</sup>

---

<sup>990</sup> Segundo a embaixada jugoslava em Havana (31/Jul.), a visita da delegação do MFA a Cuba (21-29/ Jul.) teve «uma grande publicidade em todos os órgãos da Comunicação Social cubana», assim como «o chefe da delegação, Otel Saraiva Carvalho, membro do Conselho da Revolução». Este último, «praticamente, encontrou-se constantemente na companhia de Raul ou de Fidel de Castro e, muitas vezes, por ambos, que o acompanharam até ao avião. Depois, no grande comício por ocasião do 26 de Julho, além de Fidel, discursou também Saraiva». Nesse discurso, mas igualmente «num encontro com jornalistas em Santiago de Cuba, em declarações para "O Seculo" e noutras após a chegada a Lisboa e em outros lugares», sublinhou a amizade e a solidariedade entre Cuba e Portugal, elogiou a Revolução Cubana «(o seu papel e exemplo para a América Latina e fora dela) e a sua direcção dirigida por Fidel (que sabe avaliar as situações e unir o povo), referiu a semelhança dos problemas ("fomos irmãos na humilhação, irmãos somos na luta e seremos na liberdade") e o processo revolucionário nos dois países ("o Movimento 26 de Julho é como o MFA de Abril"), e defendeu a construção do socialismo em Portugal ("vale a pena construir uma sociedade socialista e viver no socialismo") e isso sob o modelo cubano, etc.». A seguir a esta tradução aproximada em sérvio-croata destas declarações, há uma referência à parte do discurso de Fidel Castro em que chamou «ao Saraiva herói da Revolução de Abril e um dos mais ilustres chefes do MFA de Portugal, realçou a semelhança das duas revoluções (embora tenha apontado os caminhos diferentes)» e mencionou as grandes dificuldades económicas e outras existentes nesse caminho, bem como «sublinhou que Cuba se solidarizava com o movimento revolucionário em Portugal». Do mesmo modo, o corpo diplomático «seguiu a visita com grande atenção e interesse, em particular, o ocidental». Ademais de «todos o considerarem como a figura-chave do MFA», assinalaram «a firmeza da posição de Carvalho e do MFA, ilustrando isso com a sua ausência do país no meio da maior crise». O diplomata jugoslavo acrescentou até que «o embaixador portu-

### Uma conversação

Pelo meio-dia do dia 30 de Julho, o embaixador jugoslavo teve «*uma conversação de uma hora com Cunhal no CC*». <sup>992</sup> Considerando a situação bastante crítica e incerta em relação ao desfecho, «*Cunhal informou-o de que nesse dia e os dois dias seguintes seriam, talvez, os mais críticos da evolução da crise em Portugal*». O pior era que, nas Forças Armadas, havia uma intensa polarização na esquerda e na direita. Estimava que havia uma possibilidade bastante real de um «*" golpe palaciano das forças moderadas e de direita do MFA"*». Ademais, não se excluía a possibilidade de confrontos armados de grandes proporções. «*Devido à situação de crise no país, o presidente Gomes recusa a partir para Helsínquia*». <sup>993</sup>

Como tinha escrito nesse seu breve telex, seguiram posteriores «*informações mais extensas*», em que relatou pormenorizadamente o que ouvira nessa conversação. Assim, «*os elementos direitistas e moderados no MFA com o apoio activo do PS soarista e os partidos de direita orientaram-se para um " golpe palaciano " com o pretexto de impedir um golpe de Estado comunista, ou seja, em defesa das liberdades democráticas*». O plano era que, na reunião desse dia do Conselho da Revolução, contestar a legalidade da aprovação do triunvirato militar. Cerca de 10 dos seus membros iam exigir a anulação dessa decisão, ou seja, iam para um plebiscito nas Forças Armadas e isso significava «*a confrontação aberta entre as forças de esquerda e de direita existentes no seu seio*». A alternativa deste grupo «*(Antunes, Alves, Crespo e outros) era a formação de um Governo de Salvação Nacional, tendo à sua frente o*

---

*guês nos falou do amplo apoio que Carvalho tinha na extrema-esquerda e a simpatia de parte do Partido Socialista. Disse que não era próximo, em particular, dos comunistas e que tinha grande influência no exército, sobretudo, entre os jovens oficiais. Previam-lhe uma brilhante perspectiva porque, supostamente, era mais capaz do que os outros membros do triunvirato*», (ADMNE, F-84, Cuba, 1975).

<sup>991</sup> Esta visita (24-28/Jul.) teve uma «*inabitual e excepcional grande publicidade. O anfitrião foi o membro do CR e Chefe do Estado-Maior do Exército, general Fabião*». Consoante este telex da embaixada em Lisboa (4/Ago.), a delegação teve encontros com o almirante Rosa Coutinho, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e o capitão Ramiro Correia «*chefe da 5.ª Divisão (política) do Estado-Maior*». Foi recebida por Álvaro Cunhal «*no CC do PCP, ao que igualmente foi dada grande publicidade. Durante as visitas a algumas guarnições, foi permitido à delegação falar acerca da importância e das experiências da Revolução Cubana, o que o general Fabião fez também perante uma guarnição*». De modo igual, foi salientado que a publicidade acerca da estadia da delegação abrangeu ainda o aniversário do 26 de Julho, assim como a coincidência da estadia da delegação com a visita a Cuba de Otelo Saraiva de Carvalho, referindo a seguir as suas declarações ali proferidas, mas ainda na chegada a Lisboa, em que «*sublinhou as semelhanças das duas revoluções e a importância de algumas experiências para o futuro desenvolvimento de Portugal*». (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

<sup>992</sup> Os dois telexes têm a mesma data (30/Jul.), embora com algumas horas de diferença no seu envio para o SFNE. Pressupondo-se que voltaram a não necessitar de tradutor, essa hora permitiu uma conversação mais directa. (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

<sup>993</sup> Apesar de essa informação ter sido corrigida no seu seguinte telex, todavia, Stoíakovitch poderia ter sabido de uma confirmação da ida de Costa Gomes a Helsínquia pela imprensa do dia anterior como, por exemplo, no Diário de Notícias, em «*Os Apontamentos*» de José Saramago, intitulado «*A Helsínquia, um presidente*».

*presidente Gomes ou Antunes como presidente do Governo com a participação dos maiores partidos direitistas (PS, PPD e CDS)» e, eventualmente, chamariam também o PCP para algum lugar insignificante nesse governo.*

Essa reviravolta deveria ter ocorrido, de facto, *«ainda no dia 5 e, quando nessa altura falhou, então passou para 18 de Julho, mas nessas ambas ocasiões graças à actuação organizada das forças de esquerda (PCP, outros partidos de esquerda e forças de esquerda no MFA) isso foi possível impedir»*. Todavia, nesse momento, parecia-lhe que os direitistas actuavam muito mais organizados, acrescentando que a situação estava bastante tensa. Nessa manhã, *«houve um atentado contra um dos membros do CC do PCP»*. Além disso, *«não só as forças direitistas burguesas, mas igualmente os fascistas levantaram a cabeça e est[avam] muito activos nos ataques físicos contra os comunistas "em nome da defesa da liberdade"»*.

Segundo o embaixador jugoslavo, Cunhal tinha *«uma certa esperança no general Carvalho, comandante das forças de segurança»*. Contudo, as suas possibilidades, naturalmente, dependiam do grau de organização das forças direitistas, *«e caso continuar a ofensiva numa ampla frente como era então o caso, era de esperar, realmente, confrontos armados»*. Depois, disse-lhe que, no dia anterior, teve *«uma conversação de três horas com o comandante das forças terrestres, general Fabião, em que este afirmou que talvez fosse necessário estabelecer o dialogo entre o PS e o PCP»*. Cunhal respondeu-lhe que aceitava tal proposta, mas que *«Soares recusava porque esperava conseguir realizar o seu plano para derrubar Gonçalves e a repressão do PCP (Cunhal fez igualmente alguns comentários negativos acerca de Gonçalves — indeciso e inseguro)»*.

Do mesmo modo, na véspera, numa *«conversação com o presidente Gomes»*, o dirigente comunista exortou-o a partir imediatamente para a Cimeira da CSCE, em Helsínquia, porque isso era *«no interesse nacional e não no interesse do PCP ou da URSS»*. No entanto, ele recusou essa partida imediata, ou seja, *«estar ausente do país durante quatro dias, mas que talvez partisse somente, na sexta-feira [1/Ago.], para a cerimónia de encerramento»*. Porém, atendendo a que, nessa situação, a presença de Vasco Gonçalves (como primeiro-ministro titular) era ali pouco indicada e muito menos seria a do anterior ministro dos Estrangeiros, Melo Antunes, *«por isso, insistiu junto de Gomes para que ele estivesse, pelo menos, nessa sexta-feira, na cerimónia de encerramento»*.

Na sua *«observação»* final, Stoíakovitch achou que *«não se devia excluir a possibilidade de que esse agravamento da situação em Portugal foi escolhido propositadamente para coincidir com a Cimeira da CSCE»*.

### «Desfecho relativo e provisório da crise aguda em Portugal»

Intitulando assim um dos seus seguintes telexes para Belgrado (31/Jul.), Stoíakovich relatou e analisou «*a reunião do Conselho da Revolução que começou ontem pela tarde*» e que, na manhã desse último dia de Julho, «*terminou com a aprovação (basicamente) de uma solução de compromisso*». O CR reuniu com todos os seus membros — desta vez, «*com a presença de Melo Antunes, almirante V. Crespo e os restantes que boicotaram a Assembleia do MFA, quando foi aprovada a formação do "triumvirato", ou seja, o "Directório" (designação oficial)*». Do mesmo modo, confirmou-se «*a decisão acerca do "Directório" e precisou-se que a esse trio (presidente Gomes, primeiro-ministro Gonçalves e general Carvalho) se transferiam as prerrogativas que, segundo o texto da lei, estavam sob a competência do CR*». Assim, o Directório respeitaria «*o "Programa do MFA" e os objectivos do "Plano de Acção Política" (que, entre outras coisas, continha igualmente as posições acerca duma sociedade política pluralista, etc.)*».

Este final, em princípio, não significava a resolução da crise existente, mas sim o seu prolongamento, ou seja, «*uma pausa provisória baseada num compromisso momentâneo de dois conceitos — o chamado esquerdista radical (unitário) e o moderado (pluralista)*». A ausência de decisões e de ajustes de contas radicais (o que, em conjunto, contudo, foi positivo) foi porém condicionada, seguramente, «*por factores externos (a fase final da CSCE, a posição dos Nove, a crescente crise económica, etc.), mas também, devido às avaliações mútuas quanto a um desenlace incerto duma confrontação aberta*».

Não obstante, este resultado foi, apesar de tudo, «*um pouco mais favorável para as forças de esquerda: o "triumvirato" não foi derrubado, mas sim confirmado, Gonçalves ficou ainda mandatado para a formação do governo*». O mandato do Directório que se confirmou com a obrigação de actuar «*no espírito do "Plano da Acção Política" (concessões às forças moderadas e de direita), todavia, conforme a nossa avaliação, mais como uma obrigação "formal" »* até um seguinte reagrupamento e esta aceitação esteve mais «*numa linha de ganhar tempo (hipoteca do enquadramento momentâneo internacional — CSCE, posição dos "Nove" etc.)*».

Para o embaixador jugoslavo, podia ser bastante importante para uma futura avaliação o facto de que se provou, apesar de divergências bastante grandes em redor do conceito do futuro desenvolvimento que, nessa ocasião, mais uma vez, a direcção do MFA tivesse superado, «*embora temporariamente, uma evidente divisão, porque predominou, talvez, a solidariedade e a ligação do topo do MFA*». De resto, isso podia ser o reflexo das frequentes reservas expressas por muitos dos seus dirigentes importantes em relação aos partidos políticos, ou

seja, a sua actividade e função com os estreitos objectivos partidários (instrumentos de modelos e interesses estrangeiros), etc.

No que diz respeito «*ao partido de Soares, podia estar satisfeito de reafirmar o "Plano de Acção Política" (pluralismo político) e Cunhal de ficar o triunvirato e a degradação do CR a um papel consultivo (o resultado principal do "minigolpe" <sup>994</sup>)*» e, igualmente, que nada se falou, nas decisões do CR, «*sobre a legitimidade da existência da Assembleia do MFA (que foi sujeita a fortes ataques e contestações por parte do PS de Soares e os partidos de direita)*».

Para concluir, Stořakovitch considerou que apesar de ser (sem dŭvida) positivo que, pelo menos, provisoriamente, se tivesse evitado «*uma confrontaçaõ (atŕ com possibilidades de ser armada), tratou-se, todavia, de um relativo "falso" desfecho da aguda crise porque todos os elementos importantes que nela se reproduzem*» ficaram para uma prŕxima ocasiãõ. Apesar de tudo, este desfecho permitiu «*ao presidente Gomes ir a Helsĩnquia e que Gonçaves continu[asse] o seu trabalho de Sĩsifo com jã algumas semanas de tentativas para formar um novo governo, o quinto, nos ũltimos 15 meses*». Porŕm, todos os dias, no Governo, abandonavam e anulavam «*a sua participaçaõ atŕ ministros apartidãrios que para os quais atŕ se esperava que ali continuassem*».

### **A evoluçaõ da crise em Portugal**

Começaõdo por informar o SFNE (7/Ago.) de que «*apesar das declaraçaões do PR Gomes (de hã mais de uma semana), de que o novo governo estava formado, contudo, ele ainda nãõ se formou*», <sup>995</sup> o embaixador jugoslavo referiu a seguir que, na espera da formaçaõ do governo (a crise durava jã um mŕs), estava «*um poder policŕtrico e um paĩs onde visivelmente a anarquia tinha uma escalada diãria e presente nãõ sŕ no sector civil, mas tambŕm nas fileiras do exŕrcito*». Dando um exemplo, que era caracterĩstico, mencionou «*o comportamento das forçãs de segurança e das forçãs armadas em relaçaõ aos pogrons contra o PC e outros grupos de esquerda. Em alguns casos, intervinham, mas houve casos em que nada fizeram*».

Estimando que a polĩtica de destabilizaçaõ jã enfraqueceu seriamente o regime, «*os EUA e o Ocidente reforçavam as pressões, contando assim agravar ainda mais as relaçaões e apressar o processo de polarizaçaõ*». Novamente, um adiamento da concessãõ de ajuda e crŕditos prometidos (com claras condiçaões polĩticas) era o resultado nãõ sŕ das estimativas

<sup>994</sup> Referŕncia a um seu anterior telex.

<sup>995</sup> (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

ocidentais de que esse passo teria os desejados efeitos políticos no país, mas até dos pedidos dos líderes partidários à direita do PCP para que fosse bloqueada essa ajuda. Deles, acrescentou, resultaria um contínuo agravamento da crise económica que obrigaria «*o regime a fazer concessões*».

Do mesmo modo, para o mesmo objectivo serviu o encontro dos líderes sociais-democratas, em Estocolmo, e a «*criação de uma comissão para o apoio ao desenvolvimento democrático em Portugal (o que representou igualmente uma flagrante ingerência interna)*». A anunciada chegada do presidente do governo dinamarquês em visita privada (evitando os representantes do governo português) era mais um acto nessa mesma linha. A declaração de Ford e de Kissinger «*(o lamento pela "impossibilidade" da CIA participar mais directamente, foi um sinal do perigo para as posições americanas no Mediterrâneo caso, em Portugal, a supremacia fosse tomada pelos comunistas)*» soou como um encorajamento para as forças direitistas e um convite para a confrontação.

O processo de destabilização assumiu grandes dimensões. Provou-se que «*as acções do Ocidente e dos EUA, em particular, atingiam os desejados resultados*». Por outro lado, «*a URSS e o PCP, radicalizando a situação (e nas fileiras do MFA), num esforço de conquistar posições, "caíram na armadilha"*» e, nesse momento, tornaram-se «*co-responsáveis da crise surgida — uma pesada situação económica, aumento do desemprego, etc., com poucas perspectivas [de que] o regime encontre soluções satisfatórias e uma saída para a crise existente*».

### III.3-2 — As seguintes independências e Angola

A melhoria das relações com a FRELIMO que se verificou na segunda metade de 1974, foi confirmada depois com a ajuda jugoslava<sup>996</sup> que lhe foi entregue antes da independência de Moçambique. Além dessa ajuda, neste período pós-25 Abril, os contactos frequentes, em Dar es Salam, da embaixada da Jugoslávia com seus dirigentes também atenuaram a quase ausência dessas relações desde 1971. Deste empenho diplomático e da citada ajuda militar resultou o convite do governo moçambicano para uma delegação jugoslava estar presente nas cerimónias da Independência (25/Jun.). Esta delegação,<sup>997</sup> chefiada por Stevan

<sup>996</sup> Esta ajuda militar ascendeu a cerca de 1,5 milhões de dólares.

<sup>997</sup> Entre os seus membros, encontravam-se ainda Milhan Komatina, secretário-adjunto no SFNE, Pero Laloitch, general e Micho Rakitch, presidente da ASPT da Bósnia e Hercegovina. Porém, o relatório principal desta delegação não foi encontrado nos acervos arquivísticos (AJ e ADMNE).

Doronheski, membro da Presidência da RSFJ, foi recebida por Samora Machel e teve encontros, em Lourenço Marques, com outras delegações estrangeiras, sendo de salientar a longa conversão com Agostinho Neto acerca da situação político-militar em Angola dias após a cimeira de Nakuru (15-21/Jun.).

Nas seguintes independências de Cabo Verde e de S.Tomé e Príncipe, a Jugoslávia não esteve entre os países presentes nas cerimónias ali realizadas, respectivamente, nos dias 5 e 12 de Julho. Sem embargo, atendendo às anteriores ligações com o PAIGC, pelo menos, nesta ausência, deveria haver uma justificação na documentação consultada, mas não foi encontrada. Porém, essas relações foram confirmadas pela visita a Belgrado (22/Out.), uma das primeiras viagens ao estrangeiro do primeiro-ministro cabo-verdiano, Pedro Pires.

A respeito do MPLA, que foi o movimento de libertação africano mais apoiado nesses anos setenta, viu esse apoio ainda mais reforçado nesses meses antes da independência.

### **Barcos jugoslavos em portos angolanos**

Segundo os noticiários (1/Mai.), como *«ontem, nas emissões do fim da tarde e, depois, durante toda a noite, a rádio local anunciou que nas águas territoriais angolanas, nas proximidades de Luanda foi impedido o desembarque dum carregamento de armas dum barco jugoslavo não identificado»*.<sup>998</sup> Assim começa este breve telex do embaixador Stoíakovitch para Belgrado que terminou com uma referência à imprensa desse dia que *«trazia essa notícia em lugares destacados das primeiras páginas, [...sendo] o armamento destinado ao MPLA»*, tendo sido a acção do impedimento do descarregamento desencadeada pelo Conselho da Defesa do Governo de Transição.

No dia seguinte (2/Maio), a mesma notícia foi enviada pelo embaixador, em Lusaca, para o SFNE com outras informações e comentários. Começando por comunicar que tinham contactado o representante do MPLA por esse motivo e *«apesar de terem salientado a urgência, não receberam qualquer resposta»*. Assim sendo, tinham *«a impressão que, além das dificuldades nas comunicações, a direcção do MPLA, em Luanda, deparando-se com sérios problemas, não se organizou para uma solução eficaz dessas questões»*.

Aliás, havia bastantes indicações de que, na capital zambiana, *«a representação do MPLA estava sob forte influência, para não dizer controlo, da embaixada soviética»*,<sup>999</sup> pelo que seria conveniente que *«algumas questões confidenciais e de natureza urgente com o MPLA»* se tentassem resolver através Brazavile ou da Tanzânia. Acrescentando que chamava

<sup>998</sup> (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>999</sup> *Ibid.*

«a atenção novamente para toda a complexidade da situação em Angola, que exigia uma subtil avaliação de cada nosso passo», considerou que, «talvez, o envio de três barcos, destinados ao MPLA, num relativo curto espaço de tempo, não era adequado a tal situação». Igualmente, devido a estes factos não se deveria excluir que fossem «objecto de comentários públicos em redor da situação em Angola». Quanto a Neto dava com a sua conduta pretexto — «(os zambianos diz[ia]m que se trata[va] de um agente da URSS, isso também me disse, uma noite, o embaixador chinês, [afirmando-lhe] que, na sua última visita a Lusaca, Neto passou horas na embaixada soviética, o que não se devia excluir)» — para que lhe colassem, «cada vez mais, nesses momentos decisivos, a etiqueta de pró-soviético».

Dias mais tarde (6/Mai.), em Brazavile, o embaixador Gavrilovitch falou com M. Lamvu, «(da segurança do MPLA e responsável pela informação e o trabalho com as massas)», que tinha chegado, nesse dia, de Luanda e, «por ordem de Neto, informou-nos acerca da situação do navio "Postojna"». <sup>1000</sup>

Este cargueiro tinha chegado a Luanda (23/Abr.), «mas o MPLA só soube da sua chegada no dia 29 desse mês, quando activou um grupo para o descarregamento». Desembarcaram, em primeiro lugar, 30 veículos com caixas de munições. Todavia, «os adversários aperceberam-se e imediatamente contactaram os responsáveis no Governo e exigiram a proibição do descarregamento». Precisamente, quando no barco restavam uns 7 veículos e a maior parte das munições e do fardamento. <sup>1001</sup>

A seguir, segundo este relato, esse grupo do MPLA dividiu-se, ficando «um no barco e o outro, mais pequeno, foi juntamente com os adversários até às autoridades competentes».

<sup>1000</sup> Citado cargueiro da marinha mercante jugoslava (lê-se *postojna*, topónimo esloveno).

<sup>1001</sup> Apesar desta referência numérica não ser uma informação pormenorizada acerca do tipo e quantidade do armamento desembarcado — a documentação principal acerca deste e doutros carregamentos deve encontrar-se no citado Arquivo Militar a que não tivemos acesso —, todavia, uma «Informação» do ADMNE (26/Ago./75) referiu: «foi enviada ajuda para o equipamento completo de uma unidade de 1000 combatentes, o qual era composto de armamento ligeiro automático (veículos, uniformes, sistema de comunicações, etc.). O carregamento militar foi enviado por meio do navio «Postojna» e a maior parte foi desembarcada em Luanda. Devido a dificuldades surgidas durante o seu desembarque, uma pequena parte foi descarregada no porto congolês de Pointe Noire e daí foi transportada para Angola», (ADMNE, F-226, Angola, 1975). Quanto à sua importância para a vitória do MPLA, em meados de Julho, na chamada «Batalha de Luanda» contra a FNLA, esta foi reconhecida, no ano seguinte, quando o «Postojna» voltou ao porto de Luanda (8/Out.) com uma carga semelhante. Então, segundo a embaixada jugoslava, por iniciativa do MPLA e do governo angolano, realizou-se uma cerimónia para comemorar este acontecimento («quando este barco, sob condições bastante difíceis, trouxe e descarregou equipamento militar para o MPLA como ajuda da ASPTJ»), estando presentes o ministro da Defesa Nacional, Iko Carreira, com seus ajudantes, o ministro das Finanças, Saidy Mingas, e altos funcionários partidários e estatais. «Num longo discurso, Carreira evocou a recordação do acontecimento, agradeceu aos povos da Jugoslávia e à tripulação a ajuda e a heroicidade, salientando que a Jugoslávia foi o único país que nunca hesitou, nem nos momentos mais difíceis do MPLA, a auxiliar o povo de Angola durante a sua longa luta de libertação». Sublinhou ainda que considerava os jugoslavos seus companheiros de luta e que a ajuda recebida e o «Postojna» entrariam na história da sua luta. (ADMNE, F-225, Angola, 1976).



Desta maneira, ganhara tempo para continuarem o descarregamento. Se, por seu lado, esse pequeno grupo discutia, o outro grupo continuou o seu trabalho e conseguiu desembarcar «os restantes sete veículos com parte das munições e de os transportar para uma base do MPLA». Nesse momento, chegaram «ao porto os representantes dos órgãos competentes que ordenaram a suspensão do descarregamento. A isso, o MPLA respondeu que não tinha necessidade de descarregar as munições, mas somente o fardamento» e assim, supostamente, enganaram esses representantes, pois estes ainda autorizaram descarregar o fardamento. Durante essa descarga, conseguiram descarregar, mesmo assim, uma parte das munições pelo que, no barco, só «ficou por descarregar mais de ¼ do número total de caixas de munições».

Nessa altura, estando proibido a importação de armamento e tendo em conta que qualquer material militar podia ser apreendido até à data da Independência, o Birô Político do MPLA (30/Abr.) entregou uma declaração ao Governo de Transição em que «o MPLA recusava a descarga do barco que lhe foi enviado e exigia que o seu comandante fizesse sair imediatamente o barco das águas territoriais de Angola». O objectivo dessa declaração foi de impedir que o Governo de Transição apreendesse a restante parte da carga ou que os outros movimentos se apoderassem do material, assegurando desta forma que o barco pudesse navegar sem obstáculos.

Depois, os membros da BP do MPLA contactaram o comandante do barco e chamaram-lhe a atenção para contornar a zona das águas territoriais zairenses e navegasse até Pointe Noire e ali contactar a mesma companhia de navegação<sup>1002</sup> e descarregar o restante material.

Esta era a situação em 2 de Maio, quando Lamvu deixou Luanda e, segundo o diplomata jugoslavo, «estava seguro que o nosso barco navegou de Luanda e previam a sua chegada a Pointe Noire entre 10 e 12 de Maio. A nosso pedido, ia confirmar». O seu interlocutor angolano disse-lhe que «um jornalista propagou a notícia (publicada no «Le Monde» de 3 de Maio), baseada na proibição do governo e da declaração do MPLA, não conhecendo os detalhes». Acrescentou que «junto dos congolezes ainda não conseguiram assegurar vagões para o transporte do equipamento que chegou nos nossos aviões». Além disso, estava, em Brazaville, para conseguir a autorização para o descarregamento do material no «Postojna» em Pointe Noire. Igualmente, através dele, Agostinho Neto «agradeceu aos órgãos competentes na Jugoslávia e às embaixadas por tudo o que fizeram e enviará um agradecimento especial ao nosso governo».

---

<sup>1002</sup> Referia-se, possivelmente, a uma agência da companhia que, em Luanda, tratou da sua ancoragem.

Num comentário final, o embaixador Gavrilovitch achou que *«apesar dos nossos avisos quanto à necessidade de segurança máxima e de organização dum descarregamento rápido, assim como das suas repetidas garantias que tudo estava assegurado, o MPLA não mostrou a vigilância suficiente, tanto mais que começaram os confrontos com a FNLA»*. Ademais, eles próprios reconheceram isso *«como também as suas possíveis consequências, fazendo que, pessoalmente, Neto tenha considerado necessário nos informar»*.

Uma semana depois (12/Mai.), voltou a comunicar ao SFNE de que tinham intervindo com o representante do MPLA junto *«das autoridades competentes para o descarregamento mais urgente possível do "Postojna" e do "Jadro"<sup>1003</sup> em Pointe Noire»*. Nesse dia, o comandante do citado *«Jadro»* informou-o acerca das grandes dificuldades para a descarga. Assim, se *«o material do "Postojna" foi descarregado no sábado [10/Mai.] e, a saber, pela nossa tripulação, ao passo que com o "Jadro", a descarga»* deveria começar só nesses dias. Apesar da autorização dada, *«os congolenses, ou seja, o exército não ajudou»*, acrescentando que *«o MPLA foi muito ineficaz e lento, não organizou a recepção, nem a descarga do material»*. Por isso, nesse dia, *«iam intervir novamente junto duns e doutros»*.

Após uma dezena de dias (15/Mai.), relatou que tinha falado com o comandante Gika,<sup>1004</sup> (comissário político, membro do Estado-Maior e do CC MPLA), que tinha chegado, nesse dia, de Luanda para tratar do carregamento do mencionado material, em Pointe Noire, num barco alugado. Igualmente, tentava conseguir *«dos congolezes um vagão para o transporte de Brazavile das restantes 13 toneladas da ajuda jugoslava»*.<sup>1005</sup>

Na presença de Lamvu, confirmou as suas informações já citadas, tendo esta verificação, segundo o embaixador Gavrilovitch, sido necessária porque, nessa altura, pelo representante do MPLA, na capital congoleza, tinham sido informados do contrário, que se tratava de invenções etc. Todavia, acrescentou que *«novamente, mostraram sérias faltas em redor da*

<sup>1003</sup> Lê-se *«jadro»* e significa vela. Não foi encontrada qualquer referência à sua carga, ou seja, ao tipo e quantidade do armamento entregue ao MPLA.

<sup>1004</sup> Gilberto Teixeira da Silva (Benguela, 1942-Cabinda, 1975), estudante da Universidade de Coimbra (1960-62), morreu, dias depois (2/Jun.), em combate contra a FNLA.

<sup>1005</sup> (ADMNE, F-226, Angola, 1975). Igualmente, um pedido (armamento e equipamento) com esta data, com um anexo, assinados, respectivamente, por Agostinho Neto e Xietu (chefe do Estado-Maior das FAPLA) foi entregue (possivelmente) nessa mesma embaixada nos dias seguintes. Nesse anexo, uma lista pormenorizada desde as armas (tipo e quantidade de armas ligeiras, morteiros, canhões, munições) e uniformes militares (1200) até aos veículos (26 jipes e camiões), aviões (4 para transporte de tropas e material) e alimentos (20 toneladas de conservas). Este pedido foi feito para armar e equipar *«um batalhão especial de ataque (intervenção)»* e, segundo o texto traduzido em sérvio-croata (sem o original), correspondia às *«Necessidades das FAPLA // Período: Junho-Novembro»*, (AJ, 142, 011, Angola, 1973-76).

*recepção da nossa ajuda em Luanda e Pointe Noire, e na necessidade duma informação mais objectiva, o que, nos últimos tempos, da parte deles faltou e deixou a impressão duma justificação de negligência». Referiu, como exemplo, «a irresponsável transmissão da resposta de Luanda no caso acerca da chegada de [Spartacus] Monimambo» para partir para Belgrado.*

Seguidamente, o seu interlocutor angolano disse-lhe que *«a situação, em Luanda, era no momento calma, enquanto no Sul do país havia confrontos entre unidades da FNLA e do MPLA. As forças reaccionárias (FNLA e no exército português) continuam a procurar criar uma situação confusa, até provocar a intervenção externa (Zaire, ONU) e com a ajuda de factores externos tomar o poder». O Governo de Transição — «(em certos ministros, os círculos reaccionários exerciam uma forte influência)» — era impotente para actuar eficazmente. A respeito da posição da UNITA, era uma «certa linha média entre a FNLA e o MPLA». Também, «em Luanda, o ministro dos Negócios Estrangeiros português trabalha[va] para um novo encontro dos líderes dos três movimentos de libertação. Supostamente, Holden estava de acordo e o encontro poderia realizar-se em breve».*<sup>1006</sup>

Após dois dias (17/Mai.), mais uma vez, o embaixador Gavrilovitch confirmou para o SFNE as informações enviadas acerca do «*Postojna*», mencionando que *«do comandante do barco se devia pedir o relatório»*.<sup>1007</sup> Contudo, enviou depois (26/Mai.) a pedido do «*secretário da representação do MPLA em Brazavile, [nessa altura, ali] o único presente*» uma mensagem para *«informar [...] Luanda»* de que, apesar da promessa, *«os congolenses ainda não tinham colocado à disposição o vagão para o transporte da parte restante da nossa ajuda de Brazavile para Pointe Noire»*.<sup>1008</sup> Porém, *«a maior parte do material descarregado do "Postojna" e do "Jadro" já [tinha sido] transportado de Pointe Noire para Angola»*.<sup>1009</sup>

A respeito das reacções a estes barcos jugoslavos, num comunicado da FNLA, publicado em Kinchassa (6/Maio), dizia-se que, até no momento, quando a imprensa jugoslava

<sup>1006</sup> A Cimeira de Nakuru (Quénia) realizou-se de 16 a 21 de Junho e os líderes dos três movimentos reafirmaram o cumprimento do Acordo de Alvor e decidiram apoiar o Governo de Transição nessa tarefa.

<sup>1007</sup> Embora não fosse encontrado na documentação consultada, pode-se prever que se encontre no Arquivo Militar. Todavia, com foi referido, segundo a legislação em vigor, o prazo de 50 anos para o acesso a estes documentos pode ter impedido essa pesquisa.

<sup>1008</sup> Além disso, referiu que a embaixada soviética se interessou *«pelo conteúdo da nossa ajuda e ofereceu-se para intervir junto dos congolenses para pedir esse transporte, mas que ele recusou»*. Acrescentou que *«novamente, iremos intervir [...] porque trata-se do nosso material que continua no armazém»*.

<sup>1009</sup> (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

reproduzia «o longo trabalho árduo do almirante R. Coutinho,<sup>1010</sup> que acusava a FNLA de que era, em Angola, somente o suporte dos fins agressivos do Zaire»,<sup>1011</sup> o Governo de Transição de Angola proibiu o descarregamento, em Luanda, de um barco jugoslavo que transportava «armamento pesado destinado ao MPLA e reenviou-o para o porto de partida».

O mesmo comunicado condenou essa «tentativa externa de salvar militarmente um movimento que perdia, perante o povo, a luta política» e que, reconhecia, não controlava mais do que a parte dos seus grupos armados na capital — o que estava «em total oposição aos princípios do não-alinhamento e ao direito dos povos de dispor de si mesmos como "declara[va]m as autoridades de Belgrado"».

No fim, a FNLA declarava «solenemente que não ia ficar de braços cruzados no caso duma nova ingerência nos assuntos internos angolanos e que isso (ingerência)», sejam quais pudessem vir a ser os autores, receberiam a resposta que mereciam.

A embaixada jugoslava na capital zairense informou ainda que esse comunicado «incluiu o Zaire nestes acontecimentos e procura[va] influenciar negativamente nas relações jugoslavo-zairenses e, em particular, desacreditar a Jugoslávia» como país que pregava certos princípios e na prática fazia o contrário. Sem embargo, até esse momento, os zairenses não tinham pedido explicações quanto a este acontecimento.

Considerando que iam ter bastantes dificuldades, tendo em conta que «Angola tinha um significado de primeira ordem na política do Zaire», que não era menor entre o corpo diplomático ali acreditado, iam seguir as instruções recebidas e agradeciam ao SFNE «caso tiverem novas sugestões». Porém, até então, os zairenses não tinham pedido explicações em relação a este acontecimento.

Entre outras referências acerca do «recente incidente do barco jugoslavo "Postojna"», enviadas para Belgrado, houve desde uma alusão de um diplomata da embaixada dos EUA,<sup>1012</sup> em Dar es Salam, às reacções dos meios de informação de alguns países africanos,

---

<sup>1010</sup> Referência à sua entrevista, publicada (29/Abr.) nos jornais *Politika* e *Borba*. Como, nesses diários belgradenses, «não se mencionou sob qualquer forma o Zaire e os seus fins em Angola», perguntavam se houve algum outro jornal jugoslavo que publicou essa sua afirmação.

<sup>1011</sup> *Ibid.*

<sup>1012</sup> Numa conversação (9/Mai.), disse ao seu interlocutor jugoslavo que «acerca da situação angolana tinham conversado com Nyerere e expuseram-lhe a sua posição e a decisão de fazer tudo para impedir a guerra civil em Angola». Decisivamente, eram contra «o armamento dos movimentos e apelavam para todos os países interessados para absterem-se disso». Explicou esta posição a respeito de Angola «no contexto das actividades da política externa dos EUA, após a derrota no Camboja e Vietname do Sul», mencionando que «"a América estava farta de guerras" pelo mundo e, muito menos, deseja[va] uma guerra em Angola e o agravamento da situação na África Austral através de conflitos raciais, ideológicos ou económicos». Contudo, declarou ainda: o «perigo de guerra civil iminente» era devido aos interesses inconciliáveis da FNLA e do MPLA, mas sabiam

assim como foi mencionado, em Angola, pelo Alto-Comissário, general Silva Cardoso,<sup>1013</sup> numa entrevista que concedeu, nos primeiros dias de Junho, ao jornalista Djuka Iulius do diário «*Politika*» de Belgrado.

Outras dificuldades surgiram no porto do Lobito com «*o descarregamento da ajuda humanitária do barco "Kostas Methenitis" <sup>1014</sup> que [ali] chegou, em 30 de Maio*». Nos telexes com pedidos urgentes para o MPLA do SFNE (5/Jun.), entregues através das embaixadas em Brazavile e Dar es Salam, salientou-se que esse «*descarregamento dever[ia] ser efectuado até 11 de Junho, senão os custos com o barco [seriam] mais elevados, cerca de 16 000 dólares, pelos quais a ASPTJ [seria] obrigada a diminuir a ajuda financeira planeada para o MPLA*». Depois, na documentação consultada, há só um telegrama para as mesmas embaixadas (17/Jul.<sup>1015</sup>) para comunicarem ao MPLA que o citado barco se encontrava «*no cais do porto do Lobito*», desde a referida data, salientando que «*pelo perigo de caducarem o prazo de duração dum parte dos produtos, ou de se estragarem, era preciso que o barco fosse descarregado quanto antes*».

### **Uma proposta para a exploração de minério de ferro**

Segundo a embaixada em Bona (12/Mai.), «*a firma Krupp, partindo da nossa cooperação bem-sucedida até [então], dirigiu-se a nós com a proposta para a participação da*

---

*«do papel de Mobutu — que não aprova[va]m nem aceita[va]m apesar dos boatos de que era uma carta pró-americanas»; a UNITA era o movimento mais influente em Angola e «gozava do maior apoio tanto da população negra como branca», bem como «Savimbi convinha-lhes mais devido às suas posições moderadas»; a menor influência tinha o MPLA e que «as informações sobre a enorme popularidade do MPLA [...] estavam erradas». Todavia, os EUA não estavam ligados directamente «a nenhum dos movimentos e estavam dispostos a ajudar cada um dos movimentos, incluindo também o do Dr. Neto, o que permitiria e asseguraria a posse pacífica do Poder em Angola e que prometeria a estabilidade do regime no período pós-independência». Depois (14/Mai.), o SFNE enviou um resumo destas afirmações para 14 embaixadas em países africanos, Portugal e EUA com o seguinte pedido: «Por favor, acompanhem e informem». (ADMNE, F-226, Angola, 1975).*

<sup>1013</sup> Para terminar esta sua longa entrevista, concluiu, «*a Jugoslávia deveria avaliar se naquela fase continuava a enviar armas para o MPLA, embora compreendia que, enquanto a FNLA recebesse armamento de outros, a Jugoslávia não podia deixar o MPLA abandonado e sem ajuda eficaz*», (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>1014</sup> Este cargueiro grego transportava «*190 toneladas de diversos alimentos*».

<sup>1015</sup> Apesar de outro documento posterior confirmar esta data, não foram encontradas outras informações acerca da data deste descarregamento, (ADMNE, F-226, Angola, 1975). O documento citado é da embaixada jugoslava em Lusaca, enviado para o SFNE (24/Jun.), e transmitiu a proposta da representante do MPLA, Olga Lima, para que este barco, «*caso fosse possível*», partisse do Lobito para Luanda, onde tinham maiores possibilidades para um rápido descarregamento, pedindo ainda que todos os futuros carregamentos marítimos fossem enviados através de Luanda.

*Jugoslávia num empreendimento triangular para a exploração de minério de ferro em Angola*». <sup>1016</sup>

Em relação a este projecto, receberam uma informação acerca dos resultados de uma última fase das pesquisas, que mostraram que «*as reservas no espaço pesquisado foram avaliadas em 376 milhões de toneladas*», o jazigo prometia a possibilidade da sua exploração a céu aberto e apresentava outros indicadores favoráveis (66% de ferro através da separação magnética e reservas suficientes para a flutuação do minério durante 24 anos).

Do mesmo modo, tanto a empresa alemã-ocidental como o novo presidente da companhia mineira angolana «*considerariam positivamente a participação da Jugoslávia, Grã-Bretanha e França*», sendo até a participação jugoslava no projecto saudada, «*em particular, não só pelo novo poder angolano, mas também pelo governo em Lisboa*». Outra informação dizia respeito aos contactos existentes entre a Krupp e duas empresas jugoslavas.

Recomendando, por fim, que esse projecto fosse estudado nos lugares competentes para poderem dar uma resposta à proposta apresentada e prepararem-se com vista a uma análise conjunta da questão financeira e outras modalidades do projecto com órgãos da RFA. Todavia, em 1976, esse projecto, tratava do «*Cassinga II*», voltou a ser referido, desta vez pela embaixada em Luanda, porque a companhia alemã-ocidental continuava nele interessado, até mesmo numa parceria empresarial semelhante. <sup>1017</sup>

Embora propostas semelhantes ou outros factos económicos não sejam numerosos no acervo arquivístico consultado, este caso indicia contactos e uma atenção particular pelas futuras relações económicas com Angola por parte de um país, membro da OTAN, que, conforme já foi dito, através da Jugoslávia, procurou não só salvaguardar, mas igualmente obter novas posições político-económicas nesse próximo país independente.

### **Acontecimentos em Angola**

Numa conversação <sup>1018</sup> entre Stoíakovitch e Jorge Campinos (15/Mai.), o secretário de Estado do MNE colocou, no centro das suas preocupações e actividades políticas, os últimos acontecimentos em Angola. Estava «*muito preocupado com a sua evolução*» e, diariamente, estavam «*em contacto com o ministro dos Estrangeiros major Antunes que, em Luanda, tentava convencer os três movimentos a uma reunião*» devido aos confrontos que se tornavam

<sup>1016</sup> (ADMNE, F-226, Angola, 1975). Como foi mencionado, antes do 25 de Abril, a representação do MPLA, em Belgrado, já tinha sido contactada pelo PSD da RFA para receber, através da Jugoslávia, ajuda material.

<sup>1017</sup> (ADMNE, F-225, Angola, 1976).

<sup>1018</sup> (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

cada vez mais dramáticos. Ademais, «*o problema ultrapassava as possibilidades portuguesas*». A seguir, disse ao embaixador jugoslavo que ia propor a apresentação de um pedido de ajuda à Jugoslávia, ou seja, pensava acerca de um eventual encontro de Antunes com Minitich.

Porque «*tinham em consideração as boas relações [da Jugoslávia] com os movimentos de libertação e, em particular, com os estados progressistas africanos*», pediu compreensão para esse possível pedido porque «*a continuação do agravamento da situação em Angola ameaçava seriamente também a própria evolução progressista de Portugal*».

### **Uma entrevista com Melo Antunes (recém-chegado de Angola)**

A caminho de Luanda, em Lisboa, o jornalista Djuka Iulius voltou a entrevistar Melo Antunes,<sup>1019</sup> logo após o seu regresso de Angola (18/Mai.), e a resposta à sua primeira pergunta foi que «*a situação em Angola, sobretudo em Luanda, era mais calma, mas longe da estabilidade*». A seguir aos recentes incidentes e confrontos, chegou-se a um certo apaziguamento, mas queriam «*consolidar a situação, como condição prévia para a conclusão da descolonização e a passagem à independência*».

Estimou que «*a essência dos confrontos estava nos esforços do MPLA e da FNLA por assegurar, ainda antes da independência, a dominação e o poder em Angola*». Porém, um tal estado era ideal para provocações de terceiros e tinham dados de que «*alguns dos recentes confrontos foram provocados por mercenários da África do Sul, Rodésia e Zaire*». Quanto ao seu objectivo, além do citado apaziguamento, foi de confirmar com os representantes dos três movimentos se o Acordo de Alvor continuava a ser a base da transição para a independência, ou era preciso modificá-lo.

Seguidamente a diversas conversações separadas com os representantes dos três movimentos, como em conjunto, «*foi confirmado que o Acordo de Alvor era a única base realista para essa transição e, apesar da grande tensão entre o MPLA e a FNLA, nenhum dos movimentos exigiu a revisão do acordo*» (foi mencionado somente a necessidade de algumas emendas posteriores). Do mesmo modo, todos os movimentos desejaram evitar outros confrontos armados e consolidar a suspensão das hostilidades. Concordaram para começar que Luanda se neutralizasse militarmente, retirando-se gradualmente as formações armadas dos movimentos, excepto os contingentes que seriam integrados nas futuras forças armadas nacionais.

Assim, até ao fim de Maio, talvez teria lugar um encontro de Neto, Savimbi e Holden, e depois todos os três com representantes portugueses, sendo o assunto das conversações o

<sup>1019</sup> *Ibid.* Este texto, sem as perguntas do jornalista, foi enviado pela embaixada jugoslava em Portugal para o SFNE.

Acordo de Alvor e a sua vigência nesse período até à Independência. Segundo Melo Antunes, *«pessoalmente, espera[va] que o encontro tripartido [daria] alguns frutos o que facilitaria a consolidação da situação»*. Parecia que os três movimentos compreenderam, acrescentou, que as circunstâncias objectivas exigiam que dessem um passo no sentido de evitarem confrontos armados e complicações no processo da independência.

Reafirmou que *«para Portugal, o MPLA continua a ser o parceiro político mais próximo, [sendo] a sua linha geral e esforços próximos do MFA. Compreendiam e apoiavam a orientação socialista do MPLA e o seu rumo para o não-alinhamento de Angola»*. No entanto, o MPLA cometeu uma série de erros políticos que, nessa altura, pagava. Conforme o relato do jornalista jugoslavo, *«Antunes disse isso a Neto, que aceitou parcialmente as observações»*. Com efeito, o MPLA pensava ao mesmo tempo na transição para a independência e no começo da revolução socialista em Angola, o que não correspondia à relação de forças e à situação objectiva. *«O Acordo de Alvor significou uma certa renúncia para o MPLA porque foi obrigado a aceitar a paridade tripartida ao contrário da avaliação de que eram o movimento mais influente»*, a partir da qual surgiu a acção do Poder Popular (em Luanda e no interior começaram com a formação de órgãos do novo poder, amplo armamento do povo, não tendo sempre em conta a quem davam as armas). Isso se pagou rapidamente, provocando confrontos e tensões, sendo o MPLA acusado de propagar a anarquia e que, não esperando as eleições, pela força queria tomar o poder. Além disso, *«uma tal política do MPLA dificultou a aproximação com a UNITA, que se tornou desconfiada e paralelamente estabeleceu certos contactos com a FNLA»*.

Nessa altura, Portugal tentava aproximar, novamente, o MPLA e a UNITA porque *«somente uma tal aliança política podia isolar a FNLA pró-ocidental e assegurar uma transição pacífica para a independência»*. Isso fazia-se muito discretamente, *«pois a FNLA já desconfiava de que a política portuguesa aspirava à criação de uma aliança Neto-Savimbi e a sua eliminação. Caso, antes do tempo, sentir a aproximação e o pacto entre os outros dois movimentos, Holden lançaria a FNLA numa nova acção armada, até sob condição da divisão de Angola, baseando-se na «superioridade militar, o dinheiro americano e nos instrutores chineses»*.

Na sua presença, *«realizaram-se conversações entre Neto e Savimbi, que não tiveram um sucesso final, mas seguramente marcaram um novo começo de aproximação»*. Teve a impressão de que Neto e Savimbi sentiram *«a necessidade e as possibilidades de uma cooperação estreita como da criação de bases para uma duradoura aliança política»*. Contudo, *«era preciso ainda muita paciência e realismo»* para se conseguir essa aproximação e torná-la



um quadro fiável para essa aliança política, *«cujo objectivo ser[ia] o isolamento da FNLA como condição prévia para a independência, o não-alinhamento e um desenvolvimento interno progressista»*.

Nos últimos meses, a tática de Savimbi foi hábil e aumentou considerável o prestígio e a influência política da UNITA. Numa situação de confrontos armados MPLA-FNLA, *«Savimbi e a UNITA acabaram por ser uma força sensata (a única que não efectuava acções armadas, garantia uma evolução pacífica e a segurança dos colonos brancos)»*. Nessa altura, Savimbi era a figura chave da situação angolana e, também, foi ajudado *«porque a UNITA apresentava-se com uma orientação socialista (Antunes considerou isso como uma jogada tática)»*. Além disso, nos últimos tempos, ele tinha um apoio bastante claro de alguns países e líderes africanos (Kaunda e Nyerere), que o estimavam capaz de poder jogar um decisivo papel positivo na consolidação em Angola.

Quanto ao MPLA, que era *«o maior movimento político, com um amplo apoio de massas (numa base de clara orientação socialista e duma verdadeira aspiração de independência)»*, Melo Antunes acrescentou que deviam compreender que *«não tinham necessidade de se apressar, que o tempo trabalhava para eles e que a aliança com Savimbi era condição prévia para se isolar a FNLA e as influências externas, evitar a guerra civil e as secessões, assegurar a transição para a independência e encontrar uma solução política que, a longo prazo, desse possibilidades ao MPLA para se tornar a força política dominante»*. Por isso, a continuação da política do poder popular e do início da revolução socialista significava empurrar a UNITA e Savimbi para os braços da FNLA e acabar com essas possibilidades.

Ademais, como suspeitava da acção política portuguesa e do começo da aproximação MPLA-UNITA, a FNLA tentava ganhar cada vez mais Savimbi para a sua causa e assim alcançar a superioridade político-militar.

Referiu, a seguir, que *«tinham informações de que, num certo sentido, a posição do Zaire mudava em relação à FNLA e que Mobutu lhe retirava um pouco o apoio»*. Supostamente, Mobutu fazia isso sob a pressão dos líderes africanos, mas com a condição de Kaunda e Nyerere retirarem o apoio a Neto e ajudarem mais Savimbi. Porém, faltava confirmar *«tal mudança porque a política de Mobutu e o seu apoio à FNLA, com a aprovação americana, tinham sido uma das principais fontes dos confrontos, a principal forma da ingerência externa»*.

O problema mais difícil era que, além dos confrontos do MPLA e a FNLA, a situação económica se agravou de repente e perigosamente. *«Os recentes incidentes e provocações racistas provocaram agitação entre a população branca, começando um "verdadeiro êxodo"»*

*de Angola*» que, caso continuar com a fuga de capitais, dentro em breve, Angola poderia ficar paralisada e teria consequências incalculáveis para o processo da independência. Concluiu que, enquanto não voltar a paz e se recuperar novamente a confiança, seria difícil deter a emigração e reviver a economia.

A respeito da emigração (principalmente para Portugal), Melo Antunes salientou os novos problemas políticos que criou para o MFA, perturbando ainda mais o clima de apoio à descolonização no próprio Portugal e até no seio do MFA. «*Os retornados, cheios de rancor, altera[ra]m a situação política e cria[ra]m também novos problemas económicos*». Igualmente, procurava que o MFA e o governo compreendessem a importância da ligação dum final positivo da descolonização de Angola e o desenvolvimento do processo revolucionário em Portugal, apresentando até propostas para a sua concretização.<sup>1020</sup>

Terminou esta longa entrevista,<sup>1021</sup> agradecendo a compreensão da Jugoslávia a respeito desses esforços em Angola e por pedir também o seu apoio «*na seguinte fase que era muito complicada e cheia de perigos*». Sabiam que a Jugoslávia os podia ajudar, «*sobretudo, com a sua autoridade e reputação no mundo africano e entre os movimentos de libertação*». Confiavam, acrescentou, que compreendiam os seus esforços, em particular, porque — quanto à simpatia pelo MPLA — se encontravam do mesmo lado e desejavam manter contactos constantes com a Jugoslávia acerca da evolução da situação em Angola.

Especialmente, pediu, caso pudessem, para «*influenciarem Neto e o MPLA no sentido de uma atitude mais realista, de acordo com a situação objectiva e as condições internacionais*». Concretamente, encorajarem Neto — caso partilhassem a sua avaliação — a uma aproximação com Savimbi e a encontrarem o quadro e as bases de um acordo político e de uma aliança a médio prazo. Na etapa existente, «*esta era a única saída prudente, porque a continuação da política do MPLA (reforço das posições militares, introdução do poder popular e o início da revolução socialista) somente ia a favor da FNLA e das potências que a apoia-*

---

<sup>1020</sup> «*Estavam prontos, caso fosse preciso, para defender pela força das armas o Acordo de Alvor porque não podiam fugir da responsabilidade histórica, devendo assumir toda a responsabilidade e riscos em assegurar uma passagem pacífica para a independência de Angola. Por isso, era preciso rejeitar a opinião que existia no MFA, incluindo no seu topo, de que Portugal podia manter-se neutral e retirar-se simplesmente, apresentando os acontecimentos em Angola como uma coisa dos africanos e da África. Nesse momento, o MFA e as autoridades militares em Angola deviam actuar urgentemente na neutralização militar de Luanda como na criação de forças armadas mistas (exército nacional) e, caso necessário, com oficiais portugueses e sob o comando português*».

<sup>1021</sup> Todavia, não há qualquer referência à sua duração, idioma ou idiomas, local e se esta entrevista foi ou não gravada.

vam». Sabia, ainda, dos contactos iniciais jugoslavos com Savimbi e considerou-os vantajosos.

### **Entrevista em Luanda (general Silva Cardoso)**

Em Luanda<sup>1022</sup>, o correspondente do diário «Politika» na RFA, Djuka Iulius, entrevistou «o general Silva Cardoso, Alto-Comissário português em Angola, em três longas conversações, que foram fruto da carta de recomendação» de Melo Antunes, sobre a situação em Angola e que dividiu em cinco partes (a situação actual, os três movimentos e o MFA, os EUA e a FNLA, a próxima Cimeira em Nakuru e o importante papel da Jugoslávia).

1.) Atendendo a que o perigo da guerra civil ameaçava Angola por causa do agravamento dos confrontos armados entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, o principal objectivo da política portuguesa era o de evitar o alastramento desses confrontos e de actuar no sentido dum entendimento entre os três movimentos para que se cumprisse o Acordo de Alvor. Daí, impunha-se «a necessidade de Portugal conduzir uma estrita política de "activa neutralidade", ou seja, a equidistância em relação ao MPLA, FNLA e UNITA». Caso contrário, nesta fase, «qualquer tentativa de Portugal de se colocar do lado de um movimento conduzi[ri]a directamente à guerra civil e abri[ri]a totalmente a porta para a intervenção estrangeira».<sup>1023</sup>

Salientou, depois, que «não havia qualquer diferença entre a política do MFA, em Lisboa, e a do MFA, em Angola», actuando ele sob as estritas instruções do Conselho da Revolução e do próprio presidente Costa Gomes, com quem estava diariamente em contacto directo. Além disso, todos os dias, efectuava «reuniões com a Comissão Coordenadora do MFA de Angola, pelo que a sua política tinha o apoio total e a aprovação do MFA em Lisboa e Luanda».

2.) Começando por afirmar que existia um equilíbrio político-militar entre os três movimentos, o qual permitiu o Acordo de Alvor — de outro modo, não teria havido qualquer compromisso, porque o mais forte não o teria aceite —, fez uma descrição pormenorizada

---

<sup>1022</sup> Este telex foi enviado pela embaixada em Bona para o SFNE (10/Jun.), não havendo qualquer referência à data da sua estadia em Angola (ADMNE, F-226, Angola, 1975). Sobre este período e seguinte do seu mandato de Alto-Comissário (Jan.-Ago./75), Cf.: Estudos Gerais da Arrábida (Jul./1997), *A Descolonização Portuguesa (Angola)*, Depoimentos do general António Silva Cardoso, brigadeiro Heitor Almendra e General António Gonçalves Ribeiro. [«Estudos Gerais da Arrábida - A Descolonização Portuguesa - angola\_1997\_07\_31.pdf:»], consultado em Dezembro de 2016.

<sup>1023</sup> Por isso, «não havia alternativa para o Acordo de Alvor que, na verdade, era fruto de concessões e compromissos, mas era a única base real para a transição para a independência e a manutenção do prazo para a proclamação da independência de Angola (11 de Novembro)».

das forças armadas (efectivos, armamento, apoios externos, organização, etc.) da FNLA,<sup>1024</sup> do MPLA<sup>1025</sup> e da UNITA<sup>1026</sup> que completou com a política do MFA, a partir do «*almirante Rosa Coutinho, enquanto foi Alto-Comissário em Angola*», quanto ao MPLA.

Relativamente à política de Rosa Coutinho, Silva Cardoso declarou que o seu objectivo foi de permitir, em princípio, o reforço do MPLA, porque este estava enfraquecido pela guerra e pelos ataques constantes de Spínola, cujo plano foi, de acordo com o Zaire, conduzir de surpresa a FLNA ao poder em Angola. «*Tal política foi correcta para a fase antes do Acordo do Alvor, porque sem ela tal acordo nem teria havido. O MPLA podia aceitar um*

---

<sup>1024</sup> Tinha, «*incontestavelmente, a ajuda e o apoio do Zaire bem como dos EUA, embora deste fosse difícil de provar. Pelo contrário, havia uma clara ajuda militar da RP da China, mas também da Roménia que se via pelos fornecimentos de armas e equipamentos, assim como pelos instrutores chineses nos campos de instrução da FNLA no Zaire*». Calculava-se que tivesse, então, «*cerca de 25 000 homens muito bem armados e mais cerca de 5 000 em preparação e instrução militar*». Sem dúvida, pelos efectivos e armamento, era o mais forte dos três movimentos, «*mas extremamente fraco politicamente e pela sua organização*». Controlava o norte do país, toda a fronteira com o Zaire, o que facilitava as suas operações, a entrada de tropas e armas em Angola etc. Porém, a sua «*penetração política era fraca nas restantes regiões da Angola*» e, por isso, impedia a dos outros movimentos, sobretudo do MPLA, na sua zona no norte angolano e colocava «*tudo na sua supremacia militar, não obstante [fosse] problemática porque o moral do MPLA [era] melhor de longe*». Concluiu, depois, que a FNLA era «*o maior perigo para a paz e a independência de Angola, porque esta[va] ligada estreitamente a interesses estrangeiros que não pensa[va]m bem nem de Angola, nem do MFA em Portugal*». Precisamente, por essa razão, a política de Portugal deveria de ser «*pela aproximação entre o MPLA e a UNITA para se isolar politicamente a FNLA*», o que estava facilitado pelo facto de que «*Holden Roberto não ousa[va] entrar em Angola e isso muito o prejudica[va] entre as massas*».

<sup>1025</sup> Conseguiu «*estabelecer o equilíbrio militar com a FNLA, sobretudo pela qualidade das suas unidades e organização, se não também em números de efectivos, porque, as forças do MPLA estima[va]m-se em cerca de 18 000 combatentes bem armados, os quais tinham atrás de si uma excelente organização maciça, melhor do que qualquer outra que tinham os outros movimentos*». O MPLA tinha mais homens do que armas, conquanto, nos últimos meses, começou a completar e reforçar as suas unidades «*com o armamento que recebeu dos seus amigos, tanto através da Zâmbia como por barcos*». Dominava completamente Luanda e arredores, mais uma parte da zona central, no leste angolano, apesar que ali a cisão de Chipenda o tivesse enfraquecido um pouco, e em Cabinda. «*O MPLA penetrou ainda nas cidades em regiões sob a influência da FNLA e da UNITA. Em qualquer caso, era o único movimento que [tinha] influência em toda Angola e não se apoia[va] numa ou duas tribos*».

<sup>1026</sup> Era «*dos três movimentos, o mais fraco militarmente, mas que também ele aproveitou os últimos meses para melhorar, armar-se e completar as suas unidades. Apesar de a UNITA afirmar que tinha o mesmo número de combatentes como a FNLA e o MPLA, calculava-se que tivesse no máximo uns 10 000 homens e esses predominantemente mal treinados e inexperientes*». Na verdade, recebia ainda armamento do exterior, principalmente através da Zâmbia, bem como algum pelo mar ou até por meio da República Sul-Africana. «*Isso era financiado, principalmente, pelos países europeus ocidentais*». A UNITA tinha o controlo sobre o Sul de Angola, desde Nova Lisboa para o Sul. Todavia, encontrava-se «*numa rápida ascensão, porque aproveitava[va] habilmente os confrontos e as discussões entre a FNLA e o MPLA para tornar-se e apresentar-se como uma força pela conciliação e pela mediação da razão e moderação*». Depois, Silva Cardoso afirmou ainda que «*naturalmente, a UNITA teve sempre boas relações com Portugal e aqui não havia nada a esconder. Ele próprio participou nos primeiros passos antes do aparecimento e criação da UNITA, na qual, os poderes coloniais portugueses viram sempre como um movimento cujo fim era de impedir a penetração do MPLA no Sul de Angola. Durante o tempo de Rosa Coutinho, a UNITA considerou que a política do MFA era contra ela*», mas, nessa altura, as relações normalizaram-se e colaborava com os poderes portugueses em Angola. Contudo, era errado concluir que o MFA jogava «*na carta da UNITA, porque ela esta[va] mais distante dos seus objectivos do que o MPLA*». Sem embargo, devia-se saber que a UNITA era, sem dúvida, «*uma força nacionalista que deseja[va] a independência e o não-alinhamento de Angola, pelo que a aliança — pelo menos durante um certo tempo, entre o MPLA e a UNITA — era possível e natural, pelo que Portugal procura[va] actuar nesse sentido*».

*compromisso somente quando tivesse recuperado e fortalecido*». Todavia, nessa altura, tal política era arriscada e aventureira, porque *«um apoio aberto do MFA às unidades, organizações e direcção do MPLA conduziria à guerra civil e obrigaria a FNLA e a UNITA a uma aliança no sentido de "parar os comunistas"»*.

Não obstante, o MPLA não queria ou não podia compreender a política portuguesa de equidistância, porque partia da proximidade ideológica dos seus objectivos e ideias com os do MFA, esperando, por isso, uma ajuda directa do MFA. Não compreendia que, naquele momento, *«isso estava excluído pois dificultaria a passagem pacífica para a independência e provocaria difíceis complicações em Angola, em Portugal e internacionalmente*». Assim sendo, segundo Silva Cardoso, *«o MFA não podia pôr-se ao lado do MPLA, nem de o apoiar a conquistar o poder em Angola e, muito menos, de começar a realizar, na transição para a independência, a revolução socialista em Angola*». Ora, essa objectiva necessidade da política portuguesa após Alvor, *«o MPLA considera[va] como uma viragem do MFA, um apoio aos outros movimentos [e até] como "a venda de Angola aos interesses estrangeiros para se comprar a consolidação da revolução portuguesa", o que era um absurdo*». No entanto, os rudes ataques do MPLA contra ele pessoalmente e à política do Conselho da Revolução, que ele realizava em Angola, mostrava quanto era profunda a incompreensão do MPLA que, então, conduzia realmente uma política sectária.

3.) Há muito tempo que *«os EUA estavam interessados e activos em Angola, ainda dos tempos do início da luta anticolonial. A criação da FNLA foi, de facto, a primeira expressão desse tal empenhamento de longa duração dos EUA*», querendo influenciar o desfecho político angolano, porque tratava-se de uma posição geoestratégica, política e económica muito importante. *«A avaliação americana foi de que a futura relação de forças no "cone sul" da África dependia da evolução em Angola e, em parte, igualmente no Atlântico Sul*». Além disso, *«por detrás da política americana transpareciam igualmente os estreitos interesses das [suas] companhias, em particular petrolíferas*», que procuravam assegurar a primazia na exploração das grandes riquezas de Angola.

O MFA sentia já há muito tempo, depois da viragem decisiva na descolonização, em particular na independência de Angola, que *«a política dos EUA se empenha[va] cada vez mais directamente em Angola. A sua primeira carta foi a FNLA, mas nessa altura procura[va] usar ainda a segunda carta, a UNITA*». Para Silva Cardoso, *«não havia qualquer dúvida que os serviços americanos ajudavam materialmente a FNLA*», que tinha por seu primeiro objectivo a conquista do poder em Angola, mas sem excluïrem, ao mesmo tempo, nem a divisão do país, em que a FNLA se separava, apoiada pelo Zaire, com o Norte de Angola e

Cabinda. Contudo, «*nos últimos meses, subitamente, sentiu-se uma aproximação do EUA e da UNITA, a qual, também recebia, nessa altura, uma certa ajuda americana. Existiam contactos entre os EUA e Savimbi, devendo este ser convidado, em breve, a visitar os EUA*». Parecia que «*o Departamento de Estado se decidiu por a criação de uma aliança FNLA-UNITA para isolar o MPLA e impedir a sua ascensão*», estimando que essa política era «*a mais realista e favorável para os interesses americanos em Angola e África. Tanto mais, porque um tal curso seria aceite tanto pelos países europeus bem como pela RAS*».

4.) Referindo-se à seguinte «*reunião dos líderes do MPLA, FNLA e UNITA, [...] em meados de Junho no Quénia*», o entrevistado Silva Cardoso começou por mencionar que «*uma série de países africanos exerciam pressão sobre Neto, Holden Roberto e Savimbi para chegarem a acordo e evitarem a guerra civil em Angola*», que seria um enorme peso para toda a África. Tanto mais que os países africanos estavam divididos no apoio aos três movimentos, dando o exemplo de que, «*nos últimos meses, o Quénia e a Zâmbia ajudavam e apoiavam claramente Savimbi*».

Por essa razão, achava que «*os três líderes estavam "condenados a cooperar e a se entender", embora isso seria muito difícil*». Havia três questões fundamentais: a formação de Forças Armadas conjuntas e unificadas<sup>1027</sup>; o adiamento das eleições para depois da Independência;<sup>1028</sup> tipo de governo, sua duração e organização estatal até nova Constituição.<sup>1029</sup>

No entanto, «*a não-participação na "cimeira" dos três movimentos convinha a Portugal*», porque assim fica confirmado que «*Alvor continuava a ser a base da transição para a independência e não havia necessidade de novas negociações com Portugal*». Além disso, a responsabilidade pela causa das dificuldades era dos três movimentos, os quais, precisavam novamente de se encontrar e chegar a um acordo, e não de Portugal. Por isso, «*Alvor continuava a ser a base sólida da política portuguesa, a qual, seria uma política de "neutralidade activa"*».

<sup>1027</sup> O mais difícil seria chegar a um «*acordo acerca da fusão de unidades dos três movimentos num exército angolano, porque isso significava que cada movimento renunciava à sua "mão armada"*». O Acordo do Alvor precisou que, gradualmente, se deviam criar as unidades mistas, mas tudo isso com grande atraso. Acrescentou ainda que «*após os recentes combates em Luanda, era necessária uma nova decisão política dos três movimentos e um eficaz controlo, porque entre os movimentos existia uma grande desconfiança mútua, sobretudo em relação à FNLA, que controla[va] a fronteira com o Zaire e, daí, podia introduzir tropas e armas*».

<sup>1028</sup> Tinha a impressão que «*já existia um acordo para as eleições serem adiadas para depois da independência (Verão ou Outono do ano seguinte)*». Igualmente, os três movimentos estavam de acordo em manter um governo tripartido. Todavia, «*como tal governo só podia actuar caso houvesse acordo acerca de um programa mínimo, logo, não era simples, embora fosse possível*».

<sup>1029</sup> Savimbi queria ser «*o primeiro Chefe de Estado [e] um mediador e conciliador entre o MPLA e a FNLA, o que lhe daria a melhor posição de partida para ter influência política. Parecia que Neto estava mais inclinado ao princípio rotativo*».

5.) Para terminar esta sua longa entrevista, começou por salientar que a Jugoslávia tinha *«uma grande influência em África e podia jogar um importante papel em Angola, ao ajudar uma passagem pacífica para a independência, que era a única maneira de se impedir as ingerências estrangeiras»*.

Pediú, a seguir, para se intervir junto do MPLA com vista a ter *«uma maior compreensão pela política de Portugal em Angola naquele momento»*. Do mesmo modo, deveria criar, urgentemente, *«uma aliança táctica com a UNITA, porque era o único caminho correcto naquela fase»*, apesar de isso não significar que *«o MPLA deveria suspender o seu reforço organizativo e político»*. Nesse processo a longo prazo, estava excluído *«que paralelamente com a obtenção da independência se efectuasse a revolução socialista, [porque] não existia um movimento e exército único em Angola»*.

Ao mesmo tempo, através das suas ligações com os países africanos, *«a Jugoslávia poderia, provavelmente, influenciar igualmente os outros dois movimentos, ou seja, a contribuir para a criação de condições com vista ao sucesso da "Cimeira"»*, em Nakuru, assegurando, assim, uma passagem pacífica para a independência.

De resto, acrescentou, *«estava seguro de que a Jugoslávia compreendia quanto tudo isso era importante também para o processo revolucionário em Portugal»*. Além disso, concluiu, *«a Jugoslávia deveria avaliar se naquela fase continuava a enviar armas para o MPLA, embora compreendia que, enquanto a FNLA recebesse armamento de outros, a Jugoslávia não podia deixar o MPLA abandonado e sem ajuda eficaz»*.

### **Outra entrevista em Luanda (Agostinho Neto)**

O texto desta entrevista foi enviado (11/Jun.) pela embaixada em Bona para o SFNE, mas a sua publicação no diário *«Politika»* ocorreu cinco dias antes.<sup>1030</sup> Dos três encontros que teve com Agostinho Neto, o seu correspondente na capital da RFA, Djuka Iulius, anotou as suas respostas acerca da posição do MPLA, das relações com Portugal, outros movimentos (FNLA e UNITA) e países (Zaire, EUA, China e Roménia), passando pelo Acordo do Alvor, as dificuldades surgidas (a criação dum exército angolano e os refugiados angolanos no Zaire) e o apoio da Jugoslávia.

Reafirmou que o MPLA defendia *«uma transição pacífica para a independência e soluções progressistas para as questões fundamentais da sociedade e do Estado angolanos»*. Igualmente, era por *«uma política externa independente e não-alinhada, contra qualquer*

<sup>1030</sup> Ocupando três das cinco colunas de uma página deste jornal belgradense (6/Jun.), tem uma introdução e 6 perguntas e respostas, sendo estas últimas diferentes às deste texto, embora tenha frases e mencione acontecimentos relatados aqui com mais pormenores e comentários mais extensos por parte de Agostinho Neto. Uma explicação para esta diferença não foi encontrada. (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

*forma de neocolonialismo bem como pela integridade territorial de Angola, incluindo Cabinda*». Repudiava todas as tentativas de dominação dos blocos e condenava as ingerências externas de qualquer parte que viessem.

Quanto a Portugal, conduzia *«uma política oportunista em Angola, e o Alto-Comissário, general Silva Cardoso, inclinava-se para a UNITA e a FNLA, porque era conservador. Antes foi um dos chefes militares do exército colonial em Angola e tinha boas ligações com Savimbi, mas também com os americanos*». Sob a sua influência, o MFA, em Angola, era bastante mais conservador do que em Portugal. Por essa razão, atacaram *«Silva Cardoso e a sua política, embora [soubessem] que ele tinha as costas quentes e que Lisboa não o ia substituir*». Tiveram de marcar a sua posição, dando a conhecer a Portugal a sua insatisfação, conquanto, não pensassem, naturalmente, em rupturas ou confrontações com o MFA, mas *«viam que houve uma viragem na política portuguesa, em Angola, a qual, era objectivamente contra o MPLA, apesar de falarem geralmente das simpatias pelo MPLA*».

A única coisa que, nessa altura, *«o MFA em Angola queria era preservar a unidade das fileiras militares, que não se chegasse a confrontos e divisões no interior do exército em Angola*», porque isso poderia ser perigoso e dar possibilidades a Spínola. Ao mesmo tempo, *«para se "guardar a honra" do exército português, bem como para retirar-se em ordem e sem complicações de Angola e terminar a descolonização*». A respeito da futura evolução de Angola pouco interessava a Portugal, porque pensavam, sobretudo, em si e na sua posição.

A qualquer preço, a política portuguesa procurava realizar o Acordo do Alvor, impedindo os combates para chegar em paz à independência, porque os passados distúrbios eram perigosos para Portugal, em particular, a emigração da população branca, que não podia absorver economicamente, nem seria fácil de neutralizar politicamente, devido a que todos os que chegavam de Angola eram activamente contra o MFA. Por essa razão, Agostinho Neto *«pensava que era indispensável que, em Portugal, as forças progressistas e, em primeiro lugar no MFA, compreendessem que existia uma ligação lógica entre os interesses do MFA em Portugal e os interesses do MPLA em Angola*». Através de manifestações em Portugal, organizadas pela extrema-esquerda, ou através do apoio do PC e do PS, *«a pressão no Conselho da Revolução era bastante importante para a seguinte conduta portuguesa em Angola*».

Naturalmente, acrescentou, que *«o MPLA continuar[ia] a ter uma política realista e sóbria, partindo dos seus princípios, objectivos e reais possibilidades*». Era importante repelir a ameaça da FNLA e aqueles que a apoiavam. O MPLA precisava de ser forte e não pode vacilar.



Referindo-se «à política reaccionária e agressiva da FNLA, que era um instrumento do Zaire e EUA, considerou-a como a principal causa dos recentes confrontos armados». Através da FNLA, Mobutu tentava assegurar a dominação sobre Angola, «porque uma Angola forte, progressista e independente, que tinha uma enorme riqueza e possibilidades de desenvolvimento», ameaçaria os seus planos do Zaire se tornar a potência principal nessa parte da África, apoiado pelo Ocidente, em particular, pelos EUA.

Mesmo antes do Acordo do Alvor, e sobretudo depois, «a FNLA reforçou sistematicamente o seu potencial militar, graças ao dinheiro americano, aos apoios zairenses e aos instrutores e armas chineses». De facto, «Spínola e Mobutu tentaram conduzir, por um atalho, a FNLA ao poder em Angola, mas tal plano falhou, porque Spínola foi derrubado». A política da FNLA e das potências suas apoiantes continuavam a apoiar-se na força militar para tomar o poder ou ir para uma divisão do país (secessão da parte norte e Cabinda).

Segundo Agostinho Neto, «para os EUA e Mobutu como também para os interesses europeus ocidentais, o MPLA era o principal adversário» e, por isso, a FNLA procurava dessa forma sistemática a liquidação do MPLA. Porém, tendo a FNLA «uma influência política bastante pequena, limitada à tribo dos bacongos e ao Norte de Angola, era claro que tal política estava condenada ao fracasso». Tanto mais, porque militarmente o MPLA não era inferior à FNLA, até a alcançou, e tinha mesmo uma maior força, porque as suas unidades são mais disciplinadas e os combatentes eram, politicamente, mais conscientes. Por essa razão, «em todos os últimos confrontos militares, que provocou a FNLA, as unidades do MPLA resolveram a seu favor e assim foi desfeito o mito acerca da "invencibilidade" das forças bem equipadas da FNLA». Assim sendo, o MPLA precisava reforçar, de forma sistemática, a sua força militar, até quanto o fizessem os outros, para alargar e melhorar a sua influência política e organização, em que esteve e continuava a estar a grande força do MPLA.

Era exacto que Portugal — em particular, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes — trabalhava numa aliança MPLA-UNITA e que, acerca disso, foram realizadas conversações. Contudo, «Savimbi joga[va] um jogo pouco claro e ele próprio não era um político sério, em cuja palavra não se podia confiar. Antes de tudo, pensava nos seus interesses e lisonjeava ambas as partes, tanto o MPLA como a FNLA e o Zaire». Além disso, por trás dele estava a Europa Ocidental e até parecia ter cada vez mais o apoio dos EUA. Evidentemente, que «o MPLA continua[va] aberto a tais conversações, mas precisava ainda de ser cauteloso em relação a Savimbi. Caso se provar que era possível alcançar uma aliança política tácita para se isolar a FNLA», dever-se-ia tentar, embora sempre tendo em vista quem era Savimbi e cuja política seguia.

Quanto à «Zâmbia e Kaunda conduziam uma política dupla, permitindo que o armamento [passasse] através da Zâmbia e tinham bons contactos com o MPLA, mas também com o Quênia ajudavam cada vez mais Savimbi, dando-lhe ajuda e apoio». A Tanzânia continuava a ser o seu principal aliado e, igualmente, a independência de Moçambique e o governo da FRELIMO tinham um grande significado para o MPLA.

Nesse momento, «o mais importante era a realização da cimeira e encontrar uma saída para as dificuldades criadas, em base do Acordo do Alvor que, talvez em alguns pontos, deveria ser completado e revisto». Havia grandes pressões internas e externas que obrigavam «os três movimentos e líderes a encontrar compromissos e acordos, a fim de evitar-se a guerra civil, as ingerências externas ou a secessão de Angola». O MPLA estava decidido a fazer tudo o que pudesse «para contribuir e permitir um novo Acordo entre os três movimentos, mas que não se desviava dos seus princípios». Porém, «uma vez que Holden Roberto não queria ir a Angola», a reunião tinha de realizar-se no Quênia, «em algum lugar,<sup>1031</sup> em meados de Junho, e durar[ia] alguns dias».

Para Agostinho Neto, «a principal questão seria a criação dum exército angolano unificado» e, conforme ficou previsto no Acordo do Alvor, o caminho seria através de formação de unidades mistas «sob um comando unificado e apartidário». O MPLA considerava que isso era possível e necessário, não temendo a extinção das suas unidades, caso realmente o fizessem a FNLA e a UNITA. Isto é, a consciência política e força organizativa dos seus combatentes e comandantes seriam confirmadas no seio desse exército e, portanto, podia aceitar tal curso, mas somente caso se pudesse controlar eficazmente a extinção das unidades dos outros dois movimentos e, sobretudo, da FNLA e das suas bases no Zaire. Concluiu que «sem um acordo nesse sentido e a criação de um exército angolano unificado [era] impossível alcançar, pacificamente e dentro do prazo, a independência».

A respeito das eleições e do futuro governo, o MPLA era «pelo adiamento das eleições porque era impossível realizá-las antes da independência». O país não estava preparado devido a não existir legislação eleitoral nem um recenseamento dos eleitores.

Outro problema a discutir seria «a questão dos refugiados no Zaire, onde viviam 450.000 a 600.000 cidadãos angolanos, que fugiram durante a guerra anticolonial». O MPLA não tinha nada contra um regresso ordenado e legítimo desses emigrantes e refugiados, «mas a FNLA continuava a afirmar que havia um milhão e meio a dois milhões desses refugiados», o que era impossível. «Na realidade, Holden queria assim trazer eleitores para

---

<sup>1031</sup> Ainda não sabia que seria em Nakuru (16-21/Jun.).

Angola, talvez também alguns zairenses, pelo menos temporariamente, com a aprovação de Mobutu». Por essa razão, o MPLA estimava que era preciso controlar rigorosamente, mas os verdadeiros angolanos teriam o direito a regressar e a votar.

Caso as eleições fossem adiadas para depois da independência, o que era provável, então até à sua realização, dever-se-ia formar um governo com os três movimentos, pois não havia outra solução, embora não deixou de se referir «às más experiências do Governo de Transição».<sup>1032</sup> Para concluir, Agostinho Neto reafirmou que «apesar da crise em Angola ser bastante profunda, e provocada pela política da FNLA e seus protectores, ainda existia uma possibilidade real de se conseguir um acordo e assegurar uma solução política para se evitar a guerra civil e impedir a ingerência externa», para no quadro e nas bases do Acordo do Alvor — e dos novos acordos da próxima reunião tripartida — criar condições para uma transição pacífica para a independência. Sendo esta «do interesse nacional de Angola bem como do interesse de toda a África, [...] o MPLA, consciente das suas responsabilidades históricas», faria tudo o que pudesse para um tal desfecho.

Agradecendo «o apoio dos seus amigos, [que tinha] uma grande repercussão em Angola», o dirigente do MPLA salientou que «o apoio material continuava a ser, em todos os sentidos, de primordial importância, porque a FNLA — incluindo a UNITA — recebiam constantemente armas e dinheiro». Em seguida, agradeceu «o generoso apoio da Jugoslávia, o qual, para o MPLA foi e era precioso».

No plano internacional, procuravam «enfraquecer o apoio que alguns países davam à FNLA, apontando para o seu verdadeiro carácter e política». Por isso, aceitaram «o convite para enviarem uma delegação à RP da China, porque existiam indícios de que a política chinesa [seria] mais objectiva em relação ao MPLA». O mesmo tentaria com a Roménia que também ajudava a FNLA.

### **Outras entrevistas em Luanda (Johnny E. Pinnock e Savimbi)**

Reconhecendo que «cada um dos três movimentos de libertação tinha a sua quota-parte de responsabilidade porque não se uniram durante a guerra anticolonial e per-

---

<sup>1032</sup> As suas causas teriam sido «porque cada movimento puxava para o seu lado e olhava os seus interesses, era claro que um tal governo tripartido à frente de Angola só podia actuar caso houvesse um programa mínimo para o período até à independência, ou seja, da independência até às eleições». Depois, frisou que «tal programa e a composição desse governo seria uma dos temas chave da reunião dos três líderes. Sem isso não podia haver acordo». Referiu, por fim, que seria necessário chegar «a acordo acerca dos órgãos supremos de soberania de Angola para esse período de transição, assim como em relação às questões de princípio do sistema estatal e social».

mitiram que as diferenças e fricções se tornassem tão grandes que, então, pareciam insuperáveis», Johnny E. Pinnock<sup>1033</sup> disse ainda a Djuka Iulius que «não excluía, nem a FNLA que, ademais, não actuou energeticamente na unificação dos três movimentos».

Acrescentou, a seguir, que essa divisão entre os três movimentos conduziu, «igualmente, à "divisão dos amigos de Angola", os quais tiveram de escolher um dos movimentos para essa sua ajuda, o que praticamente enfraqueceu, em geral, a ajuda a Angola e a sua libertação».

Assim, «as causas do conflito, que podiam empurrar Angola para a desgraça, resultaram daí». Todavia, não era tarde para se encontrar uma saída e impedir o pior, «porque nenhum dos movimentos podia impor pela força das armas a sua vontade e política». Para a FNLA, isso era claro há muito e acreditava «que, entretanto, o MPLA também o compreendeu».

Após esta introdução, falou sobre as relações com os EUA, o Zaire, bem como com a RP da China e a Roménia. Começando por dizer que «sabia, porque por todo o mundo se falava e escrevia que os EUA ajudavam a FNLA. Isso era absolutamente falso, isso era mentira, porque "a FNLA dos americanos não recebia nem uma aspirina"». <sup>1034</sup> Era, sim, por uma Angola livre que pudesse escolher livremente os seus amigos no mundo e todos aqueles que ajudaram algum dos três movimentos — e, portanto, Angola — deveria ocupar o seu lugar entre os amigos da Angola independente. Naturalmente, a FNLA não aceitava que os amigos se escolhessem unilateralmente, que eles fossem somente dos países socialistas. No entanto, «teve e tinha o apoio da RP da China, e acerca disso não havia nada de estranho». Por fim, em nada, a FNLA ficou dependente da política chinesa, pois achava a ajuda em armas e a preparação dos seus combatentes faziam parte do apoio à luta de Angola para se libertar. O mesmo se passava com a Roménia e com outros países que os ajudavam.

Quanto ao Zaire, segundo o entrevistado, o seu apoio à FNLA foi desde do primeiro momento da sua luta contra o colonialismo português. As bases no seu território permitiram-lhes «entrar em Angola e atacar os portugueses. Essa ajuda do general Mobutu foi igualmente a garantia duma amizade douradora e da ajuda mútua entre Angola e o Zaire». Porém, o Zaire não tinha «pretensões territoriais, nem pensa[va] dominar Angola. De

<sup>1033</sup> Era «o primeiro homem da FNLA em Luanda, membro do Colégio Presidencial e actual presidente do Governo de transição de Angola (segundo o princípio de rotação, nessa altura, era a vez da FNLA)», (ADMNE, F-226, Angola, 1975). O texto desta entrevista (sem perguntas ou qualquer outra nota) foi também enviado (11/Jun.) pela embaixada, em Bona, para o SFNE.

<sup>1034</sup> Um resumo deste texto da entrevista foi enviado (18/Jun.) pelo SFNE para as 15 embaixadas nos países africanos subsarianos e Portugal. Entre as suas diferenças, por exemplo, este desmentido do entrevistado foi resumido a um «isso não é exacto». (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

*resto, a FNLA nunca aceitaria isso, porque pronunciou-se pela integridade territorial de Angola, incluindo Cabinda».*

Em relação ao MPLA, este procurava «difamar a FNLA, que a apresenta[va] como aliada do imperialismo e do neocolonialismo», mas não teria sucesso, porque a FNLA era forte, tinha amigos e influência em Angola e, sem ela, «não havia solução em Angola e todos sabiam isso». Por fim, esse «facto da vida» foi compreendido por Portugal, «onde o MFA apoiou durante muito tempo o MPLA, porque as suas ideias eram-lhe mais próximas».

Naquele momento, segundo Johnny Pinnock, a FNLA continuava a ser por uma solução pacífica, contudo, era condição necessária para melhorar «o ambiente que o MPLA parase com a campanha permanente de mentiras e arengas contra a FNLA, ou seja, que percebesse que não a podia vencer pela força das armas». Quando compreender isso, nesse momento, «o compromisso seria possível».

Quanto à próxima cimeira dos três movimentos, Holden Roberto estava interessado e desejava o seu sucesso. Era «a última oportunidade para Angola salvar-se da catástrofe». Era preciso partir-se da «verdade de que existia um equilíbrio entre os três movimentos e que a plataforma dum Angola independente deveria exprimir esse equilíbrio». Depois, Pinnock mencionou e considerou interessante uma proposta de Savimbi para que, após a independência, durante algum tempo, à frente do país houvesse um governo tripartido dos três movimentos, pelo que era «necessário ainda um compromisso político [entre eles] acerca das questões principais do país e do momento, em particular, na fase pós-independência — criação dum exército unificado, adiamento das eleições e sistema estatal».

Para terminar esta entrevista, o dirigente da FNLA afirmou que «respeitava muito a política da Jugoslávia, conquanto soubesse que ajudava o MPLA e lhe enviava, mesmo então, grande quantidade de armas, que matavam partidários da FNLA. Todavia, isso era consequência da "divisão dos amigos" de Angola, de que falou». Lamentou que os anteriores contactos da FNLA com a Jugoslávia desapareceram ou rarearam totalmente. Sobretudo, porque era «ele próprio o responsável pelas relações internacionais da FNLA e acrescentou que, igualmente, nesse momento, continuava a ter esse cargo. Lembrava-se das excelentes conversações com [Milhan] Komatina, que saudou cordialmente».

Gostaria que a Jugoslávia soubesse e acreditasse que «a FNLA não era um instrumento do imperialismo, que não estava ao serviço da América e que se empenhava também por uma Angola independente e feliz, embora as ideias fossem diferentes das do MPLA que, contudo, era, no fundo, uma força dogmática». Além disso, queria que se soubesse que a FNLA, «apesar do apoio que a Jugoslávia dava ao MPLA, sempre manterá a opinião que Angola

*deverá desenvolver as relações de amizade e respeito mútuo com a Jugoslávia que, como um país guia dos não-alinhados e do Terceiro Mundo, era um aliado natural de Angola». Por isso, pensava que «a política jugoslava podia e devia ajudar Angola a superar as dificuldades e conflitos existentes para entrar no caminho da independência e desenvolvimento».*<sup>1035</sup>

Nesse mesmo dia (11/Jun.), a embaixada de Bona informou o SFNE de que «Savimbi, líder da UNITA, em Angola, recebeu Iulius e disse-lhe: a UNITA era um movimento angolano que lutava pela independência e contra qualquer forma de neocolonialismo, por uma Angola independente e a sua activa política como parte do Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, por um sistema democrático e pelo desenvolvimento de Angola, e com isso que a justiça social se procure numa orientação socialista».<sup>1036</sup>

Igualmente, visto que «os três movimentos angolanos, todos estavam armados e fortes», era claro e necessário «que eles se entendessem entre si, porque senão era impossível conseguir a independência em paz, evitar a guerra fratricida e a ingerência estrangeira».

Após esta apresentação, salientou que «o Acordo do Alvor tinha mostrado que isso era possível». Devido às profundas diferenças entre os três movimentos e suas ideias, era importante que cada um deles compreendesse que, naquela altura, «não podiam realizar todos os seus objectivos, mas apenas uma parte, exactamente tanto quanto permitia a relação de forças entre os movimentos no equilíbrio político-militar». Nesse momento, esse acordo devia ser respeitado e todos eles deviam partir dele. Assim sendo, a UNITA estava pronta «para tal compromisso e para lutar pela luta e a reconciliação em Angola. O povo saberia dar o preço a tal esforço, bem como o seu próprio empenhamento na mediação entre o MPLA e a FNLA». Do mesmo modo, estava seguro que o próximo encontro «seria a única e a última saída e possibilidade, e sem o papel mediador e conciliador da UNITA não se teria chegado até ele, nem se podia chegar».

Sendo decididamente contra qualquer ingerência estrangeira e a tentativa da secessão de Cabinda, acrescentou: «Às grandes potências, a todas elas, era preciso obrigar a seguirem uma política "hands-off" de Angola. Relativamente aos outros países em desenvolvimento, sobretudo os africanos, eram aliados naturais de Angola».

---

<sup>1035</sup> Segundo um comentário do embaixador jugoslavo na RFA, Budimir Lontchar, subscritor deste telex, «a impressão de Iulius foi que o Eduardo [Pinnock] se esforçou em atenuar, pelo menos, a impressão de que a FNLA estava ligada aos EUA e Zaire e que tentou abrir portas para futuros contactos com a Jugoslávia, partindo do facto de que a FNLA seria um factor importante no governo de Angola».

<sup>1036</sup> (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

Sabia que acerca da UNITA «*pouco se sabia no mundo e que corriam muitas desinformações a respeito da sua política e objectivos, ligações e amigos*». Sem embargo, lutou contra o colonialismo português, que ainda não foi expulso de Angola e que, até lá, a independência estava por realizar. «*Nos primeiros tempos, o MFA conduziu uma política de favorecimento em relação ao MPLA para "compensar" os favores de Spínola à FNLA*». Ninguém favoreceu a UNITA, nem então a ajudava. «*Naturalmente, a UNITA também foi capaz de encontrar amigos em África como na Europa, o que era legítimo e compreensível*».<sup>1037</sup>

Acreditava no êxito da cimeira, «*porque os três líderes "estavam condenados ao sucesso e à cooperação"*». Holden Roberto estava sob «*a pressão da opinião pública mundial e, de certa forma, igualmente pelo Zaire, pois o general Mobutu compreendeu que a guerra civil em Angola era perigosa e para os interesses zairenses*».

Mencionando, de novo, a «*política mediadora e moderada da UNITA que podia servir como plataforma de convergência e entendimento*», Savimbi salientou que propôs antecipadamente — não obstante, as eleições se realizem antes ou depois da independência — que os três movimentos acordassem fazer, durante um determinado período de tempo, uma aliança tripartida para um governo, com um número igual de seus representantes, numa base de um programa comum mínimo para o primeiro período da independência. Achando que, mesmo assim, era possível consegui-lo, acrescentou «*que as questões por resolver eram complexas, mas eram solucionáveis caso existir boa vontade e se pensar mais em Angola do que nos estreitos interesses de cada partido. Cada um teria de sacrificar algo*».

Disse, ao terminar esta entrevista, que «*apreciava muito a Jugoslávia, embora soubesse que era amiga do MPLA e que o apoiava e ajudava. Contudo, a política independente e não-alinhada da Jugoslávia suscitava sempre a sua consideração*». A UNITA estaria interessada para contactos e diálogo com a Jugoslávia, naturalmente, não em detrimento da amizade entre a Jugoslávia e o MPLA. Pensava que «*a política jugoslava podia ajudar Angola, no presente e no futuro*».

No fim da entrevista, Savimbi pediu ao jornalista jugoslavo para falar, em particular, com José Ndele, representante da UNITA no Colégio Presidencial, que o acompanhou nessa conversação, porque era o seu primeiro colaborador. Porém, este só «*repetiu as mesmas teses [e] o desejo que se abraze quanto antes "um diálogo de informação mútua"*», propondo essa

---

<sup>1037</sup> Este texto, subscrito pelo embaixador, poderia ser um resumo da entrevista ou as notas tomadas pelo jornalista para completar o original que enviou para o seu jornal.

ligação «através do seu representante permanente em Lusaca, o qual, após a "cimeira" [em Nakuru] contactaria a embaixada jugoslava».<sup>1038</sup>

### **Algumas impressões dos contactos em Angola**

Entre as impressões acerca da Jugoslávia com que ficou dos contactos que teve, Djuka Iulius começou por salientar que «além das acções em terceiros países a respeito dos contactos com os participantes dos acontecimentos angolanos, sobretudo o MPLA e Portugal, existia espaço e necessidade para a presença e actividade da Jugoslávia no próprio local, em Angola».<sup>1039</sup>

Foi característico, segundo ele, que «o MPLA e Portugal (através do alto-comissário, general Silva Cardoso e membros da Comissão Coordenadora do MFA<sup>1040</sup> em Luanda) exprimiram o desejo» para que, sem demora, a Jugoslávia estivesse presente ali e que abrisse a sua representação, porque julgavam que isso seria vantajoso.

Mencionou, em seguida, a abertura da UNITA para «"um diálogo de informação" com a Jugoslávia, no início, na Zâmbia», ao passo que a FNLA lamentou que as relações tivessem sido cortadas devido ao apoio jugoslavo ao MPLA, mas deu a conhecer que testava interessada, igualmente, nesses contactos.

Referiu que o MPLA continuava a contar com uma ampla ajuda e estimou que a presença de representantes jugoslavos facilitaria, seguramente, os contactos e, em particular, a informação da opinião pública mundial acerca da situação em Angola. Consoante a opinião dos portugueses, a Jugoslávia poderia ter um efeito apaziguador na seguinte evolução, «sobretudo no sentido de influenciar num "comportamento mais realista" do MPLA, ou seja, permitindo uma aproximação do MPLA-UNITA». Somente, uma vez de passagem, Silva Cardoso citou «o envio de armas para o MPLA e o incidente com o barco, realçando que compreendia essa acção, mas que igualmente deveríamos compreender os motivos da sua intervenção nesse caso, porque a FNLA e a UNITA souberam do carregamento».

Segundo este jornalista do «Politika», todos os actores dos acontecimentos angolanos partiam, em primeiro lugar, da avaliação de que a Jugoslávia não-alinhada jogava um grande papel no mundo, no qual, futuramente, se moveria a Angola independente, especialmente em

<sup>1038</sup> Num comentário final, o embaixador Lontchar acrescentou que «Iulius foi reservado, disse que isso não era da sua competência, mas que iria informar e que, em princípio, a Jugoslávia apoiava todos os esforços que assegurassem a independência de Angola e a transição pacífica para ela, ou seja, o respeito pela vontade do povo angolano e suas organizações». O seu interlocutor respondeu-lhe que «estava seguro que tal diálogo UNITA-Jugoslávia não podia prejudicar ninguém, mas podia ajudar Angola».

<sup>1039</sup> ADMNE, F-226, Angola, 1975.

<sup>1040</sup> Esta foi a única menção, na documentação consultada, a esses contactos com membros da CC do MFA.



África, como da percepção de que a Jugoslávia poderia contribuir para uma transição pacífica para a independência de Angola e os seus primeiros passos de um país independente.

Naturalmente, essa presença imediata da Jugoslávia em Angola teria um efeito positivo não só para a sua futura posição na política angolana, mas ainda na África Austral, sobretudo, caso fosse considerado juntamente com a independência de Moçambique.

Num segundo ponto, comunicou que nenhum país socialista tinha consulado ou representação em Angola. No entanto, consulados-gerais ou consulados já tinham todos os grandes países ocidentais (EUA, Reino Unido, RFA, França e Itália) e outros pequenos países marítimos ocidentais (Holanda, Bélgica e Dinamarca), mas também a RAS e o Brasil. Todos esses consulados existiam desde os tempos coloniais.

Julgou interessante «*uma nova decisão do Brasil que, além do consulado-geral e separado dele, abriu uma "missão" <sup>1041</sup> especial" junto dos movimentos de libertação como um antecessor da futura embaixada na Angola independente*». O representante especial, embaixador Olívio Melo, <sup>1042</sup> estava acreditado junto do MPLA, FNLA e UNITA, com a aprovação de Portugal que tinha somente as cópias das credenciais do Brasil entregues aos chefes dos três movimentos. <sup>1043</sup>

Daí, «*o rápido envio dum representante da Jugoslávia para Angola seria desejável e vantajoso*», acrescentando quer fosse através da abertura dum consulado, quer duma representação especial ou uma combinação dos dois.

Num terceiro ponto, Djuka Iulius referiu que o MPLA exprimiu o desejo de que a Tanjug enviasse sem demora um correspondente permanente para Angola. Isso foi-lhe dito oficialmente pelo ministro da Informação do Governo de Transição, Rui Monteiro, que era um dos ministros do MPLA nesse governo. Disse-lhe ainda que «*o MPLA tinha grandes difi-*

<sup>1041</sup> Traduzido por «missão» em sérvio-croata, mas a sua designação, em português, era representação.

<sup>1042</sup> Numa longa entrevista (Nov./2009), este diplomata brasileiro relatou a sua estada, em 1975, em Angola: desde a política e a diplomacia brasileira no período antes e depois do 11 de Novembro; os antecedentes e sua nomeação de «representante especial» (Nov./74); os contactos e conversações (Agostinho Neto, Savimbi, Holden Roberto, general Silva Cardoso e outros); a situação em Luanda nesses meses e o reconhecimento brasileiro do governo angolano; e os seus dois meses como o primeiro embaixador brasileiro em Angola (Nov./75-Jan./76). [<http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/os-bastidores-do-reconhecimento-da-independencia-de-angola-pelo-brasil/13112009/>], consultado em Novembro de 2016.

<sup>1043</sup> Segundo outras informações, «*Melo seria o futuro embaixador brasileiro, logo após a proclamação da independência de Angola, tendo sido esta a forma do Brasil para evitar qualquer ligação com as autoridades coloniais portuguesas, salientando desde do princípio que estava orientado para os futuros portadores da soberania angolana*». Dizia-se que este seu primeiro passo foi muito bem recebido pelos líderes dos três movimentos, a quem o embaixador brasileiro entregou as suas credenciais e, só em seguida, fez a entrega das suas cópias ao alto-comissário. «*O governo de Lisboa esteve de acordo com esta decisão. Naturalmente, o consulado do Brasil continuava a funcionar à parte e acreditado junto das autoridades portuguesas*».

*culdades para que as suas posições e opiniões fossem divulgadas mundialmente» pelo que desejariam que a Tanjug enviasse um jornalista experiente para Angola. «Naturalmente, não só para lançar as suas posições, mas para informar objectivamente e continuamente a situação em Angola». Por isso, agradeciam que «um tal jornalista chegasse quanto antes e quando falasse bem português». Mencionou-lhe, por fim, os trâmites a seguir pela agência noticiosa jugoslava para a aprovação da sua nomeação pelo Governo de Transição, recomendando também que «seria vantajoso informar antes o governo em Lisboa».*

Ademais, apresentou o pedido do MPLA «para que lhe fosse aberto um canal pelo qual pudessem — através da Tanjug — informar o mundo acerca da sua política e da evolução angolana», sugerindo a Tanzânia ou Moçambique como pontos de contacto, até que não enviasse o seu correspondente para Angola.

### **Laurenço Marques, uma reunião de duas delegações**

Depois de terem assistido às cerimónias da Proclamação da Independência de Moçambique (25/Jun.), as delegações da Jugoslávia e do MPLA — chefiadas por Stevan Doronheski, (membro da Presidência da RSFJ) e Agostinho Neto — reuniram-se na capital moçambicana, no dia seguinte, e o tema principal da sua conversação foi «a evolução da situação em Angola»<sup>1044</sup> antes e depois de Nakuru.

Após agradecer os cumprimentos do Presidente Tito que lhe foram transmitidos pelo seu interlocutor com a reafirmação da disposição jugoslava «de prestar ajuda ao MPLA no quadro das [suas] possibilidades», o dirigente angolano sublinhou que as grandes dificuldades, que continuavam a existir em Angola, tinham a sua causa, em grande medida, na actividade militar da FNLA e na sua força militar.<sup>1045</sup>

Além da FNLA, havia outras forças reaccionárias, em particular, não seio da população portuguesa. Os colonos procuravam adiar a descolonização e eram contra o MFA e contra o MPLA. Em geral, eram apoiantes da FNLA e da UNITA. Igualmente, devido a terem nas suas mãos praticamente toda a economia (agricultura, comércio, transportes etc.) sabotavam a

---

<sup>1044</sup> ADMNE, F-226, Angola, 1975.

<sup>1045</sup> A FNLA concentrou «as suas forças no norte, ou seja, no noroeste do país. Pequenos grupos armados existiam também no centro e no sul. Os seus efectivos militares [eram] ainda superiores aos do MPLA e esta[vam] mais e melhor armados. Politicamente, [era] fraca, nunca teve o apoio do povo (fora da tribo Bacongo) que, na verdade, a odeia. Em Luanda e noutras cidades não pode movimentar-se facilmente, porque estas se encontra[vam] sob o controlo do MPLA. As suas unidades esta[vam], em geral, em bases militares donde part[ia]m os ataques».

vida económica.<sup>1046</sup> Havia, ainda, um *«forte o movimento para a partida de Angola e já tinham saído muitas dezenas de milhares de pessoas para Portugal, o que, tendo em conta o seu profissionalismo, ameaçava provocar o caos no país»*.

Numa tal situação, a UNITA tornou-se uma força política e por ser o principal movimento angolano. *«Gozava do apoio de alguns oficiais do MFA em Portugal e em Angola. No plano internacional, procura[va]-se apresentar a UNITA como um movimento que podia substituir a FNLA, tendo recebido já o apoio de membros da CEE e dos EUA»*. Ao mesmo tempo, o MPLA era atacado por ser *«um movimento que queria destruir tudo. Isso era feito por causa de ter um programa político e posições claras e próprias»*. Segundo o seu interlocutor, na *«opinião de Neto, a UNITA era, de facto, um movimento que se adaptava oportunisticamente à situação»*.

Tinha sido esta a situação política que foi tema das conversações em Nakuru (15-21/Jun.). Ali, o primeiro objectivo político do MPLA foi de isolar a FLNA e de obrigar a aceitar compromissos, procurando, ao mesmo tempo, definir posições comuns com a UNITA. O principal resultado da reunião foi o acordo acerca da formação dum exército unificado dos três movimentos e a aprovação do calendário das eleições. Quanto aos membros desse exército, consideravam que deveriam estar sob a direcção do governo e serem apartidários, pois esta seria a base do futuro exército nacional. Contudo, a julgar pela experiência que tinham com a FNLA — muitos dos acordos anteriores não cumpriram —, também esse acordo era problemático. Apesar de o MPLA não renunciar o acordo de Nakuru, *«todavia, estavam seguros que a reacção esforçar-se-ia, persistentemente, em o impossibilitar»*.

A respeito de Portugal e do MFA, *«desenvolveram acções com o fim duma sua maior mobilização no apoio ao MPLA, porque procuravam que no MFA predominasse a ideia de que, para o futuro de Portugal, era de grande interesse deixar, em Angola, um sistema progressista»*, devendo atacar as forças reaccionárias pois, ali, *«a principal força e apoio do MFA era o MPLA»*. Porém, o MFA estava dividido e, além disso, evitava expressar-se publicamente a favor do MPLA. Ademais, o MFA hesitava por causa da UNITA não se ter associado até essa altura com o MPLA.

---

<sup>1046</sup> Além disso, *«abandonavam as plantações, paravam o trabalho nas empresas industriais e de transportes o que provocava a diminuição da produção, criava desemprego e impedia o controlo económico. Uma acção particularmente perigosa era a interrupção do trabalho das empresas transportadoras, o que impedia o abastecimento da população»*.

Na pergunta se tinha contactado com representantes do MFA<sup>1047</sup> nas cerimónias em Moçambique, Agostinho Neto respondeu afirmativamente e disse que lhe prometeram de que o MFA não deixaria de apoiar o MPLA, aconselhando-lhe a que o movimento assumisse a iniciativa no campo político para a criação duma aliança com a UNITA. Estimando que essa aliança era possível e que, nos últimos tempos, *«as diferenças tinham diminuído, em particular na Conferência de Nakuru, não obstante, em Angola, ainda não havia grande cooperação»*. Caso, militarmente, o MPLA conseguisse enfraquecer mais a FNLA e tomar-lhe mais território, previa que a UNITA passaria para o seu lado e, por último, acrescentou que *«após os últimos confrontos, a FNLA foi neutralizada militarmente»*.

Depois, em relação às posições militares e políticas dos três movimentos, Agostinho Neto descreveu-as com algum pormenor, salientando que, naquele momento, todo o norte do país estava nas mãos da FNLA, que nos últimos combates o MPLA conseguiu expulsá-los não só de Luanda (onde ficou somente um pequeno reduto) e arredores, mas também da importante região de Caxito. Relativamente ao leste angolano, este estava sob o controlo total do MPLA e a sua influência expandia-se até Nova Lisboa, onde se encontrava uma base da FNLA (algumas centenas de apoiantes de Chipenda), assim como uma outra em Moçâmedes. A UNITA era forte numa parte do centro e sul de Angola, e principalmente em redor de Luso, onde a relação de forças dividia com o MPLA. Igualmente, nessa altura, os confrontos com a FNLA desenrolavam-se na região de Malanje para impedir a sua penetração no sul, acrescentando que a respeito *«à capacidade de combate das unidades da FNLA, esta era fraca e o moral baixo»*.

No plano internacional, *«a tarefa mais importante era de enfraquecer a ajuda do Zaire à FNLA»*. A delegação do MPLA que, recentemente, tinha estado na RP da China recebeu a garantia de que suspenderiam a ajuda militar à FNLA porque queriam impedir a guerra civil. Porém, a FNLA recebia o armamento chinês através do Zaire devido a que a China não interrompeu o fornecimento de armas a Mobutu. *«À pergunta se o Zaire estava disposto a meter-se numa eventual guerra civil em Angola, Neto respondeu afirmativamente»*.

Nos últimos tempos, *«o Congo (Brazavile) não tinha uma relação muito amiga com o MPLA por causa das suas pretensões quanto a Cabinda. Não sabiam exactamente quais eram os seus interesses, mas as suas posições acerca de Cabinda coincidiam com as zairenses»*.

---

<sup>1047</sup> Menciona-se, depois, que *«estavam presentes o primeiro-ministro Gonçalves, o ministro dos Negócios Estrangeiros Antunes e o general Otelo de Carvalho»*.

Por isso, o dirigente angolano, segundo esta «*informação*» da delegação jugoslava, Neto iria, em breve, ao Congo<sup>1048</sup> para ter uma visão clara acerca da sua posição.

Tinham «*o apoio da Tanzânia e da Zâmbia ("pelo menos por agora, porque nunca nada era seguro com a posição zambiana")*», depois da Somália, Argélia, Marrocos, Costa do Marfim e, nos últimos tempos, também o Quênia desenvolviam as relações com o MPLA.

Do mesmo modo, a independência de Moçambique e a política definida pela FRELIMO iria melhorar a posição das forças progressistas angolanas e influenciar a mudança de atitude de outros países a favor do MPLA.

Sobre a próxima reunião ministerial dos Países Não-Alinhados no Peru, até essa data, não se tinha discutido no Governo de Transição quem iria, mas estavam de acordo com a opinião jugoslava de que a participação de representantes angolanos nesta reunião enfraqueceria as posições do Zaire e da FNLA. Por essa razão, precisavam de ver qual seria a melhor escolha entre o envio de uma delegação do Governo de Transição ou, separadamente, dos três partidos.

Recebiam, ajuda de outros países. Em armamento, foram ajudados, até essa altura, pela Jugoslávia, URSS e Argélia, enquanto, materialmente, pela RDA, Suécia e Noruega.

Concluindo, Agostinho Neto sublinhou que a situação angolana poder-se-ia resolver através de eleições, caso se mantivesse a paz no país. Se tal não for conseguido, então a única solução seria de enfraquecer militarmente ainda mais a FNLA e não lhe permitir que, no dia da Independência, tomasse o poder por via militar. Quanto ao MPLA, iria optar «*como solução para a tomada do poder aquela que melhor lhes conv[iesse]*». No período até às eleições, convinha-lhes a formação de um Conselho de Estado com representantes dos três partidos, o qual, deveria assegurar a realização dessas eleições.

---

<sup>1048</sup> O embaixador jugoslavo informou o SFNE (4/Jul.) de que, «*no regresso de Lourenço Marques*» Agostinho Neto veio «*a Brazavile para conversações. Acompanhado por Lara, José Eduardo, Loy e outros*» tinham-no visitado, nesse dia, na embaixada. «*Segundo Neto, tiveram conversações aqui no CC do PTC e com o primeiro-ministro Lopes. Ficaram com a impressão que os congoleses mudaram de opinião quanto à questão de Cabinda num sentido mais positivo, deixando a possibilidade da solução do estatuto de Cabinda no quadro do todo angolano*». Disseram-lhe ainda que «*sufocaram a actividade da FLEC em Brazavile*». Contudo, só poderia falar mais claramente acerca da opinião do Congo, a seguir ao seu regresso de Pointe Noire (7/Jul.), quando teria uma reunião com o presidente Ngouabi. Estas informações tinham prometido à delegação jugoslava, na capital moçambicana, quando não houve tempo suficiente para uma informação mais ampla acerca da situação. Depois, referiu-se à próxima visita de Iko Carreira a Belgrado para conversações a respeito da cooperação mútua e ao Acordo de Nakuru, «*em particular, aos acontecimentos ocorridos antes e após a sua assinatura*». Considerou-o «*positivo, nomeadamente, como o resultado dos insucessos militares da FNLA e do reforço político-militar do MPLA*». Quanto à UNITA, «*não representa[va] uma força militar assim tão importante, nem tinha tanta influência política como a propaganda mostra[va]*». Por fim, apoiava «*a estrita execução do Acordo, porque [isso] também contribuir[ia] para o reforço da posição do MPLA*». Todavia, não estava totalmente seguro, pois «*as forças reaccionárias procurar[iam] que não se chegasse até à sua plena realização*», (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

No fim, Agostinho Neto disse que enviaria, em breve, uma delegação à Jugoslávia, chefiada por Iko Carreira, para explicar detalhadamente a situação e efectuar consultas com os dirigentes jugoslavos.

Numa «*observação*» final, a delegação jugoslava considerou que, em primeiro lugar, da exposição do dirigente angolano resultou de que «*o MPLA desistiu da intenção de tomar sozinho o poder e que se orientou para a criação de condições para uma passagem pacífica para a independência*». A respeito ao proposto Conselho de Estado, no período da organização das eleições, ao qual aspirava claramente, «*parecia a melhor solução naquele momento, tendo em vista a relação e a distribuição de forças em e fora de Angola e no real perigo da guerra civil*». Era evidente que «*Neto conta[va] também com as vantagens no campo político para o MPLA caso a paz se estabele[cesse] no país, tanto mais porque, no campo militar, com as últimas vitórias conseguiu, em grande medida, neutralizar a FNLA*».

Pelo que disse, consoante este comentário, convinha-lhe «*o acordo de Nakuru, o qual, claramente, tenciona[va] respeitar e executar na prática*». No caso da sua violação pela FNLA, era de «*prever que poderia servir de pretexto para o MPLA tentar um confronto militar final com a FNLA*», o que, possivelmente, teria «*como consequência a aliança com a UNITA que continua[va] a ser um dos objectivos da sua política*».

Era evidente que o MPLA se decidiu por uma actividade mais intensa entre os países africanos e que compreendeu a importância da componente africana na resolução da situação angolana. Nesse sentido, «*a decisão do independente Moçambique de apoiar o MPLA foi extremamente importante*».

Outra conclusão desta «*Informação*» foi que «*o Acordo de Nakuru era frágil e incerto*». Dava que a impressão que não convinha à FNLA e que, realmente, era de se «*esperar ainda mais um confronto entre o MPLA e a FNLA*».

### **De Lisboa e de Dar es Salam, os acontecimentos em Angola**

À crítica evolução interna em Portugal juntou-se o agravamento da situação em Angola (e, nesse momento, «*igualmente, mais intensa nos Açores — oposição ao MFA, ou seja, tendências para a secessão, a "independência"*»). Após estas primeiras linhas deste seu telex para Belgrado,<sup>1049</sup> o embaixador Stóiakovitch acrescentou que «*segundo o que nos disse M. Cruz, director-geral da Direcção Política do MNE, o ministro Antunes foi a Angola para fazer a última tentativa de apaziguar a situação*», mas já partiu pessimista. «*A crise angolana superou, definitivamente, as possibilidades da influência de Portugal*». Embora, antes, tives-

<sup>1049</sup> Datado de 16 de Julho foi o n.º 294 desse ano, (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

sem recusado a internacionalização, nessa altura, aprovaram essa orientação, mas somente no plano africano — o empenhamento da OUA. Porém, nem dessa possível solução esperavam algum resultado mais eficaz a seguir ao insucesso de Kenyatta e das missões de Kaunda e Nyerere. Nesse momento, não pensavam na ONU porque contra isso estavam todos os três movimentos.

Do mesmo modo, afirmou que, em Angola, *«as tropas portuguesas começaram a recusar as ordens de intervenção, parecendo que "a guerra civil" era uma realidade inevitável e que uma das partes tem que vencer»*.

Outra informação foi de que *«da conversação com Cruz não se tinha a impressão de qualquer divergência mais séria entre Holden e Mobutu»*, desde que este último quis para si as ligações com Savimbi e, por isso, talvez a disputa por parte de Holden. *«Supostamente, mais uma razão para uma certa "desavença familiar" foi também o facto de que a FNLA aceitou uma infiltração exagerada dos chineses»* (segundo o embaixador francês em Lisboa, tinha informações de que *«os chineses começaram a ter igualmente um maior empenhamento ao lado de Neto»*).

De resto, os portugueses tinham dificuldades com Mobutu devido, entre outras coisas, a que os acusava de tolerarem que os antigos refugiados do Catanga se incorporassem nas forças armadas do MPLA.

Depois, o diplomata português falou-lhe acerca do agravamento da crise dos Açores e *«o chefe do gabinete do presidente Gomes não só o confirmou, mas até disse-[lhe] que Gomes convenceu o ministro Antunes a ir lá urgentemente»* com o objectivo de apaziguar a situação através da sua influência pessoal.

Consoante um plano elaborado de actividades internas para a destabilização do regime que foi acompanhado de actividades sincronizadas no exterior como em Angola, Açores e, nesse momento, pela atitude da Europa Ocidental nas negociações da CEE com Portugal. Por causa disso, para o citado embaixador francês, Melo Antunes que deveria partir para o Rio de Janeiro (18/Jul.) e Bruxelas (22/Jul.), era de prever que anularia tais viagens *«"porque, em Portugal, de facto, não havia um governo com o qual se pudesse ter negociações acerca de ajudas e futuras relações"»*.

Nesse mesmo dia (16/Jul.), de Dar es Salam, o SFNE recebeu do embaixador Kochin a cópia de um telegrama (em francês) do MPLA informando de que *«depois dia onze corrente forças da FNLA provocaram incidentes contra instalações MPLA e populações stop direito*

*resposta conduziu FAPLA/MPLA/milícias autodefesa passar contra-ofensiva destruindo quartéis FNLA obrigando fuga dirigentes Zaire stop».*<sup>1050</sup>

Após essa derrota, a reacção foi uma «*invasão de tropas zairenses no norte país, ameaçando a generalização do conflito*», seguindo-se a surpresa da posição do governo português «*a fazer o jogo da reacção*», pelo que recusavam todas as intervenções e apelavam «*à solidariedade política, moral e material das forças progressistas e dos países não-alinhados para impedir o expansionismo de Mobutu*» contra uma verdadeira independência de Angola.<sup>1051</sup>

### **Uma reunião na ASPTJ acerca da situação em Angola**

Por iniciativa da Comissão de Relações Internacionais e Cooperação (CRIC) da ASPTJ, realizou-se uma reunião (23/Jul.) que foi dedicada «*à análise da situação mais recente em Angola, ou seja, das possíveis e necessárias acções, principalmente, da Aliança Socialista a esse respeito*».<sup>1052</sup> Nessa reunião, estiveram presentes ainda representantes da Comissão de Relações Internacionais da Presidência da LCJ, Presidência da RSFJ, USJ<sup>1053</sup>, SFNE<sup>1054</sup> e a UJSJ.<sup>1055</sup>

O motivo da convocação desta reunião foi a anunciada visita da delegação<sup>1056</sup> do MPLA à Jugoslávia a convite da ASPTJ, algumas mensagens recebidas da direcção do MPLA e da embaixada em Dar es Salam, e a situação crítica em Angola. O objectivo principal da delegação era de «*dar a conhecer em pormenor aos interlocutores na Jugoslávia a situação mais recente de Angola e de efectuar consultas políticas acerca da actual posição do MPLA e sua futura estratégia*». Como a ASPTJ tinha a seu cargo os contactos e cooperação

---

<sup>1050</sup> (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>1051</sup> O subscritor deste telegrama, José Condesse, tinha sido o representante do MPLA em Belgrado (1970-74).

<sup>1052</sup> (AJ, 142, Angola, A-011).

<sup>1053</sup> A União dos Sindicatos da Jugoslávia apoiava há alguns anos a organização sindical do MPLA. Dias antes (18/Jun), tinha entregado 3 000 dólares (EUA) a um seu funcionário sindical «*durante a sua estadia em Belgrado nas comemorações da Cruz Vermelha*», (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>1054</sup> Um dos seus representantes nesta reunião, Nikola Chachitch, seria o primeiro embaixador jugoslavo em Angola, onde chegou uma semana depois da sua independência.

<sup>1055</sup> A União da Juventude Socialista da Jugoslávia tinha relações (concessão de bolsas de estudo, etc.) com a organização juvenil do MPLA.

<sup>1056</sup> Esta delegação, chefiada por Iko Carreira, chegou a Belgrado em Setembro.



com o MPLA, essa sua tarefa foi justificada<sup>1057</sup> e «*algumas ideias básicas foram postas à discussão, na qual participaram todos os presentes, pod[endo]-se resumir ao seguinte*»:

Após a reunião em Nakuru, havia alguns novos elementos na evolução da situação em Angola e em seu redor. Assim, por ocasião da recente visita a Luanda, Melo Antunes anunciou que «*Portugal muda[va] de orientação quanto à resolução do problema angolano no sentido da sua internacionalização (intermediação da ONU ou OUA)*». Do mesmo modo, devido ao reforço da posição do MPLA, apareceram mudanças na atitude de certos países vizinhos como, por exemplo, «*o Zaire procura[va] estabelecer contactos com o MPLA e o Congo renuncia[va] às suas pretensões quanto a Cabinda*». A respeito do separatismo de Cabinda, somente três países (Zaire, Uganda e Gabão) ainda o apoiava claramente. Igualmente, havia uma mudança nas relações com a China que, nessa altura, já ajudava o MPLA. Esta enumeração de mudanças termina com uma referência aos últimos confrontos em Luanda, em que «*o MFA pareceu que se afastou da sua posição de "activo neutralismo" em relação aos três movimentos. A questão esta[va] se, em base disso, pod[ia]-se falar de que no MFA algo se muda[va] a longo termo*».

Considerando que os citados «*confrontos mais recentes mostraram que a força militar do MPLA se reforçou*», afirmou-se depois que «*o objectivo da nova acção do MPLA, em Luanda, foi de natureza estratégica*». De acordo com os presentes nesta reunião da ASPTJ (uma dezena de diplomatas, dirigentes e funcionários políticos), «*Neto sempre contou que teria de se chegar até ao confronto militar com a FNLA e, ao mesmo tempo, calculou que sem força militar nem um movimento pod[ia] entrar numa aliança política*». Por isso, noutra conclusão, «*o último confronto em Luanda foi provocado para obrigar a UNITA a uma aliança com o MPLA*», em que mostrou estar relativamente bem armado e ser politicamente e militarmente superior. Todavia, «*não desejava nem queria ir sozinho para a tomada do poder, mas sim esforçar-se-ia em exercer pressão sobre os outros dois movimentos a colaborar*». O MPLA julgava, segundo a sua avaliação, que se podia impor politicamente pelo que «*a questão que precisava ser esclarecida era, em que medida, esta avaliação era correcta*».

Para o MPLA, o principal obstáculo não era a FNLA porque a sua posição, no Zaire, tinha-se desgastado consideravelmente. Dado que Mobutu não conseguiu manipular Holden naquela medida que desejava, «*seguramente, ele não queria mais apoiar-se exclusivamente*

---

<sup>1057</sup> Porque «*sentiu-se a necessidade de se analisar pormenorizadamente, em participação conjunta com todas as instituições e organizações interessadas, os acontecimentos em Angola, identificando e explicando o mais profundamente os problemas, em particular aqueles que influenciam o nosso empenhamento, que determinam as suas direcções e intensidade fundamentais*».

no Holden». A uma mesma conclusão chegou também «o Ocidente que se orienta[va], cada vez mais, na direcção da UNITA», calculando uma tática em que se contava com o confronto do MPLA-FNLA para se reforçar a UNITA que garantia melhor os seus interesses. Ademais, nessa altura, «talvez, até os socialistas portugueses contavam com ela». Para eles, não convinha a FNLA que era «um claro expositor dos interesses ocidentais. Um tal movimento [era] até inaceitável para o grande capital de Portugal». Para determinadas forças no MFA a combinação mais aceitável era «a do MPLA-UNITA, porque nela reunir-se-ia a orientação radical da MPLA e garantir-se-ia que a UNITA não fosse demasiado à direita».

A UNITA era para o MPLA um problema maior do que a FNLA, porque do «confronto destes dois movimentos tira[va] lucros constantemente e jogava um jogo muito hábil». O MPLA sabia desse jogo, mas as acções para uma aliança com a UNITA falharam, porque não tinha conseguido ajustar contas com o Holden. Ademais, «o Ocidente volta[va]-se, cada vez mais, para a UNITA», enviando-lhe ajuda, através da RAS, pela qual, «ao mesmo tempo, os países ocidentais introduziam-se economicamente<sup>1058</sup> em Angola».

Existia «uma grande interdependência entre a situação em Angola e a situação em Portugal. A par disso, era preciso ter em vista que o MFA em Angola não [era] progressista, que a PIDE ainda não fo[ra] liquidada». Além disso, no MPLA, estavam «insatisfeitos com o papel do Melo Antunes (o qual, [nesse momento], Soares quer[ia] pôr no lugar de Gonçalves)». Quanto à internacionalização do problema que ele propunha «não podia convir ao MFA e não era do interesse de Portugal».<sup>1059</sup>

A respeito ao papel do Zaire, este devia «ser considerado no contexto de Cabinda». Em Brazavile, «chegou-se a uma revisão das relações acerca de Cabinda», sendo evidente que «o Congo nunca a poderá ter, mas o Zaire ou Angola podiam».

A Cimeira em Nakuru, em meados de Junho, «foi um sucesso para o MPLA» porque o acordo deveria permitir a criação de estruturas militares que conviriam ao MPLA. Pelo ocorrido uma semana antes no plano militar, era «um facto que o MPLA ajustou contas, em Luanda, com a FNLA. Isto foi feito também por causa de Holden desejar impor-se através dum golpe de Estado. Como, em África, um golpe de Estado só é possível na capital, com este lance isso foi impedido». Segundo as conclusões deste documento da ASPTJ, «o MPLA iria procurar seguramente uma tripla aliança para se chegar até à independência, porque equilibrar as relações», acrescentando sem justificar que «seguramente, nenhum dos três movimen-

<sup>1058</sup> Como alguns dos presentes conheciam o suficiente acerca da economia angolana, pode-se considerar, além do erro, que queriam dizer militarmente.

<sup>1059</sup> Uma posição também assumida pela diplomacia jugoslava.

*tos pensa[va], então, que podia sozinho tomar o poder. Disso, seguramente, o MPLA esta[va] igualmente consciente».*

No caso das forças progressistas, em Portugal «*chegarem ao poder, o MPLA poderia contar talvez com isso para tomar sozinho o poder*». Porém, a chegada de qualquer outra força ao poder em Angola (sem o MPLA) atiraria a África para grandes dificuldades. Ademais, devia-se observar a situação em Angola «*em função da independência de Moçambique, que apoiava exclusivamente o MPLA*».

Quanto às mudanças mais recentes na Zâmbia, estas davam a esperança de que, no futuro, teria um outro comportamento. Outra previsão foi que, como cada internacionalização podia ser catastrófica, «*a OUA procurar[ia] chegar de novo a um certo compromisso*». Era difícil que fosse para «*o envio de tropas para Angola. Isto até não se podia fazer porque Angola ainda não [tinha alcançado] a independência*».

Ficou constatado que «*a par de relativamente frequentes contactos com representantes do MPLA, ainda havia [entre eles] bastantes incógnitas em relação à verdadeira situação em Angola*». A seguir, um dos representantes do SFNE formulou os aspectos e as dúvidas principais dessa situação, referindo-se desde as posições militares do MPLA, os planos secessionistas (Cabinda), a UNITA até às cimeiras de Nakuru e Kampala, passando por um hipotético federalismo, as relações MPLA-MFA e o Zaire.<sup>1060</sup>

Sem embargo, achando que «*o exame dos acontecimentos angolanos era incompleto e, por vezes, demasiado simples, foi realçada a necessidade da presença, em Angola, ser mais próxima e imediata possível*». Isso seria atingido com a abertura do consulado, embora aprovada continuava a ser adiado, e o envio de um correspondente permanente da TANJUG para Angola.

---

<sup>1060</sup> Estas 8 questões tiveram os seguintes comentários: «— 1.º) em geral, são-nos conhecidas as constatações acerca das posições do MPLA, mas não temos uma representação acerca da sua posição em certas regiões do país; //— 2.º) não é claro quanto são possíveis, reais e realizáveis os planos para a divisão de Angola (secessão de Cabinda etc.), não só no contexto da situação em Angola, bem como num contexto africano mais amplo; //— 3.º) acerca do movimento UNITA e sua orientação a longo termo há informações contraditórias de que deveriam ser confirmadas de certa maneira; //— 4.º) não é claro quanto é realista falar acerca do federalismo sobre as bases tribais de Angola; //— 5.º) é necessário considerar claramente as relações MPLA-MFA de Portugal, em particular, quanto ao que está unido ou desunido quanto à Angola; //— 6.º) não é claro também a atitude do Zaire e o que ele pode ou não pode aceitar em Angola. A evolução actual da situação em Angola é agora desfavorável para o Zaire e a questão é como ele se irá orientar no futuro; //— 7.º) é necessário avaliar os resultados e o acordo promulgado em Nakuru. Com este acordo, parece que o MPLA ganhou e que imediatamente após este provocou confrontos com a FNLA, aspirando a liquidar este movimento. A questão está quanto são reais os cálculos de que o MPLA se pode impor como o único movimento e se também, em Angola, tais alianças são agora possíveis; //— 8.º) A questão do presente e futuro papel da OUA é particularmente actual em vésperas da sua Cimeira, em Kampala, que necessita aprovar determinados posições e decisões quanto à Angola.».

Outras propostas para actividades imediatas foram aprovadas nesta reunião. Numa dessas propostas, começando por partir da «*situação em Angola no quadro das relações e acontecimentos globais internacionais*» e de uma maior actividade diplomática, «*acima de tudo entre os países não-alinhados e socialistas*» na ajuda ao MPLA, respondia-se favoravelmente ao seu recente pedido de apoio contra a «*internacionalização do problema angolano*», assim como se julgava necessário um maior empenho «*na descoberta de uma solução nacional para o problema angolano*»<sup>1061</sup> por parte da Jugoslávia «*em cooperação com os parceiros africanos e outros*».

Apesar de se poder, através de Angola, «*ameaçar a via democrática da evolução em Portugal, [era] preciso ter em vista que o MFA em Lisboa e o MFA em Luanda não era o mesmo, que em Angola esta[vam] ainda elementos colonialistas muito fortes*». Porém, também ali, podiam «*fazer mais em relação ao MFA, seguramente mais em Lisboa. Isto quanto antes, porque quase todos os actores da situação angolana esta[vam] prontos e interessados em se consultar [com eles]*».

Seguem-se três breves recomendações acerca da imprensa jugoslava e Angola, de uma localização das posições dos três movimentos e de «*conversações directas com os principais parceiros africanos*»<sup>1062</sup> devido à Cimeira da OUA. Embora breves, estas recomendações indicam pormenores e aspectos da situação nestes três campos de actividades, em que as lacunas apontadas nos dois primeiros só foram corrigidas definitivamente após o 11 de Novembro angolano.

---

<sup>1061</sup> «*Deve-se considerar a situação em Angola no quadro das relações e acontecimentos globais internacionais. É um facto que o imperialismo recebeu pesadas derrotas num período relativamente curto (Indochina, Portugal e Próximo Oriente) e que as forças do progresso estão em acção. Isto impõe também a necessidade de uma nossa maior actividade, acima de tudo entre os países não-alinhados e socialistas. Dever-se-ia accionar a mais ampla acção no plano político que mobilizasse todas estas forças no sentido do desfecho progressista da situação em Angola. O nosso bilateral apoio e ajuda ao MPLA é importante, mas neste momento é ainda mais importante ir para um amplo leque de apoios internacionais, pelo que devemos ser mais activos do que até agora. Uma das questões acerca da qual podíamos claramente e publicamente se orientar é a questão da internacionalização do problema angolano. O MPLA orientou-se contra a internacionalização e pediu o nosso apoio. Não só por isso, mas ainda pelo facto de que a internacionalização nas condições africanas teve antes frequentemente trágicas consequências (por exemplo, no Congo), deveríamos empenhar-se, em cooperação com os parceiros africanos e outros, na descoberta de uma solução nacional para o problema angolano. O mesmo se passa igualmente com a questão do separatismo em Angola, apesar que seguramente esta questão já foi superada, tendo em vista a realidade africana*».

<sup>1062</sup> «*A nossa imprensa é, em geral, informada passivamente quando se trata de Angola. Por isso, dever-se-ia propor-lhe o conceito da nossa visão da situação angolana, talvez ir até algum comunicado para a imprensa*»; «*Agora é indispensável localizar exactamente cada movimento, porque as posições dos três movimentos são agora diferentes do que eram no tempo da formação do Governo Provisório em Angola*»; «*Igualmente foi expressa a ideia de que a Jugoslávia deveria ir, antes e depois da Cimeira da OUA, para conversações directas com os principais parceiros africanos*».

Para terminar este relatório, foi reafirmado que era «*necessário sublinhar que o MPLA continua[va] a ser o [...] principal parceiro*», podendo a Jugoslávia oferecer-lhe uma importante ajuda política. A par disso, Angola devia-se colocar no contexto de toda a África e, ao mesmo tempo, não devia «*criar situações em que não poder[ia]m influenciar os restantes factores da situação angolana*». Particularmente, quando se tratava do Zaire devia-se ser mais flexível e não empurrá-lo para extremismos. «*Neste sentido, dever-se-ia ter a iniciativa de através da nossa imprensa mostrar algumas partes positivas da realidade zairense*».

Quanto a um último pedido do MPLA para fornecimento de nova ajuda militar, foi-lhes dito «*que seria difícil realizar uma nova ajuda, tendo em conta que os meios para esse fim, nesse ano, esta[va]m esgotados*».<sup>1063</sup> Todavia, foi recomendado que, mais uma vez, as possibilidades fossem reexaminadas para um possível envio de uma certa ajuda suplementar, «*tendo em vista a excepcional situação complexa em Angola e o facto de se encontrar actualmente num momento crítico, do qual a solução depende não só dos processos em Angola, mas também em toda África*».

### **De Brazavile, outro navio para Luanda**

Além da ausência de documentação acerca do agravamento da situação político-militar angolana, principalmente a partir de meados de Julho, com os confrontos militares, em Luanda,<sup>1064</sup> entre a FNLA e MPLA, não foi nem encontrada qualquer menção ao «*ataque à Vila Flor*»,<sup>1065</sup> ocorrido no dia 27 desse mês. No entanto, a respeito a esse confronto entre forças militares portuguesas e do MPLA, essa falta documental foi atenuada pela citação de uma declaração de Agostinho Neto<sup>1066</sup> por Iko Carreira numa conversaçã (1/Ago.) com o embaixador jugoslavo em Brazavile.

---

<sup>1063</sup> Embora sem uma referência mais precisa, este pedido podia ser o que foi apresentado em 15 de Maio.

<sup>1064</sup> A partir da chamada Batalha de Luanda (14-20/Jul.), que terminou com a derrota da FNLA, o MPLA passou a ser o único movimento com forças militares importantes na capital angolana além do exército português.

<sup>1065</sup> Ademais do citado Estudos Gerais da Arrábida (Jul./1997), *A Descolonização Portuguesa (Angola)*, Depoimentos do general António Silva Cardoso, brigadeiro Heitor Almendra e General António Gonçalves Ribeiro. [«*Estudos Gerais da Arrábida - A Descolonização Portuguesa - angola\_1997\_07\_31.pdf*:»], consultado em Dezembro de 2016, ver também: Paredes, Margarida, «*Masculinidades coloniais no fim do império português: o ataque à Vila Alice, Luanda, 1975*», Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano VI, N°XII, Dezembro/2013. [ <<http://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88945>>]. Consultado em Dezembro de 2016.

<sup>1066</sup> Na qual, afinal, a sua exigência duma «*retirada urgente do exército português referia-se às unidades especiais, fora do quadro das forças integradas, que aterrorizavam e pressionavam o povo*», acrescentando que o MPLA era «*pela estrita execução dos acordos do Alvor e de Nakuru, [na mesma linha] da posição do regime português. Portugal tinha, legalmente, o direito a intervenções militares com o objectivo do cumprimento do*

Quanto a outras informações acerca de Angola, o mesmo embaixador já tinha comunicado ao SFNE (29/Jul.) que, segundo «*Van-Dúnem Loy, membro do Estado-Maior do MPLA, [...] igualmente, o material soviético (ajuda) que se encontrava em Pointe Noire, durante os últimos oito dias, foi carregado num navio para Luanda*». <sup>1067</sup> Ademais, Iko Carreira confirmou-lhe que a ajuda jugoslava, «*em armas e equipamento, descarregada dos aviões, em Brazavile, e dos barcos, em Pointe Noire, foi transportada e já estava em Luanda*».

### III.4— Outros dois Governos Provisórios (Agosto a Dezembro)

Nesses meses, o acompanhamento da situação política portuguesa continuou a depender, principalmente, da embaixada em Lisboa, bem como das informações mais esporádicas de algumas missões diplomáticas noutros países europeus e nos EUA, mantendo-se presente a não-ingerência jugoslava e as suas ligações com o Governo, MFA, PCP e PS. Uma posição bem diferente, a do seu apoio político-militar ao MPLA, que continuou nesse período e até foi reforçada, mas sem consequências negativas para as relações entre os dois países que, em Outubro, foram marcadas pelas visitas oficiais de Miloche Minitch a Portugal e de Costa Gomes à Jugoslávia.

#### III.4-1— O V Governo (Agosto e Setembro)

##### A tomada de posse

Ao informar o SFNE (8/Ago.) de que, nessa sexta-feira, «*ao meio-dia, por fim, realizou-se a tomada de posse do recém-formado V Governo Provisório de Portugal*», o embaixador jugoslavo referiu que «*apesar do presidente Gomes o ter qualificado de apartidário (o que era, formalmente, certo), todavia, nele, além dos militares que [estavam e ficaram], igualmente, permaneceram os civis que eram da esquerda independente de orientação socialista*». Quanto aos novos ministros, estes tinham essa mesma orientação política, uma informação mais detalhada seria enviada nesse dia e também comunicou, solicitando o envio dum telegrama de felicitações, que «*o novo ministro dos Negócios Estrangeiros (um civil), Dr. Mário João de Oliveira Ruivo*», foi no anterior governo, secretário de Estado das Pescas.

---

*acordo acerca da concessão da Independência à Angola. Igualmente, esperavam uma atitude positiva por parte do actual triunvirato português*», (ADMNE, F-226, Angola, 1975).

<sup>1067</sup> *Ibidem.*

Nesse mesmo dia, Stoíakovitch enviou a prometida informação mais detalhada acerca do novo «quinto consecutivo Governo Provisório formado, por fim, após quase um mês, pelo primeiro-ministro Gonçalves». Mencionou depois a sua composição, começando pelos seus «sete ministros — militares membros do MFA: uns dos dois vice-primeiros-ministros, enquanto os restantes ficaram à frente dos ministérios da Defesa, Indústria, Trabalho, Educação, Informação e da Administração Interna».<sup>1068</sup> Dos membros do MFA no anterior governo, «além de Melo Antunes que pediu a demissão, saiu ainda o coronel Fernandes».<sup>1069</sup> Relatou, em seguida, que não tinha «representantes dos partidos da anterior coligação, com a excepção do MDP (ficou o seu líder [Pereira] de Moura e J. Fragoso que manteve o ministério das Finanças». Igualmente, não faziam parte «alguns socialistas independentes (Cravinho, ministro da Indústria, Sampaio, secretário de Estado no MNE que já antes apresentara a demissão)». Nomeou, a seguir, os seus vice-primeiros-ministros, outros ministros e os ministérios ainda sem secretários de Estado, concluindo que não obstante «as longas consultas, no entanto, o governo foi formado e apesar de incompleto, sob a pressão dos acontecimentos, mesmo assim-assim, poderia atenuar a crise aguda por causa da sua inexistência».

Nos dois pontos seguintes, relatou a tomada de posse do Governo, salientando os pontos principais dos discursos de Costa Gomes<sup>1070</sup> e de Vasco Gonçalves,<sup>1071</sup> e algumas reacções

<sup>1068</sup> Traduzido, em sérvio-croata, como Assuntos Internos.

<sup>1069</sup> Referia-se a José Augusto Fernandes, ministro do Equipamento Social e do Ambiente.

<sup>1070</sup> Nele, «pleiteou pelo pluralismo, o respeito da liberdade pessoal, por um tempo moderado no processo da passagem ao socialismo ("de forma a que o socialismo português pudesse ser capaz de fazer frente às oposições internas e externas"), pela cooperação de todas as forças progressistas e partidos políticos, sublinhando a obrigação do novo Governo de cumprir o "Plano de Acção Política" ("não posso fechar os olhos perante o facto de que o povo quer uma via pluralista, com o respeito dos partidos políticos, até mesmo aqueles na oposição)". Depois, referiu as dificuldades económicas, a necessidade duma solução rápida da crise de poder e o papel e a responsabilidade dos meios de informação. Apelou ainda «ao povo para evitar conflitos e violência, ao MFA para cuidar da sua própria coesão, da sua missão patriótica e de ficar de fora das opções partidárias, e com os partidos políticos, fossem aliados ou da oposição, em que o Directório contava, procurar a cooperação e a co-responsabilidade no processo revolucionário». Uma nota: caso se comparar a tradução (em sérvio-croata) das duas frases citadas com as proferidas nesse discurso, verifica-se que essas frases apresentam suficientes diferenças para que as suas aspas sejam abusivas.

<sup>1071</sup> Segundo Stoíakovitch, «Gonçalves salientou que a formação do Governo foi um passo importante para a superação da difícil situação, realçando que a crise era o resultado da actuação de diversos factores: dificuldades da economia nacional, conduta dos capitalistas nacionais, situação em Angola, pressões externas, bem como os próprios erros e a incapacidade das forças revolucionárias de responder às necessidades do momento. Tudo isso permitiu a ofensiva da reacção». Além disso, anunciou medidas de poupança e certas restrições, «mas ao mesmo tempo uma ajuda significativa ao campesinato que tinha sido negligenciado, apelando também à cooperação com a pequena e média burguesia "de forma a aumentar, em conjunto, a frente da Revolução"». No fim do discurso, fez um apelo «à contenção nas reivindicações dos trabalhadores, concluindo que a reconciliação e a unidade do povo com o MFA eram a garantia do processo revolucionário». Outra nota: a frase citada não existe no discurso. Todavia, o resumo dos dois discursos corresponde aos factos e ideias proferidos pelos oradores.

a seu respeito como um «*pronunciado cepticismo numa parte da imprensa e na maioria do corpo diplomático*» e as suas inúmeras oposições resultantes «*das condições em que foi formado*», citando, entre as mais importantes, «*a posição do chamado grupo moderado no CR e MFA*»<sup>1072</sup> e a carta que Mário Soares enviou a Costa Gomes.<sup>1073</sup> Igualmente, mencionou que «*paralelamente com isso, um certo desacordo com essa evolução foi formulado*» por um grupo de intelectuais socialistas independentes que tinham saído «*a seu tempo do Movimento de Esquerda Socialista (MES)*».<sup>1074</sup>

Tendo em vista toda a evolução da crise e a evidente ausência de um amplo apoio político, «*o novo Governo não teria, apesar do apelo do Presidente da República, a indispensável autoridade*». Esse apoio não podia esperar «*nem da parte dos partidos e grupos liberais e burgueses, nem mesmo dos socialistas e democratas populares, mas, o que era sobretudo importante, nem de todo o MFA e, provavelmente, nem entre outros grupos de esquerda*». Ademais, no plano internacional, «*(em particular, entre os países europeus e EUA), o Governo não podia contar na confiança e apoio*». Não só porque o primeiro-ministro Vasco Gonçalves continuava a ser contestado, mas também pela falta de disposição para auxiliar um governo que, na realidade, foi o resultado do predomínio das correntes radicais, pelo que se deveria esperar mais o contrário, ou seja, a continuação das pressões. Portanto, o novo Governo não podia contar «*na ajuda e nos créditos prometidos, o que dificultaria ainda mais a sua capacidade para resolver toda uma série de questões internas*».

Concluindo, Stoíakovitch considerou que, «*no total, o novo Governo era claramente só transitório, uma solução provisória e, certamente, não poderia sobreviver por muito tempo*».

### **Em meados de Agosto**

Na ausência do embaixador Stoíakovitch, o conselheiro Spasitch informou o SFNE (14/Ago.) de que «*na evolução de Portugal era característico, num grau cada vez maior, que,*

---

<sup>1072</sup> Precisamente, «*um dia antes da tomada de posse, nove membros do CR (entre eles também Antunes, até então ministro dos [Negócios] Estrangeiros) entregaram ao PR um documento em que, como fundamental, exprimia o desacordo com o curso até aqui e o ritmo do processo revolucionário. A imprensa que publicou o texto completo (chamou-lhe «Documento Melo Antunes») com o nome dos subscritores, mencionou ainda 16 oficiais que apoiaram este documento*».

<sup>1073</sup> Enviada no mesmo dia do Documento dos Nove, «*em que alertava Gomes de que, "precisamente, se preparava, com a sua autoridade de PR, para sancionar um governo ultra-minoritário, sem autoridade, que apenas representava 18 % do eleitorado"*».

<sup>1074</sup> Entre os quais «*o anterior secretário de Estado no MNE, [Jorge] Sampaio, o ministro da Indústria, [João] Cravinho, o historiador César Oliveira e outros*».



*afinal, não tinham sucesso, pelo menos numa medida desejada, as tentativas de eliminar as divergências nas estruturas directivas do Conselho da Revolução e do MFA».*<sup>1075</sup>

Referindo a cisão no CR entre os membros do «grupo de Melo Antunes» e os da «linha radical do MFA», acrescentou que «era característico que dessa orientação não se distanciavam somente os "moderados". A demissão de membro do CR e do cargo de comandante da Academia Militar, o general Pinto Soares (esteve à frente da delegação do MFA na Jugoslávia), que de resto pôs reservas às posições dos citados nove», justificando-a pela exagerada radicalização das posições políticas no CR, pela falta da sua autoridade e ausência de um clima de confiança, «foi um acto que podia mostrar que tinha começado o abandono do "barco que se afunda"».

Relatou, depois, que «os socialistas aumentavam a pressão com manifestações em Lisboa, Porto e ainda noutras localidades, exigindo a rápida demissão do primeiro-ministro Gonçalves e do seu governo. Igualmente, atacaram rudemente alguns membros do CR — almirante Coutinho, o ministro do Trabalho, C. Martins (considerado como seu próximo), o comandante da quinta divisão (política) do exército, R. Correia (exig[ia]m ainda a dissolução desta divisão por causa da dominação nela do PC), assim como o ministro da Informação, Jesuíno. Manifestações semelhantes inauguravam também os democratas populares (PPD)».

Além da falta de qualquer comunicado que fosse acerca da última reunião do CR, da qual seria lógico esperar as decisões mais importantes, «tendo em conta que se realizou após a expulsão do "grupo moderado" e sem a sua presença, mostrou que apesar das purgas continuava presente a discórdia na actual "purgada" composição do CR». Dando um exemplo, Spasitch mencionou a fuga de informação de que o general Fabião, comandante do Estado-Maior do Exército, «"exprimiou uma certa insatisfação porque [então] no CR havia poucos representantes desse ramo das Forças Armadas"».

Noutra informação a respeito da «mensagem do presidente Ford para o PR Gomes e a conversação do embaixador americano aqui com Gomes, antes da partida para consultas em Washington,» estas faziam parte da pressão dos EUA sobre este último devido «às concessões excessivas a Gonçalves e à corrente radical».<sup>1076</sup> Além disso, a mensagem que lhe enviaram

<sup>1075</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975. Por este documento (telex n.º 333/75 de 14/Ago.), pode-se pressupor que Stoíakovitch esteve ausente, pelo seu último telex (n.º330 de 8/Ago.) ao seguinte (n.º342 de 24/Ago), de Portugal.

<sup>1076</sup> Nesse dia (14/Ago.), o SFNE enviou para a embaixada, em Moscovo, uma informação dos «Nossos [embaixada] de Washington. Fontes do SD [Departamento de Estado] acerca acontecimentos em Portugal», cujo texto é o seguinte: «Gonçalves identificado como personalidade que colabora mais estreitamente com PC, e estará

*«figuras públicas americanas apoiando as posições dos socialistas, igualmente, fazia parte de tais acções».*

Quanto à chegada do primeiro-ministro dinamarquês a Portugal *«(a convite dos socialistas) e o facto de que ignorou o encontro com o seu colega Gonçalves (como com qualquer outro membro do governo), mas teve um encontro com Gomes, foi um sinal do não-reconhecimento deste governo por parte dos países europeus e da CEE».* Esta indiscutível pressão foi ao mesmo tempo *«uma declaração pública de falta de confiança em relação ao novo governo e a Gonçalves pessoalmente».*

Acerca da *«conduta dos factores externos envolvidos»*, relatou que foi característico (pelo menos a imprensa nada disse) que não foi enviado *«nem um cartão de felicitações ao novo Governo»*, excepto o cartão de Minitch para o novo ministro Mário Ruivo. Assim, dessa vez, esse sinal mostrou um *«amplo distanciamento internacional (ausência até do apoio [dos países] do «lager») que, seguramente, iria influenciar também as possibilidades governativas de actuação no país».*

#### **Um pedido de informações do SFNE**

Dois dias passados (16/Ago.), citando o anterior telex de Spasitch, o Gabinete do secretário federal comunicou à embaixada em Lisboa que, naquele momento, lhes faltavam *«avaliações concretas tanto das intenções dos factores chave em Portugal como quais eram os resultados da crise portuguesa».* Caso, de qualquer maneira, fosse possível chegar até tais informações, que *«tentasse saber o mais possível das personalidades adequadas».*

Para a obtenção dessas informações *«podiam utilizar nos contactos»* o seguinte: *«em Helsínquia, o nosso Presidente falou com todos os interlocutores de que era necessário que as ingerências exteriores fossem o menos possível, e que todos aqueles que, do exterior, pudessem influenciar algo, deveriam influenciar os socialistas, comunistas e o MFA a conse-*

---

*numa situação que, em breve, abandona o cargo. No SD, consideram que a mudança de governo que se espera não deve provocar conflitos muito amplos no país, porque todos os factores políticos, em P.[Portugal], são contra isso. Provavelmente, Gonçalves apresentará a decisão da demissão quando compreender que perdeu o controlo sobre o MFA ou fará isso na situação quando a maioria dos membros do MFA tenha passado para o lado de Antunes. Caso vencer a corrente moderada em P., a CEE prestará uma ajuda económica bastante efectiva, cerca de 400 milhões de dólares. A orientação do PCP desde o início de um estabelecimento de fortes ligações com o MFA com a negação da disposição dos eleitores mostrou-se errada. O prestígio do PC caiu também por causa do apoio às medidas radicais que o governo efectuou no campo da economia. A gente das aldeias fora conduzida a uma insegura posição psicológica. // Quanto à posição da URSS, consideram que quer estar presente em P. por meio do desenvolvimento das relações económicas, cooperação cultural e através das ligações com o PC, ao qual prestam importante ajuda material. Sobre esse tema, falaram com os representantes da embaixada soviética, os quais, rejeitaram as críticas, sublinhando que eram pelo desenvolvimento do sistema democrático em P. e contra as ingerências».* Embora uma cópia deste documento se encontre no fundo de Portugal (ADMNE, F-113, 1975), não se pôde confirmar se outra cópia foi enviada para a embaixada em Lisboa.

*guir um acordo, o mais rapidamente possível, acerca da cooperação com um determinado programa mínimo, para se evitar o perigo dum golpe contra-revolucionário».*

**«Avaliações da evolução actual no PC»**

Após quatro dias (20/Ago.) da recepção do pedido de Belgrado, Spasitch relatou, num longo telex,<sup>1077</sup> a sua conversação com «Aurélio Santos, chefe da Secção Internacional do CC do PCP» que repartiu por quatro pontos (a crise, a conversação entre Álvaro Cunhal e Costa Gomes, as relações com os socialistas e algumas conclusões).

Avaliando «a divisão extremamente grave do MFA» como a principal causa da crise porque abrangeu, ao mesmo tempo, as fileiras das Forças Armadas, o dirigente comunista acrescentou: *«tornava-se mais visível que igualmente a estrutura social do MFA, logo que foi derrubada a unidade e a linha claramente formulada, já se tornou um factor da crise para a unidade nas Forças Armadas como um todo».* Assim sendo, o PC fazia esforços para que essa situação fosse superada e se restaurasse a unidade em redor *«da plataforma do desenvolvimento revolucionário e progressista, o que o MFA já enunciou a seu tempo e claramente».* Todavia, segundo Spasitch, estava *«bastante céptico quanto a um desfecho positivo ou, pelo menos, a próximo desfecho porque, naquele momento, não se previam ainda reais possibilidades para uma aproximação de posições e conciliação de opostos pontos de vista».* A influência do grupo, reunido por Melo Antunes, aumentava constantemente e conseguia apoios cada vez fortes nas Forças Armadas. Caso essa sua posição continuasse dirigida, basicamente, contra outras correntes progressistas, isso significaria a total e, talvez, a definitiva desintegração do MFA. Por essa razão, *«naquele momento, essa era a questão fundamental e dela dependeria todos os demais resultados».*

Era evidente que a discórdia no MFA era utilizada pela reacção, tanto no país como no exterior, com o objectivo de aprofundar mais a divisão existente. Aparentemente, tratava-se duma *«reivindicação para uma orientação "mais moderada" de desenvolvimento, a qual, fosse só mais próxima da concepção social-democrata. Contudo, isso era somente uma máscara para outras intenções — claramente, era que, após alguns meses do predomínio de um ritmo moderado de desenvolvimento, chegaria ao poder um verdadeiro regime direitista».*

Além disso, *«a influência do Ocidente»* era decisiva em certos meios, em particular, no PS e PPD. Igualmente, tentava de todas as maneiras possíveis intervir no sentido de bloquear o desenvolvimento socialista e, na realidade, intrometia-se bastante rudemente nos assuntos internos. Depois, Aurélio Santos mencionou: *«a pressão "brutal" que foi exercida*

<sup>1077</sup> Este foi o seu terceiro telex para o SFNE em 6 dias.

sobre o PR Gomes em Helsínquia "e isso numa Conferência em que a mensagem principal era a não-ingerência", as declarações públicas acerca disso na imprensa ocidental após Helsínquia, a recente declaração do primeiro-ministro holandês, a imposição de condições para as ajudas por parte do Ocidente com a futura opção política de Portugal, etc. [Por isso], eles no CC consideravam que não se tratava somente de pressões da social-democracia, mas sim de uma vasta ofensiva da reacção unida».

Em relação à «conversação de Cunhal com o PR Gomes», o diplomata jugoslavo comunicou que o seu interlocutor lhe disse que se tratou somente de trocas de opiniões e avaliações da situação, não tendo havido qualquer «"busca de soluções " (Gomes teve também encontros com dirigentes doutros partidos — PS, PPD, MDP, MES etc.)». Pensava que se tratou, no fundo, de uma tentativa de examinar as possibilidades de uma futura eventual coligação. Sem embargo, o PCP colocava a questão da sua base de apoio, porque «só poderia aceitar a sua participação ou cooperação no caso de se confirmar claramente uma plataforma que assegurasse às forças progressistas que elas traçariam o futuro rumo de desenvolvimento». Nesse sentido, naquele momento, o mais importante era a aprovação de medidas para a eliminação dos monopólios, uma reforma agrária eficaz, a destruição das estruturas capitalistas, etc.

Num terceiro ponto, falando das relações com os socialistas, o dirigente comunista afirmou: «como sempre, o PC estava aberto para todas as negociações, mas perante a actual evolução não via que se [pudesse] chegar a tais negociações tão depressa. Naquele momento, não havia nenhuma possibilidade». Porém, conforme estas suas notas, Spasitch acrescentou que «"seria aberta uma possibilidade de aproximação caso o PS introduzisse pelo menos pequenas mudanças nas suas posições"».

Ao concluir, no último ponto deste seu telex para o SFNE, salientou que «Santos parecia bastante preocupado. Na parte da conversação acerca do encontro de Cunhal com Gomes até demasiado reservado», quando se referiu a esse encontro que se realizou só por uma avaliação e não para uma solução da situação. Declarou mesmo que «seguramente, eles não podiam estar satisfeitos certamente com isso, porque isso podia significar que Gomes não lhes propôs nada e que não receberam o "estatuto" de protagonistas na seguinte evolução».

Ademais, conforme informações bastante difundidas, principalmente, «entre os socialistas mas também no corpo diplomático, de que no CC do PCP havia sérios desacordos e, nas bases, também o abandono das suas fileiras». Se fosse verdade, o que não era improvável, isso era «um sinal que se abriu, no interior do PC, um processo de análise das causas e

*da responsabilidade pela ampla ofensiva anticomunista e a diminuição da influência do partido, implicando, ao mesmo tempo, a acusação de indivíduos».*

Preliminarmente, poder-se-ia concluir, segundo Spasitch, «*que o PCP não podia contar mais, no interior do MFA, em manter o grau de influência que teve até essa altura*». Igualmente, as possibilidades de entendimento com as restantes partes da esquerda — especialmente, com o PS — eram bastante diminutas e que já se considerava «*o PC em menor escala (do que foi o caso há um ou dois meses) como uma constante na evolução seguinte*». <sup>1078</sup>

### **Outra conversação**

Para «*Rui Matias* <sup>1079</sup>, chefe da Secção Internacional do PS», esperava-se em breve a queda do Governo, «*talvez, já dentro de um ou dois dias*». A situação agravava-se, os problemas amontoavam-se e, particularmente, era desfavorável a discordância no MFA. Por causa disso, «*somente um novo governo de "Salvação Nacional"*» teria — caso tivesse a indispensável autoridade, apoios e um programa a longo prazo — possibilidades de eliminar o perigo inerente a um contínuo agravamento, ou seja, que a evolução existente fosse a favor da direita. Se essa situação não fosse resolvida nos próximos dois ou três meses, consoante este dirigente socialista, essa direita poderia vir a reforçar decisivamente as suas posições.

Perante essa ameaça, «*eles participariam no novo governo, mas estimavam que era impossível formá-lo sem a participação dos comunistas*». Sendo essa posição clara para o PS, todavia, nesse sentido as dificuldades eram grandes. O PC não aceitava que «*o governo fosse formado, pelo menos, com um certo respeito pela disposição expressa nas últimas eleições*». Quanto ao PS, embora não pensasse que se deveria ter em conta estritamente os resultados eleitorais, contudo, «*perguntava-se como seria aceite um governo que será, mais uma vez, largamente contestado*».

Por seu lado, os comunistas analisavam «*a situação com insuficiente realismo, não sentindo que, precisamente, era a sua linha de agravamento a principal causa da resistência e da atitude negativa do Ocidente*». Só um governo representativo, com a necessária autoridade poderia «*terminar com as desordens (os ataques às sedes do PC) e, por outro lado, refutar as suspeitas e as pressões do Ocidente e, em particular, dos EUA*». No entanto, as dificul-

<sup>1078</sup> Dois dias depois (22/Ago.), a resposta do SFNE foi a seguinte: «*Embaixada RSFJ // Lisboa // Em relação vosso n.º 336. Informação vossa embaixada últimos 10 dias é insuficiente. Mais sabemos pelas informações dos jornais. Reforcem contactos, especialmente é importante em que direcções evoluem as personalidades do MFA. // Minitch*» (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>1079</sup> Matias em vez de Mateus. Neste telex (22/Ago.) como nos seguintes não houve qualquer menção às críticas ao seu trabalho, nesse mesmo dia, por parte do SFNE.

dades em redor da solução *«para uma plataforma comum estavam presentes, sobretudo, nas chefias (Cunhal não ficará eternamente no actual cargo)»*.

Em relação a Melo Antunes, este *«era inoportuno para primeiro-ministro porque era próximo do PS»*, que não queria repetir o erro dos comunistas de, nessas funções, estar alguém que fosse identificado com um partido. *«Além disso, Antunes era, ao mesmo tempo, bastante ambicioso, o que podia ser também perigoso»*.

Porém, não excluía a possibilidade de que *«o primeiro-ministro fosse o general Fabião [...] que era apartidário e tinha a autoridade indispensável. Soares não aceitava entrar no governo porque se consagrou ao partido, ao passo que Salgado Zenha possivelmente (até à mudança governamental foi ministro da Justiça) e Campinos seguramente»*.

Num segundo ponto, Spasitch referiu-se ao que o seu interlocutor julgou necessário para a superação da crise no próprio MFA. Mencionando, primeiramente, o regresso ao CR de 9 membros (grupo de Melo Antunes), disse-lhe depois que, naquele momento, se desenhava a possibilidade de alcançar-se *«um compromisso entre Melo Antunes e o general Carvalho»*. Assim, os dois com mais uma centena de oficiais examinavam os seus projectos para o seguinte desenvolvimento (projectos do grupo de Antunes e de oficiais do COPCON). Nessa reunião, *«a maioria decidiu-se pelo texto de Antunes, o que não foi por acaso, porque, no exército, ele gozava da simpatia de mais de 80 por cento, enquanto Carvalho mantinha a influência na região de Lisboa»*. O resultado desta reunião estava ligado à manifestação de duas noites atrás, organizada por grupos de esquerda, para apoiar e reforçar o texto deste projecto do COPCON.

Depois, o dirigente socialista disse-lhe que durante o recente encontro, em Estocolmo, de partidos sociais-democratas e socialistas foi também analisada *«a situação em Portugal e o comportamento do PCP, tendo sido avaliado se a "mediação" dos partidos comunistas jugoslavo e romeno junto do PC português, no sentido de uma sugestão para uma visão global da situação, seria bem recebida»*.

Concluindo, o diplomata jugoslavo estimou que *«o facto de os socialistas declararem que são pela entrada dos comunistas no Governo, seguramente, era uma diligência para neutralizar as acusações de que conduzem a propaganda anticomunista e reúnem as forças direitistas e reaccionárias»*. Nesse sentido, ainda podia servir *«o argumento apresentado por Mateus<sup>1080</sup> de que, logo após terem começado, no país, os ataques contra o PC e as suas*

---

<sup>1080</sup> Repetiu, mais uma vez, Matias.

*sedes, supostamente, suspenderam imediatamente a admissão de novos membros para impedirem que a direita se infiltrasse nas suas fileiras».*

### **Uma conversaçãO com o embaixador português na Jugoslávia**

Nesse dia (22/Ago.), o SFNE recebeu uma «Nota» do Conselho da UniãO dos Sindicatos da Jugoslávia (CUSJ) acerca da visita, «a seu pedido, do embaixador Dr. Ramos da Costa», onde foi recebido, três dias antes, por dois dos seus dirigentes (J. Ruso<sup>1081</sup> e L. Tchovitch). O motivo apresentado para essa visita foi que tinha recebido «uma carta da organizaçãO Forsa Demokratika de TrabaHO<sup>1082</sup> (FDT), que queria estabelecer contactos com a USJ», explicando-lhes que a FDT tinha surgido da «cisãO da principal organizaçãO sindical portuguesa, a Intersindikal», porque esta «era "intransigente"<sup>1083</sup> e "nãO respeitava as regras da democracia"».

Ao informar que a FDT representava uma minoria no movimento sindical português e a sua orientaçãO era prÓxima das organizaçãOes sindicais cristãs da Europa Ocidental, acrescentou que esta propunha «enviar à Jugoslávia uma delegaçãO de 5 a 8 membros entre 10 e 20/9/1975 e queria ter conversaçãOes com os sindicatos e outras organizaçãOes sociopolíticas, visitas a empresas, etc.». Depois, segundo a sua opiniãO, Ramos da Costa disse-lhes que seria melhor que, primeiro, uma delegaçãO da Intersindikal visitasse a Jugoslávia, comentando que «as suas delegaçãOes já visitaram todos os paÍses socialistas "e nãO foi por acaso que ainda nenhuma delegaçãO da Intersindikal visitou a Jugoslávia"».

Na sua resposta, o dirigente sindical jugoslavo deu a conhecer ao embaixador português que já tiveram encontros com a Intersindikal em Portugal e nas conferências internacionais, assim como, «nesses dias, precisamente, tinham recebido uma sua carta em que anunciavam a chegada de uma sua delegaçãO na segunda metade de Setembro próximo». Por isso, e não tendo a USJ quaisquer informaçãOes acerca da FDT, ficou combinado que «o embaixador lhes escrevesse que, devido a compromissos antes assumidos, nãO podiam receber a delegaçãO da FDT na data proposta. O embaixador prometeu que enviaria informaçãOes sobre a FDT após o seu regresso de Portugal para onde partia em fins de Agosto».

---

<sup>1081</sup> Jaklen Ruso (transliteraçãO do seu nome francÊs, Jaquelin Rousseau) era o chefe do Departamento de RelaçãOes Internacionais da direccãO da USJ).

<sup>1082</sup> Devido a nãO terem traduzido a citada Frente Democrática do Trabalho, este erro resultou da tentativa de transliterar em sÉrvio-croata o que tinham ouvido em português.

<sup>1083</sup> Tendo esta conversaçãO decorrido em francÊs, a sua traduçãO em sÉrvio-croata pode apresentar algumas dÚvidas quanto ao adjectivo que teria dito o embaixador.

A uma pergunta em relação à situação do movimento sindical português, Ramos da Costa falou-lhes do período antes do 25 de Abril, quando o regime fascista permitiu, no início dos anos setenta, uma certa liberalização no movimento sindical, principalmente, com a autorização de diversas listas nas eleições para as direcções sindicais. No entanto, com as vitórias das listas B em muitos sindicatos (a primeira foi no Sindicato do Bancários), «*as direcções democráticas de alguns sindicatos começaram a organizar ilegais reuniões "intersindicais" para a coordenação das actividades. O Governo respondeu com represálias, mas já era demasiado tarde*».

Imediatamente, a seguir à «*eclosão da Revolução, dessas reuniões cresceu a Intersindical como central do movimento sindical português*», mas que se baseava nas direcções antes eleitas. Então, o PS exigiu que «*em todos os sindicatos se organizassem eleições democráticas para as direcções sindicais*» e, só depois, seria formada a Central Nacional e aprovado «*o carácter do movimento sindical*». Porém, o PCP foi «*pela retenção dessas estruturas sindicais, porque lhe davam a supremacia na Intersindical*», tendo acrescentado que, então, «*"os comunistas faziam aquilo que antes fez o regime fascista, ou seja, impediam eleições democráticas nos sindicatos"*». Apesar dessa oposição, em alguns sindicatos a situação mudava e, em diversas eleições recentes, «*as suas direcções foram ganhas por socialistas e esquerdistas contra comunistas*» (sindicatos dos bancários, jornalistas, operários químicos e outros).

Mencionando que «*a USJ conhecia, seguramente, a discussão acerca dos sindicatos entre os comunistas e socialistas, o embaixador precisou que os socialistas eram também por um sindicato unido*», mas que se baseasse numa democracia sindical interna, sobretudo em eleições democráticas em todos os níveis. Do mesmo modo, até o Governo evoluiu nesse sentido e decidiu que se deviam realizar eleições em todos os sindicatos.

Falando sobre a situação geral em Portugal, segundo os subscritores desta «*Nota*», «*o embaixador expôs as conhecidas opiniões socialistas*»<sup>1084</sup> e, para concluir, referiu-se à concessão da independência às colónias portuguesas pelo «*Portugal revolucionário que, lealmente, executou essa política, embora, "talvez, tivesse dado um apoio demasiado grande ao MPLA"*»<sup>1085</sup> [e aos] 300 000 refugiados brancos de Angola que volta[va]m e representa[va]m

<sup>1084</sup> Realçou, em particular, «*a difícil situação económica, "onde, reinava a anarquia, não havia política e mesmo quando, no Governo, se tomava alguma decisão, ela não se cumpria"*». Referiu ainda que «*as reservas de divisas herdadas mantiveram até então Portugal, [mas que] as verdadeiras dificuldades iriam surgir quando elas se gastarem*».

<sup>1085</sup> Acerca de «*Holden, líder da FNLA, disse que não tinha qualquer ideologia e que apoiava Mobutu que era "contra Moscovo". "Paradoxalmente", porque o Holden era contra Moscovo, a China também o apoiava*».



*um perigo para a situação interna de Portugal*»,<sup>1086</sup> acabando por dizer que «talvez, Portugal não pudesse abandonar Angola, em 12/11/1975, como estava acordado, porque "não podia deixar o caos atrás de si"».

#### «Iniciativas e actividades do presidente Gomes»

Devido aos esforços para encontrar uma solução para a crise, no dia anterior (23/Ago.), pelo meio-dia, conforme o embaixador Stoíakovitch, começou «*uma reunião do PR Gomes com primeiro-ministro Gonçalves, os chefes dos estados-maiores dos três ramos das Forças Armadas, o comandante do COPCON, general Carvalho, membros do CR, incluindo, o que foi significativo, igualmente os nove membros suspensos do CR (grupo de M. Antunes), a qual, durou até de manhã*»<sup>1087</sup>. Desse modo, após longo tempo, realizou-se uma sessão com todas as principais personalidades do MFA (na realidade, o CR na sua anterior composição completa).

Assim, Costa Gomes reuniu os representantes das diversas tendências no MFA, em princípio, os autores e apoiantes dos seguintes três documentos que foram apresentados, até esse momento, como os programas para o seguinte desenvolvimento do país: «*o documento dos "nove", que gozava do apoio do PS (grupo de Antunes); um documento dum grupo de oficiais do COPCON, apoiado por grupos à esquerda do PC e parte também pelo mesmo partido; outro, intitulado "Acerca da Defesa da Revolução — linhas de acções programáticas e tarefas do período de transição", que dias antes tinha apresentado o então V Governo Provisório como seu programa*».

Igualmente, antes dessa «*reunião "cimeira"*» da noite anterior, durante a manhã e a tarde desse dia, a seu pedido, «*teve encontros com Cunhal (PCP), alguns membros do CR, depois com o comandante da Polícia Militar e, em seguida, uma reunião conjunta com Gonçalves e o chefe do Estado-Maior da Marinha, almirante Azevedo*».

Mencionando o comunicado da Presidência da República dessa manhã (24/Ago.), Stoíakovitch salientou que a citada reunião cimeira não foi publicitada, traduziu algumas linhas do seu texto<sup>1088</sup> e mostrou que essa primeira tentativa mais séria de conciliação não deu resul-

---

<sup>1086</sup> Segundo o embaixador português, até esse momento «*foi uma "circunstância feliz" que tanto a Revolução como todas as posteriores mudanças e confrontações ocorreram sem violência. Todavia, os colonos que voltavam, era gente "habituada à violência" e poderiam praticar a violência também em Portugal e, pela sua opção de classe, eles iriam representar um reforço para as forças anti-revolucionárias*».

<sup>1087</sup> (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>1088</sup> «*No país predomina um clima de instabilidade política, cuja causa principal é a discórdia interna no MFA. A situação impõe a necessidade da reorganização do CR e o respeito pelos restantes órgãos da Revolução. Enquanto isso não se consiga, o Governo deverá continuar a dirigir o país*».

tados imediatos. Essa razão foi devida a que, durante esse dia 24, as consultas continuavam intensamente, tendo-se realizado *«uma reunião entre um grupo do COPCON e outro ligado ao primeiro-ministro Gonçalves, e estava a decorrer outra reunião de um grupo de oficiais do COPCON com o PR Gomes»*.

Das conclusões a tirar dessas reuniões, o embaixador jugoslavo realçou que apesar da reunião, na noite anterior, de todas as figuras principais do MFA não ter terminado com um acordo imediato entre as suas diversas correntes, sem embargo, foi positivo só o facto de que, numa situação destas, se chegou até a essa reunião. Esse facto apontou *«no sentido de que ainda não foram "derrubadas todas as pontes" entre essas figuras do MFA»* e que a actividade pró-fascista e reaccionária, ou seja, a possibilidade real do golpe contra-revolucionário começou, parecia, a tornar-se preocupante para quem organizou e executou o golpe de Estado de 25 Abril. Além disso, *«nos tempos mais recentes, por causa de diversos factores, a sua anterior ligação começou a transformar-se numa séria confrontação pela qual tornou-se evidente a causalidade dos principais motivos e resultados das suas acções desde o 25 de Abril»*.

#### **Uma «Informação Preliminar» do SFNE**

Numa *«Informação Preliminar»* (25/Ago.)<sup>1089</sup> a respeito de algumas características do agravamento da situação política portuguesa e das *«direcções do [seu] empenhamento, junto [a] seguintes possíveis aditamentos»*, o SFNE considerou que os relatórios das suas embaixadas em Portugal e noutros países como as notícias das agências noticiosas e doutras fontes de informação confirmavam que *«a crise interna em Portugal atingiu a sua culminação, e que estavam ameaçados objectivamente tanto o desenvolvimento democrático e os resultados das mudanças democráticas até ao presente, mas igualmente a posição internacional e a independência de Portugal»*.

Tendo em conta somente as anteriores observações e os relatos da evolução interna de Portugal, citando apenas os mais novos acontecimentos e as análises de numerosas informações em relação ao ocorrido, apresentaram diversas propostas para a sua próxima actuação. Assim:

— Enquanto, anteriormente, existiam *«divisões e conflitos entre certos partidos (principalmente, entre o PCP e o PSP)»*, nessa altura, estava em curso *«uma diferenciação tanto*

---

<sup>1089</sup> AJ, 507, IX, 103/I-66.

*no interior dos partidos, mas também no interior do MFA e exército». Desta maneira, enfraqueceram substancialmente esses factores que se tinham afirmado e comportado «como os portadores e a garantia das mudanças democráticas. Numa tal situação, e como as relações de força não se cristalizaram, nem nenhuma das estruturas tinha uma expressiva superioridade, no topo procurava-se uma saída em saídas de compromisso e passageiras (triumvirato)», que não estavam em condições de assegurar o agrupamento, a ligação de amplas forças e a evolução das mudanças democráticas. O novo governo formado, sem a participação dos partidos, representava um exemplo disso, «apesar de não ter possibilidades de manter-se por muito tempo». Todavia, as dificuldades económicas do país agravavam muito a situação geral. De mais a mais, havia os conflitos em Angola entre os três movimentos de libertação que ameaçavam provocar uma guerra civil de grandes proporções.<sup>1090</sup> Outro problema representava «o aparecimento, cada vez mais abertamente e insolentemente, das forças conservadores na cena política, ilimitadamente ligadas ao clero etc.». Além disso, «manifestou-se também uma extrema histeria reaccionária (ataques às sedes do PC, o que — considerando objectivamente — pode ser a introdução à constituição de forças de choque da direita mais reaccionária)».*

— Paralelamente, devido ao resultado de outras pressões e pelo medo da expansão de uma situação incontrolável, começava-se «a desenhar (embora de forma convulsiva, improvisada e frequentemente em função das lutas momentâneas pelo poder) programas políticos que ofereciam um conceito de futuro desenvolvimento». Era sintomático que, nesse momento, as duas variantes dominantes de um programa não foram propostas pelos partidos políticos, mas sim por forças do MFA e do Conselho da Revolução.<sup>1091</sup>

Parecia que estes dois programas, que tinham muito de comum e ambos aspiravam a mudanças progressivas mais profundas, tornaram-se «a base de novas divisões e agrupamentos». Nesse momento, o seu papel positivo estava antes de tudo «em que as confrontações

---

<sup>1090</sup> Por isso, «tudo se reflecte cada vez mais nos acontecimentos em Portugal (repercussões económicas, regresso maciço de refugiados portugueses de Angola, cuja presença representa também um problema político, porque o seu descontentamento, insegurança e desemprego, como também o delimitado empenhamento em actividades ultra-direitistas, encorajam os adversários da descolónização)».

<sup>1091</sup> Assim: «um deles (o titular é Carvalho com apoio nas forças militares terrestres e de segurança) aspira à criação da «directa democracia», ou seja, a eliminação dos partidos políticos e constituição de órgãos político-administrativos em base do modelo do MFA. A inspiração subjectiva do protagonista deste programa está em Cuba e Castro»; // O segundo programa está ligado ao Antunes e ao grupo dos membros moderados do Conselho da Revolução, que representa uma versão modificada do programa do Partido Socialista. Ele subentende graduais mudanças socialistas, pluralismo, permanência nas alianças ocidentais e evitação de qualquer radicalismo ou confrontação. Ambos os programas intercedem por ligações fortes de Portugal com os países não-alinhados».

*partidárias, sobrecarregadas de extrema falta de princípios, podiam ser substituídas pela possibilidade da elaboração de uma plataforma mais construtiva que pudesse servir como base programática de um governo de unidade nacional».*

Segundo este documento, após o discurso «do presidente do governo Vasco Gonçalves (19 deste mês),<sup>1092</sup> no sentido da procura de apoio ao actual governo, foi a expressão da situação que cada vez mais caracterizava a medição de forças na luta pelo assegurar o predomínio na cena interna».

— A respeito do «comportamento dos dois partidos antagónicos (PCP e PS)», havia certas mudanças mas ainda pequenas. Assim, «claramente assustado com a evolução dos acontecimentos e o facto [...] de os pogrons estarem dirigidos principalmente contra as suas organizações», o PCP mostrava uma relativa disposição para encontrar possibilidades de entendimento com o PS. Numa análise recente de Álvaro Cunhal sobre a situação política em Portugal e uma saída para actual crise<sup>1093</sup>, «o PCP exprimiu, pela primeira vez, a disposição para a descoberta de novas formas de acordo, o que representava um certo retrocesso das suas anteriores duras posições». Por outro lado, o Partido Socialista continuava a manter, embora mostrasse «certos sinais de elasticidade (proposta para a formação de um governo de unidade nacional em lugar do sentido do exclusivismo partidário), uma relação não menos extremamente intolerante com o PC, mesmo numa situação onde a solidariedade deveria ser inevitável (pogrons)». Durante a crise, «as atitudes e acções do Partido Socialista resultaram da sua posição e atitudes sectárias e exclusivistas. Nas atitudes do PS, reflecte-se a situação da social-democracia da Europa, que era na essência extremamente sectária».

Quanto à situação em Portugal, era «clara a ingerência externa e a presença de determinados interesses estratégicos e táticos de certos países, em primeiro lugar dos EUA e da URSS», onde se chegava até ao desafio e confrontação, apesar do seu acordo mútuo acerca de algumas importantes questões ligadas ao processo de «détente» na Europa.

— Nessa altura, a URSS colocou-se «mais determinantemente no lado do PCP e do presidente do governo Gonçalves, a par do apoio ao MFA», o que se via pela imprensa soviética (antes, o apoio era dado a indefinidas «forças progressistas»). Desta maneira, a URSS lutava, com os meios possíveis, pela manutenção do seu prestígio e por aquele grau de presença em Portugal, que lhe foi «quase legalizado internacionalmente». No entanto, nesse

---

<sup>1092</sup> Referência ao seu discurso em Almada.

<sup>1093</sup> Através de uma «(solução na base de ambos documentos do exército, disposição do PCP trabalhar na solução da crise e fortalecimento de todas as forças revolucionárias, eventualmente numa reestruturação do governo em base da continuação do processo revolucionário)».

momento, a URSS não estava «claramente preparada para ir além da linha que ameaçasse a "détente"».

— O comportamento dos EUA, a respeito do qual havia informações contraditórias, incluía várias direcções de actuação. Ademais da constante presença da variante da combinação com as forças de direita (Spínola) e da pressão exterior (Açores), os EUA pareciam orientados, cada vez mais, «para a chamada "corrente moderada" que subentendia personalidades em redor do PS». Tal orientação assegurava muitas vantagens: «garantia da permanência de Portugal na OTAN; continuação do recuo e afastamento do PC do poder, isto é, a eliminação do símbolo da presença soviética; criação de um relativo progresso aceitável à medida do Ocidente e com o menor risco de Portugal se tornar num ponto nevrálgico por causa de conflitos internos; instituição de um regime que seja também o mais aceitável possível para a maior parte dos países europeus-ocidentais, evitando-se assim a confrontação dos EUA e os países da Europa Ocidental».

Contudo, existiam informações das fileiras da OTAN que falavam dum plano de pressões sobre Portugal e do estabelecimento do poder da direita. Além disso, «esta variante estava constantemente presente, mas possivelmente como uma extrema possibilidade». No contexto dessas pressões externas, um lugar era ocupado pelas «recentes declarações de Ford e Schmidt, e principalmente de Kissinger, as quais, não obstante a momentânea componente político-psicológica, podiam, em determinado momento, representar igualmente uma ameaça bem concreta para a ocorrência de tal desfecho em Portugal», o que, conforme este documento jugoslavo, não conviria globalmente ao Ocidente e, em particular, aos EUA.

— A social-democracia europeia ocidental fazia «enormes esforços na prestação de apoios ao Partido Socialista, a par de uma certa pressão no Soares para pôr-se mais flexível, de maneira a assegurar a necessária influência, mas também junto a uma ausência de qualquer disposição de se encontrar um "modus vivendi" com o PC (por seu lado, o extremo sectarismo do PC incitava a tal trato)». Estava em questão, não só a solidariedade dos partidos da Internacional Socialista, mas ainda o receio de que a situação pudesse conduzir até um «putsch» das forças de direita, o que seria um encorajamento à direita em toda a Europa Ocidental (reunião da IS em Estocolmo<sup>1094</sup> e a visita do primeiro-ministro dinamarquês, A. Jorgensen, a Lisboa). Num sentido mais amplo, a diplomacia jugoslava estimava que essa «confrontação entre PCP e o PSP representava o reflexo da confrontação da social-democracia com as forças conservadoras e sectárias em determinados partidos comunistas», ilustrando a

<sup>1094</sup> Em que foi criado (22/Ago./75) o Comité Internacional de Apoio ao Socialismo Democrático em Portugal.

complexidade da situação «*no actual movimento operário internacional, em particular, na questão da vitória da revolução e os caminhos da construção do socialismo em certos países*».

Daí, a seguinte evolução continuava a ser incerta, sendo constante o «*perigo do golpe militar de direita, escondido por trás das palavras de ordem da necessidade da salvação da nação e de uma moderada política nacional, que coincidissem com os interesses das equivalentes forças no Ocidente, em particular, nos EUA*». Porém, tendo em conta as numerosas forças progressistas e a ampla orientação socialista, era seguro que «*um tal governo de direita teria de recorrer à repressão de uma forte oposição e à utilização de drásticas medidas de violência*». Ademais, isso teria uma grande repercussão internacional, pelo que Portugal se tornaria numa arena do conflito de factores estrangeiros, o que introduziria importantes desordens na atmosfera da «*détente*». A par disso, a evolução dos acontecimentos em Portugal, por causa do envolvimento dos interesses exteriores, poderia ter «*repercussões também num vasto plano internacional (em particular, na região do Mediterrâneo e Europa do Sul)*».

Uma segunda possibilidade era a criação de «*uma determinada unidade de acção em redor de um programa moderado de futuras mudanças que, por algum tempo, asseguraria o apaziguamento da situação e a constituição de governo e poderes mais estáveis*». Independentemente da sua participação como partido, o mais provável era que tal solução estaria muito próxima das concepções do PS.

Igualmente, era visível «*a influência reversível dos cursos em Espanha e Portugal, pelo que os conflitos internos e os erros das forças progressistas em Portugal afectavam objectivamente o apenas iniciado processo progressivo em Espanha (naquela medida em que a recente evolução em Portugal encontrou um reflexo positivo em Espanha)*».

Para terminar esta «*informação*», foi mencionado «*o posicionamento quanto à situação em Portugal já foi expresso nas posições tomadas e num empenhamento concreto*»<sup>1095</sup> por parte da Jugoslávia, pelo que, nessa situação, estas direcções desse empenhamento tornavam-se ainda mais importantes, junto aos seguintes possíveis aditamentos:

a) Tendo em consideração que «*a imprensa [jugoslava] já reagiu, com comentários redactoriais, aos ataques às sedes do PCP e à sombria selvajaria*», no caso de estes pogrons continuarem, seria com certeza conveniente seguir-se uma reacção política (através da

---

<sup>1095</sup> Essas posições seriam: «*(contra qualquer ingerência estrangeira, por contactos com todas as forças progressistas, por um completo apoio à conclusão da descolonização e democratização, ao desenvolvimento da cooperação bilateral, no sentido de uma expansão mais rápida que se deveria, no período seguinte, insistir particularmente)*».

ASPTJ). Além do mais, «o acento seria na condenação os métodos extremamente reaccionários e fascistas e no aviso das possíveis pesadas consequências para o desenvolvimento de Portugal e no domínio das relações internacionais (os países do bloco<sup>1096</sup> tratarão provavelmente o problema no contexto da protecção parcial do PC)»;

b) No caso de sinais visíveis de directa ingerência estrangeira, o que até então parecia «pouco provável (intervenção ou algo semelhante), com certeza conduziria à nossa reacção oficial» e também a uma acção diplomática dirigida contra a intervenção;

c) Poderia ser útil que, em Lima (25-29/Ago.), na Conferência dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países Não-Alinhados, se exprimisse «o reconhecimento pela política de descolonização de Portugal e o apoio às mudanças democráticas, realçando, antes de tudo, o direito de Portugal de efectuar, sem pressões e ingerências de fora, a opção a respeito do seu futuro desenvolvimento interno»;

d) Nos contactos com o MFA, governo e estruturas políticas de Portugal, devia-se continuar «a sugerir o acordo e a unidade dos comunistas, socialistas, MFA e de todas as forças progressistas num programa mínimo por causa da salvaguarda do alcançado e do restringimento da possibilidade do golpe e intervenção da direita, tudo para que não seja compreendido como ingerência e que contribua para o reforço da nossa reputação e presença nos meios progressistas». A este respeito, um lugar especial tinha as seguintes visitas de M. Minitch, vice-presidente do Conselho Executivo Federal e secretário federal dos Negócios Estrangeiros, a Portugal (começo de Outubro) e visita do presidente Costa Gomes à Jugoslávia (fins de Outubro).

### **Uma reunião de 7 partidos e organizações de esquerda**

Na manhã desse dia (25/Ago.), representantes de 7 partidos e organizações de esquerda,<sup>1097</sup> «com a presença de membros do MFA ("como elemento de ligação"), anunciaram que formaram um "secretariado provisório" (a sua composição não foi mencionada)», cujo fim era de organizar a actividade que iria permitir «a criação de uma plataforma conjunta contra a reacção e da continuação do progresso do processo revolucionário em Portugal».

<sup>1096</sup> Referência ao «bloco socialista» ou ao Pacto de Varsóvia.

<sup>1097</sup> Além da sua designação traduzida, alguns outros dados a seu respeito: «PC de Portugal; FSP (ex-ala do PS de Portugal que dele se separou após o Congresso do ano passado); LCI (organização de orientação trotskista); LUAR (organização que participou activamente na luta antifascista ainda antes do derrubamento da anterior regime; MES (reúne socialistas de esquerda); depois o MDP próximo dos comunistas (esteve até recentemente representado na coligação do IV Governo Provisório); e, de todos os mais à esquerda, o PRP-BR».

Num comunicado conjunto, salientou-se que os projectos — um do grupo de oficiais do COPCON e outro do IV Governo Provisório — representavam a base para a elaboração de um programa político revolucionário. Esse programa seria o instrumento necessário para a unificação das forças políticas empenhadas no processo revolucionário. Do mesmo modo, enquanto não houvesse condições para a formação de um Governo de unidade revolucionária, o documento (projecto) cujo portador era o V Governo Provisório continuava a ser o programa das suas actividades. A criação de uma frente — englobando os partidos revolucionários, outras organizações políticas progressistas, o MFA e órgãos autónomos do poder popular — era indispensável para o processo revolucionário. Por último, sublinhou que essa plataforma estava aberta aos referidos órgãos autónomos do poder popular e a todas as organizações e militantes revolucionários.

Segundo a avaliação do embaixador Stoíakovitch, era evidente que se tratava de uma tentativa do PCP e dos oficiais de esquerda de ligar e organizar as suas forças e assim actuarem muito mais unidos e organizados. Realçou que o PCP deu esse passo, associando-se com algumas organizações (LCI e PRP-BR), cujas relações anteriores foram mais de oponentes do que possíveis aliados.

Era evidente que, após a reunião sem êxito com Costa Gomes, que tinha citado no seu anterior telex (24/Ago.), «a acção do PC foi direccionada igualmente para o reforço das posições negociadoras em relação a outras correntes progressistas no MFA e fora dele». Sem embargo, não era de acreditar que esse processo de reconciliação e superação da crise pudesse ser mais rápido. Porém, «nas condições de evidentes actividades agressivas das forças reaccionárias e fascistas, por um lado, e a desunião das forças progressistas (partidos e MFA), por outro, essa acção do PCP parecia politicamente oportuna e compreensível não só no reforço das posições negociadoras», mas também como tentativa para a criação duma frente das forças revolucionárias (que, no entanto, continuava «demasiado radical e esquerdista»).

#### **«Conversação com o general Fabião»**

Referindo-se à sua visita ao «chefe (comandante) das forças terrestres e membro do Conselho da Revolução», o embaixador Stoíakovitch informou o SFNE (26/Ago.)<sup>1098</sup> de que, segundo o seu interlocutor, «a situação no país era bastante crítica, [sendo] ainda mais porque nem nas Forças Armadas havia unidade nem disciplina». Daí, o presidente Costa Gomes e mais alguns oficiais superiores estavam de acordo e empenhados em, pelo menos, restabele-

<sup>1098</sup> Nesse dia ou no anterior? (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).



cer alguma unidade no exército, mas que ia dificilmente devido a uma politização exagerada que nele penetrou profundamente. *«Essa crise era tanto mais difícil e perigosa porque chegou-se até quase ao irreversível afastamento dos dois principais partidos da esquerda: PCP e PS».*

Comentando a decisão do dia anterior do PCP e de outros grupos esquerdistas acerca de acções conjuntas, *«o general Fabião considerou tal passo como negativo e que indiciava uma orientação do PC para a radicalização, pela qual, ainda mais fechava as portas à possibilidade da criação de uma ampla frente de forças progressistas e democráticas».* Aliás, não acreditava na longa duração dessa aliança minoritária porque era demasiado heterogénea: comunistas, trotskistas, anarquistas e maoistas.

Quanto ao *«novo governo de Gonçalves, disse-lhe que era um facto de se tratar de um governo minoritário e que, além de não ser respeitado internacionalmente ("talvez, excepto pelos países do Leste"), até no país não gozava de apoio, acrescentando que "todavia, temos de ter algum governo"».* Quanto ao tempo que iria durar, isso dependeria do apoio que conseguiria assegurar no país, embora, ele não fosse optimista a esse respeito.<sup>1099</sup>

Igualmente, falaram sobre a visita a Portugal da delegação do exército jugoslavo e, conforme Stoíakovitch, o seu interlocutor *«estava muito interessado que essa visita já anunciada realmente se efectuasse, pelo que salientou a importância duma cooperação diversa entre os pequenos países independentes ou que aspira[va]m a reforçar a sua independência».*

Num comentário final, afirmou que o general Carlos Fabião deixou *«a impressão de realmente preocupado por uma possível reviravolta na evolução do país. Apesar de ter expresso críticas em relação ao PCP, também sublinhou que nem os outros estavam imunes das influências externas».* Mencionando várias vezes a divisão nas Forças Armadas, estimou que esse era *«o maior perigo (um possível conflito) e, por isso, achava que a sua principal função era de fazer o máximo para se evitar uma confrontação directa»* nas suas fileiras.

### **Ainda nesse dia de Agosto**

Noutro telex para Belgrado,<sup>1100</sup> o embaixador jugoslavo referiu-se a cinco notícias do dia anterior (25/Ago.): 1.<sup>a</sup>) a reunião do Conselho da Revolução<sup>1101</sup>; 2.<sup>a</sup>) a realização da «pri-

<sup>1099</sup> Então ou depois, Stoíakovitch não fez qualquer referência à reunião (20/Ago.) de Carlos Fabião com Melo Antunes, Vasco Lourenço e Vítor Alves para a formação do VI Governo, nem à sua oposição a Vasco Gonçalves na reunião (25/Ago.) do Directório com os chefes dos Estados-Maiores (discussão da alternativa ao V Governo).

<sup>1100</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

meira reunião do "Secretariado Provisório" de 7 partidos e organizações políticas» de esquerda<sup>1102</sup>; 3.ª) um comunicado do PS acerca da formação desse "Secretariado Provisório" e sua posição<sup>1103</sup>; 4.ª) outras reuniões de Costa Gomes na noite anterior, em que «além de ter estado na reunião do triunvirato com os chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas, que precedeu a sessão do CR, igualmente se retirou temporariamente para uma sala vizinha e conferenciou com sete membros do grupo dos "Nove" (grupo de M. Antunes)»; 5.ª) publicação do primeiro número do diário «A Luta» do PS com «a divisa de "socialista, independente e pluralista"», tendo à sua frente «o ex-director do "República", Raul Rego e um grande número de anteriores colaboradores desse jornal que foi até recentemente o órgão do PS».

Num terceiro telex para o SFNE, Stoíakovitch relatou «a conversação de uma hora que teve com o [tenente-]coronel [Ferreira da] Cunha, chefe do Gabinete do presidente Gomes». <sup>1104</sup> Devido apoiar a linha do major Antunes (ele e todos os restantes oficiais no Gabinete do presidente Costa Gomes assinaram o documento dos «Nove», tendo-lhe dito o próprio presidente que concordava em 90% com ele), disse-lhe que o dia anterior «"foi um dia negro na história do meu povo"», porque falhou também a segunda tentativa do presidente para encontrar uma saída para a crítica situação. A decisão, aprovada contra os nove membros suspensos do CR, «significou ser contra as forças moderadas e a favor das mais radicais. "Ontem, simplesmente, de repente nos desapontaram. O general Fabião que tinha aceitado a proposta do PR para formar o novo governo, de repente, na reunião declarou de que não se sentia capaz e preparado para tais funções e o general [Saraiva de] Carvalho que nos dizia frequentemente estar connosco, ontem, ficou calado"». Perante essa situação, Costa Gomes declarou que nem ele assumiria ambas as funções (presidente da República e primeiro-

---

<sup>1101</sup> Na reunião dessa noite, foram aprovadas três importantes decisões: «a) acerca da suspensão da actividade da 5.ª Divisão (política) do Exército que dirigia as acções de dinamização e o trabalho político nas Forças Armadas (em que a influência do PCP era predominante), até à decisão da sua reorganização; b) regresso às funções de comandante da Região Militar do Norte do brigadeiro Corvacho que tinha sido exonerado recentemente dessas funções; c) reestruturação do CR que será decidida, em breve, na Assembleia do MFA, marcada para a próxima semana».

<sup>1102</sup> Nesse órgão directivo da FUP (Frente de Unidade Popular) « [...] foi decidido a realização para amanhã (27), em Lisboa, duma grande manifestação pela "a unidade contra o capitalismo e o imperialismo" e que, paralelamente, outras manifestações se realizem também noutras localidades».

<sup>1103</sup> No citado documento, foi realçado que «a sua formação era contrária ao pacto de Março entre o MFA e os partidos políticos, cuja essência foi que a decisão sobre o regime político no país deveria ser aprovada pela Assembleia Constituinte», assim como estava contra «a clara decisão expressa nas eleições passadas e procurava impor um "confuso esquema de Poder Popular"».

<sup>1104</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

-ministro), ao que Vasco Gonçalves acrescentou: «*eis que estava pronto para me retirar desde que o Fabião aceitasse as funções de primeiro-ministro, mas agora não me resta mais do que continuar a exercer essas funções*».

Quanto à decisão a respeito da reestruturação do CR, ou seja, «*do destino dos nove membros suspensos do CR seria resolvido na Assembleia do MFA, o que, na realidade, segundo Cunha, significava a sua liquidação porque era conhecido de que nessa assembleia a maioria era formada por simpatizantes ou membros do PCP e dos grupos esquerdistas*». E, mesmo, «*a decisão da suspensão provisória do trabalho da 5.ª Divisão (política) do Estado-Maior (sob influência do PCP) foi, na verdade, somente "atirar poeira para os olhos"*», porque depois eles iriam continuar a trabalhar. «*Se não for do Estado-Maior, então será "desde de uma casa particular"*». Igualmente, «*a decisão do regresso do brigadeiro Corvacho ao cargo de comandante da Região Norte (oficial de orientação pró-comunista), apresentou como mais uma prova da sua avaliação das decisões do dia anterior*».

A seguir, o embaixador jugoslavo anotou que para o seu interlocutor era «*claro que, nas Forças Armadas, existiam dois grupos — um sob a influência do PCP e doutros grupos esquerdistas que eram pela radicalização e o sistema da "ditadura do proletariado" e, outro, mais moderado e por um ritmo razoável do desenvolvimento socialista interno*». Embora, no dia anterior, «*"na cimeira", a supremacia foi para o primeiro grupo, o segundo não renunciava à luta pelas suas posições "porque também nós arriscámos a sua vida e das suas famílias quando preparámos e realizámos as acções do 25 de Abril"*».

Mencionando o «*Governo de Gonçalves que, ontem, provisoriamente, tinha reforçado a sua posição*», estimava que não podia ficar por muito tempo «*"porque era absurdo termos um governo e a oposição a maioria"*». Além disso, mesmo que se conseguisse manter por meio de manobras políticas, a situação económica não iria permiti-lo. Nessa altura, devido a que as reservas mercantis já eram reduzidas, os créditos não chegavam e, ao mesmo tempo, havia «*um aumento rápido do desemprego (ainda mais agravado pelo regresso maciço de Angola)*», muito em breve, o seu colapso era inevitável.

Depois, à semelhança do general Fabião, ele achou «*negativa a medida do PCP acerca da cooperação com as organizações ultra-esquerdistas*», dizendo até que «*"Cunhal perdeu simplesmente a cabeça"*». Fazer uma aliança com aqueles que, apesar das desnecessárias actividades conspirativas do próprio PCP, com as suas actividades radicais mais contribuíam para comprometer os comunistas, facilitando as acções dos elementos pró-fascistas contra «*o perigo comunista*».

Num comentário final, Stoíakovitch achou que «*com certeza esta avaliação e opiniões do coronel Cunha reflectiam igualmente pontos de vista do presidente Gomes*», e pelo que lhe disse o seu interlocutor, «*o presidente continua[va] a fazer esforços para se evitar o pior — a directa confrontação armada*».

#### **Ainda nessa última semana de Agosto**

Numa dezena de telexes,<sup>1105</sup> a embaixada jugoslava informou o SFNE sobre diversos acontecimentos (manifestação da FUP, encerramento da 5.<sup>a</sup> Divisão, sessões do CR, demissão de Vasco Gonçalves e outros), ocorridos nesses dias, comentando-os a partir de informações quase sempre sem indicar as fontes, e as conversações com dois ministros do V Governo Provisório (Mário Ruivo e Correia Jesuíno).

I) Referindo-se à manifestação — realizada, no dia anterior, «*durante toda a noite, com elevada concorrência*» (27/Ago.) e «*organizada por 7 partidos e grupos de esquerda (Frente de Unidade Popular)*»<sup>1106</sup> —, dizia-se que «*contudo, já havia saídas da Frente*». Assim, um dos participantes (o grupo «*1.º Maio*») já tinha saído um dia antes e outro («*PRP-BR*»), embora participasse nessa manifestação, tinha uma posição reservada a seu respeito. «*Isso provavelmente era resultado da tentativa do PCP de assegurar a sua influência dominante e de manipular a actividade da Frente assim como pelo efeito de factores externos*». Ademais, tendo em conta «*a heterogeneidade dessa "aliança" não se devia excluir a continuação do seu enfraquecimento*». Nos discursos, em que se dirigiram aos manifestantes, enquanto Costa Gomes acentuou, numa breve exposição, a unidade, o não-sectarismo, tentando abrir possibilidades para eventuais adesões à Frente de outras forças («*indispensáveis para a construção de uma nova sociedade*»), Vasco Gonçalves foi mais radical. Ao passo que «*o discurso de Gomes foi interrompido e, por uma parte dos manifestantes, recebido negativamente, o de Gonçalves teve, todo o tempo, um claro apoio*».

Igualmente, na noite anterior, foi publicado um comunicado de Costa Gomes, como chefe do EMGFA, em que tratou exclusivamente o comportamento de uma parte da imprensa e dos meios de informação (lançamento de desinformações, tentativas de manipulação da opinião pública e tudo que contribuisse para o agravamento das tensões políticas). Este acto foi, pelo facto de ser feito não nas funções de presidente da República, um aviso sobretudo para

<sup>1105</sup> ADMNE, F-114, Portugal, 1975.

<sup>1106</sup> Neste documento, o n.º 353/75 (28/Ago.), e nos seguintes desse mês, o relato e os comentários de Stoíakovitch acerca desses últimos dias do V Governo Provisório podem ser um indicador das fontes que dispunha e das suas conclusões sobre a situação política de um país em que se encontrava desde Fevereiro desse ano (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

uma parte dos citados meios de informação que estavam «*sob a influência mais directa do PC, por causa do tratamento unilateral dos problemas*».

Outro acontecimento do dia anterior, conforme Stoíakovitch, foi que «*as forças do COPCON ocuparam as instalações em que se encontravam os diversos serviços da 5.ª Divisão (de propaganda e política) do Estado-Maior do Exército, cuja actividade foi suspensa pela última decisão do CR, a qual, de resto, actuou todo o tempo como um instrumento do PCP*». A actuação das forças do COPCON, nesta operação, e «*o empenho pessoal do general Carvalho foi um certo sinal da sua discordância com Gonçalves e não se deveria excluir de que se tratou, na realidade, da "revanche" de Carvalho por causa da saída, devido a Gonçalves, de algumas unidades da Marinha (influência do PC), aviação e ainda outras*» sob o seu comando directo.

Num último ponto, uma breve nota sobre a sessão do CR que começou a seguir à manifestação dessa noite anterior, «*mas sem a presença de Carvalho. Mais tarde, realizou-se uma reunião do Directório com o chefe dos estados-maiores dos ramos das Forças Armadas e alguns membros do CR*». Foi indicativo de que, na sessão do CR, participou também o capitão Vasco Lourenço, um dos subscritores do documento dos «*Nove*» (de M. Antunes, de resto, anterior porta-voz do CR). Do mesmo modo, até essa altura, não tinha sido publicado qualquer comunicado acerca dessas duas reuniões.

II) Nesse mesmo dia (27/Ago.), numa «*conversação do conselheiro Spasitch com o tenente Manuel Geraldês, director do Programa Informativo na TV lisboeta e membro da Assembleia do MFA*», este último afirmou que «*a situação no país não estava longe da guerra civil*». Em relação à próxima sessão da Assembleia do MFA, que de acordo com as decisões da noite anterior deveria efectuar a reestruturação do Conselho da Revolução, esta podia ser um momento crítico para a seguinte evolução e decisivo para se saber se seria ou não afastado o perigo da guerra civil. Tendo em conta que essa «*Assembleia era, em grande medida, manipulada pela corrente gonçalvista e que a votação não era secreta, esperava-se o seu predomínio em detrimento da corrente de Melo Antunes*» que, aliás, tinha um importante apoio no MFA e nas fileiras das Forças Armadas. Contudo, se o resultado fosse esse, iria deparar-se com o desacordo e a condenação das unidades das regiões militares do Norte, Centro e uma parte do Sul, mas igualmente em alguns quartéis em Lisboa. Num tal caso, «*a Assembleia e as suas decisões não ser[iam] aceites pelas bases, o que poder[ia] conduzir a uma ruptura no MFA*».

Segundo Geraldes, «*por essa evolução o maior culpado era o presidente Costa Gomes que, constantemente, hesita[va] e não se decid[ia]*», o que contribuiu para essa «*situação instável e uma discórdia que se intensificava cada vez mais*».

III) Após um encontro informal, ocorrido «*há um par de dias*», o embaixador jugoslavo visitou «*o ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Mário Ruivo*» (28/Ago.), que lhe pediu, no início da conversação, «*para transmitir o seu agradecimento ao camarada Minitch pelo telegrama que lhe enviou por a ocasião da tomada de posse*»<sup>1107</sup>. Desejava as melhores relações possíveis com a Jugoslávia devido a diversas razões, salientando os seus princípios na concessão dos apoios a Portugal, pela importância que dão à sua experiência no desenvolvimento interno («*todos nós que não somos indoutinados ideologicamente pelo Ocidente ou Oriente*») e por causa do papel predominante que tinha entre os Não-Alinhados.

Pediu, depois, para agradecer a retirada da candidatura jugoslava para o Conselho da FAO a favor de Portugal. «*Isso é para nós um importante ponto político e ainda mais consideramos o vosso gesto como uma verdadeira ajuda ao novo Portugal* » (esta notícia tinha-lhe sido dada «*pelo seu embaixador, em Belgrado, um par de minutos antes do seu encontro com ele*»).

Quanto à orientação da política externa deste governo, afirmou que, «*contrariamente às diversas insinuações (do Ocidente), continuava no quadro da mesma orientação anterior: conclusão do processo da descolonização; permanência na OTAN; continuação e desenvolvimento da cooperação com todos os países ocidentais, mas também com os socialistas; e, em especial, uma acentuada orientação pelo "Terceiro Mundo" e os Não-Alinhados*». Por isso, participavam na Conferência em Lima (ele iria à Sessão Especial da ONU). Na OTAN, «*alguns incomodavam-se com a aspiração de Portugal*» por um maior grau de independência e direito ao seu livre desenvolvimento interno, pelo que «*sopravam até ao absurdo as histórias acerca da "orientação comunista do Governo de Gonçalves"*».

Por iniciativa própria, falando do actual governo, «*Ruivo precisou que a sua missão era, no fundo, de resolver quanto for possível os grandes problemas económicos do país*». Entretanto, caso houver uma possibilidade, «*seja de qualquer maneira, estabelecer "pontes" nas relações entre os três factores principais do desenvolvimento progressista de Portugal: MFA, PS e PCP*». Igualmente, por esse objectivo, ele próprio «*(como esteve na prisão com muitos dos camaradas que, nesse momento, estavam no PS ou PCP)*» contactava intensamen-

---

<sup>1107</sup> ADMNE, F-114, Portugal, 1975.

te personalidades desses partidos, a que Stoíakovitch acrescentou que *«ele não era membro de nenhum partido, mas até 1961 esteve na cadeia e desde então na emigração»*.<sup>1108</sup>

Retomando as suas acções com vista ao restabelecimento da cooperação dos citados três factores principais, reconheceu que iam muito dificilmente, *«"porque há ainda alguns, que demasiado indoutrinados do exterior, não compreendem que a alternativa do regresso do regime das forças direitistas significaria também o confronto físico com todos os elementos progressistas e com aqueles que, nessa altura, se opunham à cooperação "»*. A seguir, Mário Ruivo disse-lhe que nas conversações salientava, muitas vezes, o facto absurdo de que, *«"enquanto, todos aconselha[va]m os movimentos de libertação, em Angola, a superarem as diferenças entre si e a cooperarem, no próprio país e numa mesma situação comporta[va]m-se exactamente ao contrário"»*.

Naquele momento, as preocupações fundamentais do Governo e o principal campo de batalha pela sobrevivência e o avanço do desenvolvimento progressista era *«a situação económica do país muito má e que, sem cessar, se agrava[va] (com as dificuldades acrescidas que cria[va]m o rápido e maciço regresso da sua população de Angola)»*. Por essa razão, em breve, o Governo teria de decretar algumas medidas restritivas muito impopulares. Contudo, tentando atenuar o seu negativo efeito político, preparava, ao mesmo tempo, *«certas medidas "recompensadoras" no campo da protecção social, saúde, habitação, educação e outras»*. Caso, nisso, não fosse bem-sucedido, perderia então a batalha política.

Não obstante, Mário Ruivo esperava que *«talvez se conseguisse consolidar um pouco a situação económica, pelo menos ao ponto de influenciar a CEE a renovar as negociações e desistir da orientação de "acondicionamentos e expectativas"»*. Voltando às relações com a Jugoslávia, disse que à visita do presidente Costa Gomes davam um excepcional significado e como iria à Sessão Especial da ONU, esperava que, nessa altura, tivesse a oportunidade de se encontrar com M. Minitich (*"talvez, também, num almoço"*), referindo-se ainda ao adiamento da data prevista (29/Set.), mas que o avisaria logo quando fosse confirmada.

Numa nota final, Stoíakovitch achou que *«o ministro deixa[va] a impressão de personalidade politicamente e profissionalmente competente e de toda a sua exposição resulta que pertence aquelas forças progressistas que são por uma via autónoma e própria de desenvolvimento»*.

---

<sup>1108</sup> Segundo este documento, *«ilegalmente, esteve também em Belgrado, em 1961. Teve conversações no CC LCJ e na ASPTJ em nome da frente antifascista portuguesa e, em seu nome, enviou ainda uma mensagem à primeira Conferência dos Não-Alinhados em Belgrado acerca da descolonização das colónias portuguesas. Mais tarde, foi várias vezes à Jugoslávia»*. Todavia, essa sua primeira visita foi só em 1962 (Cf. p. 29 e 42).

IV) No dia seguinte (29/Ago.), o embaixador jugoslavo visitou «o capitão-de-fragata Correia Jesuíno, ministro da Informação (encontrava nesse cargo desde Outubro do ano passado)». <sup>1109</sup> Numa maneira bastante aberta, «do seu ponto de vista (ele próprio disse que pertencia ao grupo gonçalvista de oficiais progressistas)», falou-lhe a respeito de alguns aspectos da crise político-militar em Portugal.

Atendendo a que «a situação era algo mais favorável do que oito a dez dias atrás e apesar de estarem sujeitas a uma pressão (interna e externa)», as forças progressistas organizavam-se gradualmente e tomavam a iniciativa. Afirmou que se tratava de forças que rejeitavam o modelo ocidental (e social-democrata) de desenvolvimento interno, no entanto, que não pensavam «tornar Portugal um "apêndice do Pacto de Varsóvia"». Esta era «a questão central da divergência entre a linha de Gonçalves e do grupo do major Melo Antunes». Apesar de tratar-se de «oficiais honestos, participantes na revolução desde do seu início» e que, para os quais, não se podia dizer que eram «instrumentos conscientes das forças reaccionárias ocidentais ou de alguns partidos (por exemplo do PS soarista), mas objectivamente a sua actividade e posições serviam os fins das citadas forças. "Naturalmente, nós não os julgaremos ou liquidaremos fisicamente, mas não permitiremos a sua participação no Governo"».

Até há oito dias, este grupo e as suas forças apoiantes «experimentaram "a maré da sua influência", nessa altura, segundo ele, chegava devagar a "baixa-mar"». Pessoalmente, não acreditava na possibilidade da eclosão duma guerra civil, «"embora incidentes já há e armas por toda a parte e em toda a gente"». Estimou que, pela sua psicologia e natureza, os portugueses «não eram "sanguinários", apesar de muito falarem e fazerem barulho, "mas quando chegam à beira do abismo, recuam"». Nisso, assegurou, «eram diferentes dos espanhóis». Ali, as situações conflituosas resolviam-se de outra maneira.

Num ponto seguinte, Stoíakovitch anotou: o actual governo era, «no pleno sentido da palavra, transitório e extraordinário». Após a saída do PS e PPD do Governo, a crise em redor da composição do novo governo começou a demorar demasiado tempo, «"o que queriam obviamente os seus fautores"». Porém, pela sua composição ou competência dos seus membros, «ele não era mau e desenvolvia uma viva actividade (o que era exacto — nosso comentário)». Contudo, «abertamente nos disse que Gonçalves sairia, em breve, do cargo de primeiro-ministro». Apesar de deixar essa posição, «ele continuaria a ser "o cérebro" da revolução». Seria substituído por uma personalidade que teria «as mesmas ideias e opiniões políticas, sendo provavelmente o comandante das forças navais, almirante Azevedo (nosso

---

<sup>1109</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.



*comentário: o PCP tem na Marinha uma influência bastante forte; o almirante Azevedo era um oficial progressista, de resto, como membro do CR sempre substituiu o presidente da República quando esteve ausente do país)». Igualmente, a substituição não seria efectuada com a demissão de todo o governo, mas somente com a mudança do primeiro-ministro para assim se evitar a repetição de uma longa crise em redor da formação do novo governo. Depois, em alguns ministérios, talvez, efectuar-se-iam gradualmente outras mudanças.*

Estavam conscientes, assegurou, de que o MFA, PCP e o PS eram os três factores principais do progresso e da revolução. Sem embargo, *«alguns dirigentes do PS com as suas acções conduziram até à confrontação e à divisão entre estas forças e, ainda o pior, à discórdia no próprio MFA»*. Na verdade, acrescentou, *«erros foram feitos também pelo PCP»*. Nesse momento, era preciso tentar, novamente, estabelecer *«a cooperação entre estas forças numa base já com o acordo existente do "MFA-Partidos Políticos"»*. A esse respeito, avaliou positivamente o apelo de Cunhal, na conferência de imprensa da noite anterior, sobre a renovação da cooperação desses citados factores principais (MFA, PCP, PS e outras organizações de esquerda).

Falando, a seguir, acerca do presidente da República, disse abertamente que o general Costa Gomes era preciso *«"preservar e manter por causa da sua reputação e prestígio internacionais"»*.

Referindo-se aos factores externos, Correia Jesuíno frisou que as ingerências externas e as pressões numerosas e muito fortes eram, sobretudo, do Ocidente *«donde nos chega[va]m claras ameaças e chantagens, acrescentando que "o boicote económico já entrou em acção", porque os governos dos EUA e dos países europeus ocidentais, em especial, os governos sociais-democratas, as diziam abertamente»*.<sup>1110</sup> Por isso, precisavam efectuar, rapidamente, uma diversificação das suas relações económicas, sobretudo, com os países socialistas, mas igualmente com os países do chamado *«Terceiro Mundo»*.

Igualmente, apontou para a publicidade exagerada e alarmante com que os meios de informação ocidentais davam à evolução política portuguesa,<sup>1111</sup> mencionou o facto de que,

---

<sup>1110</sup> Citando o seu interlocutor, Stoíakovitch anotou: *«"recebereis créditos e ajuda, mas somente quando o regime e o desenvolvimento internos se ajustarem ao nosso curso e, o significado e a influência desse boicote podem-se avaliar quando se tem em conta o facto de que 80% das nossas relações económicas estão ligadas precisamente com esses países"»*.

<sup>1111</sup> Acrescentando, *«"o que, evidentemente, era em função das pressões, ou seja, da luta contra o desenvolvimento progressista em Portugal"»*.

em Portugal, estavam sempre, pelo menos, 150 enviados especiais estrangeiros (além dos numerosos correspondentes permanentes).

No seu comentário final, o embaixador jugoslavo estimou que *«o ministro era considerado (também entre os ocidentais) como um oficial sério e inteligente (possuía uma educação ampla e universitária). O optimismo que mostrou [pareceu] um pouco prematuro e algumas estimativas talvez unilaterais»*.

### **Um resumo dos acontecimentos dessa semana**

Nessa sexta-feira (29/Ago.), a embaixada em Lisboa enviou para o SFNE um resumo desses acontecimentos, repartidos pelos seus 8 pontos, com uma introdução em que se destacava que a evolução dos últimos dias — numerosas e sucessivas reuniões dos órgãos superiores do MFA (Directório e CR) com a ausência de comunicados — mostrava que se faziam esforços constantes para se encontrar, pelo menos, uma solução provisória para a crise, mas, porém, esses esforços não davam os resultados esperados. Tudo indicava *«que o actual governo, isto é, o primeiro-ministro Gonçalves estava prestes a abandonar o seu cargo»*.<sup>1112</sup>

1.) Após o general Fabião não ter aceitado o cargo de primeiro-ministro, foram feitos grandes esforços para ser encontrada uma solução aceitável. Era um facto seguro e *«já se falava de que foi pedido ao almirante Azevedo para chefiar o novo governo»*, sendo, naquele momento, talvez, o único entre os membros mais destacados do CR que não era considerado, publicamente, como politicamente controverso. *«Certamente, a eleição de Azevedo não foi por acaso, porque se calculava que, talvez, gozasse de certa confiança junto do Ocidente (participou em reuniões militares da OTAN e, há alguns meses, esteve nos EUA)»*.

2.) Quanto à ala radical do MFA ter desistido da intenção de manter uma posição dominante, foi realçada a notícia de que, *«no caso de Gonçalves de ser substituído pelo almirante Azevedo ou qualquer outro, a Gonçalves seria confiado o lugar de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, incluindo as forças do COPCON, função que desempenhava o PR Gomes»*. Segundo este documento, subscrito por Stofákovitch, a nomeação de Vasco Gonçalves para este cargo iria encontrar, sem dúvida, uma forte oposição nas Forças Armadas, no MFA e no Ocidente, porque isso significaria *«o abandono das FA como um todo sob o controlo da ala radical e da influência directa do PC. Podiam ser indicativos que, novamente, apareceram as notícias de que o presidente Gomes apresentou, mais uma vez, a demissão»*.

---

<sup>1112</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

3.) Enquanto havia uma procura bastante nervosa de uma solução para superar a crise, o V Governo procurava realizar rapidamente bastantes passos importantes e funcionava normalmente (*«discussão da lei acerca do investimento do capital estrangeiro, medidas para o agrupamento da gestão bancária e a melhoria da situação material e social das camadas mais ameaçadas da população»*).

4.) No dia anterior, Costa Gomes teve outro encontro com Álvaro Cunhal e, aparentemente, tratava-se de *«uma nova tentativa de Gomes para influenciar o PC a estabelecer contacto com os socialistas, o que deveria permitir, novamente, a formação da coligação e assim, também, a superação da situação [existente]»*.

5.) De certa maneira, Cunhal acedeu ao pedido de Gomes, porque na conferência de imprensa, na noite anterior, *«propôs uma reunião urgente do presidente da República, representante do Governo Provisório, CR, todas as três correntes do MFA — "esquerda", oficiais do COPCON e do grupo dos "nove"—, a recém-formada FUP, PC e PS»*. Todavia, para Stoíakovitch, esta proposta de Cunhal continha *«elementos de sectarismo (não abrangeu os democratas populares-PPD, que estavam na anterior coligação)»*. Aparentemente, esta proposta podia significar *«que "estendia a mão" aos socialistas, mas seguramente estes não iam aceitar isso»*. Para as poucas perspectivas desse apelo, indicava ainda *«o facto de que o PRP-BR já apresentou reservas e acusações pelo "oportunismo" do PC que ofereceu cooperação à social-democracia (aos socialistas)»*. Além da recente iniciativa para a criação da FUP, igualmente, *«este apelo de Cunhal mostrava que o PC tentava influenciar o curso dos acontecimentos»*.

6.) Numa entrevista *«ao parisiense "Le Monde", o primeiro-ministro Gonçalves, apostrofando directamente o papel negativo de Soares e do PS, de novo, deu um passo que contribuía para a sua seguinte desacreditação no Ocidente»* e não contribuiu para o empenho de Costa Gomes com vista a criar *«uma atmosfera para uma aproximação das posições do PC e PS»*. Entretanto, novamente, *«Soares dirigiu-se (através da rádio alemã-ocidental) aos socialistas no Ocidente, pedindo a sua solidariedade "perante o perigo das tentativas comunistas para tomar o poder por métodos antidemocráticos"»*.

7.) *«Os ataques às sedes do PC e de outras organizações de esquerda não diminuiram»*. A par dos inúmeros apelos do PR e CR, foi característico o apelo dessa manhã do comandante da Região Militar do Centro em que pedia à população para renunciar à violência e reforçar a unidade Povo-MFA, porque a sua destruição abriria o caminho ao regresso do fascismo, *«apostrofando a tentativa de manipulação da opinião pública tanto pela parte das forças reaccionárias como dos partidos políticos»*.

8.) Apesar por tudo, «*satisfeito pela evolução da situação e da continuação da sua degradação no país, com a destabilização, etc., o Ocidente não ficava à margem*». Foi característica «*a declaração do governo americano de que estaria pronto para prestar ajuda no transporte da população portuguesa de Angola*» por ser um fim especificamente humanitário, «*mas condicionando essa ajuda a mudanças em Portugal*».

#### **A demissão de Vasco Gonçalves**

Num telex (30/Ago.), intitulado «*A respeito da demissão de Gonçalves do cargo de primeiro-ministro*»,<sup>1113</sup> o embaixador jugoslavo informou o SFNE de que, «*como era esperado (e anunciado)*», o presidente da República anunciou a decisão da nomeação do novo primeiro-ministro, almirante Pinheiro Azevedo («*anterior comandante das forças navais e membro do CR*») e que ao ex-primeiro-ministro Vasco Gonçalves se confiava «*a função de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (função que até então exercia o PR Gomes)*». Igualmente, anunciou a data de 5 de Setembro para a próxima Assembleia do MFA, em que seria «*tomada uma decisão acerca da reestruturação do CR*».

Quanto às primeiras reacções e comentários a estas alterações já tinham surgido sérios sinais de desacordo. «*O PCP e o seu próximo MDP, a Intersindical (que, também, sob influência do PC) como alguns grupos de esquerda saudaram esta decisão*». A oposição mais aberta foi, claramente, «*dos «Nove» (grupo de M. Antunes) que, essa manhã, num comunicado, publicado na imprensa, exprimiram a insatisfação porque não participaram na tomada dessa decisão*», tendo em conta que, segundo a declaração oral de Costa Gomes, tinham retornado ao CR, bem como «*representantes "de mais de 80% do MFA e FA e convictos de que repart[ia]m a opinião da maioria do povo português, dessolidariza[va]m-se dessa decisão, em particular, ao que diz[ia] respeito à nomeação de Gonçalves"*».

Além disso, um dos subscritores do Documento dos «Nove», o comandante da Região Militar do Centro, brigadeiro Charais, voou de helicóptero até Lisboa, durante a noite, e em nome do seu grupo e de outros oficiais, exigiu de Costa Gomes «*que impedisse a nomeação de Gonçalves e de Azevedo, apresentando a proposta de que se nomeasse, para primeiro-ministro, o major Loureiro dos Santos (desconhecido) e, para chefe do Estado-Maior, o comandante da Região Militar do Sul, Pezarat Correia*». No quadro das pressões efectuadas em redor da nomeação de Vasco Gonçalves e Pinheiro de Azevedo, Stoíakovitch considerou característico o comunicado do dia anterior de Franco Charais, em que se dizia, caso continu-

---

<sup>1113</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

asse «a destruição das bases democráticas surgidas do 25 de Abril, as suas unidades estavam prontas para se opor à instauração, em Portugal, de um regime czarista-totalitário».

Contudo, para o embaixador jugoslavo, a demissão de Vasco Gonçalves deveria ser entendida «como uma certa concessão à ala moderada do MFA e a uma parte dos partidos políticos (em especial, ao PS)». Porém, isso foi somente «uma tentativa de atenuar as críticas e pressões e não, em nenhum caso, a solução com que seriam eliminadas as causas básicas da crise». A julgar pela personalidade do almirante Pinheiro de Azevedo,<sup>1114</sup> «seguramente mais próximo da ala progressista do MFA e da linha de Gonçalves do que das opiniões do PS e de Soares», era difícil de prever se este passo, caso não se seguisse um outro, pudesse «possibilitar uma aproximação com os socialistas e os moderados no exército, ou seja, reforçar o prestígio e a aceitação do novo governo por parte dos países europeus e EUA».

Num ponto seguinte, a primeira questão foi que não se sabia ainda quem o iria substituir no cargo de comandante da Marinha, embora, entre os possíveis candidatos, mencionava-se «o almirante Rosa Coutinho, progressista e distinto membro do CR». Igualmente, era incerto se «o comando do COPCON (comandante general Carvalho) ficaria sob a competência de Gonçalves, ou continuaria, formalmente, sob a do presidente Gomes como comandante supremo das FA». Atendendo a que, supostamente, por ocasião da nomeação de Vasco Gonçalves para o cargo de chefe do Estado-Maior «se opôs o general Carvalho ("a decisão deparar-se-á com a desaprovação nas fileiras das FA") e que o general Fabião (chefe do Estado-Maior das forças terrestres) se conteve, podia-se pressupor de que as forças do COPCON seriam uma exceção sob o controlo de Gonçalves».

No último ponto, uma menção à «corrente moderada no MFA, atrás da qual se encontra[va] o PS, e que continua[va] com uma oposição constante à consolidação e ao reforço da corrente "revolucionária" e reagia prontamente nesse sentido». Nos próximos acontecimentos, em particular, em relação à marcada reunião da Assembleia do MFA, «a corrente "revolucionária" entrava, apesar de formalmente, algo reforçada e consolidada, no entanto "vulnerável", o que podia aumentar devido», entre outras coisas, a que essa Assembleia já há muito tempo era contestada (eleita não democraticamente, etc.). Do mesmo modo, não se devia excluir, «caso o grupo de Antunes considerar que [ali] não teria apoio para as suas posições (o que era provável)», que se decidisse a boicotar essa Assembleia. Havia já certos sinais de

<sup>1114</sup> Numa «nota» final deste documento, Stoíakovitch fez uma recomendação para ser avaliada a oportunidade do envio de um telegrama do presidente do Conselho Executivo Federal, D. Bfieditch, ao novo primeiro-ministro, acrescentando, todavia, que «se fosse a prática em todos os casos e circunstâncias, então recomendá[va]mos tanto mais que se trata[va] de personalidade progressista, embora telegramas semelhantes nesta situação, provavelmente, foram suprimidos».

que a Assembleia seria boicotada pelos delegados do exército que, de resto, constituíam a sua metade (120 delegados) e, talvez, também pelos representantes do COPCON.

Portanto, segundo Stoíakovitch, não obstante Vasco Gonçalves ter deixado o cargo de primeiro-ministro, era *«absolutamente seguro que a confrontação (basicamente) das duas correntes, as chamadas "eleitoral" e "revolucionária", continuariam tanto nas forças armadas como nas outras estruturas políticas do país»*.

### **Outras informações acerca da situação política portuguesa**

Durante a segunda metade do mês de Agosto, algumas embaixadas jugoslavas enviaram para o SFNE informações sobre a situação em Portugal tanto *«na televisão, rádio e jornais diários suecos»* como *«no centro de interesse da opinião pública francesa, principalmente da esquerda»* e nas *«posições dos partidos políticos de Itália»*. Igualmente, a sua recente *«evolução dos acontecimentos»* foi discutida em conversações, em Londres, com diplomatas (britânico e soviético) e um dirigente do Partido Trabalhista.<sup>1115</sup>

Num breve telex para o SFNE (13/Ago.), a embaixada de Estocolmo mencionou as notícias e comentários dos meios informativos suecos sobre a discórdia e as divisões nas fileiras do MFA, salientando não só *«a concentração do poder nas mãos duma "troika" [...e] a proclamação dos membros moderados do MFA, chefiados por M. Antunes»*, mas também que essa *«"troika" queria estabelecer uma "ditadura burocrática dirigida contra a maioria da população"»*, apesar das suas fracas bases de apoio. Porém, *«"o risco da guerra civil por causa de tal evolução tornava-se cada vez mais sério"»*.

Quanto às influências externas, as da URSS, Checoslováquia e RDA teriam por objetivo o de *«"assegurar o poder dum partido que tinha uma minoria consigo»*, ao passo que os partidos sociais-democratas ocidentais queriam *«"assegurar o direito do povo a decidir acerca do seu destino [e essa ajuda] não deveria ser demasiado pequena, nem chegar com atraso"»*. Em relação às opiniões dos políticos mais importantes, segundo o embaixador jugoslavo, estas seriam enviadas depois.<sup>1116</sup>

De Paris, num telex mais extenso (19/Ago.), o embaixador N. Dizdarevitch referiu uma proposta do PCF para que *«os parceiros de esquerda organizassem uma acção conjunta*

<sup>1115</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975. Nesta escolha procurou-se apresentar algumas das fontes mais frequentes neste tipo de documentação enviada para o SFNE.

<sup>1116</sup> Posteriormente, foi enviado um texto sobre as posições dos principais partidos políticos suecos com a tradução dum discurso de Olof Palme acerca da situação política portuguesa (7/Set.).

*de solidariedade*», mas perante a posição do PSF e do Partido Radical de Esquerda,<sup>1117</sup> ele sozinho organizou acções de protesto que continuavam a decorrer.

Por seu lado, o PSF empenhou-se *«fortemente ao lado do PS português, aprovava as suas posições e concedia-lhe apoios»*. Julgava que *«o primeiro passo para a solução da crise deveria ser um governo que reflectisse na sua composição os resultados das recentes eleições»*, o que pressupunha a saída de Gonçalves, o que apoiava abertamente. Todavia, a esquerda desse partido, o CERES,<sup>1118</sup> era contrário a essa posição da maioria, chefiada por François Mitterrand, sublinhando que *«as Forças Armadas fizeram a revolução e que era perigoso opor a legitimidade de resultados eleitorais contra a legitimidade do poder que possibilitou essas eleições»*. Assim, actuando na linha da Internacional Socialista, *«o PS fazia pressão para que, em Portugal, se formasse um governo sob a direcção dos socialistas»*. Previa-se, ademais, que Mitterrand seria *«o presidente do Comité de Solidariedade recentemente formado em Estocolmo»*.

Duma forma ou doutra, *«tal posição tinham também todas as restantes formações políticas e sindicais, excepto o PCF e a CGT»*. No entanto, as forças da maioria governamental procuravam claramente que *«os acontecimentos em Portugal representassem um aviso para os franceses em relação a uma aliança da esquerda em França»*.

Para terminar, o embaixador, que tinha acompanhado a situação política portuguesa no ano anterior, não deixou de mencionar os sindicatos<sup>1119</sup> e a Igreja Católica.<sup>1120</sup>

Dias depois (25/Ago.), de Roma, Ivan Koíitch, o diplomata que reabriu a embaixada jugoslava em Lisboa (Jun./74), enviou um longo telex para o SFNE sobre a *«evolução mais recente em Portugal e as posições dos partidos políticos de Itália»*. Partindo de uma declara-

<sup>1117</sup> Quanto à origem da violência em Portugal (ataques a sedes de partidos de esquerda), estes partidos insistiram que *«parte da culpa pela perseguição contra o PCP pertencia [a si próprio] e à sua posição intransigente no anterior período»*, pelo que *«a actual violência não se podia condenar e não se condenar também uma parte das suas causas»*.

<sup>1118</sup> *«Centre d'études, de recherches et d'éducation socialiste»*.

<sup>1119</sup> A respeito dos sindicatos, a CGT apelou à condenação do *«ódio anticomunista e anti-sindical»*. A CFDT condenava *«as acções da Igreja portuguesa como de cruzados e inquisitoriais»* e, ao mesmo tempo, realçava que *«não podia haver uma revolução democrática sem a participação consciente do povo e o respeito pela sua opinião»*.

<sup>1120</sup> Podia-se dizer que *«a Igreja francesa se distanciou das acções da Igreja em Portugal»*, tendo o cardeal de Paris, François Marty, dito *«isso implicitamente ("um acordo é melhor que a violência")*, enquanto *«o jornal católico "La Croix" condenou abertamente a actuação do bispo [Francisco] da Silva»*.

ção conjunta das direcções do PCI e do PSI,<sup>1121</sup> publicada dias antes, e dos comentários posteriores de ambos partidos, em que, «*Berlinguer e De Martino concordaram que, perante a situação em Portugal com as ameaças cada vez maiores das forças reaccionárias, seria desejada uma intervenção conjunta, mas que tal facto não tocava na autonomia da avaliação e na diferença de opiniões de cada partido*» a respeito da evolução política portuguesa. Este «*documento comum formulou habilmente, num amplo contexto europeu (CSCE) como também no quadro das preocupações dos partidos da classe operária, as possíveis vias para a resolução da crise portuguesa*».

No plano da política interna, segundo Kofiitch, «*as reacções a esta declaração foram fortes, tendo sido recebida nos círculos de esquerda com compreensão e com comentários muito favoráveis*» no sentido de que a situação política portuguesa não dividiu a esquerda italiana.

Na direita, a declaração foi recebida com comentários muito negativos. Os socialistas-democratas e republicanos acharam a declaração inspirada numa política de «*neo-frentismo*» e que representava a capitulação do PSI, favorecia os comunistas portugueses e prejudicava a luta de Soares e dos socialistas em Portugal. Igualmente, aprovava «*a política do "Grande Acordo" [do PCI] (na vida política italiana, o PSI aproveitava-se da difícil situação portuguesa para obter benefícios no plano interno, etc.)*».

Quanto aos democratas-cristãos que, no início, fizeram análises muito cautelosas, depois tiveram reacções mais duras.

Sem embargo, prevendo essas reacções, os dois partidos tinham preparados os seus argumentos,<sup>1122</sup> mas essa polémica interna provocou outra entre o «*Unita*» e o «*Pravda*», na qual, aproveitando a coincidência temporal com os acontecimentos em Portugal, permitiu ao PCI concretizar a sua posição relativa à luta pelo poder nos países da CEE. Além disso, segundo o diplomata jugoslavo, tinha em vista «*a grande necessidade do distanciamento dos "factores externos", porque devido a Portugal, os partidos italianos rejeitavam toda a sua*

---

<sup>1121</sup> Em que exprimiram «*sérias preocupações por causa da situação em Portugal*» e apelaram às «*forças democráticas portuguesas, sobretudo ao PCP e PSP, que encontrassem vias democráticas (pluralismo) para, positivamente, superarem a crise*».

<sup>1122</sup> Para o PCI, «*o "frentismo", como forma de organização da esquerda em outras condições históricas, estava ultrapassado, assim como a luta pelo socialismo, em Itália, exigia uma aliança com amplas forças democráticas, incluindo também católicos. Por isso, o "frentismo" seria um quadro estreito para essa luta*». Quanto ao PSI, De Martino frisou, numa entrevista, que o seu partido «*manteve igualmente a autonomia nas suas posições e análises acerca da situação política em Portugal*», referindo ainda que, «*no movimento internacional comunista, o PCI distanciou-se da linha que seguia Cunhal em Portugal (e, portanto, não era pecado assinar um documento conjunto com o secretário-geral desse partido)*», bem como essa declaração era «*um apoio aos socialistas portugueses (pluralismo), etc.*»



*estratégia do "compromisso histórico"». Porém, «olhando a declaração conjunta sob o ponto de vista da política e das posições do PCI e PSI em relação às mudanças em Portugal, [...considerou] que ela era somente uma confirmação da linha até então de cada partido nessa questão».*

Quase duas semanas antes (13/Ago.), em Londres, o embaixador jugoslavo falou com Ian Mikardo, presidente do Comité Internacional do Partido Trabalhista, acerca da situação em Portugal. Julgando a sua evolução muito desfavorável, o dirigente trabalhista acrescentou *«que a guerra civil tornava-se inevitável, caso não se chegar, em algumas semanas seguintes, a uma nova cooperação entre os socialistas e comunistas na plataforma do governo de coligação»*. A seguir, o MFA não estava em *«condições de controlar a situação, perdia cada vez mais o apoio do povo e era ameaçado também por divisões internas, de modo que na existente euforia anticomunista não era capaz de impedir as manifestações e proteger as instituições comunistas»*.

O PT britânico culpava os comunistas, *«estimando que os socialistas e os socialis-democratas, depois da ocupação comunista do seu jornal não lhes restou outra alternativa do que a saída do Governo»*. Igualmente, achavam *«natural e justificada a oposição do PS à política do MFA para a criação do "poder popular"»*, o que significaria de facto o fim dos partidos e, perante isso, o PCP não deveria estar reticente.

Quanto à legitimidade e às acções de Soares, elas fundamentavam-se, em particular, na vitória do seu partido nas eleições, onde teve o maior número de votos, representando com o PPD a maioria do povo. Por isso, segundo o dirigente trabalhista, a tentativa comunista de instaurar a sua ditadura era absolutamente inaceitável. Ao mesmo tempo, Mikardo não escondia que *«a situação surgida e a política do PS favoreciam sobretudo as forças pró-fascistas que, nessa altura, apareceram de repente e, em alguns casos, utilizavam com sucesso as palavras de ordem do PS e PPD»*. Naturalmente, por causa disso, os comunistas alertavam para o perigo do regresso do fascismo, tentando provar que mesmo no caso de guerra civil não existia a possibilidade do regresso do fascismo. Julgava a restituição ao PS do jornal "*República*" como a condição prévia para uma cooperação entre os socialistas e comunistas e que essa mesma cooperação era indispensável para a estabilidade do país. Por essa razão, *«todas as forças no mundo deveriam contribuir para o regresso a essa cooperação»*.

Afirmou ainda que *«não pensa[va]m, ou não lhes era conhecido, pelo menos, que os russos decidissem a política corrente e as acções do PCP, mas estavam convencidos de que eles podiam influenciá-la bastante»*. Assim sendo, achavam que, quando na sua última decla-

ração, Cunhal falou da necessidade do restabelecimento da cooperação entre todas as forças democráticas, com a auto-avaliação de que tinha exagerado em muitos aspectos, estava sob a influência de Brejnev. Neste último, em Helsínquia, além do presidente Ford, também Wilson e Schmidt exerceram pressões sob a ordem das conclusões aprovadas na reunião da Internacional Socialista, em Dublin.

Eram incertas possíveis acções do governo dos EUA em relação de Portugal, *«mas estava seguro que a CIA já intervinha ali activamente. Enquanto que a social-democracia, incluindo o PT, mantinha firmemente a opinião de que os governos desses países não dev[er]iam prestar ajuda económica a um regime»* que não dava garantias para uma evolução democrática em Portugal.

Achando que seria, naquele momento, *«muito útil a mediação entre Soares e Cunhal através de uma verdadeira personalidade»*, Mikardo acabou por dizer ao embaixador jugoslavo que *«Nenni estava velho, Togliatti morto, isso talvez pudessem fazer Marchais e Mitterrand juntos, mas seguramente o ideal seria Tito, caso uma tal acção não o colocasse numa posição delicada como chefe de Estado»*.

Após uma conversação com V. Semenov, o encarregado de negócios da URSS, em Londres, o embaixador Gaspari comunicou ao SFNE (22/Ago) que, segundo a análise do seu interlocutor sobre os acontecimentos posteriores ao Abril de 1974, em Portugal, o principal responsável pela situação existente era *«Soares que, ainda no passado Verão, suspendeu unilateralmente o acordo com o MFA e os restantes partidos progressistas acerca da plataforma comum e a cooperação»*, o que conduziu a que a reacção utilizava, dentro e fora de Portugal a bandeira do PS e, nos últimos tempos, passou também a uma aberta histeria anticomunista.

Em relação à actuação do PCP, estimou que *«unicamente ele estava em condições de avaliar, tendo em conta que conhecia melhor as condições e a situação no país, qual seria a política e a tática mais adequada, num dado momento, do ponto de vista dos interesses do próprio PCP e do povo português»*. Desta maneira, consoante Gaspari, o diplomata soviético *«defendeu, por um lado, a tese da não-ingerência do PCUS na situação interna portuguesa e, por outro lado, evitou assim fazer qualquer juízo de valor a respeito da política e actividades do PCP»*.

Quanto aos políticos britânicos, disse que se notavam algumas diferenças nas posições entre Callaghan e Wilson. Com efeito, o primeiro identificava-se com *«a posição dos EUA que considera[va] que não era importante qual seria a força política a ter o papel dominante no país»*. Somente, era importante que *«Portugal não acabasse como um país comunista»*. Ao

passo que Harold Wilson, sendo líder do PT, «fazia tudo (através da Internacional Socialista com os restantes partidos sociais-democratas ocidentais) para ajudar Soares a surgir à frente de todos os partidos políticos no país».

Na semana seguinte (28/Ago.), Portugal voltou a ser tema principal noutra conversa-ção do embaixador Gaspari, desta vez, com o subsecretário adjunto do *Foreign Office*, John E. Killick, que lhe disse «estarem preocupados com a evolução da situação política, a qual mudava de dia para dia». Além disso, era extremamente confusa, contribuindo «um pouco para isso também a informação incorrecta da opinião pública por parte do serviço de propa-ganda do MFA».

Referiu, em seguida, que desejavam que se chegasse, o mais depressa possível, à for-mação de um novo governo que reflectisse bastante mais do que o governo de Vasco Gonçal-ves as aspirações do povo português. Expressando-se muito negativamente quanto à intenção dos círculos militares de manter o poder nas suas mãos, não obstante as eleições efectuadas e seus resultados, «embora a Grã-Bretanha não contestava que não foram, num pleno sentido da palavra, eleições parlamentares», nem o direito do MFA a participar na futura construção do sistema progressista e democrático do país.

Ademais, «não acusavam a URSS de ingerência nos assuntos internos de Portugal». Por sua vez, «os representantes soviéticos declararam isso (Kissinger foi muito cauteloso, na sua declaração, em não acusar a União Soviética directamente)», mas, ao mesmo tempo, julgavam que, tendo em conta a sua ajuda financeira ao PCP, tinha possibilidades de influen-ciá-lo a uma actuação mais moderada. Não podiam aceitar, em qualquer dos casos, as acusa-ções acerca da actuação e orientação reaccionárias dos socialistas portugueses, sem embargo, o diplomata britânico não negou que o conflito entre o PS e o PCP era utilizado pelas forças pró-fascistas e reaccionárias para a realização dos seus objectivos.

Achou «positivas as iniciativas de Soares para a convocação de uma reunião de representantes dos partidos e comunistas de Portugal, Espanha, Itália e França, porque con-sideravam que poderia ajudar a esclarecer a actual confusão e instável situação». Como «complemento da tese de que o PCP não actuava na linha das aspirações da população por-tuguesa», Killick aludiu ainda as críticas a seu respeito por parte dos PCI, PCE e, em parte, pelo PCF. Igualmente, «segundo informações que dispunham, as manifestações e os incêndi-os das sedes do PCP, no Norte do país, foram realmente espontâneos».

Outro problema que os preocupava era que, em Portugal, «todos os dias, havia cada vez mais armas e formavam-se novos grupos armados», o que aumentava o perigo de uma guerra civil e deveria reflectir-se negativamente na «détente» na Europa. A seguir, o embai-

xador jugoslavo acrescentou que, «no dia anterior, num programa televisivo, foi apresentado como, no Norte de Portugal, muitos agricultores e intelectuais tinham, em suas casas, armas de produção americana devido ao perigo dos comunistas».

Depois, o diplomata britânico disse ao seu interlocutor que «o seu embaixador, em Lisboa, não podia contactar [devido a uma gripe] a Soares», mas que, nesses dias próximos, esperava poder falar com ele e «a situação seria um pouco mais clara». Informou, também, de que a situação portuguesa não foi discutida na CEE, nos últimos tempos, no entanto acreditavam que seria dentro em breve.

Acerca da acusação de ingerência por parte da Internacional Socialista «na situação interna portuguesa era infundada e tratava-se somente da solidariedade "dos partidos sociais-democratas irmãos do Ocidente com o PS português"». Ao mesmo tempo, afirmou que «Londres condenava o fornecimento abundante de armamento ao MPLA por parte da URSS, pelo que dificultava o acordo dos três movimentos de libertação a fim dum processo sem obstáculos para a independência de Angola em Novembro desse ano». Também, assegurou que, «segundo as suas informações, os chineses suspenderam as remessas militares para a FNLA».

Num comentário final, o embaixador jugoslavo sublinhou que por tudo o que Killick relatou, claramente, atribuíam «todas as culpas pela situação no país às acções e à política do PCP e que faziam tudo para manter Portugal dentro do Ocidente, de preferência com Soares à sua frente».

### **Alguns momentos mais importantes da evolução política interna portuguesa**

Intitulando assim o seu telex para Belgrado (1/Set.), Stoíakovitch escolheu, em primeiro lugar, «a decisão do presidente Gomes acerca das alterações à frente do Governo e da nova nomeação de Gonçalves», seguidas da posição do PS que exprimiu o seu desacordo, sobretudo, por essa nomeação do ex-primeiro ministro para chefe do EMGFA, exigindo o seu afastamento dessas funções.

Referindo-se à conversação, no dia anterior, de Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo com Mário Soares e, tendo em conta as anteriores entrevistas deste último à rádio francesa e um jornal italiano, onde precisou a posição do PS em relação às mudanças — entre outras, contra «a nomeação de Gonçalves [que] iria permitir [...] ao PCP ter o controlo sobre as FA», porque essa decisão seria contestada «por unidades do exército português e pela OTAN» e assegurar, no Governo, uma "participação pluripartidária"—, acrescentou ainda que, seguramente, nessa conversação teria defendido os mesmos pontos de vista. Para mais, «Soares e

*o PS também contestaram a legalidade da decisão do PR Gomes acerca da nomeação de Azevedo para primeiro-ministro».*

Quanto ao PDD, apesar do seu desacordo com as mudanças efectuadas, declarou que a sua posição oficial só seria tornada pública após a sua reunião, no dia seguinte, com Costa Gomes.

Parecia que, por esse momento, não se previam inúmeras mudanças na composição do Governo, tendo sido aceite que *«a equipa económica completa do V Governo Provisório continuaria em funções e que as mudanças eram esperadas, em particular, entre os militares ministros».*

Em relação à *«proposta de Cunhal sobre uma reunião conjunta do PR, representante do Governo, CR, todas as correntes do MFA, membros da FUP (7 partidos e grupos de esquerda) e o PS»* não tinha possibilidades de ser aceite. Além do PS, já tinha sido recusada por alguns participantes da citada Frente (MES, FSP, PRP-BR e LUAR) que *«estimaram que essa proposta abria a porta à colaboração com forças civis e militares que eram agentes do capitalismo e do imperialismo».* Ademais, na declaração do representante do seu Secretariado Provisório foi admitida a possibilidade de reexaminarem a oportunidade da permanência do representante da PCP, mostrando-se *«exacta a avaliação de que a composição heterogénea da FUP, entre outras coisas, já actuava como um factor de discordância».* Todavia, *«o indício da sua possível saída não representava, em todo o caso, a garantia que a Frente se manteria com ou sem o PC».*

O *«quarto momento»* seria a iniciativa do PCP para conversações com o PS que, igualmente, encontrou uma resposta inadequada. A uma eventual aceitação dessa proposta, *«Soares colocou como condições que o PC renunciasse aos ataques para a tomada do Poder, com a exigência de que os sindicatos deixassem de ser correntes de transmissão entre o PC e o Governo e que o acordo fosse baseado em sólidos princípios, os quais, o PC não poderia abandonar mais tarde».*

### **A situação política em Portugal**

Nos dias seguintes dessa primeira semana de Setembro, numa vintena de telexes para o SFNE, os assuntos mencionados foram desde a ponte aérea para *«os refugiados de Angola»* à Assembleia do MFA em Tancos, passando pela formação do VI Governo Provisório, conversações com dirigentes do PS e PCP, *«a situação nos sindicatos portugueses após o Congresso da Intersindical»* e outros.

(2/Set.) — Apresentando uma proposta para uma eventual ajuda a Portugal de um «avião para um determinado número de voos na ponte aérea ou algumas casas prefabricadas para os refugiados» de Angola, o embaixador Stoíakovitch referiu-se ao anterior apelo do Governo português, apresentado «numa reunião com os chefes das missões diplomáticas pelo seu ministro dos NE», e as respostas de diversos países a esse pedido.<sup>1123</sup>

Salientando que se tratava de «um enorme problema (material, humano e político) com que se deparava Portugal (um pouco mais de meio milhão de portugueses em Angola decidiram abandonar o país antes do 11 de Novembro)», considerou ainda que, pelos seus aspectos técnicos e materiais, «esse problema era duplo: a) transportar uma tal massa de pessoas até determinada data; b) receber essa mesma massa em Portugal (alojamento e emprego)».

Depois, declarou que «naturalmente, os cenaristas da "destabilização" do regime e do desenvolvimento progressista português calcularam, absolutamente, no seu cenário e de que maneira, entre o resto, também este forte elemento». Por isso, parecia-lhe que seria politicamente oportuno que «o nosso governo respondesse, dentro dos limites das nossas modestas possibilidades,» a esse pedido de ajuda.

(3/Set.) — Quanto às amplas consultas em redor da composição do VI Governo, o novo primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, procurava «criar uma ampla plataforma e aproximar os principais factores na sua integração no novo Governo». Até essa data (3/Set.), já tinha efectuado conversações com os partidos (PS, PPD e PCP) e, dessa forma, «aproximava-se do conceito do PS de Soares acerca do Governo de "Salvação Nacional"». Havia todas as possibilidades de que se chegaria, contudo, a maiores mudanças do que se esperava no princípio. Foi anunciado que seria aumentado o número de personalidades civis e outro facto foi que «o novo primeiro-ministro declarou que o ministro da Informação, capitão Jesuíno (próximo do PC e de Gonçalves), iria sair do Governo». Este seria mais um sinal, consoante o embaixador jugoslavo, de que era «inclinado a concessões à corrente "eleitoral", ou seja, "pluralista"».

Igualmente, cada vez mais se ampliava e reforçava «a oposição à nomeação de Gonçalves para chefe do EMGFA», tendo sido até, por duas vezes, anunciada «a sua tomada de

---

<sup>1123</sup> Mencionou que «o Governo dos EUA anunciou ajuda, ou seja, a participação no transporte aéreo dos refugiados, ao que até então punha como condição "mudanças políticas internas". A companhia aérea suíça "Swissair" já participava, numa base comercial, na "ponte aérea" entre Luanda e Lisboa» e o governo francês tinha confirmado também a sua ajuda. Segundo um comunicado do MNE, «os governos da URSS, Suécia e RDA decidiram prestar ajuda na resolução do problema dos refugiados de Angola». ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

*posse (como também a do almirante Azevedo no cargo de primeiro-ministro) e, pela segunda vez, foi adiada». Nessa altura, previa-se que seria só conhecida após a Assembleia do MFA, marcada para 5 de Setembro, a qual, se pronunciaria em relação à decisão de Costa Gomes relativa à mencionada nomeação de Vasco Gonçalves. Além da oposição do PS e dos "Nove", publicamente, opuseram-se ainda (na véspera da Assembleia do Exército do dia anterior) o general Carlos Fabião, comandante das forças terrestres e membro do CR, e o general Morais da Silva, comandante da aviação e membro do CR. De modo igual, Pinheiro de Azevedo «pôs em dúvida o momento para essa nomeação, surgindo a possibilidade da decisão, dependendo da avaliação posterior se contribuirá ou não para a unidade do MFA, poder ser alterada».*

Devido ao sincronismo das oposições, estas tornavam-se um problema chave para um desfecho positivo das tentativas para alcançar a unidade no MFA na próxima Assembleia do MFA. «Uma eventual mudança da decisão acerca da nomeação de Gonçalves, seguramente, significaria mais uma importante concessão e o enfraquecimento da posição das correntes radicais».

Entretanto, na recente formada FUP, o processo de desintegração continuava e, nela, já não estava o PCP. Devido à sua citada proposta para se realizar uma reunião de todos os factores civis e militares, incluindo o PS, o Secretariado Provisório da Frente decidiu expulsar o representante do PCP, enquanto este último anunciou, por seu lado, que abandonou a FUP. Assim, segundo o embaixador Stoiakovitch, «após ter-lhe dado uma grande importância, o PCP retirou-se quando se tornou evidente que a sua tentativa de impor a sua influência não resultou». Sem embargo, «a ideia de uma frente dos grupos radicais de esquerda estava condenada ao insucesso, sobretudo por causa da sua composição extremamente heterogénea».

A respeito dos preparativos para a Assembleia do MFA, marcada para sexta-feira (5/Set.), durante o dia anterior realizaram-se «as assembleias dos delegados do Exército e da Aviação (a reunião na Marinha deveria ter lugar no dia 4). No comunicado da Assembleia do Exército (foi característico que o leu o anterior porta-voz do CR e membro do grupo dos "Nove", o capitão Lourenço), foi dito apenas brevemente de que as conclusões e as propostas dessa reunião seriam apresentadas, durante esse dia, ao PR Gomes».

(4/Set.) — Nesse dia, uma das informações para o SFNE foi sobre a entrevista do presidente Costa Gomes a enviados especiais de diários jugoslavos e da RTV de Zagreb e de Saraievo.<sup>1124</sup> Segundo o acordo dos jornalistas, a RTV de Saraievo emitiria a entrevista com-

<sup>1124</sup> Os jornalistas eram dos diários de Belgrado (*Večernje Novosti*, *Borba* e *Politika*), de Zagreb (*Vjesnik* e *Večernji List*), Saraievo (*Oslobodjenja*) com o correspondente, em Lisboa, da agência noticiosa Tanjug.

pleta na noite de sábado (6/Set.) e, por seu lado, a Tanjug prepararia uma versão para todos os jornais jugoslavos, que seria publicada nas suas edições dominicais.

Na entrevista, Costa Gomes salientou que a situação político-militar ainda não estava bem definida *«devido ao resultado das divergências dos principais partidos políticos, o que se reflectiu também no MFA»*. Expressou a esperança que a crise política seria superada com a formação do VI Governo — no qual, o novo primeiro-ministro Azevedo procurava reunir representantes dos três partidos mais importantes (PS, PC e PPD) — e que o novo governo seria melhor aceite do que o anterior. Para a resolução da crise no MFA, haveria *«uma possibilidade na Assembleia do MFA, onde, além da análise do problema da descolonização (Angola e Timor), seriam decididas mudanças no CR que pudessem contribuir para a sua homogeneidade»*.

Realçou, depois, *«o peso e a importância das pressões económicas externas, o que condicionava muito directamente a solução da crise política (a maior parte dos países ocidentais tinham um imagem distorcida da situação em Portugal que influenciava as trocas comerciais, os empréstimos e os investimentos)»*. Neste contexto, sublinhou a necessidade do desenvolvimento das relações com todos os países, com o respeito pelos acordos e obrigações existentes (citou a participação na OTAN).

Quanto ao objectivo principal a que aspiravam, Costa Gomes mencionou *«o estabelecimento do socialismo pluralista português»*. Relativamente às pressões do Leste e dos países não-alinhados, não havia, pelo contrário, aí encontravam a maior compreensão. Assim, o programa de actividades da política externa previa o desenvolvimento das relações com o Leste e o "Terceiro Mundo" e essa foi a razão da recente ida da delegação portuguesa a Lima. No final da entrevista, falou sobre as relações com a Jugoslávia e do respeito pelo presidente Tito, esperando que *«a sua próxima visita iria contribuir para o fortalecimento das relações bilaterais»*.

(4/Set.) — Nesse mesmo dia, o embaixador Stoíakovitch relatou para Belgrado a sua *«conversação com Tito de Moraes, membro da direcção do PS de Soares»*. Conforme este dirigente socialista, *«eles tinham saído a seu tempo do Governo para exercer pressão contra a "conquista comunista do poder"»*. Porém, enquanto estiveram no Governo, *«no país reinou um "policentrismo de poder", embora o PC tivesse uma influência predominante»*. Com a saída do PS do Governo, *«a situação ainda mais se agravou (o que também esperavam), começou uma verdadeira anarquia, tanto nas estruturas civis como militares»*. Todavia, com a saída de Vasco Gonçalves do cargo de primeiro-ministro, surgiu a possibilidade para se ini-



ciar uma consolidação da situação, achando que ele não poderia ser chefe do EMGFA ("*ele acabou*").

Igualmente, aceitaram «*consultas com Gomes e o almirante Azevedo acerca duma eventual participação no Governo*», sendo, em princípio, para uma participação com o PPD e o PCP. Não obstante, colocaram algumas condições: elaboração, aceitação e um firme compromisso em relação ao cumprimento do programa governamental; assegurar uma determinada ordem e disciplina nas Forças Armadas («*"assim, não se podia, quando alguns sargentos fazem ultimatos ao Governo e ao Chefe de Estado"*»); que «*o MFA (que, nesse momento, de facto não existia devido às divisões) era necessário*», no entanto não podia ter poder legislativo, mas somente de controlar se o Governo cumpria o programa aprovado.

O dirigente socialista previa que até ao fim da próxima semana o governo estaria formado, apesar de, nas consultas em curso, supostamente, não se sabia quantos e quais ministérios receberiam os partidos e os militares. Contudo, estimava como seguro que o ministro dos Negócios Estrangeiros, entre outros, seria substituído, acrescentando a seguir que «*o problema principal do país [era] a situação económica "que nós não podemos resolver sem ou contra a Europa Ocidental"*».

Relativamente à reunião dos líderes sociais-democratas, em Londres, no dia seguinte, onde estaria Mário Soares, Tito de Morais considerou-a uma continuação do apoio que esses partidos (através dum comité, no qual, se realizaria essa reunião) davam à democracia em Portugal. «*Soares apresentar[ia] um relatório a respeito da evolução no país, incluindo as consultas sobre a formação do novo VI Governo*», e um pedido para que, após a sua tomada de posse, «*os membros da CEE e outros países ocidentais prest[ass]em imediatamente uma forte ajuda económica a Portugal*».

Falando da proposta do PS para uma reunião dos partidos socialistas e comunistas da França, Portugal, Espanha e Itália, disse que todos os partidos concordaram (até o PCF), excepto o PCP, mas esperava que, por fim, eles aceitariam estar presentes «*"se não nessa altura, então seria dentro em breve"*». Estimava que «*uma das fraquezas do PCP era não ser suficientemente flexível ("eram intransigentes como o diabo e ainda tratavam os problemas de uma forma estalinista")*». Achava, sem embargo, que as iniciativas do PS tinham possibilidades «*"porque é tempo de pelo menos, globalmente, acordarmos como evitar as confrontações entre as duas principais correntes na luta pelo socialismo"*».

Referindo-se aos problemas resultantes da situação em Angola, afirmou que «*a única solução era um acordo entre o MPLA e a UNITA (apesar de ter falado com desprezo da UNITA, [todavia falou] cheio de elogios acerca das capacidades do seu líder Savimbi)*».

Num «comentário» final, Stoíakovitch achou que o seu interlocutor exprimiu «*um certo optimismo em relação à seguinte evolução em Portugal, obviamente, mais por causa de considerarem que Gonçalves "acabou", ou seja, que com a sua liquidação política (e assim também com a influência do PCP)*», finalmente, a evolução política que tinha sido constantemente para a esquerda, nessa altura, era «*possível bloquear e, talvez, encaminhar numa direcção que estivesse mais de acordo com a política do PS*».

(5/Set.) — Nos seus 8 telexes, enviados para o SFNE, nessa sexta-feira, em três deles, subscritos pelo embaixador, foram mencionados os seguintes assuntos: 1.) «*a especulação quanto à activação de Spínola*»; 2.) as dúvidas a respeito do «*início dos trabalhos da Assembleia do MFA*»; 3.) «*a situação nos sindicatos portugueses após o Congresso da Intersindical*».

No primeiro, a especulação sobre a chegada de Spínola à Europa e a publicidade que lhe tinha sido dada nos meios informativos portugueses (as suas intenções de organizar acções de sabotagem e de formar unidades militares constituídas de emigrantes, retornados de Angola e mercenários) já actuava nas forças progressistas como um factor de reagrupamento. Assim, esse regresso à Europa dava efeitos contrários (positivos) no sentido do reforço da unidade no MFA e de uma aproximação das posições entre os partidos políticos mais importantes, em primeiro lugar, entre o PS e PCP.

De mais a mais, seguramente, o PS não podia basear a sua acção política no regresso de Spínola, ao passo que a maior parte dos representantes do MFA (não obstante a corrente a que pudessem pertencer) não podiam esperar, nesse caso, nada de positivo. Daí, segundo Stoíakovitch, «*na medida em que, como parte da tentativa da desunião do regime existente, a acção foi planeada pelo Ocidente e, em particular, pelos EUA, a chegada de Spínola à Europa, ela podia actuar contraproducentemente e, com certeza, contribuir para reforçar a consciência em relação ao perigo e à ameaça do desenvolvimento progressista para o qual, contudo, se pronunciaram quase 80% dos portugueses*».

2.) Nesse dia, deveria começar a Assembleia do MFA, «*mas devido a obstruções, sobretudo das fileiras das forças terrestres e aéreas, era incerto se iriam começar os seus trabalhos*». De acordo com algumas indicações, existia «*o perigo de possíveis abertas confrontações entre as correntes oponentes no MFA (gonçalvistas e grupo dos "Nove")*».

Pelas informações que tinham obtido «*na sede do PCP, PS e entre o corpo diplomático, a situação era tal que, além de possíveis reviravoltas, não se excluía a possibilidade de*

*diversos golpes de Estado*», o que realmente não se podia rejeitar porque o MFA, o factor decisivo até então, estava paralisado, na verdade, pelas divisões nesse momento.

3.) No Congresso da Intersindical (25-27/Julho), «*que afinal foi encenado à pressa, o predomínio foi conseguido pela corrente radical sob a influência mais directa do PCP e do MDP próximo dos comunistas*». Para o embaixador jugoslavo, este «*desfecho do Congresso foi obtido também como resultado de certos procedimentos não democratas (envio tardio às organizações dos documentos para a plataforma do Congresso que foram redigidos pelo Secretariado Nacional, cuja maioria dos membros era do PCP)*». Isso, objectivamente, impediu a inclusão de alterações importantes e de propostas das bases, sendo, por isso, meta de ataques e da contestação da legitimidade do Congresso.

Durante o Congresso e pelo facto de que na direcção não estava representada, no período pós-congresso, uma parte da organização, havia uma forte oposição e uma clara tentativa de refutar a plena representatividade e, ao mesmo tempo, paralisar a influência dominante da corrente radical. Era evidente, que «*os sindicatos se tornavam, cada vez mais, num campo de batalha de dois conceitos opostos do futuro desenvolvimento — "revolucionário" (PCP) e "pluralista" (PS)*». Desse modo, em certos sindicatos aumentava a influência tanto de forças próximas do PS, bem como da esquerda (radical e extrema) contra o PCP.

Mencionou que, nas últimas semanas, houve uma grande agitação nos sindicatos (jornalistas, empregados do comércio e bancários) e que, em alguns importantes sindicatos, os socialistas tomavam, gradualmente, o controlo e reforçavam as suas posições.<sup>1125</sup>

Concluindo, salientou que «*a luta pela influência e representação nas direcções sindicais assumia formas cada vez mais graves como parte do confronto dos dois conceitos básicos, mas ainda não se reflectia na composição e na política da direcção da Intersindical*». Acrescentou, depois, que «*a anunciada delegação da Intersindical, por fim, não seria, portanto, totalmente representativa e segundo o estado actual das coisas, representaria somente a corrente próxima do PCP*». O empenho por amplos contactos e encontros internacionais fazia parte do esforço da Intersindical de reforçar, através o reconhecimento e afirmação internacional, a sua própria posição no país.

---

<sup>1125</sup> Informou de que, «*no sindicato dos jornalistas e num grande estaleiro naval próximo de Lisboa (Lisnave), os socialistas tiveram uma lista comum com a extrema-esquerda, maoista e anti-PCP do MRPP*» que venceram a lista da Intersindical.

No final desta análise e informações, Stoíakovitch não deixou de sublinhar que com esse «comentário, naturalmente, não sugerimos qualquer alteração que fosse a respeito do convite e aceitação das suas delegações».

(6/Set.) — Numa visita ao CC do PCP,<sup>1126</sup> o embaixador jugoslavo «*conversou com Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado do CC. A conversação presenciou A. Santos, chefe do Departamento Internacional e, durante alguns minutos, O. Pato, também membro do Secretariado do CC*». Antes do relato dos principais temas e informações que ouviu, principalmente de Sérgio Vilarigues, fez um resumo do que disse no início dessa reunião.<sup>1127</sup>

Segundo o dirigente comunista, existia um «*"equilíbrio" de forças — "revolucionárias" (PC e aquelas que estavam sob a sua influência ou lhe eram próximas e "opponentes" (PS e todas à sua direita)*». Nessa altura, a luta tinha passado para as Forças Armadas e, quando falavam acerca do «*"equilíbrio", pensavam na situação militar "porque caso, em alguns lugares, os comandantes e oficiais superiores estavam do lado deles, os oficiais subalternos e os soldados estavam connosco"*». Isso ocorria, sobretudo, «*nas forças terrestres e aéreas, "porque toda a Marinha, no fundo, era progressista"*».

Salientando que a chave do confronto estava nas relações PCP-PS, Stoíakovitch acrescentou «*como se podia esperar, Vilarigues fez uma verdadeira descarga contra o PS e a seguir no Soares: que não condenou nem com uma palavra os ataques fascistas às sedes do PCP*». <sup>1128</sup> Quanto à situação que era muito séria, «*a realização da Assembleia do MFA seria um "dia decisivo" para o futuro do MFA e a futura evolução de Portugal*». Disse, depois, que o PS e todas as forças direitistas eram, realmente, contra a existência do MFA ou qualquer das suas funções.

Num caso extremo, não excluía nem a possibilidade de uma guerra civil, no entanto repetiu que «*"tal perigo como perigo existia, embora espera[vam] que através de acordos,*

<sup>1126</sup> Apesar da sua data (6/Set.), este telex não relata ainda acontecimentos do dia anterior. Portanto, esta visita teria ocorrido no dia 4 ou 5 (antes a Assembleia do MFA, em Tancos). ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>1127</sup> Transmitiu-lhes que, na Jugoslávia, «*a direcção política e o público acompanhavam com atenção a situação política portuguesa e exprimiam a sua solidariedade com as forças progressistas na sua luta contra o perigo contra-revolucionário (condenações na imprensa pelos ataques fascistas e as ingerências externas)*». No plano internacional, referiu «*o apoio que foi dado, em Lima, na Reunião Ministerial dos Não-Alinhados*».

<sup>1128</sup> Acrescentando que «*"além disso, exprimiui compreensão por essas acções, mencionou diversos casos de manifestações, em que participaram juntamente socialistas soaristas com diversas forças direitistas "incluindo também alguns retornados fascistas de Angola"*. Igualmente, «*o PS foi o primeiro que recusou a proposta do PCP para uma reunião comum de todos os factores progressistas (Vilarigues não falou, todavia, acerca da sua fracassada "aliança" com os grupos esquerdistas)*».

*numa base de compromissos racionais, mas não pelo preço dos nossos principais princípios, esse perigo possa ser talvez afastado"».*

Sobre a formação do novo Governo, tinham *«uma certa confiança em Azevedo porque "até então assumiu posições progressistas"»* e acreditavam que, num caso extremo, seria encontrada, novamente, *«uma solução em redor do Governo "com uns certos compromissos"»*. Referindo-se à participação do PCP com o PS e PPD no novo Governo como partidos, mas ainda à possibilidade dessa participação ser feita por membros desses partidos que, formalmente, não seriam representantes dos seus partidos, fez menção à *«massa de "condições impossíveis" do PS para entrar no Governo»*, em que o objectivo era *«a liquidação do MFA, bem como a exigência, por assim dizer, duma total "capitulação das forças revolucionárias"»*. Ademais, conforme Stoíakovitch, comentou as condições do PCP e falou da salvaguarda do MFA.<sup>1129</sup>

Respondendo ao comentário introdutório do seu interlocutor sobre a solidariedade jugoslava, Sérgio Vilarigues falou do significado que davam *«à solidariedade internacional "com as forças revolucionárias de Portugal e, em particular, o PCP" na sua luta contra as forças reaccionárias e fascistas»*. Nesse contexto e a propósito da reunião, em Londres, atacou fortemente os líderes da social-democracia europeia por causa da sua ingerência a favor de Soares. Num comentário breve, o embaixador jugoslavo referiu-se à posição que o presidente Tito repetiu nas conversações, em Helsínquia, durante a CSCE, quanto à não ingerência e da ajuda a um desenvolvimento progressista em Portugal. Sublinhando que tinha reparado nessa referência na sua exposição, informou os seus interlocutores de que, na Jugoslávia, *«também, publicamente, foi condenada a actividade dos sociais-democratas como um acto de ingerência nas relações internas de Portugal»*.

Num *«comentário»* final, concluiu que era evidente *«que o objectivo da forte e sincronizada actuação dos factores internos e externos (ocidentais) era o isolamento e da quebra da influência do PCP»*. Por isso, ele tentava opor-se com *«uma aceitação de "compromisso", mas tal oposição seria tanto mais forte e bem-sucedida, caso o partido se libertasse rapidamente de abordagens estreitas e sectárias»*, sendo mais coerente com um programa mais flexível *«e não de vaguear entre tentativas com "alianças" artificiais e envios de apelos para reuniões de todas (de novo, selectivamente estreito) as forças progressistas»*, o que, entre outras coisas, se reflectia nele próprio, desenvolvendo um processo de diferenciação.

<sup>1129</sup> De acordo com as suas notas, Vilarigues teria dito: *«"também, nós pomos condições, mas razoáveis", [no entanto.] «"ambas as partes deveriam abandonar a insistência em algumas condições".[...] "Entre outras coisas, para nós é importante que se salvasse o MFA, pelo qual não importa, neste momento, se todas as personalidades ficarão nas suas funções"»*.

Acrescentou, depois, que Aurélio Santos o acompanhou, após a reunião, e *«disse-lhe (muito abatido): "embora a situação fosse bastante difícil, todavia, ainda tudo não estava perdido"»*.

### **Novo momento no desenvolvimento da crise em Portugal**

Apesar de um possível adiamento, contudo, a Assembleia do MFA realizou-se na sexta-feira pela tarde (5/Set.), mas com uma participação incompleta. Além de Costa Gomes, os delegados da Marinha e somente parte dos delegados do exército, Stoíakovitch mencionou seis *«"observadores"»*<sup>1130</sup> e achou, pelos delegados presentes, que a Assembleia era, pela sua composição, por um curso antidireitista. Formalmente, a Assembleia manteve a ordem do dia: Descolonização (Angola e Timor); reestruturação do Conselho da Revolução.

A seguir a uma breve exposição sobre a situação angolana e timorense, Costa Gomes fez um apelo à unidade do MFA, discursaram, entre outros, *«o novo primeiro-ministro, almirante Azevedo (informação quanto aos resultados em redor da formação do novo gabinete) e Gonçalves que, após ter exposto novamente a sua posição, apresentou a demissão do cargo de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas»*.

Referiu a análise da reestruturação do CR e nomeou alguns dos seus 21 membros (Rosa Coutinho, Pinto Soares e Otel Saraiva Carvalho), citando a saída de alguns outros (Vítor Crespo, Costa Martins, Vasco Gonçalves e Eurico Corvacho). No final do seu comunicado, o CR anunciou que aprovaria com urgência a sua organização interna e que, nesse sentido, apresentaria uma proposta na próxima Assembleia do MFA (ainda sem data marcada), e os casos de Melo Antunes, Vítor Alves e Costa Martins seriam, de novo, examinados.

A respeito da crise, após essa Assembleia do MFA, tudo entrava numa nova fase, podendo-se dizer que o seu resultado podia ser um sinal de concessões mútuas no sentido da conclusão de uma certa unidade *«(as duas correntes oponentes sacrificaram, até então, cada uma delas, três das suas personalidades mais eminentes, pelo que a relação de força destas correntes era equilibrada, enquanto, nesse momento, o presidente Gomes com o grupo de membros seus próximos tinham uma posição decisiva)»*.

Mencionando os novos elementos da próxima crise, indicou: a demissão de Vasco Gonçalves do cargo de chefe do EMGFA; a decisão, na noite anterior, da demissão colectiva do V Governo Provisório; as conversações de Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo com *«representantes importantes de 6 partidos políticos (PS, PCP, PPD, MDP, MES e, o que foi*

---

<sup>1130</sup> Referiu, neste telex (7/Set.), os generais Carlos Fabião, Morais da Silva e Saraiva de Carvalho e os comandantes das três regiões militares (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

*novo, com o CDS direitista; e o pedido público do PPD acerca da dissolução do MFA, do CR, do Directório (que, de resto, já não existia) e a entrega do poder a estruturas civis».*

Em conjunto, esses «ataques sincronizados ao general Gonçalves revelaram, cuja saída foi apresentada como condição para a solução da crise, que foram só um passo numa ampla orientação com vista a um ajuste de contas com o desenvolvimento progressista». Não obstante, o embaixador jugoslavo considerava que caso «este curso para um encontro da cooperação das forças progressistas (numa linha de concessões) continuasse a reforçar-se, o que, pareceu expresso nessa Assembleia do MFA, tanto mais as possibilidades dessa orientação reaccionária seriam limitadas».

### **Novos elementos na situação portuguesa**

Numa longa referência à segunda sessão do recém-formado Conselho da Revolução (10/Set.), Stoíakovitch informou o SFNE das decisões aprovadas quanto ao «regresso dos majores Melo Antunes e Vítor Alves (líderes do grupo dos "Nove") e do major Costa Martins (até então ministro do Trabalho) próximo de Gonçalves e de orientação de esquerda», que estimou como uma «clara procura de compromisso e concessão entre as duas correntes fundamentais do MFA». Igualmente, Costa Gomes anunciou que «o general Pinto Soares (de orientação progressista, esteve à frente da delegação do MFA na RSFJ), apesar de insistir na demissão do CR, continua seu membro (porque numa parte do MFA, existia disposição que fique no CR)». <sup>1131</sup>

Paralelamente, com os esforços em redor da formação do VI Governo, procurando pelo menos um apaziguamento momentâneo, esperava-se, nos próximos dias, um aumento do número de membros do CR. Também, ali, as relações ficaram mais equilibradas com as mudanças efectuadas (Antunes, Alves e Martins) e, comentando mais pormenorizadamente a sua composição, nessa altura, estavam representadas «todas as "quatro tendências do MFA": a) a progressista e pró-PC (corrente gonçalvista; b) a progressista moderada em redor de Melo Antunes (grupo dos "Nove"); c) a do general Carvalho, definida insuficientemente, mas bastante próxima de alguns grupos de esquerda; d) neutral, reunida em redor do PR Gomes».

Porém, essas divisões tinham, pelo menos, devido a manifestarem-se nesse momento, uma série de elementos comuns. Sem embargo, «quando se falava de divisões, no fundo, havia duas tendências fundamentais — uma, radical-progressista ("revolucionária") e outra

<sup>1131</sup> Esta repetição dos dados biográficos era frequente nestes documentos, mesmo quando quem era citado, por vezes, o tinha sido em dias anteriores (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

*moderada-progressista ("pluralista")*». Além disso, para o embaixador jugoslavo, naquele momento, era importante que o CR estabelecesse, pelo menos, um certo grau de unidade e continuasse sendo o órgão da Revolução para que pudesse, acima de tudo, se opor aos ataques cada vez mais abertos de alguns partidos políticos no sentido da sua total desintegração.

Outra informação dizia respeito ao governo demissionário que apesar de ter aceitado ficar em funções, somente até ao dia 8 desse mês, a pedido de Costa Gomes, aceitou continuar até à formação do novo VI Governo Provisório. Nessa altura, decorriam *«consultas muito intensas com um amplo círculo de partidos políticos, precisamente com todos aqueles<sup>1132</sup> que participaram nas eleições»*, sublinhando que *«podia ser característico que, durante esses amplos contactos, Azevedo consultou também Gonçalves»*.

Atendendo a que *«as largas consultas do PR Gomes e do primeiro-ministro Pinheiro, e a oferta da participação a um grande número dos partidos consultados»* procuravam conseguir, claramente, uma grande aceitação da nova equipa governamental — *«tanto em relação dos círculos ocidentais (necessidades económicas), assim como um aumento do grau dessa aceitação e de autoridade no interior do país»* —, Stoíakovitch mencionou ainda que Pinheiro de Azevedo salientou que no *«seu governo deveriam estar representadas "todas as quatro tendências do MFA"»*. Desta forma, tentava estabelecer uma maior unidade entre o MFA e as Forças Armadas, mas igualmente de *«enfraquecer a oposição dos partidos políticos mais importantes que tinham no MFA os seus correligionários»*.

Acrescentou que se aguardava um VI Governo Provisório formado sobretudo por civis, no entanto com a participação de militares, sendo possível que a sua composição fosse anunciada já no fim da semana. Ademais, este novo Governo seria só *«uma solução transitória para um curto período (alguns meses) [e uma] resolução para os problemas candentes mais importantes»* (aprovação de medidas necessárias para, pelo menos, sanear parcialmente a situação económica, conclusão do processo de Descolonização, assegurar a aprovação da nova Constituição e preparar as eleições para a Assembleia Legislativa).

Num *«comentário»* final, afirmou o seguinte: *«a) foi indicativo que, nos últimos dias, como "por ordem superior" cessaram os ataques às sedes do PC e de outros partidos e grupos progressistas, e que a situação acalmou, por agora, a esse respeito; b) igualmente, foi indicativo que na recepção dos búlgaros, depois de muito tempo, numa recepção do*

---

<sup>1132</sup> Todavia, só mencionou 8 (PCP, PS, PPD, MDP, UDP, PPM, MES e CDS) desses 14 partidos.



"lager"<sup>1133</sup> [de uma embaixada do bloco socialista] apareceram também eminentes representantes do PS – Mário Soares, S. Zenha e outros».

Entre outros «novos elementos» da situação política portuguesa, segundo um outro telex (11/Set.) do embaixador jugoslavo, na continuação das «consultas de Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo sobre a formação do "Governo de Unidade Nacional"», era curioso ver que «os representantes do PS soarista faziam o papel de intermediários entre o PCP e o PPD». <sup>1134</sup> No dia anterior, a direcção do PS tinha efectuado três reuniões separadas com dirigentes do PCP e duas com os líderes do PPD, procurando conciliar a oposição de um em relação à entrada do outro partido no Governo. Era muito provável que nele participariam «os três partidos, mas de qualquer maneira era interessante o facto do papel do PS que, obviamente, não queria, nessa altura, o PCP na oposição» e, por outro lado, procurava assegurar a participação do PPD no governo.

Outra informação dizia respeito às notícias acerca de uma possível crise na direcção do PCP «que, também, [lhe] tinha falado Tito de Morais do PS». Partindo de um «confronto entre duas linhas ("a dura" e "a flexível" pró-berlinguerista)», supostamente, o representante desta última seria Carlos Aboim Inglês «(cuja "flexibilidade" duvidava seriamente de Morais, porque o conhecia há muitos anos)».

A seguir, fez duas outras breves referências: uma relativa ao general Carlos Fabião que tinha anunciado «a retirada do pedido de demissão do general Pinto Soares e, novamente, tinha assumido as suas funções de comandante da Academia Militar»; outra relativa à FUR ("Frente de Unidade Revolucionária") que, apesar da saída do PCP, os seus restantes participantes (MDP, LCI, PRP-BR, MES, LUAR e FSP) procuravam manter a sua actividade, dando às «suas reivindicações esquerdistas-radicais o PCP uma considerável publicidade, com o claro objectivo de enfraquecer a crítica ao seu radicalismo (porque estes eram ainda mais radicais)».

### **A política externa de Portugal**

A pedido do SFNE, Stoíakovich enviou um texto (10/Set.), <sup>1135</sup> cujo tema repartiu por 5 pontos principais, começando por mencionar que as principais direcções da orientação internacional portuguesa (posteriores a 25/Abr./1974) foram as seguintes: a) «a descoloniza-

<sup>1133</sup> Vd. p. 38 (nota n.º 82).

<sup>1134</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975

<sup>1135</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

ção como o problema mais importante e o pressuposto principal para as mudanças democráticas internas e o desenvolvimento progressista»; b) «abertura do processo do estabelecimento e reforço das relações com o chamado "Terceiro Mundo", como parte integrante da plataforma de política externa do novo regime»; c) estabelecimento de relações com os países socialistas; d) devido às duas citadas novas direcções da sua política externa que, «no Ocidente, podiam provocar uma certa agitação, quanto à confirmação da sua ligação à política ocidental e respeito pelas obrigações existentes», realçaram principalmente a permanência na OTAN e a continuação da cooperação com a CEE.

Num segundo ponto, uma menção à situação interna, «em que todo o período após o 25 de Abril, Portugal esteve sujeito aos efeitos dos factores externos, e vice-versa, os processos internos repercutiram-se na sua posição internacional». Tanto mais que, nesse período, após cada crise — mencionando seis desde Julho de 1974<sup>1136</sup> —, essa situação se radicalizou e, constantemente, houve uma viragem cada vez mais à esquerda. Igualmente, essa «radicalização determinou uma maior actuação e empenho dos factores externos (EUA, OTAN, CEE e social-democracia ocidental)».

No sentido da oposição a tal «curso ("revolucionário") e sua extinção, reorientação e tomada de iniciativa, tendo ainda em conta a experiência do Chile e a impopularidade duma eventual aberta intervenção, a actuação do Ocidente, sobretudo dos EUA, foi versátil e enxada desde a dramatização da situação portuguesa, cuja consequência mais directa, bem como planeada, se reflectiu na desestimulação das relações económicas na linha Ocidente-Portugal (bloqueio económico)» até à estimulação de diversos movimentos separatistas no próprio Portugal, nos Açores e Madeira, incluindo a incitação à crise em Timor e, em particular, em Angola. As ingerências e as pressões não foram só características do Ocidente, embora desta parte «foram mais pérfidas, fortes e numerosas e, por isso, também mais eficazes, mas igualmente estiveram presentes na conduta dos países do bloco socialista (acções manifestantes do bloco,<sup>1137</sup> maciça ajuda material ao PCP, etc.)». Assim, a posição internacional de Portugal esteve exposta, todo o tempo, «aos efeitos de duas principais tendências: ocidental ("democracia pluralista") e bloquista ("revolucionária=luta de classes")».

<sup>1136</sup> «[...] (Julho 1974 – mudança de governo, nomeação de Gonçalves para primeiro-ministro; 28 Setembro – saída de Spínola do cargo de PR; Janeiro 1975 – a questão sindical; 11 Março – aproveitamento do falhado golpe direitista; 25 Abril – eleições; Julho – saída do PS do governo de coligação)».

<sup>1137</sup> Uma referência a eventos (principalmente culturais) que foram citados em alguns dos telexes desta embaixada para o SFNE.

Num terceiro ponto, apesar de *«algumas mudanças de governos e personalidades à frente dos departamentos do MNE, contudo, as orientações básicas das opções internacionais de Portugal»*, desde do 25 de Abril até então, mantiveram-se constantes na política externa portuguesa.

A seguir à confrontação com Spínola e a marcação da data para a independência de Angola (em Alvor), *«o processo de descolonização teve um curso irreversível e permitiu, ao mesmo tempo, um processo acelerado no estabelecimento de relações com os países do chamado Terceiro Mundo»*. Nessa linha, dando exemplos, Stoíakovitch citou: a presença da representação portuguesa bastante forte e representativa, em Lima, na Reunião Ministerial dos Países Não-Alinhados; o estabelecimento de relações diplomáticas com quase todos os países afro-asiáticos; alguns deles já tinham aberto as suas embaixadas em Lisboa (Índia, Egipto, Indonésia, Líbia, Marrocos, Zâmbia, Guiné-Bissau e outros). Porém, destes países, só houve dois chefes de Estado que visitaram Portugal: Senghor e Kaunda.

Por outro lado, *«nenhum dos factores políticos portugueses mais sérios»* tinha posto (até esse momento) em questão *«a filiação à OTAN e foram feitos esforços para a manutenção de boas relações com a CEE (a esses objectivos esteve subordinado a ida de Gonçalves na primavera reunião da OTAN, em Bruxelas)»*. Ao mesmo tempo, Portugal assinou inúmeros acordos a respeito de diversas áreas, pelo que, muito moderadamente inaugurou uma política de abertura em relação aos países socialistas, *«esforçando-se por manter, nas relações interestatais com o Ocidente e o Oriente, um necessário equilíbrio»*.

No quarto ponto, o embaixador jugoslavo citou que, nos últimos meses, sobretudo desde o começo da intensa crise política posterior às eleições de 25 de Abril, não tinha havido importantes visitas oficiais a Portugal (nem dos países ocidentais, nem orientais). Mesmo algumas visitas de representantes de alguns países europeus ocidentais que, em geral, foram a nível ministerial e privado (por exemplo, a visita do primeiro-ministro dinamarquês e outros), *«ocorreram, na realidade, em função do apoio aos socialistas soaristas»*. Quanto à *«ausência de visitas do Oriente (URSS e do bloco) foi, por fim, mais um resultado de uma certa "cautela"»*.

Referindo-se às *«só duas visitas oficiais do presidente Gomes»*, uma a França *«(considerada como mal sucedida devido à recepção abaixo das expectativas e sem quaisquer resultados concretos)»* e outra à Roménia *«(alegadamente, foi bastante desestimulante para o PR Gomes e aqueles que o acompanharam por causa da dureza do regime)»*. Seguir-se-iam as

próximas visitas à URSS (fins de Setembro), Polónia e Jugoslávia,<sup>1138</sup> enquanto, à Itália e ao Vaticano, nessa altura, continuavam incertas devido à pressão e reservas do Ocidente. Numa atmosfera semelhante, decorreram também *«os encontros do PR Gomes com os estadistas ocidentais em Helsínquia (no fundo, todos os encontros decorreram com mais ou menos imposições claras)»*.

No último ponto, como conclusões, o embaixador Stofákovitch salientou que, devido às pressões externas a que Portugal estava sujeito, houve *«um agravamento de alguns problemas e criadas dificuldades adicionais ao regime»*. Nesse sentido, as preocupações mais imediatas eram, nessa fase, as seguintes: a) uma condução com sucesso até ao final do processo de Descolonização que estava ameaçado seriamente com a complicada situação em Timor e, nomeadamente, em Angola, embora, *«em ambos os casos (e, em particular, no de Angola), os problemas assumiram tais dimensões que superavam as possibilidades militares, económicas e políticas de Portugal»*; b) a melhoria das relações com os EUA e os países europeus (não só por causa de razões políticas, *«mas por uma necessidade urgente de alguma consolidação da difícil situação económica do país»*), em que se encontrava com o condicionamento do desenvolvimento interno *«(a deposição de Gonçalves e a formação dum governo que fosse aceite mais favoravelmente pelo Ocidente, seguramente, foi uma tentativa de adaptar Portugal às mencionadas imposições)»*; c) tendo em vista o carácter militar da OTAN, as relações com esta organização eram bastante delicadas. Todavia, *«a eventual normalização do "estatuto" português na OTAN dependeria da melhoria geral das relações com os EUA e os países europeus, ou seja, na confiança no novo aparelho governativo (CR e Governo)»*.

Naturalmente, segundo esta conclusão final, *«o preço para uma tal normalização de um tão amplo leque de relações com o Ocidente, pode[ri]a ter ainda uma atenuação das pressões, ou seja, uma atribuição de concessões, o que, dependendo da relação entre as forças políticas internas, não dever[ia] comprometer totalmente um desenvolvimento interno positivo»*

### **Uma «Informação acerca da situação em Portugal» do SFNE**

Num documento (11/Set.) que abrangia mais *«[...] algumas questões das nossas relações bilaterais com Portugal»*,<sup>1139</sup> o SFNE reuniu as últimas informações sobre os últimos acontecimentos político-militares — menciona a sessão do Conselho da Revolução (9/Set.) — , mas também fez um resumo de outros ocorridos nessas últimas semanas desde o V Governo

<sup>1138</sup> Essa visita foi adiada para fins de Outubro, após a visita à Itália e Vaticano.

<sup>1139</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

Provisório, baseando-se, principalmente, na correspondência recebida da sua embaixada em Lisboa. Numa dezena de páginas, este resumo inicial é completado por uma apresentação dos «*interesses e objetivos básicos*» jugoslavos nessas relações bilaterais e uma enumeração dos acordos e relações existentes entre os dois países. Igualmente, este foi um dos primeiros documentos para a preparação das próximas visitas, em Outubro, de Miloche Minitich a Portugal e de Costa Gomes à Jugoslávia.

Começando por afirmar que «*na situação interna, a crise em Portugal atingiu a sua culminação, em que estavam ameaçados tanto o desenvolvimento democrático e os resultados das anteriores mudanças progressistas, assim como a posição internacional e a independência de Portugal*», salienta-se a seguir que «*enquanto, antes, existiam divisões e confrontos entre determinados partidos, sobretudo entre o PCP e o PS*», nessa altura, havia já divergências no interior dos partidos, do MFA e das Forças Armadas.

Outros aspectos dessa crise iam desde um governo, presidido por Vasco Gonçalves (sem a participação de partidos e de probabilidades para manter-se por muito tempo), às grandes dificuldades económicas do país (elevada taxa de inflação, desemprego, diminuição das receitas do turismo e das remessas de divisas dos emigrantes), aos confrontos armados (entre o MPLA, FNLA e UNITA), em Angola, que se reflectiam cada vez mais na situação portuguesa (repercussões económicas e o regresso maciço de refugiados portugueses de Angola, cuja presença representava um problema político).

Outro problema cada vez mais presente era a saída na cena política das forças conservadoras e a histeria reaccionária (ataques a sedes do PCP, etc.). Para mais, «*o comportamento dos dois partidos mais importantes e antagónicos (PCP e PS)*» não apresentava mudanças significativas. Ao passo que o PCP mostrava «*uma relativa disposição para um possível entendimento com o PS*», este último, apesar de mostrar certos sinais de elasticidade — com uma «*proposta para a formação dum governo de Unidade Nacional em lugar da linha do exclusivismo partidário*» —, *continuava a manter uma relação extremamente intolerante com o PCP*».

Quanto ao MFA, referências a Melo Antunes e ao seu grupo que significavam «*graduais mudanças socialistas, pluralismo, continuação nas alianças ocidentais e evitação de qualquer radicalismo*», ao passo que as demissões de Vasco Gonçalves de primeiro-ministro e de chefe do EMGFA, as «*consultas sem sucesso do almirante Azevedo para a formação do novo governo com representantes de seis partidos políticos e a reivindicação pública do PPD acerca da dissolução do MFA e do CR e da entrega do poder às estruturas civis*» apontavam para um agravamento da crise e que essas dificuldades se propagavam não só nas estruturas

militares, mas também nas civis e administrativas. Igualmente, os últimos acontecimentos indicavam *«um desvio do curso "à esquerda" para soluções moderadas e de compromisso, e a saída de Gonçalves representou uma vitória do grupo dos "Nove"»*.

Achando que a sessão do CR (9/Set.) confirmou *«a tendência para uma busca de compromissos e a moderação da situação»*, sublinhou-se que as quatro correntes militares no quadro do MFA procuravam uma saída num acordo mútuo e nas possibilidades da entrada dos seus representantes no novo CR com 24 membros. Segundo esta *«Informação»*, o próprio almirante Pinheiro de Azevedo insistiu que *«essas correntes deveriam estar representadas no governo para assegurar a coesão e um maior poder militar»*. Isso significava que o MFA estava *«decidido a formar um novo gabinete, não tomando em conta as divergências inter-partidárias»*, o que se reflectia numa *«orientação para a resolução dos problemas portugueses através dum MFA unido e eficaz»*. Uma posição semelhante foi apresentada por Costa Gomes na sua conversação com os jornalistas jugoslavos (4/Set.), quando declarou que *«a saída da crise portuguesa se deveria procurar numa total cooperação dos grupos militares e dos três partidos políticos»*.

Na situação em Portugal, era evidente *«a ingerência e a presença de determinados interesses estratégicos e táticos de certos países, em primeiro lugar dos EUA e da URSS, onde se chegou à rivalidade e confrontação, apesar dos seus acordos mútuos sobre determinadas questões importantes ligadas ao processo da "détente" na Europa»*.

Assim, a presença da URSS surgiu com um apoio permanente ao PCP, assim como *«ao lado do anterior primeiro-ministro Gonçalves e apoiando o MFA»*. Não obstante, era evidente que *«a URSS não estava disposta a passar por cima do risco que poderia ameaçar a "détente"»*. Já o comportamento dos EUA apresentava várias direcções de actuação, acerca das quais havia informações contraditórias. Com a constante presença da variante da combinação com as forças de direita (Spínola) e com a pressão externa (Açores), *«os EUA parec[ia]m cada vez mais orientados com a chamada "corrente moderada", que quer dizer personalidades em redor do PS»*. Ademais, uma tal orientação assegurava diversas vantagens: *«garantia da continuação de Portugal na OTAN; expulsão e afastamento do PCP do poder»*; ou seja, eliminação dos símbolos da presença soviética; *«realização dum relativo progresso aceitável à medida do Ocidente e com o menor risco possível de Portugal se tornar num ponto nevrálgico devido a confrontos internos»*; instauração dum regime que fosse *«o mais aceitável para a maior parte dos países europeus ocidentais»*, evitando assim a confrontação dos EUA com esses países.

Entre outras pressões externas, encontravam-se os adiamentos dos prometidos créditos e ajudas da CEE com condições políticas, mais um plano de pressões da OTAN, em que havia o estabelecimento dum regime de direita em Portugal. «*Contudo, esta variante era mencionada, mas provavelmente como um último recurso*». Neste contexto, um determinado lugar tinha as declarações de Ford e Schmidt e, principalmente, as de Kissinger.

A seguir, neste documento, há uma menção à Social-Democracia europeia ocidental que dava «*um grande apoio ao PS com uma certa pressão em Soares para que se tornar mais elástico para garantir o impacto necessário, mas também com a ausência de qualquer disposição que fosse para se encontrar uma maneira de entendimento com o PC*». Num sentido lato, o conflito entre o PCP e o PS era «*a expressão da confrontação da social-democracia e as forças conservadoras e sectárias em certos partidos comunistas e ilustrava a complexidade da situação no movimento operário contemporâneo, sobretudo, na questão da vitória da revolução e as vias da construção do socialismo em certos países*».

A respeito dos confrontos armados em Angola, estes continuavam a influenciar o agravamento da situação política portuguesa. Apesar da confirmação da suspensão provisória dos Acordos de Alvor por parte do governo português, não foi posta em dúvida a data da Independência (11/Nov.), mas caso, entretanto, não se chegasse a uma suspensão desses confrontos entre os três movimentos angolanos, «*punha-se a questão com quem e de que maneira poderia Portugal executar o acordo alcançado*». Após uma menção a alguns passos diplomáticos (ONU, países vizinhos de Angola e OUA), «*o problema do transporte dos retornados de Angola para Portugal e a concessão de ajuda alimentar. Com esta última acção do governo português, o problema angolano tomou um aspecto de internacionalização*», tendo havido propostas de ajudas numa base humanitária ou comercial por parte da França, URSS, EUA, Suécia, RDA e Suíça.

Como conclusões, esta «*Informação*» do SNFE salientou que a evolução política portuguesa continuava a ser incerta, mantendo-se presente «*o perigo de um golpe militar direita que coincidissem com os interesses de determinadas forças do Ocidente e, em particular, dos EUA*». Sem embargo, tendo em conta «*as maciças forças progressistas e na sua ampla orientação socialista, era seguro que tal governo de direita teria de dominar uma forte resistência e aplicar drásticas medidas violentas*». Igualmente, isso teria «*amplas consequências internacionais, de modo que Portugal se tornaria num campo de batalha da confrontação de factores estrangeiros, o que provocaria perturbações significativas na atmosfera da "détente"*». Além disso, «*a evolução dos acontecimentos em Portugal, por causa do envolvimento de*

*interesses dos factores externos, poderia ter consequências, também, num vasto plano internacional (sobretudo, na região do Mediterrâneo e da Europa do Sul)».*

Ademais, era visível «*a influência mútua dos acontecimentos em Espanha e Portugal, pelo que os conflitos e erros internos das forças progressistas em Portugal impediam objectivamente os processos progressistas em Espanha*», na medida em que a recente evolução política portuguesa teve ali uma reflexo positivo.

No campo das relações jugoslavo-portuguesas, devido à cooperação bilateral e, em particular, às próximas visitas oficiais de M. Minitch a Portugal (então, marcada para 6-7/Out.) e de Costa Gomes à Jugoslávia (finais de Outubro), a sua importância e dimensão aumentaram, representando, de acordo com este documento, «*esse aumento da cooperação, uma das formas concretas do nosso apoio à independência de Portugal*».

Quanto aos «*interesses e objectivos básicos*»<sup>1140</sup> mencionados pelo SFNE, estes eram sete e iam da «*concessão de apoios*» políticos («*consolidação do desenvolvimento democrático em Portugal*» à «*conclusão do processo de descolonização*» de Angola) ao «*estímulo da cooperação*» entre os dois países com uma «*ampla troca de ideias*» a respeito das relações internacionais, passando por uma maior informação sobre a política externa e interna da Jugoslávia, em que se cita e recomenda o Não-Alinhamento.

Relativamente aos «*acordos e relações entre os dois países*», foram enumerados a sua existência nas seguintes áreas: «*a nível das organizações sociopolíticas*»;<sup>1141</sup> «*negociações económicas*»;<sup>1142</sup> «*trocas comerciais*»;<sup>1143</sup> «*cooperação militar*».<sup>1144</sup> Havia, também, outros

---

<sup>1140</sup> Sendo os seguintes: 1.) - «*concessão de total apoio à consolidação do desenvolvimento democrático em Portugal e à estabilização das suas posições internacionais na base da não-ingerência e da cooperação com igualdade de direitos*»; 2.) - «*apoio à conclusão do processo de descolonização e ao empenhamento de Portugal nesse domínio*», e, nesse sentido, quanto à situação em Angola e às suas possibilidades de contribuir para «*o fim do conflito nesse país africano e a realização da sua total independência*»; 3.) - «*empenhamento em realizar, segundo as possibilidades, contactos com todos os principais factores progressistas*», procurando, ao mesmo tempo, «*a informação mais completa sobre as actuais tendências em Portugal com o objectivo*» de uma melhor escolha das direcções e momentos desse «*empenhamento segundo os conhecidos critérios [...] como país socialista e não-alinhado*»; 4.) - «*estímulo e promoção da cooperação bilateral em todos os domínios*»; 5.) - «*ampla troca de ideias acerca das actuais questões das relações internacionais e, através dessa via, inserção de mais realismo nas opiniões portuguesas*», partindo das experiências e das posições jugoslavas de país não-alinhado; 6.) - «*informação da parte portuguesa sobre o desenvolvimento e a vida política da Jugoslávia*»; 7.) - «*as visitas devem incentivar na parte portuguesa uma sensação de familiaridade para uma maior cooperação com a Jugoslávia e os países não-alinhados (Portugal participou como convidado na Conferência de Lima)*», respeitando as «*obrigações portuguesas nas alianças e organizações ocidentais, com o objectivo de [possibilitar-lhe] a enfrentar mais facilmente as pressões dos dois blocos e as suas aspirações a torná-lo objecto das suas rivalidades*».

<sup>1141</sup> Com uma referência aos «*importantes contactos entre a LCJ e ASPTJ por um lado e os partidos socialista e comunista de Portugal pelo outro*».

<sup>1142</sup> Mencionados os acordos (comercial e de turismo) e o início das negociações para «*o acordo acerca do transporte marítimo, aéreo e rodoviário*».



acordos como um (cooperação cultural) cuja assinatura seria em breve e outros (cooperação industrial e tecnocientífica) em preparação, enquanto um «*acordo de abolição de vistos*» já estava em vigor desde de Maio desse ano.

Numa menção final, foram citados os pedidos de apoio apresentados pelo Governo português acerca da situação em Angola e a decisão jugoslava de que, por razões políticas, não participaria nessa acção de Portugal.

### **Uma breve informação da embaixada em Portugal**

Referindo-se à continuação das controversas e dificuldades em redor da formação do novo governo (17/Set.), o embaixador Stoíakovitch informou o SFNE de que «*o PCP, através duma declaração pública do seu secretário-geral Cunhal, condicionou a sua "eventual" participação à não-concessão de posições importantes no tal governo aos populares democratas (PPD)*»,<sup>1145</sup> devido a esse partido ser um representante das forças reaccionárias. Além disso, nos últimos tempos, o PCP tentava com a composição e a política do próximo governo, mas igualmente com a reconstituição dos órgãos directivos do MFA (estando ainda a fomentar uma «*subida da temperatura com o perigo das forças reaccionárias*») reforçar as suas posições, aliás, enfraquecidas.

Após mencionar a sessão da Assembleia do MFA na Força Aérea, em que foram eleitos os seus três representantes para o CR (general Pinho Freire e majores Costa Neves e Canto e Castro) a que se juntou o general Morais da Silva pelo seu cargo de chefe do EMFA, indicou alguns dados biográficos («*Castro foi membro do primeiro comité coordenador do MFA,*<sup>1146</sup> *significa um dos organizadores do golpe de Estado do 25 de Abril*»). Neves e Castro pertenciam, de resto, ao grupo dos "Nove" do major Melo Antunes, o anterior (e, provavelmente, o novo) ministro dos Negócios Estrangeiros. Os três membros até então «*do CR da Força Aérea, majores Martins (ministro do Trabalho) e [Pereira] Pinto e o capitão [Graça] Cunha (os primeiros dois, organizadores do golpe de Estado do 25 de Abril e os três próxi-*

---

<sup>1143</sup> Nos primeiros sete meses desse ano, ascenderam «*a perto de 600 mil dólares em ambos os sentidos (importação 530 e exportação 64 mil dólares)*».

<sup>1144</sup> Menção à visita da delegação do MFA à Jugoslávia (Mar./75) e ao convite para a visita duma delegação militar jugoslava a Portugal.

<sup>1145</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>1146</sup> Um erro de informação: na primeira Comissão Coordenadora, os representantes da Força Aérea foram o major Pereira Pinto e o capitão Costa Martins.

*mos de Gonçalves e do PCP) não foram eleitos». Assim, conforme era «esperado, caíram os "radicais" e passaram os chamados "moderados", mas que estão também com as posições do Programa do MFA».*

#### **«Entrevista Iulius-Soares em Bona»**

Segundo uma observação final do embaixador Lontchar, neste seu telex para Belgrado (18/Set.), *«esta entrevista, Iulius fê-la por sua iniciativa, sem anterior acordo conosco»*<sup>1147</sup>. O correspondente do «Politika», na capital da RFA, anotou as respostas de Mário Soares que teriam começado pela sua opinião sobre da situação política em Portugal. Esta estabilizava-se e *«o Governo de Azevedo tinha reais possibilidades para [conseguir apaziguá-la e consolidá-la], porque assentava numa base ampla (nos três maiores partidos e na maioria das forças do MFA) e o seu programa era sóbrio e concentrado nos problemas principais».*

Igualmente, o PS estimava que, em Portugal, tinha passado *«o perigo do "golpe da esquerda", mas ainda não tinha passado o do "golpe de Estado contra-revolucionário da direita"». Isto é, considerava esse "golpe da esquerda" como a tentativa do PCP e de Cunhal de tomar o poder por trás da corrente gonçalvista no MFA», que lhe era favorável. Achava, por isso, que «Cunhal teve o total apoio da URSS, a qual, apesar de ter tentado deixar a impressão de que, por causa das relações com os EUA, não queria que o PC conquistasse o poder em Portugal».*

Não obstante, essa política do PCP era *«irrealista e perigosa, pelo que o PS foi obrigado a levantar-se contra ela e conduzir uma luta por um desfecho político mais realista. Naturalmente, este deverá incluir também o PC, mas na medida da sua influência».* Ademais, porque *«a conquista do poder pelo PC e a sua gente favorável no MFA, sob a capa duma radical política revolucionária socialista, provocaria a contra-revolução e a intervenção americana, [bloqueando] ainda qualquer simpatia e apoio dos países europeus».*

A partir destes e doutros argumentos,<sup>1148</sup> depois, Mário Soares rebateu a acusação de que o PS conduzia uma política anticomunista. Além de não conduzir tal política, *«não aprovava a violência anticomunista no Norte».* Desaprovaram isso, embora talvez não tivesse sido suficientemente claro, pelo que, nesse momento, o fariam com mais vigor. No entanto, acres-

<sup>1147</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

<sup>1148</sup> Segundo estas notas do jornalista jugoslavo, também porque *«simplesmente, a política de Cunhal não se ajustava à relação de forças em Portugal e, muito menos, na Europa (pós-Helsínquia) e no mundo. Os EUA nunca aceitariam isso e encorajariam a contra-revolução e, certamente, organizá-la-iam. Quer dizer, a política do PC não permitia a cooperação com o PS e, objectivamente, favorecia os EUA e a contra-revolução, embora falasse acerca da rápida revolução socialista. Quando tal política provocasse, por fim, a contra-revolução, a URSS lavaria daí as mãos e teria um bom argumento para a Checoslováquia».*

centou que dever-se-ia «saber que as massas no Norte estavam sob a influência da Igreja, que estava alarmada com a tentativa do PC de tomar o poder». Isso provocou um «confronto frontal com a Igreja Católica e foi um grande erro de Cunhal, porque, agora [ela] conduzia igualmente uma luta contra todas as forças progressistas. O cardeal disse-lhe abertamente que quando um cardeal polaco pode e consegue lutar, após tantos anos, contra o poder, como não poderia e deveria [fazê-lo], então, a Igreja Católica, em Portugal, quando ainda o PC não estava, todavia, no poder. A grande onda de anticomunismo, no Norte, foi principalmente uma "defesa e reacção à política concreta do PC e não um clássico anticomunismo", porque havia muitos motivos para agitar as massas com a prática política do PC».

Quando foi advertido pelo seu entrevistador de que, na Jugoslávia e no PCI e PCUS, esse anticomunismo provocou preocupação, assim como a posição do PS, que não o desaprovou claramente, nem a agitação e os mal-entendidos, «Soares disse que sentiu isso e já tinha enviado gente para explicar a situação ao PCI e ao PCUS». Em seguida, acrescentou que «o PS não era anticomunista, nem conduzirá uma política anticomunista porque isso significaria cortar o ramo, no qual, ele próprio se sentava».

Referindo-se, de novo, ao perigo de um golpe da direita e de uma viragem contra-revolucionária que continuava a existir, ao qual, «o PS se opunha firmemente, pensava que os EUA tiveram até essa altura uma política de preparação da contra-revolução, em que estaria à frente como figura a de Spínola». Salvo esse apoio, tinham outros objectivos semelhantes em Angola, Açores e Madeira.<sup>1149</sup> Contudo, «tinha a impressão que os EUA revisavam, de algum modo, a sua política até então, embora continuassem também a jogar com Spínola. Sob a influência do recuo do PC e da nova constelação política como da influência da actuação dos países europeus e, sobretudo, dos sociais-democratas, os EUA pareciam dispostos a aceitar temporariamente a situação actual». Igualmente, era provável que apoiassem o PPD até financeiramente, esperando que este bloquearia o desenvolvimento socialista no novo governo, ou seja, que continuassem a anular o PC. Sob estas condições, era suposto, que até dariam «ajuda financeira ao Governo de Azevedo, apesar do novo primeiro-ministro,

---

<sup>1149</sup> Assim, segundo Mário Soares, os EUA «estavam interessados que houvesse as maiores dificuldades em Portugal, que a direita [recebesse possibilidades] de actuação. Ao mesmo tempo, concentravam-se para obter uma influência decisiva em Angola, no separatismo dos Açores e da Madeira (onde financiavam e apoiavam abertamente os movimentos chamados de independência)».

*indevidamente, ter sido considerado perto do PC, um homem de Costa Gomes, que nesse momento acreditavam menos, porque apoiou Gonçalves demasiado tempo».*

A respeito de Pinheiro de Azevedo, este «*não era favorável ao PC e Cunhal, mas tinha uma clara orientação socialista, o que fazia dele a pessoa mais adequada para conduzir um governo com amplas bases*». Realmente, ele tinha o apoio duma grande maioria do exército, toda a aviação e mesmo até uma parte da marinha. Ademais, era «*próximo de Costa Gomes e entendia-se bem com Antunes, procurando manter também contactos com a corrente de Gonçalves, porque não o queria ter na oposição*». Quanto ao programa do governo — que se baseava no acordo do PC, PS e PPD — era realista e tinha condições para ser realizado.

Nestas notas do jornalista Djuka Iulius, Mário Soares afirmou, a seguir, que «*o PS não era social-democrata, mas sim um partido socialista e que isso não se deveria esquecer nunca e em parte nenhuma. Disse isso, claramente, tanto ao PSD da RFA como, em Londres, na reunião dos líderes social-democratas e socialistas, [significando que] o PS era por um desenvolvimento socialista, democrático e pluralista em Portugal, e não permitiria que se atentasse contra as conquistas da revolução (nacionalizações e reforma agrária)*».

Neste quadro, queriam cooperação com o PC, que era possível, nesse momento, «*caso Cunhal respeitasse realmente o acordo e partisse da verdadeira situação interna e internacional, portanto daquilo que se podia realmente fazer de tal maneira que fosse aceitável para o Ocidente*», sem se desviar dos objectivos socialistas. «*Não estava seguro de que Cunhal se manteria, porque sofreu derrotas pesadas por causa de uma política irrealista*», mas caso chegar um novo dirigente, mesmo esse teria de partir da situação real e das relações de forças no país, MFA e na Europa.

Para terminar esta entrevista com este jornalista que, em Lisboa, já o tinha antes entrevistado, Mário Soares referiu-se, em primeiro lugar, ao PSD alemão ocidental, realçando a sua relação muito correcta e amigável, e que desejava ajudar o desenvolvimento democrático e socialista de Portugal.<sup>1150</sup> Quanto à Jugoslávia, tinha decidido enviar urgentemente um dos membros da direcção para explicar as suas posições e política. Gostaria muito que «*Tito e a direcção jugoslava tivessem uma visão directa da evolução e da política do PS através desse*

---

<sup>1150</sup> Acrescentou ainda que Helmut «*Schmidt lhe prometeu ajuda financeira não só da RFA, mas também dos países europeus, entre os quais conduzia, nessa altura, uma acção para anular a oposição francesa e a prestar uma importante ajuda económica. Porque as dificuldades económicas portuguesas eram enormes e somente podiam ser superadas com sacrifícios e ajudas externas. Mas, tal ajuda — em primeiro lugar do governo e partido social-democrata — não levará o PS a renunciar dos seus objectivos, que vão além desses partidos*».

*contacto, independentemente daquilo que foi dito ao embaixador em Lisboa».*<sup>1151</sup> Porque dependiam muito, sobretudo, no Terceiro Mundo, da atitude e das avaliações da Jugoslávia, «*o PS não queria alienar as boas e amigáveis relações com o partido jugoslavo.*<sup>1152</sup> *O apoio da Jugoslávia ao actual governo era muito importante para o desfecho e o desenvolvimento socialista e democrático de Portugal».*

### **III.4-2— O VI Governo Provisório**

Na segunda metade de Setembro, a embaixada jugoslava enviou cerca de vinte telexes para o SFNE, em que a tomada de posse do VI Governo e a nova situação política e militar mereceram a sua maior atenção. Quanto a outros assuntos, além dos preparativos das viagens oficiais de Miloche Minitich e de Costa Gomes, são de sublinhar a proposta do PCP (visita de Álvaro Cunhal à Jugoslávia) e as conversações com Melo Antunes e Mário Soares, assim como com diplomatas estrangeiros acreditados em Portugal.

#### **O novo Governo**

Após «*os três partidos mais importantes terem aceite o programa do 6.º Governo*», antes publicado, e as consultas de Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo — a que se juntou depois Melo Antunes — com os dirigentes dos partidos socialista, comunista e popular democrata, na noite de 19 de Setembro «*foi anunciado finalmente a composição do novo VI Governo Provisório*»<sup>1153</sup>. Citando a sessão do Conselho da Revolução (18/Set.), o embaixador Stoíakovitch salientou que o novo Governo teve a sua aprovação e, pela qual, desse modo ficaram fixadas as competências do CR. Igualmente, foi aprovado que «*os seus membros poderiam ser, ao mesmo tempo, membros do Governo — medida que permitiu a Melo Antunes manter o seu lugar também no CR*». Mencionou, em seguida, que «*os socialistas receberam 4, os populares democratas 2 e os comunistas 1 ministério. Os membros do MFA, além do cargo de primeiro-ministro, receberam ainda 4 ministérios, enquanto os chamados independentes 3*».

---

<sup>1151</sup> Por isso, «*iria chamar Stoíakovitch para propor-lhe o envio desse dirigente. Possivelmente, enviaria Sottomayor Cardia que, na Jugoslávia, conheciam e, agora, estava em Itália para contactos de carácter semelhante com o PCI e outros partidos*».

<sup>1152</sup> Possivelmente, referiu-se somente à LCJ. Todavia, poderia ter dito «*partidos jugoslavos*», tendo em conta as relações do PS com a ASPTJ.

<sup>1153</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

Ademais dos nomes e funções anteriores da maioria desses ministros,<sup>1154</sup> considerou que com «*a formação e entrada em funções do novo Governo, a seguir a uma longa tensão, o país teve um governo, pelo qual, provavelmente, pelo menos por algum tempo, acabou uma situação, por assim dizer, de total anarquia*». Estimando que era «*relativamente bem equilibrado politicamente*», achava que, certamente, esse equilíbrio se iria reflectir na próxima nomeação dos secretários de Estado. Aliás, estavam criadas «*as condições para a resolução das candentes questões internas que, nesse momento, unicamente se podia conseguir através da correcção das relações com o Ocidente*», onde, já havia os primeiros comentários e avaliações favoráveis a respeito do primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo e como foi formado o Governo — «*tendo em conta o princípio eleitoral, o seu programa, o que dava cada vez mais, por esse lado, a impressão do desbloqueamento do embargo da ajuda económica e outras*». Porém, no plano interno, a sua composição «*sugeria claramente uma paragem do movimento para a esquerda, mas dependendo da atitude das forças progressistas (socialistas, comunistas e sobretudo os membros do MFA)*», esse Governo assegurava «*o curso (progressista) e poderia impedir uma penetração mais forte das forças direitistas*».

Para uma estimativa da sua aceitação no país e do seu trabalho, segundo o mesmo Stořakovitch, era preciso ter em conta a relação com as forças radicais<sup>1155</sup> que nele, dessa vez (excepto o PCP), não ficaram representadas. «*Todas essas forças já tinham assumido uma clara posição opositora*». Nesse sentido, podia ser indicativo que «*as manifestações realizadas em vésperas da publicação da nova composição do Governo, que reuniram mais de 100 mil pessoas e onde, de facto, foram proclamadas reivindicações para a instauração do Poder Popular (baseado no documento do MFA devido ao qual os socialistas saíram do Governo de Gonçalves)*». Concluindo, achava que «*o espaço de manobra dessas forças dependia das actividades (progressistas) do novo Governo*». Caso isso faltar, «*naturalmente, abrir-se-ia um espaço para uma actuação mais forte tanto das forças direitistas como das forças da esquerda e da extrema-esquerda*».

No seguinte ponto desse documento, uma breve referência à nova composição do CR, em que, dos seus 19 membros, sete entravam por causa das suas funções de chefia, outros seis eram representantes do Exército e os restantes seis repartiam-se pela Marinha e Força Aérea.

<sup>1154</sup> Do PS (Lopes Cardoso, Jorge Campinos, Walter Rosa e Salgado Zenha), PPD (Magalhães Mota e Sá Borges), PCP (Veiga de Oliveira), MFA (Pinheiro de Azevedo, Melo Antunes, Tomás Rosa, Vítor Alves e Almeida Costa) e os «*civis independentes*» (Almeida Santos, Pinheiro Farinha e Luís do Carmo).

<sup>1155</sup> Mencionou: «*MDP, MES, FSP, os partidários de Gonçalves no MFA, a FUR e de algum modo também o próprio PCP (o qual como que desliza para posições oponentes)*. Podia ser indicativo que, noite anterior, na cerimónia da tomada de posse do Governo não esteve nem um representante do PCP, embora estivessem os líderes do PS (Soares), PPD e membros do CR».

Após essas mudanças, no CR encontravam-se 7 membros do chamado grupo dos «Nove» e, assim, reforçou-se «o chamado grupo dos moderados em detrimento dos radicais (de esquerda). Contudo, no CR, continuava presente um forte grupo progressista com posições do Programa do MFA como era o caso com o grupo próximo do presidente Gomes». A influência mais directa do PCP reduziu-se a dois a três membros da Marinha, «mas não era seguro que o PS tivesse tanta influência nos supostos seus próximos membros do CR».

Em geral, achava que «esta composição do CR era mais independente, ou seja, menos sujeita às influências dos partidos». Informou ainda o SFNE de que, nos dias seguintes, consoante uma decisão do CR, seria formada, no quadro do CR, uma comissão política e militar.

**«Dr. A. Cunhal, sec.-geral PC, deseja visitar em breve a Jugoslávia»**

Dando este título ao seu telex (19/Set.) para Belgrado, o embaixador jugoslavo comunicou que, nesse dia, recebeu a visita de «A. Santos, membro do CC PCP e chefe da Secção Internacional do CC»<sup>1156</sup> para a entrega de um pedido urgente dirigido à direcção da LCJ, solicitando «a recepção muito em breve de uma delegação do PCP», chefiada por Álvaro Cunhal. O objectivo da visita seria «a informação interpartidária, incluindo também a situação em Portugal», sendo a sua duração de um dia. A visita à Jugoslávia ocorreria entre 5 e 10 de Outubro. Respondendo a uma sua pergunta, Aurélio Santos disse-lhe que se tratava de uma curta visita aos países socialistas europeus (URSS, Polónia, Checoslováquia, RDA, Hungria, Jugoslávia, Roménia e Bulgária), podendo a viagem só durar 10 dias no máximo devido à situação no país. Na delegação, além de Cunhal, estariam mais dois a três membros da direcção do Partido (provavelmente, dois membros do Secretariado e um membro do CC, dos quais, um seria Sérgio Vilarigues, encarregado no Secretariado pelas relações internacionais).

Após ter dito ao seu interlocutor que, «naturalmente, a mensagem seria comunicada imediatamente à direcção da LCJ», Stoíakovitch referiu que, precisamente, nessa altura estava planeada «a visita oficial de Minitch a Portugal e, no fim desse mês, a visita oficial de Gomes à Jugoslávia e, a título pessoal, acrescentou que uma visita a tal nível, apesar de breve, todavia pressup[unha] encontros a um nível adequado». Aliás, pessoalmente, achava que as agendas dos dirigentes principais da LCJ já estariam preenchidas, no entanto não deixou de salientar que estas eram observações pessoais, pelo que lhe pediu para indicar, quanto antes, a data mais precisa dessa visita.

---

<sup>1156</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975).

Na sua resposta, Aurélio Santos disse-lhe que estavam conscientes de que o prazo do pedido era bastante curto, mas apelavam para a compreensão e uma resposta positiva, esperando, dentro de poucos dias, poder indicar a data precisa da visita.

Por fim, este pedido mereceu de Stoíakovitch o seguinte «comentário preliminar»: a) nesse momento, era-lhes evidente, devido «a muitas razões, que seria muito oportuno incluir igualmente a Jugoslávia no plano da visita "aos países socialistas europeus"»; b) seguramente que «o objectivo principal desta turnê era o apoio internacional e a demonstração de solidariedade quanto ao PCP»; c) apesar da «nossa inclusão na "turnê bloquista" poder ser, até certo ponto, na sua recepção pouco estimulador», achou e propôs que a visita fosse aceite por, «entre outras coisas, pelo nível como pelo facto de ser o primeiro pedido concreto para a visita de uma delegação do PCP» à Jugoslávia.

Num telex seguinte, em anexo ao anterior, e intitulado «a relação de alguns dirigentes do PCP a respeito da Jugoslávia»,<sup>1157</sup> o embaixador jugoslavo começou por se referir a «um processo de agravamento da luta de algumas tendências (quatro principais, das quais, sobretudo duas: pró-orientais e pró-ocidental)» pela influência no curso da política portuguesa. Assim, a primeira «(o modelo bloquista da "democracia popular")», a segunda (modelo social-democrata), e outra «também claramente direitista, conservadora, e, por fim, uma independente (insuficientemente afirmada) por uma via autónoma de desenvolvimento socialista».

Depois, salientou que, sobretudo, «desde as passadas eleições (25/Abr.), no PCP acentuou-se cada vez mais a influência das forças conservadoras e dogmáticas nas suas posições e actividades, o que se reflectiu igualmente na sua relação com a Jugoslávia».

Essa influência era bastante importante e visível em certas estruturas sociais — determinadas organizações, instituições, empresas, sindicatos e, sobretudo, nos meios de informação (imprensa, rádio e televisão) — que estavam, salvo algumas excepções, sob essa sua influência. Além disso, como «não lhes era politicamente oportuno (e quando tivessem forças) que se envolvessem num confronto teórico com o que significava e representava a experiência e a via jugoslava da construção do socialismo», por isso ou ignoravam completamente a Jugoslávia ou, simplesmente, «até trivialmente "sabotavam", colocando informações tendenciosas». O tratamento negativista da Jugoslávia, das suas experiências autogestionárias e posições independentes (e no quadro do movimento comunista internacional) era, no fundo,

---

<sup>1157</sup> Este documento tem o mesmo número e data do anterior (n.º394/75 e 19/Set.). ADMNE, F-114, Portugal (1975).



também, nesse contexto, «*uma tentativa de asfixiar a tendência nacional-autónoma que representava um perigo para as forças dogmáticas e os modelos "importados"*».

Assim sendo, objectivamente, na situação existente, «*as orientações "oferecidas" (pró-orientais e pró-ocidentais) procuravam, basicamente, impedir e reprimir uma via autónoma de desenvolvimento e a descoberta de soluções autóctones [fora dos] interesses dos blocos e de tais divisões de "classe"*».

Essa posição reservada quanto à Jugoslávia era ainda, conforme Stoíakovitch, uma «*constante no comportamento de algumas forças no PCP e já provinha de antes e resultava, sobretudo, do seu próprio ser dogmático*», embora, não se deveria ignorar que «*isso era seguramente o resultado dum "soprar" de fora (URSS e bloco)*».

Num segundo ponto, começando por afirmar que «*apesar de serem, no PCP, verbalmente, pela cooperação, por contactos e a franqueza nas relações connosco*», acrescentou que, «*na prática, comportavam-se, todavia, de outra forma*» e mencionou inúmeros exemplos,<sup>1158</sup> ocorridos nesses últimos meses, nessas relações com o PCP.

No ponto seguinte, fez um longo comentário acerca das possíveis causas dos factos citados, começando por salientar que «*tal posição dum parte da direcção da direcção do PCP, cuja influência até então dominava na criação da política (e propaganda) partidária, não podia ser explicada pelas reservas ou a "ira" por causa da nossas relações com o PS soarista, mas sim, no fundo, fazia parte da sua própria visão e compreensão do conceito da construção do socialismo*».

Por outro lado, acrescentou que «*essa atitude e oposição à essência independente da nossa via eram, seguramente, consequência e conhecimento de que nas fileiras do MFA e*

---

<sup>1158</sup> Entre eles, os seguintes: 1.) o incumprimento «*do acordado plano de cooperação com a LCJ*» para esse ano; 2.) «*apesar de terem pedido várias vezes para sugerirem quem deviam convidar para o simpósio acerca das causas e consequências da II Guerra Mundial (Zagreb)*» até então, o PCP não tinha dado qualquer resposta; 3.) «*nos meios de informações (somente quando por causa do carácter da notícia não podiam evitar — e mesmo assim) ignoravam por completo a Jugoslávia*», não só no plano interno, mas ainda a sua actividade internacional, ou até publicavam notícias tendenciosas (por ocasião da visita de Ford à Jugoslávia, após Helsínquia, maliciosamente, deram somente notícias acerca da ajuda e dos acordos militares com os EUA; «*a nossa participação e papel na Conferência Ministerial dos Países Não-Alinhados, em Lima, excepto algumas pequenas informações, foi ignorada*»; «*em geral, os meios de informação passavam sobre as nossos comentários e apoios ao desenvolvimento progressista de Portugal*», enquanto, abundantemente, publicavam «*as opiniões da URSS e dos restantes países europeus orientais*»; no «*Avante*», apesar de ter «*uma rubrica acerca dos acontecimentos nos países socialistas e, largamente, publicar (também insignificantes) notícias desses países, a Jugoslávia como país socialista não exist[ia]*»; 4.) numa sessão por ocasião da «*Vitória dos Aliados sobre o Fascismo (9/Maio), organizada por uma associação antifascista ( direcção do PCP), nem uma palavra foi dita acerca do nosso contributo na II Guerra Mundial e, além da participação [...] de delegações convidadas dos EUA, URSS, Grã-Bretanha, participaram também delegações dos "movimentos de resistência" da RFA e RDA*»; 5.) «*o presidente do Fundo de Fomento de Exportação (comunista), junto do Ministério do Comércio Exterior [...], impediu a participação de Portugal na Feira Internacional de Zagreb*» desse ano.

*noutros meios políticos progressistas no país (e certamente também no próprio PCP) existia um verdadeiro interesse pelas nossas experiências, atitudes, opiniões e a posição internacional independente e não-alinhada». Além disso, uma tal posição abria, nesses meios progressistas, «uma série de questões e dilemas em relação à conduta e à política prática do PCP».*

Num último ponto, concluiu que, até esse momento, não tinha colocado «*essa questão aos responsáveis no CC PCP na sua totalidade, mas somente esporadicamente (e isso de modo fragmentado)*». Contudo, pensava que, se até esse momento não tinha havido qualquer sucesso nessa questão, muito menos era «*oportuno o momento político para abrir uma discussão com eles sobre a complexa questão das suas relações connosco*». Depois, sublinhou que talvez fosse desejável, «*no quadro das nossas habituais conversações com eles, mostrar-se algo mais enérgico quanto a essa relação connosco e isso somente nos meios de informação, em particular, nos seus próprios órgãos, perguntando, «caso concordem, pedimos que nos comuniquem*».

#### **Algumas características da situação económica de Portugal**

Este telex (22/Set.), subscrito pelo embaixador Stořakovitch, embora seja de supor que tenha sido da autoria de Iurai Ivthčevitch,<sup>1159</sup> refere-se às trocas mercantis de Portugal com o estrangeiro durante o ano de 1974 e o primeiro semestre de 1975 que, «*segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística, apresentaram um significativo agravamento do balanço comercial externo*».<sup>1160</sup> Assim, o défice atingiu a cifra de 2233,9 (1974), e, entre Janeiro-Junho de 1975, 900 milhões de dólares (em 1973, elevou-se a 1174,6 milhões de dólares).

Esse agravamento registou-se, sobretudo, nas trocas mercantis com a CEE, onde o défice (1974) atingiu 867,3 e, no primeiro semestre de 1975, 336,0 milhões de dólares. Nas trocas com os EUA, esse défice elevou-se a 174,0 (1974) e 148,0 milhões de dólares (Jan.-Jun./75).

Nesse primeiro semestre de 1975, «*Portugal importou 424 milhões de dólares de produtos agrícolas e alimentos, enquanto exportou somente 156,0 milhões, e importou de minerais (dos quais, 85 % de petróleo bruto) 248,0 milhões de dólares*».

De acordo com os dados do citado Instituto de Estatística, o comércio entre Portugal e a Jugoslávia foi o seguinte: «*exp. jug. (1974), 23 332,6 dólares; e (Jan.-Jun./75), 477,8 mil*

<sup>1159</sup> Embora encarregado das relações comerciais, a sua correspondência não se encontra entre a documentação consultada. *Vd.* p. 341 e 438.

<sup>1160</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

dólares (milho, frigoríficos, ferro, resinas, motores, máquinas de lavar roupa, instrumentos, etc.); imp. jug. (1974), 477,04 e (Jan.-Jun./75), 1 629,84 mil dólares (cortiça, cordame, têxtil, sacos e etc.)). Sem embargo, pelo «volume destas trocas mercantis com Portugal, a Jugoslávia encontrava-se à frente dos restantes países socialistas, incluindo a URSS».

Porém, o Anuário Estatístico jugoslavo (1974) «não registou trocas mercantis da Jugoslávia com Portugal, o que indicava talvez de que se tratou de comércio de mercadorias em trânsito-reexportação».

Além desses maus dados económicos, era preciso acrescentar «um ano turístico muito mau. Pelo número de noites dos turistas estrangeiros desse ano, os resultados apresenta[va]m uma diminuição significativa em relação a 1974, que já tinha sido um ano bastante mal sucedido, quando o tráfego turístico diminuiu cerca de 30% em relação a 1973».

De mais a mais, havia uma diminuição das remessas de divisas dos emigrantes (conforme dados dos sindicatos, eram cerca de 1,5 milhões na Europa Ocidental, EUA e Canadá).

Para a situação económica do país, era indicativo o facto de que aumentava constantemente o número de desempregados. Com os retornados de Angola e de outras ex-colónias portuguesas, consoante estatísticas oficiais, «havia cerca de 280 mil sem trabalho, o que em relação à população activa era um pouco mais de 8%. (Observação: M. Soares, sec.-geral do PSP, afirmou, numa conversa com jornalistas estrangeiros, que havia, em Portugal, cerca de 500 mil desempregados, enquanto representantes da Intersindical disseram-nos que esse número não ultrapassava os 250 mil)».

Não obstante as difíceis condições internacionais nas trocas mercantis (a recessão imperava na maioria dos países parceiros no comércio externo de Portugal), os dados mostravam o estado cada vez mais difícil da economia do país, em particular, a respeito das balanças comercial e de pagamentos com o estrangeiro. «Esta situação foi provocada, sobretudo e de facto, pelo boicote económico dos países ocidentais, embora, tenha sido afectada, igualmente, pela conduta das companhias multinacionais estrangeiras, das quais, a economia portuguesa dependia bastante, tendo conta que controlavam 1/3 da mesma».

Estas forças associadas «com a burguesia local procuravam provocar o maior número de desordens, sabotando cada acção e esforço das forças progressistas com vista à consolidação da situação económica do país». Para atenuar as suas consequências, Portugal utilizou, até essa altura, «as suas reservas de ouro e de divisas (conforme o FMI, em Agosto de 1974, essas reservas ascendiam a 2 562 milhões de dólares, dos quais, 1 180 em ouro e 1 382 milhões em divisas)».

No período seguinte, esperava-se que Portugal, com as medidas da política económica, procuraria influenciar o volume das trocas mercantis com o estrangeiro, mas também, mudar-se-iam, talvez, as condições nas relações com os países da CEE e do Ocidente, tendo em conta que, com a formação do sexto governo provisório, a CEE começou a propor apoio material. Ao mesmo tempo, esperava-se que seriam desenvolvidas as relações económicas com os países europeus orientais e os países em desenvolvimento.

### **Conversação com o ministro dos Negócios Estrangeiros**

Após o embaixador Stoïakovitch ter-lhe transmitido a saudação de Miloche Minitich pela sua renomeação para ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, agradecendo a saudação, exprimiu-lhe a esperança num próximo encontro entre ambos «*"fosse aqui em Lisboa, ou em Belgrado"*».<sup>1161</sup> Depois, falaram acerca de algumas próximas actividades bilaterais e visitas já antes acordadas, tendo expressado ao seu interlocutor que «*estavam muito interessados na realização [dessas] visitas e, em particular, na do presidente Gomes à Jugoslávia e do secretário-federal Minitich a Portugal*». Quanto às suas datas, citou a visita de Minitich no contexto dos preparativos da visita de Costa Gomes, mas a respeito da sua marcação perguntou se seria possível «*um certo adiamento porque "o país esteve sem um verdadeiro e efectivo governo, por assim dizer, alguns meses" e certos problemas tornaram-se demasiado candentes como eram os seguintes: Angola; Timor; a situação económica do país, respectivamente ao acordo com a CEE*». Entre estes problemas, no Governo, foram considerados prioritários para o seu ministério: Angola; CEE; ONU. Por sua causa, «*partia dentro de poucos dias para África (entre outras coisas, pediram a sua vinda urgente: Nyerere, Kaunda e Machel). Por isso, não acompanharia o presidente Gomes nas próximas visitas oficiais à Polónia (27-30/Set.) e URSS (1-5/Out.), e também adiou a partida para a ONU, em Nova-Iorque (apesar de "Kissinger ter pedido que chegasse quanto antes para conversações")*». A seguir ao regresso de África, seguia imediatamente para Bruxelas (7/Out.), onde teria conversações na CEE e, no dia seguinte, viajava para Nova-Iorque e, na ONU, tinha «*uma "missão importante por duas razões: devido ao potencial papel da ONU em Angola e às conversações com Kissinger (sobre as ajudas e os acontecimentos nos Açores, incluindo ainda a questão da base local americana)"*».<sup>1162</sup>

<sup>1161</sup> Este telex (24/Set.) foi o n.º400/75. ADMNE, F-114, Portugal (1975).

<sup>1162</sup> Por isso, pedia compreensão e propôs três datas para a visita de Minitich: 12, 13 e 14 de Outubro, acrescentando «*"como, agora, as coisas estão estas seriam as datas definitivas pela nossa parte"*». Pediu ainda a Stoïakovitch que transmitisse esse pedido e agradecia-lhe, se possível, que o informasse quanto antes acerca da resposta.

Acerca da visita de Costa Gomes à Jugoslávia, Stoíakovitch comunicou a Melo Antunes as datas propostas dentro do período de 21 a 31 de Outubro para a sua realização, tendo este dito que, «*nesse mesmo dia, falaria pessoalmente com o PR Gomes e acreditava que confirmaria essas datas*» e que, em seguida, o informava. Disse-lhe que «*acompanhará definitivamente e seguramente o presidente da República na sua visita à Jugoslávia*».

Igualmente, concordou que, «*caso durante o mês de Outubro, estas duas visitas se realiza[sse]m, a visita da delegação do EPJ (em Novembro-Dezembro) ajusta[va]-se perfeitamente ao período destas visitas*»<sup>1163</sup> e sobre isso, como declarou, poder-se-ia confirmar exactamente essa data durante a visita de Costa Gomes à Jugoslávia.

Por outro lado, partia pessimista para África (Angola) — «*"Angola tornou-se, na verdade já era, um foco do confronto entre as grandes potências"*». Com a ajuda, sobretudo de Machel, Kaunda e Nyrere tentaria aproximar, novamente, o MPLA e a UNITA, «*"mas sem esperança em qualquer sucesso"*». Lamentou que, nessa altura, o MPLA se tornou pouco cooperante. «*Sobre tudo terá uma imagem mais clara quando voltar de África. Nessa altura, eles poderão estabelecer mais precisamente a sua linha de "afastamento"*».

Uma conversaçãõ acidental, que teve com o ministro holandês dos Negócios Estrangeiros, deu-lhe «*a esperança de que a CEE poderia apressar a assinatura do acordo e "o que era mais importante, era assegurar quanto antes a ajuda económica"*».

Como «*conclusão operativa*», Stoíakovitch referiu-se à seguinte confirmação das datas propostas para as visitas de M. Minitch a Portugal e de Costa Gomes à Jugoslávia, e prevendo que a data prevista para realização da visita de Minitch iria eventualmente ser adiada perguntou se podia «*transmitir a Cunhal essa data para a sua visita*».

### **Alguns elementos da recente evolução da situação em Portugal**

A formação do novo «*governo do almirante Azevedo marcava, claramente, o fim da fase (radical-revolucionária) até então*» e representava «*o início da nova fase (pluralista-moderada) da evolução*»<sup>1164</sup> da situação política portuguesa. Após esta conclusão inicial, este documento tem 7 pontos, em que o seu subscritor procurou descrever os seus aspectos principais.

1.) A radicalização do processo revolucionário, em Portugal, que caracterizou «*todo o período desde a chegada de Gonçalves à frente do governo (Jul./1974)*» e, em particular, a partir do derrotado golpe de Estado direitista (Mar./75), «*começou a provocar uma forte opo-*

<sup>1163</sup> Essa visita da delegação do Exército Popular da Jugoslávia só se realizou meses depois, em 1976.

<sup>1164</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975). Este telex foi enviado (24/Set.) para o SFNE.

sição cada vez mais organizada, não só por parte das forças de direita (e sociais-democratas) no país (com a ajuda activa e o apoio do Ocidente), mas ainda de uma parte dos progressistas, em geral, e igualmente no MFA». Estas forças não estavam preparadas para aceitar essa evolução que começou «a fazer lembrar o modelo das "democracias populares" e que "com sucesso" impunham as forças dogmático-conservadoras no PCP, ou igualmente os conceitos inadequados e as acções de diversas forças da extrema-esquerda (maoista, trotskista e anarquista)».

2.) Começaram «as acções organizadas dos EUA e do Ocidente» numa linha de uma «completa destabilização do regime e com a orientação na destruição da unidade da forças de esquerda em geral e, sobretudo, no MFA, com o agravamento da crise em Angola, em Timor, Açores e, de facto, do boicote económico, etc.» De resto, representantes oficiais dos EUA já tinham declarado que «não permitiriam a entrada ou a participação de partidos comunistas no governo de um membro da OTAN».

3.) O impasse (viragem) na radicalização do processo revolucionário português, em que, «realmente, por trás estavam forças do PC, foi consequência e resultado de que essas forças subestimaram as suas possibilidades, avaliaram erradamente as condições no país e, igualmente, a posição geopolítica do país, mas também do grau de apoio que, objectivamente, a URSS podia dar a um tal processo (détente, Ialta,<sup>1165</sup> etc.)».

4.) Na realidade, essa radicalização abriu as possibilidades para o reforço da chamada corrente «moderada» mais aceitável no MFA e, em geral, na política do país, ao passo que o PCP e as forças radicais de esquerda já tinham perdido algumas posições bastante importantes. Entre elas, mencionou: a) a demissão de Vasco Gonçalves (de primeiro-ministro e de chefe do EMGFA); b) o encerramento da 5.<sup>a</sup> Divisão e a demissão do brigadeiro Eurico Corvaço, «comandante da muito importante Região Militar do Norte»; c) por causa da «alteração de forças, também no CR, após a sua reestruturação, nele predominava a orientação "moderada" (a influência do PC foi reduzida a só alguns membros da Marinha)»; d) na Assembleia do MFA, cuja maioria dos seus membros apoiava a orientação radical, todavia, houve «uma mudança e, nela, o PC não tinha nem de longe a sua anterior influência»; e) embora não fossem «um resultado directo das acções do Ocidente, mas para uma avaliação mais precisa da força e do real grau momentâneo da influência do PC e suas possibilidades de influenciar no futuro desenvolvimento e processo, sobretudo em impedir o avanço da direita», poderia ser

<sup>1165</sup> É de notar esta referência de Stoíakovitch — uma das poucas encontradas nas suas numerosas análises e conversações acerca da situação política portuguesa pós-25 de Abril —, tanto mais que o acordado ali (Fev./45) pelas três potências vencedoras da II Guerra Mundial era (como já foi referido) bem conhecido da diplomacia jugoslava.

importante saber que o PCP teve insucesso na tentativa de controlar os partidos e grupos à sua esquerda (a FUR), ao passo que, na Intersindical, onde teve e continuava a ter uma influência dominante, «*devido ao gradual controlo (por eleições) de alguns sindicatos importantes por parte dos socialistas e outros*», o PCP não seria capaz de continuar a ter o papel que teve até esse momento.

5.) Porém, «*todo o período em que predominou o curso "revolucionário-radical" deixou igualmente indiscutíveis resultados progressistas de valor duradouro*» que seriam impossível de ameaçar sem que tais eventuais acções não provocassem uma forte resistência. Entre as conquistas progressistas mais importantes, segundo Stoíakovitch, estas foram as seguintes: a) o processo da descolonização que tomou um curso irreversível; b) na nacionalização de bancos, grandes empresas, transportes e outros teria havido, talvez, «*pouca moderação (em relação à dimensão e ritmo)*»; c) a lei da Reforma Agrária (que o novo VI Governo Provisório se comprometeu a implementar); d) a posição conquistada graças ao estabelecimento de relações com os países não-alinhados, em desenvolvimento e os socialistas «*representou um grau superior de independência quanto aos "tradicionais" aliados ocidentais*»; e) compreendia-se que «*tais agitados processos sociais tivessem como consequência imediata um grau bastante elevado de politização de massas*», o que era um elemento significativo para o futuro desenvolvimento do país.

6.) «*As chamadas forças "moderadas", sobretudo no MFA (e no PS com o apoio do Ocidente), conseguiram efectuar uma viragem qualitativa*». Assim: a) detiveram o processo de um movimento radical para a esquerda; b) objectivamente enfraqueceram o PC e as forças radicais «*(o que, também, pode abrir, no interior dessas forças, talvez, um processo de avaliação da responsabilidade por uma tal situação)*»; c) a reafirmação dos princípios «*eleitoralistas*» e «*pluralistas*» abriu, objectivamente, a possibilidade para a investida de «*outras influências vindas de forças à direita do PS (difícil pressupor que o Ocidente irá ficar satisfeito somente com estes primeiros resultados da política de destabilização, a qual, seguramente, não teve somente o objectivo do afastamento de Gonçalves e a detenção da orientação radical)*»; d) ao mesmo tempo, «*o Ocidente conseguiu que a URSS aceitasse uma certa "vantagem" e direitos para si neste espaço*».

Concluindo, o embaixador jugoslavo considerou que se chegou a uma «*significativa correcção do curso dogmático-conservador*», tendo surgido dela uma nova disposição de forças que «*possibilitou a supremacia da linha "eleitoral" sobre a "legitimidade revolucionária"*». Além disso, não se devia excluir que «*as forças direitistas no país e no exterior (com a*

*activação económica, em particular, do Ocidente) iriam continuar a investir esforços para que a evolução fosse cada vez mais à direita». Não obstante, «as forças progressistas tanto no MFA como, em geral, nas estruturas políticas tinham ainda, objectivamente, uma tal posição que podiam (dependendo da sua cooperação, unidade e determinação) enfraquecer e impedir a forte viragem para a direita».*

### **Acerca das mudanças em Portugal**

Declarando que entre «os representantes europeus orientais (bloco socialista), sentia-se um certo "desânimo" devido às mais recentes mudanças nas estruturas directivas (governo e Conselho da Revolução)»,<sup>1166</sup> o embaixador Stoíakovitch iniciou assim o relato do seu almoço com o embaixador da Polónia. Quanto aos «pontos principais» da conversação, anotou os seguintes:

Parecia-lhe que a composição dos novos órgãos, «"apesar de ser um pouco à direita do centro"», contudo não negou a orientação progressista de Melo Antunes e das suas posições («"eles eram definitivamente mais à esquerda do que as posições do PS soarista"»).

Disse-lhe, depois, que «"os nossos camaradas do PCP erraram bastante"» e, nessa altura, tinham substituído o PS na contestação. Durante o tempo em que «esteve no governo, Soares alertou para "a guerra civil", desordens, catástrofe económica e outras». Tendo em conta que tinha «"de acordo com o seu sistema pluralista e proporcional" o maior número (e os mais responsáveis) ministérios no Governo, "veremos o que irá fazer ele e os seus amigos"». Não lhes seria fácil «se o PCP se comportar como eles antes. Quando começarem as greves e desordens — a sua "popularidade diminuiria"». Consoante a sua análise, caso se realizassem eleições parlamentárias «os partidos de direita teriam o maior número de votos: os democratas populares (PPD), "os chamados sociais-democratas", e o CDS, e passaria mal não só o PCP, mas também o PS soarista ("no qual, de resto, votaram sobretudo os membros das ex-organizações fascistas")». À pergunta, quem era culpado por isso, respondeu: «"muitos, incluindo igualmente o PCP"».

Concordando com a resposta e as responsabilidades, Stoíakovitch acrescentou: «mas não totalmente e com a avaliação do eleitorado do PS "porque isso significaria aceitar que o fascismo tinha profundas raízes e um maciço apoio no povo, já que o PS teve mais de dois milhões de votos"».

A respeito do seu interlocutor, «reconheceu um pouco resignado: "vivemos 50 anos sem Portugal, podemos mais cinquenta, sem o seu vinho, cortiça e..."». A respeito de Vasco

<sup>1166</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975). Telex enviado (25/Set.) para o SFNE.



Gonçalves, achou que tinha feito «*um grande erro quando não assegurou para si um cargo importante no exército e assim não se encontraria num "vácuo". Azevedo agiu de forma mais inteligente: ele não foi demitido de comandante da Marinha*», ficando esse cargo à sua espera, enquanto fosse primeiro-ministro, e só foi nomeado um substituto. No entanto, talvez, para «*Gonçalves encontrar-se-ia alguma solução ("porque não embaixador na ONU ou noutro lugar")*, e (então) "*nem sequer ele era a personalidade indicada para as funções de primeiro-ministro*"».

Outra avaliação das «*mudanças ocorridas em Portugal*» foi recolhida pelo conselheiro Spasitch junto do «*ministro-conselheiro H. Oknu*»<sup>1167</sup> da embaixada dos EUA.

Segundo o diplomata estado-unidense, as mudanças na composição do CR e a formação do VI Governo foram mudanças qualitativas no curso geral da evolução em Portugal. «*A saber, como o mais importante, por fim, foi detida essa evolução que ia constantemente para a esquerda, e aceite (e já aplicado durante a formação do novo Governo) o princípio da representação pluralista*». Igualmente, foi importante que o «*MFA não aceitou isso sob a pressão dos acontecimentos — a difícil situação económica que se agravava dia a dia (como forma de abrir possibilidades no sentido de sanar a situação económica) —, mas sim como uma orientação duradoura*».

Além disso, as forças que estavam «*por trás do conceito da democracia pluralista conquistaram uma posição predominante tanto no CR como no Governo*», tendo Melo Antunes (e o seu grupo) saído bastante reforçado, ao passo que «*alguns membros antes influentes do CR "que constantemente tergiversavam" (almirante Coutinho, generais Carvalho e Fabião) perderam algo da sua influência*».

Em relação às mudanças abertas com as perspectivas para uma maior ajuda do Ocidente e dos EUA, este foi um dos assuntos da conversação entre Costa Gomes e o senador estado-unidense George McGovern<sup>1168</sup> (que chegou a Portugal imediatamente a seguir à formação do novo governo). «*Na embaixada, avaliaram com McGovern que a viragem assegurava as necessárias pré-condições para um empenhamento económico do Ocidente*», tendo ficado acordado que, nesse sentido, o próprio McGovern efectuará, em Washington, os passos indispensáveis. Também, iriam propor que a CEE prestasse as ajudas que tinham antes anunciado.

---

<sup>1167</sup> *Ibidem.*

<sup>1168</sup> (1922-2012) — Senador do Dakota do Sul (1963-81) foi o candidato do Partido Democrata nas eleições presidenciais dos EUA (1972).

Considerando que, naquele momento, a única oposição mais séria ao curso e ao programa do novo governo era da extrema-esquerda, Herbert Okun acrescentou que, «*embora muito bem organizada, só tinha influência em Lisboa, enquanto, no país, não tinha bases suficientes*».

Um papel importante «*(a preparação do terreno para as mudanças surgidas) foi jogado pelo PR Gomes que, desse modo, salvou o MFA da completa desintegração*».

A respeito das próximas visitas de Costa Gomes à Polónia e URSS, segundo Okun, «*não tinham grande significado (ali não podia receber nada), ao passo que considerava a visita à Jugoslávia era de longe mais importante para os portugueses, porque estavam interessados pela sua experiência (a situação deles era muito mais próxima da jugoslava do que, digamos, das condições suecas), a posição independente, a influência entre os não-alinhados, etc.*».

### **Novos elementos da evolução da situação portuguesa**

Ao informar o SFNE (27/Set.) acerca da situação política, o embaixador Stořakovitch começou pelo «*preenchimento adicional do sexto governo provisório do almirante Azevedo*»<sup>1169</sup> e a sua cerimónia oficial, efectuada no dia anterior, da entrada em funções dos seus 23 secretários de Estado.<sup>1170</sup>

Inesperadamente, ao mesmo tempo, foi anunciada a decisão de Costa Gomes e do Governo «*acerca da nomeação do vice-almirante Vítor Crespo para ministro da Cooperação (último alto-comissário em Moçambique, membro do grupo dos "Nove", o único deste grupo que, até então, estava fora de todas as estruturas do poder). Na competência deste ministério, estarão as relações com as ex-colónias portuguesas*».

Referiu, num segundo ponto, que «*o Conselho da Revolução (ontem) "confrontado com a gravidade da situação político-militar e na intenção de estabelecer, no país, a segurança indispensável e ao governo assegurar a necessária garantia para a execução das suas decisões", seguindo uma tramitação acelerada, decidiu a constituição de uma nova formação militar de segurança: AMI (Agrupamento Militar de Intervenção)*». A seguir a uma descrição

<sup>1169</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

<sup>1170</sup> Mencionou que «*os socialistas receberam 8 lugares [...] nos seguintes ministérios: MNE, Comércio Externo (onde, igualmente, o ministro é socialista), Plano, Emprego, Trabalho; os democratas populares (PPD) 5; comunistas 2 lugares (desporto e juventude e organização da Reforma Agrária (um socialista à frente do ministério); o MFA 3 lugares, incluindo também o importante serviço da Comunicação Social (imprensa, rádio e televisão), cujo cargo foi dado ao ex-chefe do Gabinete do PR Gomes; e aos chamados independentes 5 lugares. Portanto, nestas nomeações, quanto estiveram os partidos em questão, foi tomado em conta o princípio da "proporcionalidade em relação aos resultados eleitorais"*».

da sua composição e comando,<sup>1171</sup> mas igualmente da missão de intervir «*em casos especiais (em questões da ordem pública e execução das decisões do Governo)*», Stoíakovitch salientou que «*as competências desta nova formação militar e de segurança colidia, na realidade, com as competências e funções do Copcon, que tinha à sua frente o membro do CR, o general Carvalho*». Este foi um golpe incontestável ao seu prestígio e na tomada da decisão acerca da formação do AMI esteve presente, seguramente, «*também a disposição de não só enfraquecer o Copcon e o general Carvalho pessoalmente, mas que "desaparecessem"*». <sup>1172</sup> Estimou, ainda, que esta medida foi «*um sinal da força real do major Antunes (então, de novo no MNE) como dos seus correligionários e o reforço gradual das suas próprias posições*». Por outro lado, esta decisão era «*para todos (e o Ocidente) mais uma prova acerca da determinação do Governo para realizar o seu programa e da sua capacitação nessa direcção*».

Paralelamente aos esforços do novo governo para se capacitar e passar à resolução das tarefas com vista à saída ou atenuação da crise, «*o PCP (mas também as forças políticas que lhe eram próximas) assumia, na política diária, cada vez mais e claramente uma conduta opositora "não construtiva"*», acrescentando que esta sua orientação não se limitava somente a certas estruturas políticas, mas já ia «*no incitamento ao descontentamento em relação ao governo e, em geral, no MFA e nas FA*».

Dando exemplos dessa conduta mencionou: a) a publicidade dada, «*na maior parte da imprensa em que continuava a dominar a influência do PC, a todas as forças que [estavam] numa posição oponente quanto ao governo de Azevedo, apesar de este ter praticamente só alguns dias*»; b) o último (e o primeiro) «*número do jornal do partido "Avante" (após a formação do novo governo) foi concebido de tal modo que, em "todas as frentes", duvidava do seu esforço para resolver os problemas candentes*» como o da defesa da Reforma Agrária «*(apesar deste sexto governo a ter colocado entre os pontos prioritários do seu programa)*»; realce dos objectivos principais do governo «*— luta contra as acções contra-revolucionárias, defesa dos direitos democráticos (até recentemente realçavam o princípio da "legitimidade revolucionária"), a defesa das conquistas e vitórias da revolução e das seguintes nacionalizações e apoio às reivindicações dos inválidos das guerras coloniais que, nesse momento, criavam igualmente dificuldades adicionais ao governo, etc. — com o aviso de que, somente no caso de respeito por estas prioridades, o PCP apoiaria o governo*»; c) o MDP, que estava

<sup>1171</sup> A AMI teria unidades de todos ramos militares, incluindo as de elite, e estaria «*directamente subordinado ao PR Gomes. Para comandante operacional foi nomeado o brigadeiro Nuno Egídio, até então no Estado-Maior do Exército, que apoiou o documento dos "Nove" e, supostamente, próximo do PR Gomes*».

<sup>1172</sup> Acrescentou: «*era conhecido que alguns grupos da extrema-esquerda tinham influência sobre Carvalho e nas forças que estavam sob o seu comando, pelo que começaram a tornar-se num factor político autónomo*».

«sob a influência directa do PC, derrubou ainda mais abertamente o programa do governo, pondo até em dúvida que a sua política fosse por um desenvolvimento progressista»; d) no quadro das conversações em redor da formação do novo governo, «o PC chegou a um acordo com os socialistas para assegurar a não-discriminação político-ideológica e um princípio pluralista no sector da informação, mas imediatamente depois, unilateralmente, renunciou ao acordo por motivação de "classe"» e que se oporia sempre «às tentativas de aprovação de decisões, sem a participação dos trabalhadores nos meios de informação», o que significaria a «hegemonia e o monopólio dos socialistas e democratas populares (PPD)», e que se oporia a «tais tentativas de controlo tripartidário, etc.».

Ficava-se com a impressão de que «o PCP imitava do Ocidente, por enquanto, com uma linha atenuada do "quanto pior, tanto melhor"» e tornava-se, nesse momento, naquilo que provocava «efeitos semelhantes aos que tiveram as acções premeditadas pelo Ocidente para a destabilização do regime durante o governo do general Gonçalves».

Concluindo, o embaixador jugoslavo achou que «uma tal orientação do PC diminuía objectivamente as probabilidades de estabelecer quaisquer que fossem as relações entre as forças progressistas e assim, naturalmente, alargava o espaço de manobra das forças reacţionárias». Ao mesmo tempo, o próprio PCP dava «argumentos a todos os seus adversários e críticos, tanto entre as forças de esquerda em geral, como entre a direita, acerca da sua "falta de visão", de "sectarismo", "que estava ao serviço de interesses estrangeiros e não nacionais", etc.». Caso fosse esse o motivo para «"manter sob a mira" o governo, constantemente, desde do início, então, podia-se colocar uma questão de medida e, de certa forma, também de ética (o apoio até àqueles que combateram nas guerras coloniais)».

#### **«M. Soares, sec.-geral PS, deseja enviar delegação à Jugoslávia»**

Neste relato da sua conversação com Mário Soares, na sede do PS (30/Set.), que estava acompanhado por Rui Mateus,<sup>1173</sup> encarregado das relações internacionais, o embaixador Stoíakovitch começou por referir que «Soares expressou que tinha a impressão de que na direcção da Jugoslávia existia talvez uma opinião inadequada acerca do papel e da política do seu partido»,<sup>1174</sup> nos últimos meses, em Portugal. Por essa razão, tinha-o chamado para lhe pedir que transmitisse «à direcção da LCJ e da ASPTJ o desejo de enviar em breve, possivelmente até 10 de Outubro, uma delegação à Jugoslávia com o objectivo de informar acerca da situação no país e da política do seu partido». Esta delegação seria chefiada, «provavelmente,

<sup>1173</sup> Como em anteriores documentos, continua a ser apelidado por Matias.

<sup>1174</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975).

pele Dr. Sottomayor Cardia, membro da direcção do partido». À pergunta do seu interlocutor sobre em que se baseava a sua impressão dessa informação inadequada, «Soares disse-lhe, que embora pudesse não ter razão, mas a causa foi a escrita da imprensa jugoslava e, sobretudo, um comentário do "Borba",<sup>1175</sup> segundo o qual, "o PS tinha a maior responsabilidade pela actividade anticomunista em Portugal"». Sem fazer alusão ao citado comentário, Stoíakovitch respondeu-lhe que os seus autores — como muitos outros jornalistas jugoslavos — estiveram em Portugal e que «livremente escreviam acerca das suas impressões, faziam comentários e avaliações, o que era compreensível, pois não tinham de coincidir em tudo, em cada pormenor, com as opiniões dos órgãos políticos dirigentes, com que, também, Soares concordou totalmente».

A seguir, ademais de uma referência ao envio da mensagem sobre a delegação do PS para a direcção da LCJ e ASPTJ, comunicou-lhe que «talvez, durante Outubro, haveria duas visitas importantes», as de Miloche Minitch e de Costa Gomes. e mencionou as suas possíveis datas. Quanto a Mário Soares, «estimou muito positivamente essa informação em relação às visitas, acrescentando que, então, a delegação do seu partido só podia ir à Jugoslávia depois dessas visitas, ou "a LCJ e a ASPTJ podiam enviar uma sua delegação"» a Portugal, porque a troca de informação podia ser efectuada por meio da embaixada ou de Minitch «caso viesse aqui». Todavia, «"o importante era — como dizia Soares — reavivar os contactos e a cooperação entre os nossos partidos, pois nós temos um verdadeiro interesse pela vossa experiência e opinião"».

No seu «comentário» final, salientou que uma «posição tão "flexível" acerca do envio, ou seja, ao intercâmbio de delegações deixava a impressão de que a Soares interessava-lhe mais o efeito político: "a comunicação com a Jugoslávia"». Visto que «esperava a nossa resposta à sua proposta», achava e propunha que se lhe dessem uma resposta positiva e relativamente à data dessa visita que fosse estabelecida pelo SFNE.

Durante a conversação «com Soares, este teve, além de um telefonema com Mitterrand, um outro longo telefonema com o major Melo Antunes, e que o informou acerca do seu conteúdo», o qual, nesse dia, relatou num despacho à parte.

#### «Tentativa de "putsch" em Portugal»

Após mencionar a visita, nesse dia (30/Set.) a Mário Soares (a seu pedido), Stoíakovitch relatou para o SFNE a conversação telefónica que, na sua presença, «Soares teve com o major Melo Antunes, na qual, como nos contou, disse-lhe o seguinte: ontem à noite, um grupo

<sup>1175</sup> Este diário era o órgão oficial da ASPTJ (desde 1954), antes tinha sido do PCJ/LCJ (1944-54).

de oficiais da extrema-esquerda "convenceu" o general Otelo Carvalho, que chegou ao Ministério da Informação para explicar, aos editores-chefes da rádio e televisão, os motivos porque o exército ocupou as estações de rádio e televisão». <sup>1176</sup> Depois, que fosse com eles até junto do «primeiro-ministro Azevedo e o informassem que ele e o PR Gomes tinham sido demitidos, e que ambas as funções deveriam ser assumidas pelo general Pinto Soares (comandante da Academia Militar, que não estava presente)».

Quando chegaram ao gabinete de Pinheiro de Azevedo, este estava acompanhado de Melo Antunes. Logo que os «"putchistas"» apresentaram a sua reivindicação, justificando-a «que existia um perigo fascista, e à pergunta do primeiro-ministro, o que eles fariam com esses fascistas, um capitão respondeu que seriam imediatamente fuzilados». Não obstante, quando «Azevedo propôs que isso fosse comunicado através da televisão, estes desistiram e gerou-se uma discussão mútua que durou até às três da manhã, quando esses "putchistas" desistiram, por fim, das suas intenções».

Considerando que perigos semelhantes (acções da extrema-esquerda) realmente existiam, «Soares disse-lhe ainda que, porém, eles só poderiam aguentar um par de dias e isso somente em Lisboa», mas que, de longe, muito mais real era «o perigo de acções das forças reaccionárias direitistas que estavam cada vez mais organizadas. Por isso, era lamentável, como afirmou, que a direcção do PC tivesse recusado o convite do PS para a manifestação (desse dia) de apoio ao governo do almirante Azevedo».

### **Novamente, agravamento das relações internas em Portugal**

Nesse mesmo dia (30/Set.), o embaixador Stoíakovitch voltou a transmitir para o SFNE que devido a «um visível agravamento» <sup>1177</sup> da situação política portuguesa resultante da ausência de «um poder civil (cidadão) num país, onde era cada vez mais presente o agravamento da crise também nas estruturas militares» que tinham sido, até essa altura, «o principal e o único apoio do Governo e do PR (uma ausência de quase qualquer disciplina nas FA e cada vez mais frequente pelas dimensões de manifestações maciças da sua infracção — comportamento arbitrário, formação de ilegais organizações opositoras ao governo no interior das FA, etc.)».

Igualmente, os recentes acontecimentos podiam permitir concluir que «não se deviam excluir possíveis reviravoltas mais dramáticas». Com efeito, dois dias antes, «o governo este-

---

<sup>1176</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

<sup>1177</sup> *Ibidem*.

ve quase toda a noite "preso" por manifestantes (somente com a ajuda do exército, os membros do gabinete abandonaram um edifício em veículos blindados)». Referiu, em seguida, que «os deficientes da guerra» controlaram, nesses dias, a estação da Rádio Nacional durante mais de 24 horas. Relatou ainda que grupos da extrema-esquerda, com uma participação bastante numerosa de soldados, efectuaram «um ataque e a invasão da embaixada e do consulado de Espanha no país (as forças de segurança não executaram as ordens para impedir esse ataque, apesar dos avisos anteriores que tinham sido comunicados às forças do Copcon pelo ministro NE, Antunes)».

Num segundo ponto, o embaixador jugoslavo citou, mais uma vez, a sessão do CR (25/Set.) que, «numa linha de oposição à vaga de anarquia, analisou a disciplina e o aparecimento de organizações ilegais nas FA (que reuniam sobretudo soldados e sargentos)». Ademais, foram feitas sérias críticas aos generais Carlos Fabião e Otelio Saraiva Carvalho, mencionando depois que, como primeira medida, tinha decidido a formação do AMI.

Após essa sessão do CR, seguiu-se uma série de consultas com os comandantes de algumas unidades e em certos comandos, tendo participado, nessas reuniões, os membros do CR, Melo Antunes, capitão Sousa e Castro e o major Vítor Alves.

«Ontem, pela manhã, o primeiro-ministro Azevedo (ao mesmo tempo, a desempenhar interinamente as funções de PR) olhando para a evolução dos últimos dias e na posição dos meios de informação» que, em grande medida, aticavam uma atmosfera de tensão, tomou a decisão de ocupar militarmente as estações de rádio e televisão, salientando que «esse passo foi uma medida excepcional, motivado pelo empenho de evitar a proclamação do estado de sítio». Visto que essa decisão provocou uma forte oposição e manifestações organizadas pela esquerda radical sob os auspícios da FUR (Frente de Unidade Revolucionária), na noite anterior, Pinheiro de Azevedo dirigiu-se ao país através da televisão e justificou-a com «a onda de desordens nos últimos dias "que ameaçando não só punham em perigo o poder legal, mas também a independência do país" e repetiu o aviso acerca da possível proclamação do estado de sítio».

Num ponto seguinte, uma nota acerca de Melo Antunes que, «devido a tal evolução da situação no país, [...] novamente, cancelou a sua visita, na comitiva do PR Gomes, à Polónia e URSS (em lugar dele, nesse dia, partiu o Dr. J. Campinos, ministro do Comércio Externo — membro da direcção do PS, até recentemente secretário de Estado no MNE)». Além dessa informação, uma outra em que graças «à influência que gozava entre uma grande parte das Forças Armadas, Antunes estava igualmente muito empenhado com o primeiro-ministro Azevedo nos esforços de controlarem e dirigirem a evolução da situação no país».

Tendo em conta o ocorrido, para o embaixador Stoíakovitch, «*por trás das ondas de desobediência, da formação de "revolucionárias" organizações nas FA e da oposição quanto ao governo encontravam-se tanto o PCP como também outros grupos radicais que salientavam a necessidade da "defesa da revolução" e uma oposição à política do governo que "permitia o avanço da direita"*». Acrescentou que, de acordo com algumas opiniões do PCP, «*as razões citadas para a ocupação militar da Rádio e Televisão foram "somente um pretexto", sendo o verdadeiro objectivo a eliminação da influência das forças progressistas (PC) nos meios de informação*».

Em geral, continuou este seu «comentário» final, «*tinha-se uma impressão cada vez mais precisa, após a formação do VI Governo Provisório, de que se chegava a uma nova confrontação entre o PC e as forças à sua esquerda com o chamado grupo "moderado" do MFA e os socialistas*». Contudo, havia indicações de que «*a direita começou a se organizar melhor*» e devia-se contar com a possibilidade de acções por sua parte.

### **III.4-3— Em Outubro, duas visitas oficiais e a situação político-militar**

Tendo em consideração a principal fonte jugoslava em relação a Portugal, que foi a sua embaixada em Lisboa, os acontecimentos que ocuparam, nesse mês, o maior espaço na sua correspondência com o SFNE foram as duas mencionadas visitas oficiais de Miloche Minitch a Lisboa (12-14/Out.) e de Costa Gomes, uma dezena de dias depois, à Jugoslávia.<sup>1178</sup> Entre os cerca de 70 telexes, enviados para Belgrado, outro assunto que mereceu a maior atenção foi a situação político-militar em Portugal e Angola.

#### **A visita de Costa Gomes à URSS (1-4/Out.)**

Da sua conversação com «*o embaixador Andresen, secretário-geral do MNE (foi membro da delegação que acompanhou Gomes)*»,<sup>1179</sup> Stoíakovitch informou o SFNE (9/Out.) de que o seu interlocutor «*se queixou da dureza dos soviéticos (duas noites até às 3 após a meia-noite para aprovarem o texto do comunicado)*». Disse-lhe que, nas conversações, dos temas internacionais, «*os soviéticos dedicaram a maior parte do tempo ao problema de Angola e (?) Macau*».

A respeito de Angola (um grande número de diversas questões e sugestões), «*foi visível que se tinha tornado num campo da luta das duas grandes potências*», enquanto o grande interesse pelo «*destino de Macau ("porquê não descolonizavam Macau")* foi como uma tenta-

<sup>1178</sup> Vd. seguinte Cap. III.5.

<sup>1179</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).



*tiva de empurrar os portugueses para uma acção antichinesa no contexto do confronto e rivalidade soviético-chinês».*

Quanto a uma pergunta acerca de impressões gerais, ou seja, se ficaram «*com a impressão de que, em última análise, a URSS estava mais preocupada pela "détente" do que pela evolução interna em Portugal, Andersen confirmou, sem um pouco de hesitação, que os soviéticos davam prioridade à "détente"*».

### **Desordens nas Forças Armadas**

Conforme tinha comunicado, há uma dezena de dias, «*o peso da obstrução, cada vez mais organizada e intensa, da esquerda radical sobre o VI Governo Provisório (em que, igualmente, participava o PCP) estava dirigido às FA*»,<sup>1180</sup> cuja consequência bem visível foi o agravamento das relações no seio das suas fileiras. Igualmente, essa actividade tinha abrangido, nesses últimos dias, quartéis fora de Lisboa (Porto e outras cidades), tendo-se reduzido esses «*ataques contra o governo a uma acusação por uma suposta "cumplicidade com a direita"*».

De acordo com o embaixador Stořakovitch, ademais de haver já casos de insubordinação de unidades inteiras, ocorreram outras desordens, por exemplo, «*num quartel, o comando foi impedido por um grupo de civis e, noutra unidade, por cerca de 40 soldados*». Porém, num quartel de Lisboa, «*cerca duma centena de representantes de diversas unidades (não só de Lisboa) aprovaram a reivindicação de uma ligação profissional ainda mais estreita, mas também o estabelecimento dum contacto estreito de soldados e marinheiros com as massas revolucionárias para combater as tentativas da tomada de poder pela direita*». Noutras assembleias militares, foi exigida «*a dissolução do "corpo de intervenção" (AMI), recentemente formado por decisão do CR com o objectivo de assegurar a execução das decisões e medidas do novo governo*». Outro caso foi o de «*um dos oficiais mais notáveis do Copcon que passou à clandestinidade e, nessa ocasião, levou uma grande quantidade de armas automáticas "as quais, no caso de perigo da direita, seriam distribuídas pelas massas revolucionárias"*». Além disso, era cada vez mais frequente «*a participação de um grande número de soldados nas manifestações organizadas por grupos radicais. Naturalmente, a tudo isso, a parte da imprensa sob a influência do PC dava uma publicidade bastante grande*».

Por isso, tais factos provocavam «*sérias preocupações ao PR Gomes, CR e Governo*». Imediatamente após o regresso da URSS, Costa Gomes enviou «*uma mensagem pública aos*

---

<sup>1180</sup> *Ibidem.* Telex n.º439/75 (11/Out.).

*membros das Forças Armadas, apelando para se colocarem acima das opções partidárias, ou de pedidos para a tomada de posições por parte de determinados partidos políticos», e que tais pedidos feriam os seus deveres militares, o prestígio e a coesão do MFA como garantia do processo revolucionário. No mesmo sentido, a Comissão Militar do CR analisou, numa reunião especial, os actos de indisciplina no exército e os casos de insubordinação, mas, «ao todo, o PR Gomes e o Governo faziam importantes esforços para se evitar abertos confrontos armados».*

### **As relações entre o PC e PS de Portugal**

Nesse mesmo dia (11/Out.), o embaixador jugoslavo informou o SFNE de que «o PCP tinha recusado oficialmente (publicamente) a participar na reunião dos partidos comunistas e socialistas de Portugal, Itália, Espanha e França, que foi proposta pelo PS (isto é, por Soares pessoalmente)». Até esse momento, ninguém tinha confirmado a participação, «enquanto, Marchais<sup>1181</sup> declarou, pouco antes, que não recebeu convite».

Com a proposta e a eventual realização desta reunião, era «evidente a intenção dos socialistas daqui de colocarem, por um lado, o PCP numa posição de "minoría" e de o sujeitar a eventuais sérias críticas (conhecidas as reservas por parte do PC de Itália e Espanha, e de parte do PC de França em relação da política do PCP), e, por outra parte, de atenuarem as acusações acerca da sua exclusiva ligação com as forças sociais-democratas dos países europeus». Havendo, ademais, «o "argumento" de que, eis a razão, fracassou ainda, mais uma vez, a sua "tentativa" de estabelecer a cooperação com o PCP, não por sua culpa, naturalmente». Sem embargo, não se deveria excluir que outros PC convidados, por solidariedade com o PCP, recusassem a participar, o que daria ao PS mais uma oportunidade para acusar adicionalmente o PC pelo insucesso dessa iniciativa. «Portanto, as divergências entre os comunistas e socialistas portugueses são tais que, pelo menos, num futuro próximo não se deveria esperar uma conciliação».

### **«A continuação da degradação da situação nas Forças Armadas»**

Começando assim mais um telex (19/Out.) sobre essa situação, em que «(a indisciplina, a radicalização das reivindicações dos soldados por meio das semi-legais organizações militares, etc.)»<sup>1182</sup> já a tinham tornado num sério obstáculo para os esforços do governo com vista a uma estabilização política, «da qual, em grande medida dependia também, pratica-

<sup>1181</sup> Georges Marchais, secretário-geral do PCF (1972-1994).

<sup>1182</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

mente, a valorização da confiança que o governo do primeiro ministro Azevedo ganhou, indubitavelmente, no país e fora (no Ocidente)».

Por essa razão, o CR e o governo decidiram tomar «medidas mais terminantes para o saneamento da situação nas Forças Armadas». Após citar o apelo de Costa Gomes aos militares portugueses, posterior ao seu regresso da URSS, o embaixador Stoíakovitch mencionou que, por seu lado, Pinheiro de Azevedo condenou, «numa recente declaração à Nação esses fenómenos de indisciplina e apontou para o perigo da total desintegração das FA e do MFA como garantia fundamental do seguinte processo revolucionário».

A respeito do CR, na sua sessão (17/Out.), confiou aos generais Carlos Fabião e Saraiva de Carvalho e aos comandantes das três regiões militares que, imediatamente, tomassem «as medidas necessárias para que, num espaço de tempo mais curto possível, fortalecessem a unidade, a disciplina consciente e a eficiência das Forças Armadas». No entanto, porém, foi característico que «o PR, o primeiro-ministro Azevedo e o CR ficaram, todavia, no âmbito de apelos e de recomendações, o que, seguramente, foi resultado da avaliação das dificuldades a respeito dos esforços para evitar, por quase qualquer preço, a confrontação directa (armada) nas FA e no MFA».

Contudo, segundo o embaixador Stoíakovitch, essa «acção de introdução da ordem e de obediência nas FA estava ligada objectivamente ao risco de um agravamento ainda mais forte nas suas fileiras». Isto é, a actividade dos grupos radicais de esquerda e do PCP «no "revolucionamento" de partes das FA (o que, de facto, tentavam radicalizar, novamente, a situação) tornou-se um obstáculo objectivo» para o CR e governo passarem à acção do reforço da disciplina e obediência militares. Embora, «no quadro das medidas para o reforço da disciplina, por fim, era indispensável o afastamento de um número de oficiais e soldados próximos ou ligados aos grupos radicais e directamente responsáveis pela situação actual, [essa solução] criaria novo descontentamento e oposição», e certamente repercutir-se-ia de forma negativa nos esforços do governo pela estabilização nas FA e no país.

Por essa razão, parecia, que no próprio CR existia «algum desacordo na escolha entre se seria necessário aplicar uma forma radical no estabelecimento de uma forte disciplina hierárquica ou optar pela acção política de reforço da consciência e responsabilidade de cada indivíduo». Tendo em conta, que a tarefa foi confiada directamente tanto aos comandantes das regiões militares como aos generais Carlos Fabião e Saraiva de Carvalho (conhecidos de serem próximos dos grupos de esquerda), provavelmente, poderia ter «um certo efeito no sucesso das acções, mas, por outro lado, ao mesmo tempo, poderia fazê-los responsáveis também pelo insucesso, o que podia conduzi igualmente à sua desacreditação».

### As medidas do Conselho da Revolução e do Governo

Imediatamente a seguir às decisões do CR para sanear a situação nas fileiras das FA e no país, foram dados uma série de passos nesse sentido. Conforme um telex (24/Out.) do conselheiro V. Spasitch,<sup>1183</sup> nesses últimos dias, entre esses passos, mencionou os seguintes: 1.) no Porto, «*o general Fabião negociou com representantes da organização militar semi-legal SUV (Soldados Unidos Vencerão)*»<sup>1184</sup> e, numa linha de apaziguamento, anulou a anterior decisão acerca da extinção de uma unidade que tinha «*uma ligação mais directa com civis e reivindicações radicais como a depuração dos oficiais direitistas, restabelecimento da disciplina não-hierárquica, etc.*»; 2.) de acordo com o aprovado pelo CR, antes da partida para Itália e Jugoslávia, «*o PR Gomes teve — juntamente com os membros do CR, o capitão da Marinha, Contreiras, e o capitão V. Lourenço (porta-voz do CR) — uma longa conversação com os líderes dos partidos socialistas e comunista, M. Soares e A. Cunhal e seus mais próximos colaboradores*». Essa conversação foi mais uma tentativa do CR e do governo para normalizar pelo menos, em certa medida, essas relações interpartidárias, o que facilitaria bastante as acções para o restabelecimento da disciplina e obediência nas FA. Este passo seria importante, nesse momento, para a estabilização da situação no país, mas também «*por causa do reforço da frente das forças de esquerda perante os primeiros sintomas cada vez mais visíveis da impulsão da direita*», assunto que seria tratado «*à parte*» no seu seguinte telex para o SFNE. «*Igualmente, nesta vez, a reunião não deu resultados satisfatórios, pelo que ficou acordado um novo encontro após o regresso do PR Gomes da Jugoslávia*»; 3.) no EME, tinha-se realizado, dois dias antes, uma reunião ampliada, onde, «*além dos generais Fabião e Carvalho, participaram o vice-almirante F. Soares e o almirante R. Coutinho, tendo sido examinados os efeitos das medidas tomadas e efectuada uma ampla análise da situação nas FA e no país*»; 4.) no EME, realizou-se «*uma reunião dos generais Fabião, Carvalho e Pinto Soares, comandante da Academia Militar (não era membro do CR, chefiou a delegação do MFA que esteve na Jugoslávia) e o capitão Lourenço*», onde foi analisada a situação político-militar; 5.) no dia anterior, o CR reuniu-se, inesperadamente, e discutiu acerca da «*complexa situação "político-militar", mas não publicado qualquer comunicado*». Devido à ausência (na Jugoslávia) de Costa Gomes, Melo Antunes, Pezarat Correia e Sousa e Castro, não foram tomadas decisões concretas; 6.) nessa manhã, realizou-se «*uma reunião no Copcon, presidida pelo general Carvalho, que foi precedida, na noite anterior, por outra reunião de um grupo*

<sup>1183</sup> Devido à visita oficial de Costa Gomes, o embaixador Stořakovitch encontrava-se em Belgrado.

<sup>1184</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

*maior de oficiais "que reuniu apoiantes de diversas correntes do MFA de todos os três ramos das FA" com o objectivo de organizar um "secretariado político para a organização e intervenção"».*

No total, *«tanto o CR como o governo continuavam ainda a tentar evitar a confrontação, esforçando-se, por isso, para conseguir a conciliação e a acção unificada do PC e PS».* Assim, além de um tal grande número de reuniões militares, havia *«a participação de certas pessoas, ([Pinto] Soares, o comandante da Academia Militar) que, nos últimos tempos, estiveram fora do núcleo mais próximo do poder».*

Paralelamente a estes esforços do CR e do governo, toda a restante esquerda (excepto o PS que dava total apoio ao VI Governo) persistia com a sua actuação antigovernamental. Ademais do ataque *«ao seu "direitismo", os grupos radicais e o PCP continuavam activos no apoio [...] a partes das FA que se opunham às medidas de introdução da obediência e disciplina».*

Depois, Spasitch referiu-se à manifestação contra o VI Governo, em Lisboa, na noite anterior, que juntou o PCP com a Intersindical, o MDP, Comissões de Trabalhadores e partidários do *«"poder popular"».* Toda a manifestação decorreu sob *«palavras de ordem relativas à "Defesa das conquistas da Revolução ", em perigo devido ao VI Governo Provisório direitista, e contra as purgas a que estavam sujeitos membros da esquerda, com a reivindicação da exclusão do PPD do governo, etc.».*

Era evidente, acrescentou, por trás dessas manifestações estava o PCP. Não participaram os socialistas, a FUR, excepto a trotskista LCI e o SUV que desistiu no último momento. Relativamente à imprensa sob a influência do PCP e da esquerda radical continuava a dar uma particular publicidade a todas as acções antigovernamentais, pelo que, objectivamente, incentivava à oposição aos esforços do governo para uma estabilização nas FA e no país.

Nessa destabilização geral, por trás da qual se encontrava *«os grupos radicais e, sem dúvida, também o PCP, estava seguramente a decisão da noite anterior do grupo de esquerda das "Brigadas Revolucionárias" que se separou do "Partido Revolucionário do Proletariado" (com quem se fundiu em Março desse ano) e passou à clandestinidade».* A causa próxima foi a recusa das BR de submeter-se às decisões do CR e do governo acerca da entrega de armas nas mãos de civis, mas, ao mesmo tempo, mais um sinal da seguinte polarização tanto no interior da esquerda como em relação ao perigo da direita.

**«Sinais duma activação algo maior de certos partidos da direita»**

Nesse mesmo dia (24/Out.), conforme tinha comunicado ao SFNE, o conselheiro V. Spasitch relatou a visita a Portugal do «*presidente da União Democrata-Cristã Europeia e vice-presidente do Parlamento da RFA, Von Hassel*». Na qualidade de convidado do CDS, foi recebido pelo «*primeiro-ministro Azevedo, o presidente da Assembleia Constituinte, o secretário de Estado do MNE M.[edeiros] Ferreira (socialista), o secretário-geral do PPD Sá Carneiro*»<sup>1185</sup> como por membros da direcção do PDC. Quanto a este partido, «*pelo envolvimento do seu secretário-geral, major Sanches Osório (então no exílio), e ainda alguns eminentes membros do partido no falhado golpe spinolista de 11 de Março, foi suspenso e não lhe foi autorizado a concorrer, em Abril, às eleições*». Certamente, acrescentou, essa viagem significava «*apoio ao CDS, mas também ao suspenso PDC e, ao todo, às forças da direita*».

Um sinal de um certo incentivo à acção política por parte do CDS foi «*o facto de que, recentemente, tinha apresentado uma proposta para a realização das eleições para a Assembleia Legislativa no dia 25 de Abril de 1976*», anunciando, ao mesmo tempo, a participação no governo a seguir a essas eleições. Isso implicava, com certeza, a necessidade das eleições, tanto mais que o citado comunicado foi posterior à recente declaração de Pinheiro de Azevedo sobre «*a possibilidade de que a eleita Assembleia Constituinte (isto é, mantendo a sua proporção de representação partidária, onde predominavam as forças de esquerda) se convertesse automaticamente em legislativa*», ou seja, uma tal possibilidade significaria, praticamente a desistência de novas eleições.

Igualmente, por seu lado, o PDC anunciou que se apresentaria às eleições para a Assembleia Legislativa, o que era mais «*uma tentativa da direita em eliminar a possibilidade de concessão de prerrogativas legislativas à Assembleia Constituinte, ou seja, de excluir novas eleições*».

Juntamente a isso, «*essa actuação tão gritante destes dois partidos um longo período, mantendo-se de lado) coincide com a crise do MFA e a desunião da esquerda*», o que, seguramente, era o resultado da avaliação das forças direitistas de que a constante radicalização do processo, a qual, caracterizou todo o período até à formação do VI Governo Provisório, «*inverteu, em certa medida, a disposição do corpo eleitoral que responsabilizava as forças da esquerda pelo maior número de adversidades e dificuldades em que, nesse momento, se encontrava tanto o regime como a economia nacional*».

---

<sup>1185</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

A favor de tais avaliações, talvez, estivesse a aceitação da ideia de Pinheiro de Azevedo por parte dos socialistas de transformar a Assembleia Constituinte em legislativa. Com efeito, *«parecia que nem o PS já estava seguro de que teria, nas próximas eleições, uma tal preponderância como nas de Abril»*.

### **Situação calma no país**

Partindo de que se tratou somente de *«pequenos incidentes e algumas explosões, e que as medidas tomadas, pela sua dimensão e publicidade, não justificaram tais passos»*,<sup>1186</sup> Spasitch considerou calma a situação política. Na totalidade, ficou-se com a impressão de que antes foi uma prova ao estado de alerta e prontidão, no entanto, com um indiscutível efeito de intimidação. Igualmente, foi característico que essa acção foi limitada à região de Lisboa e à Região Militar do Norte, ao passo que as do Sul e Centro ficaram fora dessas medidas.

Conforme estava já antes planeado, nesse dia (25/Out.), *«o primeiro-ministro Azevedo visitava o Porto (donde, principalmente, havia a maior oposição, em partes do exército, contra o VI Governo)»*. Ali, estavam marcadas manifestações separadas de apoio ao Governo por parte do PS, PPD e CDS, mas não do PCP.

Toda essa acção partiu do COPCON, que reagiu supostamente por causa de informações preocupantes que eram do conhecimento do CR. Assim, na manhã do dia anterior, proclamou o estado de alerta nas suas unidades, o que mais tarde alargou a algumas outras unidades. Ademais, por meio dum comunicado, informou ainda de que foram registados *«pequenos grupos armados não identificados em partes do país como também a tentativas de passagem de agentes através da fronteira espanhola, o que justificou todas as medidas militares que foram tomadas»*. Citando, depois, outras acções,<sup>1187</sup> pela tarde, do COPCON, concluiu que *«todavia, essas acções não deram quaisquer provas acerca de uma tentativa de qualquer golpe»*. Só nessa noite, o próprio *«Copcon comunicou de que se tratou de toda uma série de notícias alarmantes»* para quais foram tomadas medidas, mas que, realmente, não houve qualquer tentativa, nem algum golpe ou organização de amplas desordens.

Afinal, tratou-se, mais uma vez, de outra tentativa de criar uma psicose de insegurança ou, possivelmente, de uma atmosfera para a proclamação do Estado de Sítio, *«do que, como a última e a mais indesejável alternativa, segundo disse, supostamente, o almirante Azevedo no*

---

<sup>1186</sup>ADMNE, F-113, Portugal (1975).

<sup>1187</sup>*«As suas unidades asseguraram a RTV e ainda algumas instituições» e efectuaram «uma parcial operação "Stop" (bloqueio das entradas da cidade e algumas estradas, controlo de veículos)»*.

*momento quando o PR Gomes se encontrava na URSS (ocupação de estações de rádio, etc.)». Foi indicativo que, desta vez, até isso coincidiu com semelhante situação em Angola.*

*Pela «avaliação dos comunistas daqui (Domingos Lopes que esteve, de manhã, na embaixada para nos informar acerca da visita Cunhal), a direita reforçava-se», mas que, de acordo com essa sua avaliação, «nesse momento, não havia condições políticas para um golpe desse lado». Contudo, ao todo, a evolução ia a seu favor, porque após a proclamação do Estado de Sítio aumentariam as suas possibilidades para uma vasta acção política. Com respeito às medidas de alerta, estas durariam até ao fim dessa semana.*

### **De Washington, a situação em Portugal**

*A embaixada jugoslava enviou para Belgrado (28/Out.) um longo telex acerca da conversação, no Departamento de Estado, de um seu diplomata com «W. Kelly, relator para Portugal» que lhe falou sobre a situação política portuguesa, a posição dos EUA e das suas últimas ajudas financeiras a Portugal.*

*Começando por dizer que «o período de Abril de 1974 a Março de 1975 se caracterizou por um gradual, mas constante movimento de Portugal para a esquerda», achava que, desde Março a Julho, se chegou a uma súbita aceleração desse processo. De Julho até Setembro, «uma forte e organizada reacção das forças anticomunistas, as quais, com os ataques às sedes do PC e outras manifestações opuseram-se a tal curso por meio da violência. Quanto ao PC, este evitava a violência para obrigar o regime a reagir à violência». Já o novo governo, embora «muito mais de esquerda do que de direita», tomou em consideração a realidade política no país e não só e esforçava-se para conseguir «uma certa estabilização e restabelecer a disciplina nas FA».*

*Ao mesmo tempo, o VI Governo actuava «cautelosamente, deixando que tanto os extremistas de esquerda como de direita se expusessem, para mais facilmente os enfrentar e, ao mesmo tempo, conquistar a simpatia e o apoio de um amplo público e das forças políticas moderadas». Ademais, nas FA, procurava criar e organizar «uma força que fosse uma alternativa para as actuais fracções. Nisso, deparou-se com muitos perigos, sobretudo com a extrema-esquerda (maoistas e outros), que era formada por gente jovem (estudantes e alunos do ensino médio), bem organizada, dispondo de armas e com apoiantes nas FA.*

*Igualmente, nas últimas semanas, «o PC aumentava a oposição ao Governo, embora nela não participasse» e, segundo este diplomata estado-unidense, «caso houve alguém que tivessem feito mais mal à URSS em Portugal, isso foi feito por Cunhal que se apresentou com posições estalinistas».*



Em relação a Portugal, os EUA tinham dois interesses: a África e os Açores. Em África, «procuraram que Portugal se retirasse, logo que os movimentos de libertação se tornaram uma realidade, para se efectuar a transferência de poder antes de se chegar à radicalização desses movimentos, o que o então regime recusou». Nos Açores, os seus interesses estavam assegurados. Relativamente ao novo regime, em Portugal, os analistas do Departamento de Estado expressaram «a sua desconfiança devido ao empenho no estabelecimento de estreitas ligações com a Jugoslávia e a Roménia, sobretudo com a Roménia, considerando que o regime queria seguir o modelo romeno (formalmente, permanecendo no Pacto, mas com uma política externa contrária)». Além disso, o mesmo não se via em que Portugal poderia ter de comum com o Terceiro Mundo, porque dele nem algo podia receber, nem lhe oferecer. «Deveria assegurar, primeiramente, na Europa, um lugar para si, da qual, foi excluído por causa da política africana do seu anterior regime. Consideravam Antunes como o titular dessa política, o qual, estimavam como o socialista europeu "mais radical"».

Apesar de todas as reservas que tinham quanto ao regime, os EUA estavam dispostos a cooperar. Até essa altura, tinham dado «82 milhões de dólares<sup>1188</sup> e estavam dispostos a ter em conta os novos pedidos quando fossem apresentados, mas igualmente de apoiar os pedidos junto do FMI e do BM». Aliás, seria ainda concedido créditos para aquisição de aviões de passageiros. A CEE deu 185 milhões e alguns países europeus (países da OTAN e outros) ofereceram também créditos. Porém, «o regime não tinha capacidade para absorver todos esses recursos».

Uma observação final: pela conversaçã, ficou claro que «os EUA seguiam muito atentamente a situação em Portugal em todos os seus pormenores. Aperceberam-se, por exemplo, que havia desacordos na direcção do PCP e oposição à total orientação de Cunhal numa só pessoa (Gonçalves)». A ajuda económica era utilizada para influenciar e alcançar a consolidação do regime em bases que reduziam significativamente a influência do PC e da extrema-esquerda. Embora, estimassem «reduzido o papel de Portugal, na OTAN, não lhe permitiriam que conduzisse uma política que estivesse fora do quadro europeu, pelo que existia, parecia, um acordo com os seus aliados europeus».

### **Em Novembro, uma visita oficial de fins de Outubro**

Só no dia 2 (domingo), o conselheiro Spasitch informou o SFNE acerca da «visita oficial a Portugal de 28 a 31 de Outubro» de Nicolae Ceauşescu (Tchauchescu), referindo-se,

<sup>1188</sup> Dos quais, «35 milhões para construção civil, incluindo também ajuda técnica (este crédito ainda não foi entregue), 35 milhões como oferta para instalação dos refugiados de Angola e 12 milhões para necessidades em Angola».

em primeiro lugar, aos membros da delegação romena e às «*reuniões particulares*» com membros do governo,<sup>1189</sup> do CR<sup>1190</sup> e líderes dos partidos políticos<sup>1191</sup> representados no VI Governo Provisório.

Além das questões bilaterais, no centro das conversações estiveram os problemas da Descolonização, da Segurança e Cooperação Europeias, e do Desarmamento. Igualmente, durante a visita, salvo o comunicado conjunto, foram assinados diversos acordos e documentos acerca das relações económicas, consulares e da cooperação entre as RTV e as agências noticiosas dos dois países, assim como foi ratificado o «*Acordo de Amizade e Cooperação entre a Roménia e Portugal*».

Ainda no plano económico, a Roménia concedeu a Portugal «*um crédito financeiro no valor de 100 milhões de dólares para o financiamento de estudos e projectos que, em Portugal, seriam realizados por técnicos e firmas romenas, e para o financiamento de compra de produtos romenos*». Ao mesmo tempo, foi aprovado «*o aumento das trocas mercantis que, até 1980, deveria atingir o nível dos 150 milhões de dólares*».

Durante as conversações foi salientada a importância dos contactos pessoais e reuniões, tendo ficado acordadas as visitas de uma delegação do CR e de Melo Antunes à Roménia, e as consultas entre os seus MNE. De modo igual, o presidente romeno convidou Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo a visitar o seu país, o que foi aceite.

A respeito da imprensa e doutros meios de informação, que deram uma grande publicidade a essa visita, foi realçado, em particular, que se tratava da primeira visita a Portugal de um chefe de um país socialista, sendo a Roménia o primeiro desses países a estabelecer relações com Portugal após o 25 de Abril. Por sua vez, também foi o primeiro dos países socialistas que Costa Gomes visitou. Aliás, foi sublinhado as boas relações da Roménia com «*os países do "Terceiro Mundo" e, sobretudo, com os movimentos de libertação angolanos, ao que a imprensa deu uma grande importância*». Numa parte da imprensa da direita, não faltaram comentários bastante maliciosos ligados, principalmente, à personalidade de Tchauchescu.

---

<sup>1189</sup> Reuniu-se com Pinheiro de Azevedo, Melo Antunes e Veiga de Oliveira.

<sup>1190</sup> Almirante Rosa Coutinho, generais Otelio Saraiva Carvalho e Moraes da Silva, vice-almirante Filgueiras Soares, capitães Vasco Lourenço e «*o capitão Sousa e Castro (esteve na Jugoslávia, quando da visita PR Gomes)*».

<sup>1191</sup> Álvaro Cunhal, Mário Soares e Sá Carneiro.

### III.5— Duas visitas oficiais em Outubro

#### III.5-1— Miloche Minitch em Lisboa

Retribuindo a visita a Belgrado, em Janeiro desse ano, de Mário Soares, o secretário federal dos Negócios Estrangeiros jugoslavo esteve, em Portugal (12-14/Out.), tendo tido conversações com Melo Antunes, Mário Soares, Álvaro Cunhal e Sá Carneiro. Quanto às notas estenográficas destas conversações,<sup>1192</sup> elas descrevem com algum pormenor a situação político-militar em Portugal e Angola.

Igualmente, segundo o embaixador Stoíakovitch (17/Out.), ele foi ainda recebido por Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo, tendo transmitido ao primeiro, que agradeceu e retribuiu, «as saudações do presidente Tito, que com atenção acompanhava a evolução em Portugal e o seu empenhamento pessoal. Esperava-o, em breve, em Belgrado, e que se recordava com satisfação o encontro e a conversação em Helsínquia»<sup>1193</sup> entre ambos. Em seguida, informou-o das suas conversações com Melo Antunes e os líderes dos três principais partidos do Governo.<sup>1194</sup> Na sua recepção pelo primeiro-ministro português, quando Minitch mencionou essas conversações, «Azevedo disse-lhe que também o ministro NE, Antunes, tinha-lhe falado com satisfação acerca desta visita e conversações».

Noutro telex anterior (14/Out.) para o SFNE, já o mesmo embaixador tinha comunicado que, antes das conversações entre as duas delegações (realizadas em duas reuniões, em 12 e 13 de Outubro), Minitch teve uma reunião separada com Melo Antunes que durou quase duas horas, tendo esta sido relatada só, dias depois (20/Out.), no «Relatório» desta visita oficial<sup>1195</sup> que foi a primeira de um ministro jugoslavo a Portugal. Igualmente, Stoíakovitch

---

<sup>1192</sup> As suas informações são um pouco menos amplas do que no documento enviado (20/Out.) pelo SFNE para o GPR (Gabinete do Presidente da República). Estas notas só foram lidas pelo presidente Tito — tendo em conta o seu habitual visto, rubrica e data em cada documento — dois dias depois, da visita de Costa Gomes à Jugoslávia (23-25/Out.). Igualmente, não há, nestes documentos, qualquer referência acerca de datas, duração, idiomas, tradução ou outros pormenores dessas conversações (AJ, 837, I-3-a, Portugal). O documento original não foi encontrado no ADMNE.

<sup>1193</sup> ADMNE, F-114, Portugal, 1975. Referia-se à CSCE (30Jul-1Ago./75).

<sup>1194</sup> A seguir, Costa Gomes perguntou-lhe qual foi «a sua impressão após essas conversações», mostrando claramente que «*tinha dificuldades com tais partidos. O camarada Minitch respondeu-lhe que teve a impressão que entre os partidos havia grandes diferenças, embora todos declararam que apoiavam o VI Governo e o seu programa*». Segundo este relato de Stoíakovitch, Costa Gomes disse-lhe «*que não era nada fácil mantê-los unidos, ou seja, que cooperassem no governo. "Se de algum modo conseguimos que as relações sejam tolerantes entre o PS e o PPD, até mesmo entre os partidos socialista e comunista, mas são muito difíceis, quase impossíveis entre o PCP e o PPD, mas acredito que, todavia, com um trabalho paciente, iremos encontrar a solução"*. Ibidem.

<sup>1195</sup> Nessa reunião, «*somente com a presença dos dois embaixadores*» (M. Stoíakovitch e Ramos da Costa), M. Antunes informou M. Minitch acerca da situação interna que se caracterizava: «*pela luta das forças que são por*

informou ainda de que Minitich «teve, no jantar da embaixada, a oportunidade de se encontrar e conversar com um grande número de eminentes dirigentes e políticos — os membros do CR, general Fabião<sup>1196</sup> e almirante Coutinho, o ministro do Comércio Externo (PS), das antigas colónias (MFA), dos assuntos comunais (PC), o presidente da Assembleia Constituinte, empresários e outras personalidades políticas (O. Pato, membro do Secretariado do CC do PCP, general Pinto Soares e outros)». Salientou, além disso, que esta visita se ajustou muito bem aos preparativos da próxima visita do presidente Costa Gomes à Jugoslávia, mas também, «ao amplo contexto político português desse momento. Como, seguramente, o mais importante foi o apoio à afirmação e aos esforços do novo VI Governo Provisório».<sup>1197</sup>

### **Melo Antunes**

Começou por dizer ao seu convidado, o seguinte: «como vemos a situação e como ela evoluiu nos últimos tempos... Quanto ao que me diz respeito, eu sigo a situação do seu início, embora neste acompanhamento houve uma certa interrupção, pois como é do vosso conhecimento estive afastado do V Governo».

Referindo-se à situação em Angola, depois afirmou: «era extraordinariamente difícil e complexa, pois os acordos que foram conseguidos entre o governo português e os movimentos de libertação, actualmente, a maior parte estão ultrapassados. Como sabe, estes acordos foram conseguidos entre o governo português e todos os três movimentos de libertação na base do reconhecimento destes três movimentos como legítimos representantes do povo de Angola. Depois disso, foi constituído um governo de transição no qual entraram representantes dos três movimentos de libertação sob patrocínio, quer dizer, um alto-comissário português, na base do Acordo do Alvor. Contudo, tal governo de transição, falando verdade, nunca funcionou praticamente. A degradação política à qual chegou Angola, que se reflectiu no

---

uma via independente portuguesa para o socialismo e as forças que advogam a cópia de outros modelos, com a luta simultânea contra as direitistas e reaccionárias. Nas forças armadas e no povo, o programa do actual Governo era apoiado pela maioria. Dificuldades provocam os grupos da extrema-esquerda, [mas] informaram de que também o Partido Comunista era activo na criação de dificuldades ao Governo. A situação era muito complexa, embora o Governo procure resolver os conflitos sem o recurso à força. A ingerência externa é, salientaram, absolutamente presente e, particularmente, das duas grandes potências». Depois, que a Jugoslávia poderia ajudá-los: «a) que recebesse portugueses, principalmente jovens, para aprenderem como se chega às soluções nas suas condições; b) em seguida, que fosse o porta-voz de relações benevolentes dos países não-alinhados quanto a Portugal; c) igualmente, querem ter com a Jugoslávia as mais estreitas relações e cooperação», (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

<sup>1196</sup> Segundo este «Relatório», «durante o jantar, espontaneamente, também fez um brinde o membro do Conselho da Revolução, general Fabião, comandante das forças terrestres mais importantes. Ele falou, muito emocionado, acerca do exemplo e da inspiração que para eles representava a Jugoslávia, bem como a personalidade e a obra do presidente Tito», *Ibidem*.

<sup>1197</sup> AJ, 837, I-3-a, Portugal.

*não funcionamento deste governo, cresceu até conflitos cada vez mais violentos entre os movimentos de libertação em Angola, particularmente, entre o MPLA e a FNLA».*

Apesar do agravamento da situação política, acrescentou: *«paralelamente,[...] nós esforçamo-nos por contribuir para a reconciliação desses três movimentos através da criação de um exército nacional que pudesse assegurar a unidade dos três movimentos e, especialmente, a integridade territorial de Angola, que é hoje, mais do que nunca antes, ameaçada. Conforme o resultado dos nossos esforços para se chegar à formação de um exército nacional, chegou-se até à conferência de Nakuru entre os três movimentos de libertação, na base das sugestões e consoante os temas que nós dêmos».* Porém, após Nakuru, até ficaram mais convencidos de que era quase impossível o acordo entre os três movimentos, porque, *«todos os três movimentos manifestaram cada vez mais a tendência de assegurar o poder para si pela força das armas».*

Assim, nos últimos dois a três meses, um estado de aberta guerra civil caracterizava a situação política. Salientou:

*«Cada um desses movimentos dispõe de forças e tem influência em determinada zona (caso queira, podemos também mencionar essas zonas) e nos limites dessas zonas chegam até violentos conflitos entre certos movimentos. Por agora, pode-se dizer que há um equilíbrio indefinido de forças, sobretudo, entre o MPLA e FNLA. É um facto que o MPLA tem o controlo sobre a capital e que se expandiu a sua influência numa zona a sul da capital em direcção do interior, até determinados limites. Todavia, igualmente é um facto que a FNLA controla toda a região norte de Angola, começando a 50 km a norte de Luanda até à fronteira e que as suas forças infiltraram-se no interior de Angola. A UNITA controla Nova Lisboa, que é a maior cidade no interior e tem a posição mais importante nas diversas regiões do interior do país».*

Compreendia-se, segundo Melo Antunes, que a situação podia mudar de dia para dia. Não obstante, *«a relação de forças era ainda indefinida e havia razões para se acreditar que a FNLA dispunha de meios militares que poderia utilizar num dado momento, pressupondo-se que poderia utilizá-los nas vésperas da proclamação da independência».*

Perante essa situação, a posição de Portugal era a seguinte:

*«Nós ainda respeitamos o espírito do Acordo de Nakuru. Consideramos que é o único instrumento legal no quadro, no qual podemos tomar a sua posição quanto à situação em Angola. Embora muitos dos pontos do acordo estejam ultrapassados, existem três princípios que tencionamos manter: 1.) A data da proclamação da independência de 11 de Novembro, que respeitaremos até ao fim; 2.) O segundo princípio é que consideramos a unidade territo-*

rial de Angola como algo que se deve respeitar; 3.) O terceiro princípio é que continuamos a ser considerados como um interlocutor qualificado para todos os três movimentos de libertação».

Partindo destes princípios, Portugal tencionava convocar, «na próxima semana, a última reunião com os três movimentos de libertação e de convidar um certo número de países africanos que serviriam como uma certa espécie de intermediário para cada um dos movimentos de libertação». Esse número seria de «uns três países por cada movimento».

Após uma apreciação da situação política angolana por parte de Minitich,<sup>1198</sup> Melo Antunes disse-lhe:

«Deter-me-ia numa questão que colocou, isto é, se o MPLA está pronto a vir à conferência que propomos. Compreende-se, nós não fomos até à proposição de tal conferência sem prévia consulta com um certo número de países nossos amigos. Penso concretamente em Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

Sobretudo, nós contamos com eles para que esta conferência possa ter sucesso. Entretanto, a OUA decidiu convocar uma reunião, que designou por "Comissão para a Reconciliação", que se reuniu em Kampala com a presença da delegação de Portugal como observador. Esta comissão encontra-se, neste momento, em Luanda com o objectivo de examinar a situação no próprio lugar, ter contactos com os movimentos de libertação e de, novamente, encontrarem-se em Kampala e as suas conclusões apresentarem à OUA».

Em seguida, informou o seu interlocutor das dificuldades surgidas para se ajustarem as citadas iniciativas em curso, mas também da existência, entre certos países africanos, de uma certa desconfiança em relação à capacidade da OUA confrontar-se com as questões africanas, em particular, «nas condições em que se encontra[va] com o presidente Amin<sup>1199</sup> à frente desta organização».

Salientou que esperava a realização da conferência, tendo em conta «que, segundo a nossa apreciação, esta era a única maneira de se encontrar uma solução política e de assegurar-se a passagem do poder em Angola. Porém, não estava seguro que, realmente, a solução para todos os problemas se possa encontrar no quadro dessa conferência».

Ademais, era-lhe conhecida a posição do MPLA de que «não havia solução política e que a única solução teria de ser através das armas», sendo esta mesma tese defendida pela FNLA. A seguir, acrescentou: «Contudo, nós estamos convencidos que também depois do 11

<sup>1198</sup> Só citada neste documento.

<sup>1199</sup> O presidente do Uganda (1971-79), Idi Amin Dada, foi presidente da OUA (Jul./75-Jul./76).

*de Novembro a luta continuará e que se trata de uma guerra civil, embora aqui haja igualmente exemplos de intervenção estrangeira. Neste momento, o nosso único real problema é de que maneira efectuaremos a passagem de poderes. A respeito da sua verdadeira independência após a proclamação da independência, pensamos que é um assunto só de Angola e que a nós é só de lhes transferir o poder».<sup>1200</sup>*

Continuou por afirmar que era *«um facto que a Jugoslávia sempre deu apoio e ajuda ao MPLA»*, mas que era um assunto que não os inquietava, acabando por declarar o seguinte: *«inquieta-nos a ajuda cada vez maior que a URSS dá ao MPLA, do que tiramos a conclusão de que Angola se tornará o seguinte polígono de conflito das grandes potências. Compreendemos por que o ministro do Zaire lhe disse que Angola é um lugar de confrontação entre a URSS e a China. Isto é porque o Zaire é um posto avançado proeminente dos interesses imperialistas nesta parte da África, especialmente dos interesses dos EUA. O verdadeiro problema não é o conflito China-URSS, mas sim o verdadeiro problema da confrontação entre as grandes potências, concretamente entre a URSS e os EUA. Isto não falo abstractamente, mas sim tenho razões concretas para nisso acreditar»*.

Para concluir, Melo Antunes respondeu à questão — o que podia fazer a Jugoslávia para ajudar Portugal — que Minitich lhe tinha colocado e concluiu:

*«— Vós próprios assinalastes o caminho pelo qual poderiam ajudar. Tendes influência sobre um número de países africanos, também tendes influência sobre o MPLA. Pensamos que seria útil de influenciar o MPLA a tentar juntamente connosco a encontrar a solução, sendo isso que o MPLA deveria fazer uma aliança com a UNITA. Ele (MPLA) afirma que estão prontos para isso. Porém, na realidade, não estão preparados, embora o digam. A única solução seria a aliança do MPLA e UNITA, para depois disso eles tentassem juntamente isolar a FNLA e isso, em primeiro lugar, por meios pacíficos, e definitivamente por via militar, se isso for necessário. O MPLA é o único movimento em Angola que tem verdadeiros amigos em Portugal e isso, em particular, entre os dirigentes. Nós estamos conscientes do facto que o MPLA é o único movimento que pode assegurar um desenvolvimento progressista, democrático e verdadeiramente nacional em Angola. Contudo, os problemas não se podem resolver na base de amizades políticas ou afinidades ideológicas»*.

---

<sup>1200</sup> Voltou a mencionar esta posição, dias depois, em Belgrado, perante os jornalistas portugueses que acompanhavam a visita à Jugoslávia do presidente Costa Gomes (23-25/Out.). Na comitiva presidencial, além de Melo Antunes, encontravam-se ainda Pezarat Correia e Sousa e Castro.

### Mário Soares

Referiu que quando esteve em Belgrado, em Janeiro, a crise estava no princípio, mas que, desde essa altura, a confrontação se alargou e acrescentou: *«isto é, chegou-se até à divisão no Movimento das Forças Armadas. Além disso, somos testemunhas de dois aspectos da evolução da revolução — desde o 11 de Março chegou-se a uma aceleração do processo revolucionário e, por outro lado, restringiu-se a base social da revolução, pelo que o próprio processo revolucionário foi posto, em certa medida, em dúvida»*.

Depois, nesses meses, ocorreram ainda importantes mudanças no plano internacional e, em determinado momento, *«os EUA estimaram que Portugal mudava de campo, ou seja, que da aliança ocidental se aproximava cada vez mais do bloco oriental, e isso não no sentido de um neutralismo, mas sim no sentido da integração no bloco oriental. Por causa disso os EUA e a Europa Ocidental começaram-nos a criar grandes dificuldades no plano económico, e as dificuldades no plano económico podem agravar somente a situação de crise que se criou no próprio país, a qual se agravou também com a situação em Angola, Madeira e nos Açores»*. Igualmente, segundo o líder socialista, *«nessa altura, os EUA não intervieram. Para eles, essa evolução convinha-lhes. Eles consideraram que Portugal poderia ser uma vacina para os restantes países da Europa Ocidental. Todavia, desde então a situação modificou-se consideravelmente. Durante a Conferência de Helsínquia, Brejnev disse ao presidente da República Gomes que Ford lhe disse numa conversação que "Portugal é um país ocidental", e como Gomes nada lhe respondeu, então, Brejnev disse-lhe: "e eu respondi-lhe que tinha razão"»*.

Após Minitch ter comentado que *«isso era muito interessante. Não sei onde nos colocam»*, Mário Soares continuou: *«Nos últimos tempos, não pudemos desenvolver, infelizmente, as relações entre os nossos partidos e a Jugoslávia da forma como queríamos. Estivemos demasiado ocupados com os nossos problemas internos. A luta para manter a revolução num determinado caminho foi bastante esgotante. Porém, é nosso desejo de desenvolver relações mais estreitas possíveis, tanto com o PC da Jugoslávia, como a Aliança Socialista. Por isso, propus ao vosso embaixador que uma delegação do PCJ visitasse Portugal, ou uma nossa delegação [fosse] à Jugoslávia»*.

A seguir, o seu interlocutor jugoslavo apresentou algumas opiniões acerca do novo governo, às quais Soares respondeu: *«Aliás, falou sobre a necessidade de unidade em redor do novo programa de governo. Ademais, nós concordamos com isso. A nós, o Movimento das Forças Armadas propôs que formássemos um governo com predomínio dos socialistas. Isso, nós não aceitámos. Contudo, para que esse governo seja eficaz, o PC deve ter uma política*



*clara. Não pode estar na equipa de um governo e que, ao mesmo tempo, lute com todas as forças para o derrubamento desse mesmo governo em cuja composição se encontra».*

Atendendo a que, segundo a sua convicção, não havia «*alternativa mais progressista do que o actual sexto governo*» e, no caso de ser derrubado, «*podiam chegar as forças de direita, o que obrigaria as Forças Armadas a tomar as coisas nas suas mãos e que todo programa deslocar-se-ia para a direita*». Seguidamente, afirmou:

*«O PC quis que o MFA fi[zesse] a revolução. Sabe, isto é, rigorosamente, uma situação diferente à que houve na Jugoslávia, onde os "partizans", que venceram a guerra, tomaram o poder. Não se trata de um partido fora desse exército, que empolou esse exército para que ele fizesse a revolução por si. Este mesmo exército é o exército que conduziu a guerra colonial e que perdeu essa guerra na luta com os movimentos de libertação e que vive sob o complexo de um exército vencido, um exército derrotado. Tal progressismo de alguns chefes e eminentes personalidades do exército foi obtido demasiado rápido para que seja verdadeiro. Todos os chefes militares foram formados na época fascista, na época de Salazar e Caetano, e todos lutaram nas guerras coloniais».*

Se, até um determinado momento, o MFA foi uma arma obediente nas mãos do PCP, porém, quando «*viram que o povo se virou contra o PC, então também eles mudaram, de um momento para outro, a sua política em 180 graus. Esse mesmo Conselho da Revolução, que apoiava completamente o PC, depois da violência popular, virou-se contra esse mesmo PC. Quando o PC perdeu as suas posições no governo, quando o governo do Gonçalves caiu, igualmente, nessa altura, eles mudaram a sua política em relação às Forças Armadas*».

Assim, enquanto antes, o PCP apoiava essas forças armadas, nessa altura, «*abandonaram completamente essa canção e avançaram com outra tática*», que consistiu no seguinte: «*introduzir a luta de classe no MFA, ou seja, mobilizar os soldados contra os oficiais. Agora, falam: soldados unidos vencerão. Quer dizer, o soldado contra o sargento, o sargento contra o oficial, etc. Isto é uma política muito perigosa. Ela pressupõe a aliança com todas as forças extremistas de esquerda que estão muito divididas, onde predomina o espírito do anarquismo. Isto é uma política que vai para a criação de milícias populares, que prega que os trabalhadores e soldados devem roubar armas nas casernas. Mas, Lisboa de 1975 é diferente de Petrogrado de 1917. O resultado de tal política é um empurrão de todo o exército para a direita*».

Por um lado, para Mário Soares, havia um governo que era constituído pelas «*três principais forças em Portugal — os partidos socialista, comunista e democrata popular —, que ainda representa[va]m a grande maioria do povo português*» e, em seguida, declarou:

*«por outro lado, temos as tentativas de minar esse governo, tanto por parte dos soldados que se revoltam contra a disciplina e, dessa maneira, abalam a autoridade do MFA, mas também, por outro lado, pelas forças radicais de esquerda, que, do mesmo modo, movimentam o PC, com o objectivo de minar a autoridade do MFA. O que é mais difícil é que com a desorganização, tanto na base do exército como na base social, toda a vida económica do país está ameaçada. A reforma agrária começou muito mal. A situação na agricultura é muito má, de tal modo que se isto continuar, em breve, teremos de confrontar-se com a fome. Nada foi semeado, o gado foi abatido, as grandes propriedades foram colectivizadas, mas nada se trabalha, as grandes empresas estão impossibilitadas por que foram afastados os quadros especializados (engenheiros e quadros altamente qualificados) e as grandes empresas que davam grandes rendimentos (bancos, estaleiros navais, siderurgias) reduzem as suas contas e apresentam enormes défices que o governo português não está em estado de compensar. Actualmente, já temos 300 000 desempregados e 300 000 retornados de Angola. Até ao fim do ano, aguardamos mais 300 000 retornados de Angola, que estão instalados por todo lado em hotéis, pois não temos onde. E tudo isto paga o governo português».*

Porém, o agravamento da situação político-económica já provocava *«descontentamento no povo em relação à própria revolução e isto [era] uma coisa muito séria»*. Assim, *«para impedir a crise, para salvar a revolução, [era] necessário reforçar a autoridade do Estado e, antes de tudo, [era] preciso ajudar o governo»*. Daí, estimavam que *«a política do PCP de minar o governo»*, no qual, aliás participava, era uma política extremamente perigosa. *«Porque, caso tal governo for derrubado, isso significaria porta aberta para o regresso ao passado»*.

Em seguida, reafirmou que continuavam prontos para chegar a um acordo com o PCP, *«considerando que sem a nossa aliança não ha[veria] progresso para a revolução portuguesa»* e recordou o seguinte: *«quando se chegou à revolução em Portugal e quando Spínola nos convidou para participarmos no governo, nós dissemos que não participaríamos enquanto o PCP não fosse também convidado para participar. Agora, igualmente, o MFA e o Partido Popular Democrático propuseram-nos para formar um governo no qual não participariam os comunistas. Nós recusámos e dissemos que não podemos formar um tal governo sem a sua participação»*.

Para terminar, Mário Soares referiu a Minitch que, no plano internacional, tinha proposto a realização de uma conferência para examinar a questão da passagem para o socialismo, em particular, nos países da Europa Ocidental, com a participação de representantes dos partidos socialistas e comunistas de Itália, França, Espanha e Portugal. Acrescentando que

apesar de «*todos os partidos socialistas desses países aceitaram, os PC de Itália e Espanha aceitaram imediatamente, o PCF aceitou em princípio, mas com a proposta de que a composição da conferência se alargasse, todavia, o PCP recusou, e isso sob a desculpa de que somos uma força reaccionária de direita, e no plano interno eles convidam-nos a uma conferência com eles e as forças da extrema-esquerda. Confrontados com uma política tão contraditória, realmente, muito dificilmente podemos trabalhar*».

### **Álvaro Cunhal**

Após saudar M. Minitch e considerar que «*as relações entre o PCP e a LCJ, bem como entre o novo Portugal democrático e um país socialista como a Jugoslávia eram de grande importância para o futuro da evolução de Portugal*», salientou que essa visita seria «*um contributo para o aprofundamento das relações tanto entre os dois Estados, mas também entre os nossos partidos*».<sup>1201</sup>

Quanto a respeito da situação política, ela provocava uma séria preocupação e, para ele, «*a situação não estava nada estável. Em qualquer momento, podia-se chegar a mudanças na estrutura de poder. Pensava, tanto nas estruturas militares como na estrutura do próprio governo*».

Por isso, nessa altura, aquilo que se discutia na vida política portuguesa, era qual o caminho que deviam seguir e para onde ir. Havia forças que, segundo ele, «*gostariam de limitar os objectivos da nossa revolução*»,<sup>1202</sup> mas, no entanto, havia outras, essas nas estruturas do próprio governo — pensava concretamente no Partido Socialista — que desejavam «*anular esses resultados e que queriam reduzir o papel do Estado somente ao sector dos transportes e que desejavam impedir a reforma agrária*». Para Cunhal, esta era «*a essência do grande debate político*» que decorria em Portugal. Igualmente, «*alguns passos importantes foram feitos após o insucesso da tentativa do golpe de Estado do 11 de Março. Porém, depois disso, as forças reaccionárias conservadoras organizaram-se melhor, novamente partiram para o ataque e tinham de reconhecer que obtiveram determinados resultados*».

<sup>1201</sup> Igualmente, referiu que tinham «*muito boas relações com o vosso embaixador e penso que foi muito importante para nós que tenhamos a possibilidade da manutenção de contactos e relações com a vossa embaixada, ou seja, com o vosso representante aqui em Portugal*».

<sup>1202</sup> E acrescentou: «*eles querem instaurar entre nós um regime semelhante aos regimes como têm os países da Europa Ocidental, e há outros que nos dizem: não, isso não é possível. Nós desejamos efectuar a revolução e de caminhar em direcção do socialismo. Há alguns camaradas, até de PC de outros países europeus, que nos dizem: depois de 50 anos de ditadura, porque não se contentam com um regime que seja semelhante aqueles que existem nos países da Europa Ocidental. Nós desejamos as liberdades democráticas, nós somos partidários dessas liberdades e queremos defendê-las. Mas, queremos também que acabemos com o poder do grande capital. Já começámos com o derrubamento desse poder. Alguns passos já foram feitos nesse sentido*».

Descreveu, em seguida, ao seu interlocutor jugoslavo, esse período sem grandes pormenores<sup>1203</sup> e justificou a presença do PCP no VI Governo Provisório, começando por dizer que, entre os seus membros, estavam em número muito reduzido e tinham um papel modesto nesse governo. Contudo, estimava o seguinte: «[...] *é um governo que deseja fazer uma viragem à direita. O nosso partido e todas as forças revolucionárias de esquerda farão tudo o que possam para impedir esta viragem à direita. Nós estamos no interior do governo e de dentro lutamos contra esta viragem à direita e, por outro lado, num plano político mais largo, conduzimos a nossa luta nas ruas, nos quartéis, nas empresas. Quer dizer, a batalha continua e julgando por certos sinais, ela poderia agravar-se durante o próximo período. Agora, desenvolve-se um amplo movimento de massas operárias e camponesas, especialmente o movimento dos soldados*».

Achando que a respeito do governo, ambas as hipóteses eram possíveis — podia manter-se por bastante tempo ou cair de um momento para outro —, Álvaro Cunhal afirmou a seguir: «*conforme a nossa apreciação, a única maneira de fortalecer-se a orientação revolucionária é o reforço da corrente revolucionária, tanto no topo do MFA, como igualmente em outras estruturas de poder. Nós defendemos abertamente uma tal posição e, ademais, com ela saímos perante o Presidente da República, o primeiro-ministro e todas a personalidades com responsabilidades do país. Digo isto porque a política que conduz neste momento o governo português, não somente no plano interno, mas também no externo, pode não ser duradoura e pode chegar-se a mudanças bruscas nessa política*».

Nomeando, depois, as relações luso-jugoslavas, disse a Minitich que existia a possibilidade de uma posição bastante favorável quanto à Jugoslávia por parte tanto do ministro dos Negócios Estrangeiros (Melo Antunes) como do Comércio Externo (Jorge Campinos) e acrescentou: «*penso que o actual ministro dos Negócios Estrangeiros, que representa a corrente moderada, é um homem virado para o Terceiro Mundo e um certo número de países socialistas. Todavia, com as palavras que utilizam, eles fazem evidentes esforços para assegurar a confiança dos países capitalistas do Ocidente e, isso, segundo a nossa opinião, vai demasiado*

---

<sup>1203</sup> «Durante os últimos meses, as forças nas estruturas do governo — Partido Socialista e Partido Popular Democrático — jogaram um papel negativo, juntamente com certas forças de direita. Chegou-se à cisão nas forças democráticas no país. Isto relaciona-se tanto com as forças armadas como também com outras forças políticas. Contudo, como a direita nas forças armadas, em conjunto com os partidos socialista e popular democrático, não tinha força suficiente para vencer a esquerda revolucionária, ela foi obrigada a apoiar-se na direita reaccionária. Trabalharam nos preparativos de um golpe de Estado militar, que esteve muito próximo da execução. Embora o golpe militar não tenha tido êxito, todavia conseguiram afastar um certo número de forças revolucionárias de esquerda, em particular, do Movimento das Forças Armadas. Como resultado de um certo recuo das forças revolucionárias, chegou-se até à formação do sexto governo».

*longe. Aliás, são perseguidos para aceitar determinadas condições políticas para a «ajuda» dos países capitalistas no plano económico».*

Salientando que *«cada progresso no reforço das relações entre o Portugal democrático e a Jugoslávia podia continuar e que também seria vantajoso no caso de se chegar a uma mudança na situação interna em Portugal»*, Álvaro Cunhal comunicou ao dirigente jugoslavo do que diziam aos amigos dos países socialistas: *«contem com grande instabilidade na vida interna de Portugal. De repente, tudo pode virar, tanto para a esquerda, como para a direita. Reina uma grande instabilidade em Portugal. Todavia, consideramos que cada desenvolvimento das relações entre Portugal e a Jugoslávia, acordo que seja assinado, quer se trate de cooperação económica, cooperação cultural, trocas de tecnologia — tudo pode ser uma contribuição para os objectivos da nossa revolução».*

Retomando o tema do VI Governo Provisório, segundo a sua opinião, este não foi uma solução para Portugal porque esse *«governo foi o resultado de um retrocesso das forças progressistas de esquerda, como resultado de um golpe de Estado<sup>1204</sup> que de facto foi efectuado pelas forças armadas»*. Referiu-se ainda aos seus participantes, explicou a presença do PCP nesse Governo Provisório e falou dos seus objectivos e resultados.<sup>1205</sup> Entre estes últimos, mencionou *«uma plataforma comum que foi assinada por todos as forças, participantes no governo. Nessa plataforma, enumera[va]-se também a luta contra as forças contra-revolucionárias. Contudo, o governo não empreendeu qualquer medida para que isso se faça. Pelo contrário, conduz[ia-se] uma luta contra as forças revolucionárias no aparelho de Estado, tanto civil como militar. Os soldados e oficiais revolucionários eram afastados do serviço. Dissolv[ia]-m-se as unidades onde era forte a influência da esquerda, e o Partido Socialista participa[va] em todos esses esforços de afastamento das forças revolucionárias de todas as estruturas».*

---

<sup>1204</sup> Neste documento, não há qualquer outra referência ou comentário acerca desse golpe de Estado.

<sup>1205</sup> O que ocorreu foi *«que as forças reaccionárias direitistas nas forças armadas impuseram determinadas mudanças como também no próprio topo das forças armadas e no próprio governo. Nesta conspiração participaram, ou seja, jogaram um certo papel tanto o Partido Socialista, como o Partido Popular Democrático. Partindo do seu anticomunismo, estas forças conseguiram afastar tanto do topo do exército, como do governo, as forças revolucionárias de esquerda. Nós aceitámos a participar no governo somente porque a alternativa era um governo ainda mais de direita. Contudo, este governo não deu resposta nem a um problema, nem está em posição de dar resposta a qualquer que seja dos nossos problemas. O novo governo afirmou que depois da sua formação — junto à actividade das correntes moderadas no MFA, com o apoio dos partidos socialista e popular democrático — reinaria a paz e a ordem no país e na economia. Todavia, nada disso foi realizado. Estas forças aceitaram somente a participação do PC no governo porque para o Partido Socialista seria muito difícil de fazer parte de um governo em que o PC fosse oposição. Porém, cometeram um erro, porque não calcularam bem a relação de forças como era no momento do afastamento de Gonçalves do poder».*

Além disso, acerca desses objectivos do PS, acrescentou: *«aquilo que eles querem em Portugal é precisamente o sistema da democracia burguesa, e isso não é a plataforma para a qual queremos lutar. Na nossa revolução, que apesar de todas as dificuldades chegou longe, não estamos prontos para capitular perante a burguesia. A plataforma que podemos aceitar não pode ser a plataforma da democracia burguesa. Nós estamos prontos para cooperar com o Partido Socialista, mas somente numa plataforma que abraisse caminho para um verdadeiro desenvolvimento socialista no país».*

Para terminar esta *«nota estenográfica»*, seguiu-se este diálogo acerca das relações PS-PCP e do VI Governo Provisório, surgido de duas perguntas do ministro jugoslavo:

— *«Minitch : Mesmo antes da chegada aqui, tive uma conversação com o Sr. Soares. Uma tese muito semelhante ouvi dele quanto ao PC — que o Partido Socialista está pronto para a cooperação e isso numa plataforma de uma transformação socialista.*

— *Cunhal: Isso fala para vós, porque vêm dos países socialistas e, então, faz um discurso socialista. No entanto, podem estar seguros de que fala totalmente de outro modo quando se dirige aos representantes dos países capitalistas. A eles, diz: "Nós fazemos tudo o que é possível para afastar os comunistas do Poder. Apesar disso, não é ainda possível na situação interna em Portugal. Nós fazemos tudo que restitua a confiança do capital, mas é preciso ter em conta a situação interna de Portugal". Muito mais importante que as plataformas escritas são as obras, e a sua concreta política no governo é o afastamento de todas as forças revolucionárias, em particular, dos comunistas de todos os lugares de responsabilidade. Isso faz[ia-se] por todo lado.*

*Em relação à reforma agrária, é a mesma coisa. Acerca dos bancos privados, a mesma coisa. Agora, receberam no governo o Ministério das Finanças. A sua primeira acção foi de afastar toda a administração do Banco Nacional e isso sob a acusação que eram comunistas. Neste momento, o tempo é de caça às bruxas, mas não de reaccionários, mas sim a nós, comunistas. Igualmente, isto vale para o Ministério do Trabalho, Ministério da Educação — onde quer que haja algum comunista num cargo importante, ele é afastado. Desta maneira, eles dão apoio aos reaccionários, tanto nas estruturas militares como nas civis.*

*Se desejam ir connosco, nós estamos prontos para uma tal cooperação, mas se querem lutar contra nós e de afastar-nos de todas as posições, isso não podemos aceitar. Primeiramente, o que tem de fazer o Partido Socialista, caso deseje estabelecer connosco laços de cooperação, é de revidar a sua política e de suspender a colaboração com a direita e isso no plano militar, político e social. Caso deseje colaborar com as forças reaccionárias e isso contra os comunistas, contra os trabalhadores, contra as forças populares para recuperar a*

*confiança dos capitalistas e imperialistas, nós não podemos concordar com isso. Isto que falei diz respeito ao Partido Socialista, com quem nos esforçamos a manter, porém, uma porta aberta para a cooperação. Quanto ao Partido Popular Democrático — isto é a reacção absoluta. Igualmente, isto é a reacção dentro do governo que se chama a si própria anti-reaccionária. Os fascistas não podem ter abertamente o seu partido em Portugal, mas eles estão presentes no quadro do Partido Popular Democrático, como também no socialista. De resto, eles conduzem uma luta aberta contra os comunistas e o seu "slogan" é que não querem nem um único comunista.*

— *Minitich: No entanto, sentam-se juntos no governo.*

— *Cunhal: Porque seria difícil para eles saírem do governo e, nas actuais condições, é difícil haver um governo em Portugal sem comunistas. Em geral, caso sairmos do governo, ele não pode manter-se. Não fazemos isso, porque nesse caso chegaria um governo ainda mais de direita. Todavia, além disso, para eles é muito arriscado afastar os comunistas do governo, pois estão conscientes de um amplo movimento de massas e podiam encontrar-se numa situação que nem para eles seria segura.*

*No que diz respeito às forças da extrema-esquerda, consideramos que elas jogam o jogo das forças da direita, especialmente uma parte. Contudo, noutra parte, há gente que deseja mudanças progressistas e progressivas.*

*É interessante que são os grupos que estão ligados à reacção da direita, ligados estão com o Partido Socialista. O grupo que mais se dedica ao terror está precisamente ligado ao Partido Socialista, utilizando o Partido Socialista para ataques e pogrons aos comunistas no país.*

*Nas forças da extrema-esquerda há tudo e de tudo. Existem 2-3 grupos das forças de extrema-esquerda que mantemos colaboração com eles, mas ademais há outros grupos que são adversários manifestos da transformação revolucionária».*

### **Sá Carneiro**

*Começando por dizer que «depois do 25 de Abril foram criadas as condições para uma cooperação multifacetada» entre Portugal e a Jugoslávia, referiu a seguir que a experiência jugoslava, no plano interno (a existência de «algumas unidades autónomas no quadro da federação») como na política externa (o não-alinhamento), falava «a favor da aproximação não só entre os povos de Portugal e Jugoslávia, mas também entre as forças políticas dos dois países».*

Após afirmar que a Jugoslávia tinha «*tantos habitantes como Portugal*,<sup>1206</sup> *embora formada por algumas unidades associadas*», elogiou o seu interlocutor<sup>1207</sup> e descreveu o PPD como «*o único partido social-democrata em Portugal, o segundo partido mais forte em base dos resultados eleitorais, com uma pequena diferença do primeiro, o Partido Socialista, e com uma grande diferença em relação ao terceiro partido — o comunista*». Salientou, em seguida, a sua «*particular responsabilidade pelo seguinte desenvolvimento da revolução em Portugal*» e mencionou alguns dos seus objectivos políticos e sociais.<sup>1208</sup>

Agradecendo o interesse de Minitch pela actual situação de Portugal, disse-lhe que lhe dedicaria «*algumas palavras e seria bastante sincero*».

Começando por dizer que, naquele momento, «*as condições para a concretização de um socialismo democrático em Portugal esta[vam] ameaçadas*», acrescentou que, «*pela primeira vez, o sexto governo se fundamenta[va] num determinado e preciso programa, que recebeu a confiança e apoio de todos os grupos dirigentes do país — Partido Socialista, o nosso partido e Partido Comunista. Todavia, este governo não podia cumprir a sua missão fundamental e isso [era] a criação de condições para a verdadeira democracia, caso não goz[asse] tanto do apoio político como do militar, ou seja, um total apoio do MFA*».

Porém, além do PCP ameaçar com as suas acções «*a força política deste governo, que considera[va]m a última oportunidade para a instauração da verdadeira democracia em Portugal*», estava empenhado fora do VI Governo Provisório, em que estava representado, «*numa oposição muito forte com a sua eficaz actuação*». Seguidamente, acrescentou: «*na insistência do Partido Socialista foi possibilitado ao Partido Comunista estar representado no novo governo, ao que, aliás, nos opusemos. Nós consideramos que o PC de Portugal, que está estreitamente ligado à URSS, vai por isso para apoderar-se, não importa se pela força,*

<sup>1206</sup> Um dado estatístico errado (no censo de 1971, a Jugoslávia tinha 20,5 milhões de habitantes e, em 1975, Portugal 9,6 milhões) e o sistema federal jugoslavo era formado por repúblicas e regiões autónomas.

<sup>1207</sup> «*Penso que a sua experiência como combatente, revolucionário e homem político que ocupa funções de responsabilidade no Estado jugoslavo, torna-vos a personalidade adequada para nos dar conselhos quanto ao desenvolvimento do nosso país, como também para nos aconselhar de qual maneira poderíamos trabalhar na aproximação e promoção das relações entre os dois povos [...e] os nossos dois Estados*».

<sup>1208</sup> «*[...] pelo reforço da democracia pluralista e criação de um desenvolvimento estável em Portugal, criação de uma sociedade socialista estável em condições de liberdade e conforme o modelo da social-democracia. Nós não queremos reproduzir nenhum modelo que existe em diversos países europeus, mas queremos de cada um desses modelos ficar com aquilo que nos pode ser útil para a construção do próprio modelo de sociedade, o qual deverá conciliar a liberdade com igualdade de direitos para todos. Para nós, o socialismo não é um fim só por si próprio, mas sim um meio para que o homem se liberte de todos os géneros de dominação e imposição. Segundo nós, não pode haver verdadeira democracia sem socialismo, mas nem verdadeiro socialismo sem democracia*».



*do poder com o fim da concretização dos dois objectivos básicos da URSS: o primeiro objectivo está quase realizado, e isto é o controlo da URSS sobre as ex-colónias portuguesas. Moçambique está orientado mais no sentido pró-soviético do que pró-chinês. Podemos considerar que também a Guiné-Bissau como as Ilhas de Cabo Verde já se encontram na órbita soviética. Em Angola, somos testemunhas da fase final de uma luta militar muito violenta, como uma batalha tanto diplomática, como política para que Angola se deixe a um dos movimentos de libertação, ou seja, ao MPLA».*

Referindo-se ao «segundo objectivo da actuação do PCP e da estratégia soviética», este seria, na sua convicção, a tomada do poder em Portugal. Assim: «caso realize tal objectivo, então receberá uma plataforma no Oceano Atlântico, o que será o ponto de passagem para o controlo do Mediterrâneo e da maior parte da Europa por parte da URSS. Caso nisso tiver sucesso, isto significará a concretização dos objectivos de uma corrente à frente da qual se encontra Suslov, que vai para a tomada do poder por meios revolucionários na maioria dos países europeus, utilizando as crises com que, actualmente, o chamado mundo ocidental se debate. Apesar da Declaração de Helsínquia, apesar das declarações tranquilizadoras de Brejnev que está orientado para a "détente", parece que a URSS tem outras forças que aconselham o PCP para continuar pelo caminho da tentativa da tomada do poder por meios não democráticos».

Por essa razão, apesar de serem «como partido, partidários da "détente" e da cooperação entre todos os países europeus, não [podiam] subestimar os riscos que esta estratégia representa[va] para a Europa e mundo». Quanto a uma solução para os ameaçados países mediterrânicos mencionou o não-alinhamento, mas falou igualmente das possíveis consequências de um «predomínio dos comunistas em Portugal».<sup>1209</sup>

Atendendo a que essa «política de dominação p[unha] em questão a liberdade, que Portugal conseguiu após a revolução, e em dúvida a possibilidade da instauração de uma verdadeira democracia», descreveu depois ao seu interlocutor aspectos e objectivos da actuação do PCP.<sup>1210</sup>

<sup>1209</sup> «Segundo a nossa opinião, os países da bacia mediterrânica deveriam conduzir uma política não-alinhada, uma política de neutralismo internacional, de não-alinhamento. O não-alinhamento dos países mediterrânicos com os blocos representa, na minha opinião, a única garantia para a "détente" na Europa. Penso que uma estratégia soviética como esta põe em dúvida a independência não só dos países mediterrânicos como também a Europa na sua totalidade. Pois, no caso de se concretize o predomínio dos comunistas em Portugal, então os dois seguintes países que cairão sob a órbita soviética seriam a Espanha e Marrocos, o que significaria o controlo soviético sobre Gibraltar e isto significaria o primeiro passo para o predomínio no Mediterrâneo».

<sup>1210</sup> «Com os seus métodos não democráticos, os comunistas conseguiram controlar, em Portugal, o aparelho administrativo e quase todos os meios de informação. Embora, pelos resultados eleitorais sejam um forte partido minoritário, todavia tem uma forte influência no aparelho de Estado, meios de informação e poderes locais.

A seguir, salientou que estavam «*completamente conscientes das dificuldades da hora*» que viviam e acrescentou:

«*Não estão ameaçados só a democracia e a liberdade em Portugal, mas também está ameaçada a própria independência do país. Contudo, nós temos esperanças, apesar de tudo, de que não só o povo de Portugal, mas ainda as forças políticas, em particular o Partido Socialista e o nosso, juntamente com o forte e sábio apoio do MFA, estarão em posição de impedir o perigo em que, actualmente, Portugal se encontra. Por isso, estamos muito interessados no reforço da cooperação com outros partidos que, igualmente, aspiram a um desenvolvimento independente, porque consideramos que só com a acção própria, juntamente com a apoio e compreensão de outros partidos, poderemos evitar os próprios perigos e assegurarmos os objectivos da democracia. Por isso, consideramos que não é suficiente que só os órgãos do poder, ou as forças armadas tenham contactos com parceiros estrangeiros, mas é necessário que também as forças políticas participem nesses contactos*».

Para concluir, voltou a realçar a importância da visita de Minitch porque abriu oportunidades e que estavam preparados para as «*utilizar na instauração e fortalecimento das relações entre os povos dos nossos dois países e dos nossos partidos*».

Segundo a sua apreciação, «*Moçambique, Guiné-Bissau e Ilhas de Cabo Verde esta[vam] no bom caminho, caso desejem juntar-se aos não-alinhados e conduzir uma política de não-alinhamento*». Por seu lado, dariam «*um total apoio aos esforços desses países para irem pelo caminho do não-alinhamento como aos esforços de Angola, no caso de optar por tal caminho*». Não obstante, preocupavam-se um pouco com «*o aumento da influência soviética nesses países*».

Depois, Sá Carneiro afirmou «*que a Jugoslávia deu o melhor exemplo como um país pode opor-se a uma influência demasiado grande de um só país e de orientar-se para uma cooperação variada com todos os países*». Estimando, por fim, que isso foi «*uma grande prova de realismo*» e, por essa razão, desejariam seguir esse caminho.

---

*Actualmente, procura reforçar as suas posições no MFA, a fim de reforçar aquilo que conseguiram no plano civil e a fim de assegurar que Angola seja entregue efectivamente ao MPLA. Agora, somos testemunhas de acções subversivas que têm como fim o de manipular as reivindicações dos soldados e trabalhadores de forma a ameaçar as bases do actual poder em Portugal e provocar a queda do sexto governo. Como falhou-lhes a tentativa de dominar o aparelho militar através da nomeação do general Gonçalves para chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, agora passaram para dominar o exército pela base, fomentando nessa base a indisciplina, anarquia e subversão».*

Para terminar, disse que eram «*a favor do fim da política de blocos [e que] a China podia jogar um papel muito importante nos esforços para pôr fim à divisão de blocos. Pensavam que o presidente do governo jugoslavo*<sup>1211</sup> *se encontrava nesse momento na China*».

Devido a que, na sua resposta, Minitich se referiu a alguns aspectos da política jugoslava quanto aos dois blocos e à China, Sá Carneiro respondeu-lhe: «*nós desejaríamos que esta fosse também a política de Portugal. Tendo em vista, que temos grandes dificuldades económicas, não quereríamos que a necessidade da solução dessas dificuldades nos obrigasse a cair sob a influência de uma grande potência ou de um bloco*». Acrescentou que desejavam «*transformações essenciais em Portugal, mas não desejaríamos que isso fosse pelo preço do sacrifício das liberdades democráticas*».

Retomando o tema das relações luso-jugoslavas, realçou a importância do restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países<sup>1212</sup> e agradeceu a visita de Minitich, esperando que ela abrisse «*o caminho para uma cooperação mais estreita com a vossa embaixada aqui, e caso se apresente uma oportunidade para visitar a Jugoslávia, que infelizmente não conheço, estejam seguros que aproveitarei tal oportunidade com muito gosto*».

### III.5-2— Visita de Costa Gomes à Jugoslávia

A seguir a algumas propostas e adiamentos,<sup>1213</sup> a visita oficial à Jugoslávia do presidente Costa Gomes começou, em Belgrado (23/Out.) e terminou, passados dois dias, em Rieka. A sua primeira conversaçãõ com o presidente Iosip Broz Tito teve lugar, algumas horas após a chegada, no Palácio Branco, na capital jugoslava. Estiveram presentes «*Vladimir Bakaritch*,<sup>1214</sup> *Djermal Búieditch, Miloche Minitich e Andjelko Blajevitch*<sup>1215</sup> *e também o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Melo Antunes*».

<sup>1211</sup> Essa visita de Djermal Búieditch, presidente do Conselho Executivo Federal, efectuou-se de 6 a 12 desse mês de Outubro.

<sup>1212</sup> «*É para nós muito estimável que as relações entre Portugal e Jugoslávia se estabeleçam de novo, tanto mais que elas não foram nem totalmente rompidas. Além disso, como um dos primeiros países não-alinhados que restabeleceu relações com Portugal, a Jugoslávia jogou um grande papel em relação a outros países para procederem da mesma maneira*».

<sup>1213</sup> Se, em meados de Junho, Stoíakovitch comunicou ao SFNE uma proposta oficial do Governo português para que essa visita fosse «*em Julho ou mais tarde até Dezembro desse ano*», somente, três meses depois (26/Set.) pôde informar de que o presidente Costa Gomes tinha aceiteado a data proposta (23-25/Out.).

<sup>1214</sup> Vice-presidente da Presidência da RSF da Jugoslávia.

<sup>1215</sup> Era, no Gabinete do Presidente da República, o conselheiro para questões de política externa e foi o autor da «*Nota*» acerca das conversações Tito-Costa Gomes (AJ, 837, I-3-a, Portugal).

Além dos citados documentos, há muitos outros acerca da organização desta visita, desde programas, lista de convidados a ementas das refeições e informações como «*ao Presidente Costa Gomes seriam prestadas as honras habituais, pelo que se esperava que durante a passagem através Belgrado estará assegurada a presença de cerca de 60 000 cidadãos*». Igualmente, os 12 membros da delegação jugoslava<sup>1216</sup> terão recebido uma «*Informação acerca de Portugal e as Relações Jugoslavo-Portuguesas*», o relatório da visita de Minitch a Portugal, os «*Dados biográficos do Presidente Gomes e do ministro dos Negócios Estrangeiros Antunes*» e «*Breves dados biográficos de algumas personalidades da comitiva do Presidente Gomes*».<sup>1217</sup>

#### «**Informação acerca de Portugal e as Relações Jugoslavo-Portuguesas**»

Devido a ter sido escrito a partir «*de materiais do SFNE*», este primeiro documento<sup>1218</sup> é não só um bom resumo das posições assumidas pela diplomacia jugoslava a respeito da situação político-militar portuguesa e angolana, mas também um exemplo da documentação ao dispor dos membros da delegação jugoslava nesta que foi a primeira visita de um chefe de Estado na história das relações entre os dois países.

Começando por uns «*Dados Gerais*» acerca de Portugal (História, Geografia e Economia), a sua seguinte «*Situação Interna*» trata dos seus «*últimos meses, em que foi marcada pelo aumento dos confrontos entre determinadas estruturas (partidos — em primeiro lugar, o socialista e o comunista, a seguir o MFA, o Governo e outros)*». Depois, a evolução dos acontecimentos confirmou que se tratava «*de uma profunda crise resultante das relações instáveis das forças internas como também duma constante ligação entre os factores internos e externos*», que tiveram por objectivo dirigir o futuro de Portugal no «*sentido de uma "democracia pluralista" pró-ocidental ou numa direcção do "lager",*<sup>1219</sup> ou até dum conceito ultra-esquerdista, expresso por meio da palavra de ordem da "luta revolucionária de classe"».

<sup>1216</sup> Os seus restantes 7 membros eram os seguintes: dois ministros (os secretários federais da Defesa e do Comércio Externo); o vice-presidente da Assembleia da RSFJ; dois funcionários superiores do SFNE; o chefe do GPR e o embaixador Milan Stořakovitch.

<sup>1217</sup> Estela Gomes, Pezarat Correia, Sousa e Castro e Fontes de Melo, (AJ, 837, I-3-a, Portugal).

<sup>1218</sup> Este documento (18/Out.) tem 19 páginas devido ao tamanho do tipo de letra e a um número inferior a uma dezena de palavras por cada uma das suas 30 linhas em média por página. Igualmente, era este o formato da grande maioria da documentação dactilografada para o presidente Tito.

<sup>1219</sup> Palavra alemã (campo, acampamento, etc.) já citada que passou a designar o «*bloco socialista*» no vocabulário político jugoslavo, durante e após a crise do Cominform (1948-53), embora fosse, nesses anos setenta, pouco utilizada, pelo menos, nos meios da comunicação social jugoslava.

Igualmente, as tendências para a realização desses objectivos reflectiram-se em situações instáveis e dramáticas, quando determinadas estruturas tiveram «*um predomínio eventual sobre os outros, caracterizando-se pela dispersão do poder e autoridade, pela falta de conceitos firmes e realistas, assim como por uma série de situações de crise sucessivas*».

Segundo esta «*Informação*», nessa altura, a fase da crise existente resultou «*directamente do esforço dos factores ultra-esquerdistas no MFA para que o conceito da "democracia pluralista" fosse substituído por um certo tipo de "democracia directa"*». Dessa forma, dever-se-ia «*diminuir a influência dos partidos políticos e tornar o MFA na força política dominante que se apoiaria em "órgãos apartidários"*». Tratava-se da aspiração de que «*o poder se concentrasse nas mãos do PCP e naquelas forças esquerdistas radicais*» que eram suas aliadas.

Ao passo que, «*antes existiam divisões e confrontos entre determinados partidos, sobretudo entre o PCP e o PS*», no período mais recente (especialmente, antes da formação do VI Governo), chegou-se até a «*uma diferenciação tanto no interior dos próprios partidos como no MFA e no exército*». Desta maneira, foram bastante enfraquecidos aqueles factores que, em Portugal, se afirmaram e se comportaram como os portadores e a garantia das mudanças progressistas. Sem embargo, tendo em conta que, «*na relação de forças, nenhuma das estruturas tinha uma expressiva superioridade, no topo do poder procurou-se uma saída em soluções de compromisso e transitórias*», mas sem conseguir assegurar a concentração e a ligação de amplas forças e uma evolução das mudanças democráticas.

Nesta situação, além das dificuldades económicas do país «*(elevada taxa de inflação, desemprego, diminuição das receitas do turismo e das remessas dos emigrantes) que tiveram uma influência bastante negativa*», os confrontos em Angola entre os três movimentos ameaçavam provocar uma guerra civil e, cada vez mais, «*reflectiam-se nos acontecimentos em Portugal (repercussões económicas, regresso maciço de refugiados portugueses, cuja presença representava também um problema político)*». Outro problema representava já «*o aparecimento, cada vez mais notório e violento na cena política, de forças conservadoras e da histeria extremamente reaccionária (ataques às sedes do PC, etc.)*», o que podia ser o começo do «*perigo da formação de forças de choque da direita reaccionária*».

Relativamente ao comportamento dos dois partidos mais antagónicos e importantes (PCP e PS), chegou-se a seguir a certas mudanças. O primeiro «*mostrou uma relativa disposição para encontrar possibilidades de entendimento com o PS*», enquanto, este último, «*embora tenha mostrado certos sinais de elasticidade, continuava a manter uma inflexível e intolérante relação quanto ao PC*».

Numa menção seguinte aos programas políticos propostos pelo MFA e o CR, este documento mencionou *«um que aspirava à criação da "democracia directa", ou seja, a eliminação dos partidos políticos e a constituição de órgãos político-administrativos de base e um segundo programa ("dos nove") [...], que pressupunha uma progressão das mudanças socialistas, pluralismo, permanência nas alianças ocidentais e evitar qualquer radicalismo»*. Igualmente, considerou-se que as quatro correntes militares, existentes no quadro do MFA, procuraram uma saída num acordo entre si e na possibilidade de entrada dos seus representantes no novo governo, ao passo que *«a formação do novo CR com 24 membros e o seu alargamento com a reentrada de M. Antunes e Alves, que foram os principais adversários de Gonçalves, [...] representaram um desvio para uma linha mais "moderada"»*.

Perante esta situação, *«o almirante Azevedo insistiu que as quatro tendências estivessem representadas no Governo para assegurar a coesão e um maior poder militar»*, sem tomar em conta as divergências interpartidárias, mostrando uma *«orientação para a resolução dos problemas portugueses através de um MFA unitário e eficaz»*. Do mesmo modo, esta aspiração para um certo compromisso político foi apontada pela concepção do presidente Costa Gomes, segundo a qual *«a saída da crise portuguesa dever-se-ia procurar numa total cooperação entre os grupos militares e os três principais partidos políticos»*.

Outro aspecto da situação política portuguesa, nesses meses, foi *«a ingerência externa e a presença de certos interesses estratégicos e táticos de determinados países, em primeiro lugar, dos EUA e da URSS»*, onde chegou e continuou a sua rivalidade e confrontação, *«apesar do seu acordo mútuo acerca de outras importantes questões ligadas ao processo da "détente" na Europa»*. O elemento da pressão externa foi também *«o adiamento da prestação da ajuda prometida e dos créditos da CEE com condições políticas»*.

No tocante ao resultado do citado compromisso entre os três partidos políticos com *«a pressão decisiva dos círculos militares, principalmente, os do exército»*, foi decidido *«uma gradual passagem para o socialismo»* com o conhecimento de que *«o país se encontrava à beira da guerra civil»*, chegando-se, em Setembro, à formação dum *«governo "de unidade nacional"»*, presidido pelo almirante Pinheiro de Azevedo. A seguir esses partidos (PS, PCP e PPD) aceitaram o programa de 10 pontos do governo,<sup>1220</sup> antes publicado, em que se definiram os princípios do novo governo.

---

<sup>1220</sup> Segundo este documento, entre os mais importantes, no plano interno, estavam *«a independência nacional, o socialismo e o pluralismo democrático, a defesa da revolução e as suas conquistas, o reforço da democracia local e regional, e a implementação dum forte poder revolucionário»*.

Após uma menção à composição do VI Governo, neste documento do SFNE salienta-se que foi «*um governo cuidadosamente equilibrado*», podendo-se dizer que, «*basicamente, reuniu as principais correntes políticas, predominantemente progressistas*». Olhando, «*no seu conjunto, houve uma interrupção do movimento descontrolado para a esquerda*», mas acrescentava-se a seguir que «*o novo governo, pela sua composição, assegurava um curso progressista e poderia impedir uma penetração mais forte das forças direitistas*». Ao mesmo tempo, com a sua formação, «*foram criadas as condições para o início de uma gradual resolução das candentes questões internas*».

A respeito do MFA, do mesmo modo, «*este órgão foi então definitivamente constituído*», estimando-se que no Conselho da Revolução se encontravam «*sete membros do chamado grupo "dos Nove" de Antunes*» e, desse modo, foi reforçado «*o grupo dos "moderados" à custa dos orientados radicalmente à esquerda*». Porém, «*a presença do grupo dos progressistas continuava bastante forte no CR*» e a ter as mesmas posições do Programa do MFA como era «*o caso com o grupo próximo do presidente Gomes*». Quanto à influência do PCP, esta «*foi reduzida a dois ou três membros da Marinha*». Assim, «*em geral, podia-se considerar que esta composição do CR era mais independente, ou seja, menos sujeita às influências dos partidos*».

Todavia, apesar dos esforços do novo governo para actuar eficazmente e com mais autoridade, surgiram novos problemas que indiciavam que o VI Governo iria encontrar, nas suas actividades, uma série de dificuldades<sup>1221</sup> que podiam pôr em perigo não só a sua existência, mas também «*o rumo do futuro desenvolvimento interno do país, onde o maior perigo continuava ainda a representar a possibilidade de um golpe da direita*».

Num terceiro ponto, intitulado «*Política Externa*», Portugal tinha, depois do derrubamento do fascismo, quatro grandes objectivos que seriam os seguintes: «*a descolonização como o problema fundamental e um dos pressupostos das mudanças democráticas internas e do desenvolvimento progressista; o processo do estabelecimento e reforço das relações com o chamado "Terceiro Mundo" como parte integral da plataforma da política externa do novo regime; estabelecimento e desenvolvimento da cooperação com os países socialistas; e prolongamento da filiação na OTAN e continuação da cooperação com a CEE*».

---

<sup>1221</sup> Citando, as seguintes: «*obstrução indirecta do PCP e dos democratas populares; indisciplina nas fileiras das Forças Armadas; novamente agrupamento e radicalização de grupos de trabalhadores e militares de esquerda; actividade subversiva da direita; posse de armas por parte da direita e da esquerda; apelos à greve do PC; a difícil situação económica e o brusco agravamento da balança de pagamentos; etc.*».

De mais a mais, a sua posição internacional esteve sujeita, todo este período, aos efeitos de duas tendências: *«a ocidental, que defendia uma "democracia pluralista" para Portugal; e a do "lager", que apoiava a realização da "luta revolucionária de classe"»*.

No caso português, houve, *«por parte da social-democracia europeia, uma sincronização da actividade pela linha estatal e partidária como foi raro em qualquer outro caso no pós-guerra»*, assumindo assim o papel do factor decisivo na aplicação, em Portugal, da variante ocidental da *«soberania limitada»*. Nesse sentido, esteve presente a sua *«actividade sincronizada com os EUA, OTAN e CEE»*.

Embora parecesse que o novo governo de Pinheiro de Azevedo correspondia às intenções básicas do Ocidente, uma das provas que confirmou *«essa aceitação ocidental das suas mais recentes mudanças foi que, em breve, se chegaria ao desembargo da ajuda económica e outras da CEE a Portugal»*. Contudo, salvo os esforços para manter boas relações com a CEE, Portugal assinou com os países socialistas inúmeros acordos de cooperação em diversas áreas, mas procurando ter equilibradas relações interestatais com o Ocidente e o Leste.

Segundo esta análise do SFNE, com a formação deste governo e *«o começo dum processo de estabilização interna, podia-se esperar ainda um reforço da actividade de Portugal no plano da política externa»*. Deste modo, passaria gradualmente de um período, em que foi só objecto nos acontecimentos políticos, para um outro em que se tornaria, cada vez mais e firmemente, sujeito nas relações internacionais. Neste esforço, iria *«alargar ou intensificar igualmente o seu interesse por alguns dos problemas mundiais mais importantes, além daqueles em que, até então, esteve mais envolvido (a descolonização)»*.

Apesar de, nesse momento, não ter uma plataforma mais elaborada acerca da política externa, o novo governo respeitaria dois dos dez princípios de Azevedo, os quais, de acordo com as suas palavras, seriam *«a defesa da paz internacional e a cooperação com todos os povos»* e *«de modo concreto, a continuação da descolonização»*. Assim, um dos primeiros passos em direcção a essa cooperação foi *«a visita da delegação do MFA à Suécia, tendo à sua frente o membro do CR, Rosa Coutinho, como a visita do presidente Gomes à URSS e Polónia»*.

Podia-se esperar que, nesta fase, as preocupações mais prementes e fundamentais de Portugal estariam, no plano da política externa, mais ligadas à conclusão da Descolonização, à sua presença na OTAN e às relações com diversos países — desde *«os EUA e os países da*



*Europa Ocidental*» à «URSS e os países da Europa Oriental» e aos «países não-alinhados mais importantes». <sup>1222</sup>

Salientando «o resultado da luta de libertação e dos movimentos independentistas» e por ter sido «consequente com a sua proclamada política de descolonização», Portugal realizou a descolonização com a concessão da total independência a quatro colónias, enquanto, no acordo com os três movimentos angolanos, ficou prevista a independência de Angola para o próximo dia 11 de Novembro. Perante o alastramento da guerra civil, o governo português esforçava-se com uma série de medidas paliativas melhorar a situação, «esforçando-se não se envolver nos conflitos, considerando igualmente que não deveria entregar o poder somente ao MPLA, mas sim aos representantes dos três movimentos». Entre os seus passos mais recentes para, pelo menos, tentar apaziguar essa situação, foram mencionados «os apelos ao Secretário-Geral da ONU e a todos os chefes de Estado dos países vizinhos de Angola para expressar o máximo de cooperação», assim como à OUA. Por fim, segundo uma «avaliação dos portugueses, Angola tornou-se num centro dos conflitos das grandes potências».

Noutra referência, «a questão de Timor, onde também uma furiosa guerra civil entre movimentos de libertação rivais (UDT e Fretelin) representava outro dos principais problemas da política externa portuguesa» para o qual ainda não fora encontrado uma solução adequada. Com a internacionalização desta questão (Indonésia e Austrália), a situação tornou-se mais complicada.

Tendo em conta que, «consequentemente e com rigor, Portugal levou a cabo a descolonização», esse facto iria representar uma importante ajuda para os seus «futuros esforços por uma participação activa no plano da política externa».

Por essa razão, Portugal dava um grande significado à política de Não-Alinhamento, o que se manifestou na sua participação na qualidade de convidado, em Lima, na Conferência Ministerial dos Países Não-Alinhados. Ali, o representante português, almirante Rosa Coutinho, disse que chegaria «o dia, quando Portugal pedirá a admissão no Movimento dos Não-Alinhados na qualidade de membro efectivo». De modo igual, «o ministro dos Negócios

---

<sup>1222</sup> Estas cinco preocupações seriam as seguintes: «a) conclusão bem-sucedida do processo da Descolonização; b) empenho para melhorar as relações com os EUA e os países da Europa Ocidental, em particular, com a CEE; c) prolongação da filiação na OTAN, embora se possa esperar que as relações com esta organização serão ainda bastante delicadas; d) paralelamente com isso, orientações mais fortes no desenvolvimento das relações com a URSS e os países da Europa Oriental, a fim de alcançar uma posição mais favorável quanto ao Ocidente, mas também por causa da relação existente no país e da pressão das forças ligadas ao PC; e) igualmente, ampla cooperação com os países não-alinhados mais importantes, sobretudo com o objectivo do alargamento do espaço para a construção de posições internacionais mais favoráveis como também devido a determinada afinidade com os não-alinhados».

*Estrangeiros no anterior governo, Dr. Mário Ruivo, acentuou (numa conversação com o embaixador Stoíakovitch) a clara orientação de Portugal pelo "Terceiro Mundo", pelos não-alinhados e, por isso, participaram também em Lima». Algo semelhante foi dito, numa recente entrevista com jornalistas jugoslavos, pelo presidente Costa Gomes que sublinhou que Portugal dava grande importância aos países não-alinhados com os quais desejava manter as melhores relações.*

A seguir a uma breve menção à posição de Portugal com respeito à «*crise do Próximo-Oriente*» e de Chipre como ao «*significado de uma ordem económica internacional mais justa*», esta «*Informação*» do SFNE estimou que era evidente «*a influência mútua [entre] os acontecimentos em Espanha e Portugal e, por isso, os conflitos e erros das forças progressistas portuguesas impediam objectivamente o recém-iniciado processo progressista espanhol (na medida em que a recente evolução em Portugal teve uma repercussão positiva em Espanha)*».

Além de Portugal manter relações diplomáticas e económicas com Espanha, existia ainda a circulação de informações. Era característico que, pelo menos até essa altura, «*a imprensa e outros meios de informação espanhóis relatavam continuamente e, no fundo, objectivamente os acontecimentos em Portugal*». Igualmente, em Espanha, actuavam politicamente grupos de direitistas portugueses que fugiram, após o 25 de Abril de 1974 ou mais tarde. Existia e actuava o chamado «*Exército de Libertação de Portugal*» que tinha ali a sua base e que, em particular, nesses últimos dias, tinha reforçado a sua actividade em Portugal.

Um quarto e último ponto, este relativo às «*Relações Bilaterais*», refere que no processo do seu restabelecimento com Portugal e nos contactos que se seguiram, durante esse período, confirmaram o interesse e a disposição dos dois governos para darem passos concretos no sentido do progresso das relações mútuas. Ademais, o topo político português exprimia constantemente o desejo pelo estabelecimento duma cooperação estreita entre os dois países, mas os acontecimentos, em Portugal, dificultaram uma rápida realização de certos acordos.

Porém, durante a recente visita de Miloche Minitch a Portugal, as conversações já abrangeram diversas questões ligadas não só à cooperação no plano político, sociopolítico, cultural e informativo, mas também ao desenvolvimento das relações económicas.<sup>1223</sup>

---

<sup>1223</sup> Como, por exemplo: «*continuação da promoção e alargamento da cooperação no plano político e sociopolítico; desenvolvimento das relações económicas na base dos acordos já existentes; análise do alargamento da cooperação industrial; intensificação da cooperação cultural; intercâmbio de grupos de especialistas; estabelecimento da cooperação científica e técnica; cooperação no sector informativo*».

Igualmente, no seu encontro com Tito, na CSCE, em Helsínquia, Costa Gomes disse-lhe que *«para eles, da parte [jugoslava], precisavam sobretudo de apoio moral»* que já lhes era prestado. Depois, esperavam um apoio em duas direcções: primeiro, que fossem ajudados *«na solução da crise de Angola, a qual, pode ultrapassar as suas forças e as possibilidades de intervenção»*; uma segunda direcção que, pela qual, ficariam agradecidos, era *«no plano económico, onde a situação era difícil»*.

Os primeiros passos das relações económicas jugoslavo-portuguesas foram dados *«no sentido da aprovação de instrumentos de cooperação neste campo, assim como na realização dos contactos comerciais até então inexistentes»*, tendo sido assinados um acordo comercial e outro de cooperação na área do turismo. Do mesmo modo, estavam a ser discutidos outros dois acordos de cooperação nas áreas da cultura e da ciência e tecnologia.

Quanto às trocas mercantis entre os dois países *«nesses primeiros 8 meses desse ano ascendeu a 648 mil dólares (importação 579 e exportação 69 mil dólares). Os principais produtos importados pela Jugoslávia foram a cortiça, papel Kraft, tecidos sintéticos, material eléctrico e transístores, enquanto as suas exportações [se reduziram] a produtos químicos e chapas de alumínio»*. Contudo, no plano da cooperação industrial tinham sido efectuados *«os primeiros contactos entre a Associação dos Transportes Marítimos da Jugoslávia e os estaleiros navais «Lisnave» com o objectivo de uma possível cooperação na construção naval»*.

Apesar desses *«resultados iniciais — realizados num período tão curto e em condições dum insuficiente conhecimento mútuo das possibilidades económicas — serem relativamente modestos»*, as primeiras estimativas apontavam para a possibilidade de trocas mais favoráveis, sobretudo numa *«perspectiva da rápida industrialização de Portugal que ir[ia] exigir uma maior importação de máquinas e equipamentos»*.

A respeito de próximas visitas de delegações,<sup>1224</sup> este documento do SFNE referiu que, devido ao grande interesse da direcção do MFA por uma cooperação intermilitar — iniciada em Março desse ano, quando, na Jugoslávia, esteve uma delegação do MFA a convite do SFDP — , estava iminente a visita de uma delegação do EPJ ao MFA e, nessa altura, *«poderia ser considerada a questão concreta de uma possível cooperação militar entre os dois países»*.

<sup>1224</sup> Uma dezena de dias depois, o SFNE recebeu da embaixada de Lisboa a informação de possíveis visitas, em Novembro, de Álvaro Cunhal e de uma delegação do PS à Jugoslávia. Todavia, noutro documento anterior, essa data ia *«até ao fim do ano»*.

### A delegação

Além de Costa Gomes e Melo Antunes, «a delegação para as conversações» era formada ainda pelos membros do Conselho da Revolução, Pedro J. Pezarat Correia e Rodrigo M. Sousa e Castro, três funcionários superiores do MNE, um mesmo número do Gabinete do Presidente da República e o embaixador na Jugoslávia, Francisco Ramos da Costa. A sua comitiva tinha 12 membros.<sup>1225</sup>

### As conversações

Pelas 17 horas desse primeiro dia da visita, o Presidente Tito saudou Costa Gomes «como um nosso estimado convidado»<sup>1226</sup> que lhe agradeceu «em seu nome e seus colaboradores as saudações e o convite para visitar a Jugoslávia». Acrescentando que se tratava «da visita a um país que entre os primeiros reconheceu a revolução», esta dava-lhe «grande honra e satisfação, e oferecia a oportunidade de continuar as conversações iniciadas em Helsínquia. A conversação com Tito, como amigo, oferecia-lhe a possibilidade de falar abertamente sobre todas questões que lhe interessam e, especialmente, acerca dos problemas do colonialismo».

Disse, depois, que era «conhecido que a revolução em Portugal abrangiu igualmente Angola [e que] todos os países que antes estavam integrados em Portugal, desde a Guiné-

<sup>1225</sup> *Ibidem*. Igualmente, noutro telex de Stoíakovitch (19/Out.), previa-se que a cobertura da visita teria «mais de vinte jornalistas», mas devido a não saber de quais jornais seriam, enviou para o SFNE uma «lista dos diários mais importantes» (12 jornais) com breves notas acerca do capital (estatal ou privado), influências partidárias ou ideológicas e tiragem aproximada, «dos semanários mais significativos» (4) e da «imprensa partidária» (4), assim como a influência partidária predominante na «TV de Lisboa, Rádio Clube, Rádio Nacional e ANOP». Segundo estes dados, na imprensa diária, o PCP tinha «influência» em 4 diários («Diário Popular» e «Jornal de Notícias», repartindo-a com a extrema-esquerda nos outros dois, «A Capital» e «República»), «sob influência» um («Diário de Lisboa») e «sob a total influência» dois («Diário de Notícias», «o matutino mais importante, capital estatal, tiragem cerca 110 000» e «O Seculo»), ou seja, quase metade da tiragem diária desses 12 diários de Lisboa e Porto (cerca de 826 mil exemplares). Dos restantes 5 jornais, o PS tinha influência em dois («A Luta» e «Jornal Novo») e os outros três tinham «orientações» de centro-esquerda, liberal e conservadora. Entre os 4 semanários, mencionou: «O Expresso» («capital privado, liberal e próximo do PPD, o mais à direita na coligação. Com grande reputação e análises notáveis, tiragem cerca 110 000»); «O Jornal» («capital privado, próximo dos socialistas, tiragem cerca 40 000»); «O Tempo» («capital privado, liberal»); «Nova Terra» («independente, católico»). Quanto à «imprensa partidária», citou três hebdomadários («Portugal Socialista», «Avante» e «Povo livre») e um diário, «A Luta Popular», «órgão oficial do grupo da extrema-esquerda maoista (provavelmente, financiado parcialmente pela CIA)». Ademais, informou de que a televisão estava «sob forte influência do PCP», enquanto as duas rádios mencionadas estavam «ambas sob a influência do PC» e na «agência noticiosa estatal, o director, o redactor-chefe e dois dos três membros do Conselho Editorial são membros do PCP». Igualmente, Stoíakovitch referiu que, dos «mais de vinte jornalistas» já citados num seu recente telex para o SFNE, só conhecia «José Gabriel Viegas de "A Luta", que pessoalmente nos apoia, Viegas de «A Capital», um jornal correcto quanto à Jugoslávia, e Martins Lopes do semanário "Expresso" que esteve, no fim do ano passado, na RSFJ a convite do Comité Federal de Informação», (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

<sup>1226</sup> Segundo a «Nota» desta primeira reunião das conversações, depois acrescentou: «Muito estamos felizes [...] que encontremos novamente o presidente do novo Portugal e que podemos ter com ele esta conversação acerca de diversas questões das relações bilaterais e situação internacional».

*-Bissau, Ilhas de Cabo Verde a Moçambique receberam a independência e continua[va]m a manter as melhores relações com Portugal. Todavia, com Angola tinham então muitas complicações». Quanto à situação político-militar angolana, mencionou: os três movimentos de libertação que lutavam entre si pelo poder; factos e datas recentes dessa luta; o Acordo de Alvor e um Governo Provisório «que nunca funcionou»; a divisão do território angolano em três partes; os apoios externos a esses três movimentos; o 11 de Novembro continuava a ser a data obrigatória para a independência de Angola.<sup>1227</sup>*

Citou, em seguida, as últimas tentativas diplomáticas para uma «*resolução do litígio*» angolano e as preocupações pelas consequências das «*lutas em Angola*» que iriam surgir do «*regresso de 300 mil portugueses*» a Portugal.<sup>1228</sup>

Devido «*ao interesse do presidente Tito acerca da estrutura da população de Angola*», Costa Gomes disse-lhe que se repartia por «*32 tribos que falavam diferentes línguas*», havendo ademais rivalidades tribais. Por essa razão, «*os três movimentos de libertação controla[va]m regiões com diferentes composições populacionais*», sendo a população da região controlada pela FNLA, junto à fronteira com o Zaire, da tribo Bacongo, enquanto, «*no Sul,*

---

<sup>1227</sup> «*A todos é conhecido que em Angola há três movimentos de libertação que actualmente lutam pelo poder. Desde 1973, a OUA tentou unir os três movimentos, mas sem sucesso. Em 30 de Janeiro de 1975, Portugal conseguiu pela primeira vez juntá-los e que chegassem a um acordo que previu o caminho para a obtenção da independência de Angola. Foi prevista a formação de um governo provisório dos três movimentos (três ministros por cada ML e três representantes do governo português). Esse governo deveria marcar também a data da independência. Contudo, o governo nunca funcionou. Desde Maio de 1975, a rivalidade entre eles conduziu a uma aberta confrontação armada. Até agora, a luta tem sido conduzida com mais ou menos intensidade. O MPLA expulsou os restantes de Luanda. O território de Angola está dividido, actualmente, em três regiões. // A FNLA no Norte, o MPLA na faixa litoral e em Luanda e a UNITA no Sul e zona montanhosa. No início, a luta era entre o MPLA e FNLA, e quando o MPLA se expandiu e começou a ganhar terreno, chegou-se igualmente ao confronto com a UNITA. Todos os três ML se armaram. A URSS e os países socialistas, particularmente a República Socialista da Checoslováquia, armaram o MPLA. Os EUA através do Zaire ajudam a FNLA, e a UNITA recebe também ajuda do Ocidente. Na realidade, a luta trava-se entre as grandes potências. Existem provas de ingerências externas. // Portugal obrigou-se a dar a independência em 11 de Novembro. Isto foi acordado com os três ML. Agora, tentam organizar um encontro com eles para acordar o cumprimento das obrigações acerca da concessão da independência a Angola». É de notar que nesta referência ao armamento do MPLA, bem como em todo este documento, tanto Costa Gomes como Tito nunca mencionaram a Jugoslávia entre esses países.*

<sup>1228</sup> «*Igualmente, chegou a Angola uma comissão da OUA. Porém, tendo em conta a composição da comissão, ela não tem condições de conseguir a resolução do litígio. A conferência que propõe Portugal prevê a participação dos vizinhos e Moçambique. Igualmente, gostariam de uma participação de outros países africanos. O ministro Antunes trabalhou principalmente na solução da questão angolana. Expôs a posição de Portugal na ONU com o desejo e a opinião que se pode e deve chegar até a uma solução. Preocupam-lhes as lutas que agora se desenrolam em Angola. Não quereriam nem que isso se transfira para Portugal, pois se encontra perante o problema do regresso de 300 mil portugueses que estão ainda em Angola e querem partir. Eles criarão dificuldades adicionais ao governo por que eles não se podem integrar rapidamente na sociedade portuguesa continental, após terem vivido na colónia, e agora são obrigados sob pressões a abandonar Angola sem nada. Muitos deles nasceram em Angola e não conhecem Portugal e as condições de vida ali. Isto é um sério problema social e, também, as dificuldades materiais são grandes. Somente a manutenção da linha aérea de Angola para o transporte dos retornados onera o Estado português em mais de 200 milhões de dólares. A URSS, EUA e alguns outros países ajudaram, mas isto é insuficiente».*

*também a UNITA representa[va] várias tribos». De todos os movimentos, era o MPLA que «mais se apoia[va] numa ampla população e evita[va] a divisão tribal».*

Quanto a esse seu interesse pela estrutura da população, segundo este documento, Tito partiu da *«suposição de que a divisão do território em três regiões sob o controlo dos três movimentos [tivesse] também uma certa base tribal e uma rivalidade de chefes»*. Por isso, perguntou se poder-se-ia *«partir dessa realidade e dar a essas regiões uma autonomia numa base tribal, indo-se gradualmente para a criação de uma federação»*.

Admitindo que, *«seguramente, seriam possíveis diferentes soluções, quando não existisse a ingerência estrangeira»*, Costa Gomes salientou que *«Angola era rica em matérias-primas»*, em Cabinda, havia muito petróleo e toda a Angola tinha *«um excelente clima também propício para os europeus»*, podendo sustentar, além disso, com as suas riquezas uma população muito maior. Daí, o que mais o preocupava *«era o confronto entre os angolanos»* e pediu a Tito para *«utilizar o seu prestígio e as ligações com os países vizinhos de Angola e dar o apoio para a convocação da conferência»*, proposta pelo governo português, para dentro de dias.

Na sua resposta, o presidente jugoslavo exprimiu a disposição de fazer tudo o que pudesse, *«mas igualmente receava o perigo de cairmos numa «sandwich», no confronto entre as grandes potências. Porém, caso os angolanos nos pedissem, seguramente, isso não podíamos recusar. No entanto, as possibilidades de sucesso eram poucas»*. Além disso, tinha a impressão que *«o MPLA começou demasiado confiante»* e que, nesse momento, *«não aceitava nem os conselhos da OUA»*.

Após ter confirmado que *«a posição do MPLA era inflexível»*, Costa Gomes afirmou: *«o MPLA não quis um acordo com nenhuma das partes. Antes, teve alguns êxitos no reforço da sua posição, mas nos últimos tempos a situação agravou-se. Parece que, nessa altura, o MPLA estava mais interessado na conferência que há um mês. Então, a FNLA encontrava-se a 25 km de Luanda. Supostamente, preparava-se para cortar o abastecimento de água a Luanda. Caso tal consiga, era possível que tomasse até a própria Luanda»*.

Depois, falou Melo Antunes que deu pormenorizadas informações acerca da preparação da citada conferência. Estavam em curso as consultas para a organização da conferência em 30 de Outubro. O fundamental era *«como transferir o poder e para quem. O MPLA pediu que lhe fosse entregue o poder, «porque estava em Luanda. Todavia, no caso de a FNLA conquistar Luanda, colocava-se a questão de entregar o poder à FNLA, o que eles não queriam. Os portugueses investiram bastantes esforços para convencer o MPLA e UNITA a colaborarem, politicamente e militarmente, mas não com o objectivo de tal conduzir ao completo iso-*

*lamento da FNLA». Apesar desses esforços, não conseguiram «por causa da intransigência de Neto, que se antagonizou com o Zaire e outros vizinhos». Concordando que «algum teria de ceder», Tito acrescentou: «a única saída estava em porem-se de acordo, porque o conflito não era de curta duração, [admitindo] que isso era uma grande preocupação para Portugal».*

A seguir, Costa Gomes referiu que tinham ainda outras preocupações. Em Timor, a situação era semelhante e *«também, ali, três grupos confrontavam-se entre si»*, seguindo-se um relato acerca da história timorense recente e dos contactos com esses três partidos, bem como a procura de uma *«solução com a Indonésia»* com vista a um acordo sobre a sua independência.<sup>1229</sup>

Retomando a palavra, Tito repetiu que *«a situação era muito difícil em toda a parte. Quando as grandes potências não interviessem, poder-se-ia tentar limitar o armamento dos movimentos de libertação (em Angola) e através disso reduzir a luta»*. Porém, Costa Gomes respondeu-lhe *«que para isso já era tarde, [porque] todos os três movimentos em Angola já esta[vam] armados com o armamento mais moderno»*.

Depois, o presidente jugoslavo *«passou para as relações na Europa»*. Disse que a Jugoslávia tinha *«boas relações com todos os países europeus, excepto a Espanha»* e, nessa altura, tinham resolvido *«os últimos diferendos com Itália [...] com a demarcação de fronteiras, efectuando algumas pequenas correcções»*. Deste modo, após a II Guerra Mundial, *«por fim, ficou acordado que Trieste [era] italiano, e a antiga zona «B» jugoslava»*.

Igualmente, segundo a opinião de Costa Gomes, *«os problemas fronteiriços eram sempre "escaldantes"»* e até eles tinham *«um problema fronteiriço com Espanha desde*

---

<sup>1229</sup> *«No início, os portugueses conseguiram organizar uma conferência, em Macau, na qual foi decidido que se formaria um governo tripartido e, em 78, poder-se-ia proclamar a independência. Timor é muito pobre, tem só 600 mil habitantes, mas é importante estrategicamente. Na Segunda Guerra Mundial, os japoneses ocuparam Timor para daí atacar a Austrália. Timor é também muito importante para a Indonésia. Ela não permitirá a formação de um governo contrário à Indonésia. O Partido Democrático efectuou um golpe em Timor, mas não teve forças para se manter no poder e, agora, domina a FRETILIN que é um partido de extrema-esquerda, com ideologia maoísta. Caso continuem com tais concepções não há solução nem paz. Os portugueses conferenciaram com todos os três partidos. Tentam convocar uma conferência para se encontrar um compromisso. No começo de Novembro, Antunes encontra-se com Malik. Aqui não é possível uma solução sem acordo com a Indonésia. Os generais indonésios não permitirão a formação de um governo pró-Mao em Timor. Caso tal governo for formado, os indonésios intervirão com tropas. Por isso, agora Portugal procura a solução com a Indonésia e, ao mesmo tempo, com dois movimentos de Timor. Um movimento, que tem base na Indonésia, chama-se até «Movimento Anticomunista». Todavia, a FRETILIN tem basicamente uma posição independente e tem igualmente um forte apoio do povo. A Indonésia pode bloquear Timor, que não tem meios para resistir, nem forças para se defender. Toda a economia, serviço de saúde, serviços técnicos dependem da ajuda do exterior. Por isso, um acordo é preciso ser encontrado, não só pelo destino do povo de Timor, mas também por causa do equilíbrio estratégico na região. Por agora, ainda não foi marcada a data de proclamação da independência».*

1915.<sup>1230</sup> *Nem durante o tempo do fascismo, os dois países não conseguiram chegar a acordo. Na realidade, o problema não devia nem existir, porque se tratava de uma simples região portuguesa que os espanhóis ocuparam». Realmente, para os espanhóis, não existia porque foi resolvido «com a expulsão de todos os portugueses pela fronteira para Portugal».*

Por sua vez, Tito salientou que a Conferência Europeia de Segurança e Cooperação incitou a Itália a apressar-se com o acordo acerca de Trieste. Assim, *«duma vez só, foi resolvida também a questão nacional»* que, consoante esta sua apreciação, já tinha sido resolvida, na Jugoslávia, *«na totalidade, ainda com a Constituição depois da guerra»*. Seguidamente, concluiu: *«todos os povos e nacionalidades têm os mesmos direitos. Hoje, somente ainda não resolvemos o diferendo com os búlgaros em redor dos macedónios, que os búlgaros não reconhecem como nação. Embora, seja claro para todos, que até a Macedónia se desenvolve rapidamente»*.

Reconhecendo à Jugoslávia uma *«eficaz solução da questão nacional e muitas outras [que] podiam servir de exemplo para muitos»*, Costa Gomes acrescentou que tinham muitas dificuldades, *«no próprio Portugal e nas ilhas, por causa da política errada do PCP,<sup>1231</sup> que quis muito rapidamente apoderar-se do poder, provocou a indignação interna e igualmente movimentos separatistas nos Açores e Maiorca<sup>1232</sup> que reclama[va]m a independência»*.

De mais a mais, isso sucedeu em algumas regiões no próprio Portugal como *«cresceu fortemente a disposição anticomunista. Chegou-se também a ataques directos às sedes do PCP. Chegou-se à instabilidade interna, que se torna muito perigosa. O PC reconheceu que não escolheu o melhor caminho para actuar e que a sua política não se adequa[va] às condições de Portugal»*. Nessa altura, procurava *«renovar as ligações e influência nas regiões onde as perdeu. A atitude do PC de separar todas as forças de esquerda e partidos, que não têm*

---

<sup>1230</sup> Em vez de 1815.

<sup>1231</sup> Uma afirmação semelhante já tinha proferido, na sua visita à URSS (1-4/Out.), durante as conversações com Brejnev, Podgorni e Gromiko. Numa *«Nota»* acerca desta visita, entregue pelo embaixador soviético na Jugoslávia a Stane Dolants (20/Out.), *«Costa Gomes referiu-se à questão das relações entre o MFA e o Partido Comunista, assinalando, que o PCP efectuou uma série de erros. Os dirigentes soviéticos, compreende-se, reagiram energicamente, exprimindo a convicção que os comunistas portugueses eram verdadeiros patriotas de Portugal, lutadores consequentes pela sua independência e desenvolvimento democrático»*. Depois, para atenuar *«a sua afirmação, declarou que o MFA não considerava os comunistas como adversários, mas sim bons aliados. Segundo as palavras do Presidente, a direcção do MFA incluiu sem hesitações os representantes do PCP no actual governo porque, sem a participação dos comunistas não podia actuar nem o presente, nem o seguinte governo português»*. Antes, foi comentada a sua avaliação da situação política interna de Portugal: *«a direcção em perspectiva, pela qual Portugal avançará, designou-a socialista. Todavia, ao que parece, o socialismo é para Costa Gomes um curso político de interpretação liberal e uma noção muito elástica»*. Este documento de 4 páginas só foi lido por Tito (pelo seu visto, rubrica e data) no dia 27 de Outubro (AJ, 837, I-3-a, Portugal).

<sup>1232</sup> Madeira.



*nem apoios maciços, mas são muito organizados, foi totalmente errada. Esta atitude criou dificuldades até na própria classe operária».*

Devido a esta situação e «*como o anterior governo não tinha o apoio do povo, foi formado o novo VI Governo, no qual esta[vam] representados os três principais partidos. Pela primeira vez, foi estabelecido um claro programa de trabalho que foi aceite por todos os três partidos*». Referiu, a seguir, as dificuldades desse governo e os seus confrontos partidários que provocavam «*agitação na população*», mencionando ainda as consequências económicas e as negociações em curso para uma ajuda da CEE.<sup>1233</sup>

Porém, essa «*discussão entre partidos reflectiu-se também nas forças armadas, antes que tudo através da actuação da ala esquerda socialista e do partido comunista, e ha[via] muitos problemas no exército*». Para mais, existia «*um movimento organizado nas fileiras dos convocados que muito perturba[va] e reforça[va] a agitação social*», ao qual se juntava mais um «*problema nos meios informativos, devido às infiltrações da extrema-esquerda*». Por isso, embora existisse «*um governo que o povo apoiava, [era] grave o problema da disciplina e do trabalho*». Apesar de estimar que tudo isso atingiu «*todas as estruturas do país*», Costa Gomes estava convencido que essa situação seria ultrapassada, «*mas a passagem da ditadura para o socialismo resultou bastante difícil*».

A respeito do que ouviu do seu interlocutor, Tito disse-lhe: «*em nenhum momento, não perdeu de vista a necessidade do PC e PS terem de pôr-se de acordo. Ambos os partidos têm de moderar-se. A revolução não pode chegar até à vitória se as forças revolucionárias não estiverem unidas. Actualmente, é impossível de outra maneira. As condições são diferentes do que no tempo da Revolução de Outubro. Além disso, Portugal está como num campo exposto ao vento e tem muitos obstáculos no caminho da revolução*». Porque a indisciplina no exército era-lhe conhecida, acrescentou: «*a unidade das forças armadas é muito importante. O seu papel progressista depende da unidade. Aliás, Portugal foi um dos raros exemplos, juntamente com o Peru e a Argélia, onde o exército jogou um papel progressista*».

---

<sup>1233</sup> «*Contudo, parece que omitiram muitas dificuldades. Como, em Angola, se agravaram os confrontos entre partidos, particularmente, entre o PC e PSD. Estão conscientes que Portugal só pode ir para a frente com um acordo entre o PC e PS. Por isso, actualmente, esforçam-se por encontrar um acordo entre estes dois partidos ou pelo menos que não tenham confrontos. Os primeiros encontros que tiveram com estes dois partidos foram úteis, mas mostrou-se que ambos ainda têm grandes reservas. Todavia, acreditam que, nesta base, se pode encontrar a solução. Luta-se por objectivos que ultrapassam os interesses dos partidos. Por isso, cada partido, lutando por objectivos mútuos, não pode pedir que eles incluam todos os seus objectivos partidários. O confronto entre partidos introduziu a agitação na população. A produção diminuiu. Isto acompanhado com o bloqueio a que estão sujeitos, a perda de mercados onde antes vendiam os seus produtos, cria certas dificuldades. Agora, negociam com a CEE, esperam uma ajuda que pelo menos lhes permita que a situação não continue a se agravar*».

Concordando totalmente com essas observações, Costa Gomes respondeu-lhe: *«desde o início que trabalha por um acordo entre os dois partidos, mas isso é difícil porque são grandes as diferenças entre eles. O PS considerou, após as eleições, que tinha vencido e que tinha o direito de ter uma influência decisiva no poder. O PC procurou ocupar, entretanto, todos os lugares de chefia no poder e assim reforçar a sua posição. O pior é que os extremistas de esquerda e direita estão ligados entre si».*

No final das conversações, Tito repetiu que *«o exército, que fez uma revolução, deve continuar a guardar as conquistas e manter-se unido».* Sobre isso, Costa Gomes *«prometeu que tudo faria para salvaguardar a unidade».*

Na continuação, realizaram-se curtas conversações plenárias entre as duas delegações. Por essa ocasião, o presidente jugoslavo saudou, mais uma vez, o presidente português e todos os seus colaboradores. Por sua vez, Costa Gomes realçou que *«nunca esquecerão o apoio da Jugoslávia desde o primeiro dia da revolução em Portugal».* Querendo que *«a cooperação entre os dois países se desenvolv[esse] em todos os campos»*, afirmou: *«intensifiquemos os contactos e que comecemos a conhecer-nos melhor e a cooperar mais».* Depois, foi proposto que *«as conversações entre os membros das delegações continua[ssem] por grupos, o que os presidentes concordaram. Seguiu-se uma conversação de circunstância».*

Uma segunda reunião plenária realizou-se, no dia seguinte, com a presença de todos os membros das delegações e a *«conversação tratou principalmente de Angola e Espanha».*

À pergunta de Tito sobre o que pensava da Espanha, Costa Gomes respondeu: *«acreditava que a situação evoluirá, após Franco, para a democracia. Caso as forças armadas se coloquem, como ele pensava, que querem, isso assegurará a marcha do país para a democracia».* No entanto, salientou que *«as oposições e diferenças na maneira de ver de muitas personalidades e grupos [eram] ainda muito grandes, particularmente, entre as gerações que participaram na guerra civil e os jovens».* Em seguida, disse que tinha *«amigos no exército espanhol que [eram] muito progressistas»*, existindo uma aspiração pela *«autonomia das províncias e cada novo governo deveria ter isso em conta».*

Quanto a Tito, exprimiu o seu receio em relação à seguinte evolução, *«porque o fascismo tinha ainda profundas raízes».* Sem embargo, Costa Gomes achou que *«essas forças, que estavam agrupadas antes de tudo em redor do genro de Franco, o conde de Villaverde, não eram assim tão fortes».* Igualmente, acreditava que *«os espanhóis não queriam a monarquia e, por isso, não havia grandes perspectivas para que Juan Carlos se afirmasse».* Concordando com o seu interlocutor, declarou: *«ali, os EUA estão muito presentes e que, realmente, eles governam a Espanha».*

Retomando a palavra, Tito «*expôs, então, a experiência jugoslava, durante a guerra, com os americanos. Mesmo quando, em 1943, os ingleses reconheceram o Movimento de Libertação Popular, os americanos enviaram uma missão para os tchétniques. Uma vez, censurou o seu embaixador porque os EUA apoiavam sempre os reaccionários*». Continuando a falar da guerra com os tchétniques, ustachas, alemães e outros inimigos, acerca das vítimas e das tentativas de inimizizar os povos da Jugoslávia, o presidente jugoslavo «*sublinhou a importância da resistência de um povo unido. Por isso, a Jugoslávia lutou tão firmemente pela independência, tanto durante a guerra como hoje. Nunca fomos por jogos tácticos. Mas o primeiro objectivo para nós foi a libertação do país. Mais tarde, chegámos até ao socialismo como uma opção consciente do povo. A nossa experiência pode ser muito instrutiva*».

Em seguida, os ministros Antunes e Minitch referiram-se às conversações entre os membros das duas delegações por grupos, concluindo que «*as relações mútuas melhoraram, que começava a desenvolver-se a cooperação económica e criavam-se bases para o futuro. Ficaram acordadas concretas tarefas para um futuro trabalho. Foi assinado também um acordo cultural, preparava-se um acordo de cooperação técnica, etc.*».

A conversação continuou sobre Angola, em que Minitch relatou as mais recentes informações sobre os contactos da missão da OUA. «*Os movimentos de libertação não queriam colaborar, havendo a impressão de que Neto e Holden eram exageradamente autoconfiantes*». A respeito dos movimentos de libertação, eles estavam bem armados, até com aviões. O Zaire transportava apressadamente armas para Angola, enquanto Moçambique e Tanzânia eram contra a ideia portuguesa da realização da conferência e exigiam a entrega do poder ao MPLA. O Congo aconselhou o MPLA a pensar bem antes de proclamar a independência, apesar de terem prometido que a reconhecerão. A FLNA e UNITA trabalhavam num governo de coligação. «*A situação era tal que era difícil prever a evolução e o que se devia fazer. Minitch e Antunes acordaram que cada um, por si, tirará as conclusões desta situação. Até então, não havia nem uma informação que falasse sobre as possibilidades de compromisso*».

Seguidamente, Melo Antunes desmentiu «*os boatos que Portugal tenta[va] adiar a proclamação da independência e que a ideia da conferência [tinha], precisamente, o objectivo de Portugal ter uma escusa para tal adiamento. Novamente, assegurou que Portugal cumprirá a sua obrigação e entregará o poder*».

Além de concordar com essa posição, Tito considerou que «*a continuação da situação presente seria um enorme peso para Portugal. A responsabilidade por Angola recaía nos movimentos de libertação sem ter em conta se vão chegar ou não a um acordo. Portugal fez a sua obrigação*». Expressando a convicção de que a sua visita teria resultados, Costa Gomes

agradeceu a amigável recepção. «*Embora a visita tivesse sido breve, pensava que a delegação obteve uma útil experiência. Estava convencido que se reforçarão as relações e a amizade entre os dois países*».

No fim, «*foi aprovado o comunicado da visita*». No dia seguinte (26/Out.), de Lisboa, a embaixada jugoslava informou de que «*a maior parte da imprensa realçou claramente que o objectivo das conversações, em Belgrado, foi a descolonização, enquanto o resto foi ignorado ou escasso, já dependendo mais da orientação dos jornais*». Igualmente, na noite anterior, embora, após a chegada, em relação às suas três visitas,<sup>1234</sup> Costa Gomes tivesse falado «*muito mais acerca a Jugoslávia, a televisão só transmitiu o final da declaração — visita ao Complexo Agrícola de Belgrado e estadia em Rieka —, pelo que as conversações, encontros com Tito e uma avaliação da visita (a que se tinha referido no início) foram completamente suprimidas*».<sup>1235</sup>

### III.6— A Descolonização (Angola e Timor)

No período entre os primeiros dias de Agosto a Novembro de 1975, a situação político-militar angolana foi uma das questões principais da política externa jugoslava. Para comprovar tal afirmação bastariam somente as centenas de páginas dos documentos que se encontram em dois dos citados arquivos de Belgrado, embora sem esquecer que, por muitos desses documentos, pode-se pressupor, ou até confirmar a existência, no mencionado Arquivo Militar, de um importante acervo documental acerca da decisiva componente militar neste período das relações jugoslavo-angolanas.

Nesses meses de grande agitação política, em Portugal, as inúmeras provas de que «*a Descolonização era irreversível*», enviadas pela embaixada jugoslava em Lisboa, foram consideradas suficientes para o apoio jugoslavo ao MPLA não recear uma possível viragem da política portuguesa relativamente ao cumprimento do acordado em relação ao 11 de Novembro angolano. Mesmo após a suspensão do Acordo do Alvor (22/Ago,) e apesar de posteriores propostas para a sua internacionalização (ONU e OUA), nesta fase final da descolonização de Angola (em particular, em Setembro), esse apoio continuou e foi discutido o seu reforço imediato. Por fim, no acompanhamento da política do VI Governo Provisório, essa data esteve sempre presente — sendo até confirmada, em Belgrado (23-25/Out.), nas conversações jugoslavo-portuguesas —, assim como a Jugoslávia foi um dos primeiros países a reconhecer a República Popular de Angola.

<sup>1234</sup> Itália, Vaticano e Jugoslávia.

<sup>1235</sup> ADMNE, F-113, Portugal, 1975.

Além da documentação desta embaixada, outras quatro (em Brazavile, Kinchassa, Lusaca e Dar es Salam) comunicaram ao SFNE não só os seus constantes contactos com o MPLA, mas também com a FNLA, a UNITA e os governos desses países africanos. Igualmente, nesses cem dias antes da independência, a crescente diminuição da importância da presença (militar e política) portuguesa foi substituída pela guerra civil que aumentava com a proximidade dessa data estabelecida no Acordo do Alvor. Por isso, perante esta numerosa documentação destas últimas embaixadas, optou-se mais pela pesquisa e a menção dessa presença nas suas páginas, tendo ainda em conta os principais acontecimentos políticos que a rodearam. Quanto a Timor, o número de documentos a seu respeito é reduzido e proveio, salvo de Lisboa, sobretudo, das embaixadas jugoslavas em Jacarta e Camberra.

### III.6-1— Angola

#### Da «independência» de Cabinda ao cônsul português em Kinchassa<sup>1236</sup>

Nos primeiros dias de Agosto, «a proclamação da "independência" de Cabinda» por uma das três fracções da FLEC, em Kampala, quando ali decorria a reunião da OUA, teve com objectivo forçar «o reconhecimento dos países africanos e o seu apoio diplomático» e embora uma tal tentativa fosse demasiado ingénua, «ela não era menos perigosa e mostrava uma manobra que poderia ter pesadas consequências para Angola e, em geral, para a África».

Ademais, neste documento da embaixada jugoslava, na Argélia, acerca da posição de fontes governamentais argelinas,<sup>1237</sup> essa manobra fazia parte de «uma ampla conspiração contra o povo de Angola e o MPLA como seu autêntico representante porque os agentes do imperialismo receavam a chegada ao poder dum regime revolucionário» que possa apressar a queda de «todos os regimes racistas e reaccionários no Sul da África».

Dias depois (12/Ago.), em Kinchassa, a mesma FLEC anunciou, «num "comício popular", que seria, em breve, apresentado o governo transitório de Cabinda, o qual, teria a sua sede no seu próprio território». Outro objectivo seria o reforço desses preparativos, também com armas, porque «decidiram conseguir "a bem ou a mal" a independência». Com esta ori-

<sup>1236</sup> Todos estes documentos encontram-se no ADMNE, F-226, Angola (1975).

<sup>1237</sup> Após a IV Cimeira do Movimento dos Países Não-Alinhados, em Argel (Set./73), o seu secretário-geral foi o presidente argelino, Houari Boumediene. Durante o seu mandato, a descolonização portuguesa ocupou um lugar importante na actuação política deste movimento. Por isso, nesses anos, esta embaixada jugoslava acompanhou de perto a situação política portuguesa.

entação, parecia forçar o Zaire com o apoio da China, a aprovação da França e outros a habilitar a FLEC para acções militares.

Quanto ao Zaire, segundo o embaixador jugoslavo, oficialmente não comentaram essa proclamação unilateral de independência e «*o próprio Mobutu, numa recente conferência de imprensa, juntamente com Giscard D'Estaing*», até respondeu, a uma pergunta de jornalistas estrangeiros, «*que não era advogado de Cabinda" e considerava que o povo desse território deveria resolver sozinho, por meio dum referendo, se queria um Estado independente ou a integração em Angola e "nada mais" disse*».

Em relação à ajuda ao MPLA, devido à visita de uma sua delegação à Jugoslávia, em Setembro, há uma «*Informação*» (26/Ago.) da documentação do SFNE para as conversações com um resumo dessa ajuda dada em 1975. Além de mencionar dados já citados em anteriores documentos,<sup>1238</sup> referiu ainda que o carregamento militar enviado pelo «*Postojna*»<sup>1239</sup> foi uma ajuda para «*o equipamento completo para uma unidade de 1000 combatentes, constituído desde armamento ligeiro automático a veículos, uniformes, sistema de comunicações e outros*».

No tocante à situação em Angola, após uma conversação com o «*Dr. M. Cruz, director-geral da Direcção Política do MNE*», o embaixador Stoíakovitch transmitiu ao SFNE (27/Ago.), que lhe foi dito que «*apesar de terem efectuado uma ampla actividade diplomática internacional, não esperavam resultados muito significativos*». Dado que o principal objectivo era receberem ajuda para a resolução do aspecto humanitário (protecção e transporte da população portuguesa), havia «*o problema de que mesmo aumentando os voos diários de Luanda para Lisboa, não iam conseguir transferir, até 11 de Novembro, todos aqueles que desejavam sair de Angola*». Por isso, orientavam-se «*para os concentrar todos em Luanda e que, de acordo com os movimentos (conversações em curso), essa cidade*» fosse declarada neutral até a sua total repatriação.

---

<sup>1238</sup> Referências à ajuda de 50 milhões de dinares (cerca de 2,942 milhões de dólares, ou seja, ao câmbio de 17 dinares = US\$ 1), repartidos, em partes iguais, pelo MPLA e a FRELIMO, tendo a sua maior parte utilizada para a aquisição de equipamento militar. Estes dois carregamentos de armamento foram ainda reforçados e completados pelo SFDP. Quanto à ajuda alimentar (200 toneladas), que encontrava no barco «*Kostas Methanitis*», ancorado no porto do Lobito, desde Junho, à espera da sua descarga, este documento informava de que «*como, desde há pouco tempo, o MPLA controlava totalmente a situação no Lobito*», por esses dias, descarregariam também essa ajuda. Igualmente, a ASPTJ pagou o «*transporte de 100 toneladas de diversos materiais da Tanzânia para o porto de Pointe Noire*» e já tinha sido entregue ao MPLA parte da ajuda financeira (30 000 dólares), cujo total ascendia a 60 000 nesse ano.

<sup>1239</sup> Cf. nota n.º 1001, p. 519.

Igualmente, tinham solicitado os «*"bons serviços" dos líderes das ex-colónias portuguesas, nomeadamente de Moçambique e Guiné-Bissau, como mediadores nas suas conversações com os três movimentos angolanos*».

Devido a não ser possível cumprir os prazos acordados para a transferência de poderes (eleições, etc.) até 11 de Novembro e a sua retirada completa de Angola, segundo o diplomata português, tinham duas alternativas: a) prolongar «*o prazo da concessão de independência, o que seria bastante impopular e condenado por todos os três movimentos, pela África e uma ampla opinião pública mundial*»; ou b) entregar «*o poder a um (MPLA) ou a dois (MPLA e UNITA) movimentos para evitar que algum desses movimentos*», que controlavam as partes mais importantes do país, proclamasse unilateralmente a independência. «*Por fim, a orientação oficial portuguesa [era] essa segunda alternativa*».

Achando que «*as importantes vitórias do MPLA nos últimos dias,*<sup>1240</sup>*sobretudo na linha ferroviária da fronteira zairense ao Lobito, mudavam a relação de forças a favor do MPLA*», o embaixador jugoslavo no Zaire acrescentou ainda que «*a situação interna e as relações entre os três movimentos também continuavam a complicar-se*», do mesmo modo que a intervenção externa e empenhamento das grandes potências aumentavam em Angola. «*A internacionalização da guerra angolana parecia cada vez mais inevitável*».

Os confrontos das unidades do MPLA com as da UNITA só apressaram «*a aproximação da UNITA com a FNLA, embora a UNITA tentava, contudo, manter uma certa autonomia*». Por seu lado, o Zaire fazia grandes esforços para unir as forças desses dois movimentos. Esse foi um dos objectivos dos frequentes encontros de Savimbi e de funcionários da UNITA com Mobutu. Assim, o último emissário de Savimbi que esteve em Kinchassa, John Kakumba, em declarações à RTV zairense, atacou a direcção do MPLA. Essa foi «*a primeira declaração pública de um funcionário da UNITA contra o MPLA e Neto. Procurou fazer da direcção do MPLA e do governo português os únicos culpados pela situação em Angola*». Não obstante tivesse atacado «*a "clique de Neto", foi sintomático que, várias vezes, tentou diferenciar "o MPLA como movimento progressista" da sua direcção*». Além disso, condenou um grupo de países africanos recém-libertados que participava, em Angola, ao lado do MPLA (pensava seguramente em Moçambique). Concluindo, para o embaixador jugoslavo, «*as consequências práticas destas posições e mudanças foram acções conjuntas cada vez mais frequentes da UNITA e FNLA contra o MPLA*».

---

<sup>1240</sup> Este telex tem a data de 28/Ago./75.

Nesses dias, no corpo diplomático acreditado na capital zaireense, estimava-se que o MPLA com a tomada do Lobito e do Luso, ou seja, com o objectivo de tomar a zona da UNITA queria dizer duas coisas: a) continuar a afirmar-se como «*um movimento nacional que tinha apoios por todo o país, e não somente a nível tribal ou regional*»; b) com a tomada da linha ferroviária (desde a fronteira zaireense ao porto do Lobito), «*passou a exercer uma certa pressão no Zaire, tendo em conta a sua forte dependência dessa linha e porque, nesse momento, tinha grandes dificuldades financeiras*». Não se excluía nem a possibilidade da sua reparação (nessa altura, estava interrompida) e com a sua manutenção e utilização normal queriam mostrar «*ao Zaire que, no MPLA, podia ter (se quiser) um bom e leal parceiro económico*». Conforme ocorria em Cabinda, «*em nada, o MPLA interferia na pesquisa e exploração petrolífera por parte das companhias americanas nesse enclave*».

Todavia, «*o cônsul de Portugal não tinha essa opinião e dizia que o MPLA com uma única unidade militar, para eles forte e muito móvel, somente passou rapidamente por essa zona, ocupando as cidades e outras localidades*». Nelas, deixou pequenas forças, só suficientes para os mencionados objectivos. Não obstante, «*apesar do ligeiro reforço das posições do MPLA nessa zona de importância fundamental (posição central no país, porto, linha ferroviária, recursos naturais, etc.)*», este provocaria uma polarização de forças, a continuação da aproximação da FNLA e da UNITA, e mais o envolvimento da China e dos EUA.

Igualmente, o cônsul português dizia que «*não foram só os chineses que reforçaram nas últimas semanas a sua presença e ajuda à FNLA, mas também os americanos que, no ano passado, não prestaram ajuda à FNLA, pelo menos não militarmente*». Afirmou que «*os americanos tinham, nesse momento, alguns conselheiros militares no seu Estado-Maior, juntamente com numerosos chineses. Disse até que vários portugueses (ex-comandos da PIDE) chefiavam realmente unidades militares da FNLA*». Achava que «*a FNLA e os americanos cada vez mais se apoiavam nesses portugueses e os recrutavam*». Disse ainda que, acrescentou o embaixador jugoslavo, de acordo com informações não totalmente confirmadas, a FNLA tinha efectuado um segundo ataque em direcção de Luanda. Pessoalmente, considerava «*a capital como um forte baluarte do MPLA, o qual, até então, mesmo com artilharia, a FNLA não podia tomar*». Pressupunha que aviões zaireenses transportavam as tropas da FNLA para Carmona, onde estava o seu comando.

Embora «*os chineses, na confrontação com a URSS, não escolh[esse]m muito os meios, era difícil avaliar o conteúdo, intensidade e forma das possíveis acções conjuntas e cooperação entre a China e os EUA nesta região*». Mas, uma ampla internacionalização do conflito angolano reforçaria inevitavelmente, pelo menos tacitamente, «*a cooperação chinesa-*



*-americana e, ao mesmo tempo, conduziria a uma unificação organizacional das forças da FNLA e da UNITA». Um tal desenvolvimento de acontecimentos iria favorecer Mobutu, «porque assim facilitar-lhe-ia a "reconciliação" com os EUA, após a tentativa do golpe de Estado, em Junho, e a expulsão do embaixador americano».*

Num comentário final, sublinha-se que, apesar de muitas coisas serem ainda pouco claras, *«seguramente a internacionalização do conflito angolano teria inúmeras e imprevisíveis consequências por causa da forte confrontação URSS-China e dos grandes interesses nesta região».* Por causa disso, talvez, deveria ver-se o que a Jugoslávia poderia fazer (iniciativas anteriores). As próximas visitas à Jugoslávia de Senghor e de Ngouabi eram uma oportunidade para conversações mais específicas, tendo em conta que tinham uma posição progressista acerca de Angola.

#### **Delegação do MPLA em Belgrado (Set./75)**

Numa «Nota» sobre a conversação<sup>1241</sup> que teve (4/Set.) com Fernando Costa Andrade, membro da delegação do MPLA e membro do Comité Provincial do Huambo, Olga Djuverovitch, conselheira da Comissão das Relações Internacionais da ASPTJ, começou por referir que o seu interlocutor lhe disse que tinham planeado visitar inicialmente a Argélia, Jugoslávia e URSS. Contudo, *«durante a visita à URSS, tiveram informações da Hungria, Polónia e Bulgária, que deveriam visitar também esses países e até para essas visitas houve uma clara insistência dos representantes desses países».* Igualmente, frisou que *«a delegação foi constituída, em primeiro lugar, tendo em vista a visita à Jugoslávia, encontrando-se nela pessoas que conhec[ia]m a Jugoslávia e que aqui t[inha]m muitos conhecidos e aqui já antes tinham estado».*<sup>1242</sup>

Avaliaram a visita a esses países socialistas como um sucesso porque, *«em toda a parte, tiveram promessas de que iriam receber brevemente nova ajuda militar e apoio político».* Assim, *«receberam até muito mais do que esperavam e pediram»* a esses países. Por isso, achavam que *«esses países compreenderam que era o momento para reforçarem as actividades em Angola e, em particular, quanto ao MPLA, porque estimaram que o MPLA ser[ia] brevemente o único titular da soberania do país».* Nesse momento, *«tentavam mostrar que sempre apoiaram e ajudaram o MPLA, o que não era exacto. Já durante as próximas sema-*

<sup>1241</sup> Acrescentou que essa «conversação ocorreu logo após a chegada da delegação à Jugoslávia (durante o jantar)». AJ, 142, Angola, A-011.

<sup>1242</sup> Entre os seus membros (Iko Carreira, Pedro Van Dúnem (Loy), Fernando Costa Andrade, José Andrade e José Condesse). Enquanto, Costa Andrade frequentou a Faculdade de Arquitectura (Belgrado, 1965/68) e José Condesse foi o representante do MPLA, desde a abertura do seu Centro Informativo em Belgrado (1970), os outros já tinham estado na Jugoslávia.

*nas, de todos estes países serão enviados diplomatas a Angola como jornalistas». Também, ofereceram-lhes o envio de conselheiros, mas, provavelmente, o MPLA não os aceitaria. Nessa altura, «unicamente [tinham] intenções de pedir conselheiros à Jugoslávia como sinal da grande confiança que [tinham] por nós».*

No CC MPLA, havia quem considerava «que a Jugoslávia mudaria em breve a sua posição a seu respeito». Assim concluíram, analisando «as notícias da TANJUG e tendo em vista algumas mudanças de quadros na ASPTJ». Além disso, «os diplomatas dos países de Leste salientaram-lhes esses aspectos, no que foram particularmente activos aqueles da URSS. O Dr. Neto, Iko Carreira e muitos outros não aceita[va]m essas opiniões». Elas provinham, sobretudo, de gente de orientação pró-soviética, daqueles que estudaram nos países europeus orientais e que estavam sob a influência dos seus diplomatas.

Estavam descontentes com as notícias enviadas pela TANJUG, porém hesitavam se deviam colocar essa questão nas conversações oficiais, pois receavam que podia ser mal compreendida. Gostariam que o correspondente da TANJUG não só informasse objectivamente, mas que fosse ainda uma personalidade que os pudesse ajudar com conselhos e sugestões. Isso quanto antes, «porque os quadros do MPLA estavam concentrados em Luanda e os contactos com as embaixadas jugoslavas nos países vizinhos [eram] dificilmente realizáveis».

Estavam decididos «a ir para a proclamação unilateral da independência, caso a independência não for proclamada, no dia 11 de Novembro, como estava prevista. Não podem permitir a continuação do caos no país e o agravamento da situação económica. Tiveram a promessa de muitos países africanos que serão reconhecidos depois da Independência declarada unilateralmente». Aguardavam que, após a proclamação da independência, iriam «conseguir mais facilmente reocupar as restantes partes do território angolano, porque como governo poderão oficialmente pedir ajuda e apoio a outros países no plano militar e político».

### **Conversações da delegação do MPLA com a ASPTJ**

Segundo outra «Nota» (5/Set.)<sup>1243</sup> acerca dessas conversações, a pedido dos representantes da ASPTJ, Iko Carreira e outros «membros da delegação do MPLA deram algumas explicações suplementares sobre o comportamento e os possíveis seguintes passos da UNITA». Em resumo, pode-se salientar o seguinte:

O MPLA não esperava que, na reunião em Lisboa, a UNITA pudesse aceitar uma aprovação definitiva de aliança com o MPLA. Pouco antes da partida da delegação da UNITA

---

<sup>1243</sup> AJ, 142, Angola, A-011.

para a reunião em Lisboa, o seu representante denunciou antecipadamente, desde Kinshasa, qualquer acordo. «*Apresentou algumas reivindicações que representavam condições indispensáveis para qualquer acordo, como estas: 1.) que o MPLA abandonasse certos territórios como o Luso e Lobito; 2.) neutralização de Luanda; 3) regresso ao Acordo de Alvor (isto é, dar novamente uma oportunidade ao Holden)*».

Porém, desde Março, o MPLA tentava negociar com a UNITA. «*Durante todas essas conversações compreenderam quanto a UNITA está dividida internamente. O próprio Savimbi reconheceu que não podia controlar alguns dos seus colaboradores*». Nessas conversações, a UNITA tentou convencê-los que tinham «*um mesmo programa socioeconómico como o MPLA e que só se tratava de diferenças nos métodos da sua realização, pelo que tais diferenças se podem harmonizar gradualmente*». Ademais, concordou que «*a FNLA era o principal inimigo e até foi feita uma plataforma comum para a reunião em Nakuru*». Contudo, ali, a UNITA «*foi a primeira a atacar o MPLA. Somente, no fim dessa reunião, de novo voltou a certos pontos da plataforma comum*».

Por tudo isso, era evidente que a UNITA hesitava. Depois, «*alguns dos seus dirigentes esta[vam] muito comprometidos pela colaboração com potências estrangeiras. Uma certa parte deles [tinham] igualmente as suas ligações com os portugueses*». Logo, estava sob a pressão de diversas partes e, mesmo sabendo disso, o MPLA não podia declarar a UNITA como inimigo, ou, nesse momento, «*pelo menos, não podia ser considerada como o principal inimigo*».

Tendo em vista que «*o MPLA não [tinha começado] claramente uma luta social e de classe, ainda tinha possibilidades de envolver também a UNITA na luta por objectivos imediatos*». Aliás, nesse movimento, havia «*igualmente gente que era honrada e de orientação nacionalista, e que luta[va] por uma aliança com o MPLA*». Portanto, era «*preciso ajudá-los a reagir*».

No tocante à «*exigência colocada pela UNITA para a neutralização de Luanda foi posta claramente sob a pressão do Mobutu. A neutralização significava a aceitação da divisão do país e, seguramente, seria seguida da neutralização de outras cidades*». Além do mais, o presidente zaireense estimava que «*era preciso ocupar, primeiro, a capital para se apoderar pela força do poder em Angola. Ele deseja[va] que Holden est[ivesse] ali no 11 de Novembro. Caso isso não consiga, "o seu cavalo perdeu a corrida"*». Aliás, Luanda sempre esteve aberta «*aos outros movimentos, mas para instituições legais e forças conjuntas, onde todos tivessem um determinado número de representantes. Contudo, não se podia permitir o controlo pela força da população, o que tentou efectuar a FNLA*». Nessa altura, teria de res-

peitar «*o facto de que toda a população de Luanda estava com o MPLA e [tinha] as suas formas organizadas de resistência*».

Para o MPLA punha-se, nesse momento, «*a questão do que queriam os portugueses. Eles anularam o Acordo de Alvor, porque enviaram um novo alto-comissário para Angola sem a concordância da FNLA e UNITA*». Segundo Iko Carreira: «*enviavam três batalhões de comandos para Angola; o novo alto-comissário, Leonel Cardoso goza[va] da confiança do MPLA; ele far[ia] tudo para proteger as fronteiras de Angola; nos primeiros dias da independência, a presença do exército portuguesa garantir[ia] a segurança dos colonos*». Teria concluindo, «*parecia que algo muda[va] em Portugal e que, agora, eles aprova[va]m importantes decisões*».<sup>1244</sup>

Passando ao papel da ASPTJ e da Jugoslávia no desfecho da situação angolana, «*os membros da delegação do MPLA salientaram que a ajuda que receberam, nesse ano, foi decisiva para eles. Foi um gesto muito corajoso, tendo em conta a instável situação desse tempo. Depois do barco jugoslavo,<sup>1245</sup> outros começaram também a chegar. Agora, esperam a chegada de um barco polaco com alimentos. A RDA enviará, em breve, um avião com um carregamento para os refugiados. Brevemente, deverá chegar igualmente um carregamento soviético*».

Achando que os próximos dois meses seriam de importância decisiva para o futuro de Angola, o MPLA esperava que, nesse período, receberia uma importante ajuda dos seus países amigos, dando prioridade ao armamento. Tinham pedidos precisos que iam apresentar nas conversações com o SFDP,<sup>1246</sup> os quais, em primeiro lugar, seriam «*de munições para as armas que já receberam [da Jugoslávia], depois navios de desembarque e, caso seja possível, tanques*». Referiram que, nessa altura, «*só tinham um navio de desembarque. Receberam alguns carros blindados e colocava-se o problema do seu transporte. Igualmente, a ajuda em alimentos era necessária, porque havia dificuldades no abastecimento de alimentos, em particular, para os combatentes na frente*».

A seguir a delegação pediu que fosse ponderada a possibilidade da chegada de um grupo para um estágio, com vista ao estudo da experiência jugoslava no campo da defesa popular, mas seria bem-vinda a ajuda financeira. «*No campo do apoio e ajuda político-*

<sup>1244</sup> Embora, neste documento, o seu nome não foi mencionado, é de pressupor que estas informações tenham sido dadas por ele como chefe da delegação.

<sup>1245</sup> É de supor que se referiam ao citado «*Postojna*».

<sup>1246</sup> A documentação do Secretariado Federal da Defesa Popular acerca destas importantes conversações para o MPLA deve encontrar-se no Arquivo Militar. *Vd.* nota n.º585, p. 286.

-diplomática, a delegação formulou os seus pedidos da seguinte maneira: isolamento do Zaire».

Nas posteriores conversações, «salientaram que lhes seria necessário receber pelo menos 2-3 tanques da Jugoslávia. Espera[va]m que os tanques jogar[iam] um papel decisivo nos próximos confrontos com a FNLA, assim como consideravam que isso incitaria alguns outros países amigos (URSS) a enviar-lhes também tanques».

#### **«Informação» do SFNE**

Neste documento do SFNE (9/Set.), «sobre da actual situação em Angola e as relações dos movimentos de libertação»,<sup>1247</sup> essa situação caracterizava-se por uma alteração da relação de forças entre os três movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA) em comparação à existente há dois ou três meses, «quando reinava um equilíbrio político-militar entre eles. Após a assinatura do Acordo de Nakuru (21 de Junho deste ano), quase se verificou uma grande confrontação entre o MPLA do Dr. Agostinho Neto e a FNLA de Holden Roberto. O resultado desta confrontação foi uma clara superioridade política e militar do MPLA que, então, controla[va] a capital e as regiões mais importantes do país e, sem dúvida, desfruta[va] a maior popularidade entre as massas angolanas». O período até ao dia previsto para a obtenção da independência (11 Novembro) era de grande importância para o futuro da Angola independente, pois das relações estabelecidas entre os movimentos, neste período, dependeria quais seriam as forças que ficariam com a soberania do país. Quanto à «UNITA do Dr. Jonas Savimbi, [esta] deixou claramente a posição de não-ingerência no conflito MPLA e FNLA e, nas últimas semanas, colocou-se abertamente ao lado da FNLA».

A respeito das «relações dos movimentos de libertação à luz dos acordos assinados até à data presente», em Angola, a situação bastante complexa e a incerteza relativa ao seu desfecho eram resultado, em primeiro lugar, da «ingerência estrangeira nos assuntos angolanos, provocada pelo desejo de assegurar uma solução neocolonial e os numerosos e diversos interesses neste rico país africano». Por essa razão, os seus acontecimentos, «pela sua importância e carácter ultrapassavam o quadro nacional e regional e influenciavam um vasto movimento internacional». De que modo iria desenvolver-se a situação, em Angola, ou quais seriam «as forças que tomarão o poder após a independência, dependeria o futuro rumo e carácter da descolonização no Sul da África e o desenvolvimento dos processos sociopolíticos na região». Partindo deste conhecimento, «muitos factores externos tenta[va]m assegu-

---

<sup>1247</sup> AJ, 142, Angola, A-011.

*rar, através de influências e ingerências nos assuntos angolanos, aquele desenvolvimento que mais lhes conv[inha]».*

No período colonial, «o MPLA foi o único movimento que lutou realmente contra o colonialismo português, o único representante dos interesses do povo angolano. Então, também com hoje, o MPLA era, realmente, a única força nacional em Angola, que não se apoia[va] numa ou duas tribos (o que sucede com os outros dois movimentos) e tem influência em todo o país». Um tal movimento — que estava «empenhado numa solução progressista da sociedade angolana, pelo socialismo e o não-alinhamento de Angola — tornou-se um alvo de conspirações e ataques muito intensos do estrangeiro, principalmente, a partir de 1972». O MPLA estimava que «o imperialismo, ou o Ocidente, já então previa a queda do fascismo em Portugal e, por isso, procurou [enfraquecê-lo] como o principal obstáculo aos seus interesses neste país. Paralelamente, com as tentativas de [eliminá-lo], o Ocidente, com o importante apoio do Zaire, procurou fortalecer a FNLA e prepará-la para o papel que lhe reservou numa "independente" Angola de tipo neocolonial».

A divisão do MPLA em fracções devia ser julgada «à luz de tais esforços. Todavia, devia-se reconhecer que o aparecimento das fracções e as consequências que lhes seguiram foram possíveis igualmente por causa de certos erros do próprio MPLA, que foram examinados na Conferência Inter-Regional de Quadros do MPLA (Agosto 1974) e eliminados gradualmente».

### **De Belgrado para Lisboa**

O SFNE comunicou à sua embaixada (12/Set.) a chegada, nesse dia (sexta-feira), de Iko Carreira a Lisboa, após ter chefiado uma delegação do MPLA que visitou a Jugoslávia.<sup>1248</sup> Igualmente, «expressiu o desejo de se encontrar com o nosso embaixador para o informar sobre a posição do MPLA acerca da situação actual em Portugal e, em particular, da relação política de forças, o que era muito importante para o desenvolvimento da situação em Ango-

---

<sup>1248</sup> Nesse mesmo dia (12/Set.), o SFNE informou também a Missão Permanente jugoslava na ONU da visita desta delegação do MPLA, referindo a sua oposição «às acções que permitam a ingerência externa nos assuntos internos de Angola», assim como um pedido da embaixada de Portugal, em Belgrado, para «o apoio a uma sua eventual acção na ONU quanto à internacionalização da situação em Angola. Alegadamente, já informaram o Conselho de Segurança acerca desta questão, apesar de ainda não terem solicitado a sua análise formal». Acrescentando que, a respeito de Angola, se mantinha «a posição de seguirmos a decisão da OUA. Caso a questão, contudo, fosse colocada perante a Assembleia-Geral, [...] dever-se-ia examiná-la de acordo com as posições dos países africanos e as decisões da OUA». ADMNE, F-226, Angola (1975).

la». Além disso, «queria verificar mais uma vez se estava tudo bem quanto à recepção da antena»<sup>1249</sup> que, nesses dias, seria enviada para Lisboa.

Passados três dias, o embaixador Stoíakovitch confirmou que, nesse dia, tinha recebido a visita de Iko Carreira e do «Dr. Arménio Ferreira da Casa de Angola (com o qual, já antes falámos sobre a recepção da antena)».

Numa breve conversação, falaram a respeito do desenvolvimento da situação em Portugal (porque Iko Carreira queria informar-se com mais pormenores, encontrar-se-iam, de novo, dentro de dias). Concordou que «o governo do almirante Azevedo não podia ir para grandes mudanças na política portuguesa de momento em Angola (afirmou que, pessoalmente, Azevedo era-lhes tão próximo como foi Gonçalves)». Permitiam a possibilidade de que, talvez, os portugueses procurassem algo mais para se alcançar «um acordo MPLA-UNITA (porque nela havia muita gente que estava com eles)», no entanto, conforme disse o Dr. Ferreira «"no caso dela, no fim, ainda restasse alguma coisa, infligir-lhe-emos depois mais alguns golpes devastadores"».

Relativamente a Iko Carreira, este iria a Marrocos, mas estaria, dentro de uma semana, novamente em Lisboa. Pediu-lhe para transmitir «aos camaradas em Belgrado»: a) estava tudo bem para a recepção da antena e que podiam enviá-la, comunicando antes a data e restantes dados; b) perguntou quando tencionavam «apresentar o pedido aos órgãos portugueses para o envio do cônsul para Luanda».

### **De Kinchassa e de Dar es Salam**

Um novo ataque, ou seja, uma outra tentativa para tomar Luanda por parte das forças da FNLA «foi acompanhado pelo nervosismo e rumores belicistas de [Jonhny] Pinnock que era, então, o chefe da direcção da mesma FNLA em Kinchassa (Holden Roberto estava há meses em Angola)».<sup>1250</sup> Num velho estilo, «em muitos aspectos quase chinês, atacou a URSS e os seus satélites (em que, por vezes, incluía a Jugoslávia), como os mais responsáveis pelo destino de Angola».

Segundo o embaixador jugoslavo (5/Set.), nesses dias, tinham-se intensificado os contactos de Mobutu com representantes da UNITA. Assim, John Kakumba (secretário-adjunto dos Negócios Estrangeiros da UNITA) fez outra declaração à imprensa, salientando que chegou para dar a conhecer a Mobutu a situação em Angola, e que eram «falsas as notícias de Lisboa» de que tinha sido alcançado um acordo entre o MPLA e a UNITA, «nem haveria um

<sup>1249</sup> Esta antena de radiocomunicações, após um atraso de muitos meses na sua fabricação, foi enviada por via aérea para Luanda através de Lisboa.

<sup>1250</sup> ADMNE, F-226, Angola (1975).

"cessar-fogo" com o MPLA até à restituição da sua "zona de influência"». Voltou a realçar que o MPLA cooperava com a guarda catanguesa, mas também, «*nesse momento, "3 500 des-es guardas que, operavam nas fileiras do MPLA, se encontravam cercados, no Luso, por parte da UNITA"*». No tocante ao Governo de Transição, disse que não funcionava desde que «*as forças da FNLA e da UNITA foram "expulsas de Luanda"*».

Após a sua conversação com «*Chipapa, representante da UNITA [na Tanzânia], que estava marcada há cerca de alguns meses*», o embaixador Kochin informou o SFNE (9/Set.) de que o seu interlocutor avaliou, em particular, a situação em Angola e as relações com o MPLA. Considerando o seu papel extremamente negativo, colocou o MPLA ao lado da FNLA na questão do tratamento da população civil (apropriação violenta de alimentos, represálias contra a população politicamente indecisa, etc.). Estimava, ainda, que «*o MPLA estava sob uma influência absoluta da URSS e que aplicava os métodos soviéticos que eram inaceitáveis e inaplicáveis em Angola*».

Quanto à posição do MPLA, ela não era assim tão forte como a apresentava a sua propaganda. Por exemplo, «*não tinha bases no campo, onde a UNITA tinha uma popularidade maior porque seguia mais as experiências chinesas e cubanas na luta revolucionária e apoiava-se nas massas camponesas*». Não obstante o MPLA tivesse conseguido uma certa popularidade nas cidades, mas mesmo ali «*perdia posições com a fuga maciça da população branca e negra e do caos geral no país*». Estimava, além do mais, que não podia ganhar a guerra, em Angola, pelas seguintes razões: «*primeiro, militarmente, era incapaz para isso; segundo, estava comprometido no apoio exclusivo da URSS; terceiro, perdia o apoio das forças de esquerda em Portugal, as quais, então, estavam preocupadas, principalmente, com as suas próprias posições e a luta pela sobrevivência (Gomes, Gonçalves, Cunhal e as forças de esquerda entre os oficiais superiores)*».

Por isso, «*caso quisesse sobreviver, o MPLA precisava de ir para um equilíbrio de forças, ou seja, para a unidade com a UNITA*». Apesar de, em diversas ocasiões, terem proposto a cooperação com o MPLA, esta foi impossível devido à atitude arrogante do MPLA, o que tornou, nesse momento, as perspectivas de cooperação muito fracas. De facto, à UNITA preocupava essa sua «*ligação cada vez mais forte com a URSS porque, no caso de Angola, não levava a parte alguma*». Visto que, em Angola, a UNITA com outras forças angolanas não aceitavam a presença soviética, sem embargo, «*caso o MPLA fosse capaz de assumir uma posição político-ideológica mais moderada, Chipapa não excluía a possibilidade de cooperação*».



Devido à guerra civil que alastrava, a UNITA entrou, lentamente, nela. Contudo, visto que não tinha assegurado «o fornecimento de armamento como o MPLA (URSS) e a FNLA (Zaire, China e outros)», e sendo obrigada a lutar contra o MPLA, nesse caso, este seria a sua fonte de abastecimento.

Num comentário final, o embaixador jugoslavo referiu que o seu interlocutor exprimiu «uma hostilidade bastante grande em relação ao MPLA, sobretudo, por causa da sua ligação com a URSS». De resto, não excluiu a cooperação com o MPLA, embora, «dependente do seguinte desenvolvimento dos acontecimentos não só em Angola, mas também mais além (Portugal, a rivalidade soviético-chinesa em África, a presença de interesses económico-estratégicos ocidentais nesta região, etc.)». Achava que todas as opções eram possíveis. Ademais, o problema angolano tinha um efeito negativo na luta pela libertação da Namíbia, Rodésia, nas Comores e na unidade no seio da OUA. Ao mesmo tempo, a evolução nas citadas regiões agravavam a situação na própria Angola.

A respeito de Chipapa, Kochin acrescentou que ele «estava disposto a manter connosco contactos informais, [sabendo] que éramos amigos do MPLA».

#### **De Kampala e de Dar es Salam**<sup>1251</sup>

Para a solução do problema de Angola, «Portugal orientava-se cada vez mais para a cooperação com os países africanos e pedia a sua ajuda, em particular, a ajuda da OUA». Nesse sentido, esteve, em Kampala, durante a sua Cimeira, «o embaixador V. Alves, membro do Conselho Superior da Revolução, onde teve conversações com diversos líderes e Amin como presidente da OUA».

Neste seu telex para o SFNE (23/Set.), a embaixada jugoslava transmitiu ainda que «após esses contactos animadores», recentemente Costa Gomes tinha enviado uma mensagem a Amin, na qual, deu-lhe «a conhecer em pormenor "a grave situação em Angola que se agravava de dia para dia"». Apontando «a desactualização do Acordo do Alvor, Gomes apelou para que com esforços comuns e relações mais activas, e conforme as decisões dessa Cimeira fosse enviada, quanto antes, uma Comissão de Conciliação da OUA a Angola». O seu objectivo seria de encontrar ali uma «solução política para acabar com o terror e a violência», ou seja, «a instauração da paz e uma "autêntica independência de Angola"». Igualmente, prometeu uma «participação activa de Portugal e ajuda variada à CC durante a sua estada».

---

<sup>1251</sup> Os documentos citados encontram-se no ADMNE, F-226, Angola (1975).

Respondendo à mensagem, o presidente ugandês que, *«pela primeira vez, estabeleceu contacto com o novo regime de Portugal, também, muito elogiou as mudanças revolucionárias e a sua política progressista»*. Depois, comunicou que a citada comissão estava formada e pediu que Portugal enviasse o seu representante<sup>1252</sup> à sua próxima reunião (30/Set.), em Kampala, para a qual estavam convidados os representantes dos três movimentos angolanos.

Exprimindo a posição da OUA, Amin comunicou a Costa Gomes que a África e todas as forças pacíficas no mundo, consideravam *«Portugal como um verdadeiro amigo dos povos africanos, assegurando-lhe que aos cidadãos portugueses nas ex-colónias ser[iam] dados os mesmos direitos e protecção como à população africana»*.

Segundo o embaixador Kochin (29/Set.), a Tanzânia estava sob a influência dos acontecimentos em Angola, da conduta comprometedora da FNLA e de certa forma da UNITA, das explicações e dos documentos que Nyerere e Kavava receberam, em nome do MPLA, de Lopo de Nascimento e da opinião de Samora Machel, tendo deixado de jogar, *«há cerca de dois meses, no Savimbi como "salvador" da unidade nacional de Angola e começou a apoiar o MPLA»*.

Nomeadamente, o desfecho em Angola convenceu *«a direcção tanzaniana de que a cooperação entre os três movimentos de libertação era irrealizável»* porque, para Holden Roberto e a FNLA, *«os seus interesses principais eram os das forças que serviam e não de Angola e da África»*. Também, Savimbi colocava, *«em primeiro plano, os seus interesses estreitos e não os interesses de Angola independente»*. Além disso, convenceram-se que não era uma personalidade que pudesse conduzir o país à conciliação nacional. Sobretudo, ele desiludiu-os quando liderou, juntamente com a FNLA, a guerra contra o MPLA.

Apesar de todas as reservas que continuavam *«a ter em relação ao MPLA por causa da sua orientação marxista, a alegada ligação com a URSS e a ainda sempre presente convicção de que o Dr. Neto era um homem dos soviéticos (todavia, pessoalmente, o presidente Nyerere não tinha essas reservas), por fim, era claro para os tanzanianos que o MPLA era um movimento nacional que lutava verdadeiramente pela independência e os interesses dos povos de Angola»*. De mais a mais, gozava de uma ampla popularidade e apoio das massas porque tinha um claro programa político, nacional, racial e socioeconómico. Achavam que o MPLA se mostrou tão forte, politicamente e militarmente, que era *«capaz de assegurar a independência e a integridade de Angola, de impedir as maquinações em seu redor, e alcançar a paz interna e a estabilidade do país»*. Essa força estava na sua *«clara linha política por*

---

<sup>1252</sup> Esse representante foi o tenente-coronel Manuel da Costa Braz.

*a independência nacional e a integridade territorial de Angola*», apoiando-se em amplas massas populares, no antitribalismo e em inúmeros quadros com maturidade política.

Salvo estas informações, que se baseavam nas conversações com alguns membros do governo tanzaniano e funcionários do MNE e da OUA, o embaixador jugoslavo informou que existia — apesar de considerarem «*a posição actual do MPLA muita boa*»<sup>1253</sup> e de que a FNLA e a UNITA dificilmente poderiam pôr em causa a sua posição dominante —, naturalmente, o perigo de secessões provisórias.<sup>1254</sup> Contudo, todas teriam uma curta duração, porque com o tempo, seguramente, o MPLA estaria em condições, com o apoio da África, de recuperar esses territórios. Não obstante, conforme essas informações e opiniões dos meios políticos de Dar es Salam, seria importante que conseguisse alcançar alguns objectivos imediatos<sup>1255</sup> e conservar ou evitar outros.<sup>1256</sup>

Estimando que o MPLA merecia um apoio total por parte da África progressista, a própria Tanzânia dava-lhe, publicamente, um decidido apoio político e moral. Nos meios da Comunicação Social<sup>1257</sup> deste país, os seus êxitos e actividades eram tratados da forma mais positiva, enquanto acerca da FNLA e UNITA publicavam, geralmente, notícias desfavoráveis e negativas.

A respeito da recente reunião, em Lusaca, de cinco presidentes, a Tanzânia empenhou-se por «*uma relação positiva com o MPLA e interveio junto do governo zambiano para permitir a passagem do [seu] armamento para Angola*». Por seu lado, «*reteve 90 toneladas de armamento moderno que a China tinha enviado para Savimbi*». Julgava, além disso, que era preciso respeitar o acordo quanto à independência no dia 11 de Novembro, porque o MPLA

---

<sup>1253</sup> Sublinhando que além do «*controlo sobre a maior parte do território angolano, mantinha todas as cidades mais importantes, excepto Nova Lisboa, e todos os portos e comunicações mais importantes, excepto parte da linha Lobito-Zâmbia*». Ademais, nesse território, o MPLA instaurou «*um poder democrático popular, distribuiu armas pelo povo e trabalhava na organização de novas condições de vida e na politização das massas*».

<sup>1254</sup> Estas poderiam ser as seguintes: a de Cabinda com o apoio do Zaire; a do Norte de Angola, «*onde vivia a tribo do [Holden] Roberto e a FNLA tinha o seu principal ponto de apoio*»; e, possivelmente, uma parte do Sul de Angola, ao longo da fronteira da Namíbia, onde a UNITA poderia proclamar a sua independência com o apoio de tropas sul-africanas e, talvez, da SWAPO.

<sup>1255</sup> Citando, por exemplo: «*o total controlo da linha férrea Lobito-Zâmbia*», assegurando desta maneira o apoio zambiano; talvez, devia continuar a «*tentar ganhar a adesão de alguns quadros nacionalistas e honestos da UNITA e FNLA*»; «*impedir as matanças sem sentido da população civil e recuperar a paz o mais rápido possível*».

<sup>1256</sup> Se para os tanzanianos, «*parecia que o MPLA conseguiu incutir um sentimento de segurança numa parte da população portuguesa e de evitar o seu êxodo*», igualmente, «*gostariam que o MPLA acenasse um pouco menos com a bandeira vermelha e assustasse a África com o comunismo*».

<sup>1257</sup> No «Daily News» governamental, saíram alguns editoriais em que salientaram o MPLA como «*o único movimento de libertação, em Angola, capaz de assegurar uma verdadeira independência, paz e prosperidade*».

era uma garantia suficiente para a independência. Era contrária «às tentativas de internacionalização da questão angolana, sobretudo a intervenção da ONU e o envio de tropas estrangeiras», devido a poderem vir a favorecer somente as forças neocolonialistas. Unicamente, aceitava diversas missões de paz da OUA, embora não acreditasse mais no seu sucesso.

Sem embargo, o governo tanzaniano censurava «o MPLA não só por não o manter ao corrente dos acontecimentos, mas também porque Neto não se encontrava, já há quase um ano, com Nyerere».

### **A abertura do Consulado jugoslavo em Luanda**

Num telegrama do SFNE (24/Set.) para o embaixador Stoíakovitch, mencionando «a decisão de Abril desse ano relativa à abertura do Consulado-Geral junto do Governo de Transição, em Luanda», e atendendo a que esse governo não funcionava, pediam para verbalmente, no MNE, «examinar a disposição dos portugueses em relação à nossa intenção de abriremos o CG antes da independência de Angola». Caso estivessem de acordo, deveria solicitar por nota a devida autorização e informar sobre a sua reacção.

Dois dias depois, no Palácio das Necessidades, reuniu-se com «o embaixador Dr. Cruz, director-geral da Direcção dos Assuntos Políticos». Segundo a sua reacção, «eles (o Governo Português) tinham uma opinião positiva a respeito do pedido» apresentado e informou-o dos procedimentos a seguir.<sup>1258</sup> Igualmente, disse-lhe, tendo em conta «a fluidez da situação angolana, a carga de trabalho (e a ineficácia) dos seus órgãos», em Portugal e dos serviços em Luanda, a resposta positiva oficial não seria dada, provavelmente, antes de duas a três semanas, pelo que Stoíakovitch lhe pediu, caso pudesse, apressar essas formalidades e, quanto à nota da embaixada, esta seria enviada imediatamente ao MNE.

### **«Angola e a Proclamação da Independência»**

Num documento assim intitulado (30/Set.), o SFNE reuniu, do «desenvolvimento da situação mais recente acerca de Angola»,<sup>1259</sup> alguns dos seus momentos mais importantes que repartiu por seis pontos principais, procurando sintetizar a numerosa documentação desses últimos meses.<sup>1260</sup>

<sup>1258</sup> Estes eram os seguintes: uma nota da embaixada a solicitar a abertura do consulado-geral; depois, o MNE informava «o seu Alto-Comissário em Luanda e este informava (consultava) o órgão local de poder que controlava Luanda (na prática o MPLA)». O diplomata português disse-lhe ainda que, «assim, por exemplo, procederam também com o recente pedido do Brasil».

<sup>1259</sup> ADMNE, F-226, Angola (1975).

<sup>1260</sup> Tendo sido um documento para uma distribuição restrita (uns 15 exemplares) só no próprio SFNE, as suas 7 páginas podem ser um indicador da avaliação dessa importância dos citados acontecimentos e da confirmação da própria documentação que foi ou não consultada neste Arquivo.

Conforme essa avaliação, esses pontos eram os seguintes: «1.) *posições militares estratégicas dos movimentos de libertação em conflito*; 2.) *conversações e actividades das partes*; 3.) *posições de Portugal*; 4.) *posições da OUA*; 5.) *posições do MPLA*; 6) *A Jugoslávia e o MPLA*».

1.) Considerando no primeiro ponto que, na luta entre os três movimentos angolanos, continuavam a predominar os violentos confrontos das forças do MPLA e da FNLA, estando «*a característica principal dessas acções nas iniciativas para a ocupação de pontos-chave estratégicos nas comunicações com insignificantes movimentos noutras sectores*».

Quanto às posições dominantes, as forças do MPLA continuavam a controlar os centros vitais (Luanda, Malanje, Lobito, Moçâmedes e Cabinda), sendo importante que «*estes lugares representavam também os centros de produção e exploração de petróleo, algodão, diamantes e abrangia parte da linha férrea do Lobito para o Catanga e Zâmbia*».

Outros pontos estratégicos encontravam-se em Nova Lisboa e Silva Porto e estavam em poder da UNITA como uma pequena parte do território do Sul de Angola. Nos últimos dias, unidades da FNLA tomaram ao MPLA o importante nó ferroviário do Caxito na linha para Luanda. Sob o controlo deste movimento continuava a vasta região na parte norte de Angola que faz fronteira com o Zaire. A região do rio Cunene e do sistema hidroeléctrico nesse rio estava ocupado por tropas invasoras da RAS.

As perspectivas para «*futuros confrontos mais amplos eram cada vez mais evidentes e, seguramente, orientavam-se em direcção da região de Luanda*». A sua maior intensidade «*podia-se esperar com a aproximação do dia da Independência, caso antes não se chegasse a um eventual cessar-fogo*».

2.) O segundo ponto divide-se pelas «*conversações do MPLA e a UNITA*», «*contactos Mobutu-UNITA-FNLA e o envolvimento dos EUA*» e «*as relações Zaire e MPLA*», salientando-se, no seu início, que «*no curto espaço de tempo dos últimos dias, se sentia uma campanha cada vez mais nervosa de consultas e combinações que tinham como objectivo o fortalecimento das próprias posições ou daqueles que se encontravam por trás deles*».

Conforme foi referido na documentação enviada para o SFNE, a UNITA «*apresentou-se durante muito tempo como moderada, uma força média que balançava entre o MPLA e a FNLA*». No entanto, a alteração do equilíbrio estratégico político e militar a favor do MPLA, orientou a UNITA para contactos mais próximos com a FNLA.

Partindo do conhecimento de que na UNITA, «*a direcção estava dividida e que nas suas fileiras havia elementos patrióticos e quadros com orientação progressista*», o MPLA tentou encontrar, na reunião em Lisboa, as coordenadas básicas para um acordo com este

movimento. As conversações fracassaram «*provavelmente por causa da questão do reconhecimento de zonas de interesse que o MPLA não podia aceitar*». Apesar da suspensão das conversações, segundo este documento, a UNITA representava «*um potencial parceiro do MPLA e uma possibilidade de eliminação da FNLA como representante dos interesses estrangeiros*». Era importante sublinhar que «*o governo português advogava um acordo entre [dois movimentos], partindo, seguramente, de outras premissas do que o MPLA*». Era conhecido que a UNITA tinha «*um grande apoio dos colonos brancos de Angola, que eram um sério problema para o MFA, mas também para o Ocidente*», querendo o governo português manter com eles um certo equilíbrio.

No tocante aos citados contactos de Mobutu com a UNITA e FNLA, que eram difíceis de avaliar, seria necessário ter em conta «*o elemento americano, que surgiu por meio da declaração de Kissinger, a qual, avisava as grandes potências fora do continente africano para não se imiscuírem nas questões internas deste país*», sendo esta «*uma clara alusão às relações da URSS-MPLA e a China-FNLA*».

Conforme as «*informações dos nossos de Kinchassa*», nos últimos tempos, os EUA envolviam-se em Angola, recomeçando a ajuda militar à FNLA e UNITA e, desta forma, aproveitando a enfraquecida posição de Mobutu para o empurrar a uma ingerência directa em Angola. Até essa altura, o Zaire «*enviou instrutores para unidades da FNLA em Angola, mas, há pouco tempo, foi enviada uma unidade de 450 comandos*».<sup>1261</sup>

Nas relações do Zaire com o MPLA, recentemente, Mobutu tinha declarado que os representantes do MPLA seriam recebidos, em Kinchassa, com os da UNITA. Uma decisão tomada, possivelmente, por causa do isolamento cada vez maior da FNLA e a identificação do presidente zairense como o principal apoiante da política reaccionária desse movimento e o titular da política pró-americana nessa região.

Por sua parte, a FNLA era para o MPLA «*um instrumento do Zaire e da política americana pelo que a considera[va] como uma parte da potência intervencionista na no seu país. Por isso, estima[va]m a eliminação da FNLA como uma condição para a descolonização*».

3.) Nas posições de Portugal, a sua «*agitada situação interna estava bastante afectada pelo estado existente em Angola, assim como pela repatriação dos seus cidadãos e pelas obrigações assumidas na descolonização dessa região*». Procurando uma saída, o governo português efectuou algumas acções por meio da ONU e da OUA.

---

<sup>1261</sup> Segundo conhecedores das relações EUA-Zaire, «*este envolvimento de Mobutu em Angola era o preço para a melhoria dessas relações e a concessão de créditos americanos, que eram para o Zaire, nesse momento, indispensáveis*».

Numa menção à carta dirigida ao secretário-geral da ONU, em finais de Agosto, a suspensão do Acordo do Alvor, entre «*alguns elementos preocupantes [...] abria a possibilidade de um adiamento ilimitado do prazo para a proclamação da independência de Angola*» e conduzia à «*internacionalização do problema*», criando «*condições para a intervenção desta organização*».

Quanto à mensagem do presidente Costa Gomes para a OUA, esta pedia aos membros dessa organização para intervirem mais activamente na crise angolana que, permanentemente, se agravava, mencionando: a «*desactualização do Acordo do Alvor*»; uma «*relação mais activa dos estados africanos acerca da crise angolana*»; insistência «*no envio duma Comissão de Conciliação para ser encontrada uma solução política*»; a «*instauração da paz como uma "alternativa para a independência"*».

Igualmente, a declaração do alto-comissário, vice-almirante<sup>1262</sup> Leonel Cardoso, mostrou existir «*uma completa sincronização do governo português na questão angolana*», ao afirmar que Portugal «*considerava por direito que não deveria entregar o poder ao MPLA*» e, no caso de o MPLA recusar as relações com a FNLA e a UNITA, solicitariam a arbitragem da ONU.

Segundo esta avaliação do SFNE, atendendo a «*todas estas intervenções não se deveria perder de vista nem os interesses nacionais de Portugal em Angola, nem o espaço que se abriu a Portugal no diálogo em redor da resolução da crise com as grandes potências*» interessadas nessa região. Por seu lado, a direcção do MPLA estimava que «*não havia grande importância em que o governo português estivesse sob a influência dos comunistas ou socialistas, porque todas as forças de esquerda decidiram-se pela descolonização*». Porém, um perigo objectivo representaria «*uma tentativa de um golpe direitista*».

4.) Relativamente às posições da OUA, além da menção à sua Cimeira em que foi decidido formar uma Comissão de Conciliação para Angola (recusada pelo MPLA), este documento julgou importantes quatro das suas seguintes iniciativas:

a) o seu presidente, o general Amin recebeu, em Kampala (30/Set.), os representantes dos 3 movimentos angolanos e os membros da Comissão de Conciliação,<sup>1263</sup> tendo-se encontrado antes com Mobutu e enviado uma mensagem para o general Costa Gomes, informando-o de que procuraria encontrar uma solução adequada para a crise em Angola;

<sup>1262</sup> Neste e noutros documentos, general.

<sup>1263</sup> Esses membros eram a Uganda, Somália, Nigéria, Guiné, Líbia e Marrocos.

b) em Lusaca, o presidente da Zâmbia, Kaunda, reuniu-se com os chefes de Estado da Tanzânia, Congo, Moçambique, Botsuana e Zaire a pretexto de suspender a guerra fratricida, acordar a formação de um novo governo provisório e assegurar as condições para a Independência em 11 de Novembro;

c) nos círculos da OUA, em Adis Abeba, a solução da crise angolana encontrar-se-ia na sua internacionalização,<sup>1264</sup> porque «*não havia nenhuma possibilidade com a solução nacional, mas devendo o problema ser resolvido no quadro da OUA e com a cooperação dos três movimentos angolanos*».

A respeito da entrega de poderes e da proclamação da independência havia as seguintes variantes: «*os três movimentos concordavam em formar um corpo comum para receber o poder do governo português; a OUA assumia o Poder com concordância dos movimentos; Portugal entregava o Poder a um dos movimentos; Portugal deixava Angola sem a entrega de poderes*». Igualmente, nesses círculos, qualquer uma destas variantes era mais aceitável do que um prolongamento do poder português em Angola.

5.) As posições do MPLA podiam ser resumidas às seguintes: a) tinham uma posição negativa acerca da internacionalização do problema angolano, considerando que se podia resolver no plano nacional; b) estimavam que, em Angola, não havia uma guerra civil, pois que as forças de libertação lutavam contra uma intervenção externa; c) recusavam a vinda à Comissão de Conciliação; d) exigiam que a data da proclamação da independência não fosse adiada e as tropas portuguesas abandonassem Angola no prazo previsto de 11 de Novembro; e) propuseram ao governo português que, em 11 de Novembro, o poder fosse entregue aos representantes do MPLA e UNITA, ou somente ao MPLA., mas não tiveram resposta a essa proposta; f) aguardando a data da independência, o MPLA consultou alguns países africanos para, unilateralmente, proclamar a independência.

6.) A respeito das relações entre a Jugoslávia e o MPLA, uma menção à última visita de uma delegação do MPLA a Belgrado, em que os representantes do MPLA pediram ajuda militar e política.

Na primeira ajuda, esperavam «*o envio de munições para as armas que lhe foram entregues bem como o alargamento a outro tipo de armamento nas seguintes ajudas*». Para a segunda, pediram: o isolamento do Zaire; reforço da ajuda dos países não-alinhados; no plano

---

<sup>1264</sup> De acordo com este documento, o governo português era pela internacionalização do problema por meio da ONU, «*mas a OUA aceitou a sugestão do secretário-geral Waldheim de que isso se resolvesse no quadro da OUA*».



internacional, afirmação do MPLA e das suas posições; nas relações bilaterais, insistiram na abertura do consulado e do escritório da Tanjug, o que já estava em curso.

Uma dezena de dias depois, um resumo deste documento foi enviado pelo SFNE para 16 das suas embaixadas em países africanos. Nesse telegrama (10/Out.), além de uma breve menção à visita da delegação do MPLA à Jugoslávia (4-12/Set.) e à situação política e militar angolana, a posição e as propostas do MPLA mencionadas mereceram alguns novos comentários e outras informações antes não referidas.

Atendendo a que a delegação fizera uma clara e exaustiva exposição da situação angolana, salientou-se ainda que *«o tempo [...] até ao 11 de Novembro era de importância decisiva para o futuro da Angola independente e para as [suas] forças progressistas»*,<sup>1265</sup> pelo que era muito importante uma informação regular, o mais pormenorizada e a tempo, *«acerca do desenvolvimento dos acontecimentos, com análises e opiniões dos países africanos, em particular dos vizinhos, mas também sobre as acções e o comportamento dos três movimentos como dos restantes factores que tinham ou podiam ter influência no desenvolvimento da situação em Angola»*.

Segundo os membros da delegação, previa-se que antes da proclamação de independência iria ocorrer mais uma grande confrontação com a FNLA. *«Preparando-se para ela, o MPLA queria armar 40 000 homens e dos países amigos pedia ajuda militar, artilharia e unidades blindadas»*, tendo justificado com precisão o pedido e entregaram uma lista desse armamento considerado necessário. Igualmente, estimavam que podiam ir para uma declaração unilateral de independência (DUI) caso a situação assim o exigir. Sobre isso, consultavam-se com alguns países africanos e já tinham algumas reacções positivas.

Pela parte jugoslava, de acordo com a posição de apoio e ajuda ao MPLA, foi prometido o apoio político diplomático a nível internacional<sup>1266</sup> e apressar a abertura da representação jugoslava. Relativamente à DUI, não reagiram.

Além do mais, iriam examinar *«o pedido para a concessão de nova ajuda militar e das possibilidades do envio de alimentos»*. Também, *«uma ajuda em divisas de 50 000 dólares EUA em dinheiro»* foi entregue à citada delegação.

---

<sup>1265</sup> ADMNE, F-226, Angola (1975).

<sup>1266</sup> Em particular, *«nos contactos com parceiros dos países não-alinhados e africanos, [assim como ficou acordado que,] nos seus habituais contactos com alguns partidos e organizações políticas da Europa Ocidental, seriam efectuadas consultas acerca de Angola e procurar que compreendam melhor o papel e os procedimentos do MPLA»*

### Uma visita a uma embaixada e outro telegrama do SFNE

A embaixada jugoslava, em Brazavile, comunicou ao SFNE (13/Out.), que recebeu a visita de «José Eduardo [dos Santos], membro do BP MPLA (encarregado da política externa), que disse ter chegado mandatado pela direcção do MPLA»<sup>1267</sup> para pedir que fossem informados «oficialmente o CC LCJ, a ASPTJ e o governo jugoslavo de que o MPLA tencionava proclamar a Independência de Angola e que a podia efectuar, em 11 de Novembro ou antes».

Em relação a esse acto, enviava um pedido para o governo jugoslavo reconhecer «o Estado e Governo que serão proclamados por parte do MPLA e isso imediatamente após essa proclamação», exprimindo ainda «o desejo e o interesse de assinar com a Jugoslávia acordos (económico, militar e outros de cooperação)», logo após a proclamação da Independência e do Governo». Acrescentou que desejavam assinar «esse acordo somente com a Jugoslávia como país socialista e amigo». À pergunta o fariam com os restantes, respondeu que «a anterior informação foi dada aos restantes países socialistas, excepto a China e Albânia (devido à sua relação com a FNLA)».

Na continuação da conversação, declarou que o MPLA achava que a situação militar e política, no terreno, lhe era favorável. Tinham uma clara posição quanto à FNLA e UNITA, que não consideravam como movimentos de libertação, mas sim de fantoches (ligados ao Zaire, EUA e África do Sul), traidores do povo angolano com quem a reconciliação era impossível. Via a solução, unicamente, num governo que tivesse o apoio do povo e formado pelo MPLA. A sua luta entrou «na fase decisiva, até à data da independência faltavam só 29 dias, era preciso consolidar e defender a vitória que até então tinham alcançado (controlavam 12 do total de 16 províncias [e a capital Luanda])», enquanto, a FNLA controlava duas províncias (no norte do país) e a UNITA outras duas na parte central de Angola.

No plano político e diplomático, afirmou que era preciso lutar para que a OUA aprovasse uma decisão neutral ou favorável a respeito do MPLA. Por isso, aceitaram a vinda da Comissão da OUA que visitou Luanda e iria a outras partes do território sob o seu controlo. Assim, «em frente do palácio, em Luanda, a Comissão da OUA foi esperada por uma extraordinária manifestação. Quase 400 000 pessoas, portanto, toda a cidade saiu para exprimir a sua vontade pela independência e o apoio ao MPLA».<sup>1268</sup>

<sup>1267</sup> ADMNE, F-226, Angola (1975).

<sup>1268</sup> Segundo ele, «quando o presidente da Comissão tomou a palavra e disse que a sua missão era reconciliar os movimentos de libertação angolanos, o povo protestou. Então, o presidente declarou que a Comissão chegou para obter a permissão de grandes multidões para isso e que [ali] teve conhecimento da opinião do povo».

Depois, falou com o seu interlocutor jugoslavo acerca da declaração de Amin,<sup>1269</sup> proferida, em Kampala, na abertura da Comissão de Conciliação da OUA. Nessa reunião, «(onde o Eduardo representou o MPLA), no seu discurso informou os presentes sobre a posição do MPLA em relação à FNLA e UNITA, mas também quanto a Angola». Aliás, o presidente Amin recebeu-o muito bem, conversou com ele e disse-lhe que contactaria outros países e a China para ajudarem o MPLA e condenarem a agressão sul-africana.

Referiu-se, a seguir, «aos congolezes que os aconselharam a manter boas relações com Amin, que deviam aproveitar a sua inconstância e, até ao 11 de Novembro, ganhá-lo para o lado do MPLA». Confirmou que, seguramente, o governo congolês apoiaria a proclamação da independência por parte do MPLA e pensava que o mesmo faria Moçambique (embora essa pergunta ainda não lhe fora colocada) com outros países (Guiné-Bissau, Cabo Verde, Guiné, Argélia, Tanzânia e Somália). Acrescentando que, talvez, mais uma dezena de outros países africanos o iria fazer.

Para concluir, nomeou «a posição pouco clara da Zâmbia e pensa[va] que Kaunda, rodeado de representantes da burguesia, enfrenta[va]-se com bastantes dificuldades internas». Ali, continuava a haver uma grande simpatia pela UNITA que, possivelmente, existia mais no governo zambiano do que no seu presidente. Outra conclusão deste dirigente do MPLA foi que essa «situação interna impedia Kaunda de assumir uma posição clara a respeito do Zaire e de Angola».

Duas semanas depois (27/Out.), o SFNE enviou outro telex sobre a situação em Angola para «todas as embaixadas da RSFJ nos países não-alinhados e em Moscovo, Washington, Pequim, Paris, Londres e Missão em Nova-Iorque».<sup>1270</sup> Recapitulando a documentação, principalmente, desse mês, este documento começa com a apresentação de uma situação que se tornava «todos os dias cada vez mais complexa e as condições para a independência cada vez mais desfavoráveis e incertas».

---

<sup>1269</sup> Em que acusou Chipenda de manter contactos com responsáveis da República da África do Sul e «a UNITA de receber ajuda da RAS e após da invasão dos racistas de Angola. Ajudam Savimbi em petróleo (camiões-cisternas) da Namíbia». Portanto, a FNLA e a UNITA estavam ligadas «à RAS e, nem a seguir à invasão de Angola, não tomaram qualquer posição acerca da sua invasão nem a condenaram». Somente, o MPLA lutava contra a invasão da RAS. Igualmente, nessa altura, «a FNLA e a UNITA recebiam armamento dos países imperialistas (França e EUA) por meio do Zaire. Estas armas eram transportadas para Angola em dois aviões (C-130) que pertenciam às forças armadas zairenses».

<sup>1270</sup> ADMNE, F-226, Angola (1975). Neste documento, duas das suas 8 páginas são instruções para algumas das embaixadas mais citadas nesses últimos meses.

A julgar por essa situação que continuava a se agravar «*porque os três movimentos de libertação exigiam que o 11 de Novembro fosse respeitado como a data da independência, mas que, na realidade, não aceitavam qualquer compromisso e anunciavam as suas proclamações unilaterais de independência*». Assim, o MPLA preparava, apoiado por um número de países africanos progressistas e de países socialistas, a sua proclamação de independência nessa data ou antes. Por seu lado, a FNLA parecia que preparava a formação de um governo de coligação com a UNITA, apoiado, sobretudo, pelo Zaire e os EUA. O seu objectivo era «*de isolar o MPLA e de Portugal exigir a entrega de poder*». Daí, antes do 11 de Novembro, podia-se esperar «*acções militares da FNLA e UNITA e, também, tentativas para conquistar Luanda*».

A seguir, este resumo de acontecimentos com algumas previsões salientou alguns aspectos da posição de Portugal, em que «*estimavam que as diferenças entre os movimentos angolanos eram grandes e que era irrealista esperar um acordo mútuo*». Achavam que, após a independência, «*a luta entre si continuaria, sob uma forma ainda mais violenta*». Repetiam as suas simpatias ideológicas em relação ao MPLA, no entanto, na política, queriam ser ponderados quanto aos três movimentos.

Segundo essa avaliação, talvez baseada nas conversações ocorridas, dias antes, durante a visita de Costa Gomes à Jugoslávia, «*Portugal estimava os esforços do Dr. Neto no sentido do Não-Alinhamento e a Independência de Angola, mas com cepticismo olhavam para a possibilidade de tal se realizar*», tendo em conta o contexto internacional<sup>1271</sup> da actual actuação do MPLA e de que o Dr. Neto, parecia, não ter um total apoio para as suas posições até na direcção que presidia.

Após uma menção à Comissão de Conciliação e ao seu relatório entregue ao presidente Amin acerca da sua viagem a Angola e das conversações com os três movimentos e as autoridades portuguesas, este último, na qualidade de presidente da OUA, convocou o birô da XII Cimeira da OUA e enviou mensagens aos líderes dos movimentos angolanos com o pedido de um cessar-fogo a partir de 1 de Novembro. Igualmente, declarou que esses movimentos concordaram com a unificação e a formação de um governo unitário, eram contra a divisão de Angola e que Cabinda era parte indivisível do território angolano.

---

<sup>1271</sup> Segundo este documento, «*Portugal insistia em afirmar que tinha sérias provas de que o MPLA estava, objectivamente, ao serviço da política soviética naquela parte da África, enquanto a FNLA era, "tanto objectiva e subjectivamente", um instrumento da política dos EUA. Consideravam que, então, Angola já se tinha tornado um campo da rivalidade das duas grandes potências e a esse respeito dever-se-ia esperar uma escalada. Kissinger disse-lhes que não queria um "governo pró-comunista" nessa parte da África, o que entenderam como a determinação dos EUA de não permitir nessa região qualquer presença que fosse da URSS*».

Todavia, de acordo com as informações do SFNE, os esforços da citada Comissão não deram resultados, nem havia perspectivas de que essa acção de Amin pudesse ter mais sucesso.

Quanto às iniciativas de alguns países africanos, uma menção à reunião de cinco países em Lusaca (sem quaisquer resultados devido à recusa do Zaire nela participar), mas também uma proposta de confiança à mediação da OUA por parte da Argélia e uma outra de Portugal acerca de uma nova conferência dos três movimentos angolanos, mas apoiada, parecia, somente pela Zâmbia.

Achando que as previstas três proclamações de independência iriam dividir Angola em três zonas com os territórios de cada movimento, a sua consequência imediata seria *«a continuação da guerra civil com um maior empenhamento dos factores estrangeiros e da transformação de Angola num polígono da rivalidade das duas grandes potências e um campo de um novo conflito internacional (mais uma segunda edição do Congo Belga ou alguma outra variante do Vietname)»*. Mormente, preocupavam-se com o perigo do Zaire intervir directamente ao lado da FNLA, tendo em conta que, a esse respeito, *«os interesses de Mobutu e dos EUA eram comuns porque queriam impedir a instauração de um regime progressista em Angola»*. Provavelmente, os EUA não se empenhariam directamente, mas sim por intermédio do Zaire e, em particular, da RAS.<sup>1272</sup> Até esse momento, *«não era ainda claro em que medida e até quais os limites, a URSS estava pronta a empenhar-se ao lado do MPLA»*. Alegadamente, antes, a China ajudou com armamento todos os três movimentos de libertação e, *«desde que começou a guerra civil, suspendeu a todos essa ajuda»*<sup>1273</sup> (segundo informações de que tinham continuava presente na FNLA e UNITA). *A China acusava a URSS e os EUA de culpados pela guerra civil e que a URSS manipulava o MPLA»*.

Perante a situação político-militar angolana e o seu previsto agravamento após 11 de Novembro, o SFNE comunicou às suas missões diplomáticas diversas recomendações como a de *«apoiar os esforços da OUA para uma solução política da crise»*,<sup>1274</sup> assegurar quanto

---

<sup>1272</sup> Conforme sabiam *«(a RAS já ocup[ara] com unidades de 300 soldados, no Sul de Angola, a zona das centrais hidroeléctricas que lhe forneciam energia)»*.

<sup>1273</sup> Dias antes (13/Out.), segundo a embaixada jugoslava, em Kinchassa, *«a China queria realmente, assim parecia, retirar-se dos conflitos em Angola para evitar comprometer-se perante a opinião pública progressista de África e do mundo, tendo em conta que os EUA e a RAS empenha[va]m-se cada vez mais no mesmo lado. O embaixador chinês disse-nos, na sexta-feira [(10/Out.)] que deixaram de dar ajuda militar à FNLA e que, brevemente, retirariam todos os instrutores militares. Contudo, não pode esconder a simpatia pela FNLA e UNITA e as críticas por conta do MPLA»*. ADMNE, F-226, Angola (1975).

<sup>1274</sup> Apesar das *«possibilidades para um compromisso político entre os movimentos de libertação continuavam a ser, realmente, mínimas»*.

mais possível «a unidade de acção dos Países Não-Alinhados naquelas questões, onde as posições eram comuns (proclamação da independência, integridade territorial e oposição à ingerência externa)» e manter um «completo acompanhamento das posições de certos países, sobretudo, EUA e URSS, mas também da China». Igualmente, previam consultas com um certo número de países e contactos com representantes dos três movimentos.

Além destas recomendações, foi-lhes enviado para «informação pessoal» algumas directrizes relativas às relações com o MPLA<sup>1275</sup> e, em anexo, um conjunto de instruções para essas missões diplomáticas, repartidas por três grupos,<sup>1276</sup> que se baseavam nas citadas recomendações e directrizes.

### III.6-2— Timor

Por não ter contactos com nenhum dos movimentos desta colónia portuguesa, as informações sobre a sua situação política não foram frequentes e chegaram ao SFNE por intermédio, sobretudo, das suas embaixadas em Lisboa e nas capitais da Indonésia e Austrália, países vizinhos de Timor.

Entre essa escassa documentação, um telex da embaixada de Camberra comunicou (15/Ago.) a chegada de «um barco com 272 refugiados de Timor portugueses ao porto de Darwin em 14 de Julho»,<sup>1277</sup> mencionando que a sua maioria eram mulheres e filhos de funcionários e militares portugueses. Segundo as suas declarações, «as desordens começaram, em 9 de Julho, com manifestações, nas ruas de Dili, da UDT contra a Fretilin, que se converteram, no

---

<sup>1275</sup> Assim, «de acordo com uma orientação com muitos anos, continuar o apoio ao MPLA que sozinho conduziu a luta armada e pode assegurar o desenvolvimento progressista de Angola;» procurar influenciar, «juntamente com os restantes Países Não-Alinhados, que o MPLA adopta[sse] e conduz[isse] uma política externa não-alinhada e, assim, contribuir para reduzir a presença e a ingerência estrangeira nos assuntos internos de Angola;» aconselhar que, nessa linha política, alargar os contactos e conseguir «o apoio do maior número de países não-alinhados e africanos, bem como da OUA;» aconselhar o MPLA a começar a ser «mais flexível do que até então [...] e, também, estar pronto para compromissos que se impõem como necessários, mas não devendo pôr em dúvida os objectivos fundamentais da luta que conduziam».

<sup>1276</sup> Ademais de um grupo de «todas as embaixadas nos Países Não-Alinhados e Missão em Nova-Iorque», outro era formado pelas embaixadas nas citadas grandes potências e, um terceiro, por quatro países africanos (Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia). Neste último grupo, «além de informar os MNE, entrar em contacto com os representantes do MPLA, FNLA e UNITA e expor as nossas análises, opiniões e receios», a embaixada em Brazavile deveria comunicar ao MPLA que «podia continuar a contar com o nosso total apoio, e que no pedido acerca do reconhecimento no caso da proclamação unilateral da independência por [sua] parte, responder[iam] de acordo com o desenvolvimento da situação após o 11 de Novembro». Todavia, num «para vossa informação», no primeiro grupo, fosse qual fosse essa situação, «a Jugoslávia prestaria ao MPLA apoio e ajuda moral, política, diplomática e outro e fariam tudo o que fosse possível para que essa fosse também a posição de todos os países não-alinhados», consolidando assim ainda mais o seu não-alinhamento.

<sup>1277</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

*dia seguinte, em confrontos armados entre membros desses dois partidos», dos quais, resultaram «3 a 6 mortos e vários feridos, a detenção, durante algum tempo, do governador Pires, nas mãos da UDT, raptos de funcionários portugueses e a chegada de pára-quedistas portugueses de Angola», assim como o exército português já tinha aconselhado a evacuação dos estrangeiros.*

Na Austrália, foi captada uma emissão de Dili, em que a UDT afirmava que controlava a situação e que aguardava a resposta de Portugal acerca do seu pedido para lhes dar imediatamente a independência. Correu a notícia de que *«Portugal recusou tal pedido e que o presidente Gomes enviou um enviado pessoal a Timor português»*. Igualmente, 5 deputados pediram ao governo australiano para consultar com a maior urgência a Indonésia com o fim de ali impedir uma intervenção externa.

Uma dezena de dias depois, a mesma embaixada informou de que a imprensa australiana continuava *«a publicar diversas notícias e comentários sobre a situação no Timor português, segundo os quais, ali, havia combates ferozes com a utilização de canhões, assim como uma ofensiva da Fretilin»*. Tinha-se a impressão de que estava *«iminente uma intervenção militar da Indonésia que, supostamente, sondava para isso o terreno e já se tinha consultado com os EUA, Japão, Nova Zelândia e os países da ANSEA»*.

Por parte da Austrália, continuava-se *«a acompanhar atentamente o desenvolvimento dos acontecimentos, excluindo-se a possibilidade da sua intervenção»*. A pedido do governo português, foi ordenado que *«dois contratorpedeiros navegassem para Darwin para, caso necessário, participarem na evacuação de refugiados»*. Também, um barco com mais de mil refugiados navegava para Darwin. Além disso, *«no público reinava a impressão de uma posição pouco clara da Austrália para o caso de uma intervenção indonésia e a sua condescendência em relação à Indonésia»*. Foi transmitida a notícia de que *«Pires, o governador de Timor português, pediu uma urgente intervenção internacional. Dados mais completos seriam enviados em carta cifrada»*.<sup>1278</sup>

Num seguinte telex da mesma embaixada (28/Ago.), outra notícia acerca *«da chegada a Darwin de um barco com 1170 e esperava-se outro com 800 refugiados de Timor português»*. De acordo com as declarações contraditórias dos refugiados, na ilha, continuavam os violentos combates com todos os tipos de armas que eram utilizadas no exército português.

<sup>1278</sup> Como essa carta não foi encontrada e sendo este tipo de documento demasiado raro no acervo deste Arquivo, que é colocado à consulta dos investigadores, pode-se pressupor que haja documentação — enviada por mala diplomática ou cifrada por via correio como seria, possivelmente, este exemplo — ainda inacessível à investigação. Recorde-se, que não é facultado qualquer livro de registo da correspondência entre o SFNE e as suas embaixadas e consulados. Portanto, é também de esperar que possa haver um futuro enriquecimento do actual acervo disponível com esta citada documentação, mas inexistente por agora para quem a quiser consultar.

Havia «*muitas casas destruídas e incendiadas, lojas e povoações completas assaltadas, com cruéis assassinatos de mulheres e crianças e com numerosos cadáveres pelas ruas. Calculava-se que foram mortas cerca de 200 pessoas. As povoações ficaram sem luz, água e abastecimentos*», havendo mesmo falta de alimentos, medicamentos e de pessoal para prestar ajuda médica. Além disso, existia o perigo de epidemias.

De acordo com as últimas informações, «*a Apodeti indonésia juntou-se à Fretilin. Caso fosse exacto, isso podia ser um sinal de que a Indonésia se orientava para uma solução pacífica do problema*». Quanto ao «*governador Pires [Mário Lemes] com as tropas portuguesas retirou-se para a pequena ilha de Atauro, afastada de Dili cerca de 30 Km*».

Outras notícias: no dia anterior, chegaram à Austrália «*dois oficiais superiores portugueses como vanguarda da missão de Paz, chefiada pelo ex-ministro Dr. [Almeida] Santos*»; o primeiro-ministro Gouah Whitlam anunciou que «*o governo australiano daria estada temporária aos refugiados e serviços de transportes à missão portuguesa e da Cruz Vermelha Internacional*»; a Indonésia enviou para «*Timor português navios e um contratorpedeiro para a evacuação do seu pessoal do consulado em Dili e refugiados*»; desmentiram ainda as notícias de que foram enviadas tropas especiais indonésias para Timor.

Uma referência final à declaração de uma ala do Partido Trabalhista australiano em que exprimiu a sua preocupação pelas implicações do discurso de Whitlam a respeito da política em relação ao Timor português. Estimaram que «*não era realista o seu pedido para que Portugal restabelecesse sozinho, sem ajuda, o controlo da ilha*», tendo em conta que a situação atingiu uma fase crítica, a iniciativa australiana seria indispensável para restaurar a paz.

De Jacarta, a embaixada informou (10/Out.) de que, segundo fontes indianas, o encarregado de negócios português na Indonésia «*partia, nesses dias, para Lisboa "para consultas". Na realidade, no MNE recebiam-no mal e, de resto, criavam-lhe dificuldades (um grupo de estudantes manifestantes invadiram a embaixada e entregaram uma petição, em que culpavam o governo português de conduta irresponsável na crise em redor do Timor português)*».<sup>1279</sup>

Por seu lado, o governo indonésio já tinha desmentido diversas vezes as notícias acerca da invasão de Timor por tropas indonésias. Um grupo de manifestantes australianos invadiu a embaixada indonésia, em Camberra, em sinal de protesto contra a intervenção indonésia no Timor português, o que o MNE indonésio desmentiu (em Jacarta, um grupo de estudantes entregou ao embaixador australiano um protesto por essa violação da imunidade da sua

---

<sup>1279</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).



embaixada). Igualmente, *«desmentiram as notícias que grupos de indonésios participaram na tomada da povoação fronteiriça Batuguede, que era guardada por forças da Fretilin, alegando que isso foi feito pelas forças da UDT, ou seja, o movimento anticomunista, e a Apodeti»*. Quanto ao ministro australiano dos Negócios Estrangeiros declarou perante o Senado de que *«a Austrália ainda não estava em condições de confirmar essa intervenção das tropas indonésias»*.

Para o diplomata jugoslavo, *«parecia que estava em questão uma acção combinada, em que a Indonésia não aparecia como directo participante»*. De acordo com algumas notícias, o exército indonésio treinava militarmente e abastecia um número de refugiados que voltavam para o território do Timor português.

Ao mesmo tempo, *«o governo indonésio criava uma atmosfera que poderia justificar também uma intervenção militar»*, tendo o Parlamento e a organização estudantil dado publicamente total apoio à política governamental em relação ao Timor português, pedindo medidas enérgicas. O vice-presidente da Comissão Parlamentar de Política Externa e Segurança, que se encontrava na fronteira, declarou *«que 40 000 refugiados timorenses pediam para voltar para os seus lares "sob a protecção da Indonésia", apoiando um tal pedido "por razões humanitárias"»*.

Num último ponto, salienta-se que era característico como uma parte da direcção da Fretilin se encontrava na Austrália, enquanto as direcções do movimento anticomunista e da Apodeti se encontravam na própria fronteira com a Indonésia. Segundo fontes indianas, *«dois membros do Parlamento australiano, que tinham visitado recentemente o Timor português, afirmaram que ficaram impressionados com a força e a organização da Fretilin, tendo sob controlo, alegadamente, a maior parte do território do Timor português»*. Porém, os indonésios contestavam tais impressões, assegurando que a maioria da população do Timor português estava a favor da unificação com a Indonésia. Concluindo, era evidente que *«a crise timorense era, nesse momento, para a Indonésia um grave problema e fazia parte integrante da sua política diária»*.

### **III.7— Em Novembro, outras independências e outro 25**

Nos dois primeiros dias desse mês de 1975, teve lugar, em Roma, o terceiro encontro luso-indonésio (pós-25 de Abril) acerca de Timor-Leste,<sup>1280</sup> cuja independência seria depois

<sup>1280</sup> Nele, sem a presença de representantes dos citados partidos como nos dois encontros anteriores, os ministros dos Negócios Estrangeiros (Melo Antunes e Adam Malik) discutiram a situação que se vivia no território timo-

proclamada (28/Nov.) tanto pela Fretelin como pelas UDT e Apodeti.<sup>1281</sup> Porém, os documentos relativos à sua situação política são poucos<sup>1282</sup> e podem ser exemplos da pouca informação e da atenção política do SFNE a respeito desta colônia portuguesa com fronteiras com a Indonésia, um dos principais membros asiáticos do Movimento dos Países Não-Alinhados, que a invadiu e ocupou no mês seguinte até à intervenção, em 1999, da ONU a que se seguiu a sua segunda independência (2002).

Outra independência, a de Angola, ocorreu antes (11/Nov.) e ocupou, neste período, um lugar importante na política externa jugoslava. Se a primeira foi pouco mencionada, já a segunda mereceu a maior atenção na correspondência entre o SFNE e suas embaixadas, principalmente, as que mais de perto acompanhavam a situação angolana desde o Congo, Zaire, Zâmbia e Tanzânia, mas também em países pela sua importância no Movimento dos Países Não-Alinhados (Argélia), na OUA (Uganda) e no contexto político-económico africano (Guiné, Nigéria, Etiópia e Somália).

Quanto à situação política portuguesa, além da sua ligação e a influência da independência angolana, o seu agravamento na seguinte dezena de dias desse Novembro (manifestações, a agitação nas FA, as divisões no MFA, as relações PS-PCP e a crise do VI Governo) levou o SFNE a considerar numa «*circular para todas as representações diplomáticas da RSFJ*» (21/Nov.) que o «*Governo de Azevedo [considerado] como "a última chance" não conseguiu resolver nem um dos três problemas*» que estimava ser o seu principal objectivo, ou seja, «*a reintrodução da disciplina nas Forças Armadas, acordo mínimo e unidade de acção do PCP e PS e início da estabilização económica*». No plano das relações entre os dois países, houve algumas visitas (marcadas ou adiadas) de delegações portuguesas (partidárias e estatais) à Jugoslávia.

---

rense (confrontos armados entre a Fretelin e a UDT e Apodeti) e assinaram um «*memorando de entendimento*». A Indonésia reconheceu a Portugal a sua qualidade de potência administrante e apoiou o principio da retoma das conversações «*entre Portugal e todos os partidos políticos*» timorenses com vista a um rápido cessar-fogo. Assim, reconheceu «*Portugal como a única autoridade em Timor Português até ao momento em que o Povo de Timor Português possa exercer os seus direitos legais de autodeterminação*». Igualmente, propôs a criação de uma força militar conjunta para intervir em Timor, o que Portugal rejeitou. *Vd. Gomes, José Júlio Pereira, «A internacionalização da questão de Timor-Leste», Relações Internacionais [em rede], 2010, n.º. 25, pp.67-89 [consultado 2017-05-20].*

<sup>1281</sup> Estes dois partidos declararam, além da independência, a integração na Indonésia.

<sup>1282</sup> Os dois documentos consultados foram enviados para o SFNE (30Nov./ 6Dez.) pela embaixada em Portugal, (ADMNE, F-113, F-114, Portugal, 1975).

### III.7-1— Outra independência

#### Os primeiros dias de Novembro em Angola

O SFNE enviou (3/Nov.) para as suas embaixadas em Lisboa, Kinchassa, Brazavile (e MPLA) o relato, recebido de Lusaca, do embaixador Vukolitch da sua conversação com Savimbi, ocorrida ali dias antes. Após ter mencionado as muitas iniciativas que participou pela unidade dos três movimentos angolanos e os encontros dos seus representantes em Mombaça, Alvor e Nakuru, o dirigente da UNITA referiu que *«apesar do seu empenho em evitar confrontos [com o MPLA], constantemente havia provocações, apesar de Neto dizer que por trás dessas acções militares não se encontrava a direcção do MPLA»*.<sup>1283</sup> Porém, o confronto aberto entre os dois movimentos sucedeu quando as forças do MPLA tentaram atacar, no aeroporto no Luso, o seu avião.

Estimando a situação, em Angola, muito séria, falou da situação político-militar de cada movimento e afirmou que, até há pouco tempo, o MPLA controlou completamente três províncias (Cabinda no norte, Moçâmedes no sul e Luanda) e mantinha 11 capitais de províncias, ao passo que, em 9 províncias, o poder estava dividido entre os três movimentos. *«A UNITA teve sempre o predomínio e o total controlo em três províncias (Serpa Pinto, Silva Porto e Nova Lisboa),<sup>1284</sup> ao passo que a FNLA controlava a parte junto à fronteira com o Zaire e a norte de Luanda»*. Contudo, a situação tinha mudado em detrimento do MPLA, que só controlava, nesse momento, as citadas três províncias e sete cidades. Estava iminente uma luta violenta até 11 de Novembro. Recentemente, tinha falado com Holden Roberto que preparava uma ofensiva contra Luanda (estava a 13 km). Disse-lhe que, se fosse necessário, ele iria mobilizar 11000 combatentes para tomar Luanda antes de 11 de Novembro. Para impedir o avanço da FNLA em direcção da capital, nesses dias, o MPLA até tinha destruído 5 pontes.

Falando acerca das forças militares que se encontravam em Angola, sem nomear o exército português, Savimbi explicou que *«as forças da RAS estabeleceram uma zona tampão junto à Namíbia, porque as forças da SWAPO no território de Angola (onde, utilizavam os campos da UNITA, que ali tinha, supostamente, controlo e influência) efectuavam ataques na Namíbia, apesar da advertência por parte da UNITA de que isso podia provocar a reacção da RAS, o que então ocorreu»*. Por isso, as forças da RAS ocuparam essa parte junto da fronteira, expulsaram a SWAPO, e as forças da UNITA retiraram-se *«para não entrar em conflito com as forças da RAS e provocar complicações»*. Savimbi afirmou que *«as forças da RAS*

<sup>1283</sup> ADMNE, F-226, Angola (1975). A quase totalidade da documentação citada neste capítulo pertence a este fundo. Quanto aos documentos no F-227 deste Arquivo estão assinalados.

<sup>1284</sup> No documento *«Nova Porto»*. Estas eram as capitais das províncias de Cuando Cubango, Bié e Huambo.

*não apoiavam nenhuma das partes na luta interna em Angola, mas mantinha bloqueada a fronteira para os combatentes da SWAPO». Do lado do MPLA, segundo Savimbi, encontravam-se «forças da FRELIMO, Guiné-Bissau, cubanos (cerca de 1 000), forças vietnamitas em redor de Massangano, enquanto os conselheiros soviéticos se encontravam somente em Luanda e não participavam nos combates».*

Quanto a Holden Roberto, reconhecendo que ele *«não tinha nenhuma raízes políticas nas massas»*, Savimbi disse-lhe que, por atrás dele, estava Mobutu, que o ajudava o máximo possível, ao contrário de há alguns meses, quando não tinha condições para o apoiar a tal grau devido às suas próprias dificuldades no Zaire.

Sobre a história das relações UNITA-MPLA, referiu que, já antes, *«Neto lhe tinha apresentado dois princípios, segundo os quais, a cooperação entre os dois movimentos seria unicamente possível e aceitável para o MPLA, sendo estes os seguintes: a) [sem] a FNLA, Zaire (Mobutu) e o imperialismo americano; b) estabelecer o objectivo da luta em Angola e isso para Neto era a instauração de um sistema sociopolítico pelo modelo do socialismo cubano»*. Depois, declarou que recusou aceitar qualquer dessas propostas e explicou ao embaixador jugoslavo as razões da sua recusa.<sup>1285</sup>

No último ponto deste documento, a situação em Angola era, nesses dias, muito mais difícil. Há dois dias, tinha recebido a resposta escrita do governo português de que *«o MPLA tinha recusado definitivamente os contactos com a FNLA e UNITA, pelo que fracassaram as tentativas de Portugal e da Comissão de Paz da OUA»*.

Esperava-se que, em Luanda, o MPLA formaria governo e, unilateralmente, proclamaria a independência. Para Savimbi, isso seria *«o maior erro que o MPLA poderia cometer, porque significaria a continuação da guerra civil»*. Apesar de não ter decidido, até essa altura, se a UNITA iria para a formação de um governo com a FNLA, sem embargo, a luta iria continuar. Achava que a FNLA não formaria governo sem a UNITA.

A única solução seria a formação de um Governo de Unidade Nacional, em que o seu presidente podia não pertencer de nenhum dos três movimentos (até ser mesmo alguma emi-

---

<sup>1285</sup> Assim: *«a) A FNLA não deveria ser tratada como inimiga na fase da luta de libertação, porque, na realidade, era um movimento patriótico que também teve e tinha participado na libertação do país de Portugal»*. Todavia, outra coisa era de que forma a FNLA iria comportar-se na Angola libertada, quando poder-se-ia ajustar contas com a sua orientação e posições ideológicas; *«b) era errado tratar o Zaire como inimigo, porque tratava-se de um vizinho bastante influente que não se devia hostilizar; c) concordava com a avaliação política de Neto sobre o que significava o imperialismo americano, os EUA e quais ameaças representavam para Angola»*. Contudo, considerava por razões táticas e diplomáticas que não seria bom realçar *«os EUA como um dos inimigos principais da luta de libertação angolana, mas sim, dever-se-ia estabelecer relações normais; d) a transferência do modelo cubano de socialismo para Angola não deveria ser tomada em consideração por muitas razões (históricas, tradições, mentalidade, modo de libertação, etc.)»*.

nente personalidade que fosse pró-MPLA de orientação) e até os restantes lugares no governo não precisavam de ser repartidos em base da paridade, mas sobretudo pelas necessidades de trabalho. Por fim, Savimbi afirmou que, nesse governo, podiam entrar também personalidades fora dos movimentos.

Quanto ao SFNE, enviou algumas recomendações sobre esta conversação, nos anexos deste telex, para as três citadas embaixadas.<sup>1286</sup>

No domingo (2/Nov.), após a sua chegada a Kinchassa, falando dos grandes sucessos militares desses últimos dias da FNLA e da UNITA, «Savimbi declarou, ou seja "prometeu", nesse contexto "ainda maiores surpresas antes de 11 de Novembro"». Esta foi, segundo o embaixador jugoslavo no Zaire, «nos últimos 7 dias, a segunda vez que Savimbi anunciava grandes acontecimentos e surpresas». Todas as considerações apontavam para que se tratava da provável preparação do ataque decisivo contra Luanda como já tinha dito directamente, em Lusaca, ao embaixador Vukolitch.

Igualmente, todas as análises, em base das conversações que teve com melhores conhecedores (cônsul-geral de Portugal, Ruben S. Chitakumbi e outros), falavam de que «a acção coordenada das tropas da FNLA e UNITA só podiam tomar Luanda com uma utilização maciça de aviação e tanques, em particular, de tanques anfíbios, tendo em conta que as unidades do MPLA destruíram todas as pontes no rio Bengo» e, ao mesmo tempo, reforçaram esse obstáculo natural porque era apropriado para a defesa. Naturalmente, deveria ter-se em vista «a disposição da população e o seu apoio maciço, na capital, à política do MPLA».

Todavia, a seguir à reunião com Mobutu (na segunda-feira), nas suas declarações, «Savimbi tornou-se muito mais moderado e a "grande surpresa" não voltou a mencionar, nem ele nem os restantes». Também, oficialmente, «o Zaire e a FNLA calaram-se, ou seja, tornaram-se um pouco mais ponderados».

Na opinião do embaixador, nesse momento, «era difícil de avaliar se o que ocorria podia ser somente um truque psicológico com o fim de desmobilizar os esforços defensivos do MPLA», se era realmente a suspensão do ataque ou só um adiamento da sua execução para um tempo politicamente mais favorável. Estimando provável que «a decisão para o ataque "defi-

---

<sup>1286</sup> Assim, essas embaixadas (Brazavile, Kinchassa e Lisboa) deveriam apresentar: «No MNE: pedimos para informar com urgência acerca desta conversação e propostas de Savimbi, pedindo opinião deles». Todavia, no MNE congolês, também «perguntar se as mencionadas opiniões de Savimbi são verdadeiras (último ponto)», no zairense, «das informações, utilizar aquilo que acharem necessário, dependendo do interlocutor», enquanto no português, «além disso, pedir informação sobre situação militar e o que esperavam nos próximos dias. Informando o citado, transmitir cumprimentos Secretário Federal Minitch para Melo Antunes e pedir a sua avaliação e opinião acerca anteriores questões». Igualmente, ainda em Brazavile, «no MPLA: transmitir com urgência toda a informação e perguntar o que pensam sobre as propostas da UNITA nesse momento (último ponto)».

*nitivo" contra Luanda já tinha sido tomada» e que, se adiaa provisoriamente, caso, entretanto, no campo de batalha, a situação não mudasse consideravelmente, ou, pelo menos, enquanto não se viam os esforços da OUA na busca duma solução política. Assim, «parecia, que Amin, apoiado pelos argelinos e outros, trabalhava bem». Com os esforços da OUA (a reunião, em Kampala, só foi adiada para que chegassem os representantes dos três movimentos), essa actividade estava sincronizada com um número de eminentes líderes africanos.<sup>1287</sup>*

Assim sendo, segundo o embaixador jugoslavo, *«realmente, era de esperar que aumentasse a pressão de um número de países africanos sobre Mobutu no sentido da procura da solução política da crise de Angola», actuando nessa linha ainda mais de forma persistente e metódica tanto na OUA como no próprio Amin. No mesmo sentido, pensando nas possíveis consequências dessa crise no Movimento dos Países Não-Alinhados, recomendava «que seria bom intensificar os contactos e consultas, em particular, com a Nigéria», atendendo a que podia influenciar fortemente nas relações em África, em Angola e com Mobutu, sobretudo pelo seu peso objectivo — em particular, pela superfície e riqueza (era o único gigante petrolífero entre os países africanos).*

Num comentário final, acrescentou que *«parecia que o plano do ataque contra Luanda por parte da FNLA (apoiado pelo Zaire e UNITA) foi posto, por causa das razões citadas e outras, no frigorífico para que os "organizadores" pudessem avaliar, entretanto e ao mesmo tempo, a relação real de forças em África e compreender os resultados dos esforços da OUA como igualmente outros factores relevantes a respeito de Angola».*

### **O representante do MPLA em Argel**

O representante do MPLA, em Argel (3/Nov.), disse ao embaixador jugoslavo que defenderiam *«Luanda a qualquer custo, porque ela não era somente a capital, mas também era para o seu movimento uma questão de legitimidade».* Ademais, informou de que, nesses dias, delegações do MPLA visitaram um grande número de países africanos para confirmar em cujo reconhecimento poderiam contar imediatamente ou num futuro próximo.

Referindo-se à invasão de Angola por forças sul-africanas, o seu objectivo era não só a sua divisão, mas tinha, além disso, a tarefa imediata de criar as condições para a formação do governo da FNLA e UNITA. Por essa razão, o MPLA estava consciente de que, após a pro-

<sup>1287</sup> Como exemplos, referiu: o presidente da Somália, Siad Barre, que propunha uma *«cimeira extraordinária da OUA por causa de Angola para "que se evitasse uma catástrofe quase segura"»*; a visita, no dia anterior, a Kinchassa do ministro nigeriano dos Negócios Estrangeiros e sua reunião com Mobutu, em que, *«considerando o problema de Angola, acordaram por uma "solução pacífica" entre os três movimentos angolanos», apelando a Nigéria e o Zaire aos dirigentes desses movimentos «"que esquecessem o passado" no interesse da reconstrução e o bem-estar do povo de Angola».* Igualmente, com o mesmo objectivo, visitaria o Congo, Zâmbia, Tanzânia e, depois, Uganda, onde, *«na OUA, com Amin iriam resumir as impressões e sugestões dos numerosos encontros».*

clamação da independência, seguir-se-ia uma luta difícil para o restabelecimento da integridade territorial do país.

Quanto ao «*contingente militar português, em Angola, estava cheio de elementos fascistas o que era uma séria ameaça e fonte de incertezas. Não era de excluir que ele pudesse efectuar alguma acção, aliado com a UNITA, porque o governo, em Lisboa, não estava em condições de o controlar*». Era difícil de acreditar que alguma acção sua pudesse «*dar algum contributo para uma melhoria da situação angolana, tendo em conta que, nesta questão, os países africanos estavam profundamente divididos*». Por isso, o MPLA contava mais com acções dos países amigos e, em particular, da Argélia.

### **Informações de Kinchassa, Conacri e Dar es Salam**

Nesse mesmo dia, o SFNE recebeu outras informações das suas embaixadas em Kinchassa e Conacri. Da primeira, um longo relato da conversação com Ruben S. Chitakumbi, o representante da UNITA no Zaire, acerca da situação em Angola e de algumas análises e sugestões jugoslavas a respeito do mesmo tema. Embora tivesse reagido positivamente às opiniões e propostas do seu interlocutor (o embaixador jugoslavo), não as discutiu, mas sim insistiu que, numa primeira oportunidade, este se encontrasse com Savimbi.

A respeito da «*situação concreta de Angola*», Chitakumbi falou bastante e frisou duas questões: a) a UNITA era, «*ideologicamente, muito próxima do MPLA, sobretudo da concepção de Mário de Andrade, que foi um dos seus fundadores*». O desenvolvimento da situação reforçou, «*na direcção do MPLA, a tendência das forças extremistas de esquerda, chefiada pelo comandante Nito Alves, que tinha mais influência sobre Neto do que Lopo Nascimento que era o titular da linha moderada no movimento*»;<sup>1288</sup> b) o confronto com o MPLA e uma certa cooperação com a FNLA foram-lhes impostos pelo ataque de unidades do MPLA contra as suas posições. Contudo, esse confronto surgiu entre o MPLA e a FNLA. Eles eram e queriam ficar de fora, mas isso não lhes foi permitido. Queriam recuperar as posições perdidas, embora estivessem, ao mesmo tempo, sempre prontos para uma solução política da crise.

Igualmente, procurou convencer o embaixador de que eles não provocaram o confronto contra o MPLA, mas sim foram persistentes em o evitar, acabando «*depois a falar muito contra o MPLA, mas muito pouco ou nada contra a FNLA*». A seguir falou bastante acerca da UNITA e do seu programa e das pretensões de unir todas as forças nacionais em Angola. Nesse contexto, destacou que lhes era estranho que «*a Jugoslávia não se interess[ass]e de modo*

<sup>1288</sup> Segundo o embaixador, «*também, já antes, os argelinos falaram-nos acerca de Nito como um membro muito capaz, mas radical da direcção do MPLA*».

algum pela UNITA, que esteve "sempre no interior de Angola", mas sublinhou que considera[va]m que a Jugoslávia, ajudando o MPLA, ajudou assim também o povo angolano».

Como em Argel, havia, em Conacri, um apoio firme ao MPLA, sendo este «o único autêntico combatente pela independência de Angola e [condenando-se] duramente a pressão das tropas estrangeiras (Zaire e RAS) em Angola». <sup>1289</sup> Um apelo foi enviado para «a OUA e países progressistas africanos e outros para uma intervenção enérgica contra os objectivos imperialistas e dos seus lacaios africanos pela cissão e uma outra divisão da África», realçando ainda a necessidade de um decidido empenhamento «na defesa dos interesses africanos nesse decisivo momento histórico para África e sua emancipação».

Conforme esse telex (3/Nov.) do embaixador jugoslavo, aludia-se ainda que «a menção explícita de soldados zairenses, em Angola, no discurso de Sékou Touré», pronunciado numa recente sessão do Conselho Nacional da Revolução, tinha por objectivo alertar «a África e todo o mundo para as maquinações e do papel de Mobutu em Angola, para reforçar a vigilância dos países africanos e para a determinação da Guiné de dar um apoio sem reservas ao MPLA e à independência do povo angolano». Igualmente, parecia, que poderia ter tido influência nesse discurso «a presença de uma delegação do MPLA, precisamente, nesse momento, em Conacri».

Além destas informações, nessa segunda-feira (3/Nov.), o SFNE recebeu da embaixada de Dar es Salam um relato da reunião do «chefe da delegação do MPLA, Augusto Lopes Teixeira, ministro da Energia e Indústria no governo do MPLA» <sup>1290</sup> com o embaixador Kochin, em que se referiu «detalhadamente às suas conversações com chefes de Estado africanos e pediu uma urgente ajuda militar da Jugoslávia».

Num primeiro ponto, comunicou que os presidentes de Moçambique, Uganda e Tanzânia como alguns representantes de outros países, com quem ali se encontraram, estavam muito preocupados com as possibilidades e forças do MPLA. Salientaram que as forças contra o MPLA era demasiado fortes porque «não se tratava somente do Zaire, mas também dos interesses e do envolvimento do Ocidente». Aconselharam a máxima flexibilidade, ao que responderam que essa foi sempre a política do MPLA, que tentaram acordos com os outros dois movimentos, porém foi difícil encontrar uma plataforma comum.

Uma das suas perguntas principais foi relativa ao papel e interesse da URSS em Angola. A delegação do MPLA explicou-lhes a sua posição — «de facto, conscientes dos perigos

---

<sup>1289</sup> ADMNE, F-226, Angola (1975).

<sup>1290</sup> *Ibidem*.



*de uma ligação unilateral com a URSS, sempre tentaram diversificar as fontes de apoio e de fornecimento de armamento, mas a URSS foi, praticamente, o único país que deu armamento e munições em grandes quantidades, e que, nos restantes países socialistas, excepto a Jugoslávia, não se podiam apoiar muito».*

Num segundo ponto, *«Teixeira pediu novamente ajuda militar da Jugoslávia, sublinhando que não se tratava mais de quantidades e tipos de armamentos, mas sim da urgência das necessidades e da rapidez da entrega. O MPLA já antes apresentou as suas necessidades (armamento de artilharia e munições). Seria devastador se, nos momentos actuais, ficasse sem armas».*

Nas conversações com Kaunda (previstas para esse dia ou seguinte), tentariam avaliar a verdadeira disposição da Zâmbia em apoiar o MPLA e que, talvez, a ajuda jugoslava pudesse ser transportada através desse país, caso ainda não fosse possível por Luanda ou pelo aeroporto em Henrique de Carvalho.

Numa «observação» final, o embaixador jugoslavo concluiu: *«Teixeira é bastante calmo e sem emoções apresentou toda a gravidade da situação actual do MPLA. Está consciente das possibilidades limitadas do MPLA para chegar a novo armamento. Apelou para a ajuda da Jugoslávia».*

### **Um dirigente do MPLA em Argel**

Em visita a Argel (4/Nov.), outro dirigente do MPLA, Paulo Jorge, disse ao embaixador jugoslavo que a acção em curso da OUA não podia dar quaisquer resultados. O MPLA não acreditava nas boas intenções do presidente Amin, o que se mostrou bem na formação da Comissão Conciliatória da OUA, na qual, a maioria dos países membros eram contra o MPLA. Além disso, ambos *«sugeriam-lhes precisamente aquilo que a OUA como organização rejeitava»*, ou seja, procurar um entendimento com as forças que representavam o expoente da ingerência estrangeira e aqueles que recrutavam mercenários. Para o MPLA, gradualmente, a situação tornou-se mais clara: *«chegar até à vitória pela luta armada e não por meio de especulações e compromissos políticos».*

Assim, decorria a formação do seu governo e iriam proclamar a independência, acrescentando que, *«quando, no dia 10 de Novembro, não houver soldados portugueses, isso não será a independência, dada por Portugal, mas o resultado de 14 anos da luta do MPLA».* Igualmente, efectuaram uma ampla acção em África e Europa pelo reconhecimento do seu

governo e nomeou os países que, pelas respostas que tinham, apontavam para o seu reconhecimento imediato ou que hesitavam.<sup>1291</sup>

Depois, confirmou que a FNLA tinha unidades blindadas para o ataque a Luanda. Todavia, eles já tinham tomado as medidas necessárias e esperavam que a FNLA tentará tudo para tomar Luanda. Havia o perigo de bombardearem Luanda. Os franceses confirmaram-lhes que o Zaire não tinha aviões "Mirage". Caso isso fosse verdadeiro, então seria mais fácil, porque aquilo que tinha o Zaire, também tinha a FNLA. De resto, nesse dia, por telefone, foi informado pelo comandante Iko Carreira de que a situação militar evoluía bem, embora fossem atacados, a sul, pela UNITA e, a norte, pela FNLA. No entanto, estavam seguros de que a supremacia militar e política do MPLA era indiscutível. Como prova de quanto estava seguro disso, confirmou ao seu interlocutor jugoslavo que até o próprio Carreira, um dos seus principais comandantes, podia e chegaria por esses dias a Argel.

Referindo-se às suas conversações no Quai d'Orsay, uma *«informação confidencial»*, Paulo Jorge afirmou que avisou claramente os franceses para as consequências por causa da ajuda militar que davam ao Zaire, a qual, era entregue directamente à FNLA. Os franceses justificaram-se, falaram de intenções e propuseram contactos mais frequentes e estreitos com o MPLA. Disse, em seguida, *«que talvez esse aviso à França, igualmente ser[ia] tornado público por esses dias»*.

Segundo o embaixador jugoslavo, Paulo Jorge mencionou, várias vezes, a questão do reconhecimento do governo do MPLA por parte da Jugoslávia. *«Insistiu que, nisso, ninguém na direcção do MPLA duvidava de que a Jugoslávia estaria entre os primeiros que reconheceriam o seu governo»*. Sublinhou a constância da posição jugoslava, por um lado, e a sua reputação internacional, por outro, o que jogaria *«um papel importante na afirmação internacional do governo do MPLA»*. Fez comparações com outros movimentos de libertação, entre eles, a FLN argelina, *«salientando precisamente que o reconhecimento dos países progressistas e revolucionários dos seus governos foi um factor importante para a vitória desses movimentos»*.

No final da reunião, *«ainda mais uma vez, voltou à questão do nosso reconhecimento e disse que, caso fosse diferente em que fosse, eles fica[ri]am bastante decepcionados»*.

<sup>1291</sup> Entre os primeiros: *«Moçambique, Tanzânia, Congo, Mali, Somália e, possivelmente, o Sudão. Quanto ao Egipto, não estava seguro. Na Argélia, apresentou essa questão. A seguir, será reconhecido por todos os países socialistas. Dos países europeus, a Suécia, talvez, a Holanda e a Bélgica. O Partido Trabalhista da Grã-Bretanha reconhece-o, mas o governo hesitava»*. Contavam que a maioria dos países hesitasse e que esse processo seria gradual. Estavam seguros que *«o governo da FNLA e da UNITA seria reconhecido imediatamente pelo Zaire, Tunísia, Costa do Marfim, Alto-Volta e Gabão. Os restantes irão esperar a evolução dos acontecimentos»*.

### O reconhecimento do governo do MPLA

No SFNE, em Belgrado (6/Nov.), o secretário-adjunto federal, Lazar Moízov, recebeu o embaixador soviético, V. Stiepakov, devido à «*mensagem do governo soviético acerca de Angola que ele entregou no Gabinete do Presidente da República*», dias antes (2/Nov.), relativa ao pedido do MPLA,<sup>1292</sup> apresentado ao governo da URSS, para o reconhecimento da independência e do seu governo «*imediatamente à proclamação da independência do país até 11 de Novembro*» desse ano. Igualmente, o embaixador comunicou-lhe que o seu governo «*ficaria grato pela informação sobre os possíveis passos por parte da Jugoslávia, que poderiam ser empreendidos com o objectivo da prestação de ajuda política, económica e outras ao MPLA*».

Tendo citado o acompanhamento atento de todos os acontecimentos em Angola e do «*contacto permanente com o governo português, governos de países africanos e a direcção do MPLA*», Moízov disse-lhe que, por meio da embaixada em Moscovo, já tinham informado o governo soviético das suas avaliações a respeito da situação em Angola, sendo estas as seguintes:

— O acordo da proclamação da independência de Angola, em 11 de Novembro desse ano, deveria ser respeitado e executado, não se podendo «*pôr em dúvida a integridade territorial e que o povo de Angola decidisse sozinho acerca da saída das dificuldades actuais sem ingerência exterior*»;

— Em relação à possibilidade da declaração unilateral da independência por parte do MPLA e dos outros movimentos, já há um certo tempo, o MPLA tinha-lhes apresentado um pedido de apoio. Responderam que o considerava «*o único movimento que conduziu e conduzia uma luta armada de libertação e podia assegurar um desenvolvimento progressivo em Angola*». Prestavam-lhe «*ajuda moral, política e material e continuar[iam] a fazê-lo no futuro*». Sem embargo, não tinham assumido, até esse momento, «*nenhuma concreta obrigação acerca do reconhecimento automático da declaração unilateral de independência de Angola por parte do MPLA*», tanto mais porque a OUA e a sua comissão que, estava reunida em Kampala, participavam ainda representantes dos três movimentos angolanos, tentando encontrar uma saída das dificuldades existentes até não se esgotarem todas as possibilidades para uma aceitável solução geral;

— Seguiam atentamente a evolução da situação e, definitivamente, assumiriam «*a sua posição após o 11 de Novembro, tendo em conta os resultados dos esforços da OUA*», procu-

<sup>1292</sup> A direcção do MPLA informou também de que «*dirigiu um pedido semelhante a outros países socialistas, excepto à China e à Albânia*».

rando tanto quanto possível que as posições dos países da OUA e dos Não-Alinhados fossem comuns.

— Estimavam que *«um possível compromisso político entre os movimentos era mínimo»*. A proclamação unilateral de independência por parte do MPLA provocaria, seguramente, a proclamação pela FNLA, ou talvez até por parte duma coligação FNLA-UNITA, o que conduziria inevitavelmente à divisão de Angola, às intervenções estrangeiras, à cisão na OUA e entre os países não-alinhados, na ONU, etc. Porém, caso tal sucedesse e, apesar de todos os esforços, se chegasse até à declaração unilateral de independência por parte desses movimentos, *«a Jugoslávia prestar[ia], de acordo com a sua anterior política de ajuda ao MPLA, também, no futuro, um apoio diverso [a este movimento de libertação], esforçando-se que o mesmo o façam o maior número de países africanos e não-alinhados»*.

### **De Argel, a situação em Angola e os Não-Alinhados**

A seguir a uma reunião (6/Nov.) com um dos adjuntos do ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdelaziz Buteflika, o embaixador jugoslavo comunicou, no dia seguinte, ao SFNE os pontos principais da *«discussão acerca de Angola [em que] o tema principal foi: uma avaliação se, nesse momento, havia condições para alguma acção dos países não-alinhados em relação a Angola»*. Partindo dos elementos, além dos conhecidos, citou os seguintes:

1.) Decorria a tentativa *«da OUA de "acalmar" os três movimentos»*, embora houvesse poucas possibilidades de sucesso, mesmo sob a pressuposição de realmente existir *«boa vontade por parte do presidente da OUA, Amin, o que, segundo a Argélia, era de duvidar»*. Não obstante o que informavam as agências noticiosas de haver esperanças de um desfecho bem-sucedido das acções da OUA, em Kampala, as probabilidades de tal ocorrer eram realmente mínimas. Sobretudo, porque *«tanto o MPLA como os outros dois movimentos estavam contra, apesar das eventuais declarações verbais. Até o facto de somente Savimbi ter vindo a Kampala confirmou isso mesmo»*.

2.) Nesses dois dias, a URSS, Polónia e Cuba transmitiram oficialmente ao governo argelino (informação dada pelo seu interlocutor) que reconheceriam o governo do MPLA logo depois da sua formação. Igualmente, o embaixador cubano informou-o da posição do seu governo. Destes factos e da mensagem a respeito de Angola que a URSS enviou a Amin, ficou claro de que apoiava decididamente o MPLA. Era seguro que os restantes países do Pacto de Varsóvia, a seguir à URSS, reconheceriam o governo do MPLA.

Por isso, acrescentou o diplomata jugoslavo, *«tanto para a Argélia como para nós, colocava-se a pergunta se poderiam ficar de fora, isto é, esperar para reconhecer»*. Caso fizessem isso primeiro, tal decisão *«empurraria mais o MPLA para as mãos dos soviéticos e ficaria exposto a ser atacado»*. Por outro lado, arrasaria o processo de reconhecimento por parte dos restantes países não-alinhados. No que dizia respeito à Argélia, o diplomata argelino informou-o de que ainda não havia uma decisão sobre esse reconhecimento. Também, Paulo Jorge, *«secretário-geral do MPLA, [tinha-lhes dito] que esperavam que a Argélia e a Jugoslávia estariam entre os primeiros»*. A nível do MNE, tinham assumido a posição que era indispensável reconhecer imediatamente o governo do MPLA. Contudo, a decisão formal deveria ser dada pelo presidente Boumediene, mas pensavam que seria positiva pelas razões referidas.

3.) Era provável que só um número muito pequeno de países iria reconhecer o governo da FNLA e UNITA. Além dessa previsão, baseada em informações do MPLA, a Argélia considerava que o Alto-Volta não estaria entre aqueles que reconheceriam o governo da FNLA e UNITA.

4.) Devendo-se partir, portanto, dos factos de que determinados países africanos, ou seja, não-alinhados iam reconhecer diferentes governos em Angola, na opinião do diplomata argelino, *«se a OUA não conseguiu suprimir tal factor de divisão, nem isso poderia ser alcançado por qualquer acção que partisse por parte dos países não-alinhados, ou, eventualmente, pela sua própria Comissão Coordenadora»*. Atendendo a que *«o Zaire era seu membro, essa acção além de ser bloqueada, conduziria logo, desde o seu primeiro passo, à cisão no seu seio»*.

Perante essa situação, colocava-se a questão se os países não-alinhados deveriam efectuar *«alguma acção e, provavelmente, sofrer um fracasso ou aguardar tempos mais favoráveis. Concordaram que, nesse momento, a segunda solução era a melhor»*. Entre outras coisas, porque o tempo era bastante curto e os acontecimentos, em Angola, ocorriam mais depressa do que qualquer acção que houvesse por parte dos países não-alinhados nesses poucos dias antes da independência. Além disso, era de acrescentar que Boumediene e a Argélia estavam muito ocupados com a situação com Marrocos e o Saara espanhol, pelo que, segundo o embaixador jugoslavo, não seria de contar com um seu maior empenhamento.

#### **De Dar es Salam, «comentários chineses acerca de Angola»**

Intitulando assim a sua conversação com dois diplomatas da embaixada chinesa, o conselheiro Vemitch comunicou ao SFNE (6/Nov.) que *«os chineses estavam preocupados com o desenvolvimento da situação em Angola»*. Assim, afirmavam que sempre ajudaram os

três movimentos de libertação, que o seu principal parceiro sempre foi o MPLA e começaram a ajudar a FNLA e UNITA a pedido e sugestão de quatro presidentes africanos (Nyerere, Kaunda, Mobutu e Seretse Khama).

Igualmente, na China, em visitas separadas, estiveram representantes dos três movimentos, quando assinaram acordos separados de cooperação. Desta maneira, por exemplo, novamente por sugestão dos presidentes africanos, assinaram um acordo de cooperação com a UNITA ainda em 1967. Tinham prestado sempre ajuda militar e financeira, mas também instrutores militares a todos os movimentos. Todavia, após o acordo entre os três movimentos,<sup>1293</sup> suspenderam qualquer ajuda militar, de novo por sugestão de Nyerere e Kaunda. Além disso, em Agosto, retiraram os seus instrutores militares do Zaire. Declararam que a sua política foi sempre transparente — ajuda a todos os movimentos de libertação que lutavam contra o imperialismo e pela independência. Porém, pelo agravamento da situação em Angola e da expansão da guerra civil, o principal culpado foi a URSS, que não respeitou nenhum acordo, sobretudo os apelos de se suspender as ingerências estrangeiras em Angola. Achavam que «*o MPLA errou porque com a FNLA e UNITA não chegou a um acordo político, mas sim decidiu-se por um ajuste de contas militar antes da independência*». Por meio do Governo Provisório, poderiam ter conseguido a independência pela via pacífica e, depois, sair contra a FNLA e a UNITA. Estimavam que a URSS os manobrou para esse ajuste de contas armado.

Numa «*observação*» final, o diplomata jugoslavo começou por dizer que «*entre os chineses se notava que se encontravam, por causa da questão angolana, numa posição bastante isolada e desagradável, porque o MPLA era reconhecido e apoiado por quase todos os países progressistas da África, enquanto a FNLA e UNITA se revelaram como lacaios do Ocidente*». Ao contrário das anteriores reacções dos chineses, naquele momento, nas conversações assumiam uma atitude defensiva. Assim, as suas acções defendiam-nas «*insistindo com os estadistas africanos e toda a questão angolana era tratada somente no seu contexto internacional com o avanço dos interesses político-estratégicos da URSS e da sua vontade de "pescar em águas turvas"*».

Ao mesmo tempo, salientaram o seu apoio ao MPLA e mencionaram que tinham permitido «*o transporte ao MPLA de material nos comboios da "TAZARA",<sup>1294</sup> que, recentemente, tinham dado uma ajuda financeira de 20 mil dólares e exemplos semelhantes*». Tendo a

---

<sup>1293</sup> Possivelmente, referindo-se ao Acordo do Alvor (Jan./75).

<sup>1294</sup> As linhas da companhia de caminhos-de-ferro da «*Tanzania-Zambia Railway Authority*», foram construídas e financiadas pela China (1970-76).

impressão que esta seria a fórmula adequada para os chineses saírem do impasse político, segundo o diplomata jugoslavo, resultante, praticamente, «*da sua posição assumida na questão de Angola e que era contrária às posições da Tanzânia, Zâmbia, Moçambique e outros países em que tinham grandes interesses*».

Apesar de conscientes de que podiam «*perder uma certa parte do seu capital político entre os países do Terceiro Mundo, contudo, ainda não tinham uma posição definitiva*». Do mesmo modo, era possível esperar que, «*desta vez, tomassem uma decisão unilateral, em prejuízo do MPLA e no contexto do seu confronto com a URSS porque já antes [tinham declarado] que a URSS era maior inimigo da África do que os EUA*». Ao mesmo tempo, os chineses também hesitavam porque estavam «*sob uma forte pressão da Tanzânia e de Moçambique, por exemplo, de que o MPLA era um movimento independente e a melhor solução para Angola e a África*». O diplomata jugoslavo acrescentou, por fim, «*que lhes explicou a nossa posição (de acordo às vossas instruções) que receberam com muito interesse*».

#### **Outras informações acerca de Angola**

Quanto à situação militar no território angolano, após um comício em Brazavile (3/Nov.),<sup>1295</sup> o presidente Nguabi convocou para uma reunião urgente os chefes de 8 missões diplomáticas (Jugoslávia, Argélia, Guiné, Roménia, URSS, RDA, Bulgária e Cuba) e, na presença do primeiro-ministro Lopes,<sup>1296</sup> informou de que «*um chefe dum país africano amigo dessa região (o nome não mencionou) disse-lhes que um país vizinho, o Zaire, e mercenários preparavam um ataque geral contra Angola e Cabinda, mas não sabia a data do ataque*».

<sup>1295</sup> No anexo a este documento (8/Nov.), o embaixador jugoslavo escreveu: «*esta informação não pôde imediatamente enviá-la, porque a embaixada zairense recusou a autorização para a passagem do rio [Congo] e a partida para Kinchassa, donde enviamos as nossas mensagens. Pedi ao gabinete de Nguabi para enviar a informação por meio do seu ou pelo nosso embaixador em Kinchassa. Dizem que assim já fizeram. O conteúdo das informações deles que foi enviado posteriormente pode ter certas adições ou alterações em relação a este seu original*».

<sup>1296</sup> No dia seguinte, na sua conversação com Gavrilovitch (4/Nov.), Lopes concordou com as posições e opiniões da Jugoslávia acerca de Angola e «*dedicou uma atenção especial à necessidade da unidade da África que, como Nguabi também tinha declarado, quase não existia, assim como à necessidade de salvaguardar a unidade e actividade dos países não-alinhados*». Ademais, salientou «*a nossa actuação até então*» e sugeriu uma actuação conjunta junto de outros países. // Referiu-se ainda ao Zaire que «*apesar de disporem dos dados acerca dos quais igualmente Nguabi tinha falado*», continuavam a evitar apresentá-los publicamente para não agravar as relações mútuas. // Mencionando a posição da China e da Coreia, citada na reunião do dia anterior, Lopes disse ao seu interlocutor jugoslavo que, todavia, eles faziam uma certa diferença entre esses dois países e informou-o de que «*durante a sua visita à China conversou longamente com os dirigentes chineses acerca do MPLA, tanto da sua posição independente como da luta de libertação. Contudo, como parecia, os chineses não mudaram até hoje a sua posição*». // Quanto ao «*conflito soviético-chinês nessa região bem como à propaganda muito forte por parte da FNLA e outros que davam ao problema angolano, exclusivamente, um aspecto ideológico*», o primeiro-ministro congolês acrescentou que, nas conversações com os dirigentes do MPLA, propuseram que tivessem em consideração essa propaganda, caso contrário, poderiam ser prejudicados e o seu espaço de actuação mais reduzido.

Essa informação tinha-a recebido a seguir ao comício, segundo este breve relato de Dragulich Gavrilovitch para o SFNE.

Embora soubessem já desses preparativos para esse ataque, Ngouabi acrescentou que não quiseram falar dele até poderem confirmá-lo por outras fontes e *«quando recebeu esta e outras informações que eram claras, directas e seguras, como chefe de Estado, ficou obrigado de informar os chefes dos nossos Estados sobre isso»*.

Caso, nesse ataque, participasse algum dos países africanos, *«o Congo não ficaria de braços cruzados»*. Depois, o presidente congolês referiu que *«na fronteira com Cabinda encontravam-se unidades congoleas equipadas com os modestos meios que dispunham»*. O diplomata jugoslavo anotou que, em seguida, afirmou: *«"não tinha nada contra a China e a Coreia, mas a sua posição não era a nossa"»*; o Congo ajudou, *«a seu tempo, a UNITA, mas não mais, porque ela estava com os mercenários da RAS»*, enquanto o Zaire apoiava a FNLA; *«agora, era-lhes claro que o MPLA era o único movimento de libertação e os restantes forças reaccionárias, caso se chegue à guerra, lutarão sob a chefia dos EUA contra a África e as forças revolucionárias e progressistas»*.

### **Um telegrama do SFNE para todas as embaixadas**

Enviado (6/Nov.) para as embaixadas nos países não-alinhados e noutros sete (cinco países europeus,<sup>1297</sup> China e nos EUA), este documento do SFNE procurou sintetizar,<sup>1298</sup> nos seus 13 pontos e 2 anexos, a situação em Angola que, *«além de evoluir negativamente porque não se avistava uma saída da crise actual por meio de uma solução política pacífica»*, tinha, ao mesmo tempo, *«cada vez mais presente o engajamento de factores estrangeiros»*.

Essa situação foi descrita em breves notas a partir de uma escolha das informações mais recentes que tinham sido recebidas de 13 representações diplomáticas jugoslavas<sup>1299</sup> que abrangiam a posição desses países e de duas organizações internacionais (ONU e OUA), incluindo referências a Portugal.

Entre os nomeados países africanos e não-alinhados, o primeiro citado, a Tanzânia concordava *«com as análises e os receios»* jugoslavos, estimando necessário *«uma acção*

<sup>1297</sup> Além da URSS, Reino Unido, França, RFA e Portugal, nos EUA, afora a embaixada em Washington, para a sua missão na ONU.

<sup>1298</sup> Apesar da maior parte do seu texto ser uma transcrição de frases de outros documentos, em geral, isoladas umas das outras, este *«telegrama»* indica os acontecimentos e as posições dos citados participantes que, nesta avaliação do SFNE, eram os mais importantes nesse curto período anterior ao 11 de Novembro.

<sup>1299</sup> Em 7 países africanos (Tanzânia, Zâmbia, Quênia, Zaire, Congo, Argélia e Uganda), três europeus (URSS, Reino Unido e França), China e nos EUA.



*coordenada dos Países Não-Alinhados, após 11 de Novembro», com a condição prévia da salvaguarda da sua unidade na base das conclusões da reunião de Lima (Ago./75).*

Em relação aos três movimentos de libertação, embora considerassem o MPLA o mais forte, autêntico e progressista, *«não podiam ignorar a existência da FNLA e UNITA, as suas ambições e os interesses das forças que os apoiavam»*. Porém, a situação militar desenvolvia-se *«desfavoravelmente para o MPLA e as forças reaccionárias, com o apoio do Ocidente, Zaire e RAS, tentavam-se chegar à batalha decisiva, com derrotas militares do MPLA e reduzir o seu controlo ao menor território possível»*.

No entanto, fosse qual fosse essa evolução, prestariam total apoio político e outros ao MPLA, esforçando-se para que o fizessem também outros países africanos. Ademais, iam reconhecer o governo do MPLA. Por causa disso, chegar-se-ia *«à divisão da África, mas isso não se podia evitar mais, caso não se quisesse sacrificar o MPLA»*.

Outra posição tinha a Zâmbia e o Quênia que não viam a solução numa declaração unilateral da independência (DUI) e não reconheceriam nenhum governo saído de uma tal decisão. Sem embargo, devido à sua posição geopolítica específica, o governo zambiano seguia *«a política da OUA relativa aos três movimentos angolanos»* e apelava para os países não-alinhados não-africanos que tivessem em conta a política da OUA. Não obstante, achava que *«todos os três movimentos contavam com a divisão de Angola»* e na citada declaração unilateral. *«Quanto à situação político-militar, o MPLA estava mais fraco do que em Agosto»*, mas não desistia da DUI, nem de conter a intervenção directa do Zaire. Estimava ainda que era *«indispensável influenciar os EUA e a URSS a absterem-se de uma corrida ao armamento dos movimentos beligerantes»*.

A respeito do Zaire, além de uma menção à sua *«violenta reacção à diligência diplomática soviética, em Kinchassa, acerca da ingerência zairense nos assuntos internos de Angola»*, rejeitada por Mobutu como uma *«"provocação intencionada e grave acusação infundada manchada de ameaças inadmissíveis"»*, afirmavam que tratavam *«de igual forma os três movimentos»* e, oficialmente, evitavam *«conversações sobre questões em que as suas posições eram inaceitáveis para a maioria dos países africanos»*.

Outros dois países africanos, o Congo e a Argélia apoiavam o MPLA e consideravam difícil a sua situação militar. Comentando as suas posições, segundo o SFNE, o Congo *«não acredita[va] na possibilidade de uma solução política e resta[va] somente a luta armada»*. Devido a participar directamente nessa luta, que já se reflectia na sua própria segurança, o interesse do Congo e das forças progressistas e revolucionárias era que a situação se desenvolvesse a favor do MPLA. Portanto, era-lhe *«indispensável urgente e intensa actividade*

*político-diplomática e ajuda material*». Igualmente, «*o problema angolano teria, sob a influência das potências imperialistas, um aspecto muito mais amplo e provocará discórdias na OUA*». Em África, «*a nova estratégia imperialista era de isolar certos países progressistas, absorvidos pelos seus próprios problemas, e assim paralisá-los e desuni-los*». A situação agravar-se-ia até mais «*se os países socialistas e as forças progressistas não tiverem iniciativas*».

Para a Argélia, «*a situação era bastante séria e complexa*», sabendo que a Comissão Conciliatória da OUA confirmou que havia, nas unidades da FNLA e UNITA, mercenários estrangeiros e também soldados zairenses. A mesma Comissão não conseguiu terminar com sucesso o seu trabalho por causa da sua própria composição. Dos seus nove membros, somente a Argélia e o Burundi estiveram constante e firmemente do lado do MPLA. A Somália de certa forma, ao passo que os restantes abertamente contra. Avaliava-se que «*a relação de forças no Bureau da OUA seria mais favorável ao MPLA*».

Apesar da FNLA e UNITA serem somente pela reconciliação nas palavras, «*o MPLA que foi decididamente contra, sob a influência da Argélia, passou, então, a aceitá-la*».<sup>1300</sup> Seguramente, os três movimentos iam para a DUI, o que conduzirá inevitavelmente até à divisão da África. Ademais, a posição sobre o reconhecimento do eventual governo do MPLA por parte da Argélia era desconhecida, o que julgavam ser uma questão muito sensível porque, seguramente, os países socialistas fá-lo-iam imediatamente e, «*caso os países progressistas africanos [ficassem] passivos, ainda mais expunham o MPLA aos ataques de que estava sob a influência soviética*».

A respeito da URSS, afirmavam que prestavam apoio somente ao MPLA e que este continuaria no futuro. Após a ingerência dos factores estrangeiros e sobretudo do Zaire, o MPLA estava em dificuldades, mas tinha possibilidades de manter o controlo de Luanda até ao 11 de Novembro, apesar do perigo da intervenção militar directa do Zaire. «*Por trás da UNITA estava Portugal, ou seja, as forças que deseja[va]m impedir o MPLA de assumir o controlo de Angola*».

Excluía a possibilidade de um acordo do MPLA com a FNLA, embora fosse possível uma aliança temporária com a UNITA, «*porque Neto compreendeu que lhes eram necessárias as forças (os especialistas) que apoiavam a UNITA*». Quanto à proclamação da independência pelo MPLA seria reconhecida por todos os países socialistas (excepto China e

---

<sup>1300</sup> Uma afirmação que, pelo menos desde da citada visita de Paulo Jorge (2/Nov.), já não correspondia à posição do MPLA.

Coreia) e, em África, por uma dezena e meia de países.<sup>1301</sup> Porém, se o MPLA mantivesse Luanda, teria condições internacionais mais favoráveis (na ONU e noutras instituições) para a seguinte luta pela independência.

Além de não verem possibilidades de reconciliação dos movimentos angolanos, os EUA eram muito pessimistas quanto ao futuro de Angola. «*A divisão era inevitável e talvez fosse de ter em consideração uma federação flexível,*<sup>1302</sup> *onde cada movimento manteria o seu respectivo exército e território*». No caso da DUI, por parte do MPLA, respeitariam o princípio de não reconhecerem governos que não controlem a maior parte do território. Contudo, caso o MPLA conseguisse «*conquistar Moçâmedes (da tribo de Savimbi) reforçaria a posição para o reconhecimento, enquanto a UNITA procurava tomar o Lobito*».

Relativamente a uma reconciliação entre o MPLA e a FNLA, esta seria possível unicamente com o afastamento de Neto e de Holden. Outra informação era de que o MPLA tinha melhor armamento, tanques, melhor organização e direcção, mas a FNLA recebeu, nos últimos meses, por meio do Zaire, um número importante de veículos de combate. Nas fileiras dos dois movimentos combatem um certo número de soldados portugueses que decidiram ficar em Angola. A posição americana era delicada porque, estavam sob o controlo do MPLA, os poços de petróleo em que se encontravam grandes interesses dos EUA. Não era seguro que o MPLA se conseguiria manter caso houvesse um acordo FNLA-UNITA. «*A orientação marxista do MPLA e o armamento da URSS leva[va]m a concluir que o MPLA assumiu também determinadas obrigações em relação à URSS*».

A China considerava que a existência de três movimentos de libertação não era razão para uma guerra civil, mas sim a ingerência da URSS e EUA. Ajudaram e enviaram instrutores para os três movimentos, mas, aconselhavam a reconciliação porque a situação era cada vez mais difícil. Existiam duas possibilidades, uma da África investir todos os esforços pela unidade de Angola, ou outra que era a guerra civil com pesadas consequências para Angola, toda a África e o Terceiro Mundo.

O Reino Unido mantinha-se reservado e evitava as explicações. Estava aberto aos contactos com os três movimentos, apesar destes serem mais frequentes com a UNITA e FNLA. Tratava «*o problema como tipicamente local e africano, mas, evidentemente, que tomou partido contra o MPLA e que acreditava num desenvolvimento pró-ocidental da situação*».

---

<sup>1301</sup> Nessa lista, além das quatro ex-colónias portuguesas, «*Congo, Argélia, Tanzânia, Madagáscar, Botsuana, Uganda e, possivelmente, também a Etiópia, Sudão e alguns outros países*».

<sup>1302</sup> Esta proposta seria citada com mais pormenores pelo embaixador Kochin na sua análise, enviada para o SFNE (13/Nov.), sobre a política dos EUA em relação a Angola, *Vd.* p. 748.

De modo igual, a França não fazia diferenças entre os três movimentos angolanos e tinha recebido, recentemente, delegações da UNITA e FNLA, e esperava uma do MPLA. No âmbito dos «*Nove*», já tinham efectuado consultas acerca da posição pós-11 de Novembro. Coordenaram uma posição, proposta pela RFA (com a excepção do Reino Unido), de que, «*o mais oportuno, era publicar uma declaração conjunta, em 11 de Novembro, sobre o reconhecimento da independência de Angola, sem notificação*».<sup>1303</sup>

Na ONU, em Nova-Iorque, estimava-se que iria haver uma ampla e longa guerra civil com a ingerência das grandes potências, Zaire e RAS. A incursão da RAS em Angola preparava a separação da parte da Ovambolândia angolana, com o acordo da UNITA, e a secessão da sua parte na Namíbia para a criação de um pequeno Estado. Sintomaticamente, na ONU e apesar da preocupação geral por causa da acção da RAS, excepto a condenação geral do Conselho pela Namíbia, não foi seguida por qualquer acção mais organizada. Até mesmo o grupo africano por causa das diferenças não se reuniu. Por agora, não havia lugar para uma acção da ONU ou do Conselho de Segurança que seria paralisada, seguramente, pelas diferentes posições dos membros permanentes.

Em relação à OUA, uma menção à lista de recomendações entregue ao seu presidente Idi Amin pela Comissão Coordenadora, mencionando somente as consideradas mais importantes.<sup>1304</sup> De acordo com algumas fontes, «*a Argélia e Burundi não aceitaram o pedido de Portugal para entregar o poder aos três movimentos e a recomendação aos membros da OUA de não reconhecerem nenhum movimento*» que proclamasse unilateralmente a independência.

Como decorria, nesses dias, «*a reunião do Bureau da OUA que analisa[va] as recomendações*» recebidas a respeito de Angola e estando presentes os representantes dos três

---

<sup>1303</sup> Todavia, segundo o SFNE, como «*isso implicava também o reconhecimento da integridade territorial, era importante para no caso de surgirem reivindicações para o reconhecimento dos movimentos de libertação e os territórios que controlavam*».

<sup>1304</sup> Entre elas, dois apelos e cinco resoluções, sendo os primeiros: o presidente da OUA apelava a uma «*urgente reconciliação dos três movimentos e ao começo das consultas com os chefes de Estado e membros do Bureau da OUA*»; Apelo da OUA «*a todos os países para imediatamente suspenderem qualquer ingerência e, em particular, o fornecimento de armas*». As resoluções foram as seguintes: «*urgente interrupção das hostilidades e seguinte movimentação das tropas com a manutenção do controlo sob os territórios*»; «*formação de um Governo de Unidade Nacional para a tomada do poder de Portugal*»; «*se os movimentos não chegarem a um acordo antes de 11 de Novembro, que Portugal transfira os instrumentos da independência dos três movimentos para um só*»; «*organização de eleições no prazo de 12 meses*»; «*pedido aos membros da OUA para que não reconheçam a DUI de nenhum dos movimentos*».

movimentos, o presidente Amin apelou «à ONU e a outros países para absterem-se de quaisquer actividades que fossem, excepto as puramente humanitárias, enquanto a OUA trabalhava para encontrar uma solução». Também, tencionava, em nome da OUA, «pedir à ONU a formação de uma comissão humanitária conjunta para Angola».

No final deste «telegrama», dois «anexos» — um «para todas as embaixadas e a missão em Nova-Iorque» e outro «para as embaixadas nos Países Não-Alinhados e a missão em Nova-Iorque» — com algumas instruções<sup>1305</sup> do SFNE acerca dos contactos a efectuar pelas suas dezenas de missões diplomáticas.

### **A reunião da OUA em Kampala**

«Todos os três movimentos de libertação de Angola enviaram os seus representantes à reunião da OUA em Kampala. Delegações numerosas e de alto nível». Começando assim o seu telex (5/Nov.), a embaixada jugoslava informou de que uma mensagem de Agostinho Neto para Idi Amin foi-lhe entregue por Lopo do Nascimento,<sup>1306</sup> o presidente do próximo Governo Provisório de Angola e secretário da Direcção Política do MPLA. O seu texto foi publicado na imprensa e referia-se a quatro pontos principais com um «pedido duma acção urgente» da mesma OUA com três notas explicativas. Assim:

1.) Na resposta à Comissão Coordenadora da OUA sobre a questão da possibilidade duma reunião entre os três movimentos, o MPLA apontou para «"a natureza estrangeira da guerra agressiva a que estava sujeito o povo angolano"»;

2.) A FNLA e a UNITA não eram nada mais do que «instrumentos de determinadas forças estrangeiras, que efectuaram uma invasão de Angola, em particular, o exército do Zaire, da RAS e do ELP». Um grande número de mercenários, recrutados na RAS, Rodésia e Europa, encontravam nessas forças como tinha sido provado à OUA com documentos;

<sup>1305</sup> No primeiro, «o mencionado para vossa informação e utilização, dependendo do interlocutor» com o pedido de, «em particular, acompanhar e informar rapidamente acerca das reacções às últimas iniciativas da OUA». No segundo, «assegurar os contactos mais estreitos possíveis e regulares trocas de opinião, tendo em vista, sobretudo, a necessidade da construção de posições comuns de todos os Países Não-Alinhados sobre o problema de Angola».

<sup>1306</sup> No seu regresso a Luanda, esteve em Brazavile, onde teve conversações com Ngouabi e Lopes. Este último possibilitou ao diplomata jugoslavo encontrar-se com Lopo do Nascimento para informá-lo sobre «todas os pormenores das nossas análises e informações segundo as instruções» recebidas do SFNE». Na parte da sua exposição a respeito da «importância do Não-Alinhamento para o futuro de Angola, Nascimento salientou que tinha em conta a relação do MPLA quanto ao Não-Alinhamento, ou seja, a importância dessa política também para o reforço da posição do MPLA nas condições da ingerência estrangeira em Angola e em geral». Igualmente, ainda sobre a reunião de Kampala, tinha falado com «um membro da delegação nigeriana que concordava totalmente com as nossas análises e pontos de vista. Segundo as suas palavras, uma reunião [...] sem resultados, porque as propostas apresentadas pelo MPLA eram inaceitáveis». ADMNE, F-226, Angola (1975).

3) Logo após a partida da missão OUA de Angola, *«foi reforçada a utilização de tropas estrangeiras contra o povo angolano e o MPLA, cujas forças lutavam eficazmente contra os mercenários brancos e as tropas zairenses na região de Caxito e Ucuá»*. No Sul de Angola, havia *«a escalada da invasão das tropas da RAS com o apoio do ELP que dispunham de tanques e aviões. Tomaram bastante território que tinha o MPLA. O ELP que representa[va] a pior força fascista e racista, que de Espanha prepara[va] o derrubamento do regime em Portugal, tentava novamente colonizar Angola»*. O EPL com o apoio da RAS, Zaire, FNLA e UNITA tinham *«um plano para a aniquilação do MPLA e, mais tarde, instaurar um regime da minoria branca em Angola»*;

4.) Perante uma tal situação, o MPLA decidiu lutar contra estas forças e por uma verdadeira independência do povo de Angola, *«e isso sem compromissos com o imperialismo internacional, o subimperialismo zairense, o regime racista de Portugal e as forças colonialistas fascistas portuguesas. Com todas estas forças reaccionárias colaboravam a FNLA e UNITA»*.

Pedindo uma acção urgente por parte da OUA, mencionou o seguinte:

a) *«Portugal foi "monstruosamente passivo" no confronto com o desenvolvimento do processo da agressão contra Angola»*. Nada fez para *«impedir a agressão, o que encorajou os factores externos na escalada da agressão»*; b) somente o MPLA e suas forças armadas lutavam contra a agressão de Angola, sendo urgentes *«medidas adequadas para deter a agressão e salvaguardar a integridade territorial de Angola»*. Apelavam, por isso, para o presidente da OUA, que *«os povos africanos mostrassem solidariedade para com os povos de Angola na sua luta pela Angola»*; c) precisando do apoio e solidariedade da OUA, o MPLA pedia ainda que denunciasse e condenasse a invasão de Angola por parte do exército zairense, ELP e da RAS. Ao mesmo tempo, *«a OUA deveria mobilizar os países africanos para ajudar o MPLA com armas, aviões e outro equipamento para poder enfrentar com sucesso o armamento mais moderno do Zaire e da RAS»*.

Quanto à delegação da UNITA, chefiada *«pelo presidente<sup>1307</sup> do Governo Provisório de Angola J. Ndele, afirmou, na conversação com Amin, que "mantinham aberta a opção pelo compromisso político com os restantes movimentos de libertação", que eram pelo cessar-fogo»*, mas que tal caminho estava fechado pelo MPLA que era contra os outros movimentos.

---

<sup>1307</sup> Era um dos três membros do Colégio Presidencial do mencionado Governo de Transição.

Alegadamente, como a imprensa transmitiu, «a UNITA estava pronta para compromissos e um acordo sobre a formação dum Governo de Unidade Nacional».

A delegação da FNLA, «presidida pelo ministro<sup>1308</sup> da Informação, Hendrik Vaal Neto, relevou a agressão soviética contra Angola». De resto, supostamente, estavam prontos «para discutir com os outros dois movimentos a obtenção da paz e uma solução duradoura para o problema de Angola».

Numa nota final, duas referências: uma, ao «Bureau<sup>1309</sup> da OUA que continuava reunido, enquanto a Comissão de Defesa começou, nesse dia, os seus trabalhos. Ambos os trabalhos destes órgãos decorrem no maior segredo»; outra, à abertura da sessão solene da Comissão de Defesa «só foram convidados os embaixadores dos países africanos. A presença de jornalistas foi proibida».

Noutro documento (7/Nov.), a mesma embaixada comunicou ao SFNE que o «Bureau da OUA terminou o seu trabalho, recomendando que os três movimentos de libertação formassem um governo provisório de Unidade Nacional», o qual, no dia da Independência, em 11 de Novembro, assumisse o governo da parte de Portugal e administrasse o país «até à aprovação de uma Constituição definitiva que fosse aceitável por todas as partes interessadas». Além disso, propôs alguns pormenores mais concretos acerca da «composição do governo provisório bem como que a cidade, sede do Governo Provisório, fosse neutral militarmente».

Em relação à Comissão de Defesa da OUA, esta deveria considerar a possibilidade de própria OUA aceitar a garantia da neutralidade da cidade sede do Governo Provisório. Ademais, a Comissão teria de «analisar igualmente a neutralidade do envio de forças militares da OUA para Angola para a sua protecção de agressões externas e segurança da integridade territorial de Angola até à solução do problema».

Apesar da publicação de um comunicado em que os três movimentos aceitaram a formação do citado Governo Provisório, «a evolução posterior dos acontecimentos, [em Kampala], indiciava que, mesmo um eventual acordo, caso fosse conseguido, seria muito de princípios e de natureza não vinculativa». De facto, a seguir a esse comunicado, Amin apelou

<sup>1308</sup> Era sim secretário de Estado do Ministério da Informação, sendo o ministro, Manuel Rui Monteiro (MPLA). Como estas informações foram traduzidas em sérvio-croata de documentos e notícias publicados na imprensa ugandesa, provavelmente, este erro terá sido mais daí do que do texto traduzido aqui citado.

<sup>1309</sup> No texto, «bureau» sem a sua tradução em sérvio-croata. Porém, como a OUA só tinha dois órgãos, a Conferência e o Secretariado-Geral, esta designação mesmo em francês estava errada.

novamente para os movimentos aceitarem a proposta da OUA relativa à formação do Governo Provisório e, ao mesmo tempo, apontou para «*o perigo (mas podia-se dizer que também criticou levemente) da continuação de posições militantes pelas partes em conflito*». Todavia, pensou, claramente, no MPLA, «*cuja delegação pareceu não se desviar muito das posições apresentadas na mensagem de Neto*» e que, imediatamente após o fim dos trabalhos desta reunião da OUA, partiu de Kampala. No aeroporto, declarou aos jornalistas que «*as conversações foram úteis e que estavam otimistas quanto à possibilidade de ser alcançada uma solução pacífica*».

Na conversação da noite anterior com Amin, as delegações da FNLA e UNITA (recebeu-as juntamente) anunciaram que, nesse momento, «*controlavam mais de ¾ do território angolano, que tomaram Lobito e que estavam às portas de Luanda*». Supostamente, disseram que aceitavam, na totalidade, as recomendações da OUA e, antes da partida, «*a delegação portuguesa afirmou que acreditava na obtenção de uma solução pacífica para o problema angolano*».

Aliás, conforme a conclusão final do diplomata jugoslavo, todas as delegações da OUA («*Bureau e Comissão de Defesa*») e os representantes dos movimentos angolanos e de Portugal<sup>1310</sup> falaram com palavras muito cuidadas, nas suas declarações para a imprensa e nas reuniões, relativamente ao grande contributo de Amin para se conseguir «*uma solução justa e geral para o problema angolano, em particular, a sua energia na defesa da integridade territorial de Angola, o que mostrou com a convocação, pela primeira vez na história da existência da OUA, da sua Comissão de Defesa*».

Noutra informação a respeito de Kampala, enviada para Belgrado pela embaixada de Dar es Salam (7./Nov.), «*na reunião da Comissão Conciliatória da OUA chegou-se a um confronto aberto com Amin e que a delegação de Moçambique quis abandonar a reunião*». Segundo souberam pelo «*representante moçambicano Lukango*», o ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, teve de se opor aos esforços de Amin para que a OUA intervisse em Angola e de impor propostas que eram inaceitáveis para o MPLA e a África livre.

Nesse confronto, Chissano rejeitou «*a proposta acerca da criação de um governo de coligação e concessão de igual apoio à FNLA e UNITA*». Também, disse a Amin que, a respeito de Angola, ele dava somente a sua opinião pessoal, «*a qual, o povo de Uganda nunca*

---

<sup>1310</sup> Segundo o embaixador jugoslavo, o representante português, «*o almirante Crespo, que hoje [(7/Nov.)] sublinhou, em Dar, a Nyerere a determinação de Portugal de abandonar, em 10 de Novembro, Angola, porém não se pronunciou a quem iria entregar o poder*».



*aceitaria caso estivesse em posição para decidir sobre os movimentos de libertação angolanos. Supostamente, unicamente Moçambique se opôs às propostas» do presidente ugandês.*

### **Algumas informações sobre a situação militar**

Atendendo a que, em Lusaca, *«todas as tentativas falharam para se encontrar, em Angola, uma saída da situação com que se evitasse a continuação da carnificina»*, o embaixador Vukolitch achava que *«disso estavam, nesses dias, todos conscientes»*. Mesmo algumas acções que se efectuavam (visita do ministro nigeriano à Zâmbia, Tanzânia e Zaire) tinham *«somente um carácter formal e declarativo com o fim de alguns países guardarem a face e para que se dissesse que algo se tentava fazer»*.<sup>1311</sup> Além disso, a evolução da situação, nos últimos tempos, só confirmou que o 11 de Novembro seria recebido *«com a divisão de Angola, a seguinte intensificação da guerra, um maior empenhamento dos factores externos e a polarização da África»*. Estas palavras premonitórias, enviadas para o SFNE (7/Nov.), correspondiam a um aumento de informações quanto à situação militar no território angolano, embora nenhuma delas, nestas fontes diplomáticas, tenha sido atribuída aos serviços de informações jugoslavos nunca referidos na documentação consultada.<sup>1312</sup>

De acordo com dados da missão jugoslava na ONU, em Nova-Iorque (6/Nov.), na situação da aproximação da independência de Angola, a RAS actuava em duas direcções. Uma primeira foi o reforço da sua presença militar *«(5 000 soldados de tropas de primeira classe no corredor de Caprivi, terminou a construção duma moderna base em Katima Mulilo para fins contra-revolucionários, construiu uma estrada asfaltada militar a leste de Caprivi e terminava uma base militar muito moderna em Grootfontein. A SWAPO informou de três novas bases no Ovamboland)»*.

Se até então, a RAS podia justificar *«"como defensiva" a sua presença militar na Namibia, nesse momento, já não era possível devido ao cerco que se fechou em seu redor após a dissolução do império colonial português»*. Por isso, passou *«activamente para uma política de "defesa preventiva"»*.

<sup>1311</sup> Acrescentou que, nessa altura, tudo era *«mais claro e mostrava que as acções para a busca de soluções foram tomadas tardiamente ou tiveram somente um carácter formal»*, complicando ainda mais a situação e, em alguns casos, talvez conscientemente. Segundo ele, *«o MPLA já há 6 meses se orientou para este curso, e o espaço para outras alternativas era cada vez estreito, tendo em conta as ingerências externas cada vez mais evidentes (das suas conversações com Neto, Carreira em Belgrado, etc.)»*.

<sup>1312</sup> Por exemplo, a ausência de qualquer informação de um único adido militar jugoslavo nesses países.

Segundo, enviou «*um batalhão (esquadrão) reforçado de forças motorizadas sul-africanas da Namíbia para Angola. Ao mesmo tempo, reforçou a apoio militar e logístico a grande grupo de mercenários brancos e unidades da UNITA e da FNLA*».

A seguir a vários incidentes na fronteira angolana, em Agosto, houve uma incursão de unidades sul-africanas (ocupação da central hidroeléctrica no Cunene) e em Santa Clara, seguindo-se a tomada da cidade de Pereira de Eça. Não havia, nessa altura, dados certos em relação à força e posições dessas tropas. Porém, em 23 de Outubro, outra unidade do exército sul-africano (cerca de 1500 soldados) invadiu Angola, havendo «*dados precisos que foram dados pela RAS aos americanos sobre o armamento dessa coluna*», seguindo-se uma lista com o número, tipo e outros pormenores técnicos,<sup>1313</sup> mais a informação de que a citada coluna era acompanhada de 12 helicópteros Alouette (ou semelhantes) e tinha a cobertura da aviação estacionada na Namíbia.

Em meados de Outubro, «*o MPLA controlava uma grande parte de Angola, as cidades importantes na costa atlântica e tinha expulsado a UNITA de importantes centros como era a cidade do Luso*». Tinham uma linha de defesa a norte de Luanda e resistiam à forte pressão da FNLA. Controlavam, realmente, 11 de 16 províncias, ao passo que a FNLA estava limitada às províncias do Zaire e Uíje no Nordeste e parte do Cuanza Norte. Quanto à UNITA, controlava a província do Huambo com a capital Nova Lisboa e partes de outras duas províncias. A grande região do Sudeste angolano representava a zona da luta pelo domínio dos três movimentos. Esperava-se que «*o MPLA proclamaria a independência, em 11 de Novembro, e seria reconhecida por muitos países*».

Não obstante, na última semana de Outubro, «*ocorreu uma mudança, sobretudo devido ao facto da invasão das forças armadas da RAS e dos mercenários brancos. O MPLA começou a perder o controlo da costa e sobre a parte sul de Angola, onde se abriu uma grande frente contra o MPLA*». Além disso, também uma enorme quantidade de armas e de outras necessidades logísticas (gasolina, munições, etc.) que «*a RAS transportava da Namíbia (8 aviões C-47S ou C-130 por semana), mostrava que a Namíbia era uma base de apoio para a intervenção sul-africana em Angola contra o MPLA*». A RAS abastecia directamente os

---

<sup>1313</sup> Menciona: «12 Panhard, carros blindados com canhões de 90 mm (versão AML90); 24 Marmon-Herrington, veículos blindados ligeiros com canhões ligeiros (antigo modelo britânico); 125 a 150 camiões Unimag; canhões móveis de 57 e 105mm; "recoilless rifles" (montadas nos jeeps ou nos marmon-herringtons); grande quantidade de morteiros e armas automáticas. Sem veículos com atrelados na coluna, que estava equipada para deslocações rápidas».

mercenários brancos e os soldados da UNITA e FNLA. Pelas informações obtidas, um tal envolvimento sul-africano em Angola seria utilizado obviamente, consoante este documento, para o planeamento da total invasão de Angola, após o 11 de Novembro, por parte da RAS.

### **Outras informações sobre Angola de Lisboa e Brazavile**

Seguindo as instruções do SFNE, no Palácio das Necessidades (6/Nov.), o conselheiro Spasitch transmitiu ao director-adjunto da Direcção Política do MNE, Vilas-Boas, um pedido acerca da avaliação da situação angolana e do seu desenvolvimento nos dias seguintes.

Segundo o diplomata português, essa *«situação mudava todos os dias e não tinham sempre informações precisas, sobretudo em relação à situação militar»*, não sendo assim tão raro terem até notícias falsas que relatavam movimentos e confrontos. Contudo, nos últimos dias, a FNLA reforçou-se militarmente e obteve algumas vitórias, tomando *«o porto de Moçâmedes, o segundo maior porto de Angola (depois de Luanda)»*.<sup>1314</sup> Porém, não tinham informações fidedignas se ali ainda sempre se encontravam unidades da UNITA (naquela parte do país estavam presentes e dominavam). Aliás, *«as forças da FNLA aproximavam-se bastante da cidade do Lobito e, na realidade, já se encontravam nas suas proximidades»*. Com uma tal falta de informações, era-lhes difícil prever em que modos iriam evoluir os acontecimentos até ao 11 de Novembro e como decorreria esse mesmo dia.

Naquele momento, na situação em que se encontrava, *«o governo português só podia olhar pragmaticamente para entrega de poderes — não tinham forças físicas nem outras ou poder para fazer o que fosse ("agora, só temos o estatuto de observador muito interessado")»*. Tinham formado um grupo de juristas que, de um ponto de vista jurídico, estudava uma possível solução, a qual, seria imposta, mas dependendo da situação existente nos dias 10 ou 11 desse mês. No total, tudo era imprevisível, podendo chegar-se até a reviravoltas mais radicais que poderiam fortemente influenciar a solução final. De resto, *«eles (os portugueses) continua[va]m a ter a mesma posição: o 11 de Novembro seria a data definitiva para a concessão da independência; não favorecendo nenhum movimento; indivisibilidade do território»*.

Para possíveis avaliações das futuras relações entre os três movimentos, no MNE português, davam importância ao comunicado conjunto de Holden e Savimbi publicado, em Kinchassa, no dia anterior, em que, a respeito das posições do seu alto-comissário em Angola sobre o cessar-fogo, interpellando a responsabilidade de cada um destes dois movimentos e as posições de Kampala, foi salientado: a decisão desses dois movimentos de que, no dia 11 de

<sup>1314</sup> Esse segundo lugar pertencia ao porto do Lobito, que só, em fins dos anos sessenta, foi ultrapassado pelo de Luanda.

Novembro, a data da proclamação da Independência seria respeitada; que acordaram enviar a suas delegações a Kampala para ser encontrada uma solução pacífica; que o cessar-fogo só podia ser proclamado caso fosse resultado da reunião em Kampala. Até essa altura, os dois movimentos realizariam acções defensivas contra o MPLA. O comunicado confirmava que «*a FNLA e UNITA decidiram formar imediatamente uma comissão político-militar conjunta com a missão de coordenar todas as suas actividades militares e políticas na defesa comum da população das acções agressivas do MPLA*».

No final, Vilas-Boas disse que «*os seus esforços, em Angola, para a concessão da independência e a entrega de poderes não eram lá muito apoiados pelas posições das grandes potências. Com efeito, pelas informações que dispunham, a URSS estava pronta a reconhecer só a do MPLA*». Por seu lado, Spasitch transmitiu-lhe os cumprimentos do secretário federal Minitch para M. Antunes com um pedido em que muito agradecia uma sua avaliação da situação.

No dia seguinte (7/Nov.),<sup>1315</sup> em Brazavile, na recepção pela Revolução de Outubro, o embaixador soviético, Evgeni Afanasenko, informou Gavrilovitch de que «*já tinham estabelecido uma ponte aérea com Luanda e que um barco cubano se encontrava no porto luandense*».

Além disso, «*os russos estavam empenhados em grande medida na ajuda ao MPLA e a esse respeito cooperavam estreitamente com o Congo*», sendo através do seu espaço aéreo que os aviões de carga soviéticos chegavam com a ajuda em armas e equipamento para o MPLA. «*Moscovo estava em permanente contacto com a embaixada soviética [na capital congoleza]*», interessando-se constantemente pela data da proclamação da independência de Angola por parte do MPLA. «*Investiam bastante para que, nesse dia, também tudo pelo lado militar estivesse assegurado*».

Igualmente, no aeroporto, um pouco antes de Gavrilovitch,<sup>1316</sup> Afanasenko falou longamente com Lopo de Nascimento acerca dos apoios e ajuda soviéticos ao MPLA.

---

<sup>1315</sup> Como este telex só foi enviado para o SFNE, nos dias seguintes (13/Nov.), após o seu regresso de Luanda, Gavrilovitch juntou-lhe o seguinte texto: «*anexo 13 Novembro – durante a estadia em Luanda vi dezenas de especialistas soviéticos à paisana que se ocupavam do transporte de materiais e da manutenção de algumas instalações militares, talvez, também, de alguns tipos de armas. Os voos dos aviões de transporte soviéticos efectuam-se, principalmente, de noite e com a interrupção das ligações de rádio desde pouco depois de Brazavile até Luanda (com rota por Pointe Noire e a zona marítima neutral a ocidente de Luanda) e vice-versa, de forma a não chamar a atenção do inimigo*».

<sup>1316</sup> Vd. nota n.º 1306, p.732.

### **Mais informações e perguntas sobre Angola de outras embaixadas**

De Lusaca, perguntando ao SFNE (7/Nov.) «*como cada vez mais era menos claro como iriam evoluir os acontecimentos em Angola até 11 de Novembro (independência de Angola, declaração unilateral de independência dos três movimentos, intensificação da guerra e maior ingerência do exterior)*», o embaixador Vukolitch pediu ainda para ser informado se havia a intenção de enviar, e a qual nível, uma delegação, acrescentando que «*a representante do MPLA, Olga Lima, disse-me que esperavam a nossa delegação em Luanda*».

A Zâmbia recebeu o convite do MPLA para enviar uma delegação, mas a Luanda enviava só jornalistas. Sem embargo, não se devia excluir que os seus jornalistas pudessem ir a outras partes de Angola, pelo que o governo zambiano mostrava e continuava a manter a posição de apoio à formação de um governo de unidade nacional.

Nesse mesmo dia, em Conacri, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Fily Cissoko, convocou os chefes das missões diplomáticas por causa da situação em Angola, a qual, na introdução da sua exposição, considerou extremamente séria. Em seguida, leu a mensagem de Sékou Touré para «*o presidente da OUA, Idi Amin, em que condena[va] severamente os governos africanos que já intervinham abertamente a favor das forças que deseja[va]m recolonizar Angola e a África*».<sup>1317</sup> Apelando, depois, ao presidente e a todos os membros da OUA, mas também a todas as nações que apoiavam a luta de libertação da África, exigiu «*uma enérgica acção a favor da paz, a retirada de todas as tropas estrangeiras implicadas na agressão e o reconhecimento do MPLA como a única força que conduziu a luta de libertação e contribuiu para a descolonização da África*».

No MNE guineense, enquanto alguns diplomatas diziam que «*a unidade africana estava ameaçada e que existia o perigo do colapso da OUA, estimando a situação como muito dramática*», numa recente conversação entre Sékou Touré e Ngouabi foi discutida uma eventual convocação de uma conferência dos países progressistas africanos.

No mesmo ministério, em relação a Portugal, avaliavam que «*o regresso dos socialistas ao poder contribuiu para o enfraquecimento da posição do MPLA e progressista em*

---

<sup>1317</sup> Segundo este telex da embaixada jugoslava, o presidente guineense considerou ainda que se tratava da luta dos neocolonialistas pela riqueza de Angola e, em particular, de Cabinda, frisando que «*seria uma tragédia que a OUA fosse utilizada contra o povo angolano e o seu partido que lutava sozinho já há 15 anos*». Condenou aqueles que defendiam «*uma aliança entre os defensores e os inimigos do povo ao serviço do imperialismo, pela neutralidade da zona de Luanda que pertence aos angolanos e não podia ser neutralizada*» e ameaçavam o povo angolano com «*a ocupação por parte do "exército da OUA, que não fomos capazes de formar e enviar para Angola quando se tratava da luta contra os portugueses*».

*Angola, porque Soares dava-se bem com Mobutu e outros». Previam um reforço da actividade política da Guiné em África e no plano internacional, não excluindo a possibilidade de Sékou Touré se encontrar com Idi Amin, porque receava que Mobutu e alguns outros líderes africanos pudessem influenciar o presidente da OUA.*

Quanto ao diplomata jugoslavo, subscritor deste documento, acreditava que *«a Guiné, a Guiné-Bissau e outros seriam mais activos no seguinte período (esperavam a chegada de Aristides Pereira)»*. Contudo, conforme foi até momento, provavelmente, Sékou Touré teria em conta que, *«numa África conturbada, os que pescavam em águas turvas iriam realizar acções contra-revolucionárias nos países independentes, sobretudo nos progressistas, para enfraquecer as forças revolucionárias em África e iludir a atenção publica dos problemas de Angola»*.

### **Nas vésperas do 11 de Novembro**

De Kinchassa (10/Nov.), o SFNE foi informado de que ao ser confirmado de que o MPLA proclamaria a independência de Angola e, por esse motivo, efectuaría as cerimónias anunciadas, a direcção da FNLA declarou *«Luanda como zona de guerra e avisou o público que não podiam garantir a segurança das delegações estrangeiras convidadas»* pelo MPLA. No final do apelo, até se dizia que embora *«a FNLA desejasse limitar as suas acções somente contra as unidades do MPLA "praticamente era impossível controlar as balas perdidas"»*. Mesmo após do fim da reunião no quadro da OUA, *«este movimento continuava com os métodos de intimidação e pressão»*.

Nesse mesmo dia, de Havana, o embaixador jugoslavo comunicou que a situação em Angola foi discutida numa conversação, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo apresentado ali as avaliações recebidas. Quanto às posições cubanas, estas eram semelhantes ou idênticas às jugoslavas, *«excepto que eles viam a ingerência somente do Ocidente e alguma da China»*. Expressaram preocupação, salientando que a evolução, em Angola, *«poderia vir a complicar por longo prazo a situação em África, as relações entre os países africanos e parar os processos positivos no continente»*, que se desenvolveram com bastante sucesso, sobretudo nos últimos anos. Estavam admirados com *«a ausência de reacções da opinião pública mundial relativamente à intervenção militar da RAS»*. Consideravam que isso poderia *«encorajar o agressor e conduzir a Zâmbia e Moçambique a uma posição muito difícil»*. Disseram, depois, que a situação deveria ser *«acompanhada com grande atenção e assegurar o apoio a Neto»*.

No fim, sublinharam «*a difícil situação em Portugal, pelo que deste país não se podia esperar nada, excepto que se retir[ass]e de Angola*».

### **O 11 de Novembro angolano de Lisboa**

Para Belgrado, o embaixador Stoíakovitch transmitiu (11/Nov.) que os órgãos governamentais portugueses ainda não sabiam qual seria a posição oficial a tomar acerca da situação angolana. Apesar de todos serem unânimes em como transferir formalmente a soberania para o «*povo de Angola*», naquele momento, as diferenças surgiram em redor das relações com o governo do MPLA. Assim, «*a Comissão de Descolonização propôs ao governo que Portugal reconhecesse o governo do MPLA, tendo esta posição sido assumida pelo PR Gomes, o ministro NE Antunes, o ministro da Descolonização, almirante Crespo, e outros*». No entanto, «*o governo recusou aceitar essa posição, supostamente, o primeiro-ministro Azevedo recusou e declarou que, nesse caso, o governo apresentaria a demissão*». Exigiram que o Conselho da Revolução desse a sua opinião e, por isso, «*estava reunido desde a noite passada*».

No dia anterior, numa pausa entre duas sessões do Governo, em que esta questão foi discutida, o ministro do Comércio Externo, Jorge Campinos, disse-lhe, após ter-lhe perguntado pela posição jugoslava, que não podiam reconhecer só o governo do MPLA, porque isso seria reconhecer *de facto* a divisão de Angola. Igualmente, isso provocaria repercussões negativas na própria Angola e em alguns estados africanos. «*Assegurou que nem um dos governos ocidentais iria reconhecer o governo do MPLA. Também, para eles, isso traria consequências más e negativas, em particular, por parte dos EUA*».

Informou, no fim, o SFNE que, na noite anterior, tinham estabelecido ligação via telex com o correspondente da Tanjug em Luanda. «*Numa maneira adequada, deu-nos a saber que, militarmente, o MPLA se encontra[va] numa situação bastante difícil. Deposita[va]m uma certa esperança na ajuda que tinha acabado de chegar de Brazavile. Salientou que, em Luanda, havia muitos soviéticos que ajuda[va]m e colabora[va]m muito estreitamente com o MPLA em todos os campos*».

### **O 11 de Novembro em Luanda**

Devido ao avião de passageiros de Lisboa para Luanda, em que viajavam os dois membros da delegação jugoslava, a sua «*aterragem foi impedida pelos incontrolados disparos para o ar dos combatentes do MPLA pela proclamação da independência*», a Jugoslávia foi representada nas suas cerimónias pelo seu representante diplomático no Congo, Draguitch

Gavrilovitch. Segundo ele,<sup>1318</sup> apesar desse imprevisto «foi aceite desde o início com o tratamento [protocolar] das restantes delegações como convidado do MPLA», acrescentando que a maioria da direção do país e do MPLA era-lhe conhecida «dos numerosos encontros e conversações em Brazavile, o que lhe facilitou bastante os contactos e breves conversações (começando por Neto, Lara, José Eduardo, Iko Carreira e outros), não obstante os seus compromissos com a celebração» da Independência e da República Popular de Angola, bem como com «a tomada de posse de chefe do novo Estado pelo presidente do MPLA».

Mencionando as delegações estrangeiras presentes,<sup>1319</sup> entre as quais, «alguns partidos de esquerda portugueses (sem o socialista), num total de cerca de 15 delegações», referiu a seguir que «foi incómodo por causa da expectativa do MPLA e de outros, que sabiam do nosso apoio conseqüente a este movimento, não termos anunciado, no mesmo dia, o reconhecimento do novo Estado». No entanto, isso foi atenuado por ser do seu conhecimento de que «o convite foi enviado tardiamente, das razões técnicas para a ausência do chefe e do outro membro da delegação», mas também pela sua presença e porque, publicamente, estas causas foram dadas a conhecer. Além disso, citou outros casos semelhantes com outras delegações.<sup>1320</sup>

Sublinhou que foi muito importante para o MPLA o facto de ter sido reconhecido e apoiado, desde o primeiro dia, pelo maior número de países, principalmente, socialistas e africanos progressistas. Assim, logo «durante o primeiro dia cerca de 7 estados reconheceram a RPA e, nos dois dias seguintes, esse número subiu para cerca de vinte».

---

<sup>1318</sup> Devido a ter estado, em Luanda, desde a noite de 10 a 12 Novembro pela manhã, a sua correspondência para o SFNE só foi enviada, no dia 13, da capital congoleza.

<sup>1319</sup> Mencionou as seguintes: «Congo (o primeiro-ministro Lopes, o ministro NE Ganao e ainda alguns membros); o vice-presidente de Moçambique que era igualmente ministro da Economia e ainda algumas personalidades; Guiné-Bissau; Cabo Verde; São Tomé e Príncipe; Guiné; Roménia; Maurícias; Vietname do Sul; Jugoslávia; Brasil; URSS; RDA; Timor; OSPAA (organização de solidariedade de África e Ásia, com sede no Cairo). Noutro documento (12/Nov.), este da embaixada, em Brasília, informou de que «o governo brasileiro (comunicado oficial) reconheceu novo governo angolano com sede na capital Luanda [...e que] o Brasil foi o primeiro país que estabeleceu relações diplomáticas e enviou o seu representante diplomático junto do Governo de Transição em Luanda. Foi comunicado oficialmente que o representante diplomático até agora continuará a estar acreditado junto do novo Governo em Luanda, tendo em conta que ele assumiu as funções do anterior Governo de Transição. Também, ele representará o Brasil nas cerimónias em redor da Proclamação da Independência».

<sup>1320</sup> «De modo igual, os romenos anunciaram a vinda do vice-presidente do Conselho de Estado e do ministro-adjunto dos NE (esteve presente o primeiro secretário da embaixada romena em Brazavile). Os argelinos, polacos, búlgaros, checos e alguns outros que, nesse ou seguintes dias, reconheceram a RPA não enviaram delegações, nem estiveram presentes. Quanto às restantes delegações presentes, estas foram representadas sobretudo pelos chefes das missões diplomáticas em Brazavile ou outros países».



No decorrer das celebrações, foram tomadas *«todas as medidas de segurança na frente e na cidade pelo que não houve incidentes, nem sérias tentativas do inimigo de as perturbar ou impedir»*. Afora os citados disparos para o ar e suas consequências, houve diversos boatos tendenciosos acerca de supostos combates em Luanda e outros similares, tentando diminuir a importância dessas celebrações. Ademais, *«ao lado da disposição do povo, podia-se notar também a preocupação, algum receio dos futuros combates com os inimigos contra os quais o MPLA, segundo se dizia, preparava uma próxima contra-ofensiva»*.

No Congo, foi recebido muito positivamente a presença da Jugoslávia nas cerimónias em Luanda, tendo sido realçada claramente pelos meios de informação congolezes, segundo o diplomata jugoslavo, *«porque nisso viam igualmente a afirmação do seu apoio à RP de Angola e ao MPLA»*. Todavia, acrescentou que, somente, em Luanda, o ministro *«Ganao nos criticou, de certa maneira, por a Jugoslávia não ter reconhecido imediatamente a RP de Angola, mas acabou por dizer que não duvidava da nossa seguinte decisão»*. Relativamente ao *«telegrama enviado pelo nosso presidente,<sup>1321</sup> o Congo publicou que a Jugoslávia reconheceu, entre os primeiros, a RPA, o que aos olhos do público e meios oficiais congolezes elevou bastante a nossa reputação»*.

Relatando para o SFNE, desde Brazavile (13/Nov.), a sua breve conversação com Agostinho Neto, Gavriloitch informou de que, após o ter felicitado pela proclamação da independência e da sua eleição para presidente da RP Angola, teve de se limitar ao papel e importância da política de não-alinhamento, à possibilidade do reforço da posição da Angola e do MPLA na linha do não-alinhamento e à actividade até essa altura da Jugoslávia nesse sentido. Comunicou-lhe que podiam continuar a contar com o apoio político, moral diplomático e de outras ajudas. A respeito do reconhecimento e apesar da delegação jugoslava não ter podido chegar por razões técnicas, esperava pessoalmente que *«a sua presença confirmasse justamente a relação do seu país quanto a esse acontecimento histórico»*. Ademais, o seu interlocutor escutou com atenção o que lhe disse sobre a *«nossa actividade junto dos países amigos e outros com o objectivo da afirmação da posição de independente RP Angola e do MPLA»*.

Depois de agradecer, Neto concordou com *«as nossas análises e opiniões acerca da situação em Angola e da nossa preocupação por causa do perigo das ingerências externas, etc., do que teve conhecimento por meio de Lopo Nascimento, a seguir à recente conversação*

---

<sup>1321</sup> Nesse telegrama para Agostinho Neto, Tito salientou que *«o povo amigo de Angola pode contar também, no futuro, com o nosso amplo apoio na luta pela independência e unidade de Angola, pela defesa da sua integridade territorial e soberania, e contra as pressões estrangeiras e as ingerências de que lado fosse»*. De modo igual, em 12 de Novembro, a Presidência da RSF Jugoslávia reconheceu *de jure* a RP Angola.

*deste consigo em Brazavile, assim como de outras nossas informações úteis para eles». Refe-riu-lhe que não havia nem iria haver quaisquer mudanças na sua política relativa ao Não-Alinhamento, o que salientou também no discurso pronunciado durante a Proclamação da Independência. «Foi categórico quando afirmou, se pensávamos e podemos ajudá-los, então, era necessário reconhecer imediatamente o novo Estado e, se possível, dar-lhes outras ajudas». Perante eles havia grandes esforços para a continuação da luta armada com o objetivo da libertação de todo o território. Esperavam uma tal ajuda, em particular, dos países amigos socialistas e africanos progressistas.*

Nas suas «notas» finais, uma menção à «assinatura de Neto e do embaixador soviético do protocolo acerca do reconhecimento da RP Angola por parte da URSS, mas também de um acordo para o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países», e outra à mesma disposição para estabelecimento dessas relações por parte RDA e de delegações doutros países.

Considerando, em seguida, o reconhecimento e o estabelecimento de relações com Angola como a continuação lógica do anterior apoio jugoslavo ao MPLA, o mesmo se passava a respeito do reforço das futuras posições não-alinhadas da RP Angola. Apesar de muitas dificuldades, que «exigiam grandes esforços para o desenvolvimento de actividades estáveis, essa deveria ser a direcção das seguintes relações jugoslavo-angolanas». Porém, Gavrilo-vitch mencionou ainda que, «ao mesmo tempo, isso não impedia que continu[ass]em a apoiar os esforços da OUA, o que igualmente o MPLA aceita[va] em princípio, caso as propostas e as soluções fossem objectivas e tivessem em conta os interesses do MPLA e do povo angolano». Depois, recomendou<sup>1322</sup> que «num futuro próximo, seria útil caso fosse enviada a Luanda uma missão de boa vontade para examinar com o governo da RP Angola a questão de cooperação mútua».

No final desse seu segundo telex, nesse dia, para Belgrado, enviou mais duas informações relativas ao MPLA.<sup>1323</sup>

---

<sup>1322</sup> Após as referências confusas a respeito da posição jugoslava quanto ao MPLA, esta sua recomendação indica que desconhecia ainda a nomeação do Nikola Chachitch (Šašić) para embaixador em Angola, onde chegou a Luanda uma semana depois.

<sup>1323</sup> 1.) «o chefe do Estado-Maior, Loy, disse-lhes que pedem a vinda de especialistas da empresa RIZ de Zagreb para a instalação da antena não efectuada»; 2.) «agora, aos doadores de ajudas para o MPLA era mais fácil porque a ajuda era prestada a um governo dum país soberano que foi reconhecido também por aqueles a quem podem recorrer a essa ajuda».

Num terceiro telex para o SFNE, nesse dia (13/Nov.), Draguitch Gavrilovitch descreveu os pontos principais da sua «conversação com José Eduardo [dos Santos] que, no [...] governo da RP Angola, era encarregado da política externa». Esses pontos teriam sido os seguintes:

A linha estratégica básica do MPLA era a continuação da luta armada pela libertação de todo o território e o isolamento da FNLA e da UNITA. Neste último movimento havia duas alas: «Savimbi era o representante da linha radical de direita. (nota: o primeiro-ministro Lopes falou-nos igualmente sobre a existência de duas alas na UNITA)».

Na actividade política, «a diferenciação, ou seja a depuração do que era reaccionário e imperialista, e o que era revolucionário, numa tentativa de se eliminar a propaganda inimiga acerca do aspecto exclusivamente ideológico da luta que conduzia o MPLA numa suposta aliança com o chamado social-imperialismo». Porém, sendo a RP Angola «uma república democrática aberta à cooperação com todos», por isso, precisava de lutar contra a tentativa de apresentá-la da forma que nela «o social-imperialismo lutava contra a democracia ocidental, em que Angola (MPLA) supostamente era o representante desse primeiro».

Quanto à Zâmbia, «segundo [José] Eduardo, enviava ajuda à UNITA, mas ainda não sabiam a fonte dessas ajudas» que dali eram enviadas.

Em relação aos portugueses, estes «não lhes deixaram quase nada. Não tinham quadros especializados nem para começarem a trabalhar assim como assim. Deixaram-lhes somente três movimentos divididos e a guerra civil». Ademais, acrescentou que «Portugal era responsável pela intervenção da RAS, porque nada fez para a reprimir e impossibilitar militarmente, quando para isso eram competentes».

Salientou que, naquela etapa da luta armada, «Angola era obrigada a receber ajuda da URSS, mas isso não significa[va] que ficará ligada a esta grande potência».

Tinha estado em Kampala e «confiava que a OUA deveria, mais objectivamente, tomar em consideração o problema angolano. Nesse sentido, o MPLA continuaria a tentar, apesar de pensar que a OUA não podia fazer algo mais eficaz». Depois, o embaixador jugoslavo referiu que «concordavam connosco acerca da avaliação da situação em Angola e do papel do Não-Alinhamento, sobre o que, na direcção, discutiram antes da proclamação da independência». No entanto, devendo ser essa sua política não-alinhada também mostrada na prática, «naquele momento, para eles, isso era, aparentemente, impossível porque eram obrigados a aceitar ajudas externas de tais amigos como a URSS e outros».

Para concluir, a respeito do reconhecimento da RP Angola, o ministro angolano afirmou que «esse não era um problema nas relações do MPLA com a Jugoslávia, porque até

*então empenharam-se e empenhar-se-ão com os países amigos e outros pelo reforço das posições independentes do novo Estado».*<sup>1324</sup>

### **De Belgrado para Dar es Salam**

Nesse mesmo dia (13/Nov.), o SFNE enviou um telegrama «"very urgent"»<sup>1325</sup> para o seu embaixador Kochin em que, *«tendo em conta que ainda não tinham ligações directas com o governo do presidente Dr. Neto»*, este deveria entrar em contacto, o mais urgente possível, com o representante da RP de Angola e, relativamente ao pedido da ajuda urgente solicitada, comunicar-lhe o seguinte: 1.) *«o governo jugoslavo estava pronto para enviar imediatamente ajuda militar para o governo da RP de Angola»*. Não tendo contactos directos, pediam-lhe para transmitir essa decisão ao seu governo; 2.) *«a questão de tecnicamente se chegar a acordo quanto à lista do armamento e o como e onde da sua entrega»*; 3.) porque era muito importante que, quanto antes, fosse determinada a melhor forma, propunham que *«representantes do Governo ou do Conselho Militar chegassem urgentemente a Belgrado para confirmar todos os pormenores acerca da entrega do armamento»*.

No dia seguinte, devido ao anterior telegrama ter sido enviado antes da recepção, nesse mesmo dia 13, do telex de Kochin,<sup>1326</sup> novo pedido para *«imediatamente responder se tinha possibilidades de transmitir a nossa mensagem»*, informando de que as ligações cifradas com Brazavile só seriam estabelecidas durante a semana seguinte. Também, nesse dia, enviaram-lhe o pedido de *«acreditação para o novo embaixador da RSFJ em Angola, N. Chachitch»*.<sup>1327</sup>

<sup>1324</sup> Uma afirmação que confirma que a nomeação e o pedido de acreditação do embaixador Nikola Chachitch ainda não eram conhecidos pelo seu ministério.

<sup>1325</sup> O seu subscritor era um dos membros da delegação jugoslava que deveria ter estado, em Luanda, nas cerimónias da Proclamação da Independência.

<sup>1326</sup> Informou de que *«tendo em conta a mudança da posição da Zâmbia e Tanzânia em relação ao fornecimento de armamento ao MPLA, o aeroporto, em Lusaca, já não pode ser tomado em consideração para a entrega de material às forças do MPLA porque, provavelmente, as autoridades zambianas retê-lo-iam. Lamentavelmente, aqui não há mais nem um representante do MPLA com quem se pudesse examinar outras possibilidades. Todavia, tentaremos ver o que pensa Moçambique e se existe possibilidade de passarmos por lá esse material ou pelo Congo Brazavile e informaremos depois»*.

<sup>1327</sup> Esse pedido tinha, em anexo, os seguintes dados biográficos: *«(Nikola Šašić) nasceu em 14/V/1925, em Surduk, Stara Pazova, terminou a Faculdade de Direito, participante na LLP [Luta de Libertação Popular] desde 1943. Antes da entrada no SFNE (1958) esteve no EPJ [Exército Popular Jugoslavo], no Comité Provincial da LCJ da Voivodina e em organizações económicas (director de empresa). Actualmente, no cargo de conselheiro especial no SFNE. Casado, 2 filhos. Fala inglês e francês»*. Partiu para Luanda (19/Nov.) com *«a missão de estabelecer contactos directos com o Governo da RP Angola e o Dr. Neto pessoalmente»*.

### **De Dar es Salam para Belgrado**

Citando uma conversação recente, o embaixador Kochin relatou para o SFNE (13/Nov.) que o seu interlocutor<sup>1328</sup> «repetiu que, realmente, os EUA não queriam interferir em Angola e que deram isso a conhecer ao Zaire e aos restantes países africanos». Depois, acrescentou que, «em Angola, na verdade, os interesses americanos eram pequenos, apesar da conhecida riqueza desse país», pois, ali, devia-se falar sobretudo dos interesses britânicos e de outros.

No período até «ao golpe de Estado, em Portugal, não mostraram algum interesse particular por Angola porque as relações económicas decorriam normalmente (importação de café, petróleo e outros materiais)». Não viam porque iria haver alguma diferença, «quando Angola fosse independente — simplesmente compra[ri]am e paga[ri]am». Por exemplo, a Gulf Oil Company continuava a pagar regularmente as suas obrigações e assim seria «no futuro não obstante quem tiver o poder em Cabinda».

Sem embargo, «a actual conduta dos EUA quanto à Angola estava condicionada pelo súbito interesse da URSS» pela ex-colónia portuguesa, sendo a política dos EUA, no fundo, uma resposta à política soviética. Não lhes era claro o seu comportamento e o verdadeiro interesse, mas consideravam possível que o engajamento soviético estivesse, de certa forma, no contexto geral do confronto soviético-chinês em África.

Segundo Kochin, o seu interlocutor disse-lhe ainda que «de facto, nessa altura, a situação em Angola, após a independência, era tal que a única solução era um governo de coligação e um sistema federativo», acrescentando que «"a Jugoslávia era um país federal e o que era que lhe faltava?"».

Os EUA apoiavam as iniciativas da OUA e os esforços dos países vizinhos para que «os três movimentos se unissem pelo menos de tal maneira que pudessem cooperar mais ou menos». Pensavam que o MPLA errou quando quis ter, em Angola, a mesma posição da FRELIMO em Moçambique, o que era impossível e irreal. Era verdade que os três movimentos lutavam pelo poder, que cada um tinha determinadas posições e influência na sua região, mas as diferenças políticas não deviam ser decisivas. Igualmente, estimavam que a chave do problema estava na URSS que se impunha muito agressivamente e, nos últimos dias, os problemas que encontrou no Zaire, Quênia e Uganda falavam por si. Tudo isso mostrava que «a

---

<sup>1328</sup> Embora não identificado neste telex, seria, possivelmente, um diplomata da embaixada dos EUA na Tanzânia.

*URSS passava dificilmente em África e que as suas posições estavam baseadas em avaliações erradas».*

Não acreditavam na possibilidade de um «"segundo Vietname"», contudo, era difícil prever o comportamento da URSS, tendo em conta determinadas derrotas, nos últimos tempos — no Médio Oriente, a Conferência dos Partidos Comunistas da Europa, a impossibilidade de isolamento da China e outras. Além disso, era importante como a URSS avaliava os seus pontos com vista à CSCE e ao seguinte Congresso do PCUS.

Numa «*observação*» final, consoante o embaixador jugoslavo, «*em relação aos movimentos de libertação e Angola, os americanos mostravam-se, já há bastante tempo em África, como um parceiro não muito interessado*». Deliberadamente, «*subestimavam o seu papel, realçando que apoiavam todos e ninguém e, publicamente, não faziam declarações porque tinham tido, recentemente, uma experiência desagradável com o Porto Rico*».<sup>1329</sup> Todavia, no plano da propaganda, estavam muito presentes por meio da UNITA e, militarmente, pela FNLA, embora salientavam que exigiram ao Zaire de que a ajuda militar americana não fosse usada em Angola. Falavam que «*estavam prontos a reconhecer seja qual for o governo negro, sob a condição de ser estável*». Por exemplo, de Angola retiraram o pessoal diplomático e outro que, em Luanda, o MPLA já não aceitaria por muito tempo porque foram os seus representantes junto da administração colonial.

Não obstante, os EUA estavam realmente interessados pela questão angolana e «*confrontavam-se com a URSS, não directamente, mas sim por meio dos países africanos (então, pelo Zaire, Quénia e Uganda) e parece que não estavam muito preocupados pela sua posição em Angola porque contavam que a UNITA e a FNLA deveriam estar representadas*», de alguma forma, no Poder. Actualmente, estavam satisfeitos com as dificuldades soviéticas. Porém, preocupava-os as recentes acusações de Nyerere<sup>1330</sup> de que, juntamente com os franceses, intervinham em Angola.

---

<sup>1329</sup> A explosão de uma bomba (4 mortos e mais de 50 feridos), em Nova Iorque (Jan./75), e outras acções da FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional), movimento independentista porto-riquenho, chamaram as atenções internacionais para a situação política no chamado «*Estado Livre Associado de Porto Rico*» dos EUA.

<sup>1330</sup> Referia-se ao seu discurso (12/Nov.), sobre o qual, nesse mesmo dia, o embaixador Kochin informou o SFNE de que «*apelando à unidade da África e exprimindo claramente a insatisfação pela ingerência estrangeira em África, Nyerere apoiou Amin pelo seu apelo à URSS para deixar de meter-se em Angola. Todavia, acrescentou que não se devia ficar só nisso, mas prosseguir também da mesma maneira com as restantes potências estrangeiras. Nyerere condenou duramente o envio americano-francês de armamento até próximo de Luanda, salientando que, durante a luta de libertação em Angola, esses dois países não estiveram dispostos a dar nem uma bala aos movimentos de libertação, nem uma caixa de medicamentos para ajudar o povo esgotado na luta contra o colonialismo português*». ADMNE, F-226, Angola (1975).

### **Informações de Adis Abeba**

A respeito da posição da Tanzânia em relação à Angola, o seu embaixador na Etiópia comunicou ao seu colega jugoslavo (14/Nov.) que o presidente da Somália, Siad Barre, insistia na Cimeira de Chefes de Estado ou de Governo africanos acerca da situação angolana. Por isso, telefonou a Nyerere e pediu-lhe que desistisse da sua proposta para a realização de uma conferência ministerial extraordinária, tendo a Tanzânia aceitado o seu pedido. No entanto, ficaram «*os pedidos dos restantes países convocadores (Zâmbia, Etiópia e Argélia) dessa conferência, mas o Secretariado da OUA procurava encontrar uma solução de compromisso*», sendo esta uma conferência ministerial, uns dias antes da Cimeira, para discutir todas as questões e criar as melhores condições para a sua realização.

Sem embargo, da conferência ou da cimeira ficou «*a ideia básica de se convencer a maioria dos países africanos a reconhecer o governo do MPLA e excluir o governo da UNITA-FNLA como uma filial da ingerência estrangeira*».

O envio de tropas de Moçambique, Cuba e Guiné-Bissau, segundo este diplomata tanzaniano, tinha-se tornado uma realidade. Depois, «*Cuba já enviou milhares de soldados e enviará ainda mais forças. Moçambique enviou forças por aviões através da Zâmbia [e] a Tanzânia estava decidida a dar ajuda do MPLA*». Seguindo-se, outra informação — esta citada, pela primeira vez, na documentação recebida pelo SFNE<sup>1331</sup> —, em que se disse: «*o governo do MPLA não reconheceram por razões táticas, porque como país convocador da conferência ministerial teria perdido antecipadamente a batalha se o tivesse reconhecido formalmente*»; assim, com essa posição poderiam «*convencer com mais sucesso outros países africanos a reconhecer o governo do MPLA*»; entretanto, procuravam convencer «*numerosos países africanos da legitimidade das suas posições*».

Por outro lado, acrescentou que «*o Zaire tentava comprar com dinheiro o apoio de países africanos. Igualmente, esse dinheiro jogou um certo papel nas decisões de Amin*».

De acordo com as suas avaliações, o mais importante era que o MPLA se reforçasse militarmente e conseguisse a superioridade militar em relação aos outros movimentos, concluindo que «*a definitiva vitória política estaria dependente do êxito militar*».

### **Informações de Lisboa**

No seu telex n.º 525 desse ano, o embaixador Stoíakovitch enviou para o SFNE (22/Nov.) um relato da sua «*conversação com o ministro da Descolonização, almirante Cres-*

<sup>1331</sup> Porém, esta informação sobre a posição da Tanzânia «*por razões táticas*» não foi mencionada nos referidos documentos do SFNE (24 e 25/Nov.), nem foi confirmada ou desmentida pela embaixada em Dar es Salam. ADMNE, F-226, Angola (1975)

po<sup>1332</sup> (acerca de Angola)», mas também sobre «a evolução interna mais recente em Portugal».

Quanto à situação angolana, numa «*exposição pormenorizada e bastante franca, declarou essencialmente o seguinte: em Angola, como a solução militar era impossível, devia-se procurar já uma solução política*». Era-lhe claro que Holden e a sua FNLA eram instrumentos de Mobutu e dos EUA. A influência política de Holden era limitada somente à «*região da tribo Bacongo*», ao passo que Savimbi gozava duma clara ajuda militar da RAS e de mercenários portugueses. Porém, a sua influência política seria só um pouco maior do que a do Holden. Por seu lado, Neto e o MPLA tinham a maior influência política no país, mas eram, militarmente, inferiores, embora, nessas últimas duas semanas, a situação tivesse melhorado um pouco. «*Além de 800 cubanos, tinham ainda cerca de 500 "soldados brancos e loiros" (a maior parte de cidadãos soviéticos) e, nesses dias, receberam três barcos com armamento de origem soviética*». Queria dizer, todos os três movimentos tinham ajuda militar e apoios externos. De momento, a FNLA e a UNITA tinham uma vantagem algo maior que, num mapa, lhe explicou em pormenor. Assim, as forças do MPLA estavam concentradas somente em Luanda e na região em seu redor, «*com a exceção do território distante (a região do diamantes), que era também controlada pelas forças policiais de Neto*».

Até essa altura, o governo português não se tinha pronunciado oficialmente a respeito dos governos de Neto ou de Holden, embora reconhecessem que deveriam dizer algo mais preciso por causa de inúmeras dificuldades políticas surgidas desse adiamento. Sem dúvida, pela sua orientação, o MPLA era mais próximo do actual regime em Portugal, embora, perguntavam-se «*seriamente se Neto estaria em condições, quando dominasse toda a Angola, de seguir uma política não-alinhada*» quando, nesse momento, declarava a sua grande dependência militar da URSS. «*Em qualquer caso, Crespo disse que, pelo menos, enquanto ele estivesse no governo, Portugal não reconheceria um governo de Holden e Savimbi, nem iria confrontar-se com Neto*».

Entretanto, mantendo-se convencidos de que era possível uma solução política, eles procuravam, numa estreita ligação com a Tanzânia, que o seu último plano para essa solução

---

<sup>1332</sup> «*Há pouco tempo nestas funções (nesse momento, incerto se iria continuar devido à crise mais recente no país). Antes disso, foi membro do Conselho da Revolução e o último governador português de Moçambique. Ademais, pertencia ao grupo dos "Nove" do major Antunes e próximo do PS. (Nota: quando entrei no seu gabinete, saíram dele Mário Soares e Salgado Zenha, dois dos dirigentes mais importantes do PS)*». ADMNE, F-227, Angola (1975).



fosse aceite, tendo esses quatro pontos que propunham a suspensão da guerra civil e a formação de um governo e exército angolanos.<sup>1333</sup>

Segundo Stoíakovitch, o ministro Víctor Crespo contou-lhe que *«esse plano foi aceite, em Kampala, por parte dos representantes dos três movimentos (formalmente, foi proposto por parte do MNE de Moçambique), mas que, no último momento, foi rejeitado pessoalmente pelo Dr. Neto»*. Em seguida, falou com Nyerere que lhe pareceu ter o plano apresentado uma sólida base para uma actuação nesse sentido, porque também estava convencido de que, em Angola, seria possível somente uma solução política.

No fim, referiu-lhe que *«Antunes o informou pormenorizadamente sobre as suas conversações com o camarada Minitch tanto em Lisboa como em Belgrado, que eles esperavam o nosso apoio, a troca de informações e de opiniões (como era essa conversação com ele) sem ter em conta de que nós já optámos pelo governo de Neto»*. Então, Stoíakovitch respondeu-lhe de que tinham sido só consequentes com a sua posição de princípios — conforme já tinham sido antes no caso do Camboja — e (devido a ter-lhe enviado antes o texto integral da mensagem do presidente Tito para Neto) chamou-lhe *«a sua atenção para quanto Tito realçou a importância do MPLA ficar fiel à sua opção por uma política não-alinhada»*, ao que Crespo comentou que isso, claramente, lhe chamou a atenção.

### **De Luanda para Belgrado**

Num dos seus primeiros telexes para o SFNE (24/Nov.), o embaixador Chachitch informou de que *«comunicou ao Dr. Neto, Nascimento e Carreira a decisão e disposição para o envio de ajuda militar»*<sup>1334</sup> conforme lhe foi dito em Belgrado, acrescentando que *«(de acordo com o seu pedido e as nossas possibilidades[em]dois aviões imediatamente e o restante, segundo um plano, por avião e barco). Com satisfação receberam a vossa decisão, com o pedido que acedam à realização»*.

À sua pergunta acerca do envio indicado por avião e barco para Luanda, transmitiram-lhe que *«não havia perigo e que, assim fazia a União Soviética, iam por Argel e Conacri, e depois Luanda»*. Recomendou que se devia ter atenção em relação às *«possibilidades de*

<sup>1333</sup> *«Um governo de unidade (administrativo) com personalidades que fossem aceites pelos três movimentos; suspensão da luta; de Angola, deveriam sair todos os estrangeiros nas forças militares dos três movimentos; o controlo da suspensão da luta e saída dos estrangeiros seriam vigiados e assegurados por forças militares de estados africanos formadas em base de acordo na OUA; formação gradual de um novo exército unitário, mas não de membros das forças armadas dos três movimentos, mas sim baseado num novo recrutamento de gente nova»*.

<sup>1334</sup> ADMNE, F-227, Angola (1975).

*obtenção de combustível em Conacri, porque os russos disseram-nos que, ali, ti[veram] dificuldades».*

Por razões de segurança, chamavam «*a atenção para que tanto os aviões como os barcos não deviam passar perto do Zaire e do Norte de Angola, mas a uma distância de, pelo menos, 100 km até à altura de Luanda*», quando deviam virar em direcção do porto ou aeroporto, sendo «*as comunicações normais e desejável anunciar antes a chegada*».

Pediam ajuda de especialistas (militares) para formação dos seus quadros e aconselhamento de comando militar. Propunham quanto «*a esta e outras questões militares, que [viesses] a Luanda os nossos especialistas militares para um acordo*».

Relativamente à situação militar, no dia seguinte, soube de «*Iko Carreira, ministro da Defesa*»<sup>1335</sup> que, no Norte, tinham tomado à FNLA a cidade de Caxito, na verdade, o inimigo retirou-se sozinho, o que ali se comentava de ter sido consequência da pressão que exercia o exército da RPA e ao facto de Caxito estar ao alcance das FAPLA. Igualmente, havia «*ataques noutras pontos dessa frente, em particular, em direcção da sede principal da FNLA, Carmona, na estrada das cidades de Quibaxe e Samba Cajú*».

No Sul, a frente estabilizou-se do lado do MPLA. As colunas sul-africanas foram detidas e, nessa altura, efectuavam-se ataques contra elas. «*No dia 24 de Novembro,*<sup>1336</sup> *as unidades do MPLA (com os cubanos que eram directos participantes na luta) obtiveram um importante sucesso, talvez, até então, o maior*». Atraíram o inimigo, «*uma coluna estrangeira, a um grande vale*», que estava bastante agrupada (efectivo e equipamento), e atacaram-na «*de repente com uma espécie de "katchucha"*. *Foram mortos cerca de 80 mercenários e houve também prisioneiros. Foram destruídos oito carros de combate, tipo Panhard e outro armamento*».

No plano diplomático, Chachitch informou, desde Luanda (26/Nov.),<sup>1337</sup> de que tinha recebido do «*ministro dos NE, Eduardo [José Eduardo dos Santos] uma resposta totalmente positiva ao telegrama de Minitch*».<sup>1338</sup> Concordaram com o estabelecimento de relações diplomáticas ao nível de embaixada e da abertura da representação. Deram a acreditação e

---

<sup>1335</sup> *Ibidem*.

<sup>1336</sup> A batalha do Ebo travou-se, em 23 de Novembro, e a derrota das forças sul-africanas e da UNITA impediu o seu avanço para Luanda.

<sup>1337</sup> Este telex cifrado, o n.º 1 da embaixada de Brazavile, foi enviado (30/Nov.) para o SFNE. Antes, a recepção e envio da sua correspondência dependeu da embaixada em Kinchassa.

<sup>1338</sup> ADMNE, F-227, Angola (1975).

mantiveram as anteriores propostas da abertura imediata da embaixada. Igualmente, acrescentou que «em base do nosso pedido de acreditação, entenderam a minha chegada como entrada em funções e, por isso, assim me receberam e apresentaram em público, e trataram-me durante todo o tempo».

Quanto «aos russos e cubanos, [disseram-lhe, que] devido às razões conhecidas (acusações de que intervinham nos acontecimentos angolanos) pediram-lhes para esperarem, depois dos outros, pela abertura das representações diplomáticas e consulares». À sua pergunta, responderam-lhe abertamente que isso não se aplicava à Jugoslávia porque os tratavam «como aos países africanos e, sobretudo, tinham em conta as propostas concretas de cooperação».

### Um telegrama do SFNE

Este documento sobre a «Crise Angolana»<sup>1339</sup> foi enviado (24/Nov.) para «todas as embaixadas da RSFJ nos países não-alinhados» e noutros 8 países,<sup>1340</sup> sendo o primeiro telegrama deste tipo (um resumo dos factos ocorridos e das decisões tomadas nessa quinzena de dias) após o anterior, já citado, do dia 6 desse mês. Porém, conforme as informações, enviadas pelo embaixador Chachitch<sup>1341</sup> (ou de outras fontes), eram desconhecidas no SFNE, afirmava-se que «o MPLA se encontra[va], devido à intervenção estrangeira a favor da FNLA-UNITA, numa situação muito difícil. Já há muito tempo que se encontra[va] na defensiva, perdeu cidades e a maior parte do território que tinha e, nessa altura, procurava consolidar-se num território mais reduzido e salvar Luanda».

Sem mencionar as vitórias do MPLA, em Ntó (Cabinda) e Kifangondo (entre 8 e 12 de Novembro), referiu que «as operações militares por parte da FNLA e UNITA, em que participavam tropas da RAS, Zaire e mercenários, tinham o objectivo de incapacitar militarmente o MPLA» e com a tomada dos portos e de Luanda interromper o abastecimento e impedi-lo politicamente de governar. Nessa situação, «o desfecho das operações militares em curso deveria, provavelmente, influenciar de forma decisiva na posição política de ambas as partes».

<sup>1339</sup> *Ibidem*. Das suas 11 páginas, três delas são anexos com instruções para um grupo de embaixadas ou algumas delas em particular.

<sup>1340</sup> Na URSS, RP China, França, Reino Unido, Itália, Bélgica, Portugal e EUA (e para a Missão na ONU, em Nova-Iorque).

<sup>1341</sup> Todavia, foi mencionada a sua partida «para Luanda, em 19 de Novembro, com a missão de estabelecer contactos directos com o governo da RP Angola».

Atendendo a que, até esse momento, todo o desenvolvimento da situação interna mostrou que *«as avaliações do MPLA foram irrealistas e que, no plano militar, sobrestimou as suas forças e subestimou o perigo das intervenções e interesses das forças reaccionárias como também daqueles que se encontra[va]m por trás delas»*, este telegrama não deixou de salientar que houve outras circunstâncias que influenciaram na difícil situação do MPLA. Entre elas, em primeiro lugar, o comportamento da África que não estava dividida *«somente por causa de Angola, do confronto China-URSS e pelas divisões étnicas, mas, sobretudo, por causa do engajamento dos EUA e restantes países ocidentais — por meio do Zaire, mercenários e da RAS — a favor da FNLA e UNITA, e pelo fornecimento de ajuda militar e outras»*. Contudo, o MPLA continuava a defender persistentemente *«a tese acerca de haver somente a solução militar do problema, enquanto, dessa maneira, cedia à UNITA e FNLA um amplo espaço de manobra através da tese do governo ou coligação de todos os movimentos»*.

No plano diplomático, a OUA tinha um papel importante na busca da solução da crise angolana, mas a África estava dividida pela questão do reconhecimento da RP Angola e encontrava-se num processo de uma maior polarização. Além disso, dividia os países não-alinhados, havendo na ONU, conforme um outro documento do SFNE, já três grupos com posições diferentes em relação a essa questão<sup>1342</sup>.

Quanto às soluções na OUA, um grupo de países progressistas<sup>1343</sup> via num governo de unidade nacional uma possibilidade para o MPLA continuar — por meio do cessar-fogo, da actuação em todo território e da luta contra a intervenção estrangeira — a ser a força dirigente. Sem embargo, essas iniciativas não tinham grandes possibilidades de sucesso, sobretudo pela divisão da OUA e das rígidas posições do MPLA a seu respeito e sobre as propostas de

<sup>1342</sup> Num primeiro grupo, *«os países que reconheceram a RPA sob a direcção do MPLA»*: (4 ex-colónias portuguesas e 10 *«países não-alinhados»* e Brasil, 8 *«países do bloco oriental»*). Um segundo grupo de *«países que saudaram a independência de Angola não se decidindo por nenhum dos movimentos»* (16 países, desde a Índia e RP China à Zâmbia e Tanzânia, mas também Senegal, Egipto, Gana, Zaire e Uganda). No terceiro grupo, *«entre os países que não declararam publicamente»* a sua posição (os membros da OTAN e outros países que desejavam *«manter uma posição independente, ou, simplesmente, a questão de Angola não lhes interessava directamente»*). Igualmente, a posição de alguns destes países (Tanzânia, Uganda, RP China, Brasil e Zaire) foram comentadas, embora sem acrescentar muito mais às informações relatadas na citada documentação consultada. Todavia, pela escolha dessas informações, este documento permite verificar a sua importância para o SFNE, assim como a informação de que tinha, nessa data, a respeito de Angola. Trata-se de um relatório (25/Nov.), intitulado *«A crise angolana e algumas repercussões no plano internacional»*, que retoma grande parte do texto do citado *«telegrama»* do dia anterior e as suas 16 páginas repartem-se pelos seguintes pontos: *«I) Situação em redor de Angola após Proclamação da Independência de 11 de Novembro de 1975; II) Situação em Angola; III) O problema angolano e a África — A posição da OUA, As posições de alguns Estados africanos, Posição do MPLA; IV) Nossas anteriores avaliações sobre Angola à luz do actual desenvolvimento e situação, e nossas acções; V) Algumas conclusões e propostas»*. ADMNE, F-227, Angola (1975).

<sup>1343</sup> Nessa linha estavam *«as iniciativas da Argélia, Etiópia, Guiné e Somália para uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros ou uma "cimeira" da OUA»*.

soluções políticas. Não obstante, eram positivas porque tinham por objectivo «condenar a ingerência estrangeira nos assuntos internos de Angola, apoiavam a integridade territorial e a unidade de Angola e, ao mesmo tempo, opunham-se ao engajamento do presidente da OUA Amin e da OUA do lado da FNLA-UNITA e contra o MPLA».

Outros «países de orientação direita e pró-ocidentais em relação ao problema de Angola», conforme eram o Zaire e Uganda, conseguiram impor noutros países africanos «a tese acerca da guerra civil provocada pela intervenção soviética em Angola.» Iguamente, segundo este documento, esta orientação era usada «para justificar a intervenção do Ocidente e dificultava a construção de uma plataforma comum africana contra a ingerência estrangeira e a intervenção das grandes potências».

Outro grupo de países por «interesses próprios não queriam ou não podiam intervir no problema angolano, porque as condições não lhes permitiam um engajamento mais directo». Referindo um «exemplo típico dessa orientação», citou a Zâmbia que aceitava a política de «"détente e diálogo" da RAS» quanto à África independente.

Concluindo, o SFNE considerava que «as iniciativas para uma solução política da crise através da OUA não tinham, pelas citadas condições, grandes possibilidades de sucesso e ameaçavam ainda uma maior polarização da África». Do mesmo modo, era importante sublinhar que o MPLA, apesar de ser reconhecido e ter recebido ajuda da OUA, nunca estabeleceu as melhores relações nem, na sua estratégia política, via nela «um factor que o podia ajudar na realização dos seus objectivos principais». Ademais, uma «tal falta de visão e o extremismo do MPLA como também dos restantes factores fora dele, especialmente o receio duma parte dos Estados africanos de ideias progressistas [...], contribuíram para que a maioria na OUA não aceitasse o MPLA como factor decisivo na situação angolana.»

No seguinte ponto deste telegrama, estimava-se que «as posições do MPLA e do Dr. Neto não eram totalmente conhecidas» pelo que limitavam as iniciativas feitas no presente ou no futuro na busca de apoios e da solução da crise. Porém, de acordo com «fontes argelinas fundamentadas em contactos que tinham acabado de ter com o Dr. Neto, basicamente as posições do MPLA eram» as seguintes: 1.<sup>a</sup>) - a situação era, «sob o ponto de vista militar, muito preocupante, porque confrontavam-se com tropas, excepcionalmente bem equipadas, da RAS, e as unidades do MPLA não estavam em condições de lhes fazer face de forma eficaz». Apelavam para que fosse tomado em consideração «até que grau a RAS e o Zaire estavam envolvidos e que à RP Angola se desse ajuda»; 2.<sup>a</sup>) - o drama angolano «só se podia resolver militarmente, e não politicamente», estando cépticos quanto a todas as iniciativas políticas da Tanzânia e Somália, porque perante «uma agressão da RAS, não era tempo para

*soluções políticas, mas sim para batalhas com armas»; 3.<sup>a</sup>) pediam ajuda militar em efectivos e material. «Os cubanos já lá estavam [e] os russos estabeleceram, praticamente, uma ponte aérea». O Congo e Moçambique estavam prontos «para ajudar com tropas, mas as suas possibilidades eram pequenas»; 4.<sup>a</sup>) o que o MPLA perdeu no militar ganhou no campo político e diplomático. «Quase 30 Estados reconheceram a RP Angola, enquanto ao governo da FNLA-UNITA até nem o Zaire».*

Quanto à análise do desenvolvimento da situação angolana, após uma citação de algumas dessas avaliações<sup>1344</sup> já mencionadas em documentos anteriores — desde o que seria a Angola independente (confrontos militares entre os movimentos, ingerências estrangeiras e um campo da confrontação entre as grandes potências em África), passando pelo ao apoio aos esforços da OUA para uma solução política da crise angolana, até às ameaças da divisão da África e dos Países Não-Alinhados e às suas propostas para salvaguardar a unidade e as posições comuns — e que representavam, na política externa jugoslava, a posição com que procuravam «criar as condições para acções conjuntas dos Países Não-Alinhados depois da saída dos portugueses».

Segundo essas avaliações, «a Jugoslávia prestou ao MPLA total apoio político, militar e outro e assim prolongou a sua orientação estratégica a longo prazo». Além do mais, procuravam com os restantes países não-alinhados influenciar «o MPLA para que, na sua política externa, aprovasse e conduzisse, cada vez mais, a política de não-alinhamento» e, dessa forma, reduzisse «o espaço para a presença e a ingerência estrangeira nos assuntos internos».

Salientando que expunham, em todos os países não-alinhados e nas capitais das cinco grandes potências, as suas conhecidas posições, e dessa maneira procuravam contribuir para uma solução positiva do problema angolano. Como exemplos dessas posições foram mencionados: um excerto do citado telegrama<sup>1345</sup> de Tito para Agostinho Neto; a aceitação do convi-

<sup>1344</sup> Como, por exemplo, as seguintes: «partiram de que, após a proclamação da independência, Angola ficaria dividida pelos territórios que mantinham cada movimento»; a terem realçado que «as operações militares continuariam com a participação de elementos estrangeiros» e que, por isso, Angola seria «um polígono da rivalidade entre as grandes potências e um novo foco de confrontos em África»; deram apoio aos «esforços da OUA para uma solução política da crise, embora as suas possibilidades [fossem] pequenas»; sublinharam que «o desenvolvimento dos acontecimentos ameaçava com a divisão da África e dos Países Não-Alinhados» e realçaram que era muito importante salvaguardar «o maior grau de unidade na sua actuação nas questões onde as posições [eram] comuns (proclamação da independência, integridade territorial e oposição à ingerência estrangeira)».

<sup>1345</sup> *Vd. p. 744, nota n.º1321.* Porém, na documentação consultada, não foi encontrada uma explicação para o quando e o porquê dessas decisões, atendendo a que, dias antes (nem depois) do 11 de Novembro, na correspondência entre o SFNE e as suas citadas embaixadas (por exemplo, a viagem da delegação para Luanda por Lisboa) não há qualquer traço a seu respeito.

te e o envio de uma delegação a Luanda pela proclamação da Independência de Angola; a decisão da Presidência da RFSJ a respeito do reconhecimento do Governo, presidido por Agostinho Neto e a sua proposta para o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países a nível de embaixadores. Foi pedida ainda a imediata acreditação do seu embaixador em Angola, o qual, partiu para Luanda, em 19 de Novembro, com a missão de estabelecer contactos directos com o Governo da RP Angola.

No último ponto deste documento para o SFNE, «*o desenvolvimento dos acontecimentos em e em redor de Angola exigiam um seguinte engajamento da Jugoslávia e dos países não-alinhados no fornecimento de ajuda política, material e militar ao governo da RP Angola e na procura da solução da crise*». Partindo desse apoio, relativamente à RP Angola, a Jugoslávia considerava que somente «*o governo do Dr. Neto conduzia uma luta contra a ingerência estrangeira, pela independência, a integridade territorial e o não-alinhamento do país*». Devido a que do lado da FNLA e UNITA havia mercenários da RAS e de outros países ocidentais, estes «*dois movimentos tornaram-se um instrumento da intervenção estrangeira*».

De acordo com tal orientação, no plano bilateral, a Jugoslávia continuava «*a ajuda militar e material à RP Angola, partindo da avaliação de que a doação de armamento ao governo do MPLA, que também tinham ajudado na luta anticolonial, não podia representar uma ingerência estrangeira*», achando até que era uma obrigação para todos os países não-alinhados e forças progressistas a prestação dessa ajuda política e de outras.

Para terminar este longo telegrama, uma menção a que foram tomadas as medidas para «*o envio urgente do embaixador para Luanda com a missão de assegurar, além do acompanhamento da situação angolana, o conhecimento mais directo das posições do MPLA em relação às iniciativas da OUA e dos Países Não-Alinhados na busca de soluções para a crise existente*». Ademais, previam para breve a visita de uma delegação governamental a Luanda para efectuar «*uma troca de opiniões acerca do desenvolvimento dos acontecimentos e estabelecer as bases para a futura cooperação com a RP Angola*».

Quanto aos habituais anexos deste tipo de documento, o seu número e a quantidade de instruções<sup>1346</sup> mostravam já a importância que Angola iria ocupar na política externa jugosla-

---

<sup>1346</sup> Em 7 anexos para as seguintes embaixadas: Argel, Adis Abeba, Conacri (e Guiné-Bissau), Dar es Salam, Brazavile e Mogadixo; em todos os países africanos; nos Países Não-Alinhados e Missão na ONU; em Havana; Moscovo; Washington, Pequim, Londres, Roma, Bruxelas e Lisboa; Missão em Nova-Iorque. Essas instruções vão desde diversas instruções — «*Mostrar nossa preocupação devido situação em Angola que foi criada pela agressão dos mercenários da RAS e de outros países ocidentais. Transmitir nossas análises e posições e mostrar que defendemos firmemente que os Países Não-Alinhados (PNA) condenem a ingerência estrangeira nos assuntos internos de Angola e que se oponham à confrontação dos blocos no solo de África e transformação da África numa arena dos conflitos de interesses das grandes potências. Apontar para necessidade de prestar total apoio à RP Angola na luta do povo angolano para que decida só acerca do seu destino, por uma verdadeira indepen-*

va nos anos seguintes, passando a ser um dos principais países africanos nas relações económicas, políticas e militares da Jugoslávia. Igualmente, essa importância está bem documentada nos acervos dos citados arquivos de Belgrado.<sup>1347</sup>

### III.7-2— Outro 25 e outros dias

Durante a visita de Costa Gomes à Jugoslávia, o embaixador Stoíakovitch acompanhou a delegação portuguesa e ali permaneceu até 5 de Novembro. Só, nessa altura, foram retomados os contactos com algumas das principais figuras políticas portuguesas que, nessa sua ausência, não foram possíveis efectuar pelo conselheiro Spasitch. Entre os acontecimentos ocorridos nesses dias,<sup>1348</sup> um deles — a destruição do centro emissor da Rádio Renascença, na Buraca (7/Nov.) — não mereceu qualquer atenção na correspondência (consultada) enviada,<sup>1349</sup> nas semanas seguintes, para Belgrado, apesar do começo, no dia seguinte, do conflito no Corpo de Tropas Pára-Quedistas devido ao protesto contra essa operação e as suas consequências posteriores<sup>1350</sup> que — no quadro de uma escalada da agitação política e social (mani-

---

*dência, não-alinhamento e integridade territorial. Dependente do país e interlocutor mostrar e influenciar a sua tomada de posição e discurso pelo Governo da RP Angola. // Mostrar que apesar de o MPLA receber ajuda de certos países socialistas, isso não deve significar que se tornou num fantoche da URSS e que era necessária a presença dos países não-alinhados em Angola para apoiar orientação não-alinhada da RP Angola. [...] Assegurar contactos o mais estreitos possíveis e informem regularmente.»* (Anexo para todas embaixadas nos PNA e Missão na ONU); a uma pergunta — *«interessem-se pelas suas avaliações e colocai a pergunta se são verdadeiras as notícias de que as suas unidades se encontravam em Angola do lado do MPLA»* (Anexo para embaixada em Havana); e a outras informações — *«Assegurar troca de opiniões sobre a situação em Angola e informar regularmente. Especificar razões para nosso apoio RP Angola e realçar nossa preocupação por causa da ingerência estrangeira e criação novo foco de conflitos no solo africano.»* (Anexo para embaixadas em Washington, Pequim, Londres, Roma, Bruxelas e Lisboa).

<sup>1347</sup> Todavia, a sua investigação e bibliografia (em sérvio-croata e português) é quase inexistente, embora estes arquivos (incluindo o Arquivo Militar) já esperam, há uma dezena de anos, pelos seus historiadores. Uma situação que pode ser explicada por razões algo semelhantes às já referidas quanto ao mesmo período nas relações jugoslavas-portuguesas.

<sup>1348</sup> No dia 6, em Santarém, incidentes no Centro Regional da Reforma Agrária causaram dois mortos e 22 feridos; uma manifestação, em Lisboa, junto ao Ministério da Comunicação Social, reprimida pela PSP, que exigia a demissão do seu secretário de Estado, Ferreira da Cunha, acusado de ter colaborado com a DGS.

<sup>1349</sup> Devendo-se acrescentar que, nesta correspondência consultada, segundo notas anexas nos citados F-113 e F-114 de 1975, *«foram retirados»* cerca de 60 documentos, sendo mencionada a sua numeração atribuída no registo dessa mesma correspondência ao qual, como foi dito, não tivemos acesso, nem nos foi dada uma explicação para este facto.

<sup>1350</sup> Em que cerca de 2 000 pára-quedistas, em Tancos, pediram a sua colocação sob as ordens do COPCON, seguido do Plenário na BETPT (10/Nov.), em que praças e sargentos recusaram a presença do general Morais da Silva e, na sua sequência, 123 oficiais abandonaram a Base-Escola, protestando contra *«a degradação das instituições militares»*. No dia seguinte, realizou-se uma reunião de sargentos e praças pára-quedistas com Otelo Saraiva de Carvalho, na qual este prometeu apoiar a BETPT. Dias depois (17/Nov.), o CEMFA, Morais da Silva, determinou a passagem de 1 200 pára-quedistas à situação de licença registada e, em seguida, à disponibilidade, mas também a apresentação de uma declaração (20/Nov.) de todos os sargentos pára-quedistas com vista à sua transferência para o Exército ou Força Aérea. Nesse dia, realizaram-se plenários de praças em Tancos e no Mon-



festações, comícios, greves, sequestro dos deputados da Assembleia Constituinte e do primeiro-ministro, nomeações e destituições militares, entre outros) — foram uma das causas principais ou de uma série de pretextos para os acontecimentos do dia 25 desse mês.

### **Adiamento da visita de Álvaro Cunhal à Jugoslávia**

Pelo meio-dia desse dia (6/Nov.), Domingos Lopes (das Relações Internacionais do CC PCP) «*visitou sem anunciar*» o conselheiro Spasitch para informá-lo de que havia «*menos de uma hora, a direcção tomou a decisão de adiar a data da partida da viagem de Cunhal pelos países socialistas*». <sup>1351</sup> Assim, em vez de 9, partiria só no dia 12, mas respeitando a ordem anterior dos países a visitar, pelo que pedia compreensão para essa alteração do programa. Isso significava «*que Cunhal estaria, em Belgrado, entre 27 e 28 de Novembro*».

Essa decisão foi tomada por causa do PS e PPD terem marcado uma «*manifestação para o dia 9 e, paralelamente, conforme numerosas informações, os retornados de Angola (tanto civis como também militares) tencionavam juntar-se a tais manifestações e aproveitá-las para atacar ("ou, pelo menos, tentar") pontos nevrálgicos em Lisboa*». Segundo o dirigente comunista, a meta era, sobretudo, os meios de informação (televisão, rádio e redacções de jornais) e sedes de outros partidos, tratando-se, na realidade, de uma tentativa organizada de golpe da direita, semelhante ao de 28 de Setembro do ano passado. Não se excluía «*a possibilidade de serem apoiados por "militares reaccionários e partes de unidades do Norte"*», salientando, em particular, «*o grande perigo dos retornados (militares e civis) de Angola estarem armados*», tendo em conta que os últimos receberam «*armas da polícia secreta para lutarem contra os ataques dos movimentos de libertação*».

No fim da reunião, mais uma vez, pediu desculpa a Spasitch por esse novo adiamento da visita, dizendo que, nos dias próximos, estaria em condições de condições de comunicá-lhe a data certa da viagem.

Numa observação final, o embaixador Stoíakovitch transmitiu ao SFNE que, tendo «*desde ontem, uma reunião marcada com Cunhal para esse mesmo dia pela tarde (18 horas), seguia uma informação mais pormenorizada*». Acrescentou, a seguir, que «*meia-hora antes da chegada de Lopes, chegou à embaixada a secretária de Cunhal com os passaportes de Cunhal e [Dinis] Miranda para vistos (não sabiam que os vistos foram abolidos)*».

---

tijo, que repudiaram as ordens de Morais da Silva e do EMFA, tendo o COPCON voltado a apoiar a sua luta e a prometer ajuda material.

<sup>1351</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

«**Conversação com Dr. A. Cunhal, sec.-geral PCP**»

Referindo-se, primeiramente, à marcação, no dia anterior (6/Nov.), pelas 6 da tarde, da reunião com Álvaro Cunhal e do adiamento da sua viagem à Jugoslávia e a outros países socialistas, o embaixador jugoslavo começou por relatar que o seu interlocutor lhe disse ter a intenção de falarem acerca da sua visita e do programa da sua estadia na Jugoslávia,<sup>1352</sup> «*mas que tinha sido informado há pouco do adiamento da sua visita, que lamentava, mas acreditava que a direcção da LCJ teria compreensão pelas razões apresentadas*».<sup>1353</sup>

Igualmente, Álvaro Cunhal disse-lhe que «*"eles" tinham decidido, três horas antes, que a sua presença no país era necessária "porque tinham certas informações de que nos seguintes dias 8,9,10 e 11 de Novembro podiam ser muito críticos"*». Além disso, as forças de direita preparavam uma série de acções em Portugal e Angola para impedir que, no dia da proclamação da independência, o poder fosse assumido pelo MPLA.

Para os possíveis iminentes acontecimentos em Portugal, considerou que «*a situação começava a ser um pouco semelhante àquela que ocorreu em fins de Setembro do ano passado*», quando Spínola tencionou organizar «*uma marcha sobre Lisboa da "maioria silenciosa"*». Supostamente, nessa altura, algo parecido era preparado pelo PS e outras forças de direita. Assim, o PS tinha marcado para o dia 9 (domingo), em Lisboa, um grande comício, acrescentando que «*"não esta[vam] seguros de tudo o que poderia surgir desse comício e do que se preparava"*». Não excluía a possibilidade de «*o almirante Azevedo substituir o PR Gomes e que Melo Antunes fosse o próximo presidente do Governo*». Isso era, alegadamente, a orientação do PS e outras forças de direita. Afirmou que, «*se Azevedo era ideologicamente mais progressista do que Gomes, [porém, este era] mais realista e moderado e, parecia, que Azevedo gostava de agradar às forças de direita (embora, com ele, Cunhal — disse-lhe — teve, recentemente, uma conversa de duas horas, durante a qual Azevedo assegurou-lhe que ele continuava a ter posições conceituais próximas do PCP)*».

A uma seguinte pergunta de Stoíakovitch acerca do que, numa tal situação, as forças de esquerda tencionavam fazer, na sua resposta, Cunhal estimou sobretudo que essa situação das forças de esquerda (nas quais, ele não incluía o PS) era, nesse momento, «*muito mais favorável do que há um mês, porque muitos destacados oficiais estavam, nessa altura, mais próximos das suas posições (entre outros, citou como exemplo o general Pezarat Correia que esteve com Gomes na Jugoslávia, mas não Sousa e Castro que era bastante suspeito)*».

<sup>1352</sup> Cujos pontos principais foram-lhe descritos, depois, por Stoíakovitch, tendo este seu telex a data (7/Nov.). ADMNE, F-114, Portugal (1975).

<sup>1353</sup> *Ibidem*.

Depois, nem «os "Nove" de Antunes já não estavam unidos e que não se podia falar mais acerca de "nove", mas sim de "quatro" ou "cinco"».

Por essa razão, reafirmou que as posições da esquerda eram muito mais favoráveis do que foram e acrescentou: «"caso até à confusão se chegar, também nós sabemos o que queremos"», ou seja, a reconstrução do MFA e do CR no sentido de uma maior representação das forças de esquerda com um simultâneo afastamento dos elementos direitistas. Praticamente, isso significava que as três tendências no MFA — a de esquerda, dos «Nove» e do COPCON — seriam representadas mais adequadamente no CR e no governo, e não como era, nessa altura, quando dominava a tendência dos «Nove». A respeito de Melo Antunes, assegurou que ele pertenceu, após o 25 de Abril do ano passado, claramente à tendência de esquerda, «mas que, em seguida ao "lamentável conflito com Gonçalves", cada vez mais caía sob a influência das forças direitistas. Quanto ao comandante do Copcon, o general Carvalho, disse que, politicamente, era muito instável, mas que entre os seus oficiais havia comunistas e outros oficiais progressistas de esquerda».

A seguir, Álvaro Cunhal salientou uma estreita ligação dos possíveis acontecimentos próximos, em Portugal, com os acontecimentos em Angola. Claramente, assegurou que «os americanos esta[vam] decididos a não permitir que o MPLA tomasse o poder. De acordo com as suas informações de Luanda, prepara[va]m-se numerosas acções provocadoras e de diversão com o objectivo de provocar o caos em Luanda e no resto do país». Também, falou pessoalmente com Costa Gomes sobre o que, numa tal situação, oficialmente, Portugal tencionava fazer para efectuar a transferência de poderes. Recebeu a seguinte resposta: «em Luanda, a bandeira portuguesa seria arriada simbolicamente e, ao mesmo tempo, lida a proclamação do governo português de que a soberania e o poder passariam para o "Povo de Angola"». Portanto, nem nesse ou naquele movimento, «mas sim para o "Povo de Angola"». Supostamente, os juristas portugueses procuraram um precedente para tal acto de transferência de soberania e que «o encontraram "num caso da Albânia (!?) de mil oitocentos e não sabia qual ano". Por isso, para Cunhal, o objectivo era claro tanto em Portugal como em Angola — continuação do reforço da orientação de direita e incapacitação das forças e soluções progressistas».

Mencionando que «várias vezes, Cunhal exprimiu o seu pesar porque se chegou a este adiamento imprevisto da sua viagem», Stoíakovitch referiu ainda o seu pedido para que «transmitisse aos camaradas o seu pesar pessoal, as desculpas e o pedido de compreensão». Sem embargo, devido a estar «realmente interessado na visita e nas conversações na Jugoslávia», disse-lhe que «poderia vir de Sofia», nos últimos dias desse mês, e acrescentou: «caso

*nem essas datas convenham, ou seja, caso o camarada Tito não tenha possibilidades nesses dias de o receber que ele está disposto a vir, mais tarde, em qualquer dia de Dezembro que lhe marcassem».*<sup>1354</sup>

Como sua «*observação*» final, o embaixador jugoslavo considerou: 1.) «*a decisão imprevista do adiamento da viagem por causa do (suposto) perigo do golpe de Estado das forças direitistas, embora quanto possa ter talvez um certo fundamento, todavia, em base da impressão final da conversação, não excluiria a possibilidade do PCP e seus aliados no MFA tentarem, no caso de alguma acção das forças direitistas, repetir novamente o contragolpe como no 11 de Março*»; 2) na mesma noite (6/Nov.), «*após a conversação, o próprio Cunhal teve um debate (polémico), uma maratona de quatro horas, com Soares na TV daqui (começou às 10 horas da noite e acabou às duas horas depois da meia-noite). Soares defendeu a via democrática «eleitoralista» do seu partido, acusou o PCP de tentativas conspirativas para impor o sistema da ditadura minoritária segundo o modelo do regime democrático popular. Cunhal defendeu a via «revolucionária» do PC e acusou o PS de colaboração com as forças direitistas, por anticomunismo, etc. Falou-se de tudo, excepto se, em geral, existe algo comum entre estes dois partidos e, compreende-se, em que medida estes dois partidos são instrumentos de influências externas (acerca da recepção de dinheiro do estrangeiro, nem uma única palavra)*».

#### **Duas reuniões na embaixada**

Na primeira reunião (7/Nov.), Mário Sottomaior Cardia, «*membro do Secretariado do PSP, deputado da Assembleia Constituinte e director do jornal "Portugal Socialista"*<sup>1355</sup> (foi membro da delegação do seu partido no X Congresso da LCJ)» declarou ao segundo-secretário Ivchévitch o seguinte:

1.) A actividade da Assembleia Constituinte intensificou-se bastante nos últimos tempos, não obstante a aprovação da nova Constituição estivesse muito atrasada em relação ao programa aprovado. Nos debates, havia «*polémicas de classe e cada partido político apresentava-se com o seu programa*». A discussão partia da proposta da Constituição que foi dada pelo PS, votando-se separadamente para cada artigo, sendo suficiente para a sua aprovação uma maioria simples dos votos do número total de deputados. «*Segundo Cardia, nas discus-*

<sup>1354</sup> Essa visita só ocorreu em Fevereiro de 1976. *Vd.* p. 765.

<sup>1355</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975). Esta conversação terá decorrido em português, idioma falado por este diplomata jugoslavo que tinha estado alguns anos no Brasil (*Vd.* nota 692, p.342).

sões, um grande número de deputados do PS recorreu aos princípios da Constituição da RSFJ de 1974». Até esse momento, foi aprovado cerca de metade do texto — no entanto, faltavam «os debates "difíceis" sobre as questões fundamentais como a organização da administração estatal e dos órgãos do Poder Local, do sistema socioeconómico e etc.» Salientou que nas votações, na maioria dos casos, o PS foi apoiado pelos deputados do PCP, ao passo que a oposição foi, em geral, dos representantes do PPD e do CDS.

2.) O Secretariado do PS esperava «que, na sua conversação com o Papa Paulo VI, o PR Gomes tivesse colocado a questão da solução do caso da Rádio Renascença (estação da Igreja Católica, que ocupou um grupo de trabalhadores de orientação pró-PCP)». Contudo, parecendo que o Papa evitava, de propósito, pôr essa questão, ficou não clara a posição do Vaticano. Por esse motivo, estimaram «como desfavorável essa falta de uma resposta, tendo em conta que, assim, não foi aproveitada a possibilidade de exercer uma determinada pressão para encontrar uma solução adequada». Desta maneira, também, o Vaticano ficou com o direito a reagir numa outra ocasião, conforme a sua avaliação, talvez mais favorável, porque, em Portugal, «a Igreja passou, nos últimos tempos, a uma ampla ofensiva — conduz polémicas com as instituições estatais em redor do direito da participação da Igreja na vida pública do país, pedia que fosse assegurado o ensino religioso nas escolas e etc.»

3.) A respeito da «crise nos meios de informação públicos, em particular, na imprensa, TV e estações de rádio que estavam sob o controlo e influência do PCP (que, por enquanto, o Estado financia[va]», o dirigente socialista afirmou que era de esperar uma próxima orientação governamental para uma ajuda a um jornal diário. Esse jornal, acrescentou, «deveria ser, ao mesmo tempo, porta-voz da política do governo». Naquele momento, «o Estado ajudava, precisamente, aqueles jornais que mais atacavam a política do VI Governo Provisório».

Referiu, depois, uma iniciativa em curso para a edição de um «novo jornal matutino e independente ("O Dia" ou "Hoje")». A razão disso era que os dois matutinos de Lisboa ("Diário de Notícias" e "O Século") estavam «sob o controlo do PCP», mas perdiam «influência e leitores (a descida da tiragem, por exemplo, de "O Século" que vendia menos de 15 mil exemplares)».

4.) A direcção do PS considerava que, após a proclamação da independência de Angola, «a linha política teria importantes mudanças, contando que, em relação à política do desenvolvimento interno de Portugal, o PCP mostrará muito mais realismo e teria em conta a sua força política objectiva». Esta avaliação baseava-se no facto de que a política do PCP estava ligada à situação em Angola e, sobretudo, era sugerida de fora.

5.) Quanto à delegação do PS que visitaria a Jugoslávia (possivelmente, em Dezembro<sup>1356</sup>), esta seria chefiada pelo próprio Cardia que realçou a esse respeito *«que se alegrava de ter a oportunidade de novamente se encontrar com os camaradas jugoslavos»*, porque para eles as experiências jugoslavas tinham uma importância especial. Relatou, por fim, que *«ficou impressionado com a organização e os trabalhos do X Congresso da LCJ e mencionou "o incidente" com o grupo de professores<sup>1357</sup> que lhes caiu mal, porque não havia, absolutamente, nenhuma intenção de fazer algo que pudesse influenciar nas boas relações entre a LCJ, a ASPTJ e o PSP»*. Ao mesmo tempo, lembrou que uma base muito ampla que apoiava a linha política do PS via, na Jugoslávia e seu sistema socioeconómico, *«o país cuja experiência e a sua via independente deveriam utilizar, em grande medida, na construção do socialismo em Portugal»*.

Noutra reunião (11/Nov.), o embaixador Stoíakovitch recebeu a visita do *«Eng. João Cardona Gomes Cravinho, destacado representante dos socialistas independentes de esquerda (formalmente, não pertencia a nenhum partido e antes esteve ligado ao movimento dos socialistas de esquerda — MES)»*.<sup>1358</sup> Ademais, até recentemente *«foi membro do governo (durante o tempo de Gonçalves) como ministro da Indústria»*. Chegava, no dia seguinte, à capital jugoslava, numa missão da OCDE (para o planeamento industrial) a convite do JUZAMS<sup>1359</sup> e iria ainda a Ljubljana e Zagreb.

Igualmente, expressou o desejo de ter conversações, durante a sua estadia em Belgrado (na quarta-feira), com uma personalidade política competente, onde, *«além do interesse pelos nossos pontos de vista, explicaria também a iniciativa de um grupo de socialistas independentes de esquerda para superar as divisões entre as forças de esquerda em Portugal»*. Atendendo a que se tratava, *«realmente, de uma personalidade eminente e responsável»*, Stoíakovitch solicitou que o seu pedido fosse aceite, acrescentando que, *«se possível, fosse recebido pelos camaradas Grlitchkov ou Viditch. Falava excelentemente o inglês»*.

Relatou, depois, que Cravinho lhe expôs *«(para nossa informação) os elementos principais do plano de acções para a superação das divisões existentes no MFA e as forças de*

<sup>1356</sup> Só se efectuou em meados de Fevereiro de 1976.

<sup>1357</sup> *Vd. p.481.*

<sup>1358</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

<sup>1359</sup> O Instituto Jugoslavo de Cooperação Internacional era uma instituição federal para a cooperação científica, educacional, cultural e técnica.

*esquerda*». Essas acções foram iniciadas, algum tempo antes, por ele e um pequeno número de socialistas independentes. Tiveram conversações com personalidades principais das diversas correntes no MFA (Melo Antunes, Saraiva de Carvalho e outros). Em princípio, todos expressaram o seu acordo com o plano e concordaram que, em primeiro lugar, se realizasse uma reunião dos representantes das diversas correntes no MFA. Nesta primeira fase, a iniciativa ficou a cargo do general Pinto Soares,<sup>1360</sup> comandante da Academia Militar (progressista, mas não pertencia a nenhum grupo no MFA). Ele deveria iniciar reuniões com «*os representantes do grupo de Antunes ("os Nove"), do COPCON (general Carvalho) e apoiantes do general Gonçalves*» e oficiais independentes de esquerda (*nesse dia, «"transpirou" a notícia na imprensa que uma tal reunião já se tinha realizado, em 9 de Novembro, na Academia Militar*)». Logo que estivesse concluído o acordo entre estas correntes no MFA, então se passaria a uma segunda fase: João Cravinho e outros socialistas independentes de esquerda convocariam uma reunião (na primeira metade de Dezembro) em que sairia um programa (antes aprovado pelo MFA) com o objectivo da constituição de uma organização política legal, a qual, teria o apoio do MFA (de novo) unido. Segundo Cravinho,<sup>1361</sup> essa acção era de extraordinário significado caso se quisesse e desejasse «*impedir a continuação da cisão e dos confrontos mútuos nas forças de esquerda, ou seja, para uma orientação do desenvolvimento progressivo de Portugal em bases e soluções realmente independentes e autónomas*». Daí, concluiu Stofakovitch, havia «*entre todos aqueles que compartilha[va]m essa opinião um grande interesse pela nossa experiência*». Recomendou, em seguida, que «*além das conversações em Belgrado, seria vantajoso que Cravinho se encontrasse também com algum dos camaradas, em Lhublhana, para saber mais acerca das nossas opiniões e experiências*».

#### «Novo agravamento da situação interna em Portugal»

Além de intitular assim este seu telex (14/Nov.) para Belgrado, o embaixador jugoslavo procurou identificar as causas desse agravamento, começando por afirmar que pareceu — depois da formação do VI Governo Provisório do almirante Azevedo, com a participação dos partidos socialista, comunista e popular democrata — ser possível um processo de estabiliza-

<sup>1360</sup> Estes contactos não foram citados no seu livro (*Abril, Caderno de Memórias*, Lisboa 2016). Segundo as suas páginas 171 e 172, a iniciativa para essa reunião partiu de um telefonema (21/Nov.) do general Costa Gomes, em que lhe sugeriu a sua convocação «*para o fim da tarde*» desse dia na Academia Militar. Essa «*reunião não podia ter corrido melhor. Unanimemente.*» As propostas foram aceites e, no dia seguinte, haveria uma outra reunião, «*para a assinatura das conclusões*». Todavia, nesse dia «*pelos 19 h., o general Fabião recebeu-nos no EME, com toda a solenidade. Todos compareceram, menos Otelo e os seus representantes. Esperámos muitas horas. E quanto a esperança já não nos acalentava, Fabião dá como inconclusiva a cerimónia prevista na véspera*».

<sup>1361</sup> No documento, «*Carvalho*». Porém, neste texto, João Cravinho só mencionou Pinto Soares entre esses seus interlocutores.

ção em Portugal. Tanto mais que esse governo era, pela sua composição, a única fórmula na situação existente para se continuar «*um desenvolvimento progressivo e salvaguardar a paz e a estabilidade no país. Todavia, o comportamento do PC indicia que iria actuar de uma forma ambígua — apesar de formalmente participar no governo, o seu objectivo estava nas acções antigovernamentais*».

Por isso, a esse comportamento do PCP, o «*predomínio da "linha eleitoral" (saída de Gonçalves e outros elementos radicais das estruturas dirigentes do país), bem como a aproximação do dia da proclamação da independência de Angola*» foram os dois factores principais que começaram a influenciar seriamente num novo agravamento da situação interna, merecendo, segundo Stoíakovitch, esses factores os seguintes comentários:

#### 1.) Posições e actividades do PCP

Considerando que «*talvez [fosse] uma comparação um pouco grosseira, mas era quase igual à CIA e aos elementos pró-ocidentais*» que utilizaram a escalada de uma política de destabilização do sistema durante «*o governo do general Gonçalves (forte influência dos comunistas), sobretudo após as eleições de Abril, assim foi, a seguir à reviravolta de Setembro (a formação do VI Governo), quando o PC passou e utilizou toda uma escala de destabilização no país*». As suas principais direcções de acção foram as Forças Armadas<sup>1362</sup> e a economia;<sup>1363</sup>

#### 2.) Angola

As contradições existentes nas correntes políticas e ideológicas nas estruturas governantes de Portugal diminuíram ainda mais «*o papel já muito fraco de Portugal no processo de condução do fim da descolonização de Angola*». Porém, enquanto todas as forças políticas estiveram de acordo de que, no dia 11 de Novembro, acabaria a presença de Portugal em Angola, já quanto à independência, dividiram-se em relação ao como e a quem entregar o poder nas condições da existência de três movimentos. Assim, «*o PCP e algumas suas próximas tendências de esquerda defenderam claramente a entrega do poder ao MPLA, mas alguns consideravam que era preciso ser cuidadoso e ponderado, e outros opunham-se direc-*

<sup>1362</sup> «a) gradualmente e com a assistência de diversos grupos da extrema-esquerda, a situação nas Forças Armadas chegou a uma fase de total caos. Não se tratava somente de indivíduos ou de grupos, mas já de garnições inteiras a não obedecer aos comandos superiores, etc.;».

<sup>1363</sup> «b) no campo da economia, o PC e alguns grupos da extrema-esquerda orientaram-se para o incitamento e a organização de greves, reivindicações exageradas, para se chegar a tais situações que, nesses dias, os grevistas dos sindicatos dos trabalhadores da construção civil bloquearam fisicamente o Governo e o seu primeiro-ministro».



tamente ao MPLA como o único movimento a quem se devia entregar o poder». Sem mencionar esses outros partidos, Stoíakovitch salientou que essa questão «ocupou a atenção e o engajamento das forças políticas portuguesas, e com a anterior actividade do PC conduziu a uma seguinte diferenciação de forças no MFA e nas restantes estruturas políticas».

Por tudo isso, compreendia-se que «as influências de fora, sobretudo dos EUA e da URSS, tanto a respeito do desenvolvimento interno como das relações com Angola jogaram e jogavam um importante papel».

Depois desses dois factores, referiu que as suas consequências conduziram a uma «situação no país em que reinava quase uma total anarquia e, por pouco, cada um faz[ia] o que quer[ia]». Uma ausência de qualquer poder, mas até essa altura com a ausência de confrontos armados. Sem embargo, era claro que «um tal estado não podia durar muito, embora fossem possíveis diversas alternativas, isto é, reviravoltas». Por esse motivo, conforme a sua avaliação, «a possibilidade de uma viragem mais dramática ou de confrontação aberta dependia da determinação do actual governo para perseverar e reunir forças que pudessem resistir às pressões». Com efeito, no caso da sua demissão, isso seria o ponto mais crítico no desenvolvimento da crise, o que poderia abrir caminho às tendências radicais na luta pelo poder (com golpes da direita ou da esquerda). Por essa razão, era lógico que «o ministro dos NE, Antunes, tivesse adiado a sua visita à República Socialista da Checoslováquia e, talvez, também à Hungria e Bélgica. Contudo, Cunhal partiu para uma turnê pelos países socialistas».

Concluindo, colocava-se seriamente a questão da responsabilidade do PCP, ou seja, «a legitimidade da sua orientação para a destabilização do VI Governo». Supostamente, consoante o embaixador jugoslavo, «o objectivo das suas acções era de conseguir um reequilíbrio de forças no CR e no governo, melhorando assim as suas posições enfraquecidas». Porém, a questão era se esse foi o seu objectivo ou uma tal actividade do PC — que mostrou indubitavelmente que podia criar dificuldades e complicar a situação, isto é, mostrou que a sua influência era maior do que a mostrada pelos resultados eleitorais — foi «mais no contexto dos interesses de alguém (URSS), não somente em Portugal, mas nessa região em geral e, igualmente, ainda em relação a Angola». Como prova, o embaixador Stoíakovitch acrescentou: «(Foi surpreendente com quanta "bílis" os meios de informação sob a influência do PC atacaram o governo por causa da atitude hesitante em torno de Angola e a respeito do não reconhecimento do MPLA como o único movimento legítimo a quem se deveria entregar o poder)».

### A cooperação militar com Portugal

Logo após o 25 de Abril, «entre as personalidades dirigentes do MFA surgiu o interesse pelo estabelecimento da cooperação entre as Forças Armadas dos dois países».<sup>1364</sup>

Esse interesse começou por se exprimir pelo desejo por contactos directos e por meio de diversos pedidos à embaixada jugoslava em Lisboa sobre as experiências no campo das actividades e organização do Exército Popular Jugoslavo (EPJ).

Desse modo, graças a esse interesse, recorde-se, em Março desse ano, tinha estado na Jugoslávia uma delegação do MFA<sup>1365</sup> (cinco membros, entre eles o general Pinto Soares, comandante da Academia Militar). Por essa ocasião, eles apresentaram, verbalmente, um convite para uma delegação do EPJ visitar as FA de Portugal, tendo sido entregue, em Junho, esse convite, oficialmente, a Stoíakovitch. Segundo ele, foi aceite, mas até esse momento não se tinha realizado.

Quanto ao interesse pela experiência nos diversos campos de actuação do EPJ, a embaixada tinha dado directamente, dentro das suas possibilidades, informações publicadas e, em alguns casos, pediu ajuda ao SFDP.<sup>1366</sup>

Ademais, por ocasião da visita a Portugal do secretário federal dos NE, Miloche Minitch, em Outubro, «nas conversações foi abordada igualmente a questão da conveniência da cooperação entre as FA dos dois países», assim como, na visita de Estado de Costa Gomes à Jugoslávia, quando dois membros do Conselho da Revolução (brigadeiro Pezarat Correia e o capitão Sousa e Castro) tiveram conversações separadas com o secretário federal da Defesa Popular, general Lhubitchitch, e falou-se da troca de delegações e de adidos militares. Após uma dezena de dias dessa visita, esses dois membros do CR falaram, numa emissão especial na televisão portuguesa, acerca das impressões sobre o EPJ e as conversações com os seus chefes, afirmando a esse respeito Pezarat Correia o seguinte: «"que foram analisadas também dois aspectos formais de relações que se realizariam porque, pela parte jugoslava, tiveram uma recepção muito boa [...] que trocariam delegações militares [...] além disso, foi discutida a possibilidade da troca de adidos militares pelas embaixadas respectivas"».

Atendendo a que existia um verdadeiro interesse em todas as tendências progressistas das FA portuguesas por essa cooperação e que restava, portanto, passar à realização dessas

<sup>1364</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975). Este telex (n.º514/75 de 18/Nov.) segue-se a outro (n.º499/75 de 10/Nov.) a comunicar ao SFNE a abertura da missão militar e a chegada do adido militar da Embaixada de Cuba em Portugal.

<sup>1365</sup> Cf. p. 334 e 395.

<sup>1366</sup> Esta correspondência com o Secretariado Federal da Defesa Popular deve encontrar-se no citado Arquivo Militar, em Belgrado.

declarações e desejos, o embaixador Stoíakovitch colocou a questão do começar, primeiro de tudo, pela troca de delegações ou dos adidos militares, seguida de quem teria a iniciativa.

Voltando a citar as iniciativas portuguesas desde a visita da delegação do MFA, em Março, à recente emissão televisiva, propôs que, naturalmente, era melhor, mais natural e politicamente oportuno que eles tivessem a iniciativa. No entanto, depois de todas essas iniciativas e conversações e «*tendo em conta a situação existente (as personalidades com quem as conversações foram conduzidas, nesse momento, encontravam-se sob o peso de altas e diversas responsabilidades político-militares ou ocupam-se de outras questões)*», estimava pertinente e politicamente oportuno (como apoio às forças e tendências progressistas) e que até podiam ter a iniciativa na realização de alguns acordos.

Vendo, nesse momento, dois interesses principais nessas relações, Stoíakovitch mencionou, no primeiro, «*o seu interesse pela nossa experiência na organização das nossas Forças Armadas [e...] pela nossa parte: além de ir ao encontro dos seus interesses, ao mesmo tempo, de modo igual, havia o nosso interesse pela posição e papel das suas Forças Armadas na orientação do seguinte desenvolvimento do país*». Salientou, a seguir, que partindo desse interesse geral pela recente evolução portuguesa, devia-se considerar que a missão diplomática em Portugal tinha «*sérias dificuldades no seu trabalho não só por causa do seu pequeno número, mas igualmente pela ausência nela de uma personalidade militar*».

Partindo das considerações apresentadas, isto é da necessidade de «*também nós, por nosso lado, reagirmos aos seus convites e iniciativas, propunham o seguinte*»: a) - em base das conversações, em Belgrado, entre os membros do CR e o general Lhubitchitch, «*que lhes fosse entregue formalmente um convite para mandarem uma delegação das suas Forças Armadas de visita ao EPJ*», deixando que fossem «*eles a decidir se a sua delegação seria a primeira, ou receberiam primeiramente a nossa delegação*», acrescentando que, pessoalmente, pensava que mandariam, primeiro, a sua delegação; b) - ademais, «*no quadro das conversações, nomear quanto antes o nosso adido militar junto desta embaixada*», Stoíakovitch propôs ainda ao SFNE, «*caso concordassem com essas sugestões*», quando da entrega do «*convite oficial para a visita da delegação das suas Forças Armadas*», fosse apresentado conjuntamente «*o pedido para a aprovação da nomeação do adido militar*». Para terminar, «*(embora não [fosse] da sua competência, gostaria de constatar com grande satisfação por ter sido efectuada uma excelente escolha do candidato para essa função,<sup>1367</sup> porque [teve] a oportunidade de conhecer o coronel Maratch durante a sua recente estadia em Belgrado)*».

<sup>1367</sup> Meses depois, em 1976, falou-se da possível nomeação do coronel Carlos Fabião para adido militar da embaixada na Jugoslávia. Porém, essa função junto desta embaixada acabou por nunca ser aprovada.

### **Possibilidade de uma mudança significativa na situação em Portugal**

A decisão da noite anterior (19/Nov.) do governo de «"suspender o seu trabalho", enquanto do PR não recebesse garantias para a sua própria segurança e a execução das decisões que aprovava»,<sup>1368</sup> foi um certo tipo de indicador do «até quanto foram as coisas em Portugal». Tratou-se, na verdade, da pressão da maioria do Governo «sobre o PR Gomes para que tomasse medidas enérgicas, ou seja, que "se explicasse" até quando estava disposto a tolerar as acções do PCP que "dissolviam" o exército e, na economia, com greves e exageradas reivindicações "empurravam o país para a ruína económica"».

De acordo com informações «(que nos foram transmitidas pelo CC PCP), o objectivo do PS e das forças direitistas era de afastar não só o general Otelio Carvalho, comandante da Região militar de Lisboa e das forças militares de segurança, mas também o próprio PR Gomes ("que era demasiado brando em relação aos comunistas")». Todavia, ao passo que era essa a orientação das forças da direita, as da esquerda preparavam, para a tarde desse dia (20/Nov.), «uma manifestação em frente do palácio presidencial em sinal de apoio a Carvalho e Gomes, e para a destituição do governo».

Igualmente, havia informações de que oficiais do MFA, que estavam divididos em diversas tendências e grupos, nesses dias, «tentavam aproximar-se, tendo essa tendência sido apoiada publicamente pelo PCP que assim se procurava impor, novamente, ao MFA como o seu inspirador ideológico», um papel que teve até à «oposição dos oficiais moderados às acções radicais do governo do general Gonçalves e da sua saída da cena política pública».

Assim sendo, para Stoíakovitch, tinha-se «a impressão de que o confronto das forças oponentes estava iminente e aqueles que primeiro recorressem ao uso da força, seguramente, que dominariam o país», mas caso fossem as forças radicais de esquerda seria somente por um curto período, ao passo que se isso fosse feito pelas forças da direita, devido aos apoios externos e alguns importantes elementos internos (retornados das colónias, alguns milhares de soldados que precisamente chegavam de Angola, divisão das forças de esquerda, etc.), estas teriam de longe muitas mais possibilidades para uma longa duração.

Concluindo, «havia mais alternativas» como a já «um pouco tradicional "maneira provisória portuguesa do desenlace", isto é, um acordo de compromisso sem derramamento de sangue, um governo militar chefiado por Gomes (com a participação de especialistas de orientação de esquerda e apartidários), um governo formado exclusivamente de socialistas com o apoio das forças moderadas de orientação de esquerda no exército, etc.».

---

<sup>1368</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

«**Conversação com Mário Soares, sec.-geral do PSP**»

Ao informar o SFNE acerca da sua conversação com Mário Soares (20/Nov.), Stoia-kovitch começou por referir a entrega da resposta à proposta do PS (visita duma delegação à Jugoslávia) e por causa «*da avaliação do actual momento político em Portugal*». <sup>1369</sup> Também, esteve presente Rui Mateus, responsável pelas relações internacionais.

Após ter-lhes dado a conhecer a mensagem, recebida de Belgrado, relativa à data da chegada da delegação, «*Mateus mostrou-nos a ambos a lista da delegação que ele preparou (justamente, não muito representativa)*». Porém, quando «*Soares "deu um olhar" pela composição da delegação, rasgou o papel*» e disse ao seu interlocutor que, dentro de dias, lhe enviaria essa «*composição da delegação, dia exacto da chegada a Belgrado e quanto tempo poderiam ficar*».

Depois, «*como se podia esperar, na sua apreciação do actual momento político em Portugal, Soares atribuiu grande responsabilidade à direcção do PCP, ou seja, à actividade do PC que "conduziu, em geral, à total anarquia o exército, economia e o país"*». Não obstante o PCP participasse no governo «*"praticamente se comporta[va] como a mais destrutiva oposição"*». Estava convencido de que, com a sua conduta, «*o PC facilita[va] a actuação das forças direitistas, aumenta[va]-lhes o espaço de manobra*» e, em nada, era do seu interesse, nem da sua afirmação como força nacional. Além disso, começava «*a acreditar que para os soviéticos era igual que em Portugal o regime [fosse] reaccionário ou progressista*», acrescentando «*"em confiança" [que tinham] informações seguras de que Cunhal comunica[va] directamente com Moscovo sem intermédio da embaixada soviética aqui, ou seja, queria dizer que nas "instruções" para o PC nem todos esta[vam] informados na direcção da URSS*».

Apontou a intolerância entre o PCP e o PPD «*(democratas populares — auto-chamados sociais-democratas), embora ambos fossem parceiros na coligação do governo*». Contudo, Mário Soares sublinhou «*a responsabilidade do PPD "que se tornou demasiado forte e queria, quanto antes, ajustar contas com o PCP"*», afirmando, a seguir, que eram «*energicamente contra que se empurr[ass]em os comunistas para a clandestinidade*». Esta sua declaração mereceu, por parte do embaixador jugoslavo, a seguinte observação: «*seguramente o PS não se lamentaria caso o PCP abandonasse o governo, porque com isso, de resto, satisfaria a exigência dos americanos de que os comunistas não pod[ia]m participar em nenhum governo da OTAN*».

---

<sup>1369</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975).

Sem embargo, essa clandestinidade significaria *«uma tal supremacia das forças direitistas que também o destino do próprio PS e de outros esquerdistas moderados seria posto em questão, o que, durante a conversa, o próprio Soares reconheceu, dizendo: "na actual fase, nós não podemos mais à esquerda, porque, entre outras coisas, já nos ameaçam com os Açores e Madeira que se vão separar e proclamar a independência, mas não podemos nem à direita, porque se tal curso continuasse adiante quem sabe onde nós, como os "nove" do MFA, iríamos parar"»*.

Por isso, declarou que o actual momento político estava *«muito sob o efeito do problema angolano»*. Mesmo o governo português estava sujeito *«às pressões (e de alguns membros do governo — pensa[va] no Antunes e no Crespo — mas igualmente nas organizações esquerdistas incluindo o PCP) para reconhecer o governo do MPLA, o que seria puro seguidismo por motivos ideológicos, mas em oposição à tendência, primeiramente, em África (posição oficial da OUA), na própria Angola, mas ainda mais além»*.

A seguir, acrescentou: *«"colam-nos etiquetas de que somos direitistas porque não queremos reconhecer o governo esquerdista do MPLA. Mas, esse governo não reconheceu nem tais estados africanos progressistas como são a Tanzânia e a Zâmbia"»*. Aliás, segundo o dirigente socialista, o problema angolano para Portugal tinha incontestáveis repercussões internas. *«Centenas de milhares de retornados juntamente a dezenas de milhares de soldados que precisamente deveriam desembarcar (essa noite ou no dia seguinte) em Lisboa, todas essas forças [eram] sobretudo um "exército da direita"»*. E, por fim, na própria Angola, *«a posição do MPLA enfraquec[ia]-se seriamente (mostrou-nos no mapa o avanço das forças do Savimbi e do Holden "claramente apoiados por mercenários brancos, como também o Neto [era] apoiado pelos cubanos e soviéticos"»*.

Em seguida, Mário Soares salientou que a essência do problema da actual situação em Portugal estava em que *«o governo, que politicamente era composto muito adequadamente, não disp[unha] da autoridade do poder, ou seja, não tinha à disposição uma força efectiva para impor o respeito pelas suas soluções. Quer dizer, o seu problema esta[va] nas forças armadas. Mencionou o caso com «o primeiro-ministro Azevedo que pediu, quando esteve "prisioneiro" na sua chancelaria por parte dos grevistas (trabalhadores da construção), a Gomes para que os órgãos de segurança interviessem, Gomes pediu ao Carvalho para enviar forças do COPCON, mas como Carvalho recusou, então Azevedo pediu ao comandante dos comandos, coronel Jaime Neves, para ele entrar em acção com as suas forças»*. De acordo com este relato do embaixador jugoslavo, *«Neves respondeu-lhe que queria com isso que Azevedo estendesse a sua ordem para, após limpar o terreno em redor à residência do pri-*

*meiro-ministro, também limpar algumas redacções de jornais que seguramente no dia seguinte tocar[iam] todos os sinos contra ele, que é fascista e coisas semelhantes».*

Compreendia-se assim, segundo Mário Soares, porque «Azevedo não teve coragem para ir tão longe nas suas ordens e foi libertado quando aceitou as absurdas condições dos grevistas que até então tinha recusado». Concluindo, Stoíakovitch estimou que o seu interlocutor queria dizer que «o problema não estava em que não houvesse oficiais e unidades leais e responsáveis», pois até disse-lhe que os havia (e começou a enumerar-lhe diversas unidades e guarnições). No entanto, «o problema estava no alto-comando militar, incluindo Gomes, como comandante-supremo e chefe do EMGFA, e no general Carvalho. "Esta gente deveria deixar as suas funções ou cumprir responsabilmente os seus deveres"».

#### **«Alguns novos momentos no desenvolvimento actual em Portugal»**

Neste telex para o SFNE (20/Nov.), há quatro «momentos», sendo o primeiro, «a tentativa de um grupo de socialistas da esquerda independente e um pequeno número de eminentes oficiais progressistas, apartidários»,<sup>1370</sup> (como o comandante da Academia Militar, general Pinto Soares), de encontrarem uma plataforma comum entre as correntes existentes no MFA — «(o grupo dos "Nove", chefiado pelo ministro dos NE Antunes, os chamados gonalvistas e o grupo reunido em torno do comandante do Copcon, general Carvalho)» — que acabou até essa altura sem resultados, o que foi um fracasso dessa tentativa de reforçar, de novo, o MFA e a sua unidade. Por outro lado, «um impulso ao esforço, cada vez mais evidente e visível, da direita (democratas populares-PPD, Centro Democrata Social-CDS e dos democratas-cristãos direitistas-PDC)» que se impunham e impediam assim o até em curso desenvolvimento progressista.

Havia, depois, «um esforço da maioria no governo, com a assistência de alguns do grupo dos "Nove", de destituir o comandante das forças do Copcon, general Carvalho», que era apoiado pelas forças radicais de esquerda (nesse momento, igualmente, gozava do apoio do PCP) e colocar no seu lugar «o capitão Vasco Lourenço (subscritor do documento dos "Nove" e porta-voz do CR), o que igualmente mostrava a continuação da divisão nas fileiras do MFA».

Um terceiro momento, consoante o embaixador jugoslavo, foi a decisão matinal do VI Governo Provisório do almirante Azevedo de suspender a actividade «"devido à falta de con-

<sup>1370</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975). Esse «fracasso», segundo Pinto Soares, ocorreu no dia 22, após uma reunião, no dia anterior, na Academia Militar, em que as citadas correntes do MFA tinham aprovado «unanimemente» as propostas para essa plataforma comum. *Vd.* p. 766.

*dições para a execução do seu programa", uma prova flagrante da desorganização e impotência, tanto do actual governo, do Conselho da Revolução e do MFA para assegurar o funcionamento do regime». Ao mesmo tempo, isso significava o início de uma nova crise que, dessa vez, abria não só «a possibilidade para um conflito directo entre as forças da esquerda e da direita, mas ainda de uma confrontação armada, ou para a opção da instauração do estado de sítio». No entanto, em qualquer caso, com pouca segurança em relação a quem, no exército, teria uma decisiva superioridade.*

Concluindo, fez uma referência à conduta do PCP que continuava uma linha de agravamento da situação. Desse modo, nos últimos dias, todas as suas acções — «*o incitamento à greve e as manifestações dos operários da construção civil, a organização de manifestações semanais de todos os grupos esquerdistas e organizações opostas ao "governo de direita" do almirante Azevedo, assim como a desse dia também contra o governo»* (que decorria nesse momento) — tiveram a intenção, de acordo com a sua avaliação, de mostrar que dispunha não só de uma força e um apoio de longe superiores ao que mostraram as eleições de Abril, mas que já tentava uma confrontação mais directa tanto contra o VI Governo como as forças direitistas em geral. Uma tal confrontação, consoante aquilo que Mário Soares lhe tinha dito, era «*precisamente o que as forças da direita desejavam "executar [com] um ajuste de contas anticomunista mais complexo, semelhante ao do Chile"»*.

#### **«Conversações de Cunhal em Budapeste»**

Nessa mesma quarta-feira (20/Nov.), o conselheiro Siff da embaixada húngara falou com Spasitch sobre da recente visita de Álvaro Cunhal a Budapeste, onde teve conversações com Ianos Kadar.<sup>1371</sup> Estas abrangeram as relações bilaterais dos dois partidos, ficando acordado trocas de delegações e uma consulta anual. Igualmente, foi discutido «*o problema da ajuda material ao PCP»*<sup>1372</sup> por parte do PSOH. Depois, Kadar referiu-se às relações internacionais, em que mencionou a Conferência dos PC da Europa. No final, Cunhal informou-o acerca da evolução da situação política em Portugal.

Segundo o diplomata húngaro, Kadar explicou cuidadosamente a Cunhal que lhe parecia que o PCP se relacionava bastante pouco com as restantes forças progressistas portuguesas, em particular, com o PS, salientando a necessidade de estabelecer uma cooperação mais estreita entre os dois partidos. Disse-lhe que, na Hungria, após a guerra, colaboraram com o Partido Social-Democrata até que não obtiveram as condições para assumir plenamente o

<sup>1371</sup> Secretário-Geral do Partido Socialista Operário Húngaro (1956-1988).

<sup>1372</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975).



poder. Supostamente, Cunhal aceitou que era preciso encontrar uma plataforma mais duradoura com os socialistas, mas indicou que mesmo no próprio CC havia opiniões diferentes. Consoante o embaixador Stofakovitch que subscreve este telex para o SFNE, «*a fonte afirmou que numa recente reunião do CC PCP, alguns membros foram criticados por posições inflexíveis e de intransigência, entre eles, [Joaquim] Gomes, [Sérgio] Vilarigues e, em parte, também Aboim Inglês.*<sup>1373</sup> *Contudo, que essa reunião acabou de tal forma que atenuou o confronto. Na opinião da fonte a linha "inflexível" continua[va a ser] dominante no CC.*»

Explicando a conversação de Kadar com Cunhal a respeito da atitude sectária do PCP, Siff mencionou que, três semanas antes, de passagem (após ter estado em Bona a convite do PSD e visitado o PSD dinamarquês), esteve, em Lisboa, o presidente do PSD húngaro, Gyorgy Marosán, «*e que, "por azar", primeiramente visitou o CC PCP, onde falou com Cunhal*». Quando aludiu que tencionava «*encontrar-se igualmente com Soares, Cunhal pediu-lhe para desistir de tal visita, o que aceitou por não querer complicar as relações do PC húngaro com o PCP*». Por fim, referiu que, «*todavia, eles enviaram a Portugal, passado um ou dois meses, Marosán para se encontrar com Soares*».

#### «**Decisões do CR acerca da recente crise em Portugal**»

A seguir ao que ocorreu, na noite anterior, na reunião do CR (suspensão da actividade do governo e as manifestações esquerdistas e pró-PCP antigovernamentais), no dia seguinte (21/Nov.), pelo meio-dia, foi publicado um comunicado oficial. Nele, o mais importante foi considerado o seguinte: recomendação para negociações com os partidos políticos para «*a conclusão de uma "plataforma de estabilidade" com a abertura de possibilidades de mudanças no governo*»; condenação da decisão governamental da «*suspensão as suas próprias actividades e pedido para o restabelecimento do seu trabalho "até a resolução da actual crise"*»; nomeação do «*capitão V. Lourenço (subscritor do documento dos "Nove") para comandante da Região Militar de Lisboa (até então sob o comando do general [Saraiva de] Carvalho)*»; que as forças do Copcon continuassem sob o seu comando, mas com isso, ele teria ainda «*a tarefa de conduzir o projecto político "Aliança Povo-MFA"*»; decisão sobre a dissolução do

<sup>1373</sup> «*(esteve no X Congresso da LCJ, depois do regresso de Moscovo, onde esteve muitos anos como representante do PCP, muito empenhado nas ligações externas do PCP, representante do PCP nos preparativos da Conferência dos PC da Europa e reuniu-se a Cunhal e [Dinis] Miranda por ocasião da visita à RDA)*». Referia-se à visita da delegação do PCP que tinha visitado a Hungria e a RDA, regressando a Lisboa nesse dia (20/Nov.), pela noite, devido ao agravamento da situação política portuguesa.

AMI (Agrupamento Militar de Intervenção);<sup>1374</sup> de modo igual, o CR aprovou o pedido do presidente da Assembleia Constituinte para que o prazo para a elaboração e aprovação da Constituição fosse prolongado por 90 dias.

Evidentemente, que o CR ao aprovar basicamente uma solução de compromisso, segundo o embaixador Stoíakovitch, somente adiou a aprovação de soluções e decisões essenciais. «*Com o prolongamento da vida do governo, o CR afastou a possível confrontação nesse momento*», ligando as eventuais mudanças no VI Governo com futuras conversações com os partidos políticos (o que poderia durar muito). Porém, «*o processo dessas negociações iria desenrolar-se com uma relação de forças bastante diferente (as posições da direita reforçadas), mas igualmente com um indiscutível aumento do revolucionarismo das forças de esquerda (como resultado das últimas acções da esquerda e do PCP)*».

Por outro lado, o CR não se decidiu (devido pela sua composição com alguns membros próximos dos grupos radicais de esquerda e do PCP) «*pelo afastamento do general Carvalho (cuja destituição, além dos Nove e do PS, pediram ainda os democratas populares do PPD)*», apesar de ter perdido a chefia da importante Região Militar de Lisboa, não obstante o Copcon ficou sob o seu comando, sendo confiado «*à sua atenção o programa político "Povo-MFA", dando assim, aparentemente, um conteúdo político às suas funções*».

No total, a evolução dos últimos dias, com a extraordinária mobilidade da esquerda, seguramente influenciou a que o CR não pudesse ignorar algumas realidades. Desse modo, «*a decisão da dissolução do AMI foi mais uma concessão (juntamente com a do general Carvalho) a essas forças de esquerda. Por tudo, as decisões do CR foram ainda uma tentativa de encontrar uma plataforma de acordo dentro do próprio MFA*». Sem embargo, até esse momento, essa solução de compromisso continha já em si elementos de futuros desacordos.

### **Uma circular do SFNE**

Numa breve «*circular para todas as missões diplomáticas da RSFJ*»<sup>1375</sup> (21/Nov.), relativa à «*situação política e o agravamento da crise em Portugal*», o SFNE começou por descrever essa situação e os seus problemas:

«*Os mais recentes acontecimentos em Portugal mostram que o governo de Azevedo, que as personalidades portuguesas mais importantes nos contactos connosco caracterizaram*

<sup>1374</sup> Acrescentando que «*o AMI – o projecto que devia substituir precisamente o Copcon, e não avançou desde a decisão da sua formação, nem as suas forças intervieram no sentido de assegurar a execução das decisões do governo, ou seja, para o que o AMI foi destinado inicialmente* »).

<sup>1375</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

como a "última oportunidade", não conseguiu resolver nem um dos três problemas que a si próprio colocou como objectivo (estabelecimento da disciplina no exército, acordo mínimo e unidade de acção do PCP e PS e início da estabilização da economia)».

Mencionou, depois, aspectos e possíveis consequências do agravamento da crise:

«A actual situação está cheia de incertezas, pelo que também são possíveis mudanças extremamente graves. O agravamento no plano interno pode provocar implicações internacionais preocupantes. Para a situação em Portugal é característico que geralmente passe permanentemente de uma crise para outra, mas cada nova crise é, parece, mais grave do que a anterior. Resta confirmar se a actual crise conduz a confrontos ainda mais sérios e a um desfecho mais duradouro, ou a situação continuará a caracterizar-se pela desordem permanente». Além de um acompanhamento atento dos acontecimentos, um pedido para que «e informem de forma concisa acerca das observações que possam contribuir para um exame mais profundo, principalmente, do aspecto internacional no actual curso dos acontecimentos».

Igualmente, foi enviado para Lisboa um telex da embaixada de Bruxelas (21/Nov.), intitulado «A morte de Franco e as primeiras reacções», em que o SFNE foi informado de que «na maior parte dos círculos políticos se exprimia a satisfação e a esperança de que ela representará o início da liberalização do regime». <sup>1376</sup>

Além das referências às reacções por parte dos círculos oficiais belgas (envio de «telegramas muito curtos e frios»), na OTAN havia «a preocupação de que o desaparecimento de Franco não provo[casse] uma onda de manifestações da esquerda, com resultados imprevisíveis». Por essa razão, havia quem achasse que seria «melhor assegurar a continuidade do actual regime (mesmo pelo custo de uma sujeição interna ainda maior) do que arriscar um desenvolvimento da situação que conduzisse até à participação do PCE no governo ou à repetição do caso português». Na OTAN, «não faziam diferença entre os PC espanhol e português, para eles isso era igualmente um mal que se devia impedir de entrar no governo».

Ao contrário de tais avaliações da OTAN, «a maior parte das delegações dos países europeus ocidentais considerava que seria mais desejável, apesar dos riscos, que imediatamente houvesse uma mudança, que permitisse a entrada da Espanha na CE e, mais tarde, na OTAN». Daí, estimava-se que se deveria «exercer pressão no Juan Carlos e [Carlos] Arias nesse sentido».

---

<sup>1376</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975).

### O almirante Crespo e a crise em Portugal

Na continuação da conversação, «*após a parte sobre Angola*»,<sup>1377</sup> na pergunta do embaixador Stořakovitch acerca de que modo avaliava a situação desse momento no país, atendendo a que tinha sido publicado, há pouco, o comunicado do CR (22/Nov.), o ministro Crespo, que antes da sua chegada tinha estado com Mário Soares e Salgado Zenha, respondeu-lhe que «*gostaria de nos dizer e convencer, antes de tudo, de que não se tinha empenhado na preparação e derrubamento do regime fascista para que pudesse observar calmamente como se criava uma situação um pouco semelhante ao que se passou no Chile, ou que, por outro lado, observasse tranquilamente como uma outra força aspirava a impor ao país um tal sistema "sob a firma de socialista" que não correspondia às condições existentes em Portugal*».

De mais a mais, acrescentou que «*segundo a sua profunda convicção e comprometimento*», ele era socialista e já, por essa razão, não podia ser, nem era anticomunista, mas que «*tinha de constatar, com pesar, de que o nosso PC não era livre na tomada de posições, na construção duma plataforma política para a via portuguesa para o socialismo e, infelizmente, a sua actividade estava demasiado ligada aos interesses doutro país*».

Sendo assim, o almirante Vítor Crespo sublinhou que havia «*uma situação realmente difícil em que os conceitos das plataformas e programas dos partidos socialistas e comunista, e as opiniões de muitos progressistas do MFA*» se opunham entre si. Por essa razão, os sinais dessas diferenças entre as forças de esquerda eram «*a causa principal das passadas, presentes e, eventualmente, das futuras crises*», concluindo caso, nesse futuro, «*todas as forças reaccionárias juntas não nos tiverem esmagado antes*».

Todavia, segundo ele, «*a maior responsabilidade era do PCP porque aspirava ao monopólio na direcção do processo revolucionário, como insistia num programa demasiado abrangente de medidas radicais*» e isso, novamente, com um tempo demasiado rápido, em que as medidas, nem a velocidade não correspondiam às condições portuguesas. Era lamentável que o PCP estabelecesse facilmente «*a cooperação e d[esse] apoio a diversas posições e reivindicações utopistas extremamente irrealistas, enquanto todos aqueles que, bem-intencionados, assinalavam os danos de tal política eram apelidados de "direitistas" e "reaccionários"*». Ademais, julgava que era «*muito fácil trazer os trabalhadores para a rua com palavras de ordem exigindo grandes aumentos salariais, redução da semana de trabalho*

<sup>1377</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975). Vd. «*Informações de Lisboa*», p. 750.

*ou outras reivindicações populares», mas isso era irresponsável em relação ao seu próprio país que não podia dar tudo isso num espaço de tempo tão curto.*

Comentando o comunicado do CR, publicado nessa altura, em que se pedia *«ao governo que continuasse com a sua actividade e que o capitão Lourenço (também membro do grupo dos "Nove" como o Crespo) fosse nomeado, em lugar do general Carvalho»,* para comandante da região militar lisboeta, consoante Stoíakovitch, o seu interlocutor disse-lhe que esse *«desfecho cheio de compromissos foi "um pequeno passo na direcção necessária"»,* confirmando depois que isso, no entanto, conduziu a *«uma redução dos poderes do general Carvalho "cujo comportamento era imprevisível e, frequentemente, irresponsável politicamente", apesar de que lançava palavras de ordem ultra-esquerdistas e que, então, nessa situação gozava igualmente do apoio do PCP».* Foi bastante visível que não estimou *«os resultados dessa reunião do CR como algo firme e confiável para fazer conclusões muito sérias ("deveria ter muitas mais informações sobre o que havia por trás de cada palavra desse comunicado")».*

Numa nota final, o embaixador jugoslavo comentou que *«realmente, não passaram nem algumas horas do fim da reunião do CR e já todas as decisões foram postas em dúvida porque a sua decisão mais importante acerca das mudanças no comando da região militar lisboeta foi anulada devido ao general Carvalho ter "mudado de ideias" e que não cedia esse lugar ao capitão Lourenço».*

#### **«A continuação da degradação da situação em Portugal»**

Referindo-se às decisões de compromisso do dia anterior (21/Nov.) do CR, Stoíakovitch transmitiu ao SFNE que essa brusca mudança do *«comandante do Copcon, general Carvalho»,* ademais de ter mostrado a fragilidade desse compromisso, foi devida à *«recusa da maioria dos comandos e unidades da Região Militar de Lisboa [em aceitarem] a nomeação do membro do CR, V.Lourenço».*

A seguir à declaração nas unidades (naquelas que foram contra as decisões do CR foi decretado o estado de alerta), realizou-se uma reunião alargada de personalidades militares, *«onde estiveram ainda — além do general Carvalho, capitão Lourenço e o primeiro-ministro Azevedo — alguns membros do CR como diversos comandantes das unidades da região lisboeta».* Analisada a situação surgida e, durante a noite, a recusa da nomeação de Vasco Lourenço foi comunicada a Costa Gomes. *«Nessa reunião com Gomes, esteve presente também o comandante da Academia Militar, general Pinto Soares, que, por todos os meios, actuava no*

*sentido da superação dessa situação. Em relação a essa reviravolta, o PR Gomes marcou uma reunião extraordinária do CR para segunda-feira, 24 de Novembro».*

Era um facto que o citado comunicado do CR podia ser igualmente interpretado como uma *«concessão consciente da corrente moderada (grupo dos Nove) em relação à linha pró-PCP — a concessão ao general Carvalho do direito de controlo e direcção do projecto político "Aliança Povo-MFA", o reaparecimento da 5.ª Divisão do EMFA e do conceito da "Democracia directa" (formação de organizações populares de base, a nível local, dissolução do AMI)»* por causa do perigo cada vez mais presente da direita, parecia que não foi entendido, nem aprovado pelo PCP. Pelo contrário, *«parecia que tudo isso foi considerado como uma fraqueza da corrente moderada e que o PCP se decidiu por um seguinte agravamento e radicalização».*

Os meios públicos de informação (rádio e televisão) até, na noite anterior, mas também *«a imprensa matutina (pró-PCP) celebraram a manutenção no mencionado cargo do general Carvalho como uma vitória das forças de "esquerda" e um claro apoio ao mesmo oficial».* Isto foi, depois de tudo, o resultado do empenhamento do PCP, em que na relação global de forças não ceder a superioridade militar, em Lisboa, nem no centro do país, aos representantes das tendências moderadas. Sem embargo, esse *«comportamento do PCP nem só não conduzia à superação dos obstáculos na esquerda, mas sim até frustrou os esforços pelo estabelecimento da unidade e da disciplina nas Forças Armadas»* após as declarações das unidades militares a favor ou contra as decisões do CR.

Para essa nova conduta do PCP, conforme esta análise do embaixador Stoíakovitch, podia ser indicativo de que esse partido *«começava a introduzir igualmente "novos" métodos na luta pelo poder».* Com efeito, *«por ocasião do derrubamento regime, em 25 de Abril do ano anterior, o PCP apropriou-se dos dossiês da então polícia secreta PIDE, e dispunha de dados comprometedores tanto para os seus membros, assim como para outras personalidades militares e políticas».* Algumas semanas antes, em diversos jornais, sob a sua influência, foram publicados fac-símiles de um documento que comprometia *«o até então chefe de gabinete<sup>1378</sup> do PR Gomes, nesse momento, secretário de Estado no ministério da Informação».*

A impossibilidade das forças progressistas de esquerda no MFA e nas estruturas de encontrarem uma *«plataforma de actuação comum (naturalmente, com a presença das influências de fora — da URSS e do bloco em relação ao PC, e do Ocidente quanto aos socialistas e democratas populares)»* criava condições muito favoráveis para uma actividade cada vez

---

<sup>1378</sup> Referia-se ao tenente-coronel Ferreira da Cunha que conhecia pessoalmente (Vd.p.492).

maior da direita reaccionária. A ausência de qualquer autoridade no país, com o factor dos retornados de Angola, a chegada de uma dezena de milhares de soldados dessa ex-colónia, bem como o clima político geral, em que as forças progressistas se acusavam pelo caos político e económico do país, favoreciam «*o reforço da direita e, no fundo, criavam as condições favoráveis para um golpe desse lado e a liquidação do desenvolvimento progressista do país*».

No quadro da actividade da direita «*(mas não só dos partidos da extrema-direita)*», nesse momento, parecia que um dos seus objectivos imediatos era «*o afastamento da cena política do PR Gomes e dos generais Carvalho e Fabião (comandante das forças terrestres)*». Efectivamente, nos últimos dias, eram mais visíveis e abertos os ataques a Costa Gomes porque, de certa maneira, solidarizou-se com os manifestantes que, três dias antes, protestavam contra o VI Governo Provisório. Porém, nesse momento, os socialistas e os democratas populares (PPD) atacavam-no abertamente, em comunicados separados, tanto por causa desse acto, mas também por ser o culpado pela suspensão da actividade do governo, (a não satisfação dos seus pedidos para lhe assegurar as condições normais de trabalho), depois devido à sua indecisão, aprovação das decisões do dia anterior do CR, etc.

Numa tal situação, o embaixador Stoíakovitch concluiu: «*a única iniciativa racional chegou de um grupo de socialistas de esquerda independentes e de alguns oficiais do MFA, em nome de quem, nas últimas semanas, o general Pinto Soares actuava como portador das tentativas para encontrar a unidade no interior do MFA e do MFA com os partidos políticos*». Com efeito, no interior do CR, no governo e entre os mais importantes partidos e grupos da esquerda, as relações atingiram um tal grau de tensão, pelo que «*era difícil pressupor se a iniciativa desse grupo levaria a algum sucesso importante num futuro próximo*», apesar de isso ser um passo indispensável para o seguinte desenvolvimento progressista de Portugal.

#### «**Conversação com Cunhal, secretário-geral do PCP**»

Referindo-se ao seu anterior telex acerca do pedido de Álvaro Cunhal para que o visittasse «*ainda durante a tarde ou noite*»<sup>1379</sup> dessa segunda-feira (24/Nov.), o embaixador Stoí-

<sup>1379</sup> Esse pedido e a sua justificação foram-lhe transmitidos por Domingos Lopes das Relações Internacionais do CC PCP, (ADMNE, F-114, Portugal, 1975). Nessa semana (24 a 30 de Novembro), este (n.º529/75) foi um dos primeiros da dezena de telexes que foram enviados para o SFNE até ao fim desse mês.

akovitch começou por informar de que nessa conversação, o seu interlocutor disse-lhe que *«embora, já soubesse as razões pelas quais, realmente, de novo, estava na impossibilidade de viajar para a Jugoslávia»*, tinha-o chamado para pedir-lhe *«para transmitir o seu pesar e desculpas aos camaradas do CC LCJ e, pessoalmente, ao camarada Tito»* por, mais uma vez, ter-se chegado ao adiamento da sua viagem à Jugoslávia.

Acrescentou, em seguida, *«"como já, pela terceira vez, adia[va]m a chegada, talvez, nos camaradas deixámos a impressão de que somos pouco sérios ou que, na verdade, evitavam a visita. Todavia, como não se tratava de uma coisa nem de outra, e os camaradas da LCJ sempre aceitaram as nossas mudanças"»*, estimou que a única coisa que podia fazer era chamá-lo e pedir-lhe para transmitir o seu sincero pesar e desculpas, mas que comentasse igualmente o estado em que se encontravam.

Por causa da *«situação "surgida"»*, teve, a pedido do CC, de interromper a sua digressão pelos países socialistas e regressar ao país, mas devido à situação continuar incerta e sendo *«"possíveis importantes acontecimentos e mudanças, tinha sido obrigado novamente a adiar a continuação da digressão"»*. Para que *«Cunhal não tivesse pela terceira vez de se desculpar»*, Stoíakovitch respondeu-lhe que estava seguro de que *«os camaradas do CC da LCJ e o camarada Tito aceitariam com compreensão esse adiamento da sua visita»*, porque acreditava que, pelo acompanhamento da situação em Portugal, eles compreenderiam absolutamente a necessidade da sua presença no país.

Numa breve *«observação»*, sublinhou que *«Cunhal parecia, realmente, bastante cansado»*, considerando ainda as suas desculpas sinceras e as razões (o estado crítico do país) verdadeiras.

Por fim, para concluir essa menção ao adiamento dessa viagem à Jugoslávia, Stoíakovitch recordou: *«não obstante o grau de diferença nas posições e opiniões políticas entre nós, tenho a impressão que Cunhal tem, pessoalmente, quanto a nós uma relação atenciosa e acredito por causa do prestígio e da autoridade do camarada Tito e, possivelmente, também pelos favores que, pessoalmente, lhe fizemos, em 1947 — a saída ilegal de Portugal — que muito frequentemente menciona e não esquece»*.

Na continuação da conversação, informou-o de que, há algumas horas, pouco antes da reunião do CR desse dia, teve uma conversação de duas horas com Costa Gomes. (Este tinha convocado o CR por causa *«do não-cumprimento da decisão acerca da demissão do comandante da Região Militar de Lisboa, em que o capitão Lourenço, membro do grupo moderado dos "Nove" deveria substituir o "ultra-esquerdista" general Carvalho»*).



A respeito dessa conversação e do estado actual do país, Álvaro Cunhal declarou-lhe, basicamente, o seguinte: o governo existente precisava de ter sérias mudanças ou de ir-se para a formação de um novo governo «(*Gomes estava mais inclinado para só certas mudanças no VI Governo*)», em que o papel dominante tinha os elementos pró-direitistas do PS e do PPD; quanto ao PCP, não podia ficar satisfeito caso só lhe concedessem mais dois ou três cargos; do mesmo modo, a sua linha política seria igual à até então em vigor; a opinião do PCP era que «*o governo deveria ser constituído pelo PS, PCP e todas as três correntes unidas do MFA, tendo precisado que as três correntes no MFA eram os "Nove", a esquerda, (em geral, gonzalvistas) e Copcon (general Carvalho)*». Relativamente a este último, repetiu-lhe a sua anterior avaliação: «*actualmente connosco, ou seja, com os ultra-esquerdistas, mas politicamente contudo inseguro, inconstante, mas entre os seus homens havia também sérios oficiais progressistas*». Nesse momento, a situação era tal que não podiam aceitar «*a expulsão dos oficiais de esquerda, mas o contrário — o reforço das suas posições (por isso, estava contra a decisão do CR de o capitão Lourenço assumir o comando da RML)*».

Na pergunta de Stoíakovitch, quais eram as possibilidades para uma cooperação e unidade entre as diferentes correntes no MFA, Cunhal respondeu-lhe que, nesse sentido, decorriam «*numerosos e intensivos contactos, participando neles o PCP (tinham ainda contactos com o grupo dos "Nove" — com Antunes e Alves)*». Uma nova unidade do MFA e das forças de esquerda era receada «*pelas forças direitistas, incluindo Soares, porque elas foram tão longe que até atacavam o PR Gomes porque ele queria a mais ampla unidade nas forças progressistas*». Supostamente, Mário Soares teria dito a Costa Gomes que o seu partido não participaria num governo em que dele fossem excluídos os democratas populares, enquanto Álvaro Cunhal disse-lhe que o PCP não apoiaria, por seu lado, um governo que fosse dominado pelos socialistas soaristas e os democratas populares. Acrescentou, depois, que a direita tinha, entre os seus planos, «*até tais ideias como de transferir para o norte do país o governo e a Assembleia (para o Porto ou Coimbra)*», de tal modo que se chegaria, de facto, a uma divisão do país: no Norte, as forças da direita e, no Sul (onde e Lisboa), as forças de esquerda, procurando dessa forma «*provocar um confronto armado para justificar uma intervenção estrangeira (OTAN)*». O PCP não queria que até isso se chegasse, mas, talvez, assim seria «*porque as forças de direita actuavam cada vez mais organizadas*». À sua pergunta, «*Cunhal excluía, nesse momento, a possibilidade de encontro e cooperação entre o PS e PCP*».

Na sua nota final, o embaixador jugoslavo concluiu que na exposição de Cunhal sobre «*a situação no país — actuação das forças direitistas, os bastidores do ataque ao PR Gomes*

(em que participavam ainda líderes do PS) e posições do PS acerca da composição do governo (preferência pelo PPD em relação ao PCP) — havia exactidão, mas igualmente uma visível "ofensiva" radical». Provavelmente, esse «tipo de conduta "ultra-combativa" do PCP foi influenciado ainda pela recente evolução em Espanha». Segundo a sua avaliação, ali abria-se um «novo foco de crise para a OTAN e, em particular, para os EUA», que podia facilitar, de alguma forma, a sua posição no país, ou que, «por conselhos de fora, também eles deveriam agravar, em Portugal, ainda mais a situação para que nessa região, toda a ala sul da OTAN», houvesse agitação e incerteza do ponto de vista dos interesses dos EUA e da OTAN.

### **Terça-feira, 25 de Novembro**

Ao comunicar ao SFNE a «tentativa do PR Gomes e do CR de intervirem mais firmemente na resolução da crise cada vez mais grave em Portugal»,<sup>1380</sup> o embaixador Stoíakovitch começou por referir-se às tentativas, nesses últimos três dias, após a nomeação de Vasco Lourenço para comandante da RML, para ser encontrada «uma solução pacífica e evitar confrontações por meio de numerosos encontros e consultas». Porém, o comunicado matutino do CR sobre a sua reunião, na noite anterior, mostrou que essas «tentativas de conciliação e de acordo não tinham dado os esperados resultados».

Quanto à citada reunião do CR, iniciada pelas 18 horas do dia anterior, foi precedida por acções das forças da esquerda e da direita. A esquerda (PCP) organizou uma greve de duas horas, em Lisboa, exigindo a demissão do VI Governo e a expulsão das Forças Armadas de oficiais de orientação direita.<sup>1381</sup> Por seu lado, forças de direita efectuaram uma série de acções, «incluindo ataques à bomba contra sedes do PCP e sabotagens na zona fronteiriça com a Espanha». A sua acção mais importante foi «o bloqueio de todas as estradas para o Norte por parte de pequenos proprietários agrícolas em sinal de protesto contra a Reforma Agrária», acompanhado por outras reivindicações.<sup>1382</sup> Como, um pouco depois da meia-noite, o CR prometeu-lhes que as iria analisar, «os manifestantes removeram as barricadas das estradas e retiraram-se».

<sup>1380</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975). Ao referir-se a um comunicado matutino do CR, Stoíakovitch mencionava a nota oficiosa do EMGFA (das 13,35 horas). Porém, não fez qualquer menção aos acontecimentos ocorridos a partir das primeiras horas desse dia (revolta dos pára-quedistas da Base-Escola de Tancos e ocupação das bases aéreas de Tancos, Monte Real e Montijo, mas também, pelas 7 horas, do comando da 1.ª Região Aérea, em Monsanto, com a detenção do seu comandante, o general Pinho Freire).

<sup>1381</sup> Citou: «o comandante da Aviação, general [Morais da] Silva, comandante dos Comandos, coronel [Jaime] Neves e o comandante da RMN, general Pires Veloso».

<sup>1382</sup> Como «a demissão de oficiais esquerdistas, nomeadamente, os generais [Saraiva de] Carvalho e [Carlos] Fabião, chefe do EME. Os manifestantes não só bloquearam as estradas, mas até ameaçaram de cortar, caso as suas condições não fossem aceites, o abastecimento de água e luz a Lisboa».

No seu comunicado matutino (a reunião terminou um pouco antes das 5 horas da manhã), pelo seu conteúdo e estilo, o CR mostrou que considerava a situação crítica e que era necessário actuar mais firmemente ou, pelo menos, fazer uma tentativa nesse sentido. Talvez, comentou, o mais significativo foi que parecia ter «*o PR Gomes assumi[do], dessa vez, a seguir a numerosas críticas acerca da sua indecisão pessoal, uma posição um pouco mais clara*». Assim, no comunicado, afirmou-se que «*o PR Gomes decidiu, após ter escutado o CR, de permanecer na nomeação de Vasco Lourenço, [...]*», de acordo com a sua anterior decisão. No entanto, por outro lado, esta formulação foi um sinal de que dessa reunião ficaram as divisões.

Na restante parte do comunicado, o CR condenou severamente «*"a ingerência inaceitável nas decisões militares" por parte dos partidos políticos, sindicatos (os quais, ainda estavam sob um domínio predominante do PCP) e outras instituições particulares*», salientando que, principalmente, essa ingerência se manifestava como uma oposição a determinadas personalidades militares. Igualmente, outra condenação foi feita ao lançamento de notícias sobre a guerra civil (nisso, em primeiro lugar, os mais activos eram o PS e o PPD), e que o CR se oporia, incluindo por acções militares, a todos que tentassem acções de revoltas militares ou de guerra civil.

Sem embargo, segundo o embaixador jugoslavo, «*parecia que também, dessa vez (caso o CR não se decidisse por uma intervenção militar para impor a ordem), e essa decisão podia ficar "letra-morta no papel"*», porque logo que a reunião do CR acabou, «*o general Carvalho encontrou-se com a maioria dos comandantes das unidades da RML que, novamente, lhe deram a sua confiança e rejeitaram a nomeação do capitão Lourenço*» para seu comandante.

Naturalmente, que uma acção como essa «*do general Carvalho (como e algumas outras acções, em unidades militares, efectuadas por parte de oficiais, sargentos e soldados de esquerda) não ia ficar sem resposta*», desta vez, não só por parte dos moderados no CR, mas pelo próprio Costa Gomes. Seguramente, que as forças direitistas iriam «*procurar explorar, ao máximo, uma tal conduta dos esquerdistas (desrespeito e desobediência ao PR e ao CR)*». Para concluir, acrescentou: «*certamente, uma tal conduta não contribuía, nem um pouco, para a superação das divisões no MFA (o que, também, Cunhal me disse ontem)*».

### Outros acontecimentos até ao meio-dia de 26 de Novembro

Nas «informações acerca dos acontecimentos durante a noite até às 12 horas» (26/Nov.)<sup>1383</sup>, o embaixador Stoíakovitch repartiu-as pelos seis pontos do seu primeiro telex, enviado para Belgrado, nesse dia. Assim:

1.) Durante a noite e a manhã, foram repetidas a mensagem de Costa Gomes e a sua ordem como comandante em chefe das Forças Armadas e chefe do EMGFA a respeito da «proibição de todas as reuniões públicas e manifestações com o aviso de que para as suas consequências seriam responsáveis todos aqueles que não respeitassem a ordem». Apelando a população à ordem e paz e que não se saísse à rua, entre a meia-noite e as 5 horas da manhã.

2.) As duas estações de rádio e o estúdio de televisão de Lisboa que ocuparam os pára- -quedistas revoltosos,<sup>1384</sup> mas a acção das forças leais ao PR impossibilitaram a transmissão das suas emissões. A estação da Rádio Nacional (Emissora Nacional) e a Televisão emitiam programas dos estúdios do Porto e Coimbra, e através dos quais «o CR e comando em chefe das FA transmitiram os comunicados»;

3.) Conforme decisão governamental, desde esse dia, «todos os bancos e outras instituições financeiras estariam encerradas e foi proibida a saída de todos os jornais de Lisboa e essa decisão era por tempo indeterminado».

4.) No decorrer da noite do dia 25, o EMGFA anunciou que foi libertada «a base militar n.º1<sup>1385</sup> e que os comandos (das forças leais ao PR e Governo), sob o comando do general Pinho Freire<sup>1386</sup> (membro do CR pela Aviação), avançaram para a base militar "Monsanto" que também foi ocupada pelos pára-quedistas».

5.) Nesse dia 26, desde as 10 horas, foi transmitido um comunicado do EMGFA, em que se «informava a população» dos acontecimentos ocorridos no dia anterior e nessa manhã,<sup>1387</sup> ao qual, Stoíakovitch juntou uma sua «observação» acerca do «incidente armado

<sup>1383</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

<sup>1384</sup> Sendo esta a primeira menção ao Corpo de Tropas Pára-quedistas, na documentação (consultada) relativa a este mês de Novembro, é de salientar que também não foi encontrada qualquer referência posterior ao início do conflito nesta unidade militar (8/Nov.), após a operação, no dia anterior, contra o emissor, na Buraca, da Rádio Renascença, que se agravou com a passagem à disponibilidade de cerca de 1200 pára-quedistas (17/Nov.), seguida pela desactivação da sua Base-Escola, em Tancos (21/Nov.) e do seu abandono por 123 oficiais dessa unidade (23/Nov.).

<sup>1385</sup> Esta base aérea, em Sintra, não foi mencionada nas citadas ocupações.

<sup>1386</sup> No texto *Ferreira* (Ferreira). Além dos comandos serem chefiados pelo coronel Jaime Neves, a rendição de Monsanto, onde foi detido o citado general, ocorreu pelas 19 horas desse dia 25.

<sup>1387</sup> «— Avisava que se expandiam boatos de que alguns sindicatos convocavam greves para esse dia, apelando a que cada um se dedique ao seu trabalho para que o país não chegasse a uma situação material ainda mais

*entre a polícia militar e o destacamento de comandos leais ao governo», em que comunicou ao SFNE de que, «segundo os boatos, que se ouviam acerca desse confronto, houve 4 mortos<sup>1388</sup> e cerca de 20 pessoas feridas». Ao mesmo tempo, dizia-se que, «entre as forças da PM, houve um conflito, porque uns eram pela rendição, enquanto outros advogavam a confrontação armada».*

Por fim, num breve balanço desses dois dias, o embaixador jugoslavo resumiu e salientou: *«o colapso das acções aventureiras dos pára-quedistas de orientação esquerdista; a actuação decisiva do PR Gomes, mas ainda na linha da preservação da mais ampla unidade das forças de esquerda; proibição da publicação de jornais e impedição de programas da rádio e da televisão de Lisboa, anulando assim as fortes posições propagandísticas do PCP; eliminação da Polícia Militar, na qual, as forças de extrema-esquerda (próximas do PCP) tinham uma forte influência; e, supostamente, foi confirmado que, por trás destas acções, esteve ainda o major Costa Martins, ex-membro do CR e ministro do Trabalho».*

#### **Causas e conseqüências da acção dos pára-quedistas**

No seu segundo telex desse dia (26/Nov), entre as causas da *«evolução dos acontecimentos após o predomínio da chamada tendência de esquerda moderada, a formação do VI Governo Provisório, com a dominante posição política que nele ganharam o PS e os representantes dos chamados "Nove"»* nas Forças Armadas, Stoíakovitch acrescentou que mostraram claramente *«a conduta oponente e ofensiva do PCP e de alguns outros grupos da extrema-esquerda».*

Apesar da sua participação no governo, *«todavia, na prática, o PCP fazia tudo para desvalorizar, impossibilitar e destruir esse mesmo governo (em que gozava do apoio de diversos grupos anarco-trotskistas)».* Desse modo, por meio de greves, manifestações e, *«sob a palavra de ordem da disciplina "revolucionária", realmente quebraram as FA»*, em que

---

*difícil. Na situação actual, as greves eram acções contra-revolucionárias; // — informava a população de que alguns pára-quedistas irresponsáveis que conduziram o país até à beira da guerra civil, abandonaram as bases que tinham ocupado, de que debandaram e se refugiaram em diversas unidades militares. Apelava-se a todos que, quanto antes, se apresentassem na primeira base militar da Aviação para não agravar mais a sua posição; // — calculava-se que, já então, a maioria dos grupos de pára-quedistas, que se envolveu nessa aventura, tornou-se consciente das suas acções contra-revolucionárias, as quais, só podiam favorecer a extrema-direita; // — informava de que, nas horas matinais, ocorreu um incidente armado entre a polícia militar e o destacamento de comandos leais ao governo devido a que o comando da polícia militar recusou enviar os seus representantes ao palácio presidencial. Os comandos receberam ordens para cercar o quartel da polícia militar e, então, segundo o comunicado, indivíduos irresponsáveis da PM começaram a disparar e a quem se juntaram também civis armados que se encontravam nas proximidades. Após o confronto, os comandos tomaram o quartel e controlaram a situação.»* ADMNE, F-113, Portugal (1975).

<sup>1388</sup> Conforme as informações posteriores houve 3 mortos, mas esse número de feridos não foi confirmado.

conseguiram até tal medida que se tornou «*um facto normal, num número significativo de unidades, que os soldados e sargentos assumissem o comando e recusassem as ordens dos comandos superiores*». Encontrando-se «*o país numa total anarquia e desordem*», nessa situação eram possíveis algumas alternativas como golpes de Estado do PCP, da extrema-direita e forças reaccionárias, ou uma «*acção decisiva dos existentes representantes legítimos do Poder (presidente da República, Conselho da Revolução e Governo) e também de diversas acções "a solo" de elementos desesperados irresponsáveis ou de diferentes provocadores*».

Por isso, consoante o embaixador jugoslavo, «*os acontecimentos do dia anterior (acções de tomada de algumas bases aéreas e meios de comunicação por parte dos pára-quedistas de orientação esquerdista) foram uma dessas acções que se podia esperar*». Não obstante, «*essa acção foi, por essência, antes de tudo um acto desesperado e não uma parte de acções organizadas, bem elaboradas e concebidas*» (ausência do apoio das restantes unidades das FA, contando somente com o de alguns grupos ultra-esquerdistas, acerca da qual, até esse momento, «*o PCP ainda não se tinha exprimido*»). Por essa razão, essa «*acção estava condenada, desde o seu início, ao insucesso, mas com consequências potencialmente importantes*».

No modo em que as coisas evoluíam, essas acções podiam ter certas repercussões políticas sérias como, por exemplo, «*depurações entre as forças de esquerda, o que já estava a ocorrer*». Dessa forma, segundo esta estimativa, «*as posições do CR e, em particular, a actuação decisiva do PR Gomes no sucesso do isolamento e liquidação dessas acções, certamente foi um ponto positivo*» no balanço até essa altura. Realçando que, igualmente dessa vez, foi indicativo que Costa Gomes não foi, «*nas suas intervenções, frontalmente contra as forças de esquerda, incluindo o PCP, mas sim reduziu essa acção a "certos grupos irresponsáveis da esquerda"*», o que, ao fazê-lo, deu até «*possibilidades ao PC para corrigir a sua posição pós-eleitoral quanto à radicalização de acção e até mesmo este tipo de riscos aventureiros*».

Devido ao facto de que, nas estruturas governamentais e civis, predominava o papel e a influência do PS e do PPD, ao passo que, nas fileiras militares, eram as forças que apoiavam «*a plataforma dos "Nove"*», numa tal situação, era compreensível para Stoíakovitch que o PCP se encontrasse «*fora do epicentro da criação da política e das decisões, mas suportando o peso do longo trabalho ilegal (esquerdismo sectário) e, o que era decisivo, mesmo assim, sob a influência dominante de factores externos (a URSS), seguia o curso da acção revolucionária a qualquer custo*». Igualmente, antes desse estado, especialmente nesses últimos tempos, «*o PCP jogou um pouco com o seu grande prestígio que gozava imediatamente após o golpe de Estado do 25 de Abril*» (foi o único partido que conduziu «*uma luta bem sucedida*

*contra o regime fascista e com méritos inegáveis nesse período» — desde o saneamento das estruturas estatais dos principais representantes do regime fascista à execução com sucesso do processo de descolonização. «Se Spínola tivesse ficado, teria sido seguro que o processo de descolonização não teria ido no sentido que tomou nem com o ritmo que teve»).*

Os motivos mais importantes que influenciaram a orientação e o agravamento da situação, na opinião do embaixador jugoslavo, *«não foram primordiais os de origem interna» — conquanto a tendência começou «a virar um pouco para a direita, o que se reflectiu até mesmo na conduta do PS, mas que foi também alimentada pelas acções do PC» —, mas sim externa.*

Enquanto as forças de direita (até mesmo *«algumas de orientação de esquerda como do PS»*) apoiaram-se *«nos "conselhos" dos amigos ocidentais, entretanto, o PCP recebia, evidentemente, esses conselhos do bloco [socialista]»*. Assim, por exemplo, embora, em Julho e Agosto, *«a actividade das forças direitistas e a ingerência externa do Ocidente foi mais violenta, foi evidente que o PC investiu esforços, ao máximo, para mostrar que, em Portugal, "tudo estava bem" e tudo em função de não se dificultar a realização da CSCE»*. Não obstante, somente um ou dois meses depois, em Portugal, *«tudo era mau e destacava-se com exagero o perigo das forças direitistas, exercendo pressão no governo»*, que se tinha formado, para tomar medidas e acções inadequadas ao estado e possibilidades materiais do país. A seguir, durante a segunda metade de Outubro, *«quase a principal preocupação e engajamento do PCP foi que, em Angola, o poder fosse entregue ao MPLA»*. No plano da política interna, *«além do incitamento a greves e a reivindicações demasiado irrealistas, era de mencionar também a desproporcionada comemoração da Revolução de Outubro»*, pelo que contribuíram para o auto-isolamento (como ilustração, ao passo que *«no centro de Lisboa decorria um enorme comício, organizado pelo PS e PPD, no qual, falou o primeiro-ministro Azevedo acerca dos problemas internos nacionais, à mesma hora, noutra parte de Lisboa, mas perante um auditório muito mais pequeno, Cunhal falou da Revolução de Outubro e dos êxitos da URSS»*).

Do mesmo modo, para Stoíakovitch, era ainda de pressupor que *«"as dificuldades" em redor da organização da Conferência dos PC da Europa esta[vam] por trás da incitação do PC a um agravamento da situação no país»*, para que dos PC (de Itália, Jugoslávia e Espanha), que tinham reservas em relação às posições da URSS, *«eventualmente, assegurar mais facilmente a sua "solidariedade"»*.

Por fim, *«segundo a nossa opinião»*, o embaixador jugoslavo estimou que *«a evolução, em Espanha, não justificaria um agravamento da situação em Portugal sob o ponto de*

*vista dos interesses nacionais do PCP». Contudo, caso se examinasse, «no amplo contexto de interesses da União Soviética, um tal agravamento encontra[va] a sua justificação» porque, além de uma incerta evolução em Espanha, adicionalmente, também «em Portugal e em toda a ala sul da OTAN, a situação torna[va]-se incerta desde o ponto de vista dos interesses da OTAN e dos EUA».*

Concluindo, as consequências de uma tal política do PCP poderiam ser múltiplas, porque «a acção de alguns pára-quedistas de esquerda, incitados por parte de diferentes desesperados (supostamente, o iniciador dessas acções foi o major Costa Martins, ex-membro do CR e ministro do Trabalho até à formação do VI Governo Provisório), considerava-se como a mais inaceitável e até perigosa para o seguinte ritmo do desenvolvimento progressista». Assim:

a) As medidas, tomadas por Costa Gomes (proibição de greves, manifestações e hora de recolher), não favoreciam a activa propaganda do PCP;

b) Certamente, que muitas personalidades importantes, que tinham «*simpatia e compreensão pelo PC (entre eles, o PR Gomes)*», foram colocados perante uma situação em que tinham de reagir firmemente contra tais acções irresponsáveis (e reagiram);

c) O realce por parte do PCP do reforço das tendências direitistas no país, «*embora até certo ponto era exacto (conduta agressiva do PPD, a provocação e conduta impunes dos representantes de diversos grupos reaccionários, etc.), era exagerado*». Seguramente, após essas e semelhantes acções, «*o abismo entre o PCP e o PS com os oficiais progressistas de orientação de esquerda (grupo dos Nove) [iria] aumentar ainda mais*», ou seja, que as posições destas forças reforçar-se-iam e as do PCP enfraqueceriam muito mais.

### **A evolução da crise em Portugal**

Nesse dia (27/Nov.), «*podia-se dizer que tinha terminado a acção aventureiro-esquerdista de membros das unidades de pára-quedistas e da polícia militar. Todas as posições que ocuparam (bases, instituições e outras), excepto ainda a base "Tankos", renderam-se às forças leais. A resistência, com algumas vítimas, só se registou no comando da Polícia Militar*». <sup>1389</sup> Neste início do seu telex para Belgrado, o embaixador Stoíakovitch não deixou de sublinhar que o governo já atenuava as medidas do estado de sítio, as quais, de resto, só tinham sido instauradas na região de Lisboa, começando, no dia seguinte, a trabalhar normalmente os bancos e outras instituições financeiras.

---

<sup>1389</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).



Referindo-se, a seguir, aos discursos da noite anterior na televisão, através do estúdio do Porto (o de Lisboa não emitia), mencionou quem os proferiu<sup>1390</sup> e frisou o que julgou de mais importante no que foi dito pelos citados oficiais nos quatro pontos seguintes:

1.) A acção dos pára-quadristas, que «*sob a influência da extrema-esquerda, se opôs ao "desvio de direita", com falsas posições progressistas*» (segundo Costa Gomes), foi condenada por ser um aventureirismo, destacando-se por não encontrado apoio nas Forças Armadas e no MFA, conquanto a intenção dos promotores era que a sua acção saísse do quadro das forças da aviação;

2.) «*O ministro NE, M. Antunes, foi o mais substancial e deu na sua exposição, na verdade, a plataforma programática para o desenvolvimento posterior*». O mais importante: reforçar o MFA que, nesse momento mostrou que era politicamente razoável para continuar à frente do processo revolucionário, do que se seguia «*a necessidade do regresso ao passado Pacto Partidos Políticos-MFA (aprovado antes das eleições de Abril)*» como um documento básico e já aceite para «*a posterior cooperação de todas as estruturas empenhadas num desenvolvimento progressista, salientando muito claramente que considerava que o socialismo em Portugal era impossível construir sem a participação do PCP*»;

3.) Nos discursos de todos, foi acentuada a garantia do seguinte desenvolvimento progressista com «*o respeito pela legalidade, instituições democráticas legais, princípios do pluralismo e pela construção do socialismo português autónomo e "não-importado"*», realçando-se que, apesar não haver o perigo, não seria permitida a escalada da direita conforme foi possibilitado, depois do 11 de Março, o aumento do esquerdismo;

4.) Na sua exposição, Costa Gomes seguiu as mesmas linhas (construção do socialismo por métodos democráticos, respeito pelos princípios do pluralismo e da vontade da maioria do povo). No fim, anunciou «*as eleições para a Assembleia Legislativa e assim refutou a declaração informal do primeiro-ministro Azevedo*» acerca da possibilidade de uma simples passagem, sem eleições, da Assembleia Constituinte a Legislativa.

Porém, para o embaixador Stoíakovitch, «*com a liquidação do acto, inspirado do aventureirismo das forças da extrema-esquerda (e, igualmente, do PC), do 25 de Novembro*», o processo político português, depois de tudo, entrava numa fase seguinte que se caracterizava

---

<sup>1390</sup> «*o membro do CR e comandante da Aviação, general [Morais da] Silva (esteve sujeito aos ataques do PC e restantes esquerdistas sob sua influência); o membro do CR e ministro NE, Melo Antunes; comandante RMN, general [Pires] Veloso (meta principal dos ataques de todos as forças de esquerda, excepto do PS); membros do CR, capitães V.[asco] Lourenço e Sousa e Castro (esteve na comitiva do PR [Costa] Gomes na Jugoslávia). No final, dirigiu-se à nação também o PR Gomes*».

pelo citado respeito pela legalidade, pluralismo e a vontade da maioria, tentando encontrar «*a resolução para um caminho autónomo português de desenvolvimento socialista*».

Quanto ao PCP, graças ao resultado de prováveis avaliações de que, todavia, «*ainda dispunha de determinada força que não se podia subestimar, foi indicativo de que até então não havia qualquer acusação (pelo menos por parte do CR, mas também nem de partidos políticos) a seu respeito*», excepto que era preciso contar com uma segura anulação da sua influência predominante até essa altura nos meios de informação.

Do mesmo modo, não se devia «*excluir a possibilidade da "mão estendida"*» de Melo Antunes para com o PCP (na sua declaração televisiva) como um conselho noutra declaração (antes dos acontecimentos do 25 de Novembro) de que o PS se deveria «*libertar dos elementos direitistas*». <sup>1391</sup> Uma posição que podia ser resultado da análise tanto da relação de forças existentes no CR, bem como do perigo sempre presente duma viragem à direita e que, além disso, o grupo dos «*Nove*» não desejava perder estes dois aliados. Talvez, de igual maneira, dever-se-ia analisar a declaração do PCP (texto enviado não cifrado) <sup>1392</sup> que era «*bastante flexível e não fechava a via da cooperação com outras forças progressistas e, em algumas avaliações e bastante "instrutiva" (aviso do perigo da sobrestimação da esquerda das suas próprias forças)*».

Seguramente que, todas as análises e acções que efectuavam, eram resultado do trabalho e das conclusões de um CR que, sob as pressões dos últimos acontecimentos e perigos, desde os primeiros momentos, reunido no palácio presidencial, de onde, no entanto, numa espécie de comando de operações dirigiu as acções que resolveram a situação crítica surgida. Continuando «*muito activo em todas as direcções, segundo notícias não confirmadas, o CR, ou seja, o PR Gomes decidiu: a dissolução do Copcon, pelo que, com a proibição dos meios de informação (na verdade, de propaganda, aproveitando a situação surgida), efectuou um novo "equilíbrio" de forças. Desde o 28 de Setembro (a tentativa de Spínola de usurpar o poder), o PC e outros grupos da extrema-esquerda "conquistaram" posições, semearam a desordem, a confusão e a desinformação*».

O «*"comando" no palácio presidencial (CR) conduzia até ao fim a revolta*» e procurava controlar a suas consequências com «*alguns presos ontem e anteontem. Hoje, o comando da RMN informou de que foram presos 7 maiores, 8 capitães e 40 sargentos*», sendo de esperar a continuação das prisões (porém, «*ao contrário da situação pós-11 de Março, quando*

<sup>1391</sup> Sem qualquer outra referência ao seu teor e data.

<sup>1392</sup> Documento que não foi encontrado.

*foram presos direitistas, agora, as "vítimas" eram membros da esquerda, mas, naturalmente, da extrema e radical)».*

Por fim, o embaixador jugoslavo estimou *«que se podia concluir, como uma avaliação preliminar»*, que se reforçaram as posições do *«PR Gomes e da linha que representava o ministro NE Antunes e o grupo reunido à sua volta»*. Sem embargo, não se devia excluir a possibilidade de que, mesmo antes do desfecho final, pudessem surgir *«novos "parceiros", talvez aqueles que ajudaram no ajuste de contas com a extrema-esquerda (sua tentativa de revolta), mas antes por uma linha anti-esquerdista do que por razões progressistas»*.

### **A recepção do Dia da República**

Com o título de *«Soares e Cunhal na recepção da nossa embaixada»*<sup>1393</sup>, o telex (29/Nov.) do embaixador Stofakovitch para o SFNE relatou a recepção do dia anterior *«por ocasião do Dia da República»*,<sup>1394</sup> que se realizou *«nas condições de estado de sítio»*.

Entre os convidados presentes, *«além da presença de quase todos chefes das missões diplomáticas»*, mencionou os seguintes: os presidentes da Assembleia Constituinte e da Câmara Municipal de Lisboa; *«personalidades dirigentes do MNE com o secretário de Estado, Dr. M.[edeiros] Ferreira à frente (o ministro Antunes como também todas as restantes personalidades dirigentes do MFA esta[vam] em reunião permanente no palácio presidencial)»*; *«Cunhal, sec.-geral do PCP com O. Pato, membro do CC (considera[va]-se ser a segunda pessoa na direcção do partido), depois o único ministro do PCP no governo V.[eiga de] Oliveira»*; e, igualmente, *«esteve presente, pod[ia]-se dizer, a direcção completa do PS (chegaram ao mesmo tempo), tendo à frente Mário Soares, sec.-geral, e a seguir Salgado Zenha (ministro das Finanças), prof. dr. J. Campinos (ministro do Comércio Exterior), Sotomayor Cárdua, (director do jornal partidário) e Tito de Moraes (secretário de Estado do Ministério do Trabalho)»*. Ademais, citou alguns membros do anterior governo (socialistas independentes como João Cravinho, Jorge Sampaio e outros) e de outros partidos (PPD, CDS, FSP e MES) que *«compareceram, mas em menor número e a nível mais baixo»*.

Tendo em conta as condições em que foi realizada *«(estado de sítio, hora de recolher e grande ocupação de todas estruturas sociopolíticas e estatais)»*, sublinhou três elementos que caracterizaram a recepção: *«resposta maciça (cerca de 300 convidados); presença das*

<sup>1393</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975).

<sup>1394</sup> No dia 29 de Novembro, Dia Nacional da Jugoslávia, comemorava-se a segunda sessão da AALPJ, que se realizou em Iaítse (Jajce, 29/Nov./43), e nas suas decisões fundamentou-se a Jugoslávia federal e socialista, proclamada pela Assembleia Constituinte da RPFJ (29/Nov./1945). *Vd. p.25.*

*personalidades dirigentes mais eminentes do PS e do PCP, mas igualmente sem a presença de nenhuma figura militar (Conselho da Revolução e ministros militares) porque todos estavam em reunião permanente no palácio presidencial (alguns deles tinham-se antes desculpa-do por causa da impossibilidade de estarem presentes)».*

Igualmente, os socialistas estavam «"cheios de si" e bem-dispostos (Soares: «o vosso ministro Minitch como pressentiu, quando aqui conversou comigo, que se podia talvez chegar à ruptura entre nós, como aquela que eis acabou por chegar. enviaremos brevemente uma delegação à Jugoslávia)». Por sua vez, Jorge Campinos disse a Stoíakovitch: «agora, poderemos realmente trabalhar a sério. Na próxima semana, estaremos a trabalhar na marcação da data para a nossa adiada viagem à Jugoslávia»<sup>1395</sup>. Quanto aos dirigentes do PCP estavam «um pouco deprimidos e preocupados (Cunhal: «a evolução toma dimensões muito sérias e a situação torna-se cada vez mais delicada».

### **A crise em Portugal**

A tentativa da revolta militar de 25 de Novembro «(atrás da qual havia o consentimento tácito do PCP) que chegou como resultado e da sua "decomposição" de vários meses da homogeneidade e da disciplina nas Forças Armadas, com todas as já anteriores consequências, parece que privaram o PCP de um papel mais importante na seguinte criação da política na prática»,<sup>1396</sup> porque ele e as forças sob a sua influência perderam significativas posições ou bases, «tanto no MFA como também em outras estruturas políticas progressistas». Depois de citar esta perda de influência, o embaixador Stoíakovitch referiu-se a uma dezena de outras mudanças na situação política portuguesa, fazendo uma apreciação em que procurou informar o SFNE a respeito das suas consequências.<sup>1397</sup>

Outra mudança foi a dissolução do COPCON, que tinha, «apesar de tudo, posições progressistas, a influência e a presença do PCP no exército e no MFA reduziu-se, talvez, excepto na Marinha», a alguns oficiais influentes que, com um maior senso da realidade e a julgar pela relação momentânea de forças, iriam avaliar, certamente, a sua futura conduta.

<sup>1395</sup> Realizou-se em meados de Janeiro de 1976.

<sup>1396</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975). Este telex (n.º 537/75) tem a data de 30 de Novembro.

<sup>1397</sup> Todavia, é de notar a ausência de qualquer menção às suas fontes, embora essa falta fosse frequente neste tipo de documento, sendo de pressupor que essas fontes fossem citadas com mais pormenores noutra documentação ou nas reuniões em que esteve, em Belgrado, desde a sua chegada a Portugal (Fev./75). Durante esses 9 meses, efectuou três viagens à Jugoslávia (em Maio, Agosto e Outubro) com estadias, em média, de duas semanas.

Igualmente, houve «*a suspensão provisória de todos os jornais "estatais" (jornais que tinham sido nacionalizados), nos quais, o PCP tinha fortes posições, assim como foi feita uma mudança completa nas redacções e nos órgãos directivos*», em que, até esse momento, muitos dos seus membros eram seus militantes. O mesmo ocorreu na televisão e na rádio. Tudo isso retirava ao PCP posições propagandistas muito fortes e, por outro lado, devia-se esperar que, no futuro, esses meios de informação, em vez de popularizarem, seriam críticos da sua política e conduta.

Sem dúvida, a grande perda do PCP tinha sido «*a destituição do general Vasco Gonçalves de todas as estruturas directivas que, após ter sido primeiro-ministro do II, III, IV e V governos provisórios e membro do CR, "partiu" para um total anonimato político e, desde então, na verdade, datava o "começo do fim" das "impostas" e da "açambarcagem" de posições do PC*» no processo político progressista português.

Mencionou, em seguida, «*a abolição da divisão (política)*<sup>1398</sup> *do EMGFA que era um importante elemento da influência do PCP*» nas fileiras do MFA e das Forças Armadas, que representou, seguramente, um passo em frente «*na repulsa da influência e um gradual desvio da linha da radicalização do processo de desenvolvimento progressista*».

Outra perda importante foi «*a destituição, depois a nomeação e, por fim, novamente a destituição do general Corvacho, progressista e de orientação pró-PC, do cargo de comandante da RMN*», a mais importante a seguir à de Lisboa, e a nomeação para o seu lugar «*um general direitista, [Pires] Veloso*», foi ainda, por um lado, «*uma prova do reduzido poder do PCP para opor-se e, por outro, mais um "corte" de outra posição importante*».

Referiu, em seguida, «*a representação simbólica do PCP no VI Governo Provisório do almirante Azevedo (só um ministério)*», o que significava de facto uma limitação da sua presença e influência no poder executivo.

Salientou mesmo «*a tendência para perder o quase absoluto controlo nos sindicatos como resultado da incapacidade (e sectarismo) do PCP*» para encontrar uma plataforma com o PS e assim impedir, ao mesmo tempo, «*a aliança deste com estruturas políticas orientadas mais à direita*».

Estimando que a radicalização do processo político, em Portugal, foi ditada, basicamente, pelo PCP a partir do 28 de Setembro do ano anterior (tentativa de Spínola de usurpar o poder) e, principalmente, do 11 de Março desse ano, o embaixador Stoíakovitch acrescentou que «*além disso, possibilitou, sem dúvida, as transformações progressistas (rápida descolo-*

<sup>1398</sup> Referia-se à 5.ª Divisão que pouco mencionou, nesses meses, na sua correspondência com o SFNE.

nização, nacionalização de 80% dos sectores-chave da economia, a lei da Reforma Agrária, etc.), o que introduziu importantes mudanças estruturais sociais», deparando-se, ao mesmo tempo, cada vez mais com «a oposição não só da direita, mas também das forças que deviam ser, pela natureza das coisas, aliadas do PCP».

Após afirmar que «devido ao ritmo não ajustado, à importância das medidas e à desatenção em relação às condições objectivas no país, copiando formas de actuação, às avaliações erradas tanto das próprias forças como ainda da dimensão da oposição que essa política encontrou», aditou mais «a labilidade da aliança com as classes médias e a negligência ou subestimação da posição geopolítica do país» com todas as oposições provocadas por isso, para concluir que uma «tal política estava condenada a sérios riscos e igualmente ao insucesso». Por outro lado, provou-se «o erro da aliança "táctica" do PCP com a extrema-esquerda», a qual, desde sempre, e sobretudo com certos grupos, não só porque não tinham verdadeiras bases, «mas até mesmo a sua actividade comprometia (frequentemente, de forma provocatória) as ideias de progresso».

A repetida qualificação política por parte de Costa Gomes e de outros membros do CR de que o derrotado golpe militar de 25 de Novembro foi feito por uma «"mistura de extremistas de esquerda, na verdade, por aventureiros militares contra-revolucionários e organizações e grupos políticos que os apoiaram"», mas, além do mais, de ter sido incentivado «por meio das posições assumidas por alguns órgãos de informação, como por parte dum amplo movimento para que a revolução do 25 de Abril» se desviasse do seu curso, foram, sem dúvida, «alusões ao PCP e à sua experiência (directa ou indirecta) no citado golpe, mas também não foi um "corte de todas as pontes" com ele, o que não foi o caso com os partidos políticos (PS e PPD) que directamente apostrofaram a responsabilidade do PCP».

De acordo com a evolução da situação, após a «falhada revolta militar», indubitavelmente, o PCP sofreu uma importante derrota, o que lhe impossibilitava de enfrentar desde fortes posições as tendências de uma viragem para à direita.

No seu segundo comunicado (28/Nov.), o PCP constatou que «os acontecimentos dos últimos dias representaram uma pesada derrota "das forças militares de esquerda e revolucionárias" (o que, sem dúvida, mostrava que reconhecia que a sua política tinha sofrido uma derrota)». Igualmente, esse (como no primeiro) comunicado tinha um apelo para uma nova unificação das forças de esquerda por causa dos perigos cada vez mais presentes de uma viragem do processo português para a direita. Realçou o perigo para a democracia da política da aliança de direita do PS com os sectores moderados do MFA e da orientação divisionista

aventureira dos grupos e sectores que com o seu ultra-radicalismo conduziram as forças de esquerda para o isolamento e a desunião.

Continuando o seu comentário, o embaixador jugoslavo considerou que eram «*característicos os "conselhos" enviados para todos aqueles*» que estavam tanto sob a influência do radicalismo esquerdista como do PS e do grupo dos «Nove», mas que queriam «*impedir a restauração de uma nova ditadura fascista ("a luta contra a esquerda significava abrir o caminho para a sua própria derrota")*», indicando que o único caminho para a salvação da revolução estava «*na suspensão das represálias, prisões, perseguições e saneamentos na esquerda, e na acção conjunta de todos os antifascistas contra a reacção fascista que prepara[va] o ataque*». Por essa razão, caso não acabasse rapidamente «*a repressão contra a esquerda militar, a dispersão das unidades progressistas e impedida a nomeação de reaccionários para postos de comando*», num curto prazo de tempo podia conduzir ao «*predomínio não de aqueles que seguiam o PS e os "nove", mas sim a direita fascista*».

Enumerando, seguidamente, alguns pedidos<sup>1399</sup> do mesmo comunicado, Stoíakovitch concluiu por mencionar a sua parte final: «*como o PCP avisava persistentemente, os factores moderados no MFA e no PS, que na luta contra a esquerda revolucionária se associaram com a direita reaccionária, arrisca[va]m-se a que ela os superasse, dominasse e engolissem. E que o avanço das forças contra-revolucionárias exigia de todos, que deseja[va]m defender a liberdade e a revolução, de se unirem e coordenarem esforços*».

Numa nota final, referiu que, até esse momento, tinham sido presos mais de cem oficiais e sargentos como afastados («*deram a demissão*») três eminentes membros progressistas do CR: *general Fabião (comandante das forças terrestres), almirante Rosa Coutinho (o membro "de serviço" do CR) e o general Carvalho (comandante do Copcon)*». Além disso, foram presos mais algumas conhecidas personalidades militares como «*o major [Arnao] Metelo, ministro do Assuntos Internos nos governos de Gonçalves e que no V Governo foi seu vice-presidente*». Após a nomeação para postos de comando muito importantes de chamados oficiais moderados (na RML, dois novos comandantes, um no exército e outro na marinha), «*cujo empenhamento por um desenvolvimento progressista era pouco conhecido e ainda*

---

<sup>1399</sup> «*Como de medidas rigorosas contra as actividades contra-revolucionárias, fim imediato do estado de sítio na RML, restabelecimento das liberdades e direitos dos cidadãos em todo o território nacional, que na RML fosse autorizada quanto antes a publicação e distribuição de jornais, e realização de reuniões*».

*menos comprovado — tudo isso impunha a pergunta não só do enfraquecimento da influência do PCP, mas também das amplas consequências e repercussões»* para a situação política.

Até esse momento, apesar dos factos de que, «*seriamente, a direita "levantava a cabeça" (por exemplo, os pedidos de Sá Carneiro, líder do PPD para que o PR Gomes se retirasse a favor de uma personalidade civil, ou que, então, as Forças Armadas regressassem aos quartéis e outros), eram ainda os jornais principais da chamada corrente moderada*<sup>1400</sup> *no MFA que davam a principal entoação aos acontecimentos»*. Contudo, não obstante ter acabado uma grande parte da batalha contra as tendências radicais e da extrema-esquerda, isso não significava, mesmo assim, que essas forças estavam completamente derrotadas. Sem embargo, os perigos desse lado eram, nesse instante, talvez menos actuais do que aqueles que chegavam das forças direitistas que, «*com certeza, procurariam aproveitar ao máximo o ajuste de contas entre as forças progressistas e pró-socialistas»*.

Para concluir, para o embaixador Stoíakovitch parecia, portanto, que «*uma crise muito delicada tinha terminado, mas que isso não significava ainda que a evolução da situação entrava numa fase de longa estabilidade»*, porque estava em questão, entre outras coisas, igualmente «*um envolvimento muito importante dos factores estrangeiros, uma vez que a situação em Portugal fazia parte de uma acção mais ampla (Peru, Angola, Espanha e outras)»*.

### **Comentários acerca da situação política portuguesa**

Entre os documentos enviados por diversas embaixadas jugoslavas para o SFNE, a maioria das informações sobre a evolução da situação em Portugal realçou «*o grande interesse com que era acompanhada»* pelos círculos políticos e dos meios da comunicação social desses países. Apesar de a sua veracidade não ser confirmada ou comentada, esta documentação representava um indicador da importância dos acontecimentos para uma posterior apreciação mais crítica no SFNE.

Desse modo, por exemplo, na Áustria, «*a imprensa burguesa informava acerca de todos os acontecimentos e acentuava o "perigo vermelho"»* que representava o PCP e parte das forças armadas sob a sua influência. De modo igual, o chanceler Bruno Kreisky exprimiu a sua opinião, numa conferência, com uma «*constatação global de que Portugal era, nesse*

---

<sup>1400</sup> Acrescentando, «*tendo à frente M. Antunes (com o activo apoio do PR general Gomes e do primeiro-ministro Pinheiro)»*.



*momento, uma séria prova para as resoluções da CSCE».*<sup>1401</sup> Achando que «*Portugal era parte do mundo "livre" europeu ocidental e como Estado membro da OTAN*», por isso, as tentativas do PCP e dos círculos militares que lhe eram próximos para fazê-lo «*sair da esfera de influência da OTAN poderia ter, segundo a sua convicção, fatais consequências para a política de desanuviamento e, por fim, o fracasso da CSCE*». Depois, salientou que o PCP tinha «*o apoio de "alguns PC" e alguns outros eram mais "reservados"*».

Conforme este telex da embaixada de Viena<sup>1402</sup> (28/Nov.), «*o próprio PCP não tinha supostamente uma base importante entre a própria população*» — nas últimas eleições teve menos votos do que se esperava. Por conseguinte, qualquer iniciativa de tomada de poder por parte do PCP, para Kreisky, não era possível sem o apoio exterior, acrescentando que o CR conduzia «*uma política muito realista de "equilíbrio" em relação a todos os desvios radicais (de esquerda e de direita), conseguindo manter a iniciativa, até essa altura, nas suas mãos sem grandes conflitos*».

Tendo em conta que «*as democracias ocidentais estavam interessadas numa situação estável em Portugal*», era preciso chegar à constituição de um governo homogéneo que pudesse ser igualmente um parceiro para as negociações das ajudas económicas ocidentais, pois com elas deveriam estabilizar a situação económica, não deixando «*de acentuar que essa ajuda económica devia ser dada "sem quaisquer condições políticas"*».

Nessa mesma sexta-feira (28/Nov.), o SFNE enviou para a sua embaixada em Lisboa um resumo da conversação «*do nosso embaixador, em Roma, com L. Longo*<sup>1403</sup> *acerca de Espanha e Portugal*». <sup>1404</sup> Segundo o dirigente do PCI, «*era demasiado cedo para fazer prognósticos, porque a situação era ainda muito incerta. Receava que os camaradas espanhóis estivessem demasiado optimistas*», estimando que «*isso acontecia sempre com os emigrantes e que isso era quase natural e compreensível*». Ele não dispunha de elementos suficientes para prognósticos mais precisos e achava que era preciso esperar.

---

<sup>1401</sup> Embora neste tipo de documento, raramente as informações fossem comentadas, é de salientar que estas resoluções, aprovadas em Helsínquia (Ago./75), confirmaram o que estava em vigor na Europa, desde Ialta e Potsdam, a respeito das fronteiras e esferas de influências, o que foi sempre respeitado, pelo menos a partir de 1948, pelo governo jugoslavo na sua política externa.

<sup>1402</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

<sup>1403</sup> Luigi Longo (1900-1980). Secretário-Geral (1964-72) e Presidente do PC Italiano (1972-80). O citado documento é, possivelmente, posterior à morte de Franco (20/Nov.) e anterior a 25 de Novembro.

<sup>1404</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

Relativamente a Portugal, Longo era pessimista a respeito da sua evolução e «*crítico quanto à política do PCP, [considerando] a situação como caótica, o que só favorecia a reacção mais negra*». Uma tal evolução tinha «*também repercussões negativas no desenvolvimento da situação em Espanha e não só*».

De Washington, nesse dia, o SFNE recebeu um relato da «*conversação de S.[Stevan E.] Steiner, relator para a RFA no Departamento de Estado*»<sup>1405</sup> com um diplomata jugoslavo sobre a situação em Portugal. Conforme afirmou, os últimos acontecimentos em Portugal podiam reflectir-se nos interesses de todas as estruturas de esquerda na Europa. «*A política extremista do PCP prejudicava, antes de tudo, os interesses do PC de Espanha*» e a continuação de tal política só podia encorajar as forças direitistas mais extremistas, as quais, na maioria, só estavam pela manutenção das suas posições, a uma maior cautela em relação aos comunistas. Uma tal política do PCP contribuía «*para que se olhasse com mais desconfiança todo o problema do reforço das forças de esquerda na Europa, tanto nos EUA como na Europa Ocidental*». De resto, o Departamento de Estado apreciava «*os esforços que a RSFJ fazia no sentido da normalização da situação em Portugal, porque compreend[ia]m que a política da Jugoslávia se baseava, principalmente, na acentuação da necessidade de ser respeitada a vontade do povo português*» que se exprimiu claramente nas eleições em Abril.

Dias depois (4/Dez.), no mesmo Departamento de Estado, outro diplomata jugoslavo teve «*uma conversação com B.[L. Bruce] Laingen*»<sup>1406</sup>, vice-adjunto para os países europeus», a quem expôs a avaliação jugoslava sobre Portugal de acordo com as instruções recebidas do

---

<sup>1405</sup> *Ibidem*. Além de Portugal, referiu que durante a visita à China (Out./75) do Chanceler da RFA, Helmut Schmidt, «*os chineses asseguraram que a Europa Ocidental seria a primeira a sofrer o ataque da URSS*» e que, nesse momento, «*a manutenção de uma enorme quantidade de forças convencionais do Pacto de Varsóvia na Europa tinha como objectivo a "finlandização" de toda a Europa*».

<sup>1406</sup> *Ibidem*. Mencionando depois outros «*assuntos europeus*», começou por dizer que acompanhavam «*com atenção a evolução em Espanha e que tinham contactos com todas as forças dentro e fora do regime, excepto os comunistas*». Recentemente, em Washington, tinham estado «*representantes da Junta Democrática que tiveram contactos no Congresso, mas não no Departamento de Estado, que por causa dos comunistas não quis ter contactos com eles*». Estimavam que o processo de liberalização e democratização chegaria «*das estruturas existentes no regime e iria gradualmente. No último ano, o actual regime efectuou certos passos nesse sentido, Não era completamente claro como iria proceder [Juan] Carlos quando assumir o poder, mas considerava-se que iria com [Carlos] Arias e teria o apoio das Forças Armadas*». Olhavam para «*as FA como um factor de estabilidade no período transitório. Ao contrário de Portugal, as FA espanholas não estavam politizadas (no sentido das FA portuguesas), ainda que não se soubesse qual era ou qual situação poderia surgir na base*». Aos EUA, este curso da evolução convinha, porque «*assegurava a estabilidade, embora haveria conflitos, pelo menos durante um certo tempo. Estavam interessados pela democratização do regime também por causa dos aliados europeus que, pelo carácter até então do regime, recusavam a entrada da Espanha na OTAN, para o que os EUA estavam interessados*». Igualmente, achavam positiva a conduta da Espanha em relação ao Saara e por ter aceitado a opinião de Kurt Waldheim de que esse assunto deveria ser decidido na ONU.

SFNE. A seguir, Laingen disse-lhe que tinham uma avaliação igual e que «*o governo português procurava gradualmente, "passo a passo", estabilizar a situação interna*» e que já conseguiram os primeiros resultados (formação de unidades de choque no exército que precisavam «*de tempo para substituírem as forças de segurança que até então estiveram sob o comando do [O.Saraiva] Carvalho, e determinados embora insuficientes sucessos na imprensa*»).

As maiores dificuldades estavam na extrema-esquerda que dispunha de armas e com quem o regime tinha de negociar, «*porque uma precipitação poderia ser contraproducente. Um tal curso "era dificultado pelo PCP que jogava um duplo papel — participava no governo e, ao mesmo tempo, na oposição contra ele"*». Quanto à OTAN, a passiva posição de Portugal «*não tinha grande importância, porque, nem antes, jogou um papel mais importante*». Muito mais relevante era a manutenção e o desenvolvimento das relações com a CEE. Além das anteriores ajudas, com a nova lei relativa à ajuda ao estrangeiro, os EUA previam 20 milhões de dólares de empréstimo e iriam examinar outras ajudas. «*Estavam informados pela sua embaixada a respeito dos nossos contactos com Portugal e disse que olhavam positivamente para eles e que podiam contribuir para a estabilização interna*» portuguesa.

Igualmente, a situação em Portugal foi discutida, em Moscovo, numa recepção na embaixada jugoslava, entre dois convidados soviéticos<sup>1407</sup> e um diplomata jugoslavo, cujo relato foi enviado (1/Dez.) para SFNE.

Começando por dizer que lhe disseram haver «*poucas informações seguras acerca do estado actual, porque as condições de trabalho, em Lisboa, eram muito difíceis*», mas que era evidente que esse «*estado não era somente complexo, mas também totalmente incerto*». Nesse momento, «*ninguém estava em condições de dar algum prognóstico mais seguro e a longo termo*».

Um deles, Kozirev, estimou que era preciso salientar como positiva, sem dúvida, a declaração de Melo Antunes «*acerca de que era impensável um desenvolvimento, em Portugal, a caminho do socialismo sem a participação activa do PCP*». Esta sua declaração foi importante «*porque reflectia a posição e a opinião da parte progressista do MFA*». Ademais, mostrava «*uma orientação que poderia conduzir à estabilização*».

Por julgar que «*o presidente Gomes era ainda necessário*» porque o «*seu papel e conduta actuavam como um factor de estabilidade*», Dolgih não concordou com o ponto de vista

<sup>1407</sup> «*O secretário do CC PCUS, Dolgih, e o adjunto do ministro dos NE, Kozirev (conversação com Veres [o diplomata jugoslavo], na nossa recepção)*» pelo Dia Nacional da Jugoslávia (29/Nov.).

de um funcionário soviético presente de que «a conduta de Gomes mudava, que ele já vacilava, cedia às forças direitistas e que abriu as portas para uma acção reforçada da reacção». Dolgih sublinhou que «a situação era, naturalmente, muito complexa, mas que Gomes e o grupo de oficiais que o apoiavam» continuavam a ser «um dos principais factores para a defesa da actual constelação política».

Numa «observação» final, comunicou que a imprensa soviética «registava atentamente os acontecimentos básicos em Portugal», colocando em primeiro plano a preocupação pela evolução seguinte. Uma divulgação particular teve «os comentários do PCP que descreveram os acontecimentos mais recentes como um avanço das forças da direita e da proposta do PCP que era preciso formar um "governo de esquerda"». Nos comentários soviéticos, apontavam-se «alguns factos, as atitudes do PCP e exprimiam uma séria preocupação», mas nos últimos dias não tinha havido avaliações directas.

Por sua vez, em Bruxelas, um diplomata jugoslavo falou com «Dekoninck, secretário do CC do PC da Bélgica [sobre] a evolução mais recente»<sup>1408</sup> da situação portuguesa. Achando uma mudança útil, disse-lhe que «foi bom que a equipa Gomes-Antunes tivesse impedido a extrema-esquerda e instaurado pelo menos, de certa forma, alguma ordem». Caso contrário, tudo já prometia «a chegada de algum Pinochet, mas o importante era que, então, a verdadeira esquerda se consolidasse», bem como o PS e PC encontrassem uma plataforma comum e apoiassem o Melo Antunes que, nas condições existentes, era «a melhor alternativa para o desenvolvimento progressista do país». Nesse sentido, iriam aconselhar o PCP a «tirar lições dos últimos acontecimentos, em vez de flertar com grupos irresponsáveis trotskistas e outros da extrema-esquerda». Também, deveria mostrar «mais sentido para compromissos com os socialistas, partindo da real relação de forças». As declarações de Melo Antunes e de Mário Soares confirmavam que, segundo este dirigente comunista belga, «no outro lado existia vontade para o acordo e que os dirigentes de topo do MFA e do PSP não eram anticomunistas como, por vezes, os jornais do PCP os apresentavam».

De Bona, o SFNE recebeu (10/Dez.) mais informações «acerca da evolução em Portugal». No MNE, o embaixador Jenik «(chefiou a delegação da RFA para a concessão de ajuda financeira a Portugal)» referiu a um diplomata jugoslavo que consideravam «as últi-

---

<sup>1408</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975). Este documento foi enviado (4/Dez.) para o SFNE.

*mas medidas enérgicas de Gomes nas Forças Armadas uma viragem decisiva no sentido da estabilização da situação portuguesa, embora não excluía novas dificuldades nesse caminho. O principal culpado da instabilidade política, segundo ele, era o PCP, ou seja, Cunhal».*

Acrescentando que a actividade do PC e dos sindicatos por aumentos salariais dos trabalhadores levou «*muitas empresas até à beira do colapso económico*», previu mesmo que «*as consequências desta situação conduziriam, num futuro próximo, a uma elevada inflação e grave crise económica (o actual abastecimento do mercado era satisfatório devido à importação, mas por isso as reservas de divisas estavam completamente esgotadas. As reservas de ouro existentes eram pequenas e esperava-se rapidamente a diminuição das importações)*». Desse modo, a Portugal estava perante um esforço contínuo para superar «*a crise económica através de medidas impopulares que conduzirão à diminuição do nível de vida*». Por essa razão, a manutenção do PC no governo era o resultado do receio de que «*ele "aproveitaria novamente para os seus objectivos destruidores"*» as dificuldades económicas. Assim, queriam que o PCP «*compartilhasse as responsabilidades perante as massas pelo estado da economia*».

Para Mário Soares, com quem Jenik falou, disse-lhe que «*a futura conduta do PC era incerta, que Cunhal era um homem que "não cedia facilmente" e "não se conformava com as derrotas"*. Estimava que Cunhal continuaria a seguir uma dupla tática: *cooperação no Governo e "subversão nas bases"*».

Em relação à anterior prometida ajuda no valor de 70 milhões DM (RFA), desejou-se apoiar, desta maneira, por razões políticas, o actual curso (foi o representante do MNE que assinou o acordo e não o do Ministério do Desenvolvimento e, dessa forma, realçaram a sua importância política). Salientou que «*os créditos ao dispor de Portugal no Banco de Investimento da CEE no valor de 150 milhões de unidades de crédito ainda não foram utilizados porque Portugal não dispunha de projectos adequados, nem tinha uma economia com poder de absorção*».

No mesmo ministério, para «*o Dr. Bensch, chefe-adjunto da Secção do Mediterrâneo*», em Portugal, após o falhado golpe de Estado esquerdista, «*a evolução ia em direcção a uma penetração mais forte e ao estabelecimento das forças dereitistas, o que era preocupante porque isso podia ser um desafio adicional para as restantes forças neste país*». Tinham a impressão que os EUA aumentavam a sua presença e ajudavam financeiramente determinadas forças no país. Acrescentou, depois, que seria importante caso, por fim, o actual governo, com uma maior elasticidade dos partidos, começasse a notar-se um pouco mais. Havia já alguns

sinais nesse sentido. Por conseguinte, «*de certa maneira, Cunhal prescindiu, embora [...<sup>1409</sup>], da extrema-esquerda e, no PPD, havia disposição para a cooperação com os comunistas no governo, pelo que, por isso, também Soares deveria ter mais conta*» essas mudanças.

Porém, consoante o diplomata jugoslavo, o seu interlocutor não deixou de realçar que sobretudo, em Portugal, «*o desenvolvimento chegou a uma fase muito difícil, cujo rumo seguinte era difícil de prever*».

### **Outros comentários acerca da situação em Portugal**

Das conversações do segundo-secretário Ivtchevitch<sup>1410</sup> efectuadas nesses últimos dias de Novembro, o embaixador Stoíakovitch enviou esta informação para o SFNE (1/Dez.), que repartiu por dois grupos, sendo um primeiro de representantes do PS e outro de «*socialistas independentes*».

1.) Segundo Sottomaior Cardia,<sup>1411</sup> «*a situação no país era bastante difícil, encontrando-se à beira da guerra civil. Todavia, predominou o espírito pacifista do nosso povo e, agora, pode-se dizer que, sob o aspecto militar, a situação estava resolvida. Foi restabelecida a disciplina e o comando unificado em todas as unidades militares*».

Quanto à Assembleia Constituinte continuaria a reunir-se e a trabalhar na Constituição porque, nesse momento, «*existiam condições normais para o seu trabalho*». Até fins de Fevereiro próximo, era preciso apresentar «*a nova Constituição e já, em Março de 1976, deveriam ser marcadas as eleições para a Assembleia Legislativa*».

Considerava que «*nas novas condições, a Revolução mover-se-á como a conceberam os promotores do 25 de Abril*», pois as acções aventureiras e irresponsáveis de indivíduos não foram desencadeadas pelo 25 de Abril, mas por grupos irresponsáveis que quiseram aproveitar-se desse movimento para os seus objectivos. Em seguida, declarou: «*era absolutamente seguro que a grande maioria do povo português não queria que uma ditadura substituísse outra. O espírito do 25 de Abril era por uma via independente e pluralista para o socialismo e essa via poderá, agora, desenvolver-se*».

---

<sup>1409</sup> Palavra ilegível.

<sup>1410</sup> Sendo este um dos poucos documentos em que as informações recolhidas foram deste diplomata, o único que falava português, coloca-se a pergunta se não teria havido outras recolhas nesses meses da sua estada em Portugal. Igualmente, não há qualquer referência a viagens por Portugal ou a contactos com empresas ou instituições pela sua parte.

<sup>1411</sup> «*(da Direcção do PSP, deputado e director do jornal partidário)*», (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).

A seguir, neste documento, as notas a respeito desta conversação são uma citação de frases isoladas sobre a situação política e dos «*meios da Comunicação Social*».<sup>1412</sup>

Para Vítor Cunha Rego,<sup>1413</sup> graças a estarem asseguradas, nesse momento, «*todas as condições para uma actividade normal do governo, ele retomou o seu trabalho*». Esperava-se que, em breve, o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo fizesse uma declaração à Nação acerca de uma análise da situação político-militar. Também, «*a "Marinha" nem os seus representantes não participaram nos preparativos do golpe de Estado*».

Quanto a Luís Nuno Ponte,<sup>1414</sup> este afirmou que «*das unidades militares foram afastados todos aqueles que introduziram a confusão e persuadiram os soldados à indisciplina e desobediência*». O sucesso resultou da «*acção decisiva do PR general Gomes no momento exacto*» e que, no plano político-militar, seguramente, após esses acontecimentos, o grupo dos "Nove" seria dominante. Em relação ao «*tenente-coronel Ramalho Eanes, que foi promovido a general e substituiu o general Fabião no posto de comandante do EME, [era] muito honesto e homem capaz. Personalidade puramente militar e ligada ao 25 de Abril. Foi governador de Cabo Verde*».<sup>1415</sup>

Acrescentou, conforme Ivtchévitch, que apesar das forças da extrema-esquerda não se renderem a seguir a esses acontecimentos, «*a sua futura actividade seria insignificante e a actividade fora da lei seria punida*».

2.) Sem embargo, uma opinião um pouco diferente, tinham «*os membros dos socialistas independentes*»:

Um deles, professor universitário<sup>1416</sup>, achava que «*a situação no país era ainda bastante tensa e, politicamente, seria difícil acalmar a esquerda*». Era um facto que «*os "coro-*

<sup>1412</sup> «*caso se olhasse objectivamente para todas as acções da extrema-esquerda, estas foram úteis para a direita, mas, no momento actual, o mais importante era neutralizar a extrema-direita; «no norte do país, já houve alguns ataques a sedes do PCP»; «os meios da Comunicação Social tiveram, sobretudo em Lisboa, no passado período, uma grande influência na criação de um clima político»; «era necessário que, no futuro, a imprensa, rádio e televisão não fossem sectárias, mas sim democráticas e acessíveis a todos sob as mesmas condições*».

<sup>1413</sup> «*(da Direcção do PSP, antes foi chefe do gabinete do secretário-geral PSP, Mário Soares)*».

<sup>1414</sup> «*(da Secção Internacional do PSP, passou algum tempo em estudos na RSFJ)*».

<sup>1415</sup> Uma informação errada. O governador e, depois, alto-comissário até à Independência (Jul./75), foi o vice-almirante Vicente Almeida d'Eça.

<sup>1416</sup> «*(Prof. Ernesto de Andrade Pardal, professor numa Faculdade de Lisboa, diz que é politicamente indeciso e independente, mas próximo da LUAR)*». Não foi encontrada qualquer informação acerca de como Ivtchévitch

*néis" (significava que não eram das fileiras do movimento dos "capitães") foram colocados nas posições chaves das estruturas militares»:* apontavam que se ia demasiado para a direita e que o *«destino do Movimento do 25 de Abril estava praticamente posto em questão».*

No norte do país, os comunistas eram perseguidos. Numa manifestação, no Porto, foram mortas duas pessoas, membros da Intersindical (comunistas), outras duas pessoas (comunistas) foram mortas em Braga. Supostamente, havia mais e foram atacadas algumas sedes do PCP.

Daí, caso o exército e o governo não encontrassem forças suficientes para impedir, nesta fase do desenvolvimento dos acontecimentos, tais incidentes, havia *«o perigo desta situação se tornar numa carnificina de grandes dimensões».* Até relatou que, no Porto, foi impedido um comício das forças de esquerda (FUR e SUV com o apoio dos comunistas), o que mostrou que para essas forças não havia *«mais liberdade e democracia nem nas regiões do país, onde não foi proclamado "o estado de sítio"».*

#### **Outras informações acerca da situação política portuguesa**

A pedido do *«Dr. J. Campinos, ministro e membro da direcção do PS»*, o embaixador Stoíakovitch visitou-o para acordarem a nova data para a sua visita, em Janeiro, à Jugoslávia. Na continuação da conversação, o ministro Campinos expôs-lhe, *«mais no "espírito das nossas já habituais e abertas conversas acerca das questões políticas", algumas avaliações e preocupações da direcção do PS»*<sup>1417</sup> em relação à *«tentativa do golpe de Estado»* (25/Nov.) e suas diversas consequências.

Avaliou a situação no país e, em geral, para o seu trabalho como bastante mais favorável do que antes da tentativa do golpe, tendo diminuído a tensão que durou semanas e meses, bem assim a incerteza a respeito do que se passava e para onde ia o país. A seguir, afirmou que *«o governo continuava a trabalhar "a toda a velocidade", apesar de que nele iria haver mudanças».*

Decorriam intensas negociações entre Mário Soares (e o primeiro-ministro almirante Pinheiro de Azevedo) com os dirigentes do PPD, que também participava no governo, mas que, depois da tentativa do golpe, categoricamente condicionava a sua futura participação com a exclusão dos comunistas do governo (por causa da suas ligações com essa tentativa). Contudo, o PS estimava que o PPD tentava aumentar ao máximo a sua popularidade, em particular, entre as forças conservadoras, opondo-se a tal posição e pensava que o PCP deveria

---

chegou a este contacto. Igualmente, o original do texto que deve ter entregado a Stoíakovitch não se encontra nos fundos consultados.

<sup>1417</sup> Telex n.º543/75 (4/Dez.), (ADMNE, F-114, Portugal, 1975).



permanecer no governo, *«mas sob a condição de: a) publicamente, demarcar-se dos acontecimentos de 25 de Novembro (de que forma não era importante); b) publicamente, exprimir a sua total lealdade e apoio ao programa do governo do primeiro-ministro Azevedo».*

Na direcção do PS acreditavam que o PCP não aceitaria estes pedidos pelo que se desqualificava da participação no governo. Porém, isso não significava que aceitariam a coligação só com o PPD. Não, pelo contrário. Nesse momento, *«o PS estava pronto para ficar sozinho no governo com os já existentes ministros militares e, talvez, com a entrada de uma ou duas personalidades apartidárias».* Segundo Stoíakovitch, Campinos disse-lhe que *«eles se orientavam seriamente para esta variante e que, igualmente, já previram determinadas mudanças ministeriais».* Assim, por exemplo, como o PPD também não participaria no governo, chegar-se-ia *«a uma fusão do seu ministério (Comércio Externo) com o ministério do Comércio Interno e Turismo (o ministro era do PPD). Um militar assumiria a pasta ministerial que pertencia então ao único ministro comunista (a do Equipamento Social), etc.»*

Devido aos acontecimentos do 25 de Novembro terem provocado uma renovação da discussão nas Forças Armadas acerca do futuro do MFA, apareceram claramente, no seu seio, duas tendências: a) militar – *«a qual (para o PS exprimia a opinião da maioria nas FA) considerava que uma vez que estava cumprido o programa básico do 25 de Abril de 1974 (derubamento do regime fascista, descolonização, eleições e democratização no país), os militares deveriam regressar aos quartéis»;* b) tendência político-ideológica – *«a qual (novamente de acordo com a avaliação do PS, gozava de um apoio menor do que a anterior) estimava que o MFA deveria continuar (por um tempo previsível) a jogar um papel decisivo no desenvolvimento político do país. Esta tendência maximalista interpretava o Programa do MFA do 25 de Abril. Embora, os gonçalvistas tivessem sido afastados do MFA»* e mesmo após o fracassado golpe de Estado, esta tendência continuava visivelmente presente. Informou-o ainda de que, precisamente, em relação a essas questões realizavam-se reuniões do Conselho da Revolução.

A uma pergunta de Stoíakovitch, Jorge Campinos confirmou-lhe que o principal promotor dessa tendência era o major Melo Antunes e que o PS não era, em princípio, contra essa tendência e já declarou que estava disposto a participar nas conversações sobre um eventual Pacto MFA-Partidos Políticos. *«Para eles, no PS, consideravam que o MFA, na verdade, falando objectivamente, já não existia. Subsistia um grupo de oficiais que eram mais políticos do que militares e que era melhor que tirassem os uniformes e aderissem a um dos partidos existentes».* Por fim, acrescentou que, *«caso contrário, devido às ambições pessoais e incom-*

*petência política de muitos deles somente continuariam a destruir a homogeneidade das Forças Armadas e a serem uma fonte adicional da crise política do país».*

A uma sua segunda pergunta sobre quais foram, realmente, as forças que aderiram e começaram as acções do 25 de Novembro e com que objectivos, Campinos respondeu-lhe que *«os primeiros resultados das suas análises a respeito dos bastidores da tentativa do golpe apontavam para os gonçalvistas como principais iniciadores e organizadores, mas nisso tiveram o apoio de membros do PCP».* Os organizadores dessas acções esperavam *«também o apoio de um vasto número de unidades militares de todas as regiões do país e, em particular, do Copcon, ou seja, do comandante dessas forças, general Carvalho, e, depois, de diversos grupos armados esquerdistas».* Objectivo imediato: que nesse mesmo dia, 25 de Novembro, pela noite, reunirem a Assembleia do MFA e, nela, elegerem um novo Conselho da Revolução. Todavia, porque faltou-lhes *«um amplo apoio tanto do Copcon como dos grupos armados esquerdistas, então nem o PCP pôs em acção toda a sua maquinaria»*, mais a simultânea acção dos apoiantes do "Nove", do presidente Costa Gomes e das unidades militares leais (em particular, do Norte, com a mobilidade e a actividade dos membros do PS), já nesse dia, mais ou menos, a tentativa de golpe estava condenada ao insucesso, o que sucedeu.

Além disso, comunicou que tinham fortes provas que *«os organizadores tiveram instruções para "impossibilitar" os líderes do PS, o que eles próprios notaram porque, alguns dias antes do golpe, a maioria deles foi seguida por indivíduos desconhecidos à civil».*

Portanto, conforme Campinos, ainda não se podia demonstrar que, formalmente, a direcção do PCP tivesse tomado *«a decisão acerca da execução do golpe e que iniciou e organizou o golpe, mas existiam provas irrefutáveis de que estava ao corrente do que se preparava, assim como um número importante dos seus quadros (e até organizações locais) participaram, juntamente, com algumas organizações sindicais sob a sua influência».*

Para concluir, Stoíakovitch fez o seguinte *«"comentário"»*: - a) *«visível orientação da direcção do PS para que o PCP saía do governo»*, o que cumpriria uma das exigências de que um PC não podia participar num governo dos membros da OTAN; - b) o PS procura aproveitar ao máximo *«a "acção contra-revolucionária" para um seguinte reforço das suas posições no governo e outras estruturas (imprensa, televisão, etc.) à custa do PC, cujos membros foram destituídos em massa»*;<sup>1418</sup> c) – do mesmo modo, o PS olhava *«com desconfiança e*

<sup>1418</sup> Num telex posterior (26/Dez.), informou o SFNE de que *«sobretudo, foi "normalizado" também a situação nos meios informativos públicos (imprensa e televisão). Todos os jornais voltaram a sair, mas com novas redacções, directores e redactores-chefes. Em toda esta operação da introdução do princípio "pluralista" nos meios de comunicação de massas, cerca de 127 jornalistas foram suspensos (da extrema-esquerda ou, na maioria,*

*sérias reservas na actividade de M. Antunes para que o MFA sobrevivesse à crise e mantivesse o papel de "força motriz" na revolução portuguesa». Por essa razão, não era de excluir «a possibilidade de um confronto aberto PS-Antunes (o PS utilizou Antunes enquanto não afastaram Gonçalves e as forças de esquerda das suas posições, mas nesse momento para eles também Antunes era demasiado "independente" e de esquerda)».*

### **Reunião do embaixador jugoslavo com Melo Antunes**

A respeito da sua conversação (6/Dez.) com Melo Antunes, o embaixador Stoíakovitch informou de que o visitou *«para dele (uma das figuras-chave empenhadas nos mais recentes acontecimentos) ouvir avaliações e opiniões sobre esses acontecimentos, as suas causas e consequências»*.<sup>1419</sup> Devido a ser esse o primeiro encontro entre ambos após o seu regresso de Belgrado,<sup>1420</sup> transmitiu-lhe as *«saudações calorosas»* de Miloche Minitich. Retribuiu-as e pelas saudações, disse que, para ele, eram, pessoalmente, um encorajamento.

Falando da evolução interna, *«o ministro Antunes constatou que a principal característica de tal evolução foi, nos últimos tempos, ter-se chegado até, podia-se dizer, à total degradação de todas as estruturas governamentais e sobretudo nas forças armadas. O PCP e diversos grupos da extrema-esquerda tiveram o principal papel na criação de tal estado. No país predominava a anarquia, a indisciplina e inactividade»*. Além disso, em determinado momento, essas forças procuraram realizar *«acções organizadas para a retomada não só das posições perdidas, mas igualmente da tomada do total controlo do país»*.

Depois, acrescentou: *«como sabiam que se preparava uma tal acção, também nós ("os Nove") no MFA decidimos tomar medidas para que pudéssemos, organizadamente, esperar e impedir tal acção. Por causa disso, "dos nossos homens" junto do Estado-Maior, formou-se um grupo especial que dirigiu todos os preparativos. Por isso, disse Antunes, não ficámos surpreendidos com o facto da acção começou antes do que parecia estar planeado e graças à "nossa organização e ao rápido contra-ataque, a revolta foi liquidada rapidamente e, realmente, com o mínimo de vítimas"»*.

A seguir, de acordo com este relato do embaixador jugoslavo, Melo Antunes afirmou o seguinte: *«o PCP suportava se não a grave responsabilidade política, pelo menos, sem dúvida, a grande responsabilidade moral pelos acontecimentos do 25 de Novembro. "Espe-*

---

*membros do PCP) e nos seus lugares chegaram, em geral, representantes do PS»*, (ADMNE, F-114, Portugal 1975).

<sup>1419</sup> *Ibidem*.

<sup>1420</sup> A seguir à visita de Costa Gomes à Jugoslávia, só regressou a Lisboa no dia 5 de Novembro.

*ramos que o PCP modifique a sua linha, que se acautele das acções dos diversos grupos problemáticos da extrema-esquerda, porque consideramos que é irrealista imaginar o desenvolvimento da revolução sem a participação do PC. Isto disse, abertamente e publicamente, ainda durante a liquidação da revolta de maneira a impedir o reacender da histeria anticomunista"».*

Estimando que, não obstante os últimos acontecimentos e as medidas que tomaram, tivesse sido dado *«um forte golpe a esses grupos aventureiros e tendências da extrema-esquerda, contudo, o perigo da sua actuação não foi completamente afastado»*, compreendia-se, no entanto, que havia *«um perigo muito maior por parte das forças direitistas e isto não só nas estruturas político-burguesas, mas também nas forças armadas»*. Portanto, falava-se cada vez mais e exigia-se *«"o regresso do exército às casernas"»*. Sem embargo, de acordo com a sua opinião (e dos «Nove»), *«o MFA [tinha] ainda uma importante missão para cumprir, mas não um MFA como instrumento deste ou aquele partido político. Naquele momento, do MFA exist[ia], na verdade, só o Conselho da Revolução. Precisamente, por estes dias, estive[ram] empenhados na análise de diversas variantes para como implantar o MFA»*.

Abertamente, referiu que havia *«pontos de vista oponentes (direitistas) e, igualmente, nos círculos mais restritos, mas "nós trabalharemos energicamente nisso, porque estamos profundamente convencidos na necessidade da existência do MFA ainda por um certo tempo"»*. Queria dizer, assim resumiu Melo Antunes, que *«apesar de se poder falar acerca de uma certa acalmia da situação, para pôr em ordem a situação nas forças armadas e nos mecanismos governamentais, não obstante resta[vam-lhes] ainda uma difícil luta política e isso, tanto com as forças direitistas como com as chamadas forças ultra-esquerdistas»*.

Na pergunta acerca da situação e da evolução em Angola, desculpou-se que, por causa de fraca informação, principalmente nos últimos dias, *«pois estiveram ocupados com a crise interna, não estava em condições de dar uma avaliação mais actualizada.<sup>1421</sup> Todavia, consi-*

---

<sup>1421</sup> Numa avaliação posterior, *«o director-adjunto da Direcção Política no MNE, Sacadura Cabral»* disse ao conselheiro Spasitch que informou o SFNE (23/Dez.) do seguinte: *«havia a opinião e até pedidos no governo, ao que, todavia (e apesar de alguns dilemas) se opôs o ministro NE Antunes. Agora, após o 25 de Novembro, o reconhecimento do MPLA pela sua (portuguesa) parte tornou-se ainda mais complicada (" quando, então, isso não fizemos, agora seria muito mais difícil, embora, realmente, surgiam melhores condições")*. Cabral disse que *o MPLA ganhava, todos os dias, cada vez mais vantagem no plano militar, pelo que se mostrou exacta a pressuposição que a ofensiva da FNLA e UNITA, sobretudo, pouco antes da proclamação da Independência, no fundo, foi efectuada com excepcionais esforços, com o objectivo de tomar Luanda e excluir o MPLA do jogo e que, agora, também a sua objectiva força diminuiu. O MPLA começa a valorizar essa vantagem militar, com bastante sucesso, no plano político. Realmente, os países europeus estão muito perto de reconhecer o MPLA e, segundo o que lhes dizem os aliados, procuram oportunidades ou momentos mais favoráveis para isso. A uma explícita pergunta se, talvez, os países europeus esperavam o reconhecimento (português), respondeu, negativamente, e disse que, agora, como vêem as coisas, o reconhecimento [desses] países será antes.»* (ADMNE, F-113, Portugal, 1975).

*derou que, em princípio, não havia outros momentos substancialmente novos e importantes desde as conversações e as avaliações dadas em Belgrado». Acrescentou, em seguida, que Angola se tornou «numa arena do conflito entre os dois blocos, ou seja, das duas superpotências [e, enquanto,] Holden e Savimbi recebiam ajuda militar e material, como ainda ajuda humana dos países ocidentais e, principalmente, dos EUA, até agora, o MPLA recebeu o mesmo tipo de ajuda dos países de leste,<sup>1422</sup> em particular, da URSS».*

Tendo em conta a situação «"na nossa própria casa"», supostamente, não lhes restava mais do que, nesse momento, «serem observadores neutrais, embora estivessem muito interessados pelo destino desse país». Pediu, depois, a Stoíakovitch que caso tivessem, «por vezes, algumas informações<sup>1423</sup> para as quais, como em anteriores ocasiões — ou seja, quando das conversações com Minitch, em Lisboa e, mais tarde, em Belgrado —, considera[ram] que lhes podiam igualmente interessar, que lhes déssemos a conhecer».

Devido a ter-lhe dito que, precisamente, nessa manhã, o embaixador em Angola, Nikola Chachitch, tinha chegado a Lisboa, vindo de Luanda para Belgrado, mas que ainda não tivera oportunidade de conversar com ele, «Antunes pediu-lhe que, no caso dele poder, então podia transmitir ao secretário-geral do MNE alguma coisa que possa considerar que poderia ser útil também para eles».

No fim da conversação, o embaixador jugoslavo informou o seu interlocutor de que, no objectivo da realização das conclusões das recentes visitas para uma melhoria da cooperação bilateral, tivera «uma conversa, um dia antes, com o ministro Dr. Campinos acerca de uma nova data para a reunião adiada da comissão ministerial em Belgrado (provavelmente, durante Janeiro)» e que, no espírito das conversações em Belgrado (entre os generais Nikola Lhubitchitch e Pezarat Correia), tinha entregado, justamente, o convite para as FA portuguesas enviarem uma delegação de visita ao EPJ (ao mesmo tempo, deu-lhe, «para sua informação pessoal», uma cópia da nota).

---

<sup>1422</sup> Desta vez, Melo Antunes nem mencionou a Jugoslávia.

<sup>1423</sup> Esse pedido, enviado por Stoíakovitch para o SFNE, foi autorizado por Minitch (9/Dez.) num breve telex em que considerou que «as análises de Antunes eram muito importantes para a nossa avaliação e orientação. Continue com o empenho para a realização dos acordos alcançados em Lisboa e Belgrado. Forneça todas as informações sobre Angola a Gomes e Antunes. Continue contactos com o maior número possível de personalidades de todos grupos e partidos que lhe sejam acessíveis. Informe-nos acerca suas posições. // Nas suas conversações, sugira a reunião das forças democráticas e progressistas para a salvaguarda e a continuidade da revolução portuguesa. Faça isso à nossa maneira, que respeita estritamente a não-ingerência». ADMNE, F-114, Portugal (1975).

Uma «observação» final: «*embora, o ministro Antunes deix[asse] uma impressão de calma, mas também de cansaço após intensa actividade de vários dias, ao mesmo tempo, resultou claro de toda a conversação, que lhe resta[va] ainda uma semelhante actividade tão difícil em redor de dois problemas estreitamente ligados: a luta pela existência do MFA; e a luta contra o fortalecimento das tendências direitistas no país, em geral, e, igualmente, nas forças armadas*».

### **Reuniões com embaixadores da URSS e da Holanda**

Na sua recolha de informações, Stoíakovitch falou com os embaixadores da URSS e da Holanda (em conversações separadas) sobre a situação em Portugal, cujo relato enviou (8/Dez.) para o SFNE.

Começou por mencionar as «*apreciações dos mais recentes acontecimentos no Portugal*» do embaixador soviético Kalinhine, em que a acção do 25 de Novembro tinha sido empreendida por «*elementos irresponsáveis da extrema-esquerda*».<sup>1424</sup> Na realidade, segundo ele, «*a evolução criou condições para estas ou acções de largas dimensões*», acrescentando que «*para si, pessoalmente, "por exemplo, o major Costa Martins,*<sup>1425</sup> *que foi membro do CR e ministro do Trabalho até à formação do actual sexto governo, desde então sem quaisquer funções, pressentiu a possibilidade de tais acções*».

Por conseguinte, não excluiu a possibilidade que «*as forças direitistas infiltraram a sua gente entre os pára-quedistas com o preciso fim de provocar esta acção para terem um pretexto para todas as medidas que depois se seguiram. "Talvez, acerca disto, a ambos, o nosso colega americano poderia dizer-nos algo mais", subentendendo a possibilidade que, de facto, a CIA organizou a acção da revolta*».

Não obstante tivesse pensado que as consequências para as forças progressistas e de esquerda foram bastante más, não mostrou «*qualquer preocupação porque os verdadeiros efectivos do PCP e dos sindicatos, como também de outras organizações ficaram, por assim dizer, intactas*». Nessas condições, quando predominavam as forças direitistas, «*era preciso definir uma nova linha que, segundo a qual, sem dúvida, nesse momento, o PCP dever[ia] ir para uma cooperação aberta com a tendência que, nas forças armadas, representa[va] o chamado grupo de M. Antunes. Portanto, embora as forças direitistas reforçaram-se e continua[va]m a reforçar as suas posições, a crise e os conflitos continuarão no futuro*».

<sup>1424</sup> ADMNE, F-113, Portugal (1975).

<sup>1425</sup> Stoíakovitch fez esta «*observação: C. Martins estava muito próximo de Gonçalves, oficial aviador de esquerda, actualmente em fuga e para ele foi lançado um mandato de captura por causa do suposto papel activo na preparação da revolta*».

Referiu, ainda, que «Kalinhin falou positivamente acerca da conduta e actividades do PR Gomes ("em particular, após a sua visita e as conversações que teve em Moscovo")».

Quanto ao embaixador da Holanda, este estimou que «a situação no país como nas forças armadas, depois dos acontecimentos do 25 de Novembro, se desenvolv[ia] muito favoravelmente para as forças direitistas ("democráticas"). Visto que as forças radicais de esquerda foram esmagadas e, por assim dizer, o PCP isolado e com a hipoteca da participação na organização da revolta, teoricamente, nesse momento, não havia obstáculos para Spínola voltar, porque a evolução era precisamente como aquela que ele recomendava. Confirma[va]-se que os «moderados» estavam ao corrente dos preparativos esquerdistas».

Considerou desejável que o PS assegurasse «a participação, ainda por um tempo previsível, no governo de todos os três partidos – PS, PPD e PCP, exclusivamente por causa das medidas bastante impopulares que o governo deverá tomar com vista a sanar a situação económica, mas igualmente o PS pode[ria] ficar sozinho, junto a uma participação de alguns oficiais, no governo».

A evolução das FA caminhava contra, cada vez mais, «a existência do MFA, ou seja, "pelo regresso dos soldados às casernas"», ao que, nessa altura, só se opunha «o ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Antunes, que tenta[va] salvaguardar, em cooperação com alguns socialistas independentes de esquerda (fora do PS), o MFA. Por isso, Antunes afasta[va]-se cada vez mais de Soares e do PS (para a esquerda)».

### **Outras visitas e conversações**

Nesse dia (8/Dez.), pelo meio-dia, o embaixador Stoíakovitch recebeu, a seu pedido, Aurélio Santos, «membro do CC PCP e encarregado das relações internacionais»,<sup>1426</sup> por causa de «uma questão muito delicada». Essa questão era que lhe queria perguntar como reagiriam, ou seja, se estavam dispostos «a prestar ajuda a alguns oficiais ameaçados pelo perigo de prisão, ou que se escondiam porque para eles já tinham sido emitidos mandatos de captura, no sentido de ser-lhes dado asilo». Tratava-se, em particular, de pessoas que estiveram ligadas ou não a acções do 25 de Novembro, mas que eram «todos oficiais progressistas e o PCP queria ajudá-los a não caírem nas mãos das forças direitistas que, nesse momento, tinham uma influência bastante forte nas Forças Armadas». Não queriam uma resposta imediata, mas pediam se podiam dar esse apoio. Sem embargo, compreendiam que era «uma situação delicada porque uma eventual denúncia podia influenciar negativamente no estado das

<sup>1426</sup> ADMNE, F-114, Portugal (1975).

*relações entre os dois governos»* e também eles, no PCP, estavam interessados na melhoria e não num agravamento das relações com os países socialistas.

Começando por dizer que *«naturalmente, comunicaria a questão aos camaradas em Belgrado»*, Stoíakovitch acrescentou que, no entanto, já lhe podia dar um comentário pessoal, no qual, *«como o governo e o presidente deste país qualificaram oficialmente esses acontecimentos como uma "acção contra-revolucionária"»*, nesse caso, eventualmente, uma concessão de asilo a essas pessoas na sua embaixada teria pesadas consequências. Porém, muito mais fácil seria *«caso se encontrarem na Jugoslávia vindos "de qualquer parte"»*.

Para terminar, num *«comentário e opinião»*, analisou alguns aspectos desse pedido de asilo<sup>1427</sup> e, numa breve *«observação»*, mencionou que apesar da sua justificação para a sua visita, *«só por causa dessa "questão delicada"»*, Aurélio Santos referiu-se *«também a outras actuais questões políticas»*, sobre as quais enviaria um outro telex.

### **Na continuação da conversação com Aurélio Santos**

Na continuação do *«nosso n.º 548»*, no dia seguinte, o embaixador Stoíakovitch comunicou ao SFNE<sup>1428</sup> que o seu interlocutor lhe falou a respeito de *«algumas questões do desenvolvimento interno e das posições do PCP»*. Começou por dizer-lhe que após as acções de 25 de Novembro, *«"executadas de forma precipitada e irresponsável por parte de alguns oficiais que eram próximos das posições do PCP, mas que não eram seus membros"»*, surgiu uma nova situação. A seguir, as forças direitistas que, de resto, estavam a progredir, depois destes acontecimentos, actuavam mais ofensivamente, sobretudo, nas Forças Armadas. Numa tal situação, o PCP adoptou uma nova linha política: mobilização de todas as forças progressistas e democráticas na defesa das conquistas da revolução — nacionalizações, reforma agrária, liberdades da cidadania (greves, imprensa, manifestações, etc.). Por essa razão, prestavam

<sup>1427</sup> Realçou que *«Santos não mostrou pressa pela nossa resposta, "pois só veio para perguntar"»*. A esse respeito, considerou *«interessante que nos anunciou a visita ainda na passada quarta-feira (4 de Dezembro) e veio somente hoje»*. Por isso, *«não sabia devido a quê Santos veio»*, porque tanto podia ser, *«realmente, um problema para eles como, talvez, uma questão duma simples "proverovka" [em russo: verificação, confirmação] das nossas intenções»*. Igualmente, referiu que foi indicativo o que *«nos disse sobre a nossa eventual concessão de asilo»* — talvez, não fosse tão complicado *«porque quanto ele sabia os países socialistas não eram subscritores da convenção acerca do asilo»* —, ao que lhe respondeu que pensava que eram porque na *«nossa Constituição existia uma precisa formulação sobre as condições para a concessão de asilo»*. Acrescentou não estar seguro de que estes casos pudessem ser assim classificados segundo a Constituição jugoslava, *«sobretudo porque [ali] existia um governo de orientação progressista, no qual, de modo igual, eles (PCP) participa[va]m, pelo que a concessão de asilo a indivíduos procurados por tal governo, acredita[va] que não seria compatível nem com as nossas declarações acerca das boas relações com esse governo»*. Além disso, na sua opinião, *«também eles, isto é, o PCP demarcou-se, de certa maneira, publicamente, das acções do 25 de Novembro»*.

<sup>1428</sup> Este documento tem o n.º 551 (9/Dez.). ADMNE, F-114, Portugal (1975).



uma grande atenção «à salvaguarda do MFA e, nesse objectivo, davam apoio e cooperavam com o grupo dos "Nove" para que tanto o MFA como o CR não fossem totalmente liquidados», ou seja, que neles não predominassem completamente as tendências direitistas. Ademais, seria evitado «o agravamento das relações com o PS, procurando que nele preponderasse a tendência de esquerda e não de direita».

De modo igual, «foi decidido "em princípio" que o PCP aceitaria continuar no governo do almirante Azevedo, mas dependendo da política desse governo». Por essa razão, insistiria que o governo permanecesse fiel à plataforma aprovada quando foi formado, tendo essa decisão uma dupla importância: «a) o PCP com a sua presença no governo podia, tanto quanto possível, influenciar a sua política; b) agravar as relações entre o PS e o PPD, ou seja, até que o primeiro fosse a favor e o segundo contra a participação do PCP».

Havendo a opinião de que, devido à situação no país evoluir cada vez mais para a direita, era possível o regresso de Spínola, Aurélio Santos rejeitou tal possibilidade, pelo menos nessa altura, «"porque aqui estão ainda personalidades e forças que se opoiam energeticamente a isso — PR Gomes, primeiro-ministro Azevedo, CR (Antunes), etc."». Contudo, caso a evolução continuasse para a direita como ia, com a actividade das organizações reacionárias ilegais (ELP e MDLP), esse perigo tornava-se cada vez mais real.

Contrariamente a algumas vozes a respeito da orientação direitista de todos os comandantes recém-nomeados, «Santos afirmou que isso era uma generalização errada. Assim, por exemplo, o novo chefe do EME, general Eanes (substituiu o general Fabião) foi um dos organizadores do golpe de Estado do 25 de Abril do ano passado. Não era marxista, mas era um oficial progressista. O mesmo se podia dizer quanto ao brigadeiro Vasco Lourenço, que foi nomeado comandante da RML».

Quanto a «alguns eminentes oficiais de esquerda que não foram presos», já tinham apresentado a demissão e mencionou os seguintes: «almirante Coutinho; general Fabião; general Pinto Soares. E, até mesmo, o general Gonçalves — não estava excluído que de novo, talvez não tão cedo, aparecesse na vida política — primeiramente, por meio do MFA».

Concluindo, Stofakovitch referiu que, durante a conversação, Aurélio Santos falou-lhe, de passagem, da questão da visita de Cunhal à Jugoslávia, acrescentando que concordariam que não era altura para a sua realização. Concordando, disse-lhe que esperava a sua decisão para «informarmos os camaradas com vista à marcação de datas e as restantes questões ligadas a tal visita».

### Conversação com um membro do Conselho da Revolução

Acerca da sua visita à sede do Conselho da Revolução, onde foi recebido pelo «membro "de dia" [porta-voz], o capitão Sousa e Castro<sup>1429</sup> [que], nessa função, substituiu o almirante Rosa Coutinho», o embaixador Stoíakovitch relatou ao SFNE que em relação à situação, em Portugal, durante e após 25 de Novembro, além das já conhecidas avaliações, «Castro acentuou que, então, depois da extrema-esquerda se ter comprometido dentro e fora das Forças Armadas, as condições para um verdadeiro trabalho era incomparavelmente mais favorável do que antes de 25 de Novembro». Nesse momento o governo podia trabalhar e concentrar-se na resolução dos problemas principais e, em particular, económicos. Sem embargo, apesar do perigo das forças direitistas tivesse aumentado um pouco, segundo ele, seria mais fácil reconhecer a sua actividade e opor-se-lhe mais decisivamente. «De forma terminante, rejeitava a opinião de diversos partidos sobre a desnecessidade do MFA e disse que, precisamente, na reunião da tarde desse dia, o CR iria discutir também essa questão». Conquanto, algumas modificações fossem possíveis, mas o MFA tinha de ficar.

Por sua própria iniciativa, mencionou que «algumas personalidades importantes do MFA (generais Fabião, Carvalho, almirante Rosa Coutinho e outros) tiveram de ir-se embora, "não porque tivessem estado envolvidos na revolta, mas devido às suas responsabilidades morais pelo estado degradante que, antes do 25 de Novembro, reinava no país e, ainda pior, igualmente nas Forças Armadas"».

Referindo-se a alguns momentos da sua visita à Jugoslávia, declarou que, nesse momento, «as condições para melhores relações com a Jugoslávia eram, incomparavelmente, mais favoráveis, porque houve forças influentes que sabotaram essas relações». No contexto desta parte da conversação, Stoíakovitch informou-o de que tinham enviado o convite oficial às Forças Armadas portuguesas (em base das conversações que Pezarat Correia e ele próprio tiveram, em Belgrado, com o SFDP), ao que ele lhe respondeu que, precisamente, na «reunião dessa tarde do CR, na ordem do dia, estava esse convite e que não seria de excluir a possibilidade de ele fazer parte dessa delegação».

---

<sup>1429</sup> Referindo ainda, neste seu telex n.º557 (11/Dez.), que «Castro era um dos membros eminentes do grupo dos "Nove" de Melo Antunes e, de resto, como membro do CR, foi membro da delegação que acompanhou o presidente Gomes na sua visita oficial à Jugoslávia no mês de Outubro. O general [Pezarat] Correia e o capitão [Sousa e] Castro, como membros do CR, além do PR Gomes e o ministro NE Antunes, foram as principais personalidades da delegação. O general Correia e o capitão Castro tiveram uma reunião com o general Lhubititch [o secretário-federal da Defesa Popular] acerca da cooperação entre as duas Forças Armadas». ADM-NE, F-114, Portugal (1975).

Quanto à sua *«impressão»*, achou que *«Castro estimava com bastante optimismo o estado actual no país e as condições para a estabilização da situação»*.

### **Conversação com Francisco Sá Carneiro**

A seguir ao Conselho da Revolução, no dia seguinte (12/Dez.), comunicou ao SFNE que visitou Sá Carneiro, *«líder do PPD (participam no governo, segundo partido pelo número de votos e de deputados) e conversaram acerca do desenvolvimento interno em Portugal e da cisão da fracção de esquerda do seu PPD»*.

Além disso, tanto ele como, de resto, todos os outros partidos à direita do PCP, avaliavam positivamente o desfecho e tudo o que se seguiu à *«revolta dos pára-quedistas»* em 25 de Novembro. Considerou, conforme o embaixador Stoíakovitch, que o desfecho mais importante foi a consolidação da situação nas Forças Armadas o que pressupunha o afastamento e a neutralização da actuação de diversos grupos esquerdistas. Nesse momento, ali, *«a última palavra pertencia aos oficiais-militares e não aos oficiais-políticos. A estabilização da situação nas FA já tinha, de resto, repercussões positivas também, em geral, no país»*. A disciplina, responsabilidade e trabalho obtinham *«"direito de cidadania"»* e era possível contar por um certo tempo com relações mais estáveis.

Apesar de julgar que os diversos grupos da extrema-esquerda foram os principais responsáveis pelo estado a que chegou o país (irresponsabilidade e anarquia em todas as estruturas), contudo, uma grande responsabilidade pertencia ao PCP porque incitou ou até iniciou a desobediência militar e civil. Esta foi a razão por que ele manteve tanto tempo a posição de que o PCP não podia participar no governo. No entanto, durante o congresso do seu partido, na semana anterior,<sup>1430</sup> *«foi visitado pelo almirante V. Crespo que, em nome do CR do MFA, lhe mostrou a importância do PCP e a sua permanência no governo por causa da influência que tinha, indiscutivelmente, entre os trabalhadores. Igualmente, com o mesmo objectivo, recebeu a visita de alguns oficiais superiores "apolíticos"»*.

Tendo em vista e, em particular, *«o facto de parecer que, pelo menos por enquanto e talvez aparentemente, o PCP modificou, mesmo assim, as suas posições (discurso de Cunhal sobre que o PCP aceitaria os resultados eleitorais, condenava as posições aventureiras dos esquerdistas, etc.), ele deu o seu acordo por fim, ou seja, retirou a sua oposição»* e já, no dia seguinte, começariam as conversações do PR e os líderes dos três partidos em relação a certas mudanças no governo. Nessas conversações, Sá Carneiro disse-lhe que, *«todavia, insistiria na*

<sup>1430</sup> Este Congresso Extraordinário do PPD iniciou-se (6/Dez.), em Aveiro, tendo sido a posição a tomar em relação ao PCP uma das suas principais questões.

*revisão do Pacto Partidos-MFA (com o objectivo de reduzir o papel e a importância do CR)». Pediria, além disso, «determinadas alterações na Lei da Reforma Agrária a favor dos médios proprietários agrícolas "que são, para nós, na verdade, os principais produtores"».*

Depois, achou bastante séria a crise que surgiu no seu partido (*durante o Congresso, a chamada ala de esquerda separou-se do partido e dos 81 deputados na Assembleia Constituinte, 20 deles<sup>1431</sup> abandonaram ainda o partido e declararam-se independentes, bem como três ministros no governo*)». Sem dúvida, acrescentou, que essa cisão iria ter consequências negativas para a reputação do partido, mas que foi melhor que isso tivesse acontecido muito antes das próximas eleições (na Primavera). Afirmou que *«o motivo principal não esteve em diferenças ideológicas e políticas importantes, mas sim em vaidades e ambições pessoais»*. Acerca desses deputados e ministros, já sabia, desde o mês anterior, que tinham *«ligações com ex-membros do MES (movimento dos socialistas de esquerda) e com os quais, agora, tenciona[va]m formar um novo partido que se encontraria, mais ou menos, entre o PS e o PCP»*. Não obstante, pensava que *«um eventual aparecimento dum tal partido que tivesse ligações com os oficiais moderados de esquerda nas FA (grupo de Antunes) atingiria ainda as posições do PS soarista, no qual, igualmente, existiam fracções de direita e esquerda»*.

Porém, Sá Carneiro concordou que um realinhamento no quadro das forças democráticas progressistas era importante que actuassem, em última instância, tanto contra as forças extremistas de esquerda ou de direita, para preservar as mudanças democráticas básicas realizadas até esse momento. De modo igual, *«elogiou o seu "levantamento de veto" para a participação dos comunistas no governo»*, isso muito antes mesmo de citar *«como motivo principal uma certa modificação das posições do PCP»*.

No final, o embaixador Stoíakovitch falou-lhe das medidas para uma melhoria das relações bilaterais (assinatura dum acordo de cooperação cultural, partida, em Janeiro, do ministro Campinos para a reunião da Comissão Mista em Belgrado, convite para uma delegação das FA portuguesas visitar o EPJ, etc.)

Como *«impressão»*: *«desta vez, Carneiro estava, curiosamente, menos "guerreiro anticomunista". Possivelmente, por causa da situação no seu próprio partido e o perigo de não escorregar completamente para uma posição de direita»*.

---

<sup>1431</sup> Foram 21, os deputados que subscreveram a plataforma *«Política Social Democrática para o Socialismo»* e que, abandonando o PPD, permaneceram e formaram um grupo parlamentar na Assembleia Constituinte (9/Dez.).

### Outras conversações

Nesta reunião (18/Dez.) com Vítor Alves, «*ministro da Educação e membro do Conselho da Revolução*»<sup>1432</sup>, o embaixador jugoslavo começou a conversação, referindo-se à «*melhoria da cooperação, em particular, no campo da cultura (na base do acordo recentemente assinado sobre a cooperação nesse campo)*» entre a Jugoslávia e Portugal e, depois, ao «*desenvolvimento interno a seguir aos acontecimentos do 25 de Novembro*».

Salientando que estavam interessados que o conteúdo do acordo assinado começasse a concretizar-se, quanto antes, na prática, porque era, segundo Stoíakovitch, «*nossa posição, em geral, não assinar acordos somente para que pudessem afirmar quantos acordos tinham assinados (pois disso ninguém teria nenhum benefício)*», ao que Vítor Alves expressou o seu acordo total e comunicou-lhe que «*já tinha ordenado aos serviços responsáveis para que o acordo fosse bem estudado, vendo-se as suas possibilidades e interesse, e que, então, um funcionário do seu ministério visita[ria], na nossa embaixada, a pessoa que tratava desses assuntos e com ele terminariam os pormenores do acordo*». Acrescentou que se seguiria uma reunião dos quatro para analisarem «*as propostas de medidas e acções (preparadas antes por eles os dois), que seriam apresentadas perante os fóruns responsáveis*» dos dois países com vista à sua aprovação e realização. Concordando com o procedimento proposto, Stoíakovitch solicitou ao SFNE para «*caso houvesse algumas concretas sugestões para essas preliminares conversações os informassem quanto antes*», e concluiu: «*o ministro Alves convenceu-me de que, também, neste campo, tinham um verdadeiro interesse pelo desenvolvimento da cooperação connosco*».

Tendo em conta que Vítor Alves foi, na verdade, com Melo Antunes «*o "ideólogo" e o criador das posições do MFA ainda desde os seus primórdios (e antes do 25 de Abril de 1974), ele manteve esse papel até então, mas opondo-se, no quadro do MFA, ao exagerado radicalismo do PCP e, em particular, dos grupos ultra-esquerdistas*». Ademais, empenhou-se «*com Antunes por um desenvolvimento revolucionário de acordo com as condições portuguesas. Por isso, não era de admirar que após a vitória da tendência dos "Nove" no MFA, Alves tivesse sido activado novamente e regressado ao CR*».

Estimou que, em seguida aos acontecimentos de 25 de Novembro, basicamente, existiam «*condições para uma orientação da revolução por um desenvolvimento socialista de*

---

<sup>1432</sup> Acrescentando que «*há dois dias, Alves voltou novamente ao CR, de resto, era um dos membros mais eminentes do grupo dos "Nove" de Antunes, pelo que, agora, tinha com Antunes e ainda alguns oficiais um papel muito influente no CR*». ADMNE, F-114, Portugal (1975).

*acordo com as condições portuguesas*», mas esperavam por esse motivo maiores dificuldades tanto da esquerda como da direita.

Particularmente, realçou que se confrontavam, nesse momento, com dois perigos:

a) Nas FA, as forças direitistas procurariam, de resto, caso não pudessem eliminar totalmente tudo, pelo menos, tentariam diminuir ao máximo o papel e a importância do MFA. Contudo, o MFA precisava *«de manter-se num futuro previsível, não num papel operativo, o que foi a tendência até então, mas sim, num decisivo papel orientador supra-partidário»*. Além disso, as conversações que começavam com os partidos, em redor da revisão do Pacto MFA-Partidos, não seriam fáceis, nem simples. Consoante a opinião de Vítor Alves, eram por os partidos (progressistas) terem o seu papel, mas também o MFA devia permanecer garante e factor orientador do desenvolvimento democrático e socialista, partindo das condições portuguesas. *«Quer dizer, ao contrário dos partidos, os quais, muitos estavam sujeitos a diversos esquemas importados e outros encantavam-se com ilusões e utopismos, o MFA devia ser "pragmático", mas sem intrometer-se na política do dia-a-dia»*. O governo que governasse, enquanto o MFA deveria intervir só quando o governo se desviasse do programa, acrescentando que, *«nesse sentido, as nossas conversações iriam mover-se tanto com os partidos como por certas mudanças no papel e lugar do MFA»*.

b) Igualmente, já em Janeiro, esperavam uma nova, até reforçada actividade (agressividade) dos partidos e grupos de esquerda. Devido a que, nesse momento, estavam impedidos sobretudo no seio das FA, esperavam a sua actividade, especialmente, no campo do seu ministério (entre os estudantes do ensino secundário e universitário). Por esta razão, *«Alves constatou que a actual chamada estabilização, na verdade, era apenas uma trégua temporária, porque "a revolução e a total paz social eram incompatíveis"»*.

A respeito das conversações que decorriam acerca de uma certa reconstrução do governo, afirmou que *«não havia quaisquer dificuldades especiais, excepto que o PPD tinha dificuldades em encontrar substitutos para aqueles que abandonaram o partido e estavam no governo»*. De resto, basicamente, no governo, manter-se-ia o mesmo equilíbrio de representação dos partidos e do MFA. Relativamente ao programa do governo não havia alterações porque mantinha-se o que foi aprovado por ocasião da formação do VI Governo.

No dia seguinte (19/Dez.), o embaixador Stoíakovitch comunicou ao SFNE que, *«durante a cerimónia do dia anterior (apresentação de cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático ao presidente Gomes)»*, teve breves conversações separadas com Costa Gomes e Melo Antunes.

O primeiro aproveitou essa ocasião (foi o primeiro encontro entre ambos após a sua visita à Jugoslávia) para exprimir «*a satisfação pela estadia na Jugoslávia e o agradecimento ao presidente Tito e sua esposa pela extraordinária recepção e gentil atenção que expressaram em relação a si e sua esposa*». Pediu-lhe para transmitir os seus «*agradecimentos e calorosas saudações ao presidente Tito e sua esposa*».

Na continuação da conversação, ironizou que «*apesar desses dias, em que as condições atmosféricas, em Lisboa, não foram as mais agradáveis, "mas, no entanto, o clima sociopolítico estava um pouco mais favorável"*». Depois, Stoíakovitch felicitou-o pelo seu «*papel pessoal e influência no curso dos recentes acontecimentos porque foram evitadas as violências e também o pior — o derramamento de sangue. "Sim, sim, isso foi evitado e ainda muito mais, mas ainda nos esperava muito trabalho..." (...aproximou-se o "invejoso" búlgaro<sup>1433</sup> e interrompeu a conversa sobre este tema político)*».

Devido a ter-se realizado, na noite anterior, a primeira reunião dos representantes de cinco partidos políticos e o representante do Conselho da Revolução, Melo Antunes, que chefiou o grupo dos membros do CR, disse-lhe: «*estamos um pouco desiludidos com os representantes dos partidos políticos — imediatamente dissemos-lhes que ainda não pensamos num total regresso aos quartéis e que lhes pedíamos de nos formalizarem, até ao fim do mês, as suas propostas acerca da revisão do pacto existente entre o MFA e os partidos políticos*»». Acrescentando que embora, tanto ele como Costa Gomes se queixassem de cansaço e que até tivesse pensado «*descansar um pouco entre o Natal e o Ano Novo, mas em vez de descanso precisava de ir numa visita ao Iraque "porque temos, realmente, um grande interesse pelas melhores relações com este, assim como os restantes países árabes"*».

### **Algumas características e novos elementos da situação em Portugal**

Num documento enviado para o SFNE (17/Dez.) a respeito dos recentes acontecimentos de 25 de Novembro, o embaixador jugoslavo mencionou e comentou «*a série de medidas que foram rapidamente tomadas sobretudo no campo das FA*», mais as efectuadas ou que se previam em outros campos.

Começando por algumas características do estado «*imediatamente após os acontecimentos (e já no decurso deles)*», considerou que esses acontecimentos «*(revolta dos pára-quedistas de esquerda) serviram, não há dúvida, como pretexto e assinalaram o começo de correcções severas ao desenvolvimento (da esquerda radical)*» na situação política em Por-

<sup>1433</sup> Sendo de pressupor que se referia ao embaixador da Bulgária, tanto este seu adjectivo entre aspas como a sua palavra russa acerca do recente pedido do PCP (Vd. nota n.º1427) reflectiam uma certa animosidade que persistia nas relações entre estes países, mesmo após as Declarações de Belgrado e de Moscovo (Vd. p.27).

tugal. A seguir ao fracassado golpe direitista do 11 de Março, seguiram-se «*medidas que tinham um conteúdo radicalmente de esquerda (nacionalizações, Lei da Reforma Agrária, ajuste de contas mais determinado com os spinolistas e, pouco antes das eleições, proibição de alguns partidos da extrema-esquerda e da direita)*». Sem embargo, nesse momento, em seguida à «*revolta dos pára-quedistas "de esquerda", as medidas que se tomavam eram dirigidas na correcção, atenuação ou e suspensão dessas anteriores medidas radicalmente de esquerda*». Assim, por exemplo:

- a) «*em vez da "politização" das FA, em que eram activos, em particular, o PCP e alguns grupos da extrema-esquerda*», nesse momento, o CR aprovou, rapidamente, uma lei constitucional relativa às FA, pela qual, estas ficaram acima e fora da influência dos partidos políticos;

- b) «*em postos de comando muito importantes e, em lugar, de oficiais pronunciados de esquerda, foram nomeados moderados ou com orientação política insuficientemente clara*» (os comandantes do exército e marinha, da RML e, um pouco antes, o comandante da RMN;

- c) a seguir ao 11 de Março, o MFA começou rapidamente a constituir-se «*como um certo tipo de movimento político autónomo (instituir o CR, depois a assembleia militar para todas as FA<sup>1434</sup> e, também, assembleias dos seus ramos, de unidades no quadro de cada ramo das FA*», foi criado e editado um jornal próprio do MFA que chegou a ser semanal, «*os membros do MFA organizaram frequentes e numerosas acções chamadas de "dinamização cultural" ("esclarecimento" político no terreno)*». De tudo isso, ficou somente o CR e esse ainda incompleto.<sup>1435</sup>

- d) no lugar do almirante Rosa Coutinho «(que "*apresentou*" a demissão), isto é, na função de director dos serviços do CR (membro "*de dia*" do CR) foi nomeado o capitão Sousa e Castro (oponente gonçalvista e membro da chamada tendência moderada ou grupo dos "*Nove*")»;

- e) diversas funções no quadro do CR ou órgãos especiais, como eram «*as comissões para a investigação dos acontecimentos em redor do 25 de Novembro e para a questão da*

<sup>1434</sup> Referência à Assembleia do MFA e às assembleias do Exército, Marinha e Força Aérea.

<sup>1435</sup> Acrescentando que: «*era preciso preencher os lugares vazios (por demissões e presos após o 25 de Novembro). Já foram nomeados dois membros: general P. Veloso (bastante controverso porque, supostamente, demasiado à direita), comandante da RMN e o major Vítor Alves, agora, em simultâneo, também ministro da Educação e Cultura [N.T.: de Investigação Científica e não Cultura ], de resto, membro da chamada tendência moderada e um dos mais capazes e próximos camaradas do ministro NE Antunes, ou seja, do grupo dos "Nove"*».



*extinção da PIDE (polícia política fascista)», foram dadas aos jovens oficiais do chamado grupo moderado, capitães Sousa e Castro e Marques Júnior;*

- f) abolição dos tribunais militares especiais, que foram formados para determinadas tarefas (julgamento dos participantes nos acontecimentos do 11 de Março e outros), passando assim todos *«esses delitos para a dependência dos tribunais militares regulares».*

Ao mesmo tempo, começaram as negociações entre *«os representantes do CR e os partidos políticos acerca do pacto<sup>1436</sup> entre eles que foi assinado em Abril desse ano (pouco antes das eleições para a Assembleia Constituinte)».* Segundo esse *«pacto»*, o MFA, ou seja, o CR manteria um papel decisivo no desenvolvimento sociopolítico e militar nos seguintes três a 5 anos, quando se reexaminaria, de novo, esse pacto. *«Agora, ia-se para uma tal revisão que reduzia, substancialmente, o papel do MFA e encurtava esses prazos».*

Igualmente, em outros campos, já tinham sido tomadas ou anunciavam-se medidas para a revisão do chamado anterior período do curso radical: 1.) volume e forma das nacionalizações; 2.) anúncio de modificações da Lei da Reforma Agrária *«(a favor dos médios e um pouco dos grandes proprietários)»;* 3.) nos meios de informação, suspensão e demissão das direcções de jornais estatais e da RTV com a nomeação de novas direcções e redacções (aplicando o princípio do chamado pluralismo político); 4.) já se efectuavam *«intensas conversações (negociações) sobre mudanças no VI Governo»*, mencionando a substituição pelo PPD de um ministro e dois secretários de Estado (tinham saído desse partido), bem como outras possíveis nomeações para duas secretarias de Estado entre os candidatos do PCP e do PS.

Relativamente à conduta e reacções *«ao "processo de revisão", apoiavam firmemente todos os partidos políticos desde o PS para a direita, com sérias reservas por parte do PCP, enquanto alguns grupos e organizações esquerdistas tinham uma posição bastante negativa».*

Ao mesmo tempo, era *«evidente uma actividade paralela dos partidos direitistas».* Além do recente congresso extraordinário do PPD, nesses dias, realizou-se o Congresso do PDC (que tinha sido suspenso antes das eleições de Abril). Ademais, pela primeira vez, os representantes do CDS participaram nas consultas em redor da apreciação de soluções para alguns problemas nacionais (mudanças no governo).

De resto, conforme o embaixador Stoíakovitch, *«aqui, era visível a satisfação dos diplomatas ocidentais e também a benevolente posição da propaganda ocidental quanto ao mais recente desenvolvimento dos acontecimentos em Portugal. Agora, os comentários eram sobretudo favoráveis ("finalmente, ganharam os bons rapazes" e outros semelhantes)».*

---

<sup>1436</sup> Referia-se à Plataforma de Acordo Constitucional do MFA-Partidos Políticos (11/Abr.) e subscrito por 6 partidos.

### III.7-3 — Outros meses e algumas visitas oficiais

Nos meses seguintes, para o governo jugoslavo a sua embaixada em Lisboa continuou a ser uma das suas principais fontes de informação sobre o que se passou e passava em Portugal.<sup>1437</sup> Quanto ao período de uma vintena de meses desses dois anos anteriores, na primeira metade de 1976, quatro importantes políticos portugueses (Jorge Campinos, Álvaro Cunhal, Vítor Alves e Melo Antunes) que visitaram a Jugoslávia, nas conversações que tiveram com os seus anfitriões (Tito, Minitich, Dolants, Bfieditch e Kardelhe), responderam às suas perguntas, comentando principalmente os acontecimentos e a situação político-económica do último trimestre de 1975.

#### Jorge Campinos

Assim, em Belgrado (15/Jan.), Jorge Campinos<sup>1438</sup> disse a Stane Dolants que a situação interna portuguesa se estabilizava, apesar de o seu partido estimar que iria haver novos afrontamentos, em particular, nas Forças Armadas. A seguir, acrescentou: *«A maioria queria o regresso dos soldados aos quartéis ou que, por outras palavras, significava igualmente o afastamento de todos militares da política. Entre eles, encontrava-se ainda o chamado grupo dos "Nove", cuja posição nesse momento não era estável, mas o PS continuava a apoiá-lo. Quanto à maioria que lutava pela eliminação dos membros das FA da vida política, esta era muito complexa, havendo direitistas e democratas nela»*.<sup>1439</sup> Todavia, os socialistas previam que, num determinado período, os militares continuariam no poder. Declarou, depois, aos seus possíveis candidatos para as próximas eleições presidenciais.<sup>1440</sup>

---

<sup>1437</sup> Igualmente, foi um ponto de apoio da embaixada em Luanda, *«em particular, para a espera, alojamento e obtenção de vistos angolanos para as inúmeras delegações ou particulares que viajaram (quase todos), através de Lisboa, para Angola»*.

<sup>1438</sup> Como *«ministro do Comércio Externo e membro da direcção do Partido Socialista»*, chefiou a delegação portuguesa na primeira reunião da Comissão Mista do Acordo de Cooperação Económica entre os dois países.

<sup>1439</sup> ADMNE, F-121, Portugal (1976).

<sup>1440</sup> Segundo Jorge Campinos, havia, nesse momento, vários candidatos: *«o actual presidente Costa Gomes, para quem os socialistas pensa[va]m que não tinha grandes possibilidades, porque não era popular nem entre o povo, nem nas FA»; o primeiro-ministro Azevedo, que era «o mais popular nas FA, mas tinha o inconveniente de pertencer à Marinha» e, seguramente, o candidato deveria ter o apoio do Exército. «Ali, havia ainda dois candidatos: o chefe do EME, o general Eanes, que teve um papel importante nos acontecimentos do 25 de Novembro do ano passado e gozava de um grande prestígio nas FA. Tinha o inconveniente que era demasiado jovem e desconhecido para um público mais amplo»; por fim, havia «o governador militar do Porto, o brigadeiro [Pires] Veloso, que não tinha grande prestígio nas FA, mas era independente. Os socialistas tinham muita confiança nele. Porém, nesse momento, mesmo assim, o primeiro-ministro Azevedo tinha as maiores possibilidades»*.

Passando ao tema das relações nas estruturas políticas, Campinos considerou que o 25 de Novembro teve grandes consequências e, na sua opinião, reflectiu-se negativamente, sobretudo, no PCP por causa da sua política anterior, a qual, os socialistas achavam estalinista e aventureira e porque se ligaram com a extrema-esquerda. Por isso, os comunistas eram responsáveis por terem estado envolvidos nos acontecimentos do 25 de Novembro. Afirmou, a seguir, que o Secretariado do PS teve, *«na noite de 25 para 26 de Novembro, uma reunião secreta que foi muito dramática e, na qual, decidiram dar protecção ao PCP»*. No dia 26, *«Soares disse publicamente que o PCP era necessário no processo revolucionário em Portugal e que, apenas, uma certa estrutura participou nos citados acontecimentos. A opinião pública não entendeu essa declaração, a qual, mais tarde, prejudicou os socialistas, mas eles não se queixa[va]m por isso, porque por razões táticas e estratégicas não quer[ia]m e não quiseram ter a responsabilidade pela liquidação do PCP. Então, se o PSP não tivesse tomado uma tal posição, hoje, os comunistas como partido não existiriam mais, porque as Forças Armadas quiseram "varrer", simplesmente, o PCP»*.<sup>1441</sup>

Igualmente, continuava a considerar que a linha política do PCP não mudou porque eles falavam e actuavam da mesma maneira. Por julgar que *«os acontecimentos do 25 de Novembro foram, na verdade, um drama para Portugal, [...] Campinos pensava que poderiam ter ido por outro caminho, porque para isso havia todas as condições objectivas (efectuaram nacionalizações, expropriaram os latifúndios e tiveram um incontestável apoio de muitos países, mas apesar disso tudo, infelizmente, não tiveram sucesso)»*.

Nesse mesmo dia (15/Jan.), além da conversação com Dolants, no CC da LCJ, Jorge Campinos foi recebido pelo vice-presidente da ASPTJ, Marin Tsetinitch.<sup>1442</sup> Segundo a *«nota»* desta reunião, referindo-se às *«importantes mudanças nas estruturas militares e políticas»*, ocorridas após o 25 de Novembro, o que disse só teve algumas diferenças de pormenor e uma ou outra nova informação. Assim, nesse momento, no MFA, *«os mais fortes eram os "operacionais", cuja posição era pela exclusão dos militares da vida política e o seu regresso aos quartéis»*. Pela sua composição, este grupo era muito heterogéneo — entre eles havia direitistas, democratas e oficiais progressistas. Porém, por causa da questão do regresso aos

---

<sup>1441</sup> Neste documento, esta e outras afirmações não foram comentadas nem feitas quaisquer perguntas a seu respeito por Dolants. Como recebeu toda a documentação enviada para o SFNE por Stořakovitch acerca do 25 de Novembro, sabia da declaração de Melo Antunes a respeito do PCP (26/Nov.), que Campinos não lhe mencionou ao referir-se a uma declaração semelhante de Mário Soares que não foi citada por Stořakovitch por desconhecê-la.

<sup>1442</sup> Vd.p.218 e seguintes. Chefiou a delegação da ASPTJ, na sua visita oficial a Portugal (Nov./74) a convite do PS.

quartéis, havia um confronto<sup>1443</sup> entre os «"operacionais" e os "Nove"» por causa do papel importante das FA no Estado, em que os últimos defendiam que, durante um período transitório, as estruturas militares participariam na vida política do país. Também, o PS assumia essa atitude nas discussões que conduzia com o CR acerca das alterações ao Acordo entre o MFA e os partidos políticos, propondo que fosse este a escolher o candidato (militar) para as próximas eleições presidenciais, o qual teria o seu apoio. Em relação aos possíveis candidatos, citou os mesmos quatro oficiais que já tinha mencionado.

No campo das grandes mudanças nas estruturas políticas pós-25 de Novembro, o PS estimava «*os comunistas responsáveis pelos acontecimentos internos por causa da sua política antes e durante os tumultos de Novembro*». Sem embargo, o PS decidiu apoiar o PCP no sentido da sua continuação no governo, embora «*as massas terem recebido isso mal e os socialistas considerarem que lhes vai custar caro*». Afirmou ainda que a participação do PCP era necessária no período seguinte e esperavam que os comunistas percebessem que a sua política era errada e compreendessem a realidade da situação portuguesa.

Quanto ao Governo, «*o PS não queria ficar só com o PPD, porque todos os três partidos eram necessários para se evitar um desvio à direita, o qual já se sentia no país*». Fez uma alusão, em seguida, à grave crise que passava esse partido e mencionou o seu último congresso, em que dos seus 80 deputados, 21 saíram do partido e, na Assembleia Constituinte, votavam com o PS, tornando-o na força política dominante tanto ali como no país.

Depois, Campinos salientou que o PS não mudou a sua estratégia e tática desde o 25 de Abril de 1974, acrescentando que eram socialistas e não sociais-democratas e especificou essas diferenças também em relação ao PCP,<sup>1444</sup> falando a seguir das «*forças que apoiavam determinados partidos políticos*».<sup>1445</sup>

---

<sup>1443</sup> Acrescentando que era «*visível, então, o declínio da influência dos "Nove", que não estavam unidos e não tinham um poder efectivo nas FA. Foram ajudados pelos "operacionais" contra os gonçalvistas, mas agora encontravam-se em posições contrárias*».

<sup>1444</sup> Apoiavam «*as nacionalizações e a Reforma Agrária, mas nessa última questão confronta[va]m-se com os comunistas, porque o PCP era pela colectivização violenta no Sul e o PS queria que os pequenos agricultores se exprimissem, eles próprios, acerca das formas da sua associação. Nessa questão, o PS não tenciona[va] ceder nem perante o PC, nem o PPD, que não queria a Reforma Agrária*».

<sup>1445</sup> Disse o seguinte: «*o PPD era apoiado pelos restantes capitalistas privados, classe média e pequenos agricultores, mas não pelos funcionários públicos. Destacando que não era demagogia, afirmou que o PS tinha o maior apoio na classe operária, tendo vencido, nas últimas eleições, os comunistas em todos os centros operários, excepto num. Contudo, nas eleições sindicais, o PS cometeu um erro porque uniu-se com dois pequenos partidos da extrema-esquerda. No então, nesse momento, apresentava-se por si só e conseguia bons resultados*».

### Álvaro Cunhal

Após um mês (17-19/Fev.), a convite da Presidência do CC da LCJ, uma delegação do PCP (Álvaro Cunhal e António Gervásio) esteve na Jugoslávia.<sup>1446</sup> Durante a visita, «Cunhal foi recebido pelo Presidente Tito e teve com ele uma longa conversação amigável»,<sup>1447</sup> bem como teve conversações, em Belgrado, com Stane Dolants e Edvard Kardelhe.

De acordo com a «Nota» relativa a essa conversação — iniciada pelas 11 horas, logo a seguir à viagem de avião, que continuou pelo almoço até ao regresso, pela tarde, a Belgrado —, devido ao «interesse expresso pelo Presidente Tito, [Cunhal falou] sobre a situação em Portugal». Conquanto essa situação fosse bastante complexa, o PCP procurava «manter a sua influência, apesar de considerar que teria de se retirar aqui e ali». Confrontavam-se «com uma forte ofensiva das forças reaccionárias que tinham reais possibilidades de sucesso», fazendo o que podiam «para se opor a isso, de reforçar tanto quanto as posições alcançadas e de salvar as conquistas da revolução. Sinceramente, pensava que, todavia, a situação era muito perigosa».

A isso, Tito respondeu-lhe que esperava que houvesse «mais forças progressistas em Portugal, somente era preciso insistir que elas se unissem». A vantagem nisso estava que a revolução começou, na realidade, por parte das Forças Armadas, o que significava que estavam do lado da revolução. Depois, «mencionou que, nas conversações com [Costa] Gomes, lhe disse que não compreendia como podiam permitir que se chegasse à cisão no exército». De acordo com a sua opinião, era indispensável que se fizesse um programa de acção a longo prazo, perguntando, «em seguida, quais eram as forças que ofereciam resistência à unidade das forças progressistas».

Na sua resposta, Cunhal explicou que havia três partidos principais (PS, PPD e PCP), mas o único que estava a favor da unidade era o PC, pois o PS inclinava-se para uma aliança com a direita, concretamente, com o PPD. «Tal aliança já existia apesar das declarações contrárias e a sua plataforma comum era a da oposição ao PC. Na realidade, estes partidos estavam contra a reforma agrária, contra os sindicatos operários, contra a organização das bases, contra as comissões de moradores, etc.» Por essa razão, a essência das suas actividades estava «como assegurar a perspectiva não só a longo prazo, mas também no imediato, tendo em conta as conquistas existentes, que eram preciso salvaguardar, como as nacionalizações,

<sup>1446</sup> O programa desta visita encontra-se no AJ,507,IX,103.

<sup>1447</sup> Em Kupari (18/Fev.), perto de Dubrovnik. «Nessa recepção, estiveram presentes Stane Dolants, Aleksandar Grlichkov, Andjelko Blajevitch e António Gervásio». (AJ, 837,KPR,I-3-a, Portugal).

*a reforma agrária, controlo dos trabalhadores e a política social*». Não obstante serem conquistas da revolução, porém, «*a actual relação de forças não permitia salvar todas essas conquistas pelo que era necessário a retirada por aqui e ali*». Por exemplo, estavam contra a ideia que «*certos socialistas defendiam, que a economia se organizasse na base de 50% capitalista e 50% socialista*». Na realidade, isto significaria o regresso da economia ao capitalismo. Por isso, opunham-se ao retorno dos capitalistas que abandonaram as suas fábricas, igualmente à restituição das terras (cerca de um milhão de hectares) aos latifundiários, bem como ao retorno do poder por parte do imperialismo. O PCP não estava contra os investimentos estrangeiros, mas não sob condições políticas e com limitações à economia existente. O PPD e o PS estavam pelo retorno ao capitalismo, enquanto a classe operária opunha-se a isso.

Na observação de Tito que não compreendia esses socialistas, Cunhal «*continuou a explicar que entre os socialistas havia uma enorme diferença entre as palavras e os actos*». Nas conversações acerca da Constituição, por exemplo, eram «*pelo controlo dos trabalhadores, até invocaram a experiência jugoslava, mas no trabalho prático comporta[va]m-se de outro modo, particularmente nas fábricas que foram tomadas pelos trabalhadores e o Estado continua[va] a ter a administração*». Essas empresas que estiveram prestes a falir, porque os capitalistas as abandonaram ou delas retiraram todos os fundos e sabotaram de diversas maneiras. Nelas, os trabalhadores assumiram a gestão e salvaram-nas a preço de grandes sacrifícios. O Estado deu-lhes plenos poderes para puderem entrar em diversos acordos. No entanto, nessa altura, o Ministério do Trabalho, tendo à sua frente os socialistas, decidiu abolir esses plenos poderes. Desta forma, paralisou-se «*todo o sector industrial sob a administração dos trabalhadores. Assim, os socialistas volta[va]m tudo para trás, para o capitalismo. No Norte, havia exemplos de patrões de grandes fábricas que fugiram. Agora, de novo, o governo chama[va]-os para regressarem*». Aqui, havia uma luta dura, estando o PCP pronto para discutir uma plataforma, mas não aceitava que isso se efectuasse só no papel, mas sim na prática. Além disso, não podia sancionar com a sua assinatura o regresso do capitalismo.

Em seguida, «*Tito exprimiu a sua opinião de que, talvez, foram prematuras as primeiras eleições*». Teria sido melhor ir pelo fortalecimento dos comités revolucionários e ir para eleições só quando esses estivessem suficientemente consolidados e impedissem a infiltração de elementos inimigos. Acrescentou que era «*a morte da revolução caso [se fosse] de cedência em cedência*». Assim, o fascismo alemão aproveitou-se do conflito entre o PC e o PS.

Seguidamente, perguntou «*se havia alguma possibilidade de serem libertados os militares presos por causa da tentativa de golpe de Estado, ao que Cunhal lhe respondeu que não se tratou de um golpe de Estado*». Ademais, até proclamaram que o PCP esteve implicado

nesse golpe, quando, em Novembro, chegou-se «a um protesto espontâneo de massas, sem algum programa político determinado. Até não existia intenção da tomada do poder. Porém, tudo isso foi um erro da revolução. Também, as eleições foram um erro. Contudo, não as podiam boicotear». Procurou-se unicamente que elas fossem democráticas. Durante os preparativos para a Constituinte não existiam condições para verdadeiras eleições democráticas. «O 11 de Março surgiu da tentativa do golpe de Spínola. Até finais de Março, houve uma maré revolucionária sob o controlo militar. Os partidos direitistas estavam ligados, incluindo o PS. Todas aquelas forças que receavam tal processo, reclamavam eleições, esperando que os resultados eleitorais não aprovassem tal processo».

Perante as novas eleições, a situação era ainda pior, acrescentando que «nos Açores e nas regiões do norte, o PCP estava praticamente ilegalizado». Não havia dia em que não explodia alguma bomba contra os comunistas. As organizações reaccionárias aterrorizam os activistas, passando-se algo semelhante em outras zonas, onde actuavam os latifundiários. «Nas regiões, onde os trabalhadores tomaram o poder, nas fábricas ou nas propriedades agrícolas, a posição do PC era forte». Em tais condições, ia-se para novas eleições, «caso entretanto não se chegue a um golpe de Estado fascista». Não obstante, as eleições podiam ter um papel vantajoso, não tanto as eleições para a Assembleia Legislativa, mas sim para as outras dos órgãos locais.

Referiu, a seguir, que a Constituição estava pronta, mas faltava ser aprovada. Nesse momento, a reacção exigia que houvesse um referendo constitucional, contando «com a disposição reaccionária das regiões nortistas». Sem embargo, «a nacionalização, a reforma agrária e o controlo dos trabalhadores entraram na Constituição». Por isso, existia uma oposição à Constituição em muitos meios, desejando «a direita que a Assembleia Legislativa [tivesse] também poderes constitucionais» para poder mudar a Constituição que era progressista. No entanto, no anteprojecto da Constituição continuava por determinar o papel das Forças Armadas, mas as negociações estavam em curso. Nessa questão, existiam enormes diferenças entre o PCP e os restantes partidos, porque achava que «o MFA precisa[va] de ter um papel importante como defensor da revolução contra a direita». Quando o PS e PPD pediam o regresso do exército aos quartéis, pensavam que no exército predominava a corrente tradicional que exigia a dominação da hierarquia.

Segundo este documento,<sup>1448</sup> após a exposição relativa à situação política e militar de Álvaro Cunhal, Tito fez-lhe duas perguntas — uma sobre «*a influência americana*»<sup>1449</sup> e outra acerca da «*ditadura do proletariado*»<sup>1450</sup> —, comentou uma das suas respostas<sup>1451</sup> e do que ouviu do seu interlocutor, «*o presidente Tito estimou que o PC de Portugal ter[ia] ainda muitas dificuldades*». A seguir, perguntou-lhe em quem mais o PCP contava como aliados. «*Olha[vam] os aliados, respondeu Cunhal, sob três aspectos — social, político e militar. Nisso, esta[vam] as especificidades portuguesas*».

Antes de tudo, apoiavam-se «*principalmente na união das forças progressistas, no quadro da classe operária e todas as camadas populares e classe média e baixa*».<sup>1452</sup>

A segunda possibilidade de alianças estava na aproximação dos partidos políticos. Depois de ter nomeado alguns desses partidos e feito uma referência às suas posições políticas,<sup>1453</sup> concluiu que «*o PCP era praticamente a única força de esquerda. Por isso, para eles era indispensável a aliança com os socialistas*».

---

<sup>1448</sup> «*Anotado por Andjelko Blajevitch*», o secretário e conselheiro diplomático do presidente Tito.

<sup>1449</sup> «*Na observação do presidente Tito de que aqui os americanos têm influência, Cunhal disse que isso é natural. Numa sossegada Europa, um povo pacífico começou a criar dificuldades ao imperialismo. Tal povo não pede para criar, em Portugal, algo mais do que aquilo que existe na democracia da CE. Não pede nada mais, mas não acha que a via do desenvolvimento em Portugal deva ser igual à dos países da CE. De resto, Portugal esteve 50 anos sob o fascismo.*»

<sup>1450</sup> «*"Vós não sois contra a ditadura do proletariado", observou Tito. Cunhal respondeu que eles suprimiram, em Novembro de 1974, a ditadura do proletariado do seu programa, mas com a explicação que isso foi feito porque esse conceito não era compreendido pelas massas. Suprimiram as palavras, mas mantiveram o conteúdo porque a palavra ditadura para o povo português estava ligada a outro tipo de ditadura. Aliás, em Portugal, não se pode sem a ditadura do proletariado. Sobre isso tiveram discussões com alguns partidos.*»

<sup>1451</sup> «*Para o presidente Tito isto é, antes de tudo, uma questão de tática. Para ele é estranho quando dirigentes comunistas pensam realmente que não é necessária a ditadura do proletariado. Ela será necessária durante muito tempo. Igualmente, a autogestão faz parte da ditadura do proletariado. Também, na Jugoslávia, uma série de anos pouco se falou acerca da ditadura do proletariado, mas no fundo nunca foi esquecida. Tudo aquilo que se faz actualmente, através da legislação e outros (instrumentos), tudo isto está no fundo na base da ditadura do proletariado. Contudo, é importante que se saiba o seu conteúdo e que se trabalha nessa direcção. As palavras não são assim tão importantes.*»

<sup>1452</sup> «*Tal aliança social procura transformar-se numa aliança política, não só através da cooperação das correntes políticas, mas ainda por meio da união de massas através de diversas formas: assembleias populares; ligas camponesas; cooperativas agrícolas e outras.*»

<sup>1453</sup> «*Todavia, aqui a situação era a seguinte: o CDS é o partido do grande capital; o PPD é o partido que reuniu as forças liberais do ex-regime, hoje, ele representa um partido reacçãoário, embora esteja no governo desde da revolução; o PS tem uma direcção direitista e um aparelho obediente. Após Novembro, quando o perigo do regresso do fascismo aumentou, chegou-se a uma aproximação com o PC, mas somente a nível local. Depois, o PC tem à sua esquerda uma série de pequenos partidos, 4 ou 5 são pró-chineses, na maioria provocadores e controlados pela direita, e só um vale como verdadeiro partido de esquerda, e aliás todos eles têm constantes dificuldades para se manterem.*»



Isso era, «segundo a opinião do presidente Tito, uma necessidade absoluta». Por essa razão, era «preciso "engolir" também alguma coisa», acrescentando que essa era «a única frente que podia se defender da reacção». Além do mais, o trabalho no exército era «extraordinariamente importante e isso, antes de tudo, a longo prazo. De resto, todos os golpes de Estado chega[va]m do exército. O PC dever[ia] ter aliados no exército e nas fábricas. O presidente continuou que, igualmente, aconselhou Gomes a não permitir a cisão no exército». Em seguida, concluiu: «as forças progressistas confrontam-se com o imperialismo. Agora, por exemplo, era preciso lutar pela libertação dos militares presos e não se deve permitir que as forças progressistas desmoralizem».

Na sua resposta, Álvaro Cunhal salientou que, igualmente, Costa Gomes estava ameaçado. Não o queriam o PPD, nem o PS, porque ele «procurava de forma consequente uma aliança tripartida — PC, PS e MFA —, mas os socialistas não quer[ia]m mais uma tal aliança com o PC, nem com o MFA, mas unicamente com o PPD». Aqui, diferenciava-se do PS e nisso confrontavam-se abertamente. Nesses dias, exercia-se «uma pressão directa para a sua demissão» e não gozava de qualquer apoio da direita. Aliás, «nem era progressista, mas era honesto e desejava uma verdadeira democracia no país». No que diz respeito a Saraiva de Carvalho, ele não era a pessoa que se imaginava, sendo, «talvez, o maior responsável pelo insucesso da esquerda. Apresentou-se como um homem da esquerda e, na realidade, apoiou a direita. Em Novembro de 75, serviu directamente a direita».<sup>1454</sup>

Concordando com a necessidade do apoio à esquerda nas Forças Armadas, Álvaro Cunhal acrescentou que todo o esforço do PCP era de se elaborar uma nova linha de actuação

---

<sup>1454</sup> A seguir, disse: «Como chefe do Copcon, teve grande força e influência no poder. Comprometeu-se com as forças ultra-esquerdistas e, quando, chegou a contra-ofensiva da direita, ele acusava, no Conselho da Revolução, os seus colaboradores perante a direita. Cunhal pensa que Carvalho é uma figura sombria. Frequentemente, conversou com ele. Era um adversário do PC com posições de esquerda, mas nas questões fundamentais tomou sempre posições erradas. Por exemplo, quando os soldados numa importante unidade exigiram a suspensão de alguns oficiais como reacção, nessa altura a esquerda dominava o Copcon, Carvalho estava então em Cuba e no regresso solidarizou-se com os soldados. Nessa altura, teve a oportunidade de consolidar a situação revolucionária. Porém, alguns dias mais tarde, ele próprio afastou todos os oficiais progressistas e repôs os reacçãoários. Outro caso foi quando, após o afastamento de Spínola, as forças revolucionárias predominavam e os socialistas abandonaram o governo, se chegou a uma crise no Conselho da Revolução. Gonçalves pediu o apoio do exército para medidas revolucionárias. Com a saída dos socialistas, ele necessitava muito desse apoio. Então, ele propôs que Carvalho fosse vice-presidente do governo, como representante das forças armadas. Todavia, Carvalho recusou porque ele queria a queda do governo. Como saída, nessa altura, foi formado um triunvirato Gomes-Gonçalves-Carvalho para se estabelecer um equilíbrio nas forças armadas. Nessa altura, Carvalho empurrou Gonçalves contra Gomes. Mas, sempre quando as soluções eram aceites, ele passava para o outro lado. Tudo isto determinou que Carvalho seja hoje uma figura comprometida e um balão vazio. Por isso, agora, talvez tencione com a campanha em redor da sua prisão recuperar o seu prestígio. Todavia, é um homem que pode trair, em qualquer momento e de novo, a revolução.»

no movimento progressista, porque a esquerda militar não era capaz sozinha de a fazer. Por esse motivo, seria *«preciso uma abertura mesmo à direita [e] tentar estabelecer os mais amplos contactos para salvaguardar as conquistas da revolução»*.

Relatou ainda que, *«em algumas questões e regiões, as forças progressistas [tinham] boas condições. No sul, o comando da Região Militar esta[va] também em mãos progressistas. O comandante, Pezarat Correia, tinham boas ligações com o PC. De modo igual, o comando da Região Militar do Centro colabora[va] com o PC»*. A seguir, mencionou alguns outros aspectos da situação militar,<sup>1455</sup> em particular, no exército, desde as suas unidades ao seu comandante, o general Eanes.<sup>1456</sup>

Empenhando-se em manter as ligações com a esquerda nas FA, o PCP desenvolvia um movimento de solidariedade com os oficiais presos e que, através de diversas vias, se organizassem e cooperassem entre si. *«Recomenda[va]m a essa esquerda que cheg[ass]e a um acordo com os «Nove» no CR, que super[ass]em as divisões entre eles apesar dos conflitos que houve»*. Isso era, concluiu, uma tentativa de elaborar um programa para a reorganização das forças armadas.

À pergunta de Tito acerca do papel de Melo Antunes, *«Cunhal respondeu que ele [era] politicamente muito influente. De esquerda, mas foi subscritor da plataforma que foi o começo da acção contra a esquerda. Igualmente, foi o candidato para primeiro-ministro a seguir a Gonçalves e isso pela direita. Todavia, Antunes era correcto e necessário»* e, por essa razão, estava sob o fogo do PS e da direita. Na sua resposta, *«o presidente Tito relatou a sua impressão da conversação com Antunes de que ele era pela cooperação da esquerda»*. Ao que Cunhal lhe explicou essa cooperação da seguinte maneira: *«a situação objectiva [era] tal que, caso o PC sai[sse] do governo, rapidamente os «Nove» ser[iam] também expulsos. Eles não se pod[ia]m manter sem o PC. Antunes esta[va] consciente disso. Eles v[ia]m que no governo, neste momento, o PC [era] a extrema-esquerda e, depois, seguiam eles. Por isso,*

---

<sup>1455</sup> No entanto, *«depois de Novembro de 1975, todos os comunistas do exército foram mandados para casa. Algumas unidades foram mudadas de sítio ou foram completadas com soldados da Região Militar do Norte. Em geral, as unidades revolucionárias foram desfeitas. Há ainda revolucionários nas unidades, mas não como dantes. Restam, por ora, umas duas a três unidades com quadros progressistas. Mas, quase todos os oficiais progressistas foram afastados. Agora, é preciso renovar novamente o tecido revolucionário no exército. A consciência acerca do perigo da direita alarga-se também a outras unidades e entre os oficiais. Contudo, o perigo principal está no Estado -Maior. Ali, predominam os oficiais reaccionários»*.

<sup>1456</sup> *«O seu chefe Eanes não é reaccionário. Ele é um dos spinolistas, mas ainda não se sabe o que quer, é muito reservado. Tem bons contactos com os moderados no CR, que o consideram como honesto e interessado pela unidade. Contacta com o PC, embora não publicamente. Até agora, a sua posição foi correcta. Mesmo apesar disso, o Estado-Maior é uma força sombria no movimento. Ele organiza todas as acções da direita no quadro das forças armadas. A direita reaccionária já duvida, igualmente, do general Eanes»*.

*com a defesa da esquerda defend[ia]m-se a si próprios. Por isso, para eles, era necessária a aliança das forças esquerdistas».*

Em seguida, o presidente Tito informou Cunhal de que, em breve, se encontraria com Costa Gomes, nos Açores, numa próxima viagem para o México. Cunhal admirou-se porque não sabia se Costa Gomes faria bem em ir aos Açores<sup>1457</sup> e justificou essa sua afirmação,<sup>1458</sup> ao que Tito lhe disse que, por fim, até podia aterrar em Lisboa (de resto, ainda se pensava sobre isso, *«tendo em conta nas repercussões políticas e dificuldades técnicas para a organização da viagem para o México»*).

A uma outra pergunta do presidente Tito — como olhava para Angola, particularmente, na actual situação quando o MPLA vencia —, Cunhal retorquiu que olhava criticamente para a atitude do governo português em relação ao reconhecimento do MPLA depois da França.<sup>1459</sup> O PS era quem mais se opunha, em particular, após a viagem de Mário Soares aos EUA. Dolants fez notar que *«a posição de Soares esta[va] abalada também na II Internacional. Brandt já não fala[va] favoravelmente a seu respeito»*. Segundo Cunhal, isso era possível e, talvez, fosse precisamente por causa da sua ligação com os EUA. Dolants perguntou, a seguir, *«se o PCP tinha ligações directas com os partidos socialistas da Europa, ao que Cunhal respondeu que tiveram antes com o PSF — com Mitterrand que tinha uma posição um pouco diferente à dos restantes PS»* — e uma proposta mais recente do PSDA.<sup>1460</sup>

Consoante este documento, *«no fim, o presidente exprimiu a satisfação pelo encontro e a conversação»*, tendo anotado as seguintes frases: *«agora, muitas coisas ficaram muito mais claras; as condições em Portugal são complexas; Os americanos têm lá bases e influên-*

<sup>1457</sup> Este encontro acabou por se realizar, em 20 de Março desse ano, mas no Algarve.

<sup>1458</sup> *«A situação nos Açores é desfavorável. Talvez, também se procura mostrar de alguma maneira que Gomes não tem força. Na observação do presidente Tito que a iniciativa para o encontro foi do próprio Gomes, Cunhal continuou com comentários cépticos. Se é assim, disse ele, então Gomes assume uma grande responsabilidade. Existe o perigo que Gomes fique desacreditado perante as massas. Nos Açores, predomina a FLA, que é um movimento secessionista, sob o controlo do PPD. Gomes pode ser exposto a manifestações e ficar desacreditado. Talvez, essas forças desejem precisamente isso. Quanto a respeito do PC, eles aconselharão Gomes a não ir.»*

<sup>1459</sup> Em 22 desse mês, a República Popular de Angola foi reconhecida por Portugal, após o Presidente da República, general Costa Gomes, ter ouvido o CR e os partidos políticos, sendo o PS, PPD e CDS contra essa decisão.

<sup>1460</sup> *«[...] De modo igual, a embaixada da RFA em Lisboa propôs servir de mediadora para a cooperação com Brandt e o PSDA. Responderam-lhes que estavam prontos para contactos informativos, caso o PSDA tome a iniciativa. O PCP não a pede. Depois disso, de Bona os informaram de que Brandt não considerava o momento favorável para os contactos, mas que viria a Lisboa uma delegação do PSDA e estabeleceria as ligações. Porém, a seguir à sua estadia em Bona, Soares declarou que Cunhal pediu a Brandt para o receber e que isso Brandt recusou.»*

cia, e é preciso ser muito prudente; antes de tudo, dedicar-se ao reforço das forças progressistas, apoiando-se na classe operária e no exército».

Depois, a conversação continuou durante o almoço. De acordo com a parte final desta «Nota», «numa conversa aberta, o mais característico, que foi dito,» disse respeito às relações do PCP com o PCE<sup>1461</sup> e PCI,<sup>1462</sup> assim como com a Jugoslávia, tendo ainda o presidente Tito comentado que «talvez, o PCE [tivesse] demasiadas ilusões de que, em Espanha, tudo ir[ia] facilmente por via da frente democrática. Todos deseja[va]m isso, mas a questão era quanto isso ser[ia] real. Aliás, gradualmente, a Jugoslávia preparava contactos com o governo espanhol, primeiramente, no campo consular e, a seguir, nos restantes. Isto ser[ia] vantajoso também para os comunistas».

Na sua resposta, Cunhal afirmou que «ainda no tempo da ditadura em Portugal, o PCP estava a favor de contactos dos países socialistas com Portugal», porque isso favorecia uma evolução progressista. «Se não fosse a guerra colonial, também o PCP teria sido pelas relações diplomáticas. As relações no plano cultural, económico e, igualmente, no diplomático podiam ser mais favoráveis para as forças progressistas do que para a ditadura. O estabelecimento das relações diplomáticas sempre representou para o PCP uma vitória das forças progressistas». Referiu, além disso, que «em 1947,<sup>1463</sup> a missão jugoslava foi obrigada a

<sup>1461</sup> «Acerca do Spínola. Por ocasião do afastamento de Spínola, o PC de Portugal foi sujeito a críticas entre os comunistas europeus ocidentais. Todavia, como disse Cunhal, somente o PCP era competente para dizer se era preciso afastar ou não o Spínola. Nisso foram decisivas as condições portuguesas. Talvez isso incomodasse alguns interesses táticos de alguns PC dos países europeus. Mas não as necessidades de Portugal. Se o PCP tivesse escutado os comunistas espanhóis e italianos, teriam ainda fascismo em Março de 1975. O PCP está pronto para escutar avisos por erros, mas não é sério, caso se façam críticas públicas antes mesmo de o PCP os informar sobre a situação»; // «A questão do Lister. Cunhal explicou que o PCP não deseja imiscuir-se nos assuntos internos do PCE. Entre amigos, pode dar, contudo, a sua opinião pessoal, porque não obriga o PCP, pois este não tomou posição. O PCP só reconhece um PCE. Apesar de diferenças, eles estão mais próximos das ideias de Lister do que as de Carrillo. Não obstante, eles nunca aceitaram os encontros que Lister propôs. Consideram que devem manter o respeito em relação ao PCE como partido. Mantêm tal posição ainda hoje, embora tiveram mais provas de amizade e apoios por parte de Lister do que de Carrillo. Cunhal disse depois que a situação do PCE não lhe era conhecida em pormenor e não sabia as razões da saída do partido por parte de Lister. A sua posição é que cada um deve lutar pelas suas opiniões e procurar realizá-las no interior do partido. Caso isso, por vezes, não seja possível realizar, o activista deve moderar-se e esperar pela ocasião em que as suas posições possam ser aceites. É preciso impedir a divisão e multiplicação de PC num país. O PCP tem uma posição bastante crítica quanto ao PCE, mas não a exprime publicamente.»

<sup>1462</sup> «Durante o Congresso do PCI, chegou-se até a momentos desagradáveis e difíceis. Nessa altura, o PCP foi criticado pela posição quanto à liberdade de eleições. Em Portugal, havia então um partido que se chamava democrata-cristão, embora fosse um partido fascista. À sua frente estava um homem que tinha participado na conspiração do Spínola e, por isso, foi afastado mais tarde. O CR decidiu não permitir a participação desse partido nas eleições. De resto, nem tinha sido uma decisão do PC, mas sim do CR. O PCI achou que isso dificultaria os seus planos acerca do compromisso histórico e criticou o PCP.»

<sup>1463</sup> A legação só foi encerrada em Abril de 1948. Vd. pp. 34-39.

*abandonar Portugal. Ademais, a presença da Jugoslávia apoiou o PCP. Os membros dessa missão muito ajudaram o PCP que estava totalmente isolado»,<sup>1464</sup> dizendo, depois, que «até à chegada da missão de Cuba, não houve quaisquer relações dos países socialistas com Portugal».*

Em Belgrado, Álvaro Cunhal teve conversações com Stane Dolants<sup>1465</sup> acerca da situação política portuguesa e as relações do PCP-LCJ, assim como conversou também com Edvard Kardelhe,<sup>1466</sup> membro da Presidência da RSFJ e da Presidência do CC LCJ, durante um jantar oferecido em sua honra.

Na reunião no CC da LCJ, Dolants falou sobre diversos aspectos da situação interna jugoslava, a sua política externa<sup>1467</sup> e, quanto às relações entre os dois partidos, apresentou algumas propostas para a sua melhoria.<sup>1468</sup>

*Agradecendo as informações dadas, «Cunhal acentuou que estavam muito interessados na experiência dos comunistas jugoslavos, mas que após as mudanças revolucionárias do 25 de Abril estiveram de tal maneira empenhados nos problemas internos, que não foi possível manter uma regular cooperação internacional. Sublinhou que, há quatro anos,<sup>1469</sup> esteve*

---

<sup>1464</sup> Todavia, tanto neste como nos outros dois documentos acerca desta visita, não há qualquer outra referência a essa ajuda, nem à sua citada viagem e estadia na Jugoslávia nesse ano.

<sup>1465</sup> «Na Presidência do CC LCJ, nessas conversações participaram também o secretário no Comité Executivo da Presidência do CC LCJ, Dr. Aleksandar Grlitchkov, o membro do Comité Executivo da Presidência do CC LCJ, Dobrivoje Viditch, e o chefe da Secção das Relações e Ligações Internacionais da Presidência do CC LCJ, Vladislav Obradovitch». AJ, 837, KPR, I-3-a (Portugal).

<sup>1466</sup> Foi um dos dirigentes jugoslavos com quem Álvaro Cunhal falou na sua primeira estada na Jugoslávia. Contudo, neste documento, tal encontro não foi mencionado.

<sup>1467</sup> «Durante as conversações na Presidência do CC LCJ, Stane Dolants deu a conhecer em breves linhas a História da Jugoslávia e da LCJ com as especificidades da nossa herança nacional, económica e cultural, que influenciaram o desenvolvimento socioeconómico do nosso país, com o desenvolvimento das relações autogestionárias, o papel da LCJ na sociedade jugoslava, as tarefas imediatas dos comunistas jugoslavos (na economia, na realização da Constituição e no seguinte reforço ideológico e político do Partido), com a política internacional da RSFJ e LCJ e as opções da política não-alinhada, com os problemas do movimento operário internacional, os preparativos da Conferência dos PC da Europa e os princípios da cooperação da LCJ com os PC e outros movimentos progressistas no mundo». (AJ,837,KPR, I-3-a, Portugal).

<sup>1468</sup> «Na continuação das conversações, Dolants falou sobre a necessidade da continuação da promoção da cooperação entre a LCJ e o PCP e o desenvolvimento das suas formas concretas (delegações de estudo, troca de informações, publicações e materiais, estadias de estudo de funcionários do PC de Portugal na Jugoslávia, etc.). Tendo em conta a necessidade de uma melhor informação mútua, Dolants realçou que nos jornais do PC de Portugal se escreve insuficientemente acerca da Jugoslávia, muito menos do que acerca dos outros países socialistas».

<sup>1469</sup> Possivelmente, referia-se à delegação que esteve, em Setembro de 1973, na Jugoslávia. Realmente, essa visita devia ter-se realizado em 1972, mas foi adiada. Cf.p.44.

na Jugoslávia uma delegação de estudo do PC de Portugal, mas que então actuavam em condições clandestinas e que para eles algumas questões (por exemplo, económicas) interessavam muito menos». Porém, nesse momento, devido a estarem «particularmente interessados na experiência [jugoslava] no campo da autogestão — porque, em Portugal, havia tentativas semelhantes nas empresas nacionalizadas» —, queriam enviar dois grupos de trabalhadores para o seu estudo e aceitaram o convite da LCJ para «"férias de trabalho"». <sup>1470</sup>

Quanto à «opinião de Dolants de que se escrevia insuficientemente acerca da Jugoslávia nos jornais do PC de Portugal», Cunhal aceitou esse reparo, dizendo-lhe ainda «que se iria empenhar para melhorar essa situação. Nesse sentido, propôs que se promovesse a troca de material informativo e publicações». <sup>1471</sup> Iguualmente, por causa do extravio de correio, propôs o seu envio «através da embaixada da RSFJ em Lisboa». <sup>1472</sup>

Terminando as conversações, Dolants disse-lhe que estavam «totalmente de acordo que no futuro as ligações se efectu[ass]em por meio da nossa embaixada e que, nesse sentido, pensa[vam] na necessidade de enviar um adido social para Lisboa, que cobrisse as relações interpartidárias».

No jantar (18/Fev.) que ofereceu em honra de Álvaro Cunhal, Edvard Kardelhe referiu-se à tática inicial do PCP e às reservas e a posição da LCJ a seu respeito, bem como deu a sua opinião sobre a situação política portuguesa. <sup>1473</sup> Nesta «Informação» do CC LCJ, logo a

---

<sup>1470</sup> «A situação entre eles é diferente, pois os meios de produção não estão nas mãos da classe operária, mas a ideia é a mesma. Como, em Portugal, não existem nenhuns regulamentos positivos acerca desta questão, estão interessados que um grupo de produtores agrícolas, que fará uma viagem por alguns países socialistas, visite também a Jugoslávia e tome conhecimento com as nossas experiências, tanto organizativas, como de natureza técnica. De modo igual, estariam prontos a enviar um grupo de trabalhadores de uma fábrica, na qual foi introduzida o controlo operário, que estudaria a autogestão nas empresas. Acerca dos pormenores do envio destas delegações, informarão mais tarde. Quanto à questão do envio de funcionários para estadas de estudo (férias de trabalho), acham que só podem ser considerados alguns militantes que tiveram problemas de saúde, pois as inúmeras tarefas e problemas internos, em princípio, não permitem essas licenças».

<sup>1471</sup> «Disse que o PCP edita três jornais: o jornal diário «O Diário»; o semanal: «Avante» e «Unidade» que, na verdade, não seja um órgão oficial do PC de Portugal, mas está sob a sua influência. Iguualmente, editam outras publicações (boletins) em francês, mas, irregularmente».

<sup>1472</sup> «Todos os jornais enviam automaticamente para os partidos e movimentos com quem cooperam e que deve haver algum problema quando a LCJ os não recebe. Para simplificar a remessa das suas publicações, gostariam que, no futuro, as enviassem através da embaixada da RSFJ em Lisboa, com a qual colaboram muito bem».

<sup>1473</sup> «Disse que quanto à tática do PC de Portugal, principalmente na primeira fase, imediatamente após a revolução, tivemos certas reservas, mas não as mencionámos publicamente, considerando que cada partido conhece melhor a situação no seu país e que é o único que tem o direito de decidir acerca da sua estratégia e tática. Apresentou a opinião que seria necessário continuar a investir esforços na criação de uma frente mais ampla possível da esquerda e todas as forças progressistas. Evocando a nossa experiência da revolução, Kardelhe salientou a necessidade da adaptação da tática às actuais condições, de forma que o PCP possa manter as presentes posições e impedir as intenções da direita de o isolar e repelir para a periferia dos acontecimentos».

seguir a uma breve referência à resposta de Cunhal nesse jantar,<sup>1474</sup> seguiu-se um relato do que apresentou, durante as conversações oficiais ou informais que foram conduzidas ao longo da sua estadia, acerca da situação interna em Portugal e das actividades do PCP. Esses dados foram os seguintes:

— A despeito de «*um certo apaziguamento da situação, após os acontecimentos do 25 de Novembro, continuava a haver o perigo do golpe das forças de direita que cada vez mais se consolida[va]m e orienta[va]m a sua actividade*»<sup>1475</sup> para objectivos bem precisos;

— O PCP estava consciente, também, da necessidade da esquerda consolidar-se para que se pudesse opor «*da forma mais organizada às forças reaccionárias e salvaguardar as conquistas da revolução. Sempre se empenharam na cooperação com os socialistas, apesar da direcção do PSP [tivesse] recusado o diálogo e feito tudo para comprometer o mais possível o PCP*», mencionando depois o apoio da social-democracia e a sua influência na política do PS, cuja direcção considerou reaccionária, mas sublinhou ser necessária uma reunião urgente da esquerda;<sup>1476</sup>

— Rejeitando a acusação do PCP «*estar contra as liberdades democráticas e de sabotar as decisões do Governo*», Cunhal estimou que «*pelo contrário, o PCP esta[va] empenhado numa democracia total, mas também esta[va] consciente que no actual nível do desenvolvimento económico de Portugal a democracia burguesa do tipo europeu ocidental não [era]*

---

<sup>1474</sup> Afirmou «*que ouviu com muito gosto e atenção a nossa experiência e que considera que ela será útil no futuro trabalho. Por essa razão, transmitirá em pormenor ao Comité Central do PCP o conteúdo destas conversações que teve com os dirigentes jugoslavos*».

<sup>1475</sup> Salientando, «*em três direcções: tentam ocupar as melhores posições possíveis no MFA, órgãos da administração estatal, meios da comunicação social, etc.; empenham-se ao máximo na preparação de condições para chegar ao poder através das eleições; continuam com a actividade conspirativa e terrorista. Apesar da maioria dos oficiais progressistas do MFA e do CR já ter sido destituída, existe o perigo real de os militares de orientação progressista sejam afastados, pouco a pouco, da vida política. Neste momento, a acção da direita está dirigida contra Antunes, o ministro dos NE*».

<sup>1476</sup> «*Gozando do total apoio da social-democracia europeia ocidental (que não hesita nem à clara ingerência nas coisas internas de Portugal), os socialistas não só se opõem à continuação da execução das nacionalizações e reforma agrária, como já insistem que se suprimam todas as medidas tomadas até agora e se restaurem as relações capitalistas. Igualmente, empenham-se no "regresso aos quartéis" o mais rápido possível, não compreendendo que as forças armadas são a garantia mais segura da salvaguarda das conquistas da revolução. Cunhal considera que, caso a direita consiga chegar a afastar as forças armadas da vida política do país, o mesmo tentará com os comunistas, não sendo excluído também com os socialistas. Por tudo isso, o PSP não se pode considerar de esquerda. Nas suas fileiras, com efeito, há uma boa base com orientação de esquerda — mas a direcção é reaccionária, incluindo igualmente Soares. Apesar disso, consciente de que é necessário a reunião mais urgente da esquerda em redor de uma mínima plataforma comum (defesa das liberdades democráticas e impedimento do regresso do fascismo), o PCP está pronto a colaborar com o PSP, embora não pelo preço do retorno da posição monopolista do grande capital.*»

*possível*». Prevendo as suas consequências e as reacções dos trabalhadores, o PCP permanecia no VI Governo «*para assegurar os interesses da classe operária*»;<sup>1477</sup>

— Para o PCP, «*as nacionalizações e a reforma agrária [eram] uma questão vital e se a sua realização [fosse] posta em dúvida, definitivamente, abandonar[ia] o Governo e se for necessário voltar[ia] de novo para a clandestinidade*».

— Sobre «*as relações no Governo*», Cunhal deu como exemplos as posições assumidas pelo PS a respeito dos «*créditos estrangeiros*» e do reconhecimento do governo angolano;<sup>1478</sup>

— Relativamente às «*acusações que foram lançadas em Portugal e no Ocidente — que o PCP tem posições inflexíveis e dogmáticas — [eram] completamente infundadas, [dirigindo-se por] profundos princípios democráticos e empenha[va]-se a favor de uma via própria para o socialismo. Igualmente, alguns partidos comunistas (PCI e PCE) tiveram tais ideias e as suas críticas, em geral, provocadas por necessidades internas, só serviram a direita*».

— As eleições eram, na opinião de Cunhal, «*a única solução para Portugal*», apesar de haver a questão de os resultados eleitorais não serem respeitados. Referiu-se ao PS e à direita, assim como à situação do PCP «*em algumas partes do país*» e as suas «*mais de 50 sedes*» incendiadas.<sup>1479</sup>

---

<sup>1477</sup> «*O nível de vida dos trabalhadores é bastante baixo, e a maioria das medidas que propõe o Governo atinge em particular a classe operária. Além disso, os trabalhadores já sentiram, em Portugal, os resultados das transformações revolucionárias e não é de esperar que a eles renunciem voluntariamente. Cada tentativa de regresso ao passado conduzirá, inevitavelmente, ao uso da força. Para assegurar os interesses da classe operária, o PCP estava disposto a permanecer no Governo, apesar de um papel limitado (tendo em conta que tem só uma pasta ministerial). Por isso, o PCP tentou obter, por todos os meios, os cargos de secretário de Estado nos ministérios da Indústria Pesada e da Agricultura, ao que os socialistas se opuseram vigorosamente*».

<sup>1478</sup> Disse que «*os socialistas os acusam de estar contra os créditos estrangeiros, e o PCP está só contra, todavia, os créditos que se gastam sem destino e estão condicionados por concessões políticas. Com a sua actuação no Governo, o PSP favorecia a direita e eles são directamente culpados que Portugal não tenha reconhecido imediatamente o Governo em Luanda após a obtenção da independência. O Conselho da Revolução estava pronto para reconhecer o Governo do Dr. Neto, mas os socialistas transmitindo notícias falsas e alarmantes acerca do avanço das tropas sul-africanas e FLNA, conseguiram minar o acordo já conseguido do Governo e o CR acerca desta questão*».

<sup>1479</sup> «*O PSP espera um resultado favorável nas eleições e toda a sua política foi subordinada à tática eleitoral. Contudo, também a direita se prepara para o regresso ao poder através da via eleitoral e, caso isso não o consiga, (o que é possível caso se consiga, pelo menos, uma unidade de acção da esquerda) não está excluída a possibilidade de um golpe de Estado. O PCP considera que, na actual situação em Portugal, não estão asseguradas as necessárias condições para que o povo possa se exprimir e decidir livremente nas eleições. Em algumas partes do país (principalmente nas ilhas dos Açores e algumas localidades no Norte), o PCP está de facto fora da lei. Os comunistas estão sob os golpes da direita (foram incendiadas mais de 50 sedes do PCP), como outras pessoas progressistas estão sujeitas diariamente a pressões, ameaças etc. Por causa disso, ainda não é seguro se o PCP aceitará os resultados destas eleições*».



### Vítor Alves

Após uma dezena de dias (1-5/Mar.), uma delegação do Ministério da Educação e Investigação Científica, chefiada pelo seu ministro, Vítor Alves, visitou a Jugoslávia (Belgrado e Zagreb). Na qualidade de membro do Conselho da Revolução teve conversações com Djemal Bïeditch, presidente do Conselho Executivo Federal (CEF), e foi recebido pelo presidente Tito<sup>1480</sup> e, com ambos, falou acerca da situação político-económica em Portugal.

Por julgar difícil a situação política, «*em particular, porque se encontravam perante eleições*»,<sup>1481</sup> declarou ainda a Bïeditch que eles estavam firmemente decididos a insistir no curso da democratização e a superarem os erros cometidos nos últimos dois anos. Nesse momento, «*tinham também uma visão mais precisa do socialismo. Antes, alguns tentaram propagar diferentes ideias e imagens quanto ao futuro, o que o povo não compreendeu nem estava preparado para aceitar*». Porém, «*tudo ia com aquele ritmo e pelo caminho que mais convinha ao povo*», o qual, nesse sentido, apoiava «*activamente o regresso das forças conservadoras, mas era claro que não havia retorno ao fascismo*».

Depois, Vítor Alves afirmou: «*as forças do fascismo tinham sido finalmente eliminadas e, no futuro, o desenvolvimento depender[ia] da unidade das forças de esquerda e democráticas, que ter[iam] as mesmas ideias das forças armadas*». Numa situação económica difícil,<sup>1482</sup> lentamente, renovavam as ligações económicas com o mundo. Referiu, ademais, que «*no país, era difícil, porque, nas fábricas, os operários passavam mais tempo em discussões políticas do que a trabalhar*».

No plano social e da saúde, pouco foi feito e, nessa altura, estavam numa fase de experiências, o que, por sua vez, «*causava uma má impressão ao povo que viveu 50 anos no obscurantismo*». Contudo, ele não era pessimista, porque se encontrava em curso a democratização da sociedade e estava seguro que, «*no próximo período de quatro anos, as forças mais novas o iriam conseguir*».

O presidente do CEF concordou com «*a necessidade da unidade das forças progressistas e democráticas, e sobretudo unidos com as forças armadas e os trabalhadores*». Além

---

<sup>1480</sup> Além da referência a essa recepção, não foi encontrado qualquer outro documento na documentação consultada.

<sup>1481</sup> Essas Eleições Legislativas realizaram-se em 25 de Abril. (ADMNE, F-121, Portugal, 1976).

<sup>1482</sup> Antes, no início desta reunião, já tinha referido que, em Portugal, havia «*uma grande percentagem de desemprego, cerca de 8%, estando sob a pesada pressão da crise económica no país e, em geral, da crise mundial. Nessa percentagem, não estavam incluídos cerca de 2 milhões de portugueses que trabalha[va]m no estrangeiro e o grande número de retornados das ex-colónias portuguesas*».

disso, era necessário «*dar às massas populares perspectivas claras do futuro e orientações programáticas de forma a ligarem-se conscientemente com as forças progressistas*».

Na sua resposta, «*o ministro Alves disse que estava em questão o futuro da revolução portuguesa*». As coisas iriam para frente mais depressa, logo que todos se convencerem de que as Forças Armadas estavam com as forças progressistas e democráticas. As forças direitistas não podiam conseguir «*o apoio do povo, mesmo apesar das suas actividades, porque, talvez, o povo não sabia o que quer, mas seguramente sabia o que não quer — e isso era o regresso ao passado*». No entanto, «*o povo não queria nem a esquerda aventureira que apareceu em 1975*». Entre esses dois extremos, havia um amplo espaço para a actuação das forças progressistas e democráticas.

O drama das forças de esquerda estava em que «*não se podiam libertar da obsessão do fascismo e compreender que o fascismo, em Portugal, estava morto para sempre*». Além do mais, tinham também os confrontos pessoais entre si.

Caso as FA não fossem um factor unificador, a situação teria sido muito mais difícil. Eles, no exército, não queriam comandar a vida do país, mas sim serem o garante do desenvolvimento democrático.

Acrescentando que a situação de 1975 estava ultrapassada, reafirmou que os quadros dirigentes das FA eram progressistas e unitários e concluiu: «*no ano passado, houve uma cisão devido a um grande número de extremistas esquerdistas, mas, nesse momento, isso estava ultrapassado e prestava-se uma atenção especial a esse respeito*».

A seguir, segundo esta breve «*Nota*», o presidente do CEF salientou, de novo, «*a necessidade da unidade de todas as forças progressistas, devendo as FA terminarem a revolução que começaram e de não permitirem a discórdia no seu seio*».

### **Melo Antunes**

No seu regresso de Sófia, no aeroporto de Belgrado<sup>1483</sup> (8/Mai./76), numa conversação com Miloche Minitich, em que o secretário-federal dos Negócios Estrangeiros jugoslavo mostrou o seu «*interesse pela situação em Portugal após as eleições parlamentares e nas vésperas das eleições para Presidente da República, o ministro [Melo] Antunes expôs*»<sup>1484</sup> o seguinte:

---

<sup>1483</sup> Neste documento do SFNE não há qualquer referência à organização e duração desta conversação durante a sua escala neste aeroporto.

<sup>1484</sup> (AJ,837, KPR, I-5-a, Portugal).

Os resultados das eleições parlamentares<sup>1485</sup> foram favoráveis, tomando na sua totalidade, para as forças da esquerda. *«Não se concretizou a expectativa daqueles que anunciavam uma substancial viragem do eleitorado para a direita. As forças conservadoras direitistas saíram enfraquecidas das eleições, com a exceção de um partido da extrema-direita que foi o único que registou um certo progresso e isso em regiões absolutamente determinadas e menos importantes. É importante, todavia, que nas regiões da reforma agrária e nas zonas industriais de Lisboa e Porto confirmaram a opção do eleitorado pelas forças da esquerda».*

Informou, em seguida, de que o novo governo seria formado depois das eleições para Presidente da República,<sup>1486</sup> continuando o Partido Socialista *«a defender oficialmente a posição da formação do seu próprio governo unipartidário, juntamente com a participação de um certo número de personalidades independentes de orientação de esquerda e elementos progressistas das fileiras do MFA».* A respeito da fórmula de novo governo,<sup>1487</sup> decidiriam, sem embargo, os resultados das eleições presidenciais. Disso dependeria também a eventual participação no governo de representantes oficiais do Conselho da Revolução, embora, até esse momento, não tivesse sido aprovada qualquer decisão.

Tendo em conta a importância da eleição do Presidente da República para o seguinte desenvolvimento político-social de Portugal, *«o Conselho da Revolução e o MFA esta[vam]*

---

<sup>1485</sup> No seu telex (27/Abr.) para o SFNE, o embaixador Stoïakovitch já tinha feito uma análise pormenorizada desses resultados, que indicou — *«dos 14 partidos [...], somente 5 conquistaram lugares parlamentares: socialistas, 106 (1 881 mil votos, 34,97%); democratas populares-PPD, 71 (1 292 mil, 24,02%); direitista CDS, 41 (855 mil, 15,91%); PCP, 40 (783 mil, 14,56%) e a radical de esquerda UDP, 1 deputado (91 mil, 1,69%). Ainda desconhecidos os resultados para 4 deputados eleitos pelos trabalhadores-emigrantes»* —, assim como *«algumas características básicas destas eleições»* (abstenções, distribuição dos votos entre partidos, comparação com os resultados das eleições de 1975, eleições sem incidentes, etc.). Estimou, além do mais, que *«o desfecho das eleições, no total, igualmente mostrou que a questão da estabilidade (o que, igualmente, se pressupõe para a estabilidade económica) no país não ficou definida claramente e, talvez, ficará adiada durante algum tempo»*, atendendo a que nenhum partido nem a única coligação possível (PPD e CDS) tiveram a maioria absoluta. Concluiu: *«portanto, ao todo, também após as segundas eleições parlamentares livres, apesar de ser seguro que o povo votou pelo progresso, todavia, Portugal entrava, provavelmente, numa nova fase da crise interna».* (ADMNE, F-121, Portugal, 1976).

<sup>1486</sup> Essas eleições presidenciais realizaram-se em 27 de Junho.

<sup>1487</sup> Sobre estas eleições e suas possíveis coligações, o embaixador Stoïakovitch informou o SFNE, dias depois (21/Maio), de que *«o embaixador americano em Lisboa, F. Carlucci (num almoço a dois)», lhe disse: «estava empenhado na mediação entre Soares (PS) e o Dr. Sá Carneiro (PPD) para a formação de um governo de coligação PS-PPD. Há dois dias, conseguiu reuni-los pessoalmente. O primeiro encontro não correu mal. Soares explicava a sua posição contrária com que o PCP lucraria caso o PS entrasse numa coligação com o PPD (que era mais direita do que centro). O embaixador acredita que, no entanto, se chegará a essa coligação. Do mesmo modo, a intolerância pessoal de Soares em relação a Carneiro criava dificuldades. [...] Por trás da insistência do PCP de formar um governo de coligação com o PS (porque ambos têm maioria de esquerda, ainda que o PC recebesse algum ministério menos importante) estava o governo da URSS, porque era-lhe importante mostrar a Berlinguer, Marchais e Carrillo que a "linha dura", na realidade, traz resultados.»* (ADMNE, F-121, Portugal, 1976).

*empenhados completamente, neste momento, em redor da eleição do seu candidato para esse cargo». Por isso, foi conduzido um amplo debate nos mais largos círculos militares, e não só no Conselho da Revolução, para que o candidato escolhido desfrutasse do apoio mais amplo possível. Foi-se assim para que fosse uma pessoa que desse seguras garantias pelo respeito da democracia e consequente aplicação da Constituição e que, ao mesmo tempo, seria aceite pelos partidos políticos. A escolha caiu sobre o chefe do EME, general Ramalho Eanes, «para o qual Antunes disse que é muito próximo dele pessoalmente e do seu grupo e desfruta da sua total confiança. É uma pessoa de orientações de esquerda, que executará fielmente as cláusulas da Constituição». Na verdade, a sua escolha foi acompanhada de certos riscos, porque o «primeiro-ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, não desistiu da sua candidatura e não pouparia esforços para assegurar apoios nas fileiras das forças armadas, o que se reflectiria, em todo o caso, negativamente na unidade do MFA». Não obstante, isso era «um risco que se devia assumir, pois Azevedo [era] um homem da direita, cuja eleição para Presidente da República dev[ia]-se impedir».*

Depois, Melo Antunes<sup>1488</sup> informou-o de que o Conselho da Revolução já tinha anunciado aos partidos políticos a candidatura do general Ramalho Eanes.<sup>1489</sup> Desse modo, «dos primeiros contactos, resultou que ele [era] aceitável para o Partido Socialista, mas não para o PCP, que o rejeita[va] por que esteve à frente da resistência à tentativa do golpe de 25 de Novembro de 1975. Além disso, o PCP considera[va] que Eanes [era] mais militar do que político e como tal [era] impróprio para uma função política tão elevada».

Por essa razão, o PCP continuava «a insistir na candidatura do actual Presidente da República, general Costa Gomes. Segundo Antunes, [era] uma pessoa cujos méritos, no passado período de dois anos, ninguém pod[ia] negar, mas que, encontrando-se em funções tão importantes num momento extremamente difícil, teve de tomar decisões e medidas que não foram segundo a vontade de muitos». Igualmente, acusavam-no de uma certa ambiguidade que, em certos meios, não foi compreendida, nem aceite, acrescentando que ele estava esgotado fisicamente e era um homem doente. Por esse motivo, a sua candidatura não tinha probabi-

---

<sup>1488</sup> Segundo o citado telex anterior de Stoíakovitch, o embaixador Carlucci disse-lhe depois que «ao contrário do major Vítor Alves, o membro do CR e ministro da Educação, que era próximo dos socialistas e, por isso, talvez continuasse no futuro na cena política, o ministro dos NE, Antunes, em más relações com Soares e, também, de resto, politicamente "mais perigoso" para Carlucci, a sua missão política estava perto do fim». (ADM-NE, F-121, Portugal, 1976).

<sup>1489</sup> Igualmente, para Carlucci, «não lhes era uma personalidade suficientemente clara a do general Eanes (candidato para PR). Soares disse-lhes que garantia ser honesto e deles próximo. Duvidavam que, talvez, estivesse sob a influência do ministro NE, Antunes, cujas concepções internacionais eram bastante opostas às americanas e, igualmente, diferentes às de Soares». *Ibidem*.

lidades, e nela não tinha sentido insistir. No entanto, «*o PCP continuava a insistir na candidatura de Costa Gomes, mas Antunes crê que no fim, contudo, aceitará dar o apoio a Eanes*». Uma dificuldade adicional a este respeito representava o facto de que forças bastante numerosas da base partidária (comunista e socialista) apoiava Costa Gomes, onde ele era estimado por causa das opções progressistas manifestadas durante o seu mandato. A fraqueza de Ramalho Eanes estava precisamente em que ele era pouco conhecido por um largo público. Até essa altura, «*não se exprimiu publicamente, pelo que pouco se sabe acerca das suas posições. De todos os modos, isto [era] um «handicap», tendo em conta o curto tempo que resta[va] até às eleições presidenciais, mas também não [era] uma falta que não se [pudesse] compensar. Antunes já trabalhava na elaboração do programa eleitoral de Eanes*», considerando as probabilidades do sucesso de Eanes nas eleições absolutamente reais.

Apesar de tudo, Melo Antunes concluiu: «*as forças progressistas de Portugal encontram-se perante uma segunda grande oportunidade histórica. As forças de esquerda registaram um sucesso nas eleições, foi aprovada uma Constituição progressista e reforçaram-se os elementos progressistas nas fileiras do MFA*». Caso houvesse sucesso nos esforços de colocar à frente do Estado um homem que fosse a garantia da estrita aplicação dos princípios constitucionais, «*a democracia esta[va] assegurada e aberto o caminho para uma marcha gradual para o socialismo*». Assim sendo, essa era «*uma possibilidade que não se pod[ia] perder. Esta[va] optimista, mas não se podia excluir nem alguma imprevista reviravolta desfavorável. Para a aproximação dos socialistas e comunistas, infelizmente, ainda não ha[via] condições*».

## CONCLUSÕES

Nos arquivos de Belgrado, como foi salientado na Introdução, encontram-se milhares de páginas de documentos (mais filmes, reportagens televisivas e fotografias) acerca da história das relações da Jugoslávia com Portugal e, a partir dos anos 60 do século passado, com movimentos independentistas das suas colónias africanas. Entre os anos de 1918 a 1992, ou seja, desde a formação ao desaparecimento desse país balcânico, essas relações tiveram dois períodos importantes — de 1941-48 e 1961-92, tendo havido de 1961-74 somente contactos esporádicos com a oposição antifascista portuguesa —, aos quais a maior parte destes fundos se refere.

Quanto à pesquisa e estudo da década de 70 desse segundo período, impedidos por uma legislação que determina um prazo mínimo obrigatório de 30 a 50 anos para o acesso aos acervos arquivísticos, somente, a partir de 2007, tivemos a possibilidade de iniciar as pesquisas e a recolha desta documentação.<sup>1490</sup>

Do mesmo modo, os fundos documentais de dois arquivos a que tivemos acesso (ADMNE e AJ), relativos aos anos de 1974 e seguintes, continham fontes suficientes que permitiram acompanhar de perto uma «*Jugoslávia nas Encruzilhadas do 25 de Abril*» — enquanto, estas existiram —, o que justificou a investigação e a escrita desta tese.<sup>1491</sup> É de realçar ainda que a descrição e o estudo desta documentação, ausente até agora na historiografia de ambos os países,<sup>1492</sup> procurou apresentar os relatos jugoslavos dos acontecimentos e das conversações com muitas das personalidades mais influentes desse primeiro biénio pós-*25 de Abril*, ao longo do qual Portugal ocupou um lugar cimeiro na política mundial. Um lugar resultante não só pelas transformações que ocorreram em Portugal, mas também pela independência das suas colónias e suas consequências, em particular, na situação política da África Austral, já que, no contexto político europeu, na vizinha Espanha, decorriam, há alguns anos, os preparativos da sua «*transición*» que ocorreria em fins de 1975. Além desta, é de

---

<sup>1490</sup> Uma parte desta documentação (cerca de 8 000 páginas de documentos), arquivada no ADMNE, foi digitalizada e encontra-se no CD25A, em Coimbra.

<sup>1491</sup> Perante os acervos arquivísticos encontrados, foi feita uma escolha de acontecimentos e suas fontes (1974-76) que se reparte pelos 13 capítulos dos dois temas principais: a situação política em Portugal e as suas relações com a Jugoslávia; e a Descolonização. Além de um terceiro tema — A história e a política externa da Jugoslávia e suas relações com Portugal (1918-74) —, os seus dois capítulos mais uma Introdução e Conclusões apresentam e completam as restantes páginas deste texto.

<sup>1492</sup> E não só, pois essa ausência continua nas historiografias de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Por exemplo, no ADMNE, somente a documentação relativa a Angola ascende a 2 000 páginas (1974-75) e acerca de 4 700 (1976-78), enquanto a Moçambique ascendia apenas a 750 páginas (1974-77) e cerca de 700 para a Guiné-Bissau e Cabo Verde nesse mesmo período.

mencionar que, na Grécia (Jul./74), uma outra transição adviera com o fim da ditadura militar, instaurada pelo golpe de Estado (Abr./67). Ou seja, transições coincidentes que ocorreram em dois países membros da OTAN e noutro, que o seria depois.

Segundo o *cartoon* de João Abel Manta, intitulado «*Um Problema Difícil*» — esse problema era o Portugal do 25 de Abril, em 1975, sendo mesmo a sua resolução difícil para aquelas suas 24 grandes figuras da História e uma outra mais pequena<sup>1493</sup> —, este existiu também para os diplomatas, políticos e jornalistas jugoslavos que, nesse tempo, acompanhavam mais atentamente o que tinha ocorrido desde o ano anterior. Porém, perante as dificuldades desse problema preferiram esperar pelo seu desenlace, observando e sem tomadas de posição que pudessem ser consideradas ingerências pelos principais partidos políticos e o MFA, mas ainda pela OTAN e, em particular, por alguns dos seus membros mais interessados (EUA, Reino Unido, RFA e França) pelo que se passava ali como nas suas colónias.

No fundo, uma posição que respeitava o que ficou acordado — em Ialta e Potsdam, em 1945, e, passados trinta anos, em Helsínquia — quanto às bem delimitadas «*esferas de influência*» e à vigente «*détente*» na Europa. Apesar de ter havido, conforme foi citado, uma posição jugoslava diferente pelo menos até 1948, na década seguinte, esses acordos foram retomados por uma Jugoslávia já a caminho de se tornar, após a Declaração de Belgrado (1955) e a Reunião de Brioni (1956), a anfitriã da Conferência de Belgrado (1961), a primeira cimeira dos países não-alinhados, na qual o colonialismo português foi condenado perante a presença de dirigentes de movimentos independentistas das colónias portuguesas.

A seguir a essa consagração da sua política externa de Não-Alinhamento, nos treze anos seguintes, a Jugoslávia concedeu apoio político-militar a três desses movimentos (PAIGC, MPLA e FRELIMO), apoiando igualmente a oposição antifascista portuguesa. Esses apoios e contactos<sup>1494</sup> vão permitir, nas primeiras semanas pós-25 de Abril, ao governo jugoslavo contactar e ser contactado por dirigentes desses movimentos e partidos (PCP e PS), bem como de tomar algumas decisões imediatas acerca do que tinha ocorrido em Portugal.

Embora, até meados de Junho de 1974 — quando, em Lisboa, durante a visita da sua primeira delegação oficial, se restabeleceram as relações diplomáticas entre os dois países —,

<sup>1493</sup> Neste *cartoon* de meados de 1975, essas 24 figuras (Lenine, Marx, Engels, Che Guevara, Trotski, mas também Gandhi, Bertrand Russell, Sartre e outras) olham pensativas, acompanhadas de um pequeno Henry Kissinger com orelhas de burro, para um mapa de Portugal desenhado num quadro-negro de uma sala de aula.

<sup>1494</sup> A este respeito, segundo o relatório da visita a Portugal da primeira delegação oficial jugoslava (Jun./74), Jorge Campinos disse-lhes: «*Obrigado a vós pela ajuda que deram aos movimentos de libertação, porque a sua luta ajudou objectivamente as mudanças democráticas em Portugal*».

a análise do «golpe de Estado» e das «vastas consequências das mudanças em Portugal» colocou diversas dificuldades iniciais, elas não impediram uma declaração oficial do governo jugoslavo favorável à Junta de Salvação Nacional (7/Mai.) e suas mudanças políticas, mas sem deixar de realçar ainda a necessidade da concessão definitiva de liberdade e independência às colónias. Contudo, houve então (e depois) referências a quem teve dúvidas quanto aos resultados dessas mudanças, receando que tudo (ou quase) ficasse na mesma.

Sem embargo, aquela decisão justificava-se, porquanto «*as consequências mais importantes no plano das relações internacionais seriam, seguramente, o fim da guerra colonial e a concessão da independência às colónias*», sendo, além disso, um grande apoio para outras lutas independentistas, em particular, na África Austral. Por essa razão, foi considerado que, em Portugal, «*um regime instável*» — e incapaz de cumprir a proposta dos 3D do Programa do MFA — poderia provocar «*um processo de profundos abalos, confrontações e, em seguida, de intervenções do exterior*» com reflexos negativos na situação geral da Europa. Um processo que, nos meses seguintes, iria ameaçar a Descolonização até ao 28 de Setembro. Em 1975, esta ameaça voltaria a surgir, durante o VI Governo Provisório, mais pelas possíveis consequências na situação portuguesa e europeia do que na independência de Angola, cuja data esteve assegurada desde o Acordo de Alvor e até confirmada, em Belgrado (Out./75), por Costa Gomes e Melo Antunes.

Igualmente, neste período, ademais do que souberam por meio de fontes próprias (jornalistas e diplomatas), mas também pelos mencionados partidos políticos portugueses e movimentos de libertação, a recolha de informações — por meio das suas embaixadas e dos contactos que tiveram com partidos e governos de outros países mais interessados pela situação política e a descolonização portuguesas — permitiu ao governo jugoslavo verificar, atendendo à veracidade ou não dessas informações, que havia mudanças políticas suficientes — a integração da esquerda (PCP e PS) no governo — para o restabelecimento de relações diplomáticas. Uma decisão aprovada (apesar dos pedidos do seu adiamento por parte do PCP e da FRELIMO) e das dificuldades surgidas no campo da descolonização, logo nas primeiras negociações, em Londres, em fins de Maio, do I Governo Provisório com o PAIGC.

Durante esses primeiros passos da diplomacia jugoslava em relação ao «*novo regime*» português — a designação de «*revolução*» foi rara na documentação desse ano de 1974 —, os seus principais objectivos foram delineados e repartidos por esses dois campos de actuação. No entanto, além das «*acções a tomar*» que, em seguida, foram bem distintas nos meios utilizados, algumas tiveram adiamentos ou não foram realizadas. Quanto a essas diferenças, elas predominaram mais no plano militar, mas também ocorreram nas relações diplomáticas e par-



tidárias. Todavia, nessas acções, pode-se pressupor que houve, em certos casos e momentos, dificuldades financeiras que adiaram ou impediram a sua realização.

Deste modo, acerca da situação política portuguesa e das relações entre os dois países pode-se salientar:

— Essa situação foi sempre considerada mais a partir do anticolonialismo da sua política externa não-alinhada, tendo em conta o acordado, em 1945, entre as grandes potências aliadas, e a posterior divisão da Europa pelos seus dois blocos e respectivos pactos militares. Por essa razão, o seu acompanhamento vigilante por parte dessas potências e de outros países (europeus e africanos) mereceu ainda a maior atenção dos diplomatas jugoslavos neles acreditados;

— Depois do restabelecimento das relações diplomáticas (Jun./74) como a embaixada jugoslava teve a dirigi-la dois encarregados de negócios até à chegada do embaixador Milan Stořakovitch (Fev./75), as suas actividades estiveram limitadas por este facto. Igualmente, outra limitação foi a abertura das suas instalações ter-se efectuado somente em meados de Setembro;

— Durante os seis governos provisórios, as conversações com as altas figuras do Estado Português confirmaram a importância para a diplomacia portuguesa da mediação jugoslava nas suas relações, mormente, com os referidos movimentos de libertação e os países africanos não-alinhados;

— Neste biénio, as relações económicas, culturais e outras foram restabelecidas, embora o seu desenvolvimento não tenha correspondido ao previsto;

— No plano das relações partidárias, estas basearam-se nas já existentes, antes de 1974, entre a LCJ e a ASPTJ e o PCP e o PS, após chamadas de atenção, em Agosto desse ano, por possíveis «*diferenças nas relações*» entre esses partidos, os seus confrontos surgiram e passaram a ocupar um lugar importante na correspondência da embaixada, em Portugal, com o SFNE, estando bem presentes nas conversações que tiveram com os seus dirigentes (Álvaro Cunhal, Mário Soares, Octávio Pato, Jorge Campinos e outros). Do mesmo modo, a documentação da LCJ e da ASPTJ relativa a essas relações representa uma descrição pormenorizada dessa confrontação e suas consequências para a situação política portuguesa, para as suas próprias relações com os dois partidos portugueses e permitem perceber as posteriores reacções que assumiram por sua parte. Reacções e comentários que descreveram diversas tomadas de posição a respeito dos citados PCP e PS, em que foi recomendada a suspensão de visitas partidárias a Portugal devido a essa confrontação, evitando assim qualquer futura

inclusão nessa disputa conforme já tinha ocorrido. Disputas que abrangeram, antes e depois das eleições de 25 de Abril, qual e como deveria ser o socialismo para Portugal e que, segundo o embaixador jugoslavo (Mai./75), foram «*aproveitadas para uma diferenciação no MFA*», embora essas diferenças já existissem no seu seio, «*não conduziram a maiores consequências negativas*». Por isso, ao recusar «*uma cor partidária unilateral, uma tendência autónoma e independente*» afirmava-se cada vez mais no MFA que, nessa sua avaliação, tentava assegurar as bases para um «*desenvolvimento progressista*» de Portugal;

— Quanto aos primeiros contactos com o MFA, estes só aconteceram por ocasião do Congresso do PS (Dez./74), após uma tentativa gorada, seis meses antes, durante a visita da primeira delegação jugoslava. A seguir, uma delegação militar, chefiada por Pinto Soares, visitou a Jugoslávia (Mar./75) a convite do EPJ e foram estabelecidas as primeiras relações entre as duas Forças Armadas, que foram também um dos assuntos discutidos, em Belgrado, durante a mencionada visita de Costa Gomes (Out./75). Apesar das referências ao Não-Alinhamento entre os seus membros — Melo Antunes, Rosa Coutinho e outros julgaram até possível, no futuro, uma orientação não-alinhada para a política externa portuguesa<sup>1495</sup> —, a prevista nomeação de adidos militares, junto das suas embaixadas, com vista a mais um passo para estreitamento dessas ligações acabou por não se efectuar;

— A ausência ou breves informações sobre a «*agitação social*» (greves, manifestações, a Reforma Agrária e outras lutas sociais) caracterizaram a correspondência desta embaixada para Belgrado e os seus contactos, por exemplo, com a Intersindical, sindicatos e movimentos sociais não foram frequentes. Algo semelhante verificou-se nas suas relações com outros partidos de esquerda, por exemplo, com o MDP-CDE;

— As informações e análises dos acontecimentos e crises de 1975, desde a unicidade sindical e o Acordo do Alvor até ao 25 de Novembro — passando pelo 11 de Março, as eleições de Abril e o «*Verão Quente*» —, foram numerosas e representam mais um acervo arquivístico valioso, antes desconhecido, para este período da História de Portugal e dos outros mencionados países. Seja dito que, nessas análises, os seus subscritores jugoslavos partiam dos princípios de uma política externa não-alinhada, em que os objectivos e os meios para os alcançar eram diferentes conforme a sua localização na ou fora da Europa. Neste caso, entre Portugal e Angola ou Moçambique, essas diferenças foram evidentes, em particular, nos seus relatos de conversações e de informações militares, embora estas últimas sejam pouco nume-

<sup>1495</sup> Como, por exemplo, foi indiciada pela citada presença de Portugal, em Lima (Ago./75), na Conferência Ministerial do Movimento dos Países Não-Alinhados.

rosas nos arquivos a que tivemos acesso, no entanto, permitem prever a existência dessa documentação importante no citado Arquivo Militar.

A respeito da Descolonização — principalmente da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, pois as referências às outras colónias são escassas —, as fontes acessíveis aos investigadores nos arquivos belgradenses permitem um estudo, rico em pormenores, das negociações entre o governo português e cinco movimentos independentistas dessas três colónias, mas também do contexto da política internacional em que estavam inseridas. Aqui, deve-se salientar, mais uma vez, a importância do acervo arquivístico do Arquivo Militar<sup>1496</sup> para a história das relações entre a Jugoslávia e essas ex-colónias portuguesas. Quanto às suas fontes principais, estas foram as embaixadas jugoslavas em 7 países africanos<sup>1497</sup> e Portugal, bem como algumas visitas de delegações do MPLA e PAIGC à Jugoslávia. Se estas fontes mencionam os acordos de cessar-fogo nas três colónias, sem embargo, são quase omissas acerca da continuação dos confrontos militares e suas baixas após o *25 de Abril*.<sup>1498</sup>

Portanto, neste que foi um dos objectivos principais da política externa jugoslava, pode-se realçar o seguinte:

— O relato das negociações com o PAIGC, em Londres e Argel, até ao acordo do reconhecimento da independência da Guiné-Bissau (26/Ago./74) descreveu bem a sua situação político-militar. Nesses quatro meses, a seguir ao discurso (26/Abr.) de António Spínola, no qual garantiu «*a sobrevivência da Nação soberana na sua integridade pluricontinental*», as suas tentativas contra a independência acabaram por ser derrotadas. Apesar dessas tentativas terem saído reforçadas do encontro Nixon-Spínola, nos Açores (18/Jun.), e da Conferência Ministerial da OTAN, em Otava (21/Jun.), não impediram a demissão do primeiro-ministro Palma Carlos e da queda do I Governo Provisório (9/Jul.), nem a posterior nomeação de um governo que assinaria esse acordo. Todavia, em finais de Junho, se Aristides Pereira dizia ao embaixador jugoslavo, em Conacri, que tinha sido errado esperar que a unidade das forças antifascistas se pudesse efectuar «*com o fascista Spínola à sua frente e na base com as*

<sup>1496</sup> Embora o acesso a estas fontes continue interdito, é de prever a sua importância, pelas referências na documentação existente no AJ e ADMNE, para a história da ajuda militar da Jugoslávia a três movimentos de libertação (PAIGC, MPLA e FRELIMO) antes e depois da independência dos seus países.

<sup>1497</sup> Como Senegal e Guiné (para a Guiné-Bissau e Cabo Verde), Congo, Zaire, Zâmbia (Angola), Tanzânia (Moçambique e Angola) e Argélia (presidiu o Movimento dos Países Não-Alinhados no período de 1973-76).

<sup>1498</sup> Esses acordos foram assinados com o PAIGC (16/Mai.), UNITA (14/Jul.), FRELIMO (7/Set.), FNLA (15/Out.) e MPLA (21/Out./74). Porém, desde finais de Julho, não se registaram confrontos militares com o MPLA e a FRELIMO. Neste período, as baixas das FA portuguesas foram as seguintes: Guiné (66 mortos); Angola (235) e Moçambique (203).

*estruturas fascistas ainda intactas*», negligenciando até «*um pouco o factor da constelação internacional*», após um mês (25/Jul.), disse-lhe que, afinal, continuavam os contactos e haveria possibilidades de novas negociações, acrescentando, sobre o seu início, que só «*dependia agora do novo governo português*». Porém, já dias antes (17/Jul.), em Lisboa, o MNE tinha comunicado ao encarregado de negócios jugoslavo, Ivan Koíitch, que «*com o novo governo o processo da descolonização irá a passos mais rápidos e simples*», o que se verificou nas semanas seguintes como ele relatou para o respectivo SFNE;

— Um balanço do processo da Descolonização, antes do *28 de Setembro*, pode-se encontrar nas conversações entre Vasco Gonçalves e Koíitch (em meados de Agosto e Setembro), mas também, além da independência da Guiné-Bissau (10/Set.), outros documentos relataram novas dificuldades para as negociações em curso acerca da situação política em Moçambique — o Acordo de Lusaca e os violentos incidentes em Lourenço Marques (7/Set.) — e em Angola (as fracções e o Congresso do MPLA, e as posições dos países vizinhos). Dias depois (14/Set.), na ilha do Sal, Spínola encontrou-se com Mobutu, seguindo-se a agitação política que precedeu o *28 Setembro* e a sua demissão;

— Quanto ao período do Governo de Transição até à independência de Moçambique (25/Jun./75), as relações da Jugoslávia com a FRELIMO efectuaram-se por meio da sua embaixada na Tanzânia. Quase inexistentes, em Abril de 1974, essa situação foi explicada por Samora Machel ao embaixador jugoslavo nesse país, em Novembro desse ano, sendo a causa principal a falta da prometida ajuda militar (Jan./71), «*no momento em que era mais necessária à FRELIMO*», e que continuou nos anos seguintes. Somente, em 1975, uma ajuda, avaliada em cerca de 1,5 milhões de dólares, foi-lhe entregue antes do Dia da Independência, em cujas cerimónias esteve presente uma delegação oficial jugoslava. Contudo, esse interregno acabou por ter consequências demasiado negativas nas futuras relações entre estes dois países. Assim, após a independência, Moçambique nunca teve embaixada em Belgrado, apesar de a Jugoslávia ter a sua em Maputo;

— O apoio jugoslavo ao MPLA foi, antes e depois da abertura do seu «*Centro Informativo*» em Belgrado (1970), uma constante na sua política externa. No biénio 1974-75, esse auxílio representou, pela sua importância, um dos principais entre aqueles com os quais pôde contar no plano internacional e nacional. No primeiro caso, esse apoio político e diplomático foi incondicional — junto de Portugal, dos países africanos vizinhos, do Movimento dos Não-Alinhados, de países europeus e na ONU. No segundo, um apoio igual foi dado à sua direcção, presidida por Agostinho Neto — na crise interna (período do Congresso em Lusaca, a presença duma delegação jugoslava no 4 de Fevereiro e outros) — e a apoios financeiros e

militares que contribuíram para a sua vitória no *11 de Novembro*. Ademais, foi considerada decisiva a descarga do armamento do cargueiro «*Postojna*», no porto de Luanda, para outra vitória, em meados de Julho, na chamada «*Batalha de Luanda*» contra a FNLA. Além de uma ajuda militar num valor igual ao da FRELIMO, durante esse ano de 1975, o MPLA pôde contar com essa ajuda reforçada como nos seus momentos mais difíceis (1965-68). Aqui, deve-se mencionar que esse auxílio ascendeu, conforme um documento do SFDP (Out./77), até à independência angolana, em «*ajudas gratuitas*», a um total de 12,9 milhões de dólares. Iguamente, essas relações bilaterais, iniciadas em 1961, aumentaram nos anos seguintes, sendo caracterizadas por apoios anuais (desde armamento, instrução militar e tratamento de feridos a recursos monetários, alimentos, medicamentos e bolsas de estudo) e contactos frequentes com diplomatas e dirigentes jugoslavos. Entre 1967 e 1974, por exemplo, cinco das delegações que visitaram a Jugoslávia foram chefiadas por Agostinho Neto, tendo as suas conversações com Tito contribuído para a importante posição que o MPLA ocupou na política externa jugoslava nesse período, assim como a seguir à independência de Angola quando as ligações económicas assumiram uma maior importância nas relações entre os dois países.

Por fim, entre os objectivos dos 3D do MFA, o de Descolonizar foi alcançado nos prazos acordados com os movimentos de libertação das colónias africanas — passados 13 anos de guerra e uma derrota militar prevista para breve na Guiné-Bissau —, o que correspondeu ao esperado pelo governo jugoslavo, excepto em alguns momentos na fase das negociações e das transições, em particular, em Angola. Relativamente aos outros 2D, ao Democratizar e Desenvolver, em Portugal, a questão política e económica que subentendiam, ou melhor, obrigavam a uma «*transição para o socialismo*», citada posteriormente nos primeiros artigos da Constituição de 1976, foi sendo adiada pelos sucessivos governos constitucionais até ao seu desaparecimento na revisão constitucional (Out./82). Sem embargo, essa «*transição*» era já pouco provável para os dirigentes políticos jugoslavos que continuavam a ter em conta que o sistema capitalista existente tinha sido, até há pouco (Abr./74), fascista e colonialista. Apesar deste ter falhado a sua transição chamada liberal, a recusada solução neocolonialista de António Spínola (e não só) apenas foi derrotada cinco meses após o «*golpe de Estado*» de 25 de Abril. Não obstante, essa «*transição*» teria começado a dar os seus primeiros grandes passos com as medidas político-económicas pós-*11 de Março*,<sup>1499</sup> se bem que foram logo atenua-

<sup>1499</sup> Como foi referido, seguiram-se «*medidas que tinham um conteúdo radicalmente de esquerda (nacionalizações, Lei da Reforma Agrária, ajuste de contas mais determinado com os spinolistas e, pouco antes das eleições, proibição de alguns partidos da extrema-esquerda e da direita)*». Porém, nesse momento, em seguida à «*revolta*

das ou suspensas durante o VI Governo Provisório, em particular, em seguida ao seu *25 de Novembro*.

Retomando essa última semana de Novembro de 1975, «o colapso das acções aventureiras dos pára-quedistas de orientação esquerdista» e suas consequências foram descritas pelo embaixador jugoslavo para Belgrado. Nas semanas seguintes, como já foi mencionado anteriormente, enviou mais informações (corrigindo outras anteriores) e diversas conclusões<sup>1500</sup> acerca desses acontecimentos que confirmaram algumas das suas previsões.

A nova situação política portuguesa foi ainda, nos primeiros meses de 1976, um dos assuntos mais discutidos, durante algumas visitas de delegações portuguesas à Jugoslávia — chefiadas por Jorge Campinos, Álvaro Cunhal, Vítor Alves e Melo Antunes —, nas conversações com os seus anfitriões jugoslavos (Tito, Minitich, Dolants, Bñieditch e Kardelhe).

A julgar pela documentação já citada, as respostas dos convidados portugueses, além das explicações sobre o que tinha (ou teria) ocorrido antes e depois desse *25 de Novembro*, entre as acções e as posições assumidas, nesses dias, pelo PS, PCP e o MFA (dividido) foram referidas aquelas que julgaram mais importantes, as quais, mereceram poucos comentários por parte dos seus interlocutores jugoslavos.

Igualmente, quanto a um futuro próximo, em meados de Fevereiro, para Álvaro Cunhal,<sup>1501</sup> a crise política continuava, apesar de «um certo apaziguamento» posterior aos acontecimentos de Novembro, sendo as próximas eleições, naquele momento, «a única solução para Portugal», embora o PCP estivesse «de facto fora da lei» em certas regiões do país, onde «foram incendiadas mais de 50 [das suas] sedes». A respeito dessas eleições legislativas (25/Abr.), devido a essa situação, o PCP poderia não aceitar os seus resultados.

Em Maio, em Belgrado, como foi relatado, Melo Antunes encontrou-se com Miloche Minitich e informou-o acerca desses resultados eleitorais e das seguintes eleições presidenciais

---

*dos pára-quedistas "de esquerda", as medidas que se tomavam eram dirigidas na correcção, atenuação ou suspensão dessas anteriores medidas radicalmente de esquerda*. ADMNE, F-114, Portugal (1975).

<sup>1500</sup> Numa dessas citadas conclusões (17/Dez.), sem rodeios, acabou por afirmar: «aqui, era visível a satisfação dos diplomatas ocidentais e também a benevolente posição da propaganda ocidental quanto ao mais recente desenvolvimento dos acontecimentos em Portugal. Agora, os comentários eram sobretudo favoráveis ("finalmente, ganharam os bons rapazes" e outros semelhantes)». Além disso, considerou que a «(revolta dos pára-quedistas de esquerda)» acabou por servir, «não há dúvida, como pretexto e assinalaram o começo de correcções severas do desenvolvimento (de esquerda radical)».

<sup>1501</sup> Sendo, entre estas visitas, como já foi sublinhado, a mais documentada, o relato das suas conversações com Tito, Dolants e Kardelhe abrangeu, entre as suas principais questões, as seguintes: a situação política portuguesa (as relações com o PS, o MFA, o *25 de Novembro*, etc.); a situação em Angola; relações com partidos comunistas e sociais-democratas europeus; as ingerências estrangeiras; relações PCP-LCJ e outras.

(27/Jun.). Disse-lhe que *«as forças de esquerda registaram um sucesso nas eleições, foi aprovada uma Constituição progressista e reforçaram-se os elementos progressistas nas fileiras do MFA»*. Caso fosse eleito o candidato do CR, general Ramalho Eanes, para presidente de República, então *«a democracia esta[va] assegurada e aberto o caminho para uma marcha gradual para o socialismo»*. Também, até salientou que *«as forças progressistas de Portugal se encontra[va]m perante uma segunda grande oportunidade histórica»*, acrescentando para concluir: *«uma possibilidade que não se pod[ia] perder. Esta[va] optimista, mas não se podia excluir nem alguma imprevista reviravolta desfavorável. Para a aproximação dos socialistas e comunistas, infelizmente, ainda não ha[via] condições»*.

Porém, nesse mês de Maio, em Lisboa, o embaixador jugoslavo tinha uma opinião bem diferente e menos optimista a respeito da situação política portuguesa. Em relação ao sucesso eleitoral das *«forças de esquerda»*, como nenhum partido ou coligação possível (a única seria entre PPD e CDS) tiveram a maioria absoluta, considerou que *«Portugal entrava, provavelmente, numa nova fase da crise interna»*, apesar de o povo ter votado *«pelo progresso»*. Pelo que relatou nessa altura — e nos meses e anos seguintes que esteve em Portugal —, podia até ter parafraseado um citado comentário de outro diplomata jugoslavo — este escrito após a libertação da França e da Bélgica (Set./1944) —, em que se dizia *«para coisas puramente europeias, Portugal começava a ocupar novamente o lugar que tinha antes da guerra...»*, tendo só de acrescentar...colonial e da Revolução em *«transição para o socialismo»*.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### *Fontes Manuscritas*

Arhiv Jugoslavije / Arquivo da Jugoslávia.

Diplomatski Arhiv Ministarstva Spoljnih Poslova /Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Centro de Documentação 25 de Abril / Universidade de Coimbra.

### *Fontes Impressas*

AA.VV., *A Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974*, CD25A, vol. I, Coimbra, 1987.

AA.VV., *A Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974*, CD25A, vol. II, Coimbra, 1998.

AA.VV., *Diário de uma Revolução (25 de Abril a 30 de Setembro de 1974)*, Lisboa, 1978.

AA.VV., *25 de Novembro*, Lisboa, 1976.

AA.VV. (Correia, Ramiro; Soldado, Pedro; Marujo, João), *MFA — Dinamização Cultural, Acção Cívica*, Amadora, s.d.

Afonso, Aniceto; Gomes, Carlos Matos, *Os anos da Guerra Colonial*, Lisboa, 2010.

Almeida, Dinis de, *Origens e Evolução do Movimento de Capitães*, Lisboa, 1977.

Almeida, Dinis de, *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA*, Lisboa, 1978

Azevedo, Pinheiro de, *O 25 de Novembro sem máscara*, Lisboa, 1979.

Banazol, Luis Ataide, *A Origem do Movimento das Forças Armadas*, Lisboa, 1974.

Banazol, Luis Ataide, *Os Capitães. Análise crítica da sua formação*, Lisboa, 1974.

Banazol, Luis Ataide, *Os «Capitães-Generais» e os «Capitães-Políticos»*, Lisboa, 1976.

Baptista, Jacinto, *Caminhos para uma Revolução*, Lisboa, 1975.

Carreira, Iko, *Memórias*, Luanda, 2005

Carvalho, Otel Saraiva de, *Alvorada em Abril*, Lisboa, 1991.

Correia, Pedro Pezarat, *Descolonização de Angola (A Jóia da Coroa do Império Português)*, Lisboa, 1991.

Cruzeiro, Maria Manuela, *Costa Gomes — O último Marechal*. Lisboa, 1998.

Cruzeiro, Maria Manuela, *Vasco Gonçalves — Um General na Revolução*, Lisboa, 2002.



Cruzeiro, Maria Manuela, *Melo Antunes: O sonhador pragmático*, Lisboa, 2004.

Cruzeiro, Maria Manuela, *Vasco Lourenço — Do Interior da Revolução*, Lisboa, 2009.

Cunhal, Álvaro, *A Revolução Portuguesa*, Lisboa, 1994.

Cunhal, Álvaro, *A verdade e a mentira na Revolução*, Lisboa, 1999.

Cunhal, Álvaro, *Obras Escolhidas (tomo V)*, Lisboa, 2014.

Cunhal, Álvaro, *Obras Escolhida (tomo VI)*, Lisboa, 2015.

Estudos Gerais da Arrábida, *A Descolonização Portuguesa*, Depoimentos do tenente-coronel Luís Ferreira da Cunha e do brigadeiro Manuel Monge, Painel dedicado à Metrópole, (1 de Setembro de 1995).

Estudos Gerais da Arrábida, *A Descolonização Portuguesa*, Depoimento do tenente-coronel Melo Antunes, Painel dedicado à Metrópole, (Agosto de 1996).

Estudos Gerais da Arrábida, *A Descolonização Portuguesa*, Depoimentos do coronel António Ramos, embaixador João Diogo Nunes Barata e general Hugo dos Santos, Painel dedicado à Guiné (27 de Agosto de 1996).

Estudos Gerais da Arrábida, *A Descolonização Portuguesa*, Depoimentos do almirante Henrique Afonso da Silva Horta, tenente José Manuel Miguel Judas, capitão Augusto Torres Mendes, Pedro Gonçalves e general Hugo dos Santos, Painel dedicado a Cabo Verde (26 de Agosto de 1996).

Estudos Gerais da Arrábida, *A Descolonização Portuguesa (Angola)*, Depoimentos do general António Silva Cardoso, brigadeiro Heitor Almendra e general António Gonçalves Ribeiro, Lisboa, 1997.

Estudos Gerais da Arrábida, *A Descolonização Portuguesa (Angola)*, Depoimentos dos brigadeiros Fernando Passos Ramos e Pedro Pezarat Correia, almirante Rosa Coutinho e comandante Jorge Correia Jesuino, Painel dedicado a Angola (28 de Agosto de 1996).

Estudos Gerais da Arrábida, *A Descolonização Portuguesa (Angola)*, Depoimentos de Vasco Vieira de Almeida e do brigadeiro Fernando Passos Ramos, Painel dedicado a Angola (1 de Outubro de 1998).

Estudos Gerais da Arrábida, *A Descolonização Portuguesa*, Depoimentos do general Joaquim Miguel Duarte Silva, coronel José Pinto Ferreira, tenente-coronel Aniceto Afonso e Nuno Brederode dos Santos, Painel dedicado a Moçambique (29 de Agosto de 1995).

Fernandes, Capitão, *Portugal nem tudo esta perdido*, Lisboa, 1976.

Ferreira, Eduardo de Sousa, *O Fim de uma Era: o Colonialismo português em África*, Lisboa, 1974.

- Ferreira, Eduardo de Sousa, *O processo de descolonização em Angola 1974-1976*, Lisboa, 1980.
- Gonçalves, Vasco, *Discursos, Conferências de Imprensa, Entrevistas*, Porto, 1976.
- Guerra, João Paulo, *Memória das guerras coloniais*, Porto, 1994.
- Gomes, João Varela, *A contra-revolução de fachada socialista*, Lisboa, 1981.
- Gomes, João Varela, *Sobre os golpes contra-revolucionários de 11 de Março e de 25 de Novembro*, Lisboa, 1980.
- Gomes, João Varela, *Revolução na África Austral: Apontamentos Polémicos*, Lisboa, 1989.
- Heimer, Franz Wilhelm, *O Processo de Descolonização em Angola (1974-76)*, Lisboa, 1980.
- Lara, Lúcio, *Documentos e Comentários para a História do MPLA*, Lisboa, 2000.
- Maia, Salgueiro, *Capitão de Abril*, Lisboa, 2014.
- Manuel, Alexandre, *Sobre Portugal — Costa Gomes*, Lisboa, 1979.
- MFA, *Relatório preliminar do 11 de Março de 1975*, Lisboa, 1975.
- Oliveira, César, *MFA e a Revolução Socialista*, Lisboa, 1975.
- Pereira, Aristides, *Uma luta, um partido, dois países: Guiné-Bissau — Cabo Verde*, Lisboa, 2002.
- Popovitch Duchan (Popović, Dušan), *A Revolução dos Cravos Vermelhos / Revolucija Crvenih Karanfila*, Belgrado, 1976.
- Saramago, José, *Os Apontamentos*, Porto, 2014.
- Saramago, José, *Folhas políticas*, Porto, 2015.
- Soares, Mário, *Democratização e Descolonização*, Lisboa, 1975.
- Soares, Mário, *PS, Fronteira da Liberdade — do Gonçalvismo às eleições intercalares*, Lisboa, 1975.
- Soares, Mário, *Relatório do Secretário-Geral ao II Congresso do PS*, Lisboa, 1976.
- Stockwell, John, *A CIA contra Angola*, Lisboa, 1979.

## ***Bibliografia***

### **I — P A R T E**

AA.VV. (Dedíier Vladimir, Bojitch Ivan, Ekmetchítch M. e Tchírkovitch S./ Dedijer V.,

Božić I., Ekmečić Milorad e Čirković Sima), História da Jugoslávia / *Istorija Jugoslavije*, Belgrado, 1972.

Boguetitch, Dragan (Bogetić D.), A Nova Estratégia da Política Externa da Jugoslávia — 1956-1961 / *Nova strategija spoljne politike Jugoslavije – 1956-1961*, Belgrado, 2005.

Carvalho, Sergej Petkovitch Santos (Karvalju, Sergej Petković Santuš), A imprensa belgradense acerca da Revolução Portuguesa (período de 25 de Abril a 25 de Maio de 1974) / *Beogradska štampa o portugalskoj revoluciji (period od 25 aprila do 25 maja 1974)*, Dissertação de licenciatura, Faculdade de Filosofia, Belgrado, 2005.

Dedjier Vladimir (Dedijer V.), Depoimento acerca da Segunda Guerra Mundial / *Svedočanstva o Drugom svetskom rata*, Belgrado, 1980.

Dedjier Vladimir (Dedijer V.), Esferas de Interesses / *Interesne sfere*, Belgrado, 1980.

Iovanovitch, Miroslav (Jovanović M.), A imigração de refugiados russos no Reino do SCE (1919-1924) / *Doseljavanje ruskih izbeglica u Kraljevину SHS (1919-1924)*, Belgrado, 1996.

Krchev Boris (Kršev B.), «As reparações de guerra e o seu destino após a Primeira Guerra Mundial — o caso do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos» / «*Ratne reparacije i njihova sudbina nakon Prvog svetskog rata — slučaj Kraljevine Srba, Hrvata i Slovenaca*», Civitas, n.º1, p.9-17, 2011.

Kulhitch Todor (Kuljić T.), Tito — estudo sociológico-histórico / *Tito-Sociološkoistorijska studija*, Zrenhanin, 2010.

Mates, Leo, O Não-Alinhamento / *Nesvrstanost*, Belgrado, 1970.

Mates, Leo, As Relações Internacionais da Jugoslávia Socialista / *Međunarodni odnosi socijalističke Jugoslavije*, Belgrado, 1976.

Mihailovitch Kosta (Mihailović K.), A Realidade Económica da Jugoslávia / *Ekonomska stvarnost Jugoslavije*, Belgrado, 1981.

Nenezitch, Zoran D. (Nenezic Z.D.), Os Mações na Jugoslávia (1764-1980) / *Masoni u Jugoslaviji (1764-1980)*, Belgrado, 1988.

Plavitsa Branko (Plavica B.), «Acerca das reparações e das indemnizações alemãs pelos danos na Jugoslávia depois da I e II guerras mundiais» / «*O nemačkim reparacijama i štete Jugoslaviji posle I i II svetskog rata*», Zbornik Matice Srpske, Novi Sad, 1998.

Petranovitch Branko (Petranović B.), A História da Jugoslávia (1918-1988) / *Istorija Jugoslavije (1918-1988)*, Belgrado 1988.

Petranovitch Branko, A Federação Balcânica 1943-1948 / *Balkanska federacija (1943-1948)*, Belgrado, 1991.

Petranovitch Branko, Dautovitch Sava (Dautović S.), O Grande Cisma — Quarenta e Oito /

*Velika šizma — Četrdesetosma*, Podgoritsa, 1999.

Ristovitch, Milan (Ristović M.), «*Breve História da Experiência Jugoslava (1918 -91)*», Revista Portuguesa de História, Coimbra, 2014, p.127-157.

Selinitich Slobodan (Selinić S.); Baiaguitch Duchan (Bajagić Dušan), *A Jugoslávia e o Mundo (1945-1950)*, Cronologia / *Jugoslavija i Svet (1945-1950)*, Hronologija, Belgrado, 2010.

Tchalitch, Marie-Janine (Čalić, Mari-Žanin), *A História da Jugoslávia no Século XX / Istorija Jugoslavije u 20. Veku*, Belgrado, 2013.

## II e III — P A R T E

AA.VV., *A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, 2010.

AA.VV., *História da expansão portuguesa (vol.V)*, Lisboa 1998.

AA.VV., *O Capital Monopolista Conspira Assim!*, Lisboa, 1975.

AA.VV. (org.: Jerónimo, Miguel Bandeira; Pinto, António Costa), *Portugal e o Fim do Colonialismo. Dimensões Internacionais*, Lisboa, 2014.

AA.VV. (org.: Miragaia, Eduardo; Vieira, Joaquim; Vieira Manuel), *Ramiro Correia, Soldado de Abril*, Lisboa, s.d.

AA.VV. (Pontes, Joana; Castro, Rodrigo de Sousa; Afonso, Aniceto), *A Hora da Liberdade*, Lisboa, 2012.

AA.VV. (org.: Rosas, Fernando; Machaqueiro, Mário; Oliveira, Pedro Aires), *O Adeus ao Império*, Lisboa, 2017.

AA.VV. (Santos, Boaventura de Sousa; Cruzeiro, Manuela; Coimbra, Natércia), *O Pulsar da Revolução. Cronologia da Revolução (1973-1976)*. Porto, 1997.

Alexandre, Valentim, *Origens do Colonialismo Português Moderno*, Lisboa, 1979.

Alexandre, Valentim, *Contra o vento: Portugal, o Império e a maré anticolonial (1945-1960)*, Lisboa, 2017.

Bittencourt, Marcelo, *Dos jornais às armas*, Lisboa, 1999.

Cardoso, Ribeiro, *O 25 de Novembro e os Media*, Lisboa, 2017.

Castro, Armando, *O Sistema Colonial Português em África (meados do Século XX)*, Lisboa, 1962.

Cerqueira, Armando, *Revolução e contra-revolução em Portugal*, Lisboa, 2017.

Chilcote, Ronald H., *A Revolução Portuguesa*, Porto, 2014.

Cruzeiro, Maria Manuela, *A nossa fada Morgana*, Porto, 2017.

Duhatchek, Antun / Duhaček, A., *Ascensão e Queda do Serviço de Informações Jugoslavo, Confissão dum Espião / Uspon i pad jugoslovenske obaveštajne službe, ispovest obaveštajca*, Beograd, 1992.

Ferreira, José Medeiros, *Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de Abril*, Lisboa, 1989.

Ferreira, José Medeiros, *História de Portugal (Vol.VIII) — Portugal em transe (1974-1985)*, Lisboa, 1994.

Golias, Jorge Sales, *A Descolonização da Guiné-Bissau e o Movimento dos Capitães*, Lisboa, 2016.

Gomes, Bernardino; Sá, Tiago Moreira de, *Carlucci vs. Kissinger — Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, 2008

Sá, Tiago Moreira de, *Os Americanos na Revolução Portuguesa (1974-1976)*, Lisboa, 2004.

Gomes, José Júlio Pereira, «A internacionalização da questão de Timor-Leste», *Revista de Relações Internacionais*, Lisboa, 2010, n.º 25, p.67-89.

Guerra, João Paulo, *A Descolonização portuguesa — O regresso das caravelas*, Lisboa, 2009.

Marques, Alexandra, *Segredos da Descolonização de Angola*, Lisboa, 2013.

Mateus, Dalila Cabrita; Mateus, Álvaro, *Angola 61*, Lisboa, 2011.

Mateus, Dalila Cabrita, *Memórias do Colonialismo e da Guerra*, Lisboa, 2006.

Mateus, Dalila Cabrita, Mateus, Álvaro, *Nacionalistas de Moçambique*, Lisboa, 2010.

Morais João, Luis Violante, *Cronologia dos Factos Económicos e Sociais (Portugal, 1926-1985)*, Lisboa, 1986.

Noronha, Ricardo, «Anatomia de um golpe de Estado fracassado: 11 de Março de 1975», *Ler História*, n.º 69/2016.

Oliveira, Pedro Aires, «O Flanco Sul sob tensão: a NATO e revolução portuguesa, 1974-1975», *Relações Internacionais*, 2009, n.º 21, pp.61-78.

Paredes, Margarida, «Masculinidades coloniais no fim do império português: o ataque à Vila Alice, Luanda, 1975», *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, Ano VI, N.ºXII, Dezembro/2013.

Pimenta, Fernando Tavares, *Angola no percurso de um nacionalista: conversas com Adolfo Maria*, Porto, 2006.

Pinheiro, Vaza, *579 Dias de Revolução (retrato de uma época)*, Porto, 1999.

- Pinto, Nuno Tiago, *Dias de Coragem e de Amizade*, Lisboa, 2011
- Rezola, Maria Inácia, *Os militares na revolução de Abril*, Lisboa, 2006.
- Rezola, Maria Inácia, *25 de Abril — Mitos da Revolução*, Lisboa, 2008.
- Rezola, Maria Inácia, *Melo Antunes — Uma Biografia Política*, Lisboa, 2012.
- Ribeiro, Gonçalves, *A vertigem da Descolonização*, Lisboa, 2007.
- Ribeiro, Jorge, *Inhaminga - O Último Massacre*, Porto, 2015.
- Rodrigues Avelino, Cesário Borga e Mário Cardoso, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, 2014.
- Sá, Tiago Moreira de, *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*, Lisboa, 2011.
- Santiago, Maria J. Tiscar, *Diplomacia peninsular e operações secretas na Guerra Colonial*, Lisboa, 2013.
- Santiago, Maria J. Tiscar, *A Contra-Revolução no 25 de Abril*, Lisboa, 2014.
- Santiago, Maria J. Tiscar, *O 25 de Abril e o Conselho de Estado — a Questão das Actas*, Lisboa, 2012.
- Silva, António Duarte, *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*, Porto, 1997.
- Tali, Jean-Michael Mabeko, *Dissidências e Poder de Estado — o MPLA perante si próprio (1962-1977)*, Luanda, 2001
- Tiscar, Maria José, *A PIDE no Xadrez Africano*, Lisboa, 2017.
- Varela, Raquel, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, 2011.
- Varela, Raquel, *A História do Povo na Revolução Portuguesa*, Lisboa, 2014.
- Varela, Raquel, *Revolução ou transição*, Lisboa, 2012.
- Woollacott, John, «A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 1983-3.º, 4.º 5.º, 1131-1155.
- Wright, George, *A Destruição de um País — A política dos EUA para Angola desde 1945*, Lisboa, 2001.



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

### A

Afanasenko, Evgeni, 739  
 Alegre, Manuel, 42  
 Almeida, António, 322  
 Almeida, Pedro Ramos de, 42, 43  
 Almeida, Vasco Vieira de, 73  
 Almendra, Heitor, 530, 556, 856  
 Alvarado, Juan F. Velasco, 62  
 Alves, Nito, 718  
 Alves, Vítor, 5, 9, 220, 257, 307, 335, 339, 340, 471, 510, 513, 576, 605, 606, 621, 638, 669, 696, 784, 820, 821, 823, 825, 840, 841, 843, 853  
 Amaral, Diogo Freitas do, 228  
 Amin, Idi, 325, 458, 653, 696, 697, 702, 706-708, 717, 720, 723, 731-735, 740, 741, 749, 750, 756  
 Amorim, Pedro Massano de, 482  
 Andersen, Tomás Melo, 109-111, 114, 115, 119, 137, 640  
 Andersen / Andersson, Sven, 276  
 Andrade, Fernando Costa, 302, 688  
 Andrade, Joaquim Pinto de, 187, 198, 200, 360, 376, 389  
 Andrade, José, 688  
 Andrade, Mário Pinto de, 28, 120, 183, 189, 191, 194, 202, 204, 206, 231, 247, 263, 266, 275, 281-283, 319, 360, 361, 362, 363, 376, 389, 718  
 Andritch, Ivo / Andrić I., 31  
 Antonitch, Aleksandar / Antonić, A., 59, 209, 218, 308  
 Antunes, Ernesto Melo, 4, 6, 7, 9, 122, 188, 209-211, 220, 271, 274, 285, 319, 320, 324, 343, 350, 406, 420, 434, 436, 438, 448, 453, 465, 471, 475-479, 485, 487, 490, 491, 494, 501, 502, 509, 510, 513-515, 525-530, 536, 547, 549, 550, 552, 553, 558-562, 565, 568, 570, 576, 577, 580, 583, 587-589, 605, 606, 612, 616, 619-621, 627, 628, 631, 632, 634, 636-638, 643, 648-654, 659, 666, 667, 669, 670, 675-678, 682, 712, 716, 739, 742, 751, 752, 761, 762, 766, 768, 773, 774, 784, 792-794, 799, 802, 803, 808, 810-814, 816, 817, 819-823, 825, 826, 833, 838, 841, 843, 844, 847, 849, 853, 856,  
 Arias, Carlos, 778, 801  
 Ascensão, J., 258  
 Azevedo, José B. Pinheiro de, 471, 568, 583-585, 587, 588, 595-600, 604, 805, 607, 608, 612, 613, 617-621, 628, 632-634, 637, 638, 641, 642, 645, 646, 649, 650, 669, 671, 694, 713, 742, 761, 766, 773-775, 777, 780, 790, 792, 796, 806-808, 816, 825, 843, 855  
 Azevedo, Luís, 450

### B

Babitch, Dimitrie / Babić, Dimitrije, 42, 122, 179, 180, 187, 192, 195, 288, 321, 328, 366, 372, 863  
 Baĭkitch, Velimir / Bajkić, V., 31  
 Bakaritch, Vladimir / Bakarić, V., 666  
 Bakotchévitch, Aleksandar / Bakočević, A., 273, 276  
 Baron (dirigente do PSD da RFA), 479  
 Barre, Siad, 717, 750  
 Barthou, Louis, 20, 24  
 Belovski, Dimtche / B. Dimče, 250, 251, 254  
 Bensch (diplomata da RFA), 804

Benson / Bentsen, Loyd, 500, 863  
 Berlinguer, Enrico, 431, 591, 608, 842  
 Bernardo, António Lencastre, 299, 335, 489, 490  
 Bernardo, Joaquim Correia, 61, 64  
 Bieditch, Djemal / Bijedić, Džemal, 82, 83, 234, 301, 309, 397, 422, 588, 666, 825, 840, 853  
 Blajevitch, Andjelko / Blažević, A., 315, 666, 828, 831  
 Boas, José M. Vilas-, 738, 739  
 Bojitch, Jarko / Božić, Žarko, 60-66  
 Bongo, Omar, 358  
 Borges, Jorge Sá, 621  
 Boumediene, Houari, 110, 276, 277, 411, 684, 724  
 Brandt, Willy, 56, 129, 217, 218, 228, 287, 303, 396, 410, 413, 423, 477, 479, 834  
 Braz, Manuel da Costa, 697  
 Brejnhev, Leonid, 393, 420, 655, 664, 679  
 Buteflika, Abdelaziz, 723

### C

Cabeçadas, Rui, 42  
 Cabral, Amílcar, 28, 29, 138, 152, 168, 249  
 Cabral, Luís Severino de Almeida, 153-155  
 Cabral, Sacadura, 300, 811  
 Cabral, Vasco, 49  
 Caetano, Marcelo, 50-53, 64, 67, 70, 75, 89, 91, 130, 131, 177, 212, 230, 656  
 Callaghan, James, 68, 125, 327, 494, 497, 593  
 Campinos, Jorge, 3, 9, 61, 67, 79, 80, 85-90, 92, 98, 101, 102, 104, 107, 108, 110-113, 125, 136, 137, 146-148, 234, 238, 328, 329, 333, 395, 396, 398, 434, 525, 565, 621, 638, 659, 742, 794, 795, 807-809, 812, 819, 825-827, 846, 848, 853  
 Cardia, Mário Sottomaior, 68, 146, 148, 149, 219, 620, 636, 763, 765, 794, 805  
 Cardoso, António Lopes, 224, 621  
 Cardoso, António Silva, 6, 366, 367, 373, 461, 524, 530-533, 535, 543, 544, 556  
 Cardoso, Leonel A. Gomes, 691, 702  
 Carlos, Adelino Palma, 3, 80, 82, 83, 136-138, 163, 177, 193, 228, 850  
 Carlos, Juan, 681, 778, 801  
 Carlucci, Frank, 416, 842, 843  
 Carmo, Luís do, 621  
 Carneiro, Francisco Sá, 8, 9, 92, 103, 126, 135, 136, 228, 645, 649, 650, 662, 665, 666, 799, 818, 819, 842  
 Carreira, Henrique Iko, 187, 194, 265, 276, 284-286, 307, 318, 319, 321-325, 363-365, 371, 454, 456, 519, 548, 549, 551, 556, 557, 688, 689, 691, 693, 694, 721, 736, 743, 752, 753, 855  
 Carrillo, Santiago, 90, 318, 427, 428, 506, 835, 842  
 Carvalho, Otelo Saraiva, 163, 220, 221, 347, 474, 485, 486, 490, 491, 503, 510-515, 547, 565, 568, 570, 577, 580, 588, 604, 606, 632, 634, 637, 638, 642, 643, 649, 759, 762, 766, 771, 773, 774, 776, 777, 780-786, 798, 802, 809, 817, 832, 855  
 Castro, Fidel, 76, 512, 570  
 Castro, José Canto e, 616  
 Castro, Rodrigo Sousa e, 638, 643, 649, 654, 667, 675, 761, 769, 792, 817, 818, 823, 824



Chachitch, Nikola / Šašić, N., 551, 745,747,752-754, 812  
 Chamberlain, Neville, 24  
 Charais, Franco, 587  
 Chilégovitch, Bócheo / Šilegović, Boško, 43  
 Chipapa (dirigente da UNITA), 695, 696  
 Chipenda, Daniel, 49,113,120,172,183,184,187, 189-192,  
 194,195,197,198,200,202-204,206,214, 231,247, 249,  
 263-270, 275, 281, 286, 319, 358-360, 365, 369, 370,  
 376, 384-389, 391-393, 446, 447, 449-451, 455,  
 466, 531, 547, 706  
 Chirac, Jacques, 412  
 Chissano, Joaquim, 5, 58,179,182,189,288, 291, 292, 735  
 Chitakumbi, Ruben S., 716, 718  
 Chubachitch, Ivan / Šubašić, I., 26  
 Churchill, Winston, 26, 36,  
 Churchill, W. S., 495  
 Cissoko, Fily, 740  
 Condesse, José, 68, 461, 551, 688  
 Correia, António Garcia, 61, 64  
 Correia, Pedro Pezarat, 276, 587, 643, 654, 667, 675,  
 761, 769, 812, 817, 833, 855, 856  
 Correia, Ramiro, 513, 560  
 Corvacho, Eurico, 577, 578, 605, 629, 796  
 Costa, Almeida, 621  
 Costa, Francisco Ramos da, 68, 71, 73, 78, 129, 219, 309,  
 315, 433, 481, 566, 567, 650, 675  
 Coutinho, António Alva Rosa, 111, 147, 148, 193, 220,  
 232, 269, 274,279, 280, 434-436, 441, 469, 511-513,  
 523, 531, 560, 588, 605, 632, 643, 649, 651, 671, 672,  
 798, 816, 817, 823, 849, 856  
 Coutinho, António Borges, 499  
 Cravinho, João Cardona Gomes,469, 558, 559, 765, 766,  
 794  
 Crespo, Rodolfo, 217, 219, 235  
 Crespo, Vítor, 9, 491, 493, 510, 513, 515, 605, 633, 735,  
 742, 751, 752, 773, 779, 780, 818  
 Cruz, Fernando Magalhães, 208, 300, 484, 549, 550, 685,  
 699  
 Cunha, José Ferreira da, 492, 577-579,633, 759, 781, 856  
 Cunha,Vítor M. Graça, 616  
 Cunhal, Álvaro, 5, 7-9, 33, 38, 39, 43, 44, 61-63, 76, 124,  
 131, 134, 142, 144, 146, 149, 177, 179,183, 217, 226,  
 235, 239, 263, 307, 335-338, 398, 401-404, 409,  
 410,413, 423, 430-436, 439, 440, 473, 474, 480, 481,  
 489, 491, 496, 497, 503, 505, 506, 509, 513, 514, 516,  
 562, 563, 565, 568, 571, 578, 584, 586, 591, 593, 596,  
 616-620, 622, 628, 643, 647-650, 658-662, 674, 695,  
 760-763, 768, 772, 775, 776, 782-784, 786, 790, 794,  
 795, 804, 805, 816, 818, 825, 828-839, 848, 853, 856  
 Curto, Marcelo, 219, 224, 229, 230

## D

D'Estaing, Giscard, 410, 412,501, 502, 685  
 Davis, Nathaniel, 458  
 De Coninck, Albert, 506, 803  
 De Martino, Francesco, 591  
 D'Eça, Vicente Almeida, 806  
 Dedfier, Vladimir / Dedijer Vladimir, 26, 36  
 Delgado, Humberto, 41,42  
 Dimitrov, Gueorguei M. / D. Georgei M., 22, 27  
 Dimovitch, Sónha / Dimović, Sonja, 293

Dizdarevitch, Níaz / Dizdarević, Nijaz, 65, 66, 79, 394,  
 415, 427, 501, 502, 589  
 Dizdarevitch, Raif, 79-91, 93-100, 105  
 Djilas, Milovan, 38  
 Djuritch, Mihailo / Djurić, M., 22  
 Djuverovitch, Olga, 688  
 Dobrovitch, Fedor / Dobrović, F., 37  
 Dolants, Stane / Dolanc, S., 243, 245-248, 284, 289, 308,  
 309, 317, 318, 324, 325, 363, 368, 371, 396, 456, 679,  
 825, 826, 828, 834, 836, 837, 853  
 Dolgih, Vladimir I., 802, 803  
 Domingos, Gonçalves, 442  
 Doronheski, Stevan / Doronjeski S., 517, 545

## E

Eanes, António Ramalho, 806, 816, 825, 833, 843, 844,  
 854  
 En-Lai, Chu, 446  
 Egídio, Nuno Melo, 634

## F

Fabião, Carlos, 7,220, 221, 299, 484, 485, 489, 513, 514,  
 560, 565, 575-578, 585, 588, 598, 605, 608, 632, 638,  
 642, 643, 651, 766, 770, 782, 785, 798, 806,816, 817,  
 Falise, Pierre, 279, 280  
 Farinha, João de Deus Pinheiro, 621  
 Fernandes, F., 382, 383,443  
 Fernandes, José Augusto, 558  
 Fernandes, Vasco da Gama, 60  
 Ferreira, Arménio, 694  
 Ferreira, José Medeiros, 645,794  
 Ferronha, António, 269  
 Ford, Gerald,258, 315, 393, 410, 412, 453, 458, 477, 517,  
 560,572,592,614,624,655  
 Fragoso, José J., 558  
 Franco, Francisco,132, 260, 414, 428, 493, 681, 778, 800  
 Freire, Aníbal Pinho, 616, 785, 787  
 Friedrich, Bruno, 139, 140

## G

Gaitskell, Hugh, 307  
 Ganao, Charles, 373, 743, 744  
 Gaspari (diplomata jugoslavo), 593  
 Gavrilovitch, Draguitch / Gravičević, Dragić, 389, 519,  
 521, 522, 726, 727, 739, 743-746  
 Genscher, Hans-Dietrich, 479  
 Gerald, Manuel, 581  
 Gervásio, António, 828  
 Godinho, José Marques, 37  
 Gomes, Estela, 667  
 Gomes, Francisco Costa, 5-8, 49, 65, 150, 151, 169, 174,  
 208-211, 214, 218, 219, 221, 231, 234, 249, 262,263,  
 265,301,307,311,315,332, 333,359,396,407,419, 422,  
 433-435, 438, 461, 469, 471, 475, 486, 487, 490-493,  
 500-503, 506,507, 510, 511, 513-516, 530, 550, 557-  
 563, 568, 569, 574, 575, 577, 579-582, 584-588, 595-  
 600, 605-608, 610-613, 615, 619, 620, 622, 627, 628,  
 632-634, 636-643, 647, 649-651, 654, 655, 666, 667,  
 669-671, 673-683, 695-697, 702, 707, 710, 742, 759,  
 761, 762, 764-766, 769, 771, 773, 774, 780-789, 791-

794, 797, 799, 802-804, 806, 809, 810, 812, 814, 816,  
817, 821, 822, 825, 828, 832, 834, 843, 844, 847, 849  
Joaquim Gomes, 226, 776  
Gomes, Soeiro Pereira, 37  
Gonçalves, Vasco, 5, 7, 114, 116-119, 122-124, 131, 132,  
137, 138, 151, 163, 178, 179, 188, 195, 199, 209, 210,  
214, 218-222, 231, 234, 250, 265, 304, 307, 333, 395,  
404, 416, 419, 422, 437, 442, 461, 469, 471, 474, 475,  
477, 486, 490-492, 495, 499, 503, 510, 511, 513-516,  
547, 553, 558-561, 568, 569, 571, 576-581, 583, 585-  
590, 594, 595, 597-599, 601, 605-607, 609-613, 616-  
619, 621, 628-632, 635, 648, 656, 660, 665, 669,  
694, 695, 762, 765-767, 771, 796, 798, 810, 813, 816,  
832, 833, 851, 857  
Goodison, Alan C., 493, 494  
Granfil, Toma, 355, 428, 498, 500  
Grilitchkov, Aleksandar / Grličkov, A., 215-217, 235, 337,  
397, 765, 828, 836  
Gromiko, Andrei, 316, 679  
Guerreiro, Hermínio, 42  
Guterres, António, 223  
Guterres, João, 219, 224  
Gwambe, Adelino, 28

## H

Haig, Alexander, 334  
Hassel, Kai-Uwe von, 645  
Hayward, Ron, 495-498  
Hitler, Adolf, 24, 44, 365  
Hodja, Enver, 27

## I

Inglês, Carlos Aboim, 44, 58, 60, 68-70, 73, 95, 97, 140,  
141, 151, 215, 238, 239, 252, 254, 433, 440, 480, 608,  
776,  
Inglês, Maria Aboim, 37  
Iosifovitch, Lhuba / Josifović, Lhuba, 41  
Iovanovitch, Dragoljub / Jonanović, Dragoljub, 35, 37  
Iovanovitch, Voislav M. / Jovanović, Vojislav M., 31,  
Iulius, Djuka / Julijus, D., 142, 146, 148, 209, 441, 475,  
524, 526, 530, 534, 539, 541, 543, 544, 617, 619  
Ivekovitch, Ivan / Iveković, I., 194, 218, 248, 255, 288  
Ivtchévitch, Iurai / Ivčević, Juraj, 218, 334, 342, 439, 625  
763, 806

## J

Jahia, Ahmed Ben, 373  
Jallud, Abdel, 196  
Jegarats, Duchitsa / Žegarac, Dušica, 482  
Jenik (diplomata da RFA), 803, 804  
Jesuino, Jorge Correia, 399, 400, 476, 560, 579, 583, 584,  
597, 856  
Jorge, Joaquim Pires, 60  
Jorge, Paulo Teixeira, 187, 194, 720, 721, 724, 729  
Júnior, António A. Marques, 824

## K

Kadar, Ianos, 775, 776

Kakumba, John, 686, 694  
Kalinhine, Arnold, 126, 127, 813  
Kambuta, V., 189  
Karadjordjevitch, Aleksandar / Karadjordjević, A., 20, 23, 24  
Karadjordjevitch, Jorge Petrovitch / Karadjordjević,  
Djordje Petrović, 20  
Karadjordjevitch, Paulo / Karadjordjević, Pavle, 24  
Karadjordjevitch, Pedro / Karadjordjević, Petar I, 19  
Karadjordjevitch, Pedro II / Karadjordjević, Petar II, 24  
Kardelhe, Eduardo / Kardelj, Edvard, 38, 825, 828, 836,  
837, 853  
Karlsson, Urban, 506  
Kaunda, Kenneth, 52, 73, 153, 169, 170, 172, 180, 184,  
186, 187, 190, 198, 200, 202, 205, 247, 264, 265, 275, 277,  
286, 316, 322, 325, 358, 359, 372, 386, 393, 453-455, 457-  
459, 528, 537, 550, 610, 627, 628, 703, 706, 720, 725  
Kawawa, Rashidi M., 186, 265  
Kelly, J., 355, 356, 429, 498, 499, 647  
Khama, Seretse, 725  
Kilamba (Agostinho Neto), 461  
Killick, John E., 594, 595  
Kissinger, Henry, 51, 146, 259, 261, 315, 379, 410, 428,  
429, 453, 459, 476, 477, 479, 500, 517, 572, 594, 614,  
627, 701, 707, 846  
Knejevitch, Veselin / Knežević, V., 255  
Kochin, Marko / Košin, M., 176, 178, 180, 182, 187, 200,  
246, 265, 267, 280, 283, 287, 299-292, 358, 363, 366,  
383, 384, 390, 391, 393, 442, 443, 457, 550, 695-697,  
719, 730, 747-749  
Koiitch, Ivan / Kojić, I., 66, 97, 99, 106-115, 117-119, 121-  
124, 126-129, 133-137, 139-142, 168, 179, 201, 590,  
591, 851  
Koiitch, Slavko / Kojić, S., 33, 35  
Komar, Slavko, 38  
Komatina, Milhan / K., Miljan, 160, 173, 183, 184, 197,  
321-323, 328, 366, 372, 517, 540  
Kossiguine, Aleksei N., 500  
Koti (dirigente do MPLA), 265  
Kozirev, Andrei V., 802  
Kreisky, Bruno, 413, 799, 800  
Kruchetchof, Nikita, 27, 341  
Kukotch, Ivan / Kukoč, I., 328, 330, 335, 338, 366-368,  
370, 372, 444  
Kurtovitch, Todo / Kurtović, T., 176, 185

## L

Labouley (Laboulaye), François Lefebvre de, 415  
Laingen, L. Bruce, 801, 802  
Lalovitch, Pero, 517  
Lamberz, Werner, 504  
Lamine, Haidar Cherif, 68, 72, 73  
Lamvu, Emmanuel M., 519, 520, 521  
Lara, Lúcio, 278, 281, 373, 377, 446, 548, 743  
Leburton, Edmond, 279, 280  
Leitão, José, 68  
Lhubitchitch, Nikola / Ljubičić, N., 334, 397, 769, 770, 812,  
817  
Lima, Armando P. G. Queiroz e, 335  
Lima, Olga, 524, 740  
Lister, Enrique Forján, 90, 835  
Longo, Luigi, 800, 801  
Lontchar, Budimir / Lončar, B., 410, 413, 541, 543, 617

Lopes, Domingos, 647, 760, 782  
 Lopes, Henri, 172,389, 446, 453, 548, 726, 732,743,746  
 Lopes, Martins, 675  
 Lourenço, Vasco, 474, 576, 580,598, 643, 649, 774, 776, 780, 783-786, 792, 816  
 Loy (Vd. Van-Dúnem, Pedro Castro), 451, 452,688  
 Ludi, Alberto, 68, 72  
 Lugo (diplomata tanzaniano), 383  
 Lukango (representante da FRELIMO), 735  
 Lukitch, Deian / Lukić, Dejan, 59

## M

Machado, Carlos, 61, 63, 64  
 Machado, Vítor de Sá, 300  
 Machel, Samora, 5,49,58, 68, 99, 118,152, 169, 170, 172, 179, 180, 182, 205, 206, 243, 245, 246, 263-265, 284, 286, 288-291, 325, 366, 453, 518, 627, 628, 697, 851  
 Maksitch, Milivoie / Makić, Milivoje, 338, 463  
 Malecela, John, 172, 175, 185, 186, 264, 392  
 Malik, Adam, 678, 712  
 Manetovitch, Aleksandar / Manetović, A., 38  
 Maratch / Marać (coronel), 730  
 Marchais, Georges, 593, 641, 842  
 Maria, Victor Saúde, 154, 163, 165  
 Markcon, 52  
 Markovitch, Moma, 218, 238  
 Markovitch, Svetozar / Marković, M., 19  
 Marosán, Gyorgy, 776  
 Marques, Silvino Silvério, 108, 193  
 Martens, Wilfried, 351, 352  
 Martins, António Coimbra, 60, 137  
 Martins, José Costa, 219, 325, 433, 471, 476, 560, 605, 606, 616, 788, 791, 813  
 Marty, François, 590  
 Matchek, Vladko / Maček, V., 24  
 Mateus, Rui, 482, 564, 565, 635, 772  
 Matias, Marcelo, 39  
 Mbita, Hashim, 186, 392  
 McGovern, George, 632  
 Melo, Carlos Galvão de, 426  
 Melo, Fontes Pereira de, 213, 667  
 Melo, Henrique Soares de, 108  
 Melo, Olívio, 544  
 Mendes, José Alberto Reynolds, 299, 335, 401  
 Mendes, Manuel, 37  
 Metelo, António Arnao, 486, 798  
 Michitski / Mišicki (coronel), 457, 458  
 Miguel, Francisco, 43  
 Mihailovitch, Draja / Mihailović, Draža, 25  
 Mikardo, Ian, 591-593  
 Milatovitch, Milorad / Milatović, M., 39  
 Mingas, Saïdy, 194, 519  
 Minitch, Miloche / Minić, Miloš, 4, 7, 68-72, 85, 98, 114, 128-133, 234, 263, 308-311, 313, 315, 348, 394, 397, 420, 422, 433, 438, 441, 485, 507,509, 526, 557, 561, 564, 574, 581,582, 612, 615, 620, 622, 627, 628, 636, 639,650,651,653-655,657-659,661-663,665-667, 673, 682,716,739,752,753,769,795,810,812,825, 841, 853  
 Miranda, Dinis, 760, 776  
 Mitterrand, François, 125, 137, 228, 337, 590, 593, 636, 834

Mobutu, Sese Seko, 4, 77,124, 130, 147, 153, 168, 184, 186, 187, 190, 191, 198, 201-206, 213, 214, 247,248, 256, 263-267, 270, 273-275, 278-280, 286, 323-325, 329, 358, 359, 365, 369, 372, 377, 384-387, 389, 393, 444, 448, 449, 453-458, 524,187,528, 536, 538, 539, 542, 547, 550-552, 567, 685, 686, 688, 690, 694, 700-702, 708, 715-717, 719, 725, 728, 741, 751, 851  
 Moïsov, Lazar / Mojsov, L., 309, 446, 722  
 Molotov, Viatcheslav M., 27  
 Monge, Manuel, 49, 114, 856  
 Monimambo, Filipe F. Spartacus, 267, 363, 453, 522  
 Monteiro, Manuel Rui, 215, 544, 734  
 Morais, Tito de, 42,45, 219, 235, 238, 373, 482, 487, 599, 600, 608, 794  
 Moro, Aldo, 126  
 Mota, Joaquim Magalhães, 423, 621  
 Moura, Francisco Pereira de, 3, 79, 92-94, 227, 423, 558  
 Murteira, Mário, 469  
 Mussolini, Benito, 35  
 Mwaanga, Harry, 194

## N

Narciso, Raimundo, 44  
 Nascimento, Lopo F. Ferreira do, 272, 373, 446, 697,718 732, 739, 744, 752  
 Nasser, Gamal A., 28  
 Navarro, António, 269  
 Ndele, José, 542, 733  
 Nehru, Jawaharlal, 28  
 Nenni, Pietro, 593  
 Neto, Agostinho, 6,47, 49-52, 60, 113, 120-122, 130,132, 151, 152, 172, 175,176,180, 183-195, 198-206, 214, 231, 243, 246-249, 255, 256, 262, 263-272, 274-287, 290, 308, 313, 316, 318-320, 325, 329, 358-374, 377, 380, 383-393, 442, 444, 446, 449, 450, 453-462, 464, 467, 518-521, 524, 526-529, 533-538, 544-550, 552, 556, 678, 682, 686, 689, 692, 697, 699, 707, 714, 715, 718, 729, 730, 732, 734-736, 741, 743-745, 747, 751, 752, 756-758, 773, 839, 851, 852  
 Neto, Hendrik Vaal, 734  
 Neves, Jaime, 774  
 Neves, José Costa, 616  
 Neves, Mário, 35  
 Ngouabi, Marien, 187, 198, 200, 275, 278, 281-283, 286, 358, 386, 389, 390, 462, 548, 688, 726, 727, 733, 741  
 Nhegomir, Slavko / Njegomir, S., 46, 107  
 Nikiforov, A., 356, 357  
 Nixon Richard, 125, 126, 138, 162, 164, 260, 850  
 Nkrumah, Kwame, 28  
 Nothomb, C.-F., 351  
 Nunes, José Luís,, 224  
 Nyerere, Julius, 184, 186, 187, 190, 198, 200, 205, 263-266, 275, 277, 281, 286, 324, 358, 392, 393, 453, 454, 457, 459, 523, 528, 550, 627, 697, 699, 725, 735, 749,750, 752  
 Obradovitch,Vlada/Obradović, V., 245-248,254,338, 836  
 Obrenovitch, Aleksandar / Obrenović, A., 19, 23  
 Okun, Herbert, 633  
 Oliveira, Álvaro A. Veiga de, 621, 649, 794

## O

Oliveira, César, 559  
Osório, José E. F. de Sanches, 645

## P

Pachitch, Nikola / Pašić, N., 19, 20  
Pajetta, Giancarlo, 505, 506  
Palma, Inácio, 45  
Palme, Olof, 589  
Papa Paulo VI, 764  
Pardal, Ernesto de Andrade, 806  
Pato, Octávio, 58, 94-97, 102, 142, 143, 151, 226, 336, 337, 603, 651, 794, 848  
Pereira, António Vaz, 413  
Pereira, Aristides Maria, 49, 56, 111, 155-159, 161-163, 166-168, 741, 850  
Pinochet, Augusto, 803  
Pinnock, Johnny Eduardo, 28, 195, 197, 198, 279, 373, 538-541, 694  
Pinto, Manuel Marques, 335  
Pinto, Pereira, 616  
Pires, Pedro V. Rodrigues, 156, 157, 161, 168, 518  
Podgorni, Nikolai V., 315, 679  
Ponte, Luís Nuno, 806  
Popov, Duchan / P. Dušan, 36  
Popovats, M. / Popovac, M., 356  
Popovitch Dragutin / Popović, D., 152  
Pritsa, Srdjan / Prica, S., 39

## R

Radoitchitch, Miroslav / Radojčić, M., 59  
Raiatchitch, Milan / Rajčić, M., 218  
Raitchan, Ichetvan / Rajčan, Ištvan, 293, 299  
Rakitch, Micho / Rakić, Mišo, 517  
Rakotchévitch, D. / Rakočević, D., 321  
Rankovitch, Aleksandar / Ranković, A., 22, 38  
Rebelo, Jorge, 288, 289  
Rego, Raul, 128, 146, 148, 470, 577  
Rego, Vítor Cunha, 42, 61, 66, 114, 300, 806  
Ribarats, Stoían / Ribarac, Stojan, 20  
Ribeiro, António Gonçalves, 530, 556  
Ribeiro, Silvano, 483, 486  
Roberto, Holden, 28, 51, 52, 147, 176, 183, 185, 187-191, 193, 196, 197, 199, 201-204, 214, 231, 232, 248, 263-267, 270, 273, 274, 278-280, 282, 285-287, 362, 363, 365, 371, 383-385, 387, 449, 455, 457-459, 461, 464, 467, 522, 526, 527, 531, 533, 537, 540, 542, 550, 552, 553, 567, 682, 690, 692, 694, 697, 698, 714, 715, 730, 738, 751, 773, 812  
Rosa, João P. Tomás, 621  
Rosa, Walter Ruivo, 621  
Ruivo, Mário, 29, 42, 557, 561, 579, 581, 582, 673  
Rupia, Paul M., 383  
Ruso, Jaklen / Rousseau, Jaquelin, 566  
Russell, Bertrand, 846  
Russell, Sam, 430, 431, 432

## S

Salazar, António Oliveira, 32, 35, 36, 40, 45, 656  
Salim, Ahmed Salim, 169  
Sampaio, Jorge, 558, 559, 794

Santos, António Almeida, 79, 81, 83, 84, 114, 201, 449, 465, 491, 493, 621, 711  
Santos, Aurélio Monteiro dos, 142, 143, 145, 151, 211, 212, 215, 397, 399, 472, 473, 474, 562, 563, 603, 605, 622, 623, 814-816  
Santos, Fernando Piteira, 42  
Santos, José A. Loureiro dos, 587  
Santos, José Eduardo dos, 278, 281, 282, 390, 447, 454, 462, 548, 705, 706, 743, 746, 753  
Santos, Marcelino dos, 28, 49, 51, 58, 68, 171, 176-179, 182, 194, 287  
Savimbi, Jonas, 6, 28, 190, 191, 193, 196, 270, 272, 282, 285, 287, 329, 365, 375, 382-384, 387, 442, 443, 453, 457, 458, 460, 462, 464, 465, 467, 524, 526-530, 533, 535-538, 540-542, 544, 550, 600, 686, 690, 692, 697, 698, 706, 714-716, 718, 723, 730, 738, 746, 751, 773, 812  
Schmidt, Helmut, 350, 410, 412, 413, 477, 479, 572, 593, 614, 619, 801  
Selássie, Háille, 132  
Semenov, V., 593  
Senghor, Léopold S., 52, 110, 111, 160, 161, 610, 688  
Serra, Jaime, 238, 239, 240-243, 254, 255, 440, 480  
Serra, Manuel, 146, 148, 224, 325, 352, 404, 405  
Sertório, Manuel, 42  
Siff (diploma húngaro), 775, 776  
Silva, Francisco da, 590  
Silva, Gilberto Texeira da, 521  
Silva, José Morais da, 598, 605, 616, 649, 759, 760, 785, 792  
Simitch, Stanoie / Simić Stanoje, 36  
Smith, Jan, 316, 372  
Soares, Armando Filgueiras, 643, 649  
Soares, Duarte Pinto, 333, 335, 347, 348, 395, 433, 485, 489, 491, 560, 605, 606, 608, 637, 643, 644, 651, 766, 769, 774, 780, 782, 816, 849  
Soares, José Pedro, 44  
Soares, Mário, 3-5, 7, 8, 45, 56, 59-52, 66-69, 72, 76-79, 85, 87, 89, 91, 97-99, 102, 104-106, 114, 121, 124, 126, 128-133, 139, 140, 145-149, 155, 156, 158, 160, 161, 163, 166, 168-170, 172, 173, 175, 177, 180, 181, 186, 192, 195, 200, 204, 206, 207, 220, 222, 231, 233-235, 237, 238, 250-252, 254, 257, 259, 263, 265, 274, 279, 282, 287, 293-303, 307-318, 325, 333, 334, 337, 338, 341, 350, 351, 357, 395, 396, 398, 402-404, 406, 408, 410, 412-414, 417, 419, 420, 422-425, 428, 432-436, 439, 470, 471, 481-485, 487, 488, 491, 493, 496, 497, 504, 505, 508, 509, 511, 514, 516, 553, 559, 565, 572, 586, 588, 591-597, 599, 600, 603, 604, 608, 614, 617-621, 626, 631, 635-637, 641, 643, 649, 650, 655-657, 661, 741, 751, 763, 772-776, 779, 780, 782, 784, 794, 795, 803, 804-807, 814, 826, 834, 838, 842, 843, 848  
Soljenhitsin, Aleksander, 341  
Spasitch, Veroljub / Spasić, Veroljub, 4, 106, 141-146, 148, 151, 201, 206-209, 211, 212, 217, 218, 237, 239, 263, 299-305, 309, 325, 326, 399, 468, 470-475, 478, 482, 559-565, 580, 632, 643-645, 648, 738, 739, 759, 760, 775, 811  
Spínola, António de, 3, 4, 49-57, 60-67, 69, 70, 73, 75, 76, 78-83, 88, 91, 92, 97, 100, 102, 103, 108, 110-113, 116, 123-126, 129-132, 136, 138, 147, 150, 151, 158, 160, 162-165, 167, 168, 170, 174, 177, 178, 186, 201-206, 208-211, 213, 214, 218, 220-223, 229, 240, 243, 247, 249, 258, 262, 263, 269, 274, 275, 278, 281, 287, 297,

298, 302, 331, 345, 347-350, 369, 377, 394, 407, 448,  
501, 502, 531, 535, 536, 542, 572, 601, 609, 610, 613,  
618, 657, 761, 790, 793, 796, 814, 816, 830, 832, 835,  
850-852

Staline, Josef, 22, 26, 27, 35, 36

Stanitch / Stanić (diplomata jugoslavo), 153

Steiner, Stevan E., 801

Stiepakov, V., 722

Stoiadinovitch, Milan / Stojadinović, M., 24, 25

Stoiakovitch, Milan / Stojaković, M., 5, 106, 307, 315, 325-  
-328, 330-338, 340-344, 346, 347, 394-396, 399-406,  
416, 418-421, 423, 424, 426, 433-436, 438, 439, 441,  
463, 480-482, 484, 485, 487-489, 491-493, 509, 511-  
-514, 516, 518, 525, 549, 558-560, 568, 575-577, 579-  
-589, 595, 597-607, 610, 611, 616, 620-625, 627-631,  
633-637, 639, 640, 642, 643, 650, 666, 667, 673, 675,  
685, 694, 699, 742, 750-752, 759-762, 765-771, 774,  
776, 777, 779-792, 794-796, 798, 799, 805, 807-810,  
812-822, 824, 826, 842, 843, 848

Strenziok, Gert, 432

Sukarno, 28

## T

Tavares, João, 44

Tchauesku, N. / Čaušesku, N. / Ceausescu Nicolae,  
648, 649

Tchombe, Moise, 365, 393

Tchovitch, L. / Čović, L., 566

Tchurtchitch, Bogoljub / Čurčić, Bogoljub, 34

Teixeira, Augusto Lopes, 719, 720

Thyberg (diplomata sueco), 258

Tito, Iosip Broz, 22, 25-29, 36-38, 42-45, 67, 68, 73, 80-  
-82, 85, 100, 122, 123, 152, 234, 259, 280, 290, 299,  
308, 309, 311, 315, 316, 347, 359, 363, 367, 368, 394,  
397, 415, 433, 482, 483, 545, 593, 599, 604, 619, 650,  
651, 666, 667, 674-683, 744, 752, 757, 763, 783, 822,  
825, 828, 829, 831-835, 840, 852, 853

Togliatti, Palmiro, 593

Tomaz, Américo, 50, 52, 91

Touré, Sékou, 156, 157, 160, 161, 719, 740, 741

Trpkovitch, Borko / Trpković, B., 35, 36

Tsetinitch, Marin / Cetinić, M., 218, 234, 238, 243, 245,  
250, 251, 254, 309, 338, 826

Tsrnhanski, Miloche / Crnjanski, Miloš, 34, 36

Tsvetkovitch, Draguicha / Cvetković, Dragiša, 24

## V

Valadares, Manuel, 37

Van-Dúnem, Aristides, 188

Van-Dúnem, Pedro Castro, 272-276, 318, 441, 557

Veloso, António Pires, 786, 792, 796, 823, 825

Vemitch (diplomata jugoslavo), 179, 268, 724

Viana, Gentil Ferreira, 28, 113, 198, 218, 282, 359, 360-  
363

Vichenevski / Višenevski / Wischnewski, Hans-Jürgen,  
410, 411, 413

Viditch, Dobrivoiće / Vidić, Dobrivoje, 216, 239, 240, 242,  
243, 252-254, 397, 480, 765, 836

Viegas, José Gabriel, 675

Vieira, Sérgio, 152, 153

Vilarigues, Sérgio, 328, 330, 331, 603, 604, 622, 776

Vlahovitch, Vélheko / Vlahović, Veljko, 38, 42

Vorster, Balthazar Johannes, 316, 372

Vukadin, Milutin, 36

Vukolitch, Djuro / Vukolić, Djuro, 122, 187, 189, 191,  
192, 194, 201, 203, 364, 365, 382, 383, 443, 455, 457,  
458, 714, 716, 736, 740

Vukovitch, Neboiča / Vuković, Nebojša, 293, 299, 300

Vutchtchévitch, D. / Vučićević, D., 145

## W

Waldheim, Kurt, 112, 114-116, 703, 801

Walters, Vernon, 260, 262

Webber, Eduardo, 28

Whitlam, Edward Gouah, 711

Wilson, Harold, 423, 477, 593, 594

Wiznieer (jornalista), 76

## X

Xietu, João L. Neto, 456

## Z

Zenha, Francisco Salgado, 219, 220, 222, 232, 341, 470,  
471, 565, 608, 621, 751, 779, 794

Zulu, Alexander Grey, 247, 248, 457-459

## SIGLAS

### A

AALPJ	Assembleia Antifascista de Libertação Popular da Jugoslávia
AG ONU	Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas
ADMNE	Arquivo Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
AJ	Arquivo da Jugoslávia
AIM	Associação Maçónica Internacional
AMI	Agrupamento Misto de Intervenção
AOC	Aliança Operária Camponesa
APODETI	Associação Popular Democrática de Timor
ARA	Acção Revolucionária Armada
ASPTJ (CF)	Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Jugoslávia (Conselho Federal da)
ASP	Acção Socialista Portuguesa

### B

BETP	Base-Escola de Tropas Pára-quedistas de Tancos
BeH	Bósnia e Hertsegovina
BR	Brigadas Revolucionárias

### C

CD25A	Centro de Documentação 25 de Abril
CDU/CSU	União Democrata-Cristã/União Social-Cristã
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEF	Conselho Executivo Federal
CEIS20	Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
CEMA	Chefe de Estado Maior da Armada
CEME	Chefe de Estado Maior do Exército
CEMFA	Chefe de Estado Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CNLJ	Comité Nacional de Libertação da Jugoslávia
CONCP	Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas
COPCON	Comando Operacional do Continente
COREMO	O Comité Revolucionário de Moçambique
CSCE	Conferência sobre a Segurança e Cooperação na Europa

### D

DRIL	Directório Revolucionário Ibérico de Libertação
------	---

### E

ELPJ	Exército de Libertação Popular da Jugoslávia
EMA	Estado-Maior da Armada
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas

### F

FIDA	Federação Interaliada dos Antigos Combatentes
FLEC	Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FPLN	Frente Patriótica de Libertação Nacional
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor Leste Independente

FSP Frente Socialista Popular  
 FUP Frente de Unidade Popular  
 FUR Frente Unida Revolucionária

**G**

GPR Gabinete do Presidente da República  
 GNR Guarda Nacional Republicana

**J**

JSN Junta de Salvação Nacional

**L**

LCJ Liga dos Comunistas da Jugoslávia  
 LUAR Liga de Unidade para a Acção Revolucionária  
 LLP Luta de Libertação Popular

**M**

MCE Mercado Comum Europeu  
 MES Movimento de Esquerda Socialista  
 MFA Movimento das Forças Armadas  
 ML Movimento de Libertação  
 MLST Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe  
 MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola  
 MDP-CDE Movimento Democrático Português-Comissão Democrática Eleitoral  
 MRPP Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

**O**

OAA Organização para a Alimentação e Agricultura  
 OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico  
 OMS Organização Mundial de Saúde  
 ONU Organização das Nações Unidas  
 OUA (CL) Organização da Unidade Africana (Comité de Libertação)  
 OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

**P**

PAIGC Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde  
 PCJ Partido Comunista da Jugoslávia  
 PCP Partido Comunista Português  
 PCT Partido Congolês do Trabalho  
 PCUS Partido Comunista da União Soviética  
 PDC Partido da Democracia Cristã  
 PNUR Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
 PPD Partido Popular Democrático  
 PRP Partido Revolucionário do Proletariado  
 PS(P) Partido Socialista Português  
 PT Partido Trabalhista

**R**

RDA República Democrática Alemã  
 RFA República Federal da Alemanha  
 RS BeH República Socialista da Bósnia e Hertsegovina  
 RSC República Socialista da Croácia  
 RSS República Socialista da Sérvia

RSFJ República Socialista Federativa da Jugoslávia  
 RSCE Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos

**S**

SEDES Associação para o Desenvolvimento Económico e Social  
 SEEPE Secretariado dos Encontros dos Estudantes Portugueses no Estrangeiro  
 SFCE Secretariado Federal do Comércio Exterior  
 SFDP Secretariado Federal da Defesa Popular  
 SFNE (DAI) Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros (Direcção de Actividades Internacionais)  
 SPD Partido Social Democrata Alemão (RFA)  
 SUV Soldados Unidos Vencerão

**T**

Tanjug Agência Telegráfica da Nova Jugoslávia

**U**

UDENAMO União Democrática Nacional de Moçambique  
 UDP União Democrática Popular  
 UDT União Democrática Timorense  
 UGEAN União Geral dos Estudantes da África Negra  
 UJCJ União da Juventude Comunista da Jugoslávia  
 UNITA União Nacional para a Independência Total de Angola  
 UPA União dos Povos de Angola  
 USJ União dos Sindicatos da Jugoslávia





## R E S U M O S

### *A Jugoslávia nas encruzilhadas do 25 de Abril*

O estudo e a bibliografia sobre as relações jugoslavo-portuguesas (1974/76) eram e continuam a ser quase inexistentes. Entre diversas razões, estas vão desde as consequências da desintegração da Jugoslávia na última década do século XX a uma legislação com um prazo mínimo obrigatório de 30 a 50 anos para o acesso aos acervos arquivísticos, passando por um intercâmbio cultural que foi sempre reduzido, mesmo depois do *25 de Abril* e do restabelecimento das relações diplomáticas interrompidas desde 1948. Do mesmo modo, pode-se dizer que a ausência de estudos acerca deste segmento da política externa jugoslava está ligada às consequências políticas nas historiografias dos Estados, surgidos do desaparecimento deste país balcânico. Quanto à historiografia portuguesa, essa ausência pode ser explicada pelas barreiras linguísticas e pelo desconhecimento da existência desses fundos documentais nos arquivos belgradenses.

Porém, em dois arquivos de Belgrado (Arquivo da Jugoslávia e o Arquivo Diplomático do MNE), cerca de dez mil páginas de documentos relativos ao período de 1974-76 dessas relações permitiram apresentar os principais acontecimentos da situação político-militar e socioeconómica do *25 de Abril* em Portugal e das suas colónias. Através dessa documentação (telexes, relatórios e memorandos), na sua maioria, do Secretariado Federal dos Negócios Estrangeiros (SFNE), Liga dos Comunistas da Jugoslávia e da Aliança Socialista do Povo Trabalhador da Jugoslávia, esses acontecimentos, as crises políticas, a descolonização, visitas de delegações ou por outros motivos (estatais ou partidários) permitiram o estudo do que queriam (ou não) dizer esses representantes de um país que ocupou, então, um lugar importante na política externa portuguesa.

Um lugar que foi devido à posição que ocupava no Movimento dos Países Não-Alinhados e pelas suas relações (anteriores a 1974) com o PAIGC, MPLA e a FRELIMO, assim como com o PCP, o PS e a oposição antifascista. Igualmente, as informações das suas embaixadas, principalmente, em diversos países africanos, europeus e americanos foram uma boa fonte para acompanhar as posições desses países (e dos seus diplomatas em Lisboa) em relação à situação política portuguesa, assim como os contactos e conversações com os três citados movimentos de libertação das colónias portuguesas.

Por isso, foi possível acompanhar a situação política portuguesa *pós-25 de Abril* a partir, além do processo da descolonização, dos contactos e informações relativos aos seus prin-

cipais segmentos (Estado, partidos, MFA, as relações internacionais e outros). Uma tarefa facilitada pela correspondência do SFNE jugoslavo não só com a sua embaixada, em Lisboa, mas também com uma vintena de embaixadas nos países mais interessados pela situação interna portuguesa e a descolonização, permitindo seguir as posições assumidas pelos governos desses países em reuniões dos seus representantes com diplomatas jugoslavos. Também, a diplomacia jugoslava serviu de intermediária nos primeiros contactos com o PAIGC, MPLA e FRELIMO, assim como no reconhecimento do novo governo português pelos países não-alinhados. Do mesmo modo, esse não-alinhamento jugoslavo teve sempre presente a actuação das grandes potências na política interna portuguesa. Sobre os objectivos políticos que se confrontaram no xadrez português e as pressões político-económicas externas, há inúmeros factos e opiniões a seu respeito nas fontes a que se teve acesso.

Quanto ao texto da tese de doutoramento, após uma *Introdução* e uma primeira parte — a Jugoslávia (*História e política externa*) e suas relações com Portugal (*entre 1918-41, 1941-48 e 1948-74*) —, uma segunda parte (6 capítulos) com os primeiros contactos estatais, as relações partidárias (principalmente com o *PCP e PS*) e o restabelecimento de relações diplomáticas (*Mai.-Jun./74*). Depois, os primeiros meses (*Jun./Out.*) da embaixada jugoslava em Portugal (*a situação política interna, a descolonização e as relações internacionais*) até ao período desde o *28 de Setembro* ao Acordo de Alvor (*as mudanças políticas internas, independência da Guiné-Bissau, as negociações com a FRELIMO, a situação em Angola e visitas de delegações*) jugoslavanas a Portugal e portuguesas à Jugoslávia.

Em 1975, às visitas de Mário Soares e de Iko Carreira a Belgrado antes de Alvor (10-15/Jan.), segue-se uma terceira parte (7 capítulos) que abrange os períodos (*Do Alvor ao 11 de Março, Do III ao V Governo e O VI Governo*), a descolonização (*As seguintes independências e Angola*) e os meses de Outubro (*Duas Viagens oficiais*) e Novembro (*Outro 25 e As independências de Angola e Timor-Leste*), terminando nos meses seguintes (*Algumas visitas oficiais* à Jugoslávia). Após as *Conclusões*, a *Bibliografia*, um *Índice Onomástico*, as *Siglas* e um *resumo* (*em português, inglês e sérvio-croata*).

**Palavras-Chave:** as relações jugoslavo-portuguesas, o *25 de Abril*, Portugal (1974-75), a Descolonização (Guiné-Bissau, Moçambique e Angola).

### *Yugoslavia at the crossroads of the 25th April*

Studies and bibliography on the Yugoslavian-Portuguese relations (1974/76) were and still are all but non-existent, the reason being, *inter alia*, the consequences of the Yugoslavian dissolution in the last decade of the 20th century, laws stipulating a minimum mandatory period of between 30 and 50 years for accessing documentary holdings, scarce cultural exchange, even after the *25th April*, and the resumption of diplomatic relations interrupted since 1948. Similarly, it could be said that the lack of studies on this segment of the Yugoslavian foreign policy is linked with the political consequences in the historiographies of the States that emerged from the disappearance of this Balkan country. As for Portuguese historiography, this absence can be explained by the language barriers and the lack of knowledge about these documentary collections in the Belgrade archives.

Two Belgrade archives (The Yugoslavia Archive and the Diplomatic Archive of the Ministry of Foreign Affairs), however, contain about ten thousand pages of documents relating to the relations between 1974 and 1976, detailing the main events of the political, military and socio-economic events of the *25th April* in Portugal and its colonies. These documents (telexes, reports and memorandums), most of which from the Federal Secretariat for Foreign Affairs (SFNE), the League of Communists of Yugoslavia and from the Socialist Alliance of Working People of Yugoslavia, describe the events, political crises, the decolonisation, delegation visits or visits for other reasons (state or party) and have enabled the study of what the representatives of a country that, at the time, occupied a prominent place in the Portuguese foreign policy wanted to say (or not).

This prominent place was due to its position within the Movement of Non-Aligned Countries and its relations (before 1974) with PAIGC, MPLA and FRELIMO, and also with the Portuguese Communist Party (PCP), the Portuguese Socialist Party (PS) and the anti-fascist opposition. Similarly, the information provided by its embassies, especially in several African, European and American countries served to gauge the position of those countries (and of their diplomats in Lisbon) in relation to the Portuguese political situation, as well as the contacts and talks with the three afore mentioned liberation movements in the Portuguese colonies.

As a result thereof, it was possible to monitor the Portuguese political situation *after the 25th April* from the decolonisation process, the contacts and information concerning their main segments (State, parties, the Armed Forces Movement-MFA, international relations and others). This was a task made easy by the correspondence from the Yugoslav SFNE not only

with its embassy in Lisbon, but also with about twenty embassies in the countries most interested in the Portuguese domestic situation and decolonisation, thus monitoring the positions taken by the governments of such countries at the meetings attended by their representatives and the Yugoslav diplomats. The Yugoslav diplomacy also acted as intermediary in the contacts held with PAIGC, MPLA and FRELIMO, and in the recognition of the new Portuguese government by the non-aligned countries. Similarly, the Yugoslav non-alignment always had an eye on the approach of the great powers regarding the Portuguese internal policy. There are many facts and opinions with regard thereto in the sources we analysed about the political objectives on the chessboard of Portuguese politics and the external political and economic pressures.

The Doctoral thesis is divided into an *Introduction* and a first part – Yugoslavia (*History and foreign policy*) and its relations with Portugal (1918-41, 1941-48 and 1948-74) –, a second part (6 chapters) on the first State contacts, party relations (especially with PCP and PS), and the resumption of diplomatic relations (*May-June/74*). This is followed by the first months (*June/Oct.*) of the Yugoslav embassy in Portugal (*the internal political situation, decolonisation and international relations*) until the period from 28 September to the Alvor Agreement (*the internal policy changes, the independence of Guinea-Bissau, the negotiations with FRELIMO, the situation in Angola, and the Yugoslav delegation visits to Portugal and the Portuguese visits to Yugoslavia*).

In 1975, following the visits undertaken by Mário Soares and Iko Carreira to Belgrade before Alvor (10-15/Jan.), a third part (7 chapters) covers the periods from *Alvor to 11 March, from the III to the V Government and the VI Government*), the decolonisation (*The next independences and Angola*) and the months of October (*Two Official Visits*) and November (*Another 25 and The independences of Angola and Timor-Leste*) and in the following months (*some official visits to Yugoslavia*). The thesis ends with the *Conclusion, Bibliography, an Index of Names, the Acronyms* and an *abstract (in Portuguese, English and Serbian/Croatian)*.

**Keywords:** the Yugoslavian-Portuguese relations, the *25th April*, Portugal (1974-75), the decolonisation (Guinea-Bissau, Mozambique and Angola).

### *Jugoslavija na raskršću 25. Aprila*

Izučavanje i bibliografija o jugoslovensko-portugalskim odnosima (1974-76) bila je a i nastavlja da bude skoro nepostojeća. Razlozi za to potiču, između ostalih, zbog posledica koje je prouzrokovao raspad Jugoslavije tokom poslednje dekade XX veka, zakona koji traži minimalni rok od 30 do 50 godina za pristup arhivskoj gradji, zatim slaboj medjukulturnoj razmeni čak i posle 25. *aprila* kao i zbog tek uspostavljenih medjusobnih odnosa prekinutih 1948. godine. Isto tako bi se moglo reći da je odsustvo proučavanja ovog segmenta jugoslovenske spoljne politike povezano s političkim posledicama u istoriografiji država koje su se pojavile posle nestanka ove balkanske zemlje. Što se tiče portugalske istoriografije ovo odsustvo bi se moglo protumačiti jezičkom barijerom i time što se nije znalo za postojanje ovog pisanog fonda u beogradskim arhivima.

Ipak, oko deset hiljada postojećih dokumenata koja se nalaze u dva beogradska arhiva (Arhiv Jugoslavije i arhiv MIP-a) omogućili su nam da predstavimo glavna dešavanja u okviru vojno-političke i socioekonomske situacije o 25 *aprilu* u Portugaliji i njenim kolonijama. Kroz ovu dokumentaciju (teleksi, izveštaji i memorandumi) Saveznog sekretarijata za inostrane poslove, Komunističke partije Jugoslavije i Socijalističkog saveza radnog naroda Jugoslavije, sva ta dešavanja, političke krize, dekolonijalizacija, posete delegacija, bilo državnih bilo partijskih, dozvoljavaju da saznamo o čemu su govorili ili pak nisu želeli da govore predstavnici jedne zemlje, koja je u to vreme zauzimala važno mesto u portugalskoj spoljnoj politici.

Takvo mesto je imala zbog položaju u Pokretu nesvrstanih kao i zbog svojih odnosa (do 1974) sa pokretima PAIGC, MPLA i FRELIMO, zatim sa PCP, PS i antifašističkom opozicijom. Isto tako, informacije kojima su raspolagale njene ambasade uglavnom iz raznih afričkih, evropskih i američkih zemalja bile su dobar izvor za praćenje položaja tih zemalja i njihovih diplomata u Lisabonu koji su se odnosili na portugalsku političku situaciju a i na kontakte i razgovore sa tri navedena oslobodilačka pokreta iz portugalskih kolonija.

Zbog svega toga je bilo moguće pratiti političku situaciju u Portugali posle 25 *aprila*, osim procesa dekolonizacije i kontakte i informacije koji su se odnosili na njene glavne segmente: država, partije, MFA, medjunarodni odnosi i ostalo. Taj posao je bio olakšan time što se mogao pratiti kroz prepisku jugoslovenskog SSIP ne samo sa svojom ambasadam u Lisabonu, već i sa dvadesetak ambasada iz zemalja koje su bile zainteresovane za unutrašnju politiku Portugalije i dekolonizaciju, što je omogućavalo da se prate zauzeti stavovi vlada tih zemalja tokom sastanaka njihovih predstavnika sa jugoslovenskim diplomatama. Jugoslovenska diplomatije je, takodje, poslužila kao posrednik u prvim kontaktima sa PAIGC, MPLA

i FRELIMO, kao i u priznavanju nove portugalske vlade od strane nesvrstanih zemalja. Na taj način je jugoslovenska nesvrstanost uvek bila prisutna u delovanju velikih sila na unutrašnju političku situaciju Portugalije. Postoji veliki broj činjenica i mišljenja u pristupnim izvorima, koji se odnose na sukobljene političke ciljeve i na spoljne političke i ekonomske pritiske u ovoj portugalskoj partiji šaha.

Što se tiče sadržaja doktorske teze, posle *Uvoda* i prvog dela — Jugoslavija (*Istorija i Spoljna politika*), njeni odnosi sa Portugalijom (*1918-41, 1941-48 i 1948-74*), sledi drugi deo koji se sastoji od 6 poglavlja. U njima se razmatraju prvi državni kontakti, partijski odnosi, prvenstveno sa *KPP* i *SP* i ponovno uspostavljanje diplomatskih odnosa (*Maj- jun 1974*). Nakon toga, tokom prvih meseci (*juni-oktobar*), rad jugoslovenske ambasade u Portugaliji (*unutrašnja politička situacija, dekolonizacija i medjunarodni odnosi*) a od 28. septembra do sporazuma iz Alvora (*unutrašnje političke promene, nezavisnost Gvineje Bisao, pregovori sa Frelimom, situacija u Angoli i posete jugoslovenskih delegacija Portugaliji i portugalskih Jugoslaviji*).

Posle posete Mario Suareša i Iko Karejre 1975. Beogradu, pre sporazuma u Alvoru (10 – 15. januara), sledi treći deo (7 poglavlja) koji obuhvata period (od *Alvora* do *11. marta*, od *III do V vlade, VI vlada*), *dekolonizacija (sledeće nezavisnosti i Angola)*, meseci oktobar (*Dve zvanične posete*) i novembar (*Nezavisnosti Angole i Istočnog Timora i Drugi 25.*), završivši sa sledećim mesecima (*Neke zvanične posete Jugoslaviji*). Zatim slede *Zaključci, Bibliografija, Indeks imena, Skraćenice i rezime (na portugalskom, engleskom i srpskohrvatskom)*.

**Ključne reči:** jugoslovenski-portugalski odnosi, o 25. aprilu, Portugalija (1974-75) dekolonizacija (Gvineja Bisao, Mozambik i Angola).